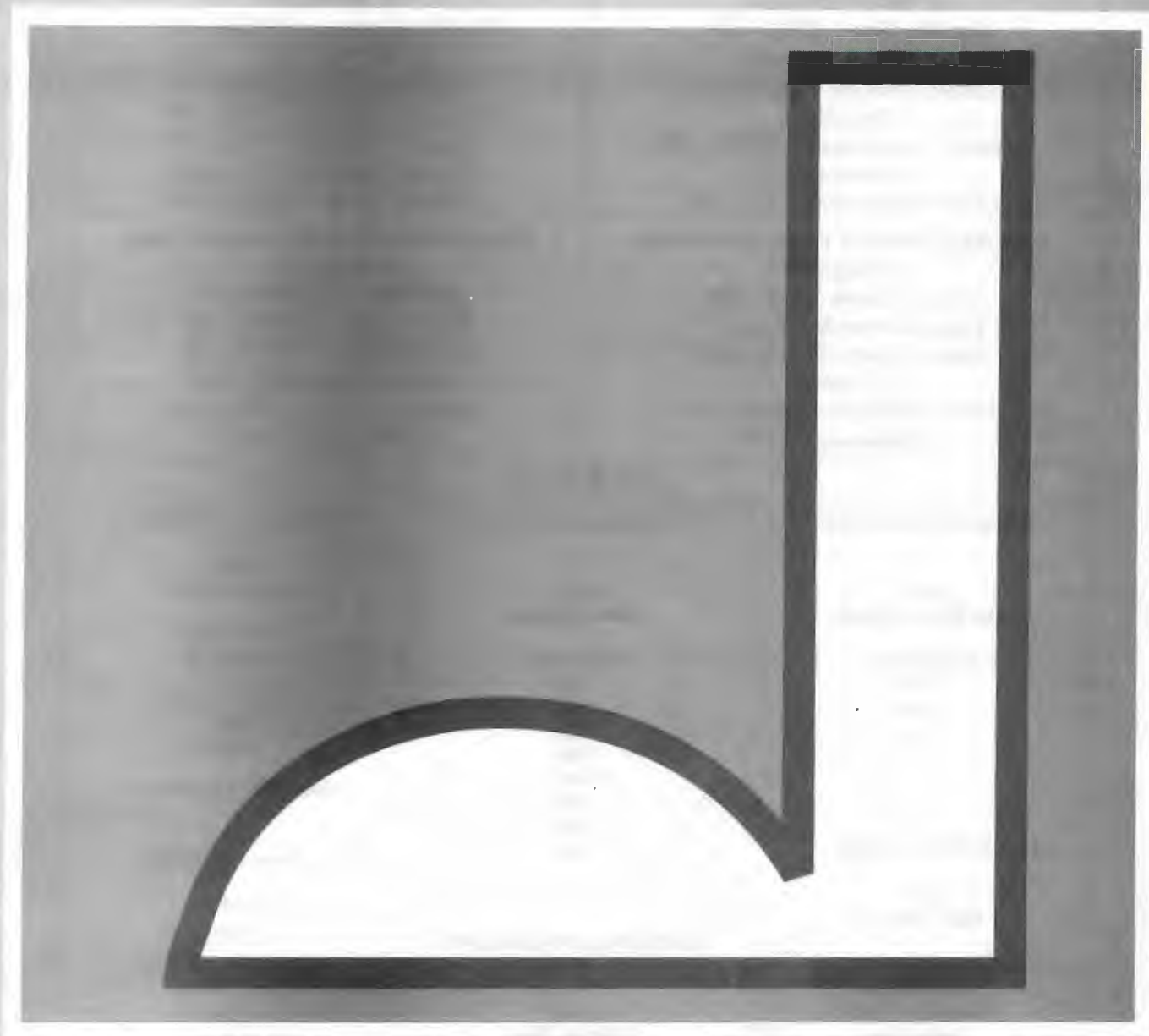




**República Federativa do Brasil**



# **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

**ANO LIV - SUP. "B" AONº 202**

**QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 1999**

**BRASÍLIA-DF**

MESA		
<p><b>Presidente</b>  <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i>  <b>1º Vice-Presidente</b>  <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i>  <b>2º Vice-Presidente</b>  <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i>  <b>1º Secretário</b>  <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i>  <b>2º Secretário</b>  <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p><b>3º Secretário</b>  <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i>  <b>4º Secretário</b>  <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  <b>1º</b> <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i>  <b>2º</b> <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i>  <b>3º</b> <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i>  <b>4º</b> <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Corregedor<sup>(1)</sup></b>  <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i>  <b>Corregedores Substitutos<sup>(1)</sup></b>  <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>  <i>Vago</i>  <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i>  <b>(1) Reeitos em 2-4-97</b></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Procuradores<sup>(2)</sup></b>  <i>Amir Lando – PMDB – RO</i>  <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i>  <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i>  <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i>  <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i>  <b>(2) Designação: 30-6-99</b></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>José Roberto Arruda</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL – 21</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Hugo Napoleão</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Edison Lobão</i>  <i>Francelino Pereira</i>  <i>Romeu Tuma</i>  <i>Eduardo Siqueira Campos</i>  <i>Mozarildo Cavalcanti</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB – 26</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Jader Barbalho</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Marina Silva</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Sebastião Rocha</i>  <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 13</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Sérgio Machado</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b>  <i>Osmar Dias</i>  <i>Pedro Piva</i>  <i>Romero Jucá</i>  <i>Vago</i>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPB – 3</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p><b>Vice-Líder</b>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Paulo Hartung</i></p> <p><b>Vice-Líder</b>  <i>Vago</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB – 1</b></p> <p><b>Líder</b>  <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i>  <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b>  <i>Claudionor Moura Nunes</i>  <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b>  <i>Júlio Werner Pedrosa</i>  <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>		<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i>  <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b>  <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i>  <b>Diretora da Subsecretaria de Ata</b>  <i>Denise Ortega de Baere</i>  <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (4-48-99-24) NCM



## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 – ATAS DE COMISSÕES

22ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 26 de outubro de 1999.....	00005
23ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 26 de outubro de 1999.....	00012
24ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 27 de outubro de 1999.....	00034
25ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 9 de novembro de 1999.....	00052
26ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 16 de novembro de 1999.....	00056
27ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 23 de novembro de 1999.....	00071
28ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 30 de novembro de 1999.....	00074
29ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 7 de dezembro de 1999.....	00094
30ª Reunião da Comissão de Educação, realizada em 13 de dezembro de 1999.....	00099
6ª Reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro da Comissão de Educação, realizada em 28 de outubro de 1999.....	00103
7ª Reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro da Comissão de Educação, realizada em 12 de novembro de 1999.....	00124
7ª Reunião da Subcomissão de Rádio e Televisão da Comissão de Educação, realizada em 20 de outubro de 1999.....	00152
8ª Reunião da Subcomissão de Rádio e Televisão da Comissão de Educação, realizada em 17 de novembro de 1999.....	00154
9ª Reunião da Subcomissão de Rádio e Televisão da Comissão de Educação, realizada em 7 de dezembro de 1999.....	00186
1ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de março de 1999.....	00203

2ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 17 de março de 1999.....	00207
3ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de março de 1999.....	00230
4ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 31 de março de 1999.....	00239
5ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 7 de abril de 1999.....	00245
6ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 14 de abril de 1999.....	00270
29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 9 de setembro de 1999.....	00299
30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 15 de setembro de 1999.....	00313
40ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 20 de outubro de 1999.....	00329
41ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 20 de outubro de 1999.....	00357
42ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 27 de outubro de 1999.....	00361
43ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 3 de novembro de 1999.....	00382
44ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 10 de novembro de 1999.....	00401
45ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 17 de novembro de 1999.....	00414

46ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 18 de novembro de 1999.....	00435	49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 16 de novembro de 1999.....	00598
47ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 24 de novembro de 1999.....	00464	50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 23 de novembro de 1999.....	00614
48ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 1º de dezembro de 1999.....	00484	51ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 30 de novembro de 1999.....	00642
49ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 7 de dezembro de 1999.....	00504	52ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 7 de dezembro de 1999.....	00659
50ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 8 de dezembro de 1999.....	00513	53ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 7 de dezembro de 1999.....	00687
51ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 15 de dezembro de 1999.....	00548	54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 8 de dezembro de 1999.....	00706
47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 9 de novembro de 1999.....	00570	55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 9 de dezembro de 1999.....	00711
48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 11 de novembro de 1999.....	00585	56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de dezembro de 1999.....	00749
		57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de dezembro de 1999.....	00761

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**Ata da 22ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 26 de outubro de 1999.**

Às doze horas do dia 26 de setembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores, Luiz Otávio, Edison Lobão, Agnelo Alves, Djalma Bessa, Bello Parga, Lúcio Alcântara, Ney Suassuna, Mozarildo Cavalcanti, Osmar Dias, Leomar Quintanilha, Amir Lando, Gerson Camata, Luiz Estevão, José Jorge, Álvaro Dias, Luzia Toledo, Sebastião Rocha, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, José Fogaça, Jonas Pinheiro, Lúdio Coelho, Antero Paes de Barros e Geraldo Cândido, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, José Sarney, Roberto Requião, Teotônio Vilela Filho, Jorge Bornhausen, Hugo Napoleão, Eduardo Siqueira Campos, Artur da Távola, Heloísa Helena, Emília Fernandes, Íris Rezende, Gilvam Borges, Pedro Simon e Marina Silva. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete aos Senhores Senadores membros da Comissão, que se inicie a deliberação da Pauta pelos Itens não terminativos, o que é acatado por todos. **Item 08:** Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que "Introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações". O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o parecer pelo encaminhamento da matéria à Subcomissão de Rádio e TV é aprovado. **Item 09:** Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultura) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 10:** Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Intercontinental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer

favorável é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 11:** Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade Congonhas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Assina o parecer, sem voto, o Senador Edison Lobão. **Item 12:** Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Porto Novo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Francelino Pereira e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Assina o parecer, sem voto, o Senador Edison Lobão. **Item 13:** Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pela Senadora Luzia Toledo, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Neste momento, o Senhor Senador Lúcio Alcântara pede a palavra e solicita que seja apreciado extra pauta o PDS nº 127/99, o que é aceito por todos. **Extra Pauta:** Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga a concessão à Fundação Século Vinte e Um para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o parecer favorável é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 14:** Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão do Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de



Ribeirão Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pela Senadora Luzia Toledo, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 15:** Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada de Lins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lins, Estado de São Paulo". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável, lido pela Senadora Luzia Toledo, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Assina o parecer sem voto o Senador Edison Lobão. **Item 16:** Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmas, Estado do Tocantins". O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o parecer favorável, lido pelo Senador Álvaro Dias, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 17:** Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Venceslau Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Venceslau, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Gilvam Borges e o parecer favorável, lido pelo Senador Álvaro Dias, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 18:** Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1995, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Uruguai Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador José Fogaça e o parecer favorável, lido pelo Senador Álvaro Dias, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 19:** Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Prudente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o parecer favorável, lido pelo Senador Álvaro Dias, é

aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Assina o parecer, sem voto, o Senador Edison Lobão. **Item 20:** Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Educativa Oswaldo Cruz para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Assina o parecer, sem voto, o Senador Leomar Quintanilha. **Item 21:** Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Tropical AM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Luziânia, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. **Item 22:** Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Catanduva Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção do Senador Geraldo Cândido. Finda a deliberação da Pauta e na inexistência de **quorum** para a apreciação dos itens terminativos, ficam adiadas as seguintes matérias: PLS nº 218/99, PLS nº 111/99, PLS nº 41/99, PLS nº 340/99, PLS nº 427/99, PLS nº 512/99 e o PLS nº 491/99. Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata, para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo** número regimental, declaro aberta a reunião.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, pela ordem.

Pediria a V. Ex<sup>a</sup>, consultado o Plenário, fizesse constar da pauta o projeto de concessão da Fundação Século XXI – Radiodifusão de Som e Imagem de Televisão para fins educativos, na cidade de Campinas, uma vez que já ofereci meu parecer favorável por estar a documentação acorde com a exigência da legislação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo concordância dos Srs. Senadores, colocaremos o projeto extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam com a proposição feita pelo Senador Lúcio Alcântara permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será colocado logo após o encerramento da pauta já designada.

Pergunto aos Srs. Senadores se concordam com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordarem permaneçam sentados (Pausa.)

Item 8, não terminativo, com a presença do Relator, Senador Lúcio Alcântara.

O Projeto de Lei do Senado nº 202, de 1999, introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27-8-62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Autor: Senador Antero Paes de Barros. Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para a apresentação de seu parecer.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, o que quer o nobre Senador Antero Paes de Barros, com o objetivo louvável de garantir diferenças culturais que existem no País, evitando uma uniformização de comportamentos, de atitudes e de linguagem, é garantir uma cota mínima obrigatória de programação regional nas emissoras de rádio e de televisão.

Entendi prudente, e, no meu parecer, sugeri o encaminhamento da matéria à Subcomissão de Rádio e de Televisão, que está estudando a programação de rádio e televisão, uma vez que dela poderá surgir uma proposta, que, oportunamente, será examinada pela Comissão e, depois, pelo Plenário, abrangendo todas as sugestões e opiniões que estão sendo coletadas dentro e fora do Legislativo. Por isso, penso que seria mais produtivo que o projeto fosse encaminhado à Subcomissão.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão, o parecer apresentado pelo Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra, o Senador Álvaro Dias, para discutir.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, apenas para manifestar minha posição favorável à proposta do Senador Lúcio Alcântara, até porque esse assunto merece uma análise de profundidade, uma vez que são tantas as emissoras de televisão espalhadas por todo o País, que muitas delas só têm capacidade de natureza técnica e econômica de retransmitir programações nacionais. É evidente que o propósito do Senador Antero Paes de Barros é salutar, mas é preciso verificar, em função dos antecedentes, as condições de natureza econômico-financeira dessas emissoras para bancarem programações da ordem de 50% do tempo. Daí ser prudente a providência do Senador Lúcio Alcântara ao remeter a uma comissão especial que analisará com maior profundidade essa questão.

Portanto, acompanho o relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Em votação, o parecer do Senador Lúcio Alcântara.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será encaminhado à Subcomissão de Rádio e Televisão.

Informo aos Srs. Senadores, ratificando convite já enviado aos gabinetes dos Senadores membros da Comissão de Educação, que hoje teremos uma audiência pública, às 17h30, portanto, logo após a Ordem do dia da sessão do Senado, para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. Essa audiência pública foi convocada em função de um requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão, de autoria do nobre Senador Sebastião Rocha, que é Relator do projeto no Senado Federal. Teremos como convidados a Deputada Telma de Souza, que é autora do projeto, Dr. Álvaro Sárkis, da Faculdade de Medicina da USP, Ronaldo Damião, da Sociedade Brasileira de Urologia, Samir Arap, da Faculdade de Medicina da USP, José Kogute, do Instituto Nacional do Câncer e Dr<sup>ª</sup> Maria Inês, também do Instituto Nacional do Câncer. Peço a presença dos Srs. Senadores às 17h30min de hoje.

Item 9 – PDL nº 144, de 1999, aprova ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa



Senhora de Belém, Rádio Cultura, para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. Autor: Poder Executivo, Relator Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra para apresentação de seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o exame da documentação que acompanha o PDL nº 144 evidencia o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que essa entidade, a Fundação Nossa Senhora de Belém, Rádio Cultura de Guarapuava atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da permissão.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Item nº 10 – Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 1999, que aprova ato que renova a permissão da Rádio Intercontinental Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Autor: Poder Executivo. Relator Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, da mesma forma do projeto anterior, também neste caso há cumprimento de todas as exigências de natureza técnica e legal. A Rádio Intercontinental, portanto, está habilitada à renovação da permissão para o seu funcionamento. O nosso voto é favorável à aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Antes de passar ao item seguinte, gostaria de convidar os Srs. Membros desta Comissão para uma reunião

extraordinária amanhã, às 17h30min, em homenagem ao Dia do Professor, que se deu no último dia 15 de outubro, em função de requerimento da Senadora Emilia Fernandes, aprovado por esta Comissão. A reunião contará com palestras do Professor Renato de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, antes, do Professor Carlos Augusto Abicalil\*, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Professora Selma Garrido Pimenta, da Faculdade de Educação da USP, e ainda teremos uma homenagem póstuma ao ex-Senador João Calmon, que será prestada pela Comissão, onde ouviremos pronunciamentos da Senadora Luzia Toledo, do Senador Gerson Camata, representantes do Estado do Espírito Santo, terra de origem do Senador João Calmon, e ainda o descerramento da galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação. Amanhã, às 17h30min.

Item nº 11 – Não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 1999, que aprova ato que renova a concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Congonhas, em Minas Gerais. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Francelino Pereira. Peço ao Senador Djalma Bessa que faça a leitura do relatório.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposição é de iniciativa do Presidente da República encaminhada à Câmara dos Deputados. Na Comissão competente daquela Casa do Congresso Nacional foi aprovada por unanimidade a renovação da concessão da Fundação Radiodifusora de Congonhas. Nesta Casa, o Relator, Senador Francelino Pereira, conclui dizendo que o projeto tem respaldo legal, jurídico e técnico. Portanto, S. Ex<sup>a</sup> opina pela aprovação.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 1999, que aprova ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Porto Novo Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais. É autor o Poder Executivo e Relator, o Senador

Francelino Pereira. Solicito ao Senador Djalma Bessa que faça a apresentação do citado relatório.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, o parecer do Senador Francelino Pereira ressalta que a proposição atenta a todos os requisitos legais, constitucionais e jurídicos, e tecnicamente também está em condições de obter parecer idêntico ao que obteve na Câmara dos Deputados, que é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 13, não terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 1999, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Presidente Prudente para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. É autor o Poder Executivo e Relator, o Senador Romeu Tuma. Solicito à Senadora Luzia Toledo, Vice-Presidente desta Comissão, para fazer o obséquio de ler o parecer do Relator.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto de lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados e tem a relatoria do eminente Senador Romeu Tuma. Tem como participação as cotistas Terezinha de Lourdes Campos, com 33 mil cotas; Maria Cristina Arruda Bulsione, com 11 mil cotas; Maria Silva Campos Gomes, com 11 mil cotas; Maria Tereza Rangel Campos, com 11 mil cotas, totalizando, portanto, 66 mil cotas.

O relatório do eminente Senador é pela aprovação, considerando que o processo está técnica e juridicamente perfeito, estando, portanto, com todo o amparo legal para receber o parecer favorável do Relator, Senador Romeu Tuma.

É o relatório sobre a matéria em pauta, aprovação da renovação da concessão à Rádio Presidente Prudente Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Pois não.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, considerando que tenho um compromisso inadiável que me obrigará a me retirar do plenário e que dos itens remanescentes sou o único Relator presente, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, se o Plenário e V. Ex<sup>a</sup> estiverem de acordo, que eu possa oferecer o parecer na proposição incluída extrapauta por deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Consulto os Srs. Senadores sobre a proposição feita pelo Senador Lúcio Alcântara. Com o consentimento do Plenário, incluímos extrapauta um projeto relatado por S. Ex<sup>a</sup>, que é o único Relator presente. Se houver concordância dos Srs. Senadores, colocaremos como item seguinte.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos, então, apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 127, de 1999, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Século XXI para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, Relator do projeto.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto evidentemente já tramitou na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Ciência e Tecnologia, e está de acordo com a legislação. Todas as exigências legais foram cumpridas. Assim, nosso parecer é favorável, fazendo questão de assinalar que se trata de uma fundação que executará serviços de radiodifusão de sons e imagens em televisão com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campinas. Se lembrarmos a importância da comunicação na educação, veremos que se está oferecendo mais um importante instrumento para a melhoria do nível de cultura e de educação do nosso povo.

Por todo o processo estar de acordo com a legislação, o nosso voto é favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 1999, que aprova o ato que renova concessão do Sistema Clube de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas curtas na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. É autor o Poder Executivo e Relator o Senador Romeu Tuma. Solicito à Senadora Luzia Toledo que faça a leitura do parecer do Relator.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto chega a esta Casa aprovado pela Câmara Federal.

Gosto sempre de ler a demonstração do quadro de cotas porque considero extremamente importante. Gostaria, então, de dizer que neste pedido da renovação da concessão do Sistema de Clube de Comunicação Ltda. para Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, os cotistas são José Inácio Pizane, com 1.200 cotas; Paulo Tarso Genare Pizane, com 1.200 cotas; Emétrio Luiz Pedro Bom, com 300 cotas; e José Roberto Vilela, com 300 cotas, totalizando 3.000 cotas.

O presente projeto, após ter sido analisado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, teve seu parecer favorável pelo Deputado Sérgio Barcelos e aprovação unânime daquela comissão. Aqui, pelo voto do Relator, o eminente Senador Romeu Tuma, verificamos que o projeto está com toda a cobertura, tanto da questão técnica quanto jurídica, recebendo, portanto, parecer favorável à sua aprovação, que é também o nosso parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 1999, que aprova ato que renova concessão outorgada à Rádio Alvorada de Lins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lins, Estado de São Paulo. É autor o Poder Executivo e Relatora a Senadora Maria do Carmo. Solicito à Senadora Luzia Toledo que, por obséquio, faça a apresentação do parecer da Relatora.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a eminente Senadora Maria do

Carmo proferiu seu parecer embasado no também parecer vindo da Câmara dos Deputados, que foi favorável naquela comissão, com aprovação unânime da Comissão da Câmara dos Deputados. E, nesta Casa, o voto da eminente Relatora, após apreciação dos autos do processo, está perfeitamente consoante com o art. 233 da Constituição Federal, obedecendo, portanto, as formalidades e os critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Atendendo, portanto, todas as exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que deve instruir o processo, submetido então à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 75, este está coberto com todos os cumprimentos das formalidades estabelecidas na resolução, recebendo, portanto, o parecer favorável da eminente Relatora Maria do Carmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 1999, aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Universidade de Tocantins – UNITINS, para executar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Palmas – TO. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Leomar Quintanilha.

Solicito ao Senador Álvaro Dias que faça a apresentação do parecer do Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Leomar Quintanilha recomenda aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 220, tendo em vista ter a emissora cumprido todas as exigências de natureza técnica e legal, estando habilitada à prorrogação da permissão.

Portanto, o voto do Relator é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)



Aprovado.

Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 1999, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Venceslau Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Presidente Venceslau – SP. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Gilvam Borges.

Solicito ao Senador Álvaro Dias que, por obséquio, apresente o parecer do Senador Gilvam Borges.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, o Senador Gilvam Borges recomenda a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 181. A emissora cumpriu todas as exigências e apresentou a documentação requerida. Portanto, está apta a merecer aprovação do decreto legislativo que confere a ela prorrogação da permissão para execução dos serviços de radiodifusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 1995, aprovado, que renova a concessão outorgada à Rádio Alto Uruguai Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Humaitá – RS. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador José Fogaça.

Solicito ao Senador Álvaro Dias que apresente o citado parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador José Fogaça apresenta parecer favorável à aprovação do decreto legislativo, já que a empresa de radiodifusão cumpriu todas as exigências de natureza técnica e legal.

Portanto, o voto é favorável à aprovação, conforme relatório do Senador José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 19 (não terminativo): Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 1999, aprovado, que renova a concessão da Rádio Presidente Prudente Ltda. para

explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Presidente Prudente -SP. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Solicito mais uma vez ao Senador Álvaro Dias que, por obséquio, apresente o citado relatório.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Jonas Pinheiro recomenda aprovação, pelas razões expostas anteriormente em relação aos outros itens da pauta, no que diz respeito à renovação de permissão para prestação de serviços de radiodifusão.

O parecer, portanto, é favorável, recomendando aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 1980, de 1999, aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Rádio Educativa Oswaldo Cruz para executar serviços de radiodifusão, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho – SP. Autor: Poder Executivo, Relator Senador Luiz Otávio.

Solicito ao Senador Djalma Bessa que apresente o parecer do Senador Luiz Otávio.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, o parecer começa por um relatório em que acentua que a proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados e que encaminhada a esta Casa recebeu parecer favorável por estar vazado em termos técnicos, em termos legais, em termos jurídicos e devidamente acompanhada da documentação que a lei exige.

O parecer conclui, pois, pela aprovação da renovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1999, aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Tropical AM Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de

Luziânia – GO. Autor Poder Executivo, Relator Senador Maguito Vilela.

Solicito ao Senador Djalma Bessa que apresente o parecer.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, o Relator declara que o projeto foi aprovado, como realmente aconteceu, pela Câmara dos Deputados, onde recebeu aprovação unânime. E aqui no Senado foi examinada a documentação. Está devidamente aprovada e os aspectos legais, constitucionais e jurídicos foram aprovados.

Então conclui, o eminente Relator, pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último item, item 22, não-terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 1999, aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusora de Catanduva Ltda. para explorar serviços de radiodifusão, em onda média, na cidade de Catanduva – SP. Autor Poder Executivo, Relator Senador Ney Suassuna.

Solicito ao Senador Djalma Bessa que apresente o relatório.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, trata-se de renovar a concessão da Radiodifusora de Catanduva, em São Paulo.

O projeto encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados foi distribuído à Comissão de Ciência e Tecnologia, que emitiu parecer favorável. Nesta Casa, o projeto foi examinado e o Relator adianta que foram cumpridas as formalidades e os critérios estabelecidos na Resolução que disciplina a matéria. Portanto pela aprovação, considerando que a matéria foi apreciada juridicamente e ainda tecnicamente.

Portanto, cumpridos todos os requisitos jurídicos e legais, S. Ex<sup>a</sup>, o Relator, opina pela aprovação da concessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Nós vamos lembrar mais uma vez, já que estão presentes mais alguns Senadores, teremos hoje à tarde uma audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, em função do requerimento de autoria o Senador Sebastião Rocha, que é Relator da matéria aqui no Senado.

Convidados a Deputada Telma de Souza, autora do projeto, o Dr. Álvaro Sarda, da Faculdade de Medicina da USP, o Dr. Ronaldo Damião, da Sociedade Brasileira de Urologia, o Dr. Samir Arape, da Faculdade de Medicina da USP, o Dr. José Cogute, do Instituto Nacional do Câncer, e a Dr<sup>a</sup> Maria Ines, também do Instituto Nacional do Câncer.

Hoje, às 17:30 horas, portanto, audiência pública, aqui, na Comissão e amanhã, também, em função de Requerimento de autoria da nobre Senadora Emilia Fernandes, aprovado pelo Plenário da Comissão, haverá uma reunião da Comissão em homenagem à passagem do "Dia do Professor". Conforme aprovação do Plenário da Comissão, teremos palestra do Professor Renato de Oliveira, Presidente da ANDES, do professor Carlos Augusto Abicalil, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, da Professora Selma Garrido Pimenta, Professora da Faculdade de Educação da USP.

Teremos, ainda, uma homenagem póstuma ao ex-Senador João Calmon e, na ocasião, ouviremos os pronunciamentos do Sr. Senador Gerson Camata e da Sr<sup>a</sup> Senadora Luzia Toledo, representantes do Estado do Espírito Santo, Estado de origem do Sr. Senador João Calmon e, ainda, a inauguração, conforme sugerida no Requerimento, da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação – amanhã, também, portanto, às 17:30 horas.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h30min.)*

**Ata da 23ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se em 26 de outubro de 1999.**

#### **Audiência Pública**

Às dezessete horas e cinquenta minutos do dia 26 de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Se-



nador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores Sebastião Rocha, Luzia Toledo, José Jorge, Romeu Tumã, Tião Viana, Geraldo Cândido, Leomar Quintanilha, Emília Fernandes e ainda o Senador não membro, Carlos Patrocínio, reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lúcio Alcântara, Luiz Otávio, Amir Lando, Agnelo Alves, Gerson Camata, Íris Rezende, José Sarney, Pedro Simon, Roberto Requião, Gilvam Borges, Luiz Estevão, Hugo Napoleão, Djalma Bessa, Jorge Bornhausen, Eduardo Siqueira Campos, Bello Parga, Álvaro Dias, Artur da Távola, Teotônio Vilela Filho, Heloísa Helena, Roberto Saturnino e Marina Silva. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997, que "Institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata". Foram convidados para explanarem sobre o tema as seguintes personalidades; Deputada Telma de Sousa (autora do Projeto), Dr. Álvaro Sarkis (Faculdade de Medicina – USP – SP), Dr. Ronaldo Damião (Sociedade Brasileira de Urologia – RJ), Dr. José Kogute (Instituto Nacional do Câncer – RJ), Dra. Maria Inês (Instituto Nacional do Câncer – RJ) e Dr. Sami Arap (Faculdade de Medicina da USP – SP.) A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às vinte horas determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Educação, convocada, na forma de audiência pública, por meio de requerimento do eminente Senador Sebastião Rocha, com o intuito de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1997, que institui a Semana Nacional de Combate ao Câncer.

Quero saudar os nossos ilustres convidados e, em nome da Comissão de Educação, agradecer a presença de todos: Dr. Sami Arap, da Faculdade de Medicina da USP; Dr. José Kogute, do Instituto

Nacional do Câncer; Dr<sup>a</sup> Maria Inês, também do Instituto Nacional do Câncer; e Dr. Álvaro Sarkis, da Faculdade de Medicina da USP. E estamos aguardando o Dr. Ronaldo Damião, da Sociedade Brasileira de Urologia, que já nos comunicou que, atrasará em função de falta de teto no aeroporto.

Queremos informar aos nossos ilustres convidados que, de acordo com o Regimento que trata da audiência pública das comissões do Senado, concederemos o tempo de até 15 minutos àqueles que desejarem, inicialmente, fazer algumas considerações. Cada um falará por até 15 minutos e, depois, liberaremos para debate com os Srs. Senadores aqui presentes que desejarem fazer perguntas a alguns dos convidados.

De modo que passo a palavra, inicialmente, com muita satisfação e com muita honra, ao Dr. Sami Arap, da Faculdade de Medicina da USP, agradecendo mais uma vez pela atenção que teve com a Comissão de Educação do Senado, atendendo ao nosso convite.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Parece-me que V. Ex<sup>a</sup> deseja fazer uma introdução.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Muito bem. Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, como autor do requerimento. Em seguida, com a sua devida permissão, passaríamos a palavra ao Dr. Sami Arap.

Como eu disse, o Senador Sebastião Rocha é autor do requerimento e, naturalmente, justificará o motivo pelo qual solicitou essa audiência pública.

Com a palavra o ilustre Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, Srs. convidados, Sras e Srs. Senadores, nesta intervenção inicial, gostaria de expor a motivação da convocação dessa audiência pública para discutir esse projeto de autoria da Deputada Telma de Souza, que institui a Semana de Combate e Prevenção do Câncer de Próstata.

Inicialmente, esse assunto pareceu-me bastante pacífico, sem controvérsias, mas consultei alguns especialistas e um deles, que não é especialista em câncer de próstata, mas que é um especialista da área da oncologia, o Dr. Ricardo Brentane, da Fundação Antônio Prudente, de São Paulo, falou-me a respeito de um trabalho, de origem americana, que mencionava controvérsias a respeito da eficácia do rastreamento e da prevenção do tumor, levantando aspectos como o impacto em relação à sobrevida. Será que a sobrevida se eleva quando se faz esse tipo de rastreamento na po-

pulação como um todo, ou mediante campanhas de conscientização sobre a importância da prevenção do câncer de próstata?

E há outros aspectos, como a possibilidade do aumento da morbidade em função das complicações, sobretudo quando se trata de um tumor pequeno e que produziria efeitos a médio e longo prazos sobre pacientes. Uma vez submetido a um tratamento mais radical, melhora ou piora a qualidade de vida do paciente, nesse período? É possível também fazer a abordagem do ponto de vista econômico, da relação custo-benefício.

Quero apenas fazer essa introdução. Na condição de Relator, gostaria que o foco do debate fosse a questão se o Brasil deve ou não adotar uma campanha nacional, uma semana de prevenção e de combate ao câncer de próstata, a exemplo do que já ocorreu com outros tumores, como o do colo uterino, e também campanhas sobre o câncer da mama. Em especial, posso citar esses dois.

Seria mais uma orientação que eu gostaria de passar aos professores convidados.

Esta é a nossa expectativa: poder debater sobre a eficácia desse tipo de procedimento e saber se do ponto de vista custo/benefício é razoável adotá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Eu gostaria de registrar a presença do Dr. Miguel Siruge, Professor Titular da Disciplina de Urologia da Universidade Federal de São Paulo. Convido-o a permanecer na Comissão. Peço ao Secretário que introduzia ao recinto o Dr. Miguel Siruge(?).

Passo a palavra ao Dr. Sami Arap.

**O SR. SAMI ARAP** – Inicialmente, gostaria de agradecer aos promotores desta reunião, Dr. Sebastião Rocha, porque realmente esse é um tema extremamente controverso. Em segundo lugar, quero me congratular com a Deputada Telma de Souza por ter proposto a idéia.

Na realidade, difundir conhecimento sobre as doenças, prevenir a população e até a realização desta reunião já se constituem numa disseminação de conhecimentos sobre câncer de próstata, uma vez que esta reunião está sendo difundida em nível nacional.

As ponderações do Senador Sebastião Rocha têm muito cabimento, porque esse é um tema absolutamente atual e altamente controvertido.

Gostaria, inclusive, de poder apresentar a experiência que foi desenvolvida, nesses últimos oito anos, no Hospital das Clínicas com campanhas de rastreamento. A partir daí, poderíamos extrapolar

dados e tirar conclusões sobre a conveniência e a propriedade de se difundir esclarecimentos e saber até que ponto deveríamos avançar na difusão desses esclarecimentos e na oferta de campanhas de rastreamento, por exemplo, à população brasileira acima dos 50 anos.

Na realidade, esse problema do câncer de próstata vem alcançando uma grande disseminação, uma grande difusão no meio leigo. Não só nos Estados Unidos, mas na Europa e em todos os países desenvolvidos, é um tema bem atual. Isso porque, nos últimos 15 anos, apareceu um exame de sangue, que é a dosagem do antígeno prostático específico, que permite o reconhecimento, a suspeita da existência de um câncer de próstata. Dessa maneira, foi possível também um diagnóstico muito mais precoce da doença.

Para os senhores terem uma idéia do que isso representa, o câncer de próstata, até há 20 anos, em 70% das vezes, era diagnosticado já por intermédio de uma lesão metastática; ou seja, uma doença muito avançada, além das possibilidades de cura. O câncer de próstata freqüentemente é oligossintomático, o doente nada sente, e aparecia como uma dor lombar ou uma dor na costela, que já representava um câncer avançado, metastático e, portanto, impossível de cura.

Hoje em dia, com a aparição da dosagem do antígeno prostático específico e da sua utilização e difusão, por meio da imprensa leiga e de inúmeros livros, como eu poderia mostrar a vocês, houve uma inversão total do diagnóstico. Atualmente, diagnosticamos a maioria dos tumores pequenos ainda localizados na próstata, naquilo que os médicos chamam de estágio T-1C, ou seja, um diagnóstico apenas pela dosagem, em que a suspeição é feita apenas por uma dosagem rotineira do antígeno prostático específico.

Então, houve uma inversão: 80% ou 70% dos tumores, hoje, são diagnosticados por meio de um exame de sangue e isso gerou uma enorme excitação nos meios médicos e leigos, com o diagnóstico dessa doença, que é uma doença evolutiva, uma doença mortal, mas é um câncer de evolução lenta, menos agressivo do que outros e que, apesar disso, a longo prazo, mata os doentes e limita sua vida útil. Tradicionalmente, alcança a maior parte da população numa faixa de idade altamente produtiva, a partir dos cinquenta anos de idade, quando o indivíduo tem uma grande maturidade, grande conhecimento e pode fazer contribuições muito importantes para a sociedade.

Isso gerou, portanto, uma grande controvérsia: devemos e podemos fazer campanhas de rastreamento para diagnosticar o câncer de próstata? Se fizermos essas campanhas, qual será o custo delas? Qual é – como mencionou o Senador Rocha – a morbidade? Porque, quando se faz, por exemplo, a dosagem de PSA, um toque retal e se encontra uma suspeita de um câncer de próstata, o passo seguinte é fazer uma biópsia da próstata. E, freqüentemente, com um PSA alterado e um toque eventualmente normal, faz-se a biópsia e não se detecta câncer, o doente, o paciente fica neurotizado, porque ele sabe que está em grande risco de ter um câncer de próstata que a biópsia não demonstrou.

Portanto, esses indivíduos ficam sabendo que têm um PSA elevado, que estão com uma suspeita de câncer de próstata, fazem a biópsia, esta dá negativa e devem-se repetir, eventualmente, uma segunda e uma terceira biópsia. Isso gera uma grande intranquilidade no doente e, eventualmente, conduz também a um diagnóstico precoce de uma doença que deva ser tratada.

No Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina – pode projetar.

(Projeção)

O que é a próstata?

Isto é um esquema que está invertido, está de cabeça para baixo, que mostra a próstata, mas não tem muita importância.

Em termos epidemiológicos, é a neoplasia sólida interna mais freqüente no homem. Nos Estados Unidos, há dois anos, estimava-se que haveria trezentos e dezessete mil casos novos, com quarenta e uma mil e quatrocentas mortes pela doença, para 1998; os negros e indivíduos com história familiar apresentam mais risco; os orientais apresentam incidência menor. Há, portanto, uma variação geográfica talvez relacionada com hábitos alimentares.

Com esse sentido, criamos no Hospital das Clínicas, em 1992, uma unidade chamada Centro de Próstata, que pretendia oferecer à população do Hospital das Clínicas um diagnóstico e tratamento de hiperplasia prostática benigna e rastreamento de câncer de próstata.

Quer dizer que devemos estender isso à toda a população? Não. O que isso quer dizer é que, na universidade, nos hospitais associados à universidade, temos obrigação de gerar os números, fatos e epidemiologia da doença no nosso meio. Por isso, fizemos esse Centro de Próstata. Neste momento, rastreamos perto de 8 mil pacientes

visando a encontrar a prevalência da doença na população brasileira e paulistana. Em São Paulo, oferecemos, no Hospital das Clínicas, um atendimento que realmente não é para paulistanos, porque 40% da população que procura o Hospital das Clínicas vêm de outros Estados, sendo a grande maioria dos Estados do Nordeste.

Há dois anos, organizamos uma Semana de Alerta do Câncer de Próstata, oportunidade em que rastreamos 3 mil pacientes sadios, assintomáticos, que procuraram o Hospital das Clínicas para fazer um rastreamento de câncer de próstata. Nesses 3 mil pacientes, fizemos suspeita de câncer em 550 e encontramos aproximadamente 80 doentes com câncer de próstata, totalmente assintomáticos, que já foram operados ou tratados de acordo com o estadiamento desta doença.

Esta gravura lhes mostra o que é a próstata. A próstata é uma glândula que se situa abaixo da bexiga, onde desembocam as vesículas seminais isto é visto por trás e, através da qual, passa a uretra e o homem urina.

Existe uma grande controvérsia quanto ao que significa um tumor de próstata diagnosticado. Há os tumores de próstata diagnosticados clinicamente, que são doenças que evoluem e matam o paciente. Por outro lado, existem cânceres de próstata que são diagnosticados, em necropsia, em indivíduos absolutamente assintomáticos, cânceres microscópicos que possivelmente possam permanecer assintomáticos e indolentes durante toda a vida do indivíduo. Na necropsia do indivíduo que morreu por infarto, atropelado ou por um trauma de crânio, encontra-se uma incidência alarmante de câncer de próstata que pode atingir indivíduos até 70 anos, 35% ou 40% dos doentes. Esses cânceres não são significativos e não matarão o paciente ou trarão problemas a ele. Portanto, essa é uma primeira controvérsia. Quando rastreamos câncer de próstata, encontramos cânceres que vão evoluir e são doença cancerosa ou são cânceres incidentais, encontrados por meio de métodos sofisticados de pesquisa, e estaríamos diagnosticando doença inexistente e tratando doença que ficaria aquiescente a vida inteira.

O segundo problema é o alerta à população. Realmente, cada indivíduo com idade acima de 40 ou 50 anos tem o direito de conhecer os fatos que cercam sua vida e seu futuro. Por exemplo, tem direito de saber qual o risco de câncer a que está sujeito e de pedir um exame que diagnostique esse câncer. No entanto, a pergunta é: estamos equipados a oferecer esses exames e esse diagnóstico a toda a população



brasileira acima de 50 anos? Como segunda etapa, temos condições materiais de, uma vez feito o diagnóstico, oferecer a todos eles o tratamento a que têm direito?

Essas são controvérsias do problema que se apresenta socialmente.

**O SR. TIÃO VIANA** – O senhor me permite solicitar somente uma informação? Qual a faixa etária daqueles três mil doentes nos hospitais?

**O SR. SAMI ARAP** – Eram todos pacientes acima de 50 anos de idade e assintomáticos.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> que o achado histológico em autópsia chega a 42%, em indivíduos que não tinham nenhuma doença e morreram de outras causas. O diagnóstico clínico, por outro lado, alcança mais ou menos 9,5% dos indivíduos até os 70 anos, sendo que morrem apenas 3% desses pacientes, ou seja, o câncer é doença de evolução indolente, que pode ser até diagnosticada e tratada, mas muitas vezes o paciente falece de outra causa.

O que são tumores clinicamente significativos? Existem dados científicos que possivelmente não são do interesse dos Srs. Senadores. São de muito interesse para os médicos, mas também são controvertidos; tanto é que cada um desses autores – Temen, MacNeal, a Universidade John Hopkins, o Dr. Wasterling – tem seus números, seus dados para diagnosticar um tumor que é clinicamente significativo.

Adicionalmente, com o aparecimento de tantas figuras importantes em nível mundial – o Senador Bob Dole, dos Estados Unidos, o Dr. Mitterrand, Presidente da França, McCaffrey, general que comandou as forças americanas no Iraque, Kappa, grande músico –, o tema foi bastante difundido no mundo inteiro, criando-se grande movimento de opinião pública. Editaram-se inúmeros livros de altíssima qualidade, dedicados a orientar a população masculina americana acima dos 50 anos sobre o problema do câncer de próstata.

Assim, houve uma explosão absurda de diagnósticos de câncer de próstata nos Estados Unidos, a tal ponto que esta se tornou a operação urológica de longe a mais freqüente e que está gerando despesas imensas para o sistema de saúde.

Esse movimento gerou uma melhora? Isso é controvertido. O Senador Sebastião Rocha mencionou essa controvérsia. Os últimos números indicam a tendência de queda de mortalidade por câncer de próstata nos Estados Unidos, mas esses números não são definitivos e o tema ainda é controverso.

Em paralelo, o que ocorreu? Estimava-se que os números de 1997 e 1998 mostrados aqui, de 300 mil casos, seriam mantidos em 1999, mas, aparentemente, com o uso muito freqüente, muito intenso de todos esses exames de rastreamento, eles foram capazes de diagnosticar a grande maioria dos tumores que estavam esperando para serem diagnosticados. E, no ano de 1999, está havendo uma queda no número de diagnósticos de câncer de próstata. Ao invés dos 300 mil, aparentemente, vão ser diagnosticados apenas 200 mil casos novos em 1999, mostrando que havia um **pool** de doentes, que estavam esperando para serem diagnosticados e o foram. De maneira que, nessas campanhas de rastreamento, o que se detecta na situação atual é por volta de 3% da população, que é um número semelhante ao que obtivemos em São Paulo, e se o indivíduo continuar fazendo anualmente os exames para verificar se tem câncer de próstata ou não, vai-se detectar, em média, 0,4% anualmente de novos casos. No Hospital das Clínicas pudemos detectar um percentual maior, em torno de 4 e 4,5%, mas porque essa população não é uma população pura de rastreamento.

O Hospital das Clínicas é um Hospital assistencial e muita gente que ouve falar de campanhas se apresenta porque tem sintomas, porque está querendo tratamento e então aproveita a oportunidade. Já citei muitos nomes de indivíduos que tiveram câncer de próstata e deram publicidade a isso. De maneira que isso é só um início de apresentação que faço para mostrar a vocês. São livros que, infelizmente, não conseguimos colocar na posição correta. São vários livros-guias para diagnóstico e tratamento do câncer da próstata. Livros de câncer da próstata, esse escrito pelo Dr. Patrick Walche e dedicado às esposas dos homens que necessitam fazer o diagnóstico de câncer de próstata. Por quê? Porque, cercando todo esse ambiente de diagnóstico e de rastreamento, existe também aquele aspecto, que é tão difundido hoje, de que o homem tem horror e não gosta de se submeter a um exame da próstata, que é um toque retal, um exame que, de alguma maneira, parece ofender a virilidade, o amor-próprio do homem. O que é uma bobagem, porque, na realidade, vamos sentindo todo dia, no consultório, todos nós, urologistas, que cada vez mais homens vão lá. Não gostam, mas submetem-se, da mesma maneira que as nossas mães e avós tinham pudor de ir a um médico ginecologista e se exporem para serem examinadas. Hoje, elas vão todo ano ao ginecologista fazer um **check up**, colpocitologia, etc.

De maneira que a difusão desses conhecimentos parece muito útil para acabar com algumas posturas

culturais inadequadas. Creio que existe um grande mérito nesse projeto. Vou abreviar um pouco. Creio que é um direito do homem ser esclarecido sobre os riscos futuros, sobre as possibilidades que ele tem de prevenir uma doença e de se tratar de uma doença potencialmente mortal. Não quer dizer que isso seja um endosso para campanhas de rastreamento em nível nacional, porque até acredito que existam outras patologias muito mais prevalentes, de tratamento mais barato, que também não estão recebendo atenção adequada por inúmeras deficiências que existem no nosso sistema de saúde, por falta de financiamento, pelos problemas crônicos que os senhores certamente conhecem muito melhor do que eu. Portanto, quero elogiar a idéia. Creio que ela é altamente meritória, que a divulgação do câncer de próstata merece ser feita e nós fizemos. Trouxe alguns folhetos, distribuídos no Hospital das Clínicas, que explicam o que é a próstata, que doenças tem e o que é o câncer de próstata. Creio ser impraticável oferecer mais do que isso do ponto de vista material e dadas as atuais condições do nosso sistema de saúde e da nossa economia.

Era isso o que queria apresentar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra, por até 15 minutos, como autora do Projeto na Câmara dos Deputados, à Deputada Telma de Souza.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Muito obrigada, Senador Freitas Neto. Também, em sua pessoa, quero não só cumprimentar o Senador Sebastião Rocha, Relator do Projeto, mas também os outros Senadores aqui presentes, minha amiga Emília Fernandes, o Dr. Álvaro Sarkis, Dr. Sami Arap, Dr<sup>a</sup> Maria Inês e o Dr. José Kogute. O Dr. Miguel Siruge esteve entre nós, mas teve de sair. Falo em nome dele, até em função do artigo publicado, no último domingo, na **Folha de S. Paulo**, cujo título é O Câncer da Próstata e o Motel da Praia do Francês.

Gostaria de fazer minha locução em três variáveis. Como surgiu a idéia desse projeto? Como é o projeto? Qual é, para mim, o significado maior dessa questão?

Antes de mais nada, fiquei aturdida há dois anos..., e esse projeto deu entrada na Câmara Federal exatamente em agosto de 1997. Em dezembro, em regime de urgência urgentíssima tivemos, num debate acalorado em 4 de dezembro, a adesão de todos os Srs. Líderes da Câmara Federal e, por unanimidade, esse projeto foi aclamado.

Qual a minha grande aflição e angústia por perceber que nós, mulheres, por termos, talvez,

conhecimento do nosso corpo, seja em função da menstruação, seja em função da gravidez, seja em função das alterações hormonais, temos uma relação, talvez, mais íntima com o nosso corpo e com os cuidados que com ele devemos ter. Tive a idéia, já que estamos sendo exitosas em relação ao combate ao câncer de útero e câncer de mama, de estender nossa solidariedade a um setor que mata os homens mundialmente, mas também os homens brasileiros de uma maneira atroz, por desconhecimento e preconceito.

Parece-me, Dr. Sami, que o maior problema é exatamente o esclarecimento, e os dados são absurdos. Esse projeto foi elaborado há dois anos; hoje, os dados são ainda mais significativos. Podemos fazer uma comparação com as medidas tomadas nos Estados Unidos, porque não temos ainda, sequer, nas condições brasileiras, estatísticas mais próximas e com acuidade maior. Segundo o artigo colocado pelo Dr. Siruge nesta semana, temos dois números absolutamente aterradores. É claro que estou em meio de pessoas – doutores, médicos e médicas – que sabem dissertar sobre a questão específica muito melhor do que eu.

O artigo cita que, após os 40 anos, 80% dos homens passam a apresentar um crescimento benigno da próstata, e, nessa perspectiva, a questão da malignidade pode ser um passo. Diz ainda que a perspectiva nos Estados Unidos é de, no ano 2000, haver 120 mil portadores da doença, com cerca de 23 mil óbitos. Estou repetindo números que li há dois dias, que alteram profundamente inclusive a justificativa que apresentei antecipando o projeto em si.

Fiz uma pequena travessura, que não foi bem uma travessura, mas uma espécie de pesquisa informal. Coloquei-me à frente do Plenário, onde muitos não me conheciam – talvez alguns me conhecessem por ter sido Prefeita de Santos. Quando chegavam, eu perguntava: Deputado, já fez exame preventivo de próstata? A grande maioria me respondeu com outra pergunta: por que quer saber?

Não me intimidei, fiz por escrito, e, no plenário, fui de um em um, sem dizer o nome, perguntando a faixa etária, Estado de origem, e partido. E de uma maneira não científica, mas com um certo perfil, diria que quanto mais idade e mais ao norte, mais conservador é o comportamento do Deputado da Câmara, a qual pertença.

Se eu puder dizer que estamos em uma elite da política brasileira, diria que o preconceito, a vergonha e a impossibilidade de falar de uma maneira mais clara sobre o assunto é para mim o grande componente da questão do câncer de próstata.



No dia em que fui defender o projeto – não nos iludamos – fui alvo de muitas piadas nos primeiros dois minutos. Desde piadas irreverentes, com a bancada gaúcha, que queria a prorrogação da semana, brincando com o tema, até um silêncio total, quando as estatísticas foram feitas. E os cinco minutos regimentais passaram a ser doze minutos. Não falo isso com vaidade e nem com glória, mas apresentando mais um elemento da preocupação que tomou conta dos Deputados, porque lá as mulheres representam apenas 6% do total dos 513 Deputados.

Isso colocado, tenho certeza de que uma semana de debates, esclarecimentos, informações, tendo como medidor e parceiro o Ministério da Saúde, não solitariamente em função do percentual de gastos, mas em parceria com os governos locais, as prefeituras, os governos de Estado, ONG, divulgando e informando, diminuindo, assim, o preconceito em relação à doença, tudo isso será benéfico para todos nós.

Quero terminar essa minha locução, porque outros falarão, dizendo que, por ironia do destino, quando vinha para cá hoje, um amigo meu, na faixa de 57 anos de idade, morando atualmente em Mato Grosso do Sul, disse-me que não poderia ir a um compromisso, neste final de semana, justamente porque estava encaminhando-se para fazer a biópsia e, certamente, estava acometido de câncer de próstata. Pediu-me estatísticas, e eu ainda tentando brincar – isso aconteceu a menos de duas horas, disse a ele que também há um depoimento em um livro bastante interessante, que saiu há meses atrás, **Inveja, o mal secreto**, do Zuenir Ventura, que, entre a ficção e realidade, escreve um livro sobre a questão dos sete pecados capitais. São sete livros, e o primeiro é dele, onde conta a história de um jornalista, possivelmente a dele, que está acometido do mal. E todo o vigor, a vitalidade, a questão do preconceito, o medo da idade, o medo principalmente da perda da virilidade e o medo da capacidade de se envolver com a fêmea da espécie estão presentes em todo o livro. E eu disse ao meu amigo que ia justamente trazer a este Senado uma pequena, mas entendo grande, contribuição.

Feminista como sou, não poderia deixar que a questão de gênero, já encarada com muita coragem pelas mulheres, não contaminasse os homens, para que façamos do homem brasileiro um homem vivo, porque os queremos, senhores – e vai aqui o meu preito e, principalmente, a minha profunda admiração, para que não morramos de preconceito, de medo, não morramos no vigor dos anos, porque a partir dos 40

anos já existe um fantasma rondando-nos, e porque nós, mulheres, companheiras, que já ocupamos espaço de poder, que nada mais temos a temer, queremos o homem brasileiro com saúde, sem medo de fazer o exame de toque, o PSA, ou até o ultra-som, que são mais elaborados, para que o nosso homem não morra por descaso, descuido, tolices e que a nossa coragem possa ser a solidariedade dos novos tempos políticos que todos desejamos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. José Kogute\*, por até 15 minutos.

**O SR. JOSÉ KOGUTE** – Srs. Senadores, Srª Deputada, meus colegas, ao deflagrar esse movimento, espero que a Srª Deputada entenda o significado abrangente de uma campanha de saúde: os princípios que a regem, a base de tais princípios, suas consequências, fatores envolvidos e o resultado final.

Vou-me ater simplesmente a fazer alguns comentários sobre o significado de uma campanha de saúde feita pelo Ministério da Saúde ou pelo Inca, como agente do Ministério da Saúde, em outras patologias. Abordarei o esforço realizado, o conhecimento necessário e o envolvimento dos profissionais que participam dessas campanhas.

Baseado nesses princípios, todos poderemos desenvolver mais tarde uma discussão.

Quero elogiar a apresentação do Dr. Sami Arap, um reconhecido especialista na área, que enfocou, principalmente, como lida o homem da ponta com o doente, e fez, ao final, um comentário que me permito repetir no fim desta apresentação.

Uma campanha começa pelos princípios do que é uma prevenção primária. Prevenção primária são técnicas – trouxe um material escrito que será distribuído posteriormente – aplicáveis a pessoas sãs, que reduzem o número de casos e a mortalidade. No caso, é inaplicável ao câncer de próstata, por desconhecimento dos fatores de risco específico. Sabemos que indivíduos que trabalham em fábricas de pneus têm uma tendência muito grande a ter câncer não sólidos. Sabemos que indivíduos de pele branca que se expõem muito ao sol terão alta presença de tumores de pele. No entanto, não sabemos o fator desencadeante de risco. O fator de risco do câncer de próstata provavelmente está relacionado a alguma coisa, porque a incidência no País é desigual em certas regiões – é maior no Nordeste e menor no Sudeste –, e nós não sabemos exatamente quais são os fatores de risco para o câncer de próstata.

A prevenção secundária entende o exame de detecção de doenças pré-malignas e diagnóstico precoce do câncer aplicável a grupos de risco, ou seja, a uma população assintomática, com história de fatores de risco reconhecidos que sejam efetivos para o controle do câncer, apresenta impacto sobre a incidência e a mortalidade. Também é inaplicável ao câncer de próstata, pois um programa de detecção precoce de câncer de próstata aumenta a incidência do câncer de próstata – como o senhor bem citou na sua apresentação –, mas não altera a mortalidade por esse tumor. Paralelamente, aumenta o número de procedimentos médico-hospitalares desnecessários e os custos da assistência.

No planejamento de um programa de detecção precoce de câncer devem ser considerados os seguintes fatores:

1 – A prevalência do tumor na população. O câncer de próstata é uma ocorrência progressivamente comum, mas não fatal, na maioria dos homens com mais de 50 anos de idade. No Brasil, são previstos para 1999 – esses dados podem ser obtidos em nossa **home page**, ou na **home page** do Ministério da Saúde, ou em impressos que nós, com muito prazer, enviaremos a V. Ex<sup>as</sup> –, 14.500 casos novos de câncer de próstata e 5 mil casos de morte por esse tumor. Então são 14.500 mil novos casos de próstata para 262 mil novos casos de câncer no País. São 5 mil casos de morte por esse tumor entre 104 mil casos de morte por câncer diagnosticado, em todos os tumores de câncer.

Com o programa de detecção no Brasil, seriam diagnosticados mais de 231 mil casos novos de câncer de próstata, como mostrou o Prof. Arap, quando há um estímulo, aumenta o diagnóstico de câncer.

2 – A identificação de grupos de risco. O único fator de risco de câncer de próstata, que conhecemos, é a idade: quanto mais a população masculina envelhece mais aumenta a incidência de câncer de próstata. No Brasil, hoje, estima-se que há 11 milhões de homens com mais de 50 anos.

Vamos falar um pouco sobre os exames que são feitos para detectar o câncer de próstata. A aplicabilidade de exames que sejam sensíveis e específicos para detecção do tumor... O PSA é um exame específico para a próstata, não para tumor; ele diagnostica o tumor também. Um programa que identifique mais tumores que poderiam não precisar ser tratados, porque os tumores que apresentam maior malignidade, quer dizer, quanto mais malignos, são menos diferenciados e menos produzem

antígenos, quer dizer, tem-se menos reação de PSA; quanto mais maligno, o exame é mais baixo; quanto menos maligno, mais diferenciado é, e o PSA é mais sensível.

A periodicidade da aplicação desses exames. Como não conhecemos bem a biologia do tumor de próstata, que está em estudo – vêm-se anúncios, vacinas, etc –, ela ainda é questionável, não sabemos a periodicidade, se se deve fazer exames de ano em ano, de dois em dois anos, de três em três anos, o que justifica isso.

A relação benefício-custo, que foi o seu último comentário. Inexistem evidências de que a detecção precoce do câncer prostático reduza a incidência ou a mortalidade, aumente a sobrevida ou torne os resultados da prostatectomia radical ou da radioterapia menos danosos do que benéficos.

Agora, os critérios da avaliação de um programa. Uma das grandes dificuldades para a avaliação de um programa de detecção precoce do câncer de próstata é estabelecer se a antecipação do diagnóstico e do tratamento apenas permite o acompanhamento do doente por mais tempo ou se o maior intervalo livre de doença, contado a partir da data da resposta completa ao tratamento, da data da recidiva do tumor e a maior sobrevida do homem. Isso significa dizer que os contatos terapêuticos evidentes ainda são controversos.

Finalmente, a disponibilidade de recursos para a execução de um programa como esse. Vamos só fazer um exercício extremamente simples de cálculo como órgão de saúde pública. Se admitirmos que são 11 milhões de brasileiros com mais de 50 anos de idade e se formos dosar o PSA de todos esses 11 milhões, a tabela do SUS paga R\$11,73 por exame, só isso custaria R\$129.000.000,00. Digamos que identifiquemos, por um programa de detecção precoce, e 3% desses pacientes passariam por todos os processos: cirurgia, ultra-sonografia, consulta. O cálculo aproximado do custo seria entre R\$500.000.000,00 e R\$1.000.000.000,00. Não devemos ter o programa, deputada? Não é justo ter o programa? Discute-se hoje, nas organizações internacionais de câncer, que como se faz tanto programa preventivo para o câncer de colo de útero, por que não se faz um programa preventivo para os homens? Esses programas preventivos estão amarrados a uma série de premissas como as que vi aqui.

Gostaria de fazer cinco perguntas e uma proposta. As perguntas vou distribuir e depois podemos discuti-las. Qual a conduta para um paciente sem evidência de doença, mas com



marcador tumoral positivo? Como concluir que a elevação de um marcador é devida a doença benigna, tumor, realmente atividade sexual, atividade física, etc.? Como evitar tratar desnecessariamente indivíduos com exames falsos positivos? Para que tratar indivíduos com baixo risco de evolução de neoplasia maligna detectada? Qual o melhor tratamento para um caso de câncer de próstata detectado na fase aquém da cápsula prostática?

As nossas sugestões seriam:

- promover um consenso nacional antes, considerando-se, inclusive, a participação de planejadores e administradores da área de saúde e trazer a experiência de outros países. O que os Estados Unidos, a Escandinávia e o Canadá fizeram? O Canadá tem um programa de câncer que é, certamente, um dos melhores do mundo, e não faz campanha contra a próstata. Por quê?

- em consenso, também definir normas técnicas, o que certamente caberá aos especialistas;

- compromisso dos diversos setores e profissionais envolvidos e a responsabilidade governamental na cobertura de procedimentos, diagnóstico e tratamento dos casos detectados;

- deveremos criar novas fontes de recursos que vão alimentar o SUS numa campanha como essa ou alimentar as instituições que se proponham a participar da campanha;

- programar criteriosamente uma campanha de conscientização a partir do consenso obtido.

Uma vez obtido o consenso, cabe a esse fórum divulgar e difundir. Como? Difundir como fazem as associações de câncer americanas. Na **home page** da American Cancer Society, há uma página maravilhosa sobre câncer de próstata, chamada "Men to men", que fala da precocidade do diagnóstico, como deve se comportar o indivíduo, enfim, uma série de informações extremamente básicas, nada sofisticado, uma linguagem perfeitamente acessível a todos os americanos e, certamente, acessível a todos nós.

Finalmente, quero dizer a V. S<sup>as</sup> que o Instituto Nacional de Câncer se sente muito honrado por participar desse debate e espera que tenha contribuído. A Dr<sup>a</sup> Maria Inês trouxe muita literatura e certamente ainda enriquecerá essa exposição feita.

Muito obrigado.

**O SR. ÁLVARO SARKIS** – Sr. Presidente, solicito a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Álvaro Sarkis por até 15 minutos.

**O SR. ÁLVARO SARKIS** – Agradeço ao Sr. Presidente, Senador Freitas Neto, e ao Relator desta

discussão, Senador Sebastião Rocha, pela oportunidade honrosa de poder participar deste debate nesta Casa.

Primeiramente, quero discorrer sobre o ponto fundamental que penso ser a decisão da validade de se promover programas de rastreamento de câncer de próstata e não de prevenção, como já foi dito anteriormente, que é realmente baseado na eficiência e na eficácia desses programas. Ninguém teria muita dúvida em estabelecer programas extensos de rastreamento de diagnósticos precoces se tivéssemos um impacto real e indiscutível sobre a sobrevivência desses pacientes. Infelizmente, a questão não é muito simples: todo homem acima de 50 anos tem um alto risco de desenvolver certas moléstias, como as cardiovasculares, que são bastante prevalentes, e a doença da próstata, que é bastante freqüente – refiro-me a países com estatísticas mais elaboradas e estimativas um pouco mais precisas – e continua sendo uma das principais causas de morte na população masculina. Ou seja, trata-se de um câncer letal para o qual temos métodos simples. É relativamente caro quando se considera na população geral, mas os métodos de diagnóstico ou de suspeita de diagnóstico são relativamente simples. São baseados no toque retal, que é um exame relativamente barato, e na dosagem do PSA sérico, portanto não é um exame complexo; é barato. O grande problema vem a partir dos resultados dessa coleta. O professor Sami Arap já mostrou que no Brasil, de acordo com dados da Universidade de São Paulo, temos 3% dos brasileiros rastreados com câncer diagnosticado e, desses, 60% são pacientes submetidos a tratamentos curativos, ou seja, uma vez diagnosticado o câncer numa fase precoce, temos cerca de 90% de chance de cura.

Este é um dos grandes atrativos desses programas de rastreamento: conseguir detectar numa população absolutamente assintomática, retirar o indivíduo de casa, ir para o médico fazer dois exames simples, fazer um diagnóstico de um câncer potencialmente letal e com alto índice de curabilidade quando detectado precocemente. Esse é um dos grandes atrativos. E ninguém teria muita dúvida de propor programas de rastreamento, se não tivéssemos dados científicos claros de que estamos impondo à nossa população um impacto real em termos de aumento de sobrevivência.

Definir sobrevivência e prognóstico em pacientes com câncer de próstata não é uma tarefa fácil. Existem alguns fatores, prognósticos que utilizamos na prática clínica, porém eles não são precisos para determinar o prognóstico de cada doente em relação à

sua sobrevida, progressão e mortalidade. São alguns parâmetros como a própria elevação do PSA, o próprio estágio, a avaliação clínica de quão avançado está esse tumor, e o grau de diferenciação histológica os parâmetros principais, que conferem alguma especificidade em relação ao prognóstico desses pacientes, mas infelizmente eles são precários e falham muitas vezes. Só para se ter uma idéia, para tumores localizados, há grandes avanços tecnológicos desenvolvidos no tratamento do câncer de próstata, como a radioterapia e criocirurgia, que apareceram nos últimos quinze anos. Não temos tempo e segmento suficiente para determinar inclusive qual o método melhor de tratamento para cada indivíduo. Então, para onde retornamos? Como lhes disse, e o Relator desta sessão, o Senador Sebastião Rocha, frisou muito bem, a nossa grande preocupação era se o **screening** teria algum impacto em relação à sobrevida. E para isso, infelizmente, não temos resposta objetiva e clara para que o Ministério da Saúde ou esta Casa proponham, em nível nacional, um programa geral para todos os pacientes acima de 50 anos. E eventualmente, claro, sabemos que aqueles pacientes que têm familiares de primeiro grau com câncer de próstata têm uma incidência maior e mais precoce e esses programas devem começar aos 40 anos.

Porém, temos dados indiretos: algumas populações pequenas, de 30 mil pessoas, masculinas, que são seguidas, não muito de perto, mas sobre as quais temos alguns dados, são populações que realmente têm uma motivação maior para esses programas de rastreamento, como acontece no Condado de Homs-ter, onde tem havido uma redução real da mortalidade do câncer de próstata nos últimos 20 anos. E provavelmente isso aconteceu devido ao fato de essa população ter um hábito maior do que população americana de ser submetida aos programas de **screening**. Mas esses são dados indiretos, não são absolutamente conclusivos. Temos que aguardar realmente os trabalhos extensos de rastreamento do câncer de próstata para que possamos realmente bater o martelo e dizer que temos que fazer rastreamento do câncer de próstata em todos os pacientes acima de 50 anos de idade e naqueles com mais de 40 anos de idade, quando há algum fator de risco adicional.

Uma das minhas preocupações em relação à nossa população é a que tem maior índice de câncer relatado no mundo é a população negra americana, a chamada afro-americana. Aqui no Brasil, temos dados da Universidade de São Paulo, no nosso programa, que o professor Sami Arap já mostrou, inicialmente. Nos primeiros quase dois mil pacientes analisados, a incidência de câncer de próstata em

nossos negros era quase três vezes maior do que nos brancos, ou seja, o risco de um negro ter câncer de próstata era 2,7 vezes maior do que o de um branco. Nessa campanha de 1998, em que foram analisados três mil pacientes, houve também um risco relativamente maior de detecção de câncer de próstata.

Dessa forma, sou plenamente favorável ao que já foi dito e proposto inclusive pelo Dr. Kogute: devemos fazer realmente um esclarecimento vasto da população, porque nossa obrigação – das universidades e do Ministério da Saúde – é avisá-la dos riscos de saúde que cada indivíduo possui. O indivíduo é que tem que decidir se faz ou não programas de prevenção precoce. No Brasil, realmente o homem tem um preconceito muito grande em relação a esse tipo de exame, e é muito difícil tirar a grande maioria desses indivíduos de sua casa, sem sentir absolutamente nada, para que tenham o diagnóstico precoce de um câncer.

Voltando ao início da minha exposição, eu gostaria de esclarecer o seguinte: a partir do momento em que tivermos dados objetivos de que programas de rastreamento precoce do câncer – eu não chamaria de prevenção – têm impacto real na sobrevida da população, teríamos de pensar em maneiras de instituir isso de maneira geral para os pacientes de risco, ou seja, para aqueles com mais de 50 anos.

No momento, cabe este alerta: o câncer de próstata constitui um problema muito grande em praticamente todas as sociedades estudadas, e não há por que pensarmos que nossa população seria diferente. Além disso, fica aqui nossa preocupação com relação à população negra, que, apesar de sua origem étnica diferente da afro-americana, provavelmente também tem o risco aumentado do câncer de próstata.

Diante do exposto, quero cumprimentar a Dr<sup>a</sup> Telma pela iniciativa de seu projeto. Estou absolutamente de acordo com a parte sobre a divulgação e esclarecimento público do problema. Contudo, em relação a estabelecer esses programas de rastreamento de maneira sistemática, por enquanto não sou favorável.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra a Dr<sup>a</sup> Maria Inês Gadelha, do Instituto Nacional do Câncer. S. S<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**A SRA. MARIA INÊS GADELHA** – Meu nome é Inês Gadelha, sou Oncologista Clínica e atualmente



exerço a função de Chefe de Gabinete do Instituto Nacional do Câncer.

De antemão, gostaria de dizer que nós, mulheres, também não gostamos de toque, nem retal nem vaginal. Não se pode dizer que a questão do homem é diferente, porque não é. Na verdade, considero que o consenso já começou nesta Mesa. Vejo que os diversos pontos de vista estão convergindo para um ponto comum. A mim, depois de tantas pessoas capacitadas falando, só me resta dizer o que anotei aqui à proporção que cada um falava.

Em primeiro lugar, com relação à idade, citada tanto na proposta da Deputada, como pelas vozes que aqui falaram, ouvimos duas opiniões: 40 anos e 50 anos. Então, já existe um ponto em que é necessário o consenso. E há outra coisa pouco observada até agora: até que idade? Quero dizer que, quanto ao câncer de próstata, é difícil definir não só a idade de início de um possível programa de detecção e rastreamento como também até em que idade esse rastreamento deve continuar. De maneira geral, os especialistas em Programas de Saúde Pública, pelos resultados encontrados, entendem que não é muito recomendável estender um tipo de assistência desses a um homem cuja perspectiva de vida seja menor do que dez anos, porque, nesse caso, o diagnóstico de câncer de próstata não significa morte; ele pode viver com esse tumor durante muito tempo. Então, a idade limite de um possível programa de detecção também teria de ser definida.

No projeto da Deputada, também nos preocupa – ao Instituto Nacional do Câncer – o fato de, em sendo aprovada a lei, ela entrar em vigor a partir de 60 dias. De certa maneira, isso também teria de ser debatido, porque nós, no Instituto Nacional do Câncer, no Ministério da Saúde, temos a programação para o Dia Nacional de Combate ao Câncer, que não é feita com relativa facilidade.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – V. S<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. MARIA INÊS GADELHA** – Sim, claro.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – No ano passado, o Ministério já fez uma iniciativa desse tipo, e a data proposta no projeto é justamente 27 de novembro, Dia Nacional de Luta contra o Câncer. Então, eu pensava estar legislando sobre um fato já ocorrido no Ministério.

**A SRA. MARIA INÊS GADELHA** – Peço desculpas se eu incorrer em algum inconveniente, porque realmente entendo pouco dessas questões.

Com relação à gratuidade, é necessário perguntar que exames e que tratamentos seriam gratuitos, pois o exame não é um fim, mas o começo de um tratamento, normalmente. E ainda cabe perguntar em que periodicidade. Por exemplo, no Brasil, há dez anos, recomendava-se que a mulher se submetesse a um exame preventivo do câncer do colo uterino a cada três meses; alguns diziam que esse exame deveria ser feito a cada seis meses e outros, que bastava o exame anual. Levamos dez anos para convencer os nossos médicos de que esse exame pode ocorrer a cada três anos, sem o menor prejuízo para a mulher e sem a menor consequência de perda da efetividade do exame. A periodicidade, então, é algo que deve ser bastante discutido nesse aspecto.

Do ponto de vista conceitual, campanha é um ato único. É uma campanha de vacinação. Aplica-se muito a campanha em doença aguda. Doença crônica não pode ter tratamento eventual. As ações devem ser programadas, contínuas e seguem-se em consequências. Entendo bem que a proposta da Deputada é uma campanha educativa, uma campanha de mídia. Mas o controle do câncer não é somente uma campanha. A campanha é um começo para tudo o que vem a seguir, que normalmente se estrutura no que, em saúde pública, chamamos de programas.

O consenso seria o primeiro passo a ser dado, e duas grandes questões, nesse consenso, se impõem: a primeira é como fazer com que qualquer ação que desenvolvamos atinja, com a maior probabilidade, aqueles homens que terão câncer de próstata e que darão sintomas. Esse é o grande problema, porque 80% desses homens com câncer de próstata jamais desenvolverão a doença. Devemos trabalhar com 100% da população para acertar 20%. A grande questão, no consenso, era esta: de que modo podemos aprimorar os métodos disponíveis de detecção e de diagnóstico para fazer com que os homens beneficiados sejam aqueles que realmente desenvolverão a doença e que representam os 14.500 casos esperados, por exemplo, em 1999.

Já o PSA é um exame mais positivo nesses tumores que nunca se manifestarão, porque são tumores mais lentos, menos agressivos, mais diferenciados, porque se aproximam muito do tecido normal prostático. Esses tumores são os que não evoluem ou o fazem de forma muito lenta.

A segunda questão que se impõe no consenso é quanto à população brasileira ter o direito de ser educada, informada – e esse direito é inegável;



educação não faz mal a ninguém, pelo contrário, é algo muito bom, que o País precisa muito. Nesse caso, como garantir que os médicos serão educadores e não prescritores? É o risco que corremos quando vemos, com toda a literatura existente e com a experiência de outros países, a quantidade de procedimentos que se fazem, que aparecem e que se indicam por conta de o médico passar a fazer indicação. Ele é treinado para isso. Este é um desafio muito grande.

Gostaria também de ressaltar e deixar registrado, Dr. Samir, que o seu percentual de 2,7% confirma o percentual médio mundial, ou seja, em cada 100 homens que se submetam a um programa de detecção, 3% terão câncer de próstata. Os seus números giram em torno de 2,7%, e quando fazemos nossas estimativas no Ministério da Saúde o fazemos considerando 3%, que é a média da população mundial. Mas também fazemos estimativas para 2%, numa tentativa de ver se o custo se torna menor e mais factível.

A outra questão é a das estatísticas. Essa controvérsia que existe na literatura, e a maior parte afirma que não vale a pena, do ponto de vista de saúde pública, aplicar um programa de detecção do câncer de próstata porque não aumenta, não diminui a incidência, não diminui a mortalidade, não melhora a qualidade de vida, etc, desses pacientes com tumores bem diferenciados e a questão da influência da base populacional no cálculo dos números e das estatísticas.

Esses relatos de que há uma referência de incidência numa cidade ou numa dada população são muito interessantes, porque houve, no ano passado, a divulgação de um artigo em que se analisou a sobrevida do câncer em geral, nos Estados Unidos, de 1970 a 1993. Só que os indivíduos, ao fazer os cálculos, se esqueceram de atualizar a população, que continuou sendo a de 1970. Com isso, observou-se uma redução com relação ao número de casos nessas estimativas.

No Brasil, fazemos estimativas regularmente desde 1995. Nós nos apropriamos dessa tecnologia. Temos dados que são aprimorados a cada ano e, na nossa base de dados, comparativamente 1998 a 1999, houve uma redução do número total esperado de câncer, de estimativa, porque a base populacional brasileira foi corrigida e nós nos lembramos que no tempo do Governo Collor não houve o Censo naquela faixa de 10 anos. Os senhores devem se lembrar disso. O Censo em vez de ser decenal no número zero, 1990, foi feito em 1991. Bastou isso para que os

nossos cálculos tenham sofrido uma deturpação, mas uma deturpação estatísticas que tentamos corrigir com outros métodos.

Por fim, gostaria de dar um relato pessoal. Fui a coordenadora, no Instituto Nacional do Câncer, do Dia Nacional do Combate ao Câncer em 1995. Empenhei-me com muito afinco nisso. Desenvolvemos cartazes, que estão espalhados até hoje no Brasil: "O homem até os 50 tem tudo, mas não precisa ter o câncer de próstata". Desenvolvi com colegas da Sociedade Brasileira de Urologia o material próprio para os médicos. Desenvolvemos um manual para orientação dos Secretários Municipais de Saúde, e qual não foi o meu grande desconforto como profissional notar que toda a orientação dada, baseada na literatura naquele ano -- estava iniciando-se no Brasil essa questão, a entrada de PSA como um exame mais disseminado, não estava sendo adequadamente conduzida do ponto de vista de saúde pública. Dei parte do meu tempo, parte da minha convicção, parte do meu conhecimento que tinha e, simplesmente, tivemos que levar com muito vagar porque os resultados não seriam aqueles esperados.

Quero dizer que me espantou muito a leitura de um artigo em que o indivíduo escreve -- fiquei muito chocada, li com o Dr. José Kogute no ministério: "Câncer de Próstata, detectar ou não detectar, rastrear ou não rastrear, eis a questão". De uma forma muito chocante, esse editorial termina dizendo que, "infelizmente, o câncer de próstata detectado ou a detecção do câncer de próstata, o rastreamento do câncer de próstata não salva vidas", que isso pode resultar muito mais danoso do que benéfico, em termos de saúde pública.

Para o consenso, essas discussões têm que ocorrer. Realmente acho que temos que interferir de alguma maneira naqueles homens que vão desenvolver o câncer agressivo, o câncer que metastatiza, e temos que ter bastante inteligência, capacidade médica e de planejamento para saber como conseguir isso. Talvez ensinemos ao mundo, porque os outros países também não sabem ainda.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** -- No início da reunião justificamos o atraso do Dr. Ronaldo Damião, que enfrentou problemas no aeroporto do Rio de Janeiro, mas chegou agora, atendendo ao nosso convite, o que agradecemos.

Passamos a palavra, então, por até 15 minutos, ao Dr. Ronaldo Damião, que é da Sociedade Brasileira de Urologia.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Em primeiro lugar, gostaria de me desculpar pelo atraso. Fiz um esforço muito grande para chegar até aqui, mas ocorreram problemas no aeroporto do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, quero agradecer esse convite honroso à Sociedade Brasileira de Urologia para participar de um evento tão importante como esse. Sentimo-nos muito orgulhosos nesses últimos dois anos, pois as sociedades médicas têm sido convidadas por órgãos governamentais para participarem de suas ações. Isso está acontecendo recentemente com o Ministério da Saúde, onde estamos presidindo o mutirão da próstata, sob a coordenação do Ministro José Serra.

Quero também parabenizar a nossa Deputada Telma de Souza, a quem estou tendo agora o prazer de conhecer. S. Ex<sup>a</sup> tem a autoria desse projeto, e quero parabenizá-la porque realmente entendo esse assunto como sendo extremamente importante, não só eu, mas esse ano, como é do conhecimento de todos os senhores, é o ano do idoso, definido pela Organização Mundial da Saúde.

Esse ano foi escolhido o do idoso por vários motivos, entre eles porque os países, e principalmente os países do Terceiro Mundo, não estão preparados para enfrentar o envelhecimento. Hoje em torno de 10% da população brasileira tem acima de 50 anos, e está previsto para o ano 2020 que cerca de 50% da população brasileira atingirá essa faixa etária, o que significa uma incidência muito grande de doenças que afetam o idoso, entre elas o câncer da próstata. Alguns países do Primeiro Mundo já estão se preparando para isso, estão organizando infra-estrutura hospitalar, preparando os próprios médicos para que aprendam a lidar com o idoso, não só sob o ponto de vista urológico, mas sob o ponto de vista pneumológico, cardiológico. É uma nova ciência que surgirá agora, no princípio deste século, a geriatria mais moderna, porque o homem vai atingir uma idade muito maior do que atinge hoje. Para que os senhores possam ter uma idéia, hoje no Brasil a idade média do homem está em torno de 65 anos, enquanto que nos Estados Unidos atinge 75 anos de idade.

Gostaria de dizer aos senhores que há um conceito extremamente errado, antigo, arcaico, por assim dizer, que afirma que o homem morre muito mais com o câncer de próstata do que do câncer de próstata. Não é verdade isso. Os números hoje estão mostrando a outra face da doença. O homem está vivendo mais e, por isso, está morrendo menos de doença cardiovascular e mais de câncer de próstata, porque o controle maior daquele tipo de doença.

Há uma visão um pouco diferente do urologista para a oncologista com relação ao câncer da próstata. O urologista é aquele que realmente diagnostica, trata, opera e acompanha até o túmulo o paciente com câncer da próstata. O oncologista tem uma pequena participação na história. Então a nossa visão é um pouco diferente da dos oncologistas sobre o câncer da próstata, até porque acumulamos uma experiência muito maior em todos esses anos. Os grandes trabalhos publicados sobre o câncer de próstata, os grandes rastreamentos em câncer de próstata, as grandes propostas terapêuticas em câncer de próstata são feitas pela sociedade médica americana e pela européia. Tivemos oportunidade, no ano passado, de reunir 65 urologistas brasileiros e fazer, neste País, o primeiro consenso sobre câncer de próstata. Irei distribuir a todos o material de que dispomos, para que possam ter a exata noção do que é o câncer da próstata.

Finalmente, eu gostaria de dizer algumas palavras sobre o que é rastreamento, porque isso é mal entendido. Há dois tipos de rastreamento: voluntário e populacional.

O rastreamento populacional tem como objetivo avaliar qual a incidência de câncer de próstata em determinada população. O rastreamento populacional não usa a mídia, porque se usá-la, trará uma população viciosa para os seus ambulatórios; aparecerão inclusive pacientes com câncer de próstata que já estão em tratamento, e os números serão errados. Esse rastreamento populacional é muito caro, por isso, pouquíssimos países do mundo o fizeram. Foi feito na Suécia, que é um país extremamente pequeno, e no Canadá, que tem uma sociedade médica bastante organizada.

O rastreamento voluntário é aquele em que nós utilizamos a mídia e alertamos o homem sobre a possibilidade de ele ter câncer da próstata, damos informações sobre a doença e incentivamos o paciente a procurar os nossos ambulatórios para que possa ser diagnosticado e adequadamente tratado.

Quando nós fazemos um rastreamento, quando nós tentamos instituir uma Semana Nacional da Próstata, há alguns problemas básicos que devem ser contornados. Primeiro, o aspecto ético. Se nós vamos fazer um rastreamento, populacional em câncer de próstata, convocando a população aos nossos ambulatórios, precisamos ter infra-estrutura para cuidar dos casos diagnosticados. Existe possibilidade, conforme dados estatísticos fornecidos pela Sociedade Brasileira de Urologia, de que no Brasil, hoje, existam cerca de 180 mil homens

circulando pelas ruas que não sabem que têm câncer de próstata. Esse estudo foi realizado em nove Estados, e podemos enviar a documentação referente a ele a todos os senhores. Cento e oitenta mil homens significa que há necessidade de ter recursos hospitalares para que esses pacientes possam ser devidamente tratados.

Os pacientes suspeitos e que não têm o diagnóstico também devem ser devidamente monitorizados por um longo período. Então, não é só programas e fazer a comunicação da Semana da Próstata; é necessário um apoio governamental muito grande não só na mídia, mas na infra-estrutura hospitalar, para que nós possamos resolver os casos diagnosticados.

Muito bem, gostaria ainda de dizer aos senhores que isso é perfeitamente possível, porque nós estamos desenvolvendo agora o Projeto Mutirão da Próstata, em associação com o Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde tem mais de três mil hospitais em todo o Brasil, com credenciamentos para cirurgia da próstata, seja de hospitais universitários, seja de convênio com o SUS. E há na grande maioria desses hospitais médicos altamente qualificados, portadores do título de especialistas, cirurgiões qualificados e que podem fazer o tratamento tanto da doença localizada como da doença metastática. Isso é um fato e está acontecendo. No ano passado operamos cerca de trinta mil doentes de hiperplasia benigna da próstata no País. E só nesses três meses operamos cerca de dez mil em parceria com o Ministério da Saúde, em parceria com os hospitais que são credenciados pela Sociedade Brasileira de Urologia e em parceria com os hospitais que têm convênio com o SUS.

Há, realmente, alguns tópicos bastante importantes que precisam ser definidos e que já foram aqui mencionados pelos que me antecederam. Em primeiro lugar, está a população alvo. A população alvo deve, sem dúvida nenhuma, ser a população acima de cinquenta anos de idade, exceto se houver história familiar. Se houver história familiar de câncer de próstata, se houver uma pessoa com história de câncer, a possibilidade é de 2,5 dessa pessoa vir a apresentar um câncer de próstata; se tiver 2, é de 5 vezes; se tiver 3, pode chegar a 10 vezes. Então, aquelas pessoas que têm história familiar de câncer de próstata devem ser submetidas ao exame, mais precocemente, a partir dos 40 anos de idade. Também penso que devemos limitar a população que deve ser submetida a essa avaliação – pacientes que têm uma certa expec-

tativa de vida acima de 10 anos. Quanto a isso, estou absolutamente de acordo, embora nem sempre esse tumor seja indolente, como já foi dito aqui outras vezes. Hoje, está efetivamente provado que ele não é sempre indolente. No ano passado, tive oportunidade de participar de um congresso internacional de epidemiologistas onde se mostrou, claramente, que, graças a essas campanhas de rastreamento nos países mais desenvolvidos, a taxa de mortalidade de câncer na próstata está, efetivamente, diminuindo, e existem vastas publicações na literatura que poderá demonstrar isto. A realização disto é um benefício para o povo brasileiro.

Penso, ainda mais, que isto deve ter a sua periodicidade e uma periodicidade anual. A exemplo do "Dia Nacional da Mama", por que não fazermos o "Dia Nacional da Próstata"? Temos uma infra-estrutura; existe uma Sociedade Brasileira de Urologia que pode colaborar com esse tipo de iniciativa, como está colaborando com a realização de **folders**, com os atendimentos, com o diagnóstico, com o tratamento. Assim, por que não fazer com o câncer da próstata? Entendemos que isto é extremamente importante. Estejam certos os senhores de que, com o aumento da idade média da população nesses próximos 50 anos, iremos ter muito mais câncer de próstata do que temos hoje. Ocorre que só é possível tratar e curar o câncer de próstata se ele for diagnosticado precocemente.

Era isto que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Srs. Senadores e Deputados, passemos agora à segunda parte da audiência pública: os debates.

Os senhores poderão fazer perguntas, de acordo com as inscrições já recebidas, durante três minutos, aos componentes da mesa, os quais terão igual tempo para formular a sua resposta.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra à nobre Deputada Telma de Souza, pela ordem.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Sr. Presidente, como tenho que votar, peço escusas a V. Ex<sup>a</sup> para me retirar; contudo, depois, retornarei. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra, portanto, pela ordem de inscrição, ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Sr. Presidente, Srs. expositores, demais colegas presentes, confesso que, na realidade, só pude perceber a importância desta reunião depois da palavra de todos os nossos



queridos expositores. Na realidade, eu tinha um conceito totalmente diferente. Embora médico, um pouco afastado da profissão, eu tinha um conceito de que isto seria uma condição **sine qua non**. No meu entendimento, não seria sequer preciso discutirmos um Projeto deste, porque, à semelhança do já se faz no Brasil em relação ao câncer de colo de útero ou ao câncer de mama, teríamos que instituir, evidentemente, uma semana ou um mês ou o dia do câncer de próstata.

Porém, hoje, tenho uma percepção um pouco diferente, e aí é que está a importância desta reunião, tanto que saúdo, de maneira especial, o Relator, nobre Senador Sebastião Rocha. Como, talvez, até possamos nos demorar um pouco mais, ainda que eu tenha um prazo limitado, eu apenas gostaria de fazer algumas pequenas perguntas sobre algumas dúvidas que me assaltam.

Vejo que este é um campo ainda nebuloso, cheio de interrogações e de dúvidas. Vejo que não podemos criar aquela expectativa para o paciente se nós não pudermos lhe conceder as condições para que ele possa desenvolver o seu tratamento. Assim, eu gostaria de perguntar – e, aí, talvez, até aos urologistas, mais especificamente – se, sumariamente, quando se detecta a doença, seja por meio do rastreamento, seja por meio do antígeno específico, seja por meio da ultra-sonografia, ou do método, todos os casos são operáveis ou existem alguns tipos diferenciados de câncer de próstata – isto ficou mais ou menos estabelecido aqui – ou o grau de invasão ou a localização. Alguns podem ter uma conduta expectante, mesmo porque, conforme pude depreender, certamente estaremos operando casos de câncer que não deveriam ser operados, porque não sabemos se iriam evoluir para a morte ou não. Mesmo porque, conforme disse o Dr. Sami Arap, é um achado muito comum de necrópsia, pessoas que têm um câncer e que, certamente, daqui a 10 ou 15 anos, iriam morrer de outra patologia.

Então as perguntas se restringiriam a se, sumariamente, se se operam todos os casos detectados e se existe câncer diferenciado que pode ter uma conduta expectante, dependendo talvez da localização e da natureza.

Pelo que pude depreender mais uma vez, Sr. Presidente, tão importante como esclarecer a população, talvez seja mais importante ainda esclarecer a classe médica a respeito da problemática e das dúvidas muito grandes que ainda existem em torno dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Senador Carlos Patrocínio, a pergunta é dirigida a quem, para que eu possa conceder a palavra?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Certamente ao Dr. Ronaldo Damião, porque já disse que é especialista que entende mesmo da patologia por ser urologista. Também concordo com S. S<sup>a</sup>. Talvez os oncologistas sejam excelentes coadjuvantes dos urologistas nessa questão de câncer prostático.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Com a palavra, portanto, o Dr. Ronaldo Damião.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Muito obrigado. Senador, há uma questão que V. Ex<sup>a</sup> esqueceu de perguntar e que considero de extrema importância. Poderíamos operar casos que poderiam ser curados? Não há dúvida alguma que vamos diagnosticar casos que poderiam ter uma conduta expectante. Por exemplo, um paciente na faixa etária de 70 anos, diabético, hipertenso, coronariopata, que tem doenças graves correlatas mais importantes até que o câncer da próstata, sofre um risco cirúrgico elevadíssimo, mas mais importante é que, se não fizermos o alarme, o alerta suficiente através da mídia, estaremos deixando de detectar casos que poderiam ser curados única e exclusivamente com a cirurgia. Quando se faz uma campanha de rastreamento em câncer de próstata, diagnosticamos casos não só localizados na próstata, mas casos localmente invasivos, comprometendo a vesícula seminal, a uretra prostática, como também doença metastática. Vamos diagnosticar todos os tipos de casos, e para cada caso há um tipo de tratamento: a cirurgia, a radioterapia, a supressão hormonal ou orquiectomia ou até mesmo a conduta expectante.

É fundamental lembrar também – V. Ex<sup>a</sup> é médico e sabe muito bem disso –, que hoje é extremamente importante discutir o caso com o paciente. É importante que ele e a família participem dessa decisão, que ele conheça os riscos de ficar sem tratamento, os riscos e os benefícios que a cirurgia pode lhe oferecer.

Espero ter respondido a pergunta de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Com a palavra o Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** – Inicialmente gostaria de cumprimentar o Senador Sebastião Rocha pela oportuna indicação de um requerimento que traz uma contribuição de enorme importância para todo Brasil. Fico muito otimista e sensibilizado pela TV Senado estar transmitindo para o Brasil inteiro um assunto que julgo de primeira importância: a saúde pública. Cumprimento também os Srs. membros da Mesa pela

maneira clara, segura e científica com que apresentaram seus pontos de vista. Confesso que fico completamente em dúvida sobre a conclusão dessa situação, do encaminhamento dessa questão da prevenção em saúde pública e/ou individual do câncer de próstata.

Lembrei-me, durante o desenvolvimento do debate, do último congresso brasileiro de terapia intensiva em Salvador, ao qual compareci, quando, em uma mesa de controvérsia também, um húngaro estava destruindo os brasileiros quando se discutia o uso ou não da albumina humana em suas diversas indicações. Ele dizia que o Brasil era um país que deveria ser muito rico para usar a albumina, porque a Europa não usa albumina, salvo em raríssimas e precisas indicações, e que o Brasil usava com tanta frequência uma medicação tão cara. Aí o brasileiro, com a sua modéstia, disse que agradecia também aos europeus, aos húngaros, aos americanos que o estavam massacrando pelo fato de, por dez anos, terem ensinado a ele, no Brasil, utilizar a nutrição parenteral em queimados. Agora, foi comprovado que o que mais mata o queimado é a nutrição parenteral.

Pelo que pude entender, estamos diante de um impasse: tratamos ou não, de maneira preventiva, o câncer de próstata? Ele é um problema de saúde pública ou não é? Se não é, deve-se ao fato de estarmos na estaca zero, de os métodos utilizados terem sido falíveis e não terem alcançado os resultados esperados pela comunidade de saúde pública. Temos de partir de um ponto comum, novo, que seria, talvez, o investimento prioritário e bem definido em pesquisa para achar um ponto que diga que vai mudar a incidência, reduzir a morbimortalidade dos pacientes que estejam vulneráveis ao câncer de próstata – pelo que foi colocado por uma parte dos expositores da conferência apresentada aqui.

Entendo que apenas o Dr. Ronaldo e o Dr. Álvaro Sarkis afirmaram, de maneira mais enfática, que há benefício quando se trata de um paciente vítima da neoplasia inicial de próstata. Entendi dessa maneira, posso estar plenamente equivocado. O Dr. Ronaldo afirmou que a casuística, a literatura internacional garante que há redução da morbimortalidade, o que não foi a tese defendida especialmente pela Dr<sup>a</sup> Inês e pelo Dr. Kogute.

Penso, na condição de representante público e de médico, que o Ministério da Saúde precisa mediar, de maneira imediata, essa discussão e traçar um consenso, um documento único, que nos permita divulgar, Brasil afora, o caminho a seguir. Fico profundamente agradecido, porque a minha tese era

completamente equivocada pelo que posso ver. Eu olhava com profunda ansiedade esse problema, inclusive advoguei e consegui que o meu Estado, o Acre, implantasse um programa estadual de prevenção do câncer de próstata em homens, no campo da saúde pública. E vejo que isso foi inócuo, pelo ponto de vista colocado ali, e não pelo ponto de vista científico colocado aqui.

Assim, fico feliz pela dúvida que tenho neste momento e vou aguardar uma conclusão de consenso das autoridades no assunto.

Muito obrigado.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** – Pois não.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Não estamos discutindo a prevenção do câncer de próstata, mas o diagnóstico precoce do câncer de próstata. Falar sobre prevenção seria falar sobre dieta, sobre terapia genética, identificação de alterações cromossômicas que poderiam levar ao desenvolvimento do câncer de próstata. Não. Estamos falando em diagnóstico precoce da doença, que, mais cedo ou mais tarde, será diagnosticada, onerando também os cofres públicos. Estamos falando em diagnosticar precocemente e dar uma oportunidade de cura ao cidadão que aparece com câncer de próstata, porque nos países mais desenvolvidos, 80% dos casos são diagnosticados ainda localizados na próstata.

Caracterizando o Terceiro Mundo, diagnosticamos 80% dos casos com doença disseminada, fazendo única e exclusivamente o tratamento hormonal e paliativo. Estamos, hoje, neste momento, perdendo uma grande oportunidade de dar um grande empurrão no diagnóstico precoce do câncer de próstata e possibilitar a chance de esses pacientes ficarem curados, como tantos colegas de V. Ex<sup>as</sup>, tantos políticos estão curados graças à possibilidade do tratamento precoce. Tantos outros, por exemplo, o inesquecível Presidente francês, foram ao óbito por ter sido diagnosticado tardiamente o câncer de próstata.

**O SR. TIÃO VIANA** – Permitam-me V. S<sup>a</sup> e o Sr. Presidente, porque o meu raciocínio pautou-se em todo o debate que foi traçado aqui e evoluiu dentro desta reunião – onde o Dr. Kogute foi muito claro – pela prevenção primária e pela prevenção secundária. Ele foi muito claro em suas posições. Gostaria de ouvi-lo para ver se, de fato, eu o entendi de maneira clara. O Dr. Ronaldo coloca o contrário. Por isso entendo que a controvérsia está estabelecida aqui, não pondo em dúvida as suas afirmações, porque não me considero à



altura. Trata-se de um assunto de especialidade que não é a minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra, portanto, ao Dr. Kogute.

**O SR. JOSÉ KOGUTE** – É porque no próprio livro dos urologistas, várias discussões. Não sei se cabe a minha proposta no sentido de que os especialistas se sentassem: os oncologistas, sim, que podem não ter a mesma visão do urologista puro, que só faz urologia, mas também aquele que trabalha no Instituto do Câncer, que lida muito com esse problema, sendo um elemento de contribuição, e, principalmente, as pessoas que trabalham em saúde pública, porque essas vão trazer as experiências que nos enriquecem. O fato de não fazermos a especialidade do outro deve nos engrandecer pela nossa própria humildade.

Queria que a Maria Inês, rapidamente, lesse aqui... Não quero... Entendi suas palavras. O consenso na literatura que expusemos aqui é o seguinte: entre o diagnóstico da doença e o óbito do paciente há um período. Não sabemos se esse período aumenta pela nossa intervenção. Esses são para os artigos internacionais.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Ora, Dr. Kogute, então precisamos fechar todos os ambulatórios de câncer de próstata. O senhor leu equivocadamente. A Sociedade Brasileira de Urologia não está a favor de rastreamentos populacionais, mas rastreamentos voluntários, comunicando à população? Então não precisamos mais tratar câncer de próstata, Dr. Kogute.

**O SR. TIÃO VIANA** – Foi o que eu entendi.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – O câncer de próstata é indolente; ninguém morre de câncer de próstata. O Presidente francês não morreu de câncer de próstata, assim como vários políticos brasileiros também não morreram. Não é possível isso.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Vou fazer um pouco de humor negro. Eu pensava que o câncer de próstata era altamente democrático. Venho de São Paulo, onde tivemos, há quatro anos, a denúncia de um político do PMDB, que já foi governador, portador da doença; há menos de dois anos, um político do PPB; no início deste ano, um do PSDB e agora, recentemente, uma suspeita do PFL. Então vejo – e falo isso usando humor negro, pois sei que estamos sendo gravados – que há uma profunda democracia nessa questão.

Senador Freitas Neto, existe um problema crucial que tenho que enfrentar agora, se me permitem os debatedores: é que a bancada paulista está exatamente desenvolvendo emendas para o orçamento do

ano que vem, uma delas para o Hospital São Paulo e tem a ver com a nossa discussão. Significa infra-estrutura financeira, dinheiro para as emendas e a possibilidade de câncer de próstata atenuado ou, pelo menos, rastreado.

Quero me despedir e peço licença, porque já estamos em sessão de Congresso.

**O SR. TIÃO VIANA** – Só pediria à Deputada Telma, se me permitisse, que levasse como lembrança essa polêmica. Pelo que entendi foi desaconselhado, em termos de saúde pública, o seu projeto. Isso merece uma continuidade.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Mas não o rastreamento.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** – ... de esclarecimento, não. Todos ficaram de acordo que poderia esclarecer. Em benefício de saúde pública.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Parcialmente ...

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Quando a Deputada terminar de falar, pela ordem, a palavra será, pela ordem, do Senador Sebastião Rocha.

Peço que cada Senador faça a pergunta e indique quem ele quer que responda. Se quiser a resposta de mais de um, que esclareça que ela é dirigida a dois ou a três expositores, apenas para colocarmos ordem na discussão.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Queria aproveitar os minutos finais da presença da Deputada Telma de Souza até para me justificar, porque, de fato, houve uma demora do Relator no que se refere ao procedimento para proferir o parecer em função da descoberta que fiz, havia uma controvérsia sobre o assunto, porque no primeiro momento pareceu-me algo pacífico, consensual. Depois dessa descoberta, decidi que o melhor seria discutirmos nesta audiência pública bastante proveitosa, pela qual parabênizo os expositores.

Antes da saída da Deputada Telma, queria apenas mencionar um dado do projeto da Deputada que talvez seja o ponto básico das controvérsias, que é exatamente o inciso II do art. 3º, que diz: "... parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, colocando-se à disposição da população masculina acima de 40 anos exames para a prevenção ao câncer de próstata".

Então o projeto, além de ser fundamentado na divulgação, na informação, no conhecimento – e os procedimentos de divulgação foram aprovados por toda a Mesa –, traz um item controverso: o do exame para a prevenção. O próprio Dr. Ronaldo Damião



mencionou que há uma diferença entre prevenção e diagnóstico precoce.

Entendo que a Relatoria, e os palestrantes devem debruçar-se um pouco mais sobre esse item. Poderíamos eventualmente, diante de um consenso, retirar esse item do projeto, que ficaria perfeito. Mas esse projeto teria de voltar à Câmara em função disso. Quer dizer, há todo um procedimento legislativo por trás do tema.

Mas creio que o foco das atenções tem de ser dirigido exatamente a esse item. Quanto ao resto, parece-me que há consenso. De acordo com o que dizem os expositores, a divulgação, a faixa etária, as complicações, enfim, todas as informações sobre a doença são bastante importantes sob o ponto de vista da saúde pública.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Retorno a palavra à Deputada Telma de Souza, já que a questão de ordem levantada pelo Senador Sebastião Rocha foi feita em forma de pergunta a S. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria de dizer duas palavras antes que a Deputada se ausentasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Pois não. Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Não gostaria que a Deputada Telma de Souza fosse embora sem que fossem ressaltados dois aspectos que considero fundamentais. O primeiro é o sentimento que motivou a apresentação desse projeto, a sua construção: a visão da mulher que já venceu as barreiras do preconceito e que chama a atenção dos homens, por meio de um trabalho educativo, para a importância da prevenção do câncer de próstata. É um ponto fundamental que eu gostaria de ressaltar. Trata-se de um luta construída pelas mulheres que vêm derrubando mitos, preconceitos, e mostrando a importância do corpo e da saúde das pessoas. Nesse contexto, também está inserido o papel primordial da mulher, da companheira, da esposa, da mãe, pois estas podem ajudar no trabalho de esclarecimento e de mudança cultural.

Deputada Telma, em segundo lugar, eu gostaria de pedir desculpas, em nome do Rio Grande do Sul, pelas considerações que foram feitas à sua exposição no plenário. Creio que foram sustentadas menos por uma intenção desrespeitosa e mais por uma cultura machista que ainda impera na cabeça de alguns homens do Estado do Rio Grande do Sul. Eu não poderia deixar que a posição fosse generalizada com

relação ao meu Estado, onde já existem homens com uma visão muito aberta e sensível em relação ao assunto. Alguns ainda precisam ser melhorados.

Meus cumprimentos!

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Deputada Telma, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para responder às indagações feitas pelo Senador Sebastião Rocha e pela Senadora Emilia Fernandes. Depois, o Senador Tião Viana gostaria de ouvir as palavras da Dr<sup>a</sup> Maria Inês e do Dr. Álvaro Sarkis com relação a suas indagações.

**A SRA. TELMA DE SOUZA** – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, como professora que sou, de tentar dividir a exposição.

Primeiramente, quero comentar as intervenções brilhantes dos Parlamentares que estão aqui debatendo conosco e a preocupação do Sr. Relator, com a qual compartilho. Houve esse problema também na Câmara. Creio que, posteriormente, poderíamos nos reunir para averiguar o encaminhamento da situação em função do próprio acompanhamento da doença e de todos os matizes. Conto com a especialidade de V. Ex<sup>a</sup>, que é médico.

Agradeço à Senadora Emilia Fernandes pela intervenção. Num determinado momento em minha vida, estando em um cargo executivo, eu pensava que, por vezes, algumas intervenções da Mesa pareciam deslocadas da realidade afetiva e harmoniosa, como se tratássemos toda a estrutura da Câmara, do Senado e, particularmente, do Poder Executivo, como dados burocráticos, estatísticas frias e atrás desses números não houvesse vidas, pessoas, seres humanos e, particularmente neste caso, os homens.

Quero dizer aos senhores que eu venho de uma família extremamente golpeada por essa questão e pelas questões cardiovasculares. Tive, lamentavelmente, oportunidade de lidar, mais com o meu coração do que com a minha cabeça, com essa realidade.

Quando fiz essa proposta provocativa de alguma maneira à Câmara, foi uma unanimidade, Senadora. Tenho certeza de que essa manifestação, que não foi da Bancada gaúcha, mas também de alguns sergipanos, inclusive petistas, teve mais um sentido de brincadeira, isso porque o Plenário acabou essa discussão em profundo silêncio. Existem imagens a respeito disso.

Tenho certeza que há toda uma cultura machista, mas que já vai terminar. A senhora transita num campo quase que essencialmente masculino e eu também. Costumo dizer que já não há mais nada

no mundo masculino que nós faça ter inveja. Até o bom e velho Freud precisa refazer suas afirmações, porque nós estamos inventando não mais a inveja do pênis, mas talvez a inveja da mama ou do útero. Talvez até a questão da psicologia e também das patologias possa ser modificada.

Quero terminar dizendo o seguinte: há alguns projetos relativos às mulheres, este exclusivamente aos homens e a maioria relativa aos dois gêneros. Tenho para mim que existem algumas condições de solidariedade, que é uma palavra mágica, embora muitas vezes desgastada, que nós, enquanto gêneros, podemos fazer uns pelos outros. Tinha para mim até há bem pouco tempo – a única figura feminina aqui na mesa é da Dr<sup>a</sup>. Maria Inez – que haveria a mulher de ter alguma condição para complementar o homem e vice-versa. Hoje tenho outra opinião. Eu acho que nós temos essa possibilidade complexa em nós mesmos. A objetividade culturalmente é colocada para o homem, a possibilidade de ser mais racional, enquanto nós somos mais afetuosas. Acho que tudo isso são aspectos culturais que nós estamos costurando e integrando. No momento em que nós – eu insisto – somos exitosas, em uma campanha da televisão, mostrando uma camiseta básica, um ato simples, mas com a presença das estrelas globais e também de outras emissoras menos votadas, mas com tanta importância; no momento em que têm a coragem de trazer o câncer de mama pessoas como Constanza Pascolato e outras mulheres que, mesmo sendo estigmatizadas pela perda de uma parte de seu corpo que pode ser reposta depois com cirurgia, eu fiquei a pensar o que sentiriam os companheiros homens, o amigo, o irmão, o pai, o marido, o filho, seja quem for, em função de uma situação que não é só anatômica e não é fisiológica, é psicológica também. É o pai de família que pode estar acometido de uma situação de auto-estima baixíssima, porque toda a sua virilidade ainda é colocada em nosso País em termos de genitalia, em termos de **performance sexual**, não fosse esse câncer localizado justamente na área genital. Isso me comove profundamente.

Quando eu fiz a estatística, ainda recém-chegada à Câmara, ainda meio desajeitada, no meio dos 512 fora eu, vi o impacto dos Deputados mais velhos. Eu pensei: como posso ajudar essas pessoas, esses homens com tantas dificuldades?

Talvez dessa maneira humilde eu possa encerrar este depoimento, dizendo que se trata de um profundo amor aos homens, porque já perdoei o pai que há dentro de nós e já estou livre para poder amar os homens de verdade, o que **nem sempre** acontece na caminhada da condição feminina.

Senhores, gostaria imensamente de agradecer-los pelas controvérsias, pela harmonia, pelas congruências e de aceitar os cuidados materiais, mas que eles não se tornem burocráticos, porque, atrás das frias estatísticas existem pessoas. A população negra é que tem a maior incidência. Isso já é uma verdade. E ela é pobre, é destituída de poder. Estamos aqui para reverter esse quadro e principalmente para garantir uma harmonia maior entre homens e mulheres.

Muito obrigada, Senadora Emilia Fernandes, obrigada, Dr<sup>a</sup> Maria Inês, obrigada a todos que aqui estão. Estou profundamente comovida. É o meu primeiro projeto e espero que possamos chegar a uma harmonização maior.

Muito obrigada e desculpem a minha retirada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra à Dr<sup>a</sup> Maria Inês para responder as indagações do Senador Tião Viana.

**A SRA. MARIA INÊS GADELHA** – Acredito que a própria audiência que sei que é divulgada por meio de comunicação, rádio, televisão, TV Senado já está sendo bastante instrutiva e educativa. Não é, Deputada? Já estamos, na verdade, pondo em execução o projeto da Deputada, mesmo informalmente.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que uma das grandes preocupações do burocrata da saúde pública é justamente, no caso de um programa de detecção precoce, a ansiedade que isso causa nas pessoas.

Então, vamos imaginar que um homem seja submetido a um rastreamento de câncer de próstata, que lhe seja dito que tem câncer, mas não precisa ser tratado, desde que ele esteja naquele perfil de caso de que simplesmente é acompanhamento. Esse homem não vai ter paz, ele não vai ter noite para dormir. Então, levamos muito isto em consideração, quer dizer, a preocupação nossa como autoridade sanitária, como representante e defensora da saúde da população brasileira.

A nossa preocupação é tamanha que o câncer, hoje, no Brasil, é a segunda causa de morte por doença, só perde para a doença cardiovascular. Então, é uma preocupação constante. Agora, o câncer é uma doença que, na verdade, corresponde a mais de 200 doenças. A questão é que envolvemos com um nome só basicamente duas centenas de doenças; cada câncer tem a sua característica, tem a sua forma de apresentação e a sua forma de controle.

Então, não podemos tomar como uma coisa única aquilo que é bastante múltiplo.

A questão de opinião é um negócio que vai sempre ser encontrado, como o Senador chamou bem a atenção. Quando se discutir, V. Ex<sup>a</sup> vai encontrar isso como se encontra em qualquer mesa que componha, porque as opiniões são diversas, assim como as visões e as formações. Então, por exemplo, um cirurgião vai sempre defender a cirurgia; um radioterapeuta vai sempre defender a radioterapia. Com relação a isso, lutamos muito no Brasil na questão do colo do útero: operar todo o câncer de colo de útero ou se a radioterapia dá o mesmo resultado? O cirurgião vai optar pela cirurgia; o radioterapeuta vai optar pela radioterapia.

Por isso, volto a insistir que fiquei muito feliz com a visão que o Senador teve do consenso, porque é realmente controverso. Em qualquer área em que se discuta o câncer de próstata, há controvérsias, inclusive dos conceitos. Sobre os conceitos, aqui nesta Mesa, não estamos falando da mesma coisa. Está certo? Então eu vou me dar o direito também, como professora que fui durante muitos anos, de lembrar o seguinte: o que é que nós chamamos de prevenção? Prevenção pode ser classificada como aquilo que vai evitar qualquer evento. Então, a prevenção primária, que é chamada de promoção da saúde, evita o quê? A doença. A prevenção primária é a única maneira de diminuir o número de casos. Por exemplo: não fumar é a única maneira de diminuir o número de casos de câncer de pulmão e de se controlar o câncer de pulmão.

A prevenção secundária, que é chamada de detecção precoce, ou de diagnóstico precoce, ou de rastreamento, nas suas diversas nuances, como chamou a atenção do Dr. Damião, o que ela faz? O diagnóstico precoce; ela até aumenta a incidência, mas concorre para a diminuição da mortalidade ou não, depende do tipo do tumor.

Então, no caso do câncer, ninguém afirma. Ainda nenhum cientista no mundo conseguiu provar que ela aumenta a sobrevida ou diminua a mortalidade. A prevenção secundária, portanto, pode até aumentar a incidência, mas se o benefício dela for grande, justifica o aumento de incidência, desde que diminua a mortalidade, desde que aumente a sobrevida, este é que é o ponto maior.

A prevenção terciária é que é o tratamento. O que a prevenção terciária evita? Evita as complicações, evita má qualidade de vida, evita que o paciente morra, ou seja, pode até aumentar a sobrevida e diminuir a mortalidade daqueles cânceres que são curáveis. Porque existem cânceres

incuráveis, existem cânceres curáveis e existem cânceres que são tratáveis, controláveis, mas incuráveis.

Por fim, a prevenção quaternária, que é o que se chama de reabilitação. O que ela evita? Evita a seqüela, a complicação; evita deixar um paciente em cima de uma cama porque não se cuidou de recuperar um movimento; evita a pneumonia de uma pessoa que está debilitada, não pode andar, ficar deitada numa cama.

São quatro níveis de prevenção. Fica evidente que o conceito não é o mesmo. Então, quando falamos de prevenção, estamos nos referindo à prevenção primária, evitar que a doença ocorra. Exemplo: combate ao tabagismo, combate à prisão de ventre. Não há prevenção primária melhor no mundo que o controle do tabagismo. Só com isso, se a humanidade hoje parasse de fumar, 30% de todos os casos de morte por câncer desapareceriam do planeta. Isto é prevenção. Isso é inaplicável ao câncer de próstata, porque não sabemos o que provoca esse tumor.

Então, acho que estabelecendo isso fica até mais fácil para sabermos que linguagem estamos falando. Não estamos falando a mesma linguagem certamente, daí a confusão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Por cessão do Dr. Álvaro Sarkis, passo a palavra ao Dr. Ronaldo Damião.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Vou precisar me retirar, mas não posso deixar de fazer alguns comentários que são extremamente importantes.

Em primeiro lugar, quero dizer que tenho 25 anos de formado e sou uroncologista. Dirijo o Departamento de Uroncologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o ambulatório, a cirurgia, há quase 20 anos. E há quase 20 anos venho notificando alguns pacientes que têm câncer de próstata localizado, estadiado baixo, que não necessitam de fazer tratamento e simplesmente acompanhamento. E não crio ansiedade absolutamente em ninguém, ao contrário, quando isso é bem trabalhado, quando é bem conversado, o sujeito fica de uma certa forma até um pouco satisfeito, sabendo que não precisa operar, que tem um câncer, mas está sendo cuidado, monitorizado, etc.

Em segundo lugar, não podemos deixar de fazer o certo por melindrar algumas pessoas. Se temos possibilidade de diagnosticar precocemente, de tratar precocemente, devemos fazê-lo.

Finalmente, em decorrência do adiantado da hora, quero oferecer ao secretário, para que possa distribuir à Dr<sup>a</sup> Maria Inês, ao Dr. Kogute e a todos



aqueles interessados o último artigo sobre Antígeno Prostático Específico, que foi publicado na **Journal of Urology**, a revista mais importante da urologia mundial, agora no mês de agosto de 1999, mostrando claramente que o PSA mudou o perfil da doença, detectando precocemente, diminuindo a taxa de sobrevivência, a taxa de mortalidade e também colaborando para a diminuição da incidência do câncer da próstata. Quero ainda mostrar um outro artigo também publicado agora recentemente, em 1999, em grande revista de grande repercussão internacional, onde se pode consultar e verificar isso. Fica a seus cuidados para que o senhor possa distribuir a quem for de interesse. Não tenho dúvida de que o assunto é polêmico, principalmente quando o Senador levanta a questão de o Governo gastar tanto, distribuir exames para que se possa fazer um diagnóstico precoce em decorrência de tantas outras doenças que existem neste País e que são extremamente importantes, como a diarreia, a questão materno-infantil. Mas o alerta voluntário, a comunicação através da mídia, através dos órgãos oficiais do Governo, isso não podemos deixar de fazer. Não podemos perder essa oportunidade, porque, caso contrário, num futuro distante, seremos amaldiçoados por termos tido a oportunidade, no Senado, através dos órgãos federais, de efetivar isso para que o Governo faça a divulgação anual. Estamos, por razões talvez pouco explicativas, deixando de criar essa oportunidade.

Por favor, os dados epidemiológicos mostram isso. Procurem os recursos necessários através do último Congresso Internacional de Epidemiologia, realizado na Cidade do Rio de Janeiro, e em outros, no mundo inteiro, dos quais tenho a oportunidade de participar e mostrar que a taxa de mortalidade do câncer da próstata está diminuindo nos países mais avançados. E mais: está agora diminuindo a incidência, porque a grande demanda foi diagnosticada. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a permanência do Dr., Ronaldo Damiano apenas para tentar extrair dele uma opinião definitiva a respeito do processo de rastreamento. Já tivemos a oportunidade de acolher da Mesa um consenso sobre a necessidade da campanha de divulgação que leva ao conhecimento da população os mecanismos do câncer de próstata. No entanto, quanto ao rastreamento – o projeto prevê rastreamento através de exames de prevenção –, qual é a sua posição com relação à possibilidade de o Brasil implementar uma campanha dessa natureza com resultados eficazes?

Sabe-se que uma coisa é fazer a divulgação onde o acesso se dá via plano de saúde dos exames necessários para se chegar a um diagnóstico – pode ser feito até mediante o pagamento em espécie, atendimento particular, mas em geral o plano de saúde é mais utilizado pela classe média –; então, pergunto: o Brasil deve ou não adotar, na sua opinião e na opinião dos demais especialistas, durante uma semana, uma vez por ano, a campanha de prevenção, que inclui o rastreamento do câncer de próstata?

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Passo, portanto, a palavra ao Dr. Ronaldo Damiano a seguir ao Dr. Arap que também tem hora para retirar-se.

**O SR. RONALDO DAMIÃO** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite, mas isso já está acontecendo. Na sexta-feira passada, terminou a semana de rastreamento de câncer de próstata no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro. Na sexta-feira passada, terminou a semana de rastreamento de câncer de próstata na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Isso está acontecendo em diversos Estados brasileiros, mas a sociedade brasileira está fazendo isso, juntamente com os hospitais, às custas de um sacrifício muito grande, uma vez que não temos o poder de entrar na mídia. O que, na verdade, estamos fazendo é cartazes, distribuindo-os para a população, dando entrevistas em rádios. Isso está acontecendo. O que estamos pedindo é que o Governo participe disso, através da mídia. Não estamos solicitando que o Governo entregue exame de graça para todo mundo, que aumente a sua despesa. Estamos pedindo é que o Governo ajude a Sociedade Brasileira de Urologia, ajude os hospitais que estão empenhados nesse projeto para que possamos atingir um número maior de pessoas em todo o Brasil. Mas isso já está acontecendo, todo ano isso acontece na minha Universidade, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Hospital Universitário Pedro Ernesto. Isso já aconteceu no ano passado, no ano retrasado, vai acontecer o ano que vem. Isso já está acontecendo no Brasil inteiro. Estamos precisando é que o Governo apóie essas medidas de rastreamento, convocando a população com hora marcada, Senador. O paciente liga para o hospital, marca uma consulta com hora marcada e vai no dia certo. Então, ela é avaliada através de um toque retal, se necessário antígeno prostático específico, se necessário ultra-sonografia com biópsia. E isso já está acontecendo e funciona maravilhosamente bem.

Na semana passada, no Hospital Souza Aguiar, tivemos mais de 1.200 inscritos, mas abrimos só mil vagas. Então, peço aos Senhores, por favor, considerem isso, porque é extremamente importante o apoio governamental nessas medidas de rastreamento de câncer de próstata em instituições universitárias, em hospitais públicos, em parceria com a Sociedade Brasileira de Urologia, porque já estamos fazendo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Sami Arap.

**O SR. SAMI ARAP** – Gostaria de esclarecer ao Senador Sebastião Rocha que, na realidade, não está previsto o rastreamento. O que está previsto é alguma coisa que já aconteceu em São Paulo. O Deputado Nilton Flávio, em São Paulo, votou uma lei que exige, pede, determina ao Governo que todos os hospitais públicos de São Paulo coloquem à disposição da população a realização do exame de PSA. É isto que entendo que é o espírito desse art. 2º.

Na realidade, quero também dizer que concordo plenamente com a idéia de que deva ser esclarecida a população. Em segundo lugar, que deva ser colocada à disposição da população a possibilidade de fazer esses exames para aqueles que quiserem. Eu, por exemplo, não concordo com a idéia de que devamos fazer, a partir do Ministério da Saúde, campanhas de rastreamento nacional em câncer de próstata. Discordo do meu colega Ronaldo Damião, Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia. Mas, na minha maneira de ver, creio que é algo que não deveria ser implantado, porque temos coisas muito mais importantes para fazer. Tudo é uma questão de opção.

O Dr. Damião mencionou a campanha, o mutirão da próstata. Agora, o Ministério da Saúde determinou que operemos "n" próstatas, para limpar as filas, é uma campanha. Isto é uma coisa que tem sempre o outro lado da medalha: tenho 50 cânceres de bexiga, na fila, para operar no Hospital das Clínicas e 70 cânceres de próstata para tratar no Hospital das Clínicas, todos em fila. No entanto, vamos fazer, por exemplo, um mutirão em hiperplasia prostática benigna, que é uma doença muito incômoda, muitos doentes com sonda, que realmente necessitam operação, mas não é uma doença letal. Então, é tudo questão de priorização.

Acho muito simpática a idéia dos meus colegas do Instituto Nacional do Câncer de que devamos sentar e alcançar um consenso, apesar das idéias do Dr. Damião de que a mortalidade está caindo pelo rastreamento feito em outros países. Creio que o indivíduo deve exercer sua livre opção paga pelo

Estado na hora em que ele resolve: se ele quer saber se tem um câncer de próstata, ele tem direito a isso, e o Estado deve oferecer a ele, através dos hospitais do Estado, dos postos de saúde etc. Porém, quanto ao Estado patrocinar uma campanha em nível nacional, parece-me um pouco mais do que o desejado. Creio que temos, sim, que fazer campanhas de educação. Aliás, deixei com o senhor folhetos, e fazemos isso no Hospital das Clínicas. Qual é o valor populacional disso? É zero. O Dr. Damião fez com 1.000 doentes; eu fiz com 3.000 pacientes. Encontramos 80 cânceres de próstata, dos quais 70% eram localizados, portanto, curáveis. Isso tem algum valor em termos de população brasileira? É zero. Tem um valor, sim, educativo. Eduquei o povo, a população médica do meu hospital – como o senhor estava mencionando, que aprendeu alguma coisa, porque nesses debates se aprende –, a enfermagem, os geriatras e um monte de gente no sentido de que esses métodos podem ser aplicados e até que cada médico individualmente tenha condições de orientar o seu cliente dizendo: "Olha, faça um PSA. Está fazendo um **check up** que se faz em todo o canto. Faça também um PSA e, se ele vier alterado, procure um urologista. Ou procure o urologista para fazer um toque retal, um exame da próstata". Preocupa-me muito mais o que enfatizou o Dr. Álvaro. Verificamos, realmente, que houve uma incidência quase três vezes maior de câncer de próstata na população negra do que na branca.

As campanhas que se fazem para descartar câncer de próstata alcançam a população das classes média e alta, mas não alcançam a população das classes C e D – não sei como se classificam –, as classes menos favorecidas. Essas campanhas alcançam quem vê televisão, quem lê jornal, quem tem algum lazer, quem vai ao **shopping**, mas não alcançam essa população. Tanto é verdade que da população que se apresentou no Hospital das Clínicas, na nossa campanha, uma população de três mil doentes, a percentagem de negros foi muito menor do que a de brancos. Tenho até um extrato com todos esses dados, por classe social, mostrando que os pacientes que vieram eram mais educados, com mais recursos, e que se servem de medicina privada.

Precisamos educar a população. Precisamos difundir e fazer o indivíduo entender que ele pode ter um câncer de próstata. É um direito dele procurar um médico e exigir que o Estado lhe dê o PSA, uma consulta urológica.

É muito boa a posição do Instituto Nacional do Câncer de que deveríamos nos sentar e construir um consenso até mesmo dentro da classe médica. Não



estamos falando a mesma língua. Aliás, não falo a mesma língua dela. Sou urologista, e ela é oncologista.

Era isso que queria dizer. Novamente agradeço o convite para participar desta Comissão, Senador Freitas Neto. Foi uma grande honra estar aqui. No entanto, devo me retirar, bem como o Dr. Álvaro, porque temos de tomar um avião daqui a meia hora. MUITÍSSIMO obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Em vista do adiantado da hora e dos compromissos dos nossos palestrantes, cabe-me apenas cumprimentar o Senador Sebastião Rocha pela iniciativa da nossa audiência.

As contribuições que os nossos convidados e debatedores trouxeram não só nos privilegiarão, mas também a sociedade brasileira, que terá a oportunidade de assistir a esse programa, inclusive encontrando alguns outros espaços, em outros locais, em outros momentos, para aprofundar essa questão, que não está sendo debatida como devia. Considero um desafio o que o Brasil tem de fazer no momento para enfrentar esse problema. Para mim, esse assunto não está esgotado.

É uma satisfação conhecê-los.

Cumprimento a Comissão de Educação, porque sai daqui o desafio para que aprofundemos e conheçamos mais o assunto e, principalmente, busquemos conscientizar os homens da importância desse tratamento e desse exame.

Era o que gostaria de dizer diante da exigüidade do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra o Relator.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** – Sr. Presidente, encerro a minha participação, agradecendo a todos os participantes desta importante audiência pública. Estamos diante de um fato concreto, que é a apresentação de um projeto de lei, sobre o qual o Relator tem de se manifestar favorável, contrário, alterando, modificando.

Gostaria de, nesse aspecto, receber contribuições concretas, logicamente no prazo de uma semana a quinze dias, dos que aqui vieram expor, no sentido de que eu possa concluir o meu parecer, haja vista esses pontos divergentes que enriqueceram o debate e certamente me orientaram muito quanto à condução do estudo que estou fazendo para a elaboração do relatório. Seria importante, sobretudo, que os representantes do

Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer nos oferecessem contribuições sobre um fato concreto, que é o projeto de lei da Deputada Telma de Souza.

Muito obrigado a todos os participantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Agradecendo a todos os participantes, informamos aos membros da Comissão que amanhã teremos outra reunião extraordinária, às 17 horas e 30 minutos, atendendo a requerimento aprovado pela Comissão, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que visa a homenagear o Dia da Educação, com vários eventos, a partir das 17 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 20h7min.)*

**Ata da 24ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se em 27 de outubro de 1999.**

Às dezoito horas do dia 27 de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores Luzia Toledo, Emilia Fernandes, Djalma Bessa, Artur da Távola, Roberto Saturnino e Gerson Camata, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lúcio Alcântara, Luiz Otávio, Amir Lando, Agnelo Alves, Íris Rezende, José Sarney, Pedro Simon, Roberto Requião, Gilvam Borges, Luiz Estevão, Hugo Napoleão, Jorge Bornhausen, José Jorge, Eduardo Siqueira Campos, Bello Parga, Álvaro Dias, Teotônio Vilela Filho, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Luiz Otávio e Marina Silva. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, denominada “O dia da Educação, se dedica a homenagear o dia do Professor e a Educação, prestar homenagem póstuma ao ex-Senador João Calmon e realização de solenidade para o descerramento da galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação. Para o Painel em homenagem ao dia do Professor e a Educação foram convidados as seguintes personalidades: Professor Renato Oliveira (Presidente do Sindicato da Associação Nacional das Instituições do Ensino Superior – ANDES), Professor Carlos Augusto Abicalil (Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE) e a Professora Selma Garrido Pimenta da Faculdade de Educação da Universidade



de São Paulo – USP). Prosseguindo, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados pelo tempo de quinze minutos. Finda a exposição a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Encerrada a primeira parte do evento, o Senhor Presidente, Senador Freitas Neto, comunica aos presentes que será feita a homenagem póstuma ao ex-Senador João Calmon com os pronunciamentos dos Senadores Lúzia Toledo, Gerson Camata e pela Comissão de Educação, o Senador Freitas Neto. Finda a homenagem a Presidência convida o Senador Artur da Távola, como último ex-Presidente desta Comissão e a todos os demais presentes para o descerramento da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação. Encerrado o evento, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado a reunião, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às vinte horas determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Está aberta a reunião extraordinária da Comissão de Educação, cujo objetivo é a comemoração do Dia da Educação. Esta reunião foi convocada em virtude de requerimento de autoria da Senadora Emilia Fernandes, aprovado pelo Plenário da Comissão. No seu requerimento, a referida Senadora também sugeriu os procedimentos e as comemorações que terão efeito nesta data em razão da passagem do dia 15 de outubro próximo passado, o Dia do Professor.

Na primeira parte da reunião, depois de ouvirmos a Senadora Emilia Fernandes, que naturalmente justificará mais uma vez o seu pleito e dirá o motivo que a fez tomar essa iniciativa, concederei a palavra ao Professor Renato de Oliveira, aqui presente, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, ao Professor Carlos Augusto Abicalil, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – e à Professora Selma Garrido Pimenta, da Faculdade de Educação da USP. Portanto, agradecemos de antemão a V. S<sup>as</sup> pela presença, tendo atendido ao convite da Comissão.

Em seguida, haverá uma homenagem póstuma ao ex-Senador e ex-Presidente da Comissão de Educação João Calmon, quando ouviremos os membros desta Comissão que são representantes do Estado

de origem do Senador homenageado. do Espírito Santo, a Senadora Luzia Toledo, Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Gerson Camata.

Antes de encerrar a reunião, inauguraremos hoje a Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação. Registro a presença dos filhos do Senador João Calmon – João Felipe e Célio Calmon – e das noras – Márcia e Solange Calmon, agradecendo-lhes pelo comparecimento. Consigno também a presença do Reitor da Universidade Católica de Brasília, o Professor Gui Cap de Ville, e do Assessor Parlamentar do Tribunal de Contas da União, que está representando o ex-Senador e atual Ministro Valmir Campelo, que também foi Presidente desta Comissão. Fizemos o convite a S. Ex<sup>a</sup> para que comparecesse a esta reunião, mas ele, neste momento, encontra-se em sessão. Se houver tempo, deslocar-se-á até aqui, mas enviou o Dr. Severino Lucena como seu representante.

Peço que todos tomem assento na Comissão, agradecendo-lhes, mais uma vez, pela presença.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, autora do requerimento que resultou na convocação desta reunião de hoje.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ilustres convidados que compõem a nossa mesa, Professora e Doutora Selma Garrido, Professor Renato de Oliveira, Professor Carlos Augusto Abicalil, familiares do nosso sempre inesquecível Senador João Calmon – seus filhos João Felipe e Célio e suas noras Márcia e Solange, que nos honram com a sua presença, Sr. Assessor Parlamentar e Representante do Ministro Valmir Campelo, Dr. Severino Lucena, enfim, todas as pessoas que nos prestigiam neste momento, é importante que se diga que o Senado tem desempenhado na vida política brasileira um papel fundamental – embora, muitas vezes, não como desejaríamos.

Além dos trabalhos realizados em nosso plenário, das manifestações e de tudo que é feito de modo geral nesta Casa, há uma comissão específica no Senado da República que trata das questões de educação. Então, todos aqueles projetos oriundos da Câmara ou desta Casa vêm a esta Comissão, na qual o mérito é analisado. É designado um relator e, então, as matérias vão ao plenário com embasamento, após votação por parte desta Comissão.

Acreditamos, portanto, que as **Comissões** do Senado têm um papel essencial. Na qualidade de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, estou implementando essa concepção de que uma comissão precisa ir além da análise pura e simples,

detalhada, muito dedicada e competente de projetos. Temos que dar uma visibilidade, temos que aproximar os nossos trabalhos, os nossos Parlamentares da sociedade, chamando-a até nós para que possamos, então, incorporar os anseios, as expectativas e até acatar sugestões que a sociedade e as pessoas vinculadas aos diferentes temas têm em relação aos assuntos que aqui são tratados.

Dessa forma, a Comissão de Educação, a partir de uma proposta que apresentamos, acatada pela unanimidade de seus membros, diga-se de passagem, com o empenho do Presidente, o Senador Freitas Neto, já está realizando no mês de outubro – esse era o nosso desejo –, o nosso requerimento, cujo objetivo foi, sem dúvida, lembrar o dia 15 de outubro, que é dedicado ao professor. Esta Casa fez uma homenagem, no plenário, durante a semana do dia 15, quando tivemos um momento especial dedicado à reflexão do papel dos professores, da educação, do tratamento que a educação vem recebendo e o tratamento que deveria receber, as nossas dificuldades e as expectativas dos nossos trabalhadores em educação, essa profissão que, realmente – como professora, sou até um pouco suspeita para falar –, é a grande alavanca para que as transformações que desejamos aconteçam na sociedade. A educação, por si só, não faz acontecer, mas, sem a educação, sabemos que não há modificações.

Então, o nosso objetivo é homenagear os professores, refletir, levar uma mensagem de alerta aos professores, à sociedade, aos governantes e ao Congresso Nacional sobre como está sendo tratada a educação em nosso País. Esse é o motivo da presença dos nossos convidados.

A Sr<sup>a</sup> Selma Garrido Pimenta, nossa convidada, é Professora Titular de Didática na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, Licenciada em Pedagogia –, é minha colega pedagoga; fiz o seu mestrado e doutorado em Filosofia da Educação na PUC, em São Paulo –; é autora de vários livros e artigos nacionais e internacionais; realizou estágios em vários países, como Canadá, França, Portugal, Suíça e Espanha; assessorou o Ministério da Educação, inclusive no período de 1986 a 1988, na elaboração de projetos de capacitação dos docentes; assessorou inúmeras universidades em várias Estados brasileiros, como Santa Catarina, Goiás, Pernambuco, Mato Grosso, Pará e outros, buscando contribuir com a reformulação curricular de cursos; é membro do grupo de trabalho para elaboração do documento de

diretriz curricular nacional para os cursos de formação de professores do MEC este ano e também é Presidente eleita da Comissão de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. É uma pessoa, portanto, altamente qualificada. Isso foi apenas um breve resumo da sua história de trabalho e dedicação.

Do outro lado, temos, aqui, os nossos convidados: o Professor Renato de Oliveira, que é Presidente da ANDES – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. A ANDES é uma instituição fundada em 1981 e tem marcado uma atuação destacada junto às instituições públicas e privadas na defesa do ensino superior, buscando mostrar a importância da qualidade do ensino, da valorização dos professores e, principalmente, um debate para a instrução nacional voltado a um ensino superior, valorizando todos os aspectos que o ensino superior deve englobar, a ciência da pesquisa, da tecnologia, enfim, com uma visão política, cultural e, principalmente, voltada para os grandes desafios dos nossos tempos.

Temos o Colega e Professor Carlos Augusto Abicalil que, além de professor, é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que é também uma instituição que existe há muitos anos neste País, fundada na década de 50 e, desde então, vem também se destacando, marcando a sua posição crítica e construtiva dentro desse cenário em relação à educação. Hoje, possui cerca de 29 instituições regionais filiadas à CNTE. Essa entidade consolida-se, sem dúvida, como uma entidade confederativa – diria – a partir da década de 80, quando assume, realmente, um caráter com essa visão, reúne professores, supervisores, funcionários de escolas e busca também organizar e mobilizar os trabalhadores em educação, inclusive com o papel destacado, como foi na Marcha em defesa da Educação, recentemente realizada aqui em Brasília. Era isso que tinha a dizer sobre a exposição de nossos palestrantes.

O outro ponto que consideramos importante lembrarmos é a homenagem que será prestada pela nossa Senadora Luzia Toledo, do Espírito Santo, Estado de origem do nosso sempre lembrado Senador João Calmon, que foi Presidente também da nossa Comissão de Educação; personalidade polêmica; jornalista e ex-Senador; Presidente por 12 anos do Condomínio Acionário das Emissoras dos Diários Associados, império jornalístico criado por Assis Chateaubriand; Deputado Federal por duas vezes e Senador por três, pelo PDS e mais uma vez pelo PMDB do Espírito Santo, e, nos últimos anos,

indubitavelmente, quando esteve aqui no Senado, projetou-se e colocou-se como um grande defensor da educação. Ele é o responsável, hoje, por termos na Constituição brasileira a inclusão do dispositivo que obriga a União destinar os 18% dos impostos à educação, os 25% dos tributos, no caso dos Estados e Municípios. Sem dúvida, constituiu a grande alavanca, porque educação não se faz sem recurso também.

E aí se mostrou que essa prioridade em relação aos orçamentos que ainda estamos construindo, porque há dificuldades de implementar essas questões. O Senador João Calmon foi Presidente da nossa Comissão de Educação por sete anos. Portanto, a sua contribuição nesta Casa foi fundamental. E, mesmo depois, sem mandato, não se afastou desta Casa. Aqui permaneceu dando a sua contribuição significativa junto a Presidência do Senado, como seu assessor e colaborador na área de educação, inclusive no Instituto Legislativo Brasileiro. Infelizmente, no início deste ano, aos 82 anos de idade, morreu nosso Senador João Calmon, deixando saudade, a lembrança e o exemplo a ser seguido.

Quanto ao terceiro aspecto, Sr. Presidente, ressalto que vamos inaugurar a Galeria dos ex-Presidentes, que, desde 1935, dirigiram esta Comissão. Qual o objetivo disso? Além de darmos visibilidade àquelas pessoas que tiveram à frente a responsabilidade de presidir uma comissão tão importante, estamos homenageando os parlamentares, agradecendo-lhes o trabalho que fizeram no âmbito legislativo em prol da educação.

Registro aqui os homenageados: Senador Alcântara Machado (1935); Flávio Guimarães (1947-1954); Lourival Fontes (1955-1958); Mourão Vieira (1959-1960); Meneses Pimentel (1961-1970); Gustavo Capanema (1971-1975); Tarso Dutra (1976) não estamos bem na ordem, mas creio que é isso; João Calmon (1978-1980); Aderbal Jurema (1981-1982); João Calmon novamente, no período de 1983 a 1984; Aderbal Jurema (1985-1988); retorna João Calmon (1989-1990); Louremberg Nunes Rocha (1991-1993); Valmir Campelo (1994); Roberto Requião (1995-1996); e Artur da Távola (1997-1998).

Esses são os nossos homenageados em homenagem póstuma, lógico, estendida aos seus familiares e às pessoas que conviveram com ele, que certamente também estão se sentindo homenageadas neste momento.

Damo-lhes as boas-vindas. Tenho certeza de que a mensagem que o Brasil quer ouvir é a dos professores aqui presentes.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Após o pronunciamento da Senadora Emilia Fernandes, que expôs os objetivos do requerimento que ela submeteu à apreciação desta Comissão – que foi aprovado por unanimidade e redundou, como eu disse inicialmente, na convocação desta reunião –, vamos passar à primeira parte, que é ouvir os professores aqui presentes.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Professor Renato de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES.

**O SR. RENATO DE OLIVEIRA** – Exm<sup>a</sup> Senador Freitas Neto, Presidente desta Comissão; Senadora Luzia Toledo; Exm<sup>a</sup> Senadora Emilia Fernandes, representante nesta Casa do meu Estado de adoção, a quem cumprimento pela iniciativa de propor esta sessão; demais Senadores, Srs. familiares do Senador João Calmon; senhoras e senhores, meus colegas aqui presentes, do nosso ponto de vista, enquanto representantes do segmento universitário da educação nacional e também na condição de militantes na defesa do conjunto do sistema nacional de ensino, devemos aproveitar esta oportunidade para situarmos o problema que, hoje, empolga a maioria das universidades brasileiras, que é o problema da autonomia universitária.

Ao mesmo tempo em que fazemos isso, queremos agradecer esta oportunidade à Comissão de Educação do Senado, que, por intermédio da sua televisão, da sua janela eletrônica, nos permite levar essa reflexão ao conjunto da população brasileira, ao conjunto dos cidadãos deste País que nos acompanham neste momento.

A questão da autonomia universitária, como todos sabemos, é reconhecida pela Constituição Federal no seu art. 207. Vale dizer que, por meio desse artigo, os Constituintes de 88 situaram o Brasil entre os países mais avançados no que diz respeito à compreensão do papel e do estatuto da autonomia universitária. Ou seja, pela Constituição brasileira, a universidade não é um ente autônomo por decisão política ou por decisão dos Constituintes. A universidade tem uma autonomia que é reconhecida pelos Constituintes; portanto, é elevada à categoria de um direito fundamental.

Lamentavelmente, embora a Constituição estatua a autonomia nesses termos, ela não vem sendo



reconhecida pelos Governos que se sucederam à promulgação da atual Constituição Federal. Lamentavelmente, do ponto de vista da autonomia, a situação das universidades brasileiras é pior do que a situação anterior à Constituição atual, o que significa, portanto, que as autoridades educacionais do País, desse ponto de vista, reiteram em atitudes e iniciativas rigorosamente inconstitucionais.

Este debate que está sendo travado nesta Casa, juntamente com a Câmara Federal, está tendo um papel destacado por meio da constituição de uma Frente Parlamentar de Defesa da Universidade Pública. De maneira que vou aproveitar a ocasião para situar dois aspectos, que, do nosso ponto de vista, justificam o urgente reconhecimento do Estatuto da Autonomia Universitária no nosso País. Esses dois aspectos são decorrentes da caracterização da sociedade na qual estamos ingressando, caracterização essa que tem sido assumida pela maior parte dos estudiosos de Ciências Sociais e por organismos internacionais, como a Unesco, por exemplo.

A caracterização é a chamada sociedade do conhecimento. Assim, estamos saindo de um padrão de organização social, vigente em boa parte dos séculos XIX e XX, que poderia ser caracterizado como a sociedade do trabalho, ou seja, uma sociedade na qual o indivíduo, para ter acesso a qualquer bem material e cultural significativo, primeiramente deveria ter acesso ao trabalho formal. Não se exigia que o indivíduo tivesse conhecimento.

Aliás, um dos grandes teóricos e organizadores dessa sociedade do trabalho, que estabeleceu a matriz da produção industrial que caracterizou aquela sociedade, formulou uma frase muito cruel: "Nessa sociedade, alcançaremos a maior produtividade social e a maior harmonia social quando cada trabalhador for uma espécie de macaco amestrado".

A sociedade que supera a sociedade do trabalho, a nossa sociedade do conhecimento, não aceita macacos amestrados. Para que o indivíduo tenha acesso ao bem-estar, à riqueza, a tudo que caracteriza a vida em sociedade, ele deverá ter, primeiramente, acesso ao conhecimento e não simplesmente à informação, ou seja, ter acesso à capacidade de uso do seu instrumental intelectual para processar as informações que lhe são colocadas à disposição.

Só uma instituição é capaz de fornecer tal conhecimento: a universidade. Em decorrência da complexidade crescente que os processos sociais adquirem no mundo contemporâneo, apenas a

universidade é capaz de integrar os indivíduos nessa sociedade. Assumindo esse papel central na chamada sociedade do conhecimento, na qual o mundo está ingressando, a universidade cumpre, então, um duplo papel.

O primeiro papel é o de fortalecer os sistemas nacionais de decisão política e econômica. Nenhum país conseguirá formular objetivos nacionais e desenhar políticas capazes de defender e promover esses objetivos nos campos político e econômico, se não tiver um sistema universitário competente e de alta qualidade integrado aos seus centros de decisão.

O segundo papel cumprido pela universidade nessa sociedade do conhecimento diz respeito à estabilidade social, ou seja, é a universidade que vai dar aos indivíduos os mecanismos pelos quais eles vão se sentir integrados e identificados com o seu meio social.

Ora, do ponto de vista dessa dupla função da universidade na sociedade contemporânea, como estamos no nosso País? Do ponto de vista da integração da universidade com os sistemas nacionais de decisão, a situação não poderia ser mais catastrófica. Podemos hoje falar, sem risco de exagero, que existe uma crescente e generalizada desconfiança da comunidade acadêmica em relação aos objetivos políticos dos últimos governos, tanto no que diz respeito a objetivos que se referem diretamente à segurança nacional – onde são tomadas decisões que marginalizam a comunidade acadêmica de qualquer possibilidade de influência e que marginalizam o conhecimento acumulado nas nossas universidades que poderiam subsidiar essas tomadas de decisão – quanto no que diz respeito às decisões na área econômica, por exemplo, na medida em que o processo de abertura e de inserção subordinada da economia nacional na economia dita globalizada gera um padrão de relações econômicas internas ao nosso País, que não demandam mais conhecimento especializado da comunidade universitária, ou seja, as nossas plantas industriais cada vez mais são montadas com base em tecnologias importadas, em tecnologias forâneas, o que faz com que a universidade seja cada vez mais uma instituição supérflua do ponto de vista dessa estratégia econômica.

Então, há uma crescente e generalizada desconfiança da comunidade em relação aos objetivos governamentais, o que coloca o risco de uma cisão irreversível, que poderá ter resultados absolutamente catastróficos para o futuro imediato do nosso País.

Do ponto de vista do cumprimento da função de estabilidade social, de garantir padrões de estabilidade social, a nossa situação, igualmente, não poderia ser mais catastrófica. Temos, proporcionalmente, menos alunos universitários do que o Paraguai. Somos o País da América Latina que possui o menor percentual de estudantes universitários, em relação a faixa etária, que deveria estar nas universidades. Só para se ter uma idéia, temos, em média, sete a oito indivíduos em cada cem, entre 18 e 24 anos, freqüentando universidades. No Canadá tem-se quase setenta indivíduos, entre 18 e 24 anos, freqüentando a universidade.

Estima-se que no ano de 2004, portanto, daqui cinco anos, cerca de 12 milhões de jovens estarão inscritos nos exames vestibulares de todo o País, e disputarão menos de 1 milhão de vagas na rede pública e privada de todo o País. Portanto, sobrarão mais de 11 milhões de indivíduos. Esse simples dado encerra uma catástrofe para daqui a cinco anos. Alguma coisa tem que ser feita, porque não há regime social, não há regime político capaz de absorver a enorme frustração social decorrente da falta completa de expectativas de ingressar na universidade e, portanto, de participar da sociedade, que está se desenhando para essas novas gerações.

A situação é de tal forma importante, o papel da universidade é de tal forma importante que todos os países do mundo que conseguiram alcançar um razoável grau de hegemonia no contexto das relações internacionais, sem exceção, estão fortalecendo os seus sistemas universitários, estão protegendo as suas universidades como verdadeiros nichos de geração de conhecimento, de geração de alta cultura, de geração de tecnologia, de geração de novos padrões de reflexão e de geração de novas soluções para os seus problemas, todos, sem exceção. A ponto de países como os Estados Unidos, a França e o Canadá, por exemplo, já colocam claramente o objetivo de universalizarem o acesso ao ensino superior. Nós, enquanto isso, estamos atingindo um percentual médio de 12% de estudantes universitários, considerando, enfim, o conjunto de estudantes universitários sobre a faixa restrita da geração dos 18 aos 24 anos.

Isso tudo coloca duas questões do nosso ponto de vista. Em primeiro lugar, a necessidade imperiosa de ampliarmos os sistemas de financiamento público para o ensino superior. Porque apenas o estudo público e gratuito é que dará vazão a enorme demanda por ensino superior no nosso País. Os jovens que estão se formando na rede de 2º Grau

cada vez menos terão condições de pagar pelo ensino superior. O ensino privado não foi, não é e não será uma alternativa para o nosso País, pelo menos se quisermos pensar em alternativas sérias.

Em segundo lugar, temos que resolver, com urgência, o problema da autonomia universitária, porque apenas através de uma comunidade universitária autônoma e fortemente comprometida com as necessidades da sua sociedade, uma comunidade universitária – uso aqui um termo um pouco forte, dada a necessidade de economizar o tempo – submetida claramente a interesses públicos, que não necessariamente se confundem com interesses do governo “x” ou “y”, apenas essa comunidade universitária será capaz de resolver e enfrentar os desafios que se colocam para a universidade no curtíssimo prazo. Apenas uma comunidade universitária com essas características poderá participar ativamente na construção e, talvez mais do que na construção, na garantia da possibilidade de que este País e as suas futuras gerações tenham um futuro no contexto internacionais das nações, no contexto da sociedade do conhecimento.

É por esta razão que eu cumprimento esta Comissão e é também com este depoimento, se preciso fosse, que eu chamaria atenção às responsabilidades que cabem a esta Casa, a esta Comissão, a este Congresso Nacional, em suma, na busca de soluções, no equacionamento dessa questão absolutamente grave para a Nação brasileira.

Muito obrigado, mais uma vez cumprimentando a Senadora Emilia Fernandes pela iniciativa e esperando que ela traga os frutos que todos nós enquanto cidadãos almejamos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Concedo a palavra ao professor Carlos Augusto Abcalil, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, por 15 minutos.

**O SR. CARLOS AUGUSTO ABCALIL** – Ilustre Senador Freitas Neto, Presidente desta Comissão, Senadora Luzia Toledo, Senadora Emilia Fernandes, Senador Roberto Saturnino Braga, Senadora Heloisa Helena, Senador Gerson Camata, que já se faz presente aqui, ilustres – eu gostaria de me referir na condição de amigo – familiares do Senador João Calmon, demais participantes desta solenidade, inicialmente me daria o direito de lembrar o significado da palavra homenagem. É exatamente prestar reverência ao que merece respeito.



E em nome de dois milhões e meio de trabalhadores e trabalhadoras da educação pública básica deste País, que diariamente atendem a 37 milhões de estudantes de escolas públicas de ensino médio, ensino fundamental e educação infantil, quero reconhecer o valor da homenagem de hoje ao Senador João Calmon, que, na sua iniciativa, embora em momentos da sua vida política tivesse com setores da nossa categoria diferenças do ponto de vista ideológico e programático, tendo em vista o espírito de brasilidade e a perfeita concepção do que significa um sistema educacional para a consolidação de uma nação, propôs em momentos bastante adversos à proposição uma iniciativa que além de fixar um número de patamar de investimento público na área de educação, tomou o cuidado de dizer que esse número era de referência mínima, o que significa, portanto, um alcance de visão muito além do que têm hoje os atuais gestores das políticas públicas de educação, que têm o mínimo como patamar de redução adicional, o que é extremamente grave.

Ao mesmo tempo, a extensão desta solenidade de hoje dá seqüência, como o Dia da Educação, à extensão do 15 de Outubro, que no Brasil, por determinação de um decreto, ainda da Ditadura de Vargas, definiu como sendo o Dia do Professor, no masculino, em que pese 76% da categoria na educação básica ser constituída de mulheres. E a partir desse registro, peço licença aos representantes do sexo masculino para me dirigir à categoria de professoras, no feminino, ainda que as regras ainda vigentes na Língua Portuguesa determinem que, no caso da existência de um masculino, sendo todos os outros 99% femininos, o masculino impere, e dizer, portanto, na pessoa das professoras, o que significa receber uma homenagem de um organismo de Estado como é o Senado Federal, representativo das unidades federadas da Nação brasileira e, sobretudo, de autoridades que exercem, em nome do povo, a competência de definir projetos, de determinar parâmetros. Proximamente, a esta Casa chegará o Plano Nacional de Educação válido para a próxima década, e um singelo instrumento de divulgação desse plano foi distribuído há pouco a todos os presentes. É uma cartilha popular.

Prestar homenagem à professora brasileira significa, em primeiro lugar, saber que este nome "professora" traz presente imagens muito diversas, concepções muito diversas, atitudes e posturas muito diversas, na maioria das vezes muito próximas do carinho, do afeto, da extensão da família e, durante muito tempo, inclusive, a expressão "tia" foi a primeira

a qual crianças da primeira idade que ingressavam à escola aprendiam a ter como tratamento. Durante muito tempo, o próprio movimento sindical, ansioso por afirmar uma condição profissional da professora, tratou essa referência a tia como sendo algo absolutamente adverso e absolutamente estranho ao exercício profissional.

Entretanto, cada vez mais, a tarefa educativa vem afirmando sua intrínseca relação com o carinho, com o afeto, com o envolvimento emocional, com a atenção. Recentemente, a CNTE, nossa confederação nacional, juntamente com o Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília e com a cooperação do Unicef, realizou uma pesquisa em nível nacional que identificou o que significa, na profissão de professora, exatamente a unidade entre a educação, o carinho e o trabalho, e identificou – isso precisa estar presente na homenagem que se faz às professoras – que mais da metade dessa categoria sofre hoje de uma síndrome provocada pelas relações de trabalho e pelas condições de trabalho identificada no linguajar, no jargão próprio dos psicólogos, como **burn out**, que, na realidade, significa o fenecimento. Ainda que quotidianamente presente diante de 37 milhões e meio de estudantes brasileiros, sobre as condições de trabalho que têm, com toda a exigência de envolvimento afetivo, emocional, intelectual, temos uma categoria que pode ser considerada por qualquer empregador como sendo a dos profissionais ideais.

Do ponto de vista da habilitação formal, mais de 80% das professoras já atendem formalmente à habilitação exigida. Do ponto de vista do entendimento de quais são as exigências do seu exercício profissional, provavelmente poucos são os outros profissionais que entendem quais são as exigências da sua profissão da mesma forma e com a mesma intensidade que entendem as professoras sobre a sua necessária qualificação continuada, sobre a necessidade de ter para além da jornada de trabalho frente aos alunos toda a etapa de preparação, de avaliação, de planejamento, e, em terceiro lugar, um profissional que sabe que a sua função está diretamente vinculada a um direito universal. Essas características determinam um profissional que qualquer empregador desejaria ter.

De outro lado, identificamos que esse profissional, essa profissional está com pés de barro, numa escola que ainda não atende aos avanços tecnológicos, por uma parte, que é o discurso mais presente hoje nas políticas oficiais. Por outro lado,



entretanto, ainda não resolveu sequer os problemas das relações humanas internas.

Quanto a outro aspecto, essa solenidade de hoje se dá no intervalo entre o Dia do Professor e o Dia do Funcionário Público. Nessa semana, não sei se há muito o que comemorar mas, sem dúvida nenhuma, há muito o que homenagear. E, no particular, nós da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, tendo em vista o que significa hoje a complexidade das tarefas da escola, já conseguimos, há algum tempo, identificar que há outros trabalhadores em educação ainda negados como profissionais no horizonte da escola. Eles precisam também ter o seu reconhecimento, pois, numa situação com a gravidade da brasileira, são indispensáveis para as condições de aprendizagem, como são as merendeiras, os técnicos em multimeios didáticos, os ajudantes e as ajudantes de serviços gerais, sejam as de limpeza, ou as que acompanham o recreio escolar, os espaços fora das salas de aula, como os agentes da administração. E uma das nossas grandes batalhas, nesse próximo período, sem dúvida nenhuma, é fazer com que esse segmento, que hoje tem um milhão de funcionárias e funcionários públicos nas escolas de educação básica, tenha o seu reconhecimento profissional urgentemente. Ainda hoje, são tratados, em boa parte dos nossos Estados e Municípios, como não docentes; portanto, não merecem nem um nome, mas a negação de um outro. Isso para nós é extremamente grave e precisa ser corrigido urgentemente.

Por último, neste dia de hoje, não poderia deixar de fazer referência à grande homenagem que nós, enquanto Confederação, procuramos promover, durante o mês de outubro, envolvendo mais de três milhões e meio de estudantes, cerca de cinco mil escolas. Por meio de um diagnóstico que intitulamos retrato da escola, desde o mês de abril, procuramos situar no universo brasileiro algumas outras cores da escola pública brasileira nem sempre representadas nas estatísticas oficiais. Procuramos contemplar, nesse instrumento de retratação do momento educacional brasileiro na escola básica, pelo menos quatro aspectos não contemplados oficialmente.

O primeiro deles é relativo às condições estruturais da oferta educacional brasileira. Dissemos ao Ministro Paulo Renato, no último dia 6 de outubro, que é motivo de festa 96% das crianças brasileiras, entre 7 e 14 anos, encontrarem matrícula. Poderia, no entanto, ser uma festa muito mais verdadeira se, além da matrícula, encontrassem escola; encontrassem

escola com condições de qualidade; encontrassem, não apenas condições de ensino dentro dos espaços escolares que ainda são carentes, mas encontrassem condições de aprendizagem nos seus ambientes familiares, nos seus ambientes culturais, nos bairros onde residem; que não necessitassem ainda ser vítimas permanentes da ameaça da exploração do trabalho infantil, que escapa ao universo das quatro paredes da escola. Em muitos lugares da nação brasileira, e não apenas no Nordeste ou no Norte, como se pensa dizer, é objeto de exploração flagrante nas grandes cidades, aos 7, 9, 11 e 13 anos de idade. Sem dúvida, não é dentro das quatro paredes da escola que se resolverão as condições de aprendizagem desse educando, dessa criança, desse adolescente.

A segunda vertente do nosso diagnóstico foi no sentido de ouvir da comunidade educacional em plenárias dirigidas e realizadas por pais e mães, por alunos e alunas, a sua avaliação da escola pública, a sua apreciação sobre a importância da escola pública e, sobretudo, qual deve ser a razão pela qual a escola exista. E, fundamentalmente aí, estão depositadas as expectativas da comunidade que alguns gerentes chamam de clientela, outros de usuários ou beneficiários, mas que nós entendemos ser a comunidade escolar como um todo no sentido de dizer que essa é a única via para que filhos e filhas da classe trabalhadora tenham condição de ter a sensação, ainda que na realidade isso custe muito além do que a escola, de inclusão no mundo cultural, no mundo material, no mundo dos bens, no mundo da participação política e econômica, no mundo das relações sociais.

A expectativa de aposta ganha uma tal dimensão que há um diagnóstico, ainda não revelado, pelo menos até agora, pelos instrumentos de controle de que o Ministério dispõe, de que 70,18% dos pais e mães de alunos da escola pública não têm sequer o ensino fundamental concluído. O que significa que a imensa maioria dos alunos das escolas públicas brasileiras no nível básico, hoje, já têm mais escolaridade do que seus pais e mães, e isso é uma vitória da sociedade brasileira e tem muito a ver com a Emenda João Calmon.

A indispensável política necessária de escolarização de jovens e adultos está, hoje, completamente desprovida de uma orientação articulada em nível nacional e, mais do que isso, está dentro das políticas que priorizam apenas os mínimos, ameaçando, inclusive, essa escolarização de exclusão dos sistemas de financiamento, como faz por exemplo,

não a Emenda Constitucional nº 14, por si só, mas a lei que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

Nesse retrato da escola, também levantamos o tamanho da dívida da União Federal com Estados e Municípios brasileiros, recentemente reconhecida pelo Tribunal de Contas da União: são mais de três bilhões e meio de dívidas relativas às matrículas efetuadas nas escolas fundamentais de nível estadual e municipal no País. Isso corresponde a 10% de todo volume da educação pública brasileira por ano e significa que, ao longo do tempo, se o Fundef durar os 10 anos, provavelmente teremos perdido pelo menos um ano de financiamento, segundo dados gerenciais nesse aspecto.

O terceiro aspecto do nosso retrato da escola, e passo muito rapidamente sobre ele, é relativo às condições de trabalho e contratação das professoras e das funcionárias. Se por um lado fazem festa, como hoje se faz festa com o processo de municipalização, por outro lado, sofremos a terrível ameaça, já concretizada, da precarização das contratações de trabalho em nível municipal e, mais do que isso, da precarização das condições de habilitação e seleção do pessoal que precisa necessariamente unir, como dizia, educação, carinho e trabalho, em uma perspectiva de futuro e de longo prazo.

O último aspecto levantado pelo nosso retrato de escola foi o aspecto das experiências pedagógicas levadas a efeito nas escolas públicas, com ou sem o patrocínio das redes de ensino das secretarias de educação. Para nós, foi uma felicidade encontrar tamanha diversidade de proposições, de realizações espontâneas, voluntárias, mas sobretudo organizadas e coletivas, especialmente nas instituições que já experimentam, nas redes públicas, o processo que a Constituição garante, qual seja, a gestão democrática do ensino público, onde a participação incentivada em conselhos escolares de todos os segmentos pais, alunos, funcionários, mães, alunas, funcionárias, professores e professoras fazem com que a qualidade de ensino não seja medida apenas com as estatísticas de ponta de cada ano, mas seja exercida, criticada e reformulada quotidianamente no processo de trabalho escolar.

Por último, se me permitem, diria que a sociedade brasileira precisa saber que o fundamental conflito, para o bem de todos aqueles já mencionados por meu companheiro do ensino superior, Renato Oliveira, é, sem dúvida nenhuma, resolver um grande paradoxo para a sociedade brasileira que quer se modernizar.

Se, por um lado, o discurso oficial e o discurso mais comum é o do valor da educação como uma necessidade da inclusão no mundo moderno e na economia moderna, por outro lado, essa necessidade não vem correspondendo à expansão do investimento na mesma medida. Isso significa que fica absolutamente esvaziado o conceito mais fundamental de educação, no nosso entendimento, que não pode ser reduzido nem à necessidade econômica, nem à necessidade de mercado, mas que deve, sobretudo, ser elevado à condição de direito.

Qualquer outro ser vivo, qualquer outra valorização que leve em conta o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente e a cultura tem de ter em vista que, em se tratando de pessoas humanas – da inteligência, do conhecimento, da convivência, da relação e da projeção da humanidade para o que vem e para o que é hoje –, sem dúvida alguma, a educação não pode abdicar da condição de ser tratada como direito e como direito universal.

E como direito universal não pode ser mais estratificada com mais direito quem tem idade de A a Z ou de X a Y. E não se pode abandonar 54 milhões de brasileiros adultos subescolarizados, 19 milhões de analfabetos. E, sobretudo, cuidar para que essas carências de respeito ao direito dos brasileiros sejam, a partir das próximas decisões, relativas aos Orçamentos, ao Plano Plurianual, ao Plano Nacional de Educação e que se tenha em vista que a responsabilidade de uma instituição como esta que representa o Estado brasileiro guarde o seu mais estreito vínculo com a razão do exercício deste poder: a representação do povo.

Agradeço, finalmente, esta oportunidade.

E, como professor de rede pública estadual, em Mato Grosso, quero dizer que reconheço que professores, merendeiras, vigias, ajudantes de serviços gerais, agentes administrativos merecem a homenagem. E desejamos ardentemente que o fato de merecer ser reverenciado porque tem o respeito signifique concretamente a valorização e o reconhecimento profissionais.

Muito obrigado, professora e Senadora Emília Fernandes pela proposição.

Eu tenho convicção de que esta Casa tem não só a sensibilidade suficiente, mas o absoluto senso da responsabilidade para tomar as melhores decisões.

Que, assim, seja.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra a professora Selma Garrido Pimenta, Professora da Faculdade de Educação da USP.

**A SRA. SELMA GARRIDO PIMENTA** – Meus cumprimentos ao Sr. Senador Freitas Neto, às Senadoras Emilia Fernandes, proponente desta reunião, e Lúzia Toledo, proponente desta homenagem, deste reconhecimento ao Senador João Calmon.

Agradeço a oportunidade e o convite de estar aqui falando também em homenagem, ou seja, em reconhecimento ao Dia do Professor.

Meus colegas de mesa, Srs. e Srs., parentes do Senador, é curioso constatar que dos 81 Senadores que compõem esta Casa, seis são do sexo feminino e duas estão aqui presentes...

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** – Três.

**A SRA. SELMA GARRIDO PIMENTA** – Três. Desculpe-me. Senadora.

Portanto, reforçando a sensibilidade e a sabedoria e o conhecimento que está aqui presente na área de educação. Também é importante notarmos que a feminização da nossa profissão nos faz reconhecidas pela dimensão da sensibilidade, como bem salientou meu colega Abicalil. Mas isso tem nos acarretado uma tripla exigência, diria, que é o desafio de nos "masculinizar" a fim de fazermos valer a nossa voz nos espaços de poder. Assim, muitas vezes temos que nos defrontar com essa exigência, além de todas as demais.

Também fico muito satisfeita de estar aqui no dia de hoje, quando se homenageia o Senador João Calmon. Lembro que há exatos 13 anos, ou melhor, 16, em 1983, no mês de outubro, tive a satisfação de participar de uma mesa de homenagem ao ex-Senador. Sentava-me lado a lado a S. Ex<sup>a</sup>. Era a abertura da III Conferência Brasileira de Educação, realizada em Niterói, promovida por todas as entidades de educadores. O motivo daquele reconhecimento foi aqui lembrado, pelo qual todos somos gratos, educadores e educadoras brasileiras, pois se nos encontramos na atual situação favorável à educação, devemos em grande parte aos recursos. Mas também, contraditoriamente, se enfrentamos problemas, é pela ausência dos recursos e pela forma como têm sido administrados. Naquela ocasião, a homenagem de educadores também era para o Professor Pascoal Leme, signatário do Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita, de 1932, que ocupava, naquele momento, posições políticas e ideológicas bastante diferentes em vários aspectos do então Senador.

Acredito que isso revela uma maturidade da nossa categoria profissional, apontando a importância, inclusive no dia de hoje, do trabalho

desta Casa em questões que dizem respeito à educação. Por todas essas razões, agradeço e cumprimento a Senadora Emilia Fernandes pela iniciativa. Utilizarei o retroprojeto para fazer a minha colocação.

Meu ponto de vista para essa contribuição é da área da educação, na qual sou professora e pesquisadora e também militante de questões fundamentais. Inicio minha comunicação, ressaltando o que já foi apontado aqui pelos colegas que me antecederam: a educação é uma unanimidade. Não há brasileiro, hoje, em qualquer posto que ocupe, que não reconheça a importância da educação. A unanimidade, no entanto, leva-me a levantar a hipótese de que talvez aí esteja o problema, porque se reconhecida efetivamente como uma das condições, como bem salientou a Senadora, de maior igualdade social, portanto, de desenvolvimento econômico, científico, humano, cultural, político e tecnológico, também é esse reconhecimento que coloca a contradição na qual se encontra a educação no País. Ou seja, para aqueles que não desejam a igualdade social, é muito melhor que a educação permaneça na retórica.

O segundo ponto que gostaria de destacar é o educar, que é a característica da nossa profissão, do nosso trabalho, é um fenômeno e uma prática social extremamente complexos, porque é uma prática histórica e, como tal, tem o desafio de responder às demandas que historicamente a sociedade nos coloca.

Quais seriam essas principais demandas que estão postas à educação hoje? A sociedade da informação e do conhecimento, como bem salientou o Renato – não vou me deter sobre isto, colocando aqui a exigência de cada vez mais trabalharmos na perspectiva de dar a toda nossa população o acesso ao conhecimento; a sociedade do não-emprego e das novas configurações do trabalho, ligada a esta primeira dimensão; e o terceiro ponto de necessidade de demanda é a constatação do esgarçamento das condições humanas, traduzidos pelas situações de violência, pela enorme concentração de renda em minorias, pela destruição da vida por meio das drogas e do meio ambiente, pela destruição das relações interpessoais, constatada pela enorme competitividade e pela sociedade que valoriza a competitividade, e outros aspectos.

Se o educar é essa complexidade, essas exigências que estão postas à educação hoje, quais seriam as principais demandas colocadas para uma das instituições que realizam a educação, que é a



escola? É bom lembrar que a educação é uma prática social que está presente não apenas na escola. A escola tem sido esse espaço privilegiado do nosso exercício profissional, mas a educação é uma prática social que ocorre nas mídias, que ocorre em inúmeras outras instâncias da sociedade.

Se a escola que temos hoje ainda é aquele modelo que atendia à necessidade social do começo do século, quando foi criada, instituída e generalizada, onde o saber ler, escrever e contar era suficiente, as exigências que estão colocadas hoje apontam para a necessidade de a escola não ser uma simples reprodutora e passadora de informações, o que a deixa com o flanco aberto, inclusive para o reconhecimento e o ataque daqueles que consideram que a escola seria até desnecessária. A essa constatação as nossas pesquisas estão opondo essas novas funções à escola e às demais instituições educativas, que são a reconstrução do conhecimento experimental, uma função compensatória na diminuição das desigualdades escolares; a contraposição do respeito, que é uma dimensão individual ao reconhecimento, uma dimensão coletiva, que é, sobretudo, proceder à mediação reflexiva entre as transformações sociais concretas e os indivíduos, portanto apontando para esta função imprescindível e fundamental da escola, que é proceder ao questionamento crítico dos modos de pensar, sentir, atuar, e os seus resultados das gerações humanas, historicamente consideradas.

Nesse sentido, aproximamos a essas novas funções uma profunda necessidade de valorizarmos, no interior de nossas organizações escolares, o trabalho dos profissionais da educação. Isso significa, enfim, recriar a cultura na escola, o que supõe uma concepção democrática dos processos de produção e distribuição do saber, como bem apontava o Renato na sua fala.

Nessa perspectiva, quais são as demandas colocadas para o professor? Há que se repensar e atualizar o significado do trabalho desse importantíssimo profissional. Destaco que, na sociedade do não-emprego, na sociedade brasileira contemporânea, estamos assistindo a mecanismos de eliminação do emprego e do trabalho do professor e da substituição do professor, entendido como um repassador de informação pelas mídias. Isso tem uma dimensão extremamente importante de ser marcada, que é a questão da economia do Estado, apontando para a redução dos profissionais de educação, especialmente os professores. Essa não é questão qualquer, porque mexe no cerne da educação e da

importância da educação na construção da sociedade.

O professor, na perspectiva que estamos considerando, é um mediador ativo da tarefa permanente de reinterpretar as aquisições históricas da humanidade, de recriar alternativas, submetendo-as à valorização pública. É uma tarefa extremamente complexa. É uma tarefa que não é para qualquer um! Coloco aqui uma exclamação, acentuando esta frase, porque também estamos assistindo, por parte de diferentes setores da sociedade brasileira, uma desvalorização do profissional professor/professora, porque interessa a esses setores fazer da educação uma dimensão apenas quantitativa, sem trabalhar a dimensão da qualidade social da educação.

Nessa perspectiva, fazendo uma referência breve a um contexto internacional, identificamos que os países que efetivamente democratizaram a sociedade e a educação, por exemplo, nos últimos vinte e cinco anos, a França, Espanha e Portugal, investiram na formação e no desenvolvimento profissional dos professores. Entenda-se desenvolvimento profissional como carreira, salários, condições de trabalho, sobre o que falo mais adiante.

Esta constatação de que trabalhar essas dimensões de formação e desenvolvimento profissional dos professores, esta parelha é fundamental na perspectiva de uma efetiva democratização do conhecimento.

O trabalhar o conhecimento, o processar as informações é absolutamente importante que se coloca hoje para a escola e para o coletivo dos profissionais da educação.

Vejam, então, que nessa perspectiva a formação e o desenvolvimento profissional são aspectos extremamente importantes a serem considerados na formação dos profissionais da educação. Estamos entendendo, por esta perspectiva, a elevação do estatuto da profissionalidade docente, entendida como uma entidade epistemológica e uma identidade profissional.

Os professores e as professoras precisam ter o seu desenvolvimento na base daquilo que nós denominamos como os saberes da docência, que não se restringem a competências operativas e operacionais, mas que envolvem o pensar, o criar, o elaborar, o examinar criticamente, enfim, um conjunto de saberes da docência, sejam os saberes das áreas específicas, sejam os saberes da área de ensino e da área educacional, porque o ensinar é uma tarefa de intencionalidade. Então, há toda uma questão de

valores e de intencionalidade envolvida na tarefa do docente, seja na dimensão da recriação dos espaços de ensinar e aprender na escola e na sociedade, seja na proposição e na gestão dos sistemas educacionais e dos espaços de ensino e aprendizagem, seja na definição de políticas públicas, seja, enfim, no contexto da educação na sociedade como um todo. A tarefa do profissional professor não se resume ao trabalho de sala de aula, embora ali ele tenha um **locus** privilegiado de atuação, mas a sala de aula é atravessada pelas determinações da sociedade como um todo. O professor, se for instrumentalizado para lidar apenas com as dimensões que do ocorrem na sala de aula, não será este profissional com esta competência intelectual desenvolvida para fazer frente a esses enormes desafios que a sociedade contemporânea nos coloca.

Nesse sentido, vamos então colocando que o desafio é elevar a liderança dos professores na comunidade escolar e na comunidade social. Significa, portanto, colocar a questão do reconhecimento dos profissionais da educação, dos professores, como profissionais altamente competentes e compromissados com o processo de elevação da sociedade brasileira.

É uma tarefa extremamente complexa, são exigências altamente complexas que se colocam para o professor. É nessa perspectiva que estamos nos contrapondo às afirmações que consideram o fazer do professor como um fazer menor, meramente técnico, de reprodução.

Esta formação e este desenvolvimento profissional requerem uma formação universitária. O nível superior ainda não é a realidade. Mais de 60% dos professores e professoras em exercício no ensino fundamental não têm formação em nível superior, o que coloca uma enorme demanda para os sistemas de ensino para as universidades, embora isto seja desejável e expresso inclusive na LDB e na reivindicação dos educadores brasileiros e de outros países. Essa exigência de uma formação universitária é porque a tarefa de ensinar é complexa. O ensinar no mundo de hoje requer saberes específicos das áreas das ciências, das artes e da filosofia, saberes da área da educação e do ensino, saberes, enfim, da construção do humano. O processo de escolarização tem nisso aqui, na construção do humano, seu objetivo no começo, no ponto de partida e no ponto de chegada. Os profissionais da educação se fazem necessários em todos os contextos sociais, escolares e não escolares, nas mídias, onde estão as mídias que têm educadores, esses educadores preparados, que têm a educação como uma temática de

conhecimento e de investigação, e nas demais instâncias sociais. Destas, os educadores estão à margem. Seria de nos perguntarmos por quê? Não vou me deter neste ponto, porque vou para o Ponto 7 das minhas considerações.

Uma palavra, ainda que breve, sobre as principais políticas em curso no Estado brasileiro. Vou destacar três aspectos:

**Formação.** As políticas dos atuais governos, tanto federal quanto estaduais, têm se preocupado com a formação, sim, mas "inventando" novas instituições em detrimento das existentes. As existentes são as universidades; as existentes são, nas universidades, as faculdades de educação. As faculdades de educação historicamente têm sido o local da produção do conhecimento sobre a educação e ensino. Nossa proposta é que se inverta, que se invista nas instituições existentes, nas faculdades de educação das universidades públicas.

Há algumas ações em curso na CESUM e no Conselho Nacional de Educação que estão problematizando essa questão. Mas há também ações caminhando nesta direção do "inventar" novas instituições. Até que ponto o "inventar" novas instituições não significaria um desperdício dos já parques – apesar do esforço do Senador Calmon – recursos para a educação pública e a formação de professores?

O Governo não só não está priorizando as universidades públicas como, já afirmou o Renato, está deixando-as à própria sorte. Então, isso é algo absolutamente preocupante, e os educadores brasileiros gostariam de acompanhar mais de perto a própria caminhada do Senador nessas questões.

Um outro ponto é o referente à carreira, salário, condições de exercício. Permanência do quadro de profissionais no mesmo local de trabalho. Sabemos, por "n" pesquisas, os efeitos perniciosos da rotatividade dos professores nos resultados do ensino. Então, essa é uma ferida enorme que precisa ser tocada, mas não está.

Permanência no mesmo local de trabalho. O professor ensina, pesquisa, desenvolve-se profissionalmente, precisa ter tempo para o desenvolvimento profissional, formação contínua, na própria escola. Essas dimensões não estão pautadas nas agendas do Governo. A formação somente não resolverá o problema.

A referência a esse contexto internacional é absolutamente importante, porque os países reafirmam que, efetivamente, desenvolveram, democratizaram o sistema de ensino e colocaram a



educação como parceira, uma das condições do desenvolvimento social; trabalharam essas duas dimensões conjuntamente.

E o último ponto das atuais propostas – em que pesem atuações setoriais do Ministério da Educação, aliás, a própria ação fragmentada do Ministério da Educação tem colocado uma série de problemas no encaminhamento de uma agenda política consistente – que gostaria de ressaltar é que alguns setores do Ministério da Educação têm colocado uma ênfase na avaliação dos professores. Os professores são importantes e responsáveis também pelos resultados do ensino, mas é muito diferente fazermos essa cobrança pública da atuação do professor e colocarmos sobre eles a responsabilidade individual pelos resultados do ensino.

Falar em professor significa falar em espaço coletivo de trabalho, em instituição-escola, em condições de funcionamento dessa escola. As políticas têm colocado a ênfase na avaliação dos professores, deixando, por sua própria conta a busca de formação, de aperfeiçoamento, tanto que exige que eles busquem, por conta própria, essa formação, seguindo a lógica do mercado, o que, via de regra, tem sido feito numa perspectiva de se ampliar o número de alunos e professores nos sistemas particulares, nas faculdades particulares. Em que pese muitas delas com qualidade, a grande maioria tem feito um desserviço a essa qualidade social da educação.

Nessa perspectiva, vou finalizando com o ponto 8, depois, o 9. Trago, aqui, para preparar esta minha fala, uma conversa e uma consulta que fiz aos meus colegas, na universidade, aos grupos nos quais temos tido inserção, à Associação dos Professores do Estado de São Paulo, a vários fóruns, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em educação. E esperamos do Senado, para, além dessa perspectiva e dessa iniciativa – e fazemos, aqui, uma provocação – que a sua pauta de trabalhos com a educação não se restrinja ao Dia da Educação. Sabemos que ela não está restrita, mas queremos, aqui, lembrar que a própria institucionalização do dia "D", o Dia das Mães, o Dia dos Pais, o Dia do Professor, o Dia da Secretária, vem exatamente no momento em que essas categorias ou esses personagens vão perdendo o prestígio na sociedade, por isso se passa a inventar um dia "D".

Aproveitamos, contraditoriamente, esse espaço do Dia do Professor e da Professora e essa importante iniciativa do Senado para dizermos que nós, educadores nas universidades, estamos à disposição para, com V. Ex<sup>as</sup>, fazermos essa parceria

nessa importante e difícil tarefa que é nos representar no âmbito do Senado. Na verdade, esta é mais uma homenagem que estamos fazendo a V. Ex<sup>as</sup>, Senadores da Comissão de Educação do Senado.

Ontem, fiz uma palestra em uma semana cultural, organizada pelos professores para comemorar o Dia do Professor, na qual houve a manifestação artística e cultural de vários alunos, e tive oportunidade de conhecer uma aluna da 6ª série de uma escola pública da periferia da cidade de São Paulo. A Jaqueline Cardoso de Freitas brindou-nos com uma poesia que constava de um caderno de poesias feitas pelas alunas, orientadas pela professora de Português. Eu disse que estava recebendo um presente e que iria trazê-lo às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que compõem esta Comissão. Diz Jaqueline:

"Há muita violência no mundo.

As vidas estão se acabando.

Vejo o país triste, com muitas mães chorando.

Os jovens não vão à escola, ficam nas ruas se drogando.

A violência só aumenta, enquanto a paz vai se acabando.

Não é isso que eu quero: ver o meu País chorar.

Vamos dar asas ao Brasil, com a paz em primeiro lugar."

Não sou especialista e não quero fazer uma crítica literária, mas, com a minha sensibilidade, identifico nas palavras de Jaqueline uma questão dramática para a educação e para nós todos: essa contraposição "violência e drogas **versus** educação escolar". Ao mesmo tempo, fico profundamente sensibilizada com a esperança com a qual Jaqueline nos brinda.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Passa-se à segunda parte desta reunião da Comissão de Educação, que se destina a homenagear o ex-Senador João Calmon, membro e Presidente várias vezes da Comissão de Educação.

Concedo a palavra à Vice-Presidente desta Comissão, à Senadora Luzia Toledo, que representa o Espírito Santo, como o fez o Senador João Calmon durante muitos anos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Cumprimento o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente desta Comissão, Senador Freitas Neto, e parabeno os Professores Renato de Oliveira e Carlos Augusto pelas suas palestras. Já as palmas destinadas à Professora Selma traduziram



exatamente o que todos estamos sentindo não somente pela fala do professor Renato, do Professor Carlos, mas pela sua sensibilidade, pela palavras poéticas com que encerrou a sua palestra.

Não temos dúvida quanto ao momento que este País atravessa, não temos nenhuma dúvida quanto às dificuldades que estamos enfrentando, mas, quando é dito por uma adolescente de 15 anos, tenho a absoluta certeza de que os brasileiros que estão assistindo a esta sessão solene, assim como todos nós aqui presentes, farão uma profunda reflexão.

Cumprimento, de forma especial, os filhos do Senador João Calmon: João Filipe Calmon, nosso amigo de tanto tempo, de tantos encontros, Célio Calmon, a quem temos encontrado nos últimos tempos, e as noras Márcia Calmon e Solange Calmon.

Cumprimento o Reitor da Universidade Católica de Brasília, Dr. Guy Capedezille, o Dr. Severino Lucena, assessor parlamentar do TCU, representando o Ministro Valmir Campelo, os nossos Senadores aqui presentes, e, de forma muito especial, a Senadora Emilia Fernandes, autora da proposição pela celebração do Dia do Professor. Embora hoje seja dia 27, estamos celebrando esse dia durante todo o mês.

Pelo tempo de convívio nesta Comissão de Educação, seguramente, esta é a melhor reunião, pela homenagem que se faz a todos os ex-presidentes desta Comissão, principalmente, à memória do Senador João Calmon, nosso conterrâneo que tantas vezes presidiu esta Comissão.

Eu e o Senador Gerson Camata, tenho certeza, falaremos com a alma, falaremos com o coração de conterrâneos do Senador João Calmon, Senador da Educação.

Conheci o Senador quando menina, em Mimoso do Sul, minha terra natal, quando o meu pai de criação, Rubens Rangel, que foi governador do nosso Estado, fazia política. Eu, menina de origem muito pobre, pedi uma bolsa ao Senador João Calmon para uma irmã mais nova. Ele realmente deu essa bolsa e, a partir desse momento, passou a ser um conselheiro, porque era uma pessoa extremamente gentil, um fidalgo no trato das pessoas.

Falo de um político que não fazia diferença. Quando ia a Mimoso, fazia questão de me distinguir com carinho especial, porque eu era a única menina da casa, considerando que o meu pai de criação só tinha filhos e cheguei muito depois. Troquei de família aos 6 anos de idade devido à extrema pobreza em que vivíamos.

Creio que não exista nada melhor, para quem abraça a vida pública, do que passar para a

posteridade em função de uma causa que, ao longo de sua trajetória, foi a razão de ser do seu trabalho. Não são muitos os que conseguem lograr essa ventura, mesmo porque não basta a mera existência de uma causa. É necessário que em torno dela estejam presentes determinados predicados, que distingam o grande personagem de o homem público.

O que faz a grande diferença é que, escolhido o tema pelo qual o homem público devotará o melhor de seus esforços, esse tenha amplo alcance social. Isso significa que, além de galvanizar a atenção da sociedade, a causa não deve ser motivo de questionamentos aos efeitos sociais positivos que acarretará. Mais ainda, mais do que justa, ela haverá de ser conduzida com desprendimento pessoal, fé inabalável nos benefícios sociais dela decorrentes, abnegação e elevado senso de responsabilidade. Poucos, muito poucos conseguem atingir esse estágio, entre eles, sem qualquer sombra de dúvida, está a figura ímpar do Senador João Calmon.

Em um País ainda tão carente de cidadania e amadurecimento político, onde um sofrível desemprego educacional é simultaneamente causa e reflexo, nunca é demais lembrar a trajetória de João Calmon, o Senador que o meu querido Estado do Espírito Santo trouxe a esta Casa, oferecendo ao Brasil o mais destemido defensor de uma educação de qualidade para todos. Nunca é demais celebrar a memória de alguém que, como João Calmon, optou, na carreira política, por se afastar do brilho fácil que outros setores poderiam lhe oferecer, seguramente com bem menos trabalho e atribulações, e enfrentar o imenso desafio de colocar a educação no primeiro plano da agenda nacional.

Aí está, Sr. Presidente, o que me parece ser o ponto alto do trabalho, verdadeira cruzada santa empreendida pelo Senador João Calmon: fazer com que a educação deixasse de ser assunto periférico, perdido entre milhares de outros igualmente importantes, pelo menos em tese. O Parlamentar capixaba conseguiu a proeza de, com obstinada campanha, colocar a educação como um dos principais pilares do debate político. Para tanto, foi paciente, organizado, teve humildade para reconhecer que apenas boa vontade e sensibilidade não seriam bastante para enfrentar a secular cultura política brasileira, que jamais havia compreendido o papel da educação como elemento nuclear da construção da cidadania. Assim pensando, assim agiu. Para assessorá-lo, sempre procurou contar com o brilho de bons especialistas, com os quais podia

dialogar, ouvir e emitir opiniões, produzir textos e elaborar projetos.

Desse modo João Calmon superou a si mesmo sem nunca ter deixado de ser político, participando de debates, discutindo e votando proposições, participando de reuniões e enfrentando campanhas eleitorais. Transformou-se em especialista na área educacional, tinha plena consciência de que estava fazendo, com amplo domínio, da seara pela qual enveredara.

Sob o ponto de vista político, julgo que o mérito maior de João Calmon foi o de ter lançado luzes à educação, dela fazendo o carro-chefe do esforço brasileiro de construir uma Nação mais justa, fraterna e solidária, muito tempo antes de falar de globalização, especialmente no que ela pressupõe em termos de uma economia altamente competitiva a exigir mão-de-obra sumamente qualificada, capaz de entender os mecanismos básicos que presidem o processo produtivo, portanto, educado.

Já estávamos então encontrando ali o Deputado João Calmon, lá pelos idos da década de 60, enfrentando os primeiros e decisivos passos daquela que seria sua longa marcha. Adiantando-se no tempo e aos comuns dos mortais, lá estava Calmon, fazendo inteligente uso dos meios de comunicação, divulgando sua crença de que, pela via da universalização do acesso à educação básica, o gigante adormecido poderia levantar-se de seu sono letárgico e aí, sim, sonhar de olhos bem abertos e com os pés nos chãos com o seu radio-destino.

Chegando ao Senado, pôde João Calmon conferir maior visibilidade à sua luta, ampliando o número de adeptos à grande causa que abraçara. Aos olhos do aguerrido João Calmon, conquistar adesão do maior número de parlamentares às propostas que apresentava em prol da educação era uma vitória em face de uma batalha. Era algo importante, por certo, mas não o bastante. Era preciso ir além, tocar fundo no âmago de nossa chaga educacional. Falando francamente, sem recursos suficientes, jamais conseguiríamos ultrapassar a barreira do atraso e da ignorância de forma a retirar a educação, particularmente o sistema educacional público de suas históricas mazelas.

Não que tenha sido o primeiro a defender essa tese, uma espécie de redescobridor da roda. Na História do Brasil, ainda no século XIX, é possível ainda encontrar adeptos da idéia de que sem dispêndio de muitos recursos não se faz a instrução pública.

O mérito de Calmon não estava, pois, na originalidade da tese; estava, Sr. Presidente. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na exata compreensão de que sem a consistência prática, o discurso continuaria tão estéril como sempre o fora. Daí a mais fantástica vitória de sua luta, a fixação de percentuais orçamentários no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, a serem investidos, obrigatoriamente, na educação. Com isso, nascia o conceito de recursos vinculados, hoje aceito de forma generalizada a par de bons resultados que, com o tempo, nosso sistema educacional começou a apresentar. Ao falarmos disso, com a confortável distância que a passagem do tempo nos permite, talvez não se leve na devida conta o quanto de oposição o velho Senador João Calmon teve de enfrentar, o quanto de empecilhos precisou superar. Aos burocratas da economia, sobretudo, naqueles tempos sombrios em que planejadores e executores da política econômica colocavam-se, e eram colocados, acima do bem e do mal, para quem a racionalidade econômica era o sagrado objetivo a ser alcançado, independentemente do flagelo social que poderia acarretar, repugnava a idéia de que uma parte do Orçamento não pudesse ser por eles manipulada.

Por isso foi pesada a oposição à proposta João Calmon. A essa oposição o Senador respondia com firmeza e serenidade, esgrimindo argumentos imbatíveis. Finalmente, veio a aprovação que vinculava os recursos destinados à educação, justamente conhecida como Lei Calmon.

Na Assembléia Nacional Constituinte, ocorreu a consagração da tese, aliás com ampliação de percentuais que o Poder Público teria que dedicar à educação. Não passa pela cabeça de ninguém minimamente informado que o Brasil teria conseguido matricular cerca de 96% de suas crianças no ensino fundamental, quase atingindo a universalização, de que poderia abastecer as escolas da rede pública com boa merenda escolar, que, regularmente, levaria também livros didáticos aos seus alunos, que pudesse começar a atacar essa nódoa absurda que são os baixos salários do magistério, que pudesse, enfim, iniciar uma verdadeira revolução silenciosa em seu sistema de educação pública, sem o concurso desses recursos financeiros vinculados.

Nesse sentido, todas as homenagens, Senadora Emilia Fernandes, que prestamos à memória de João Calmon ainda são muito poucas ante à monumental dívida que temos para com ele.

Faço esses comentários, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por duas razões principais, a primeira por tudo o que aqui foi dito, por acreditar que

nunca será demais celebrar esse exemplo de coragem cívica e de santa obstinação que foi João Calmon, um autêntico modelo sobre o qual devemos refletir e, se possível, repetir. O segundo é razão de imenso orgulho para esta Senadora e para o Senador Gerson Camata, que juntos apresentamos o Projeto de Lei do Senado nº 918, de 1999, que denomina João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Unidade de Ensino Descentralizado de Colatina.

São múltiplas as razões dessa homenagem. Afora os méritos do homenageado, verdadeiro marco da história parlamentar e educacional do nosso País, o capixaba João Calmon nasceu em Colatina, onde exatamente tem sede a Escola. Ademais, sabemos todos como foi fundamental o seu papel na escolha de sua terra natal para acolher a Unidade de Ensino Descentralizado, Uned, da Escola Técnica Federal do Espírito Santo. Mais que isso: Calmon acompanhou atentamente todo o processo, da escolha da cidade à conclusão das obras, aquisição dos equipamentos e a indicação dos docentes.

Ao apresentarmos esse nosso projeto, o Senador Gerson Camata e eu, cumprimos o que consideramos um justo dever: oferecer ao Senado Federal a oportunidade de, mais uma vez, celebrar a memória daquele que, em toda a história desta Casa, mais se notabilizou pela causa da educação. Ao fazê-lo, encontramos mais uma razão para estarmos solidários, mais que isso comprometidos com o ideário de João Calmon.

Dar à Escola Técnica Federal do Espírito Santo, Uned, de Colatina o nome de João Calmon é bem mais do que uma placa na entrada de seu prédio; simboliza, para o Estado do Espírito Santo, uma demonstração de reconhecimento ao trabalho de uma vida inteira de um de seus mais ilustres e honrados filhos, para o Brasil, que esta Casa tão bem representou e refletiu a certeza de que a obra do Batalhador da Educação não aconteceu em vão, muito menos se perdeu com a sua ausência. Somos filhos e tributários dessa luta, da qual não arredaremos o pé, exatamente como ele gostaria que fosse; exatamente como o Brasil precisa; exatamente como estamos dispostos a fazer.

Meus cumprimentos à família de João Calmon. Fico realmente, hoje, emocionada ao fazer esta homenagem à memória daquele que foi o filho do Espírito Santo, meu Estado e do Senador Gerson Camata. Prestamos essa homenagem, repito, com muita emoção, com muito amor, com muito carinho e com uma lembrança muito forte do que ele

representou para o Estado do Espírito Santo e para o Brasil seguramente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador, e ex-Governador do Espírito Santo, Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Célio, João Felipe, excelentíssimas esposas, professores, eu talvez seja a pessoa menos indicada para fazer uma homenagem a João Calmon, porque, se ele tivesse seguido os meus conselhos, não estaria sendo homenageado hoje na Comissão de Educação.

Foram dois conselhos errados que dei a ele, os quais, graças a Deus, ele não seguiu. Quando ele estava começando a sua campanha para Deputado Federal pelo Espírito Santo, comecei a andar com ele. Eu não conhecia a política; era um funcionário dos Diários Associados de lá. As estradas eram horripilantes naquele tempo; era uma campanha difícil; vai à casa de um e de outro e de quem ia votar no outro. Como achei aquilo uma coisa horrível, disse ao João Calmon: "Não entendo como você, um homem rico..." E, naquela época, há que se entender, ele era muito mais poderoso do que hoje uma organização como a Rede Globo. Os Diários Associados tinham, em sua propriedade, 22 estações de televisão, 46 jornais, 72 emissoras de rádio; não eram consorciadas nem coligadas, e ainda tinham a revista **O Cruzeiro**, que, naquela época, já vendia um milhão de exemplares. Basta dizer que a revista **Veja** atingiu essa tiragem há poucos dias. Ainda tinham a **Edição Internacional**, uma revista que circulava em Buenos Aires, Caracas, feita em espanhol.

Eu disse a ele: "Não entendo você, um homem rico, poderia estar lá em Paris, tomando champanhe, comendo no **tout d'argent**, mas está aqui, no meio do mato, comendo jabá e farofa, passando fome, agarrado naqueles atoleiros". Ele me disse: "Não, meu filho, o Brasil me deu muito, eu preciso dar alguma coisa para o Brasil".

Ele foi o político que, até hoje, teve mais mandatos diretos. Ele ficou 32 anos num mandato sem uma derrota. Até hoje ninguém bateu o seu recorde. Ele não entrou na política novinho; já era o Presidente dos Diários Associados.

A sua primeira eleição para senador estava muito difícil e ele, naqueles três mandatos como deputado federal, tinha defendido somente a educação. Começamos a andar um dia e lhe falei: "Dr. Calmon, essa eleição está difícil, o senhor tem que parar com esse negócio de educação, tem que fazer



ponte, estrada, fazer outras coisas, porque o povo não vê nada com educação". Ele me disse outra coisa: "Olha, meu filho, se eu tiver que perder, prefiro perder a eleição do que a minha bandeira, que é a educação". Então ele me disse uma frase que depois vi citada. Não sei se era dele, mas a considereii lapidar: "A matéria-prima da democracia é o cidadão e você só constrói cidadão com educação. Se nós não formos pela educação, vamos ter sempre problemas de convivência do regime democrático com ditaduras permeando a vida brasileira". Ele me disse isso ainda no regime militar.

Havia uma história muito interessante. Aconteceu uma luta violenta com ele, no negócio do **Time Life**, que desencadeou na sua briga com o Brizola por causa do código das telecomunicações. Isso foi feito no Governo João Goulart e garroteava um pouco a imprensa. Essa briga dele com o Brizola acabou sendo quase um estopim, que provocou a Revolução.

Lembro que logo depois que Castelo Branco assumiu, o Calmon, um dia, chegou triste em Vitória, porque achava que Castelo Branco convocaria eleição logo a seguir e até havia candidatos como Juscelino e Carlos Lacerda. João Calmon disse: "É, minha gente, entramos numa enfiada de 30 anos, que erro secular!" Ele errou por dois anos. Descobriu, na época, que os políticos haviam cometido um enorme erro naquela história.

A Revolução, que ele praticamente colocou, pela sua briga com o Brizola, que acabou se tornando uma briga com João Goulart, ocasionando a fundação da ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão -, que até hoje existe, da qual ele foi o fundador e da qual morreu sendo Presidente de Honra, engoliu as suas empresas, que foram desapropriadas – desculpem-me a expressão -, "sacaneadas" pelo Governo Militar, que foi tomando quase uma a uma, provocando a crise que depois foi superada também.

Um outro aspecto interessante dele, como empresário, é que ele fez algo que ninguém fez. Quando ele criou a Década da Educação, colocou toda a rede de diários e emissoras dos Jornais Associados, de graça – porque hoje em dia há programa educativo, mas é a fundação de não sei o que quem paga, mas aquilo era verdadeiramente de graça -, à disposição, em todos os intervalos, e todas as edições dos jornais tinham que trazer uma frase sobre a Década da Educação. Se se fosse pagar uma coisa dessa hoje, seriam milhões de reais, que ele promoveu desprendidamente, obrigando todas as

suas empresas a se engajar nessa Década da Educação que ele criou.

Hoje ouvi o comentário do Professor Abicalil, dizendo que está ruim a educação. Se não fosse a Emenda Calmon, como ela estaria? Principalmente a educação nos municípios e nos estados, como estaria hoje? Realmente, só ele teve essa visão de que só se formariam cidadãos com educação e que a matéria-prima da democracia era o cidadão. Os prefeitos tinham essa visão tacanha, como a minha, de que deveriam fazer pontes, estradas, calçar ruas e não fazer escolas. Então, com essa obrigação dos 25%, eles começaram a ter de fazer à força. Ele conta no seu livro, que será lançado amanhã.

Esse livro é interessante. Em todo avião em que ele entrava, escrevia e sempre dizia que político nenhum podia escrever a própria biografia sem consultar os seus escritos. Ele tinha mais dados sobre a biografia de todas as pessoas do que elas próprias poderiam ter. Parece-me que eram dez mil páginas. Ele havia resumido e dizia que só tinha dez mil páginas. Quem leria aquela maçaroca? Então ele dividiu em duas partes: uma sobre o Espírito Santo e outra sobre o Brasil. Teria cinco mil páginas cada um. Ele mesmo compreendeu e diminuiu um pouco.

Eu lhe disse que haveria um problema quando comprasse o livro: eu o colocaria em pé; se o livro ficasse em pé, eu não o compraria; se caísse, eu o compraria, porque seria fino. Então teria que afinar o livro. Mas ele conseguiu resumir muito toda a sua história.

É interessante, pois quando ele chega à vitória, quando é aprovada a Emenda Calmon – pela qual lutou por 18 anos –, pensamos que ele faria uma grande comemoração – isso nas suas memórias –, e ele só diz o seguinte: "O aumento de verbas foi substancial. Mesmo considerando a inflação, as verbas do ensino haviam praticamente triplicado naquele ano em que entrou... Era uma grande vitória." Só isso. Intimamente, a comemoração dele por 18 anos de luta foi dizer que era uma grande vitória.

E ele continuou na sua briga pela educação. O interessante é que ele voltava às campanhas e eu lhe dizia que seria difícil: "O senhor só fica porque se trata de educação!" Ele era um grande escritor brasileiro, os professores devem saber melhor que eu, e repetia esta frase de um professor: "Os brasileiros, ao acordar, não deveriam dizer bom dia, deveriam dizer: Brasileiros, pensai na educação!" E começou a repetir esta frase, que era de um escritor já falecido. Mais do que isto, começava a fiscalizar. Ia ao Tribunal de Contas de Vitória, pegava as contas dos prefeitos e,

quando eles não aplicavam os recursos, telefonava ao prefeito para dizer-lhe que só havia aplicado 22,5%. Ele ficava vigiando o Estado e ia sempre cobrar a aplicação. Se não fosse ele, como seria hoje a educação no Brasil? Muito pior.

Quem reconheceu o trabalho que ele teve foi Darcy Ribeiro, outro grande lutador da educação. De modo que o Espírito Santo sente-se honrado por ter tido um Senador como esse, que deixou de lado qualquer outra luta e só pensou na educação.

Hoje vimos o grande mérito que ele teve, quando foi dito aqui, quando os professores perguntaram e proclamaram isso. O interessante no livro é que há uma frase de Chateaubriand sobre ele, dita antes de Calmon ingressar na política: "Esse homem tem no peito o quente e o fogo de um guerreiro antigo. O veludo das suas grandes horas de âmbar e seda envolve toda a sua personalidade. Manda como um chefe de clã asiático. Minhas senhoras e meus senhores, Calmon tem pássaros no coração e plumas no peito majestoso." Esse era o homem.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Sr<sup>a</sup> Vice-Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores e convidados, João Calmon foi jornalista, advogado, executivo, presidente de um dos maiores grupos de comunicação do País, Deputado e Senador. Só não foi professor, como ele mesmo costumava lembrar, traindo certa tristeza, tal era seu amor pela educação, como aqui foi registrado. Poucos, porém, prestaram tantos e tão relevantes serviços à educação quanto Calmon. O maior deles foi, sem dúvida, a emenda que levou seu nome.

Aprovada em 1982, a emenda destinava à manutenção e ao aperfeiçoamento do ensino um percentual de 13% da receita de impostos da União e 25% da receita de impostos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O princípio foi mantido na Constituição de 1988, em grande parte, como resultado do esforço pessoal do próprio Senador e, desde então, faz parte da Carta Magna. Não foi um caminho simples. A primeira versão da Emenda Calmon foi levada a plenário em 1976. A Bancada do Governo negou-lhe **quorum**. Só 7 anos depois, com nova redação, a proposta seria aprovada, mesmo assim a tecnocracia recusou-se a cumpri-la, alegando que não era auto-aplicável. Só no governo Sarney esse dispositivo foi executado, proporcionando ao ensino brasileiro um fluxo estável de recursos.

Na Constituinte de 1986 a 1988, reeleito senador, em uma campanha dramática, novamente Calmon firmou-se como o grande defensor da educação. O princípio da Emenda Calmon foi preservado em seu art. 212, elevando-se a contribuição da União para 18%, em função da nova partilha da arrecadação entre os Três Poderes. Embora alterado recentemente, esse dispositivo permanece na Constituição, como uma garantia de que a educação terá assegurado um percentual significativo das receitas federais, estaduais e municipais.

A verdadeira obsessão de Calmon pelo ensino foi reconhecida pelos colegas, que em várias oportunidades elegeram-no presidente da Comissão de Educação. Durante cinco mandatos sucessivos, dois como deputado federal e três como senador, João Calmon permaneceu trinta e dois anos no Congresso Nacional, sempre como um baluarte da causa do ensino.

A dedicação a essa causa não deve, entretanto, permitir que esqueçamos outros pontos relevantes da trajetória de João Calmon. Ingressando muito cedo nos Diários Associados, tornou-se um dos principais responsáveis por sua expansão. Foi ele que incorporou aos Associados, até hoje um dos principais grupos de comunicação do País, dezenas de novos veículos, em especial no Norte e no Nordeste. Posteriormente, sucedeu a Assis Chateaubriand no comando dos Associados. Na vida pública, chegou a ser lançado candidato à vice-presidência por um dos maiores partidos da época. Essas eleições jamais se realizaram, tendo sido adiadas e transformadas em indiretas pelo Ato Institucional nº 2. Calmon permaneceria no Congresso, assumiria posições liberais, mesmo pertencendo ao partido do governo, criaria a primeira CPI do Senado, desde o início do período militar, e mais tarde seria um dos principais defensores, no então PDS, da candidatura presidencial de Tancredo Neves.

Por todos esses feitos marcantes e pela sua condição de maior apóstolo do ensino brasileiro, presto-lhe uma homenagem emocionada em nome da Comissão de Educação.

Queria agradecer a presença do Professor Renato de Oliveira, do Professor Carlos Augusto Abicalil, da Professora Selma Garrido Pimenta, dos familiares do Senador João Calmon, do Reitor da Universidade Católica de Brasília, do representante do Ministro Valmir Campelo e Assessor Parlamentar do Tribunal de Contas da União.

Queria estender também uma homenagem da Presidência de reconhecimento à Senadora Emilia Fer-



nandes, pela iniciativa louvável que teve de, hoje, transformarmos esta noite numa reunião da educação, com todas as etapas desta reunião. Com sua permissão, estendo essas homenagens à Senadora Heloísa Helena, que já se retirou, que aditou o requerimento da Senadora Emília Fernandes.

Antes de encerrar a reunião, gostaria de convidar o Senador Artur da Távola para que acompanhe o Presidente a fim de podermos cumprir a última etapa da reunião, que é a inauguração da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Educação do Senado Federal. Vamos descerrar o quadro do último Presidente.

Está encerrada a reunião.

(Muito bem! Palmas)

*(Levanta-se a sessão às 20h04min)*

**Ata da 25ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 9 de novembro de 1999.**

Às doze horas do dia 23 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores, Luiz Otávio, Agnelo Alves, Djalma Bessa, Ney Suassuna, Mozarildo Cavalcanti, Álvaro Dias, Luzia Toledo, Roberto Saturnino, Lúdio Coelho, Heloísa Helena, Emília Fernandes, Pedro Simon, Hugo Napoleão, José Fogaça, Francelino Pereira, Edison Lobão, Maguito Vilela, Marina Silva e Jefferson Peres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, José Sarney, Íris Rezende, Roberto Requião, Teotônio Vilela Filho, Artur da Távola, Gilvam Borges, Amir Lando, José Jorge, Gerson Camata, Luiz Estevão, Jorge Bornhausen, Eduardo Siqueira Campos, Bello Parga, Lúcio Alcântara e Sebastião Rocha. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete aos Senhores Senadores membros da Comissão, que se inicie a deliberação da Pauta pelos Itens não terminativos, o que é acatado por todos. O Senhor Senador Geraldo Althoff pede a palavra e solicita que a apreciação da Pauta comece pelo Item 11, o que é aprovado. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à TV Cidade dos Príncipes S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Joinville, Estado de Santa Catarina”. O

relator designado é o Senador Geraldo Althoff e o parecer favorável é aprovado com a abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Cardoso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo”. A relatora designada é a Senadora Luzia Toledo e o parecer favorável é aprovado com a abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação João Paulo II para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo”. A relatora designada é a Senadora Luzia Toledo e o parecer favorável é aprovado com a abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo”. A relatora designada é a Senadora Luzia Toledo e o parecer favorável é aprovado com a abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Princesa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado com a abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Sagrado Coração de Jesus de União da Vitória para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado com abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Sena-



dor Álvaro Das e o parecer favorável é aprovado com a abstenção da Senadora Heloísa Helena. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que mova a permissão da Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”, O relator designado é o Senador Lúcio Alcântara e o parecer favorável é aprovado com abstenção da Senadora Heloísa Helena. Finda a deliberação da Pauta e na inexistência de quorum para a apreciação dos itens terminativos, **ficam adiadas as seguintes matérias: PLS 218/99, PLS 111/99, PLS 41/99, PLS 340/99, PLS 427/99, PLS 512/99, PLS 22/99 e o PDS 78/97**, Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta minutos determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – **Senador Freitas Neto** Presidente da Comissão

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que concordarem com a dispensa da leitura da Ata permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os itens de nº 1 até 7 são matérias terminativas.

Vamos, portanto, começar os trabalhos pela apreciação dos itens não terminativos, por aqueles cujos relatores estejam presentes.

Assim, vamos iniciar pelo item 11, não terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 1999, que aprova ato que outorga concessão à TV Cidade dos Príncipes, Santa Catarina Ltda, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na localidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador Geraldo Althoff, a quem concedo a palavra.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chega a esta Comissão para parecer este Projeto de Decreto Legislativo que leva o nº 223, de 1999, que aprova o ato que outorga a concessão à TV Cidade dos Príncipes para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

O autor é o Poder Executivo e o Relator é o Senador Geraldo Althoff, a quem concedo a palavra.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chega a esta Comissão para parecer este Projeto de Decreto Legislativo que leva o nº 223, de 1999, que aprova o ato que outorga a concessão à TV Cidade dos Príncipes para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Gostaria de colocar, Sr. Presidente, que, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS, evidencia-se o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade **TV Cidade dos Príncipes Ltda** atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão.

Opinamos pela aprovação do ato na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Era este o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 8**, também não terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 1999, que aprova ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Cardoso Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo.

O autor é o Poder Executivo e a Relatora é a Senadora Luzia Toledo, a quem concedo a palavra.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se da concessão da Rádio Alvorada de Cardoso Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo. Temos aqui o nome dos quotistas que participam desta concessão: João Carlos Ferreira, com 40,04048 quotas; Osvaldo Tribali, com 49,04048 também; Antônio Carlos Romano, 1.091,904 quotas, totalizando 100 quotas.

Nosso voto foi no sentido de que o processo em apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam a concessão e permissão ou autorização para que execute serviço de radiodifusão sonora, sons e imagens, praticado pelo Poder Executivo de acordo como art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer nesta Casa do Legislativo às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Reso-

lução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que deve instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº166, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão. Opinamos, portanto, pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer da Senadora Luzia Toledo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – **Item 9**, não terminativo:

Projeto de Decreto Legislativo 128, de 1999, aprovado, que outorga concessão à Fundação João Paulo II para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens de televisão com fins exclusivamente educativos na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. Autor o Poder Executivo, relatora também a Senadora Luzia Toledo, a quem concedo a palavra.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, da mesma forma que fizemos relatório do Projeto anterior, esse outorga a concessão à Fundação João Paulo II para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. O processo, o exame e a apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam concessão e permissão para que todos esses que executem serviço de radiodifusão sonora e sons e imagens praticados pelo Poder Executivo, de acordo com o art. 223 da Constituição Federal, deverão obedecer nesta Casa Legislativa às formalidades e critérios estabelecidos pela Resolução 39/92, do Senado Federal.

Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo

submetido à análise desta Comissão de Educação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº128/99 merecia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação João Paulo II atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da concessão.

Opinamos, portanto, pela aprovação do ato, na forma do Projeto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, e ainda mais fazemos um comentário de que essa Fundação vai ser com os fins exclusivamente educativos, o que é muito importante para a cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo. O que estamos precisando no Brasil inteiro é que tenhamos realmente esse canal de comunicação, principalmente atinentes à questão da educação no País.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer da Senadora Luzia Toledo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 10**, não terminativo:

Projeto de Decreto Legislativo nº115, de 1999.

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo. De autoria do Executivo, a Relatora, igualmente, é a Senadora Luzia Toledo, a quem concedo a palavra.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, trata-se da renovação e concessão da Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.

No nosso relatório, evidenciamos a composição acionária do empreendimento Rádio Nossa Senhora do Socorro Ltda., que é de: Maurício de Oliveira Santos, cinco mil cotas, Kareem Stanche, 4.500 cotas, Ana Marle Mazolini dos Santos, 500, portanto, totalizando 10.000 cotas de participação. Veio da Câmara dos Deputados instruído, tanto da forma técnica como legal, e, portanto, o presente Projeto está amparado legal e tecnicamente.

O nosso relatório é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

**Item 12**, não-terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 1999. Aprova o ato que renova concessão da Sociedade Rádio Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra, para apresentação do seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o exame da documentação evidencia o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas na Resolução nº 39 do Senado Federal. A Sociedade Rádio Princesa Ltda. atende, portanto, a todos os requisitos técnicos e legais e está habilitada à renovação da concessão.

O parecer é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

**Item 13**, não-terminativo. Projeto Decreto Legislativo nº 207, 1999, aprova o ato que renova concessão da Fundação Sagrado Coração de Jesus, de União da Vitória, para explorar serviço de radiodifusão, em onda média, na Cidade de União da Vitória, no Estado do Paraná. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra, para apresentação do seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Fundação Sagrado Coração de Jesus, de União da Vitória, atendeu a todos os requisitos técnicos e legais, habilitando-se, portanto, à renovação da concessão.

Somos pela aprovação do ato.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Álvaro Dias. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

**Item 14**, não-terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 1999. Aprova o ato que renova concessão da Rádio Difusora de Pirassununga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na Cidade de Pirassununga, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Rádio Difusora de Pirassununga Ltda. atende também a todos os requisitos técnicos e legais e está habilitada à renovação da concessão.

Somos pela aprovação do ato.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, conforme estabelecemos no início da reunião, colocaríamos em votação os itens não-terminativos cujos relatores estivessem presente. O último que se encontra nessas condições é o Item 15, que tem como Relator o Lúcio Alcântara.

**Item 15**, não-terminativo. Projeto Decreto Legislativo nº 203, de 1999. Aprova o ato que renova permissão do Sistema Clube de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Lembro que temos na pauta sete itens terminativos. Apelo aos membros da Comissão para que limpem a pauta, que está praticamente atualizada, e para, na próxima terça-feira, apreciar e votar os sete itens terminativos.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o ato de renovação da permissão para o Sistema Clube de Comunicação explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ribeirão Preto está instruído de acordo com todas as exigências legais. Os controladores preenchem todos os requisitos. O exame da documentação levou-me a oferecer, por isso, um parecer favorável a essa renovação, justamente o voto que apresento neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)



Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se reunião às 12h24min.)*

**Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 16 de novembro de 1999.**

Às doze horas do dia 16 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores, Hugo Napoleão, Djalma Bessa, Álvaro Dias, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Edison Lobão, Bello Parga, José Fogaça, Geraldo Cândido, Roberto Saturnino, Agnelo Alves, Íris Rezende, Roberto Requião, Luiz Estevão, Marina Silva, Maguito Vilela, Ney Suassuna, Francelino Pereira, Osmar Dias e Jefferson Peres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gerson Camata, José Sarney, Sebastião Rocha, Amir Lando, Jorge Bornhausen, Artur da Távola, Teotônio Vilela Filho, Luiz Otávio, Pedro Simon, Gilvam Borges, José Jorge, Eduardo Siqueira Campos, Luzia Toledo, Lúcio Alcântara e Emília Fernandes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente propõe que se inicie a deliberação da Pauta Ordinária pelos itens cujos os relatores e autores estejam presentes, o que é aceito por todos. O Senhor Senador Jefferson Peres pede a palavra e solicita a inversão de pauta para que seja apreciado o Item nº 22, com o que concordam os Senhores Senadores. **Item 22:** Requerimento, de autoria do Senador Hugo Napoleão e outros Senadores que, "Requer, a oitiva prévia, para efeito de juízo de admissibilidade em face da Constituição Federal, da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Alta Casa ao PLC nº 49/99, que Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967". O requerimento é aprovado. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Artur da Távola que, "Dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio

de Janeiro e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil". O Projeto relatado pelo Senador Hugo Napoleão, com a emenda nº 01-CE que oferece, é aprovado com dezoito (18) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marina Silva que, "Institui o Dia Nacional de luta pela Reforma Agrária e dá outras providências". O Projeto relatado (*Ad Hoc*) pela Senadora Heloísa Helena, com a emenda nº 01-CE que oferece, é aprovado com dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 427, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Sebastião Rocha que, "Altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá". O Projeto relatado pelo Senador Bello Parga é aprovado com dezoito (18) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 513, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão que, "Institui o Dia Nacional do Idoso". O Projeto relatado pelo Senador Geraldo Cândido é aprovado com dezessete (17) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 457, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Cândido que, "Inclui o ensino da Introdução à Comunicação de Massa no currículo escolar". O Projeto relatado pela Senadora Heloísa Helena, que oferece as emendas nº 1 e 02-CE, é aprovado com dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 532, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Luzia Toledo que, "Inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental". O Projeto relatado pelo Senador Bello Parga é aprovado com dezessete (17) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1999,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Moreira Mendes que, "Dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências". O Projeto relatado (*Ad Hoc*) pela Senadora Heloísa Helena, que oferece a emenda nº 01-CE, é aprovado com quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 1999,** de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido, Roberto Saturnino, Jefferson Peres e Heloísa Helena. **Item 18: Projeto de Decreto nº 208, de 1999,** de caráter não terminativo, de autoria do

Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência de Ribeirão Preto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido, Jefferson Peres, Roberto Saturnino e Heloísa Helena. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres, Geraldo Cândido e Heloísa Helena. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Andradina Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Agnelo Alves e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres, Geraldo Cândido e Heloísa Helena. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1997**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, "Aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Stúdios Silvio Santos Ltda., atualmente denominada TVSBT – Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Artur da Távola e o parecer favorável, lido pelo Senador Hugo Napoleão, é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres, Geraldo Cândido e Heloísa Helena. Em virtude do adiantado da hora **ficam adiadas as seguintes matérias: PLS nº 339/99, PLS nº 218/99, PLS nº 22/99, PLS nº 360/99, PLS nº 512/99, 529/99, PLS nº 382/99 e PLS nº 491/99.** Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro instalada a reunião. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da sessão anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, requeiro a alteração da ordem da pauta a fim de ser dada preferência ao Item 22, que é o último e se trata de um requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – O Senador Jefferson Péres apresenta requerimento de inversão de pauta, solicitando que se dê preferência ao Item 22, que requer a oitiva da matéria – para efeito de juízo de admissibilidade em face da Constituição Federal – da Douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Alta Casa. Trata-se do PLC nº 49/99, que altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e a competitividade do setor de tecnologia da informação.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão pela ordem.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sou o primeiro signatário desse requerimento, mas ele tem inspiração na pessoa do eminente, douto e nobre Senador Bernardo Cabral. Penso que seria muito melhor que ele fizesse a conveniente exposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em votação.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral para encaminhar a votação.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, trata-se apenas de ouvir em caráter prévio, que se denomina oitiva prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois, a matéria retornará a esta Comissão. É somente isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – O requerimento está distribuído na pauta de reunião da Comissão. Então, submeto à votação o requerimento do Senador Hugo Napoleão.

Os Srs. Senadores que aprovam a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Portanto, o processo será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Item 1:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41/99**

(Dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional no Rio de Janeiro e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil, sendo autor o Senador Artur da Távola e relator o Senador Hugo Napoleão)

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Hugo Napoleão, para apresentação do seu parecer.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 41/99, submetido a esta Comissão, é de iniciativa do nobre Senador Artur da Távola, que propõe o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro para sua respectiva transformação em Museu da História do Rádio no Brasil.

O referido projeto de tombamento abrigará, além da emissora, o Museu da História do Rádio no Brasil, a ser instalado no 22º andar do edifício. As medidas requeridas para o tombamento e para a criação do museu serão adotadas pelo Ministério da Cultura. Justifica o nobre autor o seu projeto, dizendo que é de capital importância para a preservação da memória nacional o resguardo dos testemunhos mais relevantes dos diferentes setores da sociedade. Afirma: “Nada mais legítimo que se resguarde, por intermédio do tombamento, o recinto da Rádio Nacional, indiscutível marco da história do rádio e da cultura brasileira.”

Na realidade, Sr. Presidente, o rádio é um instrumento essencial de comunicação de massa e sempre esteve presente nas mais diversas situações da vida brasileira como meio de educação e de lazer, veículo de denúncias, troca ou transmissão de informações e até como ferramenta de poder. A prática radiofônica no Brasil representa, na verdade, uma seqüência de momentos muito importantes da vida nacional e delineia um perfil significativo para a compreensão da própria história política e cultural do País.

Foi justamente no final dos Anos 30, durante o Estado Novo, que o rádio consolidou seu papel de veículo de comunicação mais eficiente, revolucionando a vida cultural brasileira e as formas de divulgação da música aqui produzida.

Nesse período, o rádio tornou-se o mais importante instrumento de integração nacional, tendo sido incluído na política de massas de Getúlio Vargas, que patrocinou, em 1936, o nascimento da Rádio Nacional, líder de audiência durante toda a fase áurea do rádio e responsável pela contratação dos artistas mais populares e prestigiados do Brasil.

Naquela época, a Rádio Nacional transformou-se no mais poderoso instrumento de união nacional. Por meio dela Getúlio Vargas buscou alcançar os mais longínquos sítios, transpondo barreiras que dificultavam sobremaneira a integração e a unificação das idéias nacionais.

É igualmente importante destacar que, na área da educação, a Rádio Nacional surgiu como veículo de formação alternativa da educação tradicional. Tanto que, em 1941, foi lançado o programa “Universidade no Ar”, que destinava a oferecer orientação metodológica aos professores de ensino secundário em todo Brasil, proporcionando uma contribuição valiosíssima ao sistema educacional brasileiro.

Nessa trajetória, a Rádio Nacional comprova a sua importância como elemento divulgador que guarda, na sua história, a própria história do País. Para ela convergiu parcela muito expressiva da produção popular entre os anos 30 e 60, período em que se formava a identidade cultural brasileira.

Por consequência, essa parte da história não pode e nem deve ser perdida.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, seguro de que a memória do País deve ser resguardada em todos os momentos e com todas as suas peculiaridades, e ciente da importância do prédio que sediou o antigo estúdio da Rádio Nacional para o registro da história do Brasil, concluo pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, de 1999.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Em discussão.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, apenas quero fazer um esclarecimento. Infelizmente, por ignorância minha, não conheço a natureza legal.

Indago ao Relator, já que o autor não está presente, se a Rádio Nacional pertence ao patrimônio público, ou melhor, se ela já integra o patrimônio do Ministério da Educação ou do Ministério da Cultura. Creio que isso seria importante, porque é evidente que a Rádio Nacional tem um prédio, tem um local de funcionamento. É importante saber também se esse prédio é propriedade do Ministério, se já é um próprio



federal, o que não implicaria despesa de aquisição por parte do Poder Público dessas dependências.

E, por outro lado, as medidas para criação do museu, que deverão ser tomadas, na minha opinião, deveriam ter a forma de autorização, já que não podemos determinar despesas ao Poder Executivo.

Sugiro ao Relator uma pequena emenda de redação no parágrafo primeiro do art. 2º dispondo que o Ministério da Cultura fica autorizado a adotar as medidas requeridas para o tombamento para a criação do museu.

Fora isso, evidentemente, a iniciativa do Senador Artur da Távola é merecedora de toda aprovação da nossa parte.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, em atendimento à indagação do ilustre Senador José Fogaça, informo que eu mesmo tive a oportunidade, em alguns anos que residi no Rio de Janeiro, de ouvir muitos dos programas que eram levados ao ar pela Rádio Nacional e, pelo meu entendimento, ela sempre pertenceu à União Federal. E o imóvel, portanto, é um próprio federal.

Não tenho nada a opor, se V. Ex.<sup>a</sup> entende que seria mais adequado que a redação desse autorização ao Poder Executivo; e se a Comissão assim entender, este Relator, Sr. Presidente, não tem nada a opor à sugestão do eminente Senador José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – O relator, então, acata a emenda de redação.

Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Senadores, na realidade, estou de acordo com a iniciativa do Senador e com o parecer do relator, que, efetivamente, trata do assunto exaustivamente e salienta as qualidades e as virtudes da proposição.

Porém, na linha do entendimento do Senador José Fogaça, notar, Sr. Presidente, que há uma certa imprecisão na redação do projeto de lei, porque diz ele que fica tombado como patrimônio o antigo estúdio, dando a entender que se trata de um prédio.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Não, é o 22º andar.

**O SR. BELLO PARGA** – Na justificção. Mas a lei não diz isso. Na justificção está: “Localizado no 22º andar do antigo Edifício da Noite, no Rio de Janeiro, o histórico estúdio deverá passar...”

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, Senador? Apenas para pedir a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para a página sete. O Projeto de Lei do Senado, no seu art. 2º, está muito preciso, pois diz que o objeto do tombamento referido no art. 1º, abrigará;

além da emissora, o Museu da História do Rádio no Brasil, a ser instalado no 22º andar.

**O SR. BELLO PARGA** – Exatamente. Não é o prédio todo. Apenas o 22º andar seria objeto de tombamento. Agradeço a informação.

Reiterando o que disse no início, Sr. Presidente, sou favorável à proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, em caráter terminativo.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado.

Havendo concordância dos Srs. Senadores, vamos submeter à votação os itens terminativos cujos relatores estejam presentes, por se tratarem geralmente de matérias mais polêmicas.

Vamos passar ao Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 427/99, que altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá. Autor, Senador Sebastião Rocha. Relator, Senador Bello Parga.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga, para emitir parecer.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 427/99, de autoria do Senador Sebastião Rocha, propõe uma nova denominação para o aeroporto de Macapá, seguindo uma tradição já consagrada neste Brasil de fazer homenagem ao Deputado Nelson Santana.

É uma medida extremamente justa, uma vez que perpetua a figura de uma das mais representativas personalidades do Estado do Amapá. Conforme relatou o autor, o Deputado Nelson Santana, no exercício de importantes funções públicas, ao longo de sua vida, propiciou valorosa contribuição ao desenvolvimento do seu Estado, assim como à Região Norte do Brasil. Desempenhou, ainda, destacado papel na condução do processo de fundação do novo Estado do Amapá, como Presidente da Assembléia Estadual Constituinte.

A nova denominação proposta ademais não representa ônus para a administração pública, uma vez que mantém preservada a designação ora em vigor, apenas a esta justapondo os nomes dos homenageados. Além disso, o projeto reúne as condições de constitucionalidade e juridicidade, bem como os requisitos legais e regimentais exigidos.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, concluo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 427, para

o qual peço a concordância de meus Pares nesta Comissão.

É o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota o Senador Agnelo Alves? (Pausa.)

**O SR. AGNELO ALVES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Luiz Estevão?

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Hugo Napoleão.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Djalma Bessa.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senadora Heloisa Helena.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Geraldo Cândido.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado.

Seguindo a mesma metodologia, vamos ao próximo item terminativo, cujo Relator esteja presente.

Item 11 em terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 513, de 1999, institui o Dia Nacional do Idoso. O autor é o Senador Luiz Estevão. O Relator é o Senador Geraldo Cândido, a quem passo a palavra para a apresentação de seu parecer.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o projeto é de autoria do Senador Luiz Estevão.

Projeto de Lei nº 513, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, tem por fim instituir o Dia Nacional do Idoso, a ser comemorado no dia 27 de setembro em todo o País.

Na justificativa, o autor afirma que esse dia já vem sendo informalmente dedicado aos idosos no Brasil há cerca de duas décadas, o que lhe confere o **status** de data nacional no Ano Internacional do Idoso. Segundo S. Ex.<sup>a</sup>, tal escolha se impõe, inclusive, sobre o dia 2 de outubro, eleito pela Organização das Nações Unidas, para comemoração em nível mundial. Cabe à Comissão de Educação agora apreciar em termos de decisão terminativa a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e o mérito do referido projeto, que não recebeu emendas no prazo regimental.

As últimas pesquisas populacionais revelam uma redução sensível na taxa de natalidade e um aumento significativo na média de expectativa de vida dos brasileiros. Esses dados colocam em xeque a tão decantada juventude da população nacional e indicam um grande e crescente desafio ao poder público, ainda despreparado para lidar com essa nova realidade.

De fato, embora os idosos hoje não ultrapassem cerca de 14 milhões de pessoas, que representam menos de 10% da população do País, aponta-se a crise da Previdência Social como um dos maiores desafios da atualidade. Encontram-se nela reflexos concretos de transição demográfica que espelham o envelhecimento dos trabalhadores. Registra-se que o problema de caixa da Previdência deixa a descoberto a dificuldade do País em cumprir o dever constitucional de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua digni-

dade e bem-estar e garantindo-lhes o direito de vida (art. 230) .

A existência mesma dessa dificuldade demanda soluções e impõe a todos uma profunda reflexão sobre a natureza das políticas públicas destinadas ao idoso. Constitui um importante passo para assegurar a reflexão necessária à busca de soluções que o problema requer a adoção de uma efeméride dedicada a esse segmento populacional, conforme estabelece o projeto de lei em exame. Essa busca se torna tanto mais imperiosa quando se considera que, em vinte anos, 35 milhões de brasileiros estarão na terceira idade, dando forma à sexta população mais idosa do mundo. Nesse sentido, bastante meritória é a proposta em exame, que configura uma oportunidade ímpar de institucionalizar e renovar anualmente a preocupação com os idosos no País. Afora a perfeita sintonia com o texto constitucional, o projeto sob análise também se mostra muito oportuno, porque diz respeito ao estabelecimento da ciclonicidade entre o País e os demais membros da ONU, isso porque tem o mérito de internalizar o cuidado mundial com a questão do idoso, consagrado na adoção pela ONU, à beira de um novo milênio, de um ano internacional do idoso.

Feliz ainda é a eleição do dia 27 de setembro para a referida efeméride, pois sobre essa data recaiu o início do Ano Internacional em 1998 e seu término em 1999. Sob o ângulo jurídico, não há reparo a fazer no projeto – a fixação da efemérides constitui procedimento corriqueiro do Direito interno –, tampouco do ponto de vista regimental há óbice à pretensão esboçada na iniciativa.

#### Voto

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do Projeto de Lei do Senado nº 503/99, o que nos leva a defender a sua aprovação.

Este é o voto: pela aprovação do projeto do Senador Luiz Estevão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

A votação será nominal por se tratar de matéria terminativa.

Como vota o Senador Agnelo Alves?

**O SR. AGNELO ALVES** – Com o relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Luiz Estevão?

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador José Fogaça?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Hugo Napoleão?

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Djalma Bessa?

**O SR. DJALMA BESSA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Bello Parga?

**O SR. BELLO PARGA** – Favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Edison Lobão?

**O SR. EDISON LOBÃO** – (Inaudível)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Álvaro Dias?

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota a Sra. Heloísa Helena?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Geraldo Cândido?

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Roberto Saturnino

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sim

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Ney Suassuna

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Francelino Pereira

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Iris Rezende

**O SR. IRIS REZENDE** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Senador Romeu Tuma

**O SR. ROMEU TUMA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) Aprovado.



Passa-se ao Item 12. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 457, de 1999, que inclui o ensino da Introdução à Comunicação de Massa no currículo escolar. O autor é o Senador Geraldo Cândido, e a Relatora, a Senadora Heloisa Helena, a quem concedo a palavra para a apresentação do seu parecer.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, vem a exame desta Comissão de Educação, o Projeto de Lei do Senado nº 457, de 1999, que inclui o ensino da Introdução à Comunicação de Massa no currículo escolar.

Justifica o nobre Senador Geraldo Cândido sua propositura com a argumentação de que, hoje em dia, o processo educativo também se efetiva por intermédio dos meios de comunicação. O conhecimento acerca do funcionamento do papel e da função social dos meios de comunicação configura justamente, em seu entendimento, elemento fundamental para a compreensão de uma realidade que navega na velocidade da Internet. Portanto, o estudante deve também ser preparado para absorver, processar e utilizar as informações da mídia tanto na vida pessoal quanto na profissional.

Finaliza sua justificação o autor com a afirmativa de que a aprovação do projeto significaria um avanço rumo à democratização da Comunicação Social, que passa também pela necessidade de construir o processo educacional como um constante aprendizado no dia-a-dia.

O projeto foi lido em plenário e encaminhado a esta Comissão de Educação, para decisão de natureza terminativa, onde não recebeu emendas no prazo regimental.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, a LDB, no que se refere aos currículos dos ensinos fundamental e médio, prevê a existência de uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela em seu art. 26.

Adota também como uma das diretrizes dos currículos da educação básica – a qual inclui, além do ensino fundamental e médio, a educação infantil – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática em seu art. 27, inciso I.

A partir dessas recomendações e princípios, o Ministério da Educação, com a colaboração da comunidade escolar e de especialistas, formulou os parâmetros curriculares nacionais e as diretrizes curriculares nacionais, que contêm propostas de composição de temas e áreas para o currículo, além de estratégias pedagógicas e de mecanismos de avaliação para o ensino fundamental e médio, respectivamente. Note-se que o estabelecimento dos parâmetros curriculares não significa a fixação de grades curriculares rígidas que impeçam a inclusão de matérias de interesse das comunidades. Ao contrário, esses parâmetros pressupõem um currículo suficientemente flexível e aberto para absorver iniciativas dos sistemas escolares e das próprias escolas sempre que a necessidade e a realidade assim o recomendarem.

A iniciativa do Sr. Senador Geraldo Cândido configura-se, como se vê, plenamente consentânea com as novas diretrizes que regem a educação brasileira. A incorporação do estudo da Introdução à Comunicação de Massa nos currículos do ensino fundamental e médio impõe-se por sua significância na vida de todos nós. A comunicação de massa tornou-se a grande mediadora das relações do mundo contemporâneo, criando novas regras de convívio, operando transformações sem precedentes no homem e em sua realidade. A forte presença dos meios massivos em nosso cotidiano, principalmente após o surgimento da televisão, acabou por modificar hábitos e estabelecer parâmetros de comportamento e influenciar na formação dos valores sociais.

Nada mais necessário nesse sentido do que aparelhar nossos estudantes para o conhecimento acerca dos códigos e linguagens próprios dos veículos de comunicação, hoje considerados até mesmo substitutos de esferas tradicionais de educação e formação, como igreja, família e escola.

Ressalte-se que o próprio Conselho Nacional de Educação, por meio de sua Conselheira Guiomar Namó de Melo, reconhece a importância da comunicação e da informação como áreas curriculares, incluindo-as como temas de estudo do ensino médio. No item Linguagem e Códigos, a educadora propõe a construção de competências e habilidades que permitam ao educando, entre outros, compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens, como os meios de organização cognitiva da realidade, expressão, comunicação informal; entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associando-as aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhe dão suporte e aos problemas que se propõe solucionar; entender o impacto

das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social; aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

Registre-se, por oportuno, que a presente iniciativa deve merecer a melhor acolhida desta Comissão. É um projeto de fundamental importância, e os reparos que foram feitos, reparos minúsculos, por assim dizer, são apenas no sentido de adequá-la à nova tecnologia adotada para a classificação dos níveis de ensino, bem como aos princípios da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Ante o exposto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, somos de parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 457, de 1999, com pequenas emendas de redação, parabenizando o Senador Geraldo Cândido pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação nominal.

(*Procede-se à votação nominal.*)

Aprovado.

Item nº 13. Projeto de Lei do Senado nº 532, de 1999, que inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental. A autora é a Senadora Luzia Toledo; e Relator, o Senador Bello Parga.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o objetivo da proposição em exame é incluir os símbolos nacionais como um dos temas transversais dos currículos das escolas do ensino fundamental, para proporcionar aos estudantes, como diz a autora, uma oportunidade de conhecer melhor os símbolos nacionais, com informações a respeito, devidamente detalhadas e de acordo com o ângulo de visão das diversas disciplinas que compõem o currículo de suas respectivas escolas.

Justificando o projeto, a Senadora Luzia Toledo salienta que a sua aprovação contribuirá para a conscientização de crianças e adolescentes sobre a importância e o significado da Bandeira Nacional e todos os demais símbolos nacionais, despertando neles um maior amor à pátria e motivos maiores para defender os legítimos interesses nacionais.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental..

Em 1997, o Ministério da Educação publicou o livro *Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação dos Temas Transversais e Ética* no qual identifica como temas transversais para traduzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, correspondente a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana.

No conjunto de temas transversais proposto para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, foram incluídos ética, meio ambiente, pluralidade cultural, saúde e orientação sexual.

Grças à rápida divulgação desses temas transversais sugeridos pelo Ministério da Educação hoje eles já estão sendo ensinados em milhares de escolas brasileiras, levando os estudantes a uma aprendizagem não somente em relação a dados e conceitos sobre eles, mas, também, a reflexões úteis para toda a vida, características de uma educação para a cidadania.

No entanto, diante da realidade da globalização, da concretização do Mercosul e das perspectivas de integração do Brasil com outros países, mais do que nunca faz-se necessário ter como tema presente no cotidiano de nossas crianças e adolescentes os símbolos nacionais, pois eles são marcos fundamentais que ajudam a despertar o patriotismo e contribuem para o enriquecimento de nossas peculiaridades, as quais nos diferenciarão no mundo globalizado, dando uma identidade nacional às futuras gerações brasileiras.

Hoje, como bem salientou a nobre autora do projeto em sua justificação, muitos dos nossos jovens não sabem cantar o hino nacional e nem mesmo o da bandeira ou da república. A juventude brasileira – diz ela – mais do que nunca está precisando de incentivos, informação para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, que permita integração do Brasil em um mundo globalizado, sem que venhamos a perder as nossas ricas características nacionais.

Concordamos, portanto, Sr. Presidente, com a argumentação da autora e consideramos a inclusão proposta uma contribuição que o Congresso pode oferecer para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro, pois não se trata de incluir algo que seja do interesse apenas de um Município, Estado ou mesmo de uma região, mas de um tema que é do maior significado para toda a Nação brasileira.

Pelo exposto, concluímos que não há óbices constitucionais ou jurídicos que possam justificar a rejeição do Projeto de Lei nº 532.

Quanto ao mérito, opinamos pela aprovação e apresentamos o nosso voto favorável.



**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Com a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento do Relator. Desejo saber se está previsto em lei a inclusão de temas transversais, deixando certamente ao Ministério e às universidades, quando têm autonomia, a decisão sobre quais desses temas serão incluídos em seus currículos.

Perguntaria ao Relator se é necessário – e sou favorável – uma lei para obrigar a inclusão de determinado...

**O SR. BELLO PARGA** – Sim, o sentido da proposição da Senadora é exatamente esse, de que seja...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Força de lei.

**O SR. BELLO PARGA** – Que ele seja facultativo no sistema transversal, mas que não deixe de ser feito. Seria à medida ou na proporção em que os Conselhos Estaduais ou as próprias instituições educacionais achassem conveniente. Mas, por força de lei, haveria uma seleção.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Está encerrada a discussão.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado.

Concluímos as matérias terminativas, cujos Relatores estão presentes, conforme determinamos.

E agora há mais uma matéria terminativa, cuja autora está presente, que é a Senadora Marina Silva.

Vamos, portanto, colocar em votação o item 2:

**Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1999, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e dá outras providências.

Autora: Senadora Marina Silva.

Relator: Senador Sebastião Rocha, que não está presente.

Designo a nobre Senadora Heloisa Helena, como Relatora *ad hoc*, para proferir o parecer.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1999, de autoria da nobre Senadora Marina Silva, institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária a ser anualmente comemorado no dia 17 de abril.

Em exame, na Comissão de Educação do Senado Federal, o Projeto, em epígrafe, não recebeu emendas no prazo regimental.

Passo a fazer a análise do Senador Sebastião Rocha, ilustre Relator da matéria.

O objetivo precípua do Projeto de Lei em exame é instaurar no calendário brasileiro uma data destinada a chamar a atenção do Poder Público e de toda a sociedade para a contundente questão da reforma agrária no País. Ultrapassando o intento de mera criação de mais uma efeméride, o ato em comento pretende exortar as consciências para os agudos problemas referentes ao tema com a clara intenção de provocar uma tomada de posição por parte dos diferentes setores envolvidos na questão.

Tardiamente, a reforma agrária passou a figurar na pauta política do Brasil. Depois de a experiência ter sido vivenciada por mais de 40 países, praticamente deixando de constar da agenda de muitas nações, na década de 70, o Brasil começou a considerá-la somente a partir dos anos 20, sem contudo, implementar satisfatoriamente até os dias de hoje o processo de divisão de sua gigantesca extensão territorial, perpetuando sua imagem de latifúndio pouco produtivo.

Nenhuma nação com as nossas características detém tão eloqüentes percentuais de concentração e desperdício de terra. Apenas 14% da área agricultável são aproveitadas como tal, ficando alarmantes 48% dessa área destinadas à criação de gado. A parcela que resta permanece ociosa. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – demonstram claramente que os latifúndios ocupam praticamente a metade da área referente à soma de todas as propriedades rurais do território nacional.

É nesse contexto que o projeto em análise vem propor a instituição de uma data destinada a chamar a atenção para a ingente luta que tem sido empreendida em favor da reforma agrária, no sentido de associar novas vozes a esse movimento.

Diante do atual panorama sociopolítico do País com a legítima pressão exercida pelos trabalhadores rurais, essa reforma é praticamente inadiável.

Cabe ressaltar que o dia 17 de abril remete muito oportunamente ao trágico episódio do massacre de Eldorado dos Carajás, data que também foi escolhida por 69 organizações camponesas dos quatro continentes presentes no Encontro Mexicano, de 18 de abril de 1996, como Dia Mundial de Luta pela Reforma Agrária e Contra a Violência no Campo, como bem esclarece a justificativa do projeto em comento.

Com tal objetivo, o mérito da proposição nos parece inquestionável. Limitamo-nos aqui a contribuir



para o seu aprimoramento, oferecendo emenda que suprime a cláusula revogatória para o atendimento das normas em vigor.

Nesse sentido, além de parabenizar a Senadora Marina Silva pelo projeto, levando em conta a pertinência do mérito da presente proposição, e não encontrando óbices de natureza constitucional e jurídica ou de técnica legislativa, pronunciamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 1999, com a pequena emenda que oferecemos.

Apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Em discussão.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sr. Presidente, o projeto, aparentemente, em se tratando de uma data em que estaremos fazendo alusão à questão da reforma agrária, poderia sugerir às pessoas a idéia de mais uma data no calendário político, social e cultural do País. Os homens são seres eminentemente simbólicos. Vivemos de símbolos. Transformamos em símbolo tudo o que tocamos, tudo com o que nos relacionamos. Tanto é que o ato da troca transformamos no símbolo do dinheiro. A relação humana, simbolicamente a traduzimos em uma relação que é cultural, social e ética, no seio da família ou das relações interpessoais. Mas estão sempre se materializando por meio de símbolos. Os símbolos podem ser de natureza positiva, afirmativa, ou de natureza negativa, para serem negativados ou positivados.

No caso, partimos de uma data que é negativa, pois se trata do assassinato de pessoas inocentes lutando pela terra, no dia 17 de abril, em Eldorado dos Carajás. Esse símbolo negativo pode transformar-se em uma simbologia positiva no sentido de que estará lembrando à consciência de milhões de brasileiros que em função da falta de democratização da terra, da alta concentração de renda, da impossibilidade de milhões e milhões de pessoas serem incluídas social, cultural e economicamente é que ocorreram chacinas como as de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás e tantas outras que, de certa forma, mancham a nossa história de maneira negativa.

O Dia Nacional de Defesa da Reforma Agrária – que não é apenas no Brasil, mas faz parte de um encontro já realizado, onde 69 organizações camponesas decidiram, no México, fazer desse dia também a sua data simbólica em defesa da reforma agrária –, iniciativa que o Congresso Nacional está aprovando agora, espero que possa ser uma contribuição à consciência do povo brasileiro. Que aquelas mortes não tenham sido em vão, que o sangue possa germinar posi-

tivamente numa reforma agrária com justiça social, que promova a inclusão, que dê possibilidade às pessoas de viverem com dignidade na terra, tanto no que se refere à política de crédito justo, a alcance a bens e serviços do Estado, como saúde, educação, estrutura para escoamento da produção, coisa tão difícil nos programas de assentamento e de reforma agrária.

E mais: que a reforma agrária no Brasil, além da qualidade social, tenha também a qualidade ambiental e a possibilidade de fazer com que as pessoas participem de projetos que sejam sustentáveis não apenas do ponto de vista social de estar dando uma forma de subsistência às pessoas, mas também do ponto de vista de serem inseridos na capacidade produtiva, de poderem estar de forma sustentável economicamente interagindo com a sociedade brasileira. Por essa razão, considero o projeto importante e fico feliz de o podermos estar apreciando. Feliz no sentido de que essa luta, que, no meu ponto de vista, tem nos trazido tanto sofrimento e tantas manchas na história do povo brasileiro, possa render alguns frutos a partir do sofrimento já causado. E que sejam bons frutos.

Como ocorreu em meu querido Estado do Acre, com o assassinato de Chico Mendes. Alguns pensavam que com o assassinato estariam fazendo fenececer a luta dos povos da floresta. Pelo contrário. Atualmente, mais do que nunca, a luta é vitoriosa, ganhando inclusive corações e mentes daqueles que anteriormente tinham posicionamentos contrários e conservadores com relação à luta. Assim, apresentei essa iniciativa, que não é apenas minha. Faz parte de uma articulação que ultrapassa as fronteiras do País. Que esse dia seja a data simbólica para a reforma agrária. Espero que o simbólico esteja cada vez mais distante da realidade diabólica, que é a de assassinar trabalhadores rurais em defesa da vida, em defesa da terra.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, voto favoravelmente. Entendo oportuno o projeto. É importante chamar a atenção, como se pretende, das autoridades governamentais para uma questão da mais aguda responsabilidade, que não tem sido tratada com a responsabilidade que a sociedade exige. O debate sobre a questão fundiária traz à tona questões como *violência de lado a lado e miséria* que se propaga de forma intensa no País, especialmente na área rural. O Banco Mundial revelou recentemente que a maior parte dos pobres brasileiros, daqueles que vivem abaixo da linha da pobreza, reside,

ao contrário do que se imagina, na área rural, nos grandes grtões localizados à margem das cidades interioranas. Portanto, a questão revela injustiça, violência, incompetência administrativa, agressão à lei vigente no País e, sobretudo, descumprimento de compromissos governamentais.

Não poderia deixar de me pronunciar neste momento porque, certamente, qualquer telespectador do meu Estado, ao acompanhar esta reunião da Comissão, se me visse aqui calado, não concordaria com a postura de omissão, pois o Paraná vive um momento sem precedentes na sua história, de violência no campo, de desorganização, de anarquia. A mais completa e absoluta anarquia. Trabalhadores sem terra são obrigados, a fim de que o protesto se torne visível e contundente, a se reunir em frente ao Palácio Iguazu, em Curitiba, em acampamento instalado há mais de cinco meses, mudando totalmente a fisionomia daquela área pública da capital do Paraná.

É claro que lá tem ocorrido violência, morte, assassinatos. E agora proprietários rurais, tendo as suas propriedades produtivas invadidas, resolvem até anunciar a formação de milícias para a defesa do seu patrimônio, já que sentem a ausência governamental. É claro que a reforma agrária é fundamental para o País. É uma exigência da sociedade. Mas não se fará jamais ao arrepio da lei. Agredindo a lei, não se faz reforma agrária. Os acontecimentos que estamos vivenciando no Paraná são da inteira responsabilidade do Governo. Lamentavelmente, a ausência de autoridade tem feito com que um Estado até então bem organizado, um Estado de boa conformação fundiária, já que, notadamente na sua região norte e sudoeste, se fez de forma natural uma espécie de reforma agrária com a disseminação das pequenas propriedades rurais, que nos últimos anos vêm sendo engolidas pelas grandes propriedades, uma vez que a política agrícola, aliás, a inexistência de política agrícola no País, leva a pequena propriedade rural ao desaparecimento.

Portanto, é necessário um projeto como este a fim de propor um dia de luta em favor da reforma agrária no País, um tema tão antigo, tão presente e tão atual quanto a pobreza nacional. Mas lamentavelmente intocado. A violência que aí está, as injustiças que se propagam a cada passo, a incompetência dos governos, a agressão à lei.

Justo, portanto, o pleito da Senadora Marina Silva, que tem sensibilidade social, que traz para o debate questão tão importante, que tem o nosso apoio, esperando que Governos Estaduais e o Governo Fe-

deral entendam a necessidade de um exercício da função com autoridade, sobretudo, respeitando a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, inicialmente quero parabenizar a Senadora Marina Silva pela iniciativa de apresentar projeto que cria o “Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária”, dia 17 de abril, data histórica, um marco da luta pela reforma agrária. Mesmo sendo algo simbólico, tem um significado muito importante para todos nós que somos defensores da reforma agrária.

Os trabalhadores rurais, em nosso País, vivem em constante peregrinação, haja vista os exemplos de migração interna, em que trabalhadores rurais vêm para as grandes capitais buscar uma forma de sobrevivência, já que não têm acesso à terra para trabalhar, acabando por se deslocarem do interior para as grandes metrópoles, ficando jogados, marginalizados, sem residência, sem emprego, os filhos sem possibilidades de estudo. Enfim, há uma verdadeira degradação da família. Resultado: marginalização, envolvimento com o tráfico de drogas, prostituição. Ou seja, um problema terrível para as famílias humildes deste País, que são sempre as mais prejudicadas.

Não se fará reforma agrária no Brasil com a polícia. Reforma agrária é questão de política e não de polícia. Poderá, eventualmente, ocorrer alguns excessos por parte dos trabalhadores rurais, em face da falta de propostas concretas do Governo, de execução de uma política que venha efetivamente demonstrar o seu compromisso em realizar uma reforma agrária para valer, o que cria toda essa dificuldade.

Estive no Paraná este ano, em março, quando ocorria um grande conflito na região noroeste, em Querência do Norte, em que houve assassinatos de trabalhadores rurais, torturas, aprisionamentos por jagunços, paramilitares, uma espécie de seqüestro, em que se pegavam as pessoas, levavam para o mato, torturavam, dizendo que eram integrantes do MST e que se continuassem seriam mortos. Houve, assim, uma série de abusos, violências contra trabalhadores e seus familiares.

Estivemos no Paraná, com o Secretário de Segurança Pública, com o Secretário de Justiça, com o Governador Jaime Lerner, justamente na época em que já estava implantado um acampamento naquela praça próxima à Assembléia Legislativa, que permanece até hoje. Estabeleceu-se ali um pequeno núcleo dos sem-terra, com plantações, infra-estrutura com o

objetivo de estabelecer-se como uma cidadela do MST. Isso é muito preocupante.

Por fim, parabeno a Senadora. Penso que todos nós, que temos compromisso com essa luta, devemos cobrar do Governo Federal esta iniciativa das autoridades, para que se faça no Brasil justiça, uma reforma agrária que venha a garantir o direito à terra para o homem do campo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado.

Teríamos mais um item terminativo, que é o item 15, cujo autor está presente, de acordo com as regras e concordância da Comissão que estabelecemos. Porém, há um voto em separado do Senador José Jorge a respeito da matéria, que está em missão política e cultural fora do País e pediu-me que deixássemos para a próxima reunião.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, mesmo que o autor do projeto concorde com o voto em separado, o Senador José Jorge solicitou que fosse transferido?

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Sim, S. Ex<sup>a</sup> solicitou que fosse transferido e estou submetendo isso aqui. Creio que, na próxima semana, S. Ex<sup>a</sup> estará aqui.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Está bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Vamos passar, agora, aos itens não-terminativos.

Item 17.

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 1999**

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

É de autoria do Poder Executivo. Relator: Senador Romeu Tuma.

Peço ao Senador Djalma Bessa que faça a leitura do parecer. Entretanto, o Senador José Fogaça havia me pedido a palavra, pela ordem.

Com a palavra o Senador José Fogaça, pela ordem.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, é apenas para que V. Ex<sup>a</sup> haja por bem de incluir na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Rio-Grandense.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Requerimento, portanto, do Senador José Fogaça, que submeto às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, que, estando de acordo, vamos colocá-lo extrapauta. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 1999.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos colocá-lo como último item da pauta dos não-terminativos.

Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, passo a ler o voto.

Voto

“O processo de exame e apreciação pelo Congresso Nacional dos atos que outorgam e renovam a concessão, permissão ou autorização para que se execute serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223, da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, as formalidades e os critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Esta norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 186, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizada que a entidade Rádio Eldorado Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.



As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenções das Senadoras Heloisa Helena e Marina Silva, e do Senador Geraldo Cândido.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, solicito que seja colocado extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 1999, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Luz Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Submeto às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores o requerimento de autoria do eminente Senador Agnelo Alves.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento será incluído extrapauta.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, acho da mais absoluta justiça os critérios que foram definidos pela Comissão no sentido de que os projetos terminativos fossem estabelecidos quando na presença do autor ou do relator.

Sei que já estamos apreciando os projetos não-terminativos. Embora não seja nem autora, nem relatora do projeto, solicito que o Item nº 14 da pauta seja colocado em votação por se tratar de projeto importante, que dispõe sobre a criação de um selo comemorativo da Semana da Criança Excepcional. Se fosse possível, eu gostaria que ele voltasse à pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – A Senadora Heloisa Helena solicita que voltemos ao Item nº 14, matéria terminativa, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 241, de autoria do Senador Moreira Mendes, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências.

Submeto à Comissão o requerimento de S. Ex<sup>a</sup>.

Se as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores estiverem de acordo, após a votação do Item nº 18, que já anunciamos, colocaremos o Item nº 14 em votação.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, para melhor ordenação dos trabalhos, creio que seria o caso de votarmos os itens não-terminativos e, ao final de todos, colocarmos a proposta da Senadora Heloisa Helena.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Tudo bem!

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Então, continuemos para dar ordem aos nossos trabalhos, que, assim, ficam melhor organizados.

Passemos à votação do Item nº 18 e, ao final, votaremos o Item nº 14, terminativo, de acordo com o requerimento aprovado da Senadora Heloisa Helena.

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência de Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Romeu Tuma.

Solicito ao Senador Djalma Bessa que proceda à leitura do parecer do Senador Romeu Tuma.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, o PDL em exame foi apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sem divergências. Chega à Comissão depois de exame minucioso da documentação, da repercussão na Constituição, no Regimento Interno.

Encontra-se, portanto, devidamente instruído, atendidas todas as exigências constitucionais, legais, regimentais, em condições de ser aprovado.

O voto é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções dos Senadores Geraldo Cândido, Roberto Saturnino e Senadora Heloisa Helena.

Item nº 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Romeu Tuma.

Solicito ao Senador Djalma Bessa que proceda à leitura do parecer do Senador Romeu Tuma.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, a proposição é de iniciativa do Poder Executivo, que a enca-

minhou à Câmara dos Deputados, onde, em comissão e plenário, foi aprovada por unanimidade e chega a esta Casa do Congresso Nacional, o Senado Federal.

O projeto está devidamente instruído. Foram atendidos Constituição, leis, Regimento Interno. Portanto, está em condições de ser aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções dos Senadores Geraldo Cândido, Roberto Saturnino e Senadora Heloisa Helena.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Item nº 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 1999, que aprova o ato que renova a concessão à Rádio Andradina Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Andradina, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Agnelo Alves.

Com a palavra o Senador Agnelo Alves para apresentação do seu parecer.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, este projeto é originário do Poder Executivo, mensagem do Presidente da República. Teve parecer favorável da Comissão de Projetos da Câmara Federal e, pela leitura de todos os itens, está de conformidade com o que geralmente é apresentado, votado e aprovado nesta Comissão. Se os Srs. Senadores desejarem, posso ler na íntegra o meu parecer, mas, na verdade, acho perfeitamente dispensável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados.

Aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Heloisa Helena.

Item 21, não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 1997. Aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Sílvio Santos Ltda., atualmente denominada TV SBT, Canal 11 do Rio de Janeiro, para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens de televisão na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Autor: Poder Executivo. Relator: Sr. Artur da Távola. Solicito ao Senador Hugo Napoleão que, por obséquio, possa apresentar o parecer do Senador Artur da Távola.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, originário do Poder Executivo, chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legisla-

tivo que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Sílvio Santos Ltda. denominada TV SBT, Canal 11 do Rio de Janeiro. O processo tramitou regularmente pela Câmara dos Deputados, estabelece a relação de sócios quotistas e recebeu parecer do eminente Senador Artur da Távola, que concorda plenamente com a aprovação, esclarecendo que a direção da TV SBT, Canal 11 do Rio de Janeiro, fez anexar a obrigação de inclusão em sua transmissão regular de programa de natureza jornalística, destinada a veicular notícias e fatos de interesse local e regional, bem como campanhas educativas e de prestação de serviços, estando ele, portanto, inteiramente de acordo.

Era o que tinha a dizer pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados.

Aprovado, com a abstenção do Senador Geraldo Cândido e da Senadora Heloisa Helena.

Vamos, portanto, aos dois Projetos de Decreto Legislativo, incluídos na pauta através de requerimentos aprovados do Senador Fogaça, que é o Projeto nº 224, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Riograndense para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, o processo vem acompanhado de toda a documentação exigida e, tendo em vista que o exame dessa documentação evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Cultural Riograndense atendeu a todos os requisitos legais e técnicos para habilitar-se à renovação da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, com as abstenções já anunciadas na votação anterior.

O item também incluído na pauta em função de requerimento aprovado é o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 1999. Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Luz Ltda., para explorar serviços de

radiodifusão sonora em onde média na cidade de Araçatuba, Estado de São Paulo. Autor; Poder Executivo. Relator: Senador Agnelo Alves, a quem concedo a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, o Projeto chega a esta Comissão com todas as conformidades cumpridas. Origina-se do Poder Executivo, tem parecer favorável da Câmara Federal e coloco-me à disposição dos Srs. Senadores que queiram maiores esclarecimentos, mas acho dispensável, porque são iguais, absolutamente iguais, absolutamente iguais, do exame a todos os outros projetos que aqui já foram aprovados.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com as abstenções dos Senadores Heloisa Helena e Geraldo Cândido.

O último item da pauta, colocado por solicitação da Senadora Heloisa Helena e aprovado pela Comissão é terminativo.

Item nº 14.

Projeto de Lei do Senado nº 241, de 1999, dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e dá outras providências.

O autor é o Senador Moreira Mendes; Relator, Senador Sebastião Rocha. Não se encontrando presente, designo, como Relator *ad hoc*, a Senadora Heloisa Helena.

**A SRA. HELOISA HELENA** – O Senador Edison Lobão está dizendo que deixa o seu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Os Senadores Edison Lobão e Hugo Napoleão já haviam manifestado à Mesa a intenção de votar favoravelmente e registrar o voto.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, relatório feito pelo Senador Sebastião Rocha a respeito do projeto do eminente Senador Moreira Mendes.

O projeto em exame, de autoria do Senador Moreira Mendes, tem por objetivo a criação do selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional, a ocorrer de 21 a 28 de agosto.

O produto da venda do selo instituído será destinado a entidades de amparo a pessoas portadoras de deficiência.

Informa o autor da proposição que apenas 2% dos cerca de 15 milhões de brasileiros e brasileiras,

portadores de características especiais, recebem tratamento adequado, a despeito de a Constituição Federal estabelecer, no art. 203, que um dos objetivos da política de assistência social, prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, é a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Justifica a proposição a afirmativa de que as sociedades Pestalozzi, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – e muitas outras instituições similares, que enfrentam preconceito e insensibilidade, ao lado de crônicas carências financeiras, são credoras de maior apoio do Poder Público para realizar um trabalho de que a sociedade não pode prescindir.

Lembrando que, já por algumas vezes, o Poder Legislativo intentou efetivar esse apoio em termos semelhantes aos da proposição, o autor afirma que a iniciativa que mais prosperou teve a autoria do Senador Nelson Carneiro.

Aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1988 não logrou, todavia, a sanção presidencial. O então Presidente Fernando Collor vetou o projeto, sob o argumento de que não caberia impor à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que explora atividade econômica visando a obter lucros, o ônus de subsidiar meios financeiros às instituições de deficientes físicos.

Mesmo em posição divergente dos argumentos presidenciais, o autor do projeto preferiu, ao risco de que adviesse novo veto, a manifesta vontade de o Congresso Nacional remover da proposição qualquer resquício de encargo pecuniário que pudesse onerar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Assim, caberá àquela empresa pública o ressarcimento dos custos decorrentes da criação, emissão e comercialização do selo beneficente, que, ademais, não dispensará o adquirente voluntário do pagamento da tarifa regulada e postagem.

Cuidou também a proposição de adequar os procedimentos administrativos às exigências da Lei nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

Apresentado em 16 de abril último e distribuído a esta Comissão para deliberação de caráter terminativo, o projeto não recebeu emenda no transcurso do prazo regimental.

Análise do Relator.

Não vislumbro inconstitucionalidade ou injuridicidade na proposição, disposta em boa técnica legislativa. No mérito, adoto os argumentos que justifi-



caram a apresentação do projeto, pertinente reivindicação dos que têm lutado por uma causa que, afinal, pertence a todos os brasileiros. Há evidência, contudo, de que a tramitação legislativa e, ainda mais, os procedimentos operacionais decorrentes da proposição não poderão ser concluídos no exíguo prazo que resta, até agosto vindouro, até porque, no projeto, o Senador Moreira Mendes trabalhava a possibilidade de que a criação do selo comemorativo fosse na Semana da Criança Excepcional, que é de 21 a 28 de agosto deste ano. Então, em função disso, o ilustre Relator propõe que o projeto possa ser aprovado com a alteração de uma emenda em que se suprime a expressão “a ocorrer no dia 21 a 28 de agosto de 1999”.

É só.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Com a palavra o Senador José Fogaça, para discutir.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, votei a favor desse projeto, quando foi de autoria do Senador Nelson Carneiro, duas vezes.

O fato é que o Congresso não tem esse poder, infelizmente. Mas, como é mais um projeto autorizativo, fica a critério dos governantes adotarem ou não um projeto autorizativo. Pode ser que este Governo resolva adotá-lo; portanto, vale a pena votar mais uma vez a favor, Sr. Presidente, mas é bom saber que estamos apenas autorizando. Isso é sabido, reconhecido por todos aqui. De modo que é importante, depois, fazer também uma campanha junto ao Poder Executivo para que adote, de fato, essa autorização.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queria discutir, vou colher o voto dos Srs. Senadores.

*(Procede-se à votação.)*

Aprovado.

Agradeço a presença das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h20min.)*

**Ata da 27ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 1999**

Às doze horas do dia 23 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores Luiz Otávio, Agnelo Alves, Djalma Bessa, Ney Suassuna, Mo-

zarildo Cavalcanti, Luiz Estevão, Álvaro Dias, Luzia Toledo, Roberto Saturnino, Lúdio Coelho, Heloisa Helena, Emília Fernandes, Geraldo Althoff, Pedro Simon, Hugo Napoleão, Marina Silva, Maguito Vilela, Francelino Pereira, José Fogaça, Edison Lobão e Jefferson Peres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Íris Rezende, Roberto Requião, Teotônio Vilela Filho, Artur da Távola, Gilvam Borges, Amir Lando, José Jorge, Gerson Camata, Jorge Bornhausen, Eduardo Siqueira Campos, Bello Parga, Lúcio Alcântara e Sebastião Rocha. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete aos Senhores Senadores membros da Comissão, que se inicie a deliberação da Pauta pelos Itens não terminativos, o que é acatado por todos. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Piva que, “Altera a redação do artigo 9º da Lei” 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Siqueira Campos e o parecer favorável, relatado (**ad hoc**) pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Regis Cavalcanti que, “Altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares no Estado de Alagoas”. O relator designado é o Senador Paulo Hartung e o parecer favorável, relatado (**ad hoc**) pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1995**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás”. O relator designado é o Senador Maguito Vilela e o parecer favorável, lido pelo Senador Luiz Otávio, é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Heloisa Helena. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1998**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atenas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais”. A relatora designada é a Senadora Luzia Toledo e o parecer favorável, lido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Heloi-

sa Helena. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Costa Azul FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro”. A relatora designada é a Senadora Luzia Toledo e o parecer favorável, lido pelo Senador Álvaro Dias, é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Heloisa Helena. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Difusora Vale do Rio Una Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável, lido pelo Senador Djalma Bessa, é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Heloisa Helena. O Senhor Senador Álvaro Dias pede a palavra e solicita que seja apreciado extrapauta o PDS nº 46/96, o que é aceito por todos. **Extrapauta, Item 1: Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1996**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Péres e Heloisa Helena. Finda a deliberação da Pauta e na inexistência de **quorum** para a apreciação dos itens terminativos, ficam adiadas as seguintes matérias: PLS nº 218/99, PLS nº 340/99, PLS nº 512/99, PLS nº 510/99, PLS nº 382/99 e PLS nº 339/99. Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dez minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Educação. Submeto aos Srs. Senadores o pedido de dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordarem com a dispensa queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Item 1 da pauta. Não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 491, de 1999. Altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Autor: Senador Pedro Piva; Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos. Não estando presente S. Exª, solicito ao Senador Djalma Bessa que participe como relator **ad hoc**.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto objetiva destinar recursos dos prognósticos para o esporte: Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro. Esta Comissão há bem pouco tempo examinou processo idêntico de autoria do Senador José Roberto Arruda também destinando recursos dos testes da loteria para o determinado objetivo cultural. A proposição está devidamente instruída e atende os requisitos da Constituição Federal, das leis, do Regimento Interno e da técnica legislativa. O voto, pois, é pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o relatório. Para discutir, com a palavra o Senador Pedro Piva, autor do projeto.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, gostaria apenas de esclarecer que é um projeto de cunho extremamente social que repassa 2% ao esporte amador. Conversei com todos os ministros da área econômica e dos esportes e cheguei à conclusão de que podemos abaixá-lo posteriormente, na Comissão de Assuntos Econômicos para 2% sobre o prêmio. Não há necessidade de uma arrecadação extra, não é renúncia fiscal, não é nada. Assim como a cultura, que recebe 1% e terá mais 2%, esse se destina ao esporte amador nos intervalos das olimpíadas. Tivemos agora em Winnipeg uma **performance** extraordinária. Esse recurso tem como objetivo, em uma época como a que vivemos atualmente, tirar as crianças das ruas. Pretendemos, com a medida, criar centenas ou milhares de campos de esportes (futebol, voleibol, basquetebol) em que a criança tenha seu lazer, que possa frequentar, a exemplo dos Estados Unidos e outros países civilizados como Itália e França, academias populares no meio da rua e, assim, ocupar o tempo e não ficar nas ruas fazendo uso de **crack** ou cometendo delitos. Acredito que é um projeto extremamente social. Encareço e agradeço à Comissão, desde já, o apoio ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão:

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Com a permissão de V. Ex<sup>as</sup>, saltarei o Item 2, também não terminativo, pois o Relator está chegando à Comissão. Passemos ao item seguinte, não terminativo, que é o Item 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1995, que aprova ato que renova a concessão outorgada à Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás. Autor: Poder Executivo; Relator: Senador Maguito Vilela. Não estando presente S. Ex<sup>a</sup>, solicito ao Senador Luiz Otávio que leia o parecer.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, projeto não-terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 1995, que aprova o ato para renovação da concessão outorgada da Rádio Eldorado de Mineiros.

O projeto é do Poder Executivo, que teve como Relator o Senador Maguito Vilela, com parecer favorável à concessão à Rádio Eldorado de Mineiros Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Nobre) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10.

Igualmente não-terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 134, de 1998, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atenas Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

O projeto é de autoria do Executivo e Relatora a Senadora Luzia Toledo.

Solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que profira a leitura do Relatório da Senadora.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Trata-se de um projeto de autoria do Poder Executivo, que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Atenas Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

A Relatora é a Senadora Luzia Toledo, com parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Nobre) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11.

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 1999, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Costa Azul FM Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

A autoria do projeto é do Executivo e Relatora a Senadora Luzia Toledo.

Solicito ao Senador Álvaro Dias que profira a leitura do parecer da Senadora Luzia Toledo.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o parecer da Senadora Luzia Toledo é pela aprovação, tendo em vista haver cumprido todas as exigências técnicas e legais, habilitando-se à renovação da permissão à Rádio Costa Azul FM Ltda.

O parecer, portanto, é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 12:

Projeto de Decreto Legislativo nº 198, de 1999, que aprova o ato que declara perempta a concessão outorgada à Radiodifusora Vale do Rio Una Ltda., para executar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Bento do Una, Estado de Pernambuco.

A autoria é do Poder Executivo e Relator Senador José Jorge.

Solicito ao Senador Djalma Bessa que profira a leitura do parecer do Senador José Jorge.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a proposição foi aprovada na Câmara e dirigida a esta Casa. Está devidamente informada, devidamente instruída e de acordo com a resolução que rege o assunto.

Portanto, atendidos esses pressupostos legais e técnicos, é de ser aprovada a concessão dos serviços de radiodifusão sonora à cidade de São Bento, em Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)



Aprovado.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Solicito a V. Ex<sup>a</sup> a inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, que aprova a renovação da permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordarem com a proposição do Senador Álvaro Dias queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos, portanto, colocar em discussão o projeto de Decreto Legislativo que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procopio, do Estado do Paraná.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Rádio Atlântica de Frequência Modulada Ltda., de Cornélio Procopio, apresentou a documentação exigida, cumprindo toda as exigências, habilitando-se, portanto, à renovação da permissão.

Opinamos pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à votação do último item não-terminativo da pauta, Item nº 2. Estávamos aguardando a Senadora Heloisa Helena, que gostaria de ser designada a relatora **ad hoc**, mas temos de colocá-lo em votação.

Item nº 2: Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1999, que altera o nome do Aeroporto Campo dos Palmares no Estado de Alagoas. Autor: Deputado Regis Cavalcante. Designamos relator **ad hoc** o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou ler apenas o final da análise feita pelo Relator, que diz o seguinte: “Merece registro que, antes de elaborarmos este parecer, consultamos a Senadora Heloisa Helena sobre a conveniência da aprovação desta proposição, já que é

autora de proposição análoga. S. Ex<sup>a</sup>, num gesto de absoluto desprendimento, colocando a homenagem acima de eventuais logros que seriam colhidos com a maternidade do projeto, assentiu com a rápida tramitação do projeto sob exame.

Voto: Diante do exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, conveniência e oportunidade da proposição. Votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1999”.

O parecer, portanto, é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Não havendo **quorum** para apreciação das matérias terminativas, declaro encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h10min.)*

**Ata da 28ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 30 de novembro de 1999**

Às onze horas e quarenta minutos do dia 30 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores Gerson Camata, Gilvam Borges, José Jorge, Luzia Toledo, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, Emilia Fernandes, Luiz Otávio, Geraldo Althoff, Paulo Hartung, Antero Paes de Barros, Hugo Napoleão, Djalma Bessa, Heloisa Helena, Romeu Tuma, Edison Lobão, Bello Parga, José Fogaça, Geraldo Cândido, Roberto Saturnino, Agnelo Alves, Iris Rezende, Roberto Requião, Luiz Estevão, Marina Silva, Ney Suasuna, Osmar Dias e Jefferson Péres, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Sebastião Rocha, Amir Lando, Jorge Bornhausen, Artur da Távola, Teotônio Vilela Filho, Pedro Simon e Álvaro Dias. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente propõe que se inicie a deliberação da Pauta Ordinária pelos itens cujos relatores e autores estejam presentes, o que é aceito por todos. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho, que, “Alte-

ra dispositivo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Emilia Fernandes e o parecer favorável é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 382, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Cândido que “Estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública”. Ao Projeto, relatado pela Senadora Luzia Toledo, foi apresentado voto em separado, na forma de substitutivo, de autoria do Senador José Jorge. A relatora retira seu parecer para apoiar o substitutivo do Senador José Jorge, que é aprovado com dezesseis (16) votos. A matéria será submetida a turno suplementar de acordo com o que preceitua o **caput** do artigo 282, do RISF. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Djalma Falcão, que “Inclui no currículo do ensino médio, a disciplina Cidadania, Direitos e Garantias Individuais, e adota providências correlatas”. O Projeto relatado pela Senadora Luzia Toledo, é considerado prejudicado por dezoito (18) votos. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que “Denomina o trecho da BR-262, entre o bairro Jardim América e o trevo da CEASA, no município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como Mário Gurgel”. O Projeto relatado pela Senadora Luzia Toledo, que oferece a Emenda nº 1-CE, é aprovado com quinze (15) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências”. É concedida vista ao Senador José Fogaça. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 512 de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Luiz Estevão, que “Denomina ‘Rodovia Luiz Carlos Prestes’ o trecho que especifica, da rodovia BR-029, e dá outras providências”. O Projeto relatado pelo Senador Lúcio Alcântara é aprovado com dezessete (17) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Gerson Camata e Luzia Toledo, que “Denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo – UNED –, de Colatina”. O Projeto relatado pelo Senador Paulo Hartung é aprovado com quinze (15) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1994**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panati Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em

freqüência modulada na cidade de Patos, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Agnelo Alves e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido, Marina Silva, Jefferson Peres e Heloisa Helena. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1995**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Correio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Agnelo Alves e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido, Jefferson Péres, Marina Silva e Heloisa Helena. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga a concessão à Rádio e Televisão Diário de Mogi Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Hugo Napoleão e o parecer favorável é aprovado com os votos contrários dos Senadores Geraldo Cândido, Marina Silva e Heloisa Helena. Manifesta-se pela abstenção o Senador Jefferson Péres. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Logos – Edições, Jornalismo e Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado com os votos contrários dos Senadores Geraldo Cândido e Heloisa Helena. Manifesta-se pela abstenção o Senador Jefferson Péres. Neste momento, assume a Presidência a Senhora Senadora Luzia Toledo, Vice-Presidente da Comissão. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Cidade do Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Freitas Neto e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Jefferson Péres, Geraldo Cândido, Marina Silva e Heloisa Helena. O Senhor Senador Freitas Neto volta a presidir os trabalhos e comunica que, em virtude do adiantado da hora ficam adiadas as seguintes matérias: **PLS nº 22/99, PLS nº 23/99**



**360/99, 529/99, PDS nº 156/99, PDS nº 77/95 e PDS nº 29/94.** Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e cinco minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Solicito aos Srs. Senadores que concordarem com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior a permanecerem como estão.

Aprovada, portanto, a dispensa.

Vamos começar pelo Item nº 1, não-terminativo:

Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1999, que altera dispositivo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. É um projeto de lei de autoria do Deputado Mendes Ribeiro Filho e, aqui no Senado Federal, na comissão, tem como Relatora a Senadora Emília Fernandes, a quem passo a palavra para apresentação de seu parecer.

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, vem a exame desta Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1999, que altera dispositivo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. A lei é a chamada Lei Pelé.

A proposição de autoria do ilustre Deputado Mendes Ribeiro Filho, do Estado do Rio Grande do Sul, tem por objetivo, mediante alteração do art. 94 da lei, prorrogar o prazo de “dois” para “três” anos, a partir de sua edição, para que as entidades desportivas praticantes ou participantes de competições de atletas profissionais se adaptem ao disposto no art. 27.

Este dispositivo, o art. 27 desta lei, estabelece que as atividades desportivas de cunho profissional são privativas de sociedades com fins econômicos e comerciais, devendo as agremiações, atualmente organizadas sob a forma de associações civis, transformarem-se em empresas.

Conquanto se posicione contrário a esse dispositivo, por entender que paixão não pode ser objeto de comércio e interesses empresariais, são diferentes... de interesses clubísticos, o nobre autor da proposição

defende a prorrogação do prazo para sua vigência, para que se possa meditar sobre os problemas da lei, e, caso esse convencimento não seja obtido, tenham mais tempo os dirigentes dos clubes para buscarem uma solução.

O projeto foi lido em Plenário e encaminhado a esta comissão, onde não recebeu emendas no prazo regimental.

Então fazemos uma análise para que as Srªs e Srs. Senadores fiquem bem cientes do que está-se propondo.

A Carta Magna de 1988 configura o primeiro referencial de um novo paradigma no processo desportivo nacional, vez que todas as Constituições Federais anteriores silenciavam acerca de matéria desportiva, com exceção da Carta Magna de 1967, com a Emenda de 1969, que se limitava atribuir à União competência para legislar e estabelecer normas gerais sobre o desporto.

Ao preceituar em seu art. 217 ser dever do Estado fomentar práticas desportivas, formais e não-formais, como direito de cada um, associou-se à Constituição Federal a renovada e abrangente conceituação do fenômeno desportivo no cenário internacional.

No plano infraconstitucional, o processo de reestruturação do sistema desportivo brasileiro foi iniciado com a edição da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, a chamada Lei Zico, e teve continuidade com a aprovação da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que ora se pretende alterar.

A nova medida, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências, foi formulada com o objetivo fundamental de modernizar e democratizar as relações e práticas desportivas, consoante a crescente relevância do esporte como fenômeno social, econômico e cultural.

Um dos pontos, e aqui vem o mérito do projeto, que suscitou acirrados debates durante a elaboração da norma legal foi exatamente o princípio que determina a obrigatoriedade de os clubes se transformarem em empresas.

Passados quase dois anos da edição da lei, o debate acerca da matéria parece não ter chegado a um consenso, provocando, até hoje, apaixonadas e polêmicas discussões, eu diria. De um lado, os defensores da medida argumentam que tal princípio constitui mera adequação da legislação à realidade existente nas entidades praticantes de atividades esportivas profissionais. A partir da década de 80, o esporte, principalmente o futebol, deixou de ser uma atividade com mera conotação de paixão clubística, de competição pela competição, e, transformado em espetáculo



lo, passou a constituir peça fundamental da indústria do entretenimento, movimentando somas astronômicas de recursos.

Nada mais adequado, portanto, que tais entidades se transformem em sociedades com fins lucrativos, regularizando suas atividades comerciais.

Corrente de pensamento inversa considera que a lei não pode obrigar as entidades que participam de competições com atletas profissionais a adotarem determinada forma de organização, já que o art. 217, I, da Constituição Federal assegura a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento. Além disso o art. 5º, incisos XXVI, XXVII e XXVIII, da Carta Magna também garante a liberdade de organização em associações.

Dessa maneira, o Estado não poderia fazer essa exigência, já que se trata de uma garantia constitucional coletiva. E, em razão dessa indefinição com relação à oportunidade e invalidade da medida, parece-nos adequado e providencial que se prorrogue o prazo para que o Parlamento e a sociedade brasileira possam, com mais vagar, avaliar adequadamente o dispositivo.

Eu acrescentaria aqui, Sr. Presidente, o que considero importante, que faz parte da justificativa do autor do projeto: sem dúvida, esse tem sido o assunto que mais tem angustiado o esporte brasileiro, no sentido de os clubes se tornarem empresas. Praticamente, os dois anos já se passaram, e os clubes ainda encontram essa dificuldade.

Além disso, também consta na chamada Lei Pelé uma preocupação no que diz respeito à extinção do vínculo desportivo – a questão do passe –, que se verificará em março de 2001. Vejam que, para essa questão, foi dado um prazo de três anos. Mas, para os clubes se tornarem empresas, foi dado um prazo de dois anos. Ocorre que os valores correspondentes ao vínculo desportivo dos jogadores, ou seja, o passe, constituem o principal alvo dos clubes profissionais de futebol. Assim sendo, esses valores estão lançados nos respectivos balanços patrimoniais. Então, há uma impossibilidade de se saber antecipadamente qual será a situação desses ativos em 2001. A perda por parte dos clubes do vínculo desportivo dos seus jogadores profissionais dificulta ou torna quase inviável a associação a possíveis investidores, devido ao desconhecimento da sua situação futura quanto a esses ativos patrimoniais.

Quero ainda registrar aqui que, no Rio Grande do Sul, com a presença de toda a Bancada gaúcha, de todos os Partidos, foi realizada uma reunião, em

que se tratou dessa questão, com os dirigentes de todos os maiores times do Estado do Rio Grande do Sul e com os representantes da Confederação Nacional do Futebol. Esse projeto foi construído a partir de uma sugestão dos próprios clubes, que pedem mais este ano para que realmente possam melhor discutir esse assunto.

Eu, particularmente, tenho minhas dúvidas sobre a validade de tornar os clubes empresas. Como eu, o autor do projeto, que é um Deputado do meu Estado, embora seja de outro Partido, abraça essa causa. Comprovadamente, o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o futebol está muito bem estruturado, enfrenta essas dificuldades. Imaginem os outros Estados!

Tendo em vista o que estamos expondo, pedimos a aprovação desse projeto. O nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão a matéria.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. GERSON CAMATA** – Quero cumprimentar a ilustre Relatora pelo magnífico relatório apresentado aqui. S. Exª fez algo além de relatar: abordou o problema constitucional dessa lei.

Na época da discussão em torno dessa lei, eu disse exatamente isto: esse artigo é inconstitucional, pois diz que só pode ser clube de futebol uma empresa comercial. Essa é uma intervenção direta no domínio privado. Isso é inconstitucional. Eu até disse que essa lei está na contramão do Fernando Henrique. Ele está privatizando as empresas estatais e estatizando o futebol, porque colocou essa regra violenta contra a Constituição.

Queria até sugerir uma emenda. Já que estamos mexendo na antiga Lei Zico, atual Lei Pelé, gostaria de sugerir à Relatora que fizesse uma emenda para acabar com os bingos, pela supressão do artigo que trata dessa matéria. Isso acabaria com os bingos. É a mesma lei. A Relatora poderia admitir só mais uma emenda: “Suprima-se o artigo tal”, para acabar com os bingos.

Ouvi agora que o Presidente da República mandará uma medida provisória. Já que o Presidente quer economizar medidas provisórias, V. Exª, como Relatora, já encaixaria essa proibição.

Como nasceram esses bingos? Vejam V. Exªs: quando se estava votando a antiga Lei Zico, vieram aqui os Presidentes dos Clubes de Futebol. O que

eles queriam? Queriam que se permitisse que, antes dos jogos, no estádio, pudesse se fazer um bingo de um automóvel para atrair público. Só queriam isso. À época, entrou o pessoal do Flamengo e realizou o bingo fora. Portanto, deveríamos proibir o bingo como está hoje ou permitir que fosse realizado a fim de atrair público para o estádio e não para fazer essa jogatina desenfreada em que se transformou.

Ao cumprimentar a autora do parecer, sugiro logo essa emenda. A sociedade brasileira hoje quer acabar com esses bingos. Seria colocado ali um artigo para acabar com o bingo e pronto, já aprovaríamos isso correndo.

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer o seguinte: são dois assuntos que precisam ser discutidos. Temos de respeitar o desejo e a posição do autor, que era tratar da questão...

**O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto)** – E o projeto teria de voltar para a Câmara.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – E o projeto ainda teria de voltar para a Câmara. Assim, perdemos tempo. Em março, terminará o prazo máximo para eles se transformarem em empresas. Portanto, não vamos provocar essa discussão.

Senador Gerson Camata, a minha intenção era a de revogar o art. 94 no que se refere a essa questão dos clubes se tornarem empresas. Esse foi o princípio que defendi. Agora, como não queríamos estabelecer uma posição radical, ampliamos por mais um ano, aprofundamos a discussão e, a partir daí, até poderemos revogar isso.

Essa foi a discussão realizada a partir do grande debate ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul. Havia duas propostas: revogar imediatamente isso ou prorrogar. Então, chegamos a um consenso, a uma unanimidade: todos os partidos e clubes entenderam que também seria interessante.

Em relação à questão do bingo, particularmente, aproveitando que V. Ex<sup>a</sup> apresentou a sua sugestão, entendo que se trata de um outro assunto. Tenho uma opinião que estamos até aprofundando, a partir de discussão também.

Ontem, segunda-feira, no Rio Grande do Sul, houve uma grande reunião para debater a questão dos bingos. Esse é um assunto polêmico que tem de ser discutido em um outro momento. Agora, quero lhe dizer que acredito ser um tanto raro neste País vermos que se legalizam as coisas, as pessoas se habilitam, investem e empregam, e, de uma hora para

outra, mandam terminar com um "canetaço". Particularmente, tenho as minhas dúvidas. O que tem de se fazer neste País é fiscalizar o que acontece e o que é permitido por lei, porque ainda não há fiscalização. E, se não há fiscalização, abre-se espaço para todo tipo de contravenção, seja o setor que for. Discutiremos a questão do bingo em um outro dia.

Trouxe um material farto que coloco à disposição, já que o assunto está em pauta, relacionado aos bingos no Rio Grande do Sul. Não podemos generalizar e nivelar por baixo, porque temos de respeitar. São empresários, são pessoas que estão empregando e trabalhando. Agora, se há desvios, se há problemas do ponto de vista ético e moral, enfim, de corrupção, temos de combatê-los.

Penso ser uma medida um tanto precipitada e autoritária o Governo extinguir os bingos por um "canetaço", por medida provisória, porque foi o próprio Governo que apoiou a Lei Pelé, estabelecendo os bingos neste País. Nunca entrei em uma casa de bingo, não sou jogadora. Entretanto, trata-se de um serviço, de uma empresa. As pessoas foram estimuladas a investir e, de repente, surgiu a notícia da extinção por medida provisória. Penso que é necessário um grande debate no País a respeito desse assunto. Não podemos radicalizar assim. Há pessoas que investiram capital, contraíram financiamentos e empregaram pessoal. No que tange ao Rio Grande do Sul – falo do que conheço, já que não posso me referir a todo o Brasil –, talvez não seja a totalidade do Estado, mas arrisco a dizer que 90% trabalham baseados numa visão que, no mínimo, deve ser respeitada. É minha posição. Participei de um debate ontem, inclusive, em Porto Alegre, com a presença de muitos representantes não apenas das instituições, mas dos sindicatos dos esportistas de todas as áreas, que estão recebendo o retorno dos 7% e podem comprovar que, antes dos bingos, não existia canoagem, judô, enfim, nenhum tipo de desporto. Depois, começaram a fazer um trabalho muito diferente.

Destarte, o debate deve ser provocado. Penso que esta Comissão tem esse compromisso, porque aqui votamos a Lei Pelé.

**O SR. EDISON LOBÃO** – V. Ex<sup>a</sup> aborda o problema minuciosamente como se deve apresentar. O que os bingos precisam, de fato, é ser fiscalizados. Serão para o mal se forem mal fiscalizados e para o bem caso sejam bem fiscalizados. Eles prestam um serviço extraordinário. Hoje, cerca de um milhão de brasileiros estão trabalhando em torno dos bingos. Se o fecharmos, extinguiremos um milhão de novos empregos, gerados nessa crise medonha que vivemos.

Nos Estados Unidos, não há atividade mais séria do que a dos cassinos, que são rigorosamente fiscalizados pela receita norte-americana, pela polícia e pelos próprios cassinos. Os acionistas dos cassinos, naquele País, são as grandes corporações e as fundações dos trabalhadores.

Então, é isto que devemos fazer: em vez de extinguir os cassinos, fiscalizá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião. Não sugiro que ele vote a matéria que a Senadora Emilia Fernandes acabou de relatar. Depois discutiremos sobre os bingos.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Na verdade, Sr. Presidente, há no Senado dois projetos extinguindo os bingos. Um deles é de minha autoria, no qual dei entrada no dia 11. Existe também um clone do meu projeto, elaborado pelo meu replicante, o Senador José Roberto Arruda, que transcreve *ipsis litteris* o projeto que extingue os bingos.

Há 18 meses, os bingos existem no País e não trouxeram rigorosamente nenhum benefício para o esporte. Ao contrário, transformaram-se na porta de entrada das máfias italiana e espanhola no Brasil. A sonegação de impostos é absoluta. Eles servem quase exclusivamente para lavagem de dinheiro do narcotráfico, ou seja, do crime organizado. É muito fácil para um bingueiro pagar um suborno por meio da simulação de um ganho numa máquina e lavar a entrada de dinheiro sob o disfarce de venda de cartelas.

Nos Estados Unidos, o bingo – ou o cassino – também não traz vantagem alguma. Visitei alguns cassinos norte-americanos numa época em que, como Governador do Paraná, queria convencer-me da excelência da liberação do jogo no Brasil. A sonegação é aberta. Os cassinos norte-americanos funcionam paralelamente a hotéis, que são independentes. Por exemplo, quando um cidadão brasileiro chega a Atlantic City para jogar num cassino, é imediatamente hospedado numa suíte de 400m<sup>2</sup> a 600 m<sup>2</sup>. Essa é uma oferta do cassino ao jogador, mas ele assina notas referentes aos valores das diárias – aproximadamente US\$700. Uma garrafa de champanha custa US\$500. O cassino paga ao hotel todas essas notas assinadas pelo convidado, fazendo desaparecer o lucro do cassino, que sofre pesado tributo em virtude da legislação americana e esse lucro aparece com uma tributação extraordinariamente menor no hotel.

O problema mais sério não é nem o tradicional jogo de bacará ou **black jack**, a roleta, porque esses não são jogos de massa. Não se pode imaginar, Sr.

Presidente, uma mesa de bacará com duas mil pessoas. O problema mais sério é a máquina, é o caça-níquel, onde se assiste a milhares de pessoas jogando suas aposentadorias, dia e noite, dólar após dólar, fazendo com que desapareça o seu provento numa máquina onde a vitória é impossível e que dá um lucro seguro de 80% para o estabelecimento.

É evidente que numa mesa de bacará, de **black jack**, de baralho, quatro, cinco, dez pessoas poderiam, sem que isso significasse um grande estrago social, perder sua fortuna, seu patrimônio. Mas o jogo de massa, traduzido pelo bingo, pelo bingo eletrônico é um jogo extremamente prejudicial à sociedade. Está na hora de revermos essa experiência trágica, que foi a abertura dos jogos no Brasil.

A Lei Zico abriu, inclusive, as máquinas eletrônicas; a Lei Pelé fechou. Mas eu arriscaria, sem medo de errar, que não existe numa casa de bingo no Brasil que tenha recolhido os tributos corretamente. É um espaço de sonegação. Recentemente, o Ministério Público Federal demonstrou à exaustão, depois de uma revelação feita pela operação "Mãos Limpas", na Itália, que a Máfia italiana e a Máfia espanhola estão dominando o sistema em todo o País.

Não tenho a menor dúvida de formar com a CNBB, está na hora de pôr fim a essa prática que, em má hora, foi instalada no Brasil. E que se consiga para o esporte maneiras mais corretas de financiamento.

Que se aumente a participação das loterias estaduais. Eu pessoalmente sou contra o jogo, sou contra a ilusão a que são levados os pobres para manter a sua satisfação ou a sua passividade diante da exploração e da miséria de seus salários.

Mas as loterias públicas ainda têm, daí sim, uma condição mais séria de fiscalização, e não é absoluta. Conhecemos o caso do "anoão do Orçamento", que ganhava todo fim de semana nas loterias federais e estaduais. Mas o bingo não trouxe nada de positivo para o Brasil, a não ser abrir a porta para os caça-níqueis. É preciso que se entenda que os caça-níqueis vieram depois de um decreto do Presidente Fernando Henrique, em 1998. Diz o Rafael Greca que o Presidente foi induzido em erro. Era preciso saber por quem foi induzido em erro. O decreto abre, depois vem uma Portaria nº 104, que escancara, e depois a negociação já na era do Ministro Rafael Greca, quando a Máfia comprou e redigiu a Portaria nº 23 e uma medida provisória que o Ministro entregou na Casa Civil, que acabou não sendo assinada em função das denúncias italianas.

O assunto é sério e não se fale em emprego, porque senão deveríamos propor também a legaliza-



ção do contrabando de tóxico, da cocaína, que gera centenas de vezes mais empregos que essas malditas casas de bingo por todo o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

**Item 2:**

Projeto de Lei do Senado nº 382, de 1999, estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública. Autor: Senador Geraldo Cândido. Relatora: Senadora Luzia Toledo, que já apresentou seu parecer. O Senador José Jorge apresenta um voto em separado.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na realidade, examinando esse Projeto do Senador Geraldo Cândido, que é um Projeto que tem méritos indiscutíveis e também o relatório da Relatora, eu gostaria de fazer algumas observações. Fiz um relatório por escrito, mas eu gostaria de fazer uma observação mais ampla, porque é uma questão mais técnica que está no meu voto em separado do que quanto ao mérito do projeto.

O Senador Geraldo Cândido, quando apresentou o seu projeto, apenas acrescentou uma palavra ao item 8 do art. 4º da LDB, segundo o qual "atendimento ao educando no ensino fundamental por meio de programa suplementar de material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde". Com o que S. Ex<sup>a</sup> acrescentou, ficou: "Atendimento ao educando no ensino fundamental e médio". Ou seja, o projeto ficou bem mais amplo. Quando fizeram o projeto, fizeram constar na ementa "estabelece a gratuidade de livro didático para aluno da rede pública". Na realidade, a ementa diz uma coisa, e o projeto, outra. O projeto estende o programa suplementar de material didático escolar, de transporte, alimentação e de assistência à saúde ao ensino médio, e não simplesmente o livro didático, que inclusive do ponto de vista da LDB não é o termo técnico usado na legislação. O termo técnico empregado é Programas Suplementares de Material Didático Escolar. Portanto, o material didático é mais amplo do que o livro didático simplesmente. Então, a confusão deste projeto se deve a isto: o projeto diz uma coisa, e a ementa, outra. A justificativa da matéria se baseia praticamente no livro didático, e não no âmbito mais geral, conforme

consta aqui. Inclusive, do ponto de vista do ensino médio, muitas vezes, por exemplo, o transporte é muito importante. Muitos Municípios fazem sistema específico de transporte às vezes mais do que no ensino fundamental, por quê? Porque, no ensino fundamental, as escolas estão mais próximas do aluno do que no ensino médio. Logo, o transporte é muito importante. Esse é o problema do projeto.

A Senadora Luzia Toledo, no seu substitutivo, referiu-se basicamente à questão do livro didático, de acordo com a ementa e a justificativa. Mas não é o que consta do projeto. S. Ex<sup>a</sup> inseriu no item 9: "Distribuição gratuita de livro didático aos alunos do ensino médio público", referindo-se unicamente ao livro didático, e deu um prazo de 90 dias após a data da sua publicação.

Julguei melhor apresentar um substitutivo, porque no item 9 temos a expressão "livro didático", que não é técnica, e também pelo fato de esse prazo de 90 dias destinado à distribuição de livro didático para todo o Brasil ser muito curto, pois, normalmente, o livro didático previsto para ser distribuído leva cerca de um ano em todo o seu processo, já que a escolha do livro tem de ser feita pelo professor, que deve examinar todas as alternativas. O livro tem de ser adquirido de forma centralizada, porque é comprado diretamente das editoras e, depois, distribuído. Logo, é realmente um processo muito mais lento, cuja execução requer mais de 90 dias.

Imaginei apresentar um substitutivo que voltasse à origem do projeto do Senador Geraldo Cândido, que se referia não só a livro didático, como eu já disse, mas a tudo. Como toda a nossa legislação educacional dá prioridade ao ensino fundamental, julguei que não era conveniente que constassem de um mesmo artigo o ensino fundamental e o médio. Propus, então, um outro item, dizendo: "Progressiva extensão ao ensino médio dos programas suplementares a que se refere o inciso anterior". Quer dizer, tudo aquilo que o Senador fez constar originalmente seria feito. Essa expressão "progressiva extensão ao ensino médio", eu tirei da Constituição, art. 208, segundo o qual "o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

1º) Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que não tiverem acesso à idade própria.

Isto é, o item 1 é do ensino fundamental, e o item 2, que é do ensino médio, diz o seguinte:

2º) Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Quer dizer, esta expressão "progressiva extensão" é específica do ensino médio e já vem na Constituição.

Então, desta maneira, creio que voltamos à amplitude do projeto original do Senador Geraldo Cândido e também garantimos a prioridade ao ensino médio, e quando diz "progressiva extensão" significa também que eu posso atender no primeiro ano só ao aluno da primeira série; no segundo ano, da primeira e da segunda; no terceiro ano, da primeira, da segunda e da terceira, isso é que se entende como "progressiva extensão".

Faria, ainda, um apelo à Senadora para examinar e ao Senador autor, e foi essa a idéia pela qual eu apresentei esse substitutivo que eu acho que é um substitutivo mais técnico do que mesmo entra no mérito da questão do desejo do Senador e da Relatora de fazer esse atendimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido. Em seguida, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, parabenizar o Senador José Jorge pela contribuição que deu ao aperfeiçoamento do projeto. É uma grande colaboração, uma grande contribuição, o seu voto aperfeiçoa o projeto. Quero também agradecer e parabenizar a Senadora Luzia Toledo, Relatora.

Entendo que devemos tentar o acordo, porque, na verdade, nosso objetivo aqui é aprovar o que é melhor para o povo, o que facilita, não o que vai dificultar a execução do projeto. Portanto, de minha parte, estou totalmente de acordo com o voto do Senador José Jorge; a Senadora também já se manifestou favorável. Todos estamos de acordo, então quero parabenizar o Senador José Jorge e agradecer-lhe a grande contribuição ao projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, para discutir.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concordo com a modificação feita pelo Senador José Jorge, que faz, tecnicamente, um aperfeiçoamento à Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. E o inciso VIII já traz o atendimento a educando pela distribuição de material didático. Então, a emenda do substitutivo do Senador José Jorge vem para clarear e definir praticamente o que os autores desejam no seu projeto.

Gostaria somente de acrescentar, Senador José Jorge, que, quando estava na direção da Polícia Federal, um dos casos mais escabrosos que acompanhei foi o seguinte: a empresa transportadora que tinha, dentro do prazo normal, que distribuir os livros, simplesmente comprou uma máquina de cortar papel, e livros didáticos de impressão perfeita, com fotografias, mapas foram cortados para ser vendidos a quilo. Foi uma coisa terrível; foi como se estivesse assassinando um grupo de crianças. Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex.<sup>a</sup> para que cobre o resultado desses inquéritos. Estou afastado da Polícia Federal há seis ou sete anos, e até hoje não sei o resultado disso. Para mim, cortar o livro novo e jogar fora é como assassinar uma criança. É importante isso, para que se tenha uma fiscalização efetiva. Eles receberam o dinheiro do transporte e ainda venderam o material a quilo. Quer dizer, deveriam ter prisão perpétua por isso. Desculpem-me.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Na verdade, isso foi um absurdo. Mas isso não acontece hoje em dia, porque a distribuição hoje é feita diretamente pelo correio. Antigamente, era feito o seguinte: centralizavam-se todos os livros de todas as editoras num depósito, para depois classificá-los por escola. Agora não: cada editora manda direto para cada escola pelo correio. Então essa centralização não existe mais. Realmente, isso foi um absurdo que deveria ser punido.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – O Ministro Paulo Renato tem feito um trabalho excelente nesse sentido, para que realmente os livros possam chegar àqueles que deles necessitam, em razão praticamente das suas dificuldades.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de, inicialmente, concordar com a iniciativa do Senador Geraldo Cândido tanto é que emitiu parecer favorável apenas fazendo um substitutivo.

Digo que estou muito satisfeita como educadora quando verifiquei que o Senador José Eduardo Dutra, na verdade, enriqueceu o projeto. Isto é que a sociedade está esperando de todos nós. O projeto apresentado pelo Senador José Jorge muito enriquece, e tanto a minha preocupação quanto a do Senador Geraldo Cândido encontram resposta, principalmente, à questão maior deste País, ou seja, a educação.



Apenas para a discussão concedi noventa dias, porque sei que o processo é demorado e quando chega ao final – como V. Ex<sup>a</sup> muito bem fez a colocação ao Presidente da Comissão, pedindo que os inquéritos sejam realmente apurados. Na verdade, o livro não chega, e a sociedade, mais do que nunca, exige de todos nós uma resposta.

De modo que parabenizo V. Ex<sup>a</sup> e, com a anuência do Senador Geraldo Cândido, concordamos com o substitutivo apresentado pelo Senador José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Esclareço que, em havendo concordância da Relatora, colocaremos diretamente em votação o voto em separado do Senador José Jorge e, por se tratar de matéria nominativa, a votação será nominal.

Em votação.

*(Procede-se à votação nominal.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado.

**Item 3:**

Projeto de Lei do Senado nº 420, de 1999, que inclui no currículo do ensino médio a disciplina "cidadania, direitos e garantias individuais", e adota providências correlatas.

Autor: Senador Djalma Falcão e a Relatora é a Senadora Luzia Toledo, que emitiu parecer pela rejeição.

Com a palavra a Relatora, a Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 420, de 1999, de autoria do Senador Djalma Falcão, propõe a introdução da disciplina "cidadania, direitos e garantias individuais" no currículo do ensino médio.

Pretende-se, por meio de sistematização de conhecimento nessa área, conscientizar o aluno de seus direitos e deveres visando ao fortalecimento de uma consciência de cidadania. Para lecionar essa disciplina, serão contratados professores formados em Direito.

O projeto não recebeu emendas perante esta Comissão no prazo regimental.

Nossa análise.

O Brasil apresenta elevado nível de exclusão social que priva parte da população das mínimas condições de uma vida digna e da participação que lhe compete nas decisões políticas.

A escola tem sua parcela de responsabilidade na correção das desigualdades sociais, por sua importância na preparação dos jovens, para

desempenhar um papel mais ativo e consciente na vida pública.

Contudo, apesar de sua inquestionável relevância, o tema "Cidadania: Direitos e Garantias Individuais" não deve constituir-se em disciplina isolada pela inevitável sobrecarga ao conjunto de matérias impostas ao aluno, especialmente por estar comprovado que currículos amplos e fragmentados dificultam a aprendizagem e levam ao fracasso escolar.

Por essa razão, a pedagogia moderna recomenda a concentração do currículo em disciplinas fundamentais para dotar o aluno de uma sólida base de conhecimento que o torne intelectualmente independente. Nesse sentido, o Ministério da Educação elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, que contêm proposta de temas e áreas para organização de currículos. Nesse documento há um tratamento privilegiado ao que se convencionou chamar "temas transversais", por meio dos quais se propõe fazer a abordagem dos temas sociais de forma integrada e adaptada ao conteúdo das disciplinas básicas e às atividades próprias do cotidiano escolar.

Como os temas sociais permeiam diversas áreas, a abordagem indisciplinar é a mais adequada, por oferecer uma visão orgânica do conhecimento. Da mesma forma, a Resolução nº 15, de 2 de junho de 1998, do Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre a elaboração do currículo do ensino médio, propõe igual procedimento nos temas sociais.

No que se refere ao exercício da cidadania, recomenda a Resolução que todas as atividades da vida escolar, nesse nível de ensino, inclusive a organização curricular, devem ter como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de entidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito político e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do estado de direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano.

Ademais, o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1999, que recentemente recebeu aprovação sob forma de substitutivo nesta Comissão e em Plenário, trata desse mesmo tema de maneira mais adequada e abrangente. Em quinze artigos, divididos em quatro capítulos, dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a Política Nacional em Direitos Humanos, que envolve a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, as instituições públicas e privadas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como as organiza-



ções fundamentais e não-governamentais que atuam na área de educação em direitos humanos.

O PLC nº 3, de 1999, relaciona como objetivos fundamentais a formação para a cidadania, a compreensão integrada dos direitos humanos, o desenvolvimento do espírito crítico, o incentivo à participação social e à superação dos preconceitos, a promoção dos sentimentos de solidariedade, de tolerância e de justiça e a defesa da paz e de autodeterminação dos povos. Os currículos das instituições escolares deverão, segundo o PLC nº 3, de 1999, incluir esse tema na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, no ensino superior e na formação profissional.

Além de estabelecer diretrizes para a educação em cidadania de direitos humanos, a proposição, em seus arts. 9º e 10, dispõe sobre pontos que melhor detalham como será melhor conduzido o processo de aprendizagem nesta área.

"Art. 9º .....

§ 1º A temática dos direitos humanos não deve ser incluída nos currículos educacionais como disciplina específica, exceção feita aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão.

§ 2º As instituições de ensino fundamental e médio deverão:

I – promover a educação em direitos humanos no desenvolvimento de temas transversais, observadas as diretrizes desta lei.

Art. 10. O estudo de temas relativos aos direitos humanos devem ser incluídos nos cursos de formação de professores de todos os níveis e modalidades de ensino.

Como se pode observar, o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 3/99 estabelece que educação em direitos humanos ocorra na forma de temas transversais e não por meio de disciplina isolada e que seja oferecida a todos os professores a formação necessária para compartilharem na responsabilidade de lecionarem esse tema.

Tais determinações colidem com o disposto no Projeto de Lei do Senado nº 420/99 estabelecimento de disciplina específica e exigência de professores com graduação em Direito.

Considerando, pois, a inadequação da proposição em análise aos princípios pedagógicos atuais, a orientação curricular adotada pelo MEC e a legislação vigente, bem como a recente aprovação do Substitutivo do PLC nº 3/99, que aborda, com propriedade e abrangência, o tema da educação em direitos humanos e cidadania, somos de parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 420/99.

Esse é o nosso parecer e gostaria de dizer que eu mesma apresentei aqui um projeto de lei exatamente nesse sentido, sobre os símbolos nacionais. Coloquei como uma matéria transversal, por quê? Porque todos os professores, na verdade, poderão abordar a questão que hoje é premente nas nossas escolas e no nosso País, que é o amor ao País, à Pátria, desenvolvendo exatamente os símbolos nacionais, já que hoje nas escolas as crianças não cantam mais o hino nacional e muito menos conhecem sua letra.

Esse projeto de lei de minha autoria está tramitando aqui e darei uma entrevista, hoje, sobre este assunto. Coloquei que todos os professores pudessem realmente falar sobre os símbolos nacionais, procurando conscientizar os alunos sobre sua importância.

Por isso, acredito que cidadania como matéria específica representa mais gastos e sobrecarregará o aluno. Por isso, o meu parecer é pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – O parecer é contrário. Em discussão.

Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes para discutir.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, o mérito do projeto é do Senador Djalma Falcão. É importante que se atente às considerações feitas pela Senadora Luzia Toledo.

Esta Comissão já aprovou, inclusive neste ano, fui a Relatora, um projeto que veio da Câmara, do qual foi feito um substitutivo, trabalhando dentro das novas orientações oferecidas pela LDB sobre temas semelhantes a esse, como a questão do meio ambiente, direitos humanos – e agora a Senadora Luzia Toledo fala nos símbolos nacionais. Então, é uma orientação da própria Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional que esses temas não se constituem em disciplinas, mas que sejam temas transversais a serem abraçadas pela escola e todos os professores para trabalharem por dentro de suas disciplinas. Senão chegará uma hora em que não haverá carga suficiente dentro do currículo escolar.

Agora, o mérito é fundamental, o projeto foi aprovado nesta Comissão, no Plenário e retornou à Câmara porque sofreu modificações aqui nesta Comissão. Então, estaríamos legislando sobre o mesmo tema, no mesmo ano e nos contrapondo ao que esta Comissão já aprovou. Então, somente por isso, cabe o arquivamento. Porque o mérito é importantíssimo. O Senador Djalma Bessa teve a iniciativa que acho foi fundamental. Mas, paralelamente a isso, mais adiantado o projeto estava na Câmara e, então, chegou aqui e retornou.

Mas creio que é importante registrar que precisamos trabalhar urgentemente a questão dos direitos humanos dentro das escolas, como forma de desenvolver valores, cidadania, solidariedade e, principalmente, a visão do aluno diante de toda essa questão de desafio da sociedade brasileira.

Parabéns ao autor e à Relatora, pelo estudo qualificado que fez, alertando-nos a tempo para que não entrássemos até em contradição.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vou colocar em votação nominal.

**O SR. GERSON CAMATA** – Com a Relatora.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, em vez da rejeição não poderia ser pelo arquivamento? É uma pergunta que consulto à Mesa. Creio que seria pelo arquivamento, tendo em vista que matéria semelhante foi votada e aprovada nesta Comissão. Porque não seria uma rejeição do projeto; seria a prejudicialidade do projeto, algo nessa linha.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Se a Relatora concordar, muda-se o termo do parecer.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, concordo. A Senadora Emilia Fernandes dá uma contribuição. Creio que o arquivamento fica até mais delicado.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Prejudicialidade é o termo correto. O parecer é pela prejudicialidade do projeto.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Não há problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – A Relatora, portanto, vai fazer a modificação.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Concordo e faço a alteração. Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Vou proceder à votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado, portanto, o parecer da Senadora Luzia Toledo.

**O SR. AGNELO ALVES** – Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, voto com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Permito, com todo o prazer.

**O SR. AGNELO ALVES** – Então, muito bem. Voto com a Relatora, nos termos pronunciados pela Senadora Emilia Fernandes.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado, portanto, o parecer da Senadora Luzia Toledo.

#### **Item 4:**

Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999, denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro Jardim Américo e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, como Mário Gurgel.

Autor: Senador Gerson Camata.

Relatora: Senadora Luzia Toledo.

Concedo a palavra à Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho por esse projeto uma satisfação peculiar, considerando que é um projeto apresentado pelo Senador Gerson Camata, e ambos temos, com certeza, o mesmo interesse em vê-lo aprovado.

Então, vem a esta Comissão de Educação para apreciação em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 339, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata. A iniciativa tem por objetivo denominar Avenida Mário Gurgel o trecho da BR-262 situado entre o Bairro Jardim América e o trevo da Ceasa, no Município de Cariacica (ES).

Em sua justificativa, afirma o autor que Mário Gurgel foi um dos homens públicos mais ilustres da história do Estado do Espírito Santo, onde exerceu diversos cargos eletivos até seu mandato de deputado federal ser cassado pelo regime militar. Ao retornar às atividades políticas, na década de 80, destacou-se como um dos maiores especialistas do País na defesa da causa da infância e da juventude. Em exame na Comissão de Educação, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

Nossa análise: ademais, ao denominar Avenida Mário Gurgel uma das vias estruturais no Município de Cariacica, estamos contribuindo para a preservação da memória de um dos homens nobres representante do nosso Estado. Trata-se de uma modesta homenagem a um homem cuja atuação brilhante na defesa de nossos jovens é um modelo a ser seguido. A designação de vias e estações terminais no Plano Nacional de Viação tem sua base jurídica na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, a qual estatui que as estações terminais, obras de arte e trechos de vias do sistema nacional de transporte terão denominação consoante com a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação. Define ainda que, mediante lei especial, um trecho de rodovia poderá ter supletivamente a designação de um fato histórico ou de um nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à humanidade. Em ambos os casos dispõe a lei que será ouvido previamente o órgão administrativo competente.

A proposição visa, efetivamente, a conferir denominação suplementar ao trecho da rodovia em questão, mantida sua designação oficial – BR-262 –,

definida no Plano Nacional de Viação (PNV). O PLS nº 339, de 1999, portanto, atende plenamente aos princípios de constitucionalidade e juridicidade requeridos. Não obstante o inequívoco mérito da proposição, recomendamos a supressão da cláusula revogatória com vista à melhor adequação do texto ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Nosso voto: em razão dos argumentos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 339, de 1999, com a seguinte emenda: suprima-se o art. 3º do projeto.

É o nosso parecer.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de dizer que parece que vejo Mário Gurgel neste momento. Ele não foi um homem comum, conforme justificou de forma brilhante o Senador Gerson Camata, que com ele conviveu muito mais do que eu. Tive tempo de conviver com toda a sua família, inclusive com sua esposa. Ele foi um abnegado da política. Fez de si próprio uma doação não apenas para a política, por isso foi cassado pelo regime militar. Morreu pobre, absolutamente pobre, e quando foi cassado, Senador Gerson Camata – eu era adida do Governo do Estado do Espírito Santo no Rio de Janeiro –, aquele homem, que passou pela Assembléia Legislativa de forma brilhante, que foi prefeito de Vitória e, posteriormente, deputado federal cassado, foi vender cadaço para sobreviver. Assim, a homenagem, como disse V. Ex<sup>a</sup>, é pequena, menor do que ele foi, mas é muito importante, porque ele tinha por Cariacica, Município da grande Vitória, um grande interesse.

Sr. Presidente, eu me estendi um pouco devido à emoção, pois Mário Gurgel não foi um homem comum. Foi um abnegado da política. Quando não se falava em criança e adolescente, no Estatuto da Criança e do Adolescente ele já era uma figura que, na verdade, fez a doação de sua vida em função da criança e do adolescente.

Portanto, meu parecer é favorável, e com muita satisfação.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

*(Procede-se à votação)*

Aprovado o parecer.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para uma questão de ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, tendo em vista todos terem os avulsos sobre a bancada, sugiro, para melhor aproveitarmos o tempo, já que teremos várias votações nominativas, que passemos, de imediato, à leitura do voto, evidentemente fazendo um preâmbulo explicativo antes de ler o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Consulto ao Plenário se todos estão de acordo. (Pausa.)

De minha parte, tudo bem, já que nos avulsos contém toda a argumentação e o parecer integral dos respectivos relatores.

#### **Item 5.**

Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, que dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Emigrante Italiano" e dá outras providências.

Autor: Senador Gerson Camata.

Relatora: Senadora Luzia Toledo, a quem passo a palavra.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, vou me ater apenas ao voto.

A proposta de instituímos o "Dia Nacional do Emigrante Italiano", feita pelo Senador Gerson Camata – que é de família italiana – já é antiga aqui no Senado Federal, pois data de 1990.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Lei do Senado nº 340/99, nos termos das emendas que ora oferecemos.

Emenda nº 1:

O art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino público e particular, nos níveis fundamental e médio, incluirão em seus calendários comemorativos eventos ou atividades alusivas à data.

De conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 340/99.

Sr. Presidente, voto favoravelmente à instituição do "Dia Nacional do Emigrante Italiano".

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, o apreço que o Brasil todo tem pelo Espírito Santo se deve a vários fatores, a várias causas. Uma delas é o fato de



que o Espírito Santo dá ao Brasil Parlamentares como a Senadora Luzia Toledo e os Senadores Gerson Camata e Paulo Hartung, que fazem parte dessa plêiade de grandes Senadores que o Espírito Santo dá ao Brasil.

De outra parte, há uma obra extraordinária de Graça Aranha, que é **Canaã**, contando a imigração alemã, os episódios dramáticos e trágicos no Espírito Santo. Então, o Espírito Santo, realmente, é um repositório da História do Brasil. As nossas homenagens nunca serão suficientes, Sr. Presidente, ao Estado do Espírito Santo.

Só faço a seguinte indagação. A imigração italiana se deu em vários Estados brasileiros, a partir da década de 70 do século passado. Pergunto, então, à Relatora, se essa é a data do primeiro desembarque no Estado do Espírito Santo ou do primeiro desembarque no Brasil do processo de imigração autorizado pelo Imperador Dom Pedro II.

**O SR. GERSON CAMATA** – Quero aproveitar a oportunidade, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, porque fui o autor. Apresentei dois projetos agora. Um, do Mário Gurgel, que foi uma homenagem que esta Comissão e o Senado prestam a um grande Deputado, foi o primeiro Prefeito negro de Vitória, o primeiro Deputado Federal negro do Espírito Santo, cassado, perseguido – e vieram aqueles pedidos que chegam muito por carta.

Sobre essa data, ela foi da primeira imigração organizada, com o consentimento do governo italiano e do Império do Brasil, que chegou ao Brasil. Essa foi a primeira. Chegou exatamente no Porto de Aracruz, no Espírito Santo.

Outras imigrações ocorreram, mais esparsas. Mas a primeira organizada, em que o Império do Brasil começou a aceitar imigrantes italianos, a partir da era feita em Gênova, organizada com representante do governo italiano. E dizem até que estavam indo para São Paulo e erraram o caminho, mas gostaram tanto do Espírito Santo que acabaram ficando por lá.

Agora, se aparecer um historiador que me diga que houve outra, também aceito.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, como essa é uma questão polêmica talvez não resolvida, peço vista.

**O SR. GERSON CAMATA** – Isso tem o Pedro Simon atrás, porque da outra vez ele pediu vista também.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não, se já foi pedido vista uma vez, não tem cabimento, Sr. Presidente.

**O SR. GERSON CAMATA** – Não, não. Foi pedido vista há quatro anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Não agora, Senador. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser, posso concedê-la a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERSON CAMATA** – Mas pode pedir outra vista?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Peço vista, isso não é protelatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Pedido de vista concedido ao Senador José Fogaça.

Item 6 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 502, de 1999, que denomina Rodovia Luiz Carlos Prestes o trecho que especifica da Rodovia BR-020, e dá outras providências.

O autor é o Senador Luiz Estevão e Relator o Senador Lúcio Alcântara, a quem concedo a palavra para proferir seu parecer.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o patrono do trecho da rodovia já fala por si mesmo, não há necessidade de me alongar. Quero apenas pedir um esclarecimento e fazer dois comentários.

Primeiro, acho que devemos ter cuidado, porque, no caso, observei com atenção, é um trecho relativamente longo, de Brasília a Formosa, para não estarmos fatiando pequenos trechos de rodovia, dando denominações. Segundo, não sei bem por que denominação de rodovia vem para a Comissão de Educação. Regimentalmente, não sei qual é o motivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com relação a este caso, ele é despachado pela Mesa, vem sempre para cá.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sei disso. V. Ex<sup>a</sup> está apenas dando curso a uma decisão da Mesa. É que, de repente, eu me dei conta, talvez pelo número de projetos que tem hoje aqui dando denominação de trechos de estradas e, vamos dizer assim, o embasamento legal no parecer é o plano de viação, tenho a impressão de que é mais coerente que se mande isso para a Comissão de Infra-Estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Ou no mínimo para as duas.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Embora haja uma didática muito grande ao fazer as pessoas conhecerem quem foi Mário Gurgel, Luiz Carlos Prestes, Hélio Campos, de Roraima. Só se é por isso.

**O SR. AGNELO ALVES** – Parece que V. Ex<sup>a</sup> não conhece, porque demorou a encontrar o sobrenome dele. (Risos.)

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ex-Deputado Federal, ex-Governador de Roraima, Brigadeiro da Aeronáutica. Estou afiado! E Senador, infelizmente,

por poucos meses, porque deu lugar ao Senador João França, seu suplente.

Considero a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura muito mais apropriada para a apreciação dessa matéria. Grande parte das rodovias – como, me parece, foi o caso em que votei a favor de Mário Gurgel – já estão na rede urbana. Prestem atenção que deram nome de avenida. Avenida é federal. Há até um conflito de jurisdição, de município. O nome dado é Avenida Mário Gurgel.

**O SR.** – Porque ela é duplicada e atravessa toda a área urbana.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Já votei a favor e está aprovada. (Risos.) Não se trata mais de me convencer. Já estou convencido.

Estou levantando o assunto para justificar minha dúvida sobre ser esta a Comissão mais apropriada. Nem sou membro da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, infelizmente. Eu gostaria muito de estar lá presidido pela Senadora Emilia Fernandes. Tenho a impressão de que é a comissão mais própria para tratar da denominação de rodovias.

Em todo o caso, sou favorável. É uma grande homenagem que está-se fazendo a Luiz Carlos Prestes, até porque uma parte coincide com o trecho da Coluna Prestes. Portanto, meu voto é a favor. Espero que a votação seja unânime.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, com esse alerta, na condição de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, recomendaremos à Mesa que esse tipo de matéria vá à Comissão. É até uma forma de aliviar e contrabalançar as pautas das comissões. Se não for possível, se for regimental a apreciação pela Comissão de Educação, tentaremos fazer alguma modificação ou pediremos que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura também analise essas matérias, para que não haja nenhuma dúvida em relação à avenida, a trechos e etc. Os assuntos transportes e rodovias são tratados na nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – É uma questão que poderia ser levantada de agora em diante. Mas a Comissão de Educação tem de se manifestar sobre o que já está aqui.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Exato.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, é plenamente legal e válida a iniciativa de denominar trechos de rodovias. Não há nenhuma objeção a isso. O que não está sendo enfatizado e relevado é a exigência da lei de que seja ouvida a repartição pública administrativa competente: no caso, no Ministério dos Transportes, o DNER. Tal exigência não tem constado dos pareceres. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, a partir de agora, faça constar que o Relator deve solicitar o parecer do DNER quanto à propriedade, à justeza...

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – E a informação porque, às vezes, é realmente um trecho já urbano.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Um trecho já urbano. Pode caracterizar uma avenida transversal numa capital, numa cidade grande, causando um transtorno depois quanto aos problemas administrativos.

Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> que determine como norma da Comissão que os Relatores façam a consulta ao competente órgão administrativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Submeto sua sugestão ao Plenário da Comissão.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, parabéns ao Senador Lúcio Alcântara, Relator do projeto que homenageia um dos maiores brasileiros: o Senador Luiz Carlos Prestes, patriota, lutador, revolucionário, estadista. Ele realmente merece essa homenagem. Ergueremos, no Rio de Janeiro, um monumento em homenagem à memória do grande brasileiro Carlos Prestes. Embora tenha tido alguns problemas, isso não lhe tira o grande mérito de grande patriota e lutador. Muito pelo contrário, não o desonra.

Parabéns ao Senador Luiz Estevão, que não está presente, e ao Senador (inaudível)

**O SR.** – (Fora do microfone).

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Exatamente. Essa foi uma epopéia de três anos pela Brasil afora, de norte a sul, uma grande coluna.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Meu voto é favorável – pelo autor, pela relatora e também pelo



homenageado. Acho que o Brasil está devendo uma homenagem muito grande, plena, a Luiz Carlos Prestes, um brasileiro que abriu mão de todo o seu futuro em nome de um ideal. Pode-se dele discordar ou com ele concordar, mas todos os seus companheiros, aqueles de sua geração, chegaram onde Lula não chegou. Ele abdicou de chegar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ainda pode chegar.

**O SR. AGNELO ALVES** – Perdão, ainda não chegou.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O Presidente do Uruguai disputou eleições quatro vezes...

**O SR. AGNELO ALVES** – Olhem o vaticínio do nosso Senador Lúcio Alcântara: o Presidente do Uruguai chegou na quarta tentativa. Lula já fez a terceira. Quem sabe?

**A SRA. MARINA SILVA** – Só uma observação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra à Senadora Maria Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Eu não vou aqui repetir os méritos que o nosso saudoso Luiz Carlos Prestes tem com relação à história brasileira da democracia, em defesa de uma sociedade justa e igualitária. Nem todos aqueles que sonharam tiveram a oportunidade de ver seus sonhos realizados. Nem por isso, eles são menos merecedores das nossas homenagens. Existem pessoas que a vida toda sonharam, que a vida toda foram formular utopias e que no seu tempo não foram capazes de vê-las realizadas. Isso não interessa. O que interessa é que a história é um processo continuado e que dialeticamente aqueles que não permitem o assassinato dos sonhos poderão vê-los realizados no futuro. Pode ser que Lula não veja seus sonhos se realizarem, mas, com certeza, sempre haverá um espaço na história para que se realizem os sonhos daqueles que são a favor da justiça social e da democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung.

**O SR. PAULO HARTUNG** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu, que tenho freqüentado pouco a Comissão de Educação, confesso que não há nenhuma comissão na Casa tão animada como esta ilustre Comissão.

Eu queria me associar às palavras que já foram proferidas com relação à figura de Mário Gurgel. Tive oportunidade de apor o meu voto favoravelmente a essa iniciativa do Senador Gerson Camata. Sei que Mário Gurgel é pouco conhecido nesta Comissão, mas ele foi uma daquelas figuras que re-

presentaram a população do nosso Estado, foi prefeito da capital, como eu também tive oportunidade de ser prefeito da capital. No momento de implantação do regime militar, Mário Gurgel teve a coragem, o destemor de reagir à pressão daqueles que oprimiam, que perseguiam e puniam. Muitos mudaram de lado de forma conveniente, mas ele resistiu. Era um homem simples e morreu simples. Um homem que teve uma vida pública exemplar, importante, um líder popular, carismático e que terminou a sua vida de forma humilde, simples e sem posses.

Queria aproveitar esta oportunidade para reforçar essa proposição, essa homenagem muito simples que foi apresentada aqui pelo Senador Gerson Camata, numa atitude de grande sensibilidade.

Queria também me associar às palavras que foram proferidas em relação a esse grande líder popular que foi Luiz Carlos Prestes. De certa forma, ele iluminou a caminhada de muitas gerações de homens e mulheres em nosso País, gerações que sonham, que carregam a utopia, na sua ação política, de ver este País menos desigual.

Um país que tem um abismo entre ricos e pobres que alguns já chamaram de "Belíndia", por caber dentro dele uma Bélgica de uma minoria rica e uma Índia de uma imensidão de pobres e desvalidos, analfabetos, sem acesso sequer aos bens que produzem.

Esta Comissão presta uma homenagem muito simples, mas muito importante, a esses heróis do povo. Os heróis do povo, em nosso País, normalmente não têm um lugar de destaque na nossa história, que é ocupado pelos heróis da elite dominante que aqui mandaram o tempo todo, tornando o Brasil um dos países mais desiguais de todo o mundo. Li os dois relatórios da Comissão Mista que estudou as causas da miséria e da pobreza no Brasil, o do Relator e o da Bancada do Partido dos Trabalhadores. E isso nos desafia, aliás, desafia gerações.

Por isso, como líder do PPS, quero reforçar essa homenagem, que é importante, porque aos poucos – a Senadora Marina falou com muita clareza – vamos escrever a outra história do País. E essa história terá, com letras garrafais, nomes como o de Luiz Carlos Prestes\*, Lula e de muitos brasileiros importantes no campo do pensamento político, da militância, da intelectualidade, da vida, do trabalho e assim por diante.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não quero perder a oportunidade, Sr. Presidente, porque, realmente, o nome de Luiz Carlos Prestes é mais do que um sím-



bolo, é um valor moral e político que não pode ser desprezado nem desprestigiado. Talvez o que tenha de mais importante na pessoa de Luiz Carlos Prestes não seja o fato de, nos idos de 1924, num quartel da cidade de Santo Ângelo, como tenente, ainda não adepto da filosofia e da ideologia comunista, mas tão-somente um tenente rebelde, tenha se rebelado, com Cordeiro de Farias e outras figuras heróicas do nosso País, verdadeiros emblemas da história brasileira, contra o poder central: o Governo do Presidente Arthur Bernardes.

Na verdade, a figura de Luiz Carlos Prestes, para mim, tem um valor inestimável do ponto de vista da avaliação de todos os quadros revolucionários deste País, porque ele e o seu Partido, o Partido Comunista Brasileiro, demonstraram que a história não começou com eles. Essa grande consciência da sua participação num processo histórico é o grande marco, a grande lição definitiva de Prestes para as esquerdas do Brasil. Prestes sempre mostrou claramente, em cada passo e a cada momento, que a história não havia começado com ele. Outros brasileiros, antes dele, haviam se dedicado à causa do socialismo, à causa do sindicalismo, e haviam morrido nessa luta. Portanto, ele era apenas alguém que se inseria nesse processo.

E essa consciência profunda de que a história não havia começado com ele dá a Luiz Carlos Prestes, sem dúvida alguma, o papel e a condição de o maior nome e o mais importante entre todos os nomes que a esquerda produziu no Século XX no Brasil. "A história não começou comigo." E mais. Ele provou tão claramente isso que, logo após o Presidente Getúlio Vargas ter mandado a sua mulher de volta para a Alemanha, possivelmente sendo submetida às atrocidades do nazismo, ele, tendo sofrido amargamente por isso, tendo sofrido duramente por isso, tendo sido atingido na sua carne e no seu espírito por essa dor imensa de ver sua mulher de novo entregue ao governo alemão, ele mesmo assim apoiou Getúlio Vargas; e apoiou porque naquele momento, na perspectiva de luta, na perspectiva da história, na perspectiva do processo político, aquela era a opção que fazia avançar.

Acho que essa lição, esse legado de Luiz Carlos Prestes o torna definitivamente como o nome mais fulgurante e mais notável das esquerdas do Brasil no Século XX.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vamos colher os votos dos Srs. Senadores.

*(Procede-se à votação.)*

Aprovado.

Item nº 7. Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1999, denomina-se Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, Uned de Colatina. Autores, Senadora Luzia Toledo e Senador Gerson Camata. Relator Senador Paulo Hartung, a quem concedo a palavra para apresentar o seu parecer.

**O SR. PAULO HARTUNG** – Sr. Presidente Freitas Neto. Primeiro queria agradecer a V. Exª por ter despachado esse processo para que eu pudesse ser o Relator do mesmo.

Queria parabenizar a Senadora Luzia Toledo e o Senador Gerson Camata por essa homenagem que prestam ao capixaba ilustre, que honrou o nosso Estado com sua passagem na vida pública, particularmente, com sua passagem no Senado. O Senador João Calmon fez de sua bandeira, ele que foi Presidente desta Comissão, a educação. Vendo a dificuldade de os homens públicos entenderem que essa, a educação, deveria ser uma prioridade nacional, ele passou a lutar pela vinculação de recursos públicos na Constituição Federal. Todos sabem, pelo menos os que conhecem a boa técnica administrativa e gerencial, que a vinculação não é o melhor caminho para execução orçamentária. Na verdade, o País não deveria depender de vinculações para ter o sentido de prioridade, mas isso não acontece no nosso País e a vinculação dos recursos para a educação, somado agora ao Fundef\*, acho que foram medidas importantes no sentido de priorizar a educação e, particularmente, o ensino fundamental.

Por isso, acho que essa homenagem é mais que justa.

Não vou me alongar, evidentemente, a reunião da Comissão já avançou muito na hora e no tempo, mas quero dizer da satisfação que sinto, como capixaba, de poder relatar essa simples homenagem.

E, para nós que estamos colocando um pé no próximo milênio, nós que estamos vivendo uma nova revolução, que é a revolução científico-tecnológica, nós que estamos vendo que o valor maior da sociedade, no presente, não é mais um pedaço de terra ou um prédio construído, mas simplesmente o conhecimento, o saber. Homenagear João Calmon é homenagear uma trajetória pública ímpar na vida do nosso País e, ao mesmo tempo, homenagear uma bandeira que vamos continuar hasteando. Estamos muito atrasados na direção de uma educação pública de qualidade, mas tenho certeza de que, lutando, vamos

construí-la, proporcionando ao povo um benefício fundamental no mundo moderno, qual seja, a igualdade de oportunidades para homens, mulheres, ricos, pobres, negros, brancos, índios. E a possibilidade de igualdade de oportunidade no mundo moderno depende principalmente de uma escola pública qualificada que permita a todos o acesso ao conhecimento, o maior patrimônio que o homem e a mulher podem ter nesse final de milênio e no início do próximo milênio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, primeiro orador inscrito. (Pausa.)

Com a palavra o Senador José Fogaça, para discutir.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Muito obrigado. Vou ser breve. Estamos na Sala João Calmon, Sala da Comissão de Educação. É sempre conveniente lembrar que o Senador Hugo Napoleão, aqui ao meu lado, foi o autor da proposição. Qualquer homenagem que façamos ao Senador João Calmon sempre será justa e merecida. Eu, particularmente, que fui seu amigo e o acompanhei quotidianamente aqui, como seu colega nesta Comissão e nesta Casa, devo dizer que nunca me sentirei inteiramente quitado com a sua memória, nunca me sentirei inteiramente correspondendo ao que ele foi, por mais votos que dê favoráveis a estas homenagens.

Este voto, eu o dou com a consciência de que se trata de uma proposta extremamente justa. Estive com ele lá no seu Estado do Espírito Santo uma vez e ele me levou a peregrinar por escolas, por unidades de ensino que ele havia apoiado, havia prestigiado, havia, enfim, incentivado, demonstrando o seu enorme amor pela educação.

Então, repito, Sr. Presidente, nunca me sentirei inteiramente quitado com a sua memória, com a história de João Calmon, por mais votos que dê a favor de homenagens a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador Hugo Napoleão para discutir, e, a seguir, o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero agradecer a referência feita pelo Senador José Fogaça. Digo à Senadora Luzia Toledo e aos Senadores Gerson Camata e Paulo Hartung que efetivamente foi de minha autoria o projeto de resolução, afinal aprovado pelo Plenário do Senado Federal, dando o nome de João Calmon à sala desta Comissão.

Gostaria de fazer um pequeno registro, uma referência a este homem extremamente preocupado

com a educação no País. Recordo-me de que, ainda sob a égide da Constituição de 1967, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 11, antes de votarmos a Constituinte, ele foi o autor da vinculação dos 13% do Orçamento da nação para a educação.

Quando fui Ministro da Educação, recebi várias visitas dele. E eu mesmo convidava o Senador João Calmon a conversar comigo, para que ele pudesse transmitir luzes, como de fato transmitiu. A uma delas, e somente a esta, vou me referir para dar a dimensão da grandeza deste homem que eu homenageei por ocasião de sua morte, com muito sentimento evidentemente. Levou-me o Senador João Calmon, ao Gabinete do Ministério da Educação, um livro do um Secretário de Educação dos Estados Unidos, H. T. Bell, intitulado "Uma Nação em Risco", considerando que o ensino de inglês estava deficiente nos Estados Unidos e que a primeira providência, para o acesso à cultura, para o acesso a uma sólida base humanística, seria o estudo da língua.

Conversei à época com o Presidente da República, hoje nosso colega Senador José Sarney, mostrando a importância de fazermos do Português uma matéria no vestibular com características de obrigatoriedade e eliminatória. O Presidente foi sensível e compreendeu. Na minha gestão, introduzimos o Português com essa característica.

Lembro-me de que, numa ocasião, um professor de Educação Física perguntou: "Por que se precisaria da Língua Portuguesa no vestibular para os cursos de Educação Física?" Isso saiu na imprensa, e ele mesmo foi contraditado por diversas outras opiniões. O Português é, indubitavelmente, indiscutivelmente, um passaporte para a cultura.

Essa foi uma contribuição marcante do Senador João Calmon, a quem, com muita saudade, rendo homenagem, votando a favor da Escola de Colatina, pela qual S. Ex<sup>a</sup> tanto lutou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, acompanho essas justas e merecidas referências feitas pelos que me antecederam, porque meu silêncio poderia demonstrar que, embora votando favoravelmente, não desejasse expressar a mesma admiração pela figura do Senador João Calmon, que tem vínculos cearenses.

O Senador João Calmon, durante uma certa etapa da sua vida, dirigiu as empresas associadas no Ceará e, lá, conheceu aquela que se tornou sua esposa, D. Maria Terezinha Santiago Calmon, o que sem-

pre o manteve muito ligado ao Ceará. Inclusive, como sucessor de Assis Chateaubriand à frente dos Diários Associados, S. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade de concluir um grande empreendimento no Ceará que ainda hoje presta relevantes serviços à comunidade, a chamada Maternidade Escola Assis Chateaubriand. Assis Chateaubriand compareceu à inauguração daquela maternidade em cadeira de rodas, já vitimado por aquela doença neurológica que o limitou muito do ponto de vista físico.

Tive o privilégio de ter uma certa convivência pessoal próxima com o Senador João Calmon antes mesmo de ter chegado ao Senado, daí por que posso fazer coro com os que se associam a essa homenagem prestada no Espírito Santo, dando seu nome a uma escola técnica, o que fica muito bem para sua trajetória política de homem público, vinculado visceralmente à questão da educação. Não se poderá falar em educação no Brasil, agora e no futuro, sem mencionar o extraordinário trabalho feito por João Calmon. Essa homenagem é uma das muitas que se prestaram e que serão prestadas à memória de João Calmon, pelo excelente trabalho que fez em prol da educação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, endosso as palavras dos Senadores que se referiram ao Professor e Senador João Calmon. Lembro o seu carinho, a sua amizade e a forma como tratava seus colegas neste Senado.

Quando aqui cheguei, S. Ex<sup>a</sup> não era mais Senador, mas ocupava sempre uma cadeira ao fundo do plenário do Senado e discutia a LDO na relatoria do também saudoso Professor e Senador Darcy Ribeiro. Ficava algum tempo conversando com o Professor João Calmon pelos profundos conhecimentos que tinha na área da educação. S. Ex<sup>a</sup> foi, sem dúvida nenhuma, meu grande orientador nas votações que se deram durante a discussão dessa lei tão importante para o ensino brasileiro.

É justa a homenagem da Senadora Luzia Toledo e do Senador Gerson Camata. É redundância dizer que são justos porque é permanente essa iniciativa desses Senadores quando querem referir-se àqueles que realmente deixam seus nomes escritos na história do nosso País. É uma homenagem não de tristeza, mas de alegria e de saudade do Professor João Calmon. Endosso todas as palavras do que se falou a respeito desse grande brasileiro, Professor João Calmon.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Está ainda inscrito para discutir o Senador Djalma Bessa.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, entendo que o silêncio, no caso, é uma manifestação da vontade favorável à homenagem. Entretanto, penso que é pouco, homenageando-se um político da envergadura do Senador João Calmon. S. Ex<sup>a</sup>, desde cedo, fixou o seu objetivo, a sua caminhada, a sua missão e, na verdade, lutou, como um bravo, por melhorar a situação da educação no País. Lutou e venceu. Lutou, portanto, o bom combate, disputou a boa luta e foi vitorioso. Esta homenagem, se se pensar o trabalho que S. Ex<sup>a</sup> fez durante a sua atividade no Congresso – tive o privilégio de ser seu colega como Congressista –, é, realmente, um marco que serve de exemplo para tantos outros políticos abnegados.

O Senador João Calmon, portanto, está a merecer desta Casa, do Estado do Espírito Santo, do Brasil a maior gratidão e homenagem, porque hasteou a bandeira da educação, sem a qual não há progresso, desenvolvimento, saúde, prosperidade, não há nada. Um país sem educação é um país sem rumo e sem perspectiva. Essa bandeira, portanto, que S. Ex<sup>a</sup> hasteou há de ser de um exemplo. E esta Casa, votando este projeto, nada mais faz do que um simples agradecimento a um homem que, pela altitude e pelo movimento que fez, está a merecer um agradecimento com a maior pompa, com a maior gala e a maior homenagem.

Portanto, associo-me aos demais colegas nesta homenagem, que há de servir de exemplo para tantos outros políticos de escol neste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão.

Com a palavra, a Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Rapidamente, Sr. Presidente. Sei que todas as homenagens já foram feitas pelos que me antecederam, e, como já estamos às 13h25min, gostaria apenas de dizer que não consigo imaginar o que seria do ensino brasileiro, se não fosse a atitude do Senador Calmon em fazer a proposta de emenda à Constituição, vinculando recursos direcionados para a educação. Com certeza, em que pesem todos os problemas que enfrentamos no ensino brasileiro, a situação, em termos de recursos, é superior a qualquer outra atividade de prestação de serviço por parte do Governo que posamos avaliar. De sorte que a homenagem é justa.

Tive a oportunidade de, à semelhança do Senador Romeu Tuma, avistar-me em algumas oportunidades com o Senador João Calmon. Fiquei muito feliz de ter tido a oportunidade de nesta Casa ainda



ter podido relacionar-me, ainda que de uma forma muito breve, com o Senador João Calmon, com o Senador Darcy Ribeiro e com o também saudoso Deputado Florestan Fernandes. É justa a homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Continua em discussão.

Com a palavra, a Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Há mais alguém inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Não.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu apenas quero fazer uma pequena manifestação. Tive o privilégio, nesta Comissão, no dia 27 de outubro, quando foi inaugurada esta galeria, de falar sobre a vida do Senador João Calmon. E falar de João Calmon, para mim, é fazer um retrospecto da história da educação neste País, porque S. Ex<sup>a</sup> realmente travou essa luta e não mais se preocupou com nenhuma outra que não fosse a Educação. Ele lutou muito por essa Escola Técnica de Colatina,... A luta maior quando se tratou, por exemplo, sobre os percentuais – talvez, ele tenha conseguido de uma forma mais fácil do que a rubrica, para fazer escola técnica, em Colatina. Eu tenho absoluta certeza de que onde ele estiver, estará muito feliz com esta homenagem qual seja a de colocar o seu nome na Escola Técnica de Colatina, e muito mais feliz, com as palavras dos Senadores, aqui, nesta reunião.

Quero dizer da minha satisfação em ter tido a iniciativa junto com o Senador Gerson Camata, de colocar o nome dele, naquela Escola. É uma homenagem simples, mas é uma homenagem que eu tenho a certeza da alegria pessoal se ele aqui estivesse conosco, e também de ter ouvido, conterrânea que sou do nobre Senador João Calmon dos Senadores desta Casa, que eu digo sempre, que é onde respira o conhecimento, a experiência política deste País, de ter ouvido falar em João Calmon da forma que acabo de ouvir, para mim, foi assim um momento muito especial.

De modo, que era esta a colocação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, em relação ao nome e também à figura que foi João Calmon, não só para o Espírito Santo, mas também para o Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Não havendo mais quem peça a palavra, está encerrada a discussão.

*(Procede-se à votação nominal.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Todos os Srs. Senadores já votaram?

Está aprovado.

Em função de já termos passado das 13h30min, ainda temos 3 matérias terminativas, e 7 projetos de decreto legislativo não terminativos, dos quais, 5 Relatores estão presentes. Pergunto, se podemos colocar em votação, os 5 não terminativos, cujos Relatores estão presentes? Assim, deixaremos o restante para a próxima semana, já que a Comissão está com a sua pauta praticamente esgotada.

Havendo concordância dos Srs. Senadores, vamos colocar em votação, o Item 13, (não terminativo) que passo a ler:

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1994, que aprova o Ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panaty Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Patos, Estado da Paraíba. Autor: Poder Executivo e o Relator é o Senador Agnelo Alves a quem concedo a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – O projeto está de acordo com todos os trâmites legais. É mais um voto rotineiro desta Casa. Vamos ter os votos favoráveis, e vamos ter os votos de abstenção da Bancada da esquerda. Agora, se a Comissão pedir, dado o adiantado da hora, eu pediria dispensa da leitura do parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo concordância dos Srs. Senadores, já que o parecer está publicado no avulso distribuído aos Srs. Senadores,...

**O SR. AGNELO ALVES** – Só o final. Favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado, com abstenção da Senadora Marina Silva, Senador Geraldo Cândido, a Senadora Heloísa Helena deixou os votos favoráveis, só fez questão de deixar abstenção para os Projetos de Decreto Legislativo.

Sobre a mesa o Item 14 (não terminativo), que passo a ler: aprova o Ato que renova a concessão em favor da Rádio e TV Correio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, autor Poder Executivo, Relator também o Senador Agnelo Alves a quem concedo a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, as mesmas condições do projeto anterior. Meu voto é favorável.

Vou também fazer uma proposição a partir de agora, considerando que esses projetos não

deveriam estar aqui. Do próximo projeto em diante vou me abster de acordo com a posição que a Banca vier a adotar.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido e das Senadoras Marina Silva e Heloisa Helena, que deixou registrada a sua abstenção.

**Item 15:**

Não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 1999, que aprova ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Diário de Mogi Ltda. para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Hugo Napoleão, a quem concedo a palavra.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, analisando o Projeto de concessão da Rádio e Televisão Diário de Mogi Ltda., verifiquei que o mesmo está em ordem, com todos os ditames constitucionais e legais cumpridos. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Hugo Napoleão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com as abstenções já registradas e agora com mais a do Senador Agnelo Alves.

**Item 16:**

Não terminativo, PDL nº 193, de 1999, aprova ato que outorga a permissão à Fundação Logus Edições Jornalismo e Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, chamo a atenção da Comissão, porque ultimamente estamos votando outorga de permissão, não mais renovações, como era anteriormente.

O meu parecer é favorável, mas chamo a atenção pela posição da Oposição, que insiste e nós também devemos insistir na formação do Conselho de Acompanhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Com relação ao que disse o Senador Romeu Tuma, considero até um fato auspicioso estarmos votando as outorgas às concessões e não às renovações, isso representa um indício de que a Comissão está em dia e limpou a pauta das pendências de renovação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ROMEU TUMA** – E o sistema é outro. Agora é por concorrência.

**A SRA. MARINA SILVA** – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – O Senador Romeu Tuma fez uma observação, e confesso que não atentei para o fato de que a posição do Bloco, sempre que se trata de uma nova outorga, é contrária.

Portanto, peço que seja registrado o nosso voto contrário a essas novas concessões. Nossa abstenção acontecia quando se tratava de renovação da concessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – A Secretaria da Comissão registrará o voto contrário do Bloco e a abstenção do Senador Agnelo Alves.

Passo a Presidência à Senadora Luzia Toledo, pois sou Relator do próximo item.

**A SRA. PRESIDENTE** (Luzia Toledo) – **Item 18:**

PDL nº 256, de 1999, que aprova ato que renova a permissão outorgada a rádio em Cidade do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Freitas Neto, a quem passo a palavra.

**O SR. FREITAS NETO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto aprova o ato de renovação. Portanto, não é como o Senador Romeu Tuma chamou a atenção. Essa é uma renovação da Rádio FM Cidade do Sol Ltda. em Natal.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 246, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio FM Cidade do Sol Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para se habilitar à renovação da permissão.

Opinamos pela aprovação do ato, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.



É o parecer, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Luzia Toledo) – Eu gostaria de informar ao eminente Senador José Fogaça que é no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal. Houve um equívoco aqui.

O projeto está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Com a abstenção do Senador Geraldo Cândido, a matéria está aprovada.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h39min.)*

**Ata da 29ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 7 de dezembro de 1999**

Às doze horas e dez minutos do dia 7 de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores, Gerson Camata, José Jorge, Luzia Toledo, Eduardo Siqueira Campos, Emília Fernandes, Luiz Otávio, Antero Paes de Barros, Heloísa Helena, Romeu Tuma, Edison Lobão, Bello Parga, Geraldo Cândido, Roberto Saturnino, Agnelo Alves, Iris Rezende, Luiz Estevão, Ney Suassuna, Osmar Dias, Amir Lando, Jorge Bornhausen, Álvaro Dias, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, Lúdio Coelho e Leomar Quintanilha, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, José Sarney, Sebastião Rocha, Artur da Távola, Teotônio Vilela Filho, Pedro Simon, Roberto Requião, Gilvam Borges, Hugo Napoleão, Djalma Bessa, Lúcio Alcântara e Marina Silva. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente propõe que se inicie a deliberação da Pauta Ordinária pelos itens cujos relatores e autores estejam presentes, o que é aceito por todos. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 382, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Geraldo Cândido que, “Estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública”. O Projeto, relatado pelo Senador José Jorge com o substitutivo oferecido, foi apreciado e aprovado na reunião anterior, (dia trinta de novembro último) e submetido a discussão em turno suplementar na reunião de hoje. Na discussão não foram apresentadas emendas e o mesmo é dado como definitivamente adotado de acordo com o que preceitua a art. 284 do R.I.S.F. **Item 2: Projeto de Lei**

**do Senado nº 529, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner que “Institui o Dia do Advogado a ser comemorado em 11 de agosto”. É concedida vista ao Senador Iris Rezende.

**Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências”. O Projeto relatado pela Senadora Luzia, que oferece as Emendas nºs 1 e 2-CE, é aprovado com quatorze (14) votos favoráveis. **Item 6: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Fogaça que, “Requer, nos termos do disposto no inciso II, § 1º, no artigo 76, do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro”. O Requerimento é aprovado. **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 594, de 1999**, de caráter não terminativo de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que “Estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos conselhos profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia”. O relator designado, (ad hoc) é o Senador Agnelo Alves e o parecer, pelo encaminhamento da matéria à CCJ para opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade, é aprovado.

**Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Guarapuava Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1995**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Agnelo Alves e o



parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

**Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ruy Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo”. A relatora designada é a Senadora Luzia Toledo e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

**Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sombrasil Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

Neste momento, os Senhores Senadores José Jorge e Gerson Camata solicitam que sejam apreciados, Extrapauta, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 294/99, 258/99 e 244/99, o que é acatado por todos.

**Extra Pauta, Item 1: Projeto**

de Decreto Legislativo nº 294, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga a concessão ao Sistema Associado de Comunicação Ltda., para explorar serviço de sons e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer favorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

**Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga a concessão ao Sistema Goiano de Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Palmas, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Eduardo Siqueira Campos e o parecer favorável, lido pelo Senador José Jorge, é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino.

**Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo que, “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer fa-

vorável é aprovado com a abstenção dos Senadores Geraldo Cândido e Roberto Saturnino. Em virtude do adiantado da hora ficam adiadas as seguintes matérias: PLS nº 22/99, PLS nº 360/99, PDS nº 156/99, PDS nº 77/95, PDS nº 230/99, PDS nº 228/99, PDS nº 81/99, PDS nº 192/99, PDS nº 156/99, PDS nº 25/94, PDS nº 184/95, PDS nº 66/94, PDS nº 221/99, PDS nº 216/99 e PDS nº 29/94. Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a fazer, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo número regimental, está instalada a 29ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Item 1, Projeto de Lei do Senado

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sr. Presidente, pediria a V. Exª e aos companheiros Senadores para incluir na pauta extra, com a finalidade de serem analisados hoje, dois projetos referentes ao Sistema de Rádio e Televisão, o PDS nº 294, de 1999, do qual sou relator, de Grupos Associados de uma televisão em Pernambuco, e o PDS nº 258, de 1999, cujo Relator é o Senador Siqueira Campos, do Sistema Goiano de Telecomunicações Ltda.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Consulto os Srs. Senadores se aprovam. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, gostaria que fosse incluído extrapauta o PDS do qual sou Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em votação a solicitação e requerimento dos Senadores José Jorge e Gerson Camata, para inclusão de projetos na pauta. (Pausa.)

Aprovado.

Os projetos serão apreciados na hora em que extingirmos a pauta ordinária.

Item 1, discussão em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 382, que estabelece a gratuidade de livros didáticos para alunos da rede pública.

Esclareço que ao projeto de autoria do Senador Geraldo Cândido foi aprovado voto em separado de autoria do Senador José Jorge na forma de substitutivo.

Se não forem apresentadas emendas até o fim da discussão, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, aprovado o substitutivo de autoria do Senador José Jorge.

Vamos iniciar pelos itens não terminativos, vez que a Comissão de Assuntos Econômicos está encerrando a sua reunião e muitos dos membros desta Comissão são também membros da outra comissão e estão se dirigindo para cá.

O primeiro item não terminativo é um requerimento de autoria do Senador José Fogaça que requer, nos termos dispostos no inciso II, § 1º, do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Serão, portanto, prorrogados os trabalhos da Subcomissão do Cinema Brasileiro de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal.

Passarei aos itens não terminativos e cujos relatores estejam presentes.

Item 15, ato que renova a concessão da Radio Difusora Guarapuava Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, autor é o Poder Executivo, relator é o Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra para apresentar o seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Radio Difusora de Guarapuava Ltda. apresentou toda a documentação exigida, atendendo todas as exigências de natureza técnica e legal, habilitando-se, desta forma, à renovação da concessão proposta.

Portanto somos pela aprovação do decreto legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 16, Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1995, aprova ato que renova concessão outorgada à Rádio Esperança Prudentópolis Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná, autor o Poder Executivo, relator, o Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Rádio Esperança Prudentópolis Ltda. tem como o seu primeiro sócio cotista, o Prefeito Wilson Santini, está habilitado a obter essa renovação de concessão, porque cumpriu todas as exigências legais.

É o nosso parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Álvaro Dias. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 19:**

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215, DE 1999**

**(Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC – para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, sendo autor o Poder Executivo e relator o Senador Agnelo Alves.)**

Concedo a palavra ao Senador Agnelo Alves para apresentar seu parecer.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, agradeço a V. Exª. Esse projeto veio às minhas mãos e, examinados todos os seus itens, apresentei parecer favorável. Se algum Senador tiver alguma dúvida, poderei esclarecê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Agnelo Alves. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 20:****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 227, DE 1999**

**(Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São Mateus, no Estado do Espírito Santo, sendo autor o Poder Executivo e relatora a Senadora Luzia Toledo)**

Concedo a palavra à Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quanto à Fundação Ruy Baromeu, apresentei o relatório e o voto. Conheço a referida entidade, que está localizada no Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma fundação que vem prestando serviço de radiodifusão muito importante não só em São Mateus, onde é sediada, mas em todo o norte daquele Estado, levando informações. Venho relatando outros projetos de Estados diversos com esse mesmo entusiasmo. Entendo a importância da radiodifusão e, quando se trata de fundação, torna-se ainda mais relevante.

O mencionado projeto veio da Câmara dos Deputados completamente agasalhado pelas normas legais. Por isso, meu parecer é favorável à matéria. Fico satisfeita de ter relatado mais um projeto acerca de radiodifusão no Estado do Espírito Santo, que não ocorre sempre. Desde que estou aqui, essa é segunda vez. O projeto tem total amparo legal e essa fundação é muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer da Senadora Luzia Toledo. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 22:****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 206, DE 1999**

**(Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Som Brasil Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, sendo autor o Poder Executivo e relator o Senador Gerson Camata.)**

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, o projeto diz respeito a emissora de FM em Cachoeiro de Itape-

mirim, famosa cidade do Espírito Santo, por se tratar da maior produtora de mármore do Brasil, além de ser a terra do nosso Roberto Carlos. Essa rádio é de propriedade do Prefeito Ricardo Ferraço Filho, que foi Deputado Federal. Os sócios, na verdade, são Marcos Vinícius de Rezende Ferraço e Paulo César Martins. É apenas a renovação de uma licença já concedida, que recebeu parecer favorável no Ministério das Comunicações e na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Desse modo, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Gerson Camata. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

Colocaremos as matérias extras na ordem do requerimento aprovado pela Comissão.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 294, DE 1999**

**(Aprova ato que outorga concessão ao Sistema Associado de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão de son e imagens na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, sendo autor o Poder Executivo e o Relator Senador José Jorge, a quem concedo a palavra.)**

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, este é um projeto que foi examinado, cumpriu todas as normas do Ministério das Comunicações e já foi aprovado na Câmara.

Portanto, nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de decreto legislativo, também extrapautado, aprovada sua inclusão em pauta de acordo com o requerimento do Senador Gerson Camata.

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 1999, que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Educativa e Cultural Pedro Trêz, para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Vila Velha, Espírito Santo.



O autor é o Poder Executivo e o Relator Senador Gerson Camata, a quem concedo a palavra.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o enúnciado de V. Ex<sup>a</sup> coloca praticamente o Relatório pronto.

O Ministério das Comunicações concede à Fundação Educativa e Cultural Pedro Três licença para explorar os serviços de radiodifusão em frequência modulada, mas cultural, quer dizer, é uma rádio educativa e cultural da própria fundação e, na Câmara, foi relatado pelo Deputado Átila Lira e aprovado, por unanimidade, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

De modo que somos favoráveis. O Espírito Santo ganha, por intermédio dessa fundação, uma emissora cultural sem interesse comercial, o que é bom para o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Outro projeto extrapauta, cujo requerimento também foi aprovado pelo Senador José Jorge.

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 1999, que outorga concessão ao Sistema Goiano de Telecomunicações para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Palmas, Estado de Tocantins.

O autor é o Poder Executivo.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse projeto também, a exemplo da documentação que o acompanha, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e já foi aprovado pelo Ministério das Comunicações e pela Câmara dos Deputados. Nosso parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos agora, portanto, seguir a pauta normal. Vamos aos projetos terminativos, cujos relatores estão presentes.

Item 3.

Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências.

O autor é o Senador Gerson Camata e Relatora a Senadora Luzia Toledo, a quem concedo a palavra para apresentação do seu parecer.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse projeto de lei apresentado pelo Senador Gerson Camata já tivemos oportunidade de falar sobre ele na reunião anterior. Esse projeto de lei, na verdade, institui o Dia Nacional do Imigrante Italiano. Considero essa comemoração, essa homenagem aos italianos, aos imigrantes italianos da maior importância, não só para o Senado, por fazer essa homenagem, mas também para o Brasil como um todo, principalmente para o Estado do Espírito Santo, onde ocorreu o início dessa colonização, em Aracruz.

Quero apenas ler meu voto, considerando que já me manifestei sobre essa matéria na reunião anterior.

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, nos termos da emenda que ora oferecemos.

Emenda nº 1 – O art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, passa a ter a redação seguinte:

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino público e particular, nos níveis fundamental e médio, incluirão em seus calendários comemorativos os eventos ou atividades alusivos à data.

Emenda nº 2 – De conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, suprime-se o art. 5º do Projeto de Lei do Senado nº 340/99. Esse é o nosso Parecer, louvando, mais uma vez, a iniciativa do Senador Gerson Camata, que é descendente de italianos, de ter feito uma proposta dessas, que vai homenagear...

**O SR. GERSON CAMATA** – Eu só queria um aparte de V. Ex<sup>a</sup>, para dizer que não tem nada a ver com a novela. O projeto foi apresentado em maio de 1990.

Vai ser aprovado em hora certa.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Mas eu acredito que a aprovação dele vai se dar numa hora certa, numa hora em que o Brasil todo realmente está vivendo cada momento da imigração italiana, e nós, principalmente, no Espírito Santo, onde a civilização italiana foi muito importante, continua sendo importante e

predominante em nosso Estado. De modo que homenagem aqui não só o Senador Gerson Camata, que apresentou o projeto, em boa hora para ser aprovado, mas também por termos em nosso Estado uma colonização tão forte.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Lembro aos Srs. Senadores que esse projeto iniciou sua discussão na reunião passada. O Senador José Fogaça pediu vista, mas não ofereceu voto em separado. Vamos colocar a matéria em votação – e, por ser terminativa, ela será nominal – o parecer da Senadora Luzia Toledo.

Como vota o Senador Agnelo Alves?

**O SR. AGNELO ALVES** – Ecco, Sr. Presidente. Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – O Senador Gerson Camata é o autor.

Como vota o Senador Iris Rezende?

**O SR. IRIS REZENDE** – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador José Jorge?

**O SR. JOSÉ JORGE** – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** – Como vota o Senador Álvaro Dias?

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Como vota o Senador Geraldo Cândido?

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Com a Relatora.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Aprovado.

Item 2 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 529, de 1999, institui o Dia do Advogado no dia 11 de agosto. Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Almir Lando.

Solicito ao Senador Álvaro Dias que faça, por favor, a leitura do Parecer.

**O SR. AMIR LANDO** – S. Ex.<sup>a</sup> tem apenas que fazer a leitura ou pelo menos um resumo do parecer para que o Senador possa pedir vista, que será concedida pela Mesa.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – O Senador Amir Lando, que é advogado, militante por sinal, oferece parecer contrário e justifica que recriar por lei o que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por decisão de suas representações regionais, já determinara é quase desmerecer a força daquela democrática decisão. A existência de mandamento legal destinado a instituir a referida data nada representará perante o que a tradição já acolheu como definitivo. Cumpre, por último, ressaltar que nenhuma outra profissão que exija formação universitária para seu exercício, possui seu dia instituído por lei. Algumas o são por decreto – professor e médico – outras por conven-

ção ou resolução do órgão de classe – engenheiro, arquiteto, dentista, economista. Nem por isso deixam de ser lembradas com igual reverência. Por isso o voto, diante do exposto, é pela rejeição.

É o relatório do Senador Amir Lando.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – O Senador Iris Rezende solicitou vista. A vista será concedida na forma regimental.

Vou colocar à consideração dos Srs. Senadores o item 7, que é um projeto que estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos conselhos profissionais dos graduados em medicina, farmácia, bioquímica, odontologia e fisioterapia, que é de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, mas o Senador Geraldo Althoff, que ofereceu o parecer, solicita que a CCJ opine sobre a constitucionalidade.

Assim, designo Relator *ad hoc* o Senador Agnelo Alves, a fim de ganharmos tempo, e, se for o caso, a matéria será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mantendo o Parecer do Senador Geraldo Althoff.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, eu acho incabível a audiência da Comissão. De maneira que não há muito a acrescentar, a não ser que os Srs. oradores desejem ouvir a argumentação, eu posso ler na íntegra o Relatório.

**O SR. AMIR LANDO** – O Relatório está publicado.

**O SR. AGNELO ALVES** – Está publicado, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – V. Ex.<sup>a</sup> está de acordo então?

**O SR. AGNELO ALVES** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Neste caso o projeto será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Não há mais relatores aqui presentes, a Comissão está com uma pauta em dia, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

*(Encerra-se a reunião às 12h32min.)*

**Ata da 30ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 13 de dezembro de 1999**

Às dezoito horas e vinte minutos do dia 13 de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Se-

nador Freitas Neto e com a presença dos Senhores Senadores, Luiz Otávio, Agnelo Alves, Ney Suassuna, Álvaro Dias, Luzia Toledo, Roberto Saturnino, Lúdio Coelho, Emília Fernandes, Geraldo Althoff, Hugo Napoleão, Maguito Vilela, Francelino Pereira, Amir Lando, Jorge Bornhausen, Eduardo Siqueira Campos, Bello Parga, Artur da Távola, Lúcio Alcântara, Jader Barbalho e Antero Paes de Barros, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, José Sarney, Iris Rezende, Roberto Requião, Teotônio Vilela Filho, Gilvam Borges, José Jorge, Gerson Camata, Pedro Simon, Luiz Estevão, Djalma Bessa, Heloisa Helena, Marina Silva e Sebastião Rocha. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete aos Senhores Senadores membros da Comissão, que se inicie a deliberação da Pauta pelos Itens cujos relatores estejam presentes, o que é acatado por todos. Neste momento, assume a Presidência a Senhora Senadora Luzia Toledo, Vice-Presidente da Comissão. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Heráclito Fortes, que “Dá ao Aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina / Senador Petrônio Portella, de acordo com o **caput** do artigo 65 da Constituição Federal”. O Senador Freitas Neto avocou a relatoria, oferecendo parecer favorável, que é aprovado. Retorna à Presidência da Comissão o Senhor Senador Freitas Neto. **Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Porta Voz de Cianorte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cianorte, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Álvaro Dias e o parecer favorável é aprovado. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cametá, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador

Luiz Otávio e o parecer favorável é aprovado. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Universidade de Taubaté para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Luiz Otávio e o parecer favorável é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo nº 219, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelsior Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável, lido pelo Senador Luiz Otávio, é aprovado. A Presidência coloca em apreciação, extrapauta, o Requerimento de Urgência, de autoria do Senador Freitas Neto e outros: “Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1999, que “Dá ao Aeroporto de Teresina a denominação Aeroporto de Teresina / Senador Petrônio Portella”, de acordo com o **caput** do artigo 65 da Constituição Federal”. O requerimento é aprovado. Finda a deliberação da Pauta e na inexistência de **quorum** para a apreciação dos itens terminativos e na ausência dos demais relatores, ficam adiadas as seguintes matérias: PLS nº 22/99, PLS nº 360/99, PDS nº 81/99, PDS nº 192/99, PDS nº 201/99, PDS nº 156/99 e PDS nº 56/99. Prosseguindo, o Senhor Presidente determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezoito horas e trinta e cinco minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Freitas Neto**, Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Havendo número regimental, está aberta a 30ª Reunião Extraordinária da 1ª Seção Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.



Solicito à Vice-Presidente, Senadora Luzia Toledo, que assuma a Presidência, a fim de que eu, na qualidade de relator, possa apresentar o parecer sobre o projeto constante do item 1 da pauta, oriundo da Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE (Luzia Toledo) – Item 1:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 61DE /99**

(Não-terminativo, PLC nº 1.586/99, na origem, que dá ao aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina Senador Petrônio Portella, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal, sendo autor o Deputado Heráclito Fortes e Relator o Senador Freitas Neto)

Concedo a palavra ao Senador Freitas Neto.

**O SR. FREITAS NETO** – Vem a esta Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado nº 61/99 – PLC nº 1.586/99, na origem –, tendo como autor o eminente Deputado Heráclito Fortes. Nos termos da legislação vigente, pretende o referido projeto dar ao aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina Senador Petrônio Portella. O novo nome passaria a ser aplicado 90 dias após a promulgação da lei.

É o relatório.

Este é o voto: conforme argumenta o nobre Deputado Heráclito Fortes, Petrônio Portella foi um dos homens públicos da maior importância na história recente do País. Foi Ministro de Estado, Prefeito de Teresina, Governador do Piauí e Senador por dois mandatos, tendo presidido em dois períodos o Senado Federal.

Petrônio Portella Nunes desempenhou papel de extrema importância na história recente do Brasil. Ao falecer, no apogeu de sua carreira, quando era Ministro da Justiça, contava com invejável conjunto de serviços prestados à Nação. Tendo-se destacado como Deputado Estadual e como Prefeito de Teresina, elegeu-se Governador do Piauí e realizou obra administrativa até hoje lembrada no Estado. Por larga maioria de votos, tornou-se Senador no fim de seu governo, iniciando assim uma fulgurante trajetória no plano federal.

Presidente do Senado, compatibilizou permanente atividade política com marcante administração. Renovou as instalações da Casa, modernizou-lhe a estrutura e, mostrando o alcance de sua visão, criou órgãos que adquiriram enorme importância no futuro, como o Prodasen. Foi Líder e Presidente de seu Partido, buscando sempre o diálogo político em termos elevados.

Seu espírito liberal garantiu-lhe trânsito fácil, inclusive nos anos em que era mais restrita a atividade política. Credenciou-se, dessa forma, como interlocutor privilegiado tanto dos detentores do Poder Executivo na época, quanto da própria Oposição, que lhe reconhecia a mais ampla credibilidade. Nessas condições, passou a ser um dos artífices da chamada abertura política – de que, depois, quando Ministro da Justiça, seria o principal gestor.

Ainda como Senador, conduziu as reformas políticas empreendidas no fim do Governo Geisel, desencadeando o processo que levaria à revogação do Ato Institucional nº 5, que encerraria gradativamente o regime de exceção vivido pelo País durante amplo espaço de tempo. Como Ministro, acelerou ainda mais esse processo, sendo o responsável maior por importantíssimas medidas, como a anistia e a retomada das eleições diretas para Governador. Seu preparo jurídico e político foi fundamental para a redemocratização do País.

Na época do seu desaparecimento, dava-se como certo que desempenharia funções ainda mais elevadas para as quais se credenciara durante 30 anos de vida pública. Não seria exagero imaginar-se que poderia constituir-se no primeiro Presidente Civil em mais de 20 anos de vida nacional. Sua probidade, sua capacidade de negociação, sua larga visão dos problemas nacionais e, principalmente, o respeito de que gozava em todos os segmentos da política do País fizeram-no uma das mais relevantes figuras desse período da vida nacional.

Completem-se, em 6 de janeiro de 2000, 20 anos de seu prematuro falecimento. A homenagem que é com justiça prestada mostra-se também oportuna. A preciosa iniciativa do Deputado Heráclito Fortes merece, portanto, o aplauso de todos os piauienses e, mais, de todos os brasileiros. A recordação de Petrônio Portella, manifesta no presente projeto de lei, honra o Piauí e o Brasil.

Destaco, por fim, que a correta grafia do eminente homem público é Petrônio Portella, com dois eles, razão pela qual ofereço uma correção redacional ao texto original.

Nessas condições, a nova denominação do aeroporto de Teresina deverá ser Aeroporto de Teresina Senador Petrônio Portella.

Opino pela aprovação do projeto.

É o parecer, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE (Luzia Toledo)** – Em discussão o parecer que acaba de ser proferido pelo

eminente Presidente desta Comissão, Senador Freitas Neto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Antes de passarmos para o Item 2, matéria que tem como Relator o Senador Álvaro Dias, colocaremos em votação o requerimento de urgência apresentado nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requerendo urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1999, que dá ao aeroporto de Teresina a denominação de Aeroporto de Teresina Senador Petrônio Portella, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 61.

Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 1999, ato que renova a concessão outorgada à Rádio Porta-Voz de Cianorte Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Cianorte, no Estado do Paraná.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao Relator para emitir o seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Rádio Porta-Voz de Cianorte Ltda. cumpriu todas as exigências. Está habilitada, portanto, a receber a prorrogação da concessão outorgada pelo Governo Federal, em onda média, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná.

O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3, não-terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 1999, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Champagnat para executar serviços de radiodifusão de sons e imagem na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao eminente Relator para apresentar seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, da mesma forma que no item anterior, também a Fundação Champagnat cumpriu todas as exigências, apresentou a documentação solicitada e está habilitada a receber outorga de concessão para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão o parecer do Senador Álvaro Dias. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4, não-terminativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994, que aprova ato que renova concessão outorgada à Rádio Tocantins Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio para apresentar seu parecer.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tive a satisfação de relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1994, que renova a concessão à Rádio Tocantins na cidade de Cametá, Estado do Pará.

O parecer é favorável, tendo em vista o cumprimento de todas as normas legais e o investimento que é feito para melhoria da qualidade do serviço da Rádio Tocantins Ltda.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Senador Luiz Otávio.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 228, de 1999, que aprova ato que outorga permissão à Universidade de Taubaté para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 228/99 aprova outorga de permissão à Universidade de Taubaté para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada. É uma experiência nova não só para os ouvintes e a população de Taubaté, mas também para o País. Tenho certeza de que ela terá sucesso. Também cumpriu as normas e está apta a obter a permissão. O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6: Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 1999, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo.

Autor: Senador Poder Executivo. Relator: Senador Luiz Otávio.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 1999, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Capital do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçapava, Estado de São Paulo. Ela cumpriu todas as exigências legais. O parecer, portanto, é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Como sabem os Srs. Senadores, temos dado certa prioridade para os projetos cujos Relatores se

encontram presentes. Vamos encerrar a reunião agora, mas há uma solicitação, por telefone, do Senador Romeu Tuma, Relator do PDL nº 219/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Excelso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. S. Ex<sup>a</sup> está impedido de chegar até aqui.

Estando os Srs. Senadores de acordo, vamos apreciá-lo também. Solicito ao Senador Luiz Otávio que, por gentileza, faça a leitura do relatório.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para mim é uma honra muito grande poder aqui, neste momento, representar o Senador Romeu Tuma no ato de renovação da concessão da Rádio Excelso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Como ela cumpriu também todas as exigências legais, o parecer é favorável.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Freitas Neto) – Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18h34min.)*

#### SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

**Ata da 6ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 28 de outubro de 1999.**

Às nove horas e quarenta minutos do dia 28 de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador José Fogaça e com a presença dos Senhores Senadores, Agnelo Alves, Francelino Pereira, Roberto Saturnino, Maria do Carmo Alves, Leomar Quintanilha, Luiz Estevão, Lúcio Alcântara, e Luiz Otávio, reúne-se a Subcomissão do Cinema Brasileiro. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, é a terceira do ciclo denominado "Povo do Cinema" que tem como objetivo ouvir os vários setores do cinema brasileiro e para tal, convidou os seguintes expositores; Sr. Helvécio Ratton (Direção-MG), Sr. Sérgio Santeiro (Diretor do Instituto de Arte e Comunicação da UFF-RJ) e a Sra. Mariza Leão (Produção-RJ). A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o



Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**Senador José Fogaça**, Presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Declaro iniciados os trabalhos da nossa 6ª reunião da Comissão Especial de Cinema da Comissão de Educação do Senado Federal. Esta é a nossa 3ª audiência pública na linha proposta pelo Relator, Senador Francelino Pereira, audiência ao povo do cinema.

Eu convidaria o Senador Francelino Pereira, o nosso Relator, a participar da mesa de trabalhos; convidaria também os expositores de hoje: Marisa Leão, que vai representar a área de produção, Helvécio Raton, sobre problemas ligados à direção de cinema, e Sérgio Santeiro, que é Diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Eu solicitaria que esses três convidados nos dessem a honra de participar da mesa, para iniciarem, desde logo, a sua exposição.

Quero fazer o registro, mais uma vez, do Dr. Jarbas Marques, do Pólo de Cinema de Brasília. Temos, aqui, também, ilustres presenças da área de cinema: Gilberto Nunes, diretor de cinema, Dr. Morrys Israel, advogado vinculado a essa área de cinema.

Como um dos participantes ainda está se dirigindo para cá, já está chegando, e o nosso tempo é bastante limitado por um fato inevitável, que é a sessão do Senado que se realiza hoje, às quintas-feiras, sempre pela manhã, e o Regimento da Casa diz que as comissões não podem funcionar quando se inicia a Ordem do Dia, então temos um impedimento regimental de ultrapassar determinada hora. Por isso, somos obrigados a iniciar logo, ouvindo a representante da área de produção de cinema, Marisa Leão, a quem eu pediria que usasse cerca de quinze minutos, para que, após isso, nós ouvíssemos, também, as perguntas, as indagações dos Srs. Senadores.

Com a palavra Marisa Leão.

**A SRA. MARISA LEÃO** – Eu queria agradecer ao Senador José Fogaça, ao Senador Francelino Pereira. Eu estive aqui, na semana retrasada, quando o Secretário do Audiovisual, José Álvaro Moisés, fez

uma exposição bastante ampla; creio que quinze minutos vão ser mais do que suficientes para avançarmos.

O que posso trazer de contribuição a esta Comissão é uma análise bastante concreta e bastante objetiva da questão da indústria audiovisual no mundo, hoje, partindo-se de um pressuposto de que não há isonomia competitiva nesse setor em nenhuma parte do mundo. Excetuando-se a Índia e os Estados Unidos, que, por motivos radicalmente diversos, têm um equilíbrio na relação de custo/benefício na produção audiovisual – a Índia, porque tem um mercado auto-suficiente, e os Estados Unidos, porque montaram uma rede de distribuição internacional sem igual no planeta -, nenhum outro país consegue manter a sua atividade de produção audiovisual com equilíbrio, digamos, entre custo e benefício.

Esses países – e eu trouxe, aqui, alguns documentos para entregar à Comissão – entendem que é necessário fazer uma política e criar uma política de enfrentamento dessa situação. É muito oportuna esta Comissão criada pelo Senador Francelino Pereira. Acho que essa comissão pode partir e avançar bastante se observar o que é feito em outros países do mundo para proteger e tentar reequilibrar minimamente as cinematografias locais.

Queria passar às mãos do Senador José Fogaça, Presidente desta Comissão, um dossiê de modelos de investimento e legislação em países como França, Espanha, Argentina, Austrália, Alemanha, Itália e Bélgica. Passo às mãos neste momento. E podemos ter o exercício da humildade e da sabedoria de tentar partir de alguma coisa que já existe. Não devemos imaginar que vamos criar a roda aqui, porque podemos ser muito mais rápidos, e as nossas questões têm enorme urgência, se observarmos como esses países têm-se colocado diante dessa questão. Evidentemente vamos encontrar algumas ações em comum que esses países adotam para manter uma perspectiva de não serem apenas importadores de imagem, mas sim produtores de suas próprias imagens, como as consequências de um país que decide não ter nenhuma política, países onde o talento para a produção audiovisual, como é o caso brasileiro, é sobejamente conhecido e reconhecido. Esses países entendem que não podem ser apenas importadores de imagens.

Vou dar um exemplo rápido do que significa um país como o Brasil, como o México, como a Itália, ser apenas importador de imagem e não produtor de suas próprias imagens. Por exemplo, o caso do México. Eu nunca fui ao México, mas já vi uns cem ou du-

zentos filmes americanos que retratam o homem mexicano. Nesse imaginário que os filmes criaram em mim, espero encontrar que tipo de ser humano? Um homem com sombreiro, geralmente sujo, com uma tequila do lado, mulherengo, não raras vezes um bandido, porque é essa imagem que durante trinta anos a que assisto cinema eu vi nos filmes americanos. Como assisti também aos italianos sendo mafiosos, contrabandistas, se organizando em núcleos violentos. E se não fosse o Fellini, se não fosse o Antonioni, eu não teria da Itália e do homem italiano a visão que tenho.

Cada cineasta local que retrata o seu país, como o Irá hoje tem um cinema que é exportado com algum sucesso, contribui para que eu efetivamente conheça essa cultura, essa identidade e esse homem que estão sendo retratados pelos próprios cineastas e artistas locais. Se não fosse assim, se tudo que eu viesse a conhecer, como se dá no caso do cinema, viesse de uma voz única, de uma visão única, de um ponto de vista único, certamente chegaríamos à radicalização de uma imagem bastante pobre.

E o Brasil tem sido retratado pelo cinema americano. O Zé Carioca, que é uma criação do Walt Disney, também me remete a um brasileiro malandro, esperto. O Rio de Janeiro freqüentemente é apresentado como uma cidade para onde um ladrão de banco pode ir viver com o dinheiro que roubou.

Então, são os filmes nacionais que defendem as imagens dos seus países. São os cineastas nacionais que contribuem para que se espraie pelo mundo uma imagem nacional, efetivamente concreta e real daquilo que esses países representam.

Queria dizer que o Brasil não está sozinho, e esta Comissão do Senado representa um gesto bastante avançado na procura do que fazer para defender a soberania da produção de imagens, que é hoje uma questão não apenas brasileira, mas uma questão de todos os países que têm uma efetiva vocação para a produção audiovisual. Por isso é importante que os Srs. Senadores façam uma avaliação desses documentos, porque vão encontrar medidas comuns. E quero destacar que a mais imediata delas é no sentido da criação de um sistema que contemple a produção em escala de filmes brasileiros, com a mínima condição de competitividade e visibilidade desses filmes no mercado. Temos filmes que exploram o tema dos menores abandonados, porque não há também isonomia competitiva. Quanto se lança um filme brasileiro no mercado esse filme vai competir com uma grande produção americana, que não raro vai fazer um investimento de três, quatro milhões de reais em

mídia e o filme brasileiro vai entrar nessa mesma semana com uma pequena mídia. Há um slogan que a TV Globo usou um tempo atrás que dizia: "Tudo que é quente pinta na tela da gente". Podemos ler da seguinte maneira: o que não pinta na tela da gente é frio. Isso serve para nós produtores culturais, mas também serve para o Brasil como um todo, por exemplo, para o mundo político. Os Senhores sabem o que significa sofrer a ausência da imagem no grande sistema de mídia que é a televisão brasileira. Quem pode resistir a isso? Gostaria de lembrar que, neste momento, está sendo discutida na Comissão de Comunicação algo que diz respeito a essa comissão de cinema e a questão das televisões no Brasil. Este assunto está relacionado ao nosso porque não há cinematografia que se afirme no mundo sem que ela tenha a parceria das televisões. Assim é no mundo, assim é na França, na Espanha e se nós não tivermos a coragem de enfrentarmos isso, podemos estar fazendo a opção de depois de todo esse esforço oferecermos a nós mesmos a sardinha em vez da vara de pescar. Estamos entrando em um novo século e essa atitude do Congresso, do Senado, de criar esta Comissão me parece que deve para criar um sistema que contemple a produção, a distribuição, a exibição do filme brasileiro no seu próprio mercado que em toda a parte do mundo é um mercado desigual. Eu repito não se trata de discutir condições de um livre mercado, porque o mercado não é livre, essa não é uma situação exclusivamente brasileira, é uma situação pela qual passam todos os países do mundo, isso tem um custo e esse custo tem que ser avaliado. Se o Brasil, se o povo brasileiro, os seus representantes querem criar condições de proteção para que a cinematografia no Brasil encontre condições básicas de competitividade nós vamos ter que agir em várias frentes, não apenas na frente que contempla a produção, mas naquela que cria condições de competitividade para o filme brasileiro no nosso mercado, coisa que hoje não existe,

Prefiro parar por aqui, creio que a minha abordagem é inicialmente provocativa no plano geral para que depois possamos tecer algumas considerações de ordem prática.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito obrigado Sr<sup>a</sup> Marisa Leão pela sua intervenção.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Santeiro, Diretor do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, com 15 minutos com alguma flexibilidade também pode fazer sua exposição.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Bom-dia a todos, eu agradeço o convite para participar da Subcomissão de Cinema do Senado. Como a Marisa já ressaltou esse é um passo muito importante para que o cinema recupere o espaço que é dele, mas que ele teve que ceder face a verdadeira invasão cultural que o País sofre desde que foi descoberto, segundo se diz, e que, nos últimos tempos, encontrou uma resistência, um novo assomo de forças, como a produção de filmes que têm reconquistado esse espaço de uma maneira muito ativa, através dos filmes que têm conquistado repercussão, inclusive internacional, como é do conhecimento de todos.

Eu participo, há trinta anos mais ou menos, da atividade de cinema. Sou um realizador de filmes curtos e documentários e professor da Universidade Federal Fluminense há aproximadamente trinta anos. E esse processo de expansão do cinema brasileiro, que veio gradativamente alcançando algumas posições, foi revertido nos últimos tempos e agora começa novamente a ganhar força.

Costumo sempre dizer que o cinema, como a maior parte das atividades e como o próprio ser humano, tem dois braços: um que é o mais evidente, que mais aparece, que é a área do filme de circulação mais ampla, do filme comercial; tem uma área de produção cultural, que congrega não só os filmes de circulação menos comercial, diríamos, que são os filmes curtos e os documentário e a área de reflexão, de memória cinematográfica, de memória do próprio País, que é a conservação de filmes, as cinematecas, e a área, que é a que, no momento, dirijo na Universidade Federal Fluminense, de formação de novos profissionais: técnicos, artistas do cinema e diretores.

Nos últimos tempos, é quase impossível ver-se uma equipe de cinema, de vídeo ou de televisão em que não tenha um ex-aluno trabalhando. Isso nos coloca numa posição, ao mesmo tempo, de uma satisfação de encaminhar os novos realizadores, os realizadores do futuro, e, ao mesmo tempo, nos deixa numa situação, às vezes, constrangedora de imaginar para onde, para que futuro estamos encaminhando esses jovens que acorrem aos cursos de formação e que têm ocorrido crescentemente – é bom que se saiba – sem uma perspectiva de um mercado, que não só é dominado basicamente pela produção estrangeira como é, em toda a sua escala, refratário ao que vem sendo realizado no País, não só na área do filme de longa metragem, de ficção, que é o mais conhecido, como nas outras modalidades de cinema, que, por serem menos vistas ou menos conhecidas, não significa que não tenham a mesma importância

ou o mesmo valor de representação da imagem de identidade do País.

Conseguimos nesse processo, ao longo desses anos todos, uma forma, que foi o grande esteio de desenvolvimento dessa atividade, que é o que se chama de Lei do curta-metragem, que é a que garante a exibição de um curta-metragem brasileiro antes do filme estrangeiro, com o recolhimento de 5% da receita de bilheteria para um fundo que remunera não só os filmes que são exibidos como o próprio sistema. Dessa forma, é um sistema auto-sustentável, apesar de ter contado, ao longo do tempo, com uma resistência bastante significativa dos exibidores e distribuidores estrangeiros, mas que foi sendo ganha à medida em que o processo foi crescendo.

Infelizmente, na extinção dos órgãos que cuidavam da atividade cinematográfica, também se perdeu não a vigência da lei, como muitos imaginam, mas os mecanismos através dos quais a lei era cumprida. Temos lutado, nos últimos anos, sobretudo, em um grande esforço, em uma grande campanha, para que o Ministério da Cultura, que herdou as atribuições dos órgãos que regulamentavam a atividade e a vigência da lei, ponha novamente a lei em funcionamento, partindo do suposto de que a primeira noção que se tem da existência das leis é a de que sejam cumpridas basicamente.

Não há nada que possa justificar o descumprimento de uma lei, uma lei de proteção à criação artística e cultural, mas, sobretudo, uma lei que garante um primeiro encaminhamento, uma primeira base, em uma abertura de mercado de trabalho, justamente para esses nossos jovens que produzimos como profissionais e realizadores de audiovisual.

O País vive uma situação um pouco paradoxal, porque, ao mesmo tempo em que se expande e cria frentes de trabalho bastante significativas, a expansão das televisões, sejam abertas ou a cabo, e as várias modalidades de circulação do audiovisual no País, que se expandiram significativamente e que tendem, graças a Deus, a se expandir ainda mais, não foram acompanhadas por uma igual absorção, por uma igual abertura de postos de trabalho justamente nessas áreas.

Isso, em termos, é uma contradição, porque, na medida em que se tem uma expansão dos meios de comunicação, era de se supor que essa expansão contemplasse não só os produtores e realizadores atuais, mas também garantisse a continuidade do processo de formação dos candidatos, dos que chegam ao mercado de trabalho com uma perspectiva, como costumo dizer, semelhante a de qualquer outra



atividade seja como profissional liberal seja até como um artesão mais modesto.

Imagina-se que para a reafirmação da vigência da Lei do Curto Metragem bastaria que o próprio Ministério desse a um dos seus órgãos, o Centro Técnico Audiovisual, a plena capacidade de execução da lei. Só com isso já se teria condições de retomar esse processo de circulação e de remuneração de uma modalidade de cinema que hoje atingiria uma faixa entre 100 filmes por ano, e, sobretudo, filmes que não estão concentrados em nenhuma área específica. Quer dizer, são filmes que vêm e que retornam a todos os pontos do País.

Essa tem sido a tônica das nossas intervenções sempre que somos chamados a opinar no espaço ou na discussão do cinema brasileiro como um todo. E sempre faço questão de frisar que toda a discussão e toda a gestão pública no tocante ao cinema brasileiro é muito mais sensível, é muito mais desperta para o evento ou para um menor número de grandes filmes ou do grande cinema, enquanto permanece afastada, inclusive do próprio foco de interesse ou do foco de discussão, uma enorme quantidade de pequenos realizadores ou de pequenos filmes.

Para encerrar, nessa etapa da apresentação, costumo dizer que é sempre bom imaginar que junto ao grande há sempre o pequeno. Embora o pequeno geralmente passe despercebido, porque o grande é maior e ocupa mais espaço, é fundamental que, ao se abordar o apoio ou a discussão de uma política pública para o cinema, junto do grande se contemple também o pequeno, que, muitas vezes, representa a continuidade da própria atividade cinematográfica.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito obrigado.

Ouvimos, nesse primeiro momento, duas interessantes abordagens, que devem receber, de parte dos Srs. Senadores, as observações atinentes.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, indago se o Relator Francelino Pereira quer fazer uso dela neste momento. (Pausa.)

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** – Sr. Presidente, Senador José Fogaça; caros Senadores; eminente Produtora Marisa Leão e nobre Diretor Sérgio Santeiro, após ouvir a exposição de ambos, gostaria de fazer um pequeno comentário, partindo principalmente do cidadão, um elemento da sociedade, que se sente atraído por filmes, que gosta de ir ao cinema, que compreende a importância do cinema como fator de comunicação, de interação e de

educação e conhece a capacidade do cinema de contribuir para que as pessoas possam melhor situar-se no contexto em que vive, mas, efetivamente, um cidadão que também conhece pouco as técnicas, a orientação de produção e até mesmo a legislação pertinente à área cinematográfica.

Causa-me espécie, chamando a minha atenção, a situação do cinema brasileiro, não sei se em virtude de questão legislativa ou se as normas não são boas, mas gostaria de ouvir a manifestação de V. Srs. Uma legislação é boa especialmente quando não atrapalha e permite que a cinematografia brasileira ocupe esse espaço vasto e amplo que possui este País rico em variedades. Seria possível haver motivação para o aproveitamento de um cinema bastante fértil e sólido. Observamos que a concorrência da produção estrangeira é muito forte e sufoca o cinema brasileiro ao ponto de se notar um desestímulo e um desânimo das pessoas quando, por exemplo, vão a um local em que existem três, quatro ou cinco salas e uma delas apresenta um filme brasileiro. Vê-se que, nesta última, a concorrência é menor. Pergunto se esse fato ocorre em razão da nossa legislação e se a nossa produção, comparada à estrangeira, perde em termos de qualidade – porque é flagrante essa diferença da preferência do povo brasileiro em relação aos filmes estrangeiros?

Tenho até observado que isso não se dá efetivamente com a produção das novelas brasileiras, que fazem um sucesso extraordinário e disputam os melhores índices de audiência da televisão. Evidentemente, na concorrência, de certo modo, a produção das novelas alcança uma vantagem, pois a televisão vai à casa do indivíduo enquanto que o cinema não; via de regra, é necessário deslocar-se – embora, hoje, na televisão, também, sejam apresentados muitos filmes, na maioria, estrangeiros.

Portanto, peço um maior esclarecimento da visão de V. Srs. no que tange a essa situação. Por que a novela brasileira faz tanto sucesso ao contrário do filme? Penso que o nosso problema não está tão relacionado à legislação. Creio que o nosso problema é menos de legislação e, talvez, mais de produção. Eu gostaria de ter essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Primeiramente, concedo a palavra à Marisa Leão para responder; em seguida, ao Santeiro, se também quiser fazer sua intervenção.

**A SRA. MARISA LEÃO** – Senador, agradeço sua pergunta, porque ela pode me ajudar a abordar umas coisas típicas bastante importantes.

Questão nº 1 – Ao contrário da hipótese de que a nossa legislação nos atrapalha, o que temos é uma ausência de legislação.

Questão nº 2 – A televisão – em que V. Ex.<sup>a</sup> situou a novela – tem uma grande audiência e, por ocasião da exibição de filmes brasileiros na televisão brasileira, os índices de audiência batem recordes.

Recentemente, o meu filme Guerra de Canudos foi transformado em uma minissérie, que entrou no horário de 10h da noite, sendo exibida em quatro capítulos e teve um índice de audiência brutal para aquele horário. O que nos tem faltado é a veiculação do produto e, junto disso, uma legislação, porque há uma questão essencial, Senador: quando se dá concessão para um canal de televisão existir, o que se está dando é a concessão para que esse canal emita um sinal, exiba uma programação; não se está dando, pelo que compreendo, a exclusividade para que tudo que ali é produzido seja exibido. Em todos os países, há uma preocupação de não se criar uma verticalização entre os detentores dos meios de comunicação, de modo que não haja um olhar diferente dentro daquele veículo. Essa é a primeira questão.

Segunda questão, com relação à legislação – Creio que a legislação brasileira, como está, hoje, não existe; o que temos, hoje, no Brasil – e eu gostaria que isso ficasse bem claro –, é um sistema de incentivo fiscal: transferiu-se à iniciativa privada a área de **marketing** das grandes empresas, a responsabilidade de 100% do que será, ou não, produzido. E isso já foi discutido aqui, na Comissão; não preciso me estender.

Hoje, o Governo entende, através da Secretaria do Audiovisual, do Ministério da Cultura, que isso não é a configuração de uma política pública para o setor, mas que, ao contrário, é preciso criar-se um sistema para que o produto nacional possa sobreviver. E vou citar um exemplo sobre as salas: os filmes brasileiros estão nas salas com menos concorrência do que os filmes estrangeiros.

Por que os partidos políticos lutam tanto para terem mais tempo na televisão e os que têm menos chamam tanto porque não têm? Porque a gente sabe que visibilidade se faz, em um sistema de comunicação de massas, através de um processo maciço, massivo. Se não houver um processo massivo, a gente está apenas fingindo que temos visibilidade, mas não temos.

Existem, hoje – e acredito que tenha sido passado às mãos do Senador Fogaça, do Senador Francellino –, vários projetos de curto, médio e longo prazo, que nós, inclusive, estamos contando com esta Comissão para implementar. E, dentre eles, existe um

projeto para se criar uma isonomia competitiva do filme brasileiro quando ele estiver pronto, porque pode ser o melhor filme do mundo, mas como vou descobrir qual é a melhor pasta de dente? Serei induzida a comprar uma pasta de dente nova na medida em que esta pasta de dente for maciçamente veiculada e aquilo despertar o meu interesse. Com isso, o cinema brasileiro não conta; ao contrário, o cinema norte-americano dispõe de verbas enormes para fazer a divulgação dos seus filmes. Este ano tivemos três grandes sucessos de bilheteria: Orfeu do Carnaval; o filme da Angélica, Zoando na TV; e Os Trapalhões. Não por acaso, todos os três contavam com o apoio, o braço da Globofilmes; e, com isso, tiveram uma campanha de divulgação maciça. É fácil distinguir que um filme que vai ao mercado e que consegue ter visibilidade atrai o público. Mas, sem visibilidade, não é possível. Não há tempo para descobrir o ovo de Colombo quando o sujeito sobe a escada rolante e chega à porta do cinema.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Senador Leomar Quintanilha, quero registrar a chegada do Helvécio Ratton, que, logo após a conclusão das indagações de V. Ex.<sup>a</sup>, fará a sua exposição. Antes, porém, peço ao Sérgio Santeiro que use da palavra, para responder ao Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Nobre Senador, realmente, quando discutimos o assunto, vem à tona o que seria uma eventual preferência, boa parte da qual a Marisa explicou, que eu, tomando uma certa liberdade no espaço, gostaria de radicalizar digamos assim. Considero inimaginável que o País do tamanho e das possibilidades do Brasil seja devastado por uma propaganda maciça de um modelo de vida, em primeiro lugar, porque não é recomendável nem no país onde ele é produzido. Não vejo por que nos devêssemos espelhar nesse festival de incitamento à violência, à bestialidade, à traficância, enfim, a todas essas coisas que todo o mundo sabe que o cinema americano despeja no mundo inteiro, provocando comoções sociais inimagináveis. É claro que ninguém é ingênuo a ponto de supor que a violência que se vive no dia-a-dia das grandes cidades é fruto da influência exclusiva dos filmes ou dos produtos de televisão importados, mas não tem a menor dúvida de que muitas das práticas de que a violência se utiliza aqui mesmo, entre nós mesmos ocorrem porque copiam esses padrões ou esses modelos que empurram goela abaixo, pela casa adentro das pessoas, de uma maneira inacreditável. Todos sabem que o flagelo no momento na sociedade americano são os crimes perpetrados pelas crianças com armas de fogo. Isso é um escân-

dalo lá. Imaginem o reflexo disso aqui, onde essas práticas eram impensáveis no quadro da nossa sociedade brasileira, evidentemente submetida a todo o tipo de terror e pavor, em face dos graves problemas sociais que enfrentamos. Mas a forma como isso se manifesta é, muitas vezes, reflexo das práticas e da indução de que esse tipo de produção goza no País. Isso deve ser dito em primeiro lugar. Penso que falta, num certo sentido, ousadia, de maneira geral, de todos no Brasil, que consentem em ter o País absolutamente devastado por essa perniciosa manifestação que dizem que é de cultura e que, na famosa globalização, a cultura é universal. Enfim, vêm com uma série de valores supostamente teóricos ou filosóficos, que não têm a menor sustentação, porque não se pode permitir a depredação dos valores humanos e sociais, em nome de uma liberdade mercado, que isso não existe em lugar nenhum do mundo, absolutamente nenhum. O que existe é uma franquia deste espaço extraordinário, que é o País, desta clientela, que é a população brasileira, que, ao mesmo tempo em que é obrigada a se submeter aos padrões pseudocivilizatórios, é impedida na sua própria prática social e de trabalho, ou seja, desemprega-se o País inteiro no espaço audiovisual e, nas consequências desses modelos de emprego que vêm de fora, países inteiros são desempregados para que sejam empregados os produtores desse lixo nos países de lá. A população inteira é relegada a mera consumidora dessa coisa inominável que vem de fora; desemprega-se todo mundo no país para empregar os que são produtores desse tipo de trabalho fora daqui. Há que se pensar nesses dois aspectos da questão.

Sinceramente, acredito que o que falta é apenas isso: que se encare francamente a questão e se dê um basta, um não a esse tipo de invasão cultural, a essa destruição social. Que medidas adotar para isso? Têm que ser tomadas medidas drásticas, radicais mesmo. Pode-se fazer algo semelhante ao que foi feito há alguns anos quanto às propagandas de cigarro: faz-se propaganda, mas alerta-se a população sobre os males decorrentes do fumo; o próprio fabricante é obrigado a alertar a população de que aquilo é nocivo à saúde, por várias formas.

No caso dessa tralha que desembarca livremente no País, tinha-se que, no mínimo, pregar o mesmo rótulo: isso é nocivo; isso faz mal à saúde do País; isso faz mal à saúde social; isso não é uma forma de manifestação cultural; isso é uma destruição total, absoluta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito bem. Muito obrigado pela sua intervenção.

Observamos aqui uma linha inicial de exposição. Ela foi caracterizada, primeiro, pela posição de Marisa Leão, que apresentou uma visão da questão de mercado – um mercado que, no Brasil, é inteiramente aberto, onde as condições de competição são absolutamente desiguais.

Um outro aspecto que considerei importante também é a associação que deve existir entre produção de TV e produção cinematográfica. No Brasil, temos uma legislação muito simplista a esse respeito. A base constitucional e a base legal asseguram a concessão de serviço público – a radiodifusão e televisão -, mas não dissociam produção de transmissão. No Brasil, as duas coisas estão inteiramente associadas, fundidas numa entidade só: quem ganha o direito de transmissão, ganha o absoluto e total controle sobre a produção. Essa é uma característica do nosso País, do Brasil.

Nos Estados Unidos não é assim. Há uma distinção clara entre o direito de transmitir e o de produzir, podendo as duas coisas serem completamente dissociadas. É saudável, é recomendável que sejam dissociadas. Este é um aspecto da maior importância do ponto de vista legislativo que o Senado não pode deixar de considerar.

Outra análise interessante é quanto à formação de mão-de-obra, ou seja, não pode haver um celeiro de craques se não houver futebol de várzea, se não houver escolinha de futebol, categorias infanto-juvenil, juvenil, sub 17, sub 16. Em outras palavras, se não houver uma produção intensa, ampla, de curta metragens, evidentemente, os longa também nunca existirão, ou melhor, existirão sempre de forma muito limitada, muito reduzida.

Esses enfoques que foram expostos inicialmente, parece-me, devem ser colocados na perspectiva da Comissão.

Antes de encaminhar esse debate, passo a palavra ao nosso terceiro convidado.

Senador Francelino Pereira, V. Ex<sup>a</sup> pede a palavra?

Então, antes da intervenção do nosso último convidado, Helvécio Ratton, Senador Francelino com a palavra.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Primeiramente, a nossa saudação aos três expositores. Com relação a Marisa Leão e Sérgio Santeiro, a Marisa é produtora, agora mesmo está, com o esposo, envolvida num filme importante para o Brasil, e o Sérgio Santeiro, que estamos conhecendo hoje, mostra-se uma revelação de quem efetivamente entende, porque pratica todos os atos do cinema. E antes que participe do



cenário o diretor Helvécio Ratton, que está aqui a minha esquerda, mineiro, já morou em vários Países e Estados do mundo – nos Estados do mundo também – mas mantém a sua fidelidade a Minas: às montanhas, ao sentimento e à vocação do meu Estado, que é uma vocação que impressiona o Brasil inteiro.

Antes que Helvécio Ratton falasse, eu gostaria de dizer que, efetivamente, ele é no Brasil uma grande expressão da cultura cinematográfica, produtor de alguns filmes. Eu gostaria de fazer um pouco de provocação no estilo Marisa ao Santeiro. Primeiramente, a impressão que temos – quase chega a uma convicção – é de que existe uma distância invencível entre o que nós aqui passamos a chamar de “povo do cinema” e a instituição parlamentar. Entre os produtores, cineastas, investidores, mas principalmente cineastas, e o Congresso como um todo, como se houvesse um certo preconceito dos cineastas em relação ao político, ao parlamentar, criando, portanto, um fosso que se mede por uma distância imensa entre a instituição cinematográfica e a instituição parlamentar.

Por isso mesmo é que essa Comissão foi criada. Primeiro para convencer o próprio Congresso, Câmara e Senado e, por extensão, as Assembléias Legislativas e Câmara de Vereadores de que o cinema é uma arte e uma indústria que tem uma importância vital para a sociedade brasileira, não apenas como cultura, não apenas como um meio de produção, mas também para o próprio desenvolvimento e a riqueza do País. Basta lembrar que o filme americano está no mundo inteiro, e no Brasil a presença dele, para usar a expressão de Santeiro, é avassaladora.

Com esse ingresso avassalador do cinema americano no Brasil a convicção que nós temos é de que, efetivamente, eles exportam também os seus hábitos, os seus costumes, e agrava-se ainda mais as desigualdades que existem no pensamento do povo brasileiro. Ora, é fundamental que naturalmente se procure uma aproximação, um convívio, ou uma convivência, do “povo do cinema” com o Governo, como já existe, mas que passe a existir também, porque nós somos uma instituição que representa, nitidamente, a sociedade brasileira, o povo brasileiro, ninguém aqui é nomeado, ninguém aqui é escolhido arbitrariamente, quem vem aqui é porque tem voto, é porque tem o apoio da sociedade e os defeitos que possuímos são os defeitos da sociedade, que termina sendo representada por nós aqui.

Por isso é que quero, desde logo, salientar a importância desse convívio, desse debate e dessa provocação. entre os cineastas do Brasil e o Parlamento brasileiro.

O próprio Congresso não tem uma convivência com a área cultural ligada ao Governo. Somente agora estamos conversando com os representantes do Ministério da Cultura sobre a televisão e o cinema.

Ainda ontem, tive uma reunião demorada com o Relator do Orçamento da União, o mineiro Carlos e o secretário de audiovisual do Ministério da Cultura. Isso não existia antes.

Agora, estamos iniciando esse debate fundamental e é preciso que dele faça parte a discordância, a controvérsia, ou melhor, a provocação, porque esta é a Casa onde a provocação se expande e onde a controvérsia nos leva, possivelmente, há algumas soluções consensuais.

Por isso mesmo, o próprio Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, está louvando os trabalhos desta Comissão, está aplaudindo a iniciativa, porque o próprio Governo, através do seu Ministério da Cultura, confessa que o próprio Ministério tem limitações invencíveis, porque não pode provocar, não pode criar provocações entre os que compõem o quadro administrativo do Governo.

Aqui não há base apoio nem de oposição ao Governo. Nesta Comissão funciona o Congresso Nacional, a sociedade, o povo e, conseqüentemente, estamos aqui, exatamente para provocar esse debate e para que vocês nos ajudem não apenas na produção e no aprimoramento da legislação existente mas também nessa debate e nessa convivência, não para aplaudir a instituição parlamentar, mas para que dela discorde. Na verdade, precisamos examinar matérias como, por exemplo, as concessões.

As concessões de tevê foram, até pouco tempo, em grande parte, destinada a políticos que se projetaram no País: rádio, televisão, até tevê comunitária, até há poucos meses eram criadas fora da legislação – até porque a legislação não existia, propriamente, retifico –, sempre através de canais políticos. Não é possível que a instituição parlamentar, que os políticos se utilizem dos meios de comunicação, obtidos através de favores ou de influências, e não colaborarem, através dos seus meios de comunicação, com orientação da sociedade brasileira.

Um dia, conversando com um representante da TV Globo, disse a ele: “Olha, por que o Jornal Nacional só apresenta notícias do Brasil terríveis? “Alguém me chamou a atenção e disse: “Não, é porque você está assistindo apenas ao Jornal Nacional. Se assistir ao noticiário desde às seis horas da manhã até meia noite, verificará que 90% dos noticiários são positivos”. É uma informação

Essa era a exposição que gostaria de fazer, inicialmente, antes que Minas e o Brasil através de Helvécio Rattton começasse a falar em continuação a Marisa e ao Santeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Concedo a palavra ao Sr. Helvécio Rattton.

O tempo aqui destinado aos demais expositores foi de 15 minutos, em torno disso, com alguma flexibilidade.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** – Antes de mais nada, concordo com as palavras do Senador Francélino. De fato, esta Subcomissão é muito importante, pois ela começa a diminuir o fosso entre a atividade audiovisual e o Parlamento brasileiro.

Qualquer ação relativa ao cinema brasileiro, para que seja duradoura, para que tenha um caráter estratégico, é impensável se não passar pelo Parlamento.

Quis trazer algumas reflexões. Escrevi-as num momento particular, pois o cinema brasileiro está conquistando prêmios no exterior, se afirmando outra vez, vem conquistando espaço, aumentado número de ingressos vendidos no Brasil. Mesmo assim – ou talvez por causa disso –, quase sempre esse cinema é alvo de uma campanha sistemática por parte da mídia, que parece querer esmagar essa possibilidade de existência do cinema brasileiro.

Esse tipo de campanha sistemática feita contra ao nosso cinema, levou-me a colocar uma pergunta: se, de fato, o Brasil deve fazer cinema ou não, ou se, seguindo a linha editorial de certas publicações, devemos nos contentar a sermos consumidores de produtos norte-americanos, estes sim, competentes e bem feitos.

Desenvolvi algumas reflexões que eu gostaria de passá-las aos senhores:

O Brasil deve fazer cinema? Para se responder a esta pergunta é preciso levar em conta não somente fatores culturais ideológicos, mas outros de ordem econômica igualmente importantes. Por seus elevados custos de produção e seu grande alcance de mercado, cinema é arte e indústria, linguagem e economia.

As possibilidades cada vez maiores de circulação de um produto audiovisual, desde as salas de exibição até mesmo na Internet, transforma o cinema na arte mais lucrativa de todas, movimentando bilhões de dólares em todo o mundo e empregando milhares de pessoas.

Para se entender a fase atual do cinema brasileiro e escolher o melhor caminho para transformá-lo em uma indústria rentável e auto-sustentada é neces-

sário examinar seus números sem complacência, mas com rigor e verdade; é preciso também olhar um pouco atrás, em nossa história recente. Na década de 70, o cinema brasileiro ameaçou de fato a hegemonia do cinema norte-americano em nosso País, chegando mesmo, entre os anos 74 e 79, a arrecadar 50% da receita anual do mercado de cinema.

Apavorados na época, os distribuidores estrangeiros desencadearam uma verdadeira batalha jurídica contra os mecanismos que regulavam o nosso mercado, a cota de tela de 32% para os filmes brasileiros e o ingresso padronizado que permitia a fiscalização. O Poder Público, bombardeado por sucessivas liminares e mandados de segurança, perdeu a capacidade de regular o mercado que se transformou, progressivamente, em um espaço selvagem onde até mesmo estatísticas deixaram de ser confiáveis e perdeu-se a definição precisa de dados elementares como o número de espectadores e volume de dinheiro movimentado.

Essa situação chegou ao seu auge no Governo Collor que extinguiu os órgãos de cinema Embrafilme e Concine em nome da liberdade de mercado e da livre concorrência. Liberdade de mercado para quem? O que se viu no início dos anos 90 foi a produção do cinema no Brasil cair a zero, gerando o desemprego no setor e sucateando o pouco que havia de infra-estrutura técnica e os distribuidores norte-americanos comemoraram a ocupação plena do mercado através de facilidades de importação jamais vistas em qualquer outra atividade econômica.

No Governo do Presidente Itamar Franco, no bojo de uma tímida e torpedeada tentativa de revalorizar o que é nosso, o que é brasileiro, criou-se a lei mais importante de estímulo ao cinema, a Lei do Audiovisual, que permite aos empresários investirem em cinema uma pequena parcela, 3% do Imposto de Renda de sua empresa. Uma lei que nasceu com data marcada para terminar, o ano de 2003, supondo-se que nesse período a indústria de cinema no Brasil encontraria o caminho para o desenvolvimento auto-sustentado.

As leis de incentivo à cultura, especialmente a do Audiovisual, geraram cerca de 80 filmes em um período de cinco anos entre 94 e 98, uma produção pequena mas significativa, marcada pelo aumento do nível técnico de nossos filmes que deixou para trás deficiências crônicas como, por exemplo, o som, antes considerado inaudível e hoje de ótima qualidade.

Acompanhando esse aumento de quantidade e de qualidade, a porcentagem de ingressos de filmes brasileiros no total de ingressos vendidos, partiu de

0,4% em 94 para atingir em torno de 8% este ano. De janeiro a junho deste ano, nossos filmes foram vistos por três milhões e setecentos mil espectadores, o que é um número bem maior que os três milhões e seiscentos de todo o ano passado; ou seja, em um período de tempo relativamente pequeno, o cinema brasileiro respondeu aos estímulos e seus números revelaram potencial de crescimento.

É importante assinalar que se estimulou a produção sem mexer nos outros pilares da atividade do cinema: a exibição e a distribuição. A verdade é que nossos filmes não encontram espaço para realizar todo o seu potencial econômico e ficam espremidos em seu próprio território sem que a grande maioria do público tome sequer conhecimento de sua existência.

O Brasil tem poucas salas de cinema, em torno de 1.200, e essa rede exibidora, em sua maior parte, está ligada à economia do cinema norte-americano. Esse quadro está sendo reforçado agora com a crescente entrada no mercado dos chamados “multiplex” pertencentes a grupos exibidores norte-americanos associados ou não a grupos exibidores locais. Esse novo quadro da exibição no Brasil expõe de forma clara a estratégia do capital norte-americano no setor audiovisual.

É em nosso mercado e em outros países pelo mundo afora que os filmes norte-americanos vêm pagar seus custos. Em seu próprio mercado, nos Estados Unidos, mais de 80% dos filmes norte-americanos vendem menos de 300 mil ingressos, não conseguindo, nem de longe, pagar seus custos elevados de produção. Mesmo contando com uma rede exibidora de 35 mil salas e um grande mercado de TV e **Home Video**, os filmes americanos não se pagam em seu país. Mas a imensa capacidade que tem Hollywood de exportar seus produtos aliada à mentalidade subserviente das elites dos países pobres é que transforma em sucessos no mundo inteiro seus prejuízos internos.

O cinema norte-americano ocupa não só a quase totalidade de nossas salas de exibição durante quase todos os dias do ano, mas também são norte-americanos a maior parte dos filmes exibidos nas tevês e oferecidos nas locadoras de vídeo e DVD. Para nos contrapormos a esse verdadeiro rolo compressor, é vital e urgente a ampliação do circuito de salas ligado organicamente ao cinema brasileiro. Esse circuito, hoje restrito aos chamados cinemas de arte, deve-se expandir para o centro e para os bairros populares de nossas grandes cidades, buscando também chegar às cidades médias do interior do Brasil.

Para trazer de volta os espectadores que o cinema brasileiro perdeu ao longo desses anos, afugentados pelo fechamento das salas populares e pelo alto custo dos ingressos, é preciso, inclusive, pensar em ingressos mais baratos para os filmes brasileiros a serem exibidos nessas salas. Mas para estimular a produção e exibição de filmes brasileiros, é preciso recursos além daqueles originados simplesmente pelas leis de incentivo à cultura. Esses recursos podem vir, por exemplo, em parte, da taxa justa dos filmes estrangeiros. O que deixa em nosso país, por exemplo, um filme como *Guerra nas Estrelas – Episódio I*? Ocupando, na época do lançamento, mais de 400 salas e com um faturamento estimado de US\$30 milhões, um filme como esse paga R\$1.090,00 aos cofres públicos e nos deixa, literalmente, como o personagem daquele filme, o Jajá, com cara de imbecis. Há um personagem nesse filme, que talvez seja, no imaginário de Hollywood, um representante dos países pobres, que está sempre dizendo “eu te amo” ao salvador que o tira do pântano. Mas, na verdade, esse salvador nos tira do pântano, ou ele é que nos coloca lá, nos deixa atolados nesse pântano até o pescoço? E será que, depois de receber essa gorjeta de R\$1.090,00, devemos também dizer-lhes “eu te amo”?

É significativo que a parcela de nossas elites que combate o cinema brasileiro não considere um escândalo esse verdadeiro confisco financeiro. Parte do lucro dos filmes estrangeiros deve ficar no país para gerar empregos e renda através do fortalecimento da indústria local. E esses impostos podem ser investidos não somente na produção de filmes estrangeiros, como também em sua divulgação, tornando menos desigual a competição com os filmes norte-americanos, assim como podem, também, ser investidos em programas de formação de público, levando o cinema brasileiro às escolas de 1º e 2º graus. Se a criança e o jovem brasileiro não se acostumam desde cedo com a dramaturgia nacional, nossos filmes é que parecerão estrangeiros para eles, assim como nossa estranha realidade, tão diferente daquela dos filmes norte-americanos.

Outra possibilidade de financiamento para o cinema brasileiro está no faturamento das emissoras de televisão, concessões públicas que sempre se alimentaram duplamente do cinema. Em primeiro lugar, porque são as tevês que mais exibem e faturam com os filmes, pagando, no entanto, uma miséria para os filmes nacionais, que sempre garantem boa audiência. Além disso, as televisões absorvem e incorporam em suas produções as conquistas de linguagem esta-



belecidas pelo cinema, que é a ponta-de-lança da indústria do audiovisual na vanguarda da experimentação e da criação em matéria de narrativa. Deve-se levar em conta também o fato de que nossas tevês, ao contrário das norte-americanas, não são obrigadas por lei a comprarem produções locais independentes.

Considerando-se tudo isso, nada mais justo que uma pequena porcentagem do faturamento publicitário das televisões se destinasse a fomentar a indústria brasileira do cinema. O certo é que existem alternativas para financiar nosso cinema, para fomentá-lo, sem que os recursos devam, necessariamente, sair dos cofres públicos. Mas, para isso, é preciso contrariar interesses estabelecidos a longa data e que possuem pesados meios de pressão sobre o Governo e a opinião pública. É preciso considerar o cinema como uma atividade estratégica, como ponto de afirmação de nossa cultura não só no exterior, como também aqui dentro.

O cinema, como já foi dito tantas vezes, funciona como espelho, como referência de um povo, para que esse possa encontrar e admirar sua própria identidade. Não é à toa que países tão diferentes como a França e o Irã apóiam seu cinema com leis de incentivo à produção e estabelecem cotas de tela para exibição de seus produtos. Acreditar que um mercado acostumado às facilidades de importação e ao lucro irrestrito possa abrir espaço para o filme brasileiro, achar que, quando o filme é bom, sempre encontra mercado, mais que ingenuidade, é burrice ou má fé. Garantir uma cota de tela para que a produção do País possa ser vista e realizar seu potencial econômico não significa impedir a entrada de filmes estrangeiros. Ao contrário, deveríamos também assegurar ao nosso público a possibilidade de conhecer os diferentes cinemas que se produzem no mundo através de acordos de reciprocidade de exibição. Isso sim é que significaria assegurar a existência de uma diversidade cultural e de uma verdadeira democracia da imagem.

Por tudo isso, é fundamental que o Brasil tenha uma posição firme sobre a indústria audiovisual para a nova etapa de negociações comerciais planetárias que virá com a rodada do milênio. Da mesma forma como é necessário preservar a biodiversidade para assegurar a vida, devemos buscar o equilíbrio entre as diversas culturas do planeta para assegurarmos a convivência pacífica e o respeito mútuo entre os povos. As trocas culturais entre os países, que são também trocas econômicas, como no caso do cinema, devem ter como princípio a igualdade e a contrapartida. O Brasil não só deve como precisa fazer cine-

ma para gerar empregos e riquezas, para reforçar a nossa auto-estima e conquistar o respeito da comunidade internacional.

São essas as reflexões que gostaria de trazer para os senhores e acho inclusive que o cinema é uma atividade que expressa, de forma exemplar, o que vem acontecendo no conjunto da economia brasileira na medida em que antes tínhamos uma participação expressiva do Estado, anos atrás, através da Embrafilme e do Concine e depois no Governo Collor chegamos no ponto zero com a extinção dessas estatais e nesse momento está-se repensando que papel o Estado deve cumprir nesse mercado, se ele deve simplesmente abandoná-lo às leis de incentivo ou se ele deve cumprir também um papel fomentador e regulador desse mercado, na medida em que fica claro para o mundo inteiro que quando se deixa os mercados flutuarem ao bel-prazer, os interesses da economia hegemônica e que, coincidentemente ou não, dominam a hegemonia do cinema, ocupam, de forma devastadora – como falou o Sérgio – os cinemas locais.

Essas são as reflexões que trago aos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Agradeço ao Diretor Helvécio Rattón pelas palavras trazidas. Parece que ficou bem delineada a sua forma de ver a questão, o seu raciocínio sobre o cinema. É possível depreender que a política empreendida pelo Governo Federal a respeito desta questão relativa à produção cultural, ao cinema especificamente, embora possa ser considerada uma linha correta, tem ampliado as possibilidades, porque a participação do cinema brasileiro no mercado passou de 0,4% para 8% e o número de espectadores, em junho, era de três milhões e setecentos mil, portanto, igual ou quase correspondente, ao do ano passado. Na metade deste ano praticamente já havíamos atingido o número do ano passado.

Então, a linha adotada aparentemente é correta e adequada. No entanto, o que me parece também claro é que ela é insuficiente, ou seja, novas políticas públicas mais incisivas, mais contundentes possivelmente devam ser adotadas. Em busca disso criamos esta Comissão. Foi em busca dessa idéia, dessa análise e dessa aferição de elementos que o Senador Francelino Pereira idealizou, promoveu, criou e convocou a todos nós para esta Comissão.

Gostaria de fazer o registro de que já temos a sessão do Senado em andamento e possivelmente, a qualquer momento, no início da Ordem do Dia, teremos que encerrar nossos trabalhos. Por isso, gostaria de passar a palavra aos Srs. Senadores que queiram fazer uso, pedindo que sejam concisos, objetivos, di-

retos nas perguntas e respostas, para que possamos ter o máximo de proveito até esse momento inevitável em que teremos que encerrar este interessante trabalho de hoje.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, vou procurar ser o mais breve e objetivo possível indagando da Produtora Marisa Leão se nesse documento contendo experiência de outros países se encontra alguma dessas experiências interessantes para aproveitamento por parte dos brasileiros?

Segunda questão: Essa parceria com a televisão que a Senhora ressaltou e que parece ter apoio de todos me causa um receio. Acredito que nós políticos temos a obrigação da sabedoria, de contornar os obstáculos políticos, isto é, a parceria com a televisão tem que ser encontrada de modo que interesse à televisão e não que a obrigue, porque, se for simplesmente uma cláusula obrigatória a favor do cinema, gera-se a má vontade dentro da televisão e o resultado pode ser contraproducente. Temos que buscar os meios de fazer essa parceria de modo a interessar à televisão junto ao cinema.

Ao Santeiro eu perguntaria o seguinte: na área do curta-metragem, parece-me, não existe uma concorrência maior por parte do cinema estrangeiro. Como é que se comporta, digamos assim, essa concorrência na área do curta-metragem? O curta-metragem se beneficia também dessas leis de incentivo? Como se dá isso?

Entendi o Santeiro dizer que há uma lei do curta-metragem que não é cumprida. Eu queria, explicitamente, ter um conhecimento maior disso.

Finalmente, qual é a destinação dos seus alunos? Ou seja, eles encontram – e em que percentagem estimativa – lugar no mercado de trabalho ou se desviam para outras atividades? No contato que você tem com seus alunos, como é isso?

Ao Helvécio, teria a seguinte questão: a produção deste ano, como está? Está caindo? Subiu de 0,4% para 8% na bilheteria. Mas já foi maior do que isso em outros tempos? Como está especialmente este ano?

Ainda mais: quanto a essa relação da TV com o cinema nos Estados Unidos, V. S<sup>a</sup> colocou que há uma certa obrigatoriedade de aquisição. Eu queria saber um pouco sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Vamos começar pela ordem estabelecida pelo próprio Senador Roberto Saturnino.

A Produtora Marisa Leão tem a palavra para responder a sua parte das perguntas.

**A SRA. MARISA LEÃO** – Senador Roberto Saturnino, permito-me a liberdade de começar pelo segundo ponto: a televisão.

Isso aqui também vou deixar nas mãos dos Senadores José Fogaça e Francelino Pereira.

Todavia, antes de tudo, gostaria de, mais uma vez, louvar essa iniciativa. A expectativa que o setor cinematográfico tem diante dos trabalhos desta Comissão é concreta e real e, a meu ver, eles estão caminhando muito bem.

Com relação a essa questão da televisão, trago aqui um documento, publicado este ano na Espanha, cujo título é “Televisão e Cinema: uma dupla obrigada a entender-se”. Se V. Ex<sup>as</sup> me permitirem, poderei lê-lo em menos de um minuto.

A participação da televisão no financiamento da produção audiovisual durante as duas últimas décadas é um fator-chave para se entender a indústria cinematográfica espanhola atual. A inversão das televisões no cinema espanhol não é um aspecto exclusivo da Espanha; trata-se de uma prática comum em toda a Europa.

Assim, Senador, o que quero dizer é que não sou tão pessimista em achar que esse casamento vá se dar na polícia nem também tão otimista em achar que ele vá se dar, por um *laissez-faire*, no Outeiro da Glória. A meu ver, é preciso que algumas forças, não tão ocultas assim, contribuam para que esse rapaz perceba nessa moça as suas qualidades. Há uma certa necessidade de indução.

O Helvécio tocou num aspecto importante quando disse que cabe ao Estado o papel de regulador. Essa regulação, não necessariamente, precisa ser expressa de forma autoritária, mas deve ser conduzida de maneira hábil e estratégica para o entendimento de que, do jeito como as coisas se encontram, não há sequer necessidade de se procurar casamento fora do clã. O clã abastece totalmente os casais.

Com relação à sua segunda questão, ou seja: o que há na legislação de outros países que poderíamos usar, parece-me a mais importante. Quando se fala da necessidade de se complementar a política atual de investimento em cinema, que hoje é exclusivamente de incentivos fiscais – e, como bem disse o Senador José Fogaça, é insuficiente, precisa ser complementada por uma série de ações -, não é preciso imaginar que nós precisemos de dinheiro público para isso. Nos outros países isso é feito taxando-se a própria atividade. Quer dizer, taxa-se a atividade

vídeo, taxa-se a própria atividade cinema, a importação de títulos.

Neste momento, eu diria que talvez o projeto urgente urgentíssimo, hoje, é a renovação do Decreto nº 1.900. Esse decreto já existe, mas taxa apenas a entrada de filmes estrangeiros para o mercado de cinema. Fizemos um estudo incluindo esta taxa também para o mercado de vídeo, televisão aberta, televisão fechada e por satélite. Estima-se que isso possa contribuir com uma renda em torno de 40 milhões/ano para a atividade audiovisual.

Ora, é preciso deixar claro que este ano de 1999, dos R\$160 milhões de renúncia fiscal aprovada pelo Executivo, o cinema captou até esta data em torno de R\$12,5 milhões; é um dado muito baixo. Não se trata mais de discutir se a política de incentivo fiscal é insuficiente ou não. É preciso tomar medidas urgentes para que se extraiam da atividade, como é feito em outros países, recursos que possam torná-la contínua, perene e que tenha condições de criar volume, sem o que nós ficamos a mercê de dados.

Volto a insistir, nós crescemos neste ano porque os filmes lançados com apoio da **Globofilmes** deram essa visibilidade a que o Helvécio se referiu. Se você não tem, não vai conseguir crescer.

Existe um projeto que foi entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro Francisco Weffort, que se chama Projeto de Isonomia Competitiva na Comercialização do Filme Brasileiro no Mercado, que passei as suas mãos na semana retrasada, que propõe exatamente isto: a competição tem que se dar por uma igualdade de visibilidade, sem o que nada é possível.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito bem!

Com a palavra o Professor Santeiro.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Senador, eu começaria, digamos, pelo fim: em que medida os nossos alunos são aproveitados, incorporados.

Embora não tenhamos um acompanhamento muito preciso quanto a isso, estimaria que em torno de 30% dos alunos sobrevivem na flutuação do mercado de trabalho do cinema. O próprio mercado de trabalho audiovisual é flutuante, é o que nós estamos vendo. Na medida em que essa outra modalidade – e aí respondo a parte anterior, sobre o curta-metragem, pelo qual eu realmente me empenho basicamente – seria justamente uma modalidade quase que reguladora, quase que de entressafra, inclusive da produção. Aliás, na história do cinema brasileiro, a atividade do filme cultural, como nós englobamos todo esse

setor de curta-metragem, documentários, funcionou justamente no intervalo entre os ciclos de produção comercial como uma forma de manutenção da mão-de-obra dos técnicos, do pessoal, dos profissionais, enquanto a produção propriamente comercial não retomava. A área de produção tem inclusive esse papel.

Desde o início do cinema no mundo, que começou em curta-metragem – eram filmes pequenos, no Brasil, também – não havia muito a presença do filme, do curta metragem estrangeiro. Mas curiosamente e graças ao espaço que o próprio curta-metragem, que se manteve, nos momentos de seca do cinema brasileiro recente, dos anos 90 para cá, como uma forma ativa de produção. E inclusive dos próprios cursos de cinema, da própria Universidade Federal Fluminense, que se manteve ativa durante esse tempo. O que, acredito, despertou um pouco o público consumidor, restrito, para essa forma de cinema, que corresponde – sempre há uma grande discussão a respeito –, mal comparando, ao conto, em literatura, ou ao soneto, em poesia. Ou seja, é uma forma menor mas não menos específica, que tem as suas próprias normas, as suas próprias formas. Não é apenas um filme menor. É um gênero de criação.

Finalmente, nos últimos tempos, fico até surpreso, às vezes, de ver que tem havido, na mesma medida em que a lei não é cumprida efetivamente, porque, V. Ex<sup>ta</sup> me permitam, no caso, o Executivo...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – A lei diz o que, especificamente? Que todo filme longa metragem estrangeiro tem que ser exibido concomitantemente com o curta?

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Exato. Cabe a exibição de um curta-metragem antes de cada longa estrangeiro. Ocorre que essa lei é parte da mesma lei que criou a Embrafilme, em 1974. Com a extinção da Embrafilme, interpretou-se que a lei teria sido extinta. Bem, não preciso dizer no Senado Federal que não se extingue uma lei exatamente assim. Enfim, há um lado que não escondo, altamente contencioso, com o Ministério da Cultura e com a Secretaria do Audiovisual, que, digo claramente, preferem não levantar essa área de atrito, de confronto, com os exibidores e distribuidores estrangeiros, pois preferem descobrir formas de negociar o filme de ficção comercial de longa metragem. Ou seja, o pequeno, coitado, paga o pato da briga entre os grandes. É algo que se repete há muitos anos. É algo que, na retomada do processo, não se conseguiu convencer... Há inclusive pareceres jurídicos de que a lei está em plena vigência. Mas o



Ministro da Cultura se recusa a aceitar os pareceres, se recusa a aceitar essa ponderação.

O fato é que a lei continua sendo descumprida, o que gera todo esse quadro curioso. No entanto, os curtas estrangeiros começam a circular no País. Inclusive, e é um dos pontos para o qual tenho alertado – e passo à Presidência o documento –, subsidiava-se a exibição dos curtas estrangeiros em festivais, em mostras, pois há a lei de incentivo à cultura, em detrimento do próprio curta-metragem brasileiro, que pode, teoricamente, ser favorecido por leis de incentivo tanto quanto outras produções audiovisuais. Contudo, ele não tem a presença, não tem o poder econômico para poder caber nas leis de incentivo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o fato de que uma das missões desta Comissão deverá ser esclarecer a vigência da lei. Se está em vigor ou não, se devemos reforçá-la ou modificá-la. Mas não tem sentido existir uma lei que não se cumpra.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** – Senador, começando pela última pergunta, sobre as televisões, sobre como se separa, nos Estados Unidos, a produção da emissão de programas, a legislação é bem clara. Aquele que exibe tem que comprar produção independente local. Inclusive, em termos regionais, a lei obriga, a fim de estimular a produção regional.

Nesse sentido, existia um projeto de lei no Brasil obrigando a produção regional das televisões que nunca foi votado e nem colocado em prática. Penso que isso coloca uma condição quase de monopólio para a televisão, na medida em que ela pode produzir e exibir tudo o que produz, sem que ela tenha o compromisso de comprar a produção local, ou seja, o produtor independente, aquele que não tem a concessão do canal público de televisão, não tem a quem vender, já que quem exibe produz os seus próprios programas ou compra de fora.

Penso um pouco como a Marisa. Não sei se é um casamento na base do delegado, mas deve estar perto, porque senão não casa. Cortar a própria carne ninguém corta, e já foram muitos anos em que a televisão brasileira procede dessa forma.

É curioso, inclusive, porque, sempre que é exibido na televisão, o cinema brasileiro obtém muito sucesso, dá muita audiência. No entanto, o preço que as TVs pagam por nossos filmes é um preço muito menor que o filme estrangeiro, e essa cumplicidade de produção nunca aconteceu, ao contrário do que vem acontecendo na Espanha, na Inglaterra, na França e em outros países, principalmente nos Estados Unidos.

Em relação à questão de participação no mercado, na verdade, nos anos 70 e 80, a participação de filmes brasileiros no mercado era de 24%, 29%, 30%, até atingir 35%, no ano de 1982, com 80 filmes produzidos por ano. Em 1992, essa taxa cai para zero, praticamente, com três filmes apenas lançados no mercado, e depois, timidamente, esses números vêm crescendo até esse ano, como falamos, até chegar a um ponto de 8,6%.

É preciso ressaltar que esses lançamentos desse ano, e mesmo do ano passado, referem-se a um momento em que houve uma produção maior. Estamos, nesse momento, acho que por força da queda na arrecadação fiscal, por conta da marcha de investimento da Lei do Audiovisual no Cinema, enfrentando uma produção muito menor. Há que se temer quantos lançamentos teremos no ano que vem. Nesse sentido, há uma certa expectativa de que possa cair essa participação crescente, na medida em que a própria produção está caindo. Isso revela, como já foi dito aqui, que as leis de incentivo não são suficientes para garantir essa dinâmica de funcionamento do cinema brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito obrigado. O próximo participante é o Senador Lúcio Alcântara.

Antes de S. Ex<sup>a</sup> usar da palavra, quero fazer o registro de que o que aqui já ouvimos, que já ameaçamos como informação a respeito dessa questão do cinema no Brasil, mostra-nos claramente que o problema da produção talvez seja um dos menores, seja daqueles menos dramáticos ou decisivos. A grande questão é essa garantia de espaço, garantia de veiculação, uma possibilidade regular de exibição, ou seja, como isso pode ser transformado em norma jurídica com poder de coerção legal. O tal do casamento na polícia, na verdade, é a coerção legal, a possibilidade de a lei impor normas de conduta.

É claro que não se pode perder de vista o senso de mercado. É preciso que haja, também nesse âmbito, uma certa concorrência entre o produto nacional, em busca de qualidade. Não podemos perder essa perspectiva da qualidade, porque, sem ela, também, em pouco tempo, teremos aquilo que aconteceu com a Lei de Informática: a desmoralização da própria lei, que tenta criar uma reserva de mercado e uma abertura que nunca mais tem volta.

Esse raciocínio é importante nesse momento, uma vez que várias conclusões, de alguma maneira, os Srs. Senadores da Comissão estão positivamente extraíndo desses importantes debates que aqui têm sido feitos.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Srs. Senadores, senhores convidados, no meu segundo mandato de Deputado Federal, dediquei-me em profundidade a estudar essa questão, não só do cinema mas dos audiovisuais. Elaborei três ou quatro projetos de lei que tiveram o destino mais freqüente nos projetos de lei, que foi a gaveta, inclusive porque mexiam com interesses muito poderosos. Um deles era a questão da produção independente, obrigando, pelo menos parte dessa produção, as televisões adquirissem de produtores independentes. É evidente que o projeto não prosperou, obrigando a programação local ou regional das emissoras de televisão e vários aspectos, e eu não me limitei a apresentar os projetos. Eu mantive várias reuniões com diferentes setores desse chamado povo do cinema. Primeiro, que é um povo heterogêneo, porque os interesses nem sempre são os mesmos, embora todos façam parte dessa atividade, os interesses dos exibidores não são os mesmos interesses dos produtores, dos financiadores, dos laboratórios de cópia, pois nessa época era um monopólio, só um que fazia e pronto. Hoje em dia eu não sei como está isso. É algo extremamente complexo. Inclusive a atividade que ora é arte, ora é indústria. Ela em si mesmo tem um quê de ambigüidade. Logo, na hora em que você trata a indústria é produção, é rentabilidade, é lucro, é competição. Então, por si já um elemento perturbador na hora de se formular soluções. Há visões românticas, culturais, nefelibáticas, para lembrar uma expressão usada pelo nosso Presidente há algum tempo, e outros movidos pela idéia do lucro, da produção, da rentabilidade, do retorno do investimento. Se formos comparar, por exemplo, a questão das outras atividades que competem nesse mercado dos incentivos, eles se queixam muito.

O Senador Francelino Pereira, na melhor linguagem de Cataguases de Humberto Mauro, está resgatando essa discussão que é extremamente importante, porque podemos aqui, ao cabo do nosso trabalho, termos uma linha de apoio a essa atividade. O Roosevelt já dizia que com o nosso cinema, vão os nossos produtos, vão os nossos usos, vão os nossos costumes, enfim, vai a nossa cultura, ou seja o nosso modo de vida. É uma indústria poderosíssima nos Estados Unidos, inclusive em termos de exportação, etc. Então, temos que conciliar, porque só tem um povo aqui que não podemos chamar aqui que vão ser nós, os Senadores, porque aqui não tem nenhum artista, nenhum produtor, nenhum diretor, mas sim espectador. E esse é o povo que não pode ser esquecido.

Então, na hora em que você quer introduzir o mecanismo de coerção que não tem um pouco de competitividade, um pouco de qualidade, vai ser difícil. Mas concordo que se o casamento não é na polícia, o pai da donzela tem que ser, pelo menos, uma fera porque, caso contrário, esse casamento não vai se consumir. Os interesses não são os mesmos. Às vezes pode até nem ser tão antagônicos, mas não são os mesmos. Então, eu acho que a televisão tem que ser interessada no processo. Ela tem que ter uma perspectiva de lucro, de retorno, de rentabilidade, que não é só no número de espectadores mas, quem sabe, ela mesmo investir, ser parceira nessas produções que muitas delas são caras. Eu assisti agora, não estou fazendo comercial, o Mauá, que considero um filme excelente em termos de produção, qualidade, reconstituição de época, que não fica a dever nada, a nenhum outro. Quer dizer, a nossa publicidade é uma das melhores do mundo. O que está faltando é esse ninho de apoio, de estrutura, de segurança, de meios, de recursos para que essa indústria possa crescer, prosperar e desenvolver. Existem algumas coisas que podem nos ajudar, fora essa questão sobre recursos, subsídio, participação maior do Estado. Na época em que abordei essa questão, uma rede de televisão tinha índices esmagadores de audiência, pois não havia TV a cabo, não havia outras redes que estavam competindo. Hoje, possivelmente a receptividade de algumas dessas empresas que estão no mercado para negociar uma parceria com o cinema brasileiro, vai ser muito maior do que naquela época. Porque se estabeleceu, senão em níveis ideais, mas um nível maior de concorrência, de competição da televisão; seja da TV aberta, seja de TV a cabo, por satélite etc. Então, esse fator não pode deixar de ser considerado na hora de se propor esse tal casamento entre o cinema e a televisão, que considero vital, porque sem isso vai ser muito difícil assegurarmos a expressão que gostaríamos que o cinema tivesse. Então, tenho certeza que desta subcomissão vão sair muitas sugestões e propostas que vão fortalecer tudo isso, sem perder de vista o espectador, porque sem ele não há nada. Vamos fazer cinema para o povo do cinema? Temos que fazer cinema para o público. Muitos desses filmes são sucessos de audiência, de platéia no Brasil.

Quero dizer que dessas diferentes propostas e depoimentos certamente vamos encontrar um ponto de equilíbrio entre leis que protejam e o estímulo à competição, à concorrência, à qualidade, à formação de platéias, ou seja, a base sobre a qual poderemos tentar construir uma atividade proveitosa.

A economia da cultura, do lazer, da diversão é muito poderosa. Não sei quantas pessoas, por exemplo, estão envolvidas em cinema no Brasil, mas deve ser um número fantástico, mesmo considerando o nanismo do nosso cinema em termos de comparação com outras indústrias cinematográficas poderosas no mundo inteiro.

Essa é uma realidade que não podemos ignorar. Dentro disso, não podemos perder de vista, porque às vezes a mídia perde, a qualidade, os padrões éticos, tudo que não pode estar fora dos meios de comunicação.

Essa é uma atividade que cresce muito, que emprega bastante e que tem uma capacidade de expansão potencial enorme. Não podemos desprezar isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito obrigado, Senador Lúcio Alcântara. V. Ex<sup>a</sup> não dirigiu uma pergunta especificamente.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, quero fazer um pequeno aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Antes de V. Ex<sup>a</sup> usar da palavra, o Senador Agnelo Alves se inscreveu para falar. V. Ex<sup>a</sup> cederia a ele a palavra agora e depois retornaria a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – É um aparte ao que disse o Senador Lúcio Alcântara.

Só quero dizer que essa minha preocupação em relação ao casamento da TV com o cinema é porque no meio político temos que pensar que as nossas proposições podem ser aprovadas por unanimidade, aqui na Comissão, no Senado, mas chegarem à Câmara e encontrarem obstáculos, uma vez que o mundo político sofre uma pressão muito grande por parte da televisão, maior do que do cinema. Temos que pensar na viabilidade, temos que ter habilidade na formulação das regras desse casamento, de modo a não suscitar uma reação poderosa da televisão, que embargaria qualquer proposta que fizéssemos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Senador Agnelo Alves, ilustre representante do Rio Grande do Norte, jornalista renomado, Senador emérito, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. Uma vez que V. Ex<sup>a</sup> fizer a sua intervenção, retornaremos a palavra à Mesa, para que cada um dos expositores possa fazer as suas observações.

**O SR. AGNELO ALVES** – Já entendi que, a par de todos esses elogios, V. Ex<sup>a</sup> quis limitar o meu tempo sutilmente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – A interpretação de V. Ex<sup>a</sup> é subjetiva.

**O SR. AGNELO ALVES** – Claro! E vou obedecer rigorosamente.

Sr. Presidente, estamos aqui mais para ouvir do que para falar. Na verdade, o que eu tinha a dizer o Senador Lúcio Alcântara já o disse com muita propriedade. Estamos em uma multifacetada indústria, que supõe produção, exibição, mil caracteres que uma lei só não vai resolver.

Primeiramente, queria registrar que cinema e televisão são diferentes. Uma novela que fosse passada nas telas de cinema não teria o menor êxito. Ir ao cinema toda noite jamais!

Em segundo lugar, no Brasil, não há uma cultura uníssona, ou seja, uma única cultura. Há aqui a cultura italiana, que está fazendo o maior sucesso na novela; a cultura alemã, da terra de V. Ex<sup>a</sup>; a cultura mineira; a cultura nordestina. Somos um povo – graças a Deus – de uma etnia que se misturou e que está procurando uma identificação. Não tem ainda uma identidade, mas chegará lá.

Considero importante, cada vez mais, que, antes de incentivar, devemos premiar os melhores. Se se produziu e é bom, magnífico, maravilhoso, premia-se! Com isso, despertaremos para uma produção cada vez melhor.

Outra coisa é o casamento. Sr. Presidente, os artistas são os primeiros a dizer que o papel passado não vale nada. Como vamos querer impor um casamento de papel passado, com lei e com delegado à porta? É difícil, é muito difícil convencer disso as pessoas e, principalmente, os artistas.

Mas há um ponto de partida, que considero importante: alguém – não me lembro quem – disse que foi entregue ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro da Cultura um documento que representa o pensamento da indústria cinematográfica. Seria muito importante que avocássemos esse documento, para que pudéssemos estudá-lo, já que se pode constituir em um ponto de partida, em um aperfeiçoamento, em ponto de debate, em rejeição ou em adoção.

Por último, gostaria de dizer que esta Casa – como já frisou o Senador Francelino Pereira – é uma casa de espectadores, mas que aqui há muitos artistas também.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – A palavra fica franqueada à Mesa. Pergunto ao Senador Francelino Pereira se deseja intervir neste momento ou após a análise e as observações dos nossos convidados.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Ao final, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Concedo a palavra a V. S<sup>a</sup>, que já havia solicitado a palavra.



**A SRA. MARISA LEÃO** – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senador Lúcio Alcântara, tive o prazer de ser uma das pessoas que conversaram com V. Ex<sup>a</sup> naquela época. V. Ex<sup>a</sup> foi ao nosso escritório, meu e do Sérgio Resende, e conversamos bastante. Naquela época, a sua iniciativa parecia um laguinho em um deserto. Ninguém estava pensando naquilo, e V. Ex<sup>a</sup> já vinha em busca de um entendimento sobre esta questão.

Queria ater-me ao aspecto mencionado por V. Ex<sup>a</sup>. Penso que não estamos, em nenhum momento, querendo paternalizar a incompetência. É preciso ficar bem claro que, como em qualquer setor, produz-se do bom, do médio, do ruim, do excelente, e isso não é exclusivo do Brasil, acontece em qualquer país. Agora, trata-se de tentar evitar o massacre do que é competente.

O senhor citou o filme “Mauá”, que foi lançado recentemente. Ele contou, mais ou menos, com algo em torno de R\$500 mil em mídia, o que, para o mercado nacional – ele foi lançado em todo o Brasil –, é muitíssimo pouco. Talvez ele necessitasse ter de investimento em mídia alguma coisa como R\$2 milhões a R\$3 milhões, que é o que os filmes lançados pela Globo Filmes têm. Então, nesse caso, há um massacre da competência, se o senhor concorda comigo que o filme tem valores e méritos. Não cabe a mim aqui dizer, até porque foi feito pelo meu marido. Abstenho-me de fazer considerações, juízos de valor. Eu apenas diria: que condições de competitividade tem esse filme num mercado em que, na mesma semana, abre-se o jornal e o anúncio do filme tem um tamanho e o do outro é bem maior? Quer dizer, são essas coisas.

O projeto a que me referi, Senador Agnelo, que foi entregue ao Presidente da República, versa exatamente sobre isso. É um programa de isonomia na comercialização. Porque, se eu produzo e tenho confiança naquilo que decido produzir, eu gostaria de ter condições de igualdade. Inicialmente, de visibilidade. Se o espectador souber de mim o mesmo que sabe do “Sexto Sentido”, aí eu me sinto perdedora ou ganhadora com justiça. Mas, se ele sabe de mim uma centimetragem e sabe do outro uma centimetragem diferente, de que isonomia competitiva estamos falando?

Por fim, quero dizer ao Senador Agnelo, com relação à questão da televisão, que penso que temos um momento ímpar hoje, a nosso favor, para não pensar num casamento na polícia. Há interesses hoje da televisão que estão sendo discutidos na Comissão de Comunicação como raramente foram. Creio que é

hora de o Congresso negociar. E é hora de nos perguntarmos se devemos considerar simplesmente essa questão um tabu – e vamos, então, fazer desta Comissão e do seu resultado um conjunto de coisas que deixe de enfrentar a grande questão –, ou se encontramos um jeitinho de colocar tudo na mesa, num momento em que as televisões estão tão interessadas em algumas coisas importantes. Este é o momento certo, e é já, está sendo agora.

Não vejo com desesperança, Senador Saturnino, a introdução desse assunto neste momento. O momento é propício, como nunca o foi. E, talvez, com um pouquinho de jogo de cintura, a gente consiga até uma foto bonita na porta da igreja.

**O SR. AGNELO ALVES** – Vamos tentar que o delegado convença.

Agora, há também o problema da segurança. Em casa, você está comodamente sentado assistindo à televisão. Só vou ao cinema em **shopping**, onde meu carro está bem guardado e eu estou muito bem guardado lá dentro. Porque, se você for ao cinema num descampado, isolado, você corre risco de vida e o seu carro já era.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Senador, só um comentário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Já passo a palavra ao senhor, em seguida. Não se sinta constrangido nem limitado.

Já estamos no momento de encerrar. Então, quero dar aos nossos convidados, que fizeram exposições aqui tão estimulantes, provocativas e construtivas, o momento da exposição final.

Pela informação que tenho, às 11 horas e 40 minutos, haverá o início da Ordem do Dia. Portanto, 15 minutos, podemos conceder cinco minutos a cada um dos convidados para que tenham observações em torno de tudo o que foi dito e esclareçam os Srs. Senadores; e ainda podemos ouvir o Senador Francelino Pereira, o grande mentor desta Comissão.

Concedo a palavra ao Professor Sérgio Santeiro para que a use como intervenção final e atenda às dúvidas e expectativas dos Srs. Senadores.

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Agradeço novamente minha participação nesta Comissão, vindo a importância que ela realmente tem. Minha presença se deve basicamente ao fato de representar um setor que não somente, como eu já havia falado, é um setor dos menores produtores e realizadores de cinema, como por ser responsável pela destinação de boa parte dos jovens, futuros realizadores e profissionais do audiovisual.

Na área específica chamada filme cultural, eu insistiria numa deliberada e radical proteção, sim. Há o que se imaginar de eventual competitividade numa economia de maneira mais ampla, mas há questões estratégicas, fundamentais das quais não se deve, em hipótese alguma, abrir mão e em que se deve ter uma atitude efetivamente mais decidida. Não se pode permitir que a devastação que os filmes estrangeiros provocam na economia cinematográfica brasileira se some à devastação dos valores culturais e sociais muito mais da informação da população no futuro. E, sobretudo, que se subsidie abertamente a produção cultural estrangeira em detrimento do que é o mercado de trabalho que temos que garantir aos jovens formados ano a ano.

Passo ao Presidente, Senador José Fogaça, um artigo recente de minha autoria publicado na imprensa e mais alguns pontos que talvez consolidem um pouco o que havia sido exposto aqui como forma de contribuir para os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Concedo a palavra ao Diretor Helvécio Ratton para que responda às gentis e criativas provocações do Senador Agnelo Alves.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** – Senador Agnelo Alves, como o cinema faz parte da indústria do entretenimento como o Senador Lúcio Alcântara realçou bem e, ao mesmo tempo, talvez seja a atividade econômica mais poderosa hoje no mundo, o setor que mais cresce e fatura, às vezes, há uma certa dose de ingenuidade nessa discussão que permeia nós todos que somos não só produtores, mas espectadores.

As questões do cinema vão muito além do gosto pessoal. Brincando com o que S. Ex<sup>a</sup> havia falado, quando falamos em cinema, parece que nos referimos à sala de cinema. Na verdade, o que as televisões mais exibem são filmes. Como S. Ex<sup>a</sup> sabe, há canais de televisão a cabo que se dedicam exclusivamente a exibir filmes o dia inteiro. E o que mais exibem mesmo as TVs abertas é cinema. O casamento da TV exibindo cinema já se deu há muito tempo. O que não aconteceu com o cinema brasileiro em particular.

Na **Folha de S.Paulo** de ontem, foi publicado um editorial do Clóvis Rossi a respeito da indústria do audiovisual. Achei bem curioso. Ele escreveu o editorial a partir de Lausanne. Acho bom que ele esteja na **Folha de S.Paulo**. O artigo se chama "Eles Protegem, Eu Abro". Ele fala o seguinte: "já que o Brasil gosta tanto de imitar o Primeiro Mundo, bem que poderia copiar a iniciativa da União Européia sobre a indústria cultural no que se aplica à chamada rodada do

milênio; ou seja, um conglomerado de quinze países europeus fechou questão a respeito de sua capacidade para definir e implementar suas políticas culturais e audiovisuais, com o propósito de preservar a diversidade cultural.

Traduzindo: os europeus querem ter o direito de defender sua indústria cultural do que chamam de invasão norte-americana, ou, se o leitor preferir de uma forma simplificada, eles querem ter o direito de terem sua própria Embrafilme, para proteger, no caso, a indústria cinematográfica. Perfumaria? Talvez não.

Leia-se o seguinte trecho do delegado do Governo francês publicado no **Le Monde**: "O verdadeiro combate deve também ser levado contra a poluição dos espíritos e das sensibilidades, a fim de proteger as especificidades de todas as culturas e de todas as formas de expressão contra os rolos compressores econômicos que se beneficiam das vantagens da língua inglesa. Pelo menos para a rodada do milênio o Brasil ainda não tem posição firmada nessa área da indústria cultural. Conviria discuti-lo enquanto é tempo, antes que a tal poluição dos espíritos seja irreversível. À luz da posição européia conviria igualmente analisar melhor se é ou não conveniente abrir o seu mercado jornalístico para a participação do capital estrangeiro como está em debate."

Quer dizer, ela está dizendo que a questão da imprensa, no nosso caso, é uma porta já arrombada há muito tempo.

**O SR. AGNELO ALVES** – Licença, eu queria acrescentar só um detalhe. Todos esses países não têm a metade da extensão territorial do Brasil. Assim, é fácil obter tudo isso. A minha cultura de nordestino, por exemplo, é diferente da cultura do Senador Francelino, que é mineiro, da cultura do Senador Fogaça, que é do Rio Grande do Sul. Mas a Globo monta para o Brasil a cultura do Rio de Janeiro. Pior do que isso, a Globo e todas as televisões geradas em São Paulo nos impõem os maiores bandidos do mundo e que hoje são admirados pelas nossas crianças, já que não há nenhum grande xerife brasileiro para combatê-los.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – A informalidade permite que se tenha esse tipo intervenção.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar da palavra.

**O SR. HELVÉCIO RATTON** – Para encerrar, gostaria de agradecer a V. Ex<sup>as</sup> pela oportunidade de estar aqui, de trazer algumas idéias. Mais uma vez quero reafirmar que a nossa esperança é de que de fato uma nova etapa do cinema brasileiro passe também por uma legislação mais moderna e não necessariamente coercitiva, mas que saiba entender o papel do Estado nessa atividade econômica tão forte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Marisa Leão, para que encerre sua participação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Posso pedir que seja feito um comentário rápido sobre multiplex e suas conseqüências. Isso vem para o bem ou para o mal?

**A SRA. MARISA LEÃO** – Eu diria, Senador, que seria para o bem se houvesse um sistema em que a visibilidade estivesse toda concentrada num mesmo espaço, porque a competitividade se tornaria maior. Assim, o multiplex reforça mais ainda a necessidade de termos condições para competir naquele mesmo espaço. Sem isso, ocorre um massacre. Não é preciso nem jogar a bolinha de gude, porque ela não vai cair na bula. Não há condições

Eu queria despedir-me e agradecer a V. Ex<sup>as</sup> por este convite. Ao mesmo tempo em que esta Comissão está desenvolvendo esse trabalho de massa crítica a fim de formular uma proposta concreta, gostaria de dizer que acho que há um consenso aqui. O Senador Fogaça se referiu a isso e também vários outros Senadores. O modelo atual de alavancar o setor a partir exclusivamente de leis de incentivo é insuficiente. Nós temos um orçamento em votação. Nós temos alguns sistemas que nos permitiriam criar uma solução para a produção do ano 2000, para o emprego do ano 2000, para a alavancagem do ano 2000. Se isso não for feito, se não for votado até 31 de dezembro, nós provavelmente enfrentaremos problemas mais graves. O que eu pediria é que, ao mesmo tempo em que se está desenvolvendo este movimento aqui, ficássemos bem atentos a propostas que chegarão ao Senado na próxima semana. Nós temos uma reunião, amanhã, no Rio, da Comissão de Cinema com o Secretário do Audiovisual. Temos ainda duas propostas bem concretas para a criação de dois programas de alavancagem da produção e da comercialização do cinema brasileiro, para já entrarem em vigor no ano 2000.

Isso é muito importante.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Só para concluir, quero dizer, primeiro, sobre o que a Produtora Marisa Leão falou, comentando uma afirmação do Senador Saturnino sobre o poder da televisão, que é a oportunidade que ela acha que há no momento em função de algumas questões de interesse desse setor, que realmente a televisão tem, particularmente sobre o Governo, sobre as autoridades do Poder Executivo,

sobre os políticos de uma maneira geral uma força muito grande. Ela, em determinados momentos, pode condenar ou louvar uma determinada posição, um determinado político ou esquecer, porque, às vezes, o político é suficiente para liquidar com ele. Então, é possível que agora surja esse espaço melhor de negociação, onde o Congresso possa mediar isso, de maneira que os interesses, de alguma forma, senão totalmente, se somem, se casem, porque isso é essencial.

Sobre essa questão regional, o Senador Agnelo falou muito bem, fazia parte desse "pacote" de projetos que elaborei na época, obrigar um mínimo de programação regional. Claro. Hoje, por exemplo, no Ceará, há uma TV a cabo que está alcançando um enorme sucesso – evidentemente, com a limitação de que o cabo ainda é restrito, tem um número pequeno de usuários, comparando com a TV aberta – porque só faz programação local. Então, a mudança de tudo isso, a que me referi, inclusive as brechas que podem estar surgindo para o cinema, começam a definir nichos de mercado. Essa TV só tem programação local. Ela está tendo sucesso comercial, está tendo audiência e se dedica só a isso. É uma forma de preservar valores culturais, que são fundamentais.

Quando a França briga pelo cinema, briga pela língua, briga pela cozinha francesa, em última análise, ela está brigando pela cultura francesa. Claro que nós não podemos pensar em erguer um dique, em ser uma ilha. Não é assim.

Essa história de casamento me faz lembrar de uma história verídica que acontecia no sertão do Ceará, em Saboeira, há muitos anos. Os pais das donzelas tinham uma capacidade de convencimento muito grande ao levá-las ao altar, mesmo que não houvesse muito entusiasmo do noivo. Costumavam lá comparecer portando alguns instrumentos que causavam muito convencimento. Tinha um padre alemão que não aceitava isso. Ele ia também, colocava seu revólver e dizia claramente que lá ninguém casava à força, e dizia que garantia, dizia que se não quisesse casar não casaria, porque ele não fazia casamento à força. Respeitavam então a vontade dos nubentes graças ao poder coercitivo.

Quer dizer, o Estado pode não obrigar, mas pode ameaçar que vai obrigar. E podemos chegar a certos pontos de concordância que tragam soluções a esses problemas. Se a solução for artificial, não vai vingar, não vai produzir os resultados, mas também se acreditarmos só na mão livre, na mão invisível do mercado, se é que ela existe – é invisível porque ninguém viu –, a coisa não vai funcionar.



É preciso que apareça uma mão visível para dar isso que a Marisa falou, um mínimo de condições de competição, porque colocar o Mike Tyson com o Maguila não tem graça, não vai dar nem bilheteria.

Acredito que foi muito importante e útil, vamos seguramente tirar daqui conclusões que possam ajudar nessa luta e receber esses documentos que foram mencionados, como pediu o Senador Agnelo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Com a palavra o Senador Francelino Pereira, para fazer as suas observações como Relator, em torno de tudo o que aqui foi dito.

Pareceu-me que ficou muito claro – e essa é uma opinião do Presidente da Comissão, não necessariamente da Comissão – que é preciso, não sei se uma nova lei, mas algumas alternativas que possam sustentar um apoio amplo ao curta metragem no Brasil. Isso parece que ficou evidente na exposição do Prof. Santeiro. O curta metragem é a base, é a origem, é o início, é a escola do cineasta; cineasta que não fez curta metragem possivelmente nunca se torne cineasta. É um primeiro momento, é um início e só a participação massiva, quer dizer, as escolas de cinema tendo a oportunidade de criar, de produzir, de abrir espaços, é possível, sim, criar uma política pública de incentivo ao curta metragem e também criar competição dentro do curta metragem, na busca da qualidade, uma competição que venha a premiar, a garantir os melhores espaços para os melhores, quer dizer, não é preciso retornar ao velho protecionismo conservador e antiquado. É possível criar um novo instrumento legal, baseado no estímulo, baseado na abertura de oportunidade, enfim, formas que a criatividade dos Srs. Senadores haverá de propor.

Senador Francelino Pereira, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, para, em seguida, encerrarmos esta reunião.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Primeiramente, um abraço cordial aos três ilustres expositores.

Antes de tudo, um abraço para Helvécio Ratton. Ele é um amor de pessoa e “O amor e Companhia”. Até lutou, mas não conseguiu. O Oscar está distante.

Na verdade, assisti ao filme duas vezes, uma no Rio de Janeiro, ao lado do Museu da República, o Catete, e outra na praça pública, na capital do Brasil, Ouro Preto, a capital da liberdade. Ouvi e li que “O Amor e Companhia” – vamos abrir o jogo – era um excelente filme – nenhuma preocupação com a Patrícia Pillar –, mas que faltara ao filme uma cena majestosa, talvez um pouco mais de sexualidade e de romantismo, mas, sobretudo, de um espetáculo maior.

Um dia, encontrando-me com Helvécio Ratton, na primeira reunião que fizemos no meu escritório em Belo Horizonte, porque eu queria ver um pouco do cinema de Minas Gerais – Minas é tão grande que terminamos não se encontrando e, às vezes, as montanhas não permitem esse encontro permanente –, ele me disse que, realmente, o filme seguiu aquela trilha exatamente porque quis ser fiel a Eça de Queiroz. E eu o louvei por essa iniciativa.

Na verdade, no mundo inteiro, inclusive no Brasil, os filmes que saem dos livros de autores, como de Jorge Amado e outros, têm um poder de ampliar o raio de ação para competir no mercado.

De qualquer forma, o meu abraço e peço que transmita aos nossos cineastas jovens de Minas Gerais, todos aqueles que se reuniram conosco, um abraço fraternal, e dizer que hoje, mais do que nunca, Minas precisa estar presente nesse debate e embate que estamos travando aqui, com extrema responsabilidade, que estamos procurando catalisar o afeto e a discórdia para podermos chegar às soluções consensuais, com o chamado povo do cinema. Minas precisa dar a sua contribuição efetiva, não apenas do ponto de vista da escrita, da emoção ou da expressão que venha de um Estado maior do que o mundo, mas também pelo fato de Minas estar presente numa definição dos rumos do cinema no Brasil. Essa presença mineira é fundamental.

Querida dar um abraço aqui – vou começar, perguntando a ele: nasceu onde?

**O SR. SÉRGIO SANTEIRO** – Nasci no Rio de Janeiro, mas a minha família é de Sabará.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Está no âmago do Brasil e de Minas Gerais, Sabará.

Primeiro, veja como a coisa está evoluindo, Marisa Leão, quando você entrou aqui – permita-me o tratamento da intimidade – eu a cumprimentei, felicitei-a mais uma vez, e alguém estava atrás. Estendi a mão levemente, rapidamente, quando alguém falou: “Esse é o Sérgio Santeiro, com esse terno **black tie**”. Para nós já é importante a presença dele tal como está, como ele anda em Niterói, como vai à praça, também vai ao cinema e como leciona, com certeza, com essa mesma gravata, com esse mesmo terno e com essa mesma cabeleira de Castro Alves. Quero felicitá-lo, até pelo fato de ser Diretor do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal fluminense, e dizer que sua presença aqui é muito importante, sobretudo pelo testemunho dado no trabalho que desenvolve no sentido da formação do povo do cinema, de se formar o cinema.

**O SR. AGNELO ALVES** – E pela condição e origem de Sabará

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – E pelo fato de ser de Sabará, que fica ao lado de Belo Horizonte, que é uma cidade histórica que, não obstante já "conurbada" com Belo Horizonte, com a nossa região metropolitana, é um ponto de referência na vida, na cultura e na sabedoria dos mineiros. Afinal de contas, também um abraço para a própria Marisa Leão, inteligente, competente e bela.

**O SR. (fora do microfone)** – E meio mineira também.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – E meio mineira também

**A SRA. MARISA LEÃO** – Pais de Manhuaçu, sogros de Andrelândia e São Pedro dos Ferros.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Três cidades do meu encantamento, até porque lá estão também os meus eleitores.

**O SR. AGNELO ALVES** – Eu gostaria de saber se os (?) têm vez, porque até agora só Minas Gerais. (Risos.)

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Apenas queria lembrar que não conhecia Marisa Leão. Eu vim conhecê-la depois que me envolveram nessa história do cinema, e fomos nos envolvendo a todos. Fomos para o Rio Grande do Sul, do Senador José Fogaça, aqui presente. Depois, soube que S. Ex<sup>a</sup> tem um filho que é cineasta em Buenos Aires.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Em formação, está se formando.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Em formação. Talvez fosse interessante ouvi-lo aqui, não apenas a Francisca, sua filha caçula, que nasceu antes, mas também o próprio jovem.

Quero apenas repetir que estava saindo da minha casa, do meu apartamento, em Belo Horizonte, distraidamente, quando veio uma senhora, uma pessoa, cuja roupa era diferente, mas um pouco parecida. Em Minas, as coisas diferentes são um pouco parecidas. Pois bem, e eu fui olhando, e ela foi me olhando ela no meio da rua e eu na calçada. Fui pegar o carro e, quando menos esperei, transformou-se na Marisa Leão, e eu a reconheci imediatamente. Um abraço, um beijo, uma cena rápida, e não perguntei para onde ela ia, ela não perguntou para onde eu ia. Quis perguntar, quis indagar, mas, em Minas, Marisa Leão, ninguém pergunta a ninguém aonde vai. (Risos.) Basta lembrar, e isso está na crônica do Brasil inteiro. Não estando no Brasil inteiro, está na Minas

inteira, e Minas inteira é o mundo. Lembre-se do Milton Nascimento: "Eu sou do mundo, sou Minas Gerais". Ou do Carlos Drummond de Andrade: "Basta o mundo, o mundo do meu coração, lá é o meu mundo". Pois bem, não perguntei, porque quando se estava instalando ou criando a capital de Belo Horizonte para construir Ouro Preto, um mineiro do interior, inteiramente inteligente e competente, conversava com o amigo na pensão, na Av. Santos Dumond, perto de onde transitou bastante a Hilda Furacão. Eu também transitei por lá, na minha juventude. Pois bem, ele perguntou ao amigo naquela pensão, que ainda hoje existe na Av. Santos Dumond: "compadre, para onde ôce vai?" Ele disse: "vou para Queluz". Queluz é o antigo nome da Cidade de Conselheiro Lafaiete, hoje uma grande cidade. Queluz é um nome doce, poético, fantástico. "Estou indo para Queluz", e o amigo perguntou: "compadre, ocê está me enganando, ocê vai mesmo é para Queluz" não perguntei por isso. (Risos.) E eu saí dizendo para todo mundo que encontrei Marisa Leão, e todo mundo olhando assim "e daí?" Acabou, encontrei-me com ela, e mais nada.

Bem, muito obrigado a todos pela participação. Efetivamente, estamos nos transformando em povo do cinema. Ainda não fizemos sequer o curta, Senador Fogaça, não promovemos nada ainda de importante, e confesso a todos que estão aqui que está desaparecendo da nossa mente uma certa preocupação. Agora mesmo está reunida a Comissão Executiva Nacional do partido a que pertenço, aqui, há poucos metros, contando com a presença do Presidente do Banco Central, para tratar dos problemas nacionais, internacionais e mineiros também. Não sei como os mineiros vão entender que o Senador Francelino Pereira está aqui cuidando de assuntos relativos ao cinema e ali ao lado está um homem que se envolveu com Minas Gerais e com aquela história de não aplicar recursos estrangeiros no Estado em razão da moratória decretada lá. Mas acredito que a partir desta Comissão o Congresso Nacional vai convencer-se de que efetivamente a cinematografia brasileira é um dos pólos mais importantes da vida econômica, social, política, cultural e financeira deste País.

Todos aplaudem a nossa participação no debate dos assuntos econômicos e agora estão começando a aplaudir a nossa iniciativa nessa convivência e nesse desafio que estamos enfrentando para melhorar esta indústria e esta arte nacional que é o cinema. Tivemos a experiência da sexta-feira, que é um dia mais aberto; quinta-feira é um dia apertadíssimo, por

isso o debate não foi tão amplo, porque não dispomos do dia inteiro.

Quero dizer que estamos acelerando, avançando cada vez mais nos nossos trabalhos, sob a presidência de um homem que admiro e respeito, o Senador Fogaça, e que está conferindo confiabilidade e respeitabilidade. Quero dizer que os congressistas cada vez mais estão se preocupando com o tema e logo mais todas as instituições parlamentares brasileiras serão transformadas também num capítulo, num cenário do povo do cinema.

Queria, desde logo, manifestar aos membros da Comissão e aos relatores que estão aqui presentes, que precisamos começar a examinar objetivamente os fatos concretos do cinema no Brasil, como este documento que o Senador Saturnino cobrou, para que pudesse estar aqui o projeto de lei e que também todos vocês, povo do cinema, tragam não apenas a sua palavra, o seu gesto, a sua emoção, a sua crítica, a sua controvérsia, mas também nos entreguem textos, minutas, propostas de alterações da legislação.

A nossa função não é só a de legislar, que talvez seja a menor de todas, é preciso legislar, é preciso colocar essa mão reguladora, de tal forma que efetivamente alguma coisa possa ser estimulada por uma legislação que não seja draconiana, mas, ao contrário, estimuladora e benfazeja.

A todos vocês muito obrigado, usando este tratamento mais íntimo, e vamos realizar na próxima semana uma outra grande reunião. Vou transmitir ao lado do Presidente José Fogaça as nossas informações ao Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que manda dizer a todos do seu agrado, da sua sensibilidade para o debate que está sendo travando aqui e, mais do que isto, do seu pleno e total apoio. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Com esta intervenção do Senador Francelino Pereira e ainda não tendo uma data precisa para a próxima convocação, ela será comunicada aos Srs. Senadores, membros da Comissão.

Tivemos hoje uma sessão mais inspirada do que o usual, principalmente por parte dos Srs. Senadores e tivemos a satisfação de ter aqui o professor Sérgio Santeiro, da Universidade Federal Fluminense, a produtora Marisa Leão e o diretor Helvécio Ratton.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h5min.)*

## **7ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 12 de novembro de 1999**

Às nove horas e quarenta minutos do dia 12 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador José Fogaça e com a presença dos Senhores Senadores, Agnelo Alves, Francelino Pereira, Roberto Saturnino e Leomar Quintanilha, reúne-se a Subcomissão do Cinema Brasileiro. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Luiz Estevão, Lúcio Alcântara e Luiz Otávio. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, é a quarta do ciclo denominado "Povo do Cinema" que tem como objetivo ouvir os vários setores do cinema brasileiro e para tal, convidou os seguintes expositores; Sr. Luiz Carlos Barreto (Produção-RJ), Sr. José Carlos Avellar (Distribuição-RJ) e o Sr. Luiz Severiano Ribeiro (Exibição-RJ). A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dez minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **José Fogaça**, Presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Vamos dar início a nossa quarta audiência pública da Comissão Especial do Cinema Brasileiro, dentro das atividades da Comissão de Educação e, desde de logo, chamamos a que tomem assento à Mesa os convidados desta reunião: o Sr. José Carlos Avelar, do Rio de Janeiro, representando a área de distribuição, o Sr. Luiz Severiano Ribeiro Neto, também do Rio de Janeiro, representando a área de exibição e o Sr. Luiz Carlos Barreto, que vai falar sobre a área de produção.

A Presidência consulta os Srs. Senadores, antes do início das exposições dos Srs. convidados, se alguém deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)



Não havendo quem queira fazer uso da palavra, vamos de imediato a apresentação dos nossos expositores de hoje.

Solicitaria que usasse da palavra, como primeiro expositor, o Sr. José Carlos Avelar, que poderá dispor de um tempo a seu critério, a nossa sugestão é que seja de quinze a vinte minutos.

**O SR. JOSÉ CARLOS AVELAR** – Queria primeiro repetir o que meus antecessores devem ter dito e creio que nossos sucessores voltarão a dizer, que é da nossa especial satisfação estar nesta Casa conversando sobre cinema. Sou de uma geração em que a cultura brasileira, particularmente o cinema, começou a ser pensada como um gesto político também. Este entrecruzamento entre a expressão artística e a expressão política, esta compreensão de que na verdade um país se faz da junção e da permanente troca entre estas duas coisas, hoje é cada vez mais claro para todos nós.

O fato de eu ter a possibilidade de ver a questão tratada no contracampo, para usar uma imagem cinematográfica, me deixa especialmente feliz. Creio que hoje está mais claro do que nunca para nós que as duas coisas se misturam, o gesto poético com o gesto político, a expressão cinematográfica com a expressão política são uma coisa só. E por isso me é especialmente grato estar aqui, convidado por esta Casa, para conversar sobre as experiências de cinema, especialmente no Rio de Janeiro, onde tenho já alguns anos trabalhado na distribuidora de filmes brasileiros que pertence à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Gostaria de levantar algumas idéias e um pouco da experiência que temos tido no Rio. Parece-me que a partir do que tem sido feito em torno da Rio Filmes, se usarmos a cidade do Rio de Janeiro como um pequeno laboratório de experiências e ações que podem ser expandidas ao território nacional, talvez se consiga ampliar o que hoje acontece em nossa cidade, que se transformou no principal mercado para exibição de filmes brasileiros. O maior número de expectadores dos nossos filmes estão entre a população da cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o fato de eu estar aqui entre um exibidor e um produtor de cinema, coloca-me na posição em que normalmente um distribuidor está, ou seja, ligado a um produtor e um ligado ao exibidor.

Uma das primeiras coisas que ficaram claras quando se montou a distribuidora de cinema no Rio foi de que a ação de distribuição significava ao mesmo tempo ter que estar ao lado da exibição e ter que estar ao lado da produção. Não uma simples

ação de receber os filmes e levá-los aos cinemas, mas participar do dia-a-dia dos exibidores.

Outra coisa que ficou clara no momento em que se montou a distribuidora foi que distribuir um filme era, mais do que sempre foi, neste momento em que estamos vivendo, um ponto chave da atividade cinematográfica. Talvez nas décadas anteriores, há trinta, quarenta anos, a questão da produção fosse central, ou seja, conseguir meios, recursos, organizações para produzir fosse a questão principal do cinema.

As novas possibilidades tecnológicas e os novos quadros do mercado fazem com que hoje a distribuição seja um ponto chave na atividade cinematográfica. Não a distribuição enquanto um grupo de pessoas que se encarrega da distribuição de um filme, não enquanto uma empresa distribuidora ou quanto ao número de certas empresas distribuidoras, mas o mecanismo geral do sistema de distribuição é hoje o ponto central para a atividade cinematográfica em todo o mundo. Em torno dessa questão, parece-me que, à medida que possamos estabelecer relações com quem produz e quem exhibe, está a questão central hoje da cinematografia.

Um terceiro ponto que ficou claro foi que distribuir um filme significa preparar principalmente não apenas o exibidor para vê-lo, mas o expectador no sentido de educá-lo para assistir a um determinado tipo de filme, e não necessariamente o tipo de filme do cinema que domina o mercado, que é o hegemônico do mercado.

Ficou muito claro para nós que era preciso não apenas se contentar com a conclusão mais comum de que o mercado, por si só, faz cultura, mas começar a trabalhar com o fato de que a cultura é que faz o mercado, que a cultura pode interferir no mercado e criar um mercado mesmo onde não existe.

Nos períodos em que, por razões diversas, a possibilidade de produzir e distribuir filmes ficou inteiramente inexistente no País, a falta de uma presença cultural deixou de estimular o mercado de cinema de um modo geral, quer dizer, é a compreensão de que uma ação cultural é que pode gerar um mercado para nós e que é preciso estabelecer o mercado a partir do comportamento cultural do cinema que fazemos. Esse foi o terceiro ponto que orientou o nosso trabalho.

Com essas sensações em mente, o que buscamos fazer? Sabendo que a distribuição era um ponto chave na relação cinematográfica, que era preciso trabalhar ao lado do produtor e ao lado do exibidor, que era preciso formar expectadores para ver os fil-

mes, abrimos algumas linhas de ação, que foram orientadas nesses pontos básicos.

É preciso dizer que tudo é bem recente no sistema brasileiro, tal como ele existe hoje; quer dizer, o renascimento da atividade cinematográfica é algo que data de pouco tempo. A Rio Filme foi criada em 1992 e começou a funcionar em 1993. A partir dali, do audiovisual, em 1994 e 1995 é que retomamos a produção.

Quando a Rio Filme foi criada, no seu primeiro ano, ela conseguiu distribuir apenas três filmes. Naquele momento, ela era a única distribuidora de filmes brasileiros. Entre 1993 e 1999, saltaremos, de três filmes distribuídos, para trinta. Nesse período, houve um permanente crescimento da quantidade de filmes e da quantidade de espectadores que esses filmes vêm obtendo. Este ano, provavelmente, chegaremos a um número equivalente a 8% do total do mercado brasileiro, com uma quantidade de títulos que fica igualmente em torno de 7% a 8% do total exibido no mercado; quer dizer, há uma gradativa retomada do contato do filme brasileiro com o público, mas, nesse período, para que essa retomada fosse sendo feita o que se buscou foi, primeiro, ações de formação de espectador, levando os cinemas às universidades, às escolas, e fazendo debates nas universidades e discutindo algo que sempre nos parece não-essencial, qual seja a formação e a educação do espectador, ensinando-o a ver filmes, especialmente nas escolas municipais, onde fazemos regularmente sessões todas as semanas, precedidas de aulas de cinema, que educam as crianças a vê-los, a discuti-los, integrando-os às escolas. A partir dessas ações, junto às escolas e às universidades, que começaram em 1993, hoje, temos um público jovem mais interessado em ter contato com diferentes formas de narração cinematográfica, como são produções nacionais. A multiplicidade de estilos, de temas hoje na produção brasileira se aproxima de uma fiel reprodução da multiplicidade e da riqueza cultural do País. Temos, hoje, filmes produzidos em vários e diferentes Estados, e o que é mais significativo da retomada é a presença, o surgimento de pessoas jovens fazendo filme, e não apenas do retorno dos grandes e tradicionais realizadores e produtores. Essa ação paralela é uma das coisas mais vigorosas que temos hoje na produção.

A essa primeira ação, formar e educar espectadores, soma-se à uma segunda, que é efetivamente, que concretizou a possibilidade de dar a esses espectadores a possibilidade de verem filmes, a associação feita entre a distribuidora da cidade do Rio de Janeiro e as salas de cinema – inicialmente da cidade do Rio de Janeiro. Quer dizer, várias salas foram recupera-

das, divididas ou preparadas para apresentação regular e contínua de filmes brasileiros. Através de acordos de cooperação estabelecidos com exibidores no Rio, conseguimos recuperar algumas salas, dividi-las, e o que me parece essencial, organizar um espaço de projeção adequado ao tipo de filme que produzimos. Nos últimos anos, é sabido, há uma tentativa de recuperação do espaço disponível para exibição de filmes. Possivelmente, a partir da metade dos anos 80, admitindo que o mercado de cinema iria se destinar principalmente à televisão e ao vídeo, muitas salas de cinema foram fechadas por falta de distribuição mais efetiva dos filmes. Muitas salas, que se localizavam ou na periferia das grandes cidades ou em cidades pequenas ou médias, deixaram de funcionar. Com isso, os filmes circulavam rapidamente nas grandes cidades para, em seguida, serem vistos pelo espectador por intermédio de vídeos ou da própria televisão. Isso provocou uma redução considerável do número de salas no Brasil e uma retração muito grande do contato dos espectadores com o cinema.

Temos hoje algo em torno de um mil e quinhentas salas no País. Número muito pequeno, se comparado ao que já tivemos anteriormente – era três ou quatro vezes isso nos anos 50/60, e mesmo nos anos 70 ainda tínhamos em torno de umas três mil e quinhentas salas. Este número começa a ser recuperado com a abertura de grupos de salas agrupadas em torno dos chamados multiplex. Recuperando, um pouco, o espaço para a exibição de filmes, retomam, para os cinemas, o espectador, que tinha, até então, uma oferta reprimida, quer dizer, ele tinha uma demanda que não estava sendo atendida. A abertura de salas de cinema nesses três últimos anos provocou um aumento considerável do número de espectadores.

No entanto, é importante lembrar que é simplesmente a abertura de mais salas que permitirá um crescimento dos filmes aqui produzidos. As salas que funcionam, hoje têm um atendimento a partir de um produto que já está conhecido do espectador antes de chegar à tela, por meio de uma preparação publicitária, de uma criação de expectativa, de uma apresentação do estilo de narração, dos temas de cada filme e dos principais intérpretes dos filmes. Desse modo, uma certa familiaridade do espectador, prévia a chegada do filme ao cinema, favorece o contato de cada uma das pessoas que vão ao cinema com o filme. Chegar a um filme seria como reencontrar alguma coisa mais ou menos familiar. É como entrar em contato novamente com alguma coisa que, de certo modo, faz parte do nosso cotidiano, porque, antes de

chegarmos a ele na tela, ele nos chegou por meio da televisão, dos jornais, de alguma ação de difusão ou de divulgação que fez com que o tema e as pessoas que estão ali, visíveis, se tornassem conhecidas do espectador.

Com isso o cinema brasileiro e os filmes que produzimos ainda não contam. Na verdade, o que nós estamos, mais ou menos, exigindo de cada filme é que ele, sozinho, chegue aos cinemas, conquiste a atenção do espectador e faça, ele mesmo, a publicidade do seu modo de ser.

Há um comportamento médio, freqüente nos filmes brasileiros, bem diferente daquele que encontramos nos filmes que vêm de fora e que aqui se exibem. Ou seja, normalmente, a semana que reúne o maior número de espectadores não necessariamente é a primeira, como acontece com os produtos que chegam ao cinema com uma grande faixa de promoção que precede o lançamento.

Normalmente, é o espectador que vê um filme brasileiro que serve de publicidade e de estimulador para o espectador que vai vê-lo na semana seguinte. De um modo geral, a segunda ou terceira semana de um filme brasileiro é a que reúne o maior número de espectadores.

Isso ocorreu até mesmo com o filme que, no último ano, obteve o maior número de espectadores, que foi *Central do Brasil*. Não foi a sua primeira semana aquela que reuniu maior número de espectadores; foi a sua terceira semana. A segunda cresceu e a terceira também cresceu. Em sua primeira semana, ele chegou a vinte e poucas salas de cinema; em sua terceira semana, ele estava em 90 cinemas. Quer dizer, a própria demanda natural de um espectador que se entusiasmou com a projeção gerou o interesse em outros espectadores para ver ao filme na semana seguinte. Note-se que se trata de um filme que já chegou à platéia com um prévio conhecimento, com o qual boa parte da produção brasileira não consegue chegar, com um conhecimento provocado pela boa aceitação que ele teve em festivais internacionais antes de estrear no Brasil.

Quando eu estava dizendo que o sistema de distribuição, hoje, é o central na colocação do filme, referia-me à necessidade de se criarem algumas formas de ação, alguma forma de apresentação dos filmes brasileiros, que seja capaz de criar uma expectativa e um interesse que leve o espectador, na primeira semana, a ver o filme. Essa quase comum aceitação ou interesse que os filmes provocam quando chegam ao espectador, capaz de fazer com que ele se transforme na principal peça de promoção do filme, é que

precisa ser estimulada com uma apresentação prévia desse filme, com uma apresentação prévia do tema do filme, com uma formação do espectador para acompanhar melhor o que é esse filme. Quer dizer, a essa formação dos espectadores, que é uma associação com os exibidores, conseguimos fazer com que algumas salas passassem a funcionar como essa, digamos, criadora de expectativas e de promoção para o tipo de filmes que se produz no Brasil. Estes são tão diferenciados entre si quanto diferidas são as manifestações culturais brasileiras. Quer dizer, nós temos filmes com uma característica bem local hoje. Essa característica bem local é uma resultante natural da atividade cinematográfica e da atividade cultural de cada uma das nossas regiões. Há uma realidade que sempre me pareceu se aproximar muito do cinema e o nosso País: a nossa própria busca de identidade. O cinema, tanto quanto nós, é uma expressão em busca de uma identidade própria e está sempre procurando um pouco uma relação com outras formas de expressão, seja o teatro, literatura, sejam as artes plásticas, tal como buscamos, dentro de uma variedade provocada pela nossa migração, provocada pela relação que mantemos com outros países, uma forma de construir a nossa identidade.

Para chamar a atenção para essa multiplicidade de possibilidade do cinema brasileiro, a criação de salas de cinema voltadas para essa natural educação do espectador, para prepará-lo a ver não aquele simples tipo de filme que repete uma forma de construção dramática já assimilada por ele, mas para prepará-lo para ver filmes que propõem uma outra maneira de narrar, ou que propõe um tipo de herói, um tipo de narração desconhecida é que se buscam salas de cinema especiais, a fim de que o espectador possa entrar em contato com essa variedade de filmes.

Essa experiência, que se iniciou no Rio de Janeiro, foi acrescida de algumas pequenas ações municipais, que permitiram a ampliação da atuação das salas com o contato direto, com uma associação ou com uma parceria direta, para outras salas do Município. A partir da indicação de uma quota de tela para o filme brasileiro, na cidade do Rio, passou-se a adotar uma redução fiscal, uma redução do imposto territorial e urbano para as salas de cinema exibidores de filmes brasileiros além da indicação de quota de tela, o que permitiu, para o exibidor, a dupla possibilidade de atração econômica do filme brasileiro.

À renda que se pode obter com a presença de espectadores soma-se a possibilidade de uma redução do imposto que ele tenha a pagar na medida em que avance além do mínimo de reserva de quota de



tela existente hoje para o cinema brasileiro. Esse é um dos pontos que se pode imaginar como uma ação a ser ampliada para o território nacional. Ou seja, tomar a nossa quota de tela como um indicador do espaço que desejamos ver indicado ao cinema brasileiro, estabelecer com o exibidor uma política de premiação, de estímulo a que ele vá além dessa quota para estimular a presença do cinema brasileiro em todo o território nacional.

Não se trata de nenhuma medida inédita. Em outros países, especialmente em vários países europeus e na Europa, medidas semelhantes são adotadas. Um projeto europeu, denominado Cinemas da Europa, beneficia as salas de cinema que exibem mais de 60% de sua programação para filmes europeus. Existe na Alemanha um investimento direto e uma premiação às salas de cinema que exibem mais filmes alemães. Quer dizer, há uma necessidade de estabelecer uma parceria com os mercados de exibição, com as salas de exibição no sentido de estimular a apresentação de filmes nacionais, filmes locais. Evidentemente, trata-se aqui de uma ação política, de uma ação cultural, não exclusivamente de uma ação econômica.

Como em todo o mundo, a atividade cinematográfica se apóia numa intervenção política, numa vontade política de se manter nas telas uma discussão do próprio país, a imagem do próprio país. É tão flagrantemente necessário para um país falar a sua própria língua enquanto fala ou escreve, quanto falar a sua própria língua enquanto produz imagens. E essa necessidade de se dialogar permanentemente, de ter um espelho nas telas de cinema, vêm estimulando medidas que possam manter a presença dos cinemas nacionais em todos esses países, que têm uma tradição cinematográfica igual à brasileira ou, em alguns casos, maior.

Há uma preocupação de estabelecer essa relação com os exibidores. Essa foi uma das preocupações que tivemos com a distribuidora no Rio de Janeiro, ou seja, de estabelecer uma relação com salas de exibição de modo a garantir a presença de filme brasileiro nas telas. O que começou no Rio de Janeiro, a partir da nossa distribuidora municipal, estendemos a outras cidades, a outros Estados. Essa mesma relação que temos com algumas salas de cinema, no Rio de Janeiro, temos hoje com salas de cinema na cidade de São Paulo, em Fortaleza, em Belo Horizonte, em Juiz de Fora, em Porto Alegre, de maneira a garantir uma rede de presença dos filmes brasileiros no território nacional.

É essencial que se tenha, a partir desse momento, dessa rede mínima e da possibilidade de se ampliá-la, um reforço na criação da expectativa para ver um filme brasileiro, um reforço na criação de uma promoção de como é a realização de filme no Brasil, principalmente em relação aos temas que existem, à linguagem e à maneira de nos enfrentar.

Essa possibilidade de promoção passa, sem dúvida nenhuma, por uma associação, também comum em diversas cinematografias de diversas culturas, entre a televisão e o cinema, entre a possibilidade de termos, associada à atividade audiovisual como um todo, um casamento entre a televisão e o cinema. São necessidades tão prementes quanto a formação de platéia e o apoio à distribuição, porque os filmes que conquistam hoje uma possibilidade de contato com o espectador são aqueles que têm uma divulgação na televisão. Os filmes brasileiros, quando passam na televisão, mantêm sempre uma audiência, uma presença muito grande. Não há nenhuma redução de audiência com a apresentação de um filme brasileiro na televisão. Ao contrário. Creio que é de conhecimento geral que há um aumento de audiência a cada vez que se passam filmes brasileiros na televisão.

Nesses pontos é que vejo que se possa discutir ações capazes de incentivar a atividade cultural e econômica em torno do audiovisual no Brasil. Há necessidade de se pensar ações que formem novos espectadores. Em associações com a exibição, é preciso, de algum modo, criar espaços de exibição que sejam especiais e voltados para a variedade de produção e de temas que temos no Brasil. É preciso criar uma parceria com a televisão e fazer uma união do audiovisual.

Parece-me que esses pontos são as questões que se podem discutir. Eu queria chamar a atenção para eles, a partir do que temos no Rio de Janeiro, em torno da nossa distribuidora, examinando o que conseguimos fazer lá apenas como laboratório de possibilidades de ações que, tomadas nacionalmente, poderão manter um contato muito mais amplo entre a população brasileira e a sua produção audiovisual, para poder se colocar diante de todos nós um espelho que reflita a realidade e os nossos sonhos, de modo que tenhamos uma expressão visual bem particular e bem nossa.

Era o que queria dizer, de início, agradecendo a oportunidade de poder estar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito obrigado, José Carlos Avelar, pela sua intervenção, pois procurou nos demonstrar que o segmento de

distribuição tem um papel realmente central no complexo da atividade do cinema.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Luiz Severiano Ribeiro Neto, que vai enfocar os problemas da área de exibição.

**O SR. LUIZ SEVERIANO RIBEIRO** – Bom dia. Agradeço por ter sido convidado para fazer parte desta quarta audiência pública de "O Povo no Cinema". Agradeço também a presença dos Srs. Senadores.

Como já afirmado pelo Sr. José Carlos Avelar, é importante observar que, na nossa indústria, a exibição, a distribuição e a produção atuam como um tripé. As três partes trabalham unidas, ou seja, se uma das três não estiver sadia, obviamente, prejudicará a outra. Não adianta produzir filmes, se não há distribuição. Não adianta distribuir filmes, se não há exibição. Portanto, as três trabalham juntas e unidas.

Vou falar um pouco do grupo de que faço parte. O Grupo Severiano Ribeiro completou 84 anos de existência este ano. Durante esse período, vimos o Brasil eleger vários Presidentes, nomear vários Ministros de Economia, adotar várias moedas – cruzeiro, cruzado, real –, conviver com uma inflação de 80% ao mês, optar por desvalorização cambial ou maxivvalorização, mas vencemos todas essas adversidades.

Meu grupo, desde o seu início, participou de forma significativa da produção de filmes brasileiros. Meu pai comprou a Atlântida e produziu mais de 60 filmes, entre os quais os de Oscarito e Grande Otelo. Depois da fase da chanchada da Atlântida, participamos de forma minoritária de várias co-produções, e o último filme que tivemos o prazer de ser co-produtores foi "Central do Brasil", de Walter Sales.

Dessa forma, temos experiência em produção, distribuição e exibição de filmes. Atuamos um pouco em cada uma dessas três áreas, mas a nossa área principal de atuação é a exibição.

Ressalto que nós – e falo também em nome de outros exibidores, pois estou representando minha classe – consideramos o cinema brasileiro de extrema importância e de muita importância para a exibição. No Brasil, atualmente, necessitamos de uma média de 250 a 300 filmes por ano, é essa média que surge no mercado. O incentivo, a ajuda que, conforme citado pelo Sr. José Carlos, existe em todos os países que têm um foco de cinema, não precisa ser inventada. Em nenhum país o cinema nacional funciona sem algum incentivo ou ajuda, o que quer dizer que ele faz parte da cultura, do programa de educação do governo. Com a mudança do cenário mundial, com a velocidade, com as dificuldades, ou seja, a exibição antiga-

mente era feita em uma grande sala de exibição, com 1.500 lugares, com filas; o público assistia aos grandes sucessos. Mas houve a mudança de hábitos, com a competição da televisão; a pessoa chega em casa, liga a televisão, assiste à sua novela sem sair de casa ou gastar dinheiro. Ocorreram também mudanças econômicas no País, modificando o poder aquisitivo da população. Então, quando surgiu a televisão, o cinema sentiu muito. Depois veio o vídeo cassete, e o cinema levou outra pancada e sentiu muito; depois, veio a TV a cabo.

É um somatório de ofertas que a pessoa tem em sua casa, com o maior conforto, sem precisar sair, sem correr risco de violência, sem precisar gastar dinheiro, sem se preocupar e com um leque de opções: hoje uma televisão a cabo tem 50 canais. Se você tiver duas assinaturas de TV a cabo, terá 100 canais. Portanto, a competição é muito difícil, ou seja, é uma luta diária, que, nesses 80 anos, já vivemos, já sofremos. E aprendemos algumas coisas.

A chance de um exibidor falar nesta Comissão é importante. Com esse somatório de televisão a cabo, televisão aberta, vídeo disco, o DVD, há velocidade de mudanças nesse processo. Até 1990, os exibidores não podiam importar equipamentos, por ser proibido. Então eles ficaram com um hiato, uma defasagem de equipamentos muito grande.

De 1990 para cá, os exibidores começaram a se organizar e a importar produtos, reequipando os cinemas e melhorando o atendimento, numa tentativa de acompanhar a tendência mundial, que é um grupo de salas em um mesmo lugar, oferecendo opções a uma família de ir ao cinema, onde haja exibição de filme infantil, de filme adulto, de comédia, enfim, uma gama de produtos pelos quais as pessoas se dirigem a esse lugar.

O Brasil, em 1975, como já foi dito aqui, em 1975, chegou a ter 3.500 salas de exibição. Hoje, há, aproximadamente, 1.500 salas. Por que fecharam as salas? Porque exibidor é comerciante, ele não pode perder dinheiro; ele pode ter vontade, querer ser, mas precisa competir com o mercado, precisa estar perto do mercado, ele tem as suas despesas, os seus empregados. Então, economicamente, foi se tornando inviável, principalmente os cinema do interior, que foram quase que totalmente fechados, permanecendo os cinemas nas grandes capitais.

O que aconteceu? O Brasil, comparado com outros países do mundo é recordista em número de salas por habitante. No Brasil, hoje, há uma sala de cinema para cada 100 mil habitantes. Nos Estados Unidos, há uma sala de cinema para cada 7 mil habitantes; na Itália, para 10 mil habitantes; na França, para



15 mil habitantes. Ou seja, nenhum país se aproxima dos nossos 100 mil. Ou seja, há uma carência de novas salas. É importante que haja incentivos, premiações, ajuda para difundir e dar uma chance para haver mais salas. Havendo mais salas, haverá mais receita para distribuição, mais receita para o produtor brasileiro. É um somatório.

É importante lembrarmos que, obviamente, no cinema, você pode apresentar um filme ao público, mas se ele não quiser vê-lo, você não pode obrigá-lo a entrar no cinema. Você pode dar a chance a ele de ver o filme, você pode expor o filme, mas você não pode obrigar o público a entrar no cinema.

Então, está provado, aconteceu no último ano, três filmes nacionais representaram 87% do mercado do cinema brasileiro. Foram os três filmes de grande público. Mas só três filmes alcançaram essa faixa de mercado. Por quê? Três filmes conseguiram que o público gostasse deles. Que o público quisesse vê-los, quisesse revê-los, comparecesse ao cinema. Obviamente, neste ano, com a produção de 29, 30 filmes, três filmes terem 87% do público que foi ver o filme brasileiro foi muito importante. Mas é necessário direcionar melhor, dar chances melhores, ajudar mais. Então é um somatório de incentivos, convênio com a televisão, ajuda da televisão. Por coincidência ou não, esses três filmes eram ligados à televisão, porque tinham atores de televisão, ou receberam apoio da televisão. Eles conseguiram abrir seu espaço, conseguiram ter mais de um milhão de espectadores, conseguiram chegar ao mercado.

E a experiência que nós temos, devido a esse tempo em que estamos no negócio, é que é um hábito. A pessoa vê um filme bom, elogia, começa a acreditar naquele produto. E o importante, no cinema, é que haja um bom filme italiano, é que haja um bom filme brasileiro, um bom filme francês, um bom filme americano. É como se fosse um restaurante, que tem vários pratos, para haver opção. O trabalho está sendo feito. Obviamente há um trabalho de base: a minha empresa faz um trabalho nos colégios estaduais, junto com a mulher do Governador Garotinho. Temos um programa para a escola, porque sabemos que aqueles alunos que vão ao cinema serão os futuros frequentadores de cinema.

Desenvolvemos também um trabalho, com a Prefeitura, nas escolas municipais, porque queremos criar o hábito nas pessoas. Queremos que as pessoas voltem aos cinemas, que as pessoas se habituem. É tudo uma questão de hábito.

Lembro-me de que no ano passado, com o fenômeno do filme **Titanic**, que foi a maior renda, a maior

bilheteria, no Brasil, com quase 17 milhões de espectadores, todo mundo ficou preocupado. Disseram que o **Titanic** tinha vindo e acabado com o resto! Pelo contrário, o que resultou do efeito **Titanic**? O mercado foi aquecido. As pessoas criaram o hábito de ir ao cinema. Elas tentavam ver **Titanic**, não conseguiam, iam ver o filme do cinema ao lado, gostavam daquele filme. Iam tentar ver o **Titanic**, gostavam, iam ver o filme do cinema ao lado. E assim foi. Ou seja, houve um aquecimento geral no mercado.

E é importante também ter parcerias, como ocorre no Rio de Janeiro. Nós temos o privilégio de a nossa empresa ser aquela que mais produz receita para o filme brasileiro. Em média, para um filme brasileiro, nossa empresa produz uma receita que oscila entre 30 e 40% do resultado do filme. Por quê? Porque se criou um hábito. Houve um trabalho. Há a mistura do trabalho com a Prefeitura. Nós tínhamos algumas salas em que nós fizemos parceria com outros grupos, para criar espaço para o cinema brasileiro. Ou seja, começamos a difundir o cinema brasileiro, começamos a trabalhar. Obviamente, já facilita o fato de você vir fazendo um trabalho. Você não vai mudar do dia para a noite, mas é um trabalho contínuo. Somando, então, hoje, o Rio de Janeiro é a cidade em que o cinema nacional tem o melhor resultado. A nossa empresa tem cinemas de Manaus a Porto Alegre, temos experiência em várias cidades, nas cidades mais fáceis e nas mais difíceis e estamos fazendo um trabalho para todas as capitais começarem a incentivar o público a ir ao cinema e, também, ao cinema brasileiro. Eu acho que é importante, neste momento, o cinema brasileiro ter uma cota de telas de 49 dias, ou seja, cada sala de exibição é obrigada a exibir 49 dias de filme nacional. Eu não estou preocupado com 49 dias ou 30 dias ou 100 dias. O que acho importante é incentivar, premiar, como o Movimento do Rio de Janeiro em que a Prefeitura deu um desconto no IPTU, ajudando, ou seja, são pequenas medidas que, somadas, ajudam porque o exibidor não está preocupado em não passar o filme brasileiro. Ele está preocupado em passar o filme brasileiro que é importante, e está provado que em outros países os filmes nacionais são muito fortes mas ele, também, não pode obrigar o público a entrar no cinema brasileiro. O que tenho notado é que as últimas produções de filmes brasileiros tem caracterizado muito filme de autor. Filme de autor é para público acima de 30 anos. Hoje, 80% da frequência dos cinemas é de público entre 12 e 25 anos. Então, há uma faixa de público que está sedenta por um produto, está precisando de um produto e quando aparece um produto, quando se oferece um produto,



ele vai lá e prestigia. Ele vai lá e gosta do que é dele. Então, eu acho que esse movimento de fortalecer a produção, fortalecer a exibição e fortalecer a distribuição é importante porque se alguma das três partes não estiver fortalecida a outra parte vai fracassar porque uma parte não anda sem a outra.

Em 1997, com o efeito da globalização, com o Plano Real – com o sucesso do Plano Real – os americanos começaram a ver o Brasil como um potencial de um novo mercado. Então, os americanos começaram a investir no Brasil, na área de exibição que, até, então, eles nunca tinham entrado no Brasil. É importante eles virem para o Brasil? É. É importante eles construírem salas? É muito importante mas eu acho que é muito importante dar chance aos brasileiros para competirem com os americanos. Obviamente, é difícil competir com igualdade. É difícil competir com a moeda. É difícil competir com o dinheiro mas é importante não se esquecer. É importante que os estrangeiros venham para o Brasil? É. Hoje, os estrangeiros dessas 1.500 salas possuem em torno de 220 salas, neste ano, e, no ano que vem deverá ir para umas 300 salas, ou seja, é importante para a indústria? É. Mas é importante, também, não se esquecer dos brasileiros porque a luta, aqui, é uma luta muito mais difícil. É uma luta de uma economia, uma luta de um País, uma luta de problemas de política econômica. É uma luta contínua.

Então, eu queria agradecer a chance de poder falar. Eu queria lembrar que o cinema brasileiro é muito importante, bem como o são o exibidor brasileiro e a distribuidora brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito obrigado, Sr. Severiano Ribeiro Neto, pela também notável contribuição que dá a esta Comissão, sobretudo ressaltando o papel dos distribuidores nacionais, principalmente a partir dos convênios com as administrações públicas, particularmente as municipais, para o incentivo e a formação de um público de cinema.

A seguir, vamos conceder a palavra ao Sr. Luiz Carlos Barreto, conhecido produtor de cinema nacional, que vai enfatizar a área de produção e que, evidentemente, dispõe do tempo que entender necessário para fazer a sua exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Barreto.

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – Inicialmente, eu gostaria de louvar a iniciativa do Senado, esta Casa Alta do Poder Legislativo, de colocar em pauta a discussão do problema do cinema brasileiro, que, através do tempo e da história, tem sido um problema

muito discutido apenas no Poder Executivo. O Congresso sempre colaborou na aprovação de leis, de posturas legais, mas nunca na elaboração e na concepção de políticas públicas para o setor.

Por ser essa atitude altamente louvável, eu gostaria de me congratular com os Srs. Senadores, sobretudo com o Presidente desta Comissão, Senador José Fogaça; com o Sr. Relator, Senador Saturnino Braga; e com o criador do nosso **slogan** Povo do Cinema, Senador Francelino Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – O Senador Francelino Pereira é o Relator. O Senador Roberto Saturnino é um integrante ilustre e indefectível desta Comissão.

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – Feita a correção, eu gostaria de começar esta intervenção falando de uma lei que já existe e que é muito importante para que possamos pensar em políticas públicas para o setor audiovisual e para a comunicação de massa e social no Brasil.

Eu lembraria a esta Comissão a existência de uma lei – não disponho do seu número, pois arqueei essa informação, mas houve problema no computador. Com isso, não consegui acessá-la – complementar à Constituição, portanto uma lei maior, que criou o Conselho Nacional de Comunicação, órgão consultivo do Congresso, que traria grandes benefícios à sociedade brasileira.

Essa lei foi aprovada no Congresso em 1991 e sancionada...

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Fui o Relator dessa lei, que é de autoria do ex-Senador Pompeu de Sousa, já falecido. Essa lei está em vigor, mas não produz qualquer efeito, porque tanto a Câmara quanto o Senado não conseguem constituir os integrantes dessa Comissão. Sem a constituição dos integrantes, tem havido dificuldades.

Recentemente – apenas para informar a V. S<sup>a</sup> -, houve uma nova proposta, oriunda do Senado, a qual está tramitando na Câmara, com um novo modelo, que, quem sabe, viabilizará esse Conselho. Realmente esse é um drama que já dura 11 anos após a Constituição.

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – Exatamente. Essa lei foi sancionada em 1992. Trata-se de uma lei brilhante. Quando a li, eu disse: "Finalmente apareceu algo!". Parabéns, Senador José Fogaça! Eu não sabia que V. Ex<sup>a</sup> era o Relator.

É uma lei absolutamente inacreditável em termos brasileiros pela justeza, pelo foco nas questões principais da Comunicação Social deste País. Se posta em prática, muito do que está ocorrendo não

estariam acontecendo. Aquela lei tem repercussões sociais profundas, porque corrigiria muitas distorções, daria ao Congresso muito poder sobre os meios de comunicação.

O Congresso Nacional é permanentemente visado pela mídia brasileira injustamente, com filmagens e fotografias de plenários vazios, quando se sabe que os trabalhos estão sendo executados. Ele é um saco de pancada. Quando tudo vai mal, volta-se contra o Congresso Nacional. Mesmo os defensores da democracia estão-se voltando contra o Congresso, como se esta Casa fosse absolutamente a responsável pelos males do País.

Essa lei daria ao Congresso Nacional uma autoridade muito grande não só diante dos meios de comunicação como diante da sociedade brasileira. O Congresso passaria a interferir até no sentido de reformular concessões, de estabelecer regras para as concessões. O Congresso teria voz decisiva nas concessões, nas suas revisões, e até na aprovação de programações, sem nenhum espírito de censura, como está na lei.

Trata-se de uma lei brilhante. Posso dar o meu depoimento aqui por que ela não foi posta em prática. Na época, juntamente como uma série de pessoas do setor, procuramos o Presidente do Senado, que era o então Senador Mauro Benevides, e o Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro. Os treze membros que deveriam compor esse Conselho e seriam eleitos pela Mesa do Congresso, conforme prevê a lei, foram indicados. Não houve oposição por parte das associações, inclusive da ABERT ou da TV Globo. Sempre se diz que essa emissora está contra tudo, mas, nesse caso, ela não estava. Viemos ao Congresso, durante três meses, solicitar aos Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional que elegessem esse Conselho. Ele nunca foi referendado por esta Casa. Por quê? Porque há uma quantidade muito grande de Deputados e Senadores que são detentores de concessões de meios de comunicação – rádio e televisão – que são contra.

Não atribuo isso à instituição, mas sim à individualidade de cada uma dessas pessoas que têm interesses em jogo e que obstaram e sabotaram a implantação dessa lei. Para nós, seria um ponto de partida muito importante para tudo isso que estamos discutindo, inclusive para o cinema. Por meio dessa lei, já teria se dado esse casamento que o José Carlos Svelar preconizou entre cinema e televisão, a regionalização da produção televisiva, a quantificação da produção regional que deveria ir ao ar. Isso faria suscitar um movimento de produção de imagens no Bra-

sil – cinematográficas, de vídeo e de televisão. Era uma beleza de lei!

Então, gostaria de fazer um apelo para que, como primeiro ponto de tudo, se fizessem, Senador José Fogaça, as acomodações necessárias, porque aquela lei, resultante do seu relatório, é intocável. Pelo menos para o setor, para a sociedade, não há nada que não seja absolutamente necessário. Então, pediria que, se possível, essa lei fosse posta em prática a partir daí, porque o Brasil precisa ter uma lei de comunicação social, pois está instalada no mundo – e eu vou demonstrar agora aqui – a disputa do espaço econômico e ideológico da comunicação, que é a indústria do século XXI. Os países estão se organizando seriamente para enfrentar o que vem aí no século XXI em matéria de comunicação de massa.

E o Brasil está dormindo sobre a questão. Essa lei seria uma boa forma para despertar do sono. No entanto, perdemos onze anos.

Como dá-se a questão mundial? Há dois produtos de grande demanda: os alimentos e as imagens. Não é uma questão só do cinema, são imagens. Atualmente, há uma demanda ociosa, uma demanda não-atendida de milhões de horas de imagens necessárias à programação dos meios de comunicação. A única fonte produtora, em nível industrial e hegemônico, não tem capacidade – e eles próprios reconhecem – de suprir a demanda. A produção americana, que é única máquina geradora de imagens, não tem capacidade de abastecer a demanda. Os países que teriam possibilidade de contribuir para o abastecimento desta não se organizam, não se estruturam, não se preparam e não encaram o fato como uma prioridade.

Existe uma publicação inglesa, **Digest Screen**, especializada na questão das imagens, que publicou recentemente na capa a bola do mundo e três bandeiras em cima: a bandeira da Índia, da China e do Brasil. A Revista dizia que aquelas seriam as potências audiovisuais do século XXI. Trata-se da previsão dessa revista inglesa. O Brasil não sabe que há essa expectativa. O Governo brasileiro também desconhece a previsão de que será uma potência mundial do século XXI na produção de imagens. Nós não sabemos e a sociedade brasileira também não sabe. Porque encaramos essa indústria como entretenimento única e exclusivamente, como algo engraçado, de artistas, mas é tão necessária à vida de um país como a educação, a saúde, o trabalho e os meios de transporte.

Esse setor tem que ser prioridade nacional, como é hoje nos Estados Unidos, na França, na Inglaterra, em todos os lugares. Por quê? Há dois fatores importantíssimos: o primeiro é o espaço ideológi-

co-cultural. As imagens ocupam um espaço ideológico e cultural. O outro é um aspecto econômico, que é violentíssimo. Os dados da **Digest Screen** são absolutamente impressionantes, mas não totalmente verdadeiros, apesar de a Revista ser bem-informada. O **Globo** reproduziu a matéria na seção de economia. Falam só de cinema, de espetáculo cinematográfico. “O mercado de cinema no mundo, em conclusões surpreendentes, revela que, em 1988, o setor cresceu 5% e gerou US\$16,9 bilhões no planeta”. Esse dado não é tão suficiente. Vou provar que a cifra é maior. Significa que cada pessoa, na Terra, gastou US\$2,00, no ano passado, indo ao cinema. Quer dizer, da população mundial de 6 bilhões de pessoas, cada uma gastou aproximadamente US\$2,00. É o que diz a matéria, creio que seria mais. Se forem US\$12 bilhões seriam mais de US\$2,00.

Trata-se de algo centrado no cinema, que não é a ponta maior da indústria audiovisual, é a ponta mais sofisticada, a ponta de partida. Ideológica e culturalmente é a principal porque o cinema é um espaço de reflexão. A sala escura, o auditório do cinema é um espaço de convivência social, necessário à convivência das populações para as pessoas saírem de casa, do clima opressivo familiar contínuo, que gera a violência doméstica, porque o espancamento de mulheres, de filhos, de crianças é devido à continuidade da convivência. É necessário que o cidadão saia de casa para se divertir, para se informar, para ampliar seu horizonte.

O cinema é o espaço que cria a convergência das comunidades, é um negócio de interesse social. O Sr. Luiz Severiano Ribeiro Neto é um prestador de serviço social. Ele não pode ser tratado como um comerciante de secos e molhados.

Tem que haver políticas públicas a respeito das cargas excessivas de impostos, que são em cascata na atividade cinematográfica: PIS, CONFINS, Imposto de Serviços, ISS exagerados. Mais ainda a questão dos descontos de direito autoral – às vezes, arbitrários – e uma série de fatores que sufoca essa atividade eminentemente social.

Hoje, o governo americano, entendendo isso – porque é um governo que respeita e está atento para o que vem na frente –, resolveu transformar a atividade do cinema, da indústria de exibição, do comércio de exibição em uma coisa planetária financiada pelo governo americano. Eles estão certos. Se eles são considerados os maiores produtores do mundo, os melhores distribuidores, por que iriam colocar o seu filme na França, na Inglaterra, no Brasil, na Argentina, deixando na mão do exibidor argentino, por exemplo,

50% da renda? Eles resolveram levar isso também para lá, pois vendem suas idéias, seu estilo de vida, sua cultura e ainda ganham dinheiro; são pagos para isso. Então, eles resolveram levar esse dinheiro também, mantendo uma rede planetária de cinemas, que são essas **multiplex** – que, como disse Luiz Severiano, são bem-vindas. Ninguém deve combater essa instalação não, mas simplesmente devemos compreender a importância de o empresário brasileiro também ter capacidade de competir. Não vamos dizer que não podem colocar aqui o **multiplex** americano. Não é nada disso. Pode! Ótimo! Vamos regulamentar a saída desse dinheiro, pois as leis estão aí, mas vamos também proporcionar melhores condições aos empresários brasileiros.

Há uma empresa de 80 anos, que, durante esses 80 anos, manteve uma cadeia nacional de exibição e, de uma hora para outra, afunda. Por quê? Porque a 2% de juros ao ano – que é como estão sendo financiados os **multiplex** –, com prazos e planos de negócios que prevêm até 10 anos de prejuízo, o empresário brasileiro não pode competir, porque, se ele tiver um ano de prejuízo, no segundo, ele vai à falência; ele não tem fôlego para dez anos de prejuízo.

Então, está-se montado um sistema perverso – já se tem um sistema oligopolista no setor de televisão – no setor do cinema; ou seja, fechou-se o negócio do comércio da imagem em oligopólios. E isso vai resultar no que está atualmente pintando no Brasil: está-se criando – além de se ter os brasileiros excluídos da alimentação, da educação, da saúde – agora a classe de brasileiros excluídos do cinema, do espetáculo cinematográfico. Por quê? Porque essa técnica de instalação de **multiplex** está sendo adotada para os bolsões de classe média alta para cima. O povo que se dane, não se pensa em cinema popular.

Há uma política pública que o Governo tem que adotar: em resposta a essa política, vamos financiar um intenso circuito de cinemas populares, mesmo que seja **multiplex**, mas sem muito luxo, porque um habitante da Favela da Rocinha, por exemplo, não vai ao Fashion Mall, tampouco a um Cinemark, ele sequer consegue entrar, porque o segurança não permite inclusive, pensando tratar-se de assaltante. Anualmente, vendemos – fornecerei um número puramente extraído da imaginação – 70 milhões de ingressos. Isso significa que sete milhões de pessoas – ou três milhões e meio, segundo o meu entendimento – estão indo ao cinema duas vezes por ano. Então, em uma população de 160 milhões, o mercado de cinema está restrito a, no máximo, cinco milhões de brasileiros.



Hoje, cinema é privilégio de classe, quando deveria ser uma diversão popular, de massa.

Portanto, a concepção é instalar cinemas nas zonas ricas a preços de Primeiro Mundo – detesto esta palavra –, e ao povo resta a televisão, se tiver, ou o vídeo, se puder. O espetáculo cinematográfico foi degradado do ponto de vista popular. O povo está proibido de ir ao cinema por falta de espaços adequados à população de baixa renda, que é a mais necessitada.

Atualmente, só pode ir ao cinema quem tem carro. Os cinemas estão deixando as zonas centrais e se instalando em áreas com locais de estacionamento, só acessíveis àqueles que possuem carro. As áreas populares ficam desprovidas desses espaços, as quais poderiam, nos intervalos da exibição, ser ocupados como auditórios para o desenvolvimento de atividades relacionadas à informação, tais como exibição de filmes informativos sobre saúde pública, além de filmes culturais e documentários. Então, no período de 9 às 12 horas, esses espaços poderiam ser ocupados pelo Ministério da Educação – por meio do Fundo Nacional de Educação – no sentido de oferecer conhecimento à população, exibindo filmes que ilustram a vida das pessoas, que mostram cuidados com a higiene pessoal, que os alerte sobre doenças endêmicas, características daquelas populações. Há uma maneira de resolver essa questão: na ponta, financiando o empresário brasileiro, estimulando-o a ocupar as áreas populares, que não interessam ao multiplex estrangeiro, e, ao mesmo tempo, incentivando as comunidades a frequentarem esses espaços, que podem ser utilizados como auditórios educativos. Seriam outras políticas públicas, porque esse é um grave problema. O fato de existirem 100 mil pessoas para cada cinema poderá ser agravado. Estarem sendo abertas 200 ou 500 salas americanas é ilusão; talvez, numa proporção até maior, outros espaços estão sendo fechados. Nos subúrbios e nos centros das cidades, por exemplo, os cinemas estão se extinguindo. Então, o número de cinemas no Brasil permanecerá o mesmo. Penso que há necessidade de se debruçar sobre essa questão e vê-la claramente. É preciso, inclusive, desenvolver proteções contra a ação avassaladora da televisão, que prejudica a sala de cinema. Na França, o Governo chegou ao exagero de criar uma legislação que proíbe a televisão, aos sábados e domingos, em horários nobres, exibir filmes de longa-metragem, para não concorrer com os cinemas, para obrigar as populações a saírem de casa. Então, não passa longa-metragem sábado e

domingo, na França, nos horários que podem concorrer com os cinemas.

Então, essa é uma outra política pública que foi adotada tendo em vista o interesse social. O governo francês entende que o espaço do cinema precisa ser preservado como um espaço de convivência social, de reflexão. Muito bem, a televisão não pode exibir longa-metragem.

Cria-se também outro tipo de proteção. Quando a televisão vai exibir um longa-metragem às 10 ou 11h da noite, há uma carga de chamadas, anunciando o seu próprio filme, que vai passar às 11h, durante dois ou três dias. Nenhum exibidor, produtor ou distribuidor pode fazer o mesmo, dizendo que seu filme está passando nos cinemas. Se o fizer, vai à falência. Aquela carga de chamadas usadas para dizer que, em determinado dia, à meia-noite, vai passar um filme no Intercine ou na Tela Quente é tão grande que, se um exibidor tentar colocar aquele mesmo número para dizer que não vejam o filme do Intercine, porque está exibindo determinado filme no cinema tal, ele vai à falência. Quer dizer, isso é uma concorrência desleal.

Portanto, são coisas que precisam ser negociadas. A ABERT precisa ser chamada. Não vamos fazer casamento na polícia; podemos fazer casamento no cartório. Não tem problema. Vamos discutir e negociar; a sociedade é democrática. Está-se instalando um processo democrático na comunicação social do Brasil, perigoso para a democracia, porque essa concentração de poder da informação conduz a opinião pública ora a achar o Congresso maravilhoso, ora a fechá-lo. Democracia não funciona.

De vez em quando, a fome, a violência, enfim, tudo termina nas costas do Congresso. Ainda bem que se criaram meios de comunicação, como a televisão e o rádio, que estão dando o seu recado e expondo as suas posições, mas há um perigo com a concentração do poder da informação.

Não se trata da TV Globo, que é até benfeitora à sociedade brasileira, porque é a televisão do mundo que menos exibe produtos importados enlatados. Ela tem uma capacidade de produção própria, nacional, gerando emprego e revela uma variedade de temas nacionais impressionante. É uma das maiores produtoras de imagens do mundo, concorrendo com qualquer grande produtora hollywoodiana ou com televisões americanas. Fora dos Estados Unidos, não há qualquer televisão tão nacionalizada quanto a TV Globo.

O sistema como um todo é que é perverso e tem de ser consertado por intermédio do Congresso Nacional. É o Congresso que tem essa tarefa. O Poder Executivo jamais poderá consertar essa situação peri-

gosa para a democracia brasileira não é fantasma, não é nada e, ao mesmo tempo, prepara o Brasil para ser uma potência audiovisual e ter um lugar não só no abastecimento.

Hoje, consomem-se, no Brasil, 250 milhões de horas de imagens. Já está muito mais do que isso; isso era uma conta que tínhamos há dois anos. Com a multiplicação e o aumento de canais a cabo, são 250 milhões de horas de imagens, e não temos nem 1% dessas imagens produzidas no País.

Então, isso é uma desnacionalização do estilo de vida, dos comportamentos, do vestuário, da moda brasileira, da maneira de vestir e de habitar. Os hábitos de consumo são todos alterados. O dia a dia do brasileiro é alterado diariamente por produtos que nada tem a ver com a realidade. Não pretendemos colocar um muro impedindo a entrada de produtos estrangeiros, mas vamos colocar uma quantidade de produção nacional. Daí a necessidade de políticas públicas para a produção.

Vamos para o campo da produção. Por que o Brasil pode ser uma potência audiovisual, porque o Brasil, como a Austrália, a China e a Índia, é um país continental com riqueza diversificada. O Brasil, principalmente, tem um panorama cultural diversificado, uma paisagem física e humana diversificada. É necessário, para fazer imagem, que haja diversificação de paisagens, tanto a física com a humana, e de cultura, visando à geração de produtos interessantes. O Brasil tem um mercado em seu redor. De acordo com dados de que disponho, a Comunidade Européia fez um estudo sobre um mercado digamos ibero-latino-americano. Por isso, os senhores vão ver que esse número de 16 bilhões é falho, apesar de a revista ser especializada.

Nesse mercado ibero latino americano, temos apenas cinco países: vou deixar toda essa documentação à disposição dos senhores: Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, como uma amostra do que é o mercado audiovisual desse mundo ibero-latino-americano, no qual mais 20 países serão incluídos.

Residências com TV: nove milhões na Argentina; 35 milhões no Brasil; 3,5 milhões no Chile; 12 milhões na Espanha; 17 milhões no México, 3 milhões na Venezuela. Nesses países, há 79 milhões de domicílios com aparelhos de TV instalados.

Assinantes de TV a cabo: 11 milhões e 670 mil assinantes nesses cinco países.

Aparelhos de vídeo doméstico: 40 milhões instalados, dos quais 15 milhões só no Brasil.

Enfim, analisando os dados, verificamos:

Faturamento de publicidade em televisão: 6 bilhões e 888 milhões. O Brasil tem, segundo a pesquisa, um faturamento de publicidade em TV de 720 milhões, mas não é um dado também preciso, pois só a **Globo** tem um faturamento anual de 2,5 bilhões. Já pedi que os notificassem de que o dado sobre o Brasil está errado. O Brasil tem um faturamento de publicidade em TV de mais de 3,5 bilhões. Quanto a esse faturamento, se tivéssemos a mesma postura que a Inglaterra, a França, a Alemanha, a Espanha, o Governo brasileiro não precisaria estar fazendo renúncia fiscal nenhuma. Lei do Audiovisual não precisaria nem existir, porque o Governo brasileiro não teria necessidade de abrir mão de parte da sua receita para financiar a produção de cinema, de imagem. No momento em que faz concessão de canais de televisão, como em qualquer parte do mundo, há um chamado caderno de obrigações, que o francês chama de **cahier des charges**. Quer dizer, ao dar-se uma concessão de televisão ou vamos dizer, em linguagem rasteira, uma fábrica de ganhar dinheiro com ponteiro de relógio, faz-se com que o beneficiado venda segundos. Não há melhor concessão do que essa. Qual a mercadoria? Segundos. Desse faturamento obtido, como ocorre na França ou em qualquer lugar, o beneficiado é obrigado a investir x% na produção de imagens, ou seja, de cinema, por exemplo, na produção independentemente de imagens, telefilmes, filmes para cinema. Quer dizer, o Governo não precisaria estar fazendo renúncia fiscal. Ele dá uma concessão e exige uma contrapartida do concessionário, que se vai beneficiar dessa produção, que ele próprio vai usar. Seria uma maneira de o Brasil aumentar enormemente sua produção de imagens, só com esse tipo de política de obter do concessionário uma contrapartida para financiar a produção nacional, de que necessita para colocar meu espelho para a sociedade.

Tenho um bordão, que venho usando de um ano para cá, que é o seguinte: o país sem cinema, sem produção de imagem, é como uma casa sem espelho. Se tirarmos todos os espelhos de casa e, durante um mês, não tivermos onde nos olharmos, onde nos mirarmos de manhã, para saber como está o cabelo, como estamos vestidos, vamos perdendo nossa referência, nossa própria imagem. É o que ocorre hoje no Brasil. Se não fosse essa produção das televisões brasileiras, das novelas, a situação estaria muito pior.

Não tenhamos dúvidas de que uma parte da violência. O governo americano, a Comissão de Comunicação do Congresso americano está estudando, há dez anos, os meios de comunicação. Oitenta por



cento das causas de violência nos Estados Unidos, que é enorme, talvez até maior do que no Brasil, a violência social, sofrem influência dos meios de comunicação de massa. Para tanto, o governo americano está providenciando regras estritas para combater isso, caso contrário a sociedade pode adoecer definitivamente. E estamos nesse caminho. Os indícios estão aí a toda hora. Não é só o crime organizado; o crime desorganizado também é muito grande.

Esse menino que metralhou pessoas no cinema é vítima dos meios de comunicação. Não há a menor dúvida. Até mesmo a sua psicopatia pode ter sido adquirida através dos meios de comunicação.

Há estudos sobre a permanência de crianças diante de um aparelho de televisão. Um número "x" de horas a mais pode provocar disritmias cerebrais graves, epilepsias. Esses Nintendos, esses jogos, tudo está sendo estudado. E estamos deixando tudo isso correr solto no Brasil. É um problema tão grave quanto a fome, quanto a miséria, porque ele vai degradando o ser humano em matéria de comportamento. Então, o que preconizo é que se adote...

Isso saiu na revista **Época**, das Organizações Globo, de grande honestidade. Como é na França? Há uma taxação sobre ingresso de cinema, o que não é bom, sobre o faturamento dos canais de televisão – um percentual dos faturamentos tem que ser destinado para um fundo de produção de imagens –, e sobre os lançamentos de vídeo. A Argentina, por exemplo, está adotando isso para financiar o desenvolvimento de roteiros, filmes experimentais e projetos em co-produção. Oferece adiantamento de recursos, depois recolhidos na bilheteria. A França produz 150 filmes por ano. O Brasil, no pico da sua produção, nos anos 70, alcançou 110 produções. A Alemanha premia com dinheiro os produtores de filmes de arte que conseguem atingir mais de 50 mil espectadores, e filmes de maior apelo comercial, com mais de 100 mil espectadores, recebem premiação. O fundo é gerado pela taxação das receitas de televisão e das vendas de vídeo. A Alemanha produz 60 filmes por ano. Ela também tem uma taxa sobre faturamento de televisão. A Espanha, a mesma coisa: o Estado taxa em 5% o faturamento das televisões. A emissora estatal tem participação maior. O fundo recolhido é investido diretamente ou usado como ponto de partida para co-produções. A Espanha também adianta dinheiro sobre as bilheterias e produz 80 filmes por ano.

A Inglaterra segue o mesmo caminho: taxa a TV e o vídeo, mas é basicamente a taxação sobre a televisão que alimenta o fundo de produção do cinema inglês, que está produzindo 70 filmes por ano.

Isso é uma coisa lógica e até orgânica, pois, se há uma fonte que consome produto, então, precisa-se de produto. No entanto, não é o Governo, com seu interesse político, econômico, social, cultural e até econômico, que irá dizer que não quer que sejamos abastecidos unicamente por produtos de fora para dentro. Está sendo dada uma concessão para veicular imagens que também devem ser nacionais, porque é uma produção de massa e é preciso que o povo brasileiro veja a sua própria imagem, se autocritique e se orgulhe ou não da sua imagem. Então, não se pode abastecer o meio que estou concedendo unicamente de imagens importadas, tem que haver produção, que advém do faturamento que a empresa está tendo.

Essa seria uma solução, já que em 2003, ao invés de ser renovada, a lei do audiovisual será extinta, pois possui uma administração complicada, os exemplos estão aí. Deve-se, portanto, preparar essa nova política de recursos para o setor oriundos do próprio setor.

Quanto à questão da taxação, há o Decreto nº 1.900, do Governo Militar do Presidente Geisel, que criou a taxa para o desenvolvimento do cinema brasileiro. É uma taxa sobre cada produto importado, destinada ao pagamento do registro daquele título, uma espécie de pedágio para percorrer o mercado brasileiro.

Assim, na época, cinema e vídeo eram as duas tecnologias de maior volume. Porém, esses dois veios de mercado não são mais os principais. E toda a outra tecnologia que hoje inunda o mercado de imagens – televisão a cabo, satélite – tem uma enxurrada de imagens, não só importadas fisicamente como importadas pelo ar, entrando no País sem pagar nada, enquanto se continua cobrando da frágil economia do cinema e do vídeo. Portanto, as imagens de televisão entram no mercado sem pagar nada. Quem vai pagar essa taxa não é a emissora de televisão, não é a Globosat ou a empresa Abril, mas o detentor do direito, seja ele importador ou a exportadora.

Então, não há conflito político, porque quem vai pagar é o dono do produto, o detentor do direito. Isso dará ao cinema algo em torno de R\$50 a 60 milhões por ano, que somados ao faturamento das televisões, ultrapassam a casa dos R\$100 milhões. E vai mais adiante. Podemos ter hoje, no Brasil, cerca de meio bilhão de reais disponível para a produção das imagens, para que o Brasil produza imagens suficientes para abastecer uma parte das 250 milhões de horas de que necessitamos.

Vamos à parte da distribuição a que o José Carlos se referiu. Temos a parte de políticas pública para exibição, temos que ter uma política pública para a



produção, que estão aí mais ou menos desenhadas. Temos que ter uma parte para a distribuição e comercialização.

O Brasil é fraco nisso tanto do ponto de vista interno quanto externo. Há um vasto mercado disponível, o que falta é investimento. O Brasil já tem estocados alguns milhões e milhões de dólares em imagens já produzidas, já consumidas aqui, mas não vistas lá fora. Se for organizado um sistema de financiamento para exportação disso, dos materiais, da publicidade, a presença nas feiras internacionais, apenas o estoque brasileiro renderia alguns milhões de dólares. Porque hoje se vende em quantidade; não se vende mais só a qualidade. “Quantas horas de imagens você tem aí para me vender?” “Eu tenho mil horas.” O cara abre o olho, diz: “Ah, que bom! Vou comprar mil horas. Já resolvi o problema de mil horas na minha programação.” É esse o mundo hoje. O Brasil tem milhões de horas de imagens produzidas. O Brasil produz imagens há mais de cem anos.

Então, seria uma política de financiamento, por meio dos sistemas de exportação existentes, de financiamentos a empresas. No Brasil, há o hábito de se financiar apenas o projeto. No cinema, então, é um absurdo. Você financia um filme, não financia projeto de um grupo de filmes. Você não financia uma empresa. Por exemplo, uma empresa de produção com capacidade para produzir dez produtos ao ano, produz um ou dois porque só há financiamento para produtos específicos. Não há ainda a cultura de financiar uma empresa que tenha programa de produção ao longo do tempo. Isso é outra coisa que deve mudar.

Prepara-se por aí mais cinema; o BNDES é uma coisa muito boa, mas ainda está na fase de financiar o produto. Tem que financiar empresas; tem que financiar consórcios, privilegiar consórcios, agrupamentos de produtores e de exibidores. Por exemplo, um consórcio de exibidor que resolve construir 200 multiplex no Brasil. E eles vão organizar esse consórcio, a fim de que haja capital para construir esses 200 cinemas, que serão os auditórios democráticos.

O que há, na verdade, é uma necessidade na qual o Senado, pela primeira vez, no Brasil, está pensando. E o Senado Federal, o Congresso Nacional pode liderar isso com políticas públicas para o setor de produção para tornar o Brasil um produtor de imagens com capacidade de difundi-las no plano interno e no plano externo. É disso que o Brasil está precisando, mas não de uma forma puramente decorativa, ou como uma atividade ornamental.

A cultura, em geral, não é vista sob o ponto de vista econômico, cultural e social, mas como atividade

ornamental. A indústria cultural é hoje o segundo negócio no mundo, marchando para ser o primeiro em cifra de negócios. E o Brasil é hoje uma montanha cultural. Estamos aqui como na época em que Minas Gerais tinha a suas montanhas de ferro e não as transformava em nada. O Brasil tem uma montanha cultural que, com investimentos, com atenção, com programas, com projetos pode ser transformada em bens de consumo cultural para melhorar a vida do País e para participar do grande mercado internacional.

Finalmente, passo a ler um trecho do livro intitulado “O País Tropical sem Sonhos”, do nosso mestre Celso Furtado.

Há um trecho, não sei se V. Ex<sup>as</sup> leram, que é mais ou menos sobre o assunto, o qual gostaria de ler antes de encerrar minhas palavras:

“Julga Furtado que o processo de criação cultural é balizado pela Coroa e pela Igreja até os meados do Século XIX. Nesse sentido, o Barroco brasileiro seria a última síntese cultural da Europa do Pré-Renascimento. Depois de um certo atraso cultural, ocorre um reencontro do País real pelas elites. E agora um papel crescentemente importante da indústria transnacional da cultura aliado à emergência de uma consciência crítica que cria uma área de resistência. Furtado conclui com sua velha preocupação: resta saber quais povos continuarão a contribuir para o enriquecimento cultural e quais serão os relegados ao papel passivo de simples consumidores.”

Esta é atualmente a questão central no mundo. Celso Furtado toca em um assunto pelo qual toda a Europa está lutando enormemente a fim de não ser uma simples consumidora do produto cultural gerado pela fonte hegemônica. Do contrário ela não se realiza como projeto de Europa. E o Brasil está despreocupado, encarando a indústria cultural, sua possível indústria cultural, como um ornamento.

Então, aqui – e ele tece outras considerações –, a maneira de contrabalançar a globalização financeira, dos ativos financeiros e das mercadorias, é um forte esquema de produção cultural, com o qual se fortifica a identidade e a auto-estima, com o qual se fabrica a ânsia do País.

Gostaria de aqui deixar o meu depoimento nesse sentido. Que o Senado Federal lidere a luta de regeneração e de recomposição da nacionalidade através de um forte projeto de produção de imagens e de cultura no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Muito bem. Agradecemos então ao Luiz Carlos Barreto por sua também vigorosa intervenção, que nos mostrou claramente a necessidade de uma nova política de re-

curso para o financiamento. É algo realmente novo que surge na Mesa que hoje foi composta. Ou seja, o apoio, através de políticas públicas, não apenas ao setor de produção, mas também à área de exibição propriamente dita, para ampliar o público e inclusive mudar o público, que, hoje, de certa forma, está concentrado nas elites.

Encerrada a primeira parte, passamos à parte seguinte dos debates, consultando se algum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra para perguntas.

O Senador Agnelo Alves é o primeiro a solicitá-la. S. Ex<sup>a</sup> pode fazer uso dela.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, ilustres convidados, Sr. Relator, eu gostaria de parabenizar todos os três pela excelentes exposições que fizeram. Creio que V. Ex<sup>a</sup> falou muito bem, e resumidamente, quando disse, em outras palavras, que começa a nascer uma luz para aquele objetivo que todos nós desejávamos: chegar a um denominador de como o Senado Federal poderá influir decisivamente em políticas públicas de apoio à parte cultural, à parte comercial, enfim, a tudo o que se relaciona com essa indústria, que, quanto mais antiga, mais complexa parece, porque, de ano para ano, vai apresentando televisão, Internet, uma série de facetas que nós, pobres mortais, fazemos mas não temos capacidade de atribuir. Concorde em gênero, número e grau. Quando o Luiz Carlos Barreto diz que na hora em que o Governo é a parte que concede não cobra nada ao concedido. Como sou uma das partes concedidas, concordo plenamente com ele. Quando recebermos uma concessão de televisão, não temos nenhuma outra obrigação a não ser ganhar dinheiro. Felizmente, ou verdadeiramente, é isso. No nosso caso, somos da Rede Globo e não temos muito o que fazer; temos apenas o que acompanhar. Concorde plenamente que chegou a hora de realmente legislarmos mais seriamente sobre esse assunto.

S. S<sup>a</sup> falou também de uma lei da qual V. Ex<sup>a</sup> foi relator e que não chegou a entrar em vigor. Não sei o motivo, mas imagino por quê. Mas é outro ponto de partida.

Por último, S. S<sup>a</sup> referiu-se a um estudo ou entrevista do Dr. Celso Furtado, que define muito bem o quanto devemos e precisamos fazer em defesa da nossa cultura, sem nos inibirmos em receber também a contribuição de outras culturas e de outros povos que tenham condições de fazer, porque não somos detentores da cultura maior e melhor do mundo. Mas devemos preservar o que temos.

Infelizmente, terei que sair, porque tenho hora marcada num Ministério e não posso ficar hoje, como

tenho ficado todos os dias. Mas o nosso indefectível Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Francelino Pereira farão as vezes do Senado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Consulto se a Mesa gostaria de fazer alguma observação a respeito da intervenção do Senador Agnelo Alves.

Quero lembrar apenas que aqui foi feita a referência à lei do Conselho Nacional de Comunicação. De certa forma, sou quase que protagonista desse processo dramático da lei e fui testemunha das dificuldades. De fato, há uma luta política muito grande por trás dessa lei do Conselho de Comunicação Social. De um lado, o temor de alguns Deputados e Senadores não por serem detentores de concessão, independentemente disso, mas o temor de perder uma espécie de soberania ou de controle absoluto sobre essa decisão das outorgas e das renovações de concessão. É um temor, a meu ver, absolutamente infundado, mas ele existe. De outro lado – não deixa de ser inteiramente verdadeira essa questão –, são interesses corporativos em jogo.

A lei estabelecia realmente 11 ou 13 membros que integrariam o conselho. Quatro representariam entidades patronais do setor de telecomunicações ou de comunicação social; outros quatro representariam os trabalhadores ou empregados dessas empresas; e mais três que seriam, em princípio, independentes, de reconhecido saber. E isso sempre foi objeto de uma grande celeuma, de uma polêmica infundável; reitero que principalmente na Câmara, muito menos no Senado. Na Câmara dos Deputados nunca chegou a haver uma definição de como constituir esse conselho. Chegou-se a pensar – essa é uma nova proposta – em mudar as proporções representativas dos grupos, mas, como isso também não andou, na verdade, há uma grande disputa de hegemonia, de controle, dentro desse Conselho, que, como disse o Luiz Carlos Barreto, deveria ter um papel extraordinariamente importante e influente nas políticas de imagens do País, não só na política da televisão, como também na de radiodifusão como um todo, e, nela, incluem-se as emissoras de rádio.

Hoje, essas políticas, evidentemente, não estão submetidas a nenhum órgão de caráter mais representativo e mais amplo, porque apenas e tão-somente o Ministério das Comunicações tem um certo acesso, um certo critério de controle e de intervenção, mas muito mais no ato de conceder e no ato da outorga do que propriamente ao longo do processo. Então, parece-me também que há um grande interesse de que esse Conselho não exista, não se instale nunca. Essa é a realidade.



Essa é apenas uma tentativa de fazer com que, minimamente, as pessoas entendam por que é tão difícil constituir o Conselho Nacional de Comunicação Social. Esse Conselho está previsto na Constituição. E existe uma lei do Senador Pompeu de Souza, da qual fui apenas o Relator. É verdade que fiz algumas emendas, mas a sua autoria não pode ser retirada. Deve ser permanentemente lembrado aquele ilustre e inesquecível Senador do Distrito Federal, cearense de nascimento, que foi o Senador Pompeu de Souza, hoje falecido.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Cuja filha está aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – O que nos honra muito, sem dúvida alguma.

Eu não poderia deixar de fazer essa observação; na verdade, é mais uma obrigação parlamentar.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, para fazer suas perguntas.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, foram extremamente interessantes, ricas e estimuladoras todas as três intervenções. Isso, naturalmente, suscita de nossa parte também muitas perguntas. Vou procurar resumi-las e condensá-las, dirigindo-me especificamente a cada um dos três expositores.

Vou começar a perguntar ao Dr. Avellar, que foi o primeiro expositor. Pergunto: como é o quadro das distribuidoras brasileiras? Além da Rio Filme, que outra distribuidora brasileira existe? Como isso se compõe? Qual é a sua história?

Vou fazer todas as perguntas e, por isso, peço ao Dr. Avellar que as anote, se possível.

A segunda pergunta é: como é, em linhas gerais, a equação econômica de uma distribuidora? Quais são as suas receitas e despesas principais? Como ela se equilibra? Como ela pode gerar lucro e se capitalizar?

A terceira questão é a seguinte: uma distribuidora como a Rio Filme, por exemplo, gasta com promoção, com **marketing**, significativamente?

Pergunto ainda: a distribuidora entra no vídeo ou fica só no cinema?

Finalmente, faço a quinta e última pergunta: a Rio Filme atua fora do Brasil? V. S<sup>a</sup> já disse que ela atua fora do Rio, mas pergunto se ela atua fora do Brasil.

Sr. Presidente, é melhor fazer todas as perguntas, inclusive aos demais?

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Como as perguntas estão individualizadas, talvez seja melhor

cada um responder dentro dos objetivos que estão propostos por V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Sr. José Carlos Avellar, para que, desde logo, responda as primeiras perguntas.

**O SR. JOSÉ CARLOS AVELLAR** – A rigor, não existe uma outra distribuidora exclusivamente dedicada ao cinema brasileiro. Quando foi criada a Rio Filme, não existia, a rigor, em nenhuma outra distribuidora, um filme brasileiro para ser distribuído. Dos novos mecanismos hoje existentes para a atividade cinematográfica no Brasil, a Rio Filme foi o primeiro a ser criado. A primeira ação foi a de uma distribuidora para atender a existência de uns poucos títulos que não tinham conseguido chegar ao mercado depois de 1990 e alguns outros que não tinham sido concluídos, produções que tinham sido iniciadas, mas não tiveram fôlego suficiente para chegar à cópia final.

Desde o princípio, a Rio Filme se propôs a trabalhar como uma distribuidora que complementasse alguns filmes brasileiros por meio de um projeto de apoio à finalização. A partir de 1994, estendeu-se também à produção. Ou seja, não só examinávamos materiais já filmados para permitir a conclusão dos filmes, mas passávamos a participar da produção dos filmes a partir dos roteiros e a trabalhar, até aqui, quase que exclusivamente com filmes brasileiros. Digo quase que exclusivamente porque – e vou juntar uma das suas questões com relação à participação da Rio Filme no mercado externo – não fazíamos distribuição de filmes fora do Brasil, com raríssimas exceções. Estabelecemos com alguns países latino-americanos um processo de troca de filmes. Cedemos um filme brasileiro contra um filme mexicano ou argentino, países com os quais já trabalhamos já existem outros em entendimento de modo a permitir, primeiro, que o filme brasileiro seja exibido comercialmente nesses países. Já tivemos um filme de nossa participação distribuído no México, na Argentina em troca de um filme brasileiro que, por meio de um sistema muito simples, passa a pertencer, dentro do mercado brasileiro, ao produtor brasileiro que cedeu o filme para o México ou para a Argentina.

O trabalho de distribuição da Rio Filme é basicamente interno, apenas dentro do País. Com as ressalvas de que existem alguns processos de co-distribuição propostos pela Rio Filme a diversas cinematografias. Achamos que, hoje em dia, devemos tentar algo equivalente ao que, nos anos 60, foram os acordos de co-produção: estabelecer com diversos países acordos de co-distribuição no sentido de permitir que nossos filmes sejam exibidos fora e que te-



nhamos aqui a participação de um cinema independente, autoral, nacional, que não tem conseguido chegar até o nosso mercado.

Além disso, conseguimos atuar em duas outras faixas. Graças ao Mercosul, alguns filmes brasileiros com distribuição da Rio Filme se exibem regularmente no Uruguai – na verdade, o único país que cumpre integralmente a ausência de fronteiras para o produto cultural. Exibimos no Uruguai como se fôssemos nós o distribuidor, diretamente com o exibidor uruguaio. Não se conseguiu ainda romper o cerco das fronteiras com a Argentina. Mas, no Uruguai, temos exibido com regularidade. Atualmente, entre cinco ou seis filmes brasileiros são exibidos a cada ano para o público uruguaio. Como distribuidora, somente aí.

Fora disso, num trabalho externo, temos um contato razoável com festivais de cinema, que são ainda o mercado de apresentação para fora; se não necessariamente o mais efetivo, pelo menos o mais amplo, na medida em que um filme, dentro de uma programação de uma das mostras oficiais de festival ou dentro das sessões do mercado, consegue ter uma visibilidade e se expor a compradores e distribuidores de fora muito mais facilmente do que por meio de uma ação como a que existia no tempo da Embrafilme, quando era montado um escritório comercial fora do Brasil para venda desses filmes.

É verdade que hoje encontramos no mercado europeu – que, talvez, depois dos anos 60, talvez o maior consumidor de cinema brasileiro, uma dificuldade semelhante à que enfrentamos, que é o de enfrentamento com o cinema hegemônico, ou seja, é a busca de espaço para o cinema nacional ou para o cinema da região. Assim como nós discutimos muito a existência de um espaço comum no Mercosul para o cinema do Mercosul, a Europa já tem isso com os cinemas europeus e, portanto, a entrada de um filme não europeu se torna difícil hoje em dia. Ou através de co-produções, ou através de acordos de co-distribuição, talvez possamos chegar lá. Nesse sentido, existem esboçados e em discussão acordos de co-distribuição com a França e com a Espanha para falar de países europeus.

É possível que a partir do ano que vem possamos ter uma troca de alguns filmes com a França, de modo a que a Riofilmes venha a distribuir filmes franceses, na medida em que se distribuem filmes brasileiros na França. A existência de outras distribuidoras especialmente voltadas para o cinema brasileiro se torna difícil. E explico. Ligado à questão de como se organiza economicamente uma distribuidora, na medida em que, digamos, a existência de uma distribui-

dora como a Riofilmes é mais resultado de uma ação cultural do que de uma ação econômica.

Não creio que uma distribuidora, mesmo agora, quando a situação é muito mais suave e agradável do que foi na época da criação da Riofilmes, mas, dificilmente, uma distribuidora pode viver hoje da distribuição exclusiva de filme brasileiro. Graças ao fato de sermos uma distribuidora ligada ao município do Rio, de termos uma dotação orçamentária do município para investir na promoção dos filmes, podemos garantir não só os acordos que foram feitos com salas de exibição, mas os materiais, os equipamentos e as ações de promoção dos filmes, que garantem a possibilidade de que um filme chegue à sala de cinema com um mínimo de conhecimento do espectador, de modo que ele possa ser conhecido e apreciado, buscado pelo espectador.

Não tenho certeza de uma distribuidora, hoje, possa investir diretamente na distribuição de um filme. Começa agora, através de acordos que a própria Riofilmes tem feito de co-distribuição dos seus filmes com outras distribuidoras para o lançamento de filmes brasileiros. Na medida em que se conseguiu estabelecer uma base de regularidade de presença do cinema brasileiro, porque estávamos falando aqui da concessão e da exigência de concessão, os acordos que fizemos para reequipar salas, para dividir salas e para fazer reduções de impostos que se devem pagar – isso começou no Rio de Janeiro – isso visa a garantir presença do cinema brasileiro nos cinemas do município todos os dias do ano. O acordo que fizemos, primeiro, com uma das salas do Grupo Ribeiro e com um terceiro parceiro, garantia que, num certo conjunto de seis salas, existiria, todos os dias, a presença de um filme brasileiro, que foi o que permitiu, como lembrou aqui o Severiano Ribeiro, uma presença regular que criou o hábito de se voltar a ver filme brasileiro.

Essa ação inicial só se poderia fazer como uma ação política e cultural. Economicamente, uma distribuidora, hoje, não pode se dar ao luxo de investir sem ter a garantia do retorno. Como também observaram aqui os meus dois colegas de mesa nas exposições que fizeram, há uma riqueza do espaço cultural muito grande, mas há uma fragilidade muito grande na vida econômica de cada um dos grupos. Seja o distribuidor, seja o exibidor, seja o produtor, vivem com uma economia bem controlada, porque, como disse o Barreto, não pode se dar ao luxo de dois ou três anos, ou mesmo de um ano, de prejuízo. Só graças a uma ação de um ponto de vista cultural se pode manter regular-

mente uma distribuidora. De que vive a distribuidora? Ela recebe um percentual da renda do filme.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Qual percentual?

**O SR. JOSÉ CARLOS AVELLAR** – Em torno de 20%. Esse percentual varia, na realidade, entre 12%, 15% e 20%. Quando ele é maior, a Rio Filme participa, de alguma maneira, na maioria dos filmes que distribui, seja por meio de um apoio para a finalização ou de um apoio direto para a produção do filme, por meio de mecanismos diversos que estabelecemos com laboratórios, com fornecedores de equipamentos. Conseguimos participar da produção e da finalização de alguns filmes.

Além dessa participação, adiantamos todo o investimento necessário para a produção de cópias, **trailers**, cartazes, fotos de divulgação, material de divulgação de imprensa ou ações diversas; sejam pré-estréias, sessões em universidades, em escolas ou sessões para convidados de grupos especiais que vão nos servir de orientadores da forma de divulgar o filme. Fornecemos ao produtor uma série de recursos que garantam a exposição inicial do seu produto, contra a retenção na bilheteria desse dinheiro investido na produção de um filme.

Uma distribuidora de porte médio ou pequeno dificilmente pode se dar ao trabalho de investir, como a Rio Filme, na distribuição. Não sei se uma outra distribuidora conta com recursos. O que acontece em muitos casos é que o próprio produtor investe na hora da comercialização do seu filme. Ele traz recursos – como o próprio Barreto fez na distribuição de alguns filmes seus –, recolhidos por intermédio da Lei Audiovisual, e acrescenta esses recursos no momento da comercialização, ou seja, pagando a feitura de cópias, de **trailer**, os divulgadores, a feitura de cartazes, para que o filme possa chegar, então, por intermédio de uma distribuidora, às salas de exibição.

Quando digo que a Rio Filme distribui no mercado brasileiro, distribuímos não só nas salas de cinema, mas também em vídeo, em televisão e buscamos distribuir alguns filmes para exibição em companhias aéreas. Onde existe um mercado de apresentação do material audiovisual, a Rio filme atua.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Só um pequeno complemento. O senhor mencionou Mercosul, depois Espanha e França e outras tentativas. Portugal não entra nisso?

**O SR. JOSÉ CARLOS AVELLAR** – Mencionei a Espanha porque ela tomou a dianteira de criar um projeto de apoio à produção muito pequeno, mas de difusão e de distribuição de filme, que é um projeto

chamado Ibermídia, que reúne Espanha, Portugal e os países da América latina de Línguas espanhola e portuguesa.

Portugal tem um mercado extremamente pequeno. A possibilidade de que um filme se estabeleça no mercado português exige uma presença no mercado externo. Ao contrário do Brasil, que, pelo menos, virtualmente, tem a possibilidade de produzir, até um certo montante – não digo todos os filmes; de manter uma linha de produção que se recupere, se não integralmente, pelo menos em sua grande maioria de investimento, no espaço brasileiro. Isso é uma possibilidade concreta para os filmes de custo médio. Não é uma regra a ser aplicada a todos os filmes, a toda a produção.

Chamo muito a atenção para esse fato porque, em geral, tendemos a imaginar que uma medida vai salvar o cinema brasileiro. Na verdade, com a variedade de produção e problemas que temos, não existe uma única ação possível para resolver todas as questões. O único gesto possível é aproximar cada vez mais todo o complexo do audiovisual.

Creio que existe hoje uma aproximação – a Mesa aqui é reflexo disso – entre a distribuição, a produção e a exibição. E se conseguirmos juntar a esse tripé aqui formado o restante do audiovisual, que é a televisão e a Internet, teremos então uma possibilidade concreta de resolver essas questões.

Mas Portugal, para manter a sua produção, precisa de uma parceria. Precisa ter sempre co-produção. Nesse sentido, temos, neste ano, participado, juntamente com Portugal, de pelo menos três filmes, que já estão prontos, e alguns outros em produção. Teremos, no próximo Festival de Brasília, uma produção majoritariamente brasileira, mas que tem participação portuguesa. E tivemos, este ano, em festivais na Espanha, e com lançamento aqui no Brasil para o próximo ano, um filme, premiado no festival, chamado Jaime, uma co-produção com o Brasil, e um outro, também em co-produção, chamado Mal. Nessa relação de produção, Portugal ocupa quase que um espaço intermediário entre Espanha e América Latina. Ou seja, principalmente através da ação da Espanha que Portugal se insere, porque a Espanha, por intermédio de todos esses mecanismos de apoio direto à cultura, reservou uma verba para participação em co-produções com países da América Latina e com Portugal. Então, essa relação com Portugal se dá porque, se Portugal consegue ter os seus filmes exibidos na Espanha, a possibilidade de produção cresce e supre o seu mercado, que é insuficiente,

tendo em vista a dimensão do país no sentido de garantir a recuperação do investimento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Muito obrigado.

Sr. Presidente, perguntaria ao Dr. Severiano Ribeiro, para que eu possa ter uma idéia – aliás os economistas chamam de elasticidade renda e elasticidade preço de uma determinada demanda –, se a demanda varia em relação ao preço. Ou seja, se conseguirmos meios de baixarmos o preço do ingresso para fins de ampliar a área popular – como sugere Luís Carlos Barreto –, na sua opinião, isso teria êxito? A demanda de ingressos está relacionada com a elasticidade preço? No tocante à elasticidade renda, se compararmos os espectadores em países de renda mais alta, como Estados Unidos, França e Alemanha, isso não seria muito significativo. Mas, no Brasil, onde a situação está ainda pior, significativamente, se compararmos à do México, à da Argentina ou a de Portugal, em relação ao espectador por cem mil habitantes, como seria a demanda do mercado em relação à renda **per capita** do País?

Segundo: investir em multiplex compensa economicamente? O retorno, sob o ponto de vista financeiro, está comprovado? Quanto ao aproveitamento do equipamento obsoleto que será substituído, seria possível reutilizá-lo em salas populares? Gostaria de saber a sua opinião.

Terceiro: tendo em vista a existência da Rio Filme, gostaria de saber o porquê de cinema, no interior do Estado, não funcionar. Digo isto porque viajo bastante para o interior e já pude observar esse fato. Evidentemente que também na capital isso ocorre. Mas, por que não se irradiar também para o interior do Estado?

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Quero registrar a presença, como tem sido permanente em todas reuniões,...

O Sr. Jarbas Silva Marques, Diretor do Pólo de Cinema do Distrito Federal, e que, de certa maneira, também indaga a respeito das possibilidades de formação de platéia, que é um sistema de parceira; se isso seria viável e aceitável aqui no Distrito Federal, fora do âmbito do Rio de Janeiro.

**O SR. LUIZ SEVERIANO RIBEIRO** – Se o Senador permitir, gostaria de começar respondendo a pergunta do Sr. Jarbas.

Temos em Brasília hoje uma empresa com 21 salas de exibição; no final do ano, inauguraremos mais cinco, passando a ter, portanto, 26 salas de exibição. Eu terei o máximo prazer de, após a reunião

da Comissão, trocar informações e gostaria muito de fazer uma parceria aqui em Brasília.

Sobre a elasticidade de preços, é importante dizer, como disse o Luiz Carlos, que, no Brasil, com a estimativa de venda de 60, 70 milhões de ingressos para este ano, o fator preço é de extrema importância. Já está provado que, quando a economia melhora, quando se estabilizam os preços, automaticamente aumenta o consumo em geral. O primeiro ano do Plano Real não considero o ano de 1995, mas julho de 1995 a junho de 1996 foi um dos melhores anos da indústria, porque a economia estava segura, o poder de compra aumentou. Quer dizer, trata-se de um somatório, em que o fator preço é de extrema importância isso é inevitável.

O que as empresas exibidoras têm feito normalmente para minimizar o problema de preço? Primeiro, eles adotam a política diversificada de preço. Atualmente, uma grande parte de exibidores está diferenciando o preço: sextas-feiras, sábados e domingos o ingresso tem um preço, e de segundas às quintas-feiras é mais barato. Além desta política de preços, tentou-se dar maior elasticidade, cobrando em qualquer dia da semana e mesmo nos finais de semana, até as três horas da tarde, um preço mais barato. Ou seja, dar chance para o trabalhador que não tem um poder aquisitivo alto frequentar um cinema que cobra um ingresso mais alto. O próprio Barreto disse que tem até medo de entrar num **shopping center**. O senhor que é do Rio de Janeiro deve saber. Na zona do Leblon, que é uma zona sofisticada e talvez a de maior poder aquisitivo no Rio de Janeiro, o preço normal do ingresso de cinema é de R\$10,00 nas sextas-feiras, sábados e domingos. Até às três horas da tarde, a pessoa pode ir a este mesmo cinema e pagar R\$6,00 e, durante a semana, pagar até R\$4,00.

Agora, é importante lembrar que R\$10 é considerado um preço absurdo. O preço não é R\$10. Hoje, há um número de meia entrada e política de preços para menores de até 12 anos, que pagam meia entrada. Quer dizer, isso não é lei, é política de exibição, é prática de exibição, e maiores de 60 anos também pagam meia entrada. Em algumas capitais, como Brasília, Recife, Salvador e Fortaleza, o número de meias entradas, em alguns casos, chega a 65%, 70% da receita do cinema. Em outras capitais, o número é menor, dependendo do controle.

Hoje, é aceita nacionalmente a carteira de estudante da UNE e UBES, que é a carteira padrão. No entanto, se na capital o órgão não é bem controlado, a venda da carteira é feita a qualquer cidadão. Eles montam um estande. Por exemplo, aqui



em Brasília montaram um no Park Shopping. Mandeí uma funcionária que trabalhava no cinema ir até lá comprar uma carteira de estudante. Perguntaram onde estava o documento. Ela respondeu que havia esquecido em casa. Disseram que deveria pagar e entregaram a carteira. É difícil controlar. Em algumas cidades onde o controle da carteira não é muito eficaz, chega-se a 70%. Salvador e Fortaleza são cidades muito agressivas com relação à carteira de estudante.

Na verdade, o preço do ingresso não é o preço cheio. Há o preço de criança até 12 anos, o preço do maior de 60, o preço até 15h, o preço de dia de semana, ou seja, esse somatório dá uma média nacional em torno de R\$5,00, atualmente, o ingresso médio de um grande filme lançado no Brasil.

Mas está provado que preço tem extrema importância? Está. Há o clássico exemplo das tubaínas. Dos refrigerantes de marca Coca Cola e guaraná de um supermercado, cujos litros custam R\$1,50, um sabor cola custa R\$0,70 o litro e outro sabor guaraná a mesma coisa, os dois feitos no quintal perto daquele supermercado. Atualmente, esse mercado representa 20% da venda de refrigerantes. Por que? O sabor cola e o sabor guaraná são melhores do que a Coca Cola ou que o guaraná tradicional? Absolutamente. É preço. A freguesa que quer levar um refrigerante para casa e obviamente não tem dinheiro compra-os e dá aos filhos. Está resolvido o problema. Obviamente preço tem muita influência.

Respondendo à pergunta sobre a renda **per capita** do México e da Argentina, não conheço os números exatos, para não cometer uma leviandade. Mas atualmente o México, se não me engano, possui 80 milhões de habitantes e mais de 4 mil salas de cinema. O Brasil, com 160 milhões de habitantes, tem 1.500 salas. Os números do México são muito fortes. Mas ocorreu uma mudança no México, que levou vantagem, pois houve um “plano real” que durou oito anos. E faz fronteira com os Estados Unidos. Na verdade, houve um investimento muito grande dos mexicanos e dos americanos com aquela estabilidade econômica que durou uns oito anos, em que o peso permanecia inalterado, a economia era forte e a indústria cresceu muito naquela época.

Na Argentina, há um investimento muito grande de estrangeiros, até mais diversificado do que no Brasil, em número de companhias estrangeiras. Não sei o número certo de salas. Mas Buenos Aires representa 60% da renda argentina. Não posso precisar os dados. Mas, pelo que sei, o Brasil é o que

está mais atrasado em salas de cinema por número de habitantes. O Senador disse a verdade. Não podemos nos comparar aos Estados Unidos, que têm uma renda **per capita** muito maior do que a brasileira. E pelas estatísticas, quantas pessoas no Brasil ganham acima de cinco salários mínimos? Os números demonstram que grande parte da população tem uma receita menor que cinco salários mínimos.

Investir em multiplex dá retorno? O segredo do multiplex começou com uma idéia: primeiro eram os cinemas que se dividiam em dois, três, mas depois, com o estudo, eles chegaram à conclusão de que era muito mais barato ter-se oito, dez, doze, dezoito, trinta salas no mesmo lugar. É uma matemática fácil. Por exemplo, se você tem uma sala grande ou pequena, não importa, você vai precisar de um gerente, de uma bilheteira, de um operador, estou falando o básico; se você tem dez salas, você vai precisar de um gerente, duas bilheteiras, dois operadores, porque o mecanismo modernizou muito. Portanto, é economia em escala; o seu custo baixa ao mesmo tempo. Outra coisa, se você tem uma sala de exibição e marca um filme, que imagina que vai ser um sucesso, na semana do feriado de 15 de Novembro, quando as pessoas vão ao cinema, mas, por uma infelicidade, o filme não tem o retorno esperado, aquele cinema se acabou, pois, no final do mês, não tem como pagar suas contas, tendo em vista que perdeu uma semana importante.

Caso você tenha um multiplex e erre em um cinema, não faz mal; se errar em dois cinemas, não faz mal, pois ainda existem os outros que deram dinheiro. E ainda há a facilidade de permanência de filmes por mais tempo em cartaz. Um cinema de rua, hoje, tem um custo muito mais alto, pois para um filme, nacional ou estrangeiro, não importa a nacionalidade, permanecer em cartaz o custo é muito mais alto do que em um multiplex, porque é aquilo que já falei, ou seja, ele vai precisar de um bilheteiro, um porteiro, um gerente, uma balconista que vende bala, tudo em uma escala muito maior.

A vantagem de um multiplex é que quando uma família resolve ir a um cinema fica muito mais fácil, pois se o filho quer ver um filme, ele vai para uma sala; se a mulher quer ver outro filme, vai para outra sala; se a filha quer ver outro filme, vai para outra sala, etc. No final, a família pode se encontrar em um **point** e todo mundo fica satisfeito. Além disso, se resolver ver um filme brasileiro ou estrangeiro, não importa, e escolheu ir no sábado, na última sessão, e está lotada, não vai haver aquela chateação de pensar que

perdeu a viagem, já que tem nove outras opções, ou seja, pode escolher o cinema ao lado para ver outro filme. Esse é o segredo do multiplex.

Obviamente, faz-se necessário investimentos altos para a modernização, mas há a garantia de retorno. O investimento de uma sala de multiplex, hoje, oscila entre R\$600 mil a R\$1,2 milhão, de acordo com o perfil da sala que você quer instalar. Mas a chance de retorno é maior simplesmente pelo fato de que sua chance de perder dinheiro é menor, já que se tem uma carteira de opções mais diluídas. É como no mercado de ações: se comprarmos apenas ações do Banco do Brasil e elas forem mal, estamos fritos. No entanto, se comprarmos do Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, ou seja, fizemos um leque de ações, a chance de sucesso é muito maior, porque o risco é pulverizado em diversas opções.

O que aconteceu no interior do Rio de Janeiro é que com o advento do videocassete e da televisão aberta, os cinemas do interior ficaram atrasados, ultrapassados. Isso porque em uma cidade com menos de 200 mil habitantes, é melhor não se colocar cinema, porque não vai haver retorno. Há uma cidade, por exemplo, no Rio de Janeiro, Friburgo, que tem quase 200 mil habitantes e três salas de cinema modernas, cheirosas, com tecnologia, mas o retorno é precário.

Primeiro, creio que Friburgo ficou muitos anos sem ter cinema, terá de criar de novo o hábito; e, segundo, fazer um trabalho localizado naquela cidade, como o Projeto Escola levar a criança para conhecer o cinema. É um trabalho árduo. O exibidor quer ajudar, quer ser cultura, mas também quer ganhar dinheiro. Então, por que fazer três cinemas em Friburgo que vão custar X, se com três cinemas na Barra da Tijuca terá chance de um retorno maior? Ele quer minimizar o risco.

Penso que esses lugares não devem ser abandonados; eles têm extrema importância, mas isso só acontecerá com um trabalho político, cultural, como o José Carlos falou: “hoje, para ser distribuidor de filme tem que ter as costas largas, não é mole”. O interior é importante, mas, como o dinheiro não é elástico, é limitado, se há verba, por que investir no interior, quando sei que na Capital do Brasil a oferta de cinemas ainda não está bem? Então, dou preferência a uma capital ainda carente de cinemas, com chance de obter um resultado muito maior que na cidade do interior, que tem que fazer um trabalho importante, mas tem prioridade.

O ideal seria que esse progresso caminhasse junto, mas, infelizmente, é direcionado pela oferta e

procura de mercado, já que o custo de uma sala no interior ou na capital é praticamente igual. Só o aluguel do imóvel no interior é mais acessível, mas a diferença não é tão significativa.

Espero, que eu tenha respondido as perguntas. Obrigado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Dr. Luiz Carlos Barreto, farei alguns comentários.

Gostei muito de sua franqueza durante a exposição, em particular, quanto à crítica feita ao Congresso Nacional, pelo engavetamento de certas questões como a do Conselho Nacional de Comunicação, nós da chamada Bancada de Oposição no Senado Federal toda vez que se vota uma renovação de concessão de rádio e televisão, qualquer que seja, ela, temos votado, sistematicamente, por abstenção, não querendo votar contra, porque, com frequência, o mérito das emissoras prestadoras de serviço é grande, mas também não votamos a favor exatamente como protesto pela demora ou pela paralisação da constituição do Conselho Nacional de Comunicação.

Sabemos que existem motivos lícitos. O Presidente, Senador José Fogaça, ressaltou muito bem, mas também existem razões inconfessáveis. E é preciso relatá-las com franqueza, é preciso que a opinião pública tome conhecimento de que essas coisas existem no Congresso Nacional, para que exerça pressão, para que os interesses se manifestem dentro do Congresso, assim como os interesses econômicos também. A lei que quebra, em certos casos importantes, o sigilo bancário já foi aprovada no Congresso, mas está engavetada na Câmara. É claro que há fortes interesses econômicos. Durante as campanhas, os financiamentos são muito dependentes de certos grupos que não querem que o sigilo bancário seja aprovado.

Então, essas manifestações estão presentes. No Congresso Nacional, são reais e precisam ser explicitadas vez por outra, como Luiz Carlos Barreto fez aqui perante as câmeras de televisão, para que a opinião pública tome conhecimento e organize também as suas pressões, visto que é fundamental a constituição desse conselho, é fundamental que as concessões de comunicação de rádio e de televisão tenham uma fiscalização mais efetiva como também entrando no segundo ponto uma política diferente desta que está sendo adotada.

Antes de entrar nessa questão, quero fazer uma observação. Entendi V. S<sup>a</sup> dizer que o financiamento de empresas americanas para a construção desses conjuntos de salas de exibição no País e no mundo é

feito a juros de 2% ao ano. Isso é subsídio mesmo. Quer dizer, as taxas internacionais mais baixas estão em torno de 4%, 4,5%, 5%; juros de 2% é política de Governo mesmo. O neoliberalismo, em geral, reage muito contra todo tipo de incentivo ou de proteção a qualquer atividade econômica. Mas esse é um caso evidente e óbvio de incentivo explícito, governamental, para uma atividade econômica que é importante não apenas economicamente mas também cultural e politicamente. É preciso que se dê conhecimento disso, pois eu não conhecia. Também é importante a revelação desse dado perante o Senado e a opinião pública para conscientização nossa e da sociedade.

Considero extremamente importante a sugestão de renovação dos mecanismos de financiamento, porque esse mecanismo da captação de renúncia fiscal dá resultados mas peca por várias razões e em vários momentos. Em primeiro lugar, a captação comenta-se isso com frequência faz com que o produtor tenha que ter, principalmente e antes de tudo, muita competência de captação financeira, mais do que a competência de produção.

Até um passado recente, as operações de captação também estavam muito marcadas por operações de recompra, que, absolutamente, se conflitam com os objetivos. Transforma-se em algo puramente financeiro, no qual o departamento financeiro da empresa vai opinar; não tem nada a ver com os objetivos culturais e os objetivos da própria produção industrial do cinema. Transforma-se em algo estritamente financeiro.

Pelo que tenho conhecimento quero também o depoimento de V. S<sup>a</sup> sobre isso, parece que diminuiu porque foram proibidos esses mecanismos. A fiscalização do Governo entrou mais eficazmente, porém agora está na dependência do diretor de marketing das empresas saiu do diretor financeiro e caiu no diretor de marketing. O produtor tem que ter uma relação muito boa com os diretores de marketing e uma capacidade também de convencimento junto ao marketing das empresas, oferecendo, naturalmente, razões que interessem às empresas, sob o ponto de vista de marketing, razões que, muitas vezes eu diria quase sempre nada têm a ver com a produção em si, com a qualidade da produção e o aspecto cultural e artístico do filme. Então, substituir esse mecanismo por um outro que teria origem num adicional sobre os contratos de publicidade, de televisão, parece-me algo extremamente interessante. Penso que esta Comissão deveria, com seriedade, dedicar-se a considerar isso, especialmente o Relator, Senador

Francelino Pereira, porque estamos percebendo que, não obstante os resultados, a captação deste ano está caindo verticalmente em relação à do ano passado e isto vai se refletir na produção do ano que vem. Uns dizem que é por mau comportamento de alguns produtores, outros dizem que é por mau comportamento das empresas que financiam. O fato é que esse mecanismo está apresentando muitas deficiências e eu pediria o seu depoimento exatamente sobre essas deficiências.

Então, além da apresentação da sua alternativa de mecanismo de financiamento, que me pareceu extremamente interessante, eu gostaria de uma breve crítica a respeito do sistema atual e das perspectivas para o ano que vem.

Diz-se que alguns filmes importantes, sob o ponto de vista cultural e artístico, vão se perder inevitavelmente. É possível alguma ação de emergência, antes que se mude o esquema de financiamento, para salvar e impedir que alguns filmes deixem de ser realizados no ano que vem?

Por último, Luiz Carlos Barreto, você é visto pelos trabalhadores, pelos técnicos do cinema como o único representante, na Comissão do Ministério da Cultura, que defende a representação dos trabalhadores. Eu queria ouvir o seu comentário sobre isso. Para mim é um absurdo uma comissão feita para orientar, para discutir, para traçar os rumos de uma atividade que é econômica, que não é só cultural – embora afeta ao Ministério da Cultura e com uma dimensão cultural extremamente importante –, que é uma indústria, e, como tal, está dentro de um sistema democrático, não ter a representação dos trabalhadores.

Tenho mantido algum contato com o sindicato dos trabalhadores da indústria no Rio de Janeiro e não percebi neles uma inclinação reivindicatória; percebo neles interesse no crescimento da indústria, para exatamente lhes abrir oportunidades de trabalho. Eles não vão entrar com exigências fortes, estou convencido disso. E, não obstante isso, parece que há um preconceito que impede que a presença deles seja marcada por uma representação, pequena que seja, mas que faça presente a voz dos trabalhadores. Conversando com eles, ouvi isso: "O único que nos aceita lá é o Luiz Carlos Barreto. Os outros todos querem que não estejamos lá presentes". Então, eu queria ouvir a sua opinião também sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Francelino Pereira, antes da resposta do Sr. Luiz Carlos Barreto.



**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Eu queria que, por favor, procurássemos agilizar os debates, porque ainda temos de participar de um programa na televisão daqui a pouco. Consequentemente, precisamos agilizar o debate, até porque estamos falando aqui para nós mesmos, mas não podemos nos esquecer de que estamos falando para alguns milhões de pessoas, que estão vendo a TV Senado, que vão ler o **Jornal do Senado**, que ouvem a Rádio Senado. Por meio desses meios de comunicação da nossa instituição, esta comunicação se multiplica pelo Brasil inteiro. Os meios de comunicação, de uma forma geral, exigem rapidez no raciocínio, na formulação da pergunta e na resposta.

Assim, eu queria fazer esta observação, louvando antecipadamente a presença dos

de maneira que essa observação eu queria fazer, louvando antecipadamente a presença dos três conferencistas de hoje, que são expoentes da área e que estão dando um **show** de conhecimento do problema, o que muito contribuirá para os trabalhos que desejamos concluir o mais cedo possível com a definição de uma política pública e uma proposta de modificação na legislação brasileira pertinente ao cinema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Devo considerar que V. Ex.<sup>a</sup> também abre mão de sua intervenção após o encerramento da palavra dos expositores ou V. Ex.<sup>a</sup>...

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Depende do tempo. Qual é o tempo que temos?

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Tínhamos o objetivo de encerrar essa audiência às 12h. São 12h30min. Mas a verdade é que também começamos bastante mais tarde do que pretendíamos. Com isso, acho que não haverá problema quanto a que V. Ex.<sup>a</sup> faça uso da palavra.

Quero registrar também que até agora todo o trabalho foi conduzido e foi, digamos assim, desenvolvido pelos diversos agentes aqui presentes com muita agilidade. As respostas têm sido sintéticas, tanto quanto as perguntas. Parece-me que o trabalho tem sido produtivo nessa direção.

Passo, então, a palavra para que responda as perguntas do Senador Roberto Saturnino ao produtor Luiz Carlos Barreto.

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – Acho extremamente importante o nosso depoimento aqui. Prefiro a qualidade à quantidade. Depositar, Senador, o que temos aqui, não só o conhecimento verbal, mas também as propostas que temos, é mais importante

do que qualquer outra coisa. Vim aqui para dar um depoimento. Não foi para dar uma entrevista à TV Senado. Vou concedê-la, mas depois de considerar que cumpri totalmente a minha missão aqui. Estou representando um setor que me delegou certas tarefas que tenho que levar a fundo, sem, evidentemente, cansar ou abusar da paciência de S. Ex.<sup>as</sup>. Mas estou muito satisfeito de ter três grandes Senadores aqui, nessa Comissão, e sei que vou deixar depositado aqui propostas e sugestões que servirão para...Estou realmente acreditando nessa Comissão como uma nova partida para essa atividade.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não há nenhuma observação crítica às exposições, que são excelentes, até porque temos informações seguras de que a sociedade brasileira está se detendo muito em ver e ouvir as televisões não convencionais, inclusive a TV Senado e a TV Câmara, porque está se cansando de tanta notícia ensanguentada perante a sociedade brasileira. Quando o espectador ouve a TV Senado, a TV Câmara ou outras TV do Brasil, se detém mais porque se está tratando de algo sério, construtivo e com uma certa abertura de caminho para a auto-estima do brasileiro, que está sendo muito destruída e abalada com tanta notícia ensanguentada, ferindo, portanto, o otimismo que deve ser a bandeira da sociedade brasileira.

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – Quanto à pergunta do Senador Roberto Saturnino sobre a captação ser uma operação financeira. O conceito da criação dessa renúncia fiscal foi renovador em matéria de renúncias fiscais no Brasil. Pela primeira vez, criou-se um mecanismo de exercício de renúncia fiscal via mercado de capital, ou seja, para tornar isso mais transparente, ter um órgão de fiscalização, como a CVM, que é um órgão regulador e que, ao mesmo tempo, assume até funções de tribunal, e que não caísse no histórico das renúncias fiscais tradicionais no Brasil, que terminam se pervertendo e virando, segundo informações dos funcionários da Receita, oportunidade de fraude, de evasão..pervertendo-se e transformando-se em oportunidade de fraude e de evasão de receita. É melhor pegar esse dinheiro e retorná-lo pelo Orçamento. Insistimos e criamos uma maneira que acreditávamos ser positiva, ou seja, os certificados com valor mobiliário. Tudo isso foi feito por técnicos da CVM, da Andima, das melhores instituições financeiras, e criou-se uma coisa saudável.

Dessa forma, os produtores cinematográficos teriam seus projetos julgados pelo Ministério,

liberados para captação, inscritos na CVM e autorizados a captar. Daí para frente sofreriam o controle da CVM e do Ministério. O Ministério verificaria se o produto foi realizado de acordo com o proposto e a CVM, se a operação de captação e os retornos dessa captação estariam sendo realizados de acordo com os boletins de oferta. Isso foi criado.

A própria Comissão de Valores Mobiliários sugeriu que o título se transformasse em um valor mobiliário, para dar um atrativo maior, pois, depois que o filme estivesse pronto, poderia ser até indicado para o Oscar, e o título passaria a valer mais, surgindo o mercado secundário. Era uma proposta idealista; na verdade, desde o início, surgiram defeitos.

Primeiro, porque havia duas espécies de captação: uma, de subscrição pública, e outra, que chamavam de privada ou simplificada. Com seis meses, verificamos que a captação simplificada era uma porta aberta para a corrupção e solicitamos o fechamento dessa porta. Fomos atendidos: acabaram com a simplificada, ficando a de subscrição pública, ainda com um defeito, pois nem todas as colocações de títulos em subscrição públicas estão custodiadas. Queremos que elas sejam, obrigatoriamente, custodiadas.

A CVM alega que isso contraria as práticas do mercado. Eu alego que o único título que é operado com renúncia fiscal, não é dinheiro privado, e sim público. Por conseguinte, tem de ser custodiado, porque uma debênture, uma ação são títulos privados, com dinheiro privado; esse é um título público, ele tem de ser custodiado. A CVM resiste, ao argumento de que não pode obrigar à custódia, mas penso que isso é possível, uma vez que são recursos públicos. Com isso, se daria maior segurança.

A questão do valor mobiliário tornou-se também um problema, porque, pensava-se que o produtor captava R\$1 milhão de um empresário, investia-o no filme e, depois do filme pronto, ele teria um valor de mercado, que o detentor do título iria negociar. Assim, ele passaria a ser uma moeda de negociação imediata. Na empresa, capta-se o título, por exemplo, uma pessoa investe R\$1 milhão. Após uma semana, ela diz que não quer ter aquele R\$1 milhão na sua contabilidade, pois é um ativo que a incomoda e propõe vender o título por R\$200 mil. Dir-se-ia que ela está perdendo R\$800 mil. Porém, não há perda. Na verdade, essa pessoa pegou um dinheiro do imposto e está ganhando mais R\$200 mil.

Muito bem, desde o primeiro momento, a classe inteira dos produtores se manifestou e alertou para o

fato de que a revenda de títulos estava prejudicando o funcionamento da lei. E a administração da Secretaria do Audiovisual de então não a atual, de Álvaro Moisés negligenciou a denúncia.

Posso dizer claramente não posso tratar, nesta altura da minha vida, nada mais com panos quentes – que houve negligência na interpretação desse fenômeno da revenda dos títulos. Isso perverteu o mercado e passou a ser uma operação financeira a partir desse momento. Os produtores que não faziam esse tipo de transação não conseguiam captar ou conseguiam captar dificilmente, muito sacrificadamente. A prática foi se generalizando. Isso foi decorrente também de uma outra negligência da administração direta do Ministério, que não estabeleceu critérios de seleção profissionais para julgar verdadeiramente quem era e quem não era produtor, qual era o currículo, e para decidir se aprovaria ou não os projetos. Foram aprovados, conforme o Secretário denunciou aqui, mais de 600 projetos da maneira mais aleatória possível. Não houve um critério de seleção. Isso também deteriorou o mercado.

Isso foi consertado, porque, nesse segundo mandato do Ministro Weffort, o José Álvaro tratou de tapar esses buracos. Hoje, a revenda do título só pode ser feita depois de o filme estar pronto. O produtor, ao recomprar aquele título, estava retirando dinheiro de onde? Era um dinheiro que ele recebeu, e ele o estava devolvendo, desfalcando, assim, o orçamento do seu filme e, às vezes, até dificultando a sua realização.

Isso foi corrigido corajosamente pelo José Álvaro, que lutou para que isso ocorresse. Agora, a situação é a seguinte: uma vez feita a correção, os empresários que tinham se acostumado com aquilo resolveram que aquilo não era mais um bom negócio. Então, fogem daquilo, porque aplicar estritamente dentro da lei não vale a pena, segundo a interpretação deles. E o que acontece? Fogem para onde? Fogem para a outra lei: a Lei do Incentivo Geral à Cultura, onde há uma brecha enorme, que está também pervertendo a lei. Historicamente jamais se permitiu que incentivos fiscais no Brasil fossem aplicados em benefício próprio. Até havia um certo exagero, porque parentes de até quinta geração não podiam beneficiar-se do incentivo fiscal de uma empresa.

Hoje, pela lei...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – A Lei Rouanet?

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – A Lei Rouanet. Todos os bancos, todas as grandes

empresas, inclusive as estatais, estão criando fundações próprias para aplicar a Lei Rouanet em benefício de si mesmos. São feitas até construções, como no caso do Banco Itaú, que criou o Itaú Cultural e construiu um prédio. Foi obtido um imóvel com a Lei Rouanet. Está lá o teatro, e aquele banco cobra um percentual dos produtores de teatro para usar aquele estabelecimento. Esse também é o caso de outras instituições, como o Instituto Moreira Salles.

Eu vou dizer tudo. Essas coisas precisam ser corrigidas imediatamente. É preciso tapar esse buraco. Há também as fundações dos bancos ou das estatais. Agora, o Correio está com uma montanha de dinheiro, de imposto, mas não quer aplicar esse dinheiro porque está esperando a Fundação fazer uma fundação para colocar nela mesma.

Então, aquilo que devia ser repassado para os profissionais, para os produtores culturais, está ficando detido nas próprias fundações. Aí o outro já fundou o Itaú. O outro já está fazendo também o HBS. A Telefônica de Espanha vai fazer uma Fundação também, porque disse que vai aplicar nela mesma. Então, essa é outra perversão.

As duas leis entraram em colapso, e as captações estão aí mostrando isso. Quanto à Lei do Audiovisual, está aqui o que está ocorrendo na captação. Isso está na revista *Época*. Pode-se observar isso nitidamente aqui: “Cresce um pouco, mas cai a captação”. É dito que diminuiu o interesse dos empresários em financiar o cinema. Em 1995, no início da lei, havia 28 milhões; em 1996, 73 milhões; em 1997, 112 milhões. É mostrado aqui todos os fenômenos de sucesso, os filmes, os Oscars da vida. E aí fomos para o pico. Aí, de 112 milhões – quer dizer, no conjunto das duas leis, o cinema captou 112 – caiu para 71 em 1998 e está, neste momento, em 1999, em 14. Deve chegar – se chegar – em torno de 30 a 40. Vai ter uma queda de mais de 50% em relação a 1998. Então, você caiu de 112 para 40 milhões. Todo o cinema captou, nas duas leis, isso e vai cair para 40 milhões, se sair – isso é uma coisa otimista. Por causa das práticas... Claro que tem o lado da crise econômica, do efeito Rússia e todo aquele negócio, os lucros. Mas os lucros dos bancos, nesses três trimestres, foram maiores do que nunca e as aplicações foram menores do que nunca.

Muito bem! Então, você tem um panorama da crise econômica; tem um panorama da credibilidade. A reportagem da *Veja* teve efeito? Teve efeito. A reportagem da *Veja* é escandalosa e mal-intencionada, ligada a interesses outros, etc. A prática, a complacência, a negligência do Ministério da Cultura, nos

anos anteriores, teve efeito negativo? Teve, está inflando: o número excessivo de projetos, a desqualificação da maioria dos produtores que recebiam aprovação e a pouca fiscalização com relação à realização dos projetos. Existe uma quantidade enorme de projetos que captaram recursos públicos há mais de cinco anos e que não apresentaram não só as contas, mas não apresentaram os produtos que deveriam apresentar.

Deveria, então, haver mais rigor no controle disso. O verdadeiro profissional do setor está, neste momento, sendo penalizado. Todos nós. Eu não consegui, até hoje, fechar a captação do filme. Está lá, os senhores viram o filme “Bossa Nova”. Dos 3 milhões que tinha a captar, eu tenho ainda 1.200 que não consegui captar por recusa mesmo: “Porque eu não faço devolução”, “porque não faço esse tipo de negócio” e porque a pessoa estava assustada com a quantidade de produtos que não foram entregues e que não terminaram. Não é só o caso do Sr. Guilherme Fontes. Há uma porção. Há projetos que captaram dinheiro de Orçamento da Nação em 1993, no Programa de Resgate do Cinema Brasileiro. Pessoas pegaram dinheiro daquele programa, que era dinheiro orçamentário, e até hoje não apresentaram os projetos. E não são cobradas. Agora, estão sendo cobradas. Agora, a Secretaria de Audiovisual tem uma administração que está aí e isso já fez um efeito sobre nós.

No momento, a perspectiva do cinema brasileiro para o ano 2.000, que o senhor pergunta, é muito ruim. É, talvez, pior do que nos anos 90 do Governo Collor. Nós não vamos ter sequer a produção de cinco filmes novos no ano 2.000. Nós vamos cair de 40 filmes para, talvez, 3 ou 4, do jeito que a carruagem está andando.

Então, há necessidade de medidas de emergência; medidas de emergência que venham no sentido de cobrir o ano de 2.000 para podermos, inclusive, planificar o futuro. Não adianta planificar o futuro com a atividade morrendo. Vai morrer, vai ser enterrada e não haverá produção no ano 2.000.

O mais grave é que há 62 filmes inacabados, e há dinheiro público envolvido nisso. Esses 62 filmes inacabados desfalcam, enormemente, a capacidade do mercado exibidor em cumprir a legislação de quota de tela. Não há produto para o cumprimento da legislação. Então, o desemprego da atividade, que é uma atividade que emprega muito, porque cada filme gera 300 empregos, entre aproximadamente 100 diretos e cerca de 200 indiretos. Nessa proporção, se



estivermos produzindo 100 filmes poderíamos falar em 30 mil empregos, só na produção.

Esta mão-de-obra já é normalmente desempregada, pois cada produto estrangeiro exibido aqui gera o desemprego de atores, técnicos e produtores nacionais por estar o espaço ocupado por um produto importado, desemprego este que, por seu turno, está crescendo assustadoramente. Então, a mão-de-obra brasileira, que é excepcionalmente boa, não pode participar do projeto de recuperação, já que não está representada na comissão, a cuja participação têm direito, pois são tão afetados quanto eu, ou mais. Eu, como produtor, sou afetado, mas o trabalhador técnico e o ator também serão afetados, e cada vez mais, se não houver uma política de emprego e de produção.

Assim sendo, é de justiça que esse pessoal participe da comissão. É o velho cacoete da organização social brasileira: a elite é a cabeça pensante, a pessoa que produz ou que trabalha é tido como não tendo capacidade. Está largamente provado que as pessoas têm capacidade criativa e capacidade de elaborar intelectualmente, mesmo o analfabeto é dotado dessa capacidade, o que se vê através dos filmes brasileiros.

Eu gostaria que V. Ex<sup>as</sup> promovessem nesta Casa uma sessão de um filme que se chama Santo Forte, que é um desfile de depoimentos maravilhosos de populares de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro, abordando o tema religiosidade, através do qual se fala de tudo. Há vários filmes que revelam essa capacidade do povo brasileiro.

Existe um museu de arte popular no Pontal da Barra, de um holandês, que considero obrigatório que todo homem público brasileiro o conheça, uma coleção com 6 mil peças de arte popular do Brasil inteiro, eu ele coleciona, capaz de mostrar a capacidade criativa do povo brasileiro. O povo pode e deve participar deste congresso, das comissões, enfim, de todas as atividades em que possa ser útil. Nesse raciocínio, não vejo qualquer sentido em excluir a classe dos técnicos e atores desta comissão. Penso até que ela não tem a representatividade suficiente se eles não estiverem incluídos.

A questão da emergência é muito grave. Se há algo que pode resolver essa emergência – e já provei isso à própria Secretaria – é a reformulação do Decreto-Lei nº 1.900, da época da ditadura, mas, por ser um decreto-lei, pode ser alterado na sua redação, uma vez que nada está criando de novo e a

contribuição já existe, está-se apenas incluindo na legislação as tecnologias que não existiam na época do decreto. Então, o que estamos apontando é, de certa modo, a maneira de resolver a emergência, ou seja, corrigir-se o decreto-lei, transformá-lo em lei daí para a frente e atualizar-se a contribuição.

Vamos verificar que tal medida carrega para o Tesouro cerca de R\$40 ou 50 milhões, quantia capaz de já dar uma intervenção no mercado de produção. Fora disso, aí sim, viria a modificação da Lei nº 8.401 – vou deixar aqui –, que possui alguns senões do neoliberalismo exagerado da época do Presidente Fernando Collor. Já há também o projeto de lei e vou deixá-lo em posse da comissão. Penso que são matérias que dispensam a iniciativa do Poder Executivo, porque, embora o outro trate de questão de taxa, já é algo existente, está apenas atualizando valores.

Por outro lado, também aponto, para conhecimento dos senhores, que temos, há mais de dois anos, em mão, muito acolhido com grande entusiasmo pelo Presidente da República, a idéia da criação dos fundos de investimento em certificado audiovisual. Isso seria uma maneira de se criar os fundos de investimento, que, pulverizados na rede bancária, possibilitariam aos pequenos e médios empresários, e até às pessoas físicas, investir na indústria audiovisual, porque, atualmente, somente as grandes corporações o fazem.

Esses fundos de investimentos, que só podem ser criados por intermédio de decreto, foram estudados inclusive por advogados e técnicos, O pessoal do Banco do Brasil colaborou com o projeto, a Febraban\* o apóia, porque vai-se colocar na rede bancária a oferta de certificados para fundos de investimentos. Isso daria mais transparência, eliminando-se os intermediários. Seria uma maneira de se obter transparência nesses dois ou três anos de vigência da lei.

Assim, o projeto também está nas mãos do Presidente da República, que o acolheu, com muito entusiasmo, e determinou que isso fosse feito. Faz dois anos que esse decreto está parado. Se não for possível sair por decreto, que saia por lei, porque já está todo mundo de acordo.

Deixarei também a cópia desse documento para estudo da Comissão.

Existe um programa de apoio à comercialização, também feito pelo sindicato, por iniciativa de Marisa Leão. Também deixarei aqui a cópia desse programa.

Enfim, aí está o que necessitaria ser feito antes mesmo de partirmos para as políticas públicas. Há

certas medidas que precisam ser tomadas para garantir a sobrevivência da atividade, para que então se estudem as políticas públicas. Vamos colocar um **band-aid** na atividade, na ferida.

Para terminar, quero deixar com V. Ex<sup>as</sup> um estudo especificamente sobre o Brasil, no âmbito da comunidade européia, sobre o que significa o mercado audiovisual brasileiro. Há aqui uma radiografia de tudo, um pouco defasada, porque é de 1997. Pode-se aumentar todos os números em 20%. O Brasil cresceu muito.

Vê-se aqui que só o mercado brasileiro audiovisual gira R\$6 bilhões anuais. Hoje já deve gerar por volta de R\$8 ou 10 bilhões, onde se vê o nível de importação e de exportação de vários produtos.

Temos aqui uma radiografia desse conjunto de países que, vamos dizer, seria o nosso mercado, onde poderíamos, com um projeto bem feito, atuar, onde são gerados e geridos US\$14 bilhões nesse mercado audiovisual de cinco países.

O Brasil poderia estar aproveitando-se enormemente desse mercado. Estamos perdendo tempo. Então, deixo também um resumo sobre isso.

Deixo também um extenso estudo sobre o mercado brasileiro audiovisual como matéria de informação para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – A Presidência vai passar os documentos às mãos do Relator.

**O SR. LUIZ CARLOS BARRETO** – Por fim, há uma questão muito importante, em relação a qual Senado pode ter influência por estar ligado à política externa brasileira. Vai haver uma rodada do milênio em Seattle, a questão audiovisual vai ser abordada lá de uma maneira violenta; vai haver uma discussão muito violenta. Os países europeus e os Estados Unidos estão engajados nessa matéria, e o Brasil não pode ser simplesmente expectador, como tem sido até hoje, e “carona” em uma política equivocada da França, embora a França seja o maior foco de resistência. Falei, pessoalmente, a esse respeito com o Ministro das Relações Exteriores da França, em visita recente de S. Ex<sup>a</sup> ao Rio de Janeiro, além de dois Deputados franceses da Comissão de Cultura.

A França mantém uma política de exceção cultural na organização mundial, desde o GATT, que é um grande equívoco. O produto audiovisual está no Capítulo IV, o dos serviços, mas como exceção cultural. A exceção cultural, que parece uma vantagem –

os franceses, em seu racionalismo, a entendem dessa forma – é uma enorme desvantagem. Exceção cultural significa estabelecer a livre circulação das mercadorias comerciais, sem barreiras, sem taxas. Quem é o beneficiário? O produtor hegemônico da produção cultural. Nós não nos beneficiamos. Em nome da exceção cultural são executadas políticas de **dumping**, como no mercado cinematográfico brasileiro. O Brasil está engajado nesse aspecto. Inclusive tenho solicitado reuniões com o Ministério das Relações Exteriores e com a classe. Gostaria que o Senado tomasse uma posição em relação ao assunto para que se possa conversar especificamente sobre a exceção cultural na chamada Rodada do Milênio. É preciso que o Brasil se desengaje dessa posição e transforme o audiovisual em uma mercadoria, como de fato o é. Não é possível que um produto que gira e gera uma enorme quantidade de dinheiro seja tratado como exceção cultural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Agradecemos a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>. Creio que foi suficiente para a demanda feita pelo Senador Roberto Saturnino.

Senador Francelino Pereira, V. Ex<sup>a</sup> gostaria de usar da palavra? (Pausa.)

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, confesso, publicamente, minha alegria e satisfação por concluirmos nossos trabalhos. Além disso, gostaria de destacar o debate de hoje.

Sr. Presidente, sabe bem V. Ex<sup>a</sup> que a finalidade desta Comissão é estabelecer um debate, uma controvérsia, de tal forma que todo o Brasil possa participar, como povo do cinema, de uma caminho mais claro e aberto para a solução da problemática da cinematografia brasileira.

Esta Comissão foi criada para debater o assunto de forma franca e não de forma dócil. Também o Ministério da Cultura tem debatido o tema com muita objetividade. O Governo é limitado em sua ação e na evolução do debate em razão da composição de sua equipe, que deve guardar certa uniformidade. Aqui não. O próprio Ministério da Cultura salienta esse aspecto: o Senado é uma Casa aberta. Aqui entendemos que nem o Estado nem o mercado sejam um fim. Entendemos que o governo é apenas um meio e, conseqüentemente, deve tratar da solução dos problemas nacionais. Já ouvi até um

Ministro de Estado dizer que foi surpreendido depois que assumiu as suas funções no Governo, ao ver que, no Brasil, trata-se o governo como se fosse um fim. E há outros que, também em relação ao mercado, numa crítica de uma certa corrente política chamada neoliberalista, entendem que o mercado seria o fim.

Essa é uma crítica falaciosa. Ninguém é conservador em um País como o Brasil. Ninguém se detém em uma política de valorização do mercado. E não podemos ser objeto de uma crítica nesse sentido nosso povo ou a sociedade brasileira, já que o Brasil é um País que está caminhando a passos largos para abrir não apenas o cenário da democracia e da discussão dos problemas econômicos, mas também para encontrar uma saída para a construção de uma nação que seja livre e, ao mesmo tempo, mereça o olhar do mundo inteiro.

De forma que o debate de hoje revelou o objetivo desta reunião, não apenas pela palavra do José Carlos Avelar, que, de uma forma suave, mas objetiva e concreta, revela os problemas da área que expôs, mas também o próprio Luiz Severiano Ribeiro Neto, que deu um conhecimento concreto, objetivo do problema da distribuição e da própria exibição no Brasil.

Finalmente, a exposição feita por Luiz Carlos Barreto de uma forma objetiva, concreta e franca. Nunca se falou aqui com tanta franqueza, com tanta clareza, com tanta objetividade. Se nós, aqui no Congresso Nacional, convocarmos uma comissão como esta, como foi convocada e como está funcionando, para debater as coisas suavemente, não estaríamos certos. Esta é uma Casa aberta, uma Casa para o debate, uma Casa para o confronto, porque representa toda a sociedade brasileira, nas suas virtudes e nos seus defeitos. Conseqüentemente, temos de debater o assunto dessa forma.

Nós, da Comissão, estamos, cada vez mais convencidos de que estamos diante de um desafio: oferecer uma proposta concreta e objetiva para a definição de uma política pública no Brasil, até que um dia o Governo possa dizer o que espera do cinema como política pública e, ao mesmo tempo, uma proposta de revisão da legislação.

É claro que estou de pleno acordo com Luiz Carlos Barreto, que, antes mesmo da definição de uma política pública a mais ampla possível, temos de buscar soluções imediatas, porque estamos em crise, e o cinema está em queda. Conseqüentemente, temos que sair dessa queda; não podemos cair do 13º andar, nem sair do Senado resvalando no chão e na lona.

Felicitó a mim mesmo e a toda a Comissão pelo desempenho que estamos tendo, certo de que vamos oferecer, não obstante o fim da legislatura, uma proposta para debate nacional, sem nenhum preconceito, mas objetivando exatamente uma definição para essa política e para uma legislação mais adequada, correta e ágil para o cinema brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) – Quero também fazer o registro de agradecimento da Presidência pela presença do Sr. José Carlos Avelar, que nos trouxe elementos novos. Realmente, foi uma contribuição extremamente rica, generosa para o debate, porque nos mostrou que é preciso criar, no Brasil, um espectador de primeira semana. O filme brasileiro não tem o espectador de primeira semana, porque o produto não é conhecido da população. Então, é evidente que só pode haver o espectador de terceira ou quarta semana para o filme brasileiro.

A formação dessa massa, desse conceito parece-me ser a grande conquista e a grande inovação que esta Comissão assimila das palavras do Sr. José Carlos Avelar. A contribuição do Dr. Luiz Severiano Ribeiro Neto, também, extraordinariamente positiva para os nossos objetivos porque demonstra, claramente, a importância estratégica que as salas de exibição têm – em primeiro lugar, a reduzida oferta de salas de cinema que temos no Brasil e as razões dessa oferta tão limitada. O que é preciso fazer para enfrentar isto?

E, finalmente, a experiência longa mas, sobretudo, qualificada do produtor Luiz Carlos Barreto, no sentido de mostrar que é preciso renovar as fontes de financiamento que, de certa forma, estão se tornando obsoletas, mesmo que tenham tão pouco tempo como tem a Lei do Audiovisual no Brasil. Quer dizer, é preciso criar-se outros mecanismos que podem estar no próprio campo da indústria das imagens, não só no cinema mas também na televisão.

Creio ser este um registro novo para os Senadores da Comissão. Temos que encarar esta contribuição como mais um elemento a somar no cabedal que já estamos formando para que o Sr. Senador Francelino Pereira produza, ao fim, o seu relatório.

Registramos esta nossa grande satisfação pelos resultados da reunião de hoje e agradecemos a presença dos convidados.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h13min.)*



**Ata da 7ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 1999**

Às dezenove horas e trinta minutos do dia 5 de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores, Agnelo Alves, Djalma Bessa, Artur da Távola, Geraldo Cândido, Lúcio Alcântara, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Álvaro Dias, Amir Lando, Gerson Camata, Romeu Tuma, Álvaro Dias e Emília Fernandes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência começa a apreciação da Pauta. **Item 1: Requerimento, de autoria do Senador Djalma Bessa** que, “Requer nos termos regimentais, a realização, de ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras de rádio e televisão”. O requerimento é aprovado. **Item 3: Requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon** que, “Requer, nos termos regimentais, as providências necessárias para a realização de seminário, tendo como tema: Rádio, Televisão e Democracia”. O requerimento é aprovado. **Item 4: Requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon** que, “Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, tendo como tema: A Violência na Mídia”. O requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento, de autoria do Senador Geraldo Cândido** que, “Requer, nos termos dos incisos II e V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater sobre Radiodifusão Comunitária, tendo como expositores os Senhores José Luiz do Nascimento Sotter – Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Emmanoel Emir Alcântara Magalhães – Presidente da Rádio Ar Livre, e Paulo Fernando Silveira – Juiz Titular da 1ª vara da subseção Judiciária de Uberaba-MG”. Neste momento, o Senhor Senador Geraldo Cândido pede a palavra e requer, oralmente, que seja aditado ao seu requerimento convite ao Presidente da ANATEL, Senhor Renato Navarro Guerreiro, para debater sobre o tema supra citado, o que é aprovado. **Ficam adiados os seguintes Itens: 2 e 6.** A seguir, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos determinando que eu, Júlio Ricardo

Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – Senador **Pedro Simon**, Presidente da Subcomissão de Rádio E T.V.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Vamos começar? Temos aqui um requerimento, de autoria do Senador Djalma Bessa, solicitando a realização de ciclos e palestras sobre Experiências Estrangeiras no Rádio e na Televisão.

Acho que essa proposta é realmente muito interessante, porque nos proporcionará conhecer os aspectos de como é a televisão em outros países. Eu mesmo conheço experiências de homens de imprensa do Brasil. A nossa secretária, por exemplo, ficou dois anos em Londres e conhece profundamente como é a televisão na Inglaterra; conheço outras pessoas que têm o mesmo conhecimento. Se os amigos concordarem, poderíamos considerar aprovado o requerimento do Senador Djalma Bessa.

Há um requerimento de autoria do Senador Geraldo Cândido, que solicita a realização de audiência pública para debater sobre radiodifusão comunitária, tendo como expositores os Srs. José Aloísio Nascimento Sotter, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Manoel Emir Alcântara Magalhães, Presidente da Rádio Ar Livre, e Paulo Fernando Silveira, Juiz Titular da Primeira Vara da Subseção Judiciária de Uberaba – MG.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, esse requerimento tem o objetivo de realizar uma audiência pública, com a participação de representantes da Rádio Comunitária, da Associação Nacional, da Abraço, da Ar Livre e desse Juiz, que tem tido uma posição bastante interessante em relação a ações que tem como requerimento o fechamento de rádios comunitárias.

Penso ser fundamental a presença de um representante da Anatel, que é a agência reguladora do sistema de telecomunicações, e também, se assim for possível, até do Ministro das Comunicações.

No dia em que fizemos a discussão em Plenário, o Senador Gerson Camata havia-se proposto a fazer um requerimento, convocando o representante da Anatel para essa audiência pública, mas, na medida em que não houve esse requerimento até agora, estou propondo encaminhar, ou melhor, aditar a esse requerimento a convocação do representante da Anatel para essa audiência pública.

Faz sentido fazer um debate em que ambas as partes estejam presentes – tanto o representante do Governo, como também das rádios comunitárias e do representante do Poder Judiciário, que é uma pessoa que tem tido um papel importantíssimo nessa questão de rádio comunitária.

Faço, então, a proposta de que seja feito o aditamento ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Acredito que há uma unanimidade, pois esse é um assunto da maior importância. Temos sido consultados permanentemente sobre essa questão. Há uma interrogação a respeito do motivo pelo qual o Ministério das Comunicações não deferiu essa matéria. Creio que as providências sejam necessárias, e a proposta de, primeiramente, ouvir exatamente essas entidades representativas não darão as condições de levar o caso e discutir posteriormente com o Ministério das Comunicações e, se for o caso, tomar as providências necessárias.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sr. Presidente, estou propondo que, nesse debate com o representantes das entidades da Rádio Comunitária e da Rádio Livre, já nessa audiência pública, esteja presente um representante da Anatel, que é a Agência reguladora.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Vou acrescentar ao requerimento a convocação do representante.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Sim. Seria aditar no requerimento a convocação do representante da Anatel para essa audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Preferencialmente, se for possível, o Presidente da Anatel.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Claro. Seria bom fazermos a convocação do Presidente da Anatel. Certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Certo.

Há uma proposta nossa no sentido de tentarmos fazer, de agora até o fim do ano, não digo um seminário, porque creio que, para isso, é cedo, mas algumas palestras de algumas pessoas que consideramos importantes, que abordem os temas referentes à questão da televisão.

Não sei, mas, com toda a sinceridade, penso que devíamos convidar, se fosse possível – não sei nem se ele participa –, o próprio Presidente da Rede Globo, Sr. Roberto Marinho, ou o seu filho, Vice-Presidente, para começarmos a debater também com a representação. Já ouvimos a imprensa oficial, as televisões do Governo, já

estamos agora entrando para o debate das TV comunitárias. Acredito que seria interessante também abirmos o convite à representação das televisões brasileiras. Penso que teríamos duas opções: começarmos com a Associação Brasileira de Rádio e Televisão ou tentarmos fazer um convite ao Presidente da Rede Globo de Televisão, se for possível. O caso dele é delicado, porque não sei se ele está atendendo; já faz muito tempo que não vejo nem a vinda dele a Brasília, mas se houver por bem ele... O que os Srs. colegas pensam?

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Creio que é importante, Sr. Presidente. Acredito, inclusive, que esse debate tem que ser feito o mais rápido possível para que nós da Comissão possamos ter uma idéia do contexto em relação à questão de rádio e televisão.

Não sei se o Sr. Roberto Marinho poderia vir, mas, enfim, se ele não puder, indicará um representante, quer dizer, uma pessoa da representação da Globo que domine e conheça bem toda a situação, todo o sistema de televisão, e que possa fazer uma palestra aos membros da Comissão. E isso pode ser ampliado para a participação de representantes de qualquer rede de televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – É evidente que sim.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Temos aí o SBT, a Rede Bandeirantes...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – É evidente que vamos convidar todos; estou apenas começando por uma. Como V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, vamos convidar o SBT, a Manchete, a Bandeirantes, a Record, a RBS, do Rio Grande do Sul, que é uma rede praticamente nacional, e outras. Isso vamos fazer.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Está certo. Estamos de acordo com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Considero aprovado.

A Unesco está lançando duas publicações sobre televisão: uma da Sr<sup>a</sup> Ula Carlson?, Cecília Von Filsen?, "A criança e a violência na mídia"; e a outra, "Inocência em perigo – abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na Internet."

Fomos procurados pela representação da Unesco, que vai lançar esses livros em São Paulo. Depois, eles seriam lançados aqui em Brasília com a co-participação de nossa Subcomissão. E faríamos, em nossa Comissão, uma exposição, para a qual, além de outros, seria convidada a Deputada Maria Elvira, Presidente da Comissão de Educação, Cultura

e Desportos da Câmara dos Deputados, que está desenvolvendo uma atividade semelhante à nossa, em se tratando do debate sobre televisão.

Então, repetindo, seriam convidados: a Deputada Maria Elvira, o Dr. Jorge Wertheim, representante da Unesco no Brasil, que fez a proposta e se oferece para participar da mesa-redonda para fazer esse debate; a Dr<sup>ª</sup> Ula Carlson?, Diretora do Centro de Informações Nóticas para Pesquisa sobre Mídia e Comunicação; e a Dr<sup>ª</sup> Maria Rita (?), psicóloga e pesquisadora do Grupo (?), são as autoras dos dois livros.

Então, creio que é muito interessante e muito importante fazermos um debate em co-participação com a Unesco. Trata-se, repito, do lançamento de dois livros, de duas experiências. Estamos oferecendo uma oportunidade para realizar junto com a Unesco um debate que nós da Comissão ainda não iniciamos, mas não temos por que não aceitar a proposta de ouvir uma exposição das pessoas que já examinaram a matéria e aprofundaram o estudo dela.

O que os amigos pensam?

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Acredito que é importante e fundamental fazer essa atividade junto com a Unesco e o seu representante. Entretanto, eu gostaria de lembrar que é preciso certo cuidado com a data, porque temos realizado muitas reuniões de Comissões no mesmo horário.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Neste momento está havendo cinco, além da Ordem do Dia, que foi muito além do que imaginávamos.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Isso significa o esvaziamento. Em se tratando de atividade desse porte, é importante contarmos com um número expressivo de participantes, incluindo Parlamentares, pessoas convidadas, ouvintes, porque é preciso ter uma representação razoável.

Penso que é louvável a iniciativa da Unesco, não só quanto à publicação dessas obras como também quanto à exposição, ao debate dessas questões, que são muito importantes. A questão da televisão, da violência na TV, inclusive relativamente ao cuidado com relação à infância, é algo muito sério. Temos que entrar nessa discussão imediatamente. A televisão consegue passar para a criançada, para o jovem, uma visão que acaba contribuindo muito para que se reproduza a violência na juventude que está crescendo neste momento. Portanto, essa é uma preocupação muito importante e temos que dar também a nossa contribuição nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Muito obrigado.

Aprovada a proposta.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19h44min)*

**Ata da 8ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 17 de novembro de 1999**

### **Audiência Pública**

Às dezoito horas e trinta minutos do dia 17 de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores, Amir Lando e Geraldo Cândido, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Álvaro Dias, Gerson Camata, Djalma Bessa, Artur da Távola, Romeu Tuma e Emília Fernandes. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como tema a "Radiodifusão Comunitária" e para expor sobre o assunto foram convidados o Sr. Renato Navarro Guerreiro (Presidente da ANATEL), Sr. Emmanoel Emir Alcântara Magalhães (Presidente da Rádio Ar Livre), Sr. José Luiz do Nascimento Sotter (Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) e o Dr. Paulo Fernando Silveira (Juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba). A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a exposição, o Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrado os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Pedro Simon**, Presidente da Subcomissão de Rádio e TV.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Temos a honra de ter conosco o Dr. Renato Navarro Guerreiro, Presidente da Anatel; o Dr. Emmanoel Emir Alcântara Magalhães, Presidente da Rádio Ar Livre; o Dr. José Luiz do Nascimento Sotter, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias e o Dr. Paulo



Fernando Silveira, Juiz Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba (MG).

O assunto é conhecido. Lamentavelmente, o Congresso está funcionando de uma maneira em que não podemos marcar nada. Está acontecendo agora uma votação nominal, mas vamos começar nosso debate.

Concedo a palavra ao Dr. Renato Navarro Guerreiro, ilustre Presidente da Anatel, a quem agradeço a honra da presença.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, Sr. Emmanoel Emir Alcântara Magalhães, Presidente da Rádio Ar Livre, Dr. Paulo Fernando Silveira, Juiz Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba, Sr. José Luiz do Nascimento Sotter, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, senhoras e senhores, foi-me pedido que atendesse ao convite para comparecer a esta reunião, a fim de fazer uma apresentação sobre o serviço de radiodifusão comunitária. Trouxe algumas transparências para ajudar na apresentação e tentar esclarecer algumas visões sobre o assunto ou os processos utilizados.

Na questão da radiodifusão comunitária, tenho certeza de que há um registro muito especial da percepção que o Ministro Sérgio Motta teve da radiodifusão comunitária ao tomar a iniciativa, primeiramente, de determinar um estudo no âmbito do Ministério das Comunicações sobre a possibilidade de adotarmos uma regulamentação expedita para que pudéssemos autorizar a prestação de serviços de radiodifusão comunitária da forma mais ágil possível em função da importância que ele sempre lhe atribuiu.

Em função de leituras e interpretações da Constituição brasileira, chegou-se à conclusão de que era absolutamente impossível fazer qualquer coisa na radiodifusão comunitária que não fosse por meio de uma lei. Sendo assim, foi encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre radiodifusão comunitária que, depois de trabalhado, debatido, discutido, alterado nas Casas do Congresso, foi finalmente aprovado. Esse registro é meritório apenas para resgatar uma importância histórica da visão que existia, e existe, depois foi perpassada para a Anatel, da importância do serviço de radiodifusão comunitária.

Abordarei basicamente quatro tópicos. O primeiro diz respeito à regulamentação da radiodifusão comunitária, depois os planos de referência, de atribuição de canais, algo sobre processo de outorga, instalação e licenciamento e,

por último, algo sobre ação fiscalizadora da Anatel com relação a esse assunto.

Tenho a impressão de que os componentes da Mesa terão dificuldades. Não existem cópias? Vou ficar constrangido, sozinho aqui. (Risos.)

Quanto à regulamentação, há alguns aspectos que precisam ser comentados, em primeiro lugar, sobre a Constituição Federal, a Lei nº 4.117, que é o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962; Constituição e Convenção da União Internacional de Telecomunicações, que foram ratificadas pelo Decreto Legislativo nº 67, de outubro de 1998; a Lei nº 9.472, que é a Lei Geral de Telecomunicações; a Lei nº 9.612, que institui a Radiodifusão Comunitária; o Decreto que regulamenta o serviço; a Norma do Ministério, complementar ao Serviço; e a Resolução da Anatel, que designou o canal para a prestação do serviço da radiodifusão comunitária.

A Constituição Federal, no seu art. 21, depois da alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 8, estabeleceu, firmou como competência da União explorar os serviços de telecomunicações, nos termos da regulamentação, a criação de um órgão regulador e estabelecer outros aspectos institucionais. E também, no seu inciso XII, explorar diretamente ou mediante autorização, concessão e permissão os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Essa é a Carta Magna, hoje em vigor, depois da Emenda Constitucional nº 8.

Ainda a Constituição Federal estabelece, nos arts. 221, 222 e 223, os princípios que devem orientar a prestação de serviços ou as condições de participação e a competência do Poder Executivo em outorgar e renovar concessões e outras providências.

A Lei nº 4.117, no que permanece em vigor, não tendo sido revogado pela Lei Geral de Telecomunicações, institui, no seu art. 6º, o Serviço de Radiodifusão, e o Regulamento Geral da Lei, de 1962 também, aprovado por esse Decreto, define que o Serviço de Radiodifusão é um serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons, denominando-se radiodifusão sonora, e transmissão de sons e imagens, a televisão, destinada a ser direta e livremente recebida pelo público.

A Constituição e a Convenção da UIT – União Internacional de Telecomunicações, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas, que trata de telecomunicações, cujos documentos foram aprovados pelo Legislativo brasileiro – estabelecem que o Serviço de Radiodifusão é o serviço de

radiocomunicação, no qual as transmissões são dirigidas para a recepção direta do público em geral e este serviço pode incluir a transmissão de sons, televisão e outros tipos de transmissões.

A Lei nº 9.472 estabelece como competência da Anatel, a administração do espectro de radiofrequência, ainda mais, que a outorga do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens fica excluída da jurisdição da Agência, permanecendo no âmbito das competências do Poder Executivo, vale dizer, o Ministério das Comunicações, devendo a Agência elaborar e manter os planos, a distribuição de canais, levando em conta, inclusive, os aspectos concernentes à evolução tecnológica. E, num parágrafo único, estabelece que caberá à Agência a fiscalização quanto aos aspectos técnicos das estações de radiodifusão.

A Lei de Radiodifusão Comunitária, no seu art. 1º, classifica e define os serviços como sendo a radiodifusão sonora em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações, associações, etc.

O poder concedente designará, em nível nacional, para a utilização dos serviços, um único e específico canal, da faixa de frequência dos serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, e nos casos em que há impossibilidade de utilização desse canal – que foi designado como sendo o canal 200 –, compete à Agência, no caso, já que é um assunto de espectro, avaliar outras possibilidades, mas procurando sempre destinar, para cada localidade, um canal que possa ser atribuído à radiodifusão comunitária.

O Regulamento do Serviço, aprovado pelo decreto, fixa as questões da caracterização da cobertura restrita de uma emissora como sendo a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros, a partir da antena transmissora, destinada ao atendimento de determinada comunidade, de um bairro, uma vila ou uma localidade de pequeno porte.

A norma complementar expedida pelo Ministério, aprovada por essa Portaria, dispõe sobre o processo de autorização, a formalização da autorização, as questões de instalação, a expedição de licença de funcionamento, a execução dos serviços e trata sobre outros aspectos técnicos. A Resolução da Anatel, de setembro de 1998, teve o condão apenas de designar o canal, que seria utilizado exclusivamente e em caráter secundário para as estações de radiodifusão comunitária em nível nacional, e determinar que na impossibilidade técnica sejam escolhidos outros canais.

Basicamente, essa é a regulamentação que orienta e que suporta todo o trabalho da radiodifusão comunitária. Com base nessa regulamentação, a Anatel, na parte que lhe compete, elaborou o Plano de Referência, aprovado por pela Resolução nº 124. Esse Plano tem a função apenas de designar para cada localidade o canal que vai ser utilizado por aquela localidade, e, na maioria dos casos, o Canal é o 200 e as localidades estão listadas por Estado.

Foi feita uma primeira listagem, uma primeira consulta pública desses canais para um conjunto de cerca de 2.000 localidades, que era a demanda inicial que se tinha de solicitações, já que estavam sendo postas no Ministério das Comunicações.

Para definir esse Plano de Referência, foi submetido à consulta pública, em agosto. Aliás, em agosto de 1999, colocamos uma complementação desse Plano, envolvendo cerca de 600 localidades. De tal forma que temos hoje cerca de 2.253 localidades no Brasil onde já há uma identificação do canal que pode atender essas localidades. Entre as localidades com duas ou mais emissoras de FM não comunitárias são 573; 1.595 em localidades que têm previsão de apenas uma emissora e mais 85 em localidades que não têm hoje previsão de ter nenhuma emissora de FM, totalizando, então, 2.253 localidades.

Na consulta pública de agosto estamos incorporando ainda mais 661 localidades, além daquelas 2.200, e à medida que as solicitações vão se apresentando, vão se acumulando, vão sendo feitos os estudos para incorporar mais localidades no plano básico. A previsão é de aprovação dessa complementação de 660, em definitivo, já que a consulta pública acabou, e será agora na primeira quinzena de dezembro. Então, certamente, já haverá um número de solicitações razoável para submeter à nova consulta pública um outro conjunto de solicitações.

O terceiro ponto da apresentação é com relação à outorga, instalação e licenciamento de estações. É mais uma passagem basicamente sobre a competência e o processo que é utilizado pelo Brasil para isso. Num primeiro momento a entidade manifesta o seu interesse junto ao Ministério das Comunicações de ter uma autorização para prestar o serviço de radiodifusão comunitária. Essa demonstração de interesse é feita por um formulário já padronizado, que está disponível na Internet. Basta preencher com os dados da instituição interessada e encaminhar para o Ministério das Comunicações.

Com esse pedido da entidade, o Ministério das Comunicações verifica se a localidade de interesse da entidade já consta no plano de referência de canais para a radiodifusão comunitária. Se não consta, ela encaminha à Anatel para que seja examinada qual a viabilidade técnica de colocação de um canal naquela localidade e sempre de acordo com disposições da lei que aprovou o serviço, procurando sempre atender a localidade com o Canal 200, que é o canal nacional.

Se não couber o Canal 200, é feito um estudo de viabilidade técnica para identificar um outro canal possível de atender aquela localidade e submete-se, então, aquele conjunto de canais a uma consulta pública. Depois da consulta pública, com os questionamentos e as considerações feitas, são avaliados os comentários, as críticas e as sugestões e são efetivadas então aqueles canais nas localidades, onde, de alguma forma, ou não houve problemas ou os problemas alegados foram sanados. E onde, de alguma forma, acontece um problema não percebido na hora do projeto técnico, o canal entra de novo para uma reavaliação para identificar uma outra alternativa de atendimento.

Mas, de qualquer forma, é preciso que para atender a qualquer pedido haja um canal designado no plano de referência. Não havendo, é feito esse passo pela Anatel para criar o canal e havendo o Ministério, já tendo o canal previsto para aquela localidade, publica no **Diário Oficial** um aviso de comunicado de habilitação para manifestação de interessados, com prazo máximo de 45 dias para as entidades interessadas se manifestarem sobre o assunto.

As entidades, então, atendendo àquele aviso publicado pelo Ministério das Comunicações, requerem autorização para execução do serviço, apresentam a documentação para habilitação, para ver se elas se enquadram dentro das disposições, das regras, das limitações estabelecidas pela lei de radiodifusão comunitária, a que me referi.

O Ministério das Comunicações analisa as documentações recebidas e seleciona o executando do serviço, que pode ser uma ou mais executantes para cada uma das cidades, dependendo, uma cidade grande pode ter vários operadores com emissoras de rádio comunitária.

Selecionada a entidade, ela apresenta um projeto técnico e recolhe uma taxa de R\$20,00 para o processamento. Nesse momento, ela anexa, o projeto técnico é simples, basta o preenchimento de dois formulários, também disponíveis na Internet, a entidade

preenche essas informações e as encaminha para o Ministério, que, finalmente, emite a portaria autorizando, a portaria de autorização para prestação de serviço, publicando no **Diário Oficial** da União. Essa portaria, esse processo é encaminhado ao Congresso Nacional, que tem que ratificar a autorização de todos os serviços de radiodifusão no Brasil, pelo que estabelece a Constituição Brasileira. Só o Congresso Nacional pode validar as outorgas que forem feitas pelo Executivo.

Ratificado pelo Congresso Nacional, quer dizer, ganhando vida a portaria ministerial por intermédio de um decreto legislativo, a Anatel emite o ato correspondente ao uso da rádio frequência, sem qualquer tipo de exigência adicional, ela apenas precisa esperar a ratificação do Congresso, porque, com a expedição desse ato, há um pagamento estabelecido também pela lei geral, de que toda a rádio frequência no Brasil deve ser paga. E há uma taxa de uso de rádio frequência, de R\$100,00, e a taxa do Fistel, estabelecida também na lei geral de telecomunicações de R\$200,00 para a instalação de uma emissora comunitária. E quando o Congresso não ratifica, o que evidentemente ainda não aconteceu, o processo se conclui pela não outorga.

Na última etapa, então a entidade, depois de todo esse processo, inicia, coloca a estação em funcionamento, inicia a sua operação. Antes, a Anatel emite a licença de funcionamento da estação, porque toda a rádio frequência, no Brasil, pela Legislação, tem que ter como se fosse um alvará. A licença de funcionamento de uma estação de radiodifusão é como se fosse a licença de funcionamento de um estabelecimento comercial. É um alvará dado, já que o espectro da rádio frequência é um bem limitado e precisa ser compartilhado de uma maneira otimizada e, de certa forma, adequada aos benefícios que se pode propiciar à sociedade. Precisamos cadastrar e posicionar geograficamente cada frequência que está sendo autorizada a funcionar no Brasil, a potência para evitar inclusive que o espectro radio elétrico seja borrado de alguma coisa por emissões espúrias, por emissões não compatíveis com determinado local. A entidade entra em funcionamento e cabe, no processo subsequente, apenas a realização da fiscalização da Anatel do cumprimento das especificações da licença de funcionamento em relação à frequência, à potência da emissora. Há uma fiscalização também que, embora feita pela Anatel, é acompanhada e avaliada pelo Ministério das Comunicações, do conteúdo da programação com relação àquilo que a lei de radiodifusão comunitária



determina como conteúdo da programação de uma emissora de radiodifusão comunitária.

Sobre a fiscalização, tenho aqui a apresentar os resultados da fiscalização que é realizada pela Anatel, e um aspecto que é a caracterização, no Brasil, de crime pelo uso de radiofrequência, pela emissão de radiofrequência não autorizada. A fiscalização da Anatel é dividida em fiscalização direta e fiscalização indireta. E nós fiscalizamos, em 1997, um total de 7.700 estações emissoras de radiofrequência – não de radiodifusão – e todas as emissoras que emitem radiofrequência: tem erb de celular, estação de microondas, uma série de estações e não só de radiodifusão.

Em 1998, esse volume cresceu para 15.400, e até setembro já foram fiscalizadas 36 mil estações no Brasil. Quando falo de celular, não está incluído, é evidente, o aparelho, que embora seja uma estação, não está computado nesse volume. Há a previsão de atingirmos 50.000 estações fiscalizadas até o final do ano.

No que diz respeito à fiscalização direta na área de comunicação de massa, nós realizamos, até setembro, 2.557 ações de fiscalização, e, dentre essas, há 540 emissoras de onda média, a parte de radiodifusão, os serviços auxiliares, as emissoras de TV a cabo e de MMDS, que estão no bojo das emissões de comunicação de massa.

Ainda com relação à comunicação de massa, ações de vistoria são também realizadas pela Anatel, num total de 11.178 estações distribuídas de acordo com os diversos tipos de serviços. Essa é uma fiscalização indireta, é aquela que é observada no sistema de radiomonitoragem ou no sistema de radioescuta. Por exemplo, a monitoração da Voz do Brasil, que é uma disposição de lei, pois a Voz do Brasil tem que ser transmitida. Esse tipo de vistoria também é feito.

Com relação às estações que chamamos de clandestinas, lacradas, nós temos um total de 1.629 no serviço de comunicação de massa, sendo que 1.600 são efetivamente na área de frequência modulada, onde há o maior volume de estações não regulares ou não autorizadas de radiodifusão e há 13 de TV a cabo.

Com relação às sanções penais, o que se usa, o que se considera da legislação brasileira são os arts. 183 e 184 da Lei Geral de Telecomunicações, que estabelece que é atividade clandestina desenvolver atividade de telecomunicações sem a competente concessão, permissão ou autorização de serviço de uso de radiofrequência e de exploração de satélite, conforme o caso.

O crime de ação penal pública é incondicionado e a pena é a detenção de 2 a 4 anos, aumentada a metade se houver dano a terceiro e uma multa de R\$10 mil. A Lei nº 4.117, no que diz respeito também à parte de radiodifusão que não foi revogada pela Lei Geral modificada pelo Decreto-Lei nº 236, considera também como atividade clandestina punível com a pena de detenção de 1 a 2 anos, aumentada da metade se houver a instalação ou a utilização de telecomunicações sem observância do disposto na Lei nº 4.117 e no Regulamento.

No seu parágrafo, diz que, procedendo o processo penal, para os efeitos já referidos nesse artigo, será liminarmente procedida a busca e apreensão da estação ou aparelho ilegal.

É basicamente isso que eu havia apresentado, a visão, o arcabouço legal utilizado para o trabalho que a Anatel desenvolve na área de radiodifusão comunitária.

Procurei ser o mais rápido possível e me coloco à disposição para questões e perguntas à hora que V. Ex<sup>a</sup> julgar mais conveniente para isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon)** – Concedo a palavra ao Dr. Paulo Fernando Silveira, Juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba, Minas Gerais.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Inicialmente, gostaria de dizer que é uma grande honra comparecer a esta Subcomissão por convite formulado por S. Ex<sup>a</sup>, o Presidente da Subcomissão, Senador Pedro Simon, a requerimento do Senador Geraldo Cândido. Gostaria de cumprimentar também os demais componentes da Mesa, o ilustre Presidente da Anatel, Sr. Renato Navarro Guerreiro, o Sr. Emanuel Emir Alcântara Magalhães, Presidente da Rádio Livre Rio de Janeiro, o Sr. José Luiz do Nascimento Sotter, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, o Senador Amir Lando, que estava presente, as demais pessoas presentes, apresentar minhas homenagens e meu respeito.

Vimos e explanação sobre rádios comunitárias, principalmente sobre a legislação de rádio comunitária e temos muito a falar sobre esse assunto. Mas a primeira pergunta que nos ocorre é por que Uberaba se tornou o epicentro nacional de uma nova visão sobre a comunicação e a democratização dos meios de comunicação no País? Porque um juiz não conhecido, nem famoso, de uma pequena cidade de repente é convidado no País inteiro para defender

essa posição? Alguma coisa está errada nessa legislação e isso aconteceu por um motivo muito simples: como juiz federal, numa jurisdição que abrange 55 cidades do sul do triângulo, de parte do sul de Minas Gerais e do Alto Paranaíba, terra do Senador Arlindo Porto, detectamos uma falha na legislação. Inicialmente, antes dessa Lei nº 9.612, quando começamos a dar as liminares para autorizar o funcionamento das rádios comunitárias, verificamos que, acima de tudo, um direito fundamental estava sendo violado, por incrível que pareça, por um órgão federal do Poder Executivo. Antes dessa Lei, as pessoas pediam autorização para instalar uma rádio comunitária e o Governo Federal não dava autorização, não negava e nem justificava porque negava, e isso chamamos de arbítrio, porque todo poder público tem a obrigação de fundamentar quando nega uma postulação feita por um cidadão, principalmente quando baseado num direito fundamental garantido pela Constituição Federal.

Gostaria de cumprimentar o Senador Geraldo Cândido, que muito me honrou com o convite.

Gostaria de ligeiramente, antes de detalhar porque que essa lei é totalmente inconstitucional e porque que apesar dessa lei o Brasil inteiro refuga essa lei, e as comunidades querem ter as rádios comunitárias funcionando, e porque que o Poder Judiciário entendeu e percebeu a necessidade de garantir esse direito fundamental. Gostaria de passar ligeiramente umas transparências para melhor compreensão do assunto, para que tenham uma visão de fundo antes de entrar nos detalhes legais.

Eu diria, sem medo de errar, que o grande problema do Brasil no momento, todas as suas mazelas econômicas, inclusive sociais e econômicas, decorre de um único fator e, vencido esse fator, o Brasil certamente se transformará numa nação de primeiro mundo, chama-se divisão do poder político. O Brasil, antes, era um império e dentro do império o poder era concentrado na mão do imperador Dom Pedro II, que tinha poderes de demitir juízes e por isso o Judiciário não era poder político. E havia certamente o controle político pelo monarca, mas quando veio a Constituição de 1891, graças a Ruy Barbosa, que anteviu a necessidade de transformar o Poder Judiciário num poder político, e, na época, não foi buscar o modelo francês, em 1891 a França dominava culturalmente o mundo, mas foi buscar no modelo americano da tripartição do poder e outras formas de controle do poder, ele foi buscar lá a cópia de nossa Constituição, da primeira, republicana, que é a mesma até hoje, com ligeiros acréscimos. Mas

aquela Constituição republicana, pela primeira vez, deu poder ao Judiciário de anular leis por inconstitucionalidade. Tenho dito que advoguei dezoito anos e nunca utilizei a Constituição Federal, porque no Brasil impera um legalismo absurdo, onde tudo depende de lei e onde não há lei fala-se clandestino, pirata, e assim fala-se das rádios comunitárias, fala-se dos perueiros, dos moto táxis, quando a Constituição diz outra coisa bem diferente, aqui diz que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Então, o direito fundamental é auto-exercido. Quando o Estado entende ser necessário o controle de um determinado aspecto da vida social, esse Estado pode controlar mas não pode anular o direito fundamental garantido na Constituição. E o primeiro princípio de divisão do poder político que foi adotado pela nossa Constituição foi o federalismo, que pressupõe a divisão do poder político entre a União e os Estados e o Município no Brasil. E a União, dentro desse princípio que foi aceito e consta da nossa Constituição, só tem poderes restritos. A União só pode legislar sobre assunto de interesse nacional ou assunto que envolva mais de dois Estados. Ela não pode legislar sobre todo e qualquer assunto, como acontece aqui no Brasil ultimamente. E pior ainda, por meio de medidas provisórias, que chegam a detalhar até assunto como mensalidades escolares. A Constituição dá a cada ente político um poder exclusivo, que o outro não pode usurpar. Assim, a União não pode usurpar a competência do Estado e muito menos do Município quando cuida do seu peculiar interesse.

Vamos verificar que aqui no Brasil, infelizmente, contrariando fundamentalmente esse princípio constitucional, que Canotilho – como vou mostrar aí – diz que sobrepõe aos demais, porque é um princípio estruturante da Nação, a União usurpou competências. Hoje, ela é toda-poderosa, e os Estados não são mais do que meras autarquias; e os municípios, muito menos. A Nação inteira fica esperando decisões do Congresso Nacional, quando, na realidade, dentro dessa repartição de poderes e competência, os Estados e os Municípios deveriam estar legislando sobre os seus assuntos de competências próprias.

Outro princípio para dividir esse poder que era monolítico, era do rei e dos seus acólitos, foi a divisão entre os três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. E, pela Constituição, eles têm que ter aquela forma inicial, eles têm que ser iguais, independentes e harmônicos. Mas, infelizmente, aqui

no Brasil, o Executivo abarca grande parte do poder, principalmente por meio de medidas provisórias, onde ele usurpa a competência do Congresso Nacional e anula o Judiciário. O Judiciário, no Brasil, não chega sequer a ser um Poder político. Nós não passamos na visão da população de meros servidores públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Isso é apenas uma representação simbólica. (Risos)

Mas, o que é bem claro é que, no Brasil, ainda prevalece o domínio do Executivo, o que fere esse princípio da repartição dos Poderes.

Para evitar que um Poder tome conta do outro, o americano, na sua Constituição, criou os freios e contrapesos – **checks and balances** –, onde cada poder controla o outro. E, nesse sentido, o Judiciário tem o dever de controlar a legislação para saber se é constitucional, devendo anulá-la toda vez que verificar que ela não atende aos princípios constitucionais. Do mesmo modo, evidentemente, o Senado, o Congresso Nacional tem a sua função de controle do Judiciário, inclusive pelas CPI, o que eu acho muito correto, porque é função constitucional. Dentro desse contexto, a República é como se fosse um banco assentado sobre três pernas e presas pelo elo dos freios e contrapesos. Mas, quando uma perna é maior, esse banco começa a balançar; e, quando não há freios e contrapesos, as pernas começam a se abrir. Esse é o Brasil de hoje, que precisamos urgentemente modificar.

É conhecido, da maioria pelo menos, que Kelsen, um grande jurista de Viena, graduou as leis fixando uma hierarquia de princípios: leis, regulamentos, portarias, etc., significando dizer que uma portaria ou uma instrução normativa jamais podem ir contra uma lei ou acrescentar ônus à lei. E vamos verificar que, nessas instruções normativas da Anatel, a 2/98, impõe ônus cada vez mais pesados às rádios comunitárias ainda que aceitasse aquela legislação, que é totalmente inconstitucional, os ônus impostos por portarias inviabilizam a instalação das rádios comunitárias.

Do outro lado, temos o posicionamento de canotilho, onde ele coloca que os princípios estruturantes como o federalismo, a divisão dos poderes, a democracia, o nosso modo de viver, a livre concorrência estão acima de normas e princípios constitucionais. Então, quando Anatel usa o art. 21 para dizer que é competência da União, exclusiva e privativa, legislar sobre rádios comunitárias ou sobre

telecomunicação, isso tem que ser entendido em termos. Ou seja, quando estiver dentro da competência dela dentro do federalismo. Se ela legislar ferindo o federalismo, ela não tem essa competência, essa norma é inconstitucional. Então, não vale só buscar se socorrer no art. 221 ou no art. 223, que dá o poder de concessão à União se ela invadir a competência do Município.

Então, vem a grande pergunta: a rádio comunitária é assunto nacional? A rádio comunitária é assunto que ultrapassa mais um Estado? Vou mostrar aqui, visto que antes tinha apenas o meu entendimento jurídico, mas hoje estou de posse de um **software** dos mais avançados vindo dos Estados Unidos, onde se diz que há 40 mil rádios comunitárias. Esse **software** vai provar que as rádios comunitárias dependem do relevo municipal. É errada, vamos ver aqui, essa conclusão da Anatel de querer aqui de Brasília distribuir o Brasil inteiro. As ondas dependem do relevo, e só o município tem condições de verificar quantas rádios comportam naquele município; qual o direcionamento da antena, qual a altura da antena, qual a capacidade para atingir o município todo, inclusive os rurícolas, porque o interesse público é o de levar a comunicação e interagir entre o rurícola e o urbano.

Tudo isso está sendo usurpado por Brasília, por intermédio de leis absolutamente inconstitucionais. E nós do Judiciário, como poder político, estamos agindo no sentido de dar ao povo aquilo que infelizmente está sendo negado pela legislação. E temos a sensibilidade política também, porque nos processos que chegam às nossas mãos, às vezes, vêm assinaturas de 10 mil pessoas querendo a rádio inclusive assinaturas de prefeitos, vereadores e não podemos ignorar isso só poder que existe uma lei federal.

Veremos, também, que a Anatel, com todo o respeito, tem agido criminosamente nessa fiscalização, porque tem utilizado um Decreto-Lei nº 70 ou art. 70 da Lei nº 417, 1962, mas esse dispositivo foi inserido na Lei das Comunicações no tempo da ditadura, em 1967, justamente para calar o povo. E esse dispositivo é penal porque no parágrafo único diz: "precedendo o processo penal" é que a polícia poderia prender as rádios comunitárias. Mas o que ocorre? A Anatel, criminosamente, já que foi obstada pelo Supremo Tribunal a fazer apreensões administrativas, quando o Supremo tribunal, em liminar do Ministro Marco Aurélio, negou esse direito a Anatel por ferir o devido processo legal, a Anatel vai com seus agentes, ora sozinha, contrariando a decisão do Supremo, e agindo com abuso de



autoridade, vai sozinha e lacra a rádio comunitária, quando não existe essa pena na lei na lei. Se os senhores pegaram a Lei nº 9.612, que é específica das rádios comunitárias, não tem pena de lacração.

Outra hora, a Anatel, abusiva e criminosamente, procura a Polícia Federal para fazer o trabalho para ela, como o macaco que usa a pata do gato para tirar a castanha da chapa quente. Ela pede à Polícia Federal para ir lá e fazer a apreensão, mas, na realidade, é um ato administrativo, não é um ato judicial. Não teve processo penal, não teve autorização judicial.

Continuando, vejam que o Canotilho, um dos maiores constitucionalistas de Portugal, deixa bem claro que, na Constituição, também há uma hierarquia, porque os princípios valem mais que simples regras, principalmente numa Constituição como a nossa, casuística, em que tudo foi jogado como texto constitucional, mas que, na realidade, de constitucional mesmo tem pouca coisa. Então, o princípio federativo está acima de uma norma constitucional. Se aqui diz que compete à União legislar privativamente sobre radiodifusão, compete quando for da competência dela. Fora daí, compete ao município.

Depois, pergunto aos senhores o que vamos ver também tecnicamente: o Congresso Nacional vai ficar cuidando de miudezas? Pelo que sei, nos Estados Unidos, há quarenta mil rádios comunitárias. Aqui no Brasil, já há cerca de dez ou quinze mil funcionando, algumas com liminares e a maioria, sem. O Congresso Nacional vai ficar cuidando de miudezas? Ou é o Município que vai outorgar a concessão, de acordo com o relevo e com a quantidade de rádios necessárias naquela comunidade, com o alcance ideal para aquela comunidade? Vamos ver que essa lei fala em raio de um quilômetro. Ora, uma rádio comunitária de alcance de um quilômetro vai servir para uma pequenina cidade do interior, mas jamais vai servir para qualquer cidade do Brasil. E há inúmeras cidades de mais de cinquenta mil habitantes sem uma rádio sequer. Se houver uma calamidade pública, uma necessidade de vacinação ou um terremoto, não tem como avisar a população, a não ser usando o alto-falante da igreja do padre. Estamos chegando ao terceiro milênio e o Brasil continua nessa ignorância, na escuridão medieval, por conta de legislação que não atende aos interesses do povo.

Espero que estejamos aqui hoje, com muita honra, falando por uma Nação silenciosa, mas que deseja muito crescer e trocar idéias, porque a troca de informações é um direito fundamental do homem e

talvez o mais sagrado. Se o homem não se comunica, não há como a sociedade crescer e prosperar.

Nos Estados Unidos, vamos verificar, ao contrário do Brasil, que o Presidente da República não tem poder de legislação. Enquanto aqui abundam as medidas provisórias, o poder do Presidente Bill Clinton é meramente regulamentar e é muito raro algum ato do Executivo com força de lei naquele país.

Em segundo lugar, para resolver o problema da proliferação da necessidade de legislação contínua, porque o Congresso não tem obrigação de ficar fazendo leis. A função primordial do Congresso é fiscalizar o Executivo e o Judiciário, fiscalizar os demais Poderes, mas principalmente o Executivo quanto ao gasto dos recursos públicos. Por isso que digo que não precisamos de lei. Se não houver lei, o indivíduo pode fazer tudo. Não precisamos de lei para tudo. É uma ignorância pensar que, não havendo lei, é clandestino, é irregular, é ilegal. Ao contrário. O Estado só pode interferir nos direitos individuais, fundamentais, para resguardar interesse público relevante. Aí, se a União tiver realmente interesse a preservar, pode baixar uma legislação com normas gerais, preservando o interesse da União. Se houver, por exemplo, acima de 200 watts, poderia interferir na aviação, digamos.

Mas isso justificadamente. Não é um burocrata sentado aqui em Brasília escrever na lei "25 watts", e não haver na lei qualquer justificativa para aquele valor. Uma antena de 30 metros alcança um raio de 1.000 metros. Isso é um absurdo que não podemos tolerar mais.

Lá nos Estados Unidos, criaram-se agências, mas não são essas como a Anatel, criada e dominada pelo Governo Federal. As agências são criadas pelo Legislativo, que lhes dá o contorno e o poder, inclusive o regulamentador, e o Executivo pode apenas nomear, mas não destituir os elementos, a menos que haja motivo grave. O Judiciário controla se ela está atuando de acordo com a delegação do Legislativo. E com isso se resolve. Lá há mais de 100 agências. Para assunto de meio ambiente existe a EPA para tratar do assunto. Assim se resolve a questão e se retira a carga do Legislativo, porque o Legislativo não consegue fazer leis para tudo que se precisa.

Finalmente, lá vamos ver que o Judiciário compartilha do poder político, porque as decisões da Suprema Corte, quando por mais de 2/3, têm força de lei. As autoridades administrativas ficam vinculadas.

No Brasil, o que ocorre? Isso acontece na minha Vara. Às vezes, quando autoridades administrativas do Imposto de Renda ou do INSS, alguém pede

alguma coisa, eu analiso, concedo a liminar. Às vezes, o órgão nem recorre da minha decisão. Mas no caso seguinte, idêntico, ele torna a não conceder. Ou seja, não respeita o Poder Judiciário, não tem apreço pelo Judiciário. E o Judiciário merece essa pecha, porque o Judiciário até hoje não tem agido como Poder Político. Mas vamos agir, a partir de agora, e vamos anular as leis que contrariarem o interesse do País, o interesse público.

Por isso essa Lei da Rádio Comunitária merece um repúdio total. Ainda que fosse aceitável, vamos ver que ela é tão suspeita de defender interesses de grupos, que um seu artigo, claramente, deixa isso evidenciado, quando diz:

"Art. 22 As emissoras do serviço de radiodifusão comunitária operarão sem direito à proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer serviços de telecomunicações."

Desde quando o Judiciário vai permitir que alguém sofra um dano e não tenha o poder para recompô-lo, sendo que, na Constituição, temos que em qualquer lesão ou ameaça de lesão o Judiciário tem o poder de regulamentar, resguardar e proteger aquele direito?

Chegaram ao cúmulo de colocar em uma lei uma cláusula totalmente suspeita e inconstitucional, porque fere o princípio da igualdade.

Agora, quanto a essas lacrações que têm ocorrido nas rádios comunitárias, citou-se o art. 183 da Lei das Comunicações atual, mas esse artigo não dá poder de apreensão, a não ser por ordem judicial. Pergunto à Anatel: com que autoridade ela está lacrando as rádios comunitárias no País, se de um lado o Supremo Tribunal decidiu que ela não tem esse poder administrativo quando negou validade está aqui o voto do Ministro ao inciso XV do art. 19 da Lei nº 9.472/97, que, quando a Anatel pretendia, por meio dessa lei, ter o direito de fazer apreensões prévias, contrariando o próprio artigo 175 dessa mesma lei, que diz que não pode haver nenhuma aplicação de pena sem o devido processo legal. E o Supremo fez muito bem porque tirou esse poder da Anatel.

Então, com que autoridade ela está lacrando? Administrativamente, ela não tem esse poder e, criminalmente, usando o velho art. 70 do tempo da Revolução, depende de um processo penal. No entanto, a Anatel e seus agentes estão criminosamente lacrando, violando o devido processo legal, desrespeitando uma decisão do Supremo Tribunal, e mais, desrespeitando também decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de Brasília,

que, reiteradamente, já decidiu que as rádios de pequena potência – e tenho os julgamentos aqui, mas isso é matéria pacificada – não cometem o crime do art. 70.

Com que poder a Anatel está fazendo isso? Não tem poder algum. Na realidade, tenho orientado, nas palestras que faço, o pessoal das rádios comunitárias a começarem a entrar com processo criminal contra os agentes da Anatel, porque estão cometendo crime e violando a Constituição, estão pisoteando a nossa Constituição Federal e acabando com o direito fundamental, que é o de expressão.

Comparem, agora, aquele quadro da divisão do poder americano com o brasileiro. Temos uma Constituição totalmente engessada, em que há leis complementares que dependem de **quorum** especial, tudo é resolvido por lei, e, pior, as medidas provisórias invadem o poder político.

E pergunto: onde está o Judiciário ali na nossa Constituição, dentro das fontes do Direito? O Supremo pode decidir 10 vezes, como já decidiu esse caso. Por que a Anatel não cumpre isso? Porque o Poder Judiciário brasileiro não tem o poder que o americano tem. Mas temos, porque a Constituição nos dá esse poder. Mas a concepção aqui, no Brasil, é tão legalista, acham que resolvem tudo com normas, com portarias, e vão acrescentando e estendendo aquelas coisas e onerando o indivíduo, quando o Direito é límpido e transparente. As rádios comunitárias, quem tem competência sobre elas? O Município. Se a União tiver algum interesse a preservar, que faça uma norma geral. Digamos: competência acima de 200 watts é conosco porque pode interferir no serviço aéreo. Mas, fora disso, tem que deixar a encargo do Município, mesmo porque, pelo que sei, haveria, já aceitando essa lei inconstitucional, cerca de 6 mil pedidos – não sei se chega a 6 mil. Mas, até hoje, pelo que me consta, o Congresso Nacional só autorizou 45, eram 36, mas agora, talvez, 45. Ou seja, só para atender aos pedidos baseados nessa lei inconstitucional, demoraríamos de 10 a 20 anos para atender aos interesses do País.

O Brasil é um país continental, precisamos de nos comunicar.

Estive em Rondônia. Lá, os Municípios são separados por florestas, sem comunicação. Como é que vamos viver neste País? Quando a modernidade vai chegar? Dizem sempre que o Brasil será uma grande nação quando o povo tiver educação. Mas negamos a educação primária de cidadão, de cidadania, que é a expressão – e a rádio é o veículo

ideal para isso. A educação formal forma engenheiros, médicos, mas não forma cidadãos, e precisamos formar cidadãos.

Já aconteceu de um prefeito chegar a conversar comigo, pedindo: Dr. Paulo, o senhor podia cancelar a liminar que o senhor deu porque a rádio comunitária que está funcionando lá está me criticando o dia inteiro. Eu falei: ora, mas o senhor tem o direito de resposta. Ele disse: não. E não vai adiantar porque o grupo político do outro é que está dominando. Então eu falei: mas o senhor abre uma comunitária para o senhor também. Mas não vamos fechar, não, porque fechar é dar poder político e aí tem os currais eleitorais, mas nós queremos abrir politicamente o País e as rádios comunitárias são o veículo inicial dessa abertura.

Por isso posso dizer, sem medo de errar, que hoje estamos fazendo história, pois só pelo fato de ter a honra de estar aqui a convite do Senador Pedro Simon e do Senador Geraldo Cândido; de estar aqui tendo essa oportunidade ímpar de expor o nosso pensamento, eu penso que é fazer história, pois tenho certeza de que esta Subcomissão não ficará de ouvidos fechados aos anseios do povo, não é do juiz; o juiz está fazendo um papel até pertinente, já que o juiz também exerce poder político e nos Estados Unidos ele ouve o clamor do povo. Mas esse papel seria muito mais dos Deputados e Senadores, que são as antenas sensíveis e devem detectar que a população quer as rádios comunitárias.

Vou mais além: as rádios comunitárias vieram para ficar. Ou o Governo dá uma regulamentação adequada, ou elas vão funcionar seja com o nome de pirata, clandestina, não interessa, mas vão funcionar. De minha parte, no Poder Judiciário, darei todo amparo a essas rádios, porque elas são a expressão da cidadania, o exercício de um direito constitucional. Vou anular essa lei por ser uma lei arbitrária, uma lei usurpativa da competência do ente político que é o Município ou o Estado.

Agora, vou passar para a parte técnica.

Pude contar com informações prestadas pelo Grupo Oboré, de São Paulo, através do qual pude adquirir o conhecimento técnico, que não tinha; só possuía o conhecimento jurídico. E o Grupo Oboré me deu esses gráficos aqui que, inclusive, posso depois ceder-lhes. Mediante esses gráficos, V. Ex<sup>as</sup> vão ver que a lei limitou extremamente a rádio comunitária. Vejam pelo gráfico que ela não tem quase nenhum alcance, já que um quilômetro de raio não atende satisfatoriamente ao município, jamais vai atender. Além do mais, entrou em matéria municipal,

pois tratar-se de atender um vila ou um bairro é assunto do município. A União não tem esse poder.

De modo que, dentro dessa lei, dá para perceber que ela poderia ter usado o critério ou de 25 watts somente, ou então eliminado o problema dos mil metros.

Outro aspecto que esse estudo mostra é que a Anatel está num erro extremo quando simplesmente calcula o raio linearmente. Ou seja, quando fala de um quilômetro faz um círculo em volta, quando, na realidade, vamos supor, se a cidade tem uma montanha, a onda não vai a um quilômetro linear; ela vai para o outro lado e não passa daquele lugar. Então, vejam V. Ex<sup>as</sup> a inconsistência de este assunto ser legislado por uma lei federal, comprovando que aquele cálculo circular estaria errado.

Há esse gráfico que mostra o alcance com base nos watts e no BPI.

Esse estudo foi feito com base na cidade de Campinas e, usando um **software** aplicado nos Estados Unidos, vamos perceber que a onda não é circular e redonda. Assim sendo, só o município tem condição de verificar quantas rádios comporta sem uma interferir na outra e quais os bolsões das ondas AM que também o município poderia aproveitar, já que estão desperdiçadas, fornecendo-as às rádios comunitárias.

Nesse caso, vejam V. Ex<sup>as</sup> o gráfico em que é mostrado um quilômetro, aquele círculo menor, e vejam que também o cálculo nunca é redondinho, em forma de círculo, a onda propaga de maneira diferenciada, de acordo com o relevo.

Então, não há como a Anatel aqui de Brasília querer calcular o Brasil inteiro em termos de quantidade de rádio e de qual rádio que interfere na outra, porque depende principalmente do relevo.

Também com base Que esse estudo foi feito tecnicamente, e ali naquela faixa amarela mostra que de um lado da antena a audição é perfeita enquanto a antena encostada do outro lado só se ouve ruídos. Então, também não tem sentido uma legislação federal sem considerar o relevo. Isso é para mostrar que o relevo do município é indispensável.

O estudo no Estado de São Paulo até hoje, só das rádios que já pleitearam, postularam a Anatel autorização para funcionar com base nessa lei, fora as que estão fora, que não pediram com base na lei.

E, finalmente, uma **visão do Brasil com base** também naquelas que já postularam a Anatel. Para V. Ex<sup>as</sup> verem a dimensão do problema que estamos tratando aqui hoje e a necessidade urgente de resolvê-lo.



Com relação ao argumento, porque os argumentos usados inclusive pela Procuradoria da República e mesmo pelos Procuradores da República e a Anatel é que essas rádios interfeririam umas nas outras, interfeririam na aviação ou nas torres, e esse estudo da Oboré mostra que isso não é verdade por dois motivos: o avião é uma caixa fechada, então ele não está sujeito a ondas; segundo, ele tem dispositivos alternativos de canais; terceiro, se alguma onda atingir o avião é da rádio AM, concedida, porque a outra é pequenininha, jamais alcança esse avião; quarto, as rádios comunitárias adquirem os equipamentos homologados pelo próprio Ministério das Comunicações, ou seja, se o equipamento é homologado ele não vai causar dano algum. A prova evidente disso é que só na minha cidade eu já autorizei quinze rádios comunitárias e não houve um só incidente, nem entre elas nem com relação ao Aeroporto de Uberaba.

Então, foi feito esse estudo também e não é verdade esse argumento. Por causa disso, muitos juízes ficam com medo de dar a liminar, porque é uma responsabilidade muito grande, dá uma liminar depois cai um avião. É o argumento usado.

Eu já vi voto de juiz de tribunal dizendo que "deveriam cassar a decisão do juiz de Uberaba, porque esse juiz é louco" e "essa decisão dele é monstruosa", chamaram a minha decisão de monstruosa. A Advocacia da União chegou a falar que eu estava querendo subverter a ordem no País, quando na realidade quero dar liberdade ao povo, quero democratizar as comunicações, esse é o fim único, eu quero ser um bom brasileiro, eu quero contribuir com o meu povo sem nenhum outro interesse a não ser esse.

Então, basicamente – se não abusei da boa vontade dos Senadores e da audiência – o que tinha a dizer era isso. E quero me colocar à disposição, porque muitos outros assuntos teremos como responder aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Com a palavra o Presidente da Rádio Ar Livre, Dr. Emmanuel Emir Alcântara Magalhães.

**O SR. EMMANUEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – Boa-tarde ao Senador Pedro Simon, ao Dr. Paulo Fernandes, Renato Guerreiro, José Luiz Soiter, Senador Geraldo Cândido, demais Senadores presentes, senhoras e senhores.

Estando aqui nessa oportunidade ímpar, como diz o juiz Paulo Fernandes, mas com o objetivo de colher informações e de fazer um relato sobre o que

está acontecendo, hoje, na Rádio Comunitária, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, que representa cerca de duzentas rádios das mil e duzentos que deve haver no Estado. A partir de agora, deve ter mais umas três sendo colocadas no ar. Existem fatores que nos tem colocado em xeque com relação a essa lei, apesar de termos lutado para consegui-la. No momento de aprovação da Lei nº 9.612 ficamos eufóricos, mas, quando lemos o texto, ficamos completamente frustrados. É uma frustração atrás da outra que vem sendo acompanhada por todas as regulamentações e normas. Vou falar um pouco mais sobre a questão da Lei.

A Lei nº 9.612 não proíbe que as rádios comunitárias trabalhem com comerciais, dá um indicativo para que se trabalhe, preferencialmente, com apoio cultural. V. Ex<sup>as</sup> não de convir que, em um País com a dimensão continental do Brasil, há diferenças entre as regiões. Em uma cidade pequena com dois, três, dez mil habitantes, por exemplo, como é que o comércio local vai trabalhar, em uma rádio comunitária, da forma como os técnicos da Anatel, que tão brilhantemente estudaram o assunto, sugerem, com apoio cultural. Isso não faz parte da cultura e da natureza desse tipo de comércio, que é diferente de uma empresa como a Coca-Cola, como a Petrobras, que podem trabalhar sua marca, seu produto, de uma forma mais ampla do que o botequim do S. Joaquim.

Além desse aspecto, há muitos outros na regulamentação que vêm ferindo a lei. Mais ainda, existe falta de transparência do Ministério das Comunicações, por intermédio da Anatel, no que diz respeito a todo o trâmite. Todas as vezes que tentamos fazer alguma solicitação junto ao Ministério as respostas foram evasivas. Conseguimos, inclusive, criar uma frente parlamentar no Estado do Rio de Janeiro. Fizemos uma comissão para solicitar à Anatel resposta às perguntas realizadas pela Comissão estadual, pelos Deputados estaduais, de forma a possibilitar o entendimento. Quando as perguntas foram refeitas disseram que a resposta era aquela é que nada tinham a declarar. Não há transparência do Ministério, não há transparência na Anatel. Toda a regulamentação tem sido feita para prejudicar. Estabelecer que uma comunidade como a Rocinha, que é uma das maiores comunidades urbanas do País e quicá do continente, só irá trabalhar com rádio comunitária de um quilômetro é, no mínimo, piada. Não respeitar a peculiaridade de cada localidade para instalar um serviço de radiodifusão comunitária é, no mínimo, um absurdo.

O que nos leva a um espanto maior sobre o que acontece no Estado do Rio de Janeiro – vou deixar a questão nacional para o Sotter – é que todas as vezes em que tentamos buscar um entendimento junto ao Ministério, à delegacia, junto à Anatel, as dificuldades que encontramos para o contato são enormes. Não puderam dizer quantas rádios foram lacradas no Estado, não sabemos quantas rádios já deram entrada em pedidos, como estão os pedidos. Todas as vezes em que tentamos saber não nos foi respondido. Em nenhum momento deram ouvidos ao que solicitamos.

Temos uma das transparências da Anatel estabelecendo que para haver o lacramento de uma rádio é necessária autorização judicial. Estão aqui os documentos. Infelizmente, isso não acontece. Vários diretores de rádio têm sido presos, alguns têm sido até algemados, constrangidos, suas casas têm sido invadidas. Por serem rádios comunitárias, algumas comunidades não têm dinheiro para alugar um espaço e a rádio fica funcionando, às vezes, na casa da pessoa, em um quartinho que há nos fundos. A força policial tem entrado de uma forma violenta. Várias pessoas estão sendo processadas; eu sou um dos processados.

Isso vem acontecendo antes da Lei nº 9.612; e, agora com a Lei nº 9.612, continua havendo o mesmo processo.

Não se aprovou até hoje, no Rio de Janeiro, mandado algum para que fosse fechada uma rádio. Todas as rádios cujo fechamento temos conhecimento ocorreram de forma irregular.

O que temos a dizer aqui é que a Lei nº 9.612, além de não atender aos anseios da sociedade civil, quando encaminhou o projeto ao Congresso Nacional, nem a sua regulamentação acompanha a lei. Ela consegue ser mais restritiva do que a lei; ela consegue ferir a própria lei em vários aspectos.

Eu gostaria de terminar aqui, porque há algo que eu gostaria que o Sotter colocasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Com a palavra, então, José Luiz do Nascimento Sotter, Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias.

**O SR. JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO SOTTER**

– Boa-noite, Senador Pedro Simon; Dr. Guerreiro, já tivemos a oportunidade de nos encontrar, quando Secretário-Geral do Ministério das Comunicações; Emílio, Presidente da Federação do Rio de Janeiro; Dr. Paulo Fernando Silveira, um paladino da democratização dos meios de comunicação, é com muita satisfação que estou aqui para discutir, nesta

Casa, sobre esse fato, um dos poucos que está em curso, para modificar completamente as relações pessoais, interpessoais na sociedade brasileira, que é justamente o Movimento pela Democratização das Comunicações, por meio da disseminação das rádios comunitárias pelas localidades onde inexistem qualquer meio de comunicação.

Eu gostaria de começar com uma boa lembrança do Dr. Guerreiro, com a sua participação nessa audiência.

Desde 1996, é a primeira vez em que o Executivo se dispôs a vir ao Congresso Nacional discutir as rádios comunitárias. Desde Sérgio Motta, nenhum membro do Executivo veio a esta Casa para discutir esse assunto de interesse nacional. Esse é um mérito que o Dr. Guerreiro deve ter como lembrança do Movimento das Rádios Comunitárias.

Quero também fazer um histórico, Dr. Guerreiro, sobre a construção dessa lei. Na verdade, tivemos a apresentação, na época, do Dr. Sérgio Motta, e a sua participação como Secretário-Geral do Ministério da Comunicações, por meio de um projeto de lei que foi enviado para esta Casa, uma proposta de projeto de lei. Mas isso foi após debates nacionais promovidos pelo Movimento pela Democratização da Comunicação, que percorreu todo o País, discutindo que modelo de comunicação queríamos.

Tínhamos a constatação da tirania, da verticalização dos meios de comunicação impostos ao País. Ainda é assim. Estamos lutando contra isso. Um quarto poder que manipula os outros poderes que dependem desse sistema. E começamos saindo pelo Brasil afora, desde 90, após colocarmos dispositivos na Constituição Federal que garantiam a liberdade de expressão, debatendo que sistema de comunicação, qual o modelo de comunicação que queríamos, que a comunidade brasileira queria.

Foi por meio desses debates por todo o País que se construiu o conceito de rádio comunitária e que se chegou a esses oito projetos-leis, que foram apresentados aqui, no Congresso Nacional.

Primeiro, identificamos que era uma comunicação verticalizada. Vou falar bem rápido e superficialmente para chegarmos ao conteúdo nesta audiência.

Nós identificamos que o sistema que era praticado, e que é ainda praticado, é o sistema vertical, de poucas famílias que dominavam, do monopólio da comunicação, do domínio total da comunicação, no País, por algumas poucas pessoas, por alguns poucos grupos, inclusive de famílias. Essa verticalização era causada pela necessidade e pelo

interesse imediato da geração de lucro, onde quanto mais abrangência houvesse, mais pontos estatísticos de audiência, para definição de planilhas de publicidade. Ainda é esse o sistema praticado no Brasil, apesar de as nossas emissoras se estarem espalhando – o sistema verticalizado pela necessidade do lucro, para atender a ganância dos empresários da comunicação no País.

Então, precisaríamos de um sistema que fosse, ao contrário, horizontalizado, onde o público, os cidadãos não fossem apenas meros números nessa estatísticas para definição de planilhas de publicidade; que tivessem participação, que se apropriassem desse sistema ou desse meio de comunicação, que fizessem esse meio de comunicação. Então, deveríamos ter um sistema de comunicação horizontalizado e, para isso, teríamos que eliminar a necessidade do lucro desse sistema. Ele deveria ser uma entidade sem fins lucrativos, eliminando-se esse perigo da verticalização.

Por outro lado, tínhamos todos os cidadãos que não fizessem parte dos grupos mantenedores do meios de comunicação excluídos do sistema de comunicação no País. Todos – os políticos, os juizes, os cidadãos comuns, o poder econômicos, todos – excluídos e apenas uma forma de se participar: pagar para participar desse sistema ou se vender aos interesses desses sistemas. Então, precisaríamos de um sistema de comunicação que fosse plural, que tivesse a pluralidade como um dos critérios da sua existência, em que todos os membros daquelas comunidades tivessem acesso a todo o processo dentro desse sistema, seja o processo administrativo, seja o processo de programação, o processo de concepção desse sistema. Então, esse cidadão teria que ter esse acesso, e não são só o poder político ou o poder econômico, mas todos, inclusive aqueles que não participam de movimento organizado ou que tenham qualquer consciência de classe, etc. O indivíduo e não conjunto.

Então, já tínhamos caminhado para a construção do conselho da rádio comunitária. Faltava como manter-se esse sistema verticalizado horizontalizado, sem fins lucrativos, e manter-se, garantir-se que todos os cidadãos, todos os indivíduos tivessem participação nesse sistema. Para isso, deveria ter uma gestão pública, onde todos os cidadãos daquela localidade que estivesse servida por aquele sistema de telecomunicação tivessem o controle total sobre esse sistema, por meio das assembleias gerais daquela própria emissora; da filiação direta, onde cada cidadão tenha o direito de ir

lá e se filiar a essa emissora e participar dos seus destinos; de um conselho comunitário, onde pelo menos cinco segmentos da comunidade, que depois os técnicos transformaram em cinco entidades, participassem desse conselho comunitário, para se garantir a pluralidade, porque nós teríamos no mínimo cinco visões a respeito da qualidade, da estética ou da conformação daquela programação daquela emissora.

Então, isso foi o sustentáculo de um conceito de comunicação que resolvemos denominar de rádio comunitária, ressuscitando e recuperando, inclusive, o termo comunitário, que não é apenas o cabo eleitoral, que não é apenas aquele indicado, colocado em determinados pontos e que é chamado de líder comunitário. Recuperamos isso para a comunidade como um todo. Não para a comunidade evangélica, ou para a comunidade esquerdista, ou para a comunidade do Corinthians, mas para as comunidades, recuperando o termo "comunitário". Com isso, construímos um conceito que norteou a proposta do Movimento das Rádios Comunitárias na elaboração do projeto de lei apresentado por vários Deputados, atendendo a essas necessidades das rádios comunitárias.

Com a atuação explícita da ABERT dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, começaram a ser colocadas as restrições. Essas restrições foram muito bem levantadas pelo Sr. Emílio e pelo Dr. Paulo Fernando. Não há necessidade de as repetirmos. No entanto, ficaram mais explícitas quando derrubamos, no Congresso Nacional, dispositivos restritivos às emissoras comunitárias, e os técnicos do Ministério das Comunicações recuperaram essas matérias que derrubamos no debate democrático aqui nesta Casa. Foi uma proposta explícita da ABERT a questão dos mil metros, de um quilômetro de alcance, e nós debatemos, discutimos e derrubamos isso no Congresso, aberta e transparentemente. Depois, ficamos surpresos ao verificar que a regulamentação saiu novamente com a proposta de um quilômetro de alcance. Aquilo que derrubamos no Legislativo, o Executivo recuperou, tirando da gaveta e colocando na regulamentação. Isso é uma aberração. Considero isso um acinte a nós, cidadãos brasileiros.

Quando procuramos o Ministério para saber quais as razões e os critérios para a definição do Canal 200 – o Ministério das Comunicações já havia nos recebido várias vezes em audiência – nós, a Abraco, participamos aqui do debate com representantes de todos os segmentos interessados



sobre a questão das rádios comunitárias, não fomos instados a opinar sobre a questão do Canal 200. E disseram: "Mas foi feita a consulta pública". Entretanto, nem ficamos sabendo da consulta pública. Quando ficamos sabendo, já estava definido o Canal 200.

O Sr. Hamilton, do Ministério das Comunicações, nos falou: "Mas que aberração é essa?" Temos um Canal 200 que é fora do **dial** dos receptores comuns. O nosso ouvinte, o ouvinte lá do interior, que trabalha com rádio de tecnologia ainda de botão, do cordão para poder sintonizar, não tem como sintonizar o Canal 200. Por quê? Porque vai de 88 a 108 e o que é o Canal 200? É 87,8 a 88. Ou seja, fica entre as televisões, o Canal 6, que é a TV Manchete, e o 88,1, a primeira emissora que se consegue sintonizar nos receptores a que o nosso ouvinte, lá do interior, tem acesso.

Tiveram o desplante, e senti-me tão ofendido que divulguei isso para o Brasil todo, de dizer: "Mas não precisam se preocupar, porque fizemos uma ampla consulta e tudo foi feito de acordo com a ABERT". E eu disse: "Mas a ABERT é nossa inimiga. Estão querendo acabar conosco. Nós somos a Abraco; temos 23 Estados. O Ministério já nos conhece. Teremos de mandar fabricar um receptor exclusivo para montar a emissora e mandar fabricar os receptores para distribuir para a população das comunidades a fim de sintonizarem no Canal 200. Foi realmente um acinte e um desrespeito a um representante da comunidade brasileira na área de comunicação comunitária. Ele disse que não precisávamos nos preocupar, porque ele tinha a relação de quem fabricava ou fornecia esses receptores para distribuímos aos nossos ouvintes.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> a dificuldade e a falta de transparência do Poder Executivo na elaboração dessas regulamentações e na definição das restrições para as rádios comunitárias.

Quando foram elaborar a cartilha sobre as rádios comunitárias, fiquei sabendo, por uma jornalista que cobre o Ministério das Comunicações, que ela seria elaborada. Já tínhamos uma cartilha, que havíamos preparado. O próprio STF já havia concedido liminar em nosso favor e o STJ também já tinha reconhecido o nosso direito. Então, fiquei aguardando o contato do Ministério das Comunicações para organizar a cartilha sobre como montar as emissoras de rádios comunitárias. Para mim, foi uma surpresa quando ouvi, da referida jornalista, que já havia sido realizada uma reunião em Brasília com representantes da ABERT e da ABIRD –

Associação Brasileira de Indústria de Radiodifusão – para ordenar a mencionada cartilha. Destarte, buscou-se aquela Indústria, que agora está interessada em vender equipamentos para as rádios comunitárias para fazer tal cartilha. Inclusive, amigos e pessoas conhecidas que participaram dessa elaboração disseram-me que não se tratava de cartilha para ensinar a montar uma rádio comunitária, mas para orientar exatamente o oposto – ou seja, a não montá-la. É a cartilha do "não pode" – expressão muitas vezes utilizada –, cuja realização sequer foi objeto de consulta à Abraco. Sei que essa cartilha já está pronta e publicada.

Quando tomamos conhecimento disso em todo o Brasil – porque há entidades organizadas em 23 Estados e 4.500 emissoras filiadas à Asbrarco –, funcionávamos num escritório no Setor Comercial Sul. Um dia, ligaram para o meu celular, avisando que a Polícia Federal havia invadido o nosso escritório. Fui indiciado e o processo ainda está tramitando. Soube, então, que quem mandava na operação não era a Anatel, mas a própria Polícia Federal. Foi necessário afastar os canos das metralhadoras para entrar em nosso escritório da Asbrarco em Brasília. Quando fui à Polícia Federal fornecer esclarecimentos, na mesa do agente – isto é, o comandante da operação –, havia uma ordem de missão para que fosse averiguada no escritório na Asbrarco a relação das rádios comunitárias existentes no Brasil. A Anatel prestou-se ao serviço de dar cobertura a uma ação ilegal da Polícia Federal. Não se tratava de ação da referida Agência – na época, denominada Dentel\*. Era uma ordem de missão pedida pelo Superintendente da Polícia Federal em Brasília, que sequer fizeram questão de esconder.

Essa é a forma de repressão que as rádios comunitárias estão recebendo em todo o País. Hoje, ficamos sabendo também, pela **Folha de S. Paulo**, que a Anatel, ao invés de contribuir conosco – que estamos numa sociedade civil, trabalhando pela democratização dos meios de comunicação – no sentido de esclarecer às comunidades sobre o seu direito de comunicação, um direito inalienável e sagrado, está investindo R\$96 milhões na aquisição de equipamentos para repressão das rádios comunitárias, especificamente – como nos foi dito por alguém do Ministério das Comunicações – no que diz respeito às rádios clandestinas e às rádios-pirata. Se essa notícia é mentirosa, a responsabilidade é da fonte, que passou a matéria para a **Folha de S. Paulo**. Não podemos garantir a certeza de que essa informação é verdadeira, pois não há transparência

nas ações do Ministério das Comunicações e da Anatel. Há 4.500 emissoras filiadas no País e mais de 10 mil emissoras em funcionamento, mas não sabemos dizer quantas requereram à Anatel o canal para as rádios comunitárias.

Aqui, em Brasília, estou falando de Brasília, porque tenho escritório e atuo em Brasília, há emissoras que deram entrada em setembro do ano passado e até hoje não receberam nenhum comunicado ou informação sobre o andamento do seu processo.

Isso gera desconfiança, porque os interessados são muitos: cada emissora dessas emprega de oito a dez pessoas; são oito a dez pessoas empregadas na sua manutenção. São mais de 50 ou 60 mil pessoas envolvidas nesse processo. Então, começam a surgir oportunistas vendendo facilidades dentro do ministério, dentro da Anatel. Inclusive há propaganda, em televisão específica de propaganda, em que se dizem ex-engenheiro da Anatel, ex-fiscal da Anatel, ex-engenheiro do Ministério das Comunicações, e que podem, por R\$11 mil, pegar os dados e entregar a concessão em mãos. Isso acontece em todo Brasil. Em todos os lados por onde vamos, há essas coisas. Não tenho como dizer se esse tráfico de influência é concretizado ou se é propaganda enganosa. Mas a falta de transparência do Ministério e da Anatel em não transmitir para os interessados essas informações leva a essas atitudes ilícitas. Prefiro acreditá-las ilícitas.

Existem, hoje, várias denúncias para a Abraco de que deputados ligados ao circuito de poder federal estão também oferecendo para suas bases as facilidades de tramitação do processo no Ministério das Comunicações. Há um ano e três meses, houve a publicação da norma que limitou a 1 km o alcance da rádio comunitária. V. Ex<sup>as</sup> sabem quantas emissoras estão autorizadas? Nenhuma. Um ano e três meses! Quando foi aprovada a lei, já tínhamos 2.500 emissoras filiadas à Asbrarco. Apenas filiadas à Asbrarco! E somente as realmente comunitárias dentro desse conceito que construímos discutindo com a sociedade brasileira, sem contar aquelas que estão usando o termo sem ser realmente. Essas ligadas aos prefeitos, ao padre, ao poder econômico, a pessoas que querem apenas fazer publicidade não foram contabilizadas naquela época. E já tínhamos 2.500 emissoras filiadas à Asbrarco. E, hoje, um ano e três meses depois, mesmo o Presidente falando em cadeia nacional que ia liberar 100 emissoras mensalmente, até hoje nenhuma foi autorizada. Já chegou um primeiro lote ao Congresso Nacional. Vim

para a audiência da Comissão de Comunicação. Sabem quantos processos estavam para ser analisados por aquela Comissão? Onze. Isso cinco meses depois de o Presidente falar em rede nacional que ia liberar 100 emissoras por mês.

Então, hoje, a Anatel e o Ministério das Comunicações estão em débito com a Nação brasileira em relação ao que está faltando, porque o Presidente não pode mentir. E ele mentiu em rede nacional! Mentiu para a Nação brasileira que ia liberar 100 canais! Mentiu para a Nação brasileira ao falar que montar rede comunitária era crime, porque a própria Lei Geral de Telecomunicações, no seu artigo que cria a Anatel, quando fala da autorização de uso de rádio frequência, tem um parágrafo 2º dizendo que "independentemente de outorga: Item I – o uso de rádio frequência por meio de equipamentos de radiação restrita, definidas pela agência."

Então, a rádio comunitária é permitida pela própria lei que é usada pela Anatel. E agora quer reprimir, invadir as emissoras, indiciar, prender os companheiros que estão trabalhando em comunicação, os trabalhadores da comunicação comunitária, quando a lei diz que não precisa de autorização, que independe de outorga para funcionar?

Gostaria de ressaltar que o Executivo está sozinho nessa bandeira de defender esse sistema de comunicação que vem, desde o início, manipulando o País. Ele está sozinho, porque, mesmo conseguindo aprovar a PEC que abriu o sistema brasileiro de comunicações para o capital estrangeiro, temos o Ministério Público, que aprovou, no seu congresso nacional, em Recife, uma tese da Dr.<sup>a</sup> Rosemary, referente justamente a isso que acabei de relatar-lhes.

O Ministério Público, que vai dar parecer sobre o Judiciário, também entende que devemos observar os direitos individuais do cidadão e não o que está escrito nesses papéis, elaborados consoante os interesses de grupos está do nosso lado para defender o direito à democratização das comunicações.

Há também nesta Casa uma frente parlamentar, da qual fazem parte 134 membros, em defesa da radiodifusão comunitária. O Poder Judiciário e o Legislativo estão do lado da democratização dos meios de comunicação.

Tenho várias perguntas a fazer ao Dr. Renato Guerreiro, mas acredito que as indagações feitas já são suficientes para que ele tenha muito o que responder. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Agradeço a participação de todos os conferencistas.

Passo a palavra agora ao Senador Geraldo Cândido, que foi quem propôs a realização desta reunião.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Senador Pedro Simon, Dr. Paulo Fernando Silveira, Dr. Renato Guerreiro, companheiros Emmanoel Magalhães, presidente da Rádio Ar Livre, e José Sotter, presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, em primeiro lugar, peço-lhes desculpas pelo atraso, enfrentei dificuldades para chegar aqui, porque hoje tivemos uma sessão um tanto tumultuada, com vinte matérias a serem votadas – geralmente, há sete ou oito. O Senador Pedro Simon sabe que hoje foi votado um grande número de matérias polêmicas, como o projeto do Governo referente à Previdência Social, repudiado por nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Perdi meu salário por não estar presente.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Ele retirou-se do plenário antes da votação nominal e será punido com sanção administrativa pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães.

Enfim, cheguei atrasado e não ouvi a exposição inicial do Dr. Renato Guerreiro. Ouvi, porém, a do Dr. Paulo Silveira, a quem parabeno, primeiro, por ter-se colocado à nossa disposição, vindo de Uberaba para participar desta audiência pública. Sei que, embora tenha múltiplas atividades e responsabilidades próprias de juiz, abriu mão de suas tarefas para vir aqui dar uma grande contribuição. Parabeno o Dr. Paulo por sua brilhante exposição. S. Ex<sup>a</sup> demonstrou que temos um aliado importante nessa luta pela democracia, pelo direito à comunicação, que o nosso povo merece, mas que realmente está sendo cerceado – não sei se por equívoco, má vontade ou má-fé do Governo, que tem assumido uma posição muito dura quanto às rádios comunitárias.

Por exemplo, no meu Estado, o Rio de Janeiro o companheiro é de lá também, temos recebido muitas denúncias de atitudes arbitrárias da Polícia Federal e da Anatel no fechamento de rádios comunitárias. A questão não se restringe apenas ao fechamento, abrange também a violência cometida contra os proprietários da rádio, como prisão, confisco dos equipamentos e processo judicial. É lamentável que a Polícia Federal esteja sendo utilizada para essa finalidade. Há no nosso país milhares de coisas muito mais importantes das quais a

Polícia poderia incumbir-se, como o combate às drogas? Por que não utilizar para combater contrabando de armas no nosso País? Como é que os narcotraficantes podem apresentar armas sofisticadas, moderníssimas, que nem são fabricadas no Brasil? Isso é sinal de que as armas passam por nossas fronteiras e vão para as mãos do traficantes para cometer assaltos, seqüestros e colocar a polícia para correr. É, eles põem a polícia para correr nos morros e nas favelas, com armas sofisticadíssimas.

Portanto, a nossa Polícia Federal está sendo utilizada para outra finalidade: prender trabalhadores pacíficos, ordeiros, que têm uma pequena rádio com a qual tentam se comunicar com a sua comunidade e com a população e que ajuda até na educação. E eles são presos como se fossem marginais. Está aí o companheiro que está sob custódia, como se fosse um criminoso, pois tem que se apresentar na polícia freqüentemente. E qual o crime que ele cometeu? Operar uma rádio comunitária? Isso é imaginação. E a nossa Constituição? Ele está sendo processado como se fosse um criminoso, ele está como se estivesse em liberdade condicional ou coisa parecida. Ele está liberto, mas tem que ir à polícia freqüentemente se apresentar.

O companheiro Sotter fez aqui algumas denúncias que me parecem graves. Primeiro, ele se referiu a uma notícia no jornal sobre uma verba no valor de mais de R\$90 milhões – mais de US\$40 milhões – para aparelhar a Polícia Federal para combater a rádio comunitária. Então, repito o que disse anteriormente: em vez de esse recurso ser utilizado para combater o narcotráfico, ele é utilizado para armar a grande repressão à rádio comunitária. É muito grave esse tipo de coisa.

E ele falou outra coisa que também é grave. Essa propaganda, enfim, pode ser uma coisa que fuge ao controle da Anatel, mas pessoas que estiveram de certa forma vinculadas à Anatel ou não – não sei como é a história – estão oferecendo concessão de canais de rádio comunitária às pessoas. Essa denúncia deve ser apurada pela Anatel. Espero que o Dr. Renato Guerreiro faça realmente uma apuração desse fato, para que isso não continue acontecendo, pois é extremamente grave.

Gostaria de fazer também algumas perguntas. Como eu e o Senador Pedro Simon somos os únicos Senadores aqui, não vai demorar muito tempo.

A primeira pergunta é para o Dr. Renato Guerreiro. Diz o Título nº 5º da Lei nº 9.472/97, Lei Geral de Telecomunicações: “Compete à Anatel a



administração do espectro eletromagnético, a locação das radiofrequências para os diversos serviços de telecomunicações”.

V. S.<sup>a</sup> podia informar a esta Subcomissão como se dá esse processo? Quais os critérios usados para a distribuição? Em que são baseados? Até que ponto os aspectos técnicos prevalecem sobre o interesse social envolvido na execução do serviço? Ainda com relação às radiofrequências, V. S.<sup>a</sup> poderia informar qual a quantidade de frequências anualmente atribuída ao Plano Nacional de Distribuição de Canais para uso de radiodifusão comunitária? Qual a proporção entre a quantidade reservada para radiodifusão comercial em frequência modulada e a reservada para a radiodifusão comunitária?

2) O art. 5º da Lei nº 9.612/98, lei da radiodifusão comunitária, estabelece que o Poder Público designará uma frequência única para todo o País para uso da emissora autorizada a executar serviço de radiodifusão comunitária. Segundo estou informado, a frequência deverá ser o Canal 200, portanto fora da faixa de 88 a 108 megahertz, normalmente utilizado pela rádio que opera em FM.

V. S.<sup>a</sup> poderia explicar a razão da alocação das frequências? Dr. Renato, não ouvi a sua explanação inicial, mas pode haver algumas coisas repetidas.

Pergunta também para o Dr. Renato. Segundo algumas interpretações, a norma que regulamentou o serviço de radiodifusão comunitária se restringe à instalação de emissora comunitária apenas a “áreas urbanas”. Qual o entendimento oficial da Anatel com relação a esse dispositivo? Agrovilas, povoados, assentamentos são considerados pela agência como áreas rurais? Se for essa a interpretação do Governo, qual a razão para essa restrição?

Pergunta para o Presidente da Abrasco, Dr. José Luiz do Nascimento Sotter. Diante de tantas CPI, qual a sua opinião em relação a associações que estão com mensagens para serem homologadas, tramitando no Congresso Nacional e que estão em poder de pessoas envolvidas em corrupção e em rota do narcotráfico?

Pergunta ao Dr. Paulo. Como garantir juridicamente que Prefeitos, Deputados, Senadores etc, não tenham controle e participação na condução de rádios comunitárias, uma vez que existem rádios comerciais controladas por eles?

Faço outra pergunta ao Dr. Paulo e ao Dr. Renato. Quase todas as rádios comunitárias são lacradas sem qualquer ordem judicial. No art. 5º, LIV, da Constituição Federal diz, textualmente:

”Art. 5º.....

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

O LAV é legal ou ilegal? É a pergunta que faço ao Dr. Renato e Dr. Paulo Silveira. A pergunta é para os três: o Presidente da Abrasco, o Presidente da Anatel e o Dr. Paulo.

Existem no Ministério das Comunicações milhares de requerimentos tramitando. Não se sabe de que forma são analisados e quais os critérios para se chegar a uma avaliação final. Não seria desnecessária e burocrática, com sérios prejuízos para a comunidade, a homologação da autorização pelo Congresso Nacional?

Qual a opinião do Presidente da Abrasco sobre a morosidade na tramitação dos processos e requerimentos para a Rádio Comunitária que estão no MiniCom, já que os mesmos critérios não são adotados para as rádios comerciais? Os processos das rádios comerciais são constantemente aprovados rapidamente pelo Congresso, enquanto os das comunitárias ficam aguardando a boa vontade política dos congressistas.”

Só que as comunitárias não passam por aqui. Essa pergunta não cabe.

”Pergunta ao Dr. Renato Guerreiro. Sabemos que existem privilégios. Por que o processo de concessão não segue o previsto na lei? Ou seja, quando mais de uma entidade tiver interesse em um canal de radiodifusão comunitária, elas serão consultadas antes que saia a liberação do canal para uma delas.”

Aqui há um exemplo:

”Na cidade de Bom Jesus, no Rio Grande do Norte, duas entidades pleitearam a concessão e uma ganhou. A outra não recebeu sequer comunicação por parte do órgão responsável.”

Pergunta ao Dr. Renato Guerreiro.

”A Lei nº 9.612 fere o federalismo na medida em que o interesse local não pode ser invadido pela lei federal. O controle das rádios comunitárias deveria ser de competência dos municípios. A Lei nº 9.612 é tendenciosa e suspeita, pois protege as rádios comerciais em detrimento das comunitárias, que não têm o mesmo direito de proteção contra interferência.

Perguntamos ao Presidente da Anatel: por que o MiniCom vem burlando a Lei ao deixar de publicar no Diário Oficial da União os chamamentos para apresentação de projetos técnicos e oficiando-os diretamente aos interessados.

Pergunta ao Dr. Renato Guerreiro. Que garantia à Anatel nos dá de que, para o licenciamento, serão observados critérios objetivos e não apadrinhamento

político? Por que a Anatel não estabelece uma trégua no processo de fechamento das rádios comunitárias até que consiga responder a demanda dos já protocolados.

Soubemos que existe uma quantidade imensa de processos no Ministério das Comunicações relativos a solicitações de concessão de rádios comunitárias, e parece que a Anatel iria liberar uma série de 100 processos por mês. Quantos são exatamente os processos que existem e qual a intenção do Ministério em termos de liberação? Há alguma previsão de liberação e quantos seriam liberados a partir de decisão do Ministério e da Anatel?

Sempre recebo telefonemas, **e-mails**, fac-símiles e, quando vou ao Rio de Janeiro, as pessoas nas comunidades indagam-me sobre a liberação das rádios comunitárias, se não serão liberadas nunca. Nem a associação de moradores, nem a igreja, nem ninguém consegue ter uma resposta.

Gostaria, se fosse possível, Sr. Renato, que nos desse uma previsão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Disseram-me que é a primeira vez que o Presidente da Anatel comparece a esta Casa. Fico satisfeito e agradeço ao Sr. Renato Navarro Guerreiro a gentileza de ter aceito o nosso convite, visto que tinha uma série de compromissos e que considerou prioritária a sua presença na Comissão neste momento.

S. Ex<sup>a</sup> foi um dos primeiros convidados, porque pretendemos discutir – é o que estamos fazendo – para, depois, aparecermos publicamente apresentando nossas propostas e idéias. O debate é necessário. Agradeço a presença de todos.

Se houve um equívoco, o Congresso é o responsável, por se tratar de uma lei do Congresso. Se alterações precisam ser feitas – e fiquei muito preocupado com elas –, vamos ver se V. S<sup>a</sup> nos ajuda a colocar no lugar algumas idéias. Se houve pressão, ela foi feita sobre o Congresso; e se a lei está equivocada, o Congresso é o responsável.

Entre as responsabilidades que têm o Congresso ao fazer uma legislação que muda toda a realidade do sistema, não haveria um espaço previsto para adaptação, um período que houvesse a possibilidade de adaptação? Cria-se a lei e ela deve ser cumprida, mudando todo o hábito, tradição e causando algumas confusões. O Senado e a Câmara talvez tenham-se equivocado ao não determinarem um espaço para que as adaptações fossem feitas?

Concedo a palavra ao Sr. Renato Navarro Guerreiro.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Na verdade, desde o tempo do Ministério das Comunicações e mesmo na Anatel, jamais me neguei a comparecer ao Congresso Nacional, em hipótese alguma. Aceitei comparecer como convidado porque há uma regra que diz que não posso ser convocado, mas não é preciso que ela exista nem é necessário que me mandem carta. Basta me telefonarem dizendo que precisam que virei, pois tenho um orgulho muito grande de comparecer ao Parlamento para, sempre que necessário, prestar esclarecimentos.

Esta não foi a primeira vez realmente que me chamaram; e todas as vezes em que fui chamado, solicitado, sempre compareci. Jamais me neguei a comparecer. Se não compareci – para conhecimento do ilustre Presidente da Associação – é porque talvez não tenhamos coincidido a agenda. No entanto, jamais me neguei a debater essas questões. E V. Ex<sup>a</sup> sabe que, quando estávamos no Ministério das Comunicações, recebíamos as associações e debatíamos o assunto.

Senador, é muito difícil para mim avaliar se houve equívoco do Congresso Nacional, ao aprovar a lei. Na realidade, é uma lei que causa uma polêmica muito grande, porque as visões são absolutamente conflitantes, ortogonais, não colidem. O Dr. Paulo Fernando já falou uma série de problemas que imagina que possa estar existindo na legislação. De outro lado, uma boa parcela do Judiciário, inclusive, tem-se manifestado de forma absolutamente contrária àquilo que S. S<sup>a</sup> entende como razoável.

Eu penso que o poder adequado para avaliar essa questão – e, de certa forma, já até antecipo algumas respostas que daria ao Dr. Paulo – é, na realidade, o próprio Judiciário, que tem de examinar se a lei é própria, inconstitucional, se fere princípios e direitos.

A primeira questão que se tem de levantar é a necessidade de valorização do papel do Judiciário, porque é um Poder importante. Ele próprio precisa exercitar-se para ser valorizado.

Então, se há a opinião de que a lei é inconstitucional, de que ela fere alguns princípios básicos da cidadania, penso que o Poder correto ao qual deve ser levada essa questão é o Judiciário, para que ele dê a interpretação cabível. A ele cabe interpretar a Constituição e as leis.

Então, não nos cabe fazer esse tipo de exame, não nos cabe fazer nenhum tipo de crítica a isso. Apenas entendemos que os Poderes são absolutamente independentes.

Como cidadão, jamais nos negamos, na Anatel, a cumprir qualquer decisão do Judiciário. Entendo que decisão do Judiciário não se discute, cumpre-se. Cumprimos todas as determinações do Judiciário, inclusive as liminares que são concedidas com relação à radiodifusão comunitária. E, quanto à interpretação da lei, nós a entendemos correta. É nosso entendimento que só o Judiciário pode decidir. Nós recorremos, sempre que possível, nas instâncias do Judiciário, para que essa questão seja resolvida.

Então, não vejo nenhum demérito na minha avaliação do Judiciário. Ao contrário, considero que ele tem sido valorizado, pelo menos no relacionamento que a Anatel tem mantido com todos os operadores, indistintamente, no setor de telecomunicações.

Com relação às questões do Senador Geraldo Cândido, primeiro, muito obrigado pelo convite, Senador. Sempre que necessário estamos à disposição.

Com relação à administração de espectros, cheguei a abordar aqui – infelizmente V. Ex<sup>a</sup> chegou depois –, que o espectro é um bem limitado, restrito. A utilização do espectro radioelétrico no mundo segue alguns níveis que eu, talvez até impropriamente, chamaria de “hierarquia de regulamentações”. Há, primeiro, um órgão internacional ligado à ONU, que é a União Internacional de Telecomunicações, onde há um **bureau** de radiofrequência, uma diretoria de radiofrequência, que faz os estudos maiores sobre a distribuição da radiofrequência no mundo. Divide o mundo em algumas regiões, e o Brasil pertence a uma que denominamos apenas de Região 2, que abrange todo o continente americano. E, dentro dessas regiões, o **bureau** estabelece, em convenções internacionais – que o Brasil, por decreto legislativo, tem apoiado até então –, as utilizações básicas, preliminares ou principais, primárias ou secundárias, que devem ser dadas a cada pedaço da faixa do espectro. E para isso há uma série de razões, inclusive a de tornar os equipamentos, de uma maneira geral, mais baratos para toda a sociedade, porque se adquire uma certa escala de produção de equipamentos, o que facilita. Seria muito difícil se o Brasil quisesse usar uma determinada faixa para um serviço e um outro país para outro, não haveria escala que propiciasse uma redução de custo.

Assim, o primeiro critério é basicamente este: utilizar a destinação das frequências da UIT para a Região 2 e trabalhar em cima dessa destinação pelos serviços que são caracterizados. Os critérios são baseados em princípios técnicos de possibilidade e

de capacidade de uso otimizado do espectro. Certamente que os aspectos técnicos não se sobrepõem ao interesse social, até porque, na realidade, o que determina a destinação de uma faixa de espectro para um determinado tipo de aplicação é a existência de interesse da sociedade de que aquela aplicação exista. Se não existir, não faz sentido destinar um pedaço de espectro a algo a que a sociedade não possui interesse.

Com relação aos canais de radiodifusão comunitária, V. Ex<sup>a</sup> perguntou e mostrei que já existem, no plano de referência da radiodifusão comunitária, 2.253 canais atribuídos para 2.253 localidades. E estamos em consulta pública com mais 661 localidades, o que dá cerca de 2.900 localidades.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou a relação entre a radiocon e a FM convencional. Há atualmente atribuídos no Brasil, no plano básico de FM, canais para cerca de 5 mil localidades, dos quais, vale a pena destacar, incluímos no plano básico de radiodifusão, este ano, mais 3 mil canais exatamente para 3 mil novas localidades onde não existia canal previsto até então. Assim, em praticamente cada município brasileiro, há a previsão de pelo menos um canal de radio FM. E já teremos, para a radiodifusão comunitária, cerca de 3 mil localidades. Isso vem avançando e o objetivo é o de fazer com que cresça na medida das necessidades e que não fique esperando que haja pedidos para todas. É um processo que aumenta à medida que vamos concluindo as consultas públicas feitas.

O Poder Público, na lei, estabeleceu o Canal 200, a razão da alocação das frequências. O Canal 200 é um canal previsto no plano básico de radiodifusão, antes da comunitária, já existia. Não foi previsto, não foi pedido ou não foi criado nenhum canal novo. Já fazia parte dos cem canais que estão disponíveis para uso em radio em frequência modulada. Simplesmente o Canal 200 foi escolhido porque possui maior liberação em todo o País. Existem regiões onde a concentração de rádios é muito grande, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, e não há canais disponíveis. Era necessário utilizar um canal que pudesse ser repetido pelo maior número de localidades possíveis. Portanto, escolhemos o Canal 200, que permitia esse tipo de operação.

Isso foi colocado em consulta pública, e as pessoas se manifestaram. Não precisa nem ler o **Diário Oficial**, pois a Anatel possui um **site** permanentemente aberto que as pessoas podem acessar, se não de suas casas, de qualquer escritório da agência. Instituímos a sala do cidadão. Quem não



tem condições de na sua casa ou trabalho consultar o **site** da Anatel para verificar o que está em consulta pública pode se dirigir até o escritório da Anatel de sua cidade e lá encontrará um computador à sua disposição, um monitor que mostra tudo o que está em consulta pública e o que está sendo debatido. Portanto, refuto e recuso a pecha de que as coisas não são feitas com transparência na Anatel. É uma absoluta inverdade. Pode ser que as pessoas não estejam acompanhando devidamente o que está ocorrendo. Mas mesmo que não consultem o **site**, podem se dirigir à biblioteca da agência. Especialmente o Presidente, se não tiver condições de fazê-lo no escritório, pode ir à Anatel que há uma biblioteca onde pode consultar tudo o que a empresa coloca em consulta pública e efetivado.

Não há restrição de áreas, agrovilas, etc.. Em qualquer tipo de comunidade, qualquer tipo de localidade onde haja algum tipo de interesse, pode ser instalada uma emissora de rádio comunitária ou não, desde que haja interesse de que isso ocorra. Quase todas são lacradas sem ordem judicial. O lacre é legal ou ilegal?

Já disse que a posição aceita por uma parcela importante do Poder Judiciário brasileiro é a de que o lacre, a interrupção da prestação de serviços, pode ser feito antes do processo penal. A própria lei estabelece isso, embora, como disse o Dr. Paulo, seja uma lei do período da ditadura, mas não me cabe julgar. Simplesmente, no meu país existe essa lei e sendo lei do meu país tenho que respeitá-la, independentemente de quem tenha sido o autor ou elaborador dela.

Se o Congresso Nacional entender que uma lei ou um decreto-lei, que tem força de lei, da época da ditadura não deve valer, tem todo o poder para revogar, e a democracia é isso. Então, enquanto não for revogada, não me cabe julgar se, por ser do período "a" ou do período "b", deve ser revogada.

Felizmente, a Consolidação das Leis do Trabalho, que é do período Vargas, ainda não foi revogada. Como todos sabem, ela está beneficiando de alguma forma a sociedade. Talvez precise de alguma coisa. Mas foi de um período de ditadura, no entanto estamos usufruindo dela naquilo que tem de bom.

Entendemos que, para efeitos da lacração, pode, liminarmente, proceder-se à busca e apreensão da estação ou do equipamento ilegal.

Na realidade, houve também um comentário, e faço a conexão dele com esse. A Anatel tem uma questão No Supremo tramita uma ação, cujo mérito ainda não foi julgado, suscitando uma

inconstitucionalidade com relação à possibilidade de a Anatel apreender equipamentos.

Como o Supremo concedeu – desculpem-me se estiver usando o termo incorreto – uma liminar com relação a esse assunto antes de julgar o mérito, nós na Anatel não fazemos a apreensão do equipamento, daí por que a necessidade de levar à Polícia Federal, porque não há contestação de que a Polícia Federal tenha capacidade para fazê-lo. E a Polícia Federal também entende, senão não faria isso, que o crime de radiação, de radiofrequência no Brasil é um crime federal, daí por que atua na apreensão.

O que a Anatel pode fazer – e faz – é o lacre, baseado nesse outro artigo do Decreto-Lei nº 236.

Existe no Ministério das Comunicações pedido tramitando, sem conhecer os critérios. Como disse aqui – e acho que há uma grande confusão –, a Anatel tem uma atuação na questão da radiodifusão específica, definida por lei, e entre essas responsabilidades, a única responsabilidade excluída da competência da Anatel é a outorga de radiodifusão, tanto comunitária quanto comercial ou qualquer outro tipo de emissora de radiodifusão tanto sonora quanto de sons e imagens.

O processo de outorga não tramita na Anatel, exceto por aquilo que fazemos por acordo com o Ministério das Comunicações, para facilitar a vida do cidadão. Recepcionamos os pedidos quando são feitos nos escritórios da Anatel. Recebemos, mas eles simplesmente são encaminhados ao Ministério das Comunicações. Só tomamos conhecimento do processo quando é expedido o ato de autorização pelo Ministério. Portanto, não saberia dizer quantos processos hoje tramitam no Ministério, nem quais os critérios. Tenho razões absolutamente seguras de acreditar e de confiar que são os critérios estabelecidos na lei.

Passar pelo Congresso seria desnecessário e burocrático? Talvez até possamos entender que seja, mas a Constituição, nossa Lei Magna, estabelece que o Congresso é que tem o poder de referendar todas as outorgas de radiodifusão.

Pode-se achar que é um erro, um exagero, um absurdo o Congresso Nacional se envolver em uma coisa tão pequena, mas os nossos congressistas, especificamente os nossos constituintes decidiram assim.

Penso que a questão mais importante do processo da democracia é viver a democracia com as regras que lhe são colocadas. Pode ser que precise de mudanças, mas penso que quando há mudanças a ação que deve ser feita é mudar e não infringir a

regra constitucional ou legal simplesmente porque discordamos dela. Isso, a meu ver, não é um exercício da boa democracia. Acho que o Parlamento, especialmente esta Casa, tem-se mostrado sensível, aliás, a própria manifestação do Senador aqui já mostra uma preocupação de que realmente estão sendo colocadas questões que podem suscitar uma reflexão do Congresso Nacional sobre essa legislação que foi feita. Se ela for considerada inadequada, deve ser mudada, e todos vamos cumpri-la. Penso que esse é o princípio da democracia.

Existem privilégios porque não seguem a lei.

Já respondi, dizendo que na realidade tenho razões absolutamente seguras para acreditar que todos os princípios estão sendo pautados pelos princípios não só constitucionais da impessoalidade, da legalidade, da transparência, da publicidade, como também dos princípios da própria lei que estabeleceu isso e dos regulamentos que vieram depois dela.

A Lei nº 9.612 fere o federalismo.

Creio que é uma questão que vale a pena ser suscitada, mas no Supremo. Se ela está ferindo a Constituição, não me cabe, absolutamente, por uma impressão ou por uma crença pessoal que eu possa ter, deixar de cumpri-la porque suponho que ela fere o federalismo. Se há uma convicção, se há um convencimento, se há argumentos que permitem considerar que a lei fere, há no Judiciário brasileiro uma hierarquia; ao Supremo cabe avaliar se fere ou não. Não nos cabe, na Anatel, discutir isso. Recebemos uma lei para cumpri-la e vamos cumpri-la de acordo com o que determina a legislação aprovada pelo Congresso Nacional.

Quais as garantias de que, no licenciamento, não haverá apadrinhamento?

Aqui, talvez, ao dizer licenciamento, V. Exª tenha pensado na palavra outorga, concessão, porque licenciamento é um termo técnico para, quando a estação está pronta, conceder o alvará. E isso é feito pela agência, mas, quanto à outorga, de certa forma, já lhe respondi.

Trégua, com relação a rádios comunitárias.

Temos procurado, Senador, dentro de tudo que a legislação nos permite, não nos tornarmos obsessivos perseguidores da radiodifusão comunitária. Isso V. Exª pode ter absoluta certeza. O que não fazemos, por uma responsabilidade legal, é ignorar denúncias que são formuladas. Aí a responsabilidade legal é nossa. Na medida em que é feita perante a Anatel uma denúncia de que há uma emissão qualquer – e não só de rádio comunitária –

de rádio e de frequência irregular, não podemos, por entendermos que a lei nos impõe essa obrigação, olvidar ou deixar tal denúncia de lado. Temos, sob pena de responsabilidade, de ir atrás do que foi denunciado. Mas posso lhe dizer que não há absolutamente nenhuma obsessão da fiscalização da agência de sair catando rádio comunitária. Temos muitas outras responsabilidades, muitas outras questões que são levadas para a nossa fiscalização, que temos feito na radiodifusão comunitária uma ação muito mais dirigida pelas denúncias formuladas, as quais não podemos esquecer.

Com relação às questões que o Sr. Paulo Silveira expôs, de certa forma já respondi algumas, quanto à inconstitucionalidade da lei e à divisão dos Poderes, a Constituição usurpou competências; o ônus inviabiliza as rádios comunitárias. Fiz a apresentação, são dois valores cobrados por uma rádio comunitária: R\$20 e R\$200. Depois há uma taxa anual de R\$100. Uma rádio, para ser instalada, deve envolver recursos da ordem de R\$3 mil, R\$4 mil, R\$5 mil. Portanto, não são R\$100 ou R\$20 que inviabilizam a instalação das rádios, absolutamente.

Sobre os artigos 221 e 223 da Constituição Federal, volto a dizer: são artigos da Constituição e não me cabe discutir as leis, muito menos a Constituição. As rádios dependem de relevo, é evidente que a gente sabe disso, é absolutamente conhecido, e me permito nem avançar nesta questão, porque não é o caso de discutirmos questões técnicas aqui. Mas, felizmente, temos profissionais que entendem do assunto e sabem que esse é um fator importante. Não podemos acatar só porque existe lei federal, foi uma palavra usada por um juiz. E me assusto, quando um juiz diz uma coisa dessa. Perdoe-me, Dr. Paulo Fernando, mas, como cidadão, independente de ser Presidente da Anatel, é realmente assustador ouvir um juiz do meu País dizer que não podemos acatar algo só porque existe uma lei federal. A lei precisa ser cumprida. Não podemos achar que estamos acima dela.

O decreto-lei é do tempo da Ditadura já respondi. Lacrar é criminoso, conforme o art. 70. Nós achamos que não. O poder competente para fazer a avaliação é o Poder Judiciário. O Congresso Nacional cuida de miudezas, e entendo que terá que passar pelo Congresso Nacional, por exemplo, a ratificação das outorgas. É possível que seja, mas a Constituição determina dessa forma.

A escuridão medieval por causa da lei. V. Exª talvez pode estar coberto de razão, mas, volto a dizer, para nós, a lei não é para ser discutida; é para ser cumprida. A discussão cabe ao Judiciário. Nos

Estados Unidos e não conheço, o presidente não têm o poder de legislar. Já a Constituição do Brasil dá ao Presidente da República o poder de legislar. A situação do Presidente do Executivo do Brasil é diferente da do presidente de lá. Pode ser que a nossa Constituição não esteja correta, mas não me cabe discutir isso. Não estou dizendo que ela esteja.

Quanto aos 25 watts e aos 1000 metros, devo dizer que foram decisões burocráticas. Realmente são, e acho que burocrata não necessariamente seja um atributo pejorativo de quem presta serviço para o País e dá o melhor do seu esforço para a sociedade brasileira. Pode ser que não acerte sempre, mas, pelo menos, uma boa parte deles, que aprendi a respeitar, tenta fazer da melhor forma possível. Cometer erros todos nós cometemos. Só não comete erros quem não tenta fazer algo.

O Executivo criou as Agências. Permitam-me discordar: não foi o Executivo, mas o Legislativo que criou as agências. Pelo menos, a Anatel foi criada pelo Legislativo e os poderes a ela atribuídos o foram por lei, e não pelo Executivo.

O art. 22 – suspeita de inconstitucionalidade. Também não me cabe discutir. O Supremo Tribunal Federal negou poder de apreender e não de lacrar. Já esclareci que a liminar foi concedida no sentido de não podermos apreender, e não estamos apreendendo. Daí por que, quando há necessidade de apreensão, a Polícia Federal nos acompanha.

É direito de todo cidadão postular a anulação de uma lei. Esse exercício não pode ser cerceado. Se ela for anulada, vamos cumprir a lei que a substituir.

O cálculo circular está errado. Tenho consciência de que o cálculo circular não é correto, mas, nos quase 5 mil municípios brasileiros, dificilmente, teremos profissionais que possam fazer projetos de telecomunicações, considerando todas as características técnicas que V. Ex<sup>a</sup> tão bem colocou. Há condutividade de solo, problema de relevo, uma série de questões que precisam ser colocadas, como a existência de túneis de propagação que acontecem na atmosfera. Quer dizer, é uma série de considerações técnicas para as quais não há profissionais em todo o País. Nem imaginamos que seja o cálculo correto. Apenas como uma referência e uma primeira aproximação, não está de todo errado se V. Ex<sup>a</sup> observar a maioria dos contornos que acontecem, tirando aqueles casos efetivamente em que há obstáculos gigantesco ou efetivos, a propagação se dá praticamente numa mesma proporção.

Pelo fato de o nosso País ter uma região plana que suplanta as regiões de perfil elevado, uma primeira aproximação é válida para simplificar, mas sempre que é exigido um cálculo mais detalhado temos mecanismos, perfis de todo o território brasileiro digitalizados. Eu acho que poucas municipalidades teriam condições de dispor de um recurso desses, até porque é um recurso muito caro. Permita-me discordar quanto ao avião, porque ele não é uma caixa fechada. Tanto não é que se comunica com a torre e com os outros aviões. Ele é efetivamente uma caixa fechada, mas suas antenas ficam do lado de fora e a interferência se dá através dos sistemas de captação do avião, que são as antenas que ficam do lado de fora.

O Sr. Emmanuel Emir Alcântara Magalhães, da Rádio Ar Livre, publicidade e apoio cultural é a disposição que se colocou na lei. Há a questão do apoio cultural na lei.

**O SR. EMMANUEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – A lei não diz que é obrigatório.

**O SR. RENATO NAVARRO GURREIRO** – Há também interpretações no sentido de que, se a lei quisesse dispor o que é comercial ela disporia, até porque, segundo o que se entende, a lei não omite ou explicita palavras se não tiver um objetivo específico a ser atingido. Essa é uma questão que cabe até uma regulamentação que é feita não pela Anatel. Eu queria mais uma vez separar isso, ou seja, a Anatel não se envolve na questão da regulamentação do conteúdo do processo de outorga, não só do mecanismo, do processo das coisas, como também da própria expedição da outorga. Essa questão de conteúdo pode suscitar uma discussão que eu acho até que não se pode encerrar aqui, merece ser debatida.

Quanto à questão da falta de transparência, eu me permito discordar no caso do Agência, pois todos os seus processos são absolutamente transparentes. Não há ato da Anatel, até hoje, que não seja de conhecimento e absolutamente aberto ao público. Não é preciso nem ir até a Anatel. Pode-se ir ao **site** da Anatel e consultar tudo, inclusive processos que estejam tramitando na Agência. É possível entrar no **site** da Anatel e saber exatamente onde o processo tramitou, em que dia entrou numa área, em que dia saiu e onde está naquele exato dia, fora toda a regulamentação e todas as outras questões que são colocadas publicamente.

**O SR. EMMANUEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – Com relação à solicitação de informação que fizemos ao Ministério, nós podemos



reiterar essa solicitação de novo pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e será possível termos a resposta que gostaríamos?

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Eu queria assinalar que a Agência, da forma como foi concebida na lei tem, uma independência, uma desvinculação, vamos dizer assim, formal do Ministério das Comunicações. A vinculação é apenas para efeitos administrativos. Assim, não temos nenhum tipo de ação direta no Ministério das Comunicações.

**O SR. EMMANUEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – Mas isso foi solicitado à Anatel.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Mas se as perguntas que o senhor tiver feito à Anatel não tiverem sido respondidas, então há algo errado na Agência. Elas deveriam ter sido respondidas.

**O SR. EMMANUEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – Não foram.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Por favor, gostaria de saber quais foram as perguntas feitas à Agência. Não se esqueça, porém, de que a Agência não responde sobre solicitações quaisquer de licenças, de outorgas, de processo, de avaliação. Essas questões são tratadas diretamente com o Ministério das Comunicações. O que nós fazemos é repassá-las ao Ministério, mas nem administramos as respostas que são dadas.

Por favor, gostaria que as perguntas relativas à Anatel me fossem passadas, porque elas deveriam ter sido respondidas.

Com relação à Rocinha – só 1 quilômetro –, na realidade o que se pensou – imagino que seja esse o espírito – é que não precisaria ter apenas uma rádio lá, mas quatro ou cinco. Não há necessidade de uma só rádio para cobrir uma mesma região. A idéia é que possam proliferar as rádios comunitárias no maior número possível e não uma única rádio para cobrir determinado bairro ou determinada região.

V. S<sup>a</sup> falou em esclarecimentos, nas dificuldades de se obter informações, que as pessoas são presas, referiu-se a violência e a processo – eu já abordei essas questões de certa forma. Disse também que a regulamentação não acompanha a lei. Eu acho que se isso acontece é uma ilegalidade e uma ilegalidade tem que ser apreciada pelo Judiciário, que tem dado liminares para aquilo que tem entendido que não acompanha a lei. Nós temos recorrido com relação àquilo que nos caber e temos cassado as liminares. Quer dizer, é um processo que está em evolução e em determinado momento vai-se criar uma jurisprudência no País sobre o assunto. Sobre a

primeira vez em que o Executivo vem discutir no Congresso já respondi. Não conheço o trabalho do debate no País. Acho que é importante, acho que é com a sociedade que se constrói, o monopólio das comunicações ainda é praticado, é verticalizado. Na realidade, não só na radiodifusão, mas, por exemplo, em outros serviços de comunicação de massa, tem sido uma política diversificar a propriedade e o poder da informação. Hoje, por exemplo, já temos, num serviço que é administrado pela Anatel, em que havia certa preponderância de dois grupos empresariais brasileiros, que é o serviço de televisão por assinatura, uma quantidade enorme de operadores espalhados no País inteiro. Temos trabalhado muito intensamente, inclusive, nos nossos editais, tiramos pontos dos que já são operadores de serviço de comunicação de massa, até para poder dar uma pontuação maior àqueles que ainda não tem. A atuação da ABERT na Câmara foi explícita. Na realidade, foi na Câmara que o projeto foi discutido. Foram as forças de pressão na Câmara que levaram à formulação desse projeto. Não sei exatamente quais as restrições que foram derrubadas no Congresso e recuperadas na regulamentação, mas entendo que se há disposições na regulamentação que ultrapassam os limites estabelecidos na lei e fica caracterizado efetivamente uma ilegalidade, isso tem que ser corrigido. Não tenho dúvidas de que essa posição é correta e acho que o Judiciário é que deve. O Ministério das Comunicações recebeu várias vezes em audiência... Bom, isso é um reconhecimento de que a consulta pública do Canal 200 o Senhor não soube. Sinto muito, na realidade. Ela é pública, não só no **Diário Oficial** como também na Internet. O investimento de 96 milhões de reais absolutamente não foi previsto para coibir a Rádio Comunitária, o Senhor me perdoe, mas temos milhares e milhares de emissão de rádio e frequência neste País. A radiodifusão comunitária ocupa uma faixa de FM que é pequeníssima, de 87.8, de 88 a 108 megahertz, compramos um sistema que tem uma capacidade de varrer todo o espectro de frequência, para examinar todas as irradiações que estejam irregulares. Jamais compraríamos, seria impensável que alguém do Poder Executivo ou de qualquer Poder pudesse comprar um sistema de 47 milhões de dólares para fiscalizar uma faixa de frequência tão pequena, do espectro radioelétrico, que é um bem tão caro e tão raro para a sociedade brasileira. Estamos comprando um sistema de radiomonitoragem sim, só que é para fiscalizar todo o uso de todo espectro de radiofrequência no Brasil, desde a faixa do cidadão,

aqui embaixo, até frequências da ordem de 30, 40 gigahertz, portanto, abrangendo todo o espectro e absolutamente não procede a informação de que ele tenha sido comprado com esse fito, com esse objetivo. Os processos estão sem informação e espero e acredito que não sejam os da Anatel, na Anatel, mas, se forem, estão no **site** e podem ser consultados. Propaganda de ex-funcionário vendendo facilidades, imagino que o Senhor esteja se referindo a alguma licença de autorização e isso, mais uma vez, não acontece na Anatel. Com relação a projeto técnico, nem pedimos para a Radiodifusão Comunitária. Como é feito na Radiodifusão convencional, nem pedimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – O senhor me perdoe, mas V. Ex<sup>a</sup> esclareceu que não é a Anatel, é com o próprio Ministério, mas há um cidadão que foi funcionário do Ministério que disse na televisão que se fosse com ele conseguiria.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Não conheço, Senador. Tenho até razões para duvidar que essa pessoa possa ter. Não que ele não possa eventualmente ter dito, porque não sabemos do que as pessoas são capazes, mas tenho dúvidas de que essa pessoa possa, de alguma forma, influir para que saia alguma coisa de uma maneira favorecida ou privilegiada, ou ferindo as regras mesmo. É que não conheço exatamente os trâmites do processo. Da mesma forma que Deputados estão oferecendo facilidades e tentando vender, também custa-me crer que um Parlamentar se coloque à disposição para fazer esse tipo de coisa.

A irradiação restrita independe de outorga. Na realidade são sistemas internacionalmente reconhecidos como de irradiação restrita o controle remoto de carros, de aeromodelos, aqueles controles remotos de abrir portas de garagens, controle remotos de televisão, todos esse equipamentos que têm uma irradiação extremamente restrita, inclusive aqueles telefones sem fio que existem, que têm uma capacidade de alcance muito pequena. É disso que se fala internacionalmente, e que a Lei Geral compreendeu que também prescinde de outorgas.

Com relação às questões do Ministério Público e da Frente Parlamentar, na realidade, acho que são essas as instituições, são esses os personagens que devem estar no jogo, debatendo o assunto e colocando as suas visões das questões. Acho que o Ministério Público tem a sua visão, que deve ser colocada, debatida e discutida, e a Frente Parlamentar deve atuar no Congresso para fazer,

para modificar, para melhorar, certamente, a legislação que temos.

Procurei, rapidamente, discorrer sobre um número gigantesco de pontos. Perdoem-me pela extensão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Obrigado.

Dr. Paulo, se o senhor pudesse dizer, de acordo com a análise do primeiro pronunciamento, o quê, na sua opinião, deveríamos alterar na lei, aqui no Congresso Nacional...

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Tenho o maior prazer em responder.

Primeiramente, ouvimos atentamente as explanações do Dr. Renato Guerreiro e, aparentemente, deixa ele crer que é um cumpridor da lei. E ele se espantou por um juiz federal dizer que a lei, às vezes, não deve ser seguida. Ele, funcionário administrativo, tem obrigação constitucional de cumprir a lei. Realmente deve cumpri-la e não pode fugir à lei, sob pena de responsabilidade.

Mas nós, juízes, membros de um poder político, é nossa missão constitucional verificar se a lei, que representa a vontade política do congressista e do Presidente da República, dois Poderes eleitos pelo povo, está de acordo com a vontade do povo, que está na Constituição.

E essa vontade do povo é maior do que a do congressista, que é mero representante. Então, nada há de espantar, a não ser para uma pessoa extremamente legalista e sem conhecimento da divisão daquele poder político. Como eu disse no início, é uma tradição nossa de arbítrio, de mandonismo e de centralização, de cima para baixo, desconhecer que o Poder Judiciário tem o poder de anular leis. E se a lei federal não está de acordo com a Constituição, temos a obrigação de a anular, porque a função primordial do Judiciário é a defesa do cidadão contra o Estado.

E nisso vem um outro aspecto. Da exposição podemos ver que todos se colocam na posição de suplicante; e o Governo, por intermédio da Anatel, na posição de concedente. Decidem a quantidade de watts ao alcance de um quilômetro ou Canal 200, quando, pelo nosso princípio constitucional, não funciona assim o Estado. Todo cidadão tem o direito de fazer tudo, e o Estado só pode limitar tendo um interesse público relevante e justificável. Então, quando se põem 25 watts ou quando se elege o canal 200, tem haver uma justificativa. Não se pode misturar discricionariedade com arbítrio.

O funcionário público, o servidor público administrativo não tem poder discricionário, o poder dele é vinculado à lei, de modo que essas eleições, por exemplo, quando a lei traz 25 watts, o Judiciário vai perguntar por que 25 watts, qual o interesse público que ampara essa colocação, tem algum interesse público relevante? Não, não tem nada que justifique 25 watts, então pode ser com 50 watts, o Judiciário vai autorizar e vai derrubar a lei. Por que um canal 200? O Governo tem uma justificativa por que precisa ser no canal 200, quando as associações estão dizendo que o radinho não pega; se não tiver um motivo relevante, essa opção tem que ser derrubada pelo Judiciário. É interessante que se falou o tempo todo em cumprir a lei, em ser escravo da lei, em obedecer a lei e que outras questões ficam para o Judiciário, mas, se verificarmos a lei, está havendo uma incongruência no comportamento da Anatel. Veja bem, a lei que a criou, que é a Lei nº 9.472, traz aqui as sanções pelas infrações. Não há no art. 173 lacração e nem apreensão, e o administrador só pode trabalhar dentro da lei. Tinha que aplicar uma dessas sanções que estavam aqui, esse é o poder que a Anatel tem. E o art. 175 é muito claro, nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa. E eu pergunto: lacração prévia atende ao devido processo legal que é garantido na Constituição? Ou seja, primeiro pratica-se um ato de arbítrio, vai lá e prende; ou lacra, e outra coisa essa distinção, e aí já não está cumprindo lei, já está interpretando lei, entre lacração com apreensão. Quando se lacra um aparelho, houve apreensão, só não houve o transporte, mas a disponibilidade foi perdida, e a Constituição assegura que ninguém perderá sua propriedade ou seus bens, ou seus direitos sem o devido processo legal que a própria Lei da Anatel manda observar e não é observado. Agora disse o seguinte: é obrigação nossa quando receber uma comunicação de uma rádio ilegal agir, sim, mande um ofício para a Polícia Federal para ver se a Polícia Federal vai querer abrir processo criminal ou não, porque os crimes são apurados pela Polícia, mas o que está havendo neste País, e pude constatar isso de norte a sul, os agentes da Anatel estão indo e lacrando, os agentes da Anatel vão procurar a Polícia Federal para levá-los junto. Então há uma nítida e perversa vontade de violar a própria lei no sentido de prejudicar direito de uma população inteira no país, isso é o que podemos constatar. Na hora em que se discute o federalismo, se é constitucional ou não realmente compete ao Judiciário, mas os outros Poderes também são Poderes da República, e com-

pete a todos nós verificarmos a constitucionalidade de lei, não é só o Judiciário. Tanto é verdade que o Senhor Presidente da República pode vetar uma lei por inconstitucionalidade, e, aqui, nesta Casa parlamentar, as leis passam por comissões que analisam a constitucionalidade do anteprojeto, é função de todos os Poderes integrados verificar a constitucionalidade de lei. E se o Executivo verificar que está ferindo o Federalismo deve ser o primeiro a denunciar isso. Não há como se esconder atrás de uma legislação na hora em que aproveita, e o cumprimento da lei não pode ser cego, todos nós somos seres humanos, somos dotados de compreensão e sabemos quando uma coisa está errada. Neste momento, posso dizer, em sã consciência, que essa lei está errada. Tanto isso é verdade, que o Brasil inteiro está contra ela.

Foi-me perguntado pelo Senador Geraldo Cândido: qual a garantia dos Prefeitos, Deputados e Senadores sobre o controle da concessão das rádios comunitárias? Penso claramente que a concessão deve ser feita em nível municipal por conta do problema de saber quantas rádios podem existir num determinado município.

Fiz uma palestra na Universidade Federal de Minas Gerais, onde os técnicos e os professores me disseram que, nesse espectro, caberiam de 100 a 150 rádios em cada município. E só o município sabe como localizar as antenas, para que uma não interfira na outra.

Desse modo, há várias formas de evitar um controle no município pelo prefeito, como, por exemplo, a licitação pública. O que os olhos vêem é mais fácil de ser fiscalizado. Na minha cidade, se o prefeito cometer uma irregularidade na concessão de uma rádio, estamos vendo o vereador pelo jornal. Mas, em Brasília, se houver uma concessão indevida, quem ficará sabendo? Ninguém. Então, esse é mais um motivo para a concessão ser feita em nível municipal. Assim, haverá mais transparência, e esse controle será mais perfeito, sem dúvida alguma.

Quanto à homologação pelo Congresso Nacional, é evidente que o Congresso Nacional tem uma missão mais nobre do que ficar homologando rádios comunitárias de pequena potência, principalmente nos termos dessa lei, que só atinge a um quilômetro. Isso deve ser deixado para os municípios dispersarem, pulverizarem. Com isso, o Congresso Nacional poderá cuidar de assuntos mais importantes. Isso é fundamental.

Quanto à lacração sem ordem judicial, volto a dizer que a Anatel está lacrando, contrariando e



usurpando a sua competência, já que o Supremo decidiu que a Anatel não tem poderes administrativos. Na lei, no inciso XV do art. 19, é dito "realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência". Esse dispositivo é feito em liminar. Mas, quando o Supremo Tribunal decide uma liminar, de modo geral, confirma – também confirmo isso em 99% das liminares que dou – que ela não tem esse poder, pois fere o devido processo.

Escrevi um livro sobre o devido processo, que é uma garantia fundamental do cidadão que surgiu em 1215, na Inglaterra, quando os barões se opuseram contra o João Sem Terra. O cidadão não pode sofrer nenhuma sanção prévia; primeiramente, é preciso haver um devido processo.

O que a Anatel deveria fazer de acordo com essa lei e com a lei específica das comunitárias, onde não consta administrativamente a pena de lacração ou de apreensão? A Anatel deveria perguntar se há ou não autorização. Se a resposta fosse não, devido ao desrespeito à lei, a Anatel deveria autuar e conceder um prazo de 30 dias para a apresentação da defesa. Depois de apresentada a defesa, depois da produção de prova, é que poderia ser aplicada administrativamente uma dessas sanções que a lei prevê. A Anatel não pode aplicar nenhuma sanção que não essas. E aqui não se fala em lacração ou em apreensão.

Nesse caso, estão usando um dispositivo penal, o qual não compete à Anatel. Se há uma denúncia, se a pessoa quer servir ao País e quer que seja cumprida a lei – e, administrativamente, ele sabe que não pode aplicar uma sanção –, que se mande a correspondência para o delegado! Já conversei com alguns delegados da Polícia Federal, principalmente o da minha região, que falou: Dr. Paulo, aqui, enquanto essa questão não for definitivamente decidida pelo Supremo, eu não vou fazer apreensões. Mas aí o que é que acontece? Na hora que saio de férias, a Anatel traz os delegados de Belo Horizonte, na minha região, e faz as apreensões. Isso tem acontecido. E olhem que quando mando o delegado de Belo Horizonte devolver os bens que ele apreendeu e às vezes levou – porque às vezes levam – ele fala assim: Dr. Paulo, o senhor não tem competência aqui em Belo Horizonte não. Foi preciso eu ameaçar. Falei: "Olha, não tem, então ou você devolve aí em 24 horas ou te mando prender, já mando uma ordem de prisão, você vai ter que devolver, porque você veio aqui na minha região e usou um dispositivo penal, de competência do juiz local".

Ou seja, vou dizer com todas as letras: não sei se por ignorância ou se realmente por má-fé, a Anatel não está agindo com sinceridade como um bom gestor da coisa pública, porque está massacrando o povo, o povo pequeno, com prisões, apreensões, invasões de domicílio e isso não é correto. Há cidades em que, quando a Anatel chega, ou a Polícia Federal, até o bispo, todo mundo corre lá e faz um círculo em volta da rádio para não ser apreendida. Já aconteceu isso.

Na minha cidade, a prefeitura me pediu uma liminar, e tem uma rádio comunitária em funcionamento. Então tem que prender o prefeito. Mas lá, com o prefeito, não foram. O Arcebispo de Uberaba me pediu uma rádio comunitária e está em funcionamento. Não prenderam ainda o arcebispo. Quer dizer, não podemos ter duas medidas. As coisas são claras, se o administrador quer cumprir a lei. E ele tem que cumprir, porque não pode discutir a lei – eu posso, como juiz federal e membro de um poder político e com essa missão constitucional, tenho o dever de analisar se a lei vale ou não vale, ele não. Mas que cumpra a lei. Quais são as sanções que a lei prevê? A Lei nº 9.612 prevê as seguintes sanções: advertência, multa e, na reincidência, a revogação da autorização. Administrativamente, é só isso que se pode fazer, mas nada.

Então, realmente, se a pessoa quer cumprir a lei, que cumpra a lei, mas estão fazendo coisa além da lei, porque aí estão querendo entrar no penal, que não é competência administrativa. Se realmente há rádios funcionando sem autorização e constitui crime, ofício à Polícia Federal, ao Ministério Público ou ao próprio juiz. Eu, se receber um ofício desses, vou encaminhar ao Ministério Público, para ele tomar as providências que achar convenientes, mas eu não vou exercer a função do outro. E a Anatel, infelizmente, está exercendo uma função que digo que é criminosa, pelo seguinte: administrativamente, o Supremo já disse que ela não pode fazer isso; e, criminalmente, o meu tribunal – e aí já não é questão do juiz Paulo Fernando interpretar, é uma decisão reiterada do meu tribunal – já decidiu que a rádio de pequena potência – e tenho aqui várias decisões, passei até para o Senador –, não comete o crime. Então, se não cometem o crime do art. 70, que a Anatel indevidamente está usando para apreender, e se a Anatel não pode apreender administrativamente porque o Supremo proibiu, com que autoridade ela está fazendo isso? Está fazendo criminosamente, e aí não é o sentido do bom servidor querendo cumprir a lei, não.

Agora, todos nós também não somos cumpridores cegos de lei não. Todos os membros dos poderes políticos têm que ter razoabilidade – é a palavra chave –, têm que ser razoáveis. E quando o povo quer uma coisa e o Estado nega, é porque está errada a posição do Estado, porque o direito é auto-exercitável, o Estado só pode regulamentar. Digamos, se quero ser marceneiro, não precisa ter uma lei sobre a profissão do marceneiro. Mas, um médico para exercer a Medicina, o Estado entendeu que ele precisa fazer um curso de Medicina e fixou as condições. É razoável.

Agora, não é porque não tem lei que vira clandestino, mesmo porque, essa palavra clandestino ou pirata é má empregada. Por quê? Porque essas associações são formadas por pessoas idôneas, com os nomes e estatutos registrados em cartório, cujas rádios têm o endereço certo, mesmo porque é preciso do endereço para ter a propaganda ou retorno. Como é que seria clandestino? É clandestino numa visão dominadora, em que quer atribuir a si o direito de fixar tudo. E eu torno a repetir: tudo que o Estado limitar sem uma justificativa razoável, não vale. Não importa se consta da lei; a lei não tem eficácia.

Se isso surpreende ao ilustre Presidente da Anatel, eu fico triste, porque comprova mais uma vez a falta de conhecimento dos direitos básicos do cidadão e a falta de conhecimento de que o Estado não domina o cidadão; o Estado é instrumental, o Estado existe para trazer a felicidade do povo e não para oprimir o povo. O que está acontecendo por intermédio da Anatel é uma opressão ao povo, é o Estado contra o povo, e o Judiciário nesse caminho fica ao lado do povo.

A pergunta do ilustre Senador Pedro Simon: o que eu proporia para alterar? Bem, eu digo o seguinte: essa lei, no meu entendimento – e agora eu poso dizer que há uma grande parte do Judiciário e mesmo do Ministério Público, eu estou deixando aqui posições, estão aceitando o meu ponto de vista, porque nós vivemos numa democracia, e esses pontos de vista têm que ser debatidos, mas há uma grande parcela do Judiciário, do Ministério Público entendendo que essa lei é totalmente inconstitucional.

Se ela for totalmente inconstitucional – e eu tenho sugerido aos municípios que façam uma lei municipal, mesmo porque, com a seguinte finalidade: primeiro, se houver uma lei municipal, não há como o cidadão que está cumprindo uma lei municipal ser tido como criminoso. Evidente, seria uma contradição; segundo, o prefeito, se chegar um agente da Anatel para fechar a rádio, o prefeito pode chamar a polícia

estadual para não deixar fechar, porque eu também vou manar executar a minha lei. Entenderam? Porque nós não podemos mais aceitar o arbítrio de cima, a dominação de cima.

Então, eu acho que essa lei é totalmente inconstitucional, os municípios deveriam legislar, e se a União quiser preservar os interesses nacionais e se houver algum interesse realmente, que baixem uma lei nacional de normas gerais, sem prejuízo do município legislar os seus casos, para verificar quantas rádios, em que condição a antena tem que ser montada, verificando o relevo e preserva, digamos, até 200, acima de 200w, é competência da União. Tudo bem! E as menores seriam de competência do município.

Agora, mesmo com essa lei, que tem outras inconstitucionalidades que não abordei antes e nem vou abordar agora, porque já estamos adiantados, mas eu diria o seguinte: eu proporia que por intermédio do Senado se iniciassem três alterações nesta lei, simples. Eu não culpo o ilustre Presidente da Anatel, é que nós temos no Brasil uma mentalidade legalista; achamos que tudo precisa de lei, mas somente na hora que interessa. Mas o detalhe é o seguinte: os juízes, antes de serem juízes são estudantes; depois vão ser advogados antes de serem juízes, e eu posso dizer isso de cátedra, porque fui advogado durante 18 anos, nunca usei a Constituição, o que a gente estuda lá na universidade é o Direito Civil, o Direito Penal, o Direito Administrativo, mas estudamos as leis e aceitamos a canga. Ou seja o que está na lei vale, o que estiver fora da lei não vale.

Vou dar um exemplo para vocês. Em Uberaba saiu uma lei municipal dizendo que não se pode abrir um posto de gasolina a menos de 800 metros um do outro. Um cidadão queria abrir, entrou com um mandado de segurança na Justiça Estadual. O juiz olhou a lei e falou que a lei não permite. Recorreram para o Tribunal de Justiça de Minas, que respondeu: “a lei determina 800 metros; a lei tem que se cumprir.” Esse cidadão trouxe o caso à Justiça Federal, porque era em zona do Infraero, e veio a mim. Então, fiz a seguinte pergunta: por que 800 metros? Qual o interesse público que está sendo resguardado? Digamos que se for a 50 metros ou 100 metros de uma creche, de um cinema, de um hospital, de um regato, de uma paisagem que tenha valor histórico, está justificado. Mas por que 800 metros, tem algum motivo? Não, não tem. Então, essa lei é inconstitucional. Ela fere o devido processo, fere a livre concorrência e fere o princípio da igualdade.

Decretei, autorizei a criação do posto, gerou empregos, a cidade está toda satisfeita, porque é mais um posto brilhante, que está concorrendo com os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Lei municipal?

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Lei municipal. Muito bem, então a Câmara me convidou para ir lá explicar. Fui, porque acredito que o Judiciário não pode ficar encastelado, ele tem que se expor. Somos um poder político. Fui à Câmara e expus, e o que aconteceu? Os Vereadores revogaram a lei. Hoje, então, está livre a concorrência. Penso que não devemos mais ficar nessa: “olha, tenho que cumprir isso aqui”. Somos Poderes, temos de ver o que é melhor para o povo.

Então, sugiro, pelo menos provisoriamente, para acabar com esse problemas das prisões, das apreensões ilegais, três alterações simples nessa lei. Primeiro, um dispositivo dizendo que não se aplica às rádios comunitárias de que cuida a Lei nº 9.612/98 o art. 70 da Lei nº 4.117, de 1962. Quando se puser esse dispositivo, V. Ex<sup>as</sup> verão que os juízes vão dar liminares para todos. Porque o juiz quer ver na lei. Quando houver esse dispositivo, acaba esse problema, a Anatel não vai mais prender ninguém, vai cumprir a lei, vai aplicar as penalidades previstas em lei, e os juízes vão dar as liminares porque não se aplica às comunitárias o dispositivo criminal.

Segundo, um dispositivo dizendo que a concessão dos alvarás de que cuida a presente lei competirá aos municípios, que observarão os critérios técnicos, podendo, inclusive, firmar convênio com a União. Se é que a União tem aparelho que pode digitar o relevo, que custa milhões, por que não pode serviço do município? Temos de aprender a usar o recurso público a favor do povo e não porque tem o capital aqui, os recursos, ignorar o povo e mantê-lo fora do processo da educação e da cultura.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, mas gostaria de fazer um importante esclarecimento. V. Ex<sup>a</sup> abordou um problema que considero da maior importância, em tese, e com o qual concordo, que é o domínio absoluto da União, e cada dia que passa o Estado vai se esvaziando e o Município também. V. Ex<sup>a</sup> tem total razão. Penso que o Brasil deveria marchar em sentido diverso. Se olharmos para países desenvolvidos, como a Alemanha, podemos verificar que ali quem realiza as obras é o município, quem cobra os impostos é o município. Sabemos que se vão fazer um colégio, o particular sai 10, o Município sai 12, o Estado sai 20 e

a União sai 30. Não há nenhuma dúvida nesse sentido.

Agora, só pergunto o seguinte: nessa matéria, estamos preparados para entregar para os cinco mil Municípios fazerem isso? Eu concordo com as críticas feitas à centralização, mas o medo que eu tenho é que...

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Não há interesse nacional a preservar, Senador. Em Uberaba, por exemplo, dei liminares para aproximadamente quinze na minha cidade e para cem na minha região. De início, o próprio Tribunal, ao cassar algumas das minhas decisões, chamando-as de monstruosas – porque também causam impacto, Dr. Renato, até no Judiciário, decisões modernas e democráticas, alegou que iria virar um caos. Não houve um caso sequer de confusão.

Outra coisa interessante: pela Universidade Federal de Minas Gerais, cada cidade comportaria de 100 a 150 rádios. Em Uberaba, pediram-me quinze e não pediram mais. O próprio mercado limitou. Eles não querem mais, porque, financeiramente e economicamente, não funciona, não há interesse. Nas cem rádios na minha região que alcançam 55 Municípios, não houve um caso sequer de interferência de uma rádio comunitária em outra. O que houve em Uberaba até mandei a Polícia Federal apurar foi o inverso. Alguém, a serviço de uma rádio AM, ficou em cima de um prédio, interferindo nas comunitárias. Isso ocorreu em Uberaba, e mandei a Polícia Federal apurar, porque é crime.

Então, a primeira sugestão é excluir o art. 70 e a segunda é outorgar a concessão desta lei aos Municípios. V. Ex<sup>a</sup> verá que funcionará muito bem pois, sob o controle de cada Município, o processo ficará bem visível, não haverá nenhum problema. A terceira é ampliar os 25 watts para, no mínimo, 50 watts e a distância de um quilômetro para, pelo menos, até quilômetros para atender as cidades maiores. Penso que devemos deixar essas questões para o Município. O Município é quem vai verificar se vai dar de cinco ou de dez, de acordo com o próprio Município e a sua dimensão.

Então, são essas as três sugestões.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – No meu Estado, temos uma área tão pulverizada, que, em 30 quilômetros, deve haver uns dez Municípios.

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Eu disse até 30, porque, em Porto Alegre, por exemplo, pode precisar de 30 quilômetros.

O que temos de aprender é o seguinte: chega de decisões de cima para baixo, vamos deixar o País



respirar, vamos deixar cada comunidade verificar o que é melhor para si. E vamos também deixar de ser pretensiosos. Será que as inteligências estão só aqui em Brasília, para decidir tudo aqui? Será que os vereadores e os Deputados Estaduais vão só dar títulos honorários, títulos de cidadão, mudar nome de rua e coisas assim? Será que eles não têm mais nada para contribuir com o País? Vamos jogar os problemas da cidade em quem, legitimamente, representa a cidade. Temos de homenagear a capacidade intelectual do povo. A solução é esta.

Como eu disse no início e torno a repetir, se o Congresso, por meio desta Comissão, der um passo a favor do povo, hoje estaremos fazendo história. E o Brasil, a partir de hoje, entrará realmente na era da democratização das comunicações sociais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Dr. Emmanuel, eu não tenho problemas em ficar aqui até mais tarde.

**O SR. EMMANOEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – Depois dessa intimidação do olhar das pessoas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Ao contrário. Foi a intimação do Plenário.

**O SR. EMMANOEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – Apenas gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que gostaríamos que este fosse o início de um novo tempo. Estamos pleiteando – e gostaríamos de ter – uma nova lei, porque essa não contempla o movimento de forma alguma.

Faria apenas um lembrete: existe, sim, Dr. Renato, por parte de vários fiscais da Anatel, um prazer enorme em fechar a rádio comunitária. No ato do lacramento da nossa rádio, tivemos lá ...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Você percebe no olhar deles?

**O SR. EMMANUEL EMIR ALCÂNTARA MAGALHÃES** – No olhar, não. No falar, colocar de público. Por exemplo, Fernando Magalhães, fiscal do Rio de Janeiro, vibra quando leva um companheiro nosso preso.

Sabemos disso, inclusive, para desmoralizar e intimidar o movimento, eles lacram e levam até CD. Uma rádio foi fechada nesta semana, ou há cerca de duas ou três semanas, e eles levaram tudo: arquivo, CD, e lacraram microfone. É uma atitude que, realmente, nos coloca com muita dúvida quanto à questão legal.

Temos uma preocupação de que esses atos todos tenham sempre um dedo de setores dos meios

de comunicação, da Abert, que têm influenciado essas atitudes, porque não se justifica um servidor público entrar na casa de um cidadão e cometer esse tipo de arbitrariedade e isso não por um, dois ou três fiscais, mas por centenas de fiscais da Anatel, esse tipo de atrocidade sem a orquestração de alguém.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Dr. José Luiz.

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Também gostaria de terminar, agradecendo a iniciativa desta Casa em colocar este assunto em pauta. Realmente, sem dar o poder aos Municípios de decidir sobre os destinos da comunicação comunitária, acreditamos que está uma revolução em curso, por causa da projeção que fazemos no sentido de que, nos próximos 10 anos, teremos cerca de 20 mil emissoras no País funcionando, independentemente da tecnologia utilizada pela Anatel para continuar fechando e reprimindo as emissoras comunitárias.

Isso deve envolver um exército de 250 mil comunicadores comunitários, esgaratando a realidade local, a realidade brasileira e despertando consciências por este Brasil a fora, cada vez ficará mais incontrollável, pela centralização que está sendo exercida e praticada pelo Ministério das Comunicações.

Queremos também lembrar algumas aberrações que não foram citadas para que não caíam no esquecimento. Temos a regulamentação da Anatel que concede uma licença ou uma autorização para uma emissora, com prazo marcado para morrer ou acabar com essa autorização.

Na regulamentação, interpretou que, ao dizer ser dito na lei que "seria renovável por igual período", era um único período de três anos. Então, quando ela está autorizando a emissora a funcionar, os tecnocratas do Ministério e dos órgãos do Executivo, colocaram que, dentro de seis anos, estaria encerrada a autorização dessa rádio funcional.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Isso está na regulamentação?

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Está na regulamentação. "Por um único e igual período" ou "por um único período igual..."

**O SR. PAULO FERNANDO SILVEIRA** – Se a lei diz que é por igual período...

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Mas eles acrescentaram o "único", como é para a convencional, que é renovável de cinco em cinco anos, por igual período. Só que lá eles não colocaram

"um único período" na regulamentação, continuam renovando. Essa é uma aberração que temos combatido. Temos uma lei comentada, inclusive a parte de regulamentação, e gostaríamos de repassá-la para V. Ex<sup>ª</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Acho que deve ser igual às outras rádios. Quer dizer, rádio e televisão são prorrogáveis por vários anos e depois por mais tantos. Agora, o número de prorrogações vai ser decidido.

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Gostaria de responder às perguntas que me foram dirigidas enquanto presidente da Abraco. E quando comecei a falação nesta Casa, fiz questão de esclarecer sobre que tipo de rádio comunitária eu estaria falando. Nós da Abraco estaríamos falando, nós do movimento das rádios comunitárias estaríamos falando. Por quê? Porque vamos lutar com todas as possibilidades para defender esse tipo de comunicação que esclarecemos aqui: sem fins lucrativos, plural e com gestão pública. Controle absoluto do cidadão da comunidade onde ela está sempre prestando serviço. Mas não somos contra os três mil e quinhentos novos canais de baixa potência comerciais que o Ministério das Comunicações publicou, liberou ou criou, através de portaria, em outubro do ano passado. Nós não somos contra, porque a nossa luta é pela democratização do acesso aos meios de comunicação. Então, nós não vamos trabalhar contra os três mil e quinhentos canais convencionais que foram abertos de 300 watts. Aliás, estamos estimulando que a comunidade tenha o interesse de ocupar esse espaço. Não somos contra o prefeito abrir uma rádio de baixa potência. Não somos contra o pastor abrir uma rádio de baixa potência. O que somos contra é ele utilizar esse conceito que foi construído pela comunidade, pela sociedade, do que é uma rádio comunitária. Que crie os seus conceitos, mas não usurpem ou roubem o conceito que construímos no dia-a-dia, na discussão de qual comunicação queremos para atender aos interesses imediatos dessa sociedade que não tem acesso aos meios convencionais.

Se os traficantes querem montar rádios, eles montem a rádio deles, e cabe à polícia, cabe aos departamentos de fiscalização, ver quais são os fins que eles estão usando aquele meio de comunicação. Mas não chamem esse meio de comunicação de rádio comunitária. Os corruptos, que montem os seus meios de comunicação! Aliás, é o meio de comunicação mais eficiente porque ninguém fica sabendo e todos ficam sabendo a quem interessa a

corrupção; só nós que não entramos nesse circuito. Mas, que eles montem os meios de comunicação deles; agora, não denominem de rádio comunitária ou tevê comunitária. Não denominem de comunicação comunitária, que é o conceito que construímos junto com a sociedade nos debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Mas não pode um traficante, um vigarista, atrás de uma argumentação de que a rádio é comunitária, ter seus interesses?

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Se ele for construir, trabalhar no conceito que temos, e é o que defendemos e queremos ter...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Não tenho nenhuma dúvida sobre o que vocês defendem. Estou dizendo que, como em todo lugar do mundo, pode aparecer algum safado que utilize aquilo, e daqui a pouco ele estará utilizando a televisão para fazer ponto e dizer: quem quer droga em tal lugar...

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – E nós não somos contra que eles façam isso. Porque o nosso papel enquanto associação brasileira de radiodifusão comunitária... somos defensores...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Mas todo mundo é contra! Tem um cara que vai utilizar uma rádio, a pretexto de ser comunitária, para dizer quais são os pontos que se vendem droga...

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Mas nós não vamos trabalhar na nossa... Esse é um problema que a Anatel tem que resolver, exercendo constitucionalmente o seu papel, pelas finalidades a que foi criada. Nós, enquanto Abrasco, enquanto movimento de rádio comunitária, vamos trabalhar para ir ganhar a comunidade contra esse traficante que está querendo manipular. Como? Divulgando os conceitos de rádio comunitária. Trabalhar contra o publicitário que tem um carro de som, que pode ver na oportunidade de ter uma rádio de 25 watts ou de 10 watts uma maneira de atingir, com sua publicidade, mais pessoas e ganhar com isso mais dinheiro. Esse nós vamos combater; vamos combater a utilização da rádio comunitária por esses segmentos, seja o narcotraficante, seja o corrupto, seja o publicitário que está usando isso para poder auferir benefícios pessoais, individuais ou de um grupo restrito dentro da comunidade. E aí vamos para lá e como? Levar à comunidade o debate sobre o que é uma comunicação comunitária, o que é uma rádio comunitária conforme a sociedade construiu esse conceito. Nossa luta maior é pela democratização do acesso aos meios de comunicação pelas comunidades.

Na segunda parte, vemos que temos oficialmente anunciados meses atrás 6,6 mil processos em tramitação e pedido de habilitações no Ministério das Comunicações. Este é o número divulgado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – De rádios comunitárias?

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Sim, Sr. Senador. E extra-oficialmente, por funcionário do Ministério das Comunicações. É exatamente aí que avaliamos que não há transparência, onde não temos acesso às informações sobre quem solicitou os canais. Em março, um servidor da Secretaria de Radiodifusão do Ministério nos informou extra-oficialmente que já existiam 20 mil requerimentos e foram oficialmente divulgados cerca de 7 mil pedidos.

Com a vinda de 11 mil agora, depois de 1,3 meses ano para o Congresso apreciar, acreditamos que para esses 20 mil que existiam em março vamos atravessar o terceiro milênio discutindo processos de rádios comunitárias desses que já existem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Atravessar o terceiro milênio não diria, mas vamos chegar ao terceiro milênio.

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Até o final. Ou melhor, o segundo milênio. O terceiro milênio começa agora em 2001, lógico. Analisar 20 mil processos com toda essa morosidade...

Essa morosidade é causada pela centralização em Brasília. A Anatel, que tem escritório em todos os Estados, recebe, protocola e nem faz diligência. Ela só recebe, protocola e envia ao Ministério das Comunicações. Eles juntaram alguns técnicos do Ministério das Comunicações para analisarem esses requerimentos que vêm do Brasil inteiro, sem qualquer conhecimento da realidade daquelas localidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Na sua opinião seria a Anatel que devia fazer o exame... Tudo deveria ficar na Anatel?

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Penso que tinha que ser regionalizado. Essa análise, na Anatel ou na delegacia do Ministério das Comunicações, como havia antes as delegacias ligadas ao Dentel...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Não tem mais?

**O SR. JOSÉ LUIZ NASCIMENTO SOTTER** – Não tem mais. Hoje só existem os escritórios da Anatel.

Então deveria ser descentralizado porque cada Estado, se muito tiver, vai ter 5 mil processos em andamento. Então isso fica fácil fazer diligência, conhecer a realidade, quem está realmente interessado, se é realmente comunitária, se é ligada a interesses escusos ou pessoais. Então defendemos que o processo seja descentralizado. Se não conseguirmos mudar a lei para a descentralização, pelo menos temos que descentralizar a análise dos processos de forma que não fiquem na Secretaria de Radiodifusão que funciona no 2º andar do prédio do Ministério das Comunicações, em Brasília.

Quanto à questão da homologação pelo Congresso, entendo que enquanto não mudar a lei, enquanto não descentralizar esse processo, a Abrasco defende que tem que ser discutido e analisado pelo Congresso. Temos vários exemplos de que os critérios de concessão não estão sendo observados.

A lei é muito clara nesse aspecto: se há mais de uma comunidade interessada, tem que chamar as partes interessadas e tentar um consenso entre elas. Já vieram para cá ou foram publicadas as emissoras selecionadas sem qualquer consulta aos interessados.

Onde vamos ficar sabendo sobre isso? Aqui, no Congresso, pelo menos, teríamos condições de checar quais foram os critérios, quais foram os procedimentos de modo a que possamos a eles ter acesso, já que esta é uma Casa aberta à população.

Assim sendo, enquanto não se muda a legislação em vigor, enquanto não se abre esse processo e lhe dá transparência, defendemos que seja nesta Casa onde devemos ter esses processos analisados.

No tocante ao período de adaptação à lei, defendemos esse ponto na Câmara dos Deputados e os próprios representantes do Ministério e os representantes, os lobistas da ABERT detonaram isso dentro daquela Comissão. Não fizeram com que houvesse esse período de adaptação, inclusive foi colocado que não, que, a partir do momento em que fosse publicada a lei, todas as emissoras que estivessem no ar não teriam o direito de participar do processo de requerimento. Esse eram os argumentos defendidos lá, era uma coisa meio de aberração.

E aqui a única voz que veio quando foi discutido no Senado ou quando aprovado na Câmara foi a do Senador Gerson Camata, que defendeu que essa era uma competência do município, que o Senado deveria observar isso pelo caráter do federalismo do



Brasil, sistema federalista do País e que era de competência do município.

Com isso, gostaria de agradecer a esta Casa, inclusive agradecer a oportunidade ao Dr. Renato Guerreiro de estarmos... é lamentável que estamos aqui depois de já regulamentado, depois que já existe o processo de repressão estarmos discutindo isso, mas agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – No Brasil é tudo assim, primeiro acontece o fato, depois nos reunimos.

**O SR. JOSÉ LUIZ SOTTER** – Mas gostaria de deixar bem claro, ao Presidente da Anatel, que a Abraco hoje tem essa consciência de que a democratização nos meios de comunicação passa realmente pela rádio comunitária. E nos colocamos à disposição da Anatel, se assim desejar, para discutirmos procedimentos e que, conjuntamente, possamos trabalhar nesse sentido.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Senador Geraldo Cândido, para outra série de perguntas.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Só quero, para encerrar, agradecer aqui a presença dos convidados. O Dr. Renato Guerreiro que se dispôs a vir aqui para essa audiência pública, o José Luiz Sotter, o Dr. Paulo Silveira e o companheiro Emílio Magalhães que se dispuseram a atender ao nosso convite.

Acho que foi muito importante esse debate, essa audiência, foi uma contribuição importante. Acho que ainda não se esgotou, o assunto é muito importante, é muito polêmico. Vamos ter que voltar a outros debates sobre a questão, esse foi um passo inicial. Espero que seja um marco no avanço dessa relação, inclusive no que diz respeito à questão da democracia nos meios de comunicação, principalmente na rádio comunitária; acho que temos que estender também às televisões comunitárias, que têm maior importância que a rádio; não é mais, mas é tão importante quanto a rádio.

Portanto, agradeço a todos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Primeiro agradeço ao Senador Geraldo Cândido, porque foi ele quem teve o mérito, a iniciativa de propor essa reunião, essa audiência pública e que fez a indicação dos nossos convidados.

Quero agradecer ao Sr. Emanuel Emir Alcântara e ao Dr. Paulo Fernandes Silveira, dois ilustres representantes de rádios comunitárias, em nível de Brasil e outro em nível de Rio de Janeiro pelas presenças e colaboração aqui nesta reunião.

Ao Dr. Paulo quero agradecer e dizer que eu assisti ao seu pronunciamento com muito respeito e com muita admiração. Podemos divergir inclusive, mas não há como deixar de reconhecer a sua capacidade, sua competência e aí vejo o perigo na decisão que se quer tomar de que o Supremo possa chamar os processos e de repente os juízes fiquem sem o poder de decidir absolutamente nada. Vê-se, no seu pronunciamento, quer dizer, o poder criativo, que realmente é, na sua instância, que nasce a lei, que se debate, que se estuda. V. Ex<sup>a</sup> fez um pronunciamento muito importante.

Não há dúvida nenhuma, cada um de nós tem que fazer sua mea-culpa, essa lei passou pelo Congresso Nacional, se alguém é responsável por ela somos nós, Parlamentares. Muitas vezes as leis fazemos sem o devido estudo e sem a devida análise ou sofrendo influência aqui ou acolá. E também o Judiciário está vivendo um momento de transformação da maior importância, parece-me. Quer dizer, enquanto V. Ex<sup>a</sup> tem a preocupação de ir lá no âmago buscar a sua responsabilidade e nos vazios da lei. Há colegas de V. Ex<sup>a</sup> que se resumem a assinar e determinar as coisas.

Quero agradecer ao Dr. Renato Guerreiro pela gentileza de estar presente – inclusive um pouco isolado, pois foram quatro a um! V. Ex<sup>a</sup> recebeu um convite e o atendeu imediatamente, mesmo tendo uma viagem marcada, que alterou para estar aqui neste momento. Não tínhamos outra oportunidade, pois agora o Senado entrará nessa correria de final de ano.

Creio que, no fundo, cada um de nós deve analisar com grandeza a questão. Não há dúvida de que as rádios comunitárias são altamente significativas. No Senado, temos a TV Senado, que ainda é por assinatura. O Sr. Antonio Carlos está se movimentando e creio que, muito breve, ela terá uma abrangência geral.

Há algo interessante na TV Senado, há um estudo para que haja entendimento entre o Congresso Nacional e as Câmaras de Vereadores, para que elas possam transmitir – dizem que é um aparelho baratíssimo, insignificante – a TV Senado e deixar duas horas para a TV local, para uma programação sobre as Câmaras de Vereadores.

Eu disse ao Sr. Presidente que se S. Ex<sup>a</sup> conseguir isso será uma revolução. Imaginem, de repente, uma cidadezinha no interior dispor de duas horas para exibir o seu cantor, o seu desfile e a sessão da Câmara de Vereadores!

Não comungo com o que disseram nossos prezados amigos, no sentido de que a Anatel é inimiga. Creio que dá para sentar à mesa e chegar a um denominador. É importante sentarmos e buscarmos um entendimento, que será útil para todos.

Não sei o que as grandes rádios perderão com a existência de rádios comunitárias. A rádio comunitária desempenha um outro tipo de ação, um outro tipo de atividade. Não irá competir pela notícia, pelo som – que é muito mais técnico nas grandes rádios –, pelo futebol, pela música. Vai realizar projetos que a outra rádio não tem condições. No Brasil, há lugar para tudo.

Creio que essa reunião foi muito importante. Fico feliz por ter participado. Lamento que o dia de hoje tenha sido tão atribulado. Inclusive perdi meu jetom, porque não respondi à presença. Entendo que a obrigação era estar lá para votar, tínhamos de votar. Foi uma reunião que, como disse o Cândido, era para terminar às 18 horas e terminou quase às 20 horas.

Muito obrigado.

Agradeço a honra de tê-los aqui.

*(Levanta-se a reunião às 22h3min.)*

**Ata da 9ª Reunião Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 7 de dezembro de 1999.**

#### **Audiência Pública**

Às dezenove horas e trinta minutos do dia 7 de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores; Geraldo Cândido, Emilia Fernandes, Agnelo Alves e Romeu Tuma, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Álvaro Dias, Gerson Camata, Djalma Bessa, Amir Lando e Artur da Távola. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, tem como tema a "Violência na Mídia" e para expor sobre o assunto foram convidados a Sra. Marta Suplicy (Presidente do Grupo TVER), Deputada Maria Elvira (Presidente da Comissão de Educação da Câmara), Sra. Tatiana Merlo Flores (Pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires), Dr. José Gregori (Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça) e o Dr. Jorge Werthein (Representante da UNESCO no Brasil). A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados. Finda a

exposição, o Sr. Presidente abre o debate com os Senhores Senadores. Encerrado o debate, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às vinte e duas horas e trinta minutos determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador **Pedro Simon**, Presidente da Subcomissão de Rádio e TV.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Inicialmente, gostaria de agradecer a presença das senhoras e dos senhores que prestigiam este evento da Subcomissão de Rádio e Televisão e da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Temos orgulho, juntamente com os demais Parlamentares, de propiciar à sociedade brasileira esta rara oportunidade de reflexão sobre o tema de real importância para o País e para os nossos cidadãos.

Antes tarde do que nunca. Por uma Comissão injustificável do Parlamento, apenas neste ano o assunto começou verdadeiramente a ser debatido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Aliás, isto não é verdade, vamos fazer justiça, apenas nesses últimos cinco anos, esta matéria está sendo debatida como merece no Congresso Nacional.

Estamos vivendo um momento privilegiado para esse tipo de exercício de observação e análise sobre a comunicação de massa no País. Os meios de comunicação assumem, cada vez mais, o papel de mediadores das relações no mundo contemporâneo, especialmente a televisão que chega a ser considerada por alguns como verdadeira matriz dos valores sociais, superando nessa função a família, a escola, a Igreja e até mesmo os partidos políticos.

Estudos recentes revelam que as crianças do mundo inteiro passam, em média, três horas diárias em frente à tela da televisão, ou seja, gastam com a televisão, pelo menos, 50% mais do tempo que em qualquer outra atividade não escolar, incluindo a elaboração de deveres, convívio com a família e com amigos, leituras e lazer.

A verdade é que, ao dominar amplamente o cotidiano das crianças, a televisão transformou-se no principal fator de socialização. Que tipo de informação, que tipo de mensagem as nossas crianças e os nossos jovens estão recebendo por meio da televisão? Que impacto as cenas de

violência exibidas na televisão e nos vídeos podem ter sobre esses cidadãos em formação? Qual a responsabilidade dos poderes públicos, da sociedade e dos próprios meios de comunicação nessa questão?

O Parlamento brasileiro não pode mais se furtar a incluir essa questão entre seus objetos de Estado, entre a sua objetividade de estudo permanente. Ao lado de temas como educação, saúde, trabalho, família e tantos outros que tradicionalmente são discutidos no Congresso, precisamos dedicar atenção urgente à questão da violência na mídia, à sua relação com o desenvolvimento dos jovens e das crianças.

É por isso que temos a honra de estar nesta mesa redonda, nesta audiência pública, com a presença do ilustre Dr. Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil, da Dr<sup>a</sup> Tatiana Merlo Flores, pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires, da Deputada Maria Elvira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara e da nossa sempre Deputada Marta Suplicy. Esperamos, também, a chegada do Dr. José Gregori.

Agradecemos a presença de todos e a colaboração da Unesco, que lançou dois livros no Brasil, em conjunto com o Senado.

Vamos iniciar a nossa audiência. Penso que podemos conceder quinze minutos para cada um dos participantes e, posteriormente, realizar o debate.

Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Tatiana Merlo Flores, pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires, que nos honra com sua presença.

**A SRA. TATIANA MERLO FLORES** – (*Pronunciamento em Espanhol.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Sr<sup>a</sup> Professora, perdoe-me por interrompê-la, mas V. S<sup>a</sup> já falou por 30 minutos. Peço que V. S<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento.

**A SRA. TATIANA FLORES** – (*Prossegue pronunciamento em espanhol.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – A Professora Tatiana Flores, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, está fazendo um estudo em Paris e em Madri e, a convite da Unesco, está presente aqui. Ela veio diretamente de Madri. Agradecemos, com muito carinho, a S. S<sup>a</sup> por sua gentileza.

Agora, concedo a palavra a uma pessoa “desconhecida” dos senhores, mas que nos honra muito com a sua presença, a Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy.

**A SRA. MARTA SUPLICY** – Obrigada, Senador Pedro Simon.

Primeiramente, não vou resistir a falar do meu encantamento pela apresentação da Professora Tatiana. Muitas vezes, vamos a simpósios sobre violência e ouvimos as mesmas coisas. E a professora nos trouxe muitas reflexões novas. A sua apresentação foi muito interessante.

Atualmente, passamos por um momento que não é de mudanças, mas sim de ruptura. Há uma ruptura na questão da produção, na questão dos empregos. Há empregos que, há 30 anos, eram desconhecidos. Há uma reorganização da família de forma muito diferente do que a que havia há 40 anos. E a globalização e os meios de comunicação trazem novidades, apelos e comportamentos que não têm a ver com a realidade do nosso País ou da comunidade em que a pessoa está vivendo.

Segundo a Psicanalista Roseli Penac – gostei muito dessa fala e vou repeti-la –, vivemos num período de desvinculação dos vínculos afetivos, em que homens e mulheres seguem aspirando à intensidade emocional das relações. Ou seja, existe muita demanda afetiva, mas, quanto mais forte é a procura, mais escasso e difícil está sendo o milagre desse encontro. Quanto mais a cidade desenvolve pontos de encontro, mais sós se sentem os indivíduos. Quanto mais as relações se tornam livres, mais rara tem sido a possibilidade de encontrar uma relação intensa.

No esgarçamento desse tecido social, o jovem está tentando inserir-se. E o que mais influencia esse jovem? Quais são os seus modelos? Qual o desejo que ele constrói nesse tipo de sociedade na qual as regras, quando existem, não são cumpridas por todos, na qual os heróis são os mais espertos e, geralmente, os mais violentos e na qual o consumo é Deus? São nas falhas exatamente desse tecido social que se encontram as chaves explicativas dos atos de barbárie que temos presenciado.

Todo ser humano nasce com pulsões, os impulsos primitivos em estado bruto, que sempre vão em busca de satisfação. Essas pulsões ora são agressivas, ora são eróticas e lutam entre si e sempre foi assim em se tratando da humanidade. E o que faz essas pulsões serem domesticadas? Vão ser os pais, os familiares, a escola e hoje um dos instrumentos que também educam, que é a televisão. Segundo Freud, essas pulsões são adestradas, domesticadas e aprendemos a viver em sociedade através do recalque. Tudo isso é muito positivo, leva a uma vida em sociedade e faz com que as pessoas se conformem e não saiam por aí agindo de acordo com os seus impulsos e as suas vontades.



A barbárie é constitutiva do ser humano, mas não é uma fatalidade, e vai, sim, ser um produto da sociedade. A nossa sociedade não apresenta modelos que tolerem frustração, modelos pacientes, modelos que punam o comportamento errado com consequências. Também vemos que a nossa sociedade, cada vez mais, não está gratificando nem a criança nem o adulto de forma suficiente para que cada um possa abdicar desses impulsos, já que ele tem muita vontade de gratificá-los, pois estão todo o tempo lutando com esse fim e há uma sociedade que o educou de uma forma correta e ao mesmo tempo com gratificação que o compense por não agir de acordo com esses impulsos.

O sistema social em que vivemos deveria fornecer possibilidades de expressão, de transformação desses impulsos brutais e redirecioná-los para algo construtivo. É a educação que vai canalizar os impulsos vitais de modo construtivo, que organiza essa anarquia das pulsões, socializa a personalidade e vai-se estruturando através de regras e parâmetros. Em nossa civilização, que vive intenso momento de ruptura, a televisão é um dos instrumentos principais de influência. Quando começamos a ver a estrutura social sendo rompida, as pessoas ficam muito perdidas nessa organização. A televisão está ali com uma mensagem que a professora Tatiana expôs com muita precisão. Em momento de tranquilidade social, com professores bem pagos, com clareza do certo e do errado, sem receio de estabelecer os limites – hoje o professor tem receio nesse sentido porque pode ser vítima de agressões com gilete –, numa sociedade com famílias coesas, apoiadoras, estruturadas para apoiar a criança, para orientar o jovem com modelos e regras claras, num país sem recessão em que a possibilidade do emprego fosse tangível para a maioria, a aposentadoria fosse digna e a expectativa de um futuro promissor bastante alta, a televisão certamente, com seus aspectos perversos e modelos violentos, teria uma influência mínima numa sociedade desse tipo que estamos descrevendo e que está tão longe da nossa.

Mas não podemos negar – assim como assumiram em 1952 a Associação Médica Americana e tantas outras associações americanas, mais de 10, em 1982 – a relação significativa entre violência na TV e comportamento agressivo. Essa relação existe e, claro, não é só a televisão a responsável, mas, dependendo do esgarçamento social, esse impacto é muito maior ou menor. O pesquisador e um dos organizadores desse livro lançado hoje aqui – Joe

Groebe – pesquisou em 23 países e mostrou como as crianças utilizam os heróis de filmes de ação como modelo para enfrentar situações difíceis. Daí o que ocorre? A criança não aprende a arte da negociação. O desenho animado pode ajudar. Vi um desenho animado sueco, mostrado num simpósio, exibido por um canal sueco em que só apareciam desenhos animados sem qualquer espaço para o consumo. Um dos desenhos animados era encantador porque a criança aprendia com os bichinhos como dividir algo que os dois desejavam. Perceberam que se dividissem, os dois teriam acesso; se não dividissem, os dois perderiam aquilo que queriam.

O desenho animado, que é importado, ao contrário de ensinar a negociação, ensina a resolver a questão com um murro, com um soco, com uma bomba, com uma explosão, e isso vai sendo introjetado pela criança. Ela aprende que conflitos se resolvem dessa forma. Inclusive, tendo em vista os filmes a que ela assiste no decorrer de sua juventude, ela não aprende a arte de negociar, a não ser de forma extremamente violenta. Segundo pesquisas, principalmente os meninos, identificar-se-ão com esses modelos de heróis. Nos diferentes países pesquisados: África do Sul, Argentina, Espanha, Brasil e outros, 93% das crianças têm acesso à televisão; 44% não diferenciam a realidade do que vêem na tela e, em cada hora de programação, de cinco a dez cenas são de violência.

Há um texto interessante, publicado em 1998, pelo Governo do Rio Grande do Sul, intitulado: “A TV e a Violência: o Impacto sobre a Criança e a Televisão”, que nos mostra como a violência, na mídia, afeta o comportamento das crianças, primeiramente, pela questão da imitação. Não precisamos ser educadores para sabermos que a criança aprende todos os seus movimentos – falar, comer, etc. – através da imitação do adulto. Portanto, negar que a televisão seja uma fonte de imitação e aprendizagem é um absurdo! A criança aprende também imitando os modelos de que mais gosta, exatamente pela idade fantasmagórica, tendo em vista de ela, a criança, ter muitos medos e, por ela ser pequena e os medos grandes, são eles que vão protegê-la em qualquer situação difícil.

No entanto, os heróis da televisão são extremamente violentos e do bem. Eles não são do mal. Para que se chegue ao bem, pode-se matar, atropelar, fazer o que quiser, que está justificado. Isso também está introjetado como comportamento.

A violência na televisão, muitas vezes, é recompensada, porque se o fim é bom, não importa o

meio. Isso é danoso. Então, pode-se matar 300, trucidar 400, aprontar o que quiser para salvar não sei quem, que é o mocinho. Isso também vai dando uma visão totalmente equivocada do que é comportamento. A violência pode ser justificada nessas questões e vai se dessensibilizando. Ou seja, há uma extrema banalização da violência e, principalmente, uma falta de solidariedade para com as vítimas, que aparecem como algo normal.

A meu ver, Tatiana falou a respeito do aumento do medo, que também aparece quando a criança não é agressiva e tem dificuldades de assumir tal comportamento, ela se torna uma criança com bastante medo de se relacionar e de enfrentar situações, aumentando assim – a pesquisa mostra que isso é sério – o apetite pela violência. Quanto mais assiste a filmes violentos, mais filmes violentos quer assistir. Tanto é que todos esses filmes violentos são muito exitosos. A segunda parte desses filmes violentos, ou seja, a sua continuação, ainda é mais violenta do que o original, com o intuito de segurar ainda mais a sua escalada.

Em um contexto social degradado, como vamos pensar que os jovens, sem possibilidade de inserção social, não serão influenciados pela televisão? Para muitos desses jovens, a única forma de inserção é por intermédio da violência, a única forma de participar da turma é exatamente por meio da violência.

Por isso, não me surpreenderam os dados mostrados pela Tatiana no sentido de que eles são modelos deles próprios, porque os modelos se esgotaram, e o único modelo de inserção – não posso inserir-me numa família que não existe, numa escola que não tem um centro que me acolha – é através do meu grupo. Se, para este existir, ele tem que transgredir, é aí que vou me inserir. Aí fica muito claro porque a violência aumenta.

Além disso, e acho que a coisa é mais complicada, até com uma visão psicanalítica, se os meus impulsos mais primitivos não têm uma consequência suficientemente boa e gratificante para reprimi-los, não os reprimo mais. Se o que vejo mostra possibilidade de gratificação rápida, por que não tentar a via rápida ao invés de reprimir o que sei que não posso fazer? Um dia um menino da Febem disse-me: “Dona, sei que vou morrer cedo. E daí?” Quer dizer, não há o que perder. Esses impulsos não são mais controlados porque não há interesse, não há expectativa, não há o que fazer na vida. Vamos deixar os impulsos soltos e gratificá-los. O que, hoje, segura o indivíduo em condições adversas? A família? A Escola? A TV? O exemplo dos pais? O que fazemos com a res-

postas dessas indagações e os jovens? A relação que percebo entre a televisão e a violência é muito complexa. A televisão é um dos instrumentos que poderiam estar a favor da educação, da contenção de impulsos destrutivos e do consumismo exacerbado. Infelizmente tornou-se, no Brasil – e na maioria dos países – um instrumento que só visa ao lucro e é muito eficaz para a desconstrução da cidadania e para o fomento da violência.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra a Deputada Maria Elvira, Presidente da Comissão de Educação da Câmara.

**A SRA. MARIA ELVIRA** – Boa noite a todos. Agradeço ao Senador Pedro Simon o convite para participar desta mesa de discussão. Talvez, deste grupo, eu seja a menos especialista no tema, mesmo sendo educadora. A Comissão de Educação chegou ao tema por sua preocupação com as escolas de nosso País. No início deste ano, deparamo-nos com um índice enorme de violência e de vandalismo nas escolas públicas brasileiras. Naturalmente nossa Comissão, ao detectar o fato, preocupou-se em realizar audiências públicas, que foram realizadas em São Paulo e Minas Gerais. São Paulo foi campeão do **ranking** da violência com um índice de 40%. Minas Gerais está em segundo lugar com 25%. Espírito Santo e Rio de Janeiro não estão muito atrás, têm um índice de 21% e 17% respectivamente. Em São Paulo, tivemos a presença de Marta Suplicy em um debate na Assembléia Legislativa do Estado. Detectamos a violência, sabemos que é um grande problema, estudamos suas causas e chegamos ao grande impasse: “E agora, José?”. Pelo que disse a professora Tatiana, em uma das pesquisas mais interessantes que vi nos últimos tempos, não há como negar a influência do veículo televisivo na formação de jovens e adolescentes, na socialização do ser. Por outro lado, já sabemos dos problemas que existem na sociedade de hoje: a questão do consumo, da desagregação familiar, as dificuldades de nosso modelo econômico, o desemprego. Quando a batata quente chegará em nossas mãos? O que nós, legisladores, homens e mulheres, governantes deste País podemos fazer para coibir essa escalada, para segurar o que não vai parar? A tendência é de que a violência aumente cada dia mais.

Tenho um dado, um testemunho, só para exemplificar, da cidade de Cotia, na Grande São Paulo. O diretor de uma escola de Cotia relatou que sua escola foi assaltada quarenta vezes em um pequeno espaço de tempo. Relatou, ainda, a



existência de um outro colégio na cidade onde o diretor estava sendo obrigado a negociar com os traficantes. Terminou sua exposição afirmando que em 1999 já doze corpos foram encontrados nas imediações da sua escola.

A Deputada Iara Bernardi, que é nossa companheira de comissão, do PT de São Paulo, Sorocaba, estudiosa do assunto, numa das nossas audiências públicas, colocou a necessidade da criação de políticas públicas, em nível nacional, incluindo campanhas nas escolas, na TV, para solucionar o problema. Mas, vejam bem: vamos usar a TV, para combater a violência da TV. Penso que realmente o nosso problema é o seguinte: quem vai amarrar o sino no pescoço do gato? Porque todo o mundo, pessoas politizadas, responsáveis, sabem que, além do problema instalado, do problema econômico-social, da globalização, temos uma questão direta, que é a mídia brasileira, os homens que têm as concessões públicas dos canais de televisão, das rádios, e que, dentro de uma sociedade de consumo, mercantilista, precisam ter IBOPE, precisam vender publicidade, como disse a nossa Dr<sup>a</sup> Tatiana, a publicidade que vende a felicidade do consumo. Esses canais, essas TV estão aí para terem, agora, no ano 2000, suas concessões prorrogadas. Será que nós, daqui da Câmara Federal, vamos votar, de cabeça baixa, que essas concessões sejam todas renovadas, de todos os canais brasileiros, sem colocar, por meio do nosso governo, das nossas autoridades, todas que tivermos, o tipo de TV que queremos para o nosso País, para os nossos filhos, para os nossos jovens e adolescentes, para nossa civilização?

A questão é muito séria, porque nos coloca frente a um poder muito grande. Todos sabemos que a imprensa, a TV, é o Quarto Poder. Alguns dizem que é até mais forte do que os outros poderes. E realmente precisamos ter pessoas, como o Senador Pedro Simon, que tem, já há algum tempo, levantado esse debate nesta Casa, no Senado Federal. Aqui vejo a Senadora Emilia Fernandes também extremamente dedicada e interessada nesse assunto, e mesmo lá na Câmara Federal, humildemente, também temos debatido e incentivado a criação de grupos, ONG, no nosso estado, em Minas Gerais, já temos o grupo TVBem, em São Paulo, Bem Tver, que a Marta dirige, sei de outros na Bahia, quer dizer, essa consciência brasileira, do povo brasileiro, de que é necessário o controle social da televisão.

É, ao falar de controle social da televisão, também não me vou esquecer de outros produtos que estão aí envernizando a nossa vida, como, por exemplo, os **video games**, que alguns falam que se chamam vídeo crimes. Inclusive, há pouco tempo, tive a oportunidade de publicar um artigo, analisando a questão dos conflitos que os **video games** vêm trazendo, e, só para dar um exemplo, além da questão das pessoas, porque compramos **video games** em papelarias, alugamos **video games** em vídeo locadoras, ou até em lojas de brinquedos, esses **video games** são avassaladores na formação da cultura da violência, que a Unesco está abordando com muita propriedade, e inclusive instituiu o ano 2000 como o Ano Internacional da Cultura da Paz.

Como vocês vêem são várias frentes. Não vou nem me meter na Internet, porque vou ficar louca, nós vamos ficar loucos, porque ela é uma coisa ainda um pouco nova, ainda estamos pouco habituados à Internet. Naturalmente, há muito ainda a se fazer, em relação à legislação, em relação a um aprofundamento dessa questão do comércio eletrônico etc. e etc. Mas, com relação à TV, não há como fugir não só do debate, mas, a médio prazo, de leis, de normas, de códigos que instituem o nosso, da sociedade. Nós, pais, mães, o nosso controle das tevês, para que elas não se transformem, como estão se transformando, em nossas inimigas, em elementos desagregadores da nossa família. Inserem dentro de nossos filhos e netos valores que realmente a sociedade vive, uma crise de valores.

Então a janela está aberta para o ladrão entrar. A partir do momento em que estamos em crise de modelos, e aqui colocou muito bem a Dr<sup>a</sup> Tatiana, e a televisão traz modelos prontos, a maioria dos quais nós discordamos, porque não existe a preocupação com a ética com a moral, com valores universais e eternos, como a fraternidade, a solidariedade, a honestidade, então temos realmente uma tevê hoje que está prestando um desserviço à educação dos nossos filhos. Claro que tem que se respeitar a TV-Cultura, alguns esforços, programas de bom nível. Não vamos colocar todos no mesmo balaio. Mas no geral o que vemos na tevê brasileira, na sua busca de Ibope, é isso que estamos falando.

Então, numa linguagem muito clara, muito sucinta, quero dizer a todos que estão aqui que este é um problema muito sério. Se não domarmos esse monstro, porque ela pode virar um monstro, estamos criando uma bomba para explodir em cima de nós. Então, Sr. Senador Pedro Simon, Srs. Senadores brasileiros, senhores interessados e estudiosos no



assunto, Srs. Parlamentares, não podemos demorar mais. Estamos às portas do ano 2000, de um novo milênio que seguramente será diferente. Mas para isso cada um de nós vai ter que ter muita coragem. Vamos ter que ter **modus operandi** para realmente domarmos os veículos de comunicação para que eles não sejam inimigos nossos, dos nossos filhos e da nossa sociedade. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Concedo a palavra ao Dr. Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil, agradecendo a S. Ex<sup>a</sup> a colaboração, o apoio e a honra da presença de S. Ex<sup>a</sup> aqui na nossa Comissão.

**O SR. JORGE WERTHEIN** – (*pronunciamento em Espanhol:*)

(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Foi com satisfação que ouvi as referências do Dr. Jorge ao Dr. José Gregori.

É com muita alegria que damos a palavra ao Dr. José Gregori, Secretário Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Neste final de milênio, vivemos tantos problemas e tantas dificuldades, que, muitas vezes, não sabemos qual caminho seguir. E é com alegria que afirmo que o Dr. José Gregori é uma das poucas unanimidades que conheço no Brasil, unanimidade no sentido do apoio e da solidariedade, pela sua dignidade, pelo seu caráter e pela firmeza das suas ações à frente daquele Ministério. Creio que se pode ter várias hipóteses em termos dos rumos que o Brasil deve tomar. No entanto, com todas as pessoas que converso, na pior das hipóteses, o Dr. José Gregori continuaria ocupando seu cargo e, na melhor das hipóteses, iria para o degrau superior. Para mim, ele seria o líder principal do Ministério.

Com a palavra o Dr. José Gregori.

**A SRA. MARIA ELVIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**A SRA. MARIA ELVIRA** – Sr. Presidente, vou assistir ao início da exposição do Dr. José Gregori, mas, infelizmente, tenho um compromisso às 21 horas ao qual não posso faltar. Por isso, queria me justificar e me desculpar com o Dr. José Gregori.

Gostaria também de fazer um registro, que penso ser historicamente importante para a Câmara dos Deputados: a então Deputada Marta Suplicy foi a primeira pessoa quem falou em plenário sobre o controle social da televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. A minha palavra final seria sobre a Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy.

**O SR. JOSÉ GREGORI** – Inicialmente, quero agradecer o convite que, como foi feito pelo Senador Pedro Simon, tomo como uma convocação. O Senador Pedro Simon sabe que uma das minhas paixões é exatamente esse sentido libertário, essa maneira de trazer o coração em tudo, que poucas pessoas ainda conservam neste fim de século, tão mecanicista e tão desumano, mas o Senador Pedro Simon é um desses remanescentes. De maneira que todas as vezes em que o Senador Pedro Simon me convida eu venho, porque cresço, desmesuradamente, com a sua generosidade. Em segundo lugar, porque reconheço total legitimidade nesta Mesa para tratar desse assunto, porque são pessoas que, há muito tempo, vêm se dedicando a esse esforço, difícil, nem sempre compreendido, de melhorar o padrão e a qualidade da programação da tevê brasileira. E, de um tempo para cá, eu, modestamente, juntei meu esforço, em nome do Governo, em primeiro lugar, pela soma de solicitações que recebemos no sentido de que o Governo não podia ficar indiferente a uma programação de televisão que tem decaído. Em segundo, porque o meu assunto é violência, direitos humanos, e acho que, como não existe um fator, nem dois, nem cinco, responsáveis pela violência, mas muitos fatores, é impossível negar que a televisão, no Brasil, sobretudo pelas razões apontadas pelo Senador Pedro Simon, tem uma influência, colabora com outros fatores para que hoje estejamos a braços com um dos maiores índices de violência do mundo. Nesse sentido, começamos uma conversa aberta com as televisões, quer dizer, com aquelas que não dependem de assinatura nem de cabo, uma conversa que já dura quase um ano – vai fazer um ano agora – para levar a essas televisões essas preocupações, que refletimos, da sociedade, e ao mesmo tempo com uma cobrança que pode ser feita. Porque, se é verdade que a censura está proibida categoricamente pela nossa Constituição, e mesmo que não tivesse, eu sou de uma geração que sei, por experiência própria, o quanto a televisão é negativa, o quanto ela não é solução, é verdade também que a própria Constituição, que proíbe categoricamente a censura, coloca objetivos que devem ser alcançados na programação da televisão. É uma parte pouco lida, até pouco conhecida, mas está lá, com todas as letras, que as televisões, nas suas grades diárias, devem atender, na sua programação, valores

culturais, valores éticos da família e não pode ser uma televisão que deixe de levar em conta a multiplicidade regional brasileira. E também, independentemente da Constituição, existe o fato de que na tradição brasileira e de muitos países, a televisão é um monopólio do Estado, que o Estado abre mão em nome do pluralismo democrático. Mas não abre mão de uma maneira incondicional. Faz essa abertura de mão através de um contrato de concessão pública. Portanto a feição empresarial que a televisão assume não é uma equivalente se nós montarmos ou abrirmos uma mercearia, um supermercado ou uma loja de departamentos. Essas coisas triviais é que tenho conversado com as televisões no Brasil. Devo dizer que no começo eles levaram um bruto susto com essas trivialidades. Por quê? Porque durante anos e anos e anos e anos, pelo menos dez anos, desde a Constituição de 1988, que o final da censura tem significado para eles um vale-tudo sem limites, em que realmente os objetivos de ter audiência eram suficientes e que o Governo não tinha nada a ver com isso.

Essas conversas ainda não redundaram na proposta que fiz de que produzissem um manual de qualidade ou um código de ética que, depois, em uma etapa posterior de negociação, seria fiscalizado por uma comissão na qual não só as televisões, mas também a sociedade civil teriam representação para impor as penalidades a quem não obedecesse ao código.

Essas conversas têm sido difíceis porque, na realidade, devo confessar que, quase sempre, apesar de toda a cordialidade com que as televisões se comportam nessas conversas, sempre me sinto em um diálogo de surdos. De qualquer maneira, têm-me propiciado, em primeiro lugar, reforçar a luta de um Simon, de uma Marta, de uma Maria Elvira e de outras pessoas, personalidades ou segmentos que estão lutando há muito tempo por essa melhoria de qualidade. Em segundo lugar, porque sempre fica alguma coisa. Tenho ido para dentro das televisões conversar com os programadores, com aqueles que, afinal de contas, fazem o produto, e fica neles, sempre, essa minha dúvida.

Mesmo que eu não queira entrar nessa discussão tão rica, em que a pesquisadora e professora Tatiana deu uma amostra de como a pesquisa a respeito da influência da televisão, sobretudo nas crianças, é tão rica e cheia de ângulos, a verdade é que, como Secretário de Direitos Humanos que tem, na preocupação pela diminuição da violência, uma das suas razões de ser, não percebo, não contabilizo, não conto algum tipo de

contribuição, nesses cinco anos, das televisões abertas para diminuirmos a violência no Brasil, se essa violência é tão grande a ponto de, infelizmente – digo isso com o coração sangrando no Senado do meu País –, o Brasil ser um dos cinco países mais violentos do mundo, contando-se a violência pelo critério moderno de número de assassinatos por cem mil pessoas durante um ano. Por esse critério, a Colômbia é o país mais violento e, nós, infelizmente, em todas as pesquisas, estamos sempre situados entre os cinco mais violentos.

Se essa é uma realidade, não é possível que não se apele para que todos os setores que tenham algum tipo de influência nas condutas, nos comportamentos, nas maneiras de ser, colaborem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – S. S<sup>a</sup> está com uma imagem, uma mensagem mais amarga do que a tinha na última vez que falou aqui sobre entendimentos.

**O SR. JOSÉ GREGORI** – Mas quero melhorar um pouco essa amargura. Daqui a pouco.

De qualquer maneira, estou apenas passando, do ponto de vista das dificuldades, a necessidade de se persistir, Senador, porque acho que alguma resultante sempre existe, e não há dúvida alguma de que, como eu estou mais na trincheira desse entendimento com eles, devo dizer que chega a eles também seu esforço, o esforço da Maria Elvira, o esforço da Marta e dos elementos de contribuição teórica que a Unesco acaba de prestar com esse livro. Portanto, não estamos perdendo tempo. Mas há uma certa angústia de minha parte de chegar ao fim do primeiro ano sem ainda ter conseguido o código de melhoria de qualidade das televisões. Há uma promessa, mas nesta altura, pelo menos nós dois nesta sala temos o direito de sentir quando há mais ou menos firmeza da parte de quem faz essa promessa, e eu confesso, para não ser espalhado aí fora, que não estou sentindo tanta firmeza na promessa de que até o fim do ano vão me entregar.

Por isso mesmo é que eu, outro dia, quando nós, numa mesa-redonda que faço na Secretaria sempre que há algum crime bárbaro no País, reúno pessoas para refletir junto – e é claro que, com aquele crime do **shopping** de São Paulo, eu tinha que seguir esse meu costume, e convidei, também, pessoas de televisão – e quando encerrei, disse: “Olha, as televisões me fizeram a promessa pública de que até o fim do ano vão me entregar a minuta do Código”. Estou aguardando. Mas acho que poderíamos fazer uma coisa antes do fim do ano, que é uma experiência que

vai no sentido dessas conversas que estamos tendo, porque o objetivo é ter o Código. Poderíamos pegar o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, e fazer uma experiência das televisões abertas das 6 horas até meia-noite, para não haver violência, o que não significa nenhum tipo de censura. Vocês encontrarão 300 filmes, um melhor que o outro, um com mais público que o outro, que não tenha, necessariamente, tiro, facada, sangue, estrangulamento, estupro, etc. Assim também em novelas e também em outros programas que possam, verbalmente, mais jogar água no moinho da violência do que tirar. Fiz essa proposta, porque isso seria sexta, dia 10. Algumas televisões toparam, e por escrito. Inclusive trouxe as duas cartas que mandei para as televisões e as duas respostas que recebi, por escrito, para que fique registrado nos Anais do Senado. É sempre alguma coisa, porque, de repente, um brasileiro, daqui há algum tempo vai ver o nosso esforço. Duas televisões se prontificaram a seguir essa convocação feita. A Globo ficou de dar uma resposta até amanhã. Eu, dentro desse critério que só nós dois temos o direito de antever, não sinto muita firmeza, mas tive hoje uma boa notícia: é que os jornalistas, que são aliados naturais nesta causa, a maioria dos jornalistas, salvo um ou outro, por uma espécie de cabotinismo, mas a maioria dos jornalistas estão a favor dessa nossa luta pela qualidade na televisão.

Um jornalista me telefonou, dizendo que havia estudado a programação da TV Globo para sexta-feira e que, coincidência ou não, os filmes não seriam violentos. Ou melhor, o filme violento seria exibido após o prazo estabelecido, provavelmente à 1h30min. É uma boa notícia. De certa maneira, é uma boa oportunidade para diminuir o problema, exposto com muita propriedade pelo Jorge Wertheim, da pouca audiência da TV Cultura. As TV educativas têm pouca audiência comparativamente com as outras.

Gostaria da ajuda da Mesa e, sobretudo, do público, no sentido de, ao se referir à expectativa da programação sem violência que será exibida no dia 10, chamar a atenção do público para sintonizar as TVs educativas e a TV Cultura, que estão de corpo inteiro na campanha. Assim, vamos aguardar para ver o que ocorre na sexta-feira.

Um departamento da USP irá colaborar conosco, gravando, desde às 6 horas, toda a programação das TV abertas. Portanto, será fácil, a qualquer hora, verificar os programas.

Às vezes, temos que usar argumentos que sensibilizam. Se são empresários, preciso também usar argumentos empresariais. Não posso ter um discurso

apologético, porque dificulta a comunicação. Então, há uma carga de **marketing** nisso tudo. Se o SBT aceita uma idéia como essa e a TV Globo não, podemos tirar proveito dessa disputa. Vamos ter como aliada a opinião pública, que está começando a exigir de forma mais conseqüente a melhoria da televisão. E não são poucas pessoas nem pouco influentes. Ou seja, do ponto de vista que pode sensibilizar esses empresários de **marketing**, é um ótimo negócio.

O Senador Pedro Simon verá que, ao definir os parâmetros do que seria um dia na programação sem violência, reporto-me ao código que os próprios empresários da televisão elaboraram há alguns anos. Porém, eles esqueceram, talvez por distração, de fazer o capítulo das penalidades. Assim, o código da ABERT não entrou em vigor, apesar de ser até bem feito. Reportei-me a alguns artigos do código que colocam de forma muito precisa e inteligente a questão da violência e do sexo gratuito, da apelação.

Vamos esperar os resultados desse dia importante, que será a próxima sexta-feira, a partir das 6 horas. O único que terá condições de já, às 6 horas, estar observando isso é o Senador Romeu Tuma, que é madrugador. Entraremos no circuito bem mais tarde, não tão tarde.

Essa é uma maneira de forçarmos – dado que a lei não me autoriza a fazer mais do que isso – essa mudança de comportamento.

Penso que, para isso, o livro lançado hoje com a colaboração decisiva da Unesco é importante. Jorge Wertheim – eu não diria que ele é um brasileiro honorário – é um brasileiro nascido em Buenos Aires. Sempre quando me meto nos meus moinhos de vento, ele, imediatamente, vem em meu socorro. Ele me trouxe esse livro escrito em inglês. Realmente, uma das coisas que fizeram com que eu me decidisse a publicar, junto com ele, esse livro foi o seu estudo, que é muito bem-feito. Esse livro é muito bem-feito, porque traz uma centena de reflexões, mas não vai para o jogo fácil das certezas absolutas. O grande mérito desse livro é que nele são abordados e discutidos os problemas, mas, como disse a Professora Tatiana, nele se mostra que o que diz respeito aos comportamentos do ser humano e mexe com a alma é sempre uma caixa preta. Só os radicais, os extremados, têm certezas absolutas nesse campo.

Mas, independentemente dessa discussão – de se saber, de um a dez, qual é efetivamente o nível de influência que a televisão pode ter sobre uma criança –, é inegável, a quem é pai, a quem é avô, a



quem é tio, que essa influência existe. E, infelizmente, no Brasil, essa influência, pelo menos no que toca às televisões abertas, não está sendo positiva como poderia ser. Essa é a minha cobrança.

Um dos argumentos que eu usei com a Globo foi o seguinte: vocês são capazes de fazer, do ponto de vista técnico, programas que se comparam a qualquer televisão do mundo, mas, do ponto de vista de conteúdo, vocês até hoje não bolaram um Globo Cidadania, por exemplo. Mesmo que esse programa fosse apresentado às 6 horas da manhã, ele explicaria às pessoas quais são seus deveres e direitos, quais os documentos que as pessoas precisam ter e como obtê-los, etc.

No Brasil, há esse descompasso entre a parte técnica, que atingiu, sem dúvida alguma, o topo do mundo tecnológico, e a parte de conteúdo, que não tem colaborado para a diminuição da violência no Brasil.

Senador Pedro Simon, mais uma vez, tenho de agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade que me deu. Vou deixar aqui, para serem registradas nos Anais da Casa, as duas cartas que enviei e as duas respostas. Se vierem outras respostas, eu as enviarei a V. Ex<sup>a</sup>. Se não houver mais que duas respostas, somando a das televisões educativas e de cultura, talvez devesse haver uma conversa nossa para sabermos por que não toparam e, diante dessa negativa, o que devemos fazer. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Feitas as exposições, concederei a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Romeu Tuma. A Senadora Emilia Fernandes também está inscrita. Todos estão inscritos.

Concedo a palavra Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sabemos do impacto da radiodifusão, da televisão, o diagnóstico foi apresentado aqui a respeito da influência desses meios de comunicação na formação do comportamento. Boa parte de minha vida a vivi, digamos, do outro lado, ou seja, não no lado das causas, mas dos efeitos da violência, tendo em vista ter lidado com a parte policial por mais de 40 anos, sei da dificuldade de lutar contra a violência.

Todos os participantes desta luta na linha de frente fazem um trabalho sério, tais como a Deputada Marta Suplicy, Professor José Gregori e outros, tendo em vista a idéia maravilhosa do Senador Pedro Simon de criar esta Subcomissão, que procura atingir o âmago da cultura da violência. Portanto, o diagnóstico apresentado pela Professora Tatiana, faz-nos repassar alguns fatos que enfrentamos no passado e

que até hoje os enfrentamos. Lembro-me do caso do Joseph Mengele, uma apuração criminal do médico nazista em que a televisão apresentava diariamente fatos novos, descobertos durante as investigações da identificação de ser ou não o cadáver de Mengele. O que quero dizer é que as crianças, além dos adultos, também assistiam àquelas investigações. Visitando alguns países, pude perceber a fascinação que demonstravam as crianças para verem o esqueleto, ou seja, a reconstrução do rosto de Mengele – parecia uma coisa cinematográfica. Então, essa indicação que a senhora apontou na sua pesquisa, de que a criança vê telejornal e conhece profundamente tudo que acontece, as perseguições, os homicídios, os suicídios, é verdadeira. Quantas vezes, Deputada Marta Suplicy, apelávamos para que a mídia não divulgasse determinados tipos de ocorrência, que tinham o espírito de imitação, e que era veiculada dias e dias seguidos. Dou um exemplo muito claro: o próprio suicídio ou a ação a que a senhora fez referência, de vingadores que pegam a arma e começam a atirar indiscriminadamente sobre pessoas inocentes que nada têm a ver com a sua postura, são em repetição do que viram pela programação televisiva, onde o criminoso, o assassino é visto como um herói. Então, essa cultura da violência é tremendamente perigosa. Nós, avós, pais e outros parentes, para agradarmos os nossos netos, ou filhos, lhes perguntamos o que eles querem ganhar – e isso aconteceu comigo – quando o meu neto disse-me que gostaria de ganhar umas figurinhas do Pokemon. Então, lhe perguntei: o que é esse negócio de Pokemon? E ele: – Ué, vô, o senhor não vê televisão? – Não. E ele: – Então, hoje à tarde o senhor vem aqui que eu vou lhe mostrar. Pokemon é um filme japonês, de exportação permanente e que, como outros “heróis”, os bonecos se transformam em veículos, e que o Japão exporta bilhões de dólares.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Esse filme é campeão de audiência nos Estados Unidos.

**O SR. ROMEU TUMA** – Não é só um campeão de audiência, trata-se da venda do produto, do **marketing** em torno desses bonecos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Pode falar para o seu neto que, para o meu filho, faltam cinco figurinhas. (Risos.)

**O SR. ROMEU TUMA** – O meu neto, de quatro anos, Senador Pedro Simon, mostrou para a avó um mapa enorme, creio que tinha mais de cem figurinhas, indicando para ela o que ele tinha e o que não tinha, e o que seu colega de escola tinha.

**A SRA. TATIANA MERLO FLORES** – (*Pronunciamento em espanhol.*)

**O SR. ROMEU TUMA** – Parece-me que, no Japão, o filme ou o video game utilizado trouxeram consequências neurológicas graves para várias crianças.

Dr. José Gregori, trata-se de uma luta difícil. Sei da sua dificuldade, mas sei da sua capacidade e vontade férreas de, com paciência e dedicação, vencer os obstáculos. Tenho certeza absoluta de que dia 10 será o Dia da Não-Violência no Brasil.

Vamos fiscalizar! Cada um de nós, no plenário da Câmara ou do Senado, deveremos fazer um discurso...

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Romeu Tuma. Se V. Ex<sup>a</sup> deixar sua cópia aqui, poderíamos aprovar a matéria agora. Amanhã, esta Comissão mandaria uma carta às televisões, comunicando a aprovação e colocando-se à espera da resposta. No caso, haveria o endosso da Comissão.

**O SR. ROMEU TUMA** – Eu já até ultrapassei meus dois minutos, mas gostaria de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, por esta iniciativa. Estes debates são exemplos a serem seguidos. Tenho a impressão de que a TV Senado está com uma boa audiência hoje. Muitas pessoas tomarão conhecimento e serão mais alguns aliados nessa luta.

Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, o Plenário me solicitou que fizesse uma pergunta: como construir e institucionalizar algo, num ambiente regulatório, onde as reflexões feitas durante este debate, principalmente, pelos titulares da Mesa, possam efetivamente influenciar os conteúdos de rádio e TV sem, em nenhum momento sequer, resvalar a possibilidade de censura, o cerceamento à liberdade de informação e expressão? O que seria construído para institucionalizar o desejo de um controle mais regulatório sobre a TV, principalmente com a expulsão, ao máximo, da violência?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Sugiro que, primeiramente, ouçamos a exposição dos quatro Srs. Senadores que ainda não a fizeram.

Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Muito obrigada, Sr. Presidente da nossa Comissão, Senador Pedro Simon. Mais uma vez, registramos a importância da iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, particularmente a realização desta audiência. Estão presentes aqui pessoas ilustres, dando seu depoimento e compartilhando experiências, na busca de

alternativas comuns. Entidades da sociedade e Parlamentares estão trocando experiências até com outros países, uma vez que temos a presença da Professora Tatiana Merlo Flores e do representante da Unesco no Brasil, Sr. Jorge Werthein, que muito nos honram.

Fiquei um tanto prejudicada tentando participar de duas atividades concomitantes. Mas ressalto a qualidade da experiência que a Professora Tatiana nos traz e de questões pontuais que precisam logicamente ser aprofundadas, a partir de um trabalho ao qual daremos continuidade em nossa Comissão.

Gostaria de pontuar rapidamente algumas questões expostas pelos presentes. A presença da Unesco, representada pela pessoa do Sr. Jorge Werthein, integrada não apenas no lançamento da obra com a qual compartilhamos, mas também no trabalho incessante de construir a conscientização da cultura da paz. A paz não extrapola apenas a questão apenas da ausência da guerra, mas ela entra diretamente na vida das pessoas, no dia-a-dia, dentro das famílias, no local de trabalho, nos meios de comunicação, principalmente na integração solidária de pessoas e de nações.

Assim, a Unesco está desempenhando esse papel que considero fundamental. Tenho certeza que a campanha da Cultura da Paz será vitoriosa, a partir do ano 2000, quando teremos resultados concretos da conscientização do povo a respeito.

A Dr<sup>a</sup> Tatiana fez considerações que não vamos nem aprofundar como gostaríamos, mas que temos que analisar. Os jovens são modelos para os adultos. O que realmente está faltando para que nós, os adultos, possamos também representar uma referência, um modelo, enfim, em que eles possam espelhar-se. Quer dizer, onde está a falha? Será que realmente isso é como algumas pessoas dizem, ou seja, a violência é coisa da juventude? Não, a juventude não é violenta. A juventude está violenta. Nós temos que buscar as causas dessa violência, até para que possamos evitar maiores consequências.

Chamou também a minha atenção uma das perguntas que a professora colocou em sua pesquisa: podemos confiar na maioria das pessoas? Eles dizem, em sua grande maioria, que não, nem sempre. Isso significa que nós, os adultos, estamos errando e que temos que bater no peito e fazer urgentemente uma avaliação. Isso porque eles estão dando essa resposta.

Há poucos dias afirmava, em uma entrevista, quando me perguntavam sobre o rádio, que a televisão tinha uma ação muito solitária e que o rádio

parece provocar-nos. Isso porque nós estamos ali interagindo, não ficamos isolados, não ficamos silenciosos, nós não paramos e o rádio continua dando sua mensagem. Tentamos fazer uma reflexão a respeito.

Outra questão é que na Argentina 98% da população têm preferência por produção local. Aí nós temos um canal que aponta para alguma coisa a ser construída.

Ao final, vou dirigir-me ao Dr. Gregori.

A Maria Elvira, acho que também a Presidente da Comissão de Educação, chamou a atenção para um ponto que tem sido muito questionado no Senado, na Comissão de Educação. E precisamos encontrar – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Simon, é um dos grandes questionadores – uma solução mais objetiva para a questão da concessão de rádios e televisões. Da forma como estão sendo votadas e aprovadas essas concessões, no Senado da República, na Câmara dos Deputados, vai-se perpetuar, no Brasil, a questão da falta de meios de comunicação de qualidade. Aqui nós não estamos avaliando a parte de conteúdo, de mérito. Nós estamos apenas avaliando a documentação apresentada, os nomes daqueles que são ou não os donos das rádios e às vezes, diga-se de passagem, isso não é assim tão claro. É isso que se vota aqui. Não se analisa o mérito. Enquanto não se analisar a questão do mérito na renovação e concessão de rádios, nós vamos continuar pecando tranquilamente.

Essa foi a provocação que a Maria Elvira me deixou.

Chamaria também a atenção para que o fato de que os projetos, os processos relativos a rádios comunitárias, a TV educativas, a TV culturais estão parados no Ministério das Comunicações, sem nenhuma explicação. Por quê? Se nós queremos aperfeiçoar isso, Dr. Gregori, por que se impede que reprodutoras de TV culturais, que são as que estão dando uma boa mensagem, sejam impedidas de atingir o interior deste Brasil? Essas são perguntas que talvez até possamos ao final do nosso trabalho responder.

A Marta falou muito bem, com o conhecimento que tem a respeito, sobre a questão do modelo. Quer dizer, é sem dúvida o modelo que precisamos traçar e dar uma visibilidade maior. Ou a sociedade faz um grande pacto de construção de um novo modelo, também para os meios de comunicação, ou vamos continuar tendo os dados, tendo os números, indignando-nos de que o Brasil está entre os cinco países mais violentos, mas as coisas continuam acontecen-

do, porque as ações concretas não acontecem. E aí eu chegaria na fala do Dr. José Gregório, e vejam que não estou questionando, mas apenas pontuando, até para que me corrijam ou aprofundem. Dr. Gregório, acho que a idéia que V. S<sup>a</sup> traz do dia 10 é excelente. Eu faria um apelo também, de que a nossa TV Senado, a nossa Rádio Senado que, graças a Deus, estão dentro dos parâmetros de qualidade, bons parâmetros de qualidade, mas que utilizasse também esse dia para fazer a campanha, um trabalho de conscientização de quem ouve em cima da qualidade do que assiste e do que permite que os seus filhos assistam e os nossos netos também. Então, aqueles que estão dando o bom exemplo, eles que invistam, provocando a sociedade brasileira. E aí entram as TV educativas, a TV cultural, que provoquem porque não nos assistem mais, enquanto às vezes as nossas crianças estão todas lá, assistindo a programas de violência e de sangue. Vamos trabalhar os dois lados, mostrando a boa qualidade, mostrando o bom trabalho e como pode ser feito. Além disso, Dr. Gregório, temos uma idéia, dentro dessa linha que V. S<sup>a</sup> falou, de que a educação, dentro de uma visão baseada nos direitos humanos de justiça, de solidariedade, de construção de valores, de posição crítica das pessoas, tem que se dar dentro da educação formal e na informal. Então, fizemos um projeto aqui, oriundo da Câmara, que instituiu a educação para os direitos humanos e a política nacional de direitos humanos. Foi oriundo da Câmara dos Deputados, mas veio ao Senado e ampliamos esse projeto, fazendo com que todos se sentissem responsáveis, empresários, trabalhadores, meios de comunicação, escolas de formação de professores, de policiais, e as crianças dentro das suas escolas, desde a pré-escola até o ensino superior. E esse projeto voltou à Câmara e ele podia ser, de alguma forma, acelerado. Precisamos de ações concretas. O Governo não pode deixar determinados projetos descansando por anos a fio, ao invés de serem votados, implementados, corrigidos. Enfim, propusemos aqui um telefone, em nível nacional, que seria o de combate à violência, do disque violência. Quer dizer, qualquer pessoa deste País, assim como chega ao telefone público e acessa a polícia, acessa o corpo de bombeiros, acessa uma ambulância, por que não termos um número, mas de fácil acesso? Não podemos colocar um número com 10, 15 dígitos, porque ninguém vai decorar e na hora em que mais precisar não terá como se lembrar. Então, três números, 147, chega lá no telefone, até uma pessoa cega conseguirá discar, se alguém lhe disser, porque é exatamente um número abaixo do outro na primeira



fileira. Teríamos à disposição do Brasil para se combater qualquer forma de violência que estivesse acontecendo contra qualquer pessoa, crianças, jovens. São ações concretas. Alegam que é difícil, porque há uma interferência do Poder nas empresas privadas, é projeto autorizativo, o Senado não tem que estar fazendo isso... O Presidente da República, os governos não precisam nem de sugestão. Os fatos estão acontecendo, os dados estão aí. Precisamos de resultados. Mas quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Senador Pedro Simon pela iniciativa porque realmente acredito. Sou uma pessoa esperançosa, apesar de toda a minha posição. Acredito que, a partir desse trabalho, o Brasil vai ser diferente em relação aos meios de comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – E agora um Senador que, além de ser Senador, está do outro lado. Conhece rádio, jornal, televisão, com 50 anos de profissão. Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, realmente, reúno algumas condições. Participo de uma sociedade que tem rádio, tem televisão, tem jornal, e sou, além disso, também jornalista profissional. Agora estou, não sei por quanto tempo, Senador da República.

Penso que tudo o que foi dito aqui é extremamente válido. Quem tem o mínimo de sensibilidade pública sente isso na flor da pele, onde quer que esses assuntos sejam abordados por duas ou mais pessoas.

Há algumas coisas que não se podem negar neste País. Nenhuma criança mais quer ser Super-Homem, quer ser Flash Gordon, nem existe mais, Tom Mix também já passou, Capitão Marvel também não! Você quer ser Fernandinho Beira-Mar, porque é promovido todos os dias, de todas as maneiras, como um grande herói, em quem nem a polícia, nem o País, nem o Exército, nem as Forças Armadas, ninguém consegue botar a mão, embora continue exercendo a sua atividade “profissional”, de receber a droga, refiná-la, repassá-la e levá-la para outro país.

Então, fica difícil. É pena o Senador Romeu Tuma não estar aqui, porque S. Ex<sup>a</sup> foi o último xerife que as crianças quiseram imitar. De lá para cá, ninguém quer ser polícia. Ninguém mais quer ser polícia. Só se não houver outro jeito, entra para a polícia. “Meu filho, você vai ficar sem trabalho; então vá ser policial!” Começa a ser “descascado” todos os dias pela imprensa. Desvalorizou-se de tamanha forma a polícia que, hoje, não dá mais para ser

policial, porque é um bandido fardado, pelo menos na concepção da sociedade.

Quanto aos direitos humanos, se me permitem, gostaria de dizer que hoje só se fala em direitos humanos. Talvez não seja esta a filosofia, com toda certeza não é a doutrina, mas quando se fala em direitos humanos, fala-se em favor do bandido. Nunca se viu uma campanha pelos direitos humanos da vítima, da viúva que ficou chorando, dos filhos que ficaram órfãos. Há uma invasão nas cadeias? Não, não há mais invasão de cadeia. Há invasão dos bandidos nas delegacias. A polícia não vai mais atrás de bandido, por quê? Eles é que vão lá, rendem os policiais, soltam todo mundo – todo mundo, não, os bandidos, os colegas – e se mandam. E é um ato heróico. Há manchete nos jornais, transmite-se a indumentária dele. Há uns que não estão, sequer, mascarando-se; estão entrando tranquilamente, mostrando a cara. Há rebelião numa cadeia, as televisões e as emissoras de rádio vão para lá e são incapazes, de dizer que fulano de tal que está aqui preso, condenado a 40 anos, porque matou, estuprou, esfolou; não dizem! Só dizem que é vítima de maus-tratos, que a cadeia é superpopulosa, como se ali fosse uma igreja, em que todos estivessem rezando. Não, não! É cadeia, e os presos, “coitados”, dizem que sofreram e que só saem de lá se vier a câmera de televisão, o repórter. E a câmera vai. Vai o juiz, o padre, o vigário, a freira.

Digo a V. Ex<sup>as</sup>: faço minhas as palavras da Senadora Emilia Fernandes, com relação a cada um sobre a pesquisa feita pela ilustre conferencista. Tenho essa preocupação, mas uma preocupação hoje aliviada, porque não vejo ninguém com interesse de resolver. Vejam o caso das concessões de rádio e televisão! Tenho concessões, mas ninguém nunca me disse que quem tem concessão de rádio ou televisão precisa dedicar tantos minutos diários à educação, a isso, aquilo... não tem nada, como disse a Senadora Emilia Fernandes, fulano de tal, beltrano, filho, pai, tio, do Senador, do Deputado, do Ministro, não sei mais o que, e tem a concessão do milionário. Não custa nada estabelecermos aqui que para ter a concessão precisa obedecer um calendário mínimo. Tomou-se horror à palavra censura neste País, mas duvido que alguém aqui fique nu aqui nesta sala para todo mundo querer cobrir, tirar da sala, e não é uma censura, andar nu no meio da rua, andar nu nesta sala, porque não se estabelece um código das coisas que podem ser feitas às 2 horas da tarde, outras que só podem ser às 20 ou 22 horas. É muito simples, é só querer. O Dr. Gregori está há um ano conversando

com as televisões, não estão levando a sério. Sou dono de televisão também, infelizmente se não entrar nesse time...

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Senador, permita-me, a questão da lei das concessões até consta na letra fria da lei alguma coisa que exige, que daria um parâmetro, só que do outro lado não tem fiscalização e nós aqui do Congresso Nacional temos que dar a mão à palmatória quando analisamos um projeto não entramos nesse detalhe, porque a orientação é técnica, então estamos falhando.

**O SR. AGNELO ALVES** – Entra o outro lado que é da falta de punição. Não se pune. Se tem na letra da lei que é preciso fazer isso e aquilo, e o Congresso vota sem exigir que foi feito, e na renovação, renovava-se todo dia, na semana passada renovamos o SBT, não foi exigido nada, está ali, não foi dito se não obedeceu àquele ponto, àquela lei, não foi dito nada, não foi examinado, ninguém perguntou. Então penso que estamos auto-reconhecendo as nossas próprias faltas, nós é que não estamos diligenciando, nós é que não estamos providenciando. Lei neste País tem demais, a Constituição é um estatuto de quantos artigos, não sei mais, todo dia se reformula, e ela cresce cada vez mais, engorda. Leis votam-se a torto e a direito, são muitas leis. Passa-se um ano, dois, três examinando uma lei com o maior cuidado nas Comissões das duas Casas, Comissão de Constituição e Justiça, Assuntos Econômicos, Educação, plenário da Câmara, plenário do Senado, e chega um simples juiz de 24 anos, que tomou posse ontem, concede liminar e revoga aquela lei. Então, o Congresso legisla, o Presidente sanciona, o **Diário Oficial** publica, e um juiz com 24 anos, revoga com uma liminar, coloca dentro da gaveta e fica esquecida. Se não houver alguém que insista, que mexa, fica lá esquecido, então há uma omissão nossa, de toda a sociedade, de todos os homens de rádio, de jornal, de televisão, Deputados, Senadores, Congresso, Presidência da República, Poder Executivo, Poder Judiciário, há um relaxamento de tudo. Infelizmente sabemos que tudo isso que V. Ex<sup>as</sup> falaram é verdadeiro, a pesquisa dela é fantástica, mas confesso que não me surpreende porque sentimos essa questão à flor da pele, onde quer que duas ou mais pessoas conversem em qualquer esquina deste País. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Senador Geraldo Cândido.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Tentarei ser breve. Perdi a exposição inicial da Tatiana, da Marta e dos demais, estava em outra comissão de audiência

pública. Infelizmente não posso me desdobrar em dois e acabei sendo prejudicado, porque penso que o debate é muito importante.

Quero fazer algumas considerações. Ouvi a intervenção do José Gregori e quero dizer que não se trata de impor censura, não é isto. A censura foi um instrumento autoritário utilizado pela ditadura militar e que foi combatido por nós durante muitos anos, e hoje voltarmos a impor a censura seria absurdo, um retrocesso muito grande.

O que se pode fazer é uma lei que regulamente as programações dos canais de televisão, que é o principal veículo de comunicação de massa, ela entra no lar do cidadão, mostra imagens de violência, de pornografia e programas que não possuem nenhum critério para sua apresentação. Há quadros horríveis, tipo *Ratinho da vida*, *Leão Livre*, quadros do programa do Sílvio Santos que também são horríveis, o *Topa Tudo por Dinheiro*, onde o cidadão é exposto ao ridículo para ganhar um dinheirinho. É um absurdo, é um acinte feito ao ser humano este tipo de programa. Há também um quadro do Programa do Faustão, o *Sushi Erótico*, em que uma moça nua fica deitada e alguns homens comem com pauzinhos a comida colocada sobre o seu corpo. Penso que isto é complicadíssimo, estes programas não educam ninguém, muito pelo contrário. Este tipo de cena necessita de uma regulamentação para ser apresentada ao telespectador.

A nossa Constituição diz que é livre a manifestação de pensamento, de expressão, de comunicação, independente de censura ou licença. Está claro, então, todos podem se manifestar, mas penso que deve haver um limite, não é porque a Constituição permite que tudo pode ser escancarado. Até porque a lei no Brasil não é igual para todos. A Senadora Emilia Fernandes acabou de dizer que fizemos aqui, há duas semanas, uma audiência pública, e fui o autor do requerimento, para discutir a questão de comunicação de rádios e televisões comunitárias. Tivemos uma boa discussão, compareceu um juiz de Minas Gerais, um representante da Anatel e um representante da rádio comunitária estava presente também. Sete mil processos estão no Ministério das Comunicações e ainda não receberam outorga para funcionamento. Muito pelo contrário, penso que funcionam, a Anatel entende, são emissoras chamadas de clandestinas, mas como são emissoras clandestinas se possuem registro em cartório? Isto não é ser clandestino. O cidadão vai até o cartório e registra em nome de uma comunidade, ou de um sindicato, ou de uma

associação comunitária, então não é clandestino. Pode ser que não tenha outorga para funcionar, mas daí a ser clandestino...

A Polícia Federal vai lá, aí, sim, baseada numa lei retrógrada da época da ditadura, e junto com a Anatel lacra a rádio, apreende o equipamento, o cidadão é processado e enquanto isso o Senado vota todos os dias a renovação de concessões para emissoras de televisão. Eu votei contra todas as concessões desde que entrei nesta Casa, porque penso que é um absurdo, não há regulamentação. Por que o Conselho Nacional de Telecomunicações não funciona? Enquanto o Conselho não funcionar, para fazer as regulamentações, não votarei a favor de nenhuma concessão. Mas aqui todos os dias são dadas concessões para emissoras de rádio e televisão, quase todos os dias aqui na Comissão de Educação. Então são esses absurdos que acontecem no Brasil e precisam ser corrigidos.

Apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 457/99, que chamo de telespectador educado. O que é isto? O que propus, e foi aprovado na Comissão de Educação, é a introdução no currículo escolar de uma disciplina de comunicação de massa já a partir do ensino fundamental. O que acontece é que muitas vezes a criança é levada a assistir a essas programações imorais que estão por aí pelos próprios pais, mas se a criança for educada a partir da escola, se houver um debate entre a sociedade sobre como o cidadão deve ser educado, ele vai ver os programas de televisão fazendo uma outra leitura, tanto os programas de televisão como os de rádio ou jornal. Por isso acredito que um telespectador educado, no caso uma criança, ele pode até mesmo questionar o pai e a mãe sobre o programa que estão assistindo. É abrir o debate para a sociedade, saber que programação ele quer assistir e até questionar os meios de comunicação. O fato é que as televisões comerciais ganham dinheiro em cima de fatos sensacionais. As TV por assinatura, como a Net, são mais criteriosas, têm programação melhor, as piores são as TV de sinal aberto, que têm programação da pior espécie.

Portanto, defendo que haja efetivamente um código de regulamentação de funcionamento da televisão e que deve haver um conselho nacional de educação para discutir e para regulamentar. A posição da nossa Bancada de Oposição é a de não votar concessão enquanto essa questão não for regulamentada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon)** – Agradeço, mas são 10 horas. Creio ser importante ouvir nossos painelistas, começando pela Marta Suplicy. Quero dizer que faço questão de salientar o que foi dito aqui pela Deputada Maria Elvira. A Marta Suplicy foi quem, na Câmara, como Deputada, iniciou, quem primeiro debateu, primeiro discutiu, quem primeiro fez estudos e reuniões e agora é Presidente de um belíssimo grupo de trabalho, em que tive oportunidade de ver pessoas de primeiro mundo e de alto gabarito e está coordenando uma atividade como essa numa entidade não-governamental em São Paulo.

Agradeço a presença da Marta Suplicy e, com prazer, concedo-lhe a palavra.

**A SRA. MARTA SUPLICY** – Obrigada, Senador Pedro Simon, agradeço o convite e serei rápida, pois terei que sair logo após a intervenção. Infelizmente não poderei ouvir as respostas, mas ouvirei pela televisão, pois sei que está sendo gravado e as ouvirei depois.

Gostaria de fazer duas colocações: uma, ao Sr. Jorge Wertheim, responsável pela Unesco no Brasil. Há a necessidade imperiosa de as pesquisas existirem aqui e, como a Unesco financiou esse Projeto na Argentina, poderia financiar aqui no Brasil algum projeto sobre o impacto da televisão no comportamento.

Temos, desde 1986, o que começou com o Programa da Xuxa, a erotização dos programas infantis e não temos um estudo sobre o que aconteceu com nossa criança. Temos olhos e vemos, isso toda mãe vê, todo educador vê, mas, profundidade desse impacto não temos.

Em relação às crianças negras também não temos mas, outro dia, uma professora psicóloga, que trabalha com jovens de 8 a 12 anos, meninas negras e pardas enviou-me uma carta contando que pediu para as meninas se desenharem e todas, 100% delas, desenharam-se loiras de olhos azuis. Isso, evidentemente, tem a ver com as apresentadoras infantis no Brasil e metade da nossa população é negra ou parda. Não se pode evoluir nas políticas públicas e tomar decisões se não se tem um diagnóstico e não se tem um diagnóstico no País de seu instrumento mais importante de educação. Essa é uma realidade, pela qual farei um pleito à Unesco para que financie uma universidade, alguma organização para que desenvolva essas pesquisas.

A outra questão é com relação ao Secretário dos Direitos Humanos, que conheço há muitos anos e por quem tenho respeito e carinho, mas pensemos o seguinte: hoje estou aqui como representante da so-



cidade civil, não sou mais Deputada. O Senador Pedro Simon e a Deputada Maria Elvira estão na Comissão de Educação levando essa questão da televisão. Eles têm o poder que pertence ao Legislativo, estou na sociedade civil e ajudo a organizá-la para fazer pressão. Mas V. S<sup>a</sup> fala muito bem, muito doce, mostra-se nosso aliado, mas estou na sociedade civil, S. Ex<sup>as</sup> no Legislativo, mas V. S<sup>a</sup> está no Executivo, não está no lado de cá, tem poder e a realidade é que há um ano estamos sendo enrolados com esse vai-e-vem. O Ministério das Comunicações, o Ministro Pimenta da Veiga, no começo do ano, falou ao grupo TV, para mim e para o Vice-Presidente, Laurindo Leal Filho, que foi comigo, que as audiências públicas, para discutir exatamente a Lei Geral de Comunicações de Massa, começariam a acontecer. Estamos no final do ano e não foi feita uma audiência pública sequer! E agora eu soube – eu não sabia que havia sido votado – que já foi feita uma renovação de concessão. Então, penso estar muito estranha essa questão! De um lado, vemos o Ministério das Comunicações fazendo ouvidos moucos, e, de outro lado, o Secretário de Direitos Humanos se batendo para essas televisões, ou sendo enrolado, ou não sei o que, e, enquanto isso as renovações, as concessões, porque este é que é o ponto, passam por aqui, são aprovadas, pelo menos uma foi, outras menores também devem ter sido, mas o SBT é uma grande televisão, e provavelmente 15 anos, porque era essa a proposta. Aliás, na Lei de Comunicação de Massas, teríamos direitos, como cidadãos, e os Deputados e Senadores, como Legislativo, de termos acesso, nem eles têm. Vazou para a Internet e, depois do vazamento, na página do Ministério, foi colocada um ou dois dias e sumiu novamente a lei. Essa lei foi elaborada na época do Serjão, foi modificada pelo Mendonça de Barros, segundo o Ministro Pimenta da Veiga me disse, e está lá, parada, há quantos anos! E agora todos nós fazendo esse papel e o senhor também fazendo o seu – de que lado é, não sei –, mas o senhor tem uma responsabilidade diferente da sociedade civil e do Legislativo. O senhor é Governo, e como Governo podia estar atuando mais seriamente há um ano, e não está!

Estou esperando, depois de tanta coisa, por essa resposta. Esperarei o Secretário se pronunciar, depois vou me retirar, porque entendo que seria indelicado eu não escutar.

**O SR. AGNELO ALVES** – Só um detalhe, foi aprovada na Comissão, ainda não foi ao Plenário.

**A SRA. MARTA SUPPLY** – Ninguém soube, ninguém viu. Gente, isso é um absurdo!

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Penso que a Deputada Marta Suplicy foi um tanto quanto exagerada para com o nosso Secretário, que não tem nada que ver com o Ministro.

**A SRA. MARTA SUPPLY** – Sim, mas é Governo igual, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – A lei tem que passar pelo Congresso, somos tão culpados quanto ele.

**A SRA. MARTA SUPPLY** – Mas ele tira o poder....

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – O Ministro vai falar em último lugar, portanto, V. Ex<sup>a</sup> terá que permanecer até o fim para ouvi-lo.

**A SRA. MARTA SUPPLY** – Essa estória de ficar falando com as televisões dilui a pressão no Ministério. Isso tem que ser esclarecido, porque fica o povo pensando que vai resolver, que a televisão vai pôr um código de ética. Entrementes, não resolveu nada, em um ano, e está se renovando, aqui, no escurinho! É isso que está acontecendo! E a sociedade esperando que não aconteça mais. Aliás, a Senadora Emilia Fernandes colocou muito bem.

Sr. Presidente, já que tudo está sendo gravado, ouvirei a resposta depois. Espero que tenhamos uma resposta que satisfaça a legisladores e à sociedade civil, já que esta questão é muito séria, gostaríamos de ter a colaboração do Ministro e a do Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Agradeço à Deputada Marta Suplicy.

**A SRA. MARTA SUPPLY** – Sr. Presidente, eu é que agradeço o convite.

Espero que a resposta seja contundente para que possamos agir, como sugeriu a Senadora Emilia Fernandes.

Muito obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Concedo a palavra à Professora Tatiana, que se deslocou de Madri para participar deste debate.

**A SRA. TATIANA MERLO FLORES** – (Pronunciamento em Espanhol.)

**O SR. PEDRO SIMON** – Muito obrigado, é uma honra muito grande ter a presença da Professora Tatiana conosco.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer o Senador Geraldo Cândido. Quando falei censura, não é a censura política, a censura de opinião, mas a censura de costumes. Por exemplo, um cidadão não pode ficar nu aqui nesta sala. Ele é censurado, não pode. Por que não se pode

dizer nomes feios e agressivos nesta sala mas pode dizer na televisão?

**A SRA. TATIANA MERLO FLORES** – (*Pronunciamento em Espanhol.*)

**O SR. PEDRO SIMON** – Dr. Jorge Werthein, nosso ilustre representante da Unesco no Brasil a quem agradeço a presença, a exposição e o trabalho que a Unesco, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, vem desenvolvendo com raro brilhantismo em nosso País.

**O SR. JORGE WERTHEIN** – (*Pronunciamento em Espanhol.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Agradeço ao Secretário pela presença, trabalho e dedicação.

Concedo a palavra ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori.

**O SR. JOSÉ GREGORI** – Agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade, sobretudo por serem os participantes tanto os que compõem a Mesa quantos os que estão em plenário pessoas vividas, que têm um ângulo consistente de análise, portanto, sabem o que estão dizendo.

Viu-se que, embora haja uma unanimidade no sentido de melhorarmos o padrão das televisões, mesmo sem entrar no mérito se a influência é muito grande ou média, mas há essa influência. Portanto, temos de melhorar o padrão e a qualidade dessas televisões, principalmente para as crianças.

É claro que se tivéssemos aqui, neste momento, em um grupo seletivo, qualificado, legitimado e sério como esse, de dizer qual é o programa que vale ou não, qual o programa que tem de ir para o ar e qual tem de ser evitado, diríamos que o consenso não seria fácil. Por isso, o Governo, ainda que me tenha infligido essa tarefa difícil de ficar um ano conversando, tinha de seguir, democraticamente, esse esforço de tentar a auto-regulamentação: chamar a atenção, conscientizar para as responsabilidades.

Mas, realmente, do ponto de vista democrático, nós todos aqui condenaríamos se eu, em vez desse esforço que estou fazendo e que não é solitário, pois tem o apoio não só do Senado, mas de muitas pessoas que estão em organizações não-governamentais, tivesse, há um ano, chamado as televisões e dissesse o que elas teriam de fazer.

Isso significaria, mais ou menos, o seguinte: o beijo não pode ter mais do que trinta segundos. Quer

dizer: uma determinada cena valeria, enquanto outra, não. Isso seria uma forma de cairmos na censura.

Então, o Governo preferiu o diálogo, mas o diálogo aberto, que não só está sendo feito com as televisões, mas, sobretudo, está estimulando o diálogo com a sociedade. Na realidade, não é só o Governo que está fazendo isso e essa reunião demonstra isso, mas não há dúvida alguma de que o Governo, nesse um ano, alimentou o moinho de crítica, de conscientização da sociedade. É um problema que tem de ser discutido com educadores, igrejas. Temos forçado muito esse debate nessa linha.

A pouco e pouco, as coisas vão amadurecendo. Não considero que tenha perdido um ano, sobretudo, porque sou um dialético e penso que tudo que se faz é mais proveitoso e acaba produzindo conseqüências do que o não se faz. Penso que o objetivo final ainda não apareceu – não apareceu o código. Mas, sem dúvida, o número de reclamações que chegavam no Ministério diminuiu. Alguns exageros, algumas deturpações mais radicais de alguns programas cessaram. A informação que temos é a de que, nos estúdios, agora, pelo menos, existe a noção de que há uma medida. Há um ano, isso não ocorria.

Então, penso que estamos, democraticamente, somando esforços, e hoje começa a ser perfeitamente discutível e, daqui a muito pouco tempo, perfeitamente e politicamente defensável e apoiável essa idéia de não se renovar uma concessão se o concessionário, entre as suas obrigações trabalhistas, financeiras etc., não aderir a um aprofundamento do que está na Constituição Federal.

Penso que hoje começamos a ter moeda para chegarmos a isso. Há um ano, Senadora, não tínhamos. E toda a conquista democrática deve levar em conta as condições objetivas e subjetivas.

A Deputada Marta disse que sou doce. Ela é suave, de uma suavidade exaltante, e traçou um quadro sobre o qual comentei: “Puxa, no tempo do Atos Institucionais era bem mais fácil. Era só fazer um Ato Institucional”. Mas o Brasil mudou. Hoje temos um regime democrático, um estado de direito. São necessárias a discussão e a controvérsia, e, aos poucos, vamos acumulando forças. A Deputada, legitimamente, está apoiando e trabalhando para termos essas forças.

Se o Governo não fizesse nada ou se, diante da pouca vontade, da pouca disposição das televisões, não tivéssemos mais nada, essa impaciência da Deputada se justificaria. Mas estamos num processo. Hoje estamos discutindo, com uma boa multiplicidade de forças, esse problema no Senado. Poderíamos

começar discutindo a universidade, porque o debate cresceu. Cada vez mais estamos tendo força política para, com apoio da opinião pública, chegarmos ao ponto correto. A Deputada está certa na sua exaltação. Mas a democracia – ela sabe bem disso, por ser uma mulher inteligente e de muito valor – não é o regime do tudo ou nada.

Conhecemos, pela História, pelos livros – felizmente, mas o Brasil também sentiu na carne –, os regimes do tudo ou nada. Temos de acumular forças, democraticamente, discutir, ganhando apoios, legitimidade. Hoje, juntamente com a Unesco e com o Governo, estamos lançando um livro. Trouxemos o que de melhor existe para discutir. Não há pesquisa sobre esse assunto que não estejamos dispostos a conhecer. O Governo não está de braços cruzados, mas ainda não se conseguiu aquele ponto de combustão para prometer a V. Ex<sup>as</sup> que daqui a quinze dias ou um mês terei a minuta do Código para trazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Agradeço ao Sr. José Gregori. Estou muito emocionado com esta reunião. Ela foi realmente muito importante, pela presença dos ilustres painelistas, pelo seu significado, pelo conteúdo das palestras, pelas manifestações dos Srs. Senadores.

O José Gregori disse algo muito importante: “Estamos iniciando”. Quando o Senador Agnelo Alves disse que é proprietário de televisão e que, até hoje, ninguém nunca apareceu lá para conhecer, ele está dizendo absolutamente a verdade.

Sou Parlamentar há 40 anos e Senador em terceiro mandato. Vi as renovações de rádio e de televisão. Nunca me lembro de ninguém de nós ter feito qualquer coisa. Como o negócio era meio complicado, muito chato, no Senado mudamos de votação nominal para votação simbólica. Para conceder rádio e televisão no Senado, facilitamos ainda mais. Antes, exigia-se a presença dos Srs. Senadores, que tinham de apertar o botãozinho e dizer como estão votando. Agora, a votação é simbólica. De certa forma, há uma omissão da nossa parte.

Esse debate deve ser feito em conjunto. Devemos iniciar o processo de conscientização. Dificilmente, Sr. Presidente, existe um país em que, na Constituição, a televisão esteja mais esclarecida de como deve ser que no Brasil. Nós não precisamos mudar uma vírgula. Não há uma palavra que precisa ser acrescida – é só cumprir. É só cumprir e nós fizemos a Constituição e a Constituição é perfeita e nunca mais houve. E nós saímos de um regime que era o regime da ditadura, o regime militar onde as

emissoras de televisão tinham que medir as palavras porque tinham que ter controle – cortavam as cenas das novelas, tiravam uma novela do ar ou as músicas do Sr. Chico Buarque – mais de 40 ou 50 músicas não poderiam ser apresentadas... Nós saímos daquele regime. Conquistamos a democracia e fizemos uma Constituição correta no sentido da absoluta liberdade, da absoluta independência – combate total a tudo o que significa qualquer tipo de censura. Agora, nós temos que analisar e, aí, acho que a questão é interessante porque não está se pensando em censura. Nós estamos pensando é na sociedade – quem conduz o processo? Quem é que vai conduzir esta questão – é o dono da emissora de televisão? Quem conduzirá isto? Não somos nós. Nós queremos deixar claro que não queremos que o Governo fique com esse poder. Nós não queremos tirar e criar uma entidade composta por fulano, beltrano e que irá fazer isto. Não! Nós achamos que a sociedade deve debater e discutir e nós temos que, em conjunto, escolher as formas para se chegar lá. Acho que nesse sentido e nesse debate a reunião foi realmente muito importante e eu agradeço a colaboração dos senhores.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Nobre Senador Pedro Simon, eu acho que para a implementação de algumas questões concretas, a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, em nome da nossa Comissão, junto aos canais de televisão, em relação ao dia 10, agilizar a TVSenado e a RádioSenado e as TV Cultura e Educativa para que entrem pelo outro lado, mostrando o seu valor em relação ao combate à violência.

O Dr. José Gregori fica me devendo a posição do Governo em relação ao Projeto dos Direitos Humanos e a questão do número nacional de denúncias contra a violência e o Código de Ética que nós, também, temos que construir. E, particularmente, nobre Senador Pedro Simon, penso que nós poderíamos, imediatamente, revisar a Lei das Concessões e verificar se não há alguma forma para que possamos incluir uma Emenda em que seja exigido, além da avaliação técnica, dos nomes e toda aquela coisa, algo que compromettesse com o mérito do que está sendo trabalhado por aquela Rádio ou TV. Eu acho que nisto nós já podemos partir, imediatamente, para uma análise a partir da Liderança de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 22h30min)*



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
JUSTIÇA E CIDADANIA

**Ata da 1ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 10 de março de 1999, às 18 horas.**

Às dezoito horas do dia dez de março, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Romeu Tuma, com a presença dos Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Bernardo Cabral, Álvaro Dias, Édison Lobão, José Agripino, Bello Parga, Roberto Requião, Jefferson Péres, Luiz Estevão, Amir Lando, Ramez Tebet, Pedro Simon, Jader Barbalho, José E. Dutra, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Pedro Piva, Freitas Neto, Luzia Toledo, José Fogaça, Carlos Wilson, Antonio C. Valadares e Sérgio Machado, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores: Djalma Falcão, Iris Rezende e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, S. Ex<sup>a</sup> esclarece que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 1999/2000 e, designa a Senhora Senadora Maria do Carmo Alves para secretária da Mesa. Distribuídas as cédulas o Sr. Presidente dá início ao processo de votação secreta, fazendo a chamada nominal dos Srs. Senadores. Concluída a votação, a Presidência convoca o Srs. Senadores Freitas Neto e Maria do Carmo Alves para atuarem como escrutinadores. Feita a apuração dos votos, verifica-se o seguinte resultado: para Presidente é eleito o Senador José Agripino com vinte votos; para Vice-Presidente, o Senador Ramez Tebet com vinte votos; é registrado um voto em branco. Após proclamar o resultado da votação, o Sr. Senador Romeu Tuma declara eleitos e empossados os Senadores José Agripino e Ramez Tebet, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Ao Assumir a condução dos trabalhos o Sr. Senador José Agripino concede a palavra ao Senhor Hugo Napoleão que cumprimenta os novos eleitos para a condução dos trabalhos da CCJ e homenageia o Senador Bernardo Cabral que os antecedeu na Presidência. Associando-se aos cumprimentos à nova Mesa e às homenagens rendidas ao Senador Bernardo Cabral, também discursam os Senadores Jader Barbalho, Romeu Tuma, Jefferson Péres e Amir Lando. Ao

retomar a palavra, o Sr. Senador José Agripino também presta homenagem ao seu antecessor e agradece a manifestação de apoio recebida de seus pares prometendo encaminhar os trabalhos de forma democrática, estabelecendo livre e amplo debate sobre todos os assuntos, visando o melhor resultado para todo o País. A seguir, S. Ex<sup>a</sup> convoca reunião ordinária da Comissão para quarta-feira da próxima semana e dá por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária da CCJ, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Iniciamos a primeira reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a sua instalação e eleição do seu Presidente e Vice-Presidente. Portanto, se me permitem, consulto se a Senadora Maria do Carmo Alves pode atuar como secretária, para acompanharmos a votação. As cédulas ficarão com a Senadora Maria do Carmo, que as distribuirá a cada um dos Senadores, na medida em que forem chamados.

Há uma chapa registrada, tendo como Presidente o Senador José Agripino, do PFL, e como Vice-Presidente o Senador Ramez Tebet, do PMDB.

Pergunto se há alguma questão ou se já posso dar início à votação. (Pausa.)

Iniciarei a chamada.

Honrosamente ocupando o lugar, chamo, em primeiro lugar, o Senador Bernardo Cabral. (Palmas.)

Votaremos por último, eu e a Senadora Maria do Carmo. Depois, eu chamarei os suplentes no lugar dos que estão ausentes.

*(Procede-se à votação.)*

Faltaram: Francelino Pereira, Djalma Falcão, Iris Rezende e Roberto Requião.

Só há um voto perdido.

Pediria ao Senador Hugo Napoleão que assumisse a Presidência, para que eu e a Senadora Maria do Carmo Alves pudéssemos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Hugo Napoleão) – Senador Romeu Tuma.

Senadora Maria do Carmo Alves.

Restituo a Presidência ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Precisamos de mais um escrutinador. (Pausa.)

Vamos contar os votos. (Pausa.)

Vou proclamar o resultado: para a Presidência da Comissão, foram dados 20 votos ao Senador José

Agripino, e para a Vice-Presidência, foram dados 20 votos ao Senador Ramez Tebet. Houve um voto em branco.

Esse é o resultado.

Convido o Senador José Agripino a assumir a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (Palmas.)

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, antes que V. Ex<sup>a</sup> inicie sua primeira reunião na gestão como Presidente desta Comissão, é meu dever desejar a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Ramez Tebet, em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal, os melhores votos de muito sucesso e de um trabalho proífico neste biênio, ao tempo em que não posso deixar de consignar louvor ao eminente Senador Bernardo Cabral, que se houve com aquela qualidade de ex-Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, de Relator-Geral da Constituição Federal de 1988 e de tantos outros títulos que na sua vida de advogado acumulou, como o de Ministro da Justiça de nosso País. Era isso que eu queria deixar consignado por parte do PFL, com o elogio pela maneira competente com que, em todas as oportunidades, mesmo nas mais delicadas, soube S. Ex<sup>a</sup> agir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sr. Senador Ramez Tebet, Vice-Presidente desta Comissão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Hugo Napoleão, Líder do meu Partido, antecipou minhas primeiras palavras, porque queria agradecer e homenagear. Queria agradecer a confiança do meu partido em me ter indicado como candidato à presidência desta Comissão; uma Comissão da maior importância, da maior responsabilidade, e agradecer, evidentemente, a confiança dos companheiros, dos colegas de todos os partidos, dando-nos o seu voto e delegando-nos o mandato por dois anos na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Além de agradecer, queria homenagear, e principalmente homenagear, um cidadão que a Casa toda reconhece como um homem brilhante, competente e sério, que é o nosso ex-Presidente e sempre Presidente, Bernardo Cabral.

Meu caro Senador Bernardo Cabral, não sou jurista e me falta o saber jurídico. Fui duas vezes Governador e tenho a obrigação, até pelo exercício da vida pública, de ter bom senso, equilíbrio e

maturidade. No entanto, vou procurar seguir os seus passos, porque o nosso País vive um momento de transição, muitos projetos, até de reforma constitucional, chegam a esta Casa por esta Comissão. O que pretendo fazer é o que V. Ex<sup>a</sup> fez: estabelecer o mais livre, o mais amplo, o mais democrático debate em torno de todos os assuntos, para que as opiniões, mesmo conflituosas, possam produzir o melhor resultado para o País. Creio que esse é o grande papel desta Comissão, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não quero me alongar, não quero fazer discurso. Queria prestar esta homenagem e reconhecer, com muito orgulho, pelo fato de se tratar o Senador Bernardo Cabral de um companheiro do PFL, a competência com que S. Ex<sup>a</sup> se houve nesses dois anos à frente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e render-lhe a minha homenagem pessoal, que, embora sendo minha, é de todos aqueles que fazem parte desta Comissão.

Dito isso, pergunto se alguns dos Senadores tem algo a falar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente José Agripino, gostaria de juntar a minha palavra, como membro da Comissão e como Líder do PMDB, às considerações feitas pelo ilustre Líder do PFL, o nosso colega Hugo Napoleão.

Queria também, desde logo, em nome da nossa legenda, cumprimentar o Senador Bernardo Cabral pela sua passagem à frente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo equilíbrio com que se houve à frente da Comissão, porque, acima de tudo, o requisito fundamental para uma Comissão importante como esta, em que o contraditório se estabelece em cada reunião, é a experiência e o equilíbrio. A par dos conhecimentos jurídicos, que são notórios e reconhecidos por toda a sociedade brasileira, temos que render, neste momento, como colegas, as nossas homenagens e os nossos cumprimentos ao companheiro Bernardo Cabral. Receba, também, da parte dos companheiros do PMDB os nossos cumprimentos por sua atuação.

Desejo cumprimentar o companheiro José Agripino. Estou certo de que, apesar de lhe faltarem conhecimentos jurídicos, sobram-lhe o equilíbrio, a competência e a experiência na vida pública e não tenho a menor dúvida de que V. Ex<sup>a</sup> terá todo sucesso à frente desta Comissão.

Quero juntar as minhas homenagens e os meus cumprimentos ao companheiro Ramez Tebet, nosso companheiro de legenda e que acaba de ser

reconduzido para a vice-presidência desta Comissão. Quero, neste momento, em homenagem ao companheiro Ramez Tebet dizer que somente a decisão partidária acabou por me levar para a escolha da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. Se isso não tivesse ocorrido, perdoe-me meu caro José Agripino, no seu lugar estaria Ramez Tebet, pelo nosso reconhecimento, também, do seu trabalho como Vice-Presidente.

Portanto, se o Partido não pôde fazê-lo presidente desta importante Comissão, fico muito feliz porque S. Ex<sup>a</sup> terá e a Comissão continuará tendo um grande Vice-Presidente, auxiliando e ajudando os trabalhos desta Comissão.

Enfim, cumprimentos da Liderança do PMDB e votos de sucesso.

**O SR. ROMEU TUMA** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Já lhe darei a palavra, Senador Romeu Tuma.

Quero dizer ao Senador Jader Barbalho que pretendo desenvolver os trabalhos desta Comissão a quatro mãos e valer-me sempre – isto vai acontecer sempre – que possível da experiência jurídica do Vice-Presidente Ramez Tebet, que vai conduzir os trabalhos em parceria comigo. Assim, estaremos aqui trabalhando a quatro mãos o tempo todo. Esse é o meu desejo. Quero felicitar o Senador Ramez Tebet, homem a quem quero bem, um cidadão que esta Casa respeita muito.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Respondendo pela Liderança do Governo, eu não poderia silenciar-me e deixar de incorporar-me às homenagens que os Srs. Líderes fazem ao Senador Bernardo Cabral. Eu tenho uma vantagem especial com respeito ao Senador Bernardo Cabral, por mais de uma vez fui seu subordinado na vida pública. Portanto, aprendi muito com S. Ex<sup>a</sup> e continuei aprendendo nesta Comissão, em razão dos seus conhecimentos jurídicos e da experiência que obteve durante toda a sua vida, sempre voltada para o Direito. S. Ex<sup>a</sup> deu, sem dúvida alguma, um destaque muito grande a esta Comissão.

Senador José Agripino, tivemos grandes debates jurídicos nesta Comissão e o resultado foi uma quase unanimidade na hora da votação. Isso vai acontecer porque a Comissão gira em torno da competência e da capacidade de quem a dirige; mas também fazem parte dela os seus membros, que, ao relatarem os seus projetos, buscam, às vezes com muita insistência, as assessorias desta Casa. Essas assessorias, com seus conhecimentos, têm

colaborado muito com os relatórios que apresentamos a esta Comissão.

Portanto, o Senador Bernardo Cabral vai continuar nesta Comissão, pelo PFL. Ele será um membro desta Comissão. Não tenho dúvida de que ele também colaborará com V. Ex<sup>a</sup> para que as dúvidas que surgirem sejam sanadas o mais rápido possível. V. Ex<sup>a</sup> tem uma experiência administrativa muito grande. Já deu mostras disso, inclusive em momentos difíceis até do próprio PFL. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi encarregado de tentar buscar uma solução harmônica.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – De apagar os fogos.

**O SR. ROMEU TUMA** – Portanto, acredito que terá sorte, pois os Senadores Ramez Tebet e Bernardo Cabral continuarão aqui conosco.

Hoje quero agradecer ao Senador Hugo Napoleão por ter permitido que eu continuasse nesta Comissão, como membro efetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pode estar certo, Senador Romeu Tuma, que este é também o desejo da Presidência.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Só queria dizer que muito pouca gente tem sorte. Eu fico feliz por merecer a confiança do meu Partido. Agradeço ao Líder da nossa Bancada, Senador Jader Barbalho, as suas palavras generosas. Acho que, aqui no Senado, nós cumprimos missão. É a primeira vez que sou reeleito para algum cargo.

Senador Agripino, é verdade que pouca gente tem a sorte do Senador Bernardo Cabral, porque ele tem título e tem competência. Eu conheço muita gente que tem título e não tem competência. Conheço outros que têm competência e não têm título. Para presidir uma Comissão como esta são necessários esses predicados, porque aqui o trabalho é de equipe, todos têm o mesmo objetivo, esta Comissão filtra os principais projetos desta Casa. Vamos viver dois anos ainda de reformas, de profundas reformas. Anuncia-se a vinda de um projeto do novo Código Penal, e assim por diante. Mas quero dizer que lhe sobra muita competência, sobretudo porque V. Ex<sup>a</sup> tem um profundo amor a causa pública, que pude admirar e conhecer pelo seu trabalho no Senado da República.

De sorte que o seu Partido, sem demérito a nenhum outro, procedeu acertadamente e vou ter a grande honra de estar emparelhado com V. Ex<sup>a</sup>, servindo com a mesma lealdade com que trabalhei ao



lado desse meu querido amigo, Senador Bernardo Cabral.

Portanto, os meus agradecimentos ao meu Partido e a todos os membros desta Comissão, com a certeza de que continuará cumprindo o seu grande destino em favor do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Nobre Presidente, Srs. Membros, não poderia neste momento deixar, ao se inaugurar esta Comissão, de manifestar o meu apreço e minha admiração pelo Senador Bernardo Cabral, cujo reconhecimento ultrapassa as fronteiras desta Casa Legislativa e, por que não dizer, do País. A galeria dos seus títulos e importantes cargos desempenhados constitui o reconhecimento eloquente de tudo o que fez pelo Brasil e que certamente continuará fazendo.

Quero também parabenizar o Sr. Presidente, ora eleito, e o Vice-Presidente que tenho certeza hão de conduzir os trabalhos desta Comissão com liberdade e dando a chance de esta Comissão ser a fortaleza da Constituição. A Constituição mal-amada hoje; a Constituição odiada, às vezes; a Constituição que foi saudada pelo povo brasileiro como “A Constituição Cidadã”; a Constituição da redenção nacional, e ninguém pode lhe retirar o título de Constituição da Conciliação Nacional quando saímos do regime autoritário.

Por isso quero dizer que devemos, sobretudo, querendo ou não, gostando ou não, defender a Constituição. É hora de saber que vivemos sob uma ordem infra e ultraconstitucional e que muitas vezes todos esses princípios, até na Casa Legislativa, não têm recebido o respeito e a primazia de Lei Fundamental. Mas, mais do que nunca, devemos tentar salvar a ordem jurídica que está fragilizada, porque as decisões judiciais deixam de ser cumpridas, as leis são esquecidas e desprezadas e há uma fúria legiferante de sempre inovar e inovar a troco de não se cumprir a lei e edificar uma nova. E as leis são feitas para durar; as leis não se constituem matéria de mercado que está à venda e para troca permanente. As leis são feitas para plasmar as relações de uma sociedade civilizada, de uma sociedade organizada politicamente.

Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, pela cultura reconhecida e pelo seu espírito democrático, há de conduzir os trabalhos esta Comissão valendo-se do Regimento, a fim de que leis sejam edificadas, não como golpe de arbítrio, mas sobretudo parturidas no

seio da sociedade. É essa parturição social da lei que cabe apenas ao legislador escrevê-las e hauri-las no seio da sociedade.

Esse me parece que é o voto de propósito de todos nós, particularmente deste Senador que volta a esta Casa com o desejo de defender a Constituição e por isso integro esta Comissão.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente José Agripino, as homenagens ao meu colega e conterrâneo Bernardo Cabral já as prestei por ocasião da sua despedida da Presidência.

Quanto a V. Ex<sup>a</sup>, o Bloco de Oposição sufragou o seu nome não apenas em respeito à tradição, acatando a escolha feita pelo PFL, mas o fez também com satisfação, porque todos reconhecem em V. Ex<sup>a</sup> um homem amplamente credenciado para a função, seja pelo seu cabedal político, seja pelo seu fácil e bom relacionamento, o que é muito importante na presidência e em qualquer órgão.

Quanto ao Senador Ramez Tebet, nem preciso falar da justeza da sua recondução. É um homem reconhecido pelos conhecimentos jurídicos e, mais do que isso, no meu caso particular, pela grande estima que tenho por ele hoje.

Mas quero aproveitar a oportunidade, Senador José Agripino, para lhe fazer um apelo – certamente indo ao encontro da sua disposição em aceitá-lo. Eu gostaria de sugerir, como prioridade número 1 nesta comissão, o debate sobre a reforma política, pela qual a sociedade anseia. Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, o conjunto de projetos da reforma foi arquivado por falta de tempo, em razão do final da legislatura, mas com o compromisso formal, registrado em Ata, de que eles seriam imediatamente reapresentados tão logo esta comissão reiniciasse os seus trabalhos.

Assim, e com os votos de feliz gestão, receba os meus cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Consulto se algum Senador deseja fazer uso da palavra ainda.

Bom, êlogios à parte, quero dizer que concordo inteiramente com as palavras do Senador Amir Lando...

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço apenas que V. Ex<sup>a</sup> me permita duas palavras.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Com o maior prazer, Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Uma, um obrigado a todos os companheiros. Eu seria demasiadamente inoportuno se dissesse alguma coisa além disso: obrigado! A outra é que Deus lhe proteja. Que tenha um belo sucesso à frente desta comissão, já antecipado esse êxito pela vice-presidência que lhe acompanha. Sucesso!

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Muito obrigado, Sr. Presidente Bernardo Cabral.

Eu gostaria também de agradecer a manifestação de confiança e de apreço que o Bloco de Oposição verbaliza pela palavra do Senador Jefferson Péres. Vou procurar, Senador Jefferson Péres, ser equilibrado, justo na distribuição de tarefas e dar a celeridade que o Presidente Bernardo Cabral sempre conseguiu dar a esta comissão, para que aqui os projetos fluam, para que esta Casa possa cumprir o seu papel. Para isso, evidentemente, vou precisar contar com a colaboração de todos e também com o entendimento.

Creio que estamos começando bem, sob o clima do entendimento, sob o clima do estímulo, porque, aqui, o Presidente e o Vice-Presidente só ouviram palavras de estímulo. Creio que é isso que vai nortear o nosso trabalho e a nossa tarefa.

Eu queria, desde já, dizer que, até pelo contato que mantive, por antecipação, com o Presidente Bernardo Cabral, tomei conhecimento de que existem projetos represados com relatores designados. Aqueles que, designados, tiverem sido reeleitos serão mantidos relatores, e os projetos reapresentados terão também designados os mesmos relatores de quando tramitaram anteriormente e não lograram, por uma questão de tempo processual, a sua aprovação. Isso fica desde já compactuado.

Dito isso, quero convocar os Srs. Senadores para uma reunião ordinária na próxima quarta-feira, às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18h27min.)*

**Ata da 2ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 17 de março de 1999, às 10 horas.**

Às dez horas do dia dezessete de março, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Lúcio Alcântara, Bernardo Cabral, Luzia Toledo, Jefferson Péres, Francelino Pereira, Djalma Bessa,

José Fogaça, Edison Lobão, Pedro Simon, Álvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Ramez Tebet, Amir Lando, Sérgio Machado e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores: Djalma Falcão, Iris Rezende, Jader Barbalho, Roberto Requião, Romeu Tuma e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da MENSAGEM Nº 65, DE 1999, “submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha que deseja fazer, do Senhor HAMILTON CARVALHIDO, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo destinado a membro do Ministério Público, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Fernandes Dantas. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Bernardo Cabral, para emitir o relatório sobre a Mensagem. Durante a fase de arguição usam da palavra os Srs. Senadores Francelino Pereira, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra, Lúcio Alcântara, Pedro Simon, Ramez Tebet e José Fogaça. Concluída a sabatina, passa-se ao processo de votação secreta, sendo designados para atuarem como escrutinadores os Srs. Senadores Ramez Tebet e José Fogaça. Feita a conferência dos votos, a Presidência proclama o resultado da votação, registrando a aprovação da Mensagem por vinte votos favoráveis e um voto contrário. A seguir, passa-se à apreciação extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, Complementar, (Nº 249, de 1998-Compl., na CD), “disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição.” Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação. Resultado: concedida vista conjunta aos Senadores José E. Dutra e Bernardo Cabral. Nada mais havendo a tratar, é encerrada a presente reunião, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos.

**SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Declaro aberta a segunda reunião da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Da reunião ordinária de hoje, consta na pauta um único item. É a Mensagem nº 65, de 1999, que submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Hamilton Carvalhido, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo destinado a membro do

Ministério Público, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Fernandes Dantas. O Relator é o Senador Bernardo Cabral, a quem concedo a palavra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Serei rápido, Sr. Presidente. Vou voltar a uma questão que levantei no dia da eleição e posse de V. Ex<sup>a</sup>.

Na última reunião desta Comissão, na legislatura passada, o conjunto de projetos que integra a reforma política foi arquivado, por não ter sido aprovado, como manda o Regimento ao final da legislatura. Mas nesta Comissão, conforme consta nos assentamentos, foi assumido o compromisso unânime de que todos esses projetos seriam reapresentados no início desta legislatura.

Sr. Presidente, para ser muito breve e sucinto, apenas estou lembrando o assunto – podemos discuti-lo na próxima reunião.

Vejo agora, no jornal, que as lideranças políticas deram prioridade a quatro projetos apenas. Não discuto isso, pois é uma decisão política, mas nada impede, Sr. Presidente, que o compromisso assumido seja cumprido, ou seja, que todos os projetos sejam reapresentados. E que as lideranças dêem seguimento, toquem com celeridade – ou não – aqueles que lhes aprouver. Não me preocupa também, Sr. Presidente – parece-me até algo bizantino –, o fato de que devemos dar prioridade à reforma tributária ou à reforma política. Esse problema não existe, por um motivo muito simples: a reforma tributária está na Câmara há mais de três anos e vai ser votada primeiro lá. A reforma política poderia tramitar no Senado exclusivamente. Não vejo em que, havendo tramitação simultânea nas duas Casas, uma atrapalharia a outra. Terminada a votação de uma aqui, estaria terminada a votação da outra lá, talvez.

Enfim, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pusesse esse assunto em discussão na próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Será feito, Senador Jefferson Péres.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Lúcio Alcântara, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que, consultado o Plenário, fosse incluído na pauta, como item extra, o projeto

que estabelece o percentual máximo a ser gasto com funcionalismo público na União, nos Estados e nos Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem o relatório pronto?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sim, Sr. Presidente, a nossa Secretária pode distribuí-lo aos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se os Srs. Membros da Comissão estiverem de acordo, nós o incluíremos, como item extra, na pauta.

**O SR. PEDRO SIMON** – Para ser votado hoje?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Após a sabatina do Sr. Ministro Carvalho, se o Plenário estiver de acordo.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, com todo o respeito, penso que a urgência é desnecessária. Temos que ler o projeto, conhecê-lo. Esse é o grande debate que está sendo travado entre os Governadores e o Presidente da República, de forma que devemos nos aprofundar no estudo dessa matéria, com todo o respeito ao querido Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Mesa esclarece que, se iniciarmos a apreciação do projeto nesta reunião, estaremos ganhando tempo e, sendo necessário, os Srs. Senadores e Senadoras que quiserem poderão pedir vista e ela será concedida.

**O SR. PEDRO SIMON** – Certo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se os Srs. Senadores estiverem de acordo incluiremos extrapauta o item proposto. (Pausa.)

Aprovado. Fica, portanto, incluído.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República indica o nome do Dr. Hamilton Carvalho, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. S. Ex<sup>a</sup> está sendo indicado para a vaga do Ministro José Fernandes Dantas que se aposentou. A competência do Senado está devidamente registrada no art. 52, inciso III, alínea a, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 104 do mesmo Diploma Constitucional. Cabe, portanto, ao Senado, aprovar o nome do indicado, por voto secreto, após arguição pública nesta Comissão.

O nome do Dr. Hamilton Carvalho, membro do Ministério Público do Rio de Janeiro, sem dúvida



nenhuma, Sr. Presidente, honra e enriquece as letras jurídicas nacionais.

Reproduzo, por isso mesmo, em síntese, o seu **curriculum vitae**, que dá as seguintes informações funcionais:

“Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, onde ingressou por concurso público de provas e títulos, para o cargo de Defensor Público, em 6 de outubro de 1966.”

Portanto, S. Ex<sup>a</sup> tem quase 33 anos ininterruptos na carreira no Ministério Público, onde ingressou, no Estado da Guanabara, como Defensor Público. Depois foi promovido por merecimento, decorridos 5 anos, a Promotor Substituto, em 1971. Em 1976, foi promovido a Promotor Público. Depois, em 1985, foi promovido a Promotor de Justiça e, mais tarde, a titular da 1<sup>a</sup> Procuradoria de Justiça da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

É bom que se destaque que o Dr. Hamilton Carvalho foi eleito, em janeiro de 1989, para o Conselho Superior do Ministério Público. Depois, foi eleito e reeleito para o Órgão Especial do Conselho de Procuradores da Justiça, para o período de 1991 a 1993. É membro deste Órgão Especial. Foi, em 1994, período que se estendeu até 1995, nomeado 1<sup>o</sup> Subprocurador-Geral de Justiça. Mais tarde, de 1995 a 1997, foi nomeado Procurador-Geral de Justiça, eleito para esse biênio, e depois reeleito para o biênio 1997/1999. É Presidente eleito do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

Destaco sempre sua eleição e reeleição porque dá uma idéia de liderança na classe e da sua postura dentro do Ministério Público. É, além disso, professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis.

Devo declarar, Sr. Presidente, que isso é o que me cabe relatar no presente processo, mas, na hora da arguição, darei meu depoimento pessoal de 20 anos de advocacia no Rio de Janeiro. Conheço pessoalmente o Dr. Carvalho, mas fui colhido de surpresa para relatar o processo, o que me dá satisfação pessoal, por não ter ele solicitado e a mim ter vindo o processo, por delegação de V. Ex<sup>a</sup>, para relatar.

É o relatório, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Lido o relatório, gostaria de convidar o Ministro Carvalho para que compareça à Mesa para fazer sua exposição.

Eu solicitaria aos Senadores Lúcio Alcântara e Edison Lobão que acompanhassem o Ministro. A

Mesa agradece a assessoria e a competência do Senador Jefferson Péres.

Lido o parecer do Senador Bernardo Cabral, passo a palavra ao Dr. Hamilton Carvalho, para sua exposição.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Sr. Presidente, peço licença a V. Ex<sup>a</sup> e aos ilustres Senadores para dirigir apenas brevíssimas palavras nesta oportunidade que me é dada. Peço licença, acima de tudo, para agradecer a Deus Todo-Poderoso por viver essa oportunidade em que alimento, no mais íntimo do meu ser, a esperança de ver a indicação do meu nome para ministro do Superior Tribunal de Justiça aprovada por esta augusta Casa.

Peço também, nestas palavras iniciais, para manifestar a inextinguível honra de aqui me encontrar, diante de tão ilustres Senadores, aos quais quero manifestar o meu mais profundo respeito.

Era o que eu gostaria inicialmente de manifestar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sem mais delongas, com a palavra os Srs. Senadores e Senadoras que desejarem fazer arguição.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral, Relator da matéria.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, como dizia ainda há pouco, ao longo de 20 anos, quando advoguei no Rio e depois fui presidente da Ordem dos Advogados, conheci o Dr. Hamilton Carvalho. Sobre os seus méritos quero destacar que é meu entendimento que o Superior Tribunal de Justiça vai ser enriquecido com a presença do Dr. Hamilton Carvalho, por sua retidão na função, por sua dedicação. Não é homem de fazer concessões, exerce o seu mister com muita dignidade pessoal e, por isso mesmo, sei que o meu aval para a sua aprovação seria absolutamente desnecessário, até porque sem nenhum valor pessoal da minha parte para isso. Mas eu não ficaria bem se não registrasse essa circunstância.

Queria fazer algumas perguntas ao Dr. Carvalho, em razão do momento por que passa a Justiça brasileira.

Em primeiro lugar, o Superior Tribunal de Justiça, que é inequivocamente a nossa grande Corte de cassação, e cuja criação acompanhei desde o início, na época da Assembleia Nacional Constituinte, está a cada ano abarrotado de recursos. Diz-se, inclusive, da forma como vêm sendo conduzidos os trabalhos judiciais, que a Justiça é lenta, tarda – como dizia o nosso grande Rui Barbosa, ela é tardieira,

porque tarda e custa muito dinheiro –, mas só se apresentam críticas. Gostaria que o Dr. Hamilton Cavalcido, futuro ministro, nos desse idéia do que pensa a respeito da ampliação do número de juízes; por que causas a Justiça está sendo hoje, de forma depreciativa, abordada pelas pessoas, sobretudo pela mídia brasileira; qual a sugestão que S. Ex<sup>a</sup> teria a fazer para aprimorar os serviços da Justiça brasileira. E, sobretudo, queria a opinião pessoal de S. Ex<sup>a</sup> sobre a reforma do Poder Judiciário. Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Dr. Carvalhido.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Bernardo Cabral, ao longo destes quase quarenta anos dedicados à Justiça, que tem sido a minha vida, com a Constituição Cidadã de 1988, um dos eventos que maior satisfação cívica nos trouxe, que maior conforto trouxe a todos os operadores do Direito, foi precisamente o aperfeiçoamento do sistema judiciário, num modelo de Estado como o nosso, de feitio federal, que tantas exigências faz para a sua perfeição. Esse Estado federal, que requisita soluções formais para o seu funcionamento, alcançou entre nós, notadamente na dimensão do Judiciário, uma **performance**, um **status**, um patamar altamente elogiável. E eu lhe diria mesmo paradigmático, notadamente diante dessa estruturação dos nossos tribunais superiores. Ao lado de um tribunal a que cabe a guarda da Constituição, aqueloutro não teria função menos importante, que é a de guardião da lei federal, dos tratados federais.

Esse tribunal trouxe realmente o aperfeiçoamento do nosso sistema, dentro do feitio, da forma de Estado que adotamos em nosso País. Ao lado de uma Justiça estadual que se multiplica pelas várias Unidades Federadas, uma Justiça federal comum, estruturada perfeitamente com seus tribunais superiores e um órgão de superposição que, ao lado do Supremo Tribunal Federal, exerce jurisdição sobre todo o País.

O Senador Bernardo Cabral assinalou, com a procedência de sempre e com o conhecimento de causa que tem dos problemas da Justiça – V. Ex<sup>a</sup> é um dos construtores da Justiça brasileira –, que vivemos, neste findar de século, um grande desafio nessa área, decorrente do aumento progressivo, geometricamente progressivo, de demandas, e uma exigência cada vez maior de celeridade da administração da Justiça – exigência que tem um suporte profundo, porque é uma legítima exigência

democrática. Ela é, na verdade, um direito fundamental de cada qual.

Gostaria de assinalar que esse momento quase paradoxal – de exigência de celeridade e de aumento progressivo de demandas – não é uma situação específica vivida pelo Brasil. Em todas as partes do mundo ele vem ocorrendo. Como exemplo pode-se citar o caso da França, onde houve triplicação dos feitos e uma centenária conservação do número de juízes – aproximadamente 6.000 ou 8.000, não tenho hoje presente esse número.

Essa situação se mostra sob vários aspectos. A nosso sentir – praticante da Justiça, operador do Direito –, ela se mostra, acima de tudo, como altamente salutar em termos de evolução e aprimoramento da Justiça. Houve um tempo em que as demandas eram mais selecionadas: as questões de terras, de imóveis, as possessórias; um pequeno número de demandas. Mas o aumento da legislação, sobretudo a democratização do País, o desenvolvimento da cidadania, todos esses foram fatores, aliados ao modelo da sociedade de consumo, a multiplicar essas demandas e, mais ainda, a alterar-lhes a natureza: passou-se a observar não mais apenas aquelas matérias que antes que eram o ordinário – as sociedades enumeradas uma a uma ali, com seus problemas, no Código Comercial, com as suas demandas, as possessórias, as reintegrações.

Hoje, as relações comuns da vida, da cidadania, multiplicam as questões que reclamam soluções. Como exemplo, cito as questões que afetam o consumidor. Toda essa multiplicação ocorreu, acima de tudo, em razão do desenvolvimento socio político que alcança todas as sociedades.

Quando nos colocamos diante desse aumento de demandas e dessa exigência, até por força da sua natureza, de celeridade no oferecimento da tutela jurisdicional, a primeira solução que tem sido alvitrada tem sido a do aumento dos órgãos jurisdicionais. Eles deveriam acompanhar o aumento das demandas. É claro que se opõe, de saída, um embargo que eu diria de natureza orçamentária, que seria esse crescimento.

O mundo e o Brasil têm procurado buscar outros caminhos para essa celeridade, que foram os de aperfeiçoar essa própria estrutura judiciária. E esse aperfeiçoamento tem sido buscado em nível do julgador, do procedimento e das decisões. Esta Casa, mais do que qualquer outro e nisso queria apresentar as nossas homenagens e o nosso orgulho, tem concorrido para a busca e o encontrar dessas soluções.

A primeira delas tem sido – não sei se estou respondendo dentro do que o Senador gostaria – a partir da consideração do próprio órgão jurisdicional – vamos-nos afastar do aumento de juízes. E a busca de soluções no próprio processo tem sido o que aqui no Brasil temos dito: uma espécie de tendência de monocratização dos colegiados, o que, na verdade, tem sido traduzido em um aumento da competência dos integrantes dos órgãos colegiados. Então, o que fizemos com as leis elaboradas no nosso Congresso, aperfeiçoando o processo? Dilargamos a competência dos relatores. Com isso, potencializamos o poder de resposta principalmente dos tribunais superiores. Essa seria uma das referências que eu considero basilares, até porque lei recente caminhou nesse sentido.

A segunda delas é a facilitação ou a racionalização dos procedimentos, ou seja, opor embargos a todos os expedientes protelatórios, que levam, às vezes, os melhores aquinhoados a perpetuar as demandas em detrimento de legítimos interesses e de direitos dos menos favorecidos. É o caso da duplicação de recursos e da impugnação sucessiva, que aumentam desmesuradamente o número de feitos submetidos a julgamento e retardam, conseqüentemente, as tutelas jurisdicionais pretendidas e esperadas.

A par dessas eu diria facilitações de racionalizações de procedimento, com ampliação de competências e limitações ao poder de impugnação, colocam-se duas outras coisas que, a nosso ver, são muito importantes: os juizados especiais, que trouxeram um extraordinário avanço à nossa Justiça, pela celeridade, pela informalidade e pela relação de imediatividade que se estabelece entre a parte e o Juiz, aquele que pode decidir; e, mais ainda, o desvelar de um aspecto da nossa cultura, que é a busca de soluções equivalentes: a arbitragem, a mediação e, acima de tudo, a busca da conciliação das partes de maneira a obviar uma pronta resposta.

Quis enfocar rapidamente o caso do Superior Tribunal de Justiça. Portanto, certamente, deve-me ter escapado alguma outra consideração importante. Mas, requisitado pelo Senador, responderei. Naquele Tribunal, me parece que essas medidas, a meu sentir sem viver ainda concretamente a situação da administração da Justiça no STJ, virão a atenuar a densidade desse número de demandas.

Além do mais, há sempre uma consideração que me permitiria fazer aos ilustres Senadores: todos os operadores do Direito trazem consigo a missão como sacerdócio. E essa pletora de feitos sempre foi

enfrentada e vencida com entusiasmo pelo amor ao dever de ofício. Penso que o Superior Tribunal de Justiça é uma conquista, penso que ele marca o mais alto grau de aperfeiçoamento da Justiça num Estado de feição federal como o nosso. Penso que ele tem respondido acima até das suas possibilidades; e que, com essas medidas progressivamente dirigidas ao alargamento das competências dos integrantes dos órgãos colegiados, já quanto ao aperfeiçoamento dos procedimentos, já com a criação de soluções alternativas que estão sendo buscadas, é uma situação que demanda e continua a demandar reflexão permanente, mas que está sendo bem-equacionada, ou equacionada com invulgar procedência, notadamente pelas casas legislativas de nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Dr. Hamilton Carvalhido, não reproduzirei aqui nenhum termo ou texto do parecer do Senador Bernardo Cabral. Eu desejaria apenas que V. S<sup>a</sup> incluísse em seu currículo, como um documento informativo de seu trabalho, inteligência e talento, o parecer que acabou de ser dado pelo Senador Bernardo Cabral, ex-Presidente desta Comissão, Relator da Constituição de 1988. Pela folha de serviços prestados pelo Senador, o seu testemunho e um documento dessa natureza elaborado por S. Ex<sup>a</sup> representam muito para a carreira de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – É uma grande honra, Senador.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Desejo apenas fazer algumas perguntas rápidas. V. S<sup>a</sup> vem do Ministério Público, sabe que aquele órgão, depois da Constituição de 1988, exerce uma atividade mais ágil, enfrentando desafios, causando até polêmica junto à sociedade, com o louvor de uns e a crítica de outros. De qualquer maneira, o Ministério Público transformou-se num ente às vezes sujeito a polêmicas, mas que vem prestando um grande serviço a esta Nação. Quero saber se, como representante do Ministério Público, V. S<sup>a</sup> procurará manter o comportamento, decorrente da Constituição de 1988, de levantar polêmicas sobre os assuntos a serem tratados naquela Corte onde ocupará uma cadeira de grande expressão.

A outra pergunta seria a seguinte: o que V. S<sup>a</sup> pensa das liminares, desse Direito praticamente renovado que há no Brasil? Há liminares para todos os tipos: liminares proferidas para resguardar uma



situação cujo instrumento legal é, sem dúvida, a liminar; mas há também as que fazem o apogeu, a glória, a mídia de alguns magistrados neste País. O que é preciso fazer para “ajuizar” essa política de liminares no País?

Outra pergunta rápida: o que V. S<sup>a</sup> pensa dessa evolução do Direito no Brasil, desse aprimoramento e gigantismo do Direito, estendendo-se ao plano internacional e até ao Direito Ambiental? V. S<sup>a</sup> acredita que o ensino superior brasileiro, no ramo do Direito, está adequado à demanda da sociedade?

Confesso a V. S<sup>a</sup> que meu primeiro emprego, no meu Estado de Minas Gerais, foi como escrevente juramentado de um cartório. Quase fui escrivão. Por um milagre da vida, escapei de sê-lo, e hoje estou aqui tendo a honra de conversar com V. S<sup>a</sup>. Já naquele tempo, quando eu era escrevente num cartório criminal e depois num cível, as sentenças que eu batia, ditadas pelo juiz – e muitas eram elaboradas em casa e pelo próprio juiz e não pelos assessores, como ocorre hoje na maioria dos casos –, essas sentenças eram vastas, imensas, sempre no pressuposto de que seriam uma abertura de caminho para a promoção na carreira da Magistratura. Hoje, as sentenças são e devem ser rápidas, porque não há tempo a perder. Quem trabalha na Justiça não exerce um sacerdócio. O juiz é um trabalhador, é um servidor da sociedade e, conseqüentemente, não pode se colocar numa torre de marfim, mas sim trabalhar para produzir, para fazer com que a Justiça tenha mais agilidade e permita que a pobreza tenha um novo acesso a ela neste País.

Finalmente, quero dizer a V. S<sup>a</sup> que o desafio do Tribunal é exatamente o de garantir o acesso da sociedade à Justiça. Ainda quando eu era servidor da Justiça, muito se falava na criação de mais quatro, cinco ou dez Juizados ou Varas. Isso parecia uma grande solução. Votava-se e sancionava-se a lei, nomeavam-se os juizes, e, no mesmo instante, o trabalho era o mesmo e a demanda continuava. Se isso continuar a vigorar no Brasil, teremos que nomear mais algumas centenas de juizes. Convém continuar com esse aumento de juizes no Brasil em razão dessa demanda, ou está faltando capacidade, inteligência, talento e intuição para que os juizes efetivamente possam trabalhar e produzir dia e noite, a fim de cumprir o seu dever e ajudar esta Nação a transpor seus obstáculos?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Concedo a palavra ao Dr. Hamilton Carvalhido.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Senador, eu gostaria de prestar a minha homenagem a V. Ex<sup>a</sup> pela

forma como abordou as questões suscitadas para que eu pudesse fazer as minhas observações e responder às perguntas nesta sabatina.

Inicialmente, gostaria de compartilhar da mesma ansiedade externada pelo Senador, que, juntamente com todo o povo brasileiro, está reclamando por respostas céleres e por uma administração de justiça vinda em tempo social útil.

De nada valem as decisões se elas não têm mais nenhuma repercussão na vida das pessoas, se já se tornaram definitivas as lesões que motivaram o pedido de tutela jurisdicional. Penso que, essencialmente, essa prescrição social da resposta pelo tempo, pela demora, é a que mais se coloca, diante de todos nós, como um imperativo.

Faço essas considerações para principiar em relação ao agigantamento. Na verdade, o Direito brasileiro tem acompanhado o desenvolvimento das relações da nossa sociedade e a sua evolução socio-política.

A Constituição de 1988 exerceu e ainda exerce uma influência poderosíssima na dimensão do próprio discurso jurídico, do próprio pensamento jurídico nacional. Essa Constituição disciplinou os direitos e as liberdades fundamentais, com a ampliação ou o recebimento daquilo que de mais moderno há em termos de reclamo em todo o mundo, ou seja, com a ampliação dos direitos individuais para superar aqueles direitos que denominamos de “negativos”, de abstenção do Estado, colocando, ao seu lado, os direitos humanos positivos, os sociais, os econômicos e os culturais. Foram dados passos significativos no aperfeiçoamento da máquina judiciária e das garantias. Ela certamente motivou uma extraordinária revolução no nosso próprio pensamento jurídico, e faço esta referência porque vem ao encontro das lúcidas e dotas considerações com que V. Ex<sup>a</sup> nos contemplou nesta audiência pública, motivando-nos a nos apresentar.

A nova estrutura, esse conjunto de normas que formam hoje o nosso Direito suscita uma instigante questão, que é a da não consideração do Direito apenas no seu plano formal, apenas como norma. Esse conceito de Direito vai ficando vencido, cedendo lugar ao Direito dos poderes jurídicos dos homens concretos, que estão aqui e agora, neste momento no tempo e no espaço, para que nós possamos afirmar a sua existência quando esses poderes efetivamente pertencem aos integrantes da sociedade, se ele realmente tem esse poder da obtenção útil da tutela jurisdicional, se ele realmente detém esses direitos

que lhe são assegurados formalmente pela ordem constitucional.

Há toda uma transformação revolucionária no nosso próprio discurso, em conformidade com as considerações feitas por V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, não há lugar para a sentença literária, para a sentença que tenha outro objetivo que não o de distribuir a justiça pleiteada pelo litigante. Mais do que nunca, a responsabilidade do julgador mostra-se muito clara, muito objetiva, e, como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou, ocorre uma “dessacralização” dessa função. O operador do Direito, como administrador incumbido de dizer o Direito, de aplicar o Direito, de produzir a sentença, é, antes de tudo, um operário social, um prestador de serviço público, e tem o dever primeiro de fazer o que lhe determina a lei e o que lhe é solicitado: conduzir a parte à tutela jurisdicional esperada.

Neste tempo de transformações, é evidente que as sentenças, as decisões estão a exigir a objetividade que se mostre consentânea com a resposta útil, em tempo útil, para que possa cumprir sua finalidade, sem o que tudo não passaria de uma retórica vazia, de folhas, sem relações com o mundo real.

De modo que essa transformação, Senador, já se faz bastante presente na busca desses caminhos, que vão deixando para trás certas formas antes aplicáveis e que hoje não cabem mais. Então, o julgamento célere, a necessidade de uma resposta pronta e em tempo socialmente útil é uma exigência primária, que tem que ser atendida pelo magistrado e é seu dever atendê-la.

Gostaria de dizer, de maneira otimista, porque acredito nas nossas instituições, que, intervindo-se racionalmente nessa plethora de feitos, há muito de alguma aparência nas chamadas demandas múltiplas, em que uma mesma causa de pedir, um mesmo fundamento multiplica as demandas de maneira amplíssima. E esta Casa Legislativa vai buscando soluções racionais, com súmulas e decisões vinculantes, etc., que inibem essa reprodução, que, na maior parte das vezes, tem destino certo e determinado por uma jurisprudência perfeitamente estabelecida. Mas que vão se multiplicando e continuam sendo usadas, ora pelos conhecidos expedientes proteladores, ora pela falta de vinculação de órgãos que já deviam estar atendendo a essas decisões ao invés de se constituírem em fontes de reprodução de demanda.

Todas essas questões vêm sendo enfrentadas e debatidas nesta augusta Casa. Acredito que elas concorrem, e vão concorrer, decisivamente para que alcancemos essa evolução e esse progresso que o

Senador, com muita procedência, vai acenando no sentido do ajustamento da resposta, do dever principalizado, de um certo abandono de formas que não correspondem a essas exigências de uma pronta resposta.

Eu gostaria de fazer uma observação: em termos de Ministério Público, fui membro do Ministério Público vocacionado, escolhi a Casa para percorrer a minha vida, como hoje anseio, para coroar esses meus quase 40 anos de Justiça, assumir a condição, para servir a minha Pátria, de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

V. Ex<sup>a</sup> esclareceu melhor do que ninguém o que a Constituição de 1988 fez em favor do Ministério Público. A Carta Magna possibilitou que o Ministério Público fosse – e eu participei de alguns congressos internacionais –, na disciplina em que ele se encontra no Brasil, tido como modelar. Na Venezuela e no México fizeram-se moções e conclusões de que se buscasse, a nível constitucional, a mesma configuração do Ministério Público.

Acima de tudo, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, em todos os momentos de apresentação da nossa disciplina constitucional, louvava-se a regra, que esta Casa levou à Constituição, de atribuir ao Ministério Público o dever-poder de exigir dos Poderes Públicos o respeito aos direitos elencados na Constituição. Essa disposição, se o Senador me permitir ilustrar, foi aplaudida de pé em uma assembléia na Venezuela, num Congresso de Procuradoria de Justiça.

O perfil do promotor é o de fiscal da lei, de promotor da sua execução, de parte autora, e exerce função essencial à administração da Justiça. Já o perfil do Poder Judiciário é, dentro da tradição de todas as nossas leis, o do sujeito imparcial na relação processual, que, sem abdicar da busca da verdade dos fatos, da real ou da verdadeira interpretação da lei, se caracteriza pelo equilíbrio com que tem de se comportar na condução das causas. Então, trata-se, a meu ver, de um perfil diverso, em natureza, do próprio perfil do Ministério Público nas suas funções respectivas.

O Senador fez também referência, como sempre muito oportuna, das liminares. Dentro das preocupações que temos hoje está exatamente aquela de conter um pouco essa euforia da garantia. Multiplicam-se, **ad infinitum**, os recursos e todas as possibilidades de revisão, uma sobre a outra, e de tal maneira isso vai tomando corpo que a máquina judiciária não consegue funcionar, porque os pleitos não se desenvolvem.

Hoje, uma das funções da súmula vinculante, dentro das discussões, seria, entre outras, a de impedir, nos casos já decididos, a própria concessão da liminar naqueles casos.

Mas é evidente que há uma pletera, considero que houve um momento, historicamente explicável, em que se deu um certo agigantamento desse instrumental, que culminou com esse emperramento da máquina judiciária ou essas oclusões, esses embargos que dificultam o desenvolvimento da máquina judiciária.

Com relação às faculdades de Direito, penso que elas têm-se esforçado no sentido de acompanhar o desenvolvimento do ensino jurídico no País, da formação dos nossos profissionais. Aliás, entusiasta da Constituição, volto a louvá-la quando, na parte do serviço público, fala das escolas de aperfeiçoamento para o funcionário, quando fala na verificação e nas avaliações dos próprios agentes políticos que estão no poder, exercendo a sua função, no sentido de mostrar exemplarmente o caminho a seguir, ou seja, de permanente desenvolvimento para o acompanhamento de todas as transformações pelas quais o nosso País vem passando.

Não sei se respondi às perguntas doudas de V. Ex<sup>a</sup> que sempre me entusiasmam ouvi-las.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Dr. Hamilton Carvalhido, não o conheço, não sou do Rio de Janeiro, meus vínculos com aquela cidade são meramente sentimentais, porque cidade da qual gosto muito, acho que como todo brasileiro. Mas me inclino a votar favoravelmente ao seu nome, porque V. S<sup>a</sup> vem muito bem recomendado, com o poderoso aval do meu amigo e conterrâneo, Bernardo Cabral. Além do mais, vejo que goza de um bom conceito junto aos seus pares, porque foi eleito e reeleito para o cargo de Procurador-Geral. Entretanto, Dr. Hamilton Carvalhido, leio nos jornais e chegam ao meu gabinete algumas críticas à sua gestão frente à Procuradoria-Geral. Podem ter conotações políticas e podem ter origem em inimigos seus, fruto da maledicência a que todo o homem público está dexposto. Não faço pré-julgamentos. Mas vou colocar duas dessas críticas, não para que se defenda, porque, obviamente, V. S<sup>a</sup> não está aqui na condição de réu e nem sou seu acusador, mas para que possa comentá-las, rebatê-las e tirar dúvidas que possam pairar em algumas cabeças.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Pois não, Senador.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – São duas apenas. Uma dessas é de que na sua gestão o Ministério Público teria sido muito dócil em relação ao Poder Executivo, não se registrando nenhuma – é o que dizem, vejam bem – nenhuma iniciativa que contrariasse os interesses daquele Poder. Esta é uma.

A segunda é que na sua gestão, modificando posição anterior, o Ministério Público deixou de oferecer denúncia contra alguns políticos envolvidos no rumoroso episódio das listas do jogo de bicho.

Fique à vontade para responder.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Pois não, Senador.

Queria inicialmente agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade de poder responder a essas observações, oriundas, eu diria, de algo que não gostaria que existisse no mundo: o ódio. Mas todos pagamos esse tributo quando exercemos funções de poder. Só espero que a ética prevaleça e essa é certamente a fé que tenho no mundo.

Senador, sou membro do Ministério Público desde o ano de 1966. No Ministério Público, como consta no relatório do Senador Bernardo Cabral, do qual tive conhecimento, ocupei todas as posições e todos os cargos que existem no Ministério Público. Fui Defensor Público, Promotor-Substituto, Promotor Público, Procurador de Justiça e em todos eu fui promovido por merecimento. Ocupi todos os cargos de eleição que existem na instituição. Fui membro eleito do Conselho Superior, fui Procurador-Geral eleito e reeleito, cujo mandato terminou em 18 de janeiro próximo passado, e fui Subprocurador-Geral de Justiça. Examinei quase a totalidade de todos os concursos do Ministério Público. No Ministério Público – hoje eu penso no Ministério Público brasileiro e falo invocando, eu diria com grande prazer também, a minha condição de haver presidido o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, o que fiz, também –, a partir da Constituição de 1988, acima de tudo, recebeu um desafio de resposta essencial. O que é o Ministério Público? O Ministério Público é uma instituição que se caracteriza por ações isoladas, por iniciativas desconexas, assistêmicas, que não se mostra como uma instituição que age como tal e que viabiliza, exatamente, por esses exercícios isolados, os exercícios de estrelismo que pouca contribuição trazem para a transformação da realidade.

Eu queria repetir para o Sr. Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permitisse. Eu me sinto extraordinariamente honrado com a observação de V. Ex<sup>a</sup> e gostaria de



definir bem. Eu esclareci que, em nosso sentir, a partir da Constituição de 1988, em que se cometeram funções e atribuições ao Ministério Público que revelam uma verdadeira essência, o Ministério Público brasileiro se colocou diante de um desafio. Ele precisava – e eu estou dizendo o que disse, antes, em outras palavras – vencer uma etapa histórica amadorista e se transformar numa instituição de atuação altamente sistêmica e profissional e, acima de tudo, compromissada com a transformação do real diante das atribuições que lhe foram cometidas pela Constituição Federal. V. Ex<sup>a</sup> me perguntou a respeito de quais órgãos têm a função de propor a ação penal; vou respondê-la como um ex-Procurador-Geral. Se V. Ex<sup>a</sup> fosse procurar nos Ministérios Públicos do País, de uma maneira geral, teria atuações simultâneas desses órgãos, com as suas determinações prévias, ou seja, atuando nos inquéritos que recebem da polícia, oferecendo as denúncias, de maneira a que cada órgão não saiba, efetivamente, o que está acontecendo com o outro órgão do lado, porque não tem uma visão conjunta – eu estou dando apenas um exemplo – da atuação do Ministério Público, naquela parte, à falta de estruturação que lhes desse o fórum e a estatura de uma instituição-sistema. Se perguntassem, há alguns anos, se o Ministério Público tem um papel reservado na política de segurança pública, talvez houvesse alguma hesitação na resposta. Essa pulverização da instituição fazia com que, de um lado, haja um discurso formal da instituição e, de outro lado, haja um discurso material diverso, porque nós falamos do Ministério Público com o seu procurador, com os seus conselhos, com os seus promotores disso, daquilo, do meio ambiente, etc, mas esse discurso vem, quase sempre, vazado na apresentação formal de uma estrutura. Eu pertenço a uma geração, eu diria, muito pobre, uma geração que teve sempre uma preocupação muito grande com o real, com o mundo. Nós queremos saber é se o resultado da atuação daqueles órgãos está realmente se constituindo na resposta esperada pelo homem do povo. Não pelo homem do povo de um povo atomizado, mas pelo povo como totalidade. Ou seja, o Ministério Público está concorrendo para a transformação dessa realidade? Essa foi uma pergunta que se colocou para todos nós que temos mais de três décadas de instituição.

Como Procurador-Geral, parti para uma reestruturação de todo o Ministério Público. Sinto-me pouco à vontade para falar sobre isso, mas sou obrigado a fazê-lo. Tínhamos dois ou três andares em

um prédio na Avenida Nilo Peçanha, não tínhamos sede, não tínhamos os nossos espaços. Tínhamos, sim, um Ministério Público centralizado e encastelado na capital, um Ministério Público distante do interior, um Ministério Público sem um procurador que tivesse nos pés, nos sapatos – eu diria, com a minha simplicidade caipira – a poeira das comarcas do interior. Então, o que fizemos nesses quatro anos em que fomos Procurador-Geral – por isso, fui reeleito e candidato único –, com muita humildade e com muita simplicidade, foi construir as instalações da nossa sede, que hoje abriga o Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro, descentralizamos a instituição e criamos dez centros regionais para apoio administrativo e institucional do promotor e informatizamos toda a instituição. Temos o privilégio de acreditar que fomos a primeira instituição a elaborar o perfil objetivo e subjetivo do crime na Comarca da capital do Estado do Rio de Janeiro, por força de um longo e laborioso projeto que fizemos em parceria com a Universidade do Estado de informatização em rede da instituição.

Ao tempo em que esse Ministério Público se estruturou e se informatizou, fê-lo para cumprir aquilo que se esperava de todos nós: um terminal de computador na porta, que permitisse ao homem do povo saber onde está o seu inquérito, há quanto tempo, sem ter que perguntar a qualquer pessoa, apenas apertando um tecla. Conseguimos isso, Senador.

Eu gostaria de afirmar que não houve em tempo algum qualquer omissão em propositura de qualquer tipo de ação. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro participou ativamente, por meios judiciais, por meio de relação direta, de todas as exigências necessárias a serem impressas, impostas ou colocadas nas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo. Não houve absolutamente nenhum tipo de falta de atuação. Vale lembrar que o Procurador-Geral antes trabalhava com equipes encarregadas do exame imediato e direto de todas essas questões: uma equipe de proteção do consumidor, uma de coordenação de defesa da cidadania e outra de coordenação das centrais de inquérito. Eram membros do Ministério Público incumbidos exatamente desse acompanhamento e dessas medidas que poderiam ou não ensejar propositura de ações por parte do Ministério Público.

A cidadania propôs várias ações na dimensão da saúde; a infância e juventude propôs várias ações, de modo que lhe posso falar do que sei; não posso falar efetivamente do que não sei.

A-propósito, perdi-me um pouco sobre a denúncia de...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Na sua gestão, houve uma mudança de posição do Ministério Público, que deixou de oferecer denúncias contra políticos.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Esse jogo do bicho, nacionalmente conhecido, foi altamente explorado pela imprensa, produzindo vários efeitos. Sinto-me, assim, à vontade para esclarecer a questão, porque, à época da propositura da ação, eu era Subprocurador-Geral. No período seguinte à evolução do processo, o então Procurador-Geral era meu assessor, tendo trabalhado comigo durante longo tempo.

Tudo começou com um ofício da juíza Denise Frossard encaminhando ao Ministério Público pessoas que tinham informações sobre o jogo do bicho. Ouviram-se essas testemunhas e, a partir da inquirição, houve uma providência cautelar – nessa época, eu era primeiro Subprocurador-Geral – de apreensão de material, visto que foi informado exatamente o lugar onde estaria a famosa contabilidade do jogo do bicho. Feita a apreensão, ofereceu-se a denúncia. Mas antes do oferecimento da denúncia, várias providências de incumbência do Ministério Público foram adotadas. Todos os advogados e outros participantes do processo sabem disso.

Formou-se, então, um juízo sobre os delitos, com a denúncia de alguns Parlamentares. Uns já foram, inclusive, absolvidos. Denunciaram-se também policiais, membros do Ministério Público e integrantes da quadrilha do jogo. Havia ainda os Parlamentares não-denunciáveis, chamados por V. Ex<sup>a</sup> de “verbas de campanha”. As providências ministeriais eram as da lei. O que era da competência do Ministério Público Federal foi encaminhado ao Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador-Geral da República. O que era da atribuição do Exm<sup>o</sup> Procurador Eleitoral foi-lhe encaminhado, com todos os nomes.

Se houve, pois, exclusão de nomes de Parlamentares, esta não ocorreu depois, mas antes, no momento em que se ofereceu a denúncia. Não se escolheu alguns para denunciar, excluindo-se outros. É evidente que isso não aconteceu. Uns cometeram crimes e foram denunciados. Aqueles que eventualmente teriam praticado ilícitos de natureza eleitoral foram encaminhados ao Procurador Eleitoral; os casos que solicitavam competência do Ministério Público Federal foram encaminhados ao Procurador-Geral da República. As providências já estão exauridas para quem de direito.

Por ter feito a acusação em plenário e condenado a quadrilha, posso divulgar os resultados. Quanto ao processo encaminhado ao Procurador Eleitoral, por ainda não existir lei disciplinando o financiamento das campanhas, não havia providências a adotar. A parte destinada ao Ministério Público Federal para lá encaminhou-se.

O mais sério dessa questão foi a desavisada informação de que o Governador do Estado não havia sido denunciado. Se isso pudesse acontecer, tê-lo-ia sido quando do oferecimento da denúncia, e não depois. O Ministério Público tem um tempo para oferecer denúncia. Por outro lado, o Governador do Estado jamais esteve sob a atribuição do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Não é o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que deve julgá-lo. Quando examinadas, essas informações transformam-se em nada. Somente a honra de estar presente nesta reunião nos faz esclarecer a questão. Trata-se de informações pueris, sem base, que não se sustentam, nada mais.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Consulto o Senador Jefferson Péres se deseja fazer algum comentário.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Estou satisfeito. Não interprete mal minhas perguntas.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – De forma alguma. Eu conheço o Senador e o meu respeito se redobra de tal forma que eu consigno publicamente o meu agradecimento pela oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me deu de me explicar em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente e Srs. Senadores, Dr. Carvalhido, por economia processual, vou adotar como minhas as palavras do Senador Jefferson Péres em sua introdução ao justificar suas perguntas. Farei três perguntas, duas relacionadas diretamente com as questões levantadas por S. Ex<sup>a</sup>.

A primeira diz respeito à postura do Ministério Público em relação a uma série de representações feitas por ocasião do processo da privatização do Banerj, do Metrô e da Light. No caso específico do Banerj, o atual Governo levanta, junto a imprensa, irregularidades que poderiam ter sido cometidas. Na ocasião, segundo informações que me chegaram, o Ministério Público não encontrou, entre as representações apresentadas, quaisquer elementos que justificassem a abertura de inquérito civil público. Não estou falando de ação civil pública, mas de inquérito civil público, simplesmente um

procedimento investigatório. Gostaria que V. S<sup>a</sup> discorresse sobre esse assunto.

Gostaria de saber se procede a informação de que teria sido instalado um escritório de representação da Procuradoria da Justiça do Estado do Rio de Janeiro em Brasília. Se procedente, existem escritórios semelhantes a esses em outros Estados? Qual seria a função desse escritório.

A terceira pergunta também se relaciona com a passagem de V. S<sup>a</sup> no Ministério Público, contudo mais direcionada a alguém que está sendo indicado para o Superior Tribunal de Justiça. Por ocasião dos saques ocorridos no Brasil, particularmente no Nordeste, em decorrência da seca, houve várias entrevistas de personalidades. Uma delas, a de João Pedro Stédile, justificava os saques no caso de necessidade. Na ocasião, o Ministro da Justiça entrou com representação e o Ministério Público a acolheu, oferecendo a denúncia. Gostaria de ouvir a opinião de V. S<sup>a</sup>, como possível Ministro do STJ, sobre a questão: até que ponto justificativas de saques em caso de necessidade poderiam ser classificadas como crime?

São as perguntas. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Concedo a palavra ao Sr. Hamilton Carvalhido.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Senador José Eduardo Dutra, receba as minhas homenagens e saiba que tenho profundo respeito pelas posições de V. Ex<sup>a</sup>. Gostaria de inverter a ordem das perguntas e falar inicialmente sobre a representação de Brasília.

Quando assumimos a Procuradoria-Geral há quatro anos, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tinha como principal item de seu projeto uma dinamização do Ministério Público, que, no meu sentir, poderia obter uma melhoria. O que fazíamos?

V. Ex<sup>a</sup> vai me permitir contar porque preciso fundamentar; do contrário, as coisas poderão ficar soltas e não será possível entender o motivo dessa criação.

Nos sentíamos a necessidade da utilização dos recursos constitucionais por parte do Ministério Público, ensejar essa utilização, ou seja, o recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça e o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Gostaria de acrescentar que editei duas resoluções que criavam as súmulas de entendimento sobre recursos constitucionais. Essas resoluções criavam grupos de Procuradores para que nos casos em que entendêssemos que deveria haver necessariamente interposição de recurso especial ou de recurso extraordinário aquilo fosse sumulado com a indicação jurisprudencial, como uma súmula de tri-

bunal. E, pela peculiaridade da nossa lei, tenho atribuição para interpor esse recurso e também os Procuradores das Câmaras. Gostaria, inclusive, de intensificar essa atividade, pois penso que deveríamos recorrer mais.

Dou essa explicação porque um dos fundamentos da representação diz respeito à viabilização desse acompanhamento. Não houve uma medida isolada, mas várias medidas que guardavam relação entre si. Esses são os primeiros: o acompanhamento dos recursos constitucionais e o acompanhamento dos feitos e das ações de interesse do Ministério Público.

Havia um reclamo geral de toda a instituição com relação ao meu perfil de professor universitário, já que eles julgavam ter uma certa dificuldade do acompanhamento político nas Casas do Congresso naquele momento que estávamos vivendo. Não é nada disso. Inclusive gostaria de agradecer e pedir desculpas ao Senador Bernardo Cabral, porque eu deveria ter feito essa homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, pelo apoio que deu ao nosso Ministério Público, como Presidente da Ordem no Rio de Janeiro, nos nossos momentos de luta. Muito obrigado, Senador. É uma omissão imperdoável da minha parte.

Mas enganaram-se, porque a minha geração sempre buscou a transformação evolutiva, o desenvolvimento. Uma outra razão para a criação da representação era possibilitar o acompanhamento das reformas constitucionais que afligiam o Ministério Público.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador, pode ter-se esquecido do meu rosto, mas já estive várias vezes no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, junto com os demais Procuradores-Gerais no Congresso, trazendo a posição e os anseios do Ministério Público.

A representação vinha carregada de todos os elementos necessários a algo que já deveria existir há muito tempo. Disse um ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal, quando eu trouxe informações numa questão de ordem que consegui fosse suscitada pelo Ministro Ilmar Galvão no julgamento: “O Procurador-Geral está aí; sua presença é indispensável nos pleitos judiciais; a distribuição do memorial, a afirmação da presença da instituição acompanhando é absolutamente necessária, absolutamente indispensável”. Essa é uma das razões.

A segunda razão é o acompanhamento das reformas. E a outra, é um velho anseio do Ministério Público – digo isso porque já passei dos 50 anos, estou perto dos 60 – em ver as nossas questões



serem julgadas ou tratadas a distância, no Rio de Janeiro. E há, na magnífica Constituição que temos, uma disposição em relação à defesa da ordem jurídica atribuída ao Ministério Público.

Nós, da velha geração de Ministério Público, temos a idéia de que defender a ordem jurídica é também concorrer para aprimorá-la. E essa representação trouxe algumas experiências magníficas, porque se ligava também a um centro de estudos e à Fundação Escola do Ministério Público. E há, ainda, a apresentação de projetos do Ministério Público, como o de proteção à testemunha, apresentado pelo Deputado Sérgio Arouca, que traz em sua fundamentação: “trazido pelo Ministério do Estado do Rio de Janeiro”.

Essa representação também tinha a missão de estabelecer as relações em que pudéssemos trazer as nossas experiências e tentar subsidiar os ilustres parlamentares com aquelas sombras de certeza, de mudança do ordenamento, as certezas que colhíamos no dia-a-dia.

A representação obedecia à necessidade de uma presença para o acompanhamento dos recursos; completava medidas tomadas na ordem interna; representava a possibilidade do acompanhamento diuturno das reformas constitucionais e representava ainda um dos instrumentos de um dos deveres constitucionais do Ministério Público, que era o do aperfeiçoamento da ordem jurídica.

Pois bem, Senador, uma ilustre Procuradora de Justiça, que muitos parlamentares conhecem, Dr<sup>a</sup> Vitória Siqueira, minha assessora especial, ficou incumbida de gerir esta representação e de fazer todo esse acompanhamento em Brasília. Digo mais: a minha instituição, durante todo o período da reforma e durante todos os julgamentos, recebeu ofícios diários do que estava acontecendo no Congresso, de qual era o caminhar das propostas de emenda à Constituição, o que o Procurador-Geral fizera, onde ele foi, que tipo de postulação, que tipo de trabalho executou, que tipo de sustentação de oferecimento, por exemplo, de embargos no STJ, de defesa no STF e tudo o mais.

A representação foi criada e é absolutamente necessária. O Ministério Público do Pará tem idêntica representação, e um dos programas do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Brasil, que me sucedeu, agora é exatamente criar um espaço para atender o que a representação deve fazer, ou seja, para que pudéssemos, de uma maneira uniformizada, única, atender a essa necessidade de todos os Ministérios Públicos.

Gostaria de, muito humildemente, dizer ao Senador que esse foi um dos projetos que – se Deus me desse o poder de retornar e começar de novo – eu traria novamente. Foi alugada uma sala, com a ajuda do Ministério Público Federal. O contrato de locação desta sala foi aprovado pelo Tribunal de Contas. Nunca houve nenhum problema, e toda a minha classe usufruiu os efeitos da existência dessa representação. Sobre ela – é isso que tenho que dizer, e digo com um entusiasmo enorme – lembro-me que o Ministro Galotti disse que já era tempo de ter uma representação em Brasília.

Relativamente ao caso do João Pedro Stédile, tenho conhecimento dele como chefe da instituição – foi uma ação penal iniciada por uma notícia de jornal, publicado o incitamento à invasão de supermercado – como na notícia, sem nenhum juízo aqui, apenas relatando –, que cabe ao promotor natural examinar e oferecer a denúncia.

Eu, particularmente, como Procurador-Geral, não tinha atribuição para oferecer denúncia contra o Sr. João Pedro Stédile. A atribuição era do promotor. As peças de informação foram levadas para o promotor. O promotor se convenceu da caracterização do crime e, no exercício da promotoria, em que ele goza de independência jurídica, não tem nenhuma subordinação hierárquica com o Procurador-Geral, ele ofereceu a denúncia. Logo depois – também tenho conhecimento porque acompanho os processos, gosto de saber o que está acontecendo no Ministério Público, como chefe da instituição – o promotor do juízo veio pedir a absolvição à falta de tipicidade subjetiva, que não teria havido dolo etc.

Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> também, agora com vistas ao STJ, que a suprema razão de todas é a necessidade, e que o estado de necessidade está previsto no Código como causa de exclusão da criminalidade do fato. É assim que encaramos essa causa excludente.

Relativamente ao Metrô, Banerj e Light, darei ao Senador uma explicação da estrutura do Ministério Público. Nas partes mencionadas aqui, essas questões ficariam ligadas à Coordenadoria de Defesa da Cidadania, Codecid, responsável pelas questões ligadas a improbidades administrativas etc. Há três promotores que examinam diariamente todas essas questões.

Faço uma ressalva ao dizer que – salvo engano, e se o Senador me permitir assim dizer – pelas minhas mãos nunca passou qualquer representação sobre o Metrô ou a Light. A pleora de processos que se despacha é enorme. No caso do Banerj, o Procurador-Geral tomou ciência de decisões quanto

a uma ação popular proposta ou algo assim. De qualquer maneira, posso asseverar ao nobre Senador que sou um homem de comportamento absolutamente previsível. O membro do Ministério Público tem um compromisso com o dever legal. Se o fato está caracterizado, cabe medida, toma-se a medida. Se cabe a mim, eu a tomo. Se cabe a outrem, eu a encaminho, porque é o mandamento da Lei nº 8.625.

A Lei nº 8.625 inibiu muito o Procurador-Geral. Ela diz que as representações devem ser encaminhadas aos órgãos com atribuição, em tese, para conhecê-las. É uma garantia do indivíduo e, como tal, deve ser respeitada. Ao Procurador não é dado o direito de emitir opiniões. Aliás, comete grave erro o Procurador-Geral que se manifesta sobre fatos que não são da sua atribuição. É um erro gravíssimo.

Tenho direito ao meu juiz competente, para me julgar, e ao meu promotor, para me acusar. Esses expedientes, quando trazidos a despacho do Procurador-Geral, não sofreram qualquer indeferimento liminar por parte deste membro do Ministério Público, que, com muita honra, responde a uma pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, nem lhes foi negado seguimento; eu não disse ou adotei qualquer medida para impedir isso ou aquilo. Qualquer tipo de representação dessa natureza, trazida ao meu despacho, recebeu o despacho: “À Codecid, para exame e manifestação de cabimento de medida...” E sem nenhuma influência, nenhuma interferência na liberdade, absolutamente nenhuma.

Nobre Senador, é o que eu tinha a dizer a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O Senador José Eduardo Dutra dá por encerrada a sua participação.

O Senador Lucio Alcântara é o próximo inscrito.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, vou ser bem objetivo e fazer uma única pergunta.

O Presidente da República editou medida provisória, não sei se uma ou mais de uma, alterando uma série de procedimentos em relação à execução de sentença, à tutela antecipada, aos recursos etc. Se V. Ex<sup>a</sup> conhece o inteiro teor dessa ou dessas medidas provisórias, qual é o seu entendimento sobre elas? Elas contribuem para aprimorar o processo judicial ou cerceiam o direito de defesa, procrastinam o reconhecimento de direitos. Enfim, era isso que eu gostaria de saber de V. S<sup>a</sup>.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** Pois não, Senador. Agradeço também a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me dá de poder apresentar meu ponto de vista.

Sempre fico muito atento às finalidades do Direito. Pediria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse começar

assim. O Direito, como aprendi nos bancos escolares, com os meus professores, objetiva duas coisas essenciais: justiça e segurança.

Se o Direito tivesse apenas por objetivo a Justiça, diria que a eternização dos feitos estaria sempre justificada porque quando se estabelecem recursos e procedimentos isso acontece por duas razões fundamentais. Primeiro, é preciso que o juiz conheça a verdade do fato do mundo. Se Caio ou João fez aquilo, se foi Maria, se entregou o bem, se não o entregou, se matou etc. E a segunda, que o juiz, conhecendo os fatos, possa corretamente fazer a aplicação da norma que disciplina aquele fato.

Ora, em termos de exigência de Justiça, quanto maior o cuidado para o conhecimento da verdade – condição essencial à aplicação reta da lei –, quanto maior o tempo, quanto maior o cuidado, mais justificável. É mais ou menos o discurso que informa todo o tipo de recurso. Recurso nunca é decisão de um só; é decisão de outrem para rever e para corrigir o erro quanto à apreciação do fato, o erro quanto à aplicação do Direito. Mas o ideal é que não apenas um colegiado o reveja.

Todavia o Direito serve aos homens, às relações da vida. Se essa exigência de justiça arreda das pessoas que estão no mundo a tutela jurisdicional que elas esperam, essa tutela, essa demora é peremptória para o direito das pessoas, fazendo reduzir a um nada o direito existente. E aí vem a exigência dessa segurança, das certezas das relações jurídicas. As pessoas não podem ficar eternamente na incerteza de uma relação jurídica que não é decidida numa sentença. Penso que essa dicotomia tem de ser trazida. Vínhamos trazendo ao longo do tempo esse modelo do processo romano. A apelação e o agravo vêm desde o Código de 1939, aquele conjunto de recursos que, hoje, até a mercê do desenvolvimento, já vai mostrando que podemos encurtar o caminho para o levantamento dos fatos e pode até mostrar a inconveniência da sacralização desse processo, desse distanciamento do órgão julgador com a pessoa do povo. É por isso que festejamos o juizado especial, porque até certo valor a parte chega e diz “juiz, é essa a minha questão”, apresenta-a oralmente, sendo reduzida a escrito e recebe uma solução conciliatória ali na hora.

Entre as medidas essenciais – e penso que foram até convertidas em lei –, uma acertadíssima, no nosso entender, foi a de aumentar ou dilatar a competência dos relatores dos recursos nos tribunais. Se lhe há jurisprudência dominante, se o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça se

manifestaram – nesse caso, refiro-me a um relator de um Tribunal de Justiça estadual; se nega seguimento, pode julgar o mesmo tribunal o mérito do próprio recurso –, não há razão para que se espere toda a convocação do colegiado para julgar um recurso que está morto ou manter uma decisão que nunca deveria ter vindo à luz porque é contrária ao entendimento pacífico. Dilargou-se essa esfera do relator, não só para negar seguimento, como para julgar improcedente, como para prover o próprio recurso interposto. Quer dizer, todas essas medidas são absolutamente acertadas, já com assento legal, motivadas e inspiradas em outras experiências, como a da França, por exemplo, desse dilargamento, da amplitude dos poderes do Relator, de modo que um colegiado é potencializado. Este Congresso potencializou os membros desse colegiado e, com isso, multiplicou a possibilidade de resposta, dando mais eficiência.

A antecipação de tutela obedece ao mesmo princípio: é um pedido de procedência absolutamente previsível, porque está assegurada por entendimento já assentado. Há perigo na demora da entrega dessa tutela, por isso ela deve ser efetivamente antecipada. Eu diria, dentro das conquistas estabelecidas hoje, por exemplo, as arguições de incompetência, que são na verdade ações originárias, demoravam a ser julgadas nos tribunais porque elas têm todo um procedimento. Hoje, se há entendimento do Tribunal, o Relator decide de plano a exceção de incompetência. Imagine a parte à espera do julgamento de uma ação de exceção de incompetência durante meses. Quer dizer, ela nem começou, ainda não se decidiu se é aquele juiz que pode. Então, se uma norma legal, como hoje existe, julga de plano, ela é uma norma frutificante, que responde aos anseios que temos hoje.

Na ação declaratória de inconstitucionalidade, cujo efeito vinculante já está estabelecido, é mandamento constitucional. Hoje, com a lei, nas arguições de inconstitucionalidade pelo sistema difuso, feito nas ações pelo réu, o órgão fracionário já não pode mais submeter ao órgão especial ou ao Plenário se este órgão já decidiu a questão. É também uma forma, pelo menos indireta, dessa vinculação em que se ganha grande caminho, porque é uma questão pacífica. Arguida a inconstitucionalidade, manda-se para o Colegiado Maior, e este decide a questão constitucional; torna a voltar para o órgão do segundo grau para decidir.

De modo que tenho que todas essas medidas foram transformadas em leis e outras que estão em andamento, quanto ao efeito suspensivo e quanto ao problema de execução, têm merecido reflexão. Penso que uma maioria vem caminhando para o seu acolhimento com a mitigação devida. Não sei, Senador, se fui hábil na resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Quero dizer que tenho o maior respeito por V. Ex<sup>a</sup>. As informações dos seus colegas procuradores lá do Rio Grande do Sul são altamente simpáticas. Vejo, inclusive pelo cargo que ocupou, de dirigente geral dos procuradores em todo o Brasil, a demonstração da liderança que realmente representa. Eu indagaria V. Ex<sup>a</sup> sobre dois aspectos: primeiro, como V. Ex<sup>a</sup> vem da Procuradoria, temos um longo debate. Durante três anos, tive oportunidade de criar, aqui na Comissão, uma subcomissão e fizemos algo inédito. O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral da República, o Ministro da Justiça, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara e eu, como representante desta Comissão, mensalmente nos reuníamos no Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal e dizíamos que ali estavam reunidas as entidades representativas da aplicação da Justiça neste País, porque a execução da Justiça passa por essas entidades.

Muitas vezes debatemos as razões pelas quais essas questões não andam. Qual é o problema? Qual é a dificuldade que faz com que a Justiça brasileira esteja tão aquém daquilo que todos esperamos? Inúmeras idéias e propostas foram apresentadas – era a primeira vez que o Supremo Tribunal Federal participava e o assunto era muito delicado, razão pela qual as reuniões eram feitas no gabinete do Presidente do Supremo, sem a presença da imprensa; após a reunião algumas informações eram tornadas públicas, mas a imprensa não estava presente.

Uma sugestão foi apresentada pelo então Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, sob a forma de projeto de lei, cuja cópia nos foi encaminhada. Apresentei essa sugestão na forma de projeto de emenda constitucional – ele ainda tramita, mas de forma muito lenta.

O citado projeto diz respeito ao andamento da Justiça brasileira. A tese do então Procurador Aristides Junqueira era de que deveria ser estabelecido no Brasil sistema processual semelhante ao dos Estados Unidos e ao da Itália. Na



Itália, por exemplo, sabe V. Ex<sup>a</sup>, promotor e juiz têm, praticamente, a mesma missão, a mesma função, fazem o mesmo concurso, de forma que uma pessoa pode ser juiz durante determinado tempo, depois trabalhar como procurador e, novamente, voltar a ser juiz.

O que se verifica nesses países é que o processo tramita com muita rapidez. Lá, o processo é unitário – até nos filmes norte-americanos vê-se que, em qualquer crime, logo aparece o promotor ligado à figura do juiz. Não é apenas ficção o que vemos nos cinemas, pois os policiais, ao prenderem um possível criminoso de fato lhe dizem: “O que você disser poderá ser usado contra você”. Naquele momento começa o processo.

Diferentemente do que ocorre no Brasil, o gabinete do promotor, ligado ao do juiz, encaminha o processo, fazendo com que ele avance celeremente, pois o promotor já se manifestou. Lá não existe, como existe aqui, o processo policial, do qual, aliás, juiz e promotor podem não tomar conhecimento.

No Brasil, o delegado envia os autos do inquérito ao juiz se entender conveniente. O juiz manda-os ao promotor, que, se assim entender, oferece a denúncia ao juiz, o qual poderá então convocar os réus se acreditar que deve haver pronúncia. Apenas nesse instante o processo começa — até cinco meses depois de ocorrido o fato, quando praticamente ninguém mais se lembra do ocorrido, prejudicando a prova testemunhal. Os advogados já tiveram oportunidade de alterar os fatos e a sociedade não se lembra mais do que aconteceu. Com isso, os processos arrastam-se por um tempo enorme para não concluir coisa alguma.

Por exemplo: há pouco – aproximadamente nove anos depois do fato –, condenaram as pessoas que mataram o promotor responsável pelo escândalo da mandioca, ocorrido, salvo engano, em Pernambuco. Quem denunciou o que estava ocorrendo – um homem considerado herói e que estava apresentando fatos concretos – foi assassinado. Ninguém se lembra mais do que se trata. Não há mais efeito perante a sociedade. Não sei sequer se os criminosos estão vivos ou mortos, se já se recuperaram ou não.

Na verdade, penso que é uma injustiça muito grande acusar a Justiça de não funcionar. Trata-se, nesse caso, de uma co-responsabilidade de todos nós no sentido de apontar como o trabalho é feito e como deve ou não ser realizado.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, ainda como membro da Procuradoria, antes de ingressar no tribunal, como vê a possibilidade de entendimento, porque isso é

ridículo no Brasil. Tenho dito aos policiais que eles estão enganados por achar que perderão poder e que ficarão subordinados ao promotor. Ao contrário, eles subirão a outra categoria. Em vez de serem policiais, vistos com restrições, passarão praticamente a integrar o Poder Judiciário e haverá um desenvolvimento mais rápido de todo o processo. Mas sinto que há uma vontade, uma prioridade e até um desejo de ficar como uma espécie de dono do processo inicial, quando se tem o poder de investigar e de seguir ou não determinado caminho.

Assim aconteceu no caso PC Farias em Alagoas. Quando se decidiu realmente se procederem às diligências, não havia mais prova alguma. As roupas já haviam sido lavadas, e todas as provas apagadas. Um delegado tomou providências irresponsavelmente sobre um assunto de relevância nacional, já que se tratou de queima de arquivo – não tenho dúvida alguma. Não acredito que tenha sido um caso passional em que uma moça repentinamente matou seu namorado e cometeu o suicídio. Era uma paixão que iniciara há pouco tempo. Além disso, o Sr. PC era sua fonte de renda. Mesmo tendo ele dito que terminaria o romance, ela não tinha razão alguma para fazer aquilo. Está provado que não fez. Na verdade, mataram uma fonte importantíssima, possuidora de uma infinidade de informações, e cujo desaparecimento interessava a muita gente. Ocorreu desse modo, porque o delegado é dono de tudo. Na hora de atuarem o promotor e o juiz, sumiram todas as provas.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> sobre a possibilidade de haver modificação. É o assunto mais importante que houve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no passado. Vieram os juízes, que também são promotores e participaram do caso chamado Operação Mãos Limpas, da Itália, para apresentar o longo trabalho que havia sido feito. O Senador Bernardo Cabral era o Presidente da referida comissão. Mostraram-nos como tudo foi realizado – começando desde a base, desde a origem do fato. Mas, se o que não está nos autos não existe, algumas vezes, o promotor muito pouco poderá fazer, e o juiz praticamente não terá condições de fazer nada. Então, faço-lhe esse questionamento.

Pergunto-lhe também – não se preocupe com os votos que serão dados independentemente disso – como V. Ex<sup>a</sup> analisa esse ruído entre Poderes, ou seja, entre o Congresso Nacional e o Poder Judiciário. Isso me preocupa muito. Todos nós – inclusive o nosso querido ex-Presidente desta comissão, o nobre Presidente atual, o Vice-Presidente, que logo

chegará merecidamente à Presidência em virtude de sua competência – temos uma preocupação muito grande com o Poder Judiciário e com o Congresso Nacional.

Não temos autoridade para atirar pedras em ninguém, porque, se há um Poder que, na realidade, ao longo do tempo, não tem tido credibilidade nacional, tem sido o Congresso Nacional. Foram 20 anos de regime militar, está aí uma Constituição cujos principais artigos não são cumpridos; absolutamente, não são cumpridos. Temos uma Constituição que é uma maravilha – está aqui, e refiro-me, mais uma vez, ao meu irmão, Bernardo Cabral –; no que tange ao social, por exemplo, a nossa Constituição é perfeita, no entanto, quanto ao cumprimento, ela é zero, quer dizer, o seu cumprimento, absolutamente, não existe.

A responsabilidade por esse descumprimento é da elite dirigente, seja ela procuradores, ministros do Supremo, juízes, deputados federais, deputados estaduais, senadores, Presidente da República, governadores, donos de jornais, empresariado, quer dizer. A elite brasileira, a elite dirigente tem co-responsabilidade nesse assunto e ninguém tem autoridade para atirar a primeira pedra.

É claro que se tem de fazer alguma coisa. Entendo que o debate que está sendo travado, hoje, envolvendo o Judiciário é positivo, porque nos chama a atenção para a importância com que o assunto deve ser analisado. Acredito que devemos ter cuidado na maneira de analisá-lo, na maneira de debatê-lo. Na verdade, aquela comissão que criamos – modéstia à parte – e que atuou durante tanto tempo demonstrou que só uma reunião por longos anos, debatendo, discutindo, não leva a muita coisa. A imprensa nunca tomou conhecimento dessa comissão porque gosta de manchetes, de notícia de impacto, e ali eram feitos estudos – e até vou fazer justiça – que não eram destinados a sair na imprensa porque eram questões internas.

Preocupo-me com o debate: Judiciário *versus* Legislativo. Creio que devemos ter muito cuidado, muita preocupação nesse sentido. Acredito que não é Legislativo contra Judiciário; não é João Manoel e Manoel Batista; creio que é o Brasil. Somos co-responsáveis nessa questão e, de certa forma, nós, Judiciário e Legislativo, temos muito mais identidade para o debate do que o Executivo. Esse, sim, é plenipotenciário; esse sim faz, executa, realiza, tem as medidas provisórias e faz o que bem entende; está alterando o Código de Processo, está modificando o que bem entende. Na verdade, o Congresso Nacional, hoje, legisla muito menos do

que há alguns anos. Fui senador na época do regime militar, na época do decreto-lei e tenho saudades daquele tempo. O decreto-lei era menos radical do que a medida provisória, meu bravo e querido Bernardo Cabral; hoje, há as medidas provisórias e, na época do decreto-lei, era um só decreto-lei, ou seja, não era reeditado; passavam-se 60 dias, não era votado, entrava em vigor por decurso de prazo e terminou. Não havia mais nada. Hoje, uma medida provisória não entra em vigor por decurso de prazo; mas, daí a 30 dias, o Presidente da República a reedita, reedita, reedita e reedita 30, 40 vezes e, em cada reedição, Sua Excelência muda o seu texto. A medida provisória, hoje, corresponde a 40 decretos-lei, porque é repetida a cada 30 dias. E são repetidas com modificações totais. Essa é a legislação do Governo. Nós, aqui, legislamos de mentirinha. Aqui fazemos de conta que estamos legislando, porque até Código, medidas econômicas, legislação financeira, todos esses assuntos estão sendo decididos por medida provisória.

**O SR. BERNADO CABRAL** – Permite-me, V. Ex<sup>a</sup>, um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Com o maior prazer, concedo o aparte ao Sr. Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNADO CABRAL** – Senador, apenas para lembrar que a culpada não foi a Constituição de 1988, que não permitia essa renovação. O Congresso de 1990 a 1994 é que fez isso.

**O SR. PEDRO SIMON** – Olha, meu querido Senador, isso é muito grave. Perdoe-me, mas até hoje não entendo o fato de o Supremo Tribunal Federal ter dado ganho de causa ao então advogado, grande amigo de nosso querido Sarney, e Consultor Geral da República, Dr. Saulo Ramos.

Senador Bernardo Cabral, futuro Ministro, leia a Constituição – eu já li mil vezes a Constituição do Brasil. Na minha opinião, na Constituição está claro que medida provisória só pode ser editada uma vez e, passados 30 dias, morreu. Olha, passados 30 dias, morreu! Aliás, é a lógica – estão presentes o Senador Bernardo Cabral e o Senador Fogaça, Relator e Vice-Relator, que entendem desse assunto: a medida provisória estava inserida dentro de uma Constituição que previa o parlamentarismo. Aliás, os Constituintes erraram, porque, no momento em que derrubaram o parlamentarismo, deviam ter abolido a medida provisória. Quando caiu o parlamentarismo, no plenário, isso devia ter sido considerado *ipsis litteris*, meu querido Bernardo: a medida provisória tinha de ter caído junto com o parlamentarismo. Uma Constituinte democrática – diga-se de passagem, a

mais democrática da história do Brasil – cometeu este deslize: derrubaram, no plenário, o parlamentarismo e deixaram a medida provisória em vigor. São previstos 30 dias de vigência para a medida provisória; e o Supremo Tribunal Federal – pelo amor de Deus, não entendo isso – deu ganho de causa ao Consultor da República, Dr. Saulo Ramos, dizendo que, pela Constituição, pode repetir quantas vezes quiser.

Duvido, ilustre Ministro; duvido que V. Ex<sup>a</sup>, lendo a Constituição, tenha outra interpretação do que esta: é uma vez só, 30 dias; não foi, “morreu”. E estão repetindo 40 vezes.

Então, nesse contexto, não dá para culpar o Supremo, nem o Tribunal de V. Ex<sup>a</sup>, nem o Judiciário, não dá para culpar a nós, individualmente. Apesar disso, tenho a minha consciência pesada, e não preciso me culpar, mas me sinto culpado. Estou aqui, vou para o meu terceiro mandato, e pergunto o que tenho feito para mudar esse quadro, porque penso que só tem piorado. Até aí, é democracia, mas digo com a maior tranquilidade: eu preferia o decreto-lei à medida provisória. Eu preferia o decreto-lei, que dava 60 dias – agora são 30 – e, em 60 dias, dava para modificar, dava para alterar; em 30 dias não dá.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – (*Intervenção fora do microfone.*) – ... muito limitada a abrangência.

**O SR. PEDRO SIMON** – Então, digo a V. Ex<sup>a</sup> exatamente isso. O ambiente está carregado. Se V. Ex<sup>a</sup> abrir os jornais, é “para lá e para cá”; Presidente de um Poder com Presidente de outro Poder. O ambiente está delicado. Com toda a sinceridade, não me lembro de antecedentes. Já tivemos antecedentes pesados do Executivo com o Congresso Nacional – isso já tivemos. Debates, discussões ásperas, duras do Congresso com o Poder Executivo, desde nós, que pedimos o **impeachment** de Collor, desde as manchetes que queriam a renúncia de Getúlio Vargas e o levaram ao suicídio, até as outras que queriam a renúncia de Jango e levaram à “revolução”, até agora, com o meu querido e meu grande líder Brizola falando em renúncia do Dr. Fernando Henrique. Mas acho que esse não é o caminho, a não ser que haja algum motivo, algum fato sério, grave, como tínhamos com relação a Collor. Quando eu, no meu gabinete, juntamente com o Senador Suplicy e o meu querido relator iniciamos a CPI, o Dr. Ulysses e muita gente se apavorou, dizendo: “Você está louco! Logo você, que é gaúcho, do antigo PTB! Foi assim que começou o que levou Getúlio Vargas ao suicídio, com assunto de renúncia. Foi assim que aconteceu a deposição

de Jango.” Mas dissemos: “aqui é diferente; temos provas concretas e queremos essas provas que temos em mãos.” Se o Dr. Brizola tiver alguma prova concreta de corrupção, ou coisa que valha, o negócio não é renúncia, porque renúncia é um ato unilateral de vontade; ou ele pede ou não pede. Se os presidencialistas tivessem aceito o parlamentarismo, se o parlamentarismo tivesse sido vitorioso, aí pediríamos a queda do Governo. Aí sim, cairia em 24 horas. “Está aí, não nos serve, não é o que defendemos, essa tese é injusta”, cai o Gabinete. Agora a renúncia de Presidente é algo complicado.

Então, acho que o meu querido amigo Dr. Brizola já está levantando uma tese que é difícil, é complicada. Se a inflação ficar maior, se o dólar aumentar o seu peso, a economia está difícil – e me perdoe o meu Presidente –, sinto que o problema social está crescendo, as dificuldades estão aumentando, estamos verificando a cada dia, em bairros, o homem do interior vivendo uma situação aflitiva. Estamos vivendo um momento em que temos de dar as mãos para construir uma saída positiva. Nessa saída positiva, penso ser altamente importante debatermos o Judiciário, como penso ser altamente importante termos a humildade de debater o Congresso Nacional, que hoje tem sido praticamente homologador. Quer dizer, o Governo não só tem as medidas provisórias para a hora que quiser, mas em termos de Senado por exemplo, somos um poder homologatório. Quero que me digam qual foi o ato do Presidente da República em que tivemos ação de dizer “não”. Em que circunstância modificamos? Parece que o Presidente tem o dom da infalibilidade, porque, se depender do Senado Federal, isso acontece.

Sentarmo-nos à mesa com o Judiciário é altamente positivo. Não nego, porém, minha angústia pelo tipo de manchete divulgada, com a qual não estou acostumado. Estou com quase 70 anos, vivi todas as crises, as piores possíveis, mas ainda não tinha visto as manchetes do tipo Judiciário *versus* Legislativo. Essa é a primeira, por isso fico ainda mais assustado. Sou um dos que vêm lutando há muito pela reforma do Judiciário. Há uma série de projetos acerca desse tema. Mas daí a criarmos um ambiente feito à base da maior força ou coisa que o valha é outro aspecto.

Perdoem-me, mas com meu voto favorável com simpatia, trago essas duas questões. Uma refere-se ao longo processo Judiciário brasileiro, à possibilidade de, imitando outros países, fazer um processo só, em vez de policiar o citado Poder sob o



comando do Promotor. A outra é o que está acontecendo. Muito obrigado. Desculpem-me a delonga.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Sr. Hamilton Carvalhido.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Senador, manifesto a V. Ex.<sup>a</sup> minha honra de poder ou de tentar responder suas preposições. Ouvi todas as considerações com a admiração com que tenho ouvido sempre as posições externadas por V. Ex.<sup>a</sup>.

A questão da demora, da prescrição – eu diria social –, da resposta do Estado, já a enfatizei anteriormente e gostaria de trazê-la à baila novamente, pois é a que mais aflige o operador do Direito, o homem público, já que ao Direito cabe promover a paz social. Se tal resposta tarda, notadamente em matéria de segurança, há um constrangimento que toma conta de todos nós.

V. Ex.<sup>a</sup> disse com muita razão: o nosso Código de Processo Penal trazia alguns componentes evidentemente ideológicos. Pensava-se no Ministério Público que se comportasse na acusação à moda do magistrado na decisão. Portanto, o Código de Processo Penal até agora em vigor quer um promotor que não tenha contato com a investigação. Posteriormente, houve modificações, mas na verdade pensava-se isso naquela extremação, qual seja, a acusação não pode se informar, deve estar livre de influências. Havia todo um discurso concorrendo para esse retardamento.

V. Ex.<sup>a</sup> disse, com a procedência de sempre, que o inquérito policial é instaurado, vai para o juiz, que o manda para o promotor, que, por sua vez, diz ao juiz que quer o retorno do inquérito à polícia, ou vai para o juiz, que o envia ao promotor, que, então, oferece a denúncia ao juiz. Ora, todos nós, quando pensamos na objetividade das coisas e, afastados os interesses da feudalização da investigação – pois não é momento oportuno para falar sobre ela –, constatamos que aí há passos de manifesta irracionalidade que só servem para comprometer o andamento das coisas.

V. Ex.<sup>a</sup> deu um exemplo que considero paradigmático. Quando as coisas perdem sua atualidade, os vestígios desaparecem. Então, nesse momento morto, é que a espécie é submetida para a formação do convencimento para a denúncia e, quase sempre, para o julgamento.

Recorrendo a minha memória – estou há quase quarenta anos na Justiça –, lembro-me de uma lei elaborada por este Congresso. (Creio que, de

maneira muito simples, poderei demonstrar minha posição.)

Houve uma lei de combate a entorpecentes – que sucedeu a redação do 281 do Código Penal – que criava uma audiência de apresentação. Nessa audiência, que deveria ocorrer no máximo em dez dias – peço desculpas a V. Ex.<sup>a</sup> se eu me enganar em relação ao prazo –, o preso era apresentado com o material entorpecente, juntamente com as testemunhas. Ou seja, a autoridade policial apresentava o preso, e o promotor oferecia a denúncia oral ali, na audiência.

Dessa forma, num só passo, que nunca ultrapassava uma semana, tinha-se a denúncia oferecida, toda a prova de acusação produzida. Depois disso, seria feito o interrogatório e marcava-se a audiência de instrução e julgamento, ocasião em que eram ouvidas as testemunhas de defesa. A sentença era proferida ao final.

Digo-lhes, com a experiência de um velho promotor, houve processos julgados em doze ou quatorze dias. Ou seja, em tempo menor do que os vinte dias assinalados pelo Código de Processo para a produção da prova acusatória do procedimento comum ordinário estabelecido no Código de Processo Penal. Recebíamos as testemunhas e o próprio réu, e tínhamos presente ainda a atualidade do fato criminoso no corpo deles, no próprio material.

Todos nós, promotores da época – e veja que tudo isso está dentro dessas magníficas colocações que V. Ex.<sup>a</sup> fez –, queríamos que aquele procedimento fosse ampliado para todos os casos de prisão em flagrante, não apenas para entorpecentes, mas para o furto, o roubo etc, porque a testemunha era apresentada na hora do fato. Se fosse necessário prosseguir com a investigação, essa era uma outra questão, porque não se vai perder as condições de exercer o direito de punir ou o direito de responder ao crime por uma precipitação.

O fato é há mais de uma década já havia uma lei que racionalizava, agilizava, na parte penal, essa resposta. Suprimiam-se as expedições de mandado de chamamento, de citação, de intimação. Todo mundo comparecia, e o promotor oferecia a denúncia, reduzia-a a termo, e as testemunhas eram ouvidas. Entrava-se naquela fase do processo em que o único problema seria a dificuldade do Instituto de Criminalística na perícia do material. E em relação a essa fase também, foram tomadas providências.

Todavia, essa lei foi revogada. Voltamos para aquele escalonamento do inquérito iniciado ou não por flagrante, da denúncia, do interrogatório, da prova

de acusação etc... Para nós, que participamos da angústia dessa demora, tal fato foi absolutamente decepcionante. Eu disse a um dos juristas que fez parte da comissão que elaborou essa mudança que eles possuíam toda qualidade do mundo, apenas pensavam diferente e haviam acabado com um procedimento que devia ter sido expandido. Tudo era mais fácil quando a testemunha estava presente na hora.

Hoje, no Juizado Especial, está acontecendo isto: lavra-se o termo e já se marca a data para o comparecimento ao Juizado Especial. Encurtar passos. Essa valsa, essa dança, realmente compromete a agilidade do processo.

V. Ex.<sup>a</sup> toca numa outra questão que me parece extraordinariamente importante: quanto a atividade persecutória na fase investigatória, o Ministério Público tem toda legitimidade de estar nela, porque, afinal, a investigação é desenvolvida, a colheita de provas é feita para que o Ministério Público ofereça a denúncia.

Atualmente, há ilustres juristas que procuram deduzir de princípios constitucionais, como o devido processo legal, diante do caráter público da ação penal, essa ordenação ou subordinação da Polícia ou Ministério Público, para investigar, a fim de que possamos oferecer denúncia. E tanto mais razão tem V. Ex.<sup>a</sup> quando nós usamos aqueles poderes do Código de Processo Penal de requisitar diligências. No Código de Processo Penal o Ministério Público tem não apenas o Poder, mas o dever de requisitar a prova diretamente, quando ele tem essa disponibilidade. Muitas vezes, nos inquéritos intermináveis, com uma diligência feita a nível de Ministério Público com uma equipe de apoio pequena, consegue-se encerrar um inquérito em três ou quatro dias, independentemente daquela longa demora.

Em uma representação que é oferecida com todos os elementos, faltando uma perícia, um documento, por que não requisitar diretamente? Por que instaurar um inquérito? Por que aprazá-lo para ser concluído só daqui a trinta dias, quando tem todo o direito a uma resposta imediata do Ministério Público? Quer dizer, a purificação dessas formas, essa integração dos órgãos em uma unidade voltada para o bem servir à coletividade, eliminar essas incongruências, essas separações absolutas, é algo que todos ansiamos. E aí, no dia a dia da Justiça, o que fazemos nós? Nos processos penais em que a absolvição já está definida, em que se poderia conceder até **habeas corpus**, encurta-se o prazo de instrução, vai-se às alegações e prolata-se uma

sentença na hora. Isso é o que todos que construímos, por décadas nessa função, fazemos, em respeito aos jurisdicionários. Isso é nosso dever.

Senador, todo o entusiasmo manifestado, nesse sentido, nas palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, é por essa celeridade que tem que ser alcançada.

Estive, em três ou quatro oportunidades, reunido com esses magistrados da operação **mani polite\*** e, realmente, no combate ao crime organizado, quando há uma relação direta do órgão e quando podemos requisitar as peças a nível de sigilo bancário, fiscal, etc; aquilo pode ser agilizado com pequenas equipes.

V. Ex.<sup>a</sup> fez uma observação que eu gostaria de registrar: o pior inimigo da celeridade é essa entropia, essa força que desorganiza as coisas e a burocratização dos procedimentos. Uma coisa é o promotor que tem conhecimento da massa de inquéritos que está sob sua responsabilidade. E diria mais, Senador: um promotor tem que estar vinculado a uma determinada coletividade social, ou seja, suas atribuições têm que ser determinadas também por aquela coletividade. Assim sendo, os inquéritos que para ele vêm são daquela coletividade territorial que lhe determina a atribuição junto à delegacia, o que irá fazer com que ele tenha uma visão de conjunto dos problemas de segurança. O promotor irá, a partir de recursos de informática, desenvolver perfis criminais regionalizados. Ele irá poder se dirigir às autoridades participantes dessa política de segurança pública e traçar atuações de um Ministério Público não individualista, mas sistêmico, comprometido com a transformação da realidade. Desculpe a ênfase, mas é o ofício que volta ao coração da gente e que não podemos afastar.

Gostaria de encerrar dizendo a V. Ex.<sup>a</sup>, por todas as considerações sem precedente, que existe disposição constitucional disciplinando as Comissões Parlamentares, fato determinado e prazo certo. É uma previsão constitucional. É como eu, que fio na aprovação da indicação do meu nome, gostaria de encerrar a resposta a V. Ex.<sup>a</sup>, manifestando, mais uma vez, o meu respeito e as minhas homenagens a tão ilustre Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia.) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, caro indicado Dr. Hamilton Carvalhido, começo dizendo que a palavra do Senador Bernardo Cabral aqui nesta Comissão tem um valor extraordinário. Um parecer do Senador é como um aval de confiança. Para nós um depoimento de S. Ex.<sup>a</sup> em favor de um indicado é

absoluto, porque nos leva a votar favoravelmente, sem qualquer margem de dúvida ou desconfiança.

Mas não vou deixar de fazer a V. Ex.<sup>a</sup> as perguntas que considero pertinentes ao momento que vivemos no Brasil. O Senador Lúcio Alcântara chegou a tocar um pouco na questão da tutela antecipada e em outros problemas que envolveram medidas provisórias e um certo atrito do Poder Executivo com o Poder Judiciário. Até a Ordem dos Advogados do Brasil questionou isso evidentemente.

A pergunta que pretendo fazer talvez seja de ordem filosófica, mas também se relaciona com a administração do Direito, da Justiça. V. Ex.<sup>a</sup> passou a maior parte da vida como promotor público e ascendeu na carreira até o grau mais elevado. Conhece esse lado da questão. Sentado na cadeira de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, como V. Ex.<sup>a</sup> veria ter que escolher entre uma demanda, possivelmente com razoável sustentação na lei federal, e uma realidade do Governo Federal, que é a escassez de recursos e a necessidade de promover um equilíbrio e um ajuste das suas contas?

Como V. Ex.<sup>a</sup> disse que teria – e tem sempre e permanentemente na sua vida – uma visão de que mais importante que o direito formal é a aplicação da Justiça, como veria, por exemplo, aquele caso recente, que deu margem a essas medidas provisórias, que foi a decisão em favor dos funcionários públicos que demandavam por um reajuste da ordem de 28,6% nos seus salários, alegando que esse reajuste tinha sido dado aos servidores militares e, constitucional e legalmente, deveria se estender a todos os funcionários públicos. A Justiça deu-lhes ganho de causa, e houve uma incompatibilidade entre essa decisão e a realidade orçamentária, ou seja, era difícil para o Governo executar a sentença, cumprir a sentença naquele mesmo ano. E como vinham acompanhadas de tutela antecipada, ou seja, não havia realmente como deixar de pagar, o Governo se viu às voltas com uma possível desestruturação de toda a base de sua política financeira e econômica, da sua política pública orçamentária.

Como V. Ex.<sup>a</sup> vê uma decisão como esta: atender a um reclame natural e legítimo de funcionários, ou preservar o Erário, preservar o equilíbrio necessário às contas públicas. Pode um Juiz pensar e decidir com uma visão superior de justiça, que não seja aquela da letra fria da lei. Qual sua interpretação e análise de uma situação como essa?

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – A pergunta de V. Ex.<sup>a</sup>, assim como as demais, muito me agrada e

exige a mesma responsabilidade que tive em outras respostas. Apresento a V. Ex.<sup>a</sup> minhas homenagens, o meu respeito.

V. Ex.<sup>a</sup> propõe, essencialmente ou primariamente, uma questão de ordem filosófica. Nós, operadores do Direito, preocupamo-nos sempre em colocar o jurista na posição daquele que procura, superando hoje uma posição que durante muito tempo prevaleceu de desvelamento de valores realizados nos mandamentos legais. Esclarecendo-se os valores, estabelece-se a adequada interpretação da norma nos seus múltiplos procedimentos. Essencialmente, o desvelamento de um mandamento legal demonstra o valor da justiça, uma das finalidades do Direito. Se perguntado a um juiz que se colocasse como um juiz *in genere*, uma figura do julgador, que opção ele faria entre a lei e a justiça, nenhum juiz, verdadeiramente juiz, diante da finalidade do Direito, diria que a justiça deveria ser postergada. Essa seria a essência da função de julgar em função das finalidades do Direito.

Por outro lado, a missão de julgar torna-se difícil quando, nas espécies trazidas a exame, deparmos-nos: com leis que efetivamente não realizam nenhum tipo de valor que deveriam realizar, ou seja, valores de justiça; ou com leis que, embora realizem esses valores, contingencialmente podem mostrar-se não como a melhor norma a ser aplicada.

Sendo assim, a fidelidade do juiz à justiça vem junto com a sua fidelidade à lei. Se o juiz não aplica a lei, se lhe nega incidência, se lhe nega eficácia, subordinação dos fatos aos seus efeitos, ele se substitui ao legislador – e ele não pode fazer isso. São duas as posições: a fidelidade absoluta à justiça, que deve ser realizada no mandamento legal; e todo esse labor de interpretação, que se deve ajustar a essa disposição, de maneira que possa ser vista como realizadora, em cada caso, daquela justiça esperada. Mas, se a disposição legal existe e não enseja interpretação diversa, não é permitido ao julgador substituir-se ao legislador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs. Senadores, Dr. Hamilton Carvalhido, ouviu de amigos do Rio de Janeiro a respeito da sua performance como representante do Ministério Público, e, entre nós, chancelada, como todos salientaram, pelo nosso Bernardo Cabral, o que, por si só, seria suficiente para justificar uma tomada de posição nossa.

V. Ex.<sup>a</sup> teceu considerações altamente judiciosas, mas quero lhe dizer que também venho do



Ministério Público. Mas isso ocorreu no início da minha formação, logo que terminei o curso de Bacharel em Direito. Fiquei no Ministério Público apenas três anos. O meu aprendizado continua, e quero até abordá-lo por uma questão de competência, porque tenho que aprender com os Srs. Senadores mais competentes, de maior vivência nesta Casa.

Falarei sobre umas questões que me preocupam, pelo amor que tenho ao Ministério Público, a quem muito devo e que foi o aprendizado da minha vida. Fui Promotor Público no interior, quer dizer, conheço a realidade da vida. Para lhe dar uma idéia, sem título, cheguei a ser juiz de direito, porque não havia juiz de direito substituto naquele tempo nas cidades do interior do meu estado. Quem o substituíra era o juiz de paz, aquele que celebra o casamento e que era neófito em Direito.

O juiz de paz era um homem muito bondoso, que não sabia falar não para ninguém. Um advogado lhe levava uma petição e lhe dizia o despacho. Ao que ele despachava: “junte-se como requer”. E a outra parte vinha e anulava o despacho com outro “junte-se como requer”. Até que um dia, os advogados da minha cidade se reuniram e entenderam que iriam colocar o Ramez Tebet para decidir, porque ele é promotor e se transforma em juiz; o juiz de paz assina e vamos dando andamento em nossos processos.

De sorte que, por essas condições, das quais não me envergonho de falar, porque era essa a realidade, tive alguma experiência como membro do Ministério Público e pude ser aquilo que considero uma das mais difíceis missões – não a quero nunca –, que é a de sentenciar, a de julgador. Considero isso uma tarefa muito difícil para mim. Mas estou preocupado porque vejo que a Constituição de 1988 concedeu ao Ministério Público um patamar que merece. As coisas evoluíram socialmente, há os direitos difusos, o meio ambiente que precisa ser defendido, etc.

Tenho notado e dito especialmente aos promotores do meu estado, todos os meus amigos, que penso que está havendo muito estrelato no Ministério Público e também na Magistratura. É preciso que nos convençamos disso. Por quê? Porque parece que os promotores querem realmente investigar e estão exagerando nessas atribuições. Não sei se isso é bom ou se é uma fase transitória. Não sei se V. Ex<sup>a</sup>, que vem do Rio de Janeiro, também pode constatar isso. Mas, em verdade, parece que a mídia passou a ser do gosto daqueles que deveriam ter, a meu ver, uma função mais recatada.

Não me parece que tenhamos na sociedade brasileira a cultura dos americanos, quando um promotor de justiça é figura principal, ao lado de uma moça que acusa o presidente da república de assédio sexual e provoca um problema político que quase gera um **impeachment**. Não sei se isso faz parte da nossa formação ou se estamos caminhando para tal. Tenho visto exageros e não sei qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente diante das indústrias de liminares. É fantástico o que está ocorrendo, é quase o desejo de se administrar. Há uma invasão de competências, a meu ver.

Tivemos exemplos nos recentes casos das privatizações. O Governo teve que montar um aparato de advogados pelo País inteiro porque o juiz de qualquer unidade da Federação brasileira concedia liminar impedindo o leilão que estava ocorrendo no Rio de Janeiro, de onde V. Ex<sup>a</sup> provém. Então, não sei se é isso.

Por outro lado, vejo que isso pode acarretar um prejuízo muito sério. Gostaria de ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup> a respeito. Muito se fala na celeridade do Poder Judiciário. Todos temos um prazo dentro do processo. Cinco dias para oferecer denúncia quando o réu está preso — não sei se ainda é assim —, tantos dias se estiver fora, o juiz tem dez dias para sentenciar. Mas se alega com muita facilidade, por exemplo, num caso ou noutro, o excesso de serviço, e não se tem o prazo. E às vezes se denuncia por denunciar. Será que isso não pode acarretar até ações de indenização? Porque isso mexe com a reputação das pessoas. Conheço alguns casos em que, por ação de colegas nossos, reputações foram manchadas irremediavelmente. Não digo os casos em que há denúncia recebida e depois vem a absolvição. Mas os erros grosseiros que acontecem tanto do lado do Ministério Público como do lado do Poder Judiciário. Parece que até agora estão imunes a essas ações de reparação de danos.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup> acha que isso é uma fase de transição, que depois as coisas se acomodam. Ou não tem excesso? Está normal comparecer perante a televisão e dizer como está se procedendo, embargar os atos da Administração Pública? V. Ex<sup>a</sup> acha isso normal? É uma fase de transição? Qual a opinião de V. Ex<sup>a</sup>? Eu me confesso preocupado. Nem busco, veja bem, qualquer resposta de V. Ex<sup>a</sup> para justificar meu voto. Isso é uma questão que me atormenta. Pensei muito se deveria abordá-la, mas dado que vi estar diante de um homem do preparo de V. Ex<sup>a</sup>, me abalanço a isso, para atendermos a uma realidade social.

Ácredito que daríamos celeridade às ações da Justiça se todos cumprissem prazo, ou procurassem cumprir prazo.

Louvo aqui, por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho. Até tive a pretensão de que fosse em razão de um pronunciamento que fiz, pedindo um mutirão do Poder Judiciário para resolver problemas, para tirar da cadeia pessoas que já cumpriram pena, que o Poder Judiciário, o Ministério Público, Ordem dos Advogados, para que todos fizessem um mutirão. Sem que eu soubesse, o Tribunal Superior do Trabalho parece que está com sua pauta praticamente limpa, porque convocou juízes dos Tribunais Regionais e se colocou a despachar processos. Isso é fantástico. Iniciativas como essas são muito importantes para desafogar os anseios que a população tem de uma Justiça mais rápida.

São essas colocações, uma ligada à outra, que ousou formular a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Dr. Hamilton Carvalhido.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Senador, quero manifestar meu respeito a V. Ex<sup>a</sup>, que conheço de longa data. O Procurador-Geral de seu torrão natal sempre fala, sempre falou no nome de V. Ex<sup>a</sup>. E eu acompanhei aqui, como Procurador-Geral, pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, e como brasileiro e cidadão, só tenho motivos para apresentar minha homenagem a tão ilustre Senador. Muito me honra suscitar-me uma manifestação.

Não sei se poderia dizer, talvez o Senador fique zangado, mas pertencço a essa mesma tradição de Ministério Público a que V. Ex<sup>a</sup> pertence. Como membro do Ministério Público aprendi isso e, recolhendo essas tradições no Ministério Público do meu estado, ele é essencialmente equilibrado, discreto, silencioso e operoso. O membro do Ministério Público só tem e deve se pronunciar quando para satisfazer o direito coletivo à informação, assegurado na Constituição. Fora disso, ele exorbita. Fora disso, ele descumpra do seu dever. Aliás, a unidade do Ministério Público suscita uma instituição que atue do mesmo modo, seja quem for que lance o pronunciamento. Essa tradição foi a que recebi, professei e que invoco em prol das declarações que faço neste momento: exatamente esses 33 anos de Ministério Público em que cumpro o meu dever de informar exclusivamente nos casos em que tinha o dever de informar, e fi-lo sempre dentro dos estritos limites que a ética saudável determina que sejam observados.

Não penso que um membro do Ministério Público tenha o direito do pronunciamento gratuito, tenha o direito à emissão de opiniões ou sombras de certeza. Ele tem o dever de cumprir o dever e de informar quando for seu dever fazê-lo, de modo que sinto-me extraordinariamente gratificado, porque parece que vejo mais uma identidade da minha pessoa com a do Senador, em termos da tradição do Ministério Público que professei.

Uma das questões mais fechadas foi exatamente a recondução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a uma posição de equilíbrio, de sobriedade e de respeito ao jurisdicionado. Tenho, na universidade e com os promotores de uma maneira geral, lembrado sempre que o poder de denunciar é gravíssimo e traz para nós uma imensa responsabilidade, sobretudo ética, porque interferimos na vida das pessoas, mudando, ainda que temporariamente, o estado das coisas. Convertemos o indivíduo em réu, em imputado, em destinatário de uma acusação. O que isso representa para uma pessoa?

Tenho sempre lembrado, e brinco às vezes seriamente, dizendo que, nas minhas orações, fiz sempre isso: gostaria de ser o promotor e o juiz, do outro, que quero para mim. De modo que sempre transmitti essa sobriedade e equilíbrio por detrás desse comedimento no falar e acho que é realmente exorbitante a declaração sem razão de ser, sem vinculação ao cumprimento rigoroso do próprio dever.

V. Ex<sup>a</sup> mencionou – e sei que o fez por essa inteligência aguda que tem – que as transformações trazidas têm sempre um noviciado. Às vezes, somos surpreendidos julgando que temos a melhor interpretação da posição a tomar e, depois, vamos aparando-a, progressivamente, até ajustá-la a um ponto de equilíbrio desejável. Notadamente nessa dimensão da ação civil pública, da interferência no exercício das políticas públicas, diria que essa tradição de Ministério Público, muito atualizada, hoje diz que mais eficiente que a ação civil pública é o termo de ajustamento de conduta; mais eficiente do que o arruído da proposta de ação é o Ministério Público se conscientizando da sua condição de agente político, de responsável ou co-responsável pelas políticas públicas e buscando a ordenação e coordenação das atividades.

Depois de um certo tempo, descobrimos que as sentenças, as declarações formais não mudam, necessariamente, o mundo. A existência tem condições. Não se levanta um prédio em segundos, nem se faz a construção de um hospital em uma semana. A exis-

tência tem condições e um membro do Ministério Público tem que ter conhecimento disso, tem que ter consciência disso, daí por que, confirmando, do meu modo, a maneira como V. Exª fez sua colocação, penso que o inquérito civil, ou mesmo a sua fase preliminar, pode ensejar uma interferência muito mais frutificante no Ministério Público, em termos de influência em uma política pública, num diálogo em que ele traz as pretensões que lhe cabem trazer às autoridades para um poder decisório e tentar esboçar dentro das condições de probabilidade, de possibilidade, aquela solução que a sociedade busca. Isso não precisa jornal. Isso precisa é trabalho e a busca de solução. Ou seja, ser operário do Direito, ser operário da construção da sociedade que a nossa Constituição diz que é objetivo ou finalidade do Estado. De modo que as palavras de V. Exª trazem a este velho promotor o conforto de que não está só e, mais ainda, de que está com alguém que traz o sufrágio da confirmação de que a posição, se não é a melhor, é uma das melhores.

Era o que gostaria de responder a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrada a fase de arguição, passa-se à fase de votação.

Mas antes de submeter à votação, eu gostaria de dirigir a V. Exª, Dr. Hamilton Carvalhido uma palavra.

Desejo confessar-lhe que, ao abrir esta reunião e convidá-lo para fazer a sua exposição, eu esperava, como, de hábito, ouvir uma exposição, ou mais ou menos longa, mas uma exposição. E fui surpreendido porque V. Exª se limitou a cumprimentar o Relator e a Comissão e o fez com muito acerto. Porque agora vejo que V. Exª entende que esta é uma sabatina e que o juízo de valores é feito a partir das perguntas e respostas, e não a partir de uma mera exposição. V. Exª, no meu julgamento pessoal, foi extremamente hábil, competente, preciso nas suas respostas e deixa, na minha visão pessoal, uma excelente impressão. Penso que o Superior Tribunal de Justiça vai ficar enriquecido com a presença de V. Exª. Pelo que pudemos depreender, da exposição que aqui foi feita, pelas perguntas e pelas respostas dadas, não pela exposição pura e simples, que podia ter sido feita para impressionar – o que não foi estratégia de V. Exª -, V. Exª se submeteu a uma sabatina e se houve bem.

E dito isto, gostaria de convidar os Srs. Senadores a votarem, informando que temos um item a seguir para discutir com relatoria a cargo do Senador Lúcio Alcântara.

Eu convidaria o Dr. Hamilton Carvalhido a aguardar, na sala da Secretaria, o resultado da votação.

Eu pediria aos Senadores Ramez Tebet e José Fogaça que efetuassem a escrutinação dos votos. (Pausa.)

O nome do Dr. Hamilton Carvalhido está aprovado por 15 votos favoráveis e 1 voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – **Item 2:**

Parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, (nº 249, de 98, complementar, na Casa de origem), que disciplina os limites nas despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição.

Pediria que tão logo o Senador Lúcio Alcântara lesse o seu relatório, nós convocássemos o Dr. Hamilton Carvalhido para os cumprimentos de praxe.

**O SR. RELATOR** (Lúcio Alcântara) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, por economia de tempo, vou me limitar a dizer que o meu parecer é favorável quanto à constitucionalidade e à juridicidade.

Não examinei o mérito porque esse processo vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que, certamente, vai se debruçar sobre esses aspectos. Mas é algo muito simples. Trata-se de reformular a chamada Lei Camata para reduzir o teto de gasto com pessoal da União de 60% para 50%, e dar para estados e municípios, mantendo aquele teto de 60%, mais dois anos para que eles venham a se enquadrar nesse parâmetro.

Isso vem em seguida à aprovação das emendas constitucionais tratadas na reforma administrativa e outras. E estão previstos inclusive instrumentos de que o estado ou o município poderão se valer para chegar a esse percentual. É todo esse processo de ajuste fiscal. E, no caso, o que houve foi a concessão de mais dois anos a fim de que estados e municípios se enquadrem, sendo que dois terços deve ser no primeiro ano, e, da União, o teto é reduzido de 60% para 50%.

Quanto à constitucionalidade e jurisdição, meu parecer é favorável.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço vista do presente projeto para um exame mais detido.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como o pedido de V. Exª se associa ao pedido já feito anteriormente pelo Senador José Eduardo Dutra, concedo vista conjunta pelo prazo de cinco dias.

Eu gostaria que os Senadores Bernardo Cabral e Lúcio Alcântara convidassem o Dr. Hamilton Carvalhido, para que pudéssemos anunciar o resultado e cumprimentá-lo.



Antes de encerrar a presente reunião, concedo a palavra ao Dr. Hamilton Carvalhido, que deseja se dirigir aos Membros da Comissão.

**O SR. HAMILTON CARVALHIDO** – Exmº Sr. Presidente, Srs. Senadores, Exmº Sr. Relator, pedi a palavra porque não poderia deixar de registrar o meu agradecimento ao ilustre Relator, Senador Bernardo Cabral, a todos os Senadores que me honraram com sua cultura e subsídios, dando-me a oportunidade de me apresentar a esta Comissão.

Hoje, com quase 40 anos de Justiça, digo-lhes que no registro de minha vida ficará como o mais significativo de todos os momentos essa convivência que tive nesta augusta Casa do Congresso Nacional.

Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Renovando o cumprimento ao Dr. Hamilton Carvalhido, declaro encerrada a presente reunião, convocando outra para a próxima quarta-feira, às dez horas da manhã.

*(Levanta-se a reunião às 13h15min.)*

**Ata da 3ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 24 de março de 1999, às 10h. (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia vinte e quatro de março, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Bernardo Cabral, Jefferson Péres, Maria do Carmo Alves, Álvaro Dias, Edison Lobão, José Fogaça, Lúcio Alcântara, Luzia Toledo, Ramez Tebet, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Romeu Tuma, Marina Silva e Amir Lando, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores: Djalma Falcão, Iris Rezende, Jader Barbalho, Roberto Requião, Francelino Pereira, Carlos Wilson, Sérgio Machado e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: 4) Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1999, (Nº 4.886, DE 1999 NA CD), “revoga o art. 112 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código Nacional de Trânsito.” Autoria: Deputado Padre Roque; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela aprovação. Resultado:

Aprovado o parecer do Relator. Item 5) Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1999, (Nº 4.492, DE 1998 NA CD), “altera dispositivos da Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, dispõe sobre a transferência de sede de Junta de Conciliação e Julgamento e define jurisdição e dá outras providências.” Autoria: Tribunal Superior do Trabalho; Relator: Senador José Eduardo Dutra; o parecer que é lido pelo Senador Antônio C. Valadares conclui pela aprovação. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 3) Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999, (Nº 4.812, DE 1998 NA CD), “dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.” Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Francelino Pereira; parecer: pela aprovação. Resultado: concedida vista conjunta aos Senadores José E. Dutra, Antônio C. Valadares, Romeu Tuma e Edison Lobão, pelo prazo regimental de cinco dias. Item 1) Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, Complementar, (nº 249, de 1998 NA CD), “disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição.” Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação; Não foi oferecido voto em separado durante o prazo regimental concedido à vista. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 9) Emendas NºS 1 e 2 DE Plenário Ao Substitutivo da CCJ, Ao Projeto de Lei Da Câmara nº 21, de 1997, (Nº 2.859, de 1997 na cd), “dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.” Autoria: Deputado Carlos Apolinário; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pela rejeição da emenda 1-PLEN, pela aprovação da emenda 2-PLEN e, pela apresentação da emenda 1-CCJ (de redação). Resultado: Retirado de pauta pelo Relator, para reexame da matéria. Item 10) Projeto De Lei da Câmara Nº 73, DE 1997, (Nº 3.500, DE 1997 NA CD), “institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata.” Autoria: Deputada Telma de Souza; Relator: Senador Lúcio Alcântara; a leitura do parecer é proferida pelo Senador Álvaro Dias e conclui pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 6) Projeto de Lei da Câmara Nº 113, DE 1995, (Nº 5.920, DE 1990 NA CD), “dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa e dá outras providências.” Autoria: Deputado Paulo Paim; Relator: Senador Roberto Freire; O parecer conclui pela aprovação e sua leitura é proferida pelo Senador Edison Lobão. Resultado: Aprovado o parecer

do Relator. Item 7) Projeto de lei da Câmara nº 54, de 1996, (Nº 1.286, DE 1991 NA CD), "regulamenta o exercício da profissão de Classificador de Produtos Vegetais a que se referem as Lei nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, e 6.305, de 15 de dezembro de 1975, e dá outras providências." Autoria: Deputado Koyu Iha; Relator: Senador Pedro Simon; O Senador Bernardo Cabral profere a leitura do parecer que conclui pela aprovação, com uma emenda supressiva. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 8) Projeto de Lei da Câmara Nº 11, DE 1997, (Nº 265, de 1995 NA CD), "dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União." Autoria: Deputado Gonzaga Patriota; Relator: Senador Ramez Tebet; o parecer conclui pela rejeição da matéria, sendo sua leitura proferida pela Senadora Luzia Toledo. Resultado: concedida vista ao Senador Antônio C. Valadares pelo prazo regimental de cinco dias. Nesta oportunidade, tendo em vista a queda do **quorum**, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, ficando adiada a apreciação dos demais itens da pauta. O Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1999 constante do item nº dois, foi retirado de pauta pelo Relator, Senador José Fogaça, para reexame da matéria. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente reunião, lavrando eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental.

Declaro aberta a presente reunião.

A reunião conta com uma pauta de 10 itens. O primeiro deles é o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição, que foi objeto de pedido de vista conjunta por parte dos Senadores José Eduardo Dutra e Bernardo Cabral.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, já que não está presente o Relator da matéria, não seria possível, se V. Ex<sup>a</sup> concordasse, inverter a pauta, uma vez que o Item 4, que trata da alteração do Código Nacional de Trânsito, é de interesse da própria Presidência da Casa?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Considero conveniente a proposta de V. Ex<sup>a</sup>, tendo em

vista que o Senador José Eduardo Dutra ainda não chegou à Comissão. Mas submeto ao Plenário a proposta do Senador Romeu Tuma.

Em votação a proposta do Senador Romeu Tuma de inversão da pauta. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Senador Romeu Tuma, sei que a matéria é importante. No entanto, gostaria que permanecesse na mesma ordem o Item 3, pelo menos, pois é um projeto de origem do Poder Executivo que trata do cargo público por excesso de despesas e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Permanecerá, nobre Senador.

Caso V. Ex<sup>as</sup> estiverem de acordo, inverteremos a pauta. Começaremos pelo Item 4 da pauta, que trata do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1999, que revoga o art. 112 da Lei nº 9.503, do Código Nacional de Trânsito.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Trata-se do projeto de lei do Padre Roque, originário da Câmara, que revoga o art. 112 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

O projeto busca excluir a obrigatoriedade do porte de um conjunto de primeiros socorros, cujo conteúdo seria regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Sr. Presidente, entendemos claramente a necessidade dos motoristas serem desobrigados a portarem esse **kit**, uma vez que poderá prejudicar o usuário, tendo em vista não terem conhecimento técnico para mexerem com o ferido, o que poderá trazer um prejuízo e não um benefício ao ferido.

O Contran, ainda ontem, baixou uma norma em virtude de haver delegado aos Detrans a regulamentação de vários artigos do Código. Com isso, cada Detran a regulamentou a seu modo, inclusive no que diz respeito à expedição da Carteira de Motorista. Daí ter o Denatran intervindo novamente, na tentativa de regulamentá-lo.

Há vários itens do Código que estão sendo regulamentados sem uma consciência correta do que deve ser feito para preservar o motorista e o transeunte.

Acredito ser esse o voto favorável para que se revogue essa exigência do novo Código Nacional de Trânsito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Gostaria de uma informação preliminar. Houve pedido de vista desta proposição?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Desta matéria não. Ela está em discussão pela primeira vez na Comissão. Estamos discutindo o Item 4.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, não tenho nenhum conhecimento do assunto, pois o parecer está sendo distribuído agora. Tenho, notoriamente, o maior apreço pelo Senador Romeu Tuma, mas, particularmente, tenho uma responsabilidade muito grande com relação ao Código Nacional de Trânsito, porque, em verdade, presidi a Comissão que tratou desse assunto no Senado em toda a sua extensão, e proclamo, até com um certo orgulho, que viabilizei, juntamente com os Colegas da Comissão, a tramitação e a aprovação, a duras penas, por se tratar de uma matéria difícil e complexa, que tinha mais de mil textos aqui do Senado.

Sendo assim, confesso que não gostaria de aprovar simplesmente este projeto sem que houvesse um exame mais aprofundado da matéria.

**O SR. ROMEU TUMA** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Pois não, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** – Não é uma crítica ao Código Nacional de Trânsito, mas à forma como ele está sendo regulamentado. Como havia um prazo para o uso obrigatório desse kit, houve uma corrida, uma improvisação. Queremos aprimorá-lo, porque as aulas de direção incluem atendimento de prontos-socorros, e nenhuma auto-escola estava dando essa matéria com eficácia, com pessoas tecnicamente prontas para isso.

Penso que essa revogação vai trazer um novo projeto, para que realmente esse kit seja colocado dentro dos padrões normais que são exigidos para os primeiros socorros, desde que o motorista seja preparado para fazer uso dele.

Há um interesse de que se revogue essa matéria com urgência, porque essa é uma despesa enorme para os motoristas, que não estão fazendo uso adequado do material e que, com isso, estão pondo em risco a vida das pessoas, por falta de experiência na prática da medicina ou por falta de conhecimento no que diz respeito ao pronto-socorro de emergência.

Faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que concorde com isso. Esta matéria será debatida em plenário. Também há interesse por parte da própria

Presidência da Casa. Com isso, poder-se-á discutir, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, a elaboração de um projeto mais objetivo, exigindo, inclusive, que as auto-escolas cumpram o que V. Ex<sup>a</sup>, com tanta inteligência, inseriu no Código atual.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, não vejo urgência nesta matéria. Todos estão adquirindo o kit. As observações são as mais diversas. Inclusive, ganhei dois kits, que estão sendo utilizados.

Se o Senador Romeu Tuma não se sentisse magoado, eu pediria vista do processo, prometendo devolvê-lo na primeira reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esclareço ao Senador Francelino Pereira que foi feito um pedido de urgência para esta matéria em plenário. Realmente, requer-se sua apreciação com urgência. Trata-se somente de um esclarecimento; isso não significa qualquer monitoração do pensamento ou da intenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Na verdade, o que se pretende é revogar o artigo para se apresentar um novo e melhor detalhado projeto e para que se cumpram efetivamente os objetivos do Código Nacional de Trânsito, que foram desvirtuados na prática. É notório o noticiário em torno do assunto, muitas polêmicas foram criadas, e o fato é que se impõe uma rediscussão desta matéria como forma de se atender perfeitamente ao objetivo do Código Nacional de Trânsito. Esse é o objetivo da proposta de revogação do artigo 112 do Código Nacional de Trânsito. Não se trata de demérito algum ao Código Nacional de Trânsito, que, pelo contrário, é aplaudido em todo o Brasil.

Reafirmo que há um pedido de urgência por parte do Plenário com relação a esta matéria.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Abstenho-me de votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão. O parecer é do Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 5 da pauta. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1999, que altera dispositivos da Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, que dispõe sobre a transferência de sede de Juntas



de Conciliação e Julgamento, define jurisdição e dá outras providências.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, desculpe-me por interrompê-lo. S. Ex<sup>a</sup> pediu prioridade para o Item nº 3.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esta é uma matéria de rápida apreciação. Em seguida, apreciaremos o Item nº 3.

A Relatoria está entregue ao Senador José Eduardo Dutra, que está ausente. Designamos Relator *ad hoc* da matéria o Senador Antonio Carlos Valadares, a quem concedo a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, na ausência do Relator, aceito a missão que me foi delegada por V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 15/99, que altera dispositivos da Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, dispõe sobre a transferência de sede de Junta de Conciliação e Julgamento, define jurisdição e dá outras providências.

Em síntese, é submetido ao exame desta Comissão este projeto que tem como objetivo transferir, na Justiça do Trabalho da 20<sup>a</sup> Região, a sede da 2<sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Maruim para a cidade de Aracaju, com todos os acervos e respectivos cargos.

O projeto prevê ainda a definição das áreas de jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, localizadas na cidade de Aracaju: Instância, Itabaiana, Lagarto e Maruim, Nossa Sr<sup>a</sup> da Glória e Propriá, pertencentes a 20<sup>a</sup> Região da Justiça do Trabalho.

Voto do Relator:

A proposta atesta a preocupação da Justiça do Trabalho em atender com mais presteza e eficiência o cidadão que bate às suas portas, buscando manifestação sobre questões relativas ao contrato de trabalho por ele firmado.

Tendo em vista que as atividades da 2<sup>a</sup> Junta de Conciliação e Julgamento de Maruim reduziram-se na região e as juntas situadas em Aracaju tiveram um aumento significativo de recebimento de processos, nada mais justo que se faça uma adequação no sentido de atender a demanda crescente na capital sergipana.

Quanto ao mérito, não há nada a opor, Sr. Presidente, dadas as convincentes razões invocadas pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na justificação que acompanha o presente projeto.

Sobre o aspecto formal, vale dizer que os preceitos constitucionais foram integralmente observados.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 15/99, no que tange ao mérito, bem como aos aspectos da constitucionalidade e juridicidade.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Inicialmente gostaria de agradecer ao Senador Valadares por ter relatado o projeto do qual era relator. Infelizmente, no Senado, temos que nos confrontarmos com a lei da física: “um corpo tem que ocupar, ao mesmo tempo, dois lugares no espaço”, as vezes até três.

Nesse sentido, tenho intenção de pedir vista do item 3. Então, gostaria de pedir inversão da pauta, para que eu pudesse fazê-lo, e retornar à Comissão de Economia, para a sabatina do Ministro Malan.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vai entrar em pauta, exatamente agora, o item 3, nobre Senador.

Item 3 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público, por excesso de despesa e dá outras providências.

A relatoria entrega ao Senador Francelino Pereira, a quem concedo a palavra.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Como já foi concedida a vista, não acho necessário a leitura.

**O SR. ROMEU TUMA** – Senador José Eduardo Dutra, esse parecer tem uma importância na velocidade, porque faz parte da reforma administrativa.

Então, haverá pedido de vista coletivo para ver se urgência a apreciação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedida vista coletiva em função de ter pedido vista o Senador José Eduardo Dutra, Senador Edison Lobão, Senador Romeu Tuma, pelo prazo de cinco dias úteis.

O item 2 da pauta, por solicitação do Senador José Fogaça, Relator, fica retirado de pauta, para melhor exame.

Voltamos ao item 1 :

Projeto de Lei da Câmara nº 6/99 que disciplina os limites de despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição.

A relatoria é do Senador Lúcio Alcântara, objeto de pedido de vista conjunta pelo Senadores Bernardo Cabral e José Eduardo Dutra.

A Mesa não recebeu, até o momento, nenhum voto em separado nem nenhuma observação diferente da entregue pelo Senador Lúcio Alcântara, conforme o seu parecer.

De modo que coloco em discussão o parecer do Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo e havendo número regimental, coloco em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item 9 da pauta.

Emenda de nº 1 e 2 de Plenário ao substitutivo da CCJ ao Projeto de Lei da Câmara nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis. A relatoria foi entregue ao Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, se fosse possível, pediria para retirar esse processo de pauta. Dou uma explicação para justificar tal pedido. Nos recentes acontecimentos graves da criminalidade, temos encontrado uma parcela que não digo exageradamente grande, mas altamente preocupante da participação de policiais em quadrilhas e registro a presença de policiais no seqüestro do Wellington (?), irmão da dupla de cantores.

O Senador Romero Jucá pediu uma modificação em um item que diz respeito à demissão para se trocar por uma aposentadoria precoce para quem tenha a garantia de um tempo de mais de vinte ou trinta anos e que tenha o perfil psicológico alterado até com o fim da atividade não pela participação em delitos.

Peço para fazer essa alteração e comprometo-me a apresentar imediatamente o relatório, uma vez que a alteração é simples e a considero justa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Atendida a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, passamos ao Item 10 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 73/97, que institui a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata. A relatoria foi entregue ao Senador Lúcia Alcântara que, ausente, me dá a oportunidade de designar Relator **ad hoc** da matéria o Senador Álvaro Dias, a quem concedo a palavra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 73, em seu art. 1º declara instituída a Semana Nacional de Combate e Prevenção ao Câncer de Próstata, desenvolvida a partir de 27 de novembro de cada ano.

O art. 2º proclama a responsabilidade pela promoção e coordenação do evento a cargo do órgão federal responsável pela saúde. O art. 3º elenca atividades constituintes do evento. O art. 4º faculta a extensão do evento a todo o território nacional por intermédio da celebração de convênios com órgãos públicos e privados das esferas estadual e municipal. O art. 5º trata do processo de regulamentação da lei pelo Poder Executivo. Os arts. 6º e 7º tratam das cláusulas da vigência e revogatória do projeto de lei.

O voto do Senador Lúcio Alcântara é pela aprovação indicando a inexistência de qualquer vício de forma ou conteúdo que afetasse sua constitucionalidade e juridicidade. Portanto, é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Lúcio Alcântara, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Passa-se ao Item 6 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 113/95, que dispõe sobre o processo do trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa e dá outras providências. O Relator é o Senador Roberto Freire que se encontra ausente. Nomeio o Senador Edison Lobão Relator **ad hoc** da matéria.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, a presente proposição visa tornar mais célere o processo judiciário trabalhista, fixando prioridades.

Os prazos estabelecidos no projeto de lei da Câmara, de autoria do insigne Deputado Paulo Paim objetivam a agilização dos processo cuja demissão

do empregado seja por justa causa. Nos termos da proposta, o encerramento do processo deve ocorrer no prazo máximo de cento e vinte dias, sendo a audiência de conciliação e julgamento designada para o período compreendido nos trinta dias úteis contados da data do ajuizamento da reclamatória trabalhista.

Em outro dispositivo, se estabelece que os recursos interpostos contra as decisões em processos de natureza trabalhista, terão efeito meramente devolutivo. No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. O projeto foi aprovado, com a supressão do art. 4º, considerado inconstitucional pelo Relator, porque a regra processual não poderia excluir o direito de recorrer do empregador, pois se trata de uma garantia constitucional. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas a esta proposição.

#### VOTO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do disposto no inciso I do art. 101 do Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria em apreço.

A demissão por justa causa decorre de falta grave cometida pelo empregado, nos termos do disposto no art. 482 da CLT. Não é qualquer motivo que autoriza a demissão nessa forma, sendo necessária a confirmação da prática de ato tipificado em lei como falta grave.

A falta grave não pode ser definida pelo empregador em virtude de fatos ou eventos cuja hipótese de incidência não esteja muito bem delineada no corpo da lei trabalhista, porque, nestes casos, o preceito incide infalivelmente, determinando a aplicação de uma sanção que resulta na suspensão de direitos trabalhistas devidos por ocasião da rescisão do contrato individual de trabalho. Ocorre, segundo noticia o autor da proposição, que muitas empresas optam por essa modalidade de término do contrato de trabalho porque menos onerosa e porque não são todos os trabalhadores que recorrem à Justiça ou que têm discernimento claro sobre a lesão a que estão sendo submetidos.

No mérito, a proposição não merece qualquer reparo, porque já é corrigida a tempo na esfera de competência da Comissão de Assuntos Sociais, que suprimiu dispositivo tido como inconstitucional.

Em face do exposto, o Relator designado da matéria, Senador Roberto Freire, opina pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto em causa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator Roberto Freire permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1996, que regulamenta o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais a que se referem as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1996, e 6.305, de dezembro de 1975, e dá outras providências.

É Relator o Senador Pedro Simon, que se encontra ausente. A Presidência designa e solicita ao Senador Bernardo Cabral que proceda à leitura do relatório.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, o projeto é de autoria do eminente Deputado Federal Koyu Iha e foi aprovado na Câmara dos Deputados já há três anos. Aqui o eminente Relator Pedro Simon resolveu, dada uma controvérsia que havia, dar o seguinte voto:

“Compete à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a consulta formulada pela Comissão de Assuntos Sociais, responsável pela apreciação do mérito da matéria. A controvérsia resume-se na constitucionalidade ou não dos arts. 4º a 12 do projeto em exame, cuja redação é a seguinte... E o Relator alinha os artigos, Sr. Presidente, e faz o seguinte comentário:

Em relação ao art. 4º, abstraído o mérito, é patente a inconstitucionalidade do dispositivo, considerados os princípios da independência dos Poderes e da autonomia federativa. E cita autores que lecionam sobre a matéria. E depois, Sr. Presidente, S. Exª sugere que não há competência desta Casa para obrigar que os estados, o Distrito Federal e os municípios se submetam à regra como a fixada pelo art. 4º, inquinado de inconstitucional.

E vai adiante. Diz:

“O Congresso Nacional só pode deliberar sobre o regime dos servidores públicos federais. A deliberação sobre o regime dos servidores estaduais é competência das Assembléias Legislativas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no caso específico do Distrito Federal, assim como das câmaras municipais quando se tratar de regime jurídico dos servidores municipais. Confere esteio à



sua observação nos arts. 18, 25, 30, inciso I, e 32, § 1º, da Constituição Federal.

O art. 5º sobre as pessoas jurídicas constituídas com a finalidade de praticar atividades de classificação de produtos vegetais, ressalta o Relator, Senador Pedro Simon, que o projeto, neste particular, estabelece a exclusividade da denominação “classificador de produtos vegetais” somente para pessoas jurídicas compostas por profissionais possuidores de tal qualificação.

A princípio, a regra parece exagerada porque restringe o exercício profissional e cria um mercado cativo para determinada profissão, mas não há que se falar em inconstitucionalidade da matéria e sim da sua conveniência política ou não, o que cabe à Comissão de Assuntos Sociais examinar.

São feitos mais alguns comentários, Sr. Presidente, e entende que até a edição da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, tais artigos seriam inconstitucionais porque os conselhos profissionais estavam organizados na forma de autarquias federais, o que implicaria vício de iniciativa, já que esta seria privativa do Presidente da República.

Salienta que, entretanto, na dicção do art. 58 da mencionada lei e seu § 2º a situação alterou-se:

Art. 58. Os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa.

§ 2º Os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, dotados de personalidade jurídica de direito privado, não manterão, com os órgãos da administração pública, qualquer vínculo profissional ou hierárquico.

Assim, com o novo diploma legal já em vigor, afasta-se a inconstitucionalidade em relação à iniciativa da matéria, podendo-se, a partir de agora, por iniciativa parlamentar, dispor sobre o assunto.

Nestes termos, admite a tramitação do projeto com os referidos dispositivos, importantes inclusive para que se dê efetividade à regulamentação proposta. Neste passo, ele não objeta, Sr. Presidente, mas ressalta: “Já no que se refere ao art. 12, não observamos qualquer impeditivo de ordem constitucional.” Poderia argumentar-se que ao subordinar os classificadores de produtos vegetais aos ditames da Lei nº 5.194, de 27 de dezembro de 1996, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto, engenheiro-agrônomo e dá outras providências, ferisse à Constituição, uma vez que os classificadores estariam subordinados

ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA e aos respectivos conselhos regionais – CREA, e que por se constituírem na forma de autarquias federais de natureza especial, reclamariam iniciativa da matéria pelo Presidente da República.

Esse entendimento poderia ser válido, até bem pouco tempo atrás, mas com o advento da Medida Provisória nº 1.651-43, de 5 de maio de 1998, última reedição, alterou-se a natureza jurídica dos conselhos profissionais, que passam a ter personalidade jurídica de direito privado, segundo entendimento do art. 58 da aludida medida provisória.

O Relator, Senador Pedro Simon, que ora tenho a honra de lhe fazer as vezes, conclui desta forma: “Em face do exposto, opino pela inconstitucionalidade do art. 4º e seu parágrafo único e pela constitucionalidade dos demais dispositivos do Projeto de Lei da Câmara nº 54/96, respondendo à consulta formulada pela Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

De minha parte, Sr. Presidente, na qualidade de membro integrante desta Comissão, nada tenho a aditar. Creio que o Senador Pedro Simon obrou bem quando analisou a matéria, debruçou-se sobre ela e opinou pela inconstitucionalidade do art. 4º e seu parágrafo único, mas quanto aos demais dispositivos S. Exª opina pela constitucionalidade. É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer opina pela aprovação com uma emenda supressiva.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, coloco em votação a matéria pela aprovação, com uma emenda supressiva, conforme relatado pelo Senador Bernardo Cabral.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se ao item 8 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União, com parecer pela rejeição da matéria, Relator o Senador Ramez Tebet.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – gostaria de pedir vista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Antes de conhecer o parecer?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Pode ser depois do parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – O Senador Ramez Tebet é o Relator e o relatório será

lido pela Relatora **ad hoc**, Senadora Luzia Toledo, para conhecimentos dos membros da Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – O Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997, PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto de alienação de terras devolutas da União, é submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

O projeto em pauta determina em seu art. 1º que 50% do produto de alienação de terras devolutas incorporados ao patrimônio da União serão destinados ao desenvolvimento de projetos ambientais localizados na mesma unidade da Federação onde estiverem localizados os imóveis alienados. Prevê, ainda, que a administração dos projetos ambientais supracitados poderá ser promovida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA –, ou mediante convênio pelas unidades da Federação onde se localizarem os projetos.

Faz análise o nosso Relator: conforme disposto no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão manifestar-se contra a constitucionalidade, jurisdição e regimentabilidade da matéria em exame. No presente caso, deve ainda emitir parecer quanto ao mérito, por envolver bens do domínio da União. Nesse sentido, vale enfatizar que o art. 20, II, da Constituição Federal inclui entre os bens da União as terras devolutas, indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais, de comunicação e preservação ambiental, definidas em lei. O art. 48 da Carta Magna determina que ao Congresso Nacional cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, entre outras, as que tratem de bens de domínio da União. Ademais, o art. 24, da Lei Maior prevê a competência da União para legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca e fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. Verifica-se, portanto, que a matéria não apresenta falhas nos aspectos de constitucionalidade e jurisdição, não merecendo ainda reparos em termos de técnica legislativa. Temos restrições, porém, quanto ao mérito do projeto em análise. A Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1996, determina que “compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, tomar as providências administrativas e promover as medidas judiciais concernentes à discriminação das terras devolutas da União.

O Decreto-Lei nº 1.640, de 20 de novembro de 1978, estabeleceu que a receita proveniente da alienação de imóveis rurais pertencentes à União será destinada à cobertura das providências administrativas e judiciais a cargo do Incra, concernentes à discriminação, arrecadação, demarcação, transcrição e alienação de terras devolutas. Tal disposição foi reafirmada pelo Decreto-Lei nº 1.648, de 18 de junho de 1979. Julgamos ser desaconselhável o proposto no projeto em exame: a transferência para o financiamento de projetos ambientais de metade da receita, atualmente destinada ao Incra, proveniente da alienação de terras devolutas da União.

A escassez de recursos com que se defronta essa autarquia para atendimento de suas atribuições torna muito difícil justificar o desvio dos mesmos para uma outra finalidade, ainda que meritória. Tal limitação torna-se ainda mais grave à luz das reduções drásticas nas dotações orçamentárias propostas em relação à autarquia em 1989.

Acreditamos que a pulverização dos recursos resultantes da eventual aprovação desse projeto sacrifica a área da reforma agrária sem resultar em ganhos significativos para a área ambiental.

Há que considerar, ainda, uma questão de prioridade. O declínio de vastos segmentos da agricultura brasileira, junto com a progressiva adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, ocasionaram um efeito perverso sobre a fixação do homem no campo, ao mesmo tempo em que pequenos proprietários insolventes são obrigados a se desfazerem de suas propriedades, migrando para as cidades. Uma grande massa de trabalhadores rurais vê-se privada de emprego tomando a mesma direção.

Como consequência desses fatos, o acesso do homem à terra passa a constituir problema de mais alta prioridade, assumindo um caráter social explosivo. Isso resulta de enormes demandas sobre o Incra, tornando desaconselhável que os seus recursos, já insuficientes, sofram redução adicional.

#### **Voto**

À luz do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997.

Esse foi o relatório do nosso companheiro, Senador Ramez Tebet. À vista do que acabamos de ler, consideramos que a exposição feita pelo Relator atende, neste momento que o País atravessa, às aspirações da agricultura brasileira. Também somos pela rejeição da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Em discussão.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, apesar do brilhantismo com que se houve a nobre Relatora em relação a esse projeto, insisto no pedido de vista a que me referi antes da sua leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Está concedida a vista pelo prazo de cinco dias úteis.

Esgotada a pauta, queria fazer uma comunicação e ouvir a Comissão com relação à reunião da próxima quarta-feira. Ontem, os Presidentes de Comissões se reuniram com o Presidente da Casa para tentar compatibilizar o horário de realização das diversas reuniões, a fim de que se possa tirar o melhor resultado do esforço dos Senadores.

Agora, estão ocorrendo as reuniões das Comissões de Relações Exteriores, Assuntos Econômicos e Constituição, Justiça e Cidadania ao mesmo tempo. Isso causa constrangimento aos Senadores que ficam se dividindo de um lado para o outro. E chegamos a um bom entendimento ontem.

Na terça-feira, pela manhã, vai se reunir a Comissão de Assuntos Econômicos e, à tarde, após a Ordem do Dia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores, sem conflito.

Na quarta-feira, tínhamos a coincidência, na prática, das reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais. Ficou pactuado que a Comissão de Assuntos Sociais se reunirá das 9h às 11h e a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manterá o horário a partir das 10h30min, a fim de ter o melhor **quorum** possível para deliberação. De modo que, com isso, supera-se o problema de coincidência de horário de reuniões das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania e pode-se tirar o melhor proveito do trabalho dos Senadores em ambas as Comissões.

Na quinta-feira, pela manhã, de 9h às 11h, reúne-se a Comissão de Infra-Estrutura e, se não me engano, a Comissão de Educação

Mas o fato é que a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se compatibilizou na terça-feira.

Na terça-feira fica a Comissão de Educação, na parte da manhã.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – V. Ex<sup>a</sup> poderia repetir como fica na quarta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Na quarta-feira, pela manhã, de 9h às 11h, Comissão de Assuntos Sociais. A partir das 10h30, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À tarde, reúne-se o Plenário. É um dia de pauta cheia, não há como incluir

nenhuma reunião de comissão permanente porque, seguramente, ela será prejudicada pelos trabalhos do Plenário.

Na quarta-feira próxima, uma outra coisa ficou deliberada: as sessões das quintas-feiras serão matutinas. Nas sextas-feiras e nas segundas-feiras, poderão ocorrer ou não reuniões deliberativas. Mas, na quinta-feira, as sessões serão deliberativas, na parte da manhã.

A nossa reunião vai ocorrer na próxima quarta-feira. Está marcada para às 10h30min.

Decidiu-se, extraordinariamente, em função da Semana Santa, que as sessões deliberativas da próxima semana serão realizadas na tarde de terça-feira e na quarta-feira pela manhã. Assim, gostaria de consultar os Srs. Membros da Comissão sobre a conveniência de realizarmos a reunião na parte da tarde porque, pela manhã, será impossível, pois Ordem do Dia será iniciada às 11h.

Consulto sobre a conveniência e a possibilidade, tendo em vista a Semana Santa e a definição pela Presidência da pauta da sessão deliberativa da sessão de quarta-feira pela manhã, de realizarmos nossa reunião semanal na quarta-feira à tarde. Há de se considerar que, sendo a sessão na quarta-feira pela manhã, muitos senadores poderão viajar na quarta-feira à tarde. Daí a consulta que faço.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Proponho uma pauta menos densa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Marquemos a reunião, então, para a quarta-feira pela manhã, digamos, às 9h30min, com uma pauta mais leve, de modo a não interferir na Ordem do Dia.

Então, fica convocada uma reunião para quarta-feira, às 9h30min, com uma pauta mais leve.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, ontem tivemos a oportunidade de conversar sobre a possível designação de uma comissão, por iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, para deliberar sobre projetos menos polêmicos que já tenham pareceres prontos, o que implicaria a desobstrução da pauta e a velocidade da aprovação das matérias, pois deixaria só matérias polêmicas para a decisão da Comissão. Gostaria que, em outra reunião, com maior número de Senadores V. Ex<sup>a</sup>, conforme anunciou ontem em conversa que tivemos na reunião das Lideranças, colocasse o assunto em pauta para os presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A sugestão é pragmática e objetiva. Despachei, apenas na semana passada, mais ou menos 70 projetos para



Relatores que acumularão cinco ou seis matérias cada um. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está – e continuará sempre – muito acumulada por processos que tramitam normalmente por aqui.

A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> é muito oportuna. Podemos colocá-la em discussão numa próxima reunião. Há cerca de 50 projetos não polêmicos com pareceres já dados. Seria proveitoso criar uma Comissão de quatro membros de Partidos diferentes a fim de que as matérias fossem, se objeto de consenso, colocadas na pauta de uma reunião para aprovação maciça e desobstrução de pauta. Assim, a Comissão despenderia maior energia, maior esforço e maior tempo na discussão de matérias polêmicas.

A sugestão é oportuna e será colocada em prática na próxima reunião em que conseguirmos reunir uma quantidade maior de membros efetivos da Comissão para deliberação e efetivação da proposta, que, repito, reputo da melhor qualidade e procedência.

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a presente reunião, convocando uma próxima para quarta-feira, às 9h30min.

*(Levanta-se a reunião às 11h52min.)*

**Ata da 4ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 31 de março de 1999, às 9h30min. (Reunião Ordinária).**

Às nove horas e trinta minutos, do dia trinta e um de março, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Péres, Francelino Pereira, Álvaro Dias, Bernardo Cabral, Djalma Bessa, Roberto Requião, José E. Dutra, Ramez Tebet, Sebastião Rocha, José Roberto Arruda, Lúcio Alcântara, José Fogaça, Roberto Freire, Juvêncio da Fonseca, Amir Lando, Ney Suassuna, Luzia Toledo, Romeu Tuma, Djalma Falcão, Bello Parga, Maria do Carmo Alves, Luiz Pontes, Pedro Simon e Carlos Wilson, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores: Iris Rezende, Jader Barbalho, Édison Lobão, Sérgio Machado e Antônio C. Valadares. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente submete à apreciação do Plenário, ofício encaminhado pelo Sr. Sérgio Muri-lo Júnior, Presidente Nacional da JULAD – Juventude

Latino-Americana pela Democracia, representando o Comitê Nacional de Vítimas da Violência, “*Comitê Parceiros da Paz*”, propondo audiência pública para discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 20/99, de autoria do Senador José R. Arruda, “que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.” Para apoiar o requerimento usa da palavra o Senador José Roberto Arruda; também discutem a proposta os Senadores Lúcio Alcântara, José Fogaça, Roberto Freire e Bernardo Cabral; fica sugerido pelo Plenário a participação de representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público. A Presidência coloca em votação, propondo que as audiências públicas sejam realizadas nas segundas ou sextas-feira, a fim de que não fiquem prejudicados os trabalhos das reuniões ordinárias da Comissão. O Plenário delibera pela realização de audiências públicas na segunda-feira, e acolhe por unanimidade o requerimento. A seguir, passa-se ao item nº 1 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, Complementar, (nº 249, de 1998 NA CD), “disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição.” Autoria: Poder Executivo; tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado Nº 89, DE 1998, Complementar, “modifica a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.” Autoria: Senador Romero Jucá; Relator: Senador Lúcio Alcântara; parecer: pela aprovação do PLC nº 6/99 na forma encaminhada na pela Câmara dos Deputados e, pela prejudicialidade do PLS nº 89/98. Durante a discussão pronunciam-se sobre a matéria os Senadores José E. Dutra, José Fogaça, e Lúcio Alcântara. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Esgotados os assuntos a serem tratados, o Sr. Presidente declara encerrada a presente reunião, deixando adiado, a pedido dos respectivos Relatores, os demais itens da pauta para apreciação na próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a ....reunião da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 51ª Legislatura.

A pauta da reunião de hoje tem sete itens. Antes de iniciarmos a apreciação desses itens, coloco em discussão um fato que foi suscitado ontem à tarde, quando a Presidência da Comissão foi procurada por um grupo que compõe a Julade Brasil – Juventude Latino Americana pela Democracia –, que encami-

nhou para nossa apreciação o expediente que passo a ler:

"A JULADE – Juventude Latino-Americana, pela Democracia – seção brasileira, entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, suprapartidária e que tem por finalidade, entre outras, discutir assunto de interesse da sociedade, em especial da juventude, vem, perante V. Ex<sup>a</sup>, representando o Comitê Nacional de Vítimas da Violência – Comitê Parceiros da Paz – e baseada no art. 93, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, propor audiência pública para tratar de assunto de interesse público relevante.

A referida audiência serviria como fator propulsor da discussão da Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Senador José Roberto Arruda – PEC nº 20/99 –, que altera o art. 228, da Constituição Federal, e que versa sobre a responsabilização penal aos menores de 18 anos.

Na certeza da acolhida da presente solicitação, agradecemos e esperamos que a audiência proposta venha a enriquecer o debate diante da importância e atenção que o tema merece.

A proposta da Julade prende-se ao fato de o Senador José Roberto Arruda ter apresentado uma PEC, que já foi distribuída para ser relatada, que trata da responsabilização penal aos menores de 18 anos. Os crimes que têm ocorrido são praticados por menores e vitimam menores em Brasília e em todo o País. Abre-se a discussão, pela proposta do Senador José Roberto Arruda, para a penalização a menores de 18 anos.

A questão é polêmica e oportuna. Trago à discussão da Comissão a proposta da Julade de que se realize uma audiência pública, para que o debate seja feito em toda a sua extensão, para que o contraditório seja estabelecido e para que os membros da Comissão possam opinar com absoluta consciência do que estão votando, em função dos fatos que discutidos e apreciados.

Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem acompanhei essa audiência e gostaria de merecer a atenção dos membros da Comissão de Constituição e Justiça para essa questão.

Aqui em Brasília, nos últimos anos, ocorreram vários crimes praticados por menores contra menores. Esses crimes ganharam dimensão muito grande e, em função disso, soube-se que, em outras cidades brasileiras, essas coisas também vinham ocorrendo.

No caso de Brasília, especificamente, investigações policiais demonstram claramente que crimino-

sos maiores de idade acabam usando menores entre 16 e 18 anos para a prática de crimes, com a visão de que há certa impunidade desses menores. Discuti essa questão não só com autoridades policiais, como também com pessoas ligadas à área de direitos humanos, e a proposta que faço, na verdade, tem três etapas.

A primeira etapa parte do princípio de que deveríamos admitir na Constituição a possibilidade da imputabilidade criminal àqueles que têm entre 16 e 18 anos.

A segunda etapa seria um projeto de lei que regulamentaria essa mudança constitucional, dando aos magistrados os critérios e as limitações para que – é claro que isso não é desejado – esse tipo de abertura não fira o Estatuto da Criança e do Adolescente\*. Por outro lado, é preciso que a sociedade saiba que menores entre 16 e 18 anos que estão praticando crimes não ficarão impunes, como acontece atualmente.

A terceira questão, que é a mais importante, é suscitar a discussão. Na audiência que tivemos ontem com o Presidente da CCJ, estava aqui, por exemplo, a Jornalista Valéria Velasco, que teve seu filho de quinze anos, Marco Antônio Velasco, brutalmente assassinado, quando voltava da escola, em pleno Plano Piloto, em uma quadra da Asa Norte, por outros menores que faziam parte de uma academia de artes marciais. Estava aqui presente a essa audiência com o Senador José Agripino um senhor, jovem ainda, pai do garoto Jean, que, agora em dezembro último passado, na cidade do Gama, foi raptado, juntamente com a namorada, também menor, por outros menores, após o que foram mortos e queimados no interior do carro. Estavam aqui também parentes de um casal cujo infortúnio se tornou nacional. Trata-se do casal Flávio e Gabriela, dois estudantes do curso de Direito da Universidade do Distrito Federal, que conversava à porta da faculdade, às sete da noite, onde foram raptados, seviciados e mortos, tendo os seus corpos queimados no porta-malas de um carro. Estavam ainda, aqui, nesta audiência de ontem, com o Senador José Agripino dezenas de familiares de vítimas de crimes como esses.

Quero dizer aos Srs. Senadores que nem eu, pessoalmente, tenho a solução para esse problema, como acredito que apenas uma mudança na legislação não resolverá este problema, que, a meu ver, é complexo demais, com várias vertentes. Todavia, o que faço com a proposta dessa mudança constitucional é suscitar o problema, levantar a discussão.

Há ainda um caso, que, se V. Ex<sup>as</sup> me permitem, irei relatar, pois me toca muito de perto. Na quadra ao

lado de onde moro, um garoto de quinze anos voltava do colégio – Tiago. O seu pai estava ao lado do bloco, lavando o automóvel, quando, ao olhar para a esquerda, viu Tiago caminhando em sua direção. Ele, ao abaixar a cabeça para continuar lavando o carro, ouviu um estampido, que pensou ser uma “bombrinha”. Voltou-se na direção de onde vinha Tiago e já o viu caído, alvejado por um tiro disparado por outro menor que queria lhe roubar o relógio.

Se essas coisas estão acontecendo nas nossas barbas em plena Capital do País, imaginem V. Ex<sup>as</sup> como estará a situação nas demais cidades do País! Impossível não discutirmos o problema. Eu, particularmente, estou formando convicção no sentido de que, se aos dezesseis anos o cidadão está apto a votar, a exercer o direito da cidadania, devem ser estabelecidos critérios para que ele seja imputável criminalmente. Vou mais além: penso mesmo que se há de estabelecer os limites legais para que ele possa, em caráter experimental, por exemplo, tirar a carteira de motorista.

A meu juízo, a modernização, conceitos novos nas áreas educacional e cultural fizeram com que jovens de 16, 17, 18 anos tenham maturidade para o bem e para o mal, o que, antes, muitos anos atrás, só tínhamos depois dos 18 anos. Outras nações do mundo já estão discutindo o tema. De forma que não quero fugir à discussão.

O que peço aos Srs. Senadores é que abram a possibilidade de uma audiência pública, onde estarão aqui pelo menos três partes. De um lado, os parentes das vítimas – e um deles nos disse ontem que a maneira que encontrou para conviver com a dor foi tentar contribuir com a sociedade para que outros jovens não sejam vítimas da mesma violência que seu filho foi. Este, um primeiro grupo. Penso que devem estar presentes também, convidados por nós, cidadãos ligados à área de direitos humanos, às ONG que defendem e fiscalizam a aplicação do Estatuto do Menor e do Adolescente, especificamente nesse ponto. Estarão presentes aqui também lideranças ligadas à JULAD – Juventude Latino-americana pela Democracia, que está dedicando especial atenção a essa questão dos crimes praticados por e contra menores.

Então, Sr. Presidente, concluo pedindo aos membros da Comissão a aprovação dessa audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em discussão a proposta de audiência pública.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, apenas desejo acrescentar ao rol de convidados um representante do Poder Judiciário, que tenha familiaridade com esse sistema. Vamos ter a oportunidade de fazer o exame das legislações comparadas.

ridade com esse sistema. Vamos ter a oportunidade de fazer o exame das legislações comparadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Iremos verificar quem no mundo já penaliza menores de 18 anos, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – A Inglaterra, por exemplo, acaba de apenar o menor com penas rígidas. Portanto, tem que haver uma comparação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não tenho dúvida de que essa será uma boa oportunidade para debatermos a matéria à exaustão.

Com a palavra o Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, as estatísticas demonstram que o maior número de vítimas de violência no País estão situados em uma faixa de idade entre os 16 e 24 anos e que a maior parte dos casos de prática e autoria de violência também estão situados nessa faixa de idade.

A violência é um fenômeno que envolve, quase que essencialmente, a juventude do País. Não só a juventude pobre ou marginalizada economicamente, mas a de classe média está, muitas vezes, envolvida na questão. Há países que não consideram a imputabilidade e, sim, o caso concreto. No Brasil, existe a inimizabilidade dos menores de 18 anos, e realmente o Estatuto da Criança e do Adolescente promoveu uma mudança conceitual muito grande.

Participei intensamente dos debates e da discussão do tema no Senado. Entendo que temos que aprofundar a questão e discuti-la de forma intensa. Há uma série de responsabilidades sociais do adolescente entre os 16 e 18 anos, como o ato de votar, responsabilidade social que pode implicar a transgressão da lei, ou seja, pode tipificar um ato de transgressão ao Código Penal e, no entanto, tem a característica da inimputabilidade. Ao mesmo tempo, há uma defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente sob o argumento de que são exatamente as classes sociais mais sofridas e mais pobres que acabam sempre pagando mais caro, quando há uma ação repressiva dos governos ou das autoridades, o que também é verdade.

Podemos partir, no futuro, para diferenciar não quanto à inimputabilidade, mas quanto à execução da pena e da pena aplicável a certos casos.

Dessa forma, apenas quero justificar o fato de ser favorável à audiência pública e até cumprimento V. Ex<sup>a</sup> por ter adotado a iniciativa de trazer para esta Comissão essa preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Freire.



**O SR. ROBERTO FREIRE** – Parece que no Ministério da Justiça há uma comissão que está tratando da reformulação do Código Penal. Seria interessante que também fosse convocada, até porque vai servir para, no futuro, basearmo-nos na discussão...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Ministro...

**O SR. (?)** – Fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerra a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a audiência pública, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Vamos, portanto, oficializar para a realização dessa audiência pública, que reputo muito importante – vai ser um debate, profundo e interessante e oportuno – convocar os pais e lhes dar a oportunidade de se manifestarem, a Comissão de Direitos Humanos, representantes da Julad, representantes do Judiciário, o Juizado da Infância e da Adolescência, o Ministério da Justiça, pelo seu órgão próprio que debate, como sugeriu o Senador Roberto Freire, as mudanças no Judiciário, para que possamos fazer uma audiência pública.

Agora, o que eu queria combinar com a Comissão é o seguinte: temos uma pauta extremamente obstruída, lotada de processos que precisam merecer apreciação, e nós temos uma reunião por semana, quarta-feira. Se formos fazer essa audiência pública na quarta-feira, vamos começar a colocar óbices na apreciação da matéria. Então, eu queria sugerir aos membros da Comissão fazer as audiências públicas que viermos a deliberar daqui para frente na segunda ou sexta-feira, para termos, primeiramente, a certeza da transmissão, ao vivo, da TV Senado, que é importante que aquilo que for debatido aqui seja ouvido por milhares de pessoas pela televisão. O segundo ponto é que não obstruirmos a realização de nenhuma reunião. Então, quero colocar a proposta de fazermos na segunda ou na sexta-feira e contar, claro, com a boa vontade dos senadores, que ficariam aqui na segunda ou na sexta, conforme deliberássemos, para fazer a audiência pública com tempo, para tirarmos o melhor rendimento do nosso trabalho.

Se estiverem de acordo, a Presidência vai gerenciar no sentido de convocar as pessoas listadas e marcar, de comum acordo com a Comissão, para uma segunda ou para uma sexta, para que possamos realizar essa primeira audiência pública.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Está certo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não só estou de acordo como antecipo minha preferência para segunda-feira, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Poderia ser segunda-feira à tarde? (Pausa.)

Então, faremos as audiências públicas sempre às segundas-feiras à tarde, avisando com a devida antecedência, evidentemente, para que as pessoas se preparem para comparecer à reunião.

Passamos ao Item nº 1 da pauta, que volta à discussão em função do apensamento ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, complementar, de nº 249, de 1998, na Câmara dos Deputados, na origem, com apensamento do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1998, também complementar, que modifica a Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá. Relatoria entregue ao Senador Lúcio Alcântara, que disciplina ou limita as despesas com pessoal na forma do art. 169 da Constituição.

Com a palavra o Relator, Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado projeto oriundo da Câmara, de iniciativa do Poder Executivo, que visa estabelecer os percentuais máximos de aplicação de recursos decorrentes da receita da União, dos estados e dos municípios para pagamento de pessoal.

Em seguida, o Senador José Fogaça, que era Relator do projeto de iniciativa do Senador Romero Jucá, fez um requerimento, que o Plenário aprovou, solicitando o apensamento daquele projeto ao originário da Câmara e que já havia sido apreciado pela Comissão, razão por que vem, novamente, ao exame da Comissão.

Estou oferecendo aqui meu parecer considerando-o prejudicado. Ele é juridicamente bom, constitucionalmente bom, mas o considerarei prejudicado levando em conta que as metas estabelecidas aqui são muito mais rigorosas, exigiriam um esforço enorme dos Estados para sua adequação. Achei que as metas previstas no projeto do Executivo, encaminhado ao Senado pela Câmara dos Deputados, que já o examinou, e nós não fizemos nenhuma emenda, nenhuma alteração, é mais compatível com a realidade financeira e administrativa dos Estados e Municípios. Salvo engano, o projeto do Senador Romero Jucá previa esse enquadramento até 31 de dezembro deste ano, o que, evidentemente, é uma meta...

**O SR. (Não Identificado)** – Até seis meses depois...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – E fala de ter que ficar cinco anos sem poder ultrapassar esse limite. Ora, se diz que vai ficar cinco anos, nada impede que no sexto ele esteja novamente fora do limite. Assim, pensei que a solução encontrada no projeto encaminhado pelo Presidente da República e aprovado pela Câmara dos Deputados fosse melhor e mais compatível com a realidade financeira que estamos vivendo na Federação.

Portanto, meu parecer é pela prejudicialidade do projeto de autoria do Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer do Relator é pela prejudicialidade.

Em discussão o parecer.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, gostaria de obter um esclarecimento do ponto de vista regimental. A matéria esteve na Comissão e foi aprovado o parecer relativo ao projeto de lei da Câmara. Nessa sessão, inclusive, não pude comparecer por estar presente à sabatina com o Ministro Pedro Malan. A matéria vem novamente em função de um pedido de apensamento e o Senador Lúcio Alcântara dá o parecer pela prejudicialidade da matéria que foi apensada. Gostaria de saber se ainda cabe questionamento a respeito do projeto da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não. Já foi apreciado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Estamos apreciando o projeto do Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É o projeto apensado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – É a minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É o projeto apensado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Tudo bem. Como a matéria ainda vai à Comissão de Economia, se não me engano...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vai.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Gostaria apenas de registrar e ouvir a opinião do Relator, já que esta é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, salvo melhor juízo, na minha opinião, o art. 8º é inconstitucional. Pois dispõe: “fica o órgão de controle externo da União, dos estados e do Distrito

Federal e dos municípios responsável, na respectiva área de competência, por verificar mensalmente e em relação ao período dos últimos doze meses o cumprimento dessa lei complementar encaminhando o resultado ao Ministério da Fazenda”.

Ora, os Tribunais de Conta, de acordo com a Constituição, são órgãos auxiliares do Poder Legislativo. Se estabelecermos em lei a obrigação do Tribunal de Contas encaminhar relatórios ao Ministério da Fazenda, no meu entendimento, está estabelecida alguma forma de subordinação. Como não posso mais pedir destaque para este artigo, gostaria de fazer o registro e até, se for o caso, ouvir a opinião do Relator sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Embora a matéria já esteja aprovada, concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (José Fogaça) – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que o Senador Romero Jucá e eu, como Relator da proposta de S. Exª, concordamos inteiramente, porque a alternativa técnica que tinha o Senador Lúcio Alcântara era a da prejudicialidade, uma vez que o projeto do Governo já havia sido aprovado. A fim de que se considerasse o projeto de autoria do Senador Romero Jucá no bojo de um novo parecer, seria necessário submeter novamente à votação o projeto de lei do Governo. Assim, não existe objeção quanto ao parecer do Senador Lúcio Alcântara. Posso registrar que isso é tanto da parte do autor do projeto precedente do projeto do Senador Romero Jucá quanto de minha parte, que fui seu Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Consulte o Senador Lúcio Alcântara se deseja usar a palavra.

**O SR. LUCIO ALCÂNTARA** – Bem, o Senador José Fogaça já atestou sobre a questão técnica de tramitação do projeto. A rigor, Senador José Eduardo Dutra, V. Exª levanta uma questão que, em meu parecer, considere que havia juridicidade e constitucionalidade. Até porque apenas me ative a esses aspectos sem examinar o mérito, que será analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De fato, esses órgãos já fazem o levantamento. Se V. Exª for ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, certamente encontrará registrado quanto comprometeu ou não em gastos com pessoal. O que há aqui é, digamos, a necessidade de que isso seja encaminhado. Da mesma forma que percentuais obrigatórios de educação e outros também já são examinados por esses órgãos. E, no caso, o Ministério da Educação fiscaliza, até porque as punições são muito graves quando os percentuais não forem alcançados.

Parece-me, sem ser jurista, que é perfeitamente compatível esse art. 8º com a necessidade do acompanhamento desses percentuais. Creio que fica até como garantia para que o servidor possa também examinar, por meio dos seu órgãos de classe ou isoladamente, se essas informações estão realmente compatíveis com os indicadores que possam amanhã exigir essa ou aquela providência do Poder Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 89.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço novamente a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Fogaça tem a palavra.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, o que me parece no art. 8º é que realmente não há inconstitucionalidade porque este artigo não está vedando que toda a competência dos Tribunais de Contas estaduais ou onde houver os Tribunais de Contas municipais continue cumprindo inteiramente a sua função constitucional e servir como órgão auxiliar aos respectivos Legislativos. Apenas acrescenta um encargo a mais que é um encargo meramente administrativo, não fere competência, de simplesmente remeter ao Ministério da Fazenda o resultado específico dessas contas relativas à despesa de pessoal.

Então, se aqui dissesse que, em vez de enviar ao órgão competente, que é o Poder Legislativo local, as contas do governo local, deve-se enviá-las ao Ministério da Fazenda, aí, sim, haveria uma inconstitucionalidade. Mas não diz isso; diz que todas as prerrogativas e funções estão mantidas, acrescentando-se um encargo ou uma obrigação meramente administrava de também dar conhecimento ao Ministério da Fazenda. Não vejo nisso uma inconstitucionalidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Lúcio Alcântara, pela prejudicialidade, permaneçam sentados.

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Item nº 2 da pauta:

Projeto de Lei da Câmara nº 8/99, nº 3.125, na origem, na Câmara dos Deputados. Relatoria entregue ao Senador José Fogaça, a quem passo a palavra.

**O SR. RELATOR** (José Fogaça) – Sr. Presidente, essa matéria acaba de receber três emendas, segundo me informa a Secretaria da Comissão. Como até agora essas emendas não haviam sido apresen-

tadas, embora o projeto já esteja tramitando desde a convocação extraordinária, eu pediria a V. Exª que me desse tempo para examinar e debater, com as partes interessadas, essas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – De acordo.

**O SR. RELATOR** (José Fogaça) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Item nº 3 da pauta.

Projeto de lei da Câmara nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.

O projeto foi relatado pelo Senador Francelino Pereira, com parecer pela aprovação, e foi concedida vista conjunta aos Senadores José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Edison Lobão, que até o momento, não apresentaram parecer nem voto em separado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu gostaria de ler o meu voto em separado para que fique registrado. Mas, como não há **quorum** para votação e para não atrapalhar outras matérias que são consensuais, posso ler o voto, que ficaria registrado, e V. Exª inverteria a pauta para votarmos outros pontos.

V. Exª decide se leio agora o voto ou se aguardamos o Senador Francelino Pereira, já que é o Relator da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Muito embora tenhamos **quorum** em assinaturas, não o temos em presença. Então, é preferível V. Exª ler o seu parecer, o seu voto na presença do Senador Francelino Pereira para que se estabeleça o contraditório.

Fica adiada, portanto, a discussão do Item nº 3 para a próxima reunião.

**Item 4:**

Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 1997, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União. O Senador Ramez Tebet, Relator, é pela rejeição da matéria. Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu pediria o mesmo tratamento com relação a essa matéria não só porque o Relator não está presente, mas



também porque tenho conhecimento de que o Senador Antonio Carlos Valadares tem intenção de apresentar o voto em separado, diferente do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tendo em vista nos encontrarmos numa quarta-feira anterior à Semana Santa, adotarei o mesmo procedimento.

**Item 5:**

Emendas nºs 1 e 2 de Plenário ao Substitutivo da CCJ ao Projeto de Lei da Câmara nº 21 de 1997, que dispõe sobre norma geral de organização, que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das Polícias e Corpos de Bombeiros militares e civis. Tem como Relator o Senador Romeu Tuma, que telefonou há uma hora atrás procurando falar comigo para pedir que fosse adiada a apreciação dessa matéria, tendo em vista seu interesse pessoal em relatá-la, pois está hoje em São Paulo realizando exames clínicos. Por essa razão, fica adiada a apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – **Item 6:**

Proposta de Emenda à Constituição nº 63 de 1995, que altera e revoga disposições da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho. A Relatoria foi entregue ao Senador Jefferson Péres, que opina pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1 da CCJ, ratificando as decisões anteriores desta Comissão contidas nos Pareceres 681/97 e 308/98. S. Ex<sup>a</sup> teve que viajar ao seu estado e pediu a compreensão dos Membros da Comissão para que essa matéria fosse discutida e apreciada na reunião da próxima quarta-feira, com o que concordamos.

O Item 7 da pauta também fica prejudicado pelo fato de o Relator, Senador Jader Barbalho, ter interesse especial em apresentar seu relatório. Trata de Comissão Especial, criada por intermédio do Requerimento de nº 585 de 1996, destinada a apurar a situação dos garimpeiros de Serra Pelada. É matéria específica de interesse da região Norte. O Senador Jader Barbalho pede que a matéria seja apreciada na reunião da próxima quarta-feira, com o que concordamos.

Esgotada a pauta, declaro encerrada a presente reunião, convocando uma outra para a próxima quarta-feira.

*(Levanta-se a reunião às 11h2min.)*

**Ata da 5ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 7 de abril de 1999, às 10h30min. (Reunião Ordinária).**

Às dez horas e trinta minutos, do dia sete de abril, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de

reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores José Fogaça, Jefferson Péres, Francelino Pereira, Iris Rezende, Amir Lando, Álvaro Dias, José Agripino, Ramez Tebet, Lúcio Alcântara, José E. Dutra, Djalma Falcão, Djalma Bessa, Bello Parga, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Luzia Toledo e Emília Fernandes, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Jader Barbalho, Pedro Simon, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Carlos Wilson, Sérgio Machado, Antônio C. Valadares e Roberto Freire. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: item 2) Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997, (Nº 265, DE 1995 NA CD), “dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União.” Autoria: Deputado Gonzaga Patriota; Relator: Senador Ramez Tebet; parecer: pela rejeição da matéria. Durante o prazo regimental concedido à vista o Senador Antonio C. Valadares apresenta voto em separado propondo a aprovação da matéria no âmbito da CCJ e, pelo encaminhamento da mesma à CAS para análise do mérito. Usam da palavra para discutir a matéria os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Amir Lando, José E. Dutra, José Fogaça, Álvaro Dias, Iris Rezende e Ramez Tebet. Após ouvir o Plenário, o Relator reformula seu parecer, concluindo pela aprovação da matéria quanto aos aspectos da constitucionalidade e juridicidade e, pela rejeição da mesma quanto ao mérito. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 1) Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999, (Nº 4.812, DE 1998 NA CD), “dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.” Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Francelino Pereira; parecer: pela aprovação. Durante o prazo regimental concedido à vista o Senador José E. Dutra apresenta voto em separado concluindo pela rejeição da matéria. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Francelino Pereira, José E. Dutra, Amir Lando, Álvaro Dias, Bernardo Cabral, Lúcio Alcântara, Djalma Falcão, Romeu Tuma, Bello Parga, Jefferson Péres e Djalma Bessa. A Comissão acolhe requerimento oral do Senador Bernardo Cabral, pelo adiamento da matéria para apreciação na próxima reunião ordinária, para que a mesma possa receber novas emendas, contribuindo com seu aprimoramen-

to. O Sr. Relator, Senador Francelino Pereira, comunica que receberá emendas até as dezessete horas da próxima segunda-feira, dia doze do corrente. Extra pauta, é submetido à apreciação, Requerimento que apresenta o Senador Francelino Pereira, na forma do art. 93 do Regimento Interno, convocação de audiência pública, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1999, do qual sou relator, que dispõe sobre a redução para 16 anos da idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos. Colocado em votação, é aprovado por unanimidade.

Item 3) Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, respectivamente de autoria dos Senadores Romero Jucá e Ronaldo C. Lima, oferecidas ao substitutivo da CCJ, ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, DE 1997, (nº 2.859, DE 1997 NA CD), "dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis." Autoria: Deputado Carlos Apolinário; Relator: Senador Romeu Tuma; parecer: pelo acolhimento das emendas nºs 1 e 2-PLEN e, pela apresentação da emenda de redação nº 1-CCJ. Resultado: Aprovado o parecer do Relator.

Item 4) Proposta de Emenda à Constituição Nº 63, DE 1995; "altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho." Autoria: Senador Gilbérto Miranda; Relator: Senador Jefferson Péres; parecer: Pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo 01-CCJ, ratificando as decisões anteriores desta Comissão, contidas nos pareceres nºs 681/97 e 308/98. Por solicitação da Senadora Emília Fernandes, a Comissão concorda em transferir a apreciação da matéria para a próxima quarta-feira; a Senadora questiona o arquivamento de emenda constitucional de sua autoria, argumentando que não poderia ter sido anulada uma decisão do Plenário que aprovou a tramitação conjunta de sua proposta com a PEC ora em discussão. A Senadora informa que reapresentará sua proposta e novamente solicitará o apensamento das mesmas. O Sr. Presidente afirma à Senadora que, assim que sua proposta chegar à Comissão será encaminhada ao Relator, e pautada para apreciação na próxima semana. Nesta oportunidade, tendo em vista o adiantado da hora, o Sr. Presidente decide encerrar os trabalhos, ficando adiada a apreciação de todos os demais itens da pauta. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Declaro aberta a presente reunião.

Consulto se as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores estão de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo em vista que o Senador Francelino Pereira, Relator do item nº 1 da pauta, não pôde chegar ainda à Comissão, consulto se os Srs. Senadores estão de acordo com a inversão da pauta, para que possamos começar a apreciação das matérias pelo item nº 2, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Iniciamos, então, pelo Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União. Relatoria a cargo do Senador Ramez Tebet, com parecer pela rejeição da matéria. O projeto de lei foi objeto de pedido de vista pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que já ofereceu voto em separado, propondo a aprovação da matéria no âmbito da CCJ e o encaminhamento da mesma à Comissão de Assuntos Sociais, para análise do mérito.

Eu pediria ao Senador José Eduardo Dutra que procedesse à leitura do parecer do Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997.

Trata-se de proposição de iniciativa do Deputado Gonzaga Patriota (PSB – PE), modificada no âmbito da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União. Cumpre assinalar, por necessário, que a matéria veio a esta Comissão por provocação da Comissão de Assuntos Sociais, consoante Ofício nº 22, de 1998, firmado pelo Senador Ademir Andrade em 14 de outubro próximo passado, a fim de que sobre o Projeto em apreço se manifestasse a CCJ a respeito de sua constitucionalidade e juridicidade. Nesse particular, o Senador Ramez Tebet não encontrou nenhum óbice.

Tomamos a liberdade para repetir aqui a manifestação da Relatoria nesse sentido: "Verifica-se, portanto, que a matéria não apresenta falhas nos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, não merecendo, ainda, reparos em termos de técnica legislativa".

Ocorre, porém, que o ilustre representante do Estado do Mato Grosso do Sul resolveu ir mais além,

opinando também quanto ao mérito da matéria, o que, no caso, é atribuição da Comissão de Assuntos Sociais. A matéria, frisamos uma vez mais, veio a esta Comissão incidentalmente, para que fosse resolvida uma questão preliminar, quanto a sua conformidade formal. Esse aspecto está devidamente equacionado.

Quanto ao mérito, cremos que a CCJ, ao se manifestar, extrapola suas atribuições e emite juízo de valor que compete à CAS proferir. Por isso somos tão-somente pelo pronunciamento da CCJ quanto à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposição e por sua ulterior remessa à CAS para exame de seu mérito.

Assina o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares contraria o parecer do Senador Ramez Tebet, que opina pela rejeição da matéria, diferentemente do Senador Antonio Carlos Valadares, que propõe a aprovação da matéria na CCJ e o seu encaminhamento posterior à Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão a matéria.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet, para discutir.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria é de uma simplicidade muito grande. O projeto oriundo da Câmara pretende que o produto de terras devolutas alienadas pela União seja aplicado em algo de muita importância no mundo moderno, que é justamente a questão ambiental. Todos queremos o desenvolvimento do País, mas queremos um desenvolvimento auto-sustentado. Todavia, no caso em concreto, já há uma lei que disciplina o produto da arrecadação de bens de terras devolutas auferidas pela União. Essa destinação tem também um motivo de alta relevância, qual seja, a destinação desse produto hoje pela lei é o Incra.

Então, percebi que iríamos vestir um santo e desvestir outro, e a grande questão do País hoje é a Reforma Agrária. Se faltam recursos para a Reforma Agrária, se as invasões de terra estão se proliferando, se há violência no campo e na cidade – e ambas estão interligadas –, entendo que não poderia também deixar de analisar a matéria no mérito. É muito difícil analisar uma matéria somente sob o aspecto constitucional e jurídico. Normalmente, a parte jurídica está interligada de tal ordem aos fatos que não conseguimos ficar só na preliminar e temos que en-

trar no mérito, e foi o que fiz. Não poderia negar que a destinação desses recursos também pode ser para o meio ambiente – aí está a questão que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem que decidir.

Analisei, fui às autoridades competentes e percebi que estava faltando muito recurso para os projetos de desenvolvimento à cargo do Incra. Vejam que proferi esse voto em 1997, e acredito que hoje a falta de recursos para aplicação no campo é maior. Então, não vi como atender a essa matéria. Daí por que ter votado...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Gostaria de um esclarecimento. Gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> chegou a ter conhecimento do montante auferido pela União em relação a essas alienações de terras. Acredito que tenha sido pouco, não tenho os dados, pode ser que V. Ex<sup>a</sup> tenha.

**O SR. ROMEU TUMA** – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RAMEZ TEBET** – Pois não.

**O SR. ROMEU TUMA** – Tenho acompanhado de perto o trabalho do SPU em São Paulo. Não há condições de se saber quais são as propriedades e as terras devolutas da União. Há uma falta enorme de pessoal capacitado para fazer o levantamento. Os problemas graves de São Paulo no Paranaíba são todos referentes a terras devolutas. A União desconhece o patrimônio que possui, e o último diretor-geral tentou fazer um levantamento nacional, mas não houve condições por falta de pessoal.

Não se consegue cobrar o devido valor dos impostos e taxas relativas às propriedades em terras de marinha, porque são dívidas enormes. Quando alguém precisa de documentação para efetivamente ter a propriedade, o processo praticamente paralisa, porque não há como calcular o que tem a ser pago, em razão desses débitos que foram se acumulando por falta de cobrança. Então, é um problema muito grande que o Patrimônio da União está tentando equacionar.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Agradeço o aparte do Senador Romeu Tuma e quero dizer que não tenho visto edital nenhum para venda de terras devolutas.

Vou pedir permissão para ler apenas um tópico do meu parecer, que está na página nº 17. Parece que aquilo que escrevi em 1997 vale ainda hoje. Dissemos, naquela ocasião, e reafirmamos agora, o seguinte:

“A escassez de recursos com que se defronta essa autarquia – referimo-nos ao Incra – para o atendimento de suas atribuições torna muito difícil justificar o desvio dos mesmos para uma outra finalidade, ainda que meritória. Tal limitação torna-se



ainda mais grave à luz das reduções drásticas nas dotações orçamentárias propostas para a autarquia em 1999.

Acreditamos que a pulverização dos recursos resultante da eventual aprovação deste projeto sacrificaria a área de reforma agrária, sem resultar em ganhos significativos para a área ambiental. Há que considerar ainda uma questão de prioridades. O declínio de vastos segmentos da agricultura brasileira, junto com a progressiva adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, tem ocasionado efeitos perversos sobre a fixação do homem no campo. Ao mesmo tempo em que pequenos proprietários insolventes são obrigados a se desfazer de suas propriedades migrando para as cidades, uma grande massa de trabalhadores rurais vê-se privada do emprego, tomando a mesma direção.

Como consequência desses fatos, o acesso do homem à terra passa a constituir problema da mais alta prioridade, assumindo um caráter social explosivo. Isso resulta em enormes demandas sobre o Incra, tornando desaconselhável que seus recursos, já insuficientes, sofram redução adicional.

Foi assim que finalizei o meu parecer, que reafirmo nesta oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria, do ponto de vista regimental, parece-me tranqüila quanto à apreciação do mérito. O Regimento Interno, em seu art. 101, II, m, dispõe que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, (...) para emitir parecer, quanto ao mérito, sobre matérias de competência da União, especialmente, dentre outros, em casos de limites do Estado e bens do domínio da União. Nós estamos apreciando bens do domínio da União. É claro que, quando se fala no destino dos recursos de venda, estamos apreciando, queira ou não, dentro dessa matriz, bens do domínio da União. Então, do ponto de vista regimental, está perfeitamente correta a apreciação de mérito.

Tenho breves observações quanto a essa questão muito bem colocada pelo Relator. Não há dúvidas de que esse produto deve ser destinado ao Incra. É desvestir um santo para cobrir outro, porque sabemos que os recursos são pequenos. O patrimônio da União realmente merece uma disciplina e uma execução de maneira mais eficiente. Sabemos que o Serviço de Patrimônio da União não

chega a ser uma entidade e tem uma disciplina que está passando para o Ministério da Administração e Reforma do Estado. O caráter devoluto das terras não é o de terras abandonadas; é um patrimônio em formação, em definição. É preciso discriminar para apurar e transformar esse patrimônio que é devoluto, que tem um caráter de terras devolvidas e não desocupadas. Devolvidas de onde? Começou, evidentemente, com o descobrimento do Brasil, quando todas as terras do território brasileiro passaram para a Coroa Portuguesa. Subseqüentemente, elas foram sendo privatizadas, começando com as capitânicas hereditárias a primeira distribuição das terras. O regulamento geral começa com as doações das sesmarias; aquelas que não haviam sido devidamente ocupadas eram devolvidas à Coroa e, com a Proclamação da República, passam ao Império brasileiro. É um processo antigo.

As invasões nos terrenos de marinha e as terras que tínhamos na faixa de fronteira, num primeiro momento de 66 quilômetros, depois ampliado para 150 quilômetros, seriam as terras devolutas da União.

Posteriormente, com a exploração da Amazônia. Quer dizer, com essa abertura para a Amazônia, o que há a cem quilômetros de cada lado das rodovias federais também passou ao domínio da União. Portanto, a União realmente promoveu algumas ações discriminatórias administrativas e judiciais. E essas, evidentemente, não abarcaram o universo. Então, saber o que é terra devoluta é impossível neste momento. As terras que se incorporaram ao patrimônio privado foram aquelas devidamente ocupadas com morada eventual e exploração. Aqueles que as incorporaram pelo uso correto da terra também incorporaram no patrimônio privado. Aí vai uma série de concessões e uma série de transferências para o domínio privado.

Mas há muitas terras devolutas. E seria importante definir esse patrimônio, porque ele é sempre objeto de invasão. Por exemplo, no Estado de Rondônia, quase 92% das terras são federais – são terras devolutas federais grande parte delas. Estão invadidas e ninguém faz nada. Não há nenhuma proteção a essas terras. As terras estão abandonadas. O Incra não tem uma estrutura eficiente para protegê-las. Então, são objeto de invasão e com o tempo vão-se consolidando situações e elas se vão tornando domínio privado. Quer dizer, é um patrimônio em definição; é um patrimônio indefinido.

Portanto, não há órgão melhor do que o Incra para isso. Ele deveria ter a estrutura. Até penso que o

Serviço de Patrimônio da União, nesse ponto, deveria ser reestruturado, como uma lembrança.

Estive conversando no Ministério da Administração e Reforma do Estado. E lá há uma idéia remota do que seja esse problema. O Estado teria que tomar conta porque há um desprezo geral pela coisa pública. As terras devolutas são patrimônio do povo brasileiro. Nós estamos com problema de assentamento de milhares e milhares de agricultores e essas terras poderiam ser corretamente aproveitadas poderiam ser destinadas à colonização ou à Reforma Agrária. Enquanto isso, elas são invadidas, como foram as do Pontal do Paranapanema, onde há ocupações centenárias. Não são recentes. Há ocupações centenárias de terras devolutas cujo direito de propriedade nunca foi definido.

O projeto não teve, a meu ver, a finalidade de construir algo melhor do que existe. Não há órgão melhor do que o Incra para receber esse produto, para que possa continuar na grande tarefa de proteção das terras devolutas que lhe estão afetas.

Era o que eu tinha a dizer.

Sou favorável ao parecer do Relator, Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria defender o voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares e enfocar a questão formal e a razão por que a matéria veio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Concorde com o Senador Amir Lando, quando S. Ex<sup>a</sup> diz que, regimentalmente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem o poder de emitir parecer sobre o mérito, como tem feito, aliás, em relação a diversas outras que são distribuídas à Comissão, para que ela emita parecer sobre a juridicidade e constitucionalidade e também sobre o mérito. Mas esse não é o caso específico desta matéria.

Como o Senador Antonio Carlos Valadares frisa no seu voto em separado, a matéria veio à Comissão provocada pela Comissão de Assuntos Sociais, para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se manifestasse especificamente sobre a constitucionalidade e juridicidade. A matéria irá obrigatoriamente ao Plenário, onde os Senadores Amir Lando e Ramez Tebet terão oportunidade de emitir os pontos de vista que já emitiram na Comissão a respeito do mérito.

A Comissão está apreciando a matéria a partir de uma provocação da Comissão de Assuntos Sociais que, foi, inicialmente, a Comissão a qual foi destinada, foi distribuída a matéria...

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permita um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Permita-me concluir o raciocínio.

A Comissão de Assuntos Sociais está, a partir da distribuição da Mesa, convocada a emitir parecer sobre o mérito da matéria. Em lá sendo apreciada a matéria, houve dúvidas sobre a constitucionalidade e a juridicidade. E gostaria de fazer referência ao Ofício nº 22/98 – que foi o motivo pelo qual a matéria veio a esta Comissão –, que pede o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a juridicidade e a constitucionalidade. Embora reconheça que regimentalmente esta Comissão tem o poder de dar parecer sobre o mérito e, salvo análise melhor, reconheça o peso dos argumentos sobre o mérito apresentados pelos Senadores Ramez Tebet e Amir Lando, e considerando que os argumentos sobre o mérito não serão perdidos, na medida em que, obrigatoriamente, a matéria terá que ir ao Plenário da Casa, já que é um projeto de lei original da Câmara dos Deputados, insisto em que o parecer da Comissão deveria ater-se exclusivamente à constitucionalidade e à juridicidade. E é nesse sentido que me somo ao voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador José Eduardo Dutra, pedi um aparte, a fim de que V. Ex<sup>a</sup> tenha a oportunidade de responder à colocação que vou fazer. A matéria não poderia ter sido encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, e a própria Comissão reconheceu isso. Portanto, houve um erro na distribuição. O projeto deveria ter sido encaminhado primeiramente à Comissão de Constituição e Justiça. Se a própria Comissão de Assuntos Sociais pediu nosso parecer sobre a constitucionalidade, qual era o caminho natural que a Mesa deveria tomar com relação a esse projeto? Encaminhá-lo evidentemente a esta Comissão. E é o Regimento que assim dispõe. Até porque existia, como existe, lei regulamentando a matéria.

Então, quem tinha que primeiro se pronunciar era a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, se a matéria envolve problema social, nada obsta que seja examinada também pela Comissão de Assuntos Sociais. Mas é evidente que quase todas as matérias, eu diria, têm que passar primeiramente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E esta é uma delas. O próprio argumento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Eduardo Dutra, demonstra isso. É o que entendo, como Relator da matéria. Não

coloco nenhum obstáculo a que depois a matéria vá à Comissão de Assuntos Sociais.

O Senador Amir Lando me socorreu em boa hora – eu estava argumentando com base na necessidade de entrar no mérito, e a preliminar estava intimamente ligada ao mérito –, demonstrando, regimentalmente, que a Comissão de Constituição e Justiça, nesta matéria, não poderia ficar adstrita somente à parte jurídica, porque tem, pelo próprio Regimento e pelo próprio dispositivo que foi lido, a obrigação de adentrar no mérito. Foi o que fizemos com nosso parecer.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, gostaria de trazer uma contribuição ao debate.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo o aparte ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Todas as matérias envolvem questão de constitucionalidade e de legalidade. Mas nem todos vêm a esta Comissão. Se V. Ex<sup>a</sup> observar a distribuição dos projetos, poderá verificar que muitos vão diretamente à Comissão de Assuntos Econômicos, outros à Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Eu não disse todos, a maioria.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sim, mas não podemos antecipadamente dizer que houve um equívoco na distribuição, pois existem centenas de projetos como este que nem vêm à esta Comissão. Se está ou não correta a forma, é outra questão.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Só que este, Senador Lúcio Alcântara, a própria Comissão de Assuntos Econômicos entendeu que deveria vir.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas, veja bem, não é a primeira vez. Já nos temos manifestado aqui, em outras ocasiões, e a maior fonte de consultas é a Comissão de Assuntos Sociais, que pediu que disséssemos se o projeto é constitucional e legal. A princípio, não podemos ir além do pedido daquela Comissão.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Mesmo que o Regimento Interno diga que esse é uma matéria...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas ela não pediu isso.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Mas a Comissão não está adstrita ao pedido.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Creio que, nesse caso, sim.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, a palavra ainda está comigo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Veja bem, Senador Ramez Tebet, isso envolve patrimônio e alienação. Deveríamos ouvir a Comissão de Assuntos Econômicos, porque envolve patrimônio, envolve renda da

União. Pelo que me diz o Senador José Eduardo Dutra, a matéria só vai à CAS.

Eu estava tendente a acompanhar a posição de V. Ex<sup>a</sup>. Como foi esclarecido que se trata de uma consulta da CAS, temos de nos manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

**O SR. AMIR LANDO** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AMIR LANDO** – Esta Comissão não pode ficar sujeita a um pedido de outra Comissão. A Comissão está sujeita ao Regimento, que é claro e específico. Diz o art. 101, II:

**Art.**

101. ....

I .....  
.....

II – ressalvadas as atribuições das demais comissões, emitir parecer quanto ao mérito sobre matérias de competência da União, especialmente as seguintes:

a) .....  
.....

m) limites dos Estados e bens do domínio da União;

Temos, pois, de seguir o Regimento. Nesse caso, Senador José Eduardo Dutra, não podemos ficar restritos a um pedido de outra Comissão. Temos de nos restringir à nossa competência específica.

É comum renunciar competência. Renunciamos às competências do Legislativo no que se refere a medidas provisórias. São editadas de 2 a 3 medidas provisórias por dia. É hora de preservarmos competência.

Temos de apreciar o mérito, porque o Regimento assim estabelece. Está acima do pedido da Comissão de Assuntos Sociais a redução da competência desta Comissão. Esta Comissão tem a competência regimental.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Também me socorro do Regimento do Senado, que, ao contrário do Regimento da Câmara, não estabelece que todas as matérias tenham, obrigatoriamente, de passar pela Comissão de Constituição e Justiça. Socorro-me do mesmo inciso do Senador Amir Lando, “ressalvadas as atribuições das demais comissões”, a Comissão de Comissão,



Justiça e Cidadania poderá manifestar-se sobre o mérito desses assuntos.

Esta matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais em função das atribuições regimentais daquela Comissão, particularmente do inciso III, que trata sobre normas gerais, sobre proteção ao meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo, dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água. E é nesse sentido que insisto que esta Comissão está sendo provocada para se manifestar sobre a constitucionalidade e a juridicidade.

Não é o caso, como acontece muitas vezes, em que a Mesa distribui uma matéria para uma comissão, e algum Senador entende que outra comissão deve analisá-la em função do seu mérito. Nesse sentido, aprova-se requerimento de reexame de comissão, como manda o Regimento.

Sendo assim, respeitando os argumentos contrários, insisto e defendo o parecer do Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. AMIR LANDO** – Há competência concorrente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para efeito de esclarecimento de rito regimental e para melhor formulação de voto, esclareço que o parecer do Senador Ramez Tebet não irá a plenário, porque o que está em discussão é a solicitação da Comissão de Assuntos Sociais, a quem foi dirigida a matéria, sobre a sua constitucionalidade. O parecer do Senador Ramez Tebet não irá a plenário para apreciação.

Regimentalmente, a matéria foi distribuída à CAS, que solicitou a opinião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. De qualquer maneira, a matéria terá de voltar à CAS, por ter aquela Comissão solicitado informações sobre a constitucionalidade da matéria.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, devo um esclarecimento do meu voto ao Senador Ramez Tebet, pela sua importância como Senador e sobretudo pela qualidade do seu trabalho como parecerista nesta Comissão. Como discordo de S. Ex<sup>a</sup>, sinto-me na obrigação de emitir uma justificativa para o voto que vou dar.

O Senador José Eduardo Dutra também não tem razão quando alega que o parecer tem que ficar limitado à questão da constitucionalidade. O Regimento diz: "ressalvadas as atribuições das demais comissões...", o que significa que estão garantidas as competências, ou seja, há concorrência, mas não ex-

cludência. Com isso, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre bens do domínio da União, dará seu parecer, que inclusive envolve mérito, enquanto a Comissão de Assuntos Sociais fará seu parecer sobre os aspectos concernentes a ela, como, por exemplo, a questão ambiental, que envolve o mérito geral do projeto.

Sob esse ponto de vista, sou obrigado a dizer que o Senador Ramez Tebet está certo ao expandir seu parecer além da questão da tecnicidade, juridicidade e constitucionalidade.

Justamente porque S. Ex<sup>a</sup> entrou no mérito da matéria, discordo de seu parecer. Não sei como posso dizer que concordo apenas com a parte da juridicidade e que discordo da outra, o mérito. Entendo que o mérito é válido. Neste País, temos um programa de Reforma Agrária.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador José Fogaça, permita-me um pequeno aparte?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Se V. Ex<sup>a</sup> permitir que eu conclua esta tese a respeito do mérito, talvez até possa apartear melhor.

Vejo que há muito poucos programas, muito poucos movimentos sociais, muito pouca mobilização política no sentido da formação de uma base de ações ambientais no País, de ações de defesa ecológica.

A Reforma Agrária tem muitos agentes, muitos interessados, muitos movimentos; há poderosos interesses em torno da Reforma Agrária, e acredito que, de qualquer maneira, ela vai em frente. Os instrumentos que o Incra e o Ministério da Reforma Agrária têm – que a Constituição lhes dá por meio da desapropriação, do rito sumário que foi aprovado – permitem que a Reforma Agrária tenha muito mais possibilidades, ao passo que há muito pouca gente tratando dos programas ambientais e pouca força política. Não existe, no Brasil, um MSE, movimento dos sem-ecologia, ou um MSF, movimento dos sem-floresta. Há muito mais mobilização e força política pela Reforma Agrária do que pela defesa ambiental. Onde os ambientalistas ou a política de reflorestamento vão encontrar uma área mais adequada para a preservação do que a de terras devolutas, embora seja apenas o produto da arrecadação de sua venda? De qualquer maneira, os instrumentos que o Incra e o Ministério da Reforma Agrária têm são muito mais poderosos, eficazes e de longo alcance, enquanto o Ministério do Meio Ambiente está muito mais desprotegido, desprovido de instrumentos para esse sentido.

Portanto, como sei que a Reforma Agrária vai andar, fico com o mérito de preservar esses recursos

para a questão ambiental. Estou votando contra o parecer de V. Ex<sup>a</sup> não pelo aspecto da técnica, mas do mérito.

Com isso, encerro minha intervenção, de modo que V. Ex<sup>a</sup> não precisa me dar um aparte; pode fazer sua intervenção, que, sei, será judiciosa como sempre.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Creio que o Senador Álvaro Dias está ávido para dar a sua contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Depois concederei o aparte ao Relator.

A minha intervenção é em apoio à proposta do Relator Ramez Tebet. Primeiro, porque esta Comissão tem que assumir a responsabilidade ao opinar sobre o mérito de matérias importantes para o País e, de outro lado, ao opinar sobre mérito, não afrontar o Regimento. Uma Comissão como a de Constituição, Justiça e Cidadania, evidentemente, deve zelar pelo cumprimento das normas regimentais. E não estaríamos afrontando as normas regimentais, opinando sobre questão de mérito em matéria polêmica, já que diz respeito à reforma agrária, que é assunto palpitante no País hoje.

Diz bem o Relator quando alude ao fato de que a aprovação desse projeto sacrificaria a área de reforma agrária, sem resultar em ganhos significativos para a área ambiental.

Devemos nos concentrar em esforços cada vez mais significativos no sentido de que a Reforma Agrária realmente ocorra, como instrumento capaz de solucionar problemas sociais insolúveis até este momento.

É óbvio que a questão ambiental tem que merecer sempre um tratamento prioritário de todas as esferas, de todos os entes públicos, mas haverá criatividade, por certo, do Governo e desta Casa, na busca de recursos para que a proposta ambiental desenvolvida, sustentada e defendida com brilhantismo pelos ambientalistas deste País possa ganhar corpo e proporção.

Por outro lado, gostaria de, ao registrar o meu voto favorável à postura do Senador Ramez Tebet, também registrar aqui o que considere grave. A informação que traz o Senador Romeu Tuma é uma informação que tem um certo sentido de denúncia da falência do Estado brasileiro.

O Estado está falido quando reconhece que não tem pessoal para descobrir o que possui como patrimônio. Imagino que deva ser uma função precípua do

Estado saber o que tem, para saber o que pode oferecer na prestação de serviços de utilidade à população.

É lamentável que se chegue a esta conclusão, que o próprio Estado reconheça a sua falência, porque é um Estado que paga mal os seus funcionários e gasta muito com os funcionários. Se paga mal e gasta muito, tem funcionários em excesso; e se tem funcionários em excesso não sabe utilizá-los, porque, em setores como esse do patrimônio, faltam funcionários para a execução da sua tarefa.

Portanto, é um registro que se deve fazer aqui e que, mais uma vez, demonstra a desorganização deste País, que está a exigir, inclusive, por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o cumprimento do seu dever no que diz respeito à reforma política, porque, sem a reforma política, sem a adoção de um modelo político competente para o Brasil, não teremos sucesso nas demais reformas, e reforma do Estado estará comprometida.

No entanto, sem fugir à questão em foco, Sr. Presidente, concedo o aparte ao Relator, Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. e ao Senador José Fogaça e dizer que a discussão sempre é válida, porque da discussão nasce a luz – é um provérbio muito antigo.

Evidentemente, a votação do meu parecer tal qual se encontra não tem nada demais. O Senador José Fogaça pode registrar, votando com restrição. Mas, em verdade, o meu parecer não tira da Comissão de Assuntos Sociais a análise da matéria. Portanto, estamos discutindo apenas porque o assunto é sério. E vejam que o Senador Álvaro Dias levanta uma questão da mais alta indagação.

Recordo-me aqui de um projeto que foi muito discutido no seio da sociedade brasileira, que é o Projeto Sivam, que defendi com ardor. Um dos grandes argumentos que tinha em defesa da soberania do País era dizer que precisamos conhecer, porque não conhecemos sequer o nosso patrimônio; não conhecemos sequer a nossa querida Amazônia, objeto de tantos discursos nesta Casa e objeto de tantos artigos.

A matéria vai mesmo para a Comissão de Assuntos Sociais.

Encerro aqui a minha participação, Sr. Presidente.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Concluindo, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve colocar acima das indagações da Comissão de Assuntos Sociais o Regimento Interno da Casa.

Eu acompanho o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação o parecer do Relator.

Explicando corretamente: a matéria foi distribuída pela Mesa Diretora do Senado para a Comissão de Assuntos Sociais, que solicitou da Comissão de Constituição e Justiça parecer sobre a juridicidade, regimentalidade e constitucionalidade. O Relator Ramez Tebet, sem fugir de sua competência, sem extrapolar os limites da competência da CCJ, ofereceu parecer sobre a constitucionalidade, mas também sobre o mérito. Tudo isso vai voltar à consideração da Comissão de Assuntos Sociais, que vai ter a informação solicitada com relação à constitucionalidade e vai conhecer a opinião dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o mérito. Terá uma informação adicional.

Portanto, está em votação o parecer, que difere do voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares apenas no que diz respeito à apreciação do mérito, que seria uma contribuição da CCJ aos membros da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra ao Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, a discussão foi válida mais quanto ao mérito do que quanto aos aspectos da constitucionalidade e juridicidade. O Relator não deixou qualquer dúvida a respeito.

Além da constitucionalidade e juridicidade do projeto, esta Comissão deveria oferecer à Comissão de Assuntos Sociais apenas uma posição e não uma decisão. Isso porque houve um lapso por parte da assessoria da Mesa na distribuição desse projeto. Entendo, em princípio, que ele deveria ter sido encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas não o foi.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na verdade, solicitada pela Comissão de Assuntos Sociais, estaria faltando até com a delicadeza para com aquela Comissão.

Eu gostaria de ater-me à parte inicial do parecer do Relator, aos itens nº 1º e 2º, que se limitam à parte solicitada. Entendo que não se trata nem de rejeitar o parecer do Relator nem de aprovar o voto em separado do nosso colega Senador Antonio Carlos Valadares. Esta Comissão, aproveitando o parecer do Relator ou o voto em separado, deveria comunicar àquela Comissão que o projeto realmente é constitucional, atende a esses princípios e deveria sugerir a rejeição do projeto, se não quisesse.

Mas entendo que nos devíamos limitar à solicitação daquela Comissão, até porque não se trata de um projeto terminativo. O projeto irá ao plenário, ocasião em que estarei de acordo com o Relator quanto ao mérito. Trata-se simplesmente de não atropelar a Comissão de Assuntos Sociais, que foi elegante e teve humildade suficiente para solicitar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Assim, voto com o Relator, mas com restrição em relação ao voto pela rejeição do projeto. Deixemos que a CAS se manifeste a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Iris Rezende vota com o Relator, com a restrição apresentada.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator permaneçam sentados.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Fica difícil votar porque o Senador Ramez Tebet conclui pela rejeição. O projeto vai à Comissão de Assuntos Sociais. Como aprovaremos um parecer – falo em nome pessoal, realmente, porque vejo que pode haver até uma maioria –, um parecer que é, no seu todo, pela rejeição, mas que, no seu interior reconhece a juridicidade e a constitucionalidade do projeto original, se o Relator conclui pela rejeição? De modo que a observação do Senador Iris Rezende me parece procedente: comunicar à Comissão de Assuntos Sociais que quanto ao aspecto da constitucionalidade, não há nenhuma restrição; e, quanto ao mérito, houve um parecer pela rejeição, o que eu acho que seria inteiramente válido.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Acho que estamos, desculpe-me a expressão, chovendo no molhado. Eu não criei nenhuma objeção a que o projeto vá à CAS. Não há problema se o projeto vai com a minha opinião de que, quanto ao mérito, eu sou contra? Lá será votado. Se os Srs. Senadores concordarem, vamos votar pela constitucionalidade, que é uma unanimidade, e encaminhar todas essas considerações levantadas aqui, porque não estaremos cerceando ninguém. Falou o Senador Romeu Tuma, falou o Senador Álvaro Dias, o Senador Iris Rezende, o Senador José Fogaça, falaram todos os Senadores. Não vejo problema nenhum. Apenas não consegui, no meu íntimo, falar sobre a constitucionalidade de um projeto como este sem entrar no mérito, porque acho que a prelimi-



nar está ligada ao mérito. É uma opinião minha. De qualquer maneira, vai a Plenário. A Comissão de Assuntos Sociais pode decidir pelo mérito, pode decidir de um jeito ou de outro. A nossa decisão aqui, se fosse votado o parecer tal qual eu o redigi, não tiraria da Comissão de Assuntos Sociais o direito de decidir como melhor entender. Que vá o parecer à Comissão.

Vamos decidir. A minha opinião já está manifestada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de fazer uma sugestão, até por economia de tempo. Tenho a impressão de que das discussões já estabelecidas podemos chegar a uma fórmula consensual. A análise está perfeita. Se o Senador Ramez Tebet estiver de acordo com uma leve mudança na redação do voto, acho que chegaremos a um entendimento. O voto proposto é: “À luz do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997.” O voto poderia ser, por exemplo: “À luz do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, mas opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1997, no seu mérito.” Podia ser isso?

**O SR. RAMEZ TEBET** – Acho até que sem isso. Se os Srs. Senadores concordarem, redija-se assim: À luz do exposto, votamos pela constitucionalidade e juridicidade do presente projeto, com as considerações feitas por todos os Srs. Senadores, inclusive pelo Relator, porque estaremos falando a verdade e não excluiremos nenhuma opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Perfeito. Acho que assim chegamos à forma consensual e coloco em votação o parecer do Relator.

Os que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade, com a redação proposta pelo Senador Ramez Tebet.

Passa-se ao Item nº 1.

Estando presente o Senador Francelino Pereira, voltamos ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências. A relatoria foi entregue ao Senador Francelino Pereira, que opinou pela aprovação. No dia 24 de março foi concedida vista conjunta aos Senadores José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Edison Lobão.

O Senador José Eduardo Dutra apresentou voto em separado, concluindo pela rejeição da matéria.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para que apresente seu voto em separado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Acolhemos sem restrições o relatório do ilustre Senador Francelino Pereira. Divergimos, porém, da manifestação de S. Ex<sup>a</sup> favorável à aprovação da proposição, sem a ela oferecer qualquer emenda, muito embora o digno Relator já advirta, em seu voto, para a possibilidade de dispensa de servidores estáveis por mera motivação política, especialmente na órbita de estados e municípios.

Grave também é o fato de que a proposição, tal como é oferecida à consideração do Congresso Nacional, permitirá tratamento sem equidade entre os Poderes, distribuindo de forma desigual os encargos decorrentes de políticas de ajustamento das finanças públicas.

Com efeito, o § 4º do art. 169 da Constituição da República com a redação dada pela Emenda Constituição nº 19, de 1998, fala em ato normativo motivado de cada um dos Poderes para os fins de fixação de diretrizes nessa questão.

Ora, considerado o princípio fundamental de separação e autonomia dos Poderes, a edição de decretos e resoluções administrativas apartadas poderá resultar em ônus exagerados aqui e liberdades acolá. Melhor seria que a legislação infraconstitucional interpretasse a exigência constitucional de norma nessa matéria como lei de iniciativa conjunta em termos similares ao inciso XV do art. 48 do texto constitucional. Nesse sentido, o prévio acordo entre os chefes de Poderes para a propositura do projeto de lei já expressaria por si a harmonia entre a tríade de autoridades jurídico-políticas no equacionamento do ajuste orçamentário.

Além disso, seria necessário explicitar a participação de cada Poder no montante global das despesas orçamentárias e as proposições das respectivas contribuições no corte de despesas. Ademais, a proposição pronuncia indesejável e perigosa anomalia em questão tão sensível. Reportamo-nos especificamente ao fato de que essa lei ordinária transfere para outra lei, também ordinária, a tarefa de definir o que são as atividades exclusivas de Estado. De duas uma: ou a lei não chegará a ser eficaz, condicionando-se a ação do administrador à ulterior definição de quais são os setores realmente típicos da ação estatal ou, enquanto inexistente tal lei especial, abre espaço para transformação de uma discricionariedade em arbitrariedade, com demissões em massa no serviço público, a torto e a direito, na medida em que não haverá balizas a restringir a ação dos governantes.

Por tais motivos, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 9, de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Perguntaria a V. Exª se, pela ordem, eu poderia encaminhar à Mesa um requerimento antes de proferir meu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pode.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, sou Relator do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1999, que dispõe sobre a redução para 16 anos da idade mínima exigida para habilitação de condutores de veículos. Trata-se de mais um dispositivo que começa a tramitar nesta Casa no sentido de modificar o Código de Trânsito, que foi talvez a contribuição mais importante que o Congresso deu, visando a atingir o País inteiro na sua tarefa de legislar nesta Casa.

Lerei apenas alguns trechos da justificativa.

A autorização para que menores de 16 anos possam dirigir veículos, conforme projeto e iniciativa do nobre Senador José Roberto Arruda, certamente vai provocar muita polêmica. A iniciativa tem conexão – e é bom que prestem atenção a esse aspecto – com a Proposta de Emenda à Constituição, cujo primeiro subscritor é também o ilustre Senador José Roberto Arruda, que reduz de 18 para 16 anos a imputabilidade penal – e aí já se trata de uma emenda constitucional. Há uma relação, uma conexão entre as duas matérias.

Sobre essa matéria, igualmente polêmica, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já deliberou promover uma série de audiências públicas. Em princípio, se os menores de 16 anos passarem a ser penalmente responsáveis, nada impediria que eles também pudessem ser autorizados a dirigir veículos. Mas a questão não é assim tão simples. Há outras variáveis envolvidas que precisam ser avaliadas e discutidas pelas autoridades judiciais, policiais e de trânsito, por juristas, lideranças da sociedade e outros especialistas.

Nada mais oportuno do que promover uma ou mais audiências públicas com todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente, nessa matéria. As estatísticas não deixam dúvidas de que muitos acidentes, sobretudo nas grandes metrópoles, são resultado da imperícia e da imprudência de jovens condutores de veículos, as mais das vezes sobre a complacência dos pais ou responsáveis. Os veículos que participam dos “pegas” promovidos na alta madrugada, na periferia das grandes cidades, dos quais quase sempre resultam vítimas fatais, são, na maioria dos casos, dirigidos por jovens.

Ora, reduzir a idade limite para dirigir veículos não significaria estimular, cada vez mais, a participação dessa juventude nesses eventos perigosos e ilegais? É apenas uma indagação. Não estou emitindo conceito pessoal. Estaria um jovem de 16 anos, física e psicologicamente, maduro para assumir a direção de um veículo sem dele fazer uso como uma arma? Seria possível esperar dos pais uma reação responsável, no sentido de reduzir o limite de idade e impedir que filhos despreparados assumissem a direção de veículos apenas por que a lei permite?

Essas e outras indagações serão mais apropriadamente respondidas por juízes de menores, autoridades policiais, representantes de associações de pais, professores e até mesmo entidades estudantis. Esse debate, inevitavelmente, se estenderá a uma variação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade.

Diante desta a justificativa, com mais algumas explicações, que gostaria que V. Exª diligenciasse no sentido da realização de audiências públicas diante de uma matéria que envolve efetivamente o interesse e o empenho da sociedade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria à Secretaria que tomasse com o Senador Francelino Pereira o seu requerimento para que pudéssemos deliberar sobre o mesmo.

Na verdade, na quarta-feira passada, colocamos em discussão a proposta do Senador José Roberto Arruda para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a questão da imputabilidade de pena a menores de 18 anos.

Tendo em vista a audiência que concedi a um grupo numeroso de pais e de familiares de crianças assassinadas por crianças, creio que esse debate é oportuno, não significando nenhum engajamento na tese, mas suscitar o tema para discussão e debate. E há uma conexão direta entre esse assunto e o assunto que V. Exª sugere.

Desse modo, quero colocar também para a discussão e apreciação dos Srs. Senadores a proposta, apresentada sob a forma de requerimento, do Senador Francelino Pereira, para que também se realize uma audiência pública a fim de se debater questão correlata da permissão para que jovens com 16 anos possam receber a carteira de habilitação para conduzirem veículos automotores.

Se estiverem de acordo, marcaremos, sempre numa segunda-feira, à tarde, uma audiência pública específica para debater essa matéria, organizando a pauta por antecipação, identificando as pessoas que

seriam convidadas e as pessoas que fariam exposição, para que pudéssemos tirar o melhor proveito do nosso tempo.

Se estiverem de acordo, fica aprovado, em princípio, o requerimento, e, oportunamente, elaboraremos a pauta da audiência pública, definindo as pessoas que seriam convidadas ou convocadas para manifestarem sua opinião.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, seriam duas audiências distintas?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Creio que distintas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira para discutir a matéria constante do item 1.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, ouvi atentamente o voto em separado do Senador por Sergipe, José Eduardo Dutra. Trata-se, à evidência, de matéria de profunda aspereza. Não é fácil para um cidadão relatar uma matéria dessa natureza. V. Ex<sup>a</sup> encaminhou a mim essa proposição e estou cumprindo apenas meu dever, até porque o debate maior foi travado exatamente em torno da Emenda Constitucional nº 19, que resultou na aprovação da Reforma Administrativa. Esse projeto de lei, que foi amplamente discutido na Câmara e que chega ao Senado, é realmente uma complementação, uma regulamentação de um dispositivo constitucional, que foi cortado por esta Casa, referente à Reforma Administrativa. Aprovada como o foi, continua sendo a matéria polêmica, continua sendo um problema que atingiu e continua atingindo muitas famílias, muitos cidadãos da sociedade brasileira. É o preço que estamos pagando pela desorganização do Estado, pela imprevidência e pela inconseqüência das ações dos homens públicos, inclusive dos políticos deste País.

No parecer, Sr. Presidente, por mais que me aprofundasse no exame da matéria, não tive como fugir do art. 169 da Constituição, que é resultado da Emenda Constitucional nº 19. O dispositivo permite à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exonerarem servidores estáveis, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional e o órgão ou unidade administrativa objeto da redução, quando as despesas com pessoal ultrapassarem os limites definidos em lei complementar, ou seja, a Lei Camata. Há, porém, uma classificação para que se possa chegar a essas

decisões. Primeiro, deverá ser eleito aquele que detiver o menor tempo de serviço público. Para cumprir a Lei Camata, para reduzir a folha de pessoal, comete-se esse ato doloroso. Todavia, estamos falando como homens públicos, e como homem público tenho que cumprir meu dever. Não tenho medo, não tenho receio.

O outro item diz que deve atingir o funcionário com maior remuneração, e o terceiro, o funcionário com menor idade. Esses critérios poderão ser combinados com um critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificados.

Ora, Sr. Presidente, essas são as razões desse projeto. Uma simples, complexa e dolorosa complementação da reforma administrativa, que tramitou nesta Casa por muitos anos e que ainda hoje nos atormenta bastante, mas esse é o nosso dever. O nosso parecer é pela aprovação do projeto.

O voto proferido pelo Senador José Eduardo Dutra tem sua profundidade, sua indignação, mas na verdade pouco acrescenta; apenas alude as hipóteses que podem acontecer pela natureza humana dos homens, que nem sempre são humanos.

Do ponto de vista da formalidade, do ponto de vista da especificidade, a matéria está exatamente ajustada à penosa Reforma Administrativa que votamos nesta Casa, que se destina a consertar com “s” este País.

Esse é meu Parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra e, em seguida, o Senador Amir Lando, para discutir.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, apresentei um voto em separado procurando atender até a liturgia e a elegância dos votos em separado, porque eles vão para o processado, fazem parte de todo o processo. A minha intervenção não precisa ser tão elegante. O Senador Francelino Pereira fez um grande esforço, inclusive elegantemente, para concluir pela aprovação.

No meu voto em separado, eu não optei por apresentar emendas por transformar em iniciativa legislativa as preocupações que enumero no texto, porque ainda estou contaminado pelo espírito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da posição da maioria na legislatura anterior. Se esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania me desmentir, vou ficar muito satisfeito. E quero fazer um paralelo com a discussão que houve no projeto anterior, quando se tratava das atribuições da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



O fato, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que este projeto de lei é muito ruim. Quero me socorrer do jurista desta Comissão. Conheço lei, pelo menos inserido em lei, a expressão lei ordinária, lei complementar, nunca ouvi no bojo de uma lei a referência à lei especial. O art. 3º diz:

“A exoneração de servidor estável que desenvolva atividade exclusiva de Estado, assim definida em lei especial, observará as seguintes condições:..”

A Constituição fala em lei ordinária, fala em lei complementar, lei delegada, mas como a emenda constitucional diz que quem vai definir essa situação de carreiras típicas de Estado é uma lei ordinária, e como esta aqui também é uma lei ordinária, e ficaria meio esdrúxulo numa lei ordinária dizer que lei ordinária vai tratar de carreira típica de Estado, então resolveu-se estabelecer que lei especial, que sabemos que vai ser uma lei ordinária, vai regulamentar as carreiras típicas de Estado, e temos uma lei ordinária fazendo referência a uma outra lei ordinária.

Os aspectos que são citados pelo Senador Francelino Pereira, no seu relatório, são evidentes ao se ler a lei. A definição mais detalhada dos critérios de dispensa dos servidores estáveis, porque há necessidade de se fazer isso. Agora, como a Câmara dos Deputados tratava de critério de eficiência de Congresso, confundindo Congresso com linha de montagem, quer dizer, o Congresso é mais ou menos eficiente pela quantidade de leis que produza, e como havia sido aprovada emenda constitucional que tratava da quebra de estabilidade, e era necessário que a Câmara urgentemente aprovasse a lei regulamentando, então foi aprovado na Câmara e o Senado, mais uma vez, está sendo convocado a carimbar o projeto que veio da Câmara.

O Senador Francelino Pereira diz, com toda a razão, que o meu voto em separado não aponta as alterações. Eu estaria disposto a fazer isso – e estou disposto a fazê-lo – se houver uma manifestação da maioria desta Casa no sentido de que o Senado está disposto a aperfeiçoar a lei, com o seu conseqüente retorno à Câmara dos Deputados. Mas eu precisaria de um sinal, por parte da maioria desta Casa, nessa direção. Se isso acontecesse, eu poderia formular, na forma administrativa, legislativa, a tentativa de se contornarem esses pontos que são apresentados no meu relatório e no próprio relatório do Senador Francelino Pereira.

O fato é que a lei que iria regulamentar a modificação da Constituição, que quebrou a estabilidade.

Quero lembrar que, quando foi aprovada essa modificação, também nesta Casa, foi muito enfatizado, no plenário do Senado, que se estava quebrando a estabilidade, mas a lei iria garantir o direito de defesa, a lei iria impedir a perseguição política, a lei iria impedir as arbitrariedades. Porém, o fato é que a lei não impede nada disso, porque joga tudo para Atos Normativos dos Poderes.

Todos sabemos, Sr. Presidente, o que poderá significar isto: Atos Normativos dos Poderes, principalmente em nível estadual e, mais principalmente ainda, em nível municipal.

Então, Sr. Presidente, essa é a questão. É uma lei muito ruim. Dentro da lógica, aprova ou não aprova, voto contra. Se esta Comissão realmente estiver disposta a fazer eco às promessas que foram feitas pelos Líderes da maioria quando da aprovação da emenda constitucional, vamos lembrar inclusive que, na ocasião, houve até uma manobra da maioria para não se permitir destaque sobre a questão da estabilidade, tal era a preocupação que havia entre os Senadores. E a promessa era que a lei iria regulamentar de forma a se evitar esses perigos que são inclusive alertados pelo relatório do Senador Francelino Pereira.

A palavra está com a Comissão, se realmente ela quer exercer a sua função na plenitude regimental, que foi tão citada na discussão da matéria anterior; se a Comissão quer exercer essa plenitude regimental na aprovação dessa lei tão importante.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Amir Lando para discutir a matéria.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, realmente me preocupa a dicção legal estabelecida no projeto em pauta. Não há dúvida de que dispõe sobre normas gerais para perda de cargos públicos por excesso de despesas e dá outras providências.

Entendo que uma norma geral tinha que fixar critérios de como serão construídos esses atos normativos e, também, aludindo para o fato de que isso implica no universo dos Estados e Municípios até para os atos normativos ou atos legislativos que os Estados e Municípios queiram adotar.

Teria que haver critérios. Ela é realmente uma lei que dispõe sobre normas gerais, mas não podem ser tão generalizadas para se tornarem normas vazias. Trata-se de uma lei em branco; é uma lei que não diz nada. Poderia dizer o seguinte: “demitam como quiserem, exceto, levem em conta o critério de menor tempo de serviço, maior remuneração, menor idade”. E, ainda, vejam bem que o ato deve contar o prazo de pagamento da indenização pela perda do cargo. Pode

ser dez anos; poderíamos colocar, talvez, 30 anos, para se garantir ao menos 30 anos.

Acho que aqui é legislar no parâmetro da inutilidade. Essa é uma lei inútil, uma lei desnecessária, uma lei que não acrescenta nada; uma lei que é melhor deixar como está na Constituição, e cada um aplica o que nela já está prescrito.

Realmente, essa lei me envergonha, como legislador, de dizer que um dia tivesse feito uma lei desse jaez. Poderia aqui agregar uma série de argumentos nesse sentido, mas a indignação me leva a tal ponto que permaneço até inerte, porque, quando vejo uma iniciativa desse naipe, realmente me preocupo com a qualidade legislativa. Dever-se-ia realmente destacar quais critérios de maneira concreta e objetiva, e não, então, deixar uma norma para o ato normativo definir todos os critérios. Acho que estamos aqui para definir critérios, e os critérios essa lei, infelizmente, apenas toca indelevelmente, de maneira tão iníqua, que seria uma lei até desnecessária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, o Senador Álvaro Dias, para discutir.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, a sociedade cobra a reforma do Estado. Fazemos eco às cobranças da sociedade, assistindo à modernização da estrutura administrativa do setor privado e lamentando o conservadorismo do setor público, a manutenção de estruturas arcaicas, ociosas, com superposição de ações, gastando muito. E o que estamos assistindo, em alguns Estados, é a produção de alguns monstros de natureza jurídica com o objetivo de driblar a lei Camata, fugindo aos efeitos dela no que diz respeito à relação receita e despesa de pessoal. Isso é pior aliás, muito pior do que essa lei. Entidades constituídas injuridicamente.

É evidente que o nosso desejo especialmente de quem foi Governador, como V. Ex<sup>a</sup> – é de ver o Estado moderno. E a modernização do Estado passa pela necessidade de instrumentos que cabe aos legisladores fornecer. A Constituição por si só não é suficiente para que se avance na reforma administrativa pretendida nos Estados.

Lembro-me da experiência vivida quando Governador. Em duas etapas de reforma administrativa avançamos substancialmente. Quando chegamos à terceira etapa da reforma administrativa, surgiu a estabilidade do servidor público, e, com isso, comprometeu-se a continuidade do processo de reforma da Administração Pública no País. Temos que encarar essa realidade. Os servidores privados são demitidos, competem de forma exacerbada na busca do emprego e do salário, e o servidor público tem deter-

minados instrumentos de proteção que garantem a ele – muitas vezes até mesmo aos ociosos – a garantia do emprego.

Então, é óbvio que a lei, como diz o Senador Eduardo Dutra, essa proposta de lei, como diz o Senador Amir Lando, é imperfeita. Gostaria de vê-la aperfeiçoada.

O meu voto é favorável, assumindo o compromisso de aprovar propostas alternativas, que alterem o texto do atual projeto, especialmente porque ouvimos do Senador José Eduardo Dutra a sua disposição de apresentar nesse sentido a sua ação política com o objetivo de melhorar a proposta que vem da Câmara. Se for possível, ainda na tramitação, talvez retirar de pauta, atendendo a sugestão do Senador José Eduardo Dutra, para apresentar emendas, porque o Senador está-se comprometendo a apresentar emendas, creio que essa seja a solução mais adequada para não desperdiçarmos uma iniciativa que tem um objetivo sério, que é a modernização do Estado. E foi esse também o objetivo do Senador Francelino Pereira, ao proferir o seu parecer favoravelmente. S. Ex<sup>a</sup>, que tem essa experiência de administrador, sabe da importância de instrumentos legais que permitam, a quem governa, modernizar o Estado.

**O SR. AMIR LANDO** – Senador, um breve aparte.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Pois não.

**O SR. AMIR LANDO** – Quando fiz essa observação – evidentemente que leio o projeto agora e não participei das discussões anteriores –, limitei-me a fazer essa crítica exacerbada até. Mas é para mostrar que, se houvesse essa oportunidade, seria o momento de corrigir aqueles critérios, para não serem criados, inclusive, monstros, como V. Ex<sup>a</sup> disse, para driblar a lei. Porque como está aqui tudo é possível, até driblar essa disposição constitucional.

Então, acho que não é só para a garantia até dos servidores; é para a garantia da própria eficácia da norma constitucional, porque, senão, ela ficará uma norma em aberto.

Era essa a questão.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – É evidente que a preocupação do Senador Eduardo Dutra no que diz respeito à politicagem na demissão de funcionários, que encontra ressonância entre todos nós. Mas é necessário criar mecanismos jurídicos que impeçam o exercício dessa atividade nociva àquilo que pregamos. Sem dúvida, quando falamos em “monstros”, há Estados que fazem verdadeira magia para driblar a Lei Camata. Nem o Mr. M seria capaz de desvendar

os mistérios-das mágicas que estão sendo urdidas em alguns Estados da Federação para driblar a legislação.

Portanto, Sr. Presidente, como sabemos da eficiência, da competência e da agilidade do Senador José Eduardo Dutra, receberemos de volta, imediatamente, ou dentro de pouco tempo, as correções necessárias ao texto desta Lei.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Um esclarecimento: esta matéria não é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, portanto, é passiva de receber emendas em diversas fases do processo. Assim, ela pode ser votada ou não, podendo ser emendada em outras etapas do processo legislativo.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, o eminente Senador Francelino Pereira faz um observação da maior seriedade quando, no bojo do seu parecer, declara que “deverão ser adotadas medidas destinadas a evitar que eventuais dispensas possam ocorrer por mera motivação política”. E não satisfeito, ainda ressalva: “Daí a necessidade de assegurar-se aos eventuais atingidos o mais amplo direito de defesa”. S. Ex<sup>a</sup> demonstra que há um silêncio nesta Lei que violenta – conforme já ressaltou o Senador Amir Lando – todos os bons princípios de Direito Constitucional. A seguir, o Senador José Eduardo Dutra acolhe, sem restrições, o Relatório, ou seja, está de acordo com ele, desde que se faça uma emenda compatível.

A média das opiniões ouvidas e agora mesmo o Senador Álvaro Dias, com a sua experiência de Governador, fez questão também de dar o seu apoio – é no sentido de aprimorar o texto. Se V. Ex<sup>a</sup> puser em votação a proposta que agora faço no sentido de se retirar a matéria de pauta, e os eminentes Senadores Francelino Pereira e José Eduardo Dutra fariam as correções, esparcariam as dúvidas que ficarão, e já sairia desta Comissão, que é a competente para tanto, devidamente escoreita a matéria, para que não se tome outra medida mais adiante.

Sr. Presidente, era essa a minha sugestão que, tenho certeza, dará oportunidade ao Senador Francelino Pereira de colocar todas as suas observações já no texto como o produto de uma emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Antes de colocar a proposta do Senador Bernardo Cabral em votação, concederei a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, que estava inscrito, e aos Senadores Romeu Tuma e Jefferson Péres. Posteriormente, coloca-

rei em pauta, se V. Ex<sup>as</sup> julgarem conveniente, a proposta do Senador Bernardo Cabral.

**O SR. DJALMA FALCÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pois não, Senador Djalma Falcão.

**O SR. DJALMA FALCÃO** – Eu gostaria de me inscrever para falar sobre a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pois não.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Serei breve. Primeiro para lembrar que o art. 1º do projeto limita a questão do funcionário estável quando diz: “esta lei regula a exoneração do servidor público estável com fundamento no §4º, seguindo o art. 169 da Constituição Federal.”

O que é funcionário estável? É aquele que tinha estabilidade antes da mudança da Constituição? É aquele que tem carreira de Estado, que nem sabemos quais são? Então, vamos falar em estabilidade sem termos as informações ou a lei que discipline quem terá direito à estabilidade: os diplomatas, os funcionários do Banco Central, do Fisco? Enfim, não se sabe.

Segundo ponto: recentemente tramitou por essa Comissão – fui o Relator – um projeto de lei, também de iniciativa do Executivo, sobre a Lei Camata, reduzindo o gasto máximo da União com pessoal de 60% para 50% e concedendo um prazo de mais dois anos aos Estados para se adaptarem, sendo que teriam que fazer dois terços das mudanças já no primeiro dos dois anos. Ali estão realmente listadas as situações, as condições, para promover demissões. A primeira tentativa seria a de reduzir cargos em comissão e assim por diante.

Essa matéria não pode ser examinada ignorando-se a outra, porque há uma conexão que julgo importante. A matéria, salvo engano, está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos. Essas dúvidas levantadas aqui são pertinentes, e, talvez, precisaríamos esclarecer melhor essas questões, inclusive analisando essa matéria que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já aprovou, que trata da alteração na Lei Camata.

Dessa forma, tendo a aceitar a proposta do Senador Bernardo Cabral.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, quando poderei falar?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como Relator, V. Ex<sup>a</sup> poderá falar no momento em que V. Ex<sup>a</sup> desejar, com muito prazer.



**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Vamos conversar aqui como homens públicos.

Eu disse que o projeto efetivamente tem um componente doloroso. Agora, será estranho se também não assumirmos a responsabilidade, diante da clareza do texto, pela aprovação da Emenda Constitucional nº 19, que se transformou num dispositivo constitucional.

Trata-se de um projeto que está amplamente esclarecido. Examinei-o detidamente. Tive até vontade de devolver o projeto a V. Exª e só não o fiz porque tenho muita admiração, muito respeito e até muito amor por V. Exª e, principalmente, por seu pai. Não o devolvi, porque penso que o projeto foi amplamente discutido. Acompanhei esse debate na Câmara dos Deputados e fiquei torcendo para que ele fosse aprimorado. Houve um esforço muito grande nesse sentido.

Esse aspecto levantado pelo Senador Lúcio Alcântara – não vou elogiá-lo, porque S. Exª já é muito elogiado – não tem nada a ver com a outra questão. Modificando-se a Lei Camata, automaticamente há uma repercussão e imediatamente se atinge o dispositivo que estamos votando, apenas os percentuais. Ainda há pouco, o Estado do Espírito Santo tomou a decisão de reduzir para 50% o teto da Lei Camata. Dessa maneira, o projeto é claro e límpido; perfeito não é, até porque não somos perfeitos.

Gosto de assumir responsabilidades. Não gosto de fugir da responsabilidade. Como Governador do Estado, os momentos mais importantes da minha vida foram aqueles em que assumi posições que, embora não agradassem a muitos, faziam com que, na verdade, eu cumprisse o meu dever de homem público.

Se adiarmos essa votação, o projeto volta para mim e para o meu Colega e amigo, o Senador representante do Espírito Santo. Para quê? Para reformarmos o projeto e estudá-lo? Todos sabem que há uma certa urgência na aprovação desse projeto, até para que não se fique sem um norte, sem uma orientação.

Dessa forma, sou inteiramente contrário à delonga na aprovação desse projeto. Sou favorável à sua aprovação. Não sou favorável a que se promova argumento para adiar uma solução que hoje ou amanhã virá, porque já deliberamos por ocasião da Emenda Constitucional nº 19.

Reitero a minha posição favorável à aprovação do projeto, fazendo votos para que todos nós, inclusive o Senador que fala e o meu Colega, José Eduardo Dutra, estudemos a matéria, mas vamos fazer um compromisso nesse sentido. Não é o que se fala todo

dia de ir para a Câmara ou para o Senado. Vamos estudar e ver se algum aspecto...

Eu não alcancei nada que pudesse, no momento, aperfeiçoar, a não ser contrariando a Emenda Constitucional nº 19, e a matéria seria inconstitucional.

Sou favorável à aprovação do projeto, assumindo a responsabilidade – esse é o nosso dever.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Djalma Falcão.

**O SR. DJALMA FALCÃO** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi atentamente toda a discussão que se travou em torno desse projeto, que pretende disciplinar a demissão de funcionários por excesso, na União, nos Estados e no Distrito Federal.

Ouvi inicialmente uma declaração que me chamou a atenção, do Senador Francelino Pereira, de que o projeto que estamos discutindo é uma dolorosa complementação da reforma administrativa.

Penso que essa expressão do Senador Francelino Pereira...

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Do ponto de vista humano.

**O SR. DJALMA FALCÃO** – Exatamente. A sensibilidade humana de V. Exª é que o levou a fazer essa declaração. Mas ela também implica no reconhecimento do Relator de que a reforma administrativa foi dolorosa para o funcionalismo público de um modo geral.

Eu ainda não me encontrava nesta Casa quando ela tramitou e foi aprovada. Mas, ao aqui chegar, declarei através da TV Senado que se estivesse no exercício do mandato naquela oportunidade a minha consciência social não permitiria que eu votasse favoravelmente à matéria, embora compondo a base de sustentação parlamentar do Governo, porque entendia, como entendo agora, que ela agrediu direitos, conquistas sociais do trabalhador público brasileiro e agrediu também o próprio texto da Constituição Federal ao abolir o instituto da estabilidade do servidor público.

Nesse ponto, ela atentou contra o princípio constitucional que não permite agressões ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada e ao direito adquirido. E realmente era um direito adquirido do funcionalismo público o da estabilidade.

Há uma questão teórica ao argumento de que ninguém pode arguir direitos adquiridos contra a Constituição. Penso que esta é uma questão meramente teórica, porque, no meu entendimento, o dispositivo que assegura que não se pode atingir o direi-

to adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada deveria ser considerado como cláusula pétrea da Constituição Federal.

Já estou providenciando a apresentação ao Senado Federal de uma emenda constitucional que transfere a matéria de um dos incisos do art. 5º da Constituição Federal, referente aos direitos e garantias individuais, para aquele artigo que limita a apresentação de emendas à Constituição Federal.

Sr. Presidente, pelo que pude perceber aqui, há um consenso em relação a uma proposta que considero mais do que oportuna, a proposta do Senador Bernardo Cabral. Certamente essa proposta originou-se do voto do Senador José Eduardo Dutra, que subscrevo e subscreveria a qualquer instante. É de muito bom-senso o voto em separado do Senador José Eduardo Dutra. O projeto de iniciativa do Executivo aponta critérios para a demissão de pessoal, a fim de que se ajustem os gastos em função da receita dos Estados, da União e dos Municípios com as suas despesas de pessoal. Esses critérios são: primeiro, que atinja o de maior salário, menor idade, parece-me, e que tenha menor tempo de serviço.

Não estou aqui me dirigindo a leigos, Sr. Presidente, estou falando para quem, como eu, político, conhece a realidade brasileira. Portanto, é do conhecimento de todos que, talvez na totalidade dos estados da Federação brasileira, era prática comum admitir pessoal à revelia das exigências constitucionais, daquela exigência fundamental da prestação de concurso público de provas ou de provas e títulos. O próprio Congresso Nacional Constituinte reconheceu essa realidade brasileira ao assegurar, nas suas disposições transitórias, estabilidade para servidores que, na época da promulgação da Constituição, contassem com pelos menos cinco anos de exercício em função pública. Então, nós conhecemos essa realidade.

Além desses critérios sugeridos pelo Executivo para a dispensa de funcionários, Sr. Presidente, podemos sugerir outros. Por exemplo: a demissão de funcionários que não foram admitidos por concurso público ou de funcionários que chegaram a postos mais elevados da Administração Pública por meio dos institutos freqüentemente usados de promoção, ascensão funcional. Não devemos nos restringir aos três critérios sugeridos pelo Executivo – que para mim são insuficientes – para regulamentar a reforma constitucional, a reforma administrativa.

Acho absolutamente procedente a proposta do Senador Bernardo Cabral e a ela me filio. Apelo para que a proposta de lei do Executivo seja aprimorada,

pois não vejo nenhum inconveniente em se retirar de pauta a sua discussão e dar oportunidade a que a própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a aperfeiçoe. Posteriormente, como disse V. Exª, nas demais etapas legislativas, poderão ser apresentadas emendas que modifiquem a nossa proposta. Mas por que não a proposta já sair modificada e aperfeiçoada da própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado?

De sorte que, com essas considerações, se o projeto for votado hoje, peço permissão para subscrever o voto do nobre Senador José Eduardo Dutra. Mas espero que a Comissão, num ato de bom senso, Sr. Presidente, atenda à proposta do nobre Senador Bernardo Cabral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, para discutir.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, respondendo pela Liderança do Governo, eu não poderia deixar de me manifestar. Prestei muita atenção a todos os Parlamentares que, aqui, se pronunciaram a respeito deste assunto, que é bastante sério. Li, com atenção, o relatório do nobre Senador Francelino Pereira. Penso que o art. 2º remete ao relatório do nobre Senador Francelino Pereira – se eu não estiver certo, peço ao nobre Senador que, por favor, me corrija.

No parágrafo lido pelo Senador Bernardo Cabral, com muita inteligência, consta, na definição mais detalhada dos critérios de dispensa, que é importante evitar eventuais dispensas que possam ocorrer por mera motivação política. E prossegue: "... daí a necessidade de assegurar-se aos eventuais atingidos o mais amplo direito de defesa, tanto na esfera administrativa como na órbita judiciária."

Como vai caber a responsabilidade da regulamentação a ato normativo do chefe de cada Poder – da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal –, esse alerta do nobre Senador Francelino Pereira, sem dúvida, ficará incorporado ao ato normativo, até porque qualquer cidadão brasileiro tem o direito de peticionar junto à Justiça quando se sentir injustiçado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Nobre Senador Romeu Tuma, com todo respeito a V. Exª, os atos

normativos que serão feitos pelos governos estaduais e municipais deverão prestar obediência à lei.

**O SR. ROMEU TUMA** – Não há dúvida...

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – E não aos comentários que o nobre Senador Francelino Pereira faz no seu relatório. Mas a lei não estabelece nenhuma garantia para que esses atos normativos contemplem as preocupações do nobre Senador Francelino Pereira.

**O SR. ROMEU TUMA** – A lei, inclusive, gera critérios para a dispensa. Quais serão os atingidos? Participando de várias reuniões, lendo os jornais, acompanhando de perto a situação econômico-financeira do País e a falta de estabilidade econômica, percebemos que tudo implica uma série de procedimentos que o Legislativo, infelizmente, tem que adotar, mas, por razões sentimentais, sentimo-nos constrangidos diante de algumas decisões.

Sou funcionário público; não me aposentei ainda. Estou há 43 anos em atividade e, portanto, fui desde agente de Polícia até delegado, passei por chefias e diretorias. Sei como é difícil a dispensa, como também é revoltante quando há demissões sem critério, quando não há concurso. A minha longa vida no trabalho, quase meio século, deu-me a noção exata do que é a atividade de funcionário público. E bem falou, sobre as nomeações feitas dispensando-se qualquer critério, contando apenas o critério político, o nobre Senador que me antecedeu.

Lembro-me de histórias, Sr. Presidente, que amarguravam: no tempo em que não havia os concursos públicos, aquele cabo eleitoral, o mais incompetente, que não tinha formação, servia para ser policial. Ele era aquele investigador que, no início das nossas carreiras, chamávamos de bate-pau, porque, às vezes, não tinham absolutamente a sensibilidade da investigação, sempre agindo pela violência.

Portanto, esses critérios que estão, hoje, um pouco duros nesta reforma administrativa, mas penso que são necessárias para dar espaço ao Governo a fim de que ele alcance o que todos reclamamos: a estabilidade econômica do País. No entanto, os indicadores da Lei Camata apontam que, se as despesas do orçamento ultrapassarem o limite de 60%, os Estados e Municípios jamais conseguirão a estabilidade nem conseguirão fazer frente às dificuldades que por aí virão.

Portanto, com todo o respeito ao Sr. Senador José Eduardo Dutra, que se pauta em critérios sábios, fruto de profundo estudo para fazer uma proposta, fico com o relatório do Senador Francelino Pereira, que também não deixou de pensar no sentimento hu-

manitário que esta lei poderá trazer em caso de dificuldade. Mas saliento que esses princípios de alerta que S. Ex<sup>a</sup> passou para os Poderes que baixarão os critérios normativos poderão figurar nessas normas, uma vez que essa lei, já aprovada, poderá, se reformulada, retardar muito a última peça da reforma administrativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Está em pauta o requerimento com a sugestão apresentada pelo Senador Bernardo Cabral.

Sobre ele deseja alguém manifestar-se?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Eu estava inscrito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Pois não. Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, para encaminhar sobre o requerimento.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, fui contra a quebra da estabilidade votando contrariamente por entender que ela não é uma garantia apenas do servidor público mas também, e sobretudo, do serviço público. Tenho sempre em mente a consciência de que o Brasil não é Suíça, de que o Brasil não é apenas Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo; o Brasil é também aquele país dos régulos regionais e dos sóbrios municipais. Tenho muito medo do que possa acontecer nesses lugares com a quebra da estabilidade. Mas, ela passou, está na Constituição, e eu estou disposto a votar a favor de uma lei que regule adequadamente esse dispositivo.

Entretanto já vimos, Sr. Presidente, que esse projeto de lei não é bom; o próprio relator externou seus temores em relação ao que possa acontecer. O Senador José Eduardo Dutra já falou na edição de atos normativos de um dos Poderes. O prefeito municipal vai baixar um ato sem ouvir sequer a Câmara. Dentre os três critérios de demissão, pode-se escolher um, Sr. Presidente, não é nem uma combinação de todos. O critério pode ser simplesmente o de menor idade, por exemplo, funcionários com menos de trinta anos. É um critério bom? Lei especial vai definir o que é carreira típica de Estado, mas essa lei será federal? Serão leis estaduais e municipais? Creio que carreira típica de Estado deveria ser definida na Constituição porque se liga às atividades fins do Estado. Deixar isso a critério de uma lei local...

Enfim, Sr. Presidente, voltando ao requerimento do Senador Bernardo Cabral, creio que ele é ditado pelo bom senso e deveríamos tentar aqui o acordo porque eu gostaria de votar a favor da matéria. Mas, se esse projeto for votado hoje, serei, a contragosto, obrigado a votar contra.



**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Bello Parga, para discutir.

**O SR. BELLO PARGA** – Sobre o requerimento, Sr. Presidente, entendo que a matéria, como se nos apresenta, está suficientemente instruída e nos permite votar.

Com todo o respeito que merecem os conhecimentos e a experiência do Senador Bernardo Cabral, adiar a votação para que, em conjunto, os Senadores Francelino Pereira e José Eduardo apresentem uma versão aperfeiçoada da matéria não me parece algo prático de se realizar. Não vejo como, pelas suas manifestações, neste plenário, ambos possam ser capazes de, tempestivamente, apresentar uma emenda. Isso seria relegar a proposição ao limbo. De maneira que me manifesto contra o requerimento de adiamento, solicitando que a matéria seja colocada em votação. Aqueles que desejarem ignorá-lo terão oportunidade de fazê-lo até o final da discussão no Plenário da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa para discutir.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, esta lei traça normas gerais, respeitando a competência do Estado e do Município, nas quais estão fixadas orientações que devem ser adotadas. Há que se dizer que se trata de uma lei imperfeita ou incompleta. Essa é uma observação respeitável. Mas, quanto mais regras forem definidas e traçadas, mais irá diminuir a competência dos Estados e dos Municípios. É preciso que se atente para esse aspecto da lei. É necessário que cada Estado e cada Município a complemente.

Há, portanto, que se considerar, por um lado, que não é o Governador sozinho que vai traçar essas normas, e, sim, o Governador e o Poder Legislativo das Assembléias. Por outro lado, não é o Prefeito sozinho que tem que agir de acordo com a Câmara Municipal. Logo, ela resolve por inteiro a situação.

Dir-se-á que ela pode ser aperfeiçoada. Sim, toda lei pode ser aperfeiçoada. A exigência de lei especial que o Senador José Eduardo Dutra estranhou é comum, para que não se perca em um ato normativo que trate de vários assuntos. Portanto, tem-se que atentar à disciplinação da lei.

Por outro lado, a emenda da reforma administrativa terá que ser concluída. Sem essa lei, ela não será executada. A reforma administrativa não veio por acaso, mas pela necessidade de se dar novos rumos ao Estado, da mesma forma que essa lei precisa ser complementada. É fácil demitir? É fácil exonerar? V. Ex<sup>a</sup> sabe que não, pois foi Governador. Tantos que já foram Governadores sabem disso. Mas não há outra

fórmula ou solução. Temos que admitir que, sem esse corte de despesas, sem esse limite, Estados e Municípios continuarão inviáveis. Não é possível que, com uma despesa de 70% com pessoal, admitir-se que este Estado tenha condições de administrar.

De maneira que entendo que essa lei atende à execução da emenda da reforma administrativa e que não há qualquer prejuízo em que se vote a matéria agora, porque, no curso da tramitação legislativa, poderão ser apresentadas emendas com a finalidade de aperfeiçoá-la e complementá-la.

Esse, portanto, é o meu voto.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – O propósito, de uma forma geral, é no sentido de um pouco mais de tempo para o possível aperfeiçoamento da proposição. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que seria mais razoável o adiamento. E faço o requerimento, para o qual peço preferência em relação à proposta do Senador Bernardo Cabral, de adiamento da discussão, solicitando, desde logo, ao Senado, particularmente ao autor do voto em separado e ao próprio Relator, que se debrucem sobre o projeto para o seu aperfeiçoamento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Quero indagar ao Presidente a que horas S. Ex<sup>a</sup> pretende encerrar os trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Creio que não podemos ultrapassar o horário de 13h30min.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, quero concordar com a posição assumida pelo Relator, porque se tivermos oportunidade de nos debruçar sobre ela e, quem sabe, aperfeiçoá-la, poderemos defender ou votar com mais clareza a lei. Há problemas de fato e creio que, havendo tempo para analisar, havendo tempo para o Relator ouvir e discutir com os demais Senadores, sairemos ganhando.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, ficou muito claro. O adiamento não é para que todos se dirijam ao Relator, mas para que todos se dirijam a cada um. E cada um tem o dever – anotei aqui quem falou – de trazer a sua contribuição o mais rapidamente possível, talvez na próxima semana, para o aperfeiçoamento deste projeto.

O meu parecer já foi dado. Se chegar alguma contribuição valiosa, evidentemente vamos opinar fa-

voravelmente. A convocação está feita, especialmente àqueles que se opuseram ou estão se opondo à aprovação do projeto neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, quero apenas informar à Comissão que, em tendo sido adiada a apreciação da matéria, retiro o voto em separado, que conclui apenas pela rejeição. Apresentarei um outro, com modificações à lei.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Qual é o prazo do adiamento?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Bernardo Cabral havia apresentado um requerimento coincidente com o pensamento do Senador Francelino Pereira, que pede preferência para a votação de requerimento de igual teor. Acho justo votarmos o requerimento do Senador Francelino Pereira, que é o Relator da matéria.

Em discussão o requerimento do Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Qual é o prazo do adiamento?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Já vamos decidir. Vamos primeiro votar o requerimento; em seguida decidiremos o prazo.

Em votação.

Os que estiverem de acordo com o adiamento da apreciação da matéria permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

É evidente que a matéria é de enorme interesse do Poder Executivo. É peça fundamental na reforma administrativa. Emendas poderão ser apresentadas no curso do processo legislativo. Modificações podem ser feitas em qualquer momento, mas é urgente que a Comissão se manifeste sobre a matéria.

Então, está decidido que a matéria constará da pauta da próxima reunião, como Item 1.

Quanto à solicitação do Senador Francelino Pereira de que as sugestões de aperfeiçoamento do texto lhe cheguem com a maior brevidade possível, a Presidência encarece para que isso efetivamente aconteça, a fim de que possamos realmente, na próxima quarta-feira, apreciar a matéria, que constará da pauta como Item 1.

Fica, portanto, adiada a matéria para a próxima semana, para a reunião de quarta-feira.

Passemos ao Item 3 da pauta.

Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, ao Substitutivo da CCJC ao Projeto de Lei da Câmara nº 21/97, que

dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias de corpos de bombeiros, militares e civis.

Relator, Senador Romeu Tuma, a quem concedo a palavra.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Em relação à matéria anterior, peço a V. Ex<sup>a</sup> que transmita à Casa o prazo até segunda-feira, às 17 horas, para que os Senadores apresentem suas sugestões, a fim de que haja tempo de as examinarmos antes da reunião de quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aos presentes a comunicação está feita. A Secretaria se encarregará de comunicar, por ofício, a orientação ou sugestão do Senador Francelino Pereira aos demais membros da Comissão.

Com a palavra, para oferecer seu parecer, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, este projeto já foi discutido. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, vou referir-me apenas às duas emendas apresentadas durante a discussão, às quais dei parecer favorável. A de nº 1 pede a supressão do inciso V do art. 3º, que trata da demissão por incompatibilidade com atividade policial. Permite que o próprio policial faça um recurso e possa ser tratado no caso de essa incompatibilidade advir da própria atividade policial. A outra é a Emenda nº 2, que pode permitir a troca da expressão "junta médica" por "junta especial de saúde", termo novo que as polícias têm usado em seus regimentos internos, para o tratamento de cidadãos que, por algum motivo, caem em vícios. Trata-se de emenda de redação. Ela corrige um pouco. Continuamos com o projeto original atendendo às duas emendas que foram solicitadas pelos Srs. Senadores e por grande parte das corporações militares.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Romeu Tuma queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 4:

Proposta de Emenda à Constituição nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho. O Relator é o Senador Jefferson Péres, que oferece parecer pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo nº 01 da CCJ, ratificando as decisões anteriores desta Comissão, contido nos Pareceres nºs 681/97 e 308/98.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Há **quorum**, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sim, há **quorum**. Estão presentes 12 Srs. Senadores.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres membros, estamos acompanhando os trabalhos desta Comissão, mesmo não sendo membro titular ou suplente, acompanhando o debate democrático, as decisões pertinentes que aqui foram tomadas e os temas do mais alto significado que hoje foram discutidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, pedimos a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para uma questão de ordem que levantamos ontem no plenário. Infelizmente, alguns Senadores já não se encontravam presentes. Considero importante – além da questão de ordem, apresentei um requerimento à Mesa do Senado – que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também tome conhecimento. Peço licença para ler os termos da questão que apresentamos no plenário, pois queremos que esta Comissão analise e delibere a respeito.

Nossa questão de ordem, apresentada ontem, diz o seguinte:

“Nos termos dos arts. 413 e 408 do Regimento Interno, indago da Presidência esclarecimentos a respeito da decisão publicada à página 3276 do **Diário do Senado Federal**, nº 22-A, de 24 de fevereiro do corrente, que arquivou definitivamente, nos termos do art. 332 do Regimento Interno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/98. A referida proposição, por força da aprovação do Requerimento nº 626/98, passou a tramitar em conjunto com a proposta de Emenda à Constituição nº 63/95, matéria incluída na pauta da reunião da CCJ na data de hoje.

Na tramitação em conjunto, a proposição deixa de ter seu curso autônomo para seguir a mesma tramitação da matéria à qual está anexada. Portanto, a nosso ver, não pode a Presidência ou a Secretaria-

Geral da Mesa anular a decisão do Plenário que aprovou o retrocitado Requerimento, nº 626, de 1998, para tornar sem efeito a tramitação em conjunto, destinando ao arquivo a proposta anexada. Somente mediante a retirada do referido requerimento pelo autor, na forma prevista no art. 256, do Regimento Interno, poderia a PEC nº 19/98 ser arquivada, nos termos do art. 332 do mesmo Regimento, em razão do final da legislatura.

Ademais, o art. 332 excetua do arquivamento as proposições originárias da Câmara, ou por ela revisada, e as com parecer favorável das Comissões.

Ora, de acordo com o art. 211, § 3º, do Regimento Interno desta Casa, requerimento constitui espécie de proposição. O Requerimento nº 626, de 98, ao ser aprovado em Plenário, recebeu parecer favorável do órgão de maior poder de deliberação desta Casa, que é o Plenário.

Por conseguinte, tal decisão tem o poder de suplantar, inclusive, parecer de Comissão. Quem pode o mais; pode o menos, como ensina a mais elementar hermenêutica jurídica. Isso implica reconhecer que o Plenário deseja que a Casa examine também a PEC nº 19/98, enquanto estiver sendo analisada a matéria principal, a PEC 63/95.

Torna-se, portanto, indispensável que a Comissão e, posteriormente, o Plenário, aprecie a proposta de emenda à Constituição anexada, respondendo se deve ser rejeitada, aprovada ou ter o seu conteúdo incorporado total ou parcialmente à proposta principal.

Em resumo, pergunta-se se o Requerimento nº 626/98, aprovado em plenário, não foi retirado pelo autor, continua válida a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a PEC nº 63/95.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o eminente Senador Josaphat Marinho, ilustre jurista, salientou que “quando essa matéria veio à votação, anteriormente ao nosso conhecimento, comecei a debetê-la, sustentando a inconveniência da supressão da representação classista”. S. Ex<sup>a</sup>, então, entrava no mérito. Mais adiante, afirma: “tive a iniciativa do requerimento que pedia o sobrestamento da matéria até que venha o projeto de reforma do Poder Judiciário”. Ainda acrescentava que “várias lideranças ouvidas manifestaram a sua aquiescência a esse encaminhamento”. E mais: “A Comissão poderá opinar pelo sobrestamento, até a vinda do projeto de reforma geral do Poder Judiciário”.

Sr. Presidente, o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, que, naquele momento, presidia a sessão, disse ao Senador Josaphat Marinho: “Apenas para que V. Ex<sup>a</sup> possa continuar o seu raciocínio bri-



lhante, como sempre, acredito que a Comissão não pode tomar uma posição contra a decisão do Plenário. Decidindo o Plenário o que é o Poder Judiciário, penso que a Comissão não poderá fazer o contrário. Agora, irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas ela não poderá modificar, a não ser uma decisão do Plenário em sentido contrário”.

Sr. Presidente, nesses termos, apresentamos essa questão de ordem. O Senador Ademir Andrade, que presidia a sessão, entendeu que era pertinente a nossa manifestação, por estar havendo uma interpretação do Regimento que precisa ser melhor esclarecida. Para isso, nada melhor que a própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que se está analisando a interpretação, a letra fria do Regimento em situações diferentes com decisões iguais.

Uma situação é um projeto apresentado na Casa que não obteve nenhuma deliberação – nomeação de relator ou distribuição. Infelizmente, isso às vezes acontece. Outra situação é um projeto deliberado pelo Plenário, a instância máxima de decisão, para que ele passasse a tramitar e ser analisado conjuntamente com um projeto que tinha parecer favorável desta Comissão. A PEC nº 19, que trago à consideração, tinha o parecer do Senador Djalma Falcão pela aprovação; a partir do momento em que o Plenário estabeleceu que ela tinha que tramitar conjuntamente, deixou de ser uma matéria autônoma, que pudesse, por deliberação da Mesa, ser arquivada.

Apresentei, então, um requerimento. O Senador Ademir Andrade disse, inclusive, que levará à Presidência a análise dessas situações, porque, só no fim da legislatura passada, mais de 140 matérias dos Srs. Senadores foram arquivadas. E vemos que situações diferentes estão sendo tratadas da mesma forma.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto ao requerimento que entregamos à Mesa ontem, diante destas ponderações, solicitamos que a CCJC opine sobre a decisão da Secretaria-Geral da Mesa, conforme previsto no art. 101, inciso IV, do Regimento Interno. Temos visto a preocupação, o cuidado desta Comissão; o bom-senso tem predominado. Sou testemunha de que hoje foi alterado, com a aquiescência de todos os Srs. Senadores, um voto já registrado; foi aprovado um requerimento, com a aquiescência – isso é o mais importante – do Relator, referente à demissão dos funcionários; decidiu-se pelo adiamento da discussão.

Levanto uma questão a mais: em relação à matéria anterior, o Senador Lúcio Alcântara disse muito bem: “Como vamos demitir, se não sabemos quem são os estáveis?”. Ainda está acontecendo um pro-

cesso de discussão; depois, cada Sr. Senador terá o direito de se posicionar quanto ao mérito.

Estamos vivendo um dos processos, talvez, mais significativos do Congresso Nacional, que é a discussão da Reforma do Judiciário, a instalação de uma CPI no Senado que tratará de tudo que foi exposto pelo Presidente da Casa. Estamos analisando um projeto de cujo mérito discordamos, mas cujo autor respeitamos. Respeitamos ainda mais o Relator, pela seriedade com que vem encaminhando a questão, embora tenhamos posições diferentes.

Pergunto: o bom-senso não indica que esta Comissão, exercendo suas atribuições em plenitude, deve zelar para que não atropelemos a lei, ou os processos em andamento nesta Casa? Não seria melhor aguardar a Reforma do Judiciário, para, então, propor as alterações, inclusive em relação à Justiça do Trabalho, como está este projeto a sugerir?

Pediria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, também em relação a esta matéria — com todo o respeito, repito, à posição do Relator, Senador Jefferson Péres, meu colega de Bancada, por quem tenho a maior consideração —, buscássemos o adiamento da discussão, para que, primeiro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à luz de sua competência e do brilhantismo de seus membros do ponto de vista jurídico, analisasse se o que está acontecendo — e já aconteceu com tantas outras matérias — não é um equívoco na análise do Regimento Interno.

Por outro lado, pediria que analisássemos esta matéria como uma contribuição desta Comissão para algo maior: a Reforma do Judiciário, em tramitação na Câmara, que certamente será pauta de muitas discussões e de aperfeiçoamento.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente, que gostaríamos de levantar para os membros desta Comissão, a fim de que levassem em consideração, tendo em vista que apresentamos ontem, em Plenário, esta questão de ordem, e não sei se houve tempo suficiente para chegar à Mesa desta Comissão.

Seriam estas as considerações.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara. Em seguida, o Senador Jefferson Péres, para contraditar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senadora Emilia, o requerimento que V. Ex<sup>a</sup> apresentou não é passível ainda de votação pelo Plenário? O Plenário vai aprovar ou não o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho a impressão de que tem que haver uma manifestação do Plenário. A Mesa não pode simplesmente enviá-lo para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Exatamente. Por isso mesmo a interpretação de V. Ex<sup>a</sup> reforça o nosso pedido de que não votemos esta matéria. Além da consulta que o Senador Ademir fará ao Presidente da Casa, há o nosso requerimento, a ser votado, que solicita que a CCJC opine sobre a decisão da Mesa. E esse requerimento pode estar na pauta da sessão de hoje.

Tendo em vista estas considerações, faço um apelo aos membros desta Comissão para que também, usando o bom senso, nos ajudem a raciocinar a respeito dessa solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres, para contraditar.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, o requerimento da eminente Senadora Emilia Fernandes, a quem muito considero, minha correligionária, não pode nem ser considerado por esta Comissão.

Como preliminar, levanto que não deve ser nem apreciado, porque o art. 101, invocado por ela, diz:

“À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete:

I – opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário ‘– não é esse o caso, porque o requerimento de S. Ex<sup>a</sup> não foi aprovado em Plenário;’ por despacho da Presidência ‘– não é o caso, pois a Presidência remete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pedindo o seu pronunciamento;’ por consulta de qualquer comissão ‘– não é o caso;’ ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário” – não é o caso.

Como preliminar, levanto que não consideremos o requerimento da Senadora. Se a preliminar cair, no mérito, Sr. Presidente, não há o que discutir.

O art. 332 do Regimento diz:

Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto as originárias da Câmara ou por ela revisadas e as com parecer favorável das comissões.

A Senadora Emilia Fernandes não tem formação jurídica e nem é obrigada a ter, senão ela saberia que é princípio geral de Direito, Sr. Presidente: onde a lei não distingue a ninguém é lícito distinguir. O Regimento não distingue – ele diz todas, exceto duas. Se S. Ex<sup>a</sup> ou qualquer Senador entende que tramitar em conjunto é uma exceção, a lei não diz isso, o Regimento não diz isso. Portanto, não podemos entender assim.

Segundo informação da Secretaria-Geral da Mesa, o arquivamento é automático, e tem sido assim em todos os processos que não tenham parecer de comissões, inclusive os em tramitação. Sempre foi assim, nunca foi contestado.

Neste caso, Sr. Presidente, veja o que diz o parágrafo único do art. 333:

A proposição arquivada, nos termos deste e do artigo anterior, não poderá ser desarquivada.

Esta Comissão não é órgão recursal. Mesmo que caia a preliminar e mesmo que receba o requerimento e opine, a opinião não se aplicaria aos projetos já arquivados. Valeria daqui para frente.

O requerimento da Senadora, **data venia**, é insubsistente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Penso que seja de boa prática da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania estabelecer uma boa relação com o órgão máximo da Casa, que é a Mesa dirigente.

O Senador Jefferson Péres, amparado em itens do Regimento, colocou de forma muito clara a questão. Havia uma PEC em tramitação, que chegou a merecer a elaboração de um relatório, que era favorável, mas que não se transformou em parecer porque não chegou a ser votado. Por essa razão, foi arquivado. Havia um relatório, mas, entre relatório e parecer, existe a votação, a qual não ocorreu.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Não. O projeto da Senadora não tinha parecer.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Tinha parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tinha relatório como acabei de dizer, porque, para ter parecer, deveria ter sido votado. E, por esta razão, foi arquivado.

A Senadora Emilia Fernandes, que tem muito zelo pela sua prática parlamentar, desejava que sua PEC fosse apensada e entregue ao Senador Jefferson Péres para relatoria. Todavia, a argumentação que V. Ex<sup>a</sup> usa não tem sustentação regimental.

Proponho-me, como já disse, a desenvolver gestões pessoais junto à Mesa para que esse tipo de ocorrência mereça uma definição clara e não sejam suscitadas dúvidas e não se estabeleça **nem de longe** a perspectiva de confronto entre uma comissão e a Mesa Diretora do Senado. Até porque tem que haver entendimento, e, em último caso, recorre-se ao Plenário.

Com estas palavras, peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>. Assumirei o compromisso de pessoalmente conversar com a Mesa. V. Ex<sup>a</sup> tem um excelente advogado nesse rumo, que é o Senador Ademir Andrade, que presidia a sessão quando o requerimento foi apresentado, não chegando a ser votado. Aquele Senador nos ajudará também nas gestões de esclarecimento junto à Mesa em relação à pretensão de V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de passar a palavra ao Senador Jefferson Péres para proferir o parecer, concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, penso que a nobre Senadora Emilia Fernandes solicita duas coisas diferentes à Comissão. Uma solicitação não-regimental, informal, mas de fundo político, um sobrestamento desta matéria, que está sendo agora objeto da análise do Senador Jefferson Peres: a Emenda Constitucional nº 63, de 1995. S. Ex<sup>a</sup>, solicita, em função de estar em andamento uma Comissão de Reforma do Judiciário na Câmara e a iminente instalação de uma CPI do Judiciário nesta Casa, o adiamento da matéria. Então esse é um pedido que está revestido de um conteúdo político, seria uma opção política. Penso que teria a base regimental para que assim se procedesse, mas teria que haver maioria para isso.

O outro pedido é o de que a sua emenda constitucional tendo sido apensada em plenário recebeu uma votação, ou seja, houve uma decisão do Plenário de que esta matéria tem que estar anexada, apensada, ou seja, tramitar em conjunto com a emenda do Senador Gilberto Miranda.

Realmente o Regimento Interno não explicita essa condição que matérias que tramitam em conjunto sobrevivem à legislatura. Diz que todas devem ser arquivadas, salvo aquelas que tenham sido objeto de qualquer votação. S. Ex<sup>a</sup> alega então que houve uma votação, embora não explicitada no texto do Regimento, houve uma votação de apensamento pelo Plenário. Certamente, ela está levantando uma questão que é inédita, que é nova para esta Casa e para a Comissão.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que, de minha parte, não haveria qualquer objeção ao pedido, ao requerimento da Senadora. Há também uma terceira opção, que me parece viável: a de que S. Ex<sup>a</sup> reapresente ainda hoje, obtendo rapidamente as 27 assinaturas, das quais uma emenda constitucional precisa estar acompanhada, e imediatamente que a sua proposta receba a classificação e seja distribuída. Ela pode solicitar imediatamente, amanhã mesmo, o apensamento. E isso levaria a que novamente a matéria retornasse à Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ser objeto de novo exame. Nesse sentido, não vejo como não levar em consideração a proposição da Senadora Emilia Fernandes. Inclusive, não sou simpático ao mérito da matéria, ou seja, não considero o mérito da questão, mas apenas o seu aspecto formal. De uma forma ou de outra, teríamos que votar novamente o parecer do Senador Jefferson Péres. Então, o que viria para reexame...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Bem, já veio para reexame, mas com o apensamento, possivelmente, teria que de novo ser considerado, se o Plenário aprovar, claro. Estou fazendo aqui observações de ordem, digamos assim, hipotéticas, especulativas. Penso que poderíamos atender à Senadora neste sentido, mas respeito, claro, o senhor dessa decisão, o Presidente, porque tem que despachar esse tipo de matéria, e o conhecedor mais profundo do processo, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador José Fogaça, tive a oportunidade de conversar com a Senadora Emilia Fernandes no rumo, exatamente da proposta que V. Ex<sup>a</sup> faz, ou seja, da reapresentação da PEC, tendo em vista que, pelo Regimento, a PEC que se encontrava em tramitação – e que já havia recebido um relatório não transformado em parecer, porque esse não tinha sido votado – poderia, sendo representada, tramitar normalmente. Mas S. Ex<sup>a</sup> resolveu tomar um outro caminho.

A minha posição pessoal é uma posição política. Vejam bem. O que aconteceu no plenário? Um fato inédito: solicitou-se, por um requerimento, que se apensasse a uma PEC viva – a que será relatada pelo Senador Jefferson Péres – uma PEC que, pelo regimento, estava arquivada. E o Plenário, desavisadamente, votou favorável a que se apensasse uma PEC que estaria arquivada...

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Não. Sr. Presidente, pela ordem.

A votação do requerimento que apresentei foi no ano passado. Estava tramitando. Foi no dia 4 de novembro do ano passado e a matéria já tinha parecer favorável. Então, houve uma deliberação legítima do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Desculpe-me o lapso. De qualquer maneira há uma interpretação por parte da Mesa Diretora do Senado que merece a gestão política da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que se dirima essa dúvida e se possa chegar ao melhor entendimento possível.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Peço a palavra, Sr. Presidente.



**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, eu só gostaria de acrescentar...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Penso que uma matéria que está há muito tempo em tramitação nesta Casa, há quatro anos, tem que ser apreciada e é nosso dever desenvolver gestões no sentido de que essa seja efetivamente apreciada sem que isso represente prejuízo às intenções legislativas de nenhum dos colegas.

Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, primeiro gostaria de deixar minha opinião a respeito da questão regimental do arquivamento. Entendo que, à luz do Regimento, a Mesa está certa em proceder ao arquivamento. Não tem nada a ver com a discussão do mérito da matéria. Tive matérias arquivadas de forma semelhante. Por que a Mesa está certa? O resultado da aprovação de um requerimento de tramitação conjunta não significa a fusão de duas matérias. Tanto que quando são incluídas na pauta do Plenário do Senado matérias que estão em tramitação conjunta são numeradas cada uma em um item, separadamente, mesmo que as três estejam tramitando conjuntamente, o que significa que mantêm a sua existência de forma independente.

V. Ex<sup>a</sup> frisou bem que o Regimento estabelece que todas matérias que não têm parecer da Comissão têm que ter seu relatório apresentado, que, sendo aprovado pela Comissão, ele se transforma em parecer. Todas as matérias em que não há parecer vão para o arquivo. Também tive emendas semelhantes. Penso, inclusive, que o Regimento deveria ser modificado, estabelecendo que a matéria, em sendo de autoria de um Senador que permaneça Senador, não deve ser arquivada, para evitar até a necessidade de o Senador reapresentá-la. Penso que isso deveria ser modificado, mas o fato é que não é assim.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Senador, o nosso requerimento é que a Comissão analisasse, não à luz da minha matéria única, mas à luz de uma interpretação que melhore o nosso Regimento e a sistemática regimental desta Casa em termos de tramitação. Estou suscitando algo mais amplo dentro desta Comissão para que esclareçamos no próprio Regimento situações diferentes.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concorde que essa Comissão poderia até sugerir isso: proposta de mudança do Regimento. Como já disse o Senador Jefferson Péres, se isso acontecer não vai ter poder de desarquivar matérias que já foram arquivadas. Entrando no ponto que queremos discutir: não há nenhuma intenção de impedir a discussão do projeto de

emenda constitucional da Senadora Emília Fernandes. Eu, inclusive, quando da discussão da tramitação conjunta, entendia que na medida em que há uma emenda que extingue juiz classista e uma emenda da Senadora Emília Fernandes que modifica os critérios de indicação de juiz classista, o Senado deveria primeiro manifestar-se se é a favor ou contra a continuidade do juiz classista, que era a proposta de emenda do Senador Gilberto Miranda, relatada pelo Senador Jefferson Péres. Em sendo aprovada a matéria, então o Senado já decidiu pela sua maioria de 3/5, maioria constitucional, que deveria extinguir a figura do juiz classista. Em sendo rejeitada a matéria, aí, naturalmente, o Senado deveria debruçar-se sobre as propostas da Senadora Emília Fernandes para a modificação da sua indicação. Mas o Plenário do Senado não entendeu assim e acabou aprovando apressadamente.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Vou discordar de V. Ex<sup>a</sup> porque se o Plenário optar por uma, dá a outra por prejudicada. Não há necessidade de depois votar as mudanças.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador Lúcio Alcântara, essa é a minha opinião, V. Ex<sup>a</sup> tem a sua. A minha proposta não tem haver com esse comentário anterior. Penso que poderíamos fazer um acordo, até para evitar aquilo que o Senador José Fogaça registrou que poderá acontecer, como já aconteceu da outra vez, porque essa matéria já tinha o parecer da Comissão, posteriormente foi aprovado o requerimento de tramitação conjunta, e, em função disso, voltou à Comissão. Se o objetivo é que essa Comissão possa discutir as duas matérias em conjunto, eu sugeriria que – e aí me disponho, inclusive, a assinar para que isso venha a acontecer – a Senadora Emília Fernandes apresentasse a sua proposta de emenda à Constituição hoje – disponho-me, inclusive, a subscrever a emenda. Já, de antemão, todos conhecem a minha posição sobre o assunto – e, imediatamente, eu apresentaria um requerimento de tramitação conjunta, que eu me disporia a votar favoravelmente no Plenário do Senado. Isso é possível fazer até de forma que na próxima sessão da Comissão venha como item 2 da pauta, já que o item 1 foi definido por V. Ex<sup>a</sup> que será o projeto anterior. O Senador Jefferson Péres poderia emitir um parecer sobre esta emenda e sobre a emenda da Senadora Emília Fernandes. Seria um acordo que contemplaria o objetivo do requerimento, embora eu insista na tese de que a medida estava certa, já é uma questão vencida. Todos os membros da Comissão se comprometeriam a subscrever a emenda e a aprovar o requerimento de

terminação conjunta no Plenário, que poderia ser feito amanhã ou na próxima terça-feira.

Dessa forma, estariam contempladas todas as demandas sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, se for aceito, tranqüilamente trarei o meu parecer sobre o projeto da Senadora Emilia Fernandes na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Voltamos à proposta original.

A Senadora Emilia Fernandes reapresentaria a sua PEC e, desde já, o Senador José Eduardo Dutra se oferece para ajudar na tramitação do Plenário para que aconteça o apensamento. O Senador Jefferson Péres toma o compromisso de apresentar, na próxima reunião, o parecer sobre as duas PEC e, assim, chegaremos a um entendimento, especialmente sobre essa matéria.

Tendo em vista a visível falta de **quorum** e o avançado da hora, declaramos encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a reunião às 13h28min.)*

**Ata da 6ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 14 de abril de 1999, às 10h30min. (Reunião Ordinária).**

Às dez horas e trinta minutos, do dia quatorze de abril, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Lúcio Alcântara, Jefferson Péres, Edison Lobão, Bernardo Cabral, Sérgio Machado, Osmar Dias, José Fogaça, José Eduardo Dutra, Moreira Mendes, Luzia Toledo, Luiz Estevão, Mozarildo Cavalcanti, Maria do Carmo Alves, Amir Lando, Roberto Freire, Carlos Wilson, Romeu Tuma, Francelino Pereira, Djalma Bessa, Romero Jucá, Antonio Carlos Valadares e Bello Parga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer por motivo justificado os Senhores Senadores Djalma Falcão, Iris Rezende, Jader Barbalho, Pedro Simon, Ramez Tebet e Roberto Requião. Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação da pauta na ordem determinada pelo Sr. Presidente: item 1) Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995, “altera e re-

voga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho”. Autoria: Senador Gilberto Miranda; Relator: Senador Jefferson Péres; Parecer: pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 01-CCJ, ratificando as decisões anteriores desta Comissão, contidas nos pareceres nºs 681/97 e 308/98. Para discutir a matéria usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, Amir Lando, Emilia Fernandes, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Eduardo Dutra, Romero Jucá e Romeu Tuma. Após ouvir o Plenário o Relator acolhe sugestões dos Senadores Roberto Freire e Hugo Napoleão e reformula seu parecer concluindo pela aprovação da matéria, na forma de novo substitutivo que apresenta, incorporando a Emenda nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO) e as Emendas nºs 2 e 3-PLEN, já aprovadas por esta Comissão, conforme Pareceres nºs 681/97 e 308/98. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 2) Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 1999, “altera dispositivos da Constituição Federal relativos à Justiça do Trabalho”. Autoria: Senadora Emilia Fernandes; Relator: Senador Jefferson Péres; Parecer: pela rejeição da matéria. Resultado: Aprovado o parecer do Relator. Item 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 09, de 1999, (Nº 4.812, DE 1998 NA CD), “Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências”. Autoria: Poder Executivo; Relator: Senador Francelino Pereira; Parecer: pela aprovação. Perante a Comissão foram oferecidas as seguintes emendas à matéria: nºs 1 a 5, pelo Senador Djalma Falcão; nº 6 pelo Senador Pedro Simon; nºs 7 a 15 pelo Senador Sebastião Rocha e nº 16, Substitutivo do Sen. José E. Dutra. O Relator emite parecer contrário às emendas apresentadas, mantendo a conclusão pela aprovação da matéria na forma encaminhada pela Câmara dos Deputados. Em fase de discussão usam da palavra os Senadores José E. Dutra, Lúcio Alcântara, Antônio C. Valadares, José Fogaça e Francelino Pereira. Durante a discussão o Senador Antônio C. Valadares apresenta Rqtº pelo sobrestamento da matéria nos termos do art. 279, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal e, Rqtºs de destaque para votação em separado das Emendas nºs 7, 8, 10 e 14. Colocado em votação é aprovado o parecer do Relator, ressalvados os destaques; submetido à votos, é rejeitado o Rqtº solicitando o sobrestamento da proposição; são rejeitadas por maioria de votos as emendas destacadas; votam vencidos os Senadores José E. Dutra, Amir Lando e Antônio C. Valadares. Concluída a votação, o Sr. Presidente dá por encerrada a presente reu-

nião, tendo em vista o adiantado da hora. Fica adiada a apreciação dos demais itens da pauta para a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, eu, Vera Lúcia Lacerda Nunes, Secretária, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e levada à publicação, juntamente com os registros taquigráficos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental. Declaro aberta a presente reunião.

Consulto o Plenário se estaria de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 1 da pauta:

Proposta de Emenda à Constituição n.º 63, de 1995, que altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que oferece parecer pela aprovação da matéria na forma do substitutivo 01, da CCJ, ratificando a decisão anterior desta Comissão, contida nos pareceres n.ºs 681/97 e 308/98.

Esclareço ao Plenário que tramita, conforme entendimento havido na última reunião, proposta de emenda à Constituição n.º 26/99, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que trata da mesma matéria, com teor diferente, com relatoria também entregue ao Senador Jefferson Péres, a ser apreciada em seguida, pelo fato de serem matérias que têm tramitação paralela. Evidentemente que, aprovado o parecer do Senador Jefferson Péres ao item 1, ficará prejudicada no mérito a proposta da Senadora Emilia Fernandes, mas que, mesmo assim, será submetida a votos.

Com esse esclarecimento, passo a palavra ao Relator, para apresentar o seu parecer.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes da leitura do parecer, abordarei uma questão preliminar já levantada informalmente e que, portanto, pode ser trazida a esta Comissão.

Refiro-me à proposta aparentemente lógica, mas na verdade sem nenhuma consistência lógica, de que, estando em andamento uma reforma do Poder Judiciário na Câmara dos Deputados, melhor seria sobrestar esta PEC e aguardar que chegue ao Senado a reforma tal como for aprovada na Câmara.

A proposta, a meu ver, não tem consistência lógica, ou só tem na aparência, porque sustar a matéria agora não traz nenhuma vantagem, ao contrário, tem algumas desvantagens, pelo menos duas que vislum-

bro. Se aprovarmos agora, parece-me que tem algumas vantagens e nenhum custo.

O que é a reforma do Judiciário? É uma série de emendas à Constituição e algumas propostas ou recomendações quanto à legislação, à mudança dos códigos e das leis ordinárias. Que acontecerá na hipótese de aprovarmos o substitutivo proposto pelo Relator? Aprovada no Senado, será remetida à Câmara e lá encaminhada à Comissão Especial que trata da reforma do Judiciário. Lá podem acontecer três coisas: ou a Câmara abandonar a PEC aprovada pelo Senado e propor outra mudança, ou emendar a proposta do Senado, ou manter o **status quo**.

Ora, vejam bem, o que é a reforma do Judiciário? Não é um conjunto que será promulgado ao mesmo tempo; a reforma pode ser, e certamente será, perfeitamente feita em partes. Se a Câmara acolher a proposta tal como aprovada pelo Senado, no referente à Justiça do Trabalho, teremos ganho tempo, ela seria promulgada na parte referente à Justiça do Trabalho. O restante da reforma do Judiciário viria ao Senado, e teríamos ganhado tempo.

Se aprovarmos a sustação da matéria, Senador Bernardo Cabral, refiro-me a V. Ex<sup>a</sup> que é o homem da Constituinte, qual é a vantagem de fazermos isso? O que se ganharia, na prática?

Se a Câmara aprovar algo igual ao que estamos aprovando, teríamos simplesmente perdido tempo e nos servido de instrumento de uma manobra protelatória. E, mais, com o custo do desgaste político de termos servido a ela.

Qual será o formato da proposta da Câmara? Isso já foi antecipado pelo Relator-Geral e pela Sub-Relatora. O Deputado Aloysio Nunes Ferreira\*, domingo, concedeu entrevistas a dois jornais sobre a reforma do Judiciário, defendendo a extinção dos juízes classistas.

No jornal **O Dia**, de hoje, há a seguinte nota: “Sub-Relatora do Capítulo Das Justiças Especiais, Trabalho, Militar e Eleitoral da reforma do Judiciário, a Deputada Nair Xavier Lobo quer o fim dos juízes classistas da Justiça do Trabalho, mas pretende manter a figura dos vogais nas Juntas de Conciliação e Julgamento”. Exatamente na forma do substitutivo. Portanto, parece-me inconsistente o argumento de que deveríamos sustar a tramitação da matéria.

Como os V. Ex<sup>as</sup> sabem, o substitutivo já foi aprovado por esta Comissão na legislatura passada, mas, devido a um pedido de reexame, aprovado em Plenário, retornou a esta Comissão. Meu parecer está nas mãos de V. Ex<sup>as</sup>. Pergunto-lhes se querem que eu o leia na íntegra. Mantenho a proposta original como



foi aprovada nesta Comissão anteriormente e não a modifico em nada.

V. Ex<sup>as</sup> sabem quais são os pontos principais. O substitutivo extingue os juizes classistas nos tribunais, tanto regionais como no Superior Tribunal e os mantém nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

A Comissão, na primeira votação, aprovou emenda do Senador José Eduardo Dutra contrária ao meu parecer. O parecer foi, portanto, parcialmente mudado por essa decisão da Comissão, tornando gratuita a função de Juiz do Trabalho na Junta. Assim, tive que acatar essa decisão.

Acolhi emendas, com regra de transição, assegurando o cumprimento do mandato dos atuais juizes nos tribunais. Dessa forma, não tenho porque mudar o meu parecer original. O substitutivo é mantido na íntegra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer está em discussão.

Concedo a palavra o Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, o voto do Relator é fulminante, é completo, inteligente e procura modernizar a Justiça. Concordo também com o relator que seria uma estratégia protelatória não apreciarmos essa questão, abrindo mão de uma prerrogativa, mais do que isso, de uma responsabilidade do Senado no que diz respeito a uma reforma da maior importância. Até porque sabemos que podemos iniciar a reforma do Judiciário neste momento com a extinção dos juizes classistas o que, sem dúvida, significará o início dessa etapa de modernização do Poder Judiciário no Brasil.

Depois de ler esse relatório do Senador Jefferson Péres, só nos resta agradecer aos juizes classistas pelos serviços prestados durante esses 50 anos à Justiça do Trabalho no Brasil. O legislador tem que compreender a realidade social e tem que promover os avanços exigidos pela sociedade, em que pese a renúncia ou o sacrifício de determinados setores. Modernidade é uma exigência e, sem dúvida, essa questão do Judiciário, que agora desperta toda a Nação em função de uma CPI instalada nesta Casa, é grande responsabilidade do Senado. Mais importante do que a CPI, sem dúvida, é a proposta de reforma do Poder Judiciário que o Senado inicia ao votar essa emenda constitucional.

Apenas faria uma sugestão ao nobre relator, se me permitir. É claro que, além de todas as razões para essa mudança, além da experiência de outros países, indiscutivelmente mais avançados do que o nosso, especialmente no campo da justiça trabalhista – e aqui há exemplos de várias nações do mundo que fo-

ram lembrados pelo relator, em que pese todas essas razões de natureza técnica, há também uma razão de natureza econômica que sustenta a justificativa da extinção dos classistas, que é economia.

Vivemos num país que luta para buscar o equilíbrio fiscal, o equilíbrio das contas públicas, que encara de frente uma dívida pública explosiva, ainda agora o déficit anunciado de dois meses é de R\$60 bilhões, em função da dívida interna do país. O Governo, obviamente, tem que buscar mecanismos para reduzir os seus gastos. Em função disso, sugiro ao relator da matéria a eliminação dos parágrafos 1º e 2º, do art. 2º que transforma em juizes togados os juizes classistas, o que, sem dúvida, aumentaria a despesa do Poder Judiciário.

A figura do juiz classista está assegurada no art. 116, cargos considerados honoríficos e certamente seria uma contribuição a esse esforço governamental de reduzir despesas a eliminação desses dois parágrafos do art. 2º, o que significaria não só a extinção dos juizes classistas, mas a extinção dos cargos, impedindo que eles fossem preenchidos por juizes togados que acrescentariam despesa ao invés de reduzir despesa.

Esse é também um esforço que cabe ao Senado, a redução de despesas num país em crise, onde o Estado, seguramente, gasta demais. É preciso ser mais eficiente e gastar menos. Imaginamos ser possível com os cargos existentes na Justiça do Trabalho, uma Justiça ágil e eficiente.

Fica feita a sugestão ao Sr. Relator. Certamente, a sua inteligência haverá de definir, da melhor forma possível, essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

Parece-me que o Senador Jefferson Péres, com relação às propostas, prefere manifestar-se ao final.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho refletido muito sobre essa tentativa não apenas de se extinguir a Justiça do Trabalho, mas sobre a tentativa clara e manifesta de se extinguir as conquistas sociais dos trabalhadores brasileiros, consignadas na legislação trabalhista.

Quando se ataca com tanto vigor um Poder Judiciário especializado, que é a Justiça do Trabalho, quando se ataca com uma virulência incompreensível, é porque atrás disso uma força mais alta se alavanca.

Não há dúvidas de que, extinguindo-se essa Justiça, que torna efetiva a lei, uma lei que tem um

confronto entre a classe trabalhadora e a classe patronal; entre o mais forte e o mais fraco; entre o lobo e o cordeiro, seria necessário a intervenção do Estado por meio de uma Justiça rápida e eficaz para tomar a lei efetiva.

Imaginem V. Ex<sup>as</sup> se aqui extinguissemos – o que não é o caso – a Justiça trabalhista. Como iria o trabalhador esperar a pronta e imediata satisfação da contrapartida laboral, seja nas despedidas, seja na falta de pagamento das suas remunerações? É evidente que temos que repensar esse caminho que leva contra a absoluta ineficácia da lei trabalhista.

Aqui, então, essa idéia de extinção do juiz classista veio nesse rumo. Vou logo dizendo: se pensássemos no juiz classista nos tribunais, não há nenhuma razão de se defender. Não há como defender porque sabemos que, no tribunal, o juiz perde as características essenciais de classista para se tornar um juiz independente, autônomo e, sobretudo, imparcial. Não há que se pensar que ele leve a marca do trabalhador ou do empregador para os tribunais; tem que levar, sim, eficiência para julgar os processos a ele distribuídos.

Nesse ponto, caminho no mesmo passo para simplificar com o Relator, mas entendo essencial a defesa, sobretudo do juiz classista, nas Juntas de Conciliação e Julgamento.

É óbvio – e são os argumentos aqui relatados pelo eminente Senador Jefferson Péres – que poderíamos acrescentar algo como até uma intervenção das partes no acolhimento sobretudo do trabalhador, que, diante da toga, sem a burocracia até da defesa sustentada por advogado, pode se aproximar e postular os seus direitos.

Essa Justiça se mostrou eficiente porque cerca de 60% das causas – são mais de 2 milhões por ano – são solvidas em primeira instância, porque as partes ali presentes são uma espécie até de controle externo do Poder Judiciário laboral. Estão ali estendendo as mãos para as duas partes buscarem a conciliação e a solução dos feitos.

Na medida em que o Relator acolhe a emenda de que esses cargos se tornem honoríficos, poderíamos ter a coragem cívica de extinguir a figura do juiz classista. Porque exigir que o trabalhador permaneça, dia após dia, durante – no mínimo, nas grandes cidades – sete a oito horas contínuas ou descontínuas, a título honorífico, sem remuneração, é querer fazer economia de palito de fósforo. Ninguém aqui apura os danos causados no sistema financeiro, como nós vimos, que a transformação do real implicou: uma perda de US\$106 milhões. E agora se quer fazer uma

economia transformando esses cargos em meramente honoríficos.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. AMIR LANDO** – Com todo o prazer, nobre Senador.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Acho que há um equívoco, pelo menos da minha parte, não houve essa proposta.

**O SR. AMIR LANDO** – Não, eu não falei da proposta. Falei no Relator.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Há uma emenda nesse sentido.

**O SR. AMIR LANDO** – Há uma emenda nesse sentido.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Contra o meu parecer, a Comissão acatou a emenda Dutra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Exatamente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Mas eu em respeito à decisão anterior mantive; mas isso está em discussão, claro, e em votação.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Houve a rejeição da...

**O SR. AMIR LANDO** – A emenda foi acatada, e V. Ex<sup>a</sup>, ao final do relatório, transforma esses cargos de juiz classista em cargos honoríficos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Apenas em respeito a decisão anterior, mas minha opinião pessoal é contrária.

**O SR. AMIR LANDO** – Mas evidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esclareço ao nobre Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – E que nós estamos votando, nobre Senador Jefferson Peres, essa transformação. Então temos que ir contra o parecer escrito e, com certeza, a favor da consciência e das convicções de V. Ex<sup>a</sup> Esse parecer é evidente...

**O SR. ÁLVARO DIAS** – V. Ex<sup>a</sup> se refere ao art. 116. Mas o art. 116 fala em cargos honoríficos na Junta de Conciliação e Julgamento.

**O SR. AMIR LANDO** – Pois é, mas é exatamente contra isso que eu me rebelo.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Então podemos extinguir.

**O SR. AMIR LANDO** – Eu sou a favor...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A palavra está com o Senador Amir Lando.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Apenas para completar o aparte, diante da argumentação do Senador Amir Lando eu acrescento à minha sugestão inicial também a extinção dos classistas honoríficos colocados

no art. 116. Se não podem ser honoríficos que sejam extintos.

**O SR. AMIR LANDO** – Prossigo, Sr. Presidente.

A minha opinião é, evidentemente, favorável a que se mantenha o juiz classista, remunerado – para ser expresso –, nas Juntas de Conciliação e Julgamento. Porque entendo que foi uma das únicas formas que deu certo em termos de prestação jurisdicional. Há uma satisfação bastante favorável – e os dados estão aí: 60% das causas que são em torno de 2 milhões/ano encontraram solução logo em primeira instância. Exatamente onde funciona o juiz classista, quer do empregado, quer do empregador.

Eu não entendo por que nós queremos reduzir o tamanho do Estado inclusive na prestação jurisdicional. E nós sabemos que na medida em que não houver essa fórmula mágica de solução dos conflitos, haverá uma demora significativa na prestação jurisdicional. E a legislação trabalhista será sistematicamente desrespeitada em número muito mais elevado. Por quê? Porque sabendo da ineficiência da Justiça do Trabalho as partes não ousarão a simplesmente descumprir a lei e jogar para as calendas gregas as soluções dos conflitos trabalhistas.

A título de economia, é evidente que não se justifica, pois gastamos, e mal, muito dinheiro. E o gasto com juízes classistas é um dos poucos que vejo com eficiência, sobretudo na Junta de Conciliação e Julgamento, um gasto justo e correto, sobretudo em defesa dos trabalhadores. E mais, se a questão está mal colocada na forma de escolha dos juízes trabalhistas, existem fórmulas legislativas para corrigir e tornar mais rigorosa essa escolha. Que não sejam sindicatos axilares ou de sovaco, que não sejam sindicatos fantasmas que indiquem, mas sindicatos que tenham uma efetiva existência.

Assim, Sr. Presidente, eu me pronuncio. E poderia citar muitos fatos que vêm consolidar a idéia da manutenção do juiz classista nas Juntas de Conciliação e Julgamento, pois dá credibilidade ao trabalhador, que encontra ali uma referência de aproximação para a postulação de seus direitos. É uma ponte que simplifica o formalismo da toga ao homem simples que não teve satisfeitas suas contraprestações laborais. E é isso que queremos economizar?

Teremos, sim, que velar a fim de que os bens públicos não sejam alienados como foram as estatais. Para o que se gastou com o real são necessários cinco sistemas Telebrás, que renderam R\$22 bilhões aos cofres públicos. Será que o Congresso Nacional é tão cioso ao cortar despesas dessa natureza, quando deixa passar em brancas nuvens gastos e perdas in-

justificáveis, sobretudo na venda das estatais a preços vis? Digo isso com conhecimento de causa porque fui Relator da CPI da Privatização e pude constatar que a CSN, por exemplo, que tinha uma avaliação inicial de R\$11 bilhões, foi vendida por R\$1,1 bilhão.

Sr. Presidente, poderia continuar a Companhia Vale do Rio Doce e tantas outras. Vejo, pois, aqui que este argumento é pequeno demais para extinguir um cargo importante. E não é **lobby**; não se trata de **lobby**! Nunca dei ouvidos a **lobby**. Sou um senador independente. Aqui vim sem patrocínio de bancos, de empresários, de quem quer que seja. Vim pela vontade do povo, que defenderei porque entendo a importância desse cargo tão simples e de gastos tão modestos diante dos gastos indefensáveis da Nação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes e, em seguida, o Senador Lúcio Alcântara.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de indagar do ilustre Relator por que razão não fez nenhuma alusão ao nosso projeto, que consta da pauta como Item 2, em seu requerimento e ainda reafirmou que seu parecer já é de conhecimento, não incorporando nem modificando nada. E indago, ainda, se seria analisado posteriormente. Peço desculpas, pois talvez tenha perdido a explicação de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que, na abertura da reunião, comuniquei que, pelo fato de as duas PEC caminharem independentemente, em primeiro lugar apreciá-riamos a PEC do Senador Gilberto Miranda, que seria submetida a votos para aprovação ou rejeição. Se aprovada, evidentemente, tornaria prejudicada a segunda PEC. Todavia, mesmo assim, seria submetida a votos.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Agradeço, Sr. Presidente. Acredito que seria mais do que oportuno fazermos uma análise já incorporando o pensamento do que consta numa e noutra proposta. Até porque a aprovação de uma inviabiliza totalmente e ficariam prejudicados o debate e a reflexão.

Sr. Presidente, tenho debatido sobre a Justiça do Trabalho e, mais especificamente, também sobre a representação classista, no plenário, nesta comissão inclusive, e em outras oportunidades, buscando pautar pelo bom senso, pelo equilíbrio, pela ampla análise e, principalmente, pela construção conjunta de cri-



térios indispensáveis para orientar as discussões no Congresso Nacional.

Neste ano, entendo que, por um caminho até incompreensível, surgiu com toda força a proposta de extinção pura e simplesmente da representação classista a qualquer custo. E aqui resgato a figura ilustre do Senador Josaphat Marinho, quando S. Ex<sup>a</sup> pedia que houvesse análise e dizia que talvez até fosse importante levar as nossas sugestões para discussão no bojo da reforma do Poder Judiciário.

Queremos nos antecipar com a justificativa de ganhar tempo, o que diria que seria atropelar um processo que está democraticamente se desenrolando no Congresso e, mais especificamente, na Câmara.

Outra coisa também nos surpreende. Agregou-se a essa situação um fato isolado, que inclusive repudiamos e sabemos que a categoria repudia, como os trabalhadores e os próprios Senadores: a tentativa de denegrir a imagem dos classistas e impor, de certa forma, uma pressão e uma chantagem para aposição do voto.

Em primeiro lugar, o que tem norteado a minha posição — temos Senadores novos e é importante que tenham consciência do que aqui temos debatido — é que a justiça paritária do trabalho, com a participação dos empregadores e dos trabalhadores, existe em vários países do mundo, tanto desenvolvidos como países da América Latina, principalmente. Temos um fato importante na Inglaterra; temos um fato rigorosamente igual ao nosso na Alemanha, um país desenvolvido, o que, sem dúvida, é importante registrar.

O art. 10 da Constituição Federal do Brasil assegura a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. Então, é a Constituição que reafirma e que os constituintes de 1988 também fizeram. Todas as Constituições do Brasil inseriram a questão da Justiça do Trabalho, e a de 1988 inclusive reafirmou isso.

Por outro lado, Srs. Senadores, temos os dados que comprovam que a presença dos classistas na Justiça do Trabalho, principalmente na Primeira Instância, nas Juntas de Conciliação que aqui estão sendo tão faladas, ainda tem uma potencialização muito grande. Embora precisemos até agilizar, modificar, não somos contra isso. Temos dados que apontam que o juiz classista é responsável por cerca de 60% das ações trabalhistas anualmente são apresentadas. Eu teria também os dados de 1998, que pode-

ria apresentar para V. Ex<sup>as</sup>, Estado por Estado, região por região.

Chamo atenção para a quinta região, que é a Bahia, onde 121 mil reclamações trabalhistas foram julgadas e 119, conciliadas. Em São Paulo, 357 mil, das quais 164 mil julgadas; Espírito Santo, 11 mil julgadas, 10 mil conciliadas; Rio Grande do Norte, 13 mil julgadas, 7 mil conciliadas. Então, vejam, Srs. Senadores, a importância da presença das partes defendendo os seus direitos.

Graças à representação paritária na Justiça do Trabalho, em 1998, de um total de 2,4 milhões de novos processos, 1.440.000 foram conciliados, o que resultou numa economia — e olhem bem, Srs. Senadores, que aqui se fala muito em economia — estimada em R\$1,2 bilhão para os cofres públicos, considerando-se o valor que cada ação teria, o custo médio de cada ação. A Justiça paritária é mais barata, sim, com a presença dos juízes classistas, porque eles recebem por sessão realizada, têm um limite máximo de vinte sessões, enquanto os juízes vitalícios têm rendimentos fixos, vantagens, férias, remunerações e direitos agregados aos seus salários.

O mais grave é que quando deixamos em aberto os cargos para serem substituídos pelos juízes — é importante que se trate com clareza, com transparência essa questão —, vamos triplicar, talvez, o custo da Justiça do Trabalho. Pergunto: é a extinção da Justiça do Trabalho que estamos buscando via juízes classistas?

A Justiça Temporária do Trabalho é mais democrática sim, é um espaço onde os trabalhadores, os desempregados, os pequenos empresários de todas as regiões do País têm-se socorrido do seu direito de participação.

É fato incontestável que se busca transformar os classistas em bodes expiatórios de uma situação do Poder Judiciário, até da própria Justiça do Trabalho, da qual eles não têm a total responsabilidade. Penso que antes de a extinguirmos, Srs. Parlamentares, deveríamos aperfeiçoá-la, e é isto que o nosso projeto propõe e a forma como foi encaminhado na Comissão está impedindo que possamos analisá-lo mais detidamente.

Na proposta que apresento aqui — item 2, que pode nem ser olhado pelos Srs. Senadores —, estabeleço novos critérios, rigorosos, para a indicação dos juízes classistas nas três instâncias. Crio, inclusive, uma comissão de seleção da representação paritária, formada por juízes vitalícios e classistas, para examinar previamente as listas de indicações daqueles apresentados pelos sindicatos. Coloco como exigên-

cia mínima três anos de sindicalização, para que o candidato possa se apresentar como representante; cinco anos, no mínimo, de exercício profissional ou empresarial para poder representar. Sugiro, ainda, preferencialmente até, que tenha curso superior, para cada vez mais ter compreensão do assunto. Proponho ascensão às instâncias superiores somente após o exercício do mandato nas sucessivas instâncias anteriores. Proponho a possibilidade de se estabelecerem audiências prévias exclusivamente com os classistas, para promover a reunião com as partes antes das reuniões, a fim de se desafogarem os processos da Justiça do Trabalho, aumentando o número de conciliações.

Penso que antes de implodirmos a estrutura da Justiça do Trabalho, deveríamos aprofundar os debates, aproveitando as sugestões que estão saindo da sociedade organizada. Temos que ter claro que a Justiça do Trabalho cada vez mais se torna necessária num País que se diz democrático, na medida em que o conflito entre o capital, o trabalho e o desemprego aumenta. As relações entre as pessoas precisam ser tomadas não hoje mais com todos na rua, como talvez eu até desejaria que o País estivesse – os trabalhadores, os desempregados, os estudantes –, mas talvez no diálogo, na conciliação. Então, é esse o espaço que queremos desmontar.

Por isso, Srs. Senadores, venho aqui e reafirmo a minha posição, que tem embasamento ideológico, porque foi uma proposta do Governo trabalhista de Getúlio Vargas, que buscou, através da organização dos sindicatos, através da garantia de direitos para os trabalhadores, para as mulheres, enfim, como organização, facilitar a vida e o convívio entre o capital e o trabalho.

Concluo pedindo aos Srs. Parlamentares que não, pura e simplesmente, anulemos o espaço de decisão e de discussão que temos. Temos, sim, que buscar analisar e estabelecer mudanças.

Vejam como há uma necessidade de um aprofundamento maior. O próprio Senador-Relator, a quem respeitamos e S. Ex<sup>a</sup> sabe dessa posição, temos divergência de pensamento – agradeço, o Senador exclama que é recíproca –, diz que a colocação dos juízes classistas nas juntas de conciliação, como cargo honorífico. Como poderemos sobrecarregar um empresário ou um trabalhador principalmente, e dizer-lhe que trabalhe de graça, quando nenhum Vereador, ou Deputado, ou Senador faz isso, que são representantes do povo – eles estão ali representando suas categorias.

O próprio Relator não concorda que sejam cargos honoríficos. Então, não esgotamos o debate. Fala-se em economia no momento em que não se extingue cargos. Esse discurso está totalmente desmontado, Srs. Senadores. A Justiça do Trabalho – diga-se de passagem – corresponde a um percentual muito pequeno do orçamento do Poder Judiciário, mas ela vai triplicar seus custos em relação aos direitos – que não quero colocar em prova nem em discussão – dos juízes togados e dos demais que preencherão os cargos. Realmente, estamos retirando os classistas com um discurso talvez – digo que uma CPI do Judiciário atropela esse processo de discussão – de quem quer mostrar serviço. Mas creio que o caminho não seja esse; temos que ter um debate consciente. Estão aí as manifestações públicas. Será que essa tentativa de acabar com a representação classista não é mais um obstáculo imposto ao trabalhador brasileiro e ao Brasil pelo Fundo Monetário Internacional, que quer continuar implementando uma política de fragilidade, a qual não interessa ao empresário? O empresário consciente, tenho certeza que são muitos no País, ele quer ter um espaço, um fórum de debates, quer ter um sindicato organizado. Portanto, peço a V. Ex<sup>as</sup> que tenhamos o bom senso ao discutirmos essa matéria. Não podemos, no plenário da Comissão, fazer emendas que retrocedam, modificando o que o Relator já havia dito. Enfim, temos que ter tempo para discutir este tema. Por que não estabelecemos, nesta Comissão, um fórum? Na Câmara, discutiu-se a reforma do Judiciário. Por que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também não chama a si essa discussão? Podíamos estabelecer isso sim. Aí estaríamos ganhando tempo, e um tempo qualificado, com propostas que poderiam estar sendo incorporadas a essa grande discussão e, talvez, levada até à CPI – porque temo que a CPI do Judiciário logo, logo decida pela extinção do Ministério do Trabalho. Aí seríamos os impulsionadores de um ato muito ruim para toda a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que leve em consideração esse requerimento no sentido de não retirarmos as matérias da pauta – não regimentalmente –, mas que adiássemos a sua discussão, inclusive para que pudéssemos trazer o processo de audiências públicas para ouvirmos ambos os lados.

Sr. Presidente, iniciamos uma nova Legislatura, com novos Senadores. E reafirmo, Sr. Presidente, que o que me move é um compromisso ideológico com a participação democrática da sociedade, em todas as instâncias, onde seus direitos estão sendo debatidos. Eu jamais participaria de algo movida por qualquer

sentimento negativo de **lobby**, de compra e venda de voto, ou de qualquer tipo de privilégio. Que isso fique bem registrado!

Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que coloque esse requerimento à deliberação do Plenário. Por que atropelar? Qual a urgência urgentíssima, se temos uma reforma do Judiciário que poderá definir todas essas questões com mais tranqüilidade, mais embasamento, a partir da grande discussão que está se travando em todo o País?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que compreendo perfeitamente as manifestações e a lisura do procedimento de V. Ex<sup>a</sup>. A intenção de V. Ex<sup>a</sup>, no meu entender pessoal, é a melhor possível. A matéria está em discussão, e não é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ela vai ao Plenário do Senado, à Câmara dos Deputados, onde terá uma longa tramitação. De modo que o assunto vai continuar em franca discussão. E o aperfeiçoamento que se deseja vai acontecer ao longo da tramitação legislativa dessa matéria.

A matéria está em discussão e os Srs. Senadores poderão ter a oportunidade de se manifestar.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, para discutir.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, serei breve, mas não poderia deixar de dar um esclarecimento ao Plenário sobre a minha posição pessoal.

Esse assunto já foi discutido aqui e no plenário por mais de uma vez. Hoje, o juiz classista virou a "Geni" nacional, ou seja, ele é bombardeado de todos os lados. Diz o Senador Carlos Wilson que se trata de uma "Geni" bem remunerada, o que não exclui a definição que lhe é dada pelos órgãos de imprensa e de comunicação e por outros pronunciamentos.

Nas vezes em que votei sobre essa matéria, votei pela manutenção do juiz classista e, em uma dessas votações, abster-me. E o fiz na convicção de que não detecto nenhum argumento que me leve a pensar que a extinção dos classistas vai melhorar a Justiça do Trabalho. Sinceramente, não estou convencido de que a simples eliminação do classista melhore a Justiça do Trabalho. Creio que o problema diz muito mais respeito aos processos e ao conteúdo da lei que regula a tramitação dos processos e a solução das pendências do que à existência do classista. Lembro posições altamente respeitáveis tomadas nessa mesma direção, como, por exemplo, a do Senador Josaphat Marinho, a do então Senador Esperidião Amin, a do Senador Pedro Simon e a de outros.

Penso que seria muito mais razoável que se fizesse uma discussão no conjunto da chamada reforma do Poder Judiciário, o que não está de todo impedido, porque, se vier a ser aprovada no Senado, essa proposta também poderá ser aprovada pela Comissão que estuda a reforma do Poder Judiciário na Câmara dos Deputados, ainda que saibamos que um texto completo, com muitas propostas integradas e articuladas, dificilmente tem êxito no Congresso, porque, muitas vezes, o Congresso age de maneira a enxergar apenas soluções tópicas.

Conheço a posição do Senador Jefferson Péres e tenho muito respeito por S. Ex<sup>a</sup> e por sua posição, mas, nessa matéria, realmente, divirjo. Acredito que o problema poderia ser resolvido com uma nova forma de seleção, com uma limitação de Juntas, com uma mudança na forma de recrutamento e assim por diante.

No entanto, houve um fato que levou a Bancada do meu Partido – aqui está presente o nosso Líder, Senador Sérgio Machado – a adotar uma posição em função de um assédio que sofreu o nosso companheiro Senador Osmar Dias, que foi do conhecimento geral, que foi publicado na imprensa e levou a Bancada no Senado a firmar uma posição contrária à permanência do classista, em função, sobretudo, desse fato que é de domínio público.

Portanto, ausentando-me, vou permitir que um suplente assumo o meu lugar, porque não quero contrariar uma decisão da Liderança da minha Bancada. Mas guardo comigo uma convicção de que o que pode estar em curso é um processo de esvaziamento da Justiça do Trabalho, que vai começar por aí.

Realmente, há males e problemas de representatividade e de recrutamento, que, no meu modo de ver – mantendo-se essa condição honorífica – poderão até se agravar. Um sindicato pequeno, um sindicato pobre, um sindicato sem recurso, não terá condição de mandar ninguém para lá em caráter honorífico. Isso será feito pelos grandes sindicatos, pelos sindicatos que têm recursos para tal.

Além disso, tenho dúvida se é possível se prestar um serviço sem haver retribuição. Não sou jurista, mas tenho essa dúvida constitucional. A todo serviço público que se preste, há que se ter um pagamento ou uma retribuição. Esse é um princípio elementar.

Assim, creio que seria o caso de se deter um pouco mais pelo menos nessa parte do projeto apresentado pelo Senador Jefferson Péres. Com essas explicações eu quis deixar pública a minha posição. Vou atender à decisão da nossa Bancada, mas não irei votar. Deverá ser convocado um suplente para vo-



tar. Eu não desejo reformular o meu voto anterior nem quero...

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Permite V.Exª um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Senador Lúcio Alcântara, inicialmente eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela análise que faz. Desejo também lamentar profundamente que o partido de V. Exª tenha firmado posição em relação ao mérito, ao encaminhamento, ao debate de um assunto dessa importância, como V. Exª mesmo ressaltou, e encima de um fato isolado que, diga-se de passagem, está sendo investigado dentro do Senado. Esse fato não representa o encaminhamento que os Senadores, seja de um lado seja de outro, têm dado a esse assunto.

Com isso, abre-se um precedente muito perigoso, Srªs e Srs. Senadores. Se nós vamos pautar a nossa posição, no que se refere à análise de conteúdo de votação de uma matéria, por um fato que aconteceu, não poderíamos, por exemplo, ter votado, no Congresso Nacional, a questão da reeleição. Esse assunto envolveu corrupção, envolveu compra e venda de votos. Houve Deputados que admitiram ter vendido seu voto. Não apuramos quem comprou e todos votamos. Os partidos não entraram no mérito dessa questão da reeleição; ou seja, não disseram: diante desse fato gravíssimo, não vamos votar.

Assim, Senador Lúcio Alcântara, lamento profundamente que o seu partido tenha feito essa avaliação. Acho que temos que discutir a questão do mérito. Temos aqui dois Parlamentares do mesmo partido com posições diferentes. Mas esse fato isolado e que mereceu o nosso repúdio, a nossa denúncia e que desejamos que jamais isso possa acontecer novamente, não entrou no mérito da nossa análise. Isso porque temos posturas de análise do mérito.

Faria um apelo a V. Exª. Faça essa reflexão dentro da sua bancada. Estaremos, a partir de agora, abrindo precedentes. Ou seja, vamos pautar as nossas votações, ou por pressão do dinheiro, ou por pressão da mídia. E eu pergunto, e quem está contra os juízes classistas também não poderia estar adotando essa posição por causa de um **lobby** imposto neste País? Vamos ser sensatos, Srs. Senadores! Nós temos que discutir a questão do mérito, do conteúdo, por que eu defendo, por que eu gostaria de reformular. Nós estamos pautando esse assunto de forma equivocada. O Senado erra nesse momento.

Senador Lúcio Alcântara, agradeço a V. Exª pelo aparte e faço um apelo ao ilustre Presidente, ou seja,

vamos colocar isso de outra forma. Se o partido de V. Exª defende o mérito, então vamos tomar tal posição. Mas não vamos pautar a questão por um fato isolado e espúrio. Nós condenamos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria a V. Exª que desse agora oportunidade aos membros efetivos da Comissão de se manifestarem.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Eu só queria concluir.

Senadora Emilia, eu devo dizer, a bem da verdade – posso ter sido impreciso na minha comunicação –, que a minha posição é amplamente minoritária dentro da Bancada do PSDB. Fiz menção a esse episódio que ocorreu com o Senador Osmar Dias porque isso teria sido a gota d'água, vamos dizer assim, que levou o partido a adotar uma posição coletiva, uma posição coletiva, uma posição de bancada. Até então não havia uma orientação geral e que depois foi adotada.

Veja V. Exª que eu me aproximo muito mais da sua posição, mas não posso aceitar que um partido não tenha o poder de adotar uma postura, que não foi imposta pelo Senador Sérgio Machado. Foi uma decorrência da análise do mérito e desses últimos fatos. Isso evidentemente é uma prerrogativa dos partidos, ou seja, posicionarem-se. Portanto, a discordância é com relação ao mérito e foi aguçada pelo episódio que todos conhecem.

**O SR. SÉRGIO MACHADO** – Senador Lúcio, permite-me um aparte? A partir do fato – nós estamos discutindo o mérito a partir de determinada linha – que aconteceu com o Senador Osmar Dias, o PSDB definiu que iria defender a urgência para a votação desse projeto. Feita a análise de mérito, queremos que ele seja votado. No plenário, cada um expressará a sua vontade, mas antecipo que a maioria da nossa bancada, como bem frisou o Senador Lúcio, é a favor da extinção. De qualquer forma, é importante que os senadores se manifestem e logo, dizendo sim ou não a essa proposta legislativa.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, gostaria ainda de ouvir o Senador Álvaro Dias antes de concluir meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pois não, Senador. Porém, pediria aos Srs. Senadores, até pelo adiantado da hora, que fossem econômicos nas suas manifestações de aparte. Há senadores, membros da Comissão, que ainda não puderam se manifestar e que gostariam de fazê-lo.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Serei sucinto, Sr. Presidente. Gostaria apenas de ressaltar que estamos opinando quanto ao mérito da proposição. A outra questão levantada é periférica e certamente será apreciada pelos órgãos competentes da Casa, que concluirão a seu respeito. Não quero dizer com isso que ela não seja importante. Ao contrário: apesar de ser periférico, trata-se de assunto da maior importância, porque envolve uma discussão ética que não pode ficar sem uma conclusão.

Gostaria ainda de fazer referência a um argumento que tem sido aqui utilizado – e bastante – pelos defensores da manutenção dos juízes classistas. Talvez esse argumento tenha se originado de pronunciamento que fiz citando a economia que poderia ser obtida com a extinção desses juízes. Mencionei essa economia apenas como um detalhe – e frisei que se tratava de um detalhe –, já que o parecer do relator é fulminante ao apresentar outras razões de natureza técnica que justificam o aprimoramento da Justiça do Trabalho. Quando se fala na extinção dos juízes classistas, fala-se exatamente na defesa da Justiça do Trabalho, numa Justiça do Trabalho mais competente, mais técnica, mais eficiente juridicamente.

O que existe no Brasil não existe em nenhum outro local do mundo e isso foi investigado pelo relator, o Senador Jefferson Péres. O que existe na Inglaterra é diferente: os tribunais industriais, têm competência restrita e a apreciação de questões ligadas ao desrespeito do contrato de trabalho, como diz o Senador Jefferson Péres, são submetidas à Justiça. Na Alemanha, da mesma forma: não há remuneração e o cargo é honorífico. Portanto, não há, em nenhum outro país do mundo, algo semelhante ao que existe no Brasil. O que existe no Brasil é inédito e sou obrigado a reconhecer que a exceção à regra não deve ser o correto, exatamente porque o Brasil não tem sido exemplar em matéria de organização.

Creio, portanto, Senadora, com todo o respeito, que as alegações fulminantes do Senador Jefferson Péres em relação à extinção dos juízes classistas têm como objetivo sustentar a existência de uma Justiça do Trabalho eficiente no Brasil. Essas alegações são, a meu ver, merecedoras do nosso apoio, exatamente pelo seu mérito e não em razão do que foi suscitado pela questão periférica.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Concluo a minha intervenção. Creio que fui suficientemente claro para que seja compreendida a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa matéria, para que chegasse a sua votação, percorreu um longo caminho – e não apenas a partir da emenda do Senador Gilberto Miranda. Quero trazer aqui meu testemunho nesse sentido, participante que fui da Assembléia Nacional Constituinte.

Quando se discutia o Poder Judiciário, na parte referente à Justiça do Trabalho, foram apresentadas algumas emendas a respeito da representação paritária. Discutiram-se as propostas e a emenda que foi votada em plenário – e afinal derrotada – guardava semelhança com algumas idéias que agora surgiram durante o debate dessa matéria, como a extinção dos juízes classistas nos tribunais. Argumentou-se que lá não se analisava fato, de que era muito mais interpretação e que não tinha sentido a representação paritária.

Essa foi a emenda estabelecia ao final com certo consenso, mas derrotada em plenário.

Portanto, a primeira coisa a se falar é que esse não é um assunto que surge em função da polêmica que estamos vivendo hoje. Não importa que tipo de polêmica, se CPI do Judiciário, se pressão para apurar corrupção, se questões de nepotismo, se problemas de tentativas de suborno dentro do Senado, essas são questões que talvez dêem o toque emocional a esse debate.

Um outro ponto que surge em função do momento em que estamos vivendo é o problema dos gastos. Chega-se, inclusive, a dizer que essa decisão que vamos tomar é porque o Fundo Monetário Internacional quis, esse grande monstro que está presente em tudo o que se faz neste País. Precisamos, portanto, conhecer bem o Fundo Monetário Internacional até para melhor combatê-lo naquilo que tem de equivocado. Se começarmos a colocar assim isso virará um fantasma, e a história não se faz dessa forma.

Essa discussão, hoje, tem um certo tom emocional, já que é como se fosse para enfrentarmos a crise e diminuirmos os gastos. Há, subjacente a todo esse debate da questão judiciária, o aumento que houve dos gastos com o Judiciário no Brasil. Para mim, não seria nada extraordinário se esse gasto fosse ampliando sua função jurisdicional, fazendo com que o acesso à Justiça, pela cidadania brasileira, fosse mais amplo; que se tivesse mais juízes neste País, porque temos pouco em relação à demanda; que tivéssemos novamente, na Justiça do Trabalho, na sua origem, a idéia da oralidade, uma questão mais rápida, mais ágil na sua prestação jurisdicional; e que gastos para isso fossem feitos nos procedimentos,

nos métodos, modernizando a Justiça. Não discuto gasto da Justiça como se fosse diminuir custeio de algo que é supérfluo, não, isso é fundamental à existência de um Estado democrático.

A análise de custos que deve ser feita não pode estar vinculada à prestação jurisdicional, ao Poder Judiciário, que pode ter até sua administração. O que houve e tem que ser coibido é toda uma farra de prédios suntuosos, de construções civis, de algo que é atividade-meio e não atividade-fim.

O caso que se está discutindo é a atividade-fim. Do ponto de vista da prestação da Justiça do Trabalho, a extinção dos juízes classistas pode viabilizar até a ampliação do número de juízes. Mas isso não significa diminuir gastos. Ao invés de termos um colegiado, uma junta, termos o juiz singular. Podemos estar exatamente multiplicando, adicionando talvez a possibilidade de novos juízes. E a visão que se tem da sua extinção é pela sua não mais serventia, isso é que tem que ser colocado, pelo menos por aqueles que defendem, desde a Constituinte, uma discussão sobre a organização da Justiça do Trabalho.

Portanto, para que não pequemos pela emocionalidade da CPI do Judiciário e pelo problema da crise econômica, devemos ter claro que aqui haverá uma discussão de organização judiciária, de competência nossa, e que há muito vem sendo debatida.

Nesse sentido, estou defendendo, inclusive com destaque, que extingamos os juízes classistas da Justiça do Trabalho. Que não haja cargo honorífico; seja extinto. Com isso vamos ter a Justiça do Trabalho, pois não se está tratando de terminar com a Justiça do Trabalho; mas talvez querendo a Justiça do Trabalho, com juiz singular, até ampliando seu raio de ação.

Essa é uma possibilidade que se viabiliza no meu destaque, qual seja, a supressão do art. 116, do substitutivo apresentado pelo Senador Jefferson Péres, e a aprovação do art. 116 da proposta original. Suprimir o art. 116 significa suprimir o texto que fala das juntas de conciliação e julgamento da proposta original. Até porque é bom esclarecer, e acredito que o Senador José Eduardo Dutra vai esclarecer também, que foi uma tentativa de se evitar que não fosse aprovada a continuidade dos juízes classistas, criando essa figura do honorífico.

Vou ler a proposta original: “Que a Junta de Conciliação e Julgamento será composta de um Juiz do Trabalho, que a presidirá, e dois advogados classistas temporários, representantes de empregados e empregadores, sendo seus cargos considerados honoríficos”. Peço a supressão disso.

Para não ficar o vácuo, e retornarmos à Constituição atual, ou seja, mantida na prática não funcionaria, nós teríamos que, suprimindo, aprovar um outro destaque, que é o do art. 116, da proposta original, e se encontra na página 16 dessa Ordem do Dia. O art. 115 fala dos Tribunais Regionais do Trabalho, a questão da proporcionalidade. E o art. 116 diz que a lei fixará o número de juízes do trabalho e sua respectiva jurisdição, ou seja, extingue-se as Juntas de Conciliação e Julgamento e determina-se que a lei defina os juízes do trabalho e sua jurisdição. Transformamos a Justiça do Trabalho, na sua primeira instância, em juiz singular.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Pois não.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Nobre Senador Roberto Freire, faço uma indagação. Tendo em vista que teríamos que deixar que a lei determinasse o número de juízes, não seria melhor simplesmente, e aí uma consulta ao Sr. Relator, também, Senador Jefferson Péres, dar-se ao art. 116, que V. Ex<sup>a</sup> sugere suprimir, a redação: “na primeira instância, as causas trabalhistas serão julgadas por um juiz singular”? Isso viria evitar que se deferisse em uma nova lei a fixação do número de juízes, e atenderia, a meu ver, o que V. Ex<sup>a</sup> sugere ao nobre Relator.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – A minha proposta visa, exatamente, isso. Se não se remete para a lei, se pode já definir desde agora. Claro, pode até se ganhar em termos de economia e não em termos de solução de continuidade. Se o Relator e a Comissão aceitarem, evidentemente que estou querendo encontrar esse caminho.

Para finalizar, quero apenas dizer que acredito que estamos, mesmo que antecipando talvez a grande discussão sobre a reforma do Judiciário em algo pontual, mas penso que é importante se afirmar, nesse momento, aprovando, mesmo que, posteriormente, a Câmara dos Deputados vote um conjunto com uma reforma do Judiciário, até porque ela está com uma Comissão. De uma forma mais sensata e democrática, fez a opção pela Comissão da Reforma do Judiciário, e a nossa, não diria insensata, mas pelo menos, de uma certa irresponsabilidade do ponto de vista democrático em nosso País, adotou-se de uma CPI do Judiciário.

Penso que aqui estamos exercendo a nossa competência. Afirmer essa posição, parece-me o mais correto. A extinção do juiz classista pode ajudar, ao invés de se pensar que com isso se diminui a eficácia da Justiça do Trabalho em relação à classe traba-



lhadora, aos operários, aos trabalhadores brasileiros; acredito que não. Talvez se possa dar até uma maior agilidade e eficácia, porque os conflitos continuam existindo. Com uma Justiça mais ágil, ela pode responder melhor.

**O SR. AMIR LANDO** – Permite-me um aparte, nobre Senador?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Pois não.

**O SR. AMIR LANDO** – Exatamente o que me move é esse ponto de vista: a eficiência desse modelo. Digo por que há, inclusive, uma aproximação muito grande dos trabalhadores contra os seus representantes. Não sou advogado trabalhista. Nunca – a não ser visitando os juízes, conversando – atuei, mas tenho referências de muitos advogados trabalhistas. E tenho, sobretudo, informações dos sindicatos, das pessoas que acorrem à Justiça do Trabalho. V. Ex<sup>as</sup> sabem que os próprios trabalhadores podem, inclusive – não é preciso representação –, postular os seus direitos. E encontram nesse representante sindical esse elo, essa afeição até de fugir à formalidade e de chegar e obter a postulação dos seus direitos.

O que eu vejo, e os números estão aí, é que cerca de 60% são resolvidos na conciliação. Uma parte tem confiança na outra diante do juiz. Possivelmente, será imposta a posição do juiz. Conheci vários casos em que o juiz impôs a decisão: é R\$80,00 – ou R\$100,00 que seja –, ou nada. Fiquei muito preocupado com alguns casos que assisti por acaso.

Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o que me move é o fato de essa Justiça ser mais ágil. Podemos criar uma Justiça mais burocrática, mais pomposa e menos eficiente.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – É uma questão de ponto de vista.

**O SR. AMIR LANDO** – Convicção pessoal.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Claro. Respeito a posição diferente. Mas gostaria de dizer que apresento argumentos contrários aos de V. Ex<sup>a</sup>.

Não estamos mudando o caráter processual da Justiça do Trabalho: moralidade, possibilidade de transição da negociação e da conciliação, isso permanece porque é da lei. Apenas digo que fará isso um juiz singular e não um Colegiado ou uma Junta.

Hoje, mesmo com a Junta, alguns juízes do trabalho utilizam muito acordos, mesmo individuais, no sindicato; eles apenas os cancelam. Essa função de conciliação, um juiz singular pode aceitar que ela seja exercida nos sindicatos.

A Justiça não está sendo extinta? Devemos colocar isso concretamente. Está-se tentando aperfeiçoar.

**O SR. AMIR LANDO** – É evidente que não, mas estamos destruindo um modelo que funciona.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – O modelo não funciona. Estamos aqui discutindo porque o modelo não funciona. Estamos tentando discutir para atingir maior funcionalidade.

Há uma idéia interessante no Brasil que existe até em alguns setores ditos progressistas. Fala-se na tradição, e quando falam em tradição referem-se à manutenção de algo que foi válido alguns anos atrás, muitos anos atrás.

Ouvi uma discussão sobre a estrutura do porto brasileiro. Alguém disse que não pode ser reformulada porque essa instituição tem 100 anos. Vamos comemorar 200 anos, mas não vamos manter seus métodos, porque cem anos atrás este País era bem distinto. Quando foi criada a Justiça do Trabalho, ela podia ser muito ágil, até porque os conflitos trabalhistas eram pequenos.

**O SR. AMIR LANDO** – Concorde com V. Ex<sup>a</sup> que é diferente, se me permite concluir. Estamos vivendo na onda neoliberal, que traz no seu rastro a quebra de muitos institutos trabalhistas. V. Ex<sup>a</sup> sabe melhor do que eu, pois está acompanhando – e eu estava em Rondônia, onde o jornal atrasava. V. Ex<sup>a</sup> sabe que há um movimento nesse sentido. Vejo que a mudança corre nesse sentido.

Esse é o meu ponto de vista.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Vou só concluir, senão ficaremos no debate. Depois podemos conversar.

Não analiso a história a partir desse maquiavelismo. O neoliberalismo não é nenhum ente mágico que modificou as coisas a seu bel-prazer. Não há nenhuma conspiração. Estão mudando concretamente as relações, o modo de produzir. Vamos analisar objetivamente o que está ocorrendo no mundo. Isso não veio da cabeça de alguém. A cabeça de alguém pode até criar ideologia acerca dessa realidade, que é objetiva. As relações de trabalho estão mudando porque o modo de produzir está sendo transformado revolucionariamente. Se as relações são novas, por que as instituições deverão permanecer? Reforma do Estado não é uma palavra oca, não é algo vazio ou uma conspiração neoliberal. É uma necessidade; vai para a economia real, onde os homens e mulheres produzem bens e serviços. As economias privadas estão mudando. As economias reais mudam mas as instituições permanecerão as mesmas? É preciso ter a capacidade de entender essa nova realidade, esse fenômeno, até para que nela possamos intervir com mais eficácia.

Essa discussão não é fora do tempo; ao contrário, é contemporânea. Já deveria ter ocorrido na Constituinte e não o foi. Agora está sendo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, discuto essa matéria sem qualquer dose de passionalidade. Inclusive, discuto esse assunto na condição de dirigente sindical, muito antes de ser Senador. Concorde plenamente com o Senador Jefferson Péres, ao se antecipar com uma contestação a preliminares que poderiam ser apresentadas, como realmente aconteceu, a respeito da proposta de se sobrestar a matéria para se aguardar a reforma do Judiciário. Entendo que essa é uma matéria sobre a qual cada um deve votar já tendo como modelo o que pensamos sobre proposta de reforma do Judiciário. Sabemos que, por trás desse título que nos unifica, assim como na reforma tributária, a reforma do Judiciário é consciência, todo mundo tem que ter. Só que, debaixo desse título consensual, existem divergências profundas.

Sou pela extinção do juiz classista, com base em um modelo que defendo de uma reforma profunda da Justiça do Trabalho, que inclusive já foi apresentada de forma embrionária, na época da elaboração da nossa Constituição, pelo Partido dos Trabalhadores. Parece-me que muitas vezes, quando ouço a defesa da manutenção tanto da atual estrutura sindical brasileira quanto do atual modelo de Justiça do Trabalho e a forma como normalmente se combate qualquer modificação, a impressão que tenho é a de que o trabalhador brasileiro vive no melhor dos mundos. A classe operária foi ao paraíso com a Justiça do Trabalho brasileira, parafraseando um filme da Lina Wertmüller, quando sabemos que a realidade é muito diferente disso. A Justiça do Trabalho brasileira tem sido, principalmente, uma justiça que os desempregados buscam tanto pela estrutura sindical quanto pelo modelo de relação trabalhista no Brasil. Dessa forma, não atende aos interesses de se manter o emprego. E há muitas formas, tanto de emenda constitucional quanto de lei ordinária, de avançarmos do ponto de vista dessa relação trabalhista. Citou-se muito a Alemanha. Citou-se também o caso de que as Juntas de Conciliação são responsáveis por 60% de solução das causas trabalhistas. Mas, na Alemanha, é obrigatória a existência de conselhos de empresas para todas as empresas que tenham mais de cinco empregados, e 90% – não são 60% – das causas são resolvidas através dos conselhos de empresa e com os trabalhadores empregados. Mas vejamos o argumento de que

60% das causas são resolvidas em nível da Junta de Conciliação. Isso é verdadeiro. Agora, tentar atribuir esse número verdadeiro à existência do juiz classista, a meu ver, com todo o respeito, é uma forma de fazer pressão.

Não sou advogado trabalhista, mas já acompanhei, na condição de dirigente sindical, várias audiências em Juntas de Conciliação. E sabemos que a função dos juizes classistas nas juntas de conciliação – e quero registrar que já acompanhei não só em Sergipe, mas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, é uma função meramente decorativa. Normalmente, o juiz classista, representante dos trabalhadores, tem a função de chamar as partes; o representante dos patrões nem isso faz: apenas fica lá sentado. E por que isso acontece? Porque, ao contrário dos que dizem que o representante classista tem uma visão do mundo do trabalho, que contribui para a conciliação, a visão que o representante classista tem é, no máximo, quando é realmente um representante, a visão que ele tem de sua categoria. Qual a contribuição que um juiz classista, representante do Sindicato dos Comerciantes ou dos Padeiros, tem a dar em uma demanda trabalhista de um petroleiro ou de um trabalhador de mineração? E a recíproca é verdadeira: o representante classista dos petroleiros ou dos trabalhadores de mineração não tem nenhuma contribuição a dar numa conciliação de uma demanda trabalhista de um comerciante, padeiro ou trabalhador da indústria têxtil. Porque o princípio e o que está na base da representação classista – e aí alguns não gostam de que se lembre – está na base da Carta Del Lavoro, que é a representação corporativa da sociedade e que, inclusive, tentava aniquilar os conflitos sociais, os conflitos de classe reais, estabelecendo um modelo que era de conciliação e de cooperação entre as corporações.

Agora, a respeito da emenda do cargo de juizes honoríficos, como disse, na primeira discussão desta matéria na Comissão, sou a favor da emenda original, da extinção *in totum* porque entendo, a exemplo do Senador Roberto Freire, que com a extinção dessas chamadas Juntas de Conciliação com representantes classistas que não têm nenhuma função de conciliação, a eficácia da Justiça do Trabalho poderia ser aumentada a partir do aumento dos juizes singulares.

Apresentei essa emenda porque a Alemanha foi muito citada – não sei alemão nem vou ousar pronunciar a frase para não correr o risco de “destroncar” a língua – mas está aqui escrito juizes honoríficos, e nesse sentido apresentei a emenda.

Mas, se o caminho é o proposto pelos Senadores Roberto Freire e Hugo Napoleão, voto a favor da

emenda original inclusive com a subemenda do Senador Hugo Napoleão, para, desde logo, S. Ex<sup>a</sup> apontar para aquela necessidade de cargos desde agora. Portanto, Sr. Presidente, sem nenhum medo de ser confundido com interesses do Fundo Monetário Internacional, ou da SIA, ou do neoliberalismo, porque nós, da CUT, desde o início, recebemos essas adjetivações, quando propusemos e continuamos propondo o fim do Poder Normativo da Justiça do Trabalho.

Se isso vier a acontecer, eu, particularmente, acredito que até o próprio TST, como Tribunal, pode perder a sua utilidade, porque, na medida em que não tenha mais poder normativo, e o Tribunal não vai mais se manifestar sobre dissídios coletivos de categorias dispersas pelo conjunto do Brasil, e tem que estabelecer uma norma para o conjunto do Brasil... Mas esse é um ponto mais adiante da reforma.

Portanto, sem qualquer preocupação com esse tipo de adjetivação, voto a favor porque as citações que todos recebemos daqueles que defendem a manutenção, particularmente dos sindicatos, dos representantes sindicais, que citam o exemplo da Alemanha...

É de se registrar que a Alemanha é citada quando interessa. Apresentei uma emenda que, aliás, foi arquivada porque não teve parecer – vou reapresentá-la – acabando com a honestidade obrigatória na Constituição, para que permita ao Brasil ratificar a Convenção nº 87 da OIT, como, aliás, a Alemanha faz. Lá há a possibilidade de pluralidade sindical, mas há apenas 20 sindicatos; no Brasil, há unicidade na Constituição, mas há 20 mil sindicatos. Recebi diversos fax também, alguns desaforados, contra a minha posição, contra a minha emenda. No entanto, tenho perfeita convicção, como Senador e como sindicalista, de votar a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Antes de passar a palavra ao Relator, leio o seguinte requerimento recebido pela Mesa, de autoria do Senador Roberto Freire: “Requeiro destaque para a supressão do art. 116, contido no art. 1º do substitutivo do Relator, a fim de que prevaleça a redação dada ao mesmo artigo na proposta original”.

Tendo em vista a proposta sugerida pelo Senador Hugo Napoleão, com a qual o Senador Roberto Freire concorda, até para evitarmos duas coisas – primeiro que se remeta a uma nova lei o disciplinamento da matéria, e segundo para que se evite a votação e um destaque após a votação nominal da PEC em apreço –, eu passaria a palavra ao Relator, porque, se ele concordar com os termos do requerimento e com o que propôs o Senador Hugo Napoleão, é possível

uma proposta do próprio Relator, que encerrará a questão de uma vez por todas.

Portanto, com a palavra o Relator.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, falou-se aqui em discussão democrática, em audiência da sociedade. Poucos projetos foram tão discutidos nesta Casa quanto este. Foram várias audiências públicas, em que foram ouvidos o Dr. Dácio Guimarães, do TRT da 3ª Região, no dia 15 de abril de 1998; Dr. Antônio Álvares da Silva, também Juiz da 3ª Região; Dr<sup>a</sup> Beatriz Pereira, Presidente da Anamatra Associação dos Juizes Togados; e Sr. Ramon de Castro, da Anajucla Associação dos Juizes Classistas. Além disso, no dia 29 de abril, foram ouvidos o Sr. Ministro Almir Pazzianotto e o Presidente do TST, Ministro Ermes Pedro Pedrassani.

São quatro anos de discussão neste Senado. Logo, a Casa tem a obrigação moral de votar a matéria, rejeitando, que seja; mas não “empurrando com a barriga”. Já existe uma saturação deste Senado. Não vamos repetir, para vexame do Congresso, o que houve com a supressão de um privilégio absurdo, uma aberração que havia na legislação brasileira, que era a aposentadoria integral de juizes classistas. Eles passavam 5 anos na Justiça do Trabalho e se aposentavam com proventos de juiz togado, aquele mesmo togado, formado em Direito, que fez concurso público e que passou 30 anos na magistratura. Uma pessoa sem essa qualificação profissional aposentava-se com 5 anos de serviço como juiz. Este Congresso nunca modificou isso; todas as tentativas fracassaram, e se tratava de uma aberração, que não existia em país nenhum do mundo creio eu. Foi preciso uma medida provisória do Presidente da República para acabar com esse privilégio, senão o Congresso não teria aprovado, pelo menos até então.

E agora, em nome de vários argumentos – até ideológicos –, defende-se a manutenção de juiz classista nos tribunais?! Juiz classista nos tribunais, quando já se está marchando para a extinção do poder normativo, que seria a única justificativa para a manutenção do juiz classista? Uma vez que os tribunais julgam recursos e apreciam matéria jurídica, não há por que a presença de um leigo lá. Argumento ideológico? Senadores Roberto Freire, um expoente da Esquerda nacional, com toda a sua história, José Eduardo Dutra, de origem sindical, da Petrobrás, Líder do PT, que concordam com o Líder do Partido Liberal, Senador Hugo Napoleão: Isso não tem caráter ideológico, absolutamente! A não ser que alguém se arvore em único representante qualificado da Esquerda.



Senador Amir Lando, não é neoliberalismo, não. Todos os países da Europa Ocidental são de tradição social democrática, com uma legislação previdenciária e trabalhista invejável. A Inglaterra, a Alemanha, a França, a Espanha do Partido Socialista de González\* não têm juízes classistas remunerados, como o Brasil. Portanto, a questão não é ideológica, nem se trata de defesa dos interesses trabalhistas.

**O SR. AMIR LANDO** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Permitto, se o citei.

**O SR. AMIR LANDO** – Evidentemente, esse termo de comparação entre a Alemanha e o Brasil não se aproveita para a análise da matéria. Não citei a Alemanha, não a invoquei; apenas recebi esse argumento no calor desta discussão, porque não participei das discussões anteriores. Estou participando agora.

Veja V. Ex.<sup>a</sup> que, com certeza, não dá para comparar o nível de respeito da lei, que citei, em países como Alemanha, Inglaterra, esses países europeus que têm uma tradição absolutamente diferente. Não há esse número de causas. Evidentemente, a nossa população é superior à de alguns deles, mas, mesmo assim, é insignificante essa relação.

Portanto, quando cito como exemplo e digo que é assim, trata-se de uma convicção pessoal. Respeito V. Ex.<sup>a</sup>. Assim como posso não ser dono da verdade, também ninguém o pode ser. Vejo nisso um movimento brutal para a extinção ou a redução significativa da legislação do trabalho. Repito o que o nobre Senador Roberto Freire falou: há uma evidente mudança das relações de trabalho e de produção. Também não aceito a posição de que o classista não tem consciência de classe. Essa é uma afirmação que reduz todo o pensamento de Marx e de Hegel, que começaram a trabalhar com essas idéias, a uma insignificância. A consciência de classe é necessária para ambas as partes, por isso a representação paritária deve necessariamente existir. Há uma escolha, uma farsa, o que é outra questão. Afirmando isso, e o tempo me dará razão.

Há seis anos, propus uma CPI da privatização. Denunciei todas as mazelas que as escutas telefônicas vieram comprovar. Mostrei tudo isso, mas fui abafado. Hoje, aquele quadro que eu denunciava há seis anos, infelizmente — quero estar agora redondamente enganado —, evoluiu nesse sentido, e o que vemos é essa mesma história. Esse é o pensamento neoliberal, que está fazendo uma devastação no País, algo que a Europa já repeliu, que a Inglaterra já mudou.

Também não aceito — permita-me V. Ex.<sup>a</sup> discutirmos isso em outro momento — essa visão de que a Europa é socialdemocrata. Não vejo nenhum avanço de Margaret Thatcher para Tony Blair, nenhuma diferença. O que mudou muito são os conceitos ideológicos. Obrigado.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – V. Ex.<sup>a</sup> falou, em termos espaciais, que não há termo de comparação entre Brasil e Alemanha. E eu lhe falo agora em termos temporais: também não há, Senador Amir Lando...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Amir Lando, o Relator se dirige a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Senador Amir Lando, V. Ex.<sup>a</sup> usou um critério espacial e disse que não há termo de comparação entre o Brasil e a Alemanha. Uso agora um critério temporal. Não há termo de comparação entre o Brasil de economia agrária exportadora, de população predominantemente rural dos anos 30 e 40, com um Brasil industrializado de população eminentemente urbana deste final de século, Senador. O paternalismo se justificava naquele altura. Hoje não mais.

Por favor, vamos continuar a discussão em plenário. Deixe-me terminar a minha exposição. Peço a compreensão de V. Ex.<sup>a</sup>.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** . -... da Alemanha, da Inglaterra, da Suíça, França.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Temos que extirpar esse anacronismo, esse privilégio, que não se justifica mais, mas não creio que a extinção dos juízes classistas, nos Tribunais ou nas Juntas, resolva o problema da Justiça do Trabalho. Nunca disse ou pensei isso. Há muitas outras coisas a fazer.

Por isso mesmo, há poucos dias, apresentei um projeto de lei que não é meu, mas me foi sugerido por uma comissão de juristas, tendo à frente o Professor Arnaldo Sussekind, que não é apenas um dos juristas mais respeitados na área trabalhista, nome que tem vivência, instituindo comissão paritária de conciliação nas empresas, onde seria feita a conciliação obrigatoriamente e, eletivamente, o arbitramento.

Dizem os especialistas que com isso, se aprovado, metade das pendências não chegarão à Justiça do Trabalho, que muito se desafogará por isso. Tenho perfeita consciência do problema, creio, para pensar ingenuamente que a extinção dos juízes classistas resolverá o problema da Justiça do Trabalho. Não é assim.

Há duas propostas, me parece: uma, sugestão do Senador Álvaro Dias, no sentido de que os cargos

de juízes classistas sejam extintos nos Tribunais, e uma, proposta do Senador Roberto Freire apoiada pelo Senador Hugo Napoleão, no sentido de extinguir também nas Juntas, ou seja, ficar com a proposta original nesse particular.

Senador Álvaro Dias, esta Comissão é também política. Não faço aqui cavalo de batalha em nenhum dos pontos. Não tenho o mínimo interesse em aumentar os cargos ou proteger os juízes togados. Tenho parentes próximos na Justiça Comum do Amazonas, na Justiça Estadual. Não tenho parente nem remoto em nenhum Tribunal da Justiça do Trabalho. Se pelas manifestações houver consenso nesta Comissão, e consenso não é unanimidade, não me oporia à extinção desses cargos. Preocupa-me apenas que, com a extinção dos juízes classistas, enquanto não forem aprovadas, se é que serão, propostas como a minha de comissões paritárias, aumente a carga de trabalho dos juízes togados que lá ficarão. Mas é claro que a economia seria substancial. Pessoalmente não faço cavalo de batalha disso, embora me pareça que seria aconselhável manter as vagas e preenchê-las com juízes togados, mas teríamos que ouvir a opinião dos membros da Comissão.

Quanto à proposta do Senador Roberto Freire, endossada pelo Senador Hugo Napoleão, creio que a manter os juízes classistas nas Juntas em caráter gratuito, honorífico, não remunerado, melhor será extingui-los mesmo. Creio, não quero ser profeta, que a Justiça do Trabalho, no seu formato, será no futuro o seguinte: comissões paritárias nas empresas, juízes singulares especiais – a Constituição deverá ser mudada –, juizados especiais trabalhistas e, talvez, como segunda instância, comissões de juízes singulares. Talvez não mais tribunais do Trabalho.

Não tenho bola de cristal, mas creio que o Brasil em alguns anos terá esse formato. A extinção da Justiça do Trabalho, ao contrário do que muitos temem, creio que tão cedo não acontecerá.

Assim, acolho a emenda proposta do Senador Roberto Freire. Gostaria de ouvir, para uma versão consensual, ou vamos para o voto, mas mantenho o número de juízes de Trabalho nos Tribunais, todos togados. A menos que a Comissão entenda melhor, por grande maioria...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Gostaria de pedir um esclarecimento ao Relator. Há o presidente da Junta, um juiz togado que continua presidindo a Junta. Ele evidentemente fará a distribuição dos processos para os demais juízes que integrarem a Junta de Conciliação, que deixaria de ser a Junta.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Não, Senador, seria juiz singular. A proposta é de juiz singular, e não de Junta...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Uma vez que seja aprovada a proposta do Senador Roberto Freire.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Seria o juiz monocrático, e não Junta de juízes.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Extingue-se a Junta e cria-se o juiz singular.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Essa é a proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão o parecer do Relator.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Mantenho o parecer, que, fica ao final da seguinte forma: extinguem-se os juízes classistas nos tribunais, e as vagas serão preenchidas por juízes togados. Extinguem-se as Juntas de Conciliação, que ficarão a cargo de juízes singulares, mas mantenho as regras de transição para que os atuais mandatos sejam respeitados. Parece-me uma violência interromper esses mandatos.

**O SR. ALMIR LANDO** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Almir Lando.

**O SR. ALMIR LANDO** – Vejo o seguinte: na medida em que se extinguir a figura do juiz classista, não é aconselhável que, na própria Constituição, criem-se vagas para outros juízes. É uma questão de ordenamento legislativo.

Entendo que, na Constituição, devem ser extintos os cargos de juízes classistas nos tribunais e também extinção das Juntas, que passarão a funcionar não como juízes singulares. Temos de dar alguma denominação como varas, por exemplo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Seria juizado.

**O SR. ALMIR LANDO** – Esse é o ponto, tem de ser dada uma denominação. Agora, penso que não é na Constituição que se criam ou que se transformam cargos. Trata-se de matéria de lei especial.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, primeiramente, o Sr. Bernardo Cabral e, depois, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, nobres colegas, quando essa matéria foi apreciada, o eminente Senador Jefferson Péres, Relator da matéria, adotou a diretriz de manutenção dos juízes classistas nas Juntas de Conciliação e a extinção nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que não tenho qualquer preconceito contra os juizes classistas nas Juntas de Classificação. Penso até que a presença do vogal, do empregador e do empregado, dá uma forma democrática aos julgamentos.

O que é discutível, e nisso acompanhava o raciocínio do Relator, é manter-se na Justiça de Segundo Grau, ou seja, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho o classista, quando o assunto não era de prova nem de fato, era matéria recursal. Havia uma opinião nesse sentido, que é a minha opinião. Acho que extinguir o classista no Tribunal Regional do Trabalho e no Tribunal Superior para substituí-lo por togado trará despesas que hoje são reclamadas de que causadas pelos juizes. Nesse particular, Sr. Presidente, eu preferiria acompanhar a orientação anterior do Senador Jefferson Peres, mantida nas Juntas de Reconciliação. S. Ex<sup>a</sup> agora acolhe uma emenda do eminente Senador Hugo Napoleão, que é Líder do Partido, e o Partido fechou questão neste sentido. Quero declinar, Sr. Presidente, a minha posição. Mas, evidentemente, eu poderia daqui sair, vou me manter, porque fechada uma questão partidária eu não tenho como contra ela me insurgir, mas quero que fique bem definida qual é a minha posição na matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Preliminarmente concordo com o Senador Bernardo Cabral; também seguiremos a decisão do Partido, apesar de termos discutido anteriormente o relatório original do Senador Jefferson Peres. S. Ex<sup>a</sup> poderia esclarecer bem essa regra de transição para que fique claro não só aos membros da Comissão, mas também ao público em geral, porque há uma ansiedade muito grande sobre isso.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Os juizes classistas têm mandato de três anos.

**O SR. ROMEU TUMA** – Até o encerramento do mandato. Não seriam renovados.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Eles permanecem no cargo até o cumprimento do mandato. Parece-me justo.

**O SR. ROMEU TUMA** – Está no relatório de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Está no relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrada a discussão, o Relator garante no seu texto a extinção do juiz classista e a extinção do cargo de juiz classista. Extinguindo-se, portanto, a função e o cargo.

Com a extinção da função de juiz classista não haverá o preenchimento da função por um juiz togado. Esse é o texto que o Relator me confirma que apresenta e submete ao julgamento. São extintos a função e o cargo. Coincide com a opinião aqui externada pelo Senador Roberto Freire e aperfeiçoada, se posso assim dizer, pelo Senador Hugo Napoleão. E é essa proposta que vai ser submetida a votos nominais.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Não entendi bem. O art. 117 mantém o cargo na medida em que os classistas sejam substituídos por juizes. Eu não vi nenhuma manifestação em relação a extinção dos cargos a não ser da parte do Senador Álvaro Dias, que levantou a questão. Eu não entendi isso. Eu até quero dizer que eu não voto. Estou discutindo e acompanhando essa matéria ao longo do tempo, mas eu gostaria de saber exatamente o que nós estamos votando nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> sobre o que acabei de dizer, que é produto do entendimento que eu mantive com o Relator, passo a palavra a S. Ex<sup>a</sup> para que ele deixe o fato absolutamente esclarecido.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres) – Qual é a dúvida, Senadora?

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Se pede a supressão do art. 117.

**O SR. RELATOR** (Jefferson Péres) – Não.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – É esse que eu não entendi. Porque no 116 se mantêm os cargos em aberto substituídos por juizes. E não está se falando no 117. O Senador Roberto Freire falou 116.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Não suprime o 117, apenas...

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Não. O art. 2º...

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Apenas os parágrafos.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – É que ora se reporta ao artigo da Constituição e ora se reporta ao artigo da proposta. Então o art. 2º da proposta é que mantêm os cargos, e ele não foi mexido. Entendeu? Temos que deixar claro.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Se a nobre Senadora me permitir, a minha sugestão é de supressão não do art. 2º, mas dos §§1º e 2º, que tratam do preenchimento dos cargos. O art. 2º assegura o cumprimento dos mandatos dos atuais classistas.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Pela proposta que foi encaminhada à Mesa, os §§1º e 2º seriam colocados também em discussão e votação. É uma outra proposta.



**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A Proposta do nobre Senador Álvaro Dias mantém o **caput** do artigo, como regra para a transição.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Exatamente; é a regra de transição.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – E eu mantive os §§ 1º e 2º, que asseguram o preenchimento dos cargos por juizes togados.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Então, V. Exª não aceita.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Não; meu parecer foi contrário. Mantive o texto no meu parecer e, agora, a Comissão decidirá obviamente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em assim sendo, vamos submeter a votos.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para uma questão de técnica legislativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Apenas um minuto, nobre Senador. Já concederei a palavra a V. Exª em seguida.

A Presidência colocará em votação o Parecer do Relator e, em seguida, os §§ 1º e 2º do art. 2º, como destaque que disciplinará a matéria.

Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, essas normas transitórias, evidentemente, não podem ser incluídas no corpo da Constituição, mas hão de ir para o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Isto é importante, e penso que a redação dessas alterações carecem sobremaneira da boa técnica legislativa.

Entendo, ainda, que a transformação de cargos, ou seja, as Juntas são criadas – e há que se dar um nome, como juizados. Não vi ainda qual será o **nomen juris**. Juntas, evidentemente, que não mais, mas deve haver um nome certo.

Eu gostaria, então, de ouvir a redação definitiva, Sr. Presidente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Nobre Senador Amir Lando, se V. Exª me permite, em sua primeira redação, a ser aperfeiçoada, o art. 16 ficaria assim:

Na primeira instância, as causas trabalhistas serão julgadas por juiz singular, que será titular de Vara.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Vara do Trabalho.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Só pode ser, mas podemos explicitar.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, é apenas para dizer que, ao meu ver – e, aí, entendo o que diz a nobre Senadora Emilia Fernandes –, o art. 117 e seu parágrafo, por consequência da emenda modificativa ao art. 116, devem ser suprimidos.

Era só, Sr. Presidente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Estão prejudicados e devem ser suprimidos, com certeza.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Contudo, Sr. Presidente, o art. 117 assegura a existência de um mandato, que, talvez, pudesse ser...

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Mas o art. 2º dispõe:

Art. 2º – É assegurado o cumprimento dos mandatos aos atuais Ministros e Juizes.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sim; mas não se sabe qual a duração desses mandatos. Uma vez suprimido da Constituição, em nenhum lugar estará dito.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Mas se aplica aos atuais, que sabem qual é a duração.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Se V. Exª me permite, nobre Senador, devo dizer que, se a investidura no cargo foi feita para um mandato de três anos e a Constituição assegura, como regra de transição, o cumprimento dos mandatos para os quais foram nomeados, creio estar claro que só pode ser de três anos. Todavia, se, por garantia, V. Exª entender que devemos manter o art. 117...

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Não é preciso!

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Está perfeitamente esclarecido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A proposta, portanto, do Relator é a votação do seu Substitutivo, suprimindo-se o art. 117 e parágrafo, bem como emprestando-se nova redação ao art. 116, conforme S. Exª acabou de apresentar.

Esta é a proposta que vamos submeter a votos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, penso ser melhor darmos destaque aos dois parágrafos.

**SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Depende de V. Exª. Se V. Exª acolhe no seu Relatório.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Se o nobre Senador Álvaro Dias quiser, poderemos colocar em destaque os §§1º e 2º do Parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Penso que seria oportuno, Sr. Senador. Já que o tema foi discutido, cabe respeitar a decisão dos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vamos, então, colocar em votação, pelo processo nominal, o Substitutivo do nobre Senador Jefferson Péres, sem prejuízo dos destaques.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – O Senador Hugo Napoleão disse-me que faria uma comunicação a respeito de posição partidária. O Senador Bernardo Cabral fez uma alusão, mas não basta; é preciso que o Senador Hugo Napoleão explicita qual a posição partidária em relação a esse assunto.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Sr. Presidente, insitado e chamado à colação, tenho que dizer que a minha aprovação da emenda do Senador Roberto Freire apresentando apenas uma emenda modificativa já demonstra por si a minha posição, aquela espelhada pelo Senador Bernardo Cabral há pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esclarecido?

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** – Foi nesses termos que o Senador Bernardo Cabral deixou muito claro, com a minha anuência, aquiescência, aprovação, ratificação e confirmação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Hugo Napoleão, como sempre minudente, expôs sua posição pessoal, que reflete a posição da Bancada.

*(Continua a votação)*

Votaram “Sim” 15 Srs. Senadores e “Não” 1.

Aprovado, portanto, o parecer do relator, sem prejuízo dos destaques.

Em votação os §§ 1º e 2º do art. 2º.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento a respeito dos efeitos práticos desse destaque, pois nos § 1º e 2º o Senador Jefferson Péres, em função até do fato de que a substituição dos classistas não vai ser automática porque os mandatos não são coincidentes, ele explicita essa substituição de forma a contemplar a composição do art. 111, já votado. Quer dizer, o § 1º do art. 111 estabelece que o TST vai ter 27 Ministros.

Dessa forma, eu gostaria de saber qual efeito vai ter a supressão dos §§ 1º e 2º.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Implicaria uma alteração do texto do art. 111.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A não ser que se faça referência ao art. 94.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Sr. Relator está consultando a Constituição para opinar sobre a intervenção do Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A remissão pode ser feita ao art. 94, que assegura o quinto constitucional para os Juizados Federais. Fica o mesmo critério para os Juizados Trabalhistas. Se não houver objeção, embora tenhamos aprovado, detectada a incorreção da remissão, não há qualquer problema em que esta Comissão retifique. A referência fica ao art. 94 da Constituição e não ao art. 111.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Portanto, qual é o esclarecimento de V. Exª?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O art. 94 estabelece o seguinte:

“Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.”

Ou seja, classe de advogados e do Ministério Público.

**O SR. ALMIR LANDO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ALMIR LANDO** – Não sei onde se encontra a dúvida, mas gostaria de ler o § 1º do art. 111, que diz o seguinte:

“O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal, sendo:

I – dezessete togados e vitalícios, dos quais onze escolhidos dentre juizes de carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;”

De acordo com a Constituição, já há cinco quintos. Não sei como poderemos buscar mais algum.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, a questão que se está discutindo não é esta. O que se está discutindo é a ordem de preenchimento no momento em que forem vagando os cargos do TST, que são dez. Está claro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – A proposta do Senador Álvaro Dias é a de que, quando houver vacância, extingue-se o cargo. Então, o problema não é suprimir ou não. Se estamos fazendo uma regra, que

será permanente, é apenas quantos são os cargos de Juízes Classistas. Se for aprovada a tese do Senador Álvaro Dias, mudará a composição do Tribunal quanto ao número. Se são dez Juízes Classistas, em vez de vinte e sete, a composição do Tribunal será de dezessete, porque os cargos que forem vagando serão extintos.

Se não quisermos que, com a vacância, eles sejam extintos, mantenham-se os §§ 1º e 2º, porque é necessário que se diga qual a composição do Tribunal.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Com a aprovação deste § 1º do art. 111, a minha proposta fica prejudicada.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Exatamente.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Como já houve a aprovação desse § 1º do art. 111, sou obrigado a retirar o meu pedido de destaque, porque ele já está prejudicado, uma vez que se mantêm os 27 ministros. Sou obrigado a retirá-lo, porque a sugestão deveria ter sido discutida no momento de se deliberar sobre o art. 111. Como não foi, é matéria vencida, e eu a retiro.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – V. Exª não atendeu para o fato de que já estava fixado o número de 27. Foi isso?

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Como houve essa discussão sobre o art. 111, em função da proposta do Senador Roberto Freire ...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Passou despercebido a V. Exª.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Exatamente! Não encaminhamos uma proposta por escrito e detalhada, apenas fizemos uma sugestão. Caberia ao Relator estabelecer a engenharia para que se aproveitasse a minha sugestão. Dessa forma, então, retiro o meu destaque por considerá-lo matéria vencida.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Retirado o destaque, fica aprovado o parecer do Senador Jefferson Péres, com o esclarecimento de que, quaisquer adendos à matéria que porventura sejam de interesse dos Srs. Senadores podem ser discutidos e apresentados em plenário. A matéria não é terminativa, vai ser discutida de novo no plenário; e se se julgar necessário o aperfeiçoamento ao texto ou ao mérito, isso poderá ser feito no plenário.

Considero encerrada a discussão sobre o Item 2, que já foi objeto de discussão na apreciação do Item 1. Mesmo considerando-o prejudicado, quero submetê-lo a votos. É a Proposta de Emenda à Constituição nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição Federal relativos à Justiça do Trabalho.

Autoria da Senadora Emilia Fernandes e relatoria a cargo do Senador Jefferson Péres.

Parecer pela rejeição.

O Relator opina pela prejudicialidade da matéria.

Vamos colocar o parecer, portanto, em votação, com a opinião do Relator pela prejudicialidade da matéria.

Como vota o Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** – Está prejudicado. Concordo com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota com o Relator.

Senadores Djalma Falcão, Iris Rezende, Jader Barbalho e José Fogaça?

Com o Relator.

Senadores Pedro Simon, Ramez Tebet, Roberto Requião e Bernardo Cabral?

Com o Relator.

Senador Edison Lobão?

Com o Relator.

Senador Francelino Pereira?

Com o Relator.

Senador Romeu Tuma? Senadora Maria do Carmo Alves?

Com o Relator.

Senador Álvaro Dias? Senadores Carlos Wilson, Lúcio Alcântara? Senadora Luzia Toledo? Senador Sérgio Machado? Senador Antonio Carlos Valadares?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Roberto Freire?

Com o Relator.

Senador José Eduardo Dutra?

Com o Relator.

Senador Jefferson Péres?

Aprovado o parecer do Relator por unanimidade.

Item 3 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para a perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências. Autoria do Poder Executivo. Relator: Senador Francelino Pereira.

No dia 24 de março, foi concedida vista conjunta aos Senadores José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Edison Lobão.



No dia 31 de março, foi apresentado o voto em separado pelo Senador José Eduardo Dutra, concluindo pela rejeição da matéria.

No dia 7 de abril de 1999, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 5 pelo Senador Djalma Falcão.

Com a palavra o Relator, Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, agora vamos passar à discussão de um projeto da mais absoluta importância. É fundamental a presença das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores até o final da discussão. Chegou o momento de tomarmos uma decisão, não como políticos convencionais, mas como homens públicos que todos somos, para que tenhamos responsabilidade diante de uma matéria que vem sendo examinada há anos, aprovada na Reforma Administrativa. Agora, é chegado o momento da sua regulamentação.

A Emenda Constitucional nº 19 foi transcrita para a Constituição atual – está toda no art. 169 – e deve ser examinada por cada um dos Senadores, a fim de que tomem uma decisão. Liminarmente, gostaria de anunciar que foi entendido, na última reunião, que as emendas seriam apresentadas até sexta-feira, às 17h. Elas seriam examinadas pelo Relator para que pudessem ser apreciadas e votadas na sessão de hoje.

Ocorre, porém, que o Senador José Eduardo Dutra apresentou uma emenda substitutiva, mas quase vinte e quatro horas após o encerramento do prazo de recebimento definido pela Comissão, ou seja, 17h da última segunda-feira. Conseqüentemente, o Relator não examinou a emenda substitutiva do Senador José Eduardo Dutra, apenas está comunicando que ela está excluída da apreciação da Casa, em face de ter sido apresentada a destempo.

Sr. Presidente, o Relator é sucinto. As emendas são numerosas. Pergunto-lhe se o parecer foi distribuído.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – O parecer é o anterior? Já está em mãos.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Já está em mãos.

A Emenda nº 1 é de autoria do Senador Djalma Falcão e acrescenta: "Que veda a exoneração de ser-

vidor estável cuja remuneração seja inferior a três salários mínimos". O parecer está na página três.

Em relação à Emenda nº 1, este é o parecer do Relator:

A proposta do Executivo foi amplamente discutida e, entre outras opções, fixou-se o teto que está sendo emendado pelo nobre Relator.

É preciso ter uma norma, um critério. Depois de exaustivo exame, decidi optar pelo projeto como sendo a alternativa viável para propiciar a redução dos gastos do Governo.

O parecer, portanto, é contrário à Emenda nº 1.

As Emendas de nºs 2 e 3, também de autoria do Senador Djalma Falcão, têm parecer contrário nos seguintes termos:

A especificação das atividades funcionais e do órgão ou entidade objeto da redução de pessoal, com a finalidade da exoneração do servidor estável por ato normativo, e não por lei, prevista no art. 169 da Constituição, não podendo a sua regulamentação dispor de forma distinta.

A Emenda nº 4, tem o seguinte parecer:

O prazo para pagamento da indenização devida ao servidor estável depende da condição de cada ente federado, de conformidade com o respectivo orçamento, não podendo a União, em uma norma de caráter geral, fixá-lo.

A Emenda nº 5, na página 4, tem o seguinte parecer do Relator:

O servidor não admitido por concurso público é não-estável e, como tal, não está abrangido pela presente proposição, que trata apenas da exoneração de servidores estáveis. A exoneração de servidores não-estáveis, para a adequação da despesa de pessoal, já está regulamentada.

De conformidade com o que determinam o inciso II, do §3º, e o art. 169 da Constituição, os servidores estáveis somente poderão ser exonerados quando a exoneração dos não-estáveis não for suficiente, mas para assegurar o cumprimento dos limites com o gasto de pessoal.

As Emendas nºs 6 e 14, ainda na página 4:

Os mecanismos previstos nas emendas são alvo de regulamentação própria em cada ente federado, não estando englobados na despesa de pessoal, objeto da presente proposição."

A Emenda nº 8, também na página 4, diz o parecer:

A presente proposição limita-se à regulamentação do §4º, do art. 169 da Constituição, não podendo

avancar sobre o §3º do artigo que não exige regulamentação para sua efetivação.

Emenda nº 9, página 4, diz o parecer:

O art. 247 da Constituição se refere a normas especiais para servidores que exercem atividades exclusivas, e não típicas do estado. Não poderia a presente proposição alterar a denominação.

Emenda nº 10, ainda na página 4, diz parecer:

A definição de norma de procedimento administrativo inscreve-se na órbita de competência de cada ente federado, não podendo ser objeto de lei editada pela União.

Emenda nº 11, página 5, em seu parecer:

O que se regulamenta aqui é a exoneração de servidores por excesso de despesa. A perda do cargo por insuficiência de desempenho e questão diversa, objeto de projeto de lei complementar em tramitação na Câmara dos Deputados. Trata-se de procedimento absolutamente diverso, mas demorado, e que visa a outros objetivos, inclusive, implicando direito de defesa.

Emendas nºs 12 e 13, página 5, em seu parecer:

As emendas, na prática, impedem, de forma absoluta, a exoneração de servidores que exercem atividades exclusiva de Estado, que, de conformidade com o art. 247 da Constituição, devem ter apenas garantias especiais.

Emenda nº 15, página 5, diz o parecer:

A matéria vem sendo objeto de debate na sociedade brasileira, desde antes do início da tramitação da reforma administrativa no Congresso Nacional. Não vemos necessidade de prorrogar por mais 90 dias a sua entrada em vigor.

Sr. Presidente, nestes termos, o parecer do Relator, que examinou a matéria exaustivamente no dia de ontem e ainda hoje pela manhã, é no sentido da rejeição de todas as emendas apresentadas.

Este é o parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, para uma questão de ordem.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** Sr. Presidente, na reunião passada, quando foi decidido pela Comissão adiar a apreciação da matéria, o Senador Francelino Pereira alertou V. Exª da necessidade de receber as emendas com a necessária antecedência para que S. Exª pudesse apreciá-las. Na oportunidade não me opus, porque entendi, da forma como sempre tem acontecido, que aquele é um apelo do Relator, para que, na medida do possível, os Senadores que têm emenda possam cumprir o prazo. Infelizmente,

como optei por apresentar um substitutivo, não me foi possível encaminhar a emenda dentro do prazo fixado por V. Exª, mas encaminhei a emenda, tanto à Comissão quanto ao Senador Francelino Pereira, no dia de ontem. E o Regimento estabelece que, até o fim da discussão, podem ser apresentadas emendas a quaisquer matérias. Eu poderia fazer, inclusive hoje, outras emendas novas.

Assim, eu gostaria que o Senador Francelino Pereira se manifestasse sobre a emenda, porque regimentalmente posso apresentá-la até o fim da discussão. Como a matéria ainda está em discussão e como encaminhei a minha emenda à Comissão e ao gabinete de S. Exª, eu gostaria que S. Exª se manifestasse sobre ela e que não dissesse que não a apreciou porque ela foi apresentada fora do prazo. Realmente, a minha emenda foi apresentada fora do prazo que foi recomendado aos membros da Comissão, mas não foi apresentada fora do prazo regimental, porque regimentalmente eu poderia fazê-lo até o dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Antes de passar a palavra ao Relator, eu queria fazer um esclarecimento.

Esta matéria já vem sendo discutida há algumas sessões e foi objeto de um pedido de vistas conjunto. Foram oferecidos votos em separado, e, na última reunião, como V. Exª acabou de relatar, foi feito um entendimento entre os membros da Comissão, para que emendas fossem oferecidas e para que o Relator as recebesse em tempo hábil, de modo a poder apreciá-las e oferecer parecer.

Desse modo, o prazo para apresentação de voto em separado, no caso do substitutivo, já foi vencido. Se V. Exª oferece, em vez de uma emenda, um substitutivo, penso que cabe ao Relator emitir a sua opinião.

Eu gostaria de dar esses esclarecimentos – não sei se todos os Srs. Senadores estiveram presentes nas diversas sessões em que esta matéria esteve em apreciação – para refrescar a nossa memória e para podermos deliberar corretamente.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pois não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Quero dar um esclarecimento também para refrescar a nossa memória.

Estou apresentando uma emenda substitutiva.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não é um substitutivo? É uma emenda?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – É uma emenda substitutiva. Se se chama de substitutivo ou de emenda substitutiva, a questão é irrelevante.

Quero lembrar que, na apreciação da matéria anterior – assunto que foi, inclusive, objeto de discussão muito mais exaustiva do que esta –, foi apresentada uma emenda pelo Senador Hugo Napoleão durante a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira, para prestar esclarecimentos.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, a decisão não foi tomada pelo Relator, mas sim pela Mesa e pelo Plenário. Viajei para o meu Estado, regressei apenas ontem, mas todas as emendas foram apresentadas no prazo estabelecido. De Belo Horizonte, acompanhei a sua apresentação. Somente ontem chegou ao meu gabinete a emenda substitutiva. Naquele momento, a decisão foi tomada pela Comissão e não representou uma recomendação ou uma súplica do Relator. Naquela hora, por se tratar de uma matéria de alta responsabilidade e gravidade, solicitamos – a Mesa e o Plenário aprovaram – que as emendas fossem apresentadas no prazo, para que pudessem ser examinadas.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Já sei o destino que terá a minha emenda: será rejeitada pelo Relator e pelo conjunto da Comissão. Sei fazer conta. Mas, em nome do Regimento Interno, quero solicitar que a minha emenda seja considerada, porque, ao que me consta, a discussão da matéria não está encerrada e, de acordo com o Regimento, posso apresentar emendas até o final da discussão.

O Relator, se não quiser, não emitirá parecer sobre a emenda. Mas, em nome do Regimento Interno, solicito que a minha emenda seja considerada. Inclusive, vou pedir destaque, para que ela seja votada. Não tenho qualquer ilusão com relação ao resultado, mas, pelo menos, quero ter o direito de que a minha emenda seja votada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito, e isso é legítimo. Agora, eu queria fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>. Foi feito, na reunião anterior, um entendimento com os membros da Comissão de que até segunda-feira às cinco da tarde as emendas deveriam ser entregues.

Se a questão da emenda de V. Ex<sup>a</sup> perdesse qualquer oportunidade de apreciação, acredito que teríamos que encontrar uma alternativa para que a sua emenda fosse apreciada, discutida. Faria um apelo a V. Ex<sup>a</sup>. Como pretendemos que essa matéria seja votada hoje com as emendas que foram apresentadas e que foram objeto de pareceres do Relator, e como este parecer vai ao plenário para ser discutido, quando será oferecido prazo para apresentação de novas emendas, faria um apelo, em nome do entendimento que foi feito na reunião anterior, para que a emenda de V. Ex<sup>a</sup> pudesse ser apresentada e discutida no plenário.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que, regimentalmente, tem toda a razão. Foi feito entendimento e, em nome desse entendimento, faço o apelo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, a questão não é, em absoluto, de pirraça e nem de tentativa de obstrução. Não me foi possível atender o prazo que havia sido sugerido pelo Relator e acatado por V. Ex<sup>a</sup>.

Estou apresentando esta emenda substitutiva porque não quero, embora considere que o projeto que veio da Câmara seja muito ruim, e na discussão passada percebi que esta avaliação não é exclusividade desse Senador, simplesmente votar contra para mais uma vez não receber, como a Oposição tem recebido sempre, a pecha de que a Oposição só vota contra, mas não apresenta alternativa. Estou apresentando uma emenda substitutiva para votar nela. Para isso, para que eu possa votar na minha emenda substitutiva, quero votar contra o parecer do Relator. Quero resguardar a minha posição. Quero que a emenda seja considerada. Vou votar contra o projeto da Câmara, porque o considero muito ruim, para poder ter a possibilidade de votar na minha emenda substitutiva.

Se forem aprovados o parecer do Relator e o projeto da Câmara, a minha emenda está prejudicada, mas quero que ela seja considerada independentemente de possíveis emendas que eu vá apresentar no plenário, se vou insistir no substitutivo ou se vou destrinchá-lo em diversas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Relator.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, como declarei, recebemos ontem no meu gabinete a emenda. Depois de procedermos à leitura, não nos aprofundamos item por item, comparando inclusive com as emendas que foram apresentadas, por considerarmos que tinham sido apresentadas fora de prazo. É claro e evidente que examinamos a emenda.



Apenas eu queria fazer uma comparação entre a emenda substitutiva e a emenda individual dos Senadores. Esse trabalho conjunto é que não foi feito. A leitura da emenda, a análise com a nossa equipe foi feita ontem. A minha conclusão era de oferecer parecer contrário. O que eu estava evitando era dar um parecer contrário à emenda de um Senador da dimensão do meu querido mineiro do Sergipe. Então, o parecer é contrário porque efetivamente se ajusta à linha das outras emendas que também receberam emendas. Parecer contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, quero apresentar um requerimento de preferência para que seja votada a minha emenda substitutiva. A minha emenda procurou contemplar inclusive algumas das intervenções feitas na sessão passada, quando foram feitas restrições àquele projeto que veio da Câmara – tenho certeza de que o próprio Senador Francelino Pereira sabe que o projeto não é nenhuma Brastemp!

O meu substitutivo traz algumas alterações polêmicas e por isso vou fazer questão de me aprofundar mais sobre ele. Há disposições no projeto que dizem respeito ao servidor público estável, o qual foi da seguinte forma definido:

“Parágrafo Único. Considera-se servidor público estável para os efeitos desta lei:

I – o nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após o interstício probatório de três anos de efetivo exercício;

II – o que haja adquirido estabilidade nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Eu estabeleço no § 2º do art. 2º que “o desligamento de servidores dos respectivos cargos obedecerá à conjugação dos critérios impessoais de menor tempo de serviço público, maior remuneração, menor idade e menor número de dependentes”. Nesse ponto aparece a primeira modificação: estabeleço a conjugação desses critérios, quando o projeto estabelece uma hierarquia, estabelece precedência para uns critérios em detrimento dos outros.

Entendo que a impessoalidade exigida no **caput** é melhor atendida com a conjugação desses critérios – maior remuneração, menor tempo de serviço público, menor idade e menor número de dependentes – e não com a sua hierarquização, como estabelece o projeto original.

Além dessa modificação, estabeleço uma outra relativa à exoneração de servidores: serão exonerados em primeiro lugar aqueles servidores a que se refere o inciso II, parágrafo único, do art. 1º, ou seja, aqueles que adquiriram estabilidade nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; depois desses é que poderão ser exonerados aqueles que adquiriram estabilidade em função de concurso público e após o interstício probatório.

Alguns poderão dizer que a Constituição de 1988, no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao conceder estabilidade àqueles servidores que ocupavam cargo público há cinco anos, deu-lhes estabilidade semelhante àquela dos que prestaram concurso público. Quero registrar que a Constituição de 1946, assim como a de 1967, concederam em suas disposições transitórias a estabilidade para os servidores públicos que já estavam exercendo as suas funções e assim fizeram com termos inclusive iguais aos da Constituição de 1988.

Há diversas decisões do Supremo Tribunal Federal com relação a ações que reivindicavam promoções ou equiparações semelhantes àquelas de servidores que prestaram concurso público. Em todas essas decisões, aquela Corte considera os servidores que adquiriram estabilidade a partir de disposições transitórias da Constituição como servidores estabilizados, diferentemente dos servidores que entraram por concurso e cumpriram o interstício legal, os quais são considerados servidores estáveis.

Ora, se o próprio Supremo Tribunal Federal já entendeu em ações semelhantes que há uma diferença entre servidores estáveis – aqueles que passaram em concurso e cumpriram o estágio probatório – e os servidores estabilizados com base no estabelecido pelas disposições transitórias do art. 19, nada mais lógico do que, ao estabelecermos critérios para a demissão de servidores estáveis, além dos critérios impessoais que já foram estabelecidos, estabeleçamos que a demissão venha a atingir primeiro aqueles servidores previstos no inciso II do parágrafo único do art. 1º da lei, ou seja, aqueles que foram estabilizados no entendimento do Supremo Tribunal Federal, ou seja, que passaram e adquiriram a estabilidade não a partir de concurso público e estágio probatório, mas a partir do art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição.

(Intervenção fora do microfone)

O Senador José Fogaça está dizendo que esta parte está boa – então, de antemão, conto com o voto de V. Exª –, mas também está dizendo que há outras partes são ruins. Sendo assim, já adianto que, no ple-

nário, vou apresentá-la como emenda separada para contar com o voto do Senador José Fogaça.

Com relação a outra crítica que eu e outros Senadores fizemos ao fato de a lei fazer referência a uma outra lei ordinária, para a qual se inventou o adjetivo “lei especial” – o qual até perguntei se existia na Constituição –, que estabelecerá quais são as tarefas ou atividades exclusivas de Estado, quero dizer que já inclui, nesta lei, o que estou entendendo como atividade exclusiva do Estado, mas abrangendo o conceito. Estou combinando, inclusive, os conceitos apresentados no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo próprio Ministério da Administração, em que é estabelecido o que se chama atividade exclusiva de Estado e, ao mesmo tempo, o chamado Núcleo Estratégico de Estado, onde estariam incluídos os servidores dos poderes e a infra-estrutura do Estado institucionalizado.

Optei por uma terminologia que congrega as duas versões já contempladas no referido plano diretor que seriam atividades inerentes ao Estado como poder público, sem correspondência no setor privado. E aí se listam quais seriam as áreas: áreas de auxílio e assessoramento a agentes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Tribunais de Contas e Ministério Público, segurança pública, polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, diplomacia, previdência social, ações de serviços públicos de saúde, educação básica, emissão de passaportes e normatização, regulamentação, fomento, tributação, arrecadação e fiscalização de emissão de moeda, reservas cambiais, operações financeiras, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como a de seguro e previdência privada, impostos, taxas, contribuições de melhorias sociais, serviço de desemprego e inspeção do trabalho, assistência à saúde por instituições privadas.

Nesse ponto quero registrar que não estou propondo estabilidade, naturalmente, dos médicos das instituições privadas. Tem-se que ver o **caput**, pois o inciso VII trata da normatização, regulamentação, fomento, tributação, arrecadação e fiscalização dessas atividades. Dessa forma, aqueles que vão exercer a fiscalização dessas atividades que o Estado passa à iniciativa privada seriam contempladas como atividades inerentes ao Estado.

O último ponto que estou propondo no substitutivo é que não podemos tratar esta lei como uma lei. É lógico que existe a necessidade de enxugamento da máquina pública, mas, na medida em que estamos em uma situação de desemprego que cada vez mais está batendo a nossas portas, estou possibilitando no

bojo desta lei que, a juízo do chefe de cada poder e nos casos e condições dispostos em lei específica, inclusive quanto à fonte de custeio, poderá ser oferecida aos servidores públicos estáveis atingidos pela exoneração, antes da consumação do desligamento e, portanto, antes da extinção do cargo – que está contemplado igualmente na forma do projeto original – a transformação desses cargos em emprego, na forma da legislação trabalhista e na forma de projetos já aprovados por esta Casa. Quero deixar bem claro que não estou estabelecendo que essa transformação seria impossível, porque é antes da sua extinção, e, a juízo dos chefes de cada Poder e em casos e condições dispostas em lei específica. É uma alternativa que colocaríamos para alguns administradores que, mormente a necessidade de se estabelecer o enxugamento, haveria a possibilidade de que esses cargos viessem a ser transformados em emprego, naturalmente antes da sua extinção. A partir do momento em que o cargo for extinto, aí entra na proposta que está na própria lei que é “vedada a criação do cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos”.

Por último, no art. 6º, diz respeito à transparência. Esse projeto não contemplou pelo menos a exigência de que o Ministério Público e os Tribunais de Contas também dessem satisfação à sociedade a respeito dos custos da sua máquina administrativa. É nesse sentido que o art. 6º diz:

“O Ministério Público da União, dos Estados e os Tribunais de Contas deverão publicar anualmente o total de gastos efetuados, consoante o disposto no inciso II do §1º do art. 2º, do exercício orçamentário anterior”.

Esses são os pontos principais, Sr. Presidente, da minha emenda substitutiva que, como já disse, não tenho maiores esperanças de que seja aprovada por esta Comissão – quatro anos me ensinaram a aritmética da Casa, Senador Edison Lobão. Mas, pelo menos em algumas partes, quando no Plenário vou apresentar não sob a forma de substitutivo mas sob a forma de emendas separadas, vou contar com o voto de alguns Senadores.

Peço requerimento para preferência da minha emenda substitutiva – que já sei será rejeitada – mas quero ter o prazer de dizer que apresentei a emenda e quero votá-la. Vou votar contra o projeto da Câmara, porque continuo achando-o ruim. Tenho certeza de que o Senador Francelino Pereira, se não o acha ruim como eu, tem restrições bastante sérias ao projeto, restrições essas que estão inclusive contempladas no seu relatório, não no parecer final de aprovação, mas

no seu relatório quando levanta preocupações que não estão respondidas por esta lei.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senador José Eduardo Dutra, gostaria de um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não sei se entendi bem, mas parece-me que V. Ex<sup>a</sup> admite duas espécies de estáveis: os estáveis em decorrência do ingresso no serviço público mediante concurso público e os que V. Ex<sup>a</sup> ou o Supremo chamou de estabilizados. Aí entra a minha pergunta: do ponto de vista de direitos e deveres, creio que não há nenhuma distinção. Não há nenhum direito que só seja inerente a quem entrou por concurso público e não alcança os assim chamados, estabilizados. Nesse caso, não há como tentarmos distinguir duas espécies de estáveis: estáveis por concurso público e estáveis porque a Constituição deu para todos aqueles até cinco anos antes da sua promulgação. Salvo melhor juízo, há um só estável, seja por concurso público seja porque a Constituição lhe deu esse direito.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador Lúcio Alcântara, esse é um tema que, eu sabia, iria gerar a maior polêmica. Peguei essa expressão “estabilizados” de acórdãos do próprio Supremo Tribunal Federal. Agora, se formos entrar nessa discussão de direitos e deveres, todos são iguais. Não podemos, como propõe o projeto, estabelecer ordem para demissão de quem tem menos tempo, de quem ganha menos ou ganha mais, de quem tem menos dependentes, porque também, à luz dos Direitos, todos eles têm o mesmo direito. É o critério para a demissão. E estou incluindo um critério para a separação dos que foram aprovados.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas, veja V. Ex<sup>a</sup>, aí a matéria seria constitucional. Se a Constituição não distinguiu, não vamos distinguir por lei ordinária. Os critérios, não, eles são infraconstitucionais. A Constituição não fala em estabilizados.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador, no projeto de lei eu não distingo estável de estabilizado. Usei, na minha intervenção, o termo estabilizado; entretanto, na lei, não estou entrando nessa seara. Da mesma forma, também estou estabelecendo como critério o que ganha mais ou menos, que tem menos tempo de serviço ou menos dependentes. Estou usando como critério que os que foram estabilizados... O meu projeto não fala em “estabilizado”; este é um termo que estou usando na discussão. Estabeleço, como um dos critérios, preferencialmente, aqueles que adquiriram estabilidade pelo art. 19.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, esse projeto está sendo discutido em uma hora muito difícil, porque não é fácil ao Governo explicar demissões nesses momentos. Se há uma entidade responsável pelo aumento do déficit público é o Governo Federal.

Hoje, está estampado na manchete do jornal **Folha de S. Paulo** que: “Perda com desvalorização é de R\$102,6 bilhões”. Essa manchete trata da desvalorização do real, demonstrando o que isso representou para o Brasil em termos de divisas. Desde o ano passado, o Brasil vem perdendo com a teimosia do Governo Federal ao manter, primeiramente, a nossa moeda sobrevalorizada, e, em seguida, ao desvalorizá-la, abruptamente, sem prévio aviso à sociedade brasileira.

De outro lado, Sr. Presidente, sabemos que, a essa altura dos acontecimentos, muitos Estados e municípios já providenciaram o enxugamento de suas folhas com, por exemplo, demissões voluntárias e a redução de cargos em comissão.

Antes da aprovação dessa matéria, seria de bom alvitre aprovarmos um requerimento, sobrestando-a, até as informações chegarem ao Senado. Solicitaremos esclarecimentos aos representantes dos Estados e dos municípios sobre o que fizeram em favor do ajuste fiscal, porque temos conhecimento de que alguns governadores e prefeitos, ao invés de reduzir cargos em comissão, aumentaram em profusão esses cargos para o atendimento de seus compromissos eleitorais da reeleição.

Sabemos que essas mesmas autoridades públicas receberam ajuda, para as suas reeleições, de empresas que não pagam imposto, que sonegam vergonhosamente o que deveriam pagar ao fisco. Além disso, apesar de a dívida de muitas dessas empresas estar inscrita no próprio orçamento de cada Estado, os governadores não estão tomando a iniciativa de sua cobrança no Judiciário, ou, se o fazem, tentam procrastinar a dívida no Poder Judiciário por meio dos seus procuradores, com recursos aleatórios e inconsistentes, a fim de que a dívida não seja paga pelos devedores. Por isso, Sr. Presidente, o justo responde pelo pecador? O servidor público, mais uma vez, esse mendigo de gravata, o patinho feio da Administração Pública, é o culpado do rombo dos Estados, dos Municípios e da própria União, quando temos dados que provam inquestionavelmente que mais de 90% do déficit público resulta da política do Governo Federal e



não do excesso de servidores federais, estaduais ou municipais?

Portanto, Sr. Presidente, redigi à mão livre o requerimento e pedi à Secretaria da Comissão para registrar no computador o teor desse documento, que, em suma, pede o sobrestamento da matéria, que tem como Relator o nobre Senador Francelino Pereira e que dispõe sobre “normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências”.

Ora, se existe uma despesa e a receita é previsível – até por meio de cobrança – não será o servidor público que pagará pelo fato de o Governo ter sido ineficiente, incompetente e politiqueiro (pois está devolvendo o que recebeu na eleição mediante a não-cobrança dos impostos).

Sr. Presidente, o Senado Federal não pode ser avalista de administrações que estão sugando o dinheiro da sociedade e querendo transformar os servidores públicos em culpados de suas mazelas administrativas. Destarte, voto contra todos os artigos e apresento o requerimento de sobrestamento da matéria. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sobre a mesa, requerimento, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, de preferência para votação do seu substitutivo — porque é uma emenda substitutiva — e quatro requerimentos do Senador Antonio Carlos Valadares pedindo destaque para votação em separado das Emendas nºs 14, 10, 8 e 7.

Em votação, inicialmente, o requerimento, do Senador José Eduardo Dutra, de preferência para votação.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Como disse no pronunciamento por ocasião da discussão, fiz um requerimento. Para não ser prejudicado, eu gostaria que ele fosse levado em consideração, antes da votação, no momento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Então, com base no art. 279 do Regimento Interno, haverá, primeiramente, a votação do requerimento de sobrestamento da matéria, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Os Srs. Senadores que estão de acordo com o sobrestamen-

to da matéria queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Como vota o Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** – Sou favorável ao sobrestamento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está ausente o Senador Djalma Falcão. Os Senadores Iris Rezende, Jader Barbalho e José Fogaça votam contra. Os Senadores Pedro Simon, Ramez Tebet, Roberto Requião, Bernardo Cabral, Edison Lobão e os Senadores Francelino Pereira e Romeu Tuma votam contra. A Senadora Maria do Carmo Alves vota favoravelmente. Os Senadores Álvaro Dias, Carlos Wilson, Lúcio Alcântara, Luzia Toledo, Sérgio Machado, Antonio Carlos Valadares, Roberto Freire, José Eduardo Dutra: a favor; Senador Jefferson Péres: ausente.

Votaram 13 Srs. Senadores.

Votaram a favor 4 Srs. Senadores; e contra 9 Srs. Senadores.

A matéria foi rejeitada.

Passamos ao requerimento do Senador José Eduardo Dutra, solicitando preferência para votação da sua emenda substitutiva.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam a emenda substitutiva do Senador José Eduardo Dutra queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A Presidência agradece a colaboração de V. Ex<sup>a</sup> na economia processual.

Requerimento para votação em separado da Emenda nº 7, de autoria do Senador Antonio Valadares.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque para votação em separado queiram permanecer sentados.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, trata-se da Emenda nº 7?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sim, está em votação a Emenda nº 7.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, se forem colocados em votação o relatório e as rejeições do Senador Francelino Pereira, ficariam prejudicados esses destaques? Ou é obrigatória a votação do destaque?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Nós teríamos que votar, submeter à apreciação do Plenário da Comissão a fim de sabermos se ela concorda ou não, com a votação com destaque em separado das emendas aqui referidas, cujo parecer foi oferecido pelo Senador Francelino Pereira. O que está em discussão é se se vota ou não em separado, após a votação do projeto de lei que foi objeto de parecer favorável do Senador Francelino Pereira, as emendas, individualmente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, pelo andar da carruagem, sabemos que esses destaques não terão sucesso. No máximo, o resultado será 9 a 4 contra mim, não é? Ou seja, contra o servidor público.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> celeridade tendo em vista a hora.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Poderemos ter até 4. Não seria o caso de retirar. V. Ex<sup>a</sup> poderia colocar em bloco todos os destaques, não me incomodo com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Presidência agradece penhorada.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em votação, portanto, em bloco, o requerimento para votação dos destaques, votação em separado das Emendas nº 7, 8, 10 e 14.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Sr. José Fogaça, pela ordem.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, tenho a impressão de que é concedido o destaque para a votação das emendas e depois elas seriam votadas em bloco com parecer contrário. Não é possível procedermos ...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Dá no mesmo, porque, se o Plenário decidir ...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Dá no mesmo, mas a tradição aqui é, geralmente, acatar as emendas e per-

mitir que elas sejam pelo menos votadas; e não acatá-las em mérito ...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Perfeito. Fica a sugestão do Senador José Fogaça.

Se estiverem de acordo com o destaque de votação em separado permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado.

Em votação o projeto de lei, cujo parecer foi proferido pelo Senador Francelino Pereira. O parecer é favorável ao projeto e contrário às emendas oferecidas.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votos contrários do Senador Amir Lando, José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares.

Apreciação em globo das emendas que mereceram parecer contrário do Relator: Emendas nº 7, 8, 10 e 14.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Sr. Senador Amir Lando, para discutir.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, demais Senadores, serei breve. Quero manifestar a minha posição contrária. Vim para este Congresso, especialmente para o Senado, carregando na minha bagagem apenas a consciência e o meu compromisso com o Brasil e para a sociedade brasileira. E trabalho buscando legislar da melhor maneira possível para o povo brasileiro. Infelizmente, quando me apresentam um projeto de lei deste jaez, em que se têm que estabelecer princípios gerais... E os princípios aqui poderiam ser resumidos em alguns critérios restritos, que não têm sequer uma aferição quantitativa: menor tempo de serviço, maior remuneração.

Sabemos que isso endereça-se até para os municípios. Pensando neles, quem ganha mais nos municípios, em primeiro lugar, são aqueles que desempenham cargos de confiança, e, em segundo lugar, as áreas técnicas. Na minha distante Rondônia, sei que a contratação de um médico implica uma remuneração bem superior à média dos outros Estados e à média dos demais servidores municipais ou estaduais. E o critério remete para esse fim, quer dizer, a saúde é uma carência geral. Como ficará o prefeito para seguir esse princípio hierárquico da maior remuneração?

Menor idade, acredito que foi justo. No entanto, quando se falou na quebra da estabilidade, eu não es-

tava no Congresso, mas sempre manteve uma posição contrária, porque entendia que ela é uma garantia da sociedade e não do servidor. É uma garantia essencial ao Estado de Direito, que tem como senhor a lei, e não o chefe de plantão. Não queríamos voltar ao regime das derrubadas da época imperial, em que, quando mudava o imperador, mudavam-se os servidores. Fico preocupado com que, com a mudança no processo eleitoral do Governador ou do prefeito, a perseguição seja um ato inequívoco. E aqui não há um critério para proteger o servidor da perseguição política.

Entendo que essa norma, como disse, é uma norma em branco, e que neste projeto de lei seria mais honroso para o Congresso brasileiro dizer, com todas as letras: “demitam até o limite estabelecido no art. 169, como quiserem, quando quiserem, da maneira que quiserem.” Essa seria uma disposição clara, sem subterfúgios, sem nenhum critério além da autoridade do Poder Executivo de cada entidade Federada. Teríamos que ter coragem de dizer as coisas como elas são. E não vejo razão para o Governo ter editado normas tão amplas, tão gerais, sem critérios. Os critérios realmente são vazios, despidos de densidade. Não sei por que legislar; é porque é uma formalidade constitucional? Então, que se colocasse, com todas as letras: “façam como quiserem”, ponto final, e “revogam-se as disposições em contrário”. Essa me parece ser a dignidade de um Parlamento. É por isso que registro minha posição, que não é contra ninguém.

E há um problema no Senado. Eu até queria voltar para a Câmara; fiz um esforço para ser candidato a Deputado Federal, porque lá se edifica a lei. Estou acostumado a o Senado sempre ter que votar o “prato feito”, vindo da Câmara, sem poder alterar vírgula a não ser emenda de redação! Estou cansado de o Senado abdicar de sua competência legislativa para reformar as normas. No entanto, sempre há um imperativo, um interesse de Estado que imprime o ritmo da urgência urgentíssima, e aqui estamos nós, sempre impedidos. Viemos para legislar ou homologar a legislação feita na Câmara? Viemos para dar as melhores normas para o convívio social, para impedir futuras injustiças, impropriedades. Agora era a hora. E não vejo por que o Governo não o fez, porque realmente, lendo a lei com cuidado e eu o faço, evidentemente de forma momentânea... E também não entendo que, de um dia para o outro, possamos oferecer emendas à lei. As emendas têm que ser algo sedimentado; a lei se elabora no seio da sociedade; a lei é uma parturição social. A lei se edifica pelo convívio social. Não

podemos aqui, a golpes de arbítrios de lei, pensar que estamos dispondo sobre a posteridade.

Esta lei será uma a mais entre as tantas inúteis, inaplicáveis, impróprias e absolutamente desnecessárias, daí o meu protesto. Não tenho nada contra. Entendi que devia ser agora o momento de expor esses princípios para orientar a dimensão e a admissão dessas demissões. O momento de mensurar é agora. Sai uma norma.

Não faço nenhuma crítica a V. Ex.<sup>a</sup>, eminente Relator. Entendi o esforço sobre-humano de uma consciência que sabe da problemática social brasileira, que conhece os problemas dos mais recônditos Municípios e que teve, por força também da circunstância da celeridade, de refugar as emendas.

Creio que as emendas ainda ficaram muito aquém das exigências. Não tenho a ousadia de fazer uma lei assim, de supetão, porque entendo que a lei é uma coisa muito séria, sobretudo a que implica normas gerais. Por isso, a minha dissensão. Não posso acompanhar este projeto, por uma questão de consciência. Se o fizesse, estaria aqui deixando o meu mandato a descoberto dos meus compromissos com os eleitores de Rondônia. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Sr. Senadores que aprovam o parecer do Senador, contrário às Emendas nº 7, 8, 10 e 14, queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Votaram contra os Senadores Amir Lando, José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares, salvo pelo gongo e pela boa vontade da Presidência.

Pelo avançado da hora, pois já são 13h55min, e a sessão plenária começa às 14h30min, não teremos tempo para discutir convenientemente as matérias constantes dos Itens nº 4 a 10 da pauta.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Já darei a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

Eu quero combinar algo com a Comissão. Na próxima quarta-feira, dia 21 de abril, não haverá reunião pelo fato de coincidir com o feriado nacional. Haverá, portanto, reunião na outra quarta-feira, dia 28 do corrente.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, pela ordem.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, encontrava-me em uma reunião da CPI do Judiciário,



com o Relator, Paulo Souto, e o Presidente, Ramez Tebet, na hora da votação do primeiro item da pauta. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, se possível, computasse o meu voto a favor, de acordo com o parecer do Relator, o Senador Jefferson Péres, justificando que o PSDB teria quatro votos, e só três Senadores votaram a referida matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, registra o seu voto favorável à proposta de Emenda à Constituição nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição Federal pertinentes à Justiça do Trabalho.

**O SR. CARLOS WILSON** – Exatamente. Voto com o parecer do Relator, Senador Jefferson Péres.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Será consignado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14h.)*

**Ata da 29ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 9 de setembro de 1999, às 15 horas e 30 minutos (Reunião Extraordinária).**

Às quinze horas e trinta minutos do dia nove de setembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Bello Parga, Iris Rezende, Roberto Requião, Romeu Tuma, Agnelo Alves, Francelino Pereira, Luzia Toledo, Lúcio Alcântara, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, José Fogaça e Moreira Mendes, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Jader Barbalho, Pedro Simon, Ramez Tebet, Bernardo Cabral, Álvaro Dias, Carlos Wilson, Sérgio Machado, Roberto Freire e Jefferson Péres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inversão da pauta e inclusão do item Extra-Pauta, solicitadas pelo Senador Edison Lobão, passando-se à apreciação do item EXTRA-PAUTA 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1999 (Nº 2.892, de 1992, na Casa de Origem) que “Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.” Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Edison Lobão. Pa-

recer: Pela aprovação com as emendas de nº 01 a 03 (de redação) e rejeição da emenda nº 04, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. Apresentada a emenda nº 05, de autoria da Senadora Marina Silva, pelo Senador José Eduardo Dutra. O Relator profere parecer pela rejeição da Emenda nº 05. Resultado: concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. A Presidência retoma a ordem normal da Pauta. Item 1) Projeto de Lei do Senado nº 66, DE 1999 que “Institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdades socioeconômicas, e dá outras providências.” Autor: Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador Ramez Tebet. A Presidência designa o Senhor Senador Roberto Requião para relatar *ad hoc*. Parecer: pela aprovação com as emendas de redação de nº 1 a 6 que oferece. Resultado: concedida vista ao Senador Bello Parga. Em virtude da ausência do Relator do item 2, a Comissão delibera pela inversão da pauta, passa-se ao item 3, que deixa de ser apreciado por falta de **quorum**, motivo pelo qual a Presidência decide encerrar a reunião, ficando adiados os seguintes itens da pauta: 2) Emendas de Plenário nº 3 e nº 4, Oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1999 (Nº 2.960/97, na Casa de Origem); 3) Emenda de Plenário nº 2 (Autoria da Senadora Marina Silva) Oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999 (Nº 3.651, de 1997, na Casa de Origem); 4) Consulta nº 1, de 1999; 05) Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1999 – Terminativo; 6) Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1999 – Terminativo; 7) Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 1996; 8) Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 1996; 09) Projeto de Lei do Senado nº 265, de 1999; 10) Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 1999; 11) Projeto de Lei do Senado nº 183, de 1999 – Terminativo –; 12) Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1997 (Nº 172/95, na Casa de Origem) e o item EXTRA-PAUTA nº 2) Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1999; e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **JOSÉ AGRIPINO**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Consulto se o Plenário estaria de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> a inversão da pauta de votação para incluir como Item nº 1 o Projeto nº 27 da Câmara (Casa de origem), que é o de nº 1 da extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Consulto se o Plenário aprova a sugestão, porque me parece que a matéria é objeto de amplo acordo entre partidos e lideranças. Trata-se da proposição extrapauta sobre meio ambiente.

Projeto de Lei da Câmara nº 27, que regulamenta o art. 225, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Supondo que o Plenário está de acordo, passamos a apreciar como Item nº 1 da pauta o Item nº 1 da extrapauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Conservação da Natureza e dá outras providências, de autoria da Presidência da República. Relator: Senador Edison Lobão, que oferece parecer pela aprovação, com as emendas de nº 1 a 3 de redação, e rejeição da emenda de nº 4.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, o projeto estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, objetivando a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável, por intermédio da valorização econômica e social da diversidade biológica, bem como a garantia da subsistência das populações tradicionais residentes em unidades de conservação de uso sustentável, valorizando sua cultura e promovendo-a social e economicamente.

A proposição em exame estabelece ainda as diretrizes que devem reger o sistema. Em seu art. 7º, o projeto defende dois grupos de unidades de conservação: unidade de proteção integral e unidade de desenvolvimento sustentável. O grupo das unidades de conservação de proteção integral tem como objetivo básico a preservação da natureza. Por sua vez, o grupo das unidades de conservação de uso sustentável tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

O projeto estabelece normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Dentro do prazo regimental, foi apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara a seguinte emenda:

Emenda nº 4 “Dê-se ao art. 37 do Projeto de Lei da Câmara a seguinte redação: as parcelas e propriedades privadas incluídas e mantidas em refúgios de vida silvestre, em monumentos naturais, em áreas de relevante interesse ecológico, bem como a área das reservas particulares do patrimônio natural são consideradas áreas de interesse para a proteção dos ecossistemas, para fins de isenção do Imposto Territorial Rural, exercendo sua função social”.

Análise: O projeto em exame conforma-se aos preceitos constitucionais vigentes, sobretudo quanto à iniciativa e à competência do Congresso Nacional, e não é matéria constante de projeto de lei rejeitado na atual Sessão Legislativa. Além disso, o Projeto de Lei da Câmara preenche os requisitos formais de juridicidade e boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, o projeto chega ao Senado Federal precedido por amplos debates com organizações não-governamentais, comunidade científica, governos estaduais e municipais, setor produtivo e outros segmentos da sociedade. Essa discussão objetivou essencialmente a legitimação desse importante avanço formativo no que concerne aos processos de criação, implantação, consolidação e gestão das unidades de conservação no Brasil. Após exame da matéria, manifestamo-nos também pela sua aprovação quanto ao mérito.

Com respeito à Emenda nº 4, deve-se enfatizar que ela pretende incluir as áreas de relevante interesse ecológico entre as categorias de unidades de conservação, cujas eventuais áreas particulares ficam isentas do Imposto Territorial Rural.

Embora os fundamentos expostos pelo nobre Senador Lúcio Alcântara sejam relevantes, cumpre ressaltar que o art. 37 do projeto de lei em pauta não contempla expressamente as áreas de relevante interesse ecológico, pelo fato de estarem elas isentas do imposto sobre a propriedade territorial rural, por conta da Lei nº 9.393, que trata desse tributo. O art. 10, § 1º, exclui da área tributável, para fins de apuração do ITR, as áreas de interesse ecológico para proteção dos ecossistemas, assim declaradas mediante ato do órgão competente federal e estadual.

Portanto, o intuito do art. 37 é estender aos monumentos naturais, aos refúgios da vida silvestre e às reservas particulares de patrimônio natural a isenção já concedida.

Em razão do exposto, somos pela rejeição da Emenda nº 4.

Enfatizamos, por fim, a necessidade de pequenos ajustes na redação do projeto ora examinado, na forma das emendas abaixo apresentadas, que são todas emendas de redação:

Emenda nº 1: “Substitua-se, no art. 30, os termos ‘convênio ou contrato’ por instrumento a ser firmado”;

Emenda nº 2: “Substitua-se, no art. 40, o termo ‘reservas ecológicas e culturais’ por ‘reserva de desenvolvimento sustentável’;

Emenda nº 3: “Acrescente-se no § 5º do art. 41 o termo ‘organização da’, entre ‘Unesco e’ qual o Brasil é membro”.

Voto:

Com base no exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 27. E, no mérito, por sua aprovação, com as emendas de redação apresentadas e pela rejeição da Emenda nº 4.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer, portanto, é pela aprovação, com as emendas de redação nºs 1, 2 e 3 e pela rejeição da Emenda nº 4.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Eu pediria ao Senador Lobão que tentasse, de uma forma bem sintética, explicar a mim e à Comissão exatamente qual é a essência do projeto. Observando o seu relatório, a mim pareceu que pretende-se introduzir a possibilidade de reservas ecológicas privadas – o que hoje seria uma APA, uma área de proteção ambiental, que pode ser privada. Estende-se essa visão da APA para a reserva ecológica?

**O SR. EDISON LOBÃO** – Não. Lerei uma parte do parecer que explica isso bem:

“Estabelece o sistema nacional de unidade de conservação da natureza, que objetiva a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos, o desenvolvimento sustentável, por intermédio da valorização econômica e social da diversidade biológica, bem como a garantia da subsistência das populações tradicionais residentes em unidades de conservação, de uso sustentável, valorizando sua cultura e promovendo, social e economicamente, por meio da utilização de princípios de uso sustentável da natureza no processo de desenvolvimento.”

E ainda: “(...) as diretrizes que devem reger o sistema, com ênfase no desenvolvimento da sociedade, no tocante ao estabelecimento e à revisão da polí-

tica nacional de unidade de conservação, bem como na participação efetiva das populações locais, na criação, implantação e gestão das unidades de conservação”.

Ou seja, dá-se ênfase às unidades de conservação, em verdade.

É quase um código em torno desse assunto, que foi elaborado já na gestão do atual governo do Presidente Fernando Henrique, tendo sido alterado um pouco na Câmara. Aqui, o Senador Lúcio Alcântara apresentou uma emenda, cuja rejeição estou propondo, e acrescento três emendas de redação. É apenas isso.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Mas cria, na verdade, essa reserva. A inovação seria essa reserva particular de patrimônio natural.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Isso.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Com as isenções de impostos?

**O SR. EDISON LOBÃO** – De impostos.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O relatório, Presidente, vem de um político profissional – como eu, o Senador Lobão é um político profissional. A propósito: eu discutia esse assunto hoje no plenário, fazendo referência a um editorial de **O Estado de S. Paulo**, que condenava o Senador Pedro Simon por ser um político profissional procurando reserva de mercado.

O político profissional é o que, em tempo integral, se dedica ao interesse público. Explicava eu, no plenário, hoje, que a palavra política vem de **pólis**, no grego, que é cidade, à qual se acrescenta um sufixo, “ico” ou “ica”, que transforma o substantivo em adjetivo. “Político é da cidade”, ou seja, o administrador da cidade e, por extensão, do Estado e da Nação. Eu vejo no relatório do Senador Edison Lobão este espírito: uma preocupação com o interesse público. E não me parece que esta criação de uma área privada de preservação contrarie o interesse da sociedade e o interesse do equilíbrio ecológico, o projeto parece bom. Eu me reservo a uma observação mais acurada quando da votação em plenário, mas neste momento na Comissão meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, com a palavra o Senador Lúcio Alcântara e em seguida o Senador José Fogaça.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, o nobre Senador Edison Lobão ofereceu seu parecer, a propósito, pela rejeição de emenda que apresentei S. Exª teve, como é de seu feitio, a gentileza de me comunicar antecipadamente que o seu parecer seria pela rejeição da emenda, até me pediu que o poupas-



se, se fosse o caso, disto que poderia ser um constrangimento, mas eu vejo tudo com muita naturalidade, não obstante a argumentação de S. Ex<sup>a</sup> não me haver convencido. Mas também não pretendo fazer disso uma causa que venha procrastinar a tramitação desse projeto, porque o considero muito importante. Vou pedir a paciência dos senhores Senadores para ler apenas não uma justificativa, porque a emenda já tem a justificativa, mas as razões que me levaram a apresentar a emenda e a sustentar, apesar do parecer em contrário do Senador Edison Lobão, que alega que já estava contemplada, o que no meu entendimento não se dá. Evidentemente não vou criar aqui nenhum empecilho para a tramitação dessa matéria porque entendo que em meio ambiente as coisas já acontecem com tanta dificuldade que não será por uma razão, vamos dizer assim, que não é impeditiva para a tramitação da matéria, que venhamos a dificultar a sua sequência aqui no Senado. Mas vou colocar aqui, para ficar bem clara a minha posição.

De acordo com o PLC nº 27 de 1999, as unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza que o Senador Roberto Requião fez questão de frisar aqui, que é justamente permitir à iniciativa privada criar esses sistemas mediante uma isenção tributária também, veio justamente, está sendo criada, neste projeto. Esse SNUCN, quer dizer, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, divide-se em dois grandes grupos: as unidades de conservação de proteção integral e as unidades de conservação de uso sustentável. Do grupo de unidade de conservação de proteção integral fazem parte, entre outras, as categorias denominadas monumento natural e refúgio de vida silvestre. Ambas podem ser criadas em terras públicas ou privadas. Por sua vez, as áreas protegidas designadas área de relevante interesse ecológico e reserva particular do patrimônio natural pertencem ao grupo das unidades de conservação de uso sustentável. A ARIE, quer dizer, Área de Relevante Interesse Ecológico, é portanto uma categoria específica de uma unidade de conservação, definida nos termos do art. 16 do Projeto de Lei Complementar nº 27/99.

Art. 16. A área de relevante interesse ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriguem exemplares raros da biota regional.

§ 1º A área de relevante interesse ecológico é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma área de relevante interesse ecológico. Essas áreas, da mesma forma que os monumentos naturais e os refúgios da vida silvestre, podem ser constituídas por terras públicas ou privadas, enquanto a reserva particular do patrimônio natural é obrigatoriamente uma área privada, gravada com perpetuidade.

Isto posto, passamos a analisar a Emenda nº 4, que tem por objetivo modificar o art. 37, do PLC nº 27/99.

O art. 37 isenta do imposto territorial rural as áreas protegidas, constituídas por terras privadas. **In verbis**, as parcelas de propriedades privadas incluídas e mantidas em refúgios de vida silvestre e em monumentos naturais, bem como a área das reservas particulares do patrimônio natural, são consideradas áreas de interesse ecológico, para a proteção dos ecossistemas, para fins de isenção do imposto territorial rural, exercendo sua função social. Como se observa, o art. 37, na forma proposta, não contempla, com a isenção do imposto territorial rural, as áreas de propriedades privadas incluídas e mantidas em área de relevante interesse ecológico.

Quer dizer, a emenda exclui da isenção essas áreas de relevante interesse ecológico.

O texto do dispositivo faz referência expressa a somente três categorias de unidade de conservação: refúgio de vida silvestre, monumentos naturais e reservas particulares do patrimônio natural, considerando-as como áreas de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas para fins de isenção do imposto territorial rural.

A emenda nº 4 procura corrigir esse equívoco, estendendo também para as áreas – quer dizer, essas áreas a que me referi – o benefício da isenção fiscal, previsto no art. 37, do PLC nº 27/99.

A diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente manifestou-se contrária à referida emenda, argumentando que o art. 37, do projeto de lei que estabelece esse Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, não contempla expressamente as áreas de relevante interesse ecológico, em decorrência do fato de já estarem isentas tais áreas por conta da própria Lei nº 9.393/96, que trata do imposto territorial rural.

Discordamos do argumento apresentado pelas razões que passaremos a expor.

Conforme estatui a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, ficam excluídas da área tributável, para os efeitos do imposto territorial rural, as áreas de

interesse ecológico para proteção dos ecossistemas, assim declarados mediante ato do órgão competente, art. 10º, § 1º, inciso II, alínea b.

Transcrevemos abaixo o dispositivo:

“A apuração e o pagamento do imposto territorial rural serão efetuados pelo contribuinte.

§ 1º Para os efeitos de apuração do imposto territorial rural considerar-se-á:

II – área tributável: a área total do imóvel, menos as áreas:

a) – de preservação permanente e de reserva legal previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1999.

b) – de interesse ecológico para proteção dos ecossistemas assim declarados mediante ato do órgão competente, federal ou estadual e que amplia as restrições de usos previsto na alínea anterior”.

Esses dispositivos tratam da questão de forma genérica, sem contemplar especificamente nenhuma das categorias de unidade de conservação que integram o sistema nacional de unidades de conservação da natureza.

A isenção aplica-se, portanto, a todas as áreas de interesses ecológicos para a proteção dos ecossistemas, quando assim declarados mediante ato do órgão competente, federal ou estadual, e esse ato não se confunde com o ato de criação das unidades de conservação a que se refere o art. 22, do PLC nº 27/99.

Desse modo, o efeito da isenção, previsto no art. 10, da Lei nº 9.393/96, é garantido aos monumentos naturais, refúgio de vida silvestre e reservas particulares do patrimônio natural, pelo art. 37 do PLC nº 27/99, ao estabelecer nominalmente quais as categorias de unidade de conservação que terão direito ao benefício.

Não procede, pois, a justificativa apresentada pelo Ministério do Meio Ambiente, de que o intuito do art. 37 foi estender aos monumentos naturais, aos refúgios de vida silvestre e às reservas particulares do patrimônio natural a isenção já concedida a essas áreas de relevante interesse ecológico.

Ao não incluir a área de relevante interesse ecológico no texto do art. 37 do PLC nº 27/99, a concessão da isenção fiscal para cada unidade dessa categoria ficará a critério do poder discricionário do órgão competente a que se refere o art. 10 da Lei 9.393/96.

Se assim entender o Ministro do Meio Ambiente, mediante ato seu ou do Presidente da República, poderá estender essas áreas. Na verdade, as outras três a que me referi não porque estarão contempladas em lei. Essa é a diferença fundamental e a razão da emenda que apresentei.

Outro aspecto a ser considerado, caso se aceite o argumento do Ministério do Meio Ambiente para excluir as áreas do art. 37 do PLC nº 27/99, é que, na hipótese de um referido dispositivo da Lei nº 9.393/96 vir a ser revogada expressamente ou não, as parcelas de propriedade privada dessa categoria ou de unidades de conservação ficarão, sem dúvida, definitivamente excluídas do benefício fiscal. Em suma, essas categorias que estão constando expressamente do projeto que estamos votando já estão amparadas. As áreas de relevante interesse ecológico a que me refiro poderão ou não ser contempladas a critério da autoridade. Essa é a diferença e, portanto, a razão da minha emenda.

O nobre Senador Edison Lobão ofereceu parecer contrário no entendimento de que o Ministro ou a autoridade que vier a ocupar esse cargo terá o bom senso de estender a mesma isenção aos proprietários das áreas de relevante interesse ecológico. Só que eles ficarão dependendo do poder discricionário da autoridade enquanto que os proprietários das áreas de refúgio silvestre, monumento natural e a outra ficarão amparados por essa própria lei. Essa é a diferença, mas como disse não tenho qualquer intuito de procrastinar a aprovação do projeto e compreendo as razões que o Senador Edison Lobão expôs.

As emendas são minhas inspiradas pelo Dr. Paulo Nogueira Neto, que é um profundo conhecedor das questões do meio ambiente. Já ocupou a Presidência da Sema – Secretaria do Meio Ambiente, do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e assim por diante.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Feitas as considerações do Senador Lúcio Alcântara, passo a palavra para discutir ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, somente para fazer uma consideração a respeito de um ponto cujo debate acompanhei na Câmara dos Deputados que é a criação das reservas extrativistas. Talvez seja um dos pontos mais importantes da lei porque estabelece a prioridade das reservas extrativistas e cria um mecanismo jurídico muito interessante de proteção.

Primeiro, elas são transformadas em domínio público e, assim ocorrendo, as áreas privadas que pertençam a proprietários privados são desapropriadas.

das e toda a área fica sendo pública. A partir daí, há uma concessão de uso restrito às chamadas populações extrativistas tradicionais, permitindo-se que elas façam o manejo tradicional que é o de respeitar o ecossistema, o meio ambiente, permitir que haja a reprodução das espécies.

Ao mesmo tempo, como essas populações, poderão controlar a área por meio da formação de um conselho deliberativo que a administra e limita a ação dos grupos extrativistas não permitindo o que chamam de oportunismo extrativista que é daquele que chega, explora e vai embora. Somente as populações permanentemente tradicionais é que podem fazer o uso dessas áreas. É uma forma de uso muito defendida pelos ecologistas e ambientalistas.

A lei, desse ponto de vista, segundo ouvi, as ONG que tratam da matéria atendem bem de perto essa reivindicação. Pelo menos essa parte da lei, considero bastante importante, Sr. Presidente. É uma razão para votar a favor.

**O SR. BELLO PARGA** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um acréscimo, Senador José Fogaça? As propriedades particulares serão desapropriadas.....

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Nem privado. Ele é público, sob concessão comunitária.

**O SR. BELLO PARGA** – ...domínio público.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – As terras são públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço aos Srs. Senadores que usem o microfone porque a TV Senado tem sido prejudicada muitas vezes.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Apenas para reafirmar e para concordar com o Senador Bello Parga. Na verdade, as terras passam a ser de domínio público. Portanto, são terras públicas, mas o seu uso é restrito a esses grupos extrativistas tradicionais, os seringueiros. E a extração de madeira é proibida. Quer dizer, a extração comercial de madeira, segundo me parece, não pode ser desenvolvida, a não ser para uso extrativista dentro da reserva, dentro da área extrativista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para discutir.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – ...emenda e gostaria de ouvir o Relator. Eu tenho uma emenda e gostaria que o Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Relator está atento e vai ouvir devidamente a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDISON LOBÃO** – (Fora do microfone.)

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não, Sr. Presidente, esta não é exatamente a minha praia.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Desculpas ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Mas a Senadora Marina Silva, que é especialista nessa matéria, vem, inclusive, travando um debate com representantes do Governo em relação ao projeto. Com referência a algumas questões problemáticas relativas à regulamentação já houve acordo para que sejam resolvidas. Parece que houve acordo também para uma emenda de redação que suprime a palavra “tradicionais”, no art. 18, pois a forma como poderá ser interpretada, a partir da manutenção dessa expressão, poderia ter um aspecto limitador do próprio objetivo do projeto, já que a definição de populações extrativistas já está contemplada. Então, seria despidendo, para usar um termo que os membros da Comissão gostam muito de utilizar, a expressão “tradicionais”. Portanto, trata-se de uma emenda de redação que não implicaria retorno à Câmara. Passo-a às mãos do Relator e solicito que S. Ex<sup>a</sup> a analise.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Relator.

**O SR. EDISON LOBÃO** – “Reserva extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais — suprima-se ‘tradicionais’ — cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na cultura de subsistência...” Qual a objeção, Senador Requião?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – A observação que posso fazer é em cima da exposição do Senador Fogaça, que a expressão “populações extrativistas tradicionais” impede o extrativismo oportunista. É evidente que a preservação dessas áreas não está ligada ao combate à pobreza, à geração de empregos, mas à preservação, respeitando as populações que, tradicionalmente, vivem da extração nessas áreas. Então, em vez de contrariar o espírito do projeto, vem garantir exatamente a visão preservacionista do projeto em sua íntegra. Creio que deve ser mantida a expressão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, penso do mesmo modo que os Senadores José Fogaça e Roberto Requião. Pergunto ao Senador José Eduardo Dutra se estaria de acordo com essa nossa posição. Nesse caso, S. Ex<sup>a</sup> retiraria a emenda.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – O que está em discussão não é o conceito de população extrativista. A população extrativista está definida de acordo com a prática, mas acrescenta-se algo ao conceito tradicional. Embora eu entenda a preocupação do Senador Roberto Requião e do Senador José Fogaça de evitar o extrativismo oportunista, existem outras



populações que são extrativistas mas que não se enquadram. Uma interpretação muito restritiva do conceito original acabaria impedindo que essas populações que são extrativistas fossem contempladas nessas áreas.

O estabelecimento do conceito de população extrativista, que já está no projeto, contempla a preocupação dos Senadores José Fogaça e Roberto Requião.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, parece-me que o único ponto que resta a decidir nesta matéria, que no seu todo – a meu ver – tem o consenso da Comissão, é, portanto, a emenda de redação da Senadora Marina Silva, que tem o aval do Senador José Eduardo Dutra.

É uma emenda supressiva da expressão.

Eu havia conversado com o Ministro...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, há um acordo com o Governo. Mas, se eu fosse me guiar por acordo com o Governo, eu teria votado de forma diferente desde o dia em que cheguei aqui. Prefiro votar de acordo com o espírito preservacionista do projeto original.

Se tirarmos a palavra “tradicional”, estaremos transformando o projeto em um projeto de geração de emprego. Não me parece compatível a geração de emprego em cima da preservação da natureza. Altera em gênero, número e principalmente em qualidade. Passa a ser um projeto de geração de emprego.

Se estamos procurando um foco de geração de emprego numa área que deve ser preservada e que admite, de forma restrita, o extrativismo, estamos fazendo uma emenda que liquida o projeto original – não tenho dúvida alguma disso. É evidente que precisamos viabilizar projeto de geração de emprego, de renda mínima, mas a preservação da natureza não tem nada com isso.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, o projeto foi elaborado por uma comissão de técnicos. Várias ONG participaram intensamente. Na verdade, no último momento houve uma aceitação por parte da comissão desta emenda supressiva. Penso também assim. Acredito que a emenda não é de redação, mas implica uma mudança essencial do projeto.

Vou ter de emitir parecer contrário à emenda, mas vou pedir ao Ministro que na regulamentação volte a estudar a matéria para ver se encontra uma fórmula alternativa.

A meu ver, altera muito a essência do projeto. O parecer é contrário.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, quero justificar o fato de ser uma emenda de redação. O início do projeto estabelece definições de uma série de expressões: diversidade biológica, recurso ambiental, preservação, proteção integral, população tradicional, extrativismo. Não há a definição de “população extrativista tradicional”. A inclusão da expressão “população extrativista tradicional” – e por isso o entendimento de emenda de redação – é porque ela se choca com as definições que estão estabelecidas no início do projeto que menciona “população tradicional” e “extrativismo”.

De acordo com as definições, o correto é estabelecer “populações extrativistas”, como há em outros artigos do projeto, referência a população tradicional e outros artigos que não o art. 18.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A opinião, portanto, do Senador Edison Lobão... V. Ex<sup>a</sup> concluiu o parecer pela aprovação das Emendas nºs 1 e 3 de redação e revisão de emenda nº 4. Um, 2 e 3

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, o parecer é contrário?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estamos ouvindo o Relator.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, quero pedir vista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> pede vista, então?

Está concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra.

Volta-se à pauta original.

**Item 1:** – Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1999, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação de pobreza, diminuição de desigualdades socioeconômicas e dá outras providências. De autoria do Senador Eduardo Suplicy, Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece parecer pela aprovação com as Emendas de Redação de nºs 1 a 6, que oferece.

Pediria ao Senador Roberto Requião, por favor, que lesse o relatório e o parecer do Senador Ramez Tebet.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O relatório é o seguinte: Projeto de Lei do Senado nº 66, de 99, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o Governo Federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza, diminuição de desigualdades socioeconômicas e dá outras providências.

Em seu art. 1º, a proposição determina que o Poder Executivo, por intermédio da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, deverá estabelecer uma linha oficial de pobreza com vistas à consecução das disposições do art. 3º, III, da Constituição Federal.

Essa norma constitucional prevê:

“Art. 3º – Constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III – Erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

O § 1º, do art. 1º do projeto define linha de pobreza como padrão de rendimento anual mínimo necessário para permitir que uma família e/ou uma pessoa possam suprir suas necessidades vitais.

Em seu art. 2º, preceitua deva o Presidente da República, por ocasião de sua posse, estabelecer as metas regionais de erradicação da pobreza e de diminuição de desigualdades socioeconômicas a serem atingidas durante o seu Governo, bem como delas dar conhecimento ao Poder Legislativo por meio de sua mensagem ao Congresso.

O § 1º desse artigo impõe a obrigatoriedade de as citadas metas expressarem a redução do número de famílias e/ou pessoas que estejam vivendo abaixo da linha oficial de pobreza, anteriormente definida.

O § 2º do art. 2º determina que o Presidente da República, por ocasião do envio da mensagem ao Congresso Nacional, referida no inciso XI do art. 84 da Constituição, deverá apresentar balanço das metas propostas por seu Governo para erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Preceitua o art. 84, inciso XI, da Constituição:

“Compete privativamente ao Presidente da República:

XI – Remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.”

Preconiza o projeto em exame, no § 3º de seu art. 2º, que a linha oficial de pobreza deverá orientar a elaboração dos planos plurianuais, das leis de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais e dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais, nos termos do art. 165 da Constituição, que estabelece as orientações básicas para elaborar os planos, programas e leis orçamentárias da União.

Dispõe o art. 3º sobre a obrigação de o atual Presidente da República enviar ao Congresso Nacio-

nal as metas previstas no **caput** do art. 2º trinta dias após a regulamentação da lei originária da proposição em apreço.

O art. 4º confere prazo de 90 dias para regulamentação da lei.

Finalmente, o art. 5º estabelece a cláusula de vigência da norma legal, a partir de sua publicação.

Em sua justificação, o Senador Eduardo Suplicy recorda a afirmação do Senhor Presidente da República, por ocasião da posse em seu segundo mandato, de que “pouco vale o Brasil ser a 8ª economia do mundo se continuar entre os primeiros em desigualdade social”.

Em seguida, com base em dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recorda ter piorado o nível de concentração de renda no Brasil entre os anos de 1992 e 1997, com a diminuição dos rendimentos médios dos extratos mais empobrecidos do País.

Em face das condições de extrema penúria em que vive parte ponderável da população brasileira e do mandamento inscrito no art. 3º da Constituição, que erige entre os objetivos fundamentais da República a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais, o Senador Eduardo Suplicy defende a necessidade de estabelecimento de mecanismos e critérios que permitam vislumbrar o caminho a ser percorrido, com vistas a atingir os objetivos fixados pela Constituição. Segundo ele, a construção de uma linha de pobreza fornecerá uma referência na análise da extensão da miséria no Brasil e na consecução e orientação de políticas sociais. Consoante o nobre autor da proposição, em diversos países que instituíram uma linha de pobreza, observou-se a formação de maior consciência sobre a miséria. Exemplo recente é a Irlanda, onde se criou o mecanismo em consideração e se fixaram metas a serem alcançadas no decênio 1997/2007. No caso do Brasil, entretanto, a inexistência de um critério oficial para medir a pobreza dificulta a execução de políticas sociais com metas claras e parâmetros definidos.

Em razão disso, conclui o Senador Eduardo Suplicy, “cabe estabelecer a linha oficial de pobreza e definir metas para a erradicação da miséria no Brasil”.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

#### Análise

De fato, o Brasil tem sido reiteradamente apontado por organismos internacionais como um dos campeões em desigualdades sociais. O País não tem conseguido aliar ao enorme crescimento econômico

das últimas décadas a distribuição de renda e a equidade das condições de vida, de que apenas parte da população desfruta. Há quase trinta anos, tornou-se famosa a frase resultante da perplexidade do General-Presidente ao deparar com a miséria subjacente ao milagre econômico: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”.

As estatísticas mais recentes continuam a mostrar um quadro em que as pequenas mudanças, ora para melhor ora para pior, não são capazes de imprimir rumo passível de caracterizar alguma tendência diversa da perpetuação da condição de pobreza ou miséria em que se encontram amplas camadas da população brasileira.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, no ano de 1997, entre as pessoas que possuíam rendimento, as 50% mais pobres recebiam parcela de renda inferior a do extrato de 1%, dos mais ricos (13,1% contra 13,7%). Observe-se, ademais, que os 10% e os 5% mais ricos possuíam, respectivamente, 47,6% e 34% da renda gerada no País. Ainda segundo a fonte citada, 32% dos brasileiros com 15 anos ou mais possuem menos de quatro anos de estudos. Em outras palavras, eram analfabetos funcionais. Dessa forma, muito provavelmente estão condenados à pobreza.

Estudo publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, em fins de 1998, mostrou mais uma vez que a renda define as condições de vida da população brasileira e suas possibilidades de acesso aos bens e serviços, inclusive públicos. Segundo essa publicação, no Brasil, de fato, a renda é elemento definidor da condição de vida de seus habitantes e, à medida que ela aumenta, melhoram as condições de vida, qualquer que seja a dimensão considerada.

Uma das manifestações mais preocupantes da pobreza brasileira é sem dúvida o trabalho infanto-juvenil. Em 1995, havia no País 522 mil crianças trabalhadoras entre 5 e 9 anos, e 3,6 milhões entre os 10 e 14 anos. Em 1997, 16,9% das crianças entre 10 e 14 anos existentes no País trabalhavam ou procuravam emprego, percentual que chegava a 45,9% entre os adolescentes de 15 a 17 anos.

Vários pesquisadores brasileiros mostraram a acentuada correlação entre inserção precoce no mercado de trabalho, origem de família pobre, baixa escolaridade, desqualificação e baixos salários auferidos por crianças e adolescentes. Em outras palavras, uma proporção significativa de crianças pobres está condenada, desde o início da vida, a não se reproduzir senão nas condições de miséria em que viveram seus ancestrais.

No plano das economias regionais, estudo recentemente referido pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 14 de junho último, de autoria do Professor Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas, concluiu que, entre 1988 e 1997, a diferença entre os Produtos Internos Brutos **per capita** nas regiões brasileiras aumentou em média 11%. Segundo a mencionada pesquisa, no período citado, os PIB **per capita** do Sul, Sudeste e Centro-Oeste cresceram, respectivamente, 16%, 1% e 7%; no Nordeste ficou estagnado e no Norte diminuiu 9%.

Reconhecidamente, um dos principais obstáculos para a existência de um efetivo programa de combate à pobreza no Brasil é a subordinação da política social às programações macroeconômicas dos governos que se sucedem, pelo menos desde o início do século.

Tal caráter de subalternidade ocorre de duas maneiras básicas. A primeira é o fato de os recursos destinados à área social dependerem dos ciclos de crescimento econômico. Assim, em momentos de crise, quanto maior se afigura a necessidade dos mais pobres, as inversões públicas diminuem, tornando ainda mais extremas as privações dessa parcela da sociedade. A mais grave forma de subordinação, porém, é a decorrente da concepção dominante nas estratégias governamentais, qual seja a de que o crescimento econômico possui, por si só, a capacidade de engendrar o desenvolvimento social.

A esse respeito, o documento de uma das mais importantes iniciativas do atual Governo, o Programa Comunidade Solidária, identificava o problema em 1996 nos seguintes termos: “Não obstante a clareza manifestada pelo Presidente da República acerca do caráter estratégico e imperativo ético que assume no Brasil o enfrentamento da exclusão, a orientação predominante na prática cotidiana do Governo Federal como um todo continua subordinando a questão social à questão econômica e considerando que aquela será resolvida fundamentalmente por medidas econômicas”. Esse é o principal problema de concepção a que podem reportar-se várias das dificuldades encontradas pelo País para reverter adequadamente e em tempo hábil os horrores do quadro social. Trata-se de um documento dos conselheiros da Comunidade Solidária intitulado “Contorno de uma Estratégia de Desenvolvimento Social para o Brasil”, Brasília, 1996.

A importância de uma política social com metas de curto, médio e longo prazo e estratégias que não sejam residuais do crescimento econômico ficou bem caracterizada pelas iniciativas desenvolvidas nos últimos tempos por governos estaduais e pelo Governo



Federal. Os programas de complementação da renda de famílias pobres que oferecem como contrapartida a retirada de crianças e adolescentes do mercado de trabalho para colocá-los na escola mostram claramente a impossibilidade de solução da pobreza pela via das relações econômicas e o caráter imprescindível de projetos cujo foco seja especificamente o combate à pobreza. Programas dessa natureza permitiram retirar das carvoarias e dos canaviais número significativo de crianças e adolescentes, que puderam voltar aos bancos escolares e assim vislumbrar outra perspectiva de vida que não seja a perpetuação da exclusão social.

Pesquisa publicada pelo Banco Mundial em 1995 sobre a pobreza no Brasil elaborou o teste de sensibilidade com vistas a verificar que resultados se produziriam mediante o uso de diferentes linhas de pobreza baseadas nos custos de cestas de alimentos que atendessem a requisitos calóricos diferenciados. Quanto mais baixas as linhas de pobreza mais a miséria se concentrava no meio rural e no Nordeste. Entretanto, à proporção que tais parâmetros se elevavam para novos níveis mínimos de satisfação das necessidades básicas, maior era a contribuição das áreas urbanas e metropolitanas para a pobreza, inclusive do Sudeste e Sul do País.

Também se conclui da pesquisa que ampla camada da população brasileira encontra-se em situação de grande penúria, de forma que numa amplitude significativa de possíveis linhas de pobreza, um contingente ponderável situar-se-á pouco abaixo ou pouco acima da linha definida. Em outros termos, parcela representativa da sociedade brasileira encontra-se em situação de tamanha insegurança quanto à sobrevivência, que estará ora acima, ora abaixo de determinada linha de pobreza, ao sabor dos ciclos conjunturais.

É em decorrência desse fato que conjunturas de estabilidade ou de crescimento econômico permitem a melhoria de condições de vida de setores da sociedade nacional, os quais retornam à situação anterior ou semelhante por ocasião da primeira crise. Há necessidade, pois, de políticas públicas que ofereçam condições de as camadas mais pobres superarem, efetivamente, a situação em que se encontram.

Nesse sentido, a fixação de uma linha oficial de pobreza e a mobilização da administração pública e de recursos governamentais com o fim de alcançar metas previamente definidas com vistas a diminuir o contingente de pobres existentes no País representam um esforço capaz de, em um futuro não muito dis-

tante, diminuir sensivelmente os níveis de miséria encontrados.

Observe-se, a propósito, que, ao ocupar-se dos gastos sociais, o estudo do Unicef constata percutientemente, às páginas 41 e 42:

“Quantias relativamente elevadas têm sido aplicadas em programas sociais, mas sem o reflexo esperado na diminuição da pobreza nem na melhoria dos indicadores.

Sendo assim, revestem-se de extrema importância as avaliações acerca da eficiência, eficácia e equidade dos gastos sociais no Brasil que permitam fornecer elementos e subsídios necessários ao relacionamento das políticas públicas cujo intuito seja mitigar a pobreza e as desigualdades sociais.

A definição de metas governamentais com vistas à erradicação da pobreza, sem dúvida, conferirá uma unidade à política social e certamente tornará mais produtivos os programas desenvolvidos, pois galvanizará as energias de vários setores da máquina pública para um objetivo comum. Além disso, tende a tornar mais eficientes os recursos aplicados, uma vez que evitará sua pulverização por programas dispersos e muitas vezes concorrentes.

Ademais, o compromisso do Governo e a efetiva mobilização de seus órgãos para a gradativa eliminação da pobreza no País possuem elevada capacidade de envolver a sociedade nos esforços para atingir tal fim e, com isso, aumentar substancialmente o alcance dos programas que vierem a ser desenvolvidos.

A adoção de uma linha oficial de pobreza e a obrigatoriedade de qualquer governo incluir nos planos plurianuais, nas leis de diretrizes orçamentárias, nos orçamentos anuais e nos planos e programas nacionais, regionais e setoriais as metas de redução dos níveis de pobreza, bem como os correspondentes meios para a consecução desse propósito configuram o efetivo compromisso com um dos objetivos fundamentais da República, tal como definido no art. 3º, inciso III, da Constituição Federal.”

Nesse sentido, a proposição sob exame é bastante oportuna. Necessita ela, porém, de pequenos ajustes, com o objetivo de aprimorar sua redação e conferir-lhe a clareza necessária para atingir seus elevados fins.

Primeiramente, há de se reformular a ementa, a fim de corrigir a aparente idéia de que se devem definir metas ao longo do tempo, quando, na verdade, trata-se de fixar metas para a progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Além disso, julgamos deva-se suprimir a expressão “e/ou”, existente no § 1º do art. 1º e no § 1º do art. 2º, por não ser compatível com a boa técnica legislativa. Os vocábulos “ou”, no primeiro caso, e “e”, no segundo, definem com suficiente precisão a regra estabelecida pelas mencionadas normas, razão por que substituem de forma aprovada a citada expressão.

Com relação ao texto do § 1º do art. 1º, há de se oferecer redação que defina com mais clareza o conceito de “linha de pobreza” a partir de parâmetro único. Tal como está redigido, o dispositivo enseja o entendimento de que a definição pode basear-se, alternativamente, no grupo familiar ou no indivíduo.

Julgamos mais adequada a redação que confira ao conceito de “linha de pobreza” a compreensão do padrão de rendimento anual mínimo necessário para que um grupo familiar ou uma pessoa que viva sozinha possa suprir suas necessidades vitais.

O texto do **caput** do art. 2º necessita ser aprimorado, com o fim de esclarecer que o Presidente eleito, após estabelecer as metas nacionais e regionais de progressiva erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas de seu governo, delas deve dar conhecimento ao Poder Legislativo, por meio de mensagem enviada ao Congresso Nacional.

Da mesma forma, o § 2º do mesmo art. 2º precisa ser aperfeiçoado, desde que, na mensagem ao Congresso Nacional, deve o Presidente da República apresentar balanço não da evolução das metas por ele fixadas, mas das ações desenvolvidas por seu governo para atingir tais metas.

O § 3º do citado artigo carece de reformulação, uma vez que não cabe à linha oficial de pobreza orientar os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e planos e programas nacionais, regionais e setoriais. Na realidade, trata-se de tais planos, diretrizes e programas, terem como um de seus elementos constitutivos as metas para a gradativa erradicação da pobreza existente no País e incluam os meios necessários para atingir os objetivos fixados.

#### **Voto**

O Projeto de Lei nº 66, de 1999, é constitucional e juridicamente adequado, embora necessite das adequações consubstanciadas pelas emendas abaixo, para que esteja vazado em boa técnica legislativa.

Do ponto de vista do mérito, representa significativa contribuição para eliminar gradativamente a pobreza que atinge grande parte da população brasileira.

Assim, opino por sua aprovação, com as alterações introduzidas pelas emendas citadas.

É o relatório e é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria foi exaustivamente discutida numa reunião anterior. O Senador Ramez Tebet ouviu ponderações do Senador Eduardo Suplicy. Buscou-se, inclusive, elaborar-se um texto consensual, com a apresentação de algumas emendas, o que foi feito pela leitura do parecer e do relatório feito pelo Senador Roberto Requião.

Dito isso, coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

**O SR. BELLO PARGA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, acabamos de ouvir o novo relatório que expressa o entendimento havido, conforme V. Exª acabou de explicar.

Agora, quero lembrar o seguinte: foi recentemente criada nesta Casa uma Comissão Especial para o combate à pobreza. Acredito seja o encaminhamento mais indicado para essa proposição a remessa para aquela Comissão, porque isto trata pontualmente de uma fase de combate, e de erradicação e de eliminação da pobreza. E lá é que se vai formar uma política completa, incluindo ações e até mesmo metas, como prescreve este projeto.

Entendo, portanto, que é mais adequado o encaminhamento para que ele se insira no programa maior que há de resultar do trabalho daquela Comissão.

Então, se for o caso, requeiro a remessa àquela Comissão para que seja examinado este texto.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra como Relator do Substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Relator.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O Senador Bello Parga, como bom jurista que é, sabe que a nossa Comissão examina a juridicidade e a constitucionalidade. Nada impede que o projeto seja votado na Comissão e remetido para a Comissão Especial de Combate à Pobreza, já com o exame de sua juridicidade e constitucionalidade.

Penso que se formos por esse caminho há um consenso entre a posição do Senador Bello Parga, que é uma posição conseqüente, e entre o Senador Suplicy, que é autor do projeto.

**O SR. BELLO PARGA** – Permita-me, Sr. Presidente. Só que o projeto indo para aquela Comissão, forçosamente, o trabalho daquela virá para esta Comissão.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Todos os projetos, inicialmente, passam pela Comissão de Constituição e Justiça. Depois a Comissão de Mérito os examina.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Bello Parga, pelo que eu entendi, a sugestão do Senador Roberto Requião, que consulta a opinião do Senador Eduardo Suplicy, já que o projeto está em nossa Comissão, projeto de lei de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, é que se aprecie a juridicidade e a legitimidade do projeto e que se remeta como colaboração aos trabalhos que são feitos na Comissão Especial de Combate à Pobreza. Não significa dizer que nós estamos impingindo à Comissão Especial de Combate à Pobreza nenhuma linha de raciocínio, mas é uma sugestão e uma colaboração que a Comissão de Constituição e Justiça, cumprindo a sua obrigação, efetivou.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, para que eu possa entender bem, penso que a solução deve ser fácil, vai depender da decisão de V. Ex<sup>a</sup>. Seria um aditamento à aprovação. Quer dizer, aprova-se com aditamento da proposta do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Então, é isso?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Permita-me um esclarecimento, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e depois ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – A Comissão que examina as iniciativas do Executivo para combater a pobreza já listou todos os projetos relativos ao assunto, dentre os quais este. Então, a Comissão Mista que examina o caso da pobreza vai fazer suas recomendações sobre os projetos, inclusive este que trata da questão da pobreza. Isto não está impedindo a tramitação de mais de 50 projetos da Câmara e do Senado que estão sendo examinados.

Portanto, eu gostaria de ressaltar que aqueles que puderam acompanhar o depoimento do Presidente do Ipea, Roberto Martins, e Ricardo Paes de Barros, ainda na semana passada, puderam ouvir que, da parte do Ipea, o instituto se encontra pronto para definir uma linha oficial de pobreza – porque isso

foi perguntado especificamente a eles por mim próprio, quando mostrei a eles esse projeto.

Inclusive já foi dado pelo organismo oficial que – juntamente com o IBGE examinaria isso – isso seria plenamente adequado. Ou seja, pode a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovar esse projeto sem prejuízo do seu exame. E não tenho objeção de que ele seja aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e seja informado àquela Comissão que o projeto já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça pode ser examinado para que seja objeto das recomendações que aquela Comissão irá ter.

Mas, se fosse aqui tomada a decisão de não se votar hoje, para, então, ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que vai encerrar os trabalhos em dezembro, isso significaria colocar as coisas de forma a atrasar, inclusive de forma a prejudicar os objetivos de combate à pobreza, que se quer a maior urgência neste País. Tudo aquilo que for no sentido de colaborar, com o objetivo de erradicar a pobreza, como diz o parecer lido pelo Senador Roberto Requião, deveria ser objeto de maior prioridade. Isso seria em consonância com o objetivo daquela Comissão. O propósito daquela Comissão não é de atrasar, procrastinar exames de projetos, mas sim de examiná-los.

Então, se hoje votarmos, estaremos colaborando com o propósito daquela Comissão e de todos que aprovaram unanimemente sua criação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O Senador Bello Parga gostaria de falar primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Bello Parga, por cessão do Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. BELLO PARGA** – De uma certa forma, fui citado pelo Senador Eduardo Suplicy, como meu pedido, minha sugestão, meu requerimento viesse a prejudicar, como se eu quisesse atrasar ou procrastinar uma decisão. Não se trata disso. Entendia que seria até por economia processual, que fosse lá e, quando viesse todo o acervo de lá para ser examinado pela CCJC, aí, sim, ser examinado.

Nesse caso, Sr. Presidente, não me considero suficientemente esclarecido e peço vista da matéria.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – O objetivo foi atendido.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Já houve o pedido de vista, não há mais como...



**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Vou intervir rapidamente.

O Senador Suplicy é um homem por quem tenho uma enorme admiração. As impressões digitais dele já estão indelevelmente marcadas em toda essa luta contra a pobreza. Mas o Senador Suplicy é um homem cuja obstinação às vezes extrapola um pouco as regras da boa convivência.

O Senador Bello Parga exercitou um direito regimental, como há pouco o Senador José Eduardo Dutra exercitou aqui. Não temos como dizer que S. Ex<sup>a</sup> quis obstaculizar a tramitação de uma matéria importante para a defesa do meio ambiente. Esse não é o caso.

Sugiro ao Senador Eduardo Suplicy duas alternativas: ou o pedido de vista ou a apreciação imediata de uma emenda de minha autoria. Com isso, mostro que não estou querendo procrastinar nada.

Respeitando as posições dos demais, no meu modesto modo de ver, o projeto tem alguns aspectos de inconstitucionalidade, invade a competência privativa do Presidente da República. Eu posso estar errado ou certo. Também não acho que seja uma boa solução encaminhá-lo para lá. Está pendente um ponto. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Então, depois da CCJC, iria para lá, sem ir à Comissão de Assuntos Econômicos? Ou iria depois de passar na CAE?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Só na Comissão de Assuntos Econômicos. Já foi decidido pela Mesa.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Já foi despachado pela Mesa. A não ser que alguém peça audiência, o que é possível.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Até porque a nova comissão é...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mista. Há mais um aspecto.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – É não-regimental para estudar e fazer sugestões...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Regimental ela é. Ela não é permanente.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Exatamente. Ela não é permanente.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – E mais: ela é mista. Se amanhã ela resolver deliberar acredito que é o que vai acontecer por apresentação de uma série de propostas, essas propostas terão de tramitar no Senado e na Câmara, evidentemente passando pelas respectivas CCJ.

A idéia do Senador Eduardo Suplicy de instituir um indicador é excelente. Concordo com S. Ex<sup>a</sup>. Mas, em outros artigos, quando obriga que o presidente da República faça isso ou aquilo, nós estaríamos invadindo a competência do Poder Executivo.

O art 2º dispõe: "O Presidente da República, por ocasião de sua posse, deverá estabelecer metas regionais de erradicação da pobreza e diminuição de desigualdade sócioeconômica..."

O parágrafo 1º do art. 1º estabelece: "Considera-se linha oficial de pobreza (...) padrão de rendimento anual mínimo necessário para que uma família ou uma pessoa possa suprir suas necessidades vitais." Podíamos dizer que já existe: é o salário mínimo. Em tese o salário mínimo é o mínimo que uma pessoa ou uma família precisa para prover suas necessidades. Não sei exatamente qual é a definição de salário mínimo, mas é essa. O que é o salário mínimo?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O salário mínimo está vinculado ao aumento da carga previdenciária. Ele acabou se descolando da necessidade de sobrevivência de uma família.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Descolou-se por descumprimento.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Descolou-se em função da política econômica do Governo. Está-se, na verdade, liberando o Governo para fazer um cálculo que não se prenda a indexações salariais.

**O SR. ROMEU TUMA** – Virou índice de correção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senadores Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Roberto Requião, estamos atropelando os fatos.

Sejamos pragmáticos e claros: a proposta do Senador Bello Parga de se aprovar o requerimento de remessa do projeto de lei em discussão para a Comissão Especial de Combate à Pobreza poderia até, como sugeri, ocorrer informalmente, como sugestão, contribuição. Oficialmente, só poderia ser remetido mediante votação do requerimento apresentado ao Plenário da Casa. O que não aconteceu.

Se está claro que não chegamos a um entendimento sobre o texto, estamos perdendo tempo em discussões acessórias, já que o Senador Bello Parga já pediu vista do projeto. Assim sendo, a discussão da matéria ocorrerá em função do voto em separado do parecer que S. Ex<sup>a</sup> apresentará.

Comprometo-me com o Senador Eduardo Suplicy a dar a devida prioridade à apreciação desta matéria, como está tendo na reunião de hoje.

Passamos, portanto, ao Item nº 2 da pauta.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, quanto ao Item nº 2, o Senador Bernardo Cabral não está presente e há dois votos em separado. Considero a presença de S. Ex<sup>a</sup> imprescindível para a apreciação da Adin.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Se o Plenário estiver de acordo, passaremos a imediata apreciação do Item nº 3. (Pausa.)

Item nº 3: Emenda de Plenário nº 2, de autoria da Senadora Marina Silva, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1999, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência, Abin, e dá outras providências. O projeto é de autoria do Poder Executivo e o Relator é o Senador Romeu Tuma, que ofereceu parecer pela rejeição da Emenda nº 2 de plenário.

Foi concedida vista aos Srs. Senadores José Eduardo Dutra e Jefferson Péres. O Senador José Eduardo Dutra apresentou voto em separado.

Com a palavra o Relator e, em seguida, o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Perdoe-me pela atitude que vou tomar. A medida tomada em relação ao projeto do Senador Eduardo Suplicy foi absolutamente protelatória.

Quero alertar V. Ex<sup>a</sup> de que não temos **quorum** para votação e para continuidade da reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Enquanto não entrarmos em processo de votação, a discussão poderá ocorrer. É evidente que temos um **quorum** esvaziado.

Os Srs. Senadores devem decidir se prosseguimos ou não...

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu gostaria de acompanhar, Senador Requião, porque até regi-

mentalmente V. Ex<sup>a</sup> tem razão. A matéria ainda não está em votação, o pedido de verificação só cabe na hora da votação. Eu acho que é ruim para a Comissão nós esgotarmos a discussão dessa matéria...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – ... e depois voltarmos só para votá-la. Acho que realmente o mais correto é encerrar a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Bello Parga e, em seguida, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, desejo apenas esclarecer e registrar que é interessante verificar como se modificam as opiniões das pessoas, dos parlamentares de acordo com suas conveniências políticas. Os pedidos de vista, determinadas vezes, são considerados coisa natural. No entanto, quando se faz um pedido de vista contra aquilo que algumas pessoas julgam que não é sua opinião, esse pedido é considerado medida protelatória.

Eu rejeito essa classificação do Senador Roberto Requião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, eu queria também referir-me à posição do Senador Bello Parga, que exerceu um direito regimental, não houve procrastinação porque ele ficou na dúvida, como ocorreu também com o Senador Lúcio Alcântara, sobre algumas inconstitucionalidades que teria visto. Por isso, queria apresentar uma emenda.

Assim, o assunto é sério e todos nós queremos lutar pela erradicação da pobreza e estamos conscientes dessa luta do Senador Eduardo Suplicy. Há praticamente cinco anos que estou neste Congresso e ele é o grande batalhador, o grande chefe dessa luta.

Eu não vejo nenhuma razão para se criticar o Senador Bello Parga: se estava na dúvida, tinha que pedir vista para poder analisar a matéria e poder apresentar voto em separado ou não.

Eu aqui vim hoje – V. Ex<sup>a</sup> sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sou testemunha disso.

**O SR. ROMEU TUMA** – ...em respeito à Comissão, em respeito ao Senador José Eduardo Dutra, que ia apresentar um voto em separado para

poder discutir a matéria. Eu jamais poderia reprimir qualquer medida regimental que fosse tomada por qualquer Senador. Acho que nós temos que nos respeitar aqui para poder darmos um andamento a uma linha de conduta que V. Exª vem produzindo na Presidência desta Comissão e com resultados altamente positivos. Nós estamos trabalhando em cima da pauta e a pauta tem rendido além do imaginário. Diante de todas as discussões, principalmente da reforma política, V. Exª não deixou de lado projetos importantes que poderiam ser aprovados por consenso de todos os parlamentares e analisado por um grupo de líderes. Eles foram aprovados.

Eu acho que nós temos que nos respeitar, apoiar V. Exª e cumprimentá-lo por essa iniciativa e pela conduta que tem tido em respeito aos colegas desta Comissão.

**O SR. BELLO PARGA** – Eu agradeço a V. Exª pelo apoio e pela compreensão à minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Quero registrar que o Senador Romeu Tuma, que se encontrava ontem em São Paulo, fazendo exames de rotina, exame de saúde, telefonou-me e perguntou-me se haveria reunião e se os assuntos constantes da pauta iriam ser apreciados. Eu disse a ele que com certeza, até porque cumprindo a delegação que Exªs me concederam – a Presidência desta Comissão – minha obrigação é acelerar os trabalhos. Nós temos uma pauta bastante sólida e nosso dever buscar, nos espaços disponíveis, é apreciar as matéria e deliberar.

A matéria que estava em discussão, que foi objeto de uma longa discussão em reunião anterior, ficou em suspenso, ficou sinalizado um entendimento, e eu tomei o compromisso, como Presidente da Comissão, de colocá-lo em pauta em primeiro lugar na reunião que fizéssemos sobre assuntos administrativos, o que fiz. Não foi desrespeitado o Regimento em momento nenhum. Nem pelo Senador Bello Parga, nem pelo Senador Roberto Requião. Ele ausentou-se por razões que aqui expôs. Regimentalmente, temos toda a condição de proceder a discussão de qualquer matéria. Agora, por pragmatismo, na hora em que fomos deliberar, evidentemente que se alguns Senadores levantarem a questão do **quorum**, a discussão terá ocorrido num ambiente de três ou quatro Senadores, o que não consulta o interesse da CCJ. Penso que todos têm que votar conscientes daquilo que estão votando. Por essa razão é que concordo com o Senador José Eduardo Dutra de que a discussão poderia ocorrer, mas estaríamos de certa forma desrespeitando os membros da Comissão que por razões diversas estiveram ausentes.

De modo que, se V. Exªs estiverem de acordo, vamos encerrar esta reunião, convocando uma reunião para a próxima quarta-feira para deliberarmos sobre a pauta política e a minha idéia é fazermos, na quinta-feira, uma nova reunião extraordinária para voltarmos à pauta de hoje. Se estiverem de acordo, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 17h34min.)*

**Ata da 30ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 15 de setembro de 1999, às 10 horas (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia quinze de setembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Roberto Requião, Ney Suassuna, Jefferson Péres, Romeu Tuma, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares, Lúcio Alcântara, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Romero Jucá, Bello Parga, Sérgio Machado, Álvaro Dias, Bernardo Cabral, Amir Lando, Luzia Toledo, José Fogaça, Iris Rezende e José Alencar, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Pedro Simon, Ramez Tebet, Carlos Wilson e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Antes de iniciar a apreciação da pauta, o Senhor Presidente esclarece que designará os Senadores Suplentes, sobretudo os mais assíduos às reuniões, como Relatores de matérias, em função do grande volume de projetos a serem analisados por esta Comissão. Em seguida, passa-se à apreciação da pauta: item 1) Projeto de Lei do Senado nº 482, DE 1999 – **TERMINATIVO** – que “Altera o art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, ampliando o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação”. Autor: Senador Sérgio Machado. Relator: Senador Jader Barbalho. Parecer: pela aprovação com a **emenda nº 1 (aditiva) que oferece, e rejeição das emendas de nºs 2 a 5 (aditivas) de autoria do Senador José Eduardo Dutra**. Na reunião de oito de setembro, próximo passado, foi lido o Relatório pelo Senador Roberto Requião, Relator **ad hoc**, a matéria foi discutida, e foi apresentado o Voto em Sepa-



rado pelo Senador José Eduardo Dutra. Aprovado Requerimento de destaque para votação em separado das emendas de nºs 2 a 5 de autoria do Senador José Eduardo Dutra. Resultado: aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, oferecida pelo Relator, e rejeitadas as Emendas nºs 2 a 5. Votam vencidos, relativamente ao Projeto, os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra e Roberto Freire. Em relação às Emendas, votam vencidos os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Antonio Carlos Valadares, Roberto Freire e José Eduardo Dutra. Abstém-se de votar o Senhor Senador Renan Calheiros. A reunião é suspensa por dez minutos, em virtude de votação na Sessão Conjunta do Congresso Nacional. A Presidência declara reaberta a reunião às doze horas e dezenove minutos, passando-se à apreciação do item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 1999 – TERMINATIVO – “Altera a Lei 9.504, de 30 setembro de 1997, que ‘estabelece normas para as eleições’ para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. “Autor: Senador Roberto Requião. Relator: Senador Ramez Tebet. Parecer: pela rejeição do projeto. A Presidência designa o Senador Álvaro Dias como Relator *ad hoc*. O Senador Bello Parga apresenta a Emenda nº 1. Resultado: rejeitado o relatório do Senador Ramez Tebet; a Comissão aprova o Projeto, com a Emenda de redação nº 1-CCJ; de autoria do Senador Bello Parga; designado o Senador Romeu Tuma como Relator do Vencido. Por solicitação do Senador Lúcio Alcântara, a Comissão passa a apreciar o item EXTRA-PAUTA nº 1) REQUERIMENTO Nº 520, DE 1999, que “Requer nos termos regimentais seja consignado voto de congratulações ao jornal **Diário de Natal**, órgão integrante dos ‘Diários Associados’ que se edita em Natal, Rio Grande do Norte, pela passagem do seu 60º (sexagésimo) aniversário de fundação”. Autoria: Senador Geraldo Melo. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Pela aprovação. Resultado: aprovado. O Senhor Presidente reitera a convocação da reunião extraordinária para as dezessete horas, objetivando a continuidade dos trabalhos da Comissão e, pelo adiantado da hora, decide encerrar a presente reunião, ficando adiados os seguintes itens da pauta: 3) Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1999 – Terminativo; 4) Projeto de Lei do Senado nº 99, de 1999 – Terminativo; 5) Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 1999; 06) Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1999; 7) Projeto de Lei do Senado nº 61, de 1999 – Terminativo; 8) Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1999 – Tramitando em conjunto com a PEC 30, de 1999); e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário

da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **José Agripino**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** ( José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, consultando o Plenário, se todos os Srs. Senadores estão de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.(Pausa.)

Aprovado.

Eu queria inicialmente, antes de colocar em votação o Projeto de Lei do Senado nº 482, fazer uma comunicação ao Plenário. Tem sido uma prática desta Presidência, distribuir para elaboração de parecer, de relatório distribuir processos somente aos membros titulares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ocorre que nós estamos com a pauta abarrotada e, muitos Srs. Senadores suplentes têm comparecido e têm manifestado interesse nas discussões. De modo que a partir de agora, em função de estarmos com a pauta extremamente obstruída e muito volumosa em quantidade de projetos a analisar, a Presidência vai designar os Senadores Suplentes, principalmente os mais assíduos, também como relatores de matérias.

Dito isso, passamos ao Item 1 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 482 de 1999, que altera o art. 10, da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997, ampliando o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação.

A autoria é do Senador Sérgio Machado, o Relator Senador Jader Barbalho. Relatório lido na reunião anterior pelo Senador Roberto Requião, designado Relator *ad hoc*. E o Relator conclui pela aprovação com a Emenda nº 1 aditiva que oferece, e rejeição das Emendas de nºs 2 a 5 aditivas, de autoria do Senador José Eduardo Dutra que, também apresentou e leu voto em separado.

A matéria está em votação sem prejuízo das emendas.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Peço a palavra pela ordem Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Tendo em vista a deliberação que está sendo, neste momento, feita pelo Congresso Nacional a respeito de vetos presidenciais, eu gostaria que V. Exª levasse em consideração, o fato de que nós todos temos de votar nessa Sessão do Congresso Nacional. Então, seria de bom alvitre que um funcionário da comissão, fosse instalado lá no ambiente do Congresso, para

nos avisar do momento da votação, para que nós não percamos essa oportunidade de cumprir o nosso dever de votar no Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, cumprir a nossa tarefa aqui na comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> já está acolhida por antecipação. Nós temos uma pessoa acompanhando o tempo todo o processo de votação, e nos avisará, com o tempo de nos deslocarmos até o Plenário, para que possamos também, sem interromper os nossos trabalhos da CCJC, possamos votar os vetos. V. Ex<sup>a</sup> pode ficar tranqüilo que há uma pessoa da comissão, acompanhando o andamento da reunião do Congresso Nacional.

Em votação, portanto, o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 1999, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com os votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Eduardo Dutra e Roberto Freire.

Eu consulto o Senador José Eduardo Dutra, se deseja apresentar requerimento de destaque para votação em separado de suas emendas.

Eu pediria à Secretaria que me trouxesse. Enquanto isso, passo a palavra ao Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Era apenas para perguntar aos Srs. Senadores, se têm conhecimento de uma decisão do Colégio de Líderes na Câmara dos Deputados, de que essa reforma política, não deveria ser votada agora, para o pleito de 2000.

O único projeto que foi encaminhado daqui, pelo Senado, tinha sido a proibição de coligações. E me parece que esse projeto que agora está sendo discutido e votado, tem referência direta com a proibição de coligações. Ampliar o número de candidatos em função da proibição de coligação que aqui tinha sido aprovada. Só para dizer que nós estamos aqui, votando algo que a Câmara dos Deputados, pelo seu Colégio de Líderes, disse que não iria mudar coisa alguma. Eu acho que, talvez, estejamos massageando o ego, mas não estamos fazendo a política legislativa correta. Seria fundamental saber se a Câmara dos Deputados vai manter essa decisão do seu Colégio de Líderes, para então iniciarmos aqui uma discussão que tenha alguma efetividade.

E eu diria mais, isso ficaria muito melhor a cargo da Câmara dos Deputados porque, se por acaso, na hipótese de ser aprovada a proibição de coligações, ela poderia fazer de imediato, emenda nesse sentido e, quando voltasse ao Senado nós estaríamos votan-

do o final. Porque eu quero dizer que vai ser votado é terminativo aqui, vou solicitar evidentemente o prazo para ser discutido em Plenário, poderá ser emendado em Plenário. Nós estamos aqui, evidentemente, talvez, atendendo a interesses de alguém que ache que isso tem que passar de qualquer forma, muito mais do que estar discutindo efetivamente mudança na legislação. Enquanto a Câmara não resolver não vai adiantar nada, porque essa é uma decisão política de ambas as Casas. Não pode ser apenas um desejo nosso. Então, queria apenas colocar essa questão, evidentemente, secundando o meu voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu queria esclarecer ao Senador Roberto Freire que, até agora, na questão da reforma política, foram apreciados projetos de iniciativa dos Srs. Senadores. Ou seja, projetos que nasceram nesta Casa. Agora eu acho que, até por pragmatismo, é conveniente que nós estabeleçamos um diálogo com a Câmara, com o Colégio de Líderes para que não percamos tempo aqui. Se na verdade não há interesse ou há determinação dos Líderes na Câmara, de não votar nada para que tenha vigência na eleição de 2000, nós estamos – até pelo esforço que estamos fazendo de realizar reuniões sobre temas políticos e temas administrativos, nós vamos perder energia sem consequência prática.

Então, eu pessoalmente, vou manter contato com alguns Líderes na Câmara, para sentir qual é o real entendimento deles para que nós possamos ordenar e dar pragmatismo e praticidade ao nosso trabalho na CCJ. Até agora foram apreciados projetos de lei de iniciativa de Senadores. Nada veio da Câmara. São projetos que nascem aqui na nossa Casa.

Eu submeto à apreciação do Plenário o Requerimento nº 1, do Senador José Eduardo Dutra, que requer nos termos do disposto do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, destaque para votação em separado das emendas 2 a 5, apresentadas ao PLS nº 482.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passa-se a apreciação da Emenda nº 2.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, na verdade eu proponho que se vote em bloco as emendas, porque elas têm uma ligação entre si.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Melhor.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Então, seria 2, 3 e 4, porque havendo rejeição da 2, não tem sentido a apreciação do resto.

Eu queria relembrar algumas coisas que foram ditas aqui, quando da discussão sobre proibição de coligações. A discussão é a de que é necessário estabelecer uma legislação em que vontade do eleitor seja expressa na composição do Congresso Nacional. Alegava-se que a existência de coligação desvirtuava a vontade do eleitor. Porque você vota em um candidato de um partido, e esse partido está coligado com um outro e, como a composição do preenchimento das cadeiras é a partir dos mais votados dessa coligação, acabava o voto dado a um candidato de um partido, contribuindo para a eleição de um candidato de outro partido. O que, segundo os defensores da tese da proibição de coligação, distorcia a vontade do eleitor.

Existe um outro aspecto mantido na legislação brasileira desde o código eleitoral de 1965, que também distorce a vontade do eleitor. É o instituto do cociente eleitoral. Eu quero lembrar que, nesta Casa, assim como na Câmara, para o preenchimento das vagas nas comissões, na Mesa Diretora para estabelecer quem vai ser Presidente de Comissões, estabelece-se uma proporcionalidade direta entre os partidos e o número de cadeiras que eles ocupam. De forma que, aqueles partidos que têm representação na Casa, tenham a possibilidade de ocupar essas cadeiras.

Ora, o atual instituto do cociente eleitoral significa que, o partido que tenha obtenha o número de votos suficientes para eleger 0,99% de um Deputado, ele não consegue ocupar esta vaga. Porque se estabelece uma conta aritmética, dividindo-se o número de votos válidos pelo número de cadeiras, estabelece-se o cociente eleitoral e aquele partido que não atinge o cociente eleitoral ele fica privado de ocupar essa vaga. Mesmo que a falta de votos para ele atingir esse cociente eleitoral seja de apenas um voto. Pegamos como exemplo: Se o cociente eleitoral foi de 10 mil votos, e um partido teve 9.999 votos, ou seja, 0,99% da vaga, esse partido não atinge, não elege esse Parlamentar. Ao passo que você eliminando de cara esse partido que não atingiu cociente eleitoral, e com o processo aritmético que é utilizado para poder preencher as vagas, faz com que partidos que na proporcionalidade direta tiveram votos suficientes para eleger quatro ou cinco Deputados, nesse processo de redistribuição das vagas pelas médias sucessivas, faz com que esses partidos acabem tendo seis ou sete Deputados, numa distorção flagrante da vontade do eleitor. Então, quais são os objetivos das emendas, inclusive para atenuar – não só o processo da proibição de coligação, como também de vagas, mas, principalmente para estabelecer a verdadeira vontade do

eleitor na composição do Congresso Nacional. Qual seria o critério: acaba-se com o cociente eleitoral, estabelece-se a proporcionalidade direta dos votos de cada partido e faz-se as aproximações a partir de fração superior a cinco, aproxima para cima, fração inferior a cinco aproxima para baixo, como é exatamente o critério adotado para preenchimento de vagas nas Comissões do Senado, nas Comissões da Câmara, na Mesa Diretora do Senado e na Mesa Diretora da Câmara. Entendemos que esse é o mínimo que se deva fazer, na medida em que foram tomados todas as medidas pelo Senado, no sentido de evitar ou dificultar os pequenos partidos a ocuparem seus cargos na Câmara dos Deputados, na Câmara Legislativa de Vereadores, mas principalmente estabelecer aquilo que é a forma mais aproximada – é lógico que sempre quando se trata de uma definição matemática – sempre vai haver algum tipo de distorção. Mas a forma mais aproximada de fazer com que a composição das Casas Legislativas, atendam a vontade do eleitor, é a fórmula que é aplicada hoje no Senado e na Câmara. Ou seja, proporcionalidade direta dos votos em relação ao número de Parlamentares eleitos. E não, esse cociente eleitoral que existe hoje. Por isso, eu defendendo a votação das emendas em bloco, porque tem relação entre elas, a meu ver, aproxima e diminui as distorções que existem hoje entre vontade do eleitor e representação Parlamentar que é eleita.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Com a palavra para discutir o Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Talvez até para complementar a posição do Senador José Eduardo Dutra, talvez lembrar onde é que surgiu, nesse sistema brasileiro, das chamadas sobras. Isso foi, com a Reconstitucionalização de 46, com o fim do Estado Novo. Adotou-se o sistema proporcional, o sistema belga, que foi a matriz desse pensamento, ela definia exatamente, como hoje pretende na sua emenda o Senador José Eduardo Dutra. Era o cociente eleitoral e, após isso, aproximações sucessivas. Aqui adotou-se o sistema de sobras para beneficiar os partidos majoritários. Como não foge aqui a concepção dominante, de que a idéia de toda essa reforma, de beneficiar as estruturas majoritárias as existentes, inclusive, visando fundamentalmente quase que uma reserva de mercado. Eu posso dar um pequeno exemplo de algo que não se pretende alterar, ao contrário, há uma proposta que se pretende ampliar esse prazo, dizer da despreocupação – o mínimo que se pode afirmar – com os direitos da cidadania. O prazo



de filiação partidária. Nós estamos vivendo agora, o final de uma prescrição que é da filiação para disputar o pleito de 2000. Na prática, o que nós estamos aqui dizendo, e a lei define isso, é a de que a eleição de 2000, tem os seus atores definidos, agora, em 30 de setembro de 1999. Isto é uma limitação da cidadania. Nós vamos ter uma eleição municipal daqui a um ano, os municípios podem sofrer pela dinâmica da vida mudanças na sua realidade. Cidadãos que hoje não tem nenhuma preocupação em participar do pleito, até porque para eles o que importa hoje é a sua sobrevivência no seu cotidiano, com mudanças que venham a operar no Brasil e reflexos na comunidade, durante todo esse ano, que medeia esse prazo até a eleição, qualquer mudança não pode se expressar na eleição. Porque hoje a legislação está determinando quais são os atores para 2000.

Isso é limitação de cidadania. Será que não se percebe isso? Talvez seja a garantia da reserva de mercado, dos que estão hoje, exercendo mandato ou na militância partidária. Mas está se impedindo que qualquer outro cidadão ou cidadã, nesse interregno possa despertar para a atividade política. Não adianta, ele está impedido. Pior, há uma proposta em tramitação que quer esse prazo para quatro anos, ou seja, desde agora se definindo a eleição de 2002. Isso é uma aberração se, se pretende construir uma sociedade democrática. Mas isso está vindo de pessoas que têm, inclusive, e eu respeito, e é verdade, tradição democrática.

Era só isso que eu queria mostrar, como toda a concepção dessas propostas não são proposições para aprimorar todas elas visam garantir, engessar, restringir, limitar direitos de cidadania. Esse exemplo desse entulho autoritário que foi criado pela ditadura – da filiação partidária – e que agora, inclusive, alguns que resistiram a ditadura querem até ampliar, é a demonstração. Basta ter o bom-senso de ver que, é impossível, num país como o nosso, definir em seis mil municípios que vão ter eleições no ano de 2000, definir, desde agora, quais são aqueles atores que poderão receber o sufrágio da cidadania brasileira. Isso, evidentemente é uma aberração.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Só para esclarecer, eu queria dizer aos Srs. Senadores que na votação do projeto eu colhi os votos, registrando apenas os votos contrários. Mas para que fique bem claro, eu vou ler rapidamente a folha de votação dos que votaram SIM e os que votaram NÃO:

Senador Roberto Requião votou SIM.

Senador Bernardo Cabral voto SIM.

Senador Edison Biehl votou SIM.

Senador Romeu Tuma votou SIM.

Senador Bello Parga votou SIM.

Senador Álvaro Dias votou SIM.

Senadora Luzia Toledo votou SIM.

Senador Sérgio Machado votou SIM.

Senador Romero Jucá votou SIM.

Senador Jefferson Péres votou SIM.

Senador Antonio Carlos Valadares votou NÃO.

Senador Roberto Freire votou NÃO.

Senador José Eduardo Dutra votou NÃO.

Esses foram os votos registrados.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la vou encerrar a discussão.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Antonio Carlos Valadares tem a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – É para dizer que concordo com as emendas do Senador José Eduardo Dutra, porque dá mais consistência democrática ao processo eleitoral brasileiro. Haja vista, que a nossa casa, se adiantando no tempo, avançou democraticamente. Enquanto que o Código Eleitoral ficou defasado em relação a realidade em que vivemos. Ora, se a casa a que pertencemos adota o critério da proporcionalidade direta, abstraindo essa proporcionalidade dos votos que cada partido dispõe no Senado Federal. Acho que o mesmo critério deve ir para as bases políticas que elegem os Deputados, Senadores, Vereadores, etc.

Acho que é totalmente consistente e democrática a posição do Senador José Eduardo Dutra. Por isso é que votarei favoravelmente. Essa é a posição do PSB na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu quero registrar a presença do Senador Renan Calheiros, ex-Ministro da Justiça, indicado pelo PMDB para compor esta Comissão. E a Comissão se manifesta, desde já, muito honrada com a presença de V.Ex<sup>a</sup>

Encerrada a discussão, passamos à votação das emendas de 2 a 5, em globo, como propõe o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra pela ordem, ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – É lógico que cada um vota como quiser. Mas, na proibição de coli-

gação nós tivemos um debate aqui – aqueles que são a favor, aqueles que são contra – e respeito a opinião daqueles que eram a favor. O mesmo em relação a ampliação do projeto.

Agora, gostaria de, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouvir algum argumento contra a emenda. Porque pelo que estou vendo, a emenda vai ser rejeitada e eu não vi nenhum argumento. Eu quero só lembrar que esse critério de cociente eleitoral fosse aplicado aqui no Senado, um partido com 03 Senadores não teria assento na Comissão de Justiça – porque a Comissão de Justiça com 23 vagas, e o número de votos válidos são 81 – um partido com 03 Senadores teria liderança com representação administrativa, mas não teria cociente eleitoral para ter assento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É isso que acontece hoje no preenchimento das vagas das Casas Legislativas. Eu gostaria de ouvir um argumento contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu consulto se mais algum Senador gostaria de discutir a matéria. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação as emendas, em globo, de 2 a 5.

Quem vota a favor das emendas vota SIM. E quem vota contra as emendas vota NÃO.

**O SR. RENAN CALHEIROS** – (fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu considero como tal. Até porque há uma vaga no PMDB, e o nome de V.Ex<sup>a</sup> está indicado, V.Ex<sup>a</sup> está presente... Eu acho que não há nenhuma dúvida.

**O SR. RENAN CALHEIROS** – Eu não tive a honra de participar dos debates, de modo que, votar precipitadamente, eu prefiro me abster.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> se abstém.

(*Procede-se a votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Votaram SIM 05 Srs. Senadores; e NÃO 09.

Houve 01 abstenção.

Total de votos: 15

A matéria foi rejeita por 09 votos a 05.

Eu quero comunicar que o Presidente da Casa está convocando os Srs. Senadores para votar.

Nós podemos iniciar a discussão do Item 2 ou irmos votar, e retornar a Comissão – porque o processo de votação é muito rápido – continuar para discutir o item 2. (Pausa.)

Então vamos votar, suspendendo a reunião por 15, 20 minutos voltando em seguida para a apreciação do Item 2.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Apenas para fazer um registro. É que a minha emenda estava preocupada com a preservação do PSDB.

(*A reunião é suspensa por 10 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está reaberta a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passamos à apreciação do Item 2 da pauta – Projeto de Lei do Senado (terminativo) que altera a Lei n.º 9.504, de 30/09/97, que estabelece normas para as eleições para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico, de autoria do Senador Roberto Requião; Relator: Senador Ramez Tebet, que ofereceu parecer pela rejeição do Projeto. Tendo em vista a ausência do Relator, solicito ao Senador Álvaro Dias que funcione como Relator *ad hoc*, lendo o parecer do eminente Senador Ramez Tebet.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Ramez Tebet diz compartilhar da preocupação do Senador Roberto Requião quanto à necessidade de que se promovam alterações na Lei Eleitoral de modo a tornar mais seguros tanto o processo de votação quanto o de apuração, seja na votação dita eletrônica, seja na votação pelo sistema tradicional. Afirma o Relator que o Senador pelo Paraná propõe sejam aditados parágrafos aos arts. 59 e 61 da mencionada lei com o propósito de assegurar que a vontade do eleitor seja efetivamente registrada pela urna eletrônica. Confessa, entretanto, não acreditar que essa ou aquela regra técnica que venham a ser adotadas tenham o condão de sanar as históricas mazelas do nosso processo eleitoral. Preocupa-se o Senador Relator com a possibilidade de que, em face dos recursos e da possibilidade de anulação e da repetição da votação, fique o processo mais complexo e demorado, além de caro, em prejuízo do rápido andamento das votações e das contas públicas.

Entende o Relator que não parece razoável instituir em lei a possibilidade de que um eleitor, ao alegar discordância entre o seu voto eletrônico e o que recebeu impresso, induzir à abertura de inquérito criminal para apurar os fatos e punir os eventuais infratores, uma vez que não se sabe se esse eleitor dirá a verdade sobre o seu voto. Assim, abre-se a possibili-

dade de que Partidos políticos e Coligações prejudiquem o funcionamento da seção eleitoral dada a cegueira que se criará todas as vezes que um eleitor alegar diferença entre o seu voto eletrônico e o seu recibo impresso.

A proposta, segundo o Relator, implica elevação dos gastos no momento em que toda a sociedade brasileira se preocupa com o problema do déficit público. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral tem reivindicado, coerentemente, os aumentos dos recursos destinados àquela Corte com o fito de ampliar ao máximo a abrangência do voto eletrônico. Adotada a presente proposta, segundo o Relator, os custos do sistema aumentariam, tornando ainda mais difícil estender o voto eletrônico a todo o eleitorado. Junte-se a tudo isso a argumentação trazida pela atual Direção do Tribunal Superior Eleitoral, na pessoa do digno Ministro Néri da Silveira, juntamente com o corpo técnico da mais alta Corte eleitoral do Brasil, no sentido da garantia de segurança do sistema tal como hoje é operado.

O Relator opta, portanto, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n.º 194, de 1999.

É o parecer do Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, na verdade, o Tribunal Eleitoral tem pressionado ou feito um **lobby** junto ao Senado para que não prospere o projeto de urnas com contrafé. Como argumento inicial, cito a campanha em que o Sr. Leonel Brizola foi eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro. Não houvesse a contrafé, jamais teríamos uma forma de detectar aquele famoso diferencial delta que era feito na computação. O sistema brasileiro, no mundo, é o único sistema informatizado que dispensa a contrafé.

Quero aduzir mais um argumento interessantíssimo: na semana passada, recebi o relatório do meu cartão de crédito Visa, do Banco do Brasil. Uma compra que eu havia feito no Balneário Camboriú, Santa Catarina, estava lançada duas vezes. Não tivesse eu a contrafé, jamais teria meios de evitar o pagamento em duplicata.

O processo é extremamente fácil. A extração da contrafé se remonta a um processo utilizado em qualquer caixa eletrônico. Você vai a um caixa eletrônico, faz uma operação – pede um saldo ou faz uma transferência – e imediatamente o caixa eletrônico libera uma cessão de uma bobina de papel com a operação impressa.

O meu projeto não é de iniciativa apenas minha pessoal; o meu projeto foi discutido, inclusive, via Internet, com uma série de técnicos em computação que me trouxeram subsídios extremamente interessantes. Um desses técnicos, que debateu por meio da Internet esse processo, o engenheiro Amilkar Brunaso Filho, enviou uma carta, dirigida a mim e ao Senador Ramez Tebet, onde fazia algumas considerações sobre a crítica feita ao projeto pelo Senador Ramez Tebet, a qual me permito ler neste plenário, por ser extraordinariamente interessante. E destaque-se o fato de que o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA iniciou uma discussão sobre a segurança do voto eletrônico no Brasil. A carta do Sr. Amilkar Brunaso é a seguinte... E também é objeto do debate feito pela Internet sobre as urnas eletrônicas.

Antes da carta, uma experiência pessoal. Acredito que muitos dos Srs. Senadores têm outras experiências pessoais para aduzir. Nós damos crédito às pesquisas de opinião porque elas extrapolam dados de um dado universo para um universo inteiro. Na apuração da eleição ao Governo do Estado do Paraná, na Sociedade Talia, tínhamos um grupo de dezoto urnas de uma mesma região. Eu perdi a eleição em dezesseis urnas, mas, em duas delas, a urna eletrônica não funcionou e o processo foi feito manualmente. E nós tivemos aí um acidente, uma diferença rigorosamente impossível: eu ganhei nas duas urnas manuais a eleição com uma margem enorme, invertendo-se completamente a tendência estabelecida pelas urnas eletrônicas. Isso colocou, para mim, o sistema, de forma absoluta, em suspeita. Nem recorri ao Judiciário porque não teríamos nenhuma condição de apurar o voto sem a contrafé, sem a contraprova. Isso se tornaria um processo absolutamente ocioso.

Mas passemos à interessantíssima carta do Sr. Amilkar Brunaso, encaminhada a mim e ao Sr. Relator, Senador Ramez Tebet. Diz ele:

Tive acesso a uma cópia do vosso parecer, como Relator, relativo ao Projeto de Lei de autoria do Senador Roberto Requião para quem estou enviando uma via dessa mensagem. A cópia a que tive acesso está transcrita abaixo – é exatamente a cópia do parecer do Senador Ramez Tebet, que estava na Internet.

Permita-me, caro Senador, manifestar a minha opinião pessoal a respeito dos argumentos por vós apresentados, manifestação essa que faço com o único intuito de contribuir e enriquecer o vosso parecer.



1) Alvo das alterações propostas. Logo na introdução do vosso parecer é dito: “Trata-se de proposição de autoria do eminente Senador Roberto Requião cujo propósito é o de promover alterações na Lei Eleitoral, especificamente em seus dispositivos que dispõem sobre o sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos”. Apenas para deixar bem claro e sem ambigüidade, vale ressaltar que as alterações propostas pelo Senador Roberto Requião abrangem apenas e tão-somente o subsistema de votação e apuração, e não o sistema de totalização dos votos.

Penso que o parecer do Senador Ramez Tebet se equivoca na avaliação inicial do processo. Não estou me preocupando com o sistema de apuração, mas com o sistema de votação. Enfim, atingem apenas a urna eletrônica, e não a rede de computadores utilizada na totalização. Portanto, o argumento dos gastos excessivos e da mudança do sistema já falece a partir dessa observação.

Essa diferença deve ser claramente colocada, pois o senhor não enfocou o problema corretamente, ao escrever: “Confessamos, entretanto, que não acreditamos que essa ou aquela regra técnica que venha a ser adotada tenha o condão de sanar as históricas mazelas do nosso processo eleitoral”.

A participação vigilante da cidadania, a amplitude e a transparência de um processo eleitoral democrático e aberto são, a nosso juízo, mais eficazes para assegurar a lisura do pleito do que métodos técnicos complexos, mais ou menos avançados, sempre superáveis por manobras técnicas igualmente complexas. Os chamados **hackers**, que muitas vezes são adolescentes com grande prática na Internet, têm criado problemas para empresas e governos cujos sistemas são tidos de grande segurança.

É a observação do parecer do Senador Ramez Tebet, assessorado pelos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral, como S. Ex<sup>a</sup> deixou claro em seu parecer, lido pelo Senador Álvaro Dias.

Vem aqui a observação do Sr. Brunaso:

Sem dúvida, a participação da cidadania é muito importante, mas deve ficar claro que as urnas eletrônicas não são vulneráveis aos **hackers**.

Outra vez a crítica feita ao meu projeto não tem nada que ver com o projeto, porque as urnas estão absolutamente desconectadas de um sistema informação e são de impossível acesso externo por telefone, rádio ou fibra ótica, ou qualquer outro processo que se possa utilizar para acessar um servidor.

As urnas eletrônicas não são vulneráveis aos **hackers**, pois são equipamentos independentes, não conectados a nenhuma rede e não passíveis de ser invadidos por **hackers**.

A parte que poderia ser vulnerável aos **hackers** seria a rede de totalização.

Dessa rede nós não tratamos no projeto, e ela é bastante segura com relação aos objetivos, ao tornar obrigatório o sistema de entrega dos boletins de urnas aos Partidos. A rede trabalha com os boletins de urnas, que são a garantia de que a rede, invadida ou não, pode ser posteriormente auditada. Estou tratando da auditoria e da comprovação do voto na urna singular. Dessa forma, os Partidos Políticos podem auditar a totalização e descobrir eventuais falhas ou fraudes, como ocorreu no caso da Proconsult. A Proconsult só pode ser desmascarada porque os boletins de totalização existiam. Não existissem os boletins e o Brizola jamais teria sido o Governador eleito pelo povo do Rio, onde nós teríamos tido outro Governador eleito pelo pessoal que operava os computadores.

Vamos à frente:

A urna eletrônica é vulnerável a ataque de um agente estatisticamente muito mais danoso e sub-reptício do que os tais **hackers**, a saber: o agente interno desonesto, e estes infelizmente não são tão famosos, mas qualquer estatística séria sobre golpes eletrônicos mostra que esses é que são os responsáveis pelas grandes fraudes eletrônicas em todo o mundo.

Não é o Ministro Néri da Silveira, não são os juízes do Tribunal eleitoral, mas a vulnerabilidade das urnas a um funcionário corrupto, a um funcionário desonesto. E a Lei nº 9.504 é muito fraca a respeito do sistema eletrônico de apuração e não impõe nenhum mecanismo que permita a auditoria do sistema.

Sim, a participação da cidadania é fundamental, mas os cidadãos precisam de leis que garantam o direito a exercê-la. A Lei nº 9.504 atual impõe a auditoria da totalização, impõe a auditoria da apuração dos votos tradicionais, mas nada diz sobre a auditoria da apuração eletrônica. Sem haver

meios legais para auditar a apuração eletrônica, não há como os eleitores ou os partidos políticos detectarem nenhuma falha ou fraude no sistema eletrônico de apuração, nem o direito a reclamar em juízo é dado, pois, pela lei atual, o resultado da apuração vejam bem não a totalização de cada urna escrito no boletim de urna está legalmente aprovado pelos Partidos Políticos no momento da lacração da urna, o que é rigorosamente um absurdo.

Sei que isso parece uma brincadeira – prossegue o Sr. Amílcar Brunaso –, mas é assim que hoje ocorre. A Lei não prevê nenhum motivo que permita impugnação ou recontagem da apuração em urna eletrônica nem mesmo casos sintomáticos clássicos como o desvio da média local – foi o dado que passe a V. Ex<sup>as</sup> sobre a urna da Sociedade Talia, em Curitiba – é motivo para um pedido de recontagem; é motivo legal para impugnação em urnas tradicionais – esse motivo é legal –, não existe para as urnas eletrônicas. E não temos nenhuma condição de reavaliação.

Por isso, a Lei nº 9.504 precisa ser corrigida no que diz respeito à votação e apuração eletrônica. Já quanto à totalização, a lei é suficiente.

É preciso que fique bem claro que não estou preocupado com a totalização; estou preocupado com a conferência do voto por meio de uma contrafé. E destaque-se que o sistema da contrafé na eleição anterior a essa última já existia. Foi sem nenhum motivo suprimido pela Justiça Eleitoral.

Vamos lá:

Direitos distintos. Gostaria de ressaltar que o projeto visa atender a dois direitos fundamentais e constitucionais do eleitor, mas direitos diferentes entre si, a saber: o direito à inviolabilidade do voto ou o direito ao voto secreto; segundo, o direito à justa apuração do voto. Para atender a esses dois direitos foram sugeridas modificações em dois artigos da lei como o Sr. Relator ressaltou. Primeiro, o direito à inviolabilidade do voto é atendido pelo parágrafo acrescido ao art. 61, que impede a identificação do eleitor e a coleta seja feita pelo mesmo equipamento.

O sistema como está é uma gracinha. A digitação vai sendo feita pela ordem de chegada dos eleitores, e essa ordem de chegada é a ordem das assina-

turas, ou seja, ela pode ser controlada. E o computador estabelece também em sua memória uma ordem. Então, você pode saber exatamente pela ordem de votação no computador, comparada à ordem de chegada dos eleitores, quem votou em quem. E nós estamos propondo, por meio desse acréscimo ao art. 61, uma forma de que não se possa consistir o terminal de presença com o terminal de votação, e de uma forma extraordinariamente singela.

Segundo, o direito à justa apuração é atendido pelas modificações do art. 59, que criam um meio de se auditar a apuração como defesa contra um **software** de apuração viciado.

Nos argumentos pela rejeição do projeto, o Senador Ramez Tebet apenas se refere às modificações no art. 59. Ele diz o seguinte: “Na espécie, o ilustre colega paranaense propõe sejam aditados parágrafos ao art. 59 e 61 da mencionada lei com o propósito de assegurar que a vontade do eleitor seja efetivamente registrada pela urna eletrônica”. Esta sua afirmação não é precisa. A alteração ao art. 61 não se destina a que a vontade do eleitor seja respeitada, e sim assegurar a inviolabilidade do seu voto, o que é uma coisa muito diferente.

Para justificar o voto, o Relator alega o seguinte: “Preocupa-nos na proposta do Senador Roberto Requião a possibilidade de que em face dos recursos e da possibilidade de anulação e repetição da votação, fique o processo mais complexo e demorado, além de caro, em prejuízo do andamento rápido da votação e das contas públicas”. Não procede o argumento! Não estamos pedindo a repetição de votação; não estamos viabilizando um pedido de repetição de votação; nós apenas estamos viabilizando, com a emissão da contrafé, a possibilidade da recontagem, jamais a repetição de votação, que não teria sentido algum. Portanto, equivoca-se, aí também, o parecer.

A possibilidade de anulação e repetição de votação se referem a alterações introduzidas no art. 59 – impressão e conferência de votos.

Imprecisa a análise do Relator, que continua: “Ademais não me parece razoável instituir em lei a possibilidade de que um eleitor possa, ao alegar discordância entre o seu voto eletrônico e o que recebeu impresso, induzir à abertura de inquérito criminal para apurar os fatos e punir eventuais infratores, uma vez que não se saberá se esse eleitor dirá a verdade sobre seu voto”. Isso não tem sentido nenhum! Se ele votou e se a contrafé que ele introduziu na urna poste-

riormente mostrou o voto dele, ele não tem mais reclamação alguma a fazer, a não ser uma provável conferência quanto à totalização. Diz o Relator: “Assim, abre-se a possibilidade de que Partidos Políticos e Coligações prejudiquem o funcionamento de determinada seção eleitoral dada a celeuma que se criará todas as vezes que um eleitor alegar diferença entre seu voto eletrônico e o impresso”. Novamente, o argumento se refere às modificações propostas ao art. 59 – impressão do voto.

Eu gostaria de ressaltar que em todos os países em que se adotou a mecanização do voto, o voto impresso é mostrado ao eleitor, que não precisa aceitar o voto impresso com o qual não concorde. Se ele teclou um voto é o voto impresso é outro, é evidente que ele tem o direito de dizer que não votou daquela maneira, e negar-se essa possibilidade ao eleitor e se garantir por lei a fraude do sistema eleitoral. Isso é universal, e as eleições, apesar da opinião do TSE, são possíveis no mundo inteiro; isso não inviabiliza eleição em país algum. O único país em que se verifica essa brincadeira de eleição sem contrafé é o nosso.

Diz o Relator, ainda, influenciado pelo TSE, que “a proposta, ademais, implica aumento de gastos, no momento em que toda a sociedade brasileira se preocupa com o déficit público”. Ora, isso é uma piada! Nós não vamos agora admitir as fraudes nas eleições; não vamos criar um sistema deficiente sobre o pretexto de que a democracia custa um pouco mais caro. Esse argumento é terrível, que jamais poderia ter origem no TSE.

Essa explicação também se refere às modificações do art. 59, pois a alteração proposta ao art. 61 – eliminação da identificação eletrônica ou lista de votação conectada à urna – diminui o custo da urna, não aumenta, como reconhece o Sr. Paulo César Camarão, digníssimo Secretário de Informática do TSE em seu livro *O Voto Informatizado*, pág. 81, item 01, comentando sobre a colocação da identificação do eleitor dentro da própria urna, sem o terminal separado que permite a consistência. Então, vemos que o principal técnico do TSE não concorda com a opinião do próprio TSE trazida ao Relator da matéria.

“A instalação da lista de votação no equipamento” – diz o Relator – “acarreta o acréscimo do custo da solução adotada além de não permitir que seja dispensada a emissão da lista de votação”. Crítica: assim, caro Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> propõe a rejeição da alteração ao art. 61, que visa garantir a inviolabilidade do voto, sem ter apresentado nenhum argu-

mento contra e ter apresentado um argumento a favor, que é exatamente a diminuição do custo.

Terceiro, o custo do voto impresso. Quanto à questão do custo introduzido pelas modificações no art. 59, que impõe que o voto seja impresso e mostrado ao eleitor – isso é fundamental: como é que o indivíduo pode votar sem ter a contrafé do seu voto – salientamos que as urnas eletrônicas já possuem o equipamento principal que é a impressora, pois elas imprimem o relatório final. Então, não há custo adicional algum. A impressora, que imprime o relatório final, que é o boletim de urna, é aquela que imprimirá uma contrafé para cada voto. Não há custo adicional. As urnas de 1996 imprimiam o voto, deixando de fazê-lo em 1998, mas a impressora continuou existindo, e o custo dessas antigas urnas não diminuiu, nem as novas urnas de 1998 deixaram de ter impressoras. De forma que a modificação proposta, ainda que aumentasse o custo, não deveria aumentar o custo para muito além do que é hoje. Certamente, se aceitarmos essa tese, cerca de 5% a mais no custo final.

Quanto ao argumento sobre o aumento do déficit público, é uma brincadeira. É bom ressaltar que antes da urna eletrônica, o Brasil não precisava recorrer a empréstimos externos para fazer eleições. Com a implantação da urna eletrônica, foi tomado financiamento externo porque o Presidente do TSE à época, eminente Ministro Carlos Veloso, entendia – e entendia bem – que informatizar a votação – e a apuração, a totalização já eram informatizadas naquela época – seria a melhor forma de diminuir as fraudes eleitorais, e valia o custo imposto. O Tribunal, quando tomou a iniciativa da informatização já sabia que tinha um custo, recorreu a empréstimo externo, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, e o TSE sabia que valia à pena o investimento. Parece-me incoerente alegar não querer implementar uma defesa contra a maior das fraudes, o desvio sistemático de votos por **software** viciado para não aumentar apenas um pouco o custo do sistema.

Cumulação de poderes. Finalmente – e lembro que essa carta é dirigida ao Senador Ramez Tebet –, peço apenas um pouco mais de paciência para ouvir essa última crítica ao seu parecer. V. Ex<sup>a</sup> disse: “junte-se a tudo isso a argumentação trazida pela atual Direção do Tribunal Superior Eleitoral na pessoa do Ministro Néri da Silveira,,,”

Estranho até que quando anunciei em plenário que ia entrar com esse projeto o Tribunal não tivesse



me procurado. Eu não fui procurado por ninguém do Tribunal e a mim nenhum argumento foi trazido.

“...juntamente com o corpo técnico, no sentido de garantir a segurança do sistema tal como é operado hoje.”

Uma garantia do Presidente do Tribunal. Ora, o Presidente do Tribunal não é técnico em eletrônica. Eu tenho garantia de que pode assegurar a imparcialidade dos julgamentos – e sou testemunha disso. Todas as injustiças que foram cometidas contra mim no Estado do Paraná foram, sistematicamente, corrigidas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Agora, não reconheço aos Ministros do TSE condições de fazer afirmações sobre a validade técnica de um sistema do qual eles seguramente não entendem.

No Brasil, o TSE tem um poder incommum durante as eleições. O TSE legisla – isso é uma falha do Congresso – 90% da regulamentação sobre voto eletrônico.

Então, há que se salientar que 90% dessas regulamentação foi feita por regulamentações escritas e aprovadas pelos Juízes do TSE, já que a Lei nº 9.504 é bastante incompleta a esse respeito. Portanto, nós estamos nas mãos não dos Juízes, mas dos técnicos de informática dos tribunais, que podem ou não ser sérios.

O TSE executa, primeiro, o projeto, desenvolvimento, financiamento e implantação do voto eletrônico. Tudo isso é feito pelas equipes montadas e administradas pelos Juízes. O TSE julga. Qualquer ação contra votação eletrônica, em última instância, acaba sendo julgada por um Juiz do TSE.

Se eles partem do pressuposto de que não existe nenhum defeito no sistema, nós já temos a garantia de que não aceitarão nenhuma interpelação de uma sistema que eles garantem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República ser perfeito. E não é perfeito.

Em resumo, sobre eleições onde o Poder Legislativo se omite, o TSE acumula os três Poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Isso vale para qualquer lei, porque sabemos que, quando o Legislativo se omite, o Judiciário acaba suprimindo a falha. É assim e é bom que seja assim; senão teríamos leis inviabilizadas.

Certamente, perguntar a quem escreveu a regulamentação e desenvolveu e implantou o voto eletrô-

nico se o sistema é seguro não poderia resultar em nada que não na aprovação dos seus próprios atos.

Então, penso que, se o Senador Ramez Tebet queria contraditar o meu voto, deveria ter procurado técnicos em sigilo de computadores e não as pessoas que propuseram o sistema, dominam, controlam e julgam os processos originados e as dúvidas surgidas de sua operação.

Como Presidente da CPI dos Tribunais, o senhor bem sabe – e essa carta é dirigida ao Senador Ramez Tebet – que o Poder Judiciário não aceita fiscalização externa com facilidade. Ao perguntar ao TSE se o voto eletrônico era seguro ou se precisava de controle externo como a auditoria imposta pelas modificações do art. 59, o TSE respondeu que o voto era seguro e que não era necessário os Partidos auditarem a apuração – dispensou os Partidos Políticos. Cabe decidir então se essa opinião é realmente isenta.

Há três anos como moderador do debate do voto eletrônico na Internet, venho apontando falhas no projeto de segurança do voto eletrônico baseado em argumentos estritamente técnicos. Muitas e muitas vezes consultei o TSE por escrito ou pela Internet para obter explicações que eventualmente mostrassem estar os meus argumentos errados. Vários funcionários do TSE participaram do nosso fórum, mas até hoje nunca o TSE apresentou um único argumento técnico que invalidasse diretamente as críticas e as colocações que colocavam em dúvida o sistema. Os argumentos vindos do TSE que ouço são sempre vagos e sem fundamentação técnica e aberta. A argumentação trazida pela atual Direção do TSE no sentido da garantia do sistema tal como hoje é operado não tem suporte técnico, não tem consistência alguma.

A boa técnica de segurança dos sistemas informatizados diz: “sistema informatizado, cuja segurança dependa da confiança do projetista operador, deve ser considerado intrinsecamente inseguro”. Não são anos; não são duendes os funcionários que operam o sistema, e, muitas vezes, não são sequer funcionários do TSE; são funcionários de empresas contratadas para operar o processo de votação no Brasil.

Então, são intrinsecamente inseguros os projetos.

Com essas considerações, que acrescento às considerações que eu pessoalmente fiz, como os erros do cartão Visa, os exemplos dos saldos bancários e a facilidade absoluta que nós temos em fazer com que a impressora imprima cada voto e que esse voto seja observado pelo eleitor e colocado, automaticamente ou não, em uma urna para permitir a consistência e a futura aprovação, peço aos Srs. Senadores, em nome da segurança do voto, da evolução da democracia e conforme o exemplo aprendido em outros países, que se introduza a contrafé que, aliás, já existia nas eleições anteriores às últimas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, um esclarecimento ao Senador Roberto Requião.

A contrafé seria expedida no ato da votação?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sim.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – E seria colocado em uma urna?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sim.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – E vai registrar em quem o eleitor votou?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – A contrafé não identifica o eleitor; ela permite ao eleitor verificar o seu voto.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Se o seu voto foi registrado. Mas aquilo será colocado em uma urna?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sim. Daí teremos a apuração eletrônica. Se houver alguma dúvida sobre a apuração eletrônica, no boletim, nós poderemos ter aquela urna recontada porque a contrafé corresponde exatamente o voto de cada eleitor. E essas dúvidas surgem da mesma forma que o voto manual. É quando há uma disparidade, uma alteração na curva de votação. Se, por exemplo, nós temos, em uma cidade, na maioria das urnas, uma determinada proporção para Partidos ou candidatos e de repente isso, em determinadas seções se inverte, nós temos o direito e o Tribunal tem aberto a possibilidade da recontagem. É o caso que nós temos assistido do Valdir Pires na Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, com a palavra o Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que a matéria é de grande importância. A meu juízo, hoje, a tecnologia permite que a Comissão conhecesse o processo. Então, eu gostaria de propor, se isso for possível, e tenho pouca familiaridade

com o Regimento e sou apenas suplente aqui na Comissão de Constituição e Justiça, mas se for possível eu gostaria de propor que o autor do projeto, eminente Senador Roberto Requião, exibisse para nós através de uma companhia de informática essa modalidade de urna que oferece esse voto ao eleitor e a forma com que se repetiria o voto. Ele daria o voto eletrônico e mais essa contrafé depositada em uma urna. Obviamente, essa urna seria apenas para efeito...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Mas, Senador, essa urna já existia na eleição anterior. Foi nessa eleição que o TSE suprimiu. Esse era o sistema de votação eletrônica feito no Brasil.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Mais fácil ainda. Se...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Nós votamos nela; provavelmente V. Ex<sup>a</sup> votou nessa urna na eleição anterior, eu votei, bem como todos os demais Senadores.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Meu município eleitoral é a cidade de Ubá, no interior. Naquela época não havia a urna eletrônica. Agora, não sei se todos os membros da Comissão conhecem o processo que é proposto pelo Senador Roberto Requião. É claro que oferece uma segurança – isso é absolutamente indubitável. Ela oferece uma segurança para uma verificação; agora, a viabilidade técnica e econômica que poderia ser examinada pela Comissão, tendo em vista uma exposição aqui de um equipamento dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós e o próprio Senador Roberto Requião fez questão de demonstrar a dignidade e a isenção com que o Ministro Néri da Silveira tem conduzido o Tribunal Superior Eleitoral e também o aprimoramento do processo que vem, ao longo desses anos, sendo uma das lutas do Tribunal Superior Eleitoral de informatizar todas as seções eleitorais do País.

Então, recebi um documento do Prof. Del Picchia, que foi Diretor de uma das Escolas da Politécnica, que é, em tese, uma das melhores escolas de engenharia em segmentos de eletro-eletrônica do Brasil, no sentido da carta que V. Ex<sup>a</sup> recebeu sobre a possibilidade – e não se fala aqui em suspeita generalizada ou que possa influenciar o trabalho do TSE ou dos TRE, mas da segurança que se queira impor, com mais qualidade no atendimento da vontade popular.

Então, o Prof. Del Picchia fez vários argumentos no sentido das argumentações da carta que V. Ex<sup>a</sup> leu. E o objetivo não é trazer sob suspeita o trabalho do Tribunal, em hipótese alguma, nem nós aceitaríamos aqui que houvesse, até por conhecer o Prof. Néri da Silveira, hoje Ministro, há longos anos, e a sua conduta moral nunca até na Justiça Comum deixaria qualquer dúvida sobre o seu comportamento e sobre a sua direção.

Contudo, aí, eu gostaria de trazer algumas ponderações que fez a Politécnica no sentido do projeto de V. Ex<sup>a</sup> cujo resultado do trabalho tive a honra de receber, é trazer uma maior segurança no resultado eleitoral e que ele de fato espelhe a vontade popular. Não traz nenhuma dúvida sobre o processo, porque ainda tem o Tribunal que caminhar, porque nem todas as Juntas dispõem da urna eletrônica. Como diz o nosso Senador José Alencar, muita gente ainda vota no sistema antigo e não tem a contrafé nem no modelo antigo de votação eletrônica, suspenso, segundo o Senador Roberto Requião.

Depois poderia trazer essa manifestação do Prof. Del Picchia e nós estudarmos em profundidade a matéria. Mas penso que o objetivo do Senador Roberto Requião é trazer mais segurança ao resultado das urnas.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador Romeu Tuma, as urnas de 1996 sistematicamente imprimiam o voto. Então, não há nenhuma dificuldade operacional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, o Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Iniciativa do Senador Roberto Requião, efetivamente, trata de um assunto que é a parte vulnerável, no meu entender, da votação eletrônica, ou seja, não há mais aquela segurança que o eleitor tinha anteriormente, quando votava na cédula que ele mesmo colocava na urna. Mas pela maneira como está sendo proposta essa nova sistemática pelo Senador Roberto Requião, ela vem vulnerar, ferir a inviolabilidade do voto ou o voto secreto.

Estipula o § 4º que “a urna eletrônica imprimirá o voto em cédula individualizada”. Como a cédula é individualizada, ela irá portanto identificar o eleitor.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

A cédula é individualizada no sentido de que não é um boletim de votação seqüencial; ela não se refere ao autor do voto de forma alguma. É uma cédula

para cada voto; ela não se refere ao eleitor, evidentemente.

**O SR. BELLO PARGA** – Se ela é individualizada...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Ela é individualizada porque não é uma relatório que seria seqüencial. A cédula é avulsa. Poderíamos até trocar até a expressão “individualizada” por “avulsa”, porque ela, caindo na urna, ela fica fora de seqüência. Se fosse um relatório, como nós temos a ordem de entrada na cabine de votação, poder-se-ia identificar os votos.

**O SR. BELLO PARGA** – Entendi isso muito bem, Senador. Ocorre que, como está posto aqui, a cédula individualizada vai identificar o eleitor. O eleitor vai conferir se o voto dele foi registrado exatamente como ele o fez eletronicamente.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Mas não é identificada; é individualizada.

**O SR. BELLO PARGA** – Individualizar é identificar.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – A cédula é individualizada, não o eleitor.

**O SR. BELLO PARGA** – Senador Roberto Requião, estou aqui procurando expender a minha opinião, por mais errônea que ela seja, acho que tenho o direito de fazê-la. Então, se temos uma cédula individualizada em que está lançado que, por exemplo, Bello Parga votou em Jefferson Péres. Eu confiro, está certo, mas não vou ficar com essa contrafé. Ela será depositada em uma outra urna convencional para futura referência. Ora, se ela é individualizada de forma a constituir uma contrafé, ficou registrado no sistema que A votou em B. Isso fere, no meu entender, Senador Requião, o princípio da inviolabilidade do voto. A meu ver, deve-se procurar uma outra maneira para assegurar o eleitor de que efetivamente o voto que ele deu será conferido. Mas, com uma cédula individualizada, vai ficar registrado em quem ele votou.

Seriam esses os meus argumentos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra o Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, penso que toda iniciativa que tenha por objetivo assegurar o respeito à vontade popular deve merecer a nossa consideração. É evidente que há um custo; mas sem dúvida vale o custo quando se trata de assegurar respeito à vontade popular.

O próprio Senador Roberto Requião já afirmou que não houve nenhuma manifestação oficial de interesse de parte do TSE no que diz respeito à rejeição dessa proposta. E próprio fui procurado apenas no



sentido de uma manifestação pessoal de um membro do TRE do Paraná e pedi que aquela Corte nos subsidiasse a respeito. Como nenhum subsídio foi encaminhado a nenhum membro desta Comissão, a impressão que fica é que a proposta é indiscutivelmente correta e objetiva evitar fraudes tantas vezes denunciadas no processo eleitoral brasileiro.

Dessa forma, quero antecipar o meu voto favorável à proposta do Senador Roberto Requião.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, pela ordem.

V. Ex<sup>a</sup> pretende estender os trabalhos até que horas?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Nós estamos encerrando a discussão dessa matéria e vamos colocar em votação em seguida. Essa é a última matéria.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Fiz essa indagação a V. Ex<sup>a</sup> porque gostaria de contar com a compreensão dos nobres Senadores e da Presidência, que evidentemente depende da anuência do Plenário, para que colocássemos em votação, extrapauta, um requerimento que não suscita nenhuma polêmica e pode perder a oportunidade. Trata-se de um requerimento do Senador Geraldo Melo no sentido de que se faça um voto de congratulações pelo transcurso dos 60 anos do **Diário de Natal**, que se dará agora no dia 18 de setembro. Assim, se nós não aprovarmos hoje, vai perder a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se V. Ex<sup>as</sup> concordarem com a votação do requerimento extrapauta, a matéria será incluída na Ordem do Dia.

Até mesmo, se todos estiverem de acordo, podemos incluí-la agora e de já apreciá-la.

Os Srs, Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Geraldo Melo que apresenta votos de congratulações ao **Diário de Natal** pelo transcurso de seus 60 anos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, apenas desejo registrar que, das figuras que vi aqui, é um nome que merece todo o nosso apreço, um dos fundadores, Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal, foi cassado e foi um homem que fez uma administração popular e inclusive profundamente preocupado com a questão da educação. Faço esse registro até porque V. Ex<sup>a</sup> teve também no seu currículo a honra de ter sido prefeito de Natal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – E tive em Djalma Maranhão um dos meus modelos de administrador, repetindo isso ao longo dos quatro anos em

que fui prefeito. Foi um homem de bem, decente e que deixou um legado administrativo apreciado pela cidade de Natal.

Agradeço a oportunidade do que V. Ex<sup>a</sup> coloca esse voto e a compreensão dos membros da Comissão que aprova liminarmente o voto de congratulações.

Devolvo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para discutir o projeto de autoria do Senador Roberto Requião.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, quero manifestar o meu apoio à proposta do Senador Roberto Requião porque ela viabiliza, sem dúvida alguma, a segurança do voto do cidadão. A resposta ele terá de imediato, no instante em que ele usa a urna eletrônica, de imediato, a impressora mostra o voto que ele deu em seu candidato e coloca a confirmação desse voto, a que o Senador chama contrafé, na urna complementar que já está ali por ocasião em que ele votou secretamente. De sorte que não há, neste caso, nenhuma forma de inviabilidade do voto do eleitor; pelo contrário, a proposta mantém essa condição, esse direito do cidadão, garantindo, no caso de uma possível recontagem, a manifestação do Poder Judiciário, por meio da Justiça Eleitoral, fazendo os cálculos devidos, não em função de uma urna eletrônica que não deixa nenhum vestígio. Pelo contrário, mantém uma fraude limpa e irretocável, impossível de ser descoberta. Mas, se existe a contraprova em uma urna suplementar, pois o eleitor não votou duas vezes; ele apenas votou uma vez na urna eletrônica, e esta urna proporciona a transparência do seu voto, que é depositado em uma urna suplementar; o mesmo voto produzido na votação eletrônica.

Já tive oportunidade, Sr. Presidente, de requerer ao TSE uma recontagem de votos, e essa recontagem de votos deu ao nosso Partido o legítimo direito de obter uma cadeira de Deputado Estadual na Assembleia de Sergipe, só foi possível porque a votação havia sido no interior e naquela cidade onde se praticou a fraude não existia a urna eletrônica. Todavia, se existisse a urna eletrônica no Estado de Sergipe em uma cidade do interior, com o sistema que hoje é utilizado, a cadeira de Deputado Estadual não teria sido conquistada pelo nosso Partido e a fraude não teria sido descoberta.

De sorte que para suprir a votação tradicional, só há essa maneira, essa saída, ou seja, aquela idealizada de forma inteligente, competente pelo Senador Roberto Requião, que visa sobretudo garantir o voto do eleitor, não permitindo a fraude eletrônica, que é

complexa e difícil de ser descoberta, e dar ao Tribunal um instrumento capaz de, na hipótese de uma recontagem de votos, prevista em lei se na totalização houver média destoante. Ora, Sr. Presidente, se algum candidato quiser requer a recontagem de votos pelo processo eletrônico da forma como hoje é feita a votação é impossível. Mas com essa saída inteligente e objetiva, proposta pelo Senador Roberto Requião, aí sim, toda e qualquer fraude por mais “limpa” que seja, por mais “competente” poderá ser desvendada pelo Poder Judiciário e amparar os candidatos que forma ludibriados durante a eleição.

Por essas razões, meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral para discutir.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, venho acompanhando com atenção a discussão. E, ao fazê-lo, Sr. Presidente, que um ponto foi tocado que me parece digno de análise. Se declara que esta proposta do Senador Roberto Requião implica aumento de gastos no momento em que toda a sociedade brasileira se preocupa com o problema do déficit público. Este é o argumento que está aí posto. Ocorre, Sr. Presidente, que isso pode ser valor, mas democracia eleitoral não tem preço, Sr. Presidente. Não há como, em uma hora em que se pretende evitar que se cometam desonestidades – e tenho a impressão de que todos nós aqui fomos vítimas delas; eu mesmo fui vítima de ter votos surrupiados por concorrentes – e acho que o Senador Roberto Requião faz uma sugestão, sobretudo para essa recontagem obrigatória, que é oportuna. Volto a dizer que nesta hora aumento de gastos não tem nada que ver; o que nós queremos é que o eleitor tenha o seu voto preservado, respeitado a fim de que, em um caso de recontagem de votos, quando haja suspeita de fraude, não possa isso ser afastado.

Quero dizer ao Senador Roberto Requião que o meu voto é “SIM”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra para discutir o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, concordo com a preocupação do Senador Roberto Requião, mas a forma como está a proposta – e não se trata da mesma preocupação do Senador Bello Parga – existe um tipo de voto muito utilizado em alguns locais, que é o chamado voto corrente, que foi inviabilizado com a votação eletrônica, é aquele voto em que o eleitor coloca na urna qualquer pedaço de papel, sai com a cédula oficial, entrega a cédula oficial em branco para o chefe daquela seção – voto formiguinha em alguns lugares – que preenche o voto, en-

trega para o eleitor e o comprovante do pagamento é trazer de volta a cédula em branco. A contrafé seria a cédula em branco. Se houvesse uma modificação...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Mas não há cédula em branco.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sim; mas se o eleitor vai receber a cédula... Veja que estou lendo o que está escrito.

*(Discussões paralelas, fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – O que dispõe a lei: “A urna eletrônica imprimirá o voto em cédula individualizada, previamente rubricada pelo Presidente e mesários para conferência do eleitor que o depositará em urna convencional”. Então, voltamos à situação em que o eleitor deposita o voto. Se houver uma alternativa que o Senador Roberto Requião estava apresentando na conversa informal que é a forma de o eleitor visualizar aquele voto com o que ele teclou e a própria urna, sem o manuseio do papel pior parte do eleitor, a própria urna eletrônica deposita o voto na urna de pano, acho que isso resolveria o problema. Concordo com a preocupação de S. Ex<sup>a</sup> no sentido de que haja a possibilidade, por parte do eleitor, de saber que o que ele teclou corresponde àquilo que vai para a urna, abrindo-se daí a possibilidade de recontagem. Se houver essa alternativa sem o risco que levantei, ótimo.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador, penso que há um problema de interpretação. Vamos tentar reproduzir o processo: não há cédula em branco. Ele só vai poder votar com a cédula na impressora; se ele votou, a impressora imprime e ele confere. Ele não tem como levar a cédula em branco para fora da urna para ser marcada, porque o processo não é manual.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Basta ele votar em branco que vai sair uma cédula em branco.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Se ele digitar o voto em branco, o voto dele não será um voto omissivo; será em branco. Sairá da impressora nulo, ou anulado, não sendo possível imprimir nada em cima disso.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas vai ter que sair alguma coisa.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Claro; vai sair a análise do voto em branco. Então, ele não vai poder repetir isso. A cédula não pode ser gravada fora da urna para ser votada, porque ela só é impressa pela impressora do computador. Não existe essa hipótese. Só o eleitor vai ver; ninguém vai poder preencher isso manualmente.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Então, há a hipótese de, sendo um formulário contínuo, emitindo um

carimbo de depósito, de que amanhã você possa fazer a relação.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Por isso a cédula é destacada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu pediria que os Senadores, ao se manifestarem, que o façam ao microfone.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, se é destacada, nada impede que ele não coloque na urna, podendo levar no bolso...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Se ele não colocar na urna, o computador não vai funcionar. Isso é um problema tecnicamente banal de ser resolvido.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra o Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Então, Sr. Presidente, há uma dúvida quanto ao processo ou sobre como é que se dá esse procedimento. É claro que o autor do projeto, o eminente amigo Senador Roberto Requião, não tem dúvidas, mas elas estão se verificando. Daí por que eu haver sugerido que fosse exibido para a Comissão, porque o assunto é de uma importância muito grande para uma eleição. Eu concordo com a necessidade de maior segurança, inclusive na hipótese de uma recontagem, no que é louvável a proposta em exame, tanto que voto a favor do projeto. Agora, considerando essa importância e considerando o fato de que todos nós gostaríamos de conhecer melhora mecânica do processo, e hoje os recursos da tecnologia permitem que uma ou mais de uma dessas companhias de informática se disponha a fornecer esse equipamento ao TSE, que o trouxesse aqui para nos mostrar um protótipo, para vermos de que forma seria esse procedimento.

Agora, é claro que a minha proposta deve ser objeto de deliberação e aprovação do próprio autor do projeto. Ainda que S. Ex<sup>a</sup> não concorde, voto a favor do projeto, porque estou a favor da segurança. Estou votando meio que no escuro, porque não sei de que forma esse equipamento vai processar a votação.

**O SR. ROMEU TUMA** – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador Romeu Tuma, esse equipamento já foi utilizado em 1996, só que agora haveria uma modificação: não haveria aquele terminal externo estabelecendo a sequência – e isso está bem claro aqui; é um processo conhecido. A meu ver, se alguém quer ter alguma experiência que vá a um caixa do Banco do Brasil e peça um extrato bancário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Bello Parga, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> para encerrar a discussão.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, já disse e quero reiterar aqui que considero absolutamente louvável o intuito do Senador Requião, de vez que assegura ao eleitor que ele tenha garantia de que o voto que foi dado ali eletronicamente era o que ele efetivamente queira dar. Agora, tenho dúvidas quanto à inviolabilidade do voto secreto. Se S. Ex<sup>a</sup> alterar a redação, substituindo a expressão "individualizada" para "avulsa", e havendo um texto que diga que está impedido ou que não seja possível a identificação do eleitor, acompanho o voto de S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sim; perfeitamente. Está acata a emenda.

**O SR. BELLO PARGA** – Não estou fazendo uma emenda.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Acatada pelo autor...

**O SR. BELLO PARGA** – Que se declare expressamente que não seja permitida...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – que essa individualização se refere à unidade do voto e não à pessoa.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não é identificada; é individualizada. A meu ver pode até substituir por "avulsa", mas...

**O SR. BELLO PARGA** – Individualizada pode sugerir isso. Penso que se deve deixar bem claro isso.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Podemos ainda colocar: "individualizada e não identificada".

**O SR. BELLO PARGA** – Acompanho porque considero louvável.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Então, Sr. Presidente, onde se lê "votação individualizada", que se leia "votação individualizada e não identificável". Sem possibilidade de identificação do eleitor. Acrescento ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria à Secretaria que registrasse o acréscimo feito pelo Senador Roberto Requião, autor do projeto, por sugestão do Senador Bello Parga, porque vamos colocar em votação o parecer, que tem preferência.

Assim, os que votarem contra o parecer estarão votando automaticamente a favor do projeto que acaba de receber uma modificação de redação, que é fundamental.

Em votação o parecer.

Quero dizer que deixaram votos consignados, porque tiveram de se ausentar do plenário, o Senador



Bernardo Cabral, contra o parecer, o Senador Francelino Pereira, a favor do parecer, o Senador Álvaro Dias, contra o parecer; e o Senador Jefferson Péres, contra o parecer.

(Procede-se à votação nominal)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer foi rejeitado por doze votos. Está aprovado, portanto, o projeto.

Designo o Senador Romeu Tuma como relator do vencido.

Os Srs. Senadores estão de acordo? (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, eu queria propor, em benefício dos trabalhos do Senado e da Comissão, que nós retomássemos essa reunião plenária depois da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Nós faremos uma comunicação, no plenário, de uma reunião extraordinária desta Comissão para logo após a Ordem do Dia da reunião plenária de hoje.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h22min.)*

**Ata da 40ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 1999, às 10 horas (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia vinte de outubro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Romeu Tuma, Sérgio Machado, Roberto Requião, Bernardo Cabral, Antonio Carlos Valadares, Ramez Tebet, José Fogaça, Amir Lando, Pedro Simon, José Eduardo Dutra, Roberto Freire, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, José Jorge, Renan Calheiros, Iris Rezende, Luzia Toledo, Bello Parga, Pedro Piva, Djalma Bessa, Maria do Carmo Alves, Moreira Mendes e Agnelo Alves, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Alvaro Dias, Carlos Wilson e Jefferson Péres. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se à apreciação do item EXTRA-PAUTA Nº 01) Projeto de Lei do Senado nº 73, DE 1999 – TERMINATIVO – que “Dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos”. Autor: Senador Luiz Este-

vão. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta. Uma vez aprovado o Substitutivo, em 29 de setembro passado, a matéria é agora submetida a turno Suplementar onde poderá receber emendas, por ocasião da discussão. Vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não foram apresentadas emendas. **RESULTADO:** o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. A Presidência retoma a ordem normal da pauta, passa-se ao Item 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996 (Nº 1.536, de 1996, na Casa de Origem) que “Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.” Autoria: Deputado Magno Bacelar. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela inconstitucionalidade e arquivamento do Projeto. Apresentado Voto em Separado pelo Senador Francelino Pereira. Durante a reunião de 29 de setembro passado, foi concedida vista ao Senador Romeu Tuma, que não apresentou voto em separado. **RESULTADO:** adiado. Em virtude da ausência temporária dos respectivos Relatores dos itens 02 a 06, passa-se ao Item 07) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1999 que “Dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição Federal.” Autoria: Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Carlos Wilson. O Sr. Presidente designa o Senador Amir Lando para Relatar, *Ad Hoc*. Parecer: favorável. **RESULTADO:** aprovado o parecer. Com a presença do Relator, passa-se ao Item 02) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1995 (Nº 472/97, na Casa de Origem) que “Altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal e dá outras providências”. Autoria: Senador Esperidião Amin e outros Srs. Senadores. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta. **RESULTADO:** concedida vista coletiva aos Srs. Senadores Amir Lando e Francelino Pereira. A Comissão aprova inversão de pauta solicitada pelo Senador José Eduardo Dutra, passa-se ao Item 04) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1999 que “Dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF”. Autor: Senador José Eduardo Dutra e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Amir Lando. Parecer: pela aprovação. **RESULTADO:** concedida vista ao Senador Romeu Tuma. A Presidência retoma a ordem normal da pauta, passa-se ao Item

03) Projeto de Lei do Senado nº 10, DE 1999 – TERMINATIVO – que “Altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que ‘Dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o Art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo Art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências’”. Autoria: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Iris Rezende. Parecer: pela aprovação. Em 29 de setembro passado, foi concedida vista ao Senador Roberto Requião, que apresenta nesta data, Voto em Separado.

**RESULTADO:** aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. A Comissão aprova a inclusão do Item EXTRA-PAUTA nº 02) REQUERIMENTO Nº 9, DE 1999, “nos termos do § 1º do art. 256, II, do Regimento Interno, a retirada das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, oferecidas ao PLC 10, de 1999, que ‘dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal’”. Autor: Senador Romeu Tuma. **RESULTADO:** aprovado o Requerimento nº 9-CCJ. Pelo adiantado da hora, a Presidência decide encerrar a reunião, ficando adiados os seguintes itens da pauta: 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996; 05) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1999 (Nº 4.736/98 na Casa de Origem); 06) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1999 (Nº 4.767/98 na Casa de Origem); e 08) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1999; e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **José Agripino**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, consultando o Plenário se estaria de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Além da pauta previamente distribuída, temos um item extra-pauta que eu pediria a compreensão do Plenário para apreciá-lo, tendo em vista que trata-se da votação em turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 73/99, que é terminativo e dispõe sobre a responsabilidade civil e penal dos proprietários, possuidores e criadores de cães perigosos. Tendo em vista que não foi apresentado ao substitutivo nenhuma emenda até o presente momento, declaro a matéria aprovada.

Passa-se ao item 01 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 86/96 que altera o §1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro. De autoria do Deputado Magno Bacelar. Relator, Senador Lúcio Alcântara, que opina pela inconstitucionalidade e arquivamento do projeto.

Tendo em vista que o Relator Lúcio Alcântara não se encontra presente nem o Senador Edison Lobão, que deveria discutir a matéria, coloco em apreciação no Plenário a intenção de retirar este item da pauta para que possamos apreciá-lo com a presença do Relator.

Se estiverem de acordo, passamos, de imediato, ao item 02 da pauta, que é o substitutivo da Câmara dos Deputados a PEC nº 01/95, que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal e dá outras providências. De autoria do Senador Esperidião Amin e outros Srs. Senadores. Relator, Senador José Fogaça, que oferece parecer pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta.

Aguardamos a presença do Relator para que ele possa oferecer o seu parecer. Página 24 do relatório; é o item 02 da pauta.

Enquanto aguardamos a chegada do Relator, Senador José Fogaça, poderíamos apreciar o item 07, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99, que dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição Federal. De autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores. Relator, Senador Carlos Wilson, que oferece parecer favorável.

Pediria ao Senador Amir Lando que, por obséquio, lesse o parecer do Senador Carlos Wilson. Página 128.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, por iniciativa do nobre Senador Lúcio Alcântara, apresenta-se a esta Casa Proposta de Emenda à Constituição nº 94.999. Cuida-se, em verdade, de reapresentação de sua mesma Proposta de Emenda à Constituição nº 28/97, arquivada por ausência de tramitação ao final da legislatura passada, e trata da concessão de nacionalidade brasileira a filhos de brasileiros nascidos no Exterior quando os progenitores não estiverem a serviço do Governo brasileiro.

A proposição foi apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara em 31 de março de 1999, sendo, no mesmo dia, distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na Comissão, foi distribuída a este Relator no dia 8 de abril subsequente.

É o relatório.

#### VOTO

Passarei logo às conclusões, Sr. Presidente, porque os argumentos, evidentemente, já são conhecidos, já que esta emenda tramitou nesta Casa.

Por todo exposto, tendo em vista a conveniência de mérito e a perfeição constitucional e formal da posição em análise, opinamos favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 24, de 1999, que concede a cidadania brasileira a filhos de brasileiros nascidos no Exterior quando os pais não forem membros da chancelaria. Este é o parecer, portanto, favorável ao reconhecimento da nacionalidade brasileira aos filhos de brasileiros nascidos no Exterior.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é favorável. A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira pedir a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer favorável do Relator permaneçam sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, solicito preferência para o item 4 da pauta, em que o Senador Amir Lando também é Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, a votação de emenda constitucional tem que ser nominal?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não, não necessariamente. Ela tem votação no Plenário. A votação é nominal nos PL terminativos, são os PLS.

Peço a compreensão do Senador José Eduardo Dutra, porque já estamos na apreciação do item 2, aguardando a presença do Relator, que acabou de chegar. Já havíamos anunciado a matéria. Em seguida, passaremos ao item 4.

Com a palavra o Relator da PEC nº 01/95, Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pedi à Secretaria que distribísse uma nova versão do parecer que apenas acrescenta modificações ao art. 66 da Constituição Federal para compatibilizar

a remissão do art. 62; não significa nenhuma modificação de fundo. Portanto, solicito aos Srs. Senadores que façam uso desse parecer que está distribuído em avulso.

Como todos sabem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebeu para apreciação um substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados à proposta de emenda constitucional que altera o regime de votação das medidas provisórias. Essa matéria é de iniciativa do Senado Federal, foi aprovada no Plenário do Senado e, na Câmara dos Deputados, recebeu modificações. Como sabemos, quando se modifica uma emenda constitucional em uma das Casas, o que se tem, na verdade, é uma nova emenda constitucional. Portanto, é como se o Senado estivesse examinando uma nova emenda constitucional, distinta daquela que ele originariamente aprovou. Mas é preciso dizer, claro, que o espírito, a idéia original, a proposta no seu sentido mais amplo foi acatada pela Câmara, onde se fizeram alterações na sistemática, na funcionalidade e na operacionalidade do sistema de votação. A Câmara fez modificações quanto ao prazo de vigência das medidas provisórias – tínhamos aprovado 90 dias; a Câmara estabeleceu um prazo de 60 dias, mas manteve a prorrogação por igual período. Portanto, uma medida provisória pode ser editada para vigência de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. O que, na verdade, dá um prazo de vigência, na prática, de 120 dias. O que há de novo nisso? É que a prorrogação não pode ser confundida com uma reedição. Porque, na reedição, pode o Presidente da República inclusive modificar o texto original, introduzir emendas ao texto original e quase formular uma nova medida provisória na sequência da anterior.

Com esse novo sistema, que é de pura e simplesmente prorrogação, é evidente que o texto original da medida provisória editada pela primeira vez, não pode ser alterada, e apenas prorrogada por mais 60 dias. O que significa dizer que medidas provisórias novas e modificadas não existirão mais.

A Câmara manteve novas atribuições que foram conferidas ao Presidente da República no âmbito da sua capacidade de emitir decretos, ou seja, pela via do decreto, o Presidente pode criar, transformar, extinguir cargos, empregos, funções públicas, criar ministérios e órgãos de administração pública. É evidente que agora, isso passa a ser uma prerrogativa do Presidente da República e não virá mais sob a forma de medida provisória, e o Presidente terá mais autonomia nesse âmbito, pelo menos. Isso nós já tínhamos aprovado no Senado, e a Câmara manteve.



A Câmara modificou – e aí, sim, vem uma questão importante – a sistemática de votação, a forma de votação que tinha sido adotada no Senado. O Senado havia aprovado um sistema pelo qual a medida provisória tramitaria em cada uma das Casas do Congresso Nacional alternadamente. Poderia iniciar-se pela Câmara e ser concluída no Senado ou vice-versa: poderia iniciar-se no Senado e ser concluída na Câmara. Era a proposta de um sistema novo, no meu entender, bastante ágil, que viabilizaria a necessidade de se votar rapidamente medida provisória para que não haja o vácuo, o vazio constitucional e legislativo. Mas a Câmara dos Deputados resolveu retornar ao sistema que hoje vigora. Então, no texto da Câmara, vem uma sistemática de votação que é a que vigora hoje, qual seja, a matéria passa por uma comissão mista e vai para o Plenário do Congresso Nacional; este, em sessão conjunta, tem que votar a medida provisória no prazo de 120 dias. E aqui é que entram os problemas, na minha opinião. Pela forma aprovada na Câmara o parágrafo 6º do art. 62 da Constituição Federal diz o seguinte:

“Se a medida provisória não for apreciada em até 45 dias contados da sua prorrogação, sobrestar-se-ão todas as deliberações legislativas do Congresso Nacional e de suas Casas, com exceção das que têm um prazo constitucional determinado até que se ultime a apreciação observado o prazo previsto no parágrafo 3º.”

Qual o primeiro problema que devemos e podemos situar? Só se estabelece o sobrestamento das demais matérias no 45º dia contado da prorrogação. Portanto, no 105º dia, faltando apenas 15 dias para a matéria ser votada – notem os Srs. Senadores – pela proposta da Câmara, faltando apenas 15 dias para que a matéria seja votada, e não mais do que 15 dias, sem nenhum direito a prorrogação, nenhuma, ficam sobrestadas todas as outras deliberações legislativas, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal.

Ora, esse mecanismo de votação, a meu ver, tem dois problemas: o primeiro é contar o 45º dia a partir da prorrogação e dar um prazo de apenas 15 dias para que a matéria seja resolvida em regime de urgência, com sobrestamento das demais matérias. Talvez em 15 dias isso não seja possível. É possível que, em 15 dias, haja dificuldade de **quorum**, porque basta que sejam obstruídas duas semanas de sessões do Congresso – o que é muito fácil de acontecer – para que tenhamos o grande vácuo legal e constitu-

cional, um vazio legislativo que seria caótico. Teríamos uma medida provisória em vigor há 120 dias, que teria gerado efeitos jurídicos, teria permitido assinaturas de contratos e o estabelecimento de relações jurídicas novas, mas de repente ela cai, perde a vigência, e não há nada a colocar no seu lugar.

Pareceu-me muito perigosa, muito estreita, muito limitada essa opção proposta pela Câmara de deixar apenas para os últimos 15 dias, dos 120 dias, a possibilidade de agir com rapidez e urgência. Nem sempre, por mais rápida e urgente que seja a matéria, por mais dinâmico e ágil que seja o Congresso, consegue-se garantir **quorum** nas sessões conjuntas do Congresso Nacional.

Por outro lado, chamo a atenção dos Srs. Senadores para o seguinte: a Câmara determina que, caso a matéria não tenha sido votada até 45 dias contados de sua prorrogação, naqueles últimos 15 dias ficam sobrestadas as matérias que tramitam no Congresso e as que tramitam separadamente nas duas Casas, o que significa dizer que, se não houve **quorum** na sessão conjunta do Congresso, a Câmara e o Senado não podem trabalhar. Isso implica que, se houver falta de **quorum** na Câmara, nas sessões conjuntas do Congresso, se os Deputados não derem **quorum**, o Senado tem que parar! Esta Casa tem que parar, o que significa o poder de uma Casa interferir na vida da outra! O inverso também é verdadeiro, ou seja, basta que o Senado não vá às sessões do Congresso para que o Senado pare a Câmara, se quiser.

Tudo isso permite uma interação negativa ou pode permitir uma interferência negativa de uma Casa na outra. Cria um sistema estanque, que me parece inédito na história deste Congresso. Não é bom para o equilíbrio e a soberania das duas Casas que uma possa interferir na outra. É preciso que haja autonomia, para que cada uma aja e decida no âmbito de sua liberdade de decisão.

Por outro lado, é preciso considerar os seguintes pontos: o prazo de 15 dias é muito exíguo para votar em sessões conjuntas do Congresso; não há exigibilidade de presença nessas sessões conjuntas e elas são realizadas muitas vezes em horários extraordinários, fora dos horários comuns das sessões plenárias das duas Casas; além disso, é da tradição do Congresso ter dificuldade de **quorum**.

Em consulta aos Líderes desta Casa, Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, proponho que retornemos ao sistema originariamente proposto pelo Senado, ou seja, que a matéria seja votada separadamente nas duas Casas e que se tranque a pauta em cada uma das Casas onde a matéria estiver tramitando.

Por isso, solicito aos Srs. Senadores a leitura do substitutivo no que diz respeito ao art. 62, especificamente ao § 6º em diante.

Estamos propondo a seguinte alteração no substitutivo da Câmara: § 6º Se a medida provisória não for apreciada até 45 dias contados de sua publicação – e não prorrogação –, “entrará em regime de urgência” – o que a Câmara não estabelece. Na proposta da Câmara, não há estabelecimento de urgência, só há o sobrestamento.

“Entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional”. Ou seja, a partir daí, a matéria já fica em urgência se estiver sendo votada na Câmara. E, aprovada na Câmara, entra no Senado já em regime de urgência também, para evitar o vazio, o caos jurídico, que seria a não vigência de uma medida provisória.

“Entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas até que se ultimem a votação e todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando”. A Câmara tem o poder de parar o processo na Câmara; e o Senado, o poder de parar o processo no Senado, sem prejuízo da rapidez, da dinâmica e da agilidade de votação.

“§ 7º Prorrogar-se-á, por igual período, a vigência de medida provisória que, no prazo de 60 dias, contados de sua publicação, não tiver sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional”. Isso não é novidade porque a Câmara também acata essa possibilidade de prorrogação.

“§ 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal” – essa é uma inovação em relação ao que existe hoje –, “ficando a Mesa do Congresso Nacional” – por ser mista, composta por Deputados e Senadores – “incumbida de sua distribuição, observado o critério de alternância”.

As medidas vêm para a Mesa do Congresso e são distribuídas pelo seu Presidente, de comum acordo com os Deputados que a integram, observado o critério de alternância, para o Senado ou para a Câmara, para que iniciem a matéria.

O Senado tem hoje em relação a medidas provisórias o papel meramente homologatório. Na sessão conjunta do Congresso Nacional, quando a matéria é discutida, analisada, apreciada e emendada no âmbito da Câmara dos Deputados e, nos minutos seguintes, o Senado é convocado para votar, que papel lhe cabe naquele momento? Pode o Senado, na votação que deve fazer, emendar? Não. Pode alterar? Não. Pode ele rejeitar? Sim. Pode ele aprovar **in totum**?

Sim. Então, o papel do Senado, hoje, na sessão conjunta do Congresso, é meramente homologatório. Nada o Senado pode fazer.

E alguém vai dizer: bem, mas o Senado pode interferir nas Comissões Mistas. Eu pergunto: de 80 medidas provisórias em andamento, qual é aquela que tem a sua Comissão Mista reunida? Qual é aquela que propicia ao Senador interferir nas discussões...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu pediria a atenção do Plenário para a exposição do Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – apresentar emendas, alterar texto? Então, Sr. Presidente, o que queremos é, primeiro, garantir a agilidade da votação. Segundo, permitir que o Senado Federal possa ter uma participação mais decidida, mais criteriosa, não seja meramente uma Casa homologatória, seja uma Casa revisora ou uma Casa iniciadora de matéria. Mas, hoje, o Congresso não é Casa revisora na sessão conjunta do Congresso, não pode modificar o que vem da Câmara, ou homologa **in totum** ou rejeita **in totum**.

§ 9º Caberá à Comissão Mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer antes de serem apreciadas em sessão separada pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

E o § 10º é da maior importância, a não ser que os Srs. Senadores queiram que se mantenha a possibilidade de reeditar.

§ 10º É vedada a reedição na mesma sessão legislativa de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Se isto não for expressamente dito, evidentemente, poderão ocorrer e restar dúvidas. Sr. Presidente, esta é a modificação, digamos, central, que fizemos.

Há uma outra proposta no art. 2º da emenda constitucional, ao final do texto que, ora, apresento aos Srs. Senadores.

Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue...

Ou seja, se elas forem alteradas ou reeditadas, caem no regime novo.

...explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

Até que as duas Casas votem cada uma das 80 medidas provisórias acumuladas historicamente pela omissão do Congresso Nacional.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estamos, aqui, tentando modificar o menos possível o substitutivo aprovado na Câmara, foi-tópica e restrita esta modificação...

**O SR. JOSÉ JORGE** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Em seguida, Senador José Jorge e ao Senador Bernardo Cabral, também, que já havia solicitado antes.

Procurei restringir ao máximo essas modificações. Por quê? Porque não queremos, aqui, contestar o trabalho da Câmara, não queremos, aqui, de certa forma, negar o conjunto de mudanças positivas que a Câmara fez. Por exemplo, parece-me inteiramente aceitável reduzir o prazo de vigência de 90, como tínhamos originariamente aprovado no Senado, para 60 dias, sem dúvida. É perfeitamente possível, dentro de 60 dias, e até dentro de 120 dias, votar uma medida provisória, principalmente porque o que estamos propondo é que, a partir do 45º, restando, portanto, mais 75 dias, folgados, com regime de urgência em ambas as Casas é muito difícil que haja o vazio, fica muito improvável que haja o vácuo legislativo. São os cuidados que estamos tomando para que isso não se transforme numa grande irresponsabilidade congressional. Porque quero acrescentar o seguinte: proibir a reedição de medida provisória, notem os Srs. Senadores, este ponto da questão, significa assumir uma grande responsabilidade, significa chamar para o Congresso a responsabilidade de não permitir o caos legal do País, não permitir que haja insegurança jurídica.

Fica o Congresso Nacional com a responsabilidade de não permitir o vazio constitucional e não permitir o conflito, o entre choque, o caos e a desordem entre atos jurídicos perfeitos, todos eles tomados no âmbito de uma lei, perfeitamente, vigente.

Então quero dizer que essa é uma decisão que gera responsabilidade. Alguns ficam pensando, ou argumentando: a partir daí temos que votar. É verdade, absoluta verdade, a partir daí não há mais como se omitir.

Mas o outro lado dessa moeda é o lado que conhecemos hoje, o outro lado da moeda é o Governo poder reeditar, incessantemente, interminável e infinitamente medidas provisórias que o Congresso, muitas vezes, considerou ofensivas a sua soberania.

Portanto, é o caminho que estamos propondo. Tivemos antes a consulta aos líderes de cada uma das bancadas, tanto da oposição quanto do Governo e obtivemos uma luz verde para caminhar nessa direção que estamos aqui propondo, Sr. Presidente.

Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Queria apenas fazer uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Fogaça, e é uma sugestão **ad cautelam**.

No art. 2º está contida essa redação:

“As medidas provisórias editadas em data anterior.”

Sugeriria editadas e reeditadas, porque senão amanhã vão dizer que só alcançam as que foram editadas e não as reeditadas.

É a sugestão.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – É um cuidado que imaginei não era necessário, mas V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, chama a atenção para algo que já se encontrou tanta fresta, tanta possibilidade não imaginada pelos constituintes. Sempre haverá alguma coisa que a gente não ...

**O SR.** – (Inaudível)

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – É verdade. Muito bem observada.

Como relator acato, evidentemente, essa proposta e já considero incluída na emenda.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Nobre Senador, a minha dúvida é sobre esse § 8º.

Na verdade, com esse novo sistema as medidas provisórias que eram examinadas pelo Congresso Nacional vão ser examinadas separadamente pela Câmara e pelo Senado, como um projeto de lei normal. Porque a necessidade de uma Comissão Mista, uma Comissão Mista de Senadores e Deputados se depois ela vai tramitar separadamente.

Então acho que essa Comissão Mista é necessária quando a medida provisória era examinada em sessão conjunta do Congresso Nacional, mas agora vai ter uma tramitação normal.

Então vai, deve ter uma comissão na Câmara e quando ela voltar para o Senado tem a comissão do Senado, não tem comissão, ou passa nas comissões normais. Essa é a primeira dúvida.

A segunda dúvida é em relação ao § 6º. Porque nas soluções anteriores, se não me engano, teria 45 dias prorrogado por mais 45, vamos dizer assim...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não, sessenta mais sessenta.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sessenta mais sessenta, mas na realidade você só paralisava as demais matérias em tramitação no Senado depois que esses dois parágrafos fossem vencidos.

Então, agora, está-se colocando essa questão de tramitar em regime de urgência, no segundo período, quer dizer no segundo 45, ou no segundo 60 e



também, sobrestando, paralisando todos os demais projetos.

Como há um terceiro período período, não sei se seria mais ...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não há um terceiro período.

É o seguinte, na proposta da Câmara o centésimo quinto dia, no dia 105 da publicação haveria a suspensão das demais matérias e aí restariam só quinze dias para completar os 120. Essa margem tão exígua de prazo não permitiria que mesmo em regime de urgência, mesmo com sobrestamento, uma sessão conjunta lá do Congresso viesse a resolver um problema que pode se tornar gravíssimo do ponto de vista institucional.

Então, esta a alteração que fizemos: a partir dos 45 dias, contados da publicação, exatamente no 45º dia de vigência da medida provisória – faltando quanto? faltando quinze mais sessenta, faltando, portanto, setenta e cinco dias, por isso é muito mais folgado –, entre em regime de urgência na primeira Casa e entre em regime de urgência na segunda Casa, ou até onde ela se encontra. Digamos que a primeira Casa já a tenha apreciado, que esteja na segunda Casa e está no 45º dia da publicação, então entraria em regime de urgência, com o sobrestamento de todas as matérias que tramitam naquela Casa, especificamente.

Essa é uma medida **ad cautelam**, como disse o Senador Bernardo Cabral, porque impede que haja a possibilidade remota, mínima de ficar sem lei. Isso evitaria que relações jurídicas novas se estabelecessem e depois não tivessem o amparo da lei na sua subsequência, impediria a chamada **vacatio legis**, socorre-me a sapiência do Senador Bernardo Cabral.

**O SR. JOSÉ JORGE** – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Essa é uma questão, Senador José Jorge, que V. Exª traz em boa hora.

Quando votamos aqui no Senado, V. Exª ainda era Deputado Federal, então não teve oportunidade de discutir como nós discutimos aqui na Comissão. Houve essa grande discussão e surgiram três alternativas:

A primeira, proposta pelo relator, é a de que, em vez de haver uma comissão mista para cada medida provisória, fosse criada uma comissão mista única no Congresso Nacional, semelhante à Comissão Mista do Orçamento, composta por Deputados e Senadores, a qual teria a incumbência de examinar, de apre-

ciar toda e qualquer medida provisória e lhe dar parecer.

Essa comissão mista única foi entendida por alguns como uma concentração de poder. Seria uma comissão muito poderosa, que desequilibraria o poder interno na Casa. Então foi deixada de lado essa hipótese.

A outra hipótese apresentada foi a de que houvesse uma seqüência regimental normal, que passasse pelas comissões das respectivas Casas, de acordo com a origem temática da medida provisória.

Ocorre que a matéria não pode ter tramitação convencional; deve ter tramitação especial por se tratar de medidas provisórias editadas por relevância e urgência do conteúdo. Então a comissão mista, integrada por Deputados e Senadores, já trataria de resolver o problema técnico de ambas as Casas, com a opinião dos Senadores e a dos Deputados. Criando, portanto, a desnecessidade de, passando pela Câmara, ter de passar por todas as comissões atinentes; passando pelo Senado, ter de passar por todas as comissões respectivas. Isso sim seria um obstáculo, seria um elemento obstrutor, possivelmente, da rapidez, do dinamismo, da agilidade que seria necessária.

Então, depois de muito debate e muita análise, chegou-se à conclusão de que, já que não se quer uma comissão mista única, porque seria negativa politicamente, já que não se pode permitir que cada uma das comissões temáticas examinassem a matéria, o melhor seria manter a situação atual.

É muito difícil, realmente, compreender essas temáticas de votação. Se não conhecemos já, antecipadamente, a proposta que existe de alteração no Regimento Interno das duas Casas, porque conhecer isso aqui, sem conhecer o Regimento Interno não dá uma idéia clara, uma idéia tão visível de como poderia ser a dinâmica de votação em cada uma das Casas. Mas acoplamos na emenda constitucional original, aprovada aqui no Senado, para informação dos Srs. Senadores e Deputados, uma proposta de projeto de resolução que estabelecia os prazos, os mecanismos pelos quais as matérias oriundas de medidas provisórias seriam votadas. Essa é a explicação que eu daria ao Senador José Jorge.

Este é o parecer, Sr. Presidente, favorável, nos termos do substitutivo que apresento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AMIR LANDO** – Antes das considerações do Senador José Eduardo Dutra, gostaria de pedir vista dessa matéria, que reputo complexa. Tenho me debruçado sobre ela, notadamente no outro mandato.

Gostaria, pois, de ter vista da matéria para poder analisar, em que pese o brilhante parecer, claro e explícito, do nobre Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Amir Lando pede vista da matéria.

Consulto o Senador José Eduardo Dutra, tendo em vista o pedido de vista, se S. Ex<sup>a</sup> ainda deseja usar da palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não, Sr. Presidente. Resguardo-me para quando for debater a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Francelino Pereira também pede vista.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, considero que é da maior importância debatermos e esgotarmos a matéria aqui no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ainda porque isso será feito com muita dificuldade no plenário, pois não haverá condições, inclusive práticas, para nós definirmos posições no Senado.

Quero dizer que, da minha parte, não há nenhuma pressa; o que há, sim, é o desejo de que os Srs. Senadores da Comissão entendam a proposta, apresentem alternativas e sugestões que caberão no âmbito desta Comissão. Todavia, espero que possamos aqui aperfeiçoar tecnicamente a matéria da melhor forma possível, pelo melhor caminho, qual seja, o caminho encontrado pelo Senador Amir Lando, o pedido de vista, que lhe dá toda condição para estudar melhor e apresentar suas proposições.

Não me contraria em nada; ao contrário, isso me dá a certeza de que vamos esmiuçar, que vamos descer aos detalhes, que vamos pensar criteriosamente cada um dos pontos que aí estão colocados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está, portanto, concedida vista aos Senadores Amir Lando

e Francelino Pereira. O Senador José Eduardo Dutra declina da palavra, preferindo discutir a matéria por ocasião da apresentação de eventuais votos em separado.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Somente a título de esclarecimento. Se ficarmos aqui criando matéria nova, isso volta para a Câmara.

O que, a meu juízo, seria importante ressaltar é que o Senado já aprovou um projeto, havia uma mecânica de tramitação; de sorte que nós voltaríamos ao que aprovamos, pura e simplesmente, modificando apenas o prazo, que foi o que a Câmara aprovou – um prazo distinto. A mecânica, que aqui já havíamos aprovado, ao invés de inovarmos, ficaríamos com o que já tinha sido aprovado em plenário, inclusive. Talvez, isso nos fizesse ganhar tempo, porque a Câmara não teria como discutir matéria nova.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, a proposta do Senador Roberto Freire também foi contemplada por nós, mas ela não tem viabilidade regimental. Na medida em que a Câmara aprova texto novo, é como matar; trata-se de uma nova medida provisória.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Aí, vamos fazer nova emenda.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – É como se tivéssemos uma nova emenda, uma nova PEC exatamente. Desculpem, senhores! Eu estava falando em medida provisória porque estava relatando uma medida provisória. Só temos, pois, essas duas alternativas: ou aprovamos, *ipsis litteris, verbum ad verbum*, o que veio da Câmara e votamos aqui duas vezes, exatamente como veio em primeiro e segundo turnos; ou, então, alteramos e negociamos com a Câmara para que ela também aprove a nossa e não modifique, porque aí viraria um pingue-pongue eterno e inócuo, evidentemente.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Então, que já se faça um contato com a Câmara para saber qual é o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu quero esclarecer ao Plenário o seguinte: quando o Senador José Fogaça completou a elaboração do seu parecer, foi feita uma reunião na Presidência da Casa com a

presença dos Líderes, do Relator, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Todos os pontos foram analisados, as consequências foram avaliadas e solicitou-se ao Relator que mantivesse a interlocução com a Presidência da Câmara, o que já foi feito ou será feito, inevitavelmente.

Agora, quanto à observação feita pelo Relator de que, em se tratando de uma matéria que trata inclusive da própria soberania do Senado, que hoje se limita a homologar para evitar que as matérias voltem a câmara, homologar textos que vêm da Câmara, acho que a discussão do Senado tem que existir com toda profundidade, porque essa matéria é de suma importância. Os pedidos de vista são oportunos e vamos discutir com profundidade, avaliando as consequências. Se tiver que voltar à Câmara para ser votado novamente, que volte à Câmara. Agora, que se procure fazer entendimento com a Câmara, para que aquilo que vier a ser decidido aqui, na CCJ, no plenário do Senado, seja acatado pela Câmara em regime de entendimento, de consenso, se possível.

De modo que a matéria é objeto de pedido de vista aos Senadores Francelino Pereira e Amir Lando.

O Senador José Eduardo Dutra havia solicitado preferência para o item 4 da pauta, que é o Projeto de Decreto legislativo nº 47, de 1999.

Se o Plenário estiver de acordo, nós passamos de imediato ao item 4. (Pausa.)

Passemos, portanto, ao item 4 da pauta:

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, CHESF, de autoria do Senador José Eduardo Dutra e outros Srs. Senadores.

Relator: Senador Amir Lando, que oferece parecer pela aprovação.

Com a palavra o Relator.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, subscrito pelo ilustre Senador José Eduardo Dutra e vários outros igualmente ilustres, chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, do corrente ano, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, CHESF.

Com esse objetivo inicia o projeto, estabelecendo em seu art. 1º que é convocado plebiscito a ser realizado nos territórios dos Estados federados, abrangidos pelas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica concedidas,

permitidas ou autorizadas à Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, acerca da desestatização dessa empresa.

Nos termos do parágrafo único do mesmo artigo, somente poderão participar da cogitada consulta popular os eleitores inscritos até cem dias antes do plebiscito.

No art. 2º, prescreve que, para efeito da iniciativa em pauta, consideram-se desestatização as modalidades de outorga à iniciativa privada de atividade econômica explorada pelo Estado, previstas no § 1º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

No art. 3º, prevê que o Presidente do Congresso Nacional dará ciência do projetado ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral – TSE, para que sejam adotadas as providências a que alude o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Determina, no art. 4º, que até que o resultado das urnas seja devidamente homologado e proclamado pelo Tribunal Superior Eleitoral, ficam sustadas todas as medidas administrativas com vistas à privatização da Chesf, notadamente a que se refere o art. 5º, inciso V, da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Justificando a medida, consignam os seus ilustres subscritores, inicialmente, que, como se sabe, a Assembléia Nacional Constituinte, ao promulgar o texto constitucional de 5 de outubro de 1988, fez com que o ordenamento jurídico pátrio passasse a ser alicerçado em modelo de regime democrático semi-direto ou híbrido, combinando mecanismos de representação política com formas de manifestação direta da vontade popular.

A regra fundamental foi fixada no parágrafo único do artigo 1º da Lei Maior: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. É importante dizer que essa inovação, diretamente, foi inscrita e insculpida no texto constitucional, exatamente no art. 1º.

Em seguida, após referir-se à integração legislativa operada pela Lei nº 9.709, de 18 de novembro, de 1998, enfatizam que o art. 2º do referido diploma legal, ao definir plebiscito, diz que trata-se de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, esclarecendo, em seguida, que tal oitiva popular deve ser convocada com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

Adiante destacam que a Chesf, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945, como so-



cidade de economia mista ligada ao Ministério da Agricultura na época, atua aproximadamente há 50 anos no setor elétrico, em uma área de depressão econômica, que é o Nordeste brasileiro. Gera, transmite e comercializa a energia nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A sua área de concessão é de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, o equivalente a 14,3 do Território brasileiro, beneficiando mais de 40 milhões de habitantes.

Sr. Presidente, o relatório detalha aspectos locais, regionais, a situação das barragens do rio São Francisco, as hidrelétricas, e eu entro logo no voto para dizer: consoante estabelece o art. 14 da Constituição, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Por sua vez, ao operar a integração legislativa do comando constitucional acima transcrito, prescreve a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, em seu art. 2º, que o plebiscito e o referendo são consultas formuladas ao povo para que ele delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa, explicitando ainda que o plebiscito é convocado com anterioridade, e ato legislativo ou administrativo.

Ainda nos termos da lei acima referida, art. 3º, nas questões de relevância nacional de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Correta, como se vê, essa espécie normativa acolhida, que, ademais, se encontra subscrita por 27 Senadores, o que afasta quaisquer óbices à sua admissibilidade.

No mérito, nada temos a objetar à iniciativa, haja vista que, como referido na justificação, a Chesf recobre, com sua rede de distribuição de energia, 8 estados do Nordeste brasileiro, onde, ademais, exerce o relevantíssimo papel de indutora de grande parte das atividades econômicas da região.

Quero dizer, Sr. Presidente, antes de encerrar, que o assunto é relevante, porque envolve nada mais que o rio da unidade nacional. A história das civilizações tem um vínculo indissolúvel com os rios. Assim o Nilo, o Tigre, o Eufrates, o Ganges, enfim, poderíamos citar, pelo globo terrestre, este vínculo, como diria Leandro Tocantins, o rio comanda a vida.

Exatamente esta obra que se tem, esse vínculo, as civilizações sempre tiveram nos rios desde o uso comum, como define aliás o Código Civil, de maneira expressa e indiscutível. E os bens de uso comum são bens inalienáveis, são bens de uso da população. Este é um vínculo que se estabelece com os rios, com os lagos. O uso dessas águas dos lagos de acumulação tem destinação diversa: da irrigação à satisfação da sede das populações ribeirinhas e distantes que se socorrem dessas águas para saciar a sede.

Ademais, poder-se-ia criar um impasse grande quando transferidas essas hidroelétricas à iniciativa privada. O uso dessas águas passariam exatamente a ser controladas pelos titulares dessas empresas, ou dessas hidroelétricas, o que poderia uma ou única empresa, no caso, adquirir todas as hidroelétricas. E isso geraria, com certeza, um conflito imprevisível, porque ou o Governo poderia ser inclusive levado compulsoriamente a indenizar o desvio dessas águas da geração de energia ou, ainda mais, poder-se-ia estabelecer este conflito quebrando um elo natural. E o rio São Francisco, que é o rio da unidade nacional, poderia se tornar o rio da discórdia de grande parte do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, hoje, a questão das águas é uma questão relevante. E a população, mais que nunca, tem que intervir na definição do seu destino.

Hoje, estamos vivendo já a grande disputa dos mananciais de águas existentes não apenas em cada país, mas no universo. E as nações, por incrível que pareça, mais desenvolvidas são as que têm as menores reservas. Hoje sabemos que dois terços das águas potáveis, que podem ser objeto de consumo, estão nos países subdesenvolvidos. E desses dois terços, um terço exatamente está no Brasil.

E o Nordeste tórrido, mais que nunca, precisa que as águas do São Francisco continuem a ser águas da salvação daquela região. Águas coletivas, porque os rios sempre foram entidades coletivas, embicados na própria evolução das populações das civilizações do universo.

Em consequência, nada mais justo que esse pleito, que a população seja consultada. E ela que tem um vínculo de vida e de sobrevivência com o rio São Francisco poderá dizer se devem ou não ser privatizadas, transferidas à iniciativa privada essas hidroelétricas e os seus lagos de acomodação.

Em consequência, Sr. Presidente, a minha posição, por todo o lado. Nada é mais justo e natural que,

numa decisão governamental desse porte, sejam ouvidas as camadas populares diretamente afetadas pelo cogitado processo de privatização. Afinal, segundo a própria dicção do parágrafo único do art. 1º da Lei Fundamental, todo o poder emana do povo, mas poderá ser exercido inclusive de forma direta. Essa inovação do diretamente insculpido na Constituição é que mais do que nunca sensibiliza o Relator no sentido da legalidade da proposta.

Por isso é que meu voto é favorável no sentido da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999.

É o meu parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela aprovação da matéria.

A matéria está em discussão.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator por toda a força poética e a ênfase que deu ao projeto. Citando o rio São Francisco, lembramo-nos de vários projetos que tratam de transposição de água e de outros itens. Meu partido quer discutir melhor esse assunto e analisá-lo para tomar uma decisão objetiva da Bancada. Então, eu pediria vista do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a vista do projeto a V. Exª.

Em função desse fato, passa-se ao Item 3 da pauta, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1999 – terminativo na Comissão –, que altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

O projeto é de autoria do Senador Luiz Estevão, e o Relator é o Senador Iris Rezende, que ofereceu parecer pela aprovação.

Esclareço que, no dia 28 de setembro deste ano, foi concedida vista do projeto ao Senador Roberto Requião, que apresentou voto em separado.

Concedo a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o assunto em tela é de suma importância, já que prolifera no País a criação de taxas absolutamente inconstitucionais. Os Senadores que prestaram atenção aos jornais de circulação nacional na última semana verificaram que, inclusive, o

Governo de São Paulo pretende inventar uma Taxa de Reequipamento da Polícia a ser cobrada na conta telefônica.

Taxas e tributos são objeto de consideração constitucional de uma forma extraordinariamente clara e rígida.

Pedi vista desse projeto, que pretende destinar um taxa inconstitucional preexistente para a construção de um prédio da Ordem dos Advogados do Brasil, aliás, uma entidade privada. Como pretende encaminhar recursos para a Ordem dos Advogados do Brasil, poderia, com igual razão, encaminhar recurso para a Feira do Guará ou para a Ordem dos Músicos.

Há um desentendimento sobre o que significa taxa judiciária. Emiti nesse sentido um voto elaborado, para tentar por fim a uma controvérsia nacional, que é a proliferação de taxas inconstitucionais para resolver problemas de recursos que não estão sendo resolvidos pela via orçamentária.

O meu voto é o seguinte. Com a devida vênia do Relator, pedi vista desse projeto, porque, não obstante o seu costumeiro cuidado e proficiência no exame das matérias que lhe tocam estudar para relato, pareceu-me que alguns aspectos teriam passados despercebidos, possivelmente induzindo que teria sido pela enganosa singeleza do projeto.

Como bem assinalou no voto, o projeto não cria nem aumenta despesas, dando apenas nova destinação ao produto arrecadado das taxas judiciárias pagas na Justiça do Distrito Federal. Entretanto, entendendo que, em sede de exame de constitucionalidade, que vem a ser a essência do trabalho desta Comissão, até por questões de princípio e de coerência, devemos resistir à tentação de sobrelevar o mérito, descurando, talvez, involuntariamente, da missão que aqui nos cabe de exercer o primeiro dos controles de legitimidade da pretensa lei frente à Carta Fundamental.

Reconheço a dificuldade intrínseca do problema, dado que a Comissão é órgão político com tarefa de exercer o crivo jurídico e, na maioria das vezes, o crivo jurídico temperado com o crivo político.

Ora, embora não sejam incompatíveis, cada um deles obedece a lógica e sistemática diferentes, o que por si só já contribui para dificuldade de foco do exame dos temas. Enquanto o crivo jurídico se pauta por princípios e regras gerais mais técnicas e doutrinárias, o crivo político deriva de considerações ligadas à conveniência e oportunidade.

A verdade é que, no caso concreto, tenho restrições ao projeto tanto no relativo ao mérito quanto na questão de constitucionalidade. Como nesta Comis-

são o crivo jurídico tem proeminência, sendo portanto a questão de fundo, permito-me inverter a ordem tradicional e abordar primeiro a questão de mérito.

Vamos ao mérito, Sr. Presidente.

Em sua singeleza, o projeto diz apenas que o produto da arrecadação de uma determinada taxa judiciária, instituída por decreto-lei de 1967, destina-se às obras do edifício sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal – OAB/DF, e à Escola da Magistratura, sendo a cobrança à base de 1% incidente sobre o valor da causa para cada uma das instituições.

A justificação induz à idéia de que o Conselho da Magistratura do Distrito Federal teria laborado em equívoco ou, talvez mesmo, em injustiça ou ilegalidade ao suspender o repasse do fruto da arrecadação da taxa à OAB apenas pelo fato de ter expirado o contrato de financiamento firmado entre aquela entidade e a Caixa Econômica Federal. Mencionando laudo firmado por engenheiro, afirma também que as obras do edifício sede da OAB/DF ainda não foram totalmente concluídas.

Não se discute, neste momento, a respeitabilidade e o valor da Ordem dos Advogados do Brasil e muito menos a suposta natureza pública dos serviços e dos benefícios que presta à comunidade, fatores que teoricamente a credenciariam a receber recursos de taxas judiciárias compulsoriamente tomadas de todos quantos acorram à Justiça em busca da tutela judicial para o resguardo dos seus direitos.

Em outro momento se poderá questionar que tipo de serviço a OAB presta diretamente a cada um, que, às suas expensas, inclusive pagando honorários advocatícios, exerce seu direito constitucional de pedir a proteção da Justiça. Contudo, o importante agora é ver que as informações fáticas que sustentam o projeto pecam por inveracidade e por indução a erro.

Em primeiro lugar, é impossível acreditar que as obras do prédio não tenham sido totalmente concluídas. Se, de acordo com os fundamentos da decisão do Conselho da Magistratura do Distrito Federal, tomados no Processo nº 1.450/98, o edifício sede foi entregue pela Construtora Eldorado em agosto de 1982, tendo a Carta de Habite-se nº 0601/82 sido emitida pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo do Distrito Federal em 5 de novembro de 1982, onde consta expressamente que a obra foi concluída de acordo com o Projeto aprovado nº 20032/79, estando em condições de ser habitada.

Ora, entre um laudo firmado por engenheiro vagamente mencionado e o documento oficial do Governo do Distrito Federal, já aceito pelos Srs. Desem-

bargadores, sou obrigado a ficar com este último, até mesmo porque, enquanto não infirmado pelos meios próprios, ele goza da presunção da veracidade e tem fé pública. Em segundo lugar, é tendenciosa a afirmação de que o Conselho da Magistratura baseou sua decisão apenas no fato da expiração do contrato de financiamento da OAB com a Caixa Econômica. Não há nada de errado ou de odioso na decisão do Conselho. A obra estava pronta e habitada desde 1982, tendo sido financiada pela Caixa Econômica. O custo da obra foi completamente pago àquela instituição em dezembro de 1996.

Se há algo criticável na decisão do Conselho é que realmente ele apenas suspendeu o repasse do fruto da arrecadação à OAB, quando deveria também ter suspenso a arrecadação. Menos mal que o dinheiro tenha sido recolhido ao Tesouro, mas os doutos Desembargadores deixaram de considerar que a taxa havia sido criada com finalidade específica.

Cumprida a finalidade, a construção do prédio da OAB, a sua cobrança é completamente legítima. A norma autorizativa exauriu-se com o cumprimento da condição. A suposta taxa já não mais existe. Incorre-se em crime de excesso de exação quem exige tributo indevido – art. 316, § 1º do Código Penal – e em crime de condescendência criminosa – art. 320, idem – quem, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo.

O próprio Decreto-Lei nº 115 prevê penalidades administrativas para o caso.

Art. 16 Sem prejuízo no disposto nos arts. 14, parágrafo único e 18, os serventuários e funcionários da Justiça que receberem custas e emolumentos indevidos ou excessivos ou infringirem as disposições desse decreto-lei e das tabelas anexas serão passíveis da pena de multa de um mil cruzeiros a cinco mil cruzeiros, imposta **ex officio** ou a requerimentos de qualquer interessado pelo juiz do feito ou pelo corregedor da Justiça, além da obrigação de restituir em triplo a importância cobrada em excesso ou indevidamente.

Art. 18 Pela exigência indevida de qualquer vantagem pecuniária, além do estatuído nas tabelas desse regimento, os funcionários e serventuários da Justiça serão passíveis das seguintes penalidades:

a) Noventa dias de suspensão;

b) Na reincidência, detenção de seis meses a dois anos.

Assim, fica claro que a taxa é absolutamente ilegal na circunstância e que incorre em penalidades



descritas nos nossos códigos os serventúrios que insistirem em cobrá-la.

Essa suposta taxa está exposta como cadáver insepulto, pior que há muito tempo e, pior ainda, cadáver explorado e disputado. Originalmente a taxa fora criada no Capítulo VI, destinado às Disposições Gerais e Transitórias, pelo art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25-1-67, com as alíquotas ajustadas pelo Decreto-Lei nº 246, de 28-2-67, destinada a contribuir para a construção do Palácio da Justiça. Terminada a construção do Palácio da Justiça, já estaria aí morta e sepultada a taxa porque exaurida a condição que a justificava no texto legal. Contudo, sobreveio a Lei nº 6.811, de 08-7-80, supostamente, se é que isso é possível, revigorando-a ao dar novo destino ao produto da arrecadação. A partir do exercício de 1980, o produto da Taxa Judiciária destinava-se à construção do edifício sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal.

Pois bem, agora, outra vez, como se viu, a taxa morreu, porque outra vez, não bastasse a primeira, exauriu-se a condição legal que a sustentava. E os despojos desse cadáver continuam sendo disputados.

A já mencionada decisão do Conselho da Magistratura, que suspendeu o repasse da verba à OAB e que deveria ter suspendido também a cobrança, informa no voto do Presidente: “Devo ainda acrescentar que este Tribunal encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional no qual se pede a destinação da referida taxa para edificações de interesse do próprio Tribunal.”

Assim, o Tribunal está também insistindo numa matéria de indiscutível ilegalidade. Está inventando uma taxa sem nenhum suporte jurídico-constitucional. Não tenho notícia desse projeto. Mas sei que em 1988 chegou a ser preparado outro projeto destinando o produto da falecida taxa para além da interminável obra do edifício sede da OAB – não seria na verdade uma catedral? é a pergunta que se coloca – também a construção e aparelhamento do hospital do advogado no Distrito Federal. O que tem a ver um indivíduo que procura a prestação jurisdicional com a construção de um hospital destinado aos advogados do Distrito Federal?

Justiça se faça ao ilustre Senador Leonel Paiva, que já terminou seu mandato nesta Casa, por ter-se absterido de patrocinar tal projeto que lhe apresentaram, porque não só deixou de propor uma ilegalidade mas também uma grande iniquidade. Pois este mesmo Congresso Nacional, há menos de dois anos, atendeu à proposta do Poder Executivo e alterou a Lei

nº 8.112 – Regime Jurídico Único, para determinar que os servidores públicos federais deixassem de ter assistência à saúde e que, se necessário, entrassem na fila do SUS – Sistema Único de Saúde, art. 230, com nova redação dada pela Lei nº 9.527.

O projeto ora em votação indica acordo entre disputantes ou tentativa de participação entre o Tribunal de Justiça e a OAB, pois abre, meio a meio, a verba para a OAB, para o edifício e para a Escola da Magistratura.

Esclareça-se, por oportuno, que a OAB/DF, que luta tão valorosamente pela verba de uma taxa extinta, já é aquinhoadada com o produto de outras taxas judiciárias, constantes da Tabela “B” do Regimento de Custas da Justiça do Distrito Federal, aprovados pelo mencionado Decreto-Lei nº 115, de 1967.

Anda mal, Sr. Presidente, a OAB do Distrito Federal. Ao invés de estar combatendo ilegalidades, tenta se associar à participação do produto dessas ilegalidades, perdendo, de certa forma, a condição de se opor aos arbítrios da legislação e do próprio Executivo.

Também, por oportuno, diga-se que a destinação de verba de taxa judiciária OAB representa uma enorme deslealdade àquela veneranda instituição, que desenvolve uma verdadeira “guerra santa”, um **ji-hard**, e diga-se, a bem da verdade, merecedora de todo o louvor exatamente contra a taxa judiciária.

A OAB, que defende a sociedade, combatendo o absurdo de taxas judiciárias, agora pretende participar do produto de uma taxa que ela mesma considera ilegal.

De autoria da OAB, encontra-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento de mérito, nada menos de oito ações diretas de inconstitucionalidade, questionando a cobrança de taxas judiciárias em diversos estados. São elas as de nº 2.078, Ministro Néri da Silveira; 2.052/89; 1.671, Ministro Nelson Jobim; 1.926, Ministro Sepúlveda Pertence; 1.772, Ministro Carlos Velloso; 1.651, Ministro Sidney Sanchez e 1.948, Ministro Rezek.

O fundamento principal de todas essas ações reside no art. 5º, inciso II e outros, da Constituição, ou seja, a OAB entende que a taxa judiciária prejudica o acesso à Justiça e à plena defesa dos direitos, no que, aliás, está cobertíssima de razão.

Em conclusão, no mérito não cabe a aprovação do projeto, até mesmo porque a suposta taxa já não existe. Portanto, se não existe, não pode ser redestinada.

Juridicidade e Constitucionalidade:

O aspecto de juridicidade mais importante já foi suficientemente abordado no tópico anterior. Simplesmente não pode ser criada nova destinação para a taxa de que se trata, porque ela deixou de existir no momento em que se cumpriu a condição legal que lhe dava vida. De pleno direito, ela não mais existe e sua cobrança pode até ser caracterizada como excesso de exação, com cominação no Código Penal.

A aprovação do projeto significaria, em termos, a prorrogação de algo que não mais remanesce no mundo jurídico. A lei que viesse a ser aprovada cairia no vazio, pois estaria dispondo norma sobre algo que não existe mais.

Esse exame de juridicidade supõe, apenas por questão metodológica, que a malsinada taxa encontra abrigo seguro nas regras constitucionais, isto é, mesmo que fosse constitucional, seria injurídica.

Entretanto, e passando agora à questão principal, entende declarar que ela peca por insanável vício de inconstitucionalidade.

Segundo o magistério do saudoso Geraldo Ataliba, por apenas quatro motivos o cidadão pode ser compelido a dar dinheiro para o Estado:

- a) multa;
- b) obrigação convencional;
- c) tributo;

d) indenização por dano. No caso, afastam-se, liminarmente, as hipóteses “a”, “b” e “c”. A taxa sob exame não é sanção por qualquer comportamento delituoso do contribuinte; não é satisfação decorrente de contrato com a administração e também não se destina a indenizar qualquer dano que ele tenha causado ao Estado. Induidoso, pois, que ela deve enquadrar-se nas regras tributárias. Antes de mais nada, devem enquadrar-se nas categorias tributárias elencadas no capítulo do Sistema Tributário Nacional da Constituição (Arts. 145, 148 e 149 – Imposto, Taxa, Contribuição ou Empréstimo Compulsório). A rigidez do sistema brasileiro fulmina de nulidade qualquer exação não obediente, rigorosamente, aos moldes constitucionais estabelecidos. O sistema brasileiro abraça a posição doutrinária, tendente à classificação dos tributos de acordo com a materialidade dos fatos descritos pela hipótese de incidência. Daí deriva basicamente a bifurcação:

a) O tributo resulta de uma atividade do Poder Público ou numa repercussão dessa; ou

b) deriva de um fato ou acontecimento inteiramente indiferente a qualquer atividade estatal. No primeiro caso, diz que se trata de tributos vinculados, e aí estão as taxas e as contribuições. No segundo

caso, diz tratar-se de tributos não-vinculados. E aí estão os impostos.

Segundo o art. 4º do Código Tributário Nacional, a natureza jurídica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- 1 – a denominação e as demais características formais adotadas pela lei;
- 2 – a destinação legal do produto da arrecadação.

A Constituição Federal determina, no art. 145, I, que imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, enquanto que as taxas são instituídas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Para Rubens Gomes de Souza, os tributos podem ser vinculados ou não-vinculados, em função da natureza do fato gerador, nome que dá à situação material ou jurídica definida em lei como necessária e suficiente para gerar a obrigação de pagá-los. O fato gerador da obrigação tributária, de todo e qualquer tributo, ou é uma atividade estatal, ou outra coisa qualquer. Se for uma atividade estatal, o tributo será vinculado; se um fato qualquer, o tributo será não-vinculado, observa Geraldo Ataliba.

A dissociação entre a base impositiva e o aspecto material da hipótese de incidência pode mudar a natureza jurídica do tributo, levando à invasão de competência ou à bitributação, não permitida pela Constituição. Veja-se a advertência de Rubens Gomes de Souza: a escolha pelo legislador de uma base de cálculo inadequada pode desvirtuar não só a natureza específica do tributo, transformando-o, por exemplo, de imposto sobre a renda e imposto sobre o capital, mas também a sua natureza genérica, transformando-o de imposto em taxa ou vice-versa. Esse, aliás, é o motivo maior de a Constituição consagrar, no § 2º do art. 146, a regra de que as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos, e no art. 154, I, na definição da competência residual, que os novos impostos não tenham fato gerador ou base de cálculo própria dos disciplinados nessa Constituição. Nas taxas, aparece o Estado fornecendo certidões, expedindo documentos, concedendo licença, autorização ou permissão. Enfim, prestando um serviço público ou exercitando o seu poder de fiscalização; e nos impostos, a motivação é sempre um fato da vida privada – alguém vendendo uma mercadoria, alguém

exportando, alguém sendo proprietário de um imóvel etc.

Amílcar Falcão anota que o fato gerador da taxa há de ser uma ocorrência diretamente ligada à utilização, disposição ou requisição de serviço ou atividade determinada do Estado. O fato gerador do imposto, ao revés, há de ser alguma ocorrência da vida comum, não ligada diretamente a qualquer atividade específica recebida ou fluída e simplesmente reveladora da capacidade contributiva.

Hector Viegas é categórico: a atuação estatal vinculante é talvez o elemento caracterizador mais importante para saber-se se, ao enfrentarmos um determinado tributo, estamos realmente diante de uma taxa. Tanto a doutrina quanto a jurisprudência são terminantes e coincidentes.

No caso concreto, o Decreto-Lei nº 115 dispõe sobre as custas e emolumentos devidos pela expedição, preparo e execução de todos os feitos judiciais, dos atos notariais, judiciais e extrajudiciais (art. 1º), discriminando minuciosamente e exaustivamente, em 17 tabelas, nada menos do que 104 hipóteses de serviços prestados pela justiça do Distrito Federal aos demandantes de prestação jurisdicional.

O exame acurado dessas 104 atividades judiciárias remuneradas, mediante o pagamento de custas e emolumentos, revelaria, provavelmente, algumas inconstitucionalidades, como, por exemplo, no item que impõe alíquotas diferenciadas sobre o valor da transação na lavratura de escrituras ou ainda no item que trata de alíquotas diferenciadas sobre o valor dos bens dos inventários nos processos de sucessão.

É possível que se detectasse, em casos como esses, invasão do campo dos impostos sobre a renda e sobre o patrimônio. Mas disso trataremos, Sr. Presidente, em outra oportunidade.

Por hora é importante assinalar o fato de que essas 104 atividades listadas abarcam, certamente, todas as hipóteses de serviços judiciais remunerados por custas e emolumentos, as quais venham a ser exatamente taxas vinculadas aos serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, de que fala o inciso II, do art. 145 da Constituição.

O mesmo Decreto-Lei nº 115, no art. 20, compreendido nas disposições gerais e transitórias, ignorando a exaustiva discriminação de serviços taxados nas tabelas anexas, dispõe que fica criada a taxa judiciária na base de 2% sobre o valor da causa, destinado a contribuir para a construção do Palácio da Justiça. Como se vê, a suposta taxa não define qualquer

serviço ou explicita qualquer ato decorrente de poder de polícia que a justifique. A rigor nem poderia.

Primeiro, porque os serviços taxáveis já são exaustivamente discriminados nas tabelas anexas e não seria possível fugir de escancarada bitributação, o que aliás é evidente à simples leitura dos primeiros itens da tabela 1.

Quaisquer recursos vindos da primeira instância ou interpostos para tribunais superiores, Cr\$7.500,00; reclamações e conflitos de jurisdição; mandados de segurança originário, a um só requerente, Cr\$7.500,00; por requerente que exceder, Cr\$1.000,00; **habeas corpus**, Cr\$5.000,00; ação rescisória 4% sobre o valor da causa.

Segundo, porque a prestação da Justiça é finalidade essencial do Estado e, salvo pela identificação de atos personalíssimos e individualizáveis, é direito difuso de toda a cidadania, devendo ser suportada pelos tributos não-vinculados. Os estímulos dos magistrados, os prédios onde funciona a Justiça, as despesas de manutenção, de obras e investimentos devem ser proporcionados por toda a sociedade, através de impostos gerais.

Aliás, Sr. Presidente, é esse objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade que o PMDB nacional impetrou junto ao Supremo Tribunal Federal, em razão de uma famosa taxa de reequipamento do Judiciário no Estado do Paraná, acerto absolutamente antijurídico e inconstitucional, feito pelo Governo do Estado e pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Espero que ela não fique a dormir quanto tantas outras ações impetradas pela OAB no Supremo. Espero um julgamento rápido, uma liminar concedida prontamente. Essa ação do Paraná está nas mãos do Ministro Nelson Jobim.

A existência do aparato judicial não interessa apenas a quem eventualmente dele necessite, mas é requisito de toda a Nação. A Justiça integra o próprio conceito de Estado e democracia, sendo essencial o equilíbrio social. Não se imaginaria uma justiça privatizada, sustentada apenas pela venda de serviços judiciários. Ninguém imaginaria. Do mesmo modo cobrança de taxas pelo serviço legislativo, nem mesmo o de eventuais e identificáveis beneficiários das leis ou pelo serviço de segurança pública ou defesa nacional. Ninguém questionaria que no atual estágio de elaboração doutrinária e jurisprudencial, a ministração da Justiça se configura como um bem público e que, portanto, sua administração seja essencialmente um serviço público.

Como se viu, o direito positivo e a doutrina há muito precisam que a inconsistência terminológica e



uso promíscuo de palavras nas leis não transmudem nem impeçam sua verdadeira natureza. Aliomar Baleeiro já advertia ser indiferente o erro ou a malícia do legislador que empregue denominação diversa daquela esponsada pela Constituição e pelo Código Tributário Nacional, no que é secundado por Amílcar Falcão: É certo que o imposto não se define ou conceitua com base na sua denominação, no seu nome **juris**. A definição é dada através do exame da natureza jurídica do tributo; ou seja, da natureza do fato gerador adotado e da respectiva base de cálculo.

Os serviços prestados pelos cartórios e serventias, serviços públicos específicos e divisíveis são custeados por via do tributo denominado taxa, que dá à veste tributária as custas e emolumentos. É o que deflui de ensinamentos dos luminares, como Geraldo Ataliba, Cléber Giardino, Ives Gandra, Yonne Dolácio de Oliveira, Marco Aurélio Greco, Amílton Dias de Sousa e tantos outros, além, Sr. Presidente, da jurisprudência da Suprema Corte.

Não há assim, porém, quanto às instalações, aos prédios, à manutenção dos juízes, a existência e manutenção da instituição judiciária do Poder Judiciário. Esses são encargos suportados por toda a sociedade, porque a toda ela interessa a existência da instituição judiciária. São encargos suportados, portanto, pelos impostos gerais não-vinculados. Pouco importa que o decreto-lei tenha instituído o tributo com a denominação de taxa judiciária se o exame da hipótese de incidência revela na verdade tratar-se de imposto. No caso, agrava-se a ilegitimidade ao ver-se que se trata de um imposto cuja receita está vinculada, coisa expressamente vedada pelo art. 177, IV, da Constituição.

Destaque-se o texto do inciso II do art. 145 da Constituição: As taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição. Os serviços taxáveis, como se vê, devem ser específicos e divisíveis. Os serviços gerais das instituições políticas, como sói ser a prestação jurisdicional, não se prestam para ser atos jurídicos a ensejar a cobrança de taxas. Tais serviços são indivisíveis. Não se pode atribuí-los individualmente a uma pessoa deles especialmente fruidora.

Os serviços prestados pelos cartórios e serventias já são remunerados por intermédio das 104 custas e emolumentos constantes das tabelas anexas ao Decreto-Lei nº 115, ou seja, Sr. Presidente, das taxas. Além disso, decretou-se inconstitucionalmente que a pessoa fruidora de prestação jurisdicional pagasse

também uma pretensa taxa, verdadeiro imposto, porque não vinculada a qualquer serviço para a construção do Palácio da Justiça. Depois, decretou-se que continuasse a pagar para a construção do prédio da Ordem dos Advogados; prédio da Ordem dos Advogados, instituição privada a qual pertence e para a qual, como advogado, contribuo. Agora se pretende decretar que continue a pagar para as obras desse mesmo prédio da Ordem dos Advogados, embora ele esteja pronto e acabado e habitado há dezessete anos!

Ante o exposto, voto pela aprovação do projeto na forma do seguinte substitutivo global.

Sr. Presidente, é importante essa votação na Comissão e no plenário, porque não se trata só da revogação de uma bem-intencionada proposta do Senador Luiz Estevão. Trata-se de colocar esse desvio tributante nos eixos. No início da minha manifestação levantei a hipótese colocada pelo governo de São Paulo, de cobrar uma taxa para reequipamento da polícia na conta de telefone, como se quem tivesse um telefone, acionista ou não de uma empresa telefônica, pudesse ser individualmente taxado por um serviço coletivo e que tem que ser mantido por impostos. Há o caso do Paraná, quando o PMDB nacional já entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, que se encontra nas mãos do Ministro Jobim. Inventaram uma taxa de reequipamento do Judiciário. Então, os governos gastam os seus orçamentos de forma inadequada, desbaratada, e logo surge um novo “Chico ciência”, um esperto, que cria uma taxa judiciária em cima de determinados tipos de contribuintes. Acho que essa discussão na Comissão é muito importante porque devemos pôr fim a esses abusos, que não surgiram agora, não surgiram com a proposta do Senador Luiz Estevão, mas estavam absurdamente consolidados em um decreto-lei, decretos-lei, medidas provisórias, atos rigorosamente arbitrários, mas fica aqui gravado o meu protesto. Não é possível que a Ordem dos Advogados do Distrito Federal, co-autora ou autora de oito ações diretas de inconstitucionalidade contra a taxa judiciária, já não tivesse manifestado o seu protesto e recusado a participação nessa divisão. A palavra que eu ia dizer era mais dura, mas o Senador Luiz Estevão, com a sua bem intencionada proposta, não merece essa dureza, mas é por parte da Ordem a participação do motim, de uma pirataria tributária, e a Ordem já devia ter se manifestado de forma radical e definitiva contra a taxa e a sua participação nesse processo. O meu projeto substitutivo global é o seguinte: ementa – revoga o art. 20 do Decreto-lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967. O Congresso Nacio-

nal decreta: fica revogado o art. 20 do Decreto-lei nº115, de 25 de janeiro de 1967. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação. Essa é, Sr. Presidente, uma manifestação radical, porque ela vai à raiz do problema. Mas, cá entre nós, a Ordem dos Advogados do Distrito Federal já deveria ter, em juízo, pedido a declaração absoluta da extensão e da sobrevivência dessa taxa absurda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O voto em separado conclui pela revogação do art. 20 do Decreto-Lei nº115, de 25 de janeiro de 1967. A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de começar o meu comentário sobre o voto em separado do nobre Colega e correligionário de PMDB, Senador Roberto Requião, pela última parte do seu voto, em que ele propõe uma emenda que significaria, um substitutivo, em verdade, a revogação do decreto que instituiu a cobrança dessa taxa, lembrando apenas, para isso, o art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal, que diz o seguinte: não se admitirá emenda em sentido contrário à proposição quando se trata de Proposta de Emenda à Constituição, Projeto de Lei ou de Resolução. Portanto, considerando que a proposta final, ou seja, o substitutivo do nobre Senador Roberto Requião colide frontalmente com a proposta, evidentemente, ele contraria o Regimento Interno do Senado e dessa forma estaria prejudicado. Quero dizer aqui que estamos, na minha opinião, misturando duas discussões. Uma delas é sobre a pertinência ou não da manutenção ou revogação da taxa, que é a síntese do argumento do Senador Roberto Requião, e a outra, que é o objetivo do meu projeto, que é de, reconhecendo a existência da taxa, dar a ela uma destinação específica. No caso do objetivo do Senador Roberto Requião, não pretendo discutir se a taxa deve ou não ser cobrada. Entendo que ele, que já se encontra no seu quinto ano de mandato no Senado Federal, poderia ter feito isso. Apresentar um projeto revogando essa e outras taxas. Aliás, como legislador, é esse o seu mister, é essa a sua missão, e poderá fazê-lo a qualquer momento. Hoje, amanhã ou depois, já que é uma tarefa inerente ao seu mandato de Senador, mas eu gostaria de alinhar aqui alguns pontos do seu parecer. A primeira questão é o problema da enganosa singeleza do projeto. O projeto é singelo não para ser enganoso. É que o projeto é simples na sua essência. Ele apenas busca dar uma destinação a uma taxa que foi criada, teve um destino específico; depois, outro destino específico e, já há algum tempo, vem sendo reco-

lhido esse dinheiro sem qualquer destinação, considerando-se principalmente que a Justiça do Distrito Federal é bancada pela União e esse dinheiro não é revertido para os cofres da Justiça do Distrito Federal.

Quanto à questão do exame de constitucionalidade, muito bem abordado em um voto extenso e com uma série de argumentações pelo Senador Roberto Requião, gostaria de argumentar o seguinte: houve, efetivamente, a interposição de oito ações diretas de inconstitucionalidade contra uma série de taxas cobradas no regime de custas do Poder Judiciário, só que nenhuma delas até hoje mereceu sequer o deferimento de uma liminar.

E é preciso que se diga que algumas delas, como, por exemplo, as de nºs 1.651, 1.772, 1.948 e 1.671 encontram-se no Supremo Tribunal Federal há mais de quatro anos. Portanto, nenhuma delas – repito – mereceu uma análise liminar que permitisse a concessão de uma liminar suspendendo a vigência da taxa.

Considerando-se que o Supremo Tribunal Federal é a última, derradeira, definitiva e irrecorrível autoridade em termos de considerar ou não inconstitucional uma lei, evidente que não tendo se manifestado em uma decisão liminar é porque não reconhece nem a fumaça do bom direito, nem o *periculum in mora* referente a esse assunto.

No que se refere ao mérito, quero, aqui, alinhar algumas questões também: pode se questionar que tipo de serviço a OAB presta diretamente a cada um que, às suas expensas, inclusive pagando honorários advocatícios, exerce seu direito constitucional de pedir proteção à Justiça.

Ora, é sabido – não sei se em outros estados acontece isso – que a OAB do Distrito Federal tem um programa de assistência judiciária gratuita em todas as cidades satélites do Distrito Federal, que visa justamente compensar as deficiências da Defensoria Pública, essa, sim, que deveria ser a garantia de todos os cidadãos de acesso ao Poder Judiciário. Pelas deficiências da Defensoria Pública, que, aliás, já mereceram dois projetos de lei de minha autoria em tramitação no Senado Federal, se não fosse esse trabalho voluntário, volante e gratuito da OAB, teríamos grande parte da população carente do Distrito Federal sem um direito mínimo da sua cidadania, que é o acesso ao Poder Judiciário.

Quero, por outro lado, falar sobre a questão do Habite-se. Ora, é verdade, foi concedida uma Carta de Habite-se em 1982 ao prédio da OAB, o que não significa a conclusão final da edificação, já que uma Carta de Habite-se significa simplesmente que aque-

la parte da edificação está concluída e que ela pode ser acrescida, aditada, enfim, expandida a qualquer momento, quando desejar seu proprietário e permitirem as normas construtivas referentes ao empreendimento.

Portanto, se a OAB pretende ampliar a sua sede está no seu direito e isso significa simplesmente que estaria retornando ao espírito original da taxa. Portanto, o laudo firmado por engenheiro, em nenhum momento, contraria a Carta de Habite-se fornecida pelo Governo do Distrito Federal.

Aliás, no caso do Senado Federal, é muito simples: quando Brasília foi construída, construiu-se o prédio central do Senado e da Câmara, foi obtida uma carta de habite-se e nem por isso ele deixou de ser expandido ao longo dos anos, como é o exemplo deste anexo, que também mereceu um novo habite-se.

Uma outra questão é dizer que o Conselho da Magistratura baseou sua decisão apenas no fato da expiração do contrato de financiamento da OAB com a Caixa, efetivamente, para aquela fase da construção da obra.

Na página quatro, afirma em seu relatório o estimado colega Senador Roberto Requião, que a suposta taxa já não mais existe. Aí tenho que discordar frontalmente: se não existisse, não só não estaria sendo paga todos os dias como não mereceria também o final do voto do Senador Requião em que ele se propõe a revogar a taxa. Ora, como revogar aquilo que já não mais existe? Portanto, ela não está sendo ressuscitada; ela nunca deixou de existir.

Uma outra questão é a construção e aparelhamento do Hospital do Advogado do Distrito Federal. Esse projeto não é de minha autoria, nunca foi, eu não era sequer Senador nessa época e não apresentaria um projeto dessa natureza, porque entendo também que existe uma diferença muito grande: a Ordem dos Advogados do Brasil presta serviços gratuitos que atendem a todo o contingente da população do Distrito Federal. Evidentemente que um hospital voltado para o atendimento do advogado não teria esse caráter de universalidade na prestação do seu serviço. Portanto, eu não apresentaria aqui um projeto para beneficiar apenas uma categoria específica. Apresento para que essa taxa reverta em parte para a OAB, porque conheço, reconheço e aplaudo os serviços gratuitos que presta na assistência jurídica aos mais carentes no Distrito Federal.

Uma outra questão é a da inexistência da taxa. E venho aqui para a questão da juridicidade e constitucionalidade. De acordo com o parecer do Senador Roberto Requião, S. Ex<sup>a</sup> exclui as possibilidades de

multa de obrigação convencional e de indenização por dano e se restringe ao item “c”, que é o tributo.

Ele diz que o tributo resulta de uma atividade do poder público a uma repercussão desta. E diz aqui, mais embaixo: “aí estão as taxas e contribuições”. Diz também que, nas taxas, o Estado aparece prestando um serviço público.

Quero recordar um fato. No período da discussão da implantação ou da abertura da CPI do Judiciário no Senado Federal, aplaudi o Senador Roberto Requião. S. Ex<sup>a</sup> havia feito uma reflexão que reputei e me dirigi a ele cumprimentando-o pela sua inteligência e pertinência, quando disse que o Poder Judiciário é, antes de mais nada, um prestador de serviços e, como tal, deveria ser encarado; como tal, deveria ser aprimorado, deveria ser expurgado dos seus erros e das suas deficiências. Recordo que me levantei e fui cumprimentá-lo porque entendi que aquele enfoque do caráter do Poder Judiciário era novo e merecia, sem dúvida alguma, um cumprimento. É efetivamente isso. É um serviço prestado pelo Estado e que se reveste de tal natureza.

Portanto, se há uma prestação de serviço, não há por que se discordar da existência de taxas. Por outro lado, diz o Senador Roberto Requião que ninguém imaginaria do mesmo modo cobrança de taxas pelo serviço legislativo ou pelo serviço de segurança pública ou de defesa nacional. É evidente que não, porque, no caso do Poder Legislativo, seria inadmissível que alguém, apresentando um projeto de seu interesse, tivesse o Legislativo a cobrar pela tramitação ou pela operacionalização daquele projeto. Já no caso do Poder Judiciário, não; é legítimo que as taxas sejam pagas porque evidentemente que aqueles que mais demandam o Poder Judiciário devem arcar com um peso maior nas suas despesas.

Essas são basicamente as reflexões que faço. Acresço a elas, primeiro, a questão de “feira do Guará”. Evidentemente que isso é um reforço de linguagem do Senador Roberto Requião, mas não seria de forma alguma pertinente, porque estaria financiando, no caso, uma instituição privada que se destina ao lucro, que não é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil.

Enfim, essas são basicamente as questões que eu tinha a observar, lembrando, apenas para concluir e voltando ao ponto inicial da minha argumentação, que o art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal impede a aprovação do projeto do substitutivo do Senador Roberto Requião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Para discutir, com a palavra o Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados está discutindo a reforma do Judiciário. Talvez o seu objetivo fundamental seja o do exercício da cidadania, porque o Poder Judiciário não é um prestador de serviços. É um poder. E o exercício da cidadania exige que o acesso a esse poder seja universalizado, seja o mais amplo, para que ali se possa discutir todo e qualquer direito do qual qualquer cidadão se julgue detentor.

A Ordem dos Advogados, quando ingressou com essas ações de inconstitucionalidade, o argumento básico contra essa taxa do Judiciário era que ela criava um ônus a mais para esse acesso ao Poder Judiciário. Seria interessante inclusive que na discussão da reforma do Judiciário se analisasse toda essa questão de custas e emolumentos, porque o absurdo não está nessa taxa judiciária apenas. Não é pelo número de 104. São alguns contrabandos, evidentemente que não são taxas nem emolumentos, que aí estão embutidos. Dentre eles, inclusive, a Ordem dos Advogados do Brasil, à qual também me integro, como advogado que sou.

Essa taxa judiciária, da forma como foi instituída, evidentemente é abusiva, é inconstitucional e é anti-jurídica. Não vou nem discutir qual o seu objetivo, errado desde o começo, e se tem algum momento em que possa se consertar, é neste, agora, não, evidentemente, com o substitutivo, porque não se pode aprovar um projeto aprovando-se um substitutivo que é o seu contrário. Mas, desde logo, queria dizer ao Senador Roberto Requião que poderíamos sair daqui já assinando e dando entrada, hoje à tarde, num projeto revogando essa taxa.

O que nos cabe, aqui, é rejeitar esse projeto. É rejeitar. Está sendo paga e a União, de forma muito correta, não está distribuindo, e não deve. É inadmissível se estar financiando construção de Ordem dos Advogados do Brasil, o que quer que isso signifique, com todo o serviço prestado pela Ordem dos Advogados. Mas eu não estou me propondo a nada; estou propondo a extinção.

Concordo com o projeto que terá que ser autônomo, do Senador Roberto Requião e se fiz o comentário de ir para a taxa judiciária, foi porque, se se tivesse que prestar algum serviço, que fosse para a Defensoria Pública e não para a Ordem dos Advogados. Isso é um problema da Ordem dos Advogados, não é de quem busca os seus direitos na Justiça. Isto é um

dos absurdos deste País! Interessa a empreiteiros, incorporadores imobiliários, advogados, agora, à cidadania, não. Temos que votar contra, pura e simplesmente.

O substitutivo, evidentemente tem razão o Senador Luiz Estevão, é anti-regimental, pode, a partir de agora, já ir contra, com a minha assinatura, de ser um projeto autônomo para a revogação da taxa judiciária.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Pois não.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Na verdade, o Conselho Superior da Magistratura já devia ter suspenso a cobrança dessa taxa. É um absurdo que o Judiciário continue cobrando, e cobra sem dela se locupletar, porque ela vai para o Orçamento Geral da União. Não tem cabimento! O Conselho da Magistratura já devia ter reconhecido a caducidade desse processo, devia, desde o começo, ter percebido a sua inconstitucionalidade e ter deixado de cobrar. Mas eu concordo com sua proposta, eu encaminho, em anexo ao meu relatório, um voto contrário ao projeto, e quero assinar, com o Senador Luiz Estevão, com V. Ex<sup>a</sup> e com os outros Senadores, o projeto de iniciativa de extinção, que seria o substitutivo.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Pronto. Agora, como talvez uma solicitação: que se começasse...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Não tinha uma cláusula?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Que era um prazo do Habite-se do projeto, mas, aí, não caberia para nós, aqui, a discussão sobre como esse Habite-se foi dado – o Habite-se, a gente sabe, muitas vezes é dado por pressões de incorporadores que têm interesse em se desfazer, rapidamente, daquilo que construiu. Essa é outra discussão, que não cabe aqui. O que cabe aqui é que deve-se votar contra porque isso é absurdo, e quem quer buscar, na Justiça, seus direitos, fique pagando a construção de edifícios de Ordem dos Advogados do Brasil, ou o que quer que seja disso, porque isso é atribuição dos advogados; construção de Palácio da Justiça é responsabilidade do Poder Público, não de algum cidadão em particular, por uma prestação de serviço que não existiu.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Pois não.

**OSR. LUIZ ESTEVÃO** – Eu queria apenas fazer uma breve retificação, dizendo que, na última discussão em que se iniciou a polêmica sobre esse assunto,

um dos pontos levantados era a destinação para a conclusão das obras da sede da Ordem dos Advogados do Brasil. Antes mesmo da reunião de hoje, da CCJ, eu já havia apresentado uma modificação ao projeto em que, simplesmente, a taxa, ao invés de ser para o término da construção – o que, efetivamente, eu reconheço que pode ser entendido como toda a sociedade pagando a construção da sede dos advogados do Brasil –, vá para a OAB, destinada à assistência jurídica gratuita. E a outra metade vá para a Escola da Magistratura do Distrito Federal.

Então, quero apenas dizer, sem contraditar a sua opinião que opina pela extinção da taxa, que vejo que é outra questão, que o meu projeto simplesmente dá um destino a uma taxa que vem sendo paga. A questão da extinção da taxa, desta e de outras taxas, acredito que seja um assunto que efetivamente deva merecer a reflexão do Congresso Nacional, lembrando, por outro lado, que o Regimento de custas prevê que no caso do acesso à Justiça de pessoas de baixa renda são dispensadas as custas processuais.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Mas não estou preocupado com baixa ou alta renda. Poderíamos até fazer uma advertência: seria bom que os que pagaram taxa judiciária entrassem na Justiça cobrando, da Ordem dos Advogados, a devolução pela inconstitucionalidade e pelo absurdo. Não é admissível que neste País se utilize de serviços públicos, de taxas e emolumentos para estar se beneficiando grupos privados, seja ele qual for, por mais benemérito que seja, filantrópico que seja, que até atenda determinadas situações, porque o Poder Público, no caso da Defensoria Pública, não exerce na plenitude as suas ações. Então, evidentemente, é inadmissível votarmos isso, quer pela inconstitucionalidade, quer pelo seu objetivo.

Voto contra o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Encaminho contra a aprovação do Projeto do Senador Luiz Estevão, e pretendo, na companhia de outros Srs. Senadores, apresentar um projeto de extinção não só dessa taxa. Como observei no relatório, nesse decreto de taxas e emolumentos, há uma série de outras inconstitucionalidades absolutas, que deveriam, nesta oportunidade, serem igualmente fulminadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o projeto do Senador Luiz

Estevão teve um mérito: o de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tomar conhecimento da existência desta taxa.

Concordo com os Senadores Roberto Requião e Roberto Freire sobre a inconstitucionalidade da matéria. É um dos entulhos autoritários que ainda existem na legislação, e devem existir “n” outros, e não temos a mínima possibilidade de descobri-los, a não ser que se faça uma pesquisa exaustiva sobre a existência deles. É um decreto de 1967, que foi reformulado por uma lei de 1980. E a obrigação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é encontrar o caminho mais adequado, mais eficaz e mais rápido para se revogar esse entulho.

Não concordo que se invoque o art. 230 por dois motivos. Primeiro: quando se diz que não se admitirá emenda em sentido contrário à proposição quando se tratar de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução, isso está relacionado a um projeto que trate de uma situação em que ainda não haja uma relação legislativa, onde não haja regulamentação ou lei sobre o assunto. Então é um projeto de lei, houve uma proposta de emenda à Constituição que propunha algo novo, e que, portanto, não tem sentido, e não pode ser acatado, uma emenda em sentido contrário àquele projeto que está propondo algo novo. Mas não é esse o caso. Nesse caso já existe uma relação jurídica, que é a existência da taxa. E a própria justificativa do Senador Luiz Estevão no antepenúltimo parágrafo diz o seguinte:

“Apesar disso e tomando como fundamento apenas o fato da extirpação do contrato de financiamento firmado entre aquela instituição e o ??, deliberou o Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, a 11 de dezembro de 1996, não mais repassar o produto da taxa à OAB, seção DF, mas manteve a cobrança da taxa dos advogados, recolhendo-a aos cofres da União desde aquela data.”

Portanto, na justificativa, o Senador Luiz Estevão apresenta uma irregularidade cometida pelo Conselho de Magistratura do TJ-DF

Então, o caminho mais correto, mais lógico e mais rápido – e aí parto do princípio que há o entendimento de que a taxa deva ser revogada – ao se entender de que a taxa deva ser revogada, é aprovar o substitutivo do Senador Roberto Requião, que a meu ver não se enquadra no art. 230, porque já existe uma relação jurídica, que é a cobrança da taxa. Não se está propondo uma emenda em sentido contrário a

um projeto de lei que vise a instituir uma relação jurídica. Essa relação já existe hoje. E se a Comissão entende que a taxa deva ser revogada, o caminho mais recomendável e mais óbvio é exatamente aprovar esse substitutivo na sua extinção. A não ser que a Comissão não entenda que ela deva ser revogada. Aí é outra história. Se a Comissão não entende que a taxa deva ser revogada, pela sua maioria, aí vota-se o projeto para destinar a quem quer que seja. Mas se a Comissão entende que a taxa deva ser revogada, o caminho mais correto e mais rápido e que não fere a meu ver o art. 230 é o substitutivo do Senador Roberto Requião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Relator, Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Peço, primeiramente, a V. Ex<sup>a</sup> a verificação de **quorum**, porque a minha palavra como Relator seria a última. Então eu não sei como ficaria a Comissão após a discussão, a fala do Relator e no momento da votação, por se tratar de votação nominal, **quorum** especial por ser um projeto terminativo, ficasse suspensa a votação, já quando na reunião seguinte outros Senadores presentes.

Então, primeiramente, solicito antes da minha fala a verificação de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Expresso a V. Ex<sup>a</sup> que já dois, três Srs. Senadores registraram pessoalmente o voto com relação a essa matéria. E nós temos aqui, independente do Senador Luiz Estevão, que é membro da Comissão e autor do projeto e não vota portanto, nós temos **quorum** suficiente. Mas não pode votar por ser autor do projeto. Nós temos **quorum**.

**O SR. IRIS REZENDE** – Há mais algum orador inscrito?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Bernardo Cabral

**O SR. IRIS REZENDE** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, por cessão especial e honrosa do Senador Iris Rezende.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – O que para mim, Sr. Presidente, não se constitui nenhuma surpresa.

Eu queria fazer uma indagação ao Senador Roberto Requião, porque parece que eu ouvi que S. Ex<sup>a</sup> havia retirado o substitutivo global que apresentou. Mas agora o eminente Senador José Eduardo Dutra alerta que pode ser V. Ex<sup>a</sup> permanece com o substitutivo<sup>2</sup>

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador, estou com uma firme intenção de procurar um acordo que proteja o contribuinte do Distrito Federal contra uma taxa absurda. Se for entendimento dos Srs. Senadores que essa taxa tem que ser extinta, mantenho o substitutivo.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, de qualquer maneira acho que V. Ex<sup>a</sup> vai ter que submeter à votação, em princípio, duas preliminares. Uma preliminar levantada pelo eminente Senador Luiz Estevão quanto ao art. 230. E uma outra preliminar que levanto agora.

E levanto, Sr. Presidente, até escudado numa expressão francesa que diz: **beaucout du bruit por rian** (?). Que parece, Sr. Presidente, que o substitutivo do eminente Senador Roberto Requião revoga o art. 20 do Decreto Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, com um único artigo: “Fica revogado o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967”.

Acontece que este dispositivo, Sr. Presidente, já está derogado por um decreto posterior a ele. Este decreto é de 25 de janeiro de 1967. E um outro decreto, de 28 de fevereiro de 1967, diz:

“Art. 2º

O art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação. Conseqüentemente – eu falei que foi derogado, não falei revogado –, o eminente Senador também coloca, para efeito de clareza, que ambos ficam revogados ou poder-se-á suscitar a seguinte questão: o eminente Senador autor do projeto teve a respaldar-lhe o parecer do eminente Senador Iris Rezende, que entende que o projeto não cria nem aumenta despesa, que ele é constitucional e é jurídico. Portanto, contra a opinião de outros colegas. Se essa Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dá a destinação da taxa judiciária e que, portanto, é posterior a esse decreto, se o projeto de lei do eminente Senador Luiz Estevão for aprovado, essa lei está repristinada, ou seja, o Senador Luiz Estevão, dá-lhe, com o apoio do parecer do Relator, absoluto cunho legal.

Quanto à constitucionalidade, Sr. Presidente, eu não quero nem entrar nesse mérito, apesar do que aqui já foi dito, que a OAB suscita perante o Supremo Tribunal Federal essa questão. E lá é que é o órgão competente. Quero me ater ao que disse o Senador Relator, Senador Iris Rezende, com a responsabilidade de quem foi Ministro da Justiça. A Lei nº 6.811, Sr. Presidente, é posterior aos decretos que criaram e ela dispõe sobre a destinação. Volto a dizer, o projeto do Senador Luiz Estevão repristina essa lei, dando-lhe condições de aplicabilidade.



Aliás, apenas para ilustrar o meu voto, para que fique nos **Anais**, respeitando absolutamente toda a manifestação aqui contida, e não fosse isso não estaríamos no Poder Legislativo, que é democrático na discordância, eu gostaria, Sr. Presidente, que não se comparasse a Ordem dos Advogados do Brasil à Feira do Guará, como, evidentemente, tenho a certeza de que o Senador Roberto Requião o faz em uma explosão verbal, mas não no sentido de que a instituição, que é uma instituição que luta pelo Estado de Direito, que presta um serviço público federal com inúmeros benefícios, inclusive com assistência judiciária, que foi a primeira a estar à frente para a volta ao Estado de Direito, pela revogação dos atos institucionais, possa ser comparada a uma feira do Guará.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Pois não, eminente Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – A comparação que fiz é lógica e foi precisa. A Ordem é uma entidade privada, a Feira do Guará também. E repilo a diferenciação que se faz da Ordem dos Advogados, que é uma instituição privada, num sentido depreciativo da Feira do Guará, onde trabalham pessoas que prestam serviços à comunidade, intermediação de mercadorias. Não vejo por que deva ser colocada num plano de inferioridade uma atividade de comércio popular. As duas são privadas. E, do ponto de vista jurídico, se a Ordem dos Advogados para construir um edifício pode receber dinheiro público, a Feira do Guará também poderia. A minha comparação não foi depreciativa.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Bom, Sr. Presidente, o eminente Senador Roberto Requião faz uma figura de retórica para dizer que não é uma comparação com deficiência para a Ordem. É pena que S. Ex<sup>a</sup>, como advogado, não conheça ou desconheça, e se conhece não quer declarar, que a Ordem dos Advogados é uma autarquia absolutamente diferenciada do que S. Ex<sup>a</sup> aqui diz. Lamento profundamente que, no instante em que se discute um assunto sério como esse – estou discutindo o assunto dentro do posto legal, do ponto de vista da reprimenda da lei –, venha o eminente Senador Roberto Requião querer fazer média com quem presta serviço para o Projeto Guará. Não fiz absolutamente nada contra os que aqui lhe prestam; faço contra o que a Receita Federal diz, que ali é um descaminho, é uma evasão de pagamento de impostos. Se S. Ex<sup>a</sup> não aceita o que a Receita Federal diz, o problema é dele e não meu.

Por fim, Sr. Presidente, o eminente Senador Roberto Requião, em seu voto, registrou que o eminente Senador Leonel Paiva merece todos os seus elogios por ter se absterido de patrocinar tal projeto. Ora, isso, queira ou não queira, é uma injúria, senão direta, oblíqua, ao autor do projeto, o Senador Luiz Estevão, que já declarou as razões pelas quais apresentou.

Sr. Presidente, acompanho o parecer do eminente Senador Iris Rezende e o faço com a responsabilidade de quem verifica que a Ordem dos Advogados do Brasil não pode receber uma qualificação que atinja a instituição como um todo. Se é intenção atingir este ou aquele profissional, que se faça. Mas, com uma instituição – e agora uso o verbo repelir, utilizado pelo Senador Roberto Requião –, eu repilo toda e qualquer frase que seja dita contra ela. A OAB merece o aplauso de todos aqueles que a conhecem por dentro, que não se impressionam com as críticas que a ela são feitas por fora.

Se for feito um outro projeto – isso já é outra história – como foi dito pelo Senador Roberto Freire, no sentido de que se tome uma providência contra essa cobrança, que é chamada de inconstitucional, será outra caminhada, Sr. Presidente. Por hora, acompanho, o Relator.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, tendo sido exaustivamente referido pelo Senador Bernardo Cabral, pediria a V.Ex<sup>a</sup> que me concedesse a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Ao conceder a palavra a V.Ex<sup>a</sup>, eu pediria brevidade, tendo em vista o adiantado da hora, são 13 horas e 15 minutos, e ainda temos de votar a matéria.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, vamos deixar as coisas claras.

Eu vim para o Senado da República consciente de que sou um tribuno do povo. Não enrolo, não tergiverso, nunca falto com a precisão e a clareza. O que se está tentando fazer é uma média com a Ordem dos Advogados do Brasil. Homenagem àquela Ordem seria não propor um absurdo dessa natureza, com o qual ela receberia recursos rigorosamente indevidos.

O Senador Bernardo Cabral fez um jogo de palavras prá cá e prá lá, mas, na verdade, fugiu à essência do processo, que é o exame da constitucionalidade da matéria.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, eu repilo. Eu não faço jogo de palavras; jamais o fiz. E quero dizer ao eminente Senador Roberto Requião...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Eu não lhe concedi o aparte, Senador.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Eu não lhe concedi o aparte, Senador. Peça-o e poderei considerar a hipótese de concedê-lo.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Após terminar a minha intervenção, no momento que eu achar necessário e oportuno.

Não aceito jogo de palavras, não aceito ser colocado contra a Ordem dos Advogados do Brasil. Mas quero que fique bem claro que é uma média que se está tentando fazer com a Ordem dos Advogados do Brasil, com uma taxa rigorosa e absolutamente inconstitucional.

Não vim aqui para fazer média. Não sei jogar com jogo de palavras; sou sempre direto e claro. A taxa é um absurdo, a Ordem não deveria, sequer, ter aceitado a hipótese de ser beneficiária desse processo.

Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Normalmente, o grito é a expressão maior de quem não tem razão. Não estou fazendo média com a OAB, porque fui Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e não preciso fazer média com a minha classe. Se essa expressão é dirigida a outro Senador, que seja feita diretamente, mas, não por motivos outros, querendo utilizar minha palavra.

Para concluir, Sr. Presidente, já que me foi concedido o aparte, e a palavra retorna ao eminente Senador Roberto Requião. Não é do nobre Senador Roberto Requião nem o privilégio e nem sequer o dom de ser o único Senador independente que tem vindo a este Senado mostrar, às claras, o que defende.

Sr. Presidente, tenho uma biografia construída e quem a conhece sabe que não sou homem de fazer média com palavras e nem jogo de palavras. Tanto não sou, que poderia ter ficado calado e, no entanto, abri a minha expressão, acompanhando o voto do Relator.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, são os atos e as atitudes dos homens que escrevem a sua biografia. Nesta reunião, a biografia jurídica do Senador Bernardo Cabral teve um acréscimo. A minha também teve. E tenho certeza de que a minha foi em defesa.....(fora do microfone).

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende, Relator da matéria.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou dispensar a leitura do meu parecer, uma vez que o mesmo foi lido, quando da primeira reunião em que esta matéria foi colocada em discussão.

Em princípio, quero manifestar minha profunda emoção à credibilidade que um dos maiores juristas deste País, o eminente Senador Bernardo Cabral, empresta ao meu parecer sucinto, porém claro, sem qualquer interesse de levantar dúvidas àqueles que vão, dentro de poucos instantes, definir o futuro deste projeto.

Cabia a mim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trazer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma posição quanto à juridicidade, à constitucionalidade e ao mérito do presente projeto. Fiz o meu trabalho com a mais profunda responsabilidade, a qual tem pautado minha ação nesta Comissão e nesta Casa.

Não me moveu qualquer interesse de agradar a esta ou àquela instituição, nem mesmo à OAB, a qual integro com muita honra, instituição que tem merecido respeito de toda a sociedade brasileira. É claro – não devo ocultar – que nutro uma simpatia e um respeito muito grande pela OAB, como também pelos conselhos nacionais e regionais que regem as profissões liberais neste País. Causa-me profunda admiração a dedicação dos conselheiros, por exemplo, do Conselho Nacional de Medicina. Os conselheiros exercem ações públicas relevantes, gastando horas, dias, meses e anos na elaboração de pareceres e na apreciação de processos que redundam, muitas vezes, na punição de colegas. E o fazem por espírito público, por amor à profissão, por interesse de servir à Pátria.

Tenho um afeto muito especial pela OAB porque, cassado pela Ditadura em 1969, fui encontrar naquela instituição o respaldo para uma atuação, ainda um tanto insegura, na advocacia. Utilizei as tribunas do júri dezenas de vezes, para denunciar ao povo do meu Estado as arbitrariedades, as injustiças, os destemperos, os exageros daqueles que detinham o poder naqueles instantes negros da nossa história.

Fui encontrar na OAB o sustentáculo, o respaldo, a garantia de que uma possível prisão por uma expressão mais aguçada seria levada ao conhecimento do povo brasileiro, o que me dava, então, aquela garantia de liberdade na advocacia. Passei a amar e a respeitar a OAB, e é natural que isso talvez tenha ajudado um pouco na singeleza do meu parecer e até na presteza em fazer com que o prazo fosse o mínimo possível para oferecer este trabalho.

Agora é interessante salientar que três pontos são discutidos aqui: a constitucionalidade da taxa judiciária, a jurisdição do projeto e a importância, o mérito do projeto. Ainda nos idos de 59, quando Vereador na Câmara Municipal de Goiânia, eu participava da discussão do conceito de tributo, imposto e taxas. Até hoje não conheço no País um consenso a respeito de taxas, de impostos e de contribuições. As taxas judiciárias, por exemplo, cobradas, salvo engano, em todo o País e por quase todos os governos estaduais, até hoje o Supremo Tribunal Federal não entendeu de considerá-las inconstitucionais.

No meu Estado mesmo, por exemplo, há muitos anos se instituiu a taxa judiciária, embora ela não tenha um destino semelhante ao que se deu nas leis, nos decretos-leis, na lei e no projeto ora em discussão. No meu Estado a taxa é cobrada pelo Judiciário, encaminhada ao Tesouro Estadual e, com o passar dos tempos, assinou-se um convênio entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário para que o próprio Poder Judiciário utilizasse o resultado da taxa judiciária cobrada e arrecadada em seu próprio custeio, para simplificar mais a prestação jurisdicional à população daquele Estado. Por coincidência, hoje mesmo o diário do meu Estado, **O Popular**, de 20 de outubro de 1999, na página 3, traz a seguinte manchete: “Aprovada a maior alteração sobre o limite máximo de cobrança, que terá redução de 50%. Aprovado o projeto da taxa judiciária que reduziu em 50% as alíquotas estabelecidas para cobrança dessa taxa naquele Estado”. E isso ocorre no Brasil inteiro. O que se discute então, primeiro, é quanto à constitucionalidade. A taxa não é inconstitucional. Os Srs. Senadores se recordam de que na reunião anterior desta Comissão eu pedi que a apreciação do projeto fosse adiada para o dia de hoje porque fui surpreendido pelo voto do Senador Roberto Requião e, na condição de Relator, eu precisava me aprofundar quanto ao trabalho oferecido.

Tenho aqui três acórdãos – Relator Ministro Sepúlveda Pertence, ação direta de inconstitucionalidade. Conclui o Relator, e nada impede a afetação dos recursos correspondentes a determinados tipos de despesas, no caso as de capital, investimento e treinamento de pessoal da Justiça, cuja finalidade tem inequívoco liame instrumental com o serviço judiciário. Quer dizer, a destinação da taxa judiciária à OAB ou à Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal não é ilegal, é jurídica. A taxa é constitucional e o seu destino obedece aos princípios da juridicidade. Mas tem mais...

O Ministro Moreira Alves, integrante do tribunal pleno, em ação direta de inconstitucionalidade em que o requerente é o Procurador-Geral da República e requeridos o Governador do Estado do Mato Grosso e a Assembleia Legislativa do Estado, conclui o acórdão pelo indeferimento do pedido de liminar. Quer dizer, mais uma vez o Supremo Tribunal Federal considerou a taxa judiciária instituída naquele Estado, constitucional. E diz ainda, e aqui está um ponto interessante, que, exercendo a OAB – isso parte integrante da ementa –, Federal ou Estadual, serviço público, por se tratar de pessoa jurídica de direito público e serviço esse que está ligado à prestação jurisdicional pela fiscalização da profissão de advogado que, segundo a parte inicial do art. 183 da Constituição Federal, é indispensável à administração da arguição de inconstitucionalidade, assim por diante, conclui pelo indeferimento do pedido de liminar.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Senador Iris Rezende, V. Exª me permite um aparte?

Eu gostaria que V. Exª lesse novamente. Pessoa jurídica...

**O SR. IRIS REZENDE** – Pessoa jurídica de direito público.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Muito obrigado, Senador. Só isso.

**O SR. IRIS REZENDE** – O acórdão é de 16 de novembro de 1998.

Outro Relator, o Ministro Nery da Silveira, conclui pela inconstitucionalidade da taxa, porque ela se destinava à entidade de direito privado. Não é o caso. Isso tem sido extremamente discutido pela Justiça brasileira, pelo Supremo Tribunal Federal, de forma que, quanto ao conceito de taxa, ficássemos a discutir por ser a Justiça, a saúde, a educação inerentes à existência do próprio Estado, mas temos, na própria área da saúde, a taxa de inspeção sanitária, por exemplo, poder de polícia...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – As taxas não são ilegais nem inconstitucionais desde que se refiram a um serviço divisível, prestado à determinada individualidade, ou ao poder de polícia. Fora esses aspectos descritos na Constituição, ela é absolutamente inconstitucional, tanto para a OAB quanto para a ordem dos músicos.

**O SR. IRIS REZENDE** – Ficaríamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a semana inteira discutindo o conceito ou a constitucionalidade de taxa, mas, a título de exemplo, cobra-se nos frigoríficos a taxa de sanidade animal, taxa essa cobrada pelo Governo Federal...



**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Poder de polícia.

**O SR. IRIS REZENDE** – Quem paga é o proprietário dos animais abatidos.

**O SR. IRIS REZENDE** – Veja bem, mas o beneficiado é o povo. Cobra-se a taxa de inspeção sanitária nos bares e restaurantes e o beneficiado é o povo. Bem, entendo que o conceito da taxa é realmente complexo. Exige, como tem exigido de juristas, de juízes, horas e horas na sua interpretação e até hoje não se chegou a um consenso. A verdade é essa.

Agora, Sr. Presidente, ....

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Permite-me?

**O SR. IRIS REZENDE** – Pois não, com muito prazer. Desculpe.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Aproveitando esse exemplo que V. Ex<sup>a</sup> deu, temos aqui duas decisões básicas. Uma preliminar, de inconstitucionalidade, que é uma das atribuições desta Comissão. Mas esta Comissão também tem de discutir o mérito, porque é terminativa. Então, aproveitando o exemplo que V. Ex<sup>a</sup> deu, diga-me: será que poderíamos aprovar que essa taxa que a vigilância sanitária cobra dos açougues fosse destinada à construção do prédio do Sindicato dos Açougueiros?

**O SR. IRIS REZENDE** – Há uma diferença.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Não. Não. Não. Deixe-me terminar: cobrança de uma taxa para construir o prédio da Ordem dos Advogados. Pode-se até discutir se a Justiça quiser dar uma destinação da taxa do Judiciário para a Escola da Magistratura para formar recursos humanos. Isso até poderia ser discutido lá. E não seria o caso de nós estarmos aqui definindo. Isso é a taxa cobrada e ela destina porque é autonomia do Poder Judiciário. Não é este Congresso dizendo que aplique nisso ou naquilo. O que está aqui se definindo no mérito é algo absurdo. Cobrar da cidadania a título de taxa, e vamos admitir constitucionalidade de taxa pela prestação jurisdicional, e esse dinheiro ser destinado para a construção de um edifício de uma autarquia de direito privado! Por mais benemérita que seja! Por mais benemérita que seja! E é verdade. E a discussão não cabe aqui nem dos méritos da OAB nem dos seus Conselheiros, porque não é isso que se está discutindo. Evidentemente que, se fosse isso, haveria unanimidade. O que se está discutindo é se é justo. E aí, no mérito, vamos esquecer a discussão da constitucionalidade, vai se passar toda uma sessão, todo um ano, há muito tempo se discute. Temos...

**O SR. IRIS REZENDE** – Da juridicidade também.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Claro! Podemos aqui ter posições divergentes. Agora, quanto ao mérito, porque é terminativo e temos de nos posicionar: é justo que se tenha essa destinação em um País como este?

Aqui foi levantado pelo Senador Roberto Requião e parece-me que o Governador Mário Covas não está querendo cobrar de todos os que têm telefone. Não estou querendo justificar a dele, mas é quem usa e utiliza. Pode até estar querendo dizer isso: é quem utiliza os telefones dos bombeiros, da polícia... É restrito. É quase como querendo fugir dessa inconstitucionalidade de todos pagarem porque têm telefone, mas para aqueles que usam o telefone na utilização dos serviços.

Estou apenas querendo levantar isso porque pode ser que esteja querendo fugir disso, que, se aprovarmos, não estamos fugindo.

**O SR.** – (Inaudível. Fora do microfone)

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Divisível, claro! É isso que estou querendo dizer. Eles estão querendo fugir dessa universalidade que não é próprio da taxa.

A destinação está aqui dando como se uma contribuição compulsória que está dando para a construção de um prédio da evidentemente respeitável Ordem dos Advogados do Brasil. Mas não se pode vincular em uma taxa judiciária, que pode ser constitucional, conforme o entendimento de V. Ex<sup>a</sup>; inconstitucional, conforme o nosso. Mas esse não é o problema básico que estamos votando.

**O SR. IRIS REZENDE** – Muito obrigado.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – É, no mérito. E no mérito tem de ser contra, evidente.

**O SR. IRIS REZENDE** – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Devo concluir, atendendo a uma observação do Sr. Presidente pelo adiantado da hora, mas quero salientar que, quanto à constitucionalidade e à juridicidade, temos plenas condições de mostrar aos Srs. Senadores que este projeto atende esses requisitos.

Quanto ao mérito, não vejo inconveniência do destino de parte dessa taxa, ou seja, 50% ou 1% dos 2% que serão cobrados, à Escola Superior de Magistratura, que tem, na verdade, prestado relevantes serviços ao mundo jurídico do Distrito Federal, e a outra metade à OAB, para o término da construção da sua sede.

Como bem disse no meu parecer, não se institui coisa nova, apenas o pagamento à OAB foi suspenso pela Justiça do próprio Distrito Federal, entendendo

que a obra já estava concluída. A OAB quer continuar, quer ampliar a sua sede. Eu não vejo inconveniência.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Vamos contribuir com os lotes...

**O SR. IRIS REZENDE** – Se o ilustre Senador indagar se para mim essa destinação seria a prioritária, eu talvez entendesse e pudesse até responder a V. Exª que não.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Se a Ordem dos Advogados quer construir prédios ou qualquer coisa, poderá até chamar V. Exª, como advogado, para contribuir; mas não pode chamar quem utiliza a Justiça.

**O SR. IRIS REZENDE** – Nós teríamos outras áreas a exigir mais atenção ou maior dotação de recursos do próprio Orçamento da União, mas no momento, francamente, não vejo inconveniência desse socorro do Congresso Nacional à Escola Superior de Magistratura e à OAB do Distrito Federal.

No entanto, Sr. Presidente, devo salientar por que este projeto está em discussão aqui no Senado Federal: é que a Justiça do Distrito Federal é federal. Essa discussão tem sido travada nas Assembléias Legislativas dos Estados, mas desta vez a discussão é nesta Casa, porque a Justiça do Distrito Federal é de responsabilidade do Governo Federal.

Dessa forma, mantenho o meu voto, com todo o respeito que tenho pela posição do nobre Senador Roberto Requião e pelo seu interesse em desempenhar bem o seu mandato. Também faço questão de que as posições que tenho assumido nesta Casa sejam reconhecidas como sérias, conseqüentes e responsáveis, sobretudo quando essa posição recebe o respaldo – volto a repetir – de uma das pessoas pelas quais nutro a mais profunda admiração, sobre todos os aspectos, que é o nosso Senador Bernardo Cabral.

Mantenho o meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Declaro encerrada a discussão da matéria e passamos ao processo de votação, que será nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria insistir mais uma vez em um ponto: o que está em discussão não é a importância da OAB para o nosso País nem seu papel na redemocratização, também exercido por diversas outras entidades.

Não procede a argumentação de que vamos discutir depois a possibilidade de extinção da taxa,

porque isso não está em discussão. Não procede porque, sendo aprovado este Projeto mudando a destinação da taxa, significa uma manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de que a taxa deve continuar. Se houvesse um possível projeto propondo a extinção, poderia ser invocado aí corretamente o Regimento, que determina que a Comissão não pode apreciar sua extinção, porque já votou a matéria decidindo que a taxa deve continuar.

Essa taxa foi criada primeiramente para construir o Palácio da Justiça. Foi construído. Depois foi modificada para construir a sede da OAB. Foi construída. Abstraindo-se a questão constitucional, abstraindo-se o fato de a taxa ter sido ou não criada corretamente, o mínimo que se deveria exigir da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para deliberar sobre uma taxa que será cobrada do público para reformar o prédio da OAB é que a Comissão, ou pelo menos um de seus membros, visitasse a sede da OAB/DF para verificar da necessidade ou não de se cobrar essa taxa da população para reforma do prédio. É o mínimo que se exigiria. Mas não. Vamos votar essa destinação com base no laudo de um engenheiro. Se formos votar com base em laudo de engenheiro, o Congresso Nacional vai votar no Orçamento da União recursos para continuar a obra do TRT de São Paulo, assim como diversas outras obras que estão sendo discutidas e que estão sendo objeto de pressões e pleitos no sentido de destinação orçamentária.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, proporia talvez o sobrestamento, para que fosse uma comissão de Senadores para visitar a sede da OAB e avaliar se precisa ou não de reforma. Já que o projeto está em votação e como entendo que, abstraindo da constitucionalidade os motivos pelos quais a taxa foi criada, já estão vencidos, uma vez que já foram construídos o Palácio de Justiça e a sede da OAB-DF. A alternativa mais rápida, do ponto de vista legislativo e de economia processual, é votar o substitutivo do Senador Roberto Requião, até porque a argumentação de que vamos votar o projeto como está para depois apresentar um outro projeto poderá, aí sim, corretamente ser invocado o Regimento no tocante à prejudicialidade.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo o aparte a V. Exª.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – No meu pronunciamento anterior, propus uma emenda de redação em que é retirada a destinação da construção da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, passando a destinar

desse dinheiro 50% para a Escola da Magistratura e 50% para assistência judiciária gratuita prestada pela Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, o argumento em relação à sede encontra-se prejudicado em função da emenda de redação proposta.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – O Relator acabou de dizer que mantém o parecer favorável ao projeto original.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Ninguém está inventando nada e nem fazendo média coisa nenhuma. Está-se fazendo aqui muito mais que média, está-se simplesmente apoiando efetivamente o trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil e a Escola da Magistratura do DF.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Apoiando de forma equivocada.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Equivocada em quê? Se o Supremo Tribunal Federal não se pronuncia. É uma opinião sua, e a palavra está comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador José Eduardo Dutra está com a palavra.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – O Supremo Tribunal Federal não considera inconstitucional.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Não estou aqui discutindo constitucionalidade. Equivocado é o objetivo.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Esta é a sua opinião e não a opinião de outros colegas Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço a compreensão e a colaboração dos Senadores Roberto Freire e Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – A minha opinião é diferente da sua. Fique com a sua e eu fico com a minha.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Claro, evidente.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – A palavra está comigo, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, entendo que, independentemente da questão constitucional – essa questão, alinho-me ao Senador Roberto Requião –, o motivo pelo qual foi criada a taxa e o motivo pelo qual foi modificada a sua destinação já se esgotaram. Por essa razão, não vejo sentido em manter a continuidade da taxa. Portanto, voto contra o parecer do Senador Iris Rezende e a favor do voto em separado do Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – A Ordem dos Advogados do Brasil é, sim, uma entidade de direito privado como os partidos políticos – entidades de direito público e privado. Os partidos políticos são assim e a OAB também o é.

Por outro lado, taxas são constitucionais sim, mas são constitucionais quando derivam do exercício do poder de polícia do Estado – na fiscalização de um frigorífico, por exemplo – ou de uma tarefa jurisdicional divisível. Não é possível que um indivíduo, quando for registrar o nascimento de uma filha em um cartório, contribua para a construção do prédio da Ordem dos Advogados do Brasil, como também não seria possível que contribuísse para a construção da Ordem dos Músicos ou do CREA. Não tem cabimento essa taxa, pois é uma violação constitucional séria que faz a Comissão de Constituição e Justiça.

O Senado é uma casa política e trata de questões políticas, mas, antes que alguém esqueça, esta é a Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A taxa é rigorosamente inconstitucional. Não há controvérsia sobre a natureza da taxa. Ela está definida na Constituição. Não existe controvérsia sobre o texto constitucional. As atividades derivadas do poder de polícia e atividades jurisdicionais divisíveis. Portanto mantenho o meu Substitutivo, eliminando de uma vez por todas essa taxa, que é um erro, que é indevida.

Claro que é boa a intenção de construir o prédio da Ordem dos Advogados do Brasil. Que cobrem da participação dos advogados na sua mensalidade. Contribuo de muito boa vontade e com muita frequência à Ordem dos Advogados do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrado o encaminhamento de votação, quero esclarecer, antes de colher os votos nominais, que após a Ordem do Dia faremos uma reunião extraordinária para discutir as emendas da Comissão ao orçamento. Está designado o Senador Antonio Carlos Valadares como Relator das emendas.

Após a Ordem do Dia, a Comissão se reunirá, estou convocando para tal fim, para deliberar sobre as cinco emendas coletivas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao orçamento.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, sugiro à Comissão, porque não comparecerei à reunião à tarde, uma emenda para a Escola Superior de Magistratura no orçamento, não no bolso do contribuinte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Amir Lando? Está ausente.



**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, gostaria primeiramente de prestar um esclarecimento ao Senador Requião. O conceito não é meu, mas do Ministro Moreira Alves, porque na ementa ele foi claro: “Exercendo a OAB, federal ou estadual, serviço público por se tratar de pessoa jurídica de direito público (autarquia), serviço esse que está ligado à prestação jurisdicional pela fiscalização da profissão de advogado que ...”.

Em segundo lugar, no calor da discussão, não me foi possível captar a emenda verbal apresentada pelo Senador Luiz Estevão, de forma que retifico o meu parecer, aprovando a Subemenda apresentada pelo Senador Luiz Estevão, excluindo a OAB, a construção do prédio, e destinando à Assistência Judiciária do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Só para esclarecer, o texto fica:

“Art. 1º ...

Senador Iris Rezende e Senador Roberto Freire, passo a ler o texto, porque fica muito mais claro.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Estou querendo que se esclareça, não é a assistência judiciária...(inaudível)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vamos continuar a votação. Senador Iris Rezende vota “sim”. Senadores Jader Barbalho, José Fogaça, Pedro Simon, Roberto Requião, “não”. Senadores Carlos Bezerra, Agnelo Alves votam “não”. Gilvam Borges, Luiz Estevão não vota, Ney Suassuna, Wellington Roberto e José Alencar. Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, já declarei que acompanho o voto do eminente Relator. Queria apenas que ficasse registrado que à época do Presidente Pedro de Castro, da OAB Federal, o eminente Advogado Dario de Almeida Magalhães impetrou, junto ao Supremo Tribunal Federal, uma medida que teve parecer favorável do então Procurador-Geral da República, depois Ministro do STF, Rafael Mayer, livrando a OAB de qualquer outro conceito, porque queriam vinculá-la ao Ministério do Trabalho como entidade privada. Aquela Suprema Corte, por unanimidade, no Governo Militar, retirou a OAB de prestar qualquer informação ao Ministério do Trabalho, porque não se comparava a um sindicato, e ficou definitivamente assentado que se tratava de uma entidade de direito público, na esteira do voto agora renovado do Ministro Moreira Alves.

Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Edison Lobão, Senador Francelino Pereira votam “sim”. Senador Romeu Tuma...

**O SR. ROMEU TUMA** – Diante da exposição do Senador Bernardo Cabral, voto com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota “sim”. Maria do Carmo Alves e Moreira Mendes já declararam voto “sim”. Djalma Bessa e Bello Parga?

**O SR. BELLO PARGA** – Voto com o Substituto do Senador Requião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota “não”. Juvêncio Fonseca, José Jorge e Mozarildo Cavalcanti. Senador Álvaro Dias, Carlos Wilson, Lúcio Alcântara, Luzia Toledo, Sérgio Machado, Artur da Távola. Pedro Piva deixou voto consignado “sim”, Luiz Pontes, Romero Jucá deixou voto consignado “sim”; Teotônio Vilela. Antonio Carlos Valadares deixou voto consignado “não”. Senador Roberto Freire? Não.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Quero dizer que há uma decisão interessante sobre essa questão de pessoa jurídica de direito público. Os Partidos Políticos são pessoas jurídicas de direito público e privado, e não há nenhum paradoxo nisso, no Direito, o que o Senador Bernardo Cabral conhece bem.

O Supremo Tribunal Federal já definiu que verba orçamentária não poderia ir para Partidos Políticos, mesmo sendo de direito público, por quê? Porque são privados. A mesma coisa acontece com a Ordem dos Advogados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Exª vota “não”?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Não, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – José Eduardo Dutra? Não. Jefferson Péres, Sebastião Rocha, Marina Silva, Heloisa Helena, Eduardo Suplicy.

Votaram “sim”: Renan Calheiros, Iris Rezende, Bernardo Cabral, Francelino Pereira, Romeu Tuma, Moreira Mendes, Pedro Piva e Romero Jucá. Oito votos “sim”.

Votaram “não”: Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares, Roberto Freire, José Eduardo Dutra, Agnelo Alves e Bello Parga. Seis votos “não”.

A matéria, portanto, está aprovada.

Pediria a atenção do plenário ...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, só uma questão de esclarecimento. Vou requerer

que a matéria seja reexaminada pelo Plenário do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria a atenção do plenário. O Senador Romeu Tuma está com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, por um lapso, no meu relatório, não pedi a rejeição de duas emendas do PLC nº 10/99, que trata da regulamentação da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de inconstitucionalidade. Então pediria, se fosse possível, a retirada das duas emendas, porque já estão na Ordem do Dia em Plenário. Assim poderíamos urgir a matéria para que o Governo possa dar implemento. Depois, se necessário, estudaríamos um novo projeto para reformular.

Então esses dois votos não alteram muito o projeto original, apenas definem a colocação, incorporando a jurisprudência do STF e o condão de voltar para a Câmara sem alteração do contexto do projeto. Se pudéssemos retirar essas duas emendas, teríamos a discussão e aprovação em Plenário hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Exª apresenta um requerimento: “Requeiro, nos termos do art. 256, inciso II, a retirada das emendas nº 1, CCJ, e nº 2, CCJ, oferecidas ao PLC nº 10/99, que dispõe sobre processo e julgamento de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal”.

Esclareço a V. Exª que, de acordo com o Capítulo IX, da Retirada de Proposições, do Regimento Interno, “A retirada de proposições em curso no Senado é permitida: b – quando de autoria de Comissão, mediante requerimento do seu Presidente ou do Relator da matéria”, que é o caso de V. Exª, “com a declaração expressa de que assim procede devidamente autorizado”.

V. Exª está autorizado pelo Senador Bernardo Cabral, autor das emendas?

**O SR. ROMEU TUMA** – Perfeito, já falei com ele.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Submeto, portanto, o requerimento à apreciação do Plenário. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

O requerimento está aprovado.

**O SR. ROMEU TUMA** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Convoco, portanto, uma reunião extraordinária para hoje, após a Ordem do Dia, para deliberarmos sobre as cinco emendas coletivas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao orçamento da União.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h54min.)*

**Ata da 41ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 1999, às 19 horas (Reunião Extraordinária).**

Às dezenove horas do dia vinte de outubro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Renan Calheiros, Iris Rezende, Agnelo Alves, Romero Jucá, Bernardo Cabral, Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma, Sérgio Machado, Moreira Mendes, Pedro Piva, José Fogaça, Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra, Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Jader Barbalho, Ramez Tebet, Roberto Requião, Edison Lobão, Francelino Pereira, Álvaro Dias, Carlos Wilson, Luzia Toledo, Roberto Freire, e Jefferson Péres. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. A Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à escolha e aprovação de emendas oferecidas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2000, nos termos do Artigo 20 da Resolução nº 02, de 1995-CN, bem como de emendas oferecidas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o Período 2000/2003, nos termos das normas estabelecidas para a apreciação do Projeto de Lei nº 19, de 1999-CN, aprovadas, em 30 de setembro passado, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, Relator das Emendas nºs 1 a 10, oferecidas ao Orçamento, e das Emendas nºs 1 a 3, oferecidas ao Plano Plurianual 2000-2003. Usaram da palavra os Srs. Senadores Romero Jucá e José Fogaça. Após os debates, a Comissão aprova as seguintes Emendas oferecidas ao Orçamento: **1-CCJ**) “Ações de Informática Nacional”, Serviços de Informática – Região Nordeste (NE), Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, Poder Judiciário, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara; **2-CCJ**) “Automação do Sistema de Votação e Apuração Nacional”, Serviços de Informática – âmbito Nacional (NA), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Poder Judiciário, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

is), apresentada pelo Senador Sérgio Machado; **3-CCJ**) “Demarcação e Aviventação de Terras Indígenas – âmbito Nacional (NA), FUNAI, Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), apresentada pelo Senador Romero Jucá; **4-CCJ**) “Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – âmbito Nacional (NA), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Poder Judiciário, no valor de R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), apresentada pelo Senador Bernardo Cabral; e **5-CCJ**) “Construção de Edifícios-Sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal, Conclusão de Edifícios-Sede das Superintendências Regionais – âmbito Nacional (NA), FUNAPOL, Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), apresentada pelo Senador Romeu Tuma; e as seguintes Emendas oferecidas ao Plano Plurianual 2000-2003: **1-CCJ**) “Implantação de Juizados Especiais de Pequenas Causas” relativo ao Programa de “Prestação Jurisdicional na Justiça Federal”, no valor de R\$ 29.539.000,00 (vinte e nove milhões e quinhentos e trinta e nove mil reais), apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti; **2-CCJ**) “Interligação Informatizada do Poder Judiciário” referente ao Programa “Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal” (STF), no valor de R\$108.690.000,00 (cento e oito milhões e seiscentos e noventa mil reais), apresentada pelo Senador Pedro Simon; e **3-CCJ**) “Construção de Edifícios-Sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal, Conclusão dos Edifícios-Sede de Superintendências Regionais” pertinente ao Programa “Modernização da Polícia Federal”, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **José Agripino**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental.

Declaro aberta esta reunião extraordinária, destinada a apreciar as emendas apresentadas pelos diversos Srs. Senadores para se constituírem em emendas coletivas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Orçamento da União.

Inicialmente, consulto o Plenário para saber se estaria de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passo a palavra ao Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, que fará uma exposição sobre as emendas recebidas e aquelas que, no seu entendimento, devam merecer atenção privilegiada por parte dos membros da Comissão.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por esta honrosa incumbência de relatar as emendas ao Orçamento do ano 2000 e as emendas ao Plano Plurianual de Investimentos, Avança Brasil, que estão em tramitação no âmbito da Comissão de Orçamento.

Sr. Presidente, no que se refere às emendas à Proposta Orçamentária do ano 2000, foram apresentadas exatamente dez emendas. Só podemos apresentar à comissão cinco emendas. Das dez emendas, algumas foram apresentadas de forma repetida. Vou fazer um resumo.

A primeira delas, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, é sobre o sistema de informação jurisdicional da Justiça Federal da 5ª Região, que se encontra em fase de implantação, sendo imprescindíveis os recursos da presente emenda para a consecução das emendas planejadas para o próximo exercício, conforme dispõe a sua justificativa. Esta emenda tem um valor de R\$20 milhões e visa à informatização do órgão jurisdicional da 5ª Região, envolvendo o Estado de Pernambuco, Ceará etc.

Outra emenda, também para a Justiça Federal de 1º grau, visa a dar dotação orçamentária aos previsto no PPA, porém não contemplado no Orçamento do ano 2000 Juizados Especiais de Pequenas Causas, visando também à agilização dos processos judiciais. Faz-se necessária a implantação e a ampliação desses Juizados o mais rapidamente possível. É de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A terceira emenda é também sobre informatização e, desta feita, da Justiça Eleitoral. É uma das mais importantes emendas, porque visa a complementar o trabalho brilhante que está fazendo a nossa Justiça Eleitoral, no sentido de proporcionar maior celeridade na contagem dos votos e maior seriedade durante a realização do pleito, evitando assim as fraudes que acontecem normalmente no processo antigo, quando o Brasil ainda não tinha a sua informatização assegurada. É de autoria do nobre Senador Sérgio Machado, do Ceará, Líder do PSDB.

O Senador Romero Jucá apresenta a quarta emenda que visa ao cumprimento do disposto no art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelece a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos, a partir da promulgação



da Constituição Federal. Embora o prazo já tenha transcorrido, a União ainda não procedeu à referida demarcação.

Também da autoria do Senador Romero Jucá, a 5ª Emenda, que visa a assegurar aos indígenas a posse permanente das terras que habitam e o usufruto dos recursos naturais nelas existentes, por representarem a segurança e as garantias indispensáveis à sobrevivência e ao futuro desenvolvimento das comunidades indígenas.

A 6ª Emenda é de autoria do nobre Senador Bernardo Cabral. S. Exª apresenta uma emenda que, justamente segundo informações que recebemos da Assessoria da Presidência do STJ, é emenda prioritária, no valor de 2 milhões e 300. Os contratos vigentes foram redimensionados e renegociados sucessivamente nos últimos exercícios, visando à não aplicação de reajustes neles previstos, bem como a redução de preços e quantitativos em níveis minimamente indispensáveis.

Por outro lado, a elevação das tarifas públicas e de componentes de custos básicos, como os combustíveis, inviabilizam a manutenção das condições pactuadas nos próximos exercícios.

Ainda na justificação da emenda, o nobre Senador Bernardo Cabral diz: “Mesmo que se realizem novos certames licitatórios, os resultados podem ser desfavoráveis, pois os preços obtidos no mercado se mostram consideravelmente superiores aos atualmente estabelecidos em contrato. A insuficiência de recursos nesse grupo de despesa comprometerá a conservação e a segurança do patrimônio público, bem como o atendimento de necessidades essenciais.

A 7ª Emenda, ainda da autoria do Senador Bernardo Cabral, para o Poder Judiciário, sobre serviços de informática, no valor de 2 milhões e 600 reais. Para os serviços de informática do Poder Judiciário, no valor de 5 milhões de reais.

De autoria do nobre Senador Romeu Tuma, uma emenda que objetiva permitir a conclusão de edifícios, prédios das superintendências regionais da Polícia Federal no Brasil, em especial, São Paulo, Macaé, Brasília, Florianópolis e Goiânia Goiás.

De autoria da Senadora Maria do Carmo, também do PFL, emenda da mesma natureza, com o mesmo objetivo, no valor de 50 milhões de reais.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. Fazendo um cotejamento da importância dessas emendas, chegamos à conclusão, inclusive conversando com V. Exª, concedemos prioridades às Emendas nºs 1, 3, 6 e, finalmente, a de nº 9 ou a de nº 10, porque têm a mesma finalidade.

Ficamos apenas com uma dúvida a ser aqui deslindada, com a presença do nobre Senador Romero Jucá, autor de uma das emendas, sobre a comunidade indígena: se S. Exª terá a possibilidade, com a sua argumentação e justificação, aprová-la na Comissão de Orçamento. Caso V. Exª garanta essa possibilidade, poderemos incluir essa emenda como prioritária, substituindo-a por uma outra.

Logicamente, o Poder Judiciário está em primeiro lugar, sendo prioritário nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, essa emenda, identicamente foi apresentada no ano passado e aprovada na Comissão de Orçamento, porque a questão é muito clara: a Constituição Federal mandou o Governo brasileiro demarcar, em cinco anos, todas as áreas indígenas do Brasil. Essa é uma determinação constitucional não foi cumprida. Como no Ministério da Justiça, a questão indígena está toda afeta, em tese, a esta Comissão e aos preceitos constitucionais também, no ano passado, aprovei esta emenda, Demarcação de Terras Indígenas, nesta Comissão, e, neste ano, estou novamente apresentando a emenda, porque estou vendo que é uma questão prioritária para o País. Trata-se de uma defesa de minorias que, na verdade, se enquadra bem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – A emenda prevê regiões para aplicação?

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Não. A emenda nacional é demarcação em todo o território nacional.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – O critério será do Ministério da Justiça?

**O SR. ROMERO JUCÁ** – O critério é, dentro do orçamento da Funai, uma demarcação de acordo com os processos que estão em andamento.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, voto favoravelmente à emenda do Senador Romero Jucá. Há um reclamo também de comunidades indígenas no Sul do Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, apesar de estarem totalmente cercadas pela civilização. Há um grande desrespeito, maior razão para se resolver o problema da demarcação das terras.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de prestar um testemunho à Comissão. Fui procurado, hoje, pela manhã, em audiência previamente marcada, pelo Presidente do TSE, Ministro Néri da Silveira, com a finalidade de defender pessoalmente e aí

demonstra o interesse de S. Ex<sup>a</sup> a emenda que foi apresentada pelo Senador Sérgio Machado, no valor de R\$50 milhões, que objetiva a implantação, em todo o território nacional, em todos os Municípios do Brasil, do voto eletrônico, o que reputo um fato da maior importância, pela razão de, com isso, reduzirmos quase a zero a possibilidade de fraude nas eleições e darmos um passo importante no processo de aperfeiçoamento democrático do País.

Fui procurado igualmente, ontem, pelo Presidente do TRF da 5ª Região, de Pernambuco, com uma emenda semelhante que objetiva a informatização dos órgãos ligados ao TRF da 5ª Região, da Região Nordeste, com o objetivo inteiramente meritório.

As emendas apresentadas pelo Senador Bernardo Cabral objetivam beneficiar pretensões do Superior Tribunal de Justiça, pleitos legítimos. Uma outra emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares tem como objetivo atender as necessidades do Departamento da Polícia Federal, que têm construções em curso o Senador Romeu Tuma e Senadora Maria do Carmo Alves são coincidentes, concluir a construção de prédios, parece-me que sedes, da DPF, em diversos Estados da Federação. A última emenda, que acabou de ser defendida pelo Senador Romero Jucá e coonestada pelo Senador José Fogaça, objetiva a demarcação de terras indígenas e o estabelecimento de propriedade dessa terra por populações indígenas.

Com esse depoimento e esclarecimentos, devolvo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para o prosseguimento do seu Relatório.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, concluindo a respeito das emendas apresentadas ao Orçamento, que são cinco, estamos dando parecer favorável às seguintes emendas: à de nº 1, nº 3, nº 4, nº 6 e nº 9.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Seria interessante que V. Ex<sup>a</sup> lesse cada uma das emendas para que fique gravado, porque, depois, vamos ter que fazer uma ata.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Já li anteriormente cada uma de per si, mas posso repetir resumidamente: a de nº 1, para o Poder Judiciário, no valor de R\$20 milhões, para a 5ª Região, envolvendo vários Estados, inclusive o Estado de Pernambuco; a de nº 03, é para o serviço de informatização do Poder Judiciário, no valor de R\$50 milhões, de autoria do Senador Sérgio Machado; a de nº 4, que tem como autor o Senador Romero Jucá, visa a cumprir dispositivos constitucionais da demarcação de terras indígenas; a de nº 6, de autoria do Senador Bernardo Cabral, para o

Poder Judiciário, realização de contratos que, na justificativa, demonstram insofismavelmente a economia feita pelo Tribunal, no valor de R\$2,3 milhões mais R\$2,3 milhões, o que dá um total de R\$4,6 milhões.

A de nº 9, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Maria do Carmo, ambos do PFL, propondo recursos à Polícia Federal, dando-se prioridades a obras que haviam sido iniciadas em outros exercícios financeiros.

Este é o parecer, Sr. Presidente, favorável a estas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há as emendas do PPA.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – As emendas do Plano Plurianual de Investimento são três. A primeira, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Finalidade: modificação de ação orçamentária existente; implantação de juzizados especiais de pequenas causas. Total: R\$29.539 milhões.

Segunda emenda: Programa. Prestação Jurisdicional do STF. Interligação informatizada do Poder Judiciário. Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário.

Segundo a justificativa, a interligação informatizada do Poder Judiciário permitirá que todas e quaisquer unidades administrativas, ou juzizados, estejam integrados, agilizando as ações no âmbito da Justiça brasileira. Um dos produtos dessa ação é o Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário – conjunto de informações livremente disponível, permitindo consultas a partir de qualquer localidade, facilitando ao brasileiro o exercício de sua cidadania.

Uma outra emenda ao PPA. Modernização da Polícia Federal. Construção de Edifício Sede de Superintendências Regionais da Polícia Federal.

Conclusão: objetiva permitir a conclusão de edifício-sede da Superintendências Regionais da Polícia Federal, notadamente em São Paulo, Brasília, Maceió, Florianópolis e Goiânia.

Sr. Presidente, podíamos apresentar, por meio desta Comissão, um total de 5 emendas ao plano plurianual. Foram apresentadas apenas 3, com o parecer favorável desta relatoria.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fogaça) A palavra está à disposição dos Srs. Senadores para discutir o relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares a respeito das emendas ao PPA.

Não havendo orador inscrito para discutir a matéria, passo a Presidência ao Senador José Agripino para a realização da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador José Fogaça, com o seu brilho costumeiro, poderia ter conduzido o que muito honra esta Presidência o processo de votação, que é simples e consensual.

Com o relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, creio que a Comissão atende a sua obrigação, que é a de eleger 5 emendas que tenham âmbito nacional e que versem temas atinentes à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que as emendas votadas, aprovadas e remetidas ao Relator da Comissão do Orçamento para o ano 2000 possam contemplar órgãos importantes, como o STJ, TSE, Tribunal Federal de Recursos, Departamento da Polícia Federal e a própria Funai, de instrumentos fundamentais para o bom funcionamento das instituições.

Igualmente, faço referência ao relatório oferecido pelo Relator no que diz respeito às propostas de emendas ao PPA.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o relatório apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, no tocante às emendas ao Orçamento e ao PPA, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19h25min.)*

**Ata da 42ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 27 de outubro de 1999, às 10 horas (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia vinte e sete de outubro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Francelino Pereira, Bernardo Cabral, Édison Lobão, Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma, Romero Jucá, José Fogaça, Maria do Carmo Alves, Pedro Simon, Luzia Toledo, Álvaro Dias, Luiz Estevão, Lúcio Alcântara, Djalma Bessa, Ney Suassuna, Amir Lando, Sérgio Machado, Iris Rezende, Carlos Wilson, Bello Parga, Agnelo Alves, Juvêncio da Fonseca, José Jorge, Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra e Roberto Requião, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renan Calheiros, Jäder Barbalho, Roberto Fre-

ire e Jefferson Péres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Inicia-se a apreciação do item 01 da pauta, momento em que, a Comissão aprova a inversão dos itens 03 e 04 da pauta solicitada pelo Senador Francelino Pereira, passando-se à apreciação do item 03) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 1999 que “Dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.” Autoria: Senador José Eduardo Dutra e outros Senhores Senadores. Relator: Senador Amir Lando. Parecer: pela aprovação. Na reunião de vinte de outubro, próximo passado, foi concedida vista ao Senador Romeu Tuma, que não apresenta voto em separado. **Resultado:** rejeitado o relatório do Senador Amir Lando, designado o Senador Romeu Tuma Relator do Vencido. A reunião é suspensa às onze horas e trinta e cinco minutos e reaberta às onze horas e quarenta e dois minutos, em função do pedido de verificação de **quorum** formulado pelo Senhor Senador José Eduardo Dutra. Item 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1999 (Nº 4.736/98 na Casa de origem.) que “Altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências”. Autoria: do Presidente da República. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: Pela aprovação da matéria e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Lúcio Alcântara. Em treze de outubro passado, foi concedida vista ao Senador Roberto Requião, que não ofereceu voto em separado. O Senador Roberto Requião apresenta a Emenda nº 2, que recebe parecer contrário do Relator. Aprovados os Requerimentos nºs 10 e 11, de Destaque para Votação em Separado das Emendas nºs 1 e 2, apresentados pelos Senhores Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Requião, respectivamente. **Resultado:** aprovado o Parecer do Relator, rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2. Votam vencidos os Senhores Senadores José Eduardo Dutra, Roberto Requião, Pedro Simon e Lúcio Alcântara. A Comissão estabelece por convenção não mais apreciar matérias cujos autores ou relatores estejam ausentes, durante o presente mandato. Outrossim, convencionou-se que não serão considerados os votos deixados por escrito dos Senhores Senadores que necessitem ausentar-se. A Presidência retoma a ordem normal da Pauta, passa-se ao item 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996 (Nº 1.536, de 1996, na Casa de Origem) que “Altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Fe-



deral, dispondo sobre os serviços notariais e de registro”. Autoria: Deputado Magno Bacelar. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela inconstitucionalidade e arquivamento do Projeto. Em vinte e nove de setembro passado, foi concedida vista ao Senador Romeu Tuma, que não apresentou voto em separado. Apresentado Voto em Separado pelo Senador Francelino Pereira na reunião de treze de outubro, passado. Há novo pedido de verificação de **quorum** formulado pelo Senador José Eduardo Dutra, às treze horas, sendo reaberta a reunião às treze horas e onze minutos. **Resultado:** rejeitado o relatório do Senador Lúcio Alcântara; aprovado o Voto em Separado do Senador Francelino Pereira que passa a constituir o Parecer da Comissão. Votam vencidos os Senhores Senadores Lúcio Alcântara, Roberto Requião e José Eduardo Dutra. Pelo adiantado da hora, a Presidência decide encerrar a reunião, ficando adiados os seguintes itens da pauta: 02) Substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995 (Nº 472/97, na Casa de origem.); 05) Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1999 (Nº 4.767/98 na Casa de origem); e 06) Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1999; e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **José Agripino**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião.

Consulto o Plenário se aprova a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A pauta da reunião de hoje consta de seis itens.

Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 86/96, que altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal dispondo sobre os serviços notariais e de registro.

O autor é o Deputado Magno Bacelar, e o Relator é o Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer pela inconstitucionalidade e arquivamento do projeto.

Apresentado voto em separado pelo Senador Francelino Pereira, em 29 de setembro de 1999, foi concedido vista ao Senador Romeu Tuma, que não apresentou voto em separado.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira pela ordem.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a V. Exª que coloque em votação a inversão

da pauta para votarmos prioritariamente o Item 3 e o Item 4.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Consulto o Plenário se concorda com a solicitação feita pelo Senador Francelino Pereira, de inversão de pauta, para iniciarmos a sessão apreciando o Item 3 e em seguida o Item 4.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Passamos de imediato, portanto, à apreciação do Item 3:

Projeto de Decreto Legislativo, nº 47/99, que dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Elétrica de São Francisco – Chesf.

De autoria do Senador José Eduardo Dutra e outro Senadores.

Relator Senador Amir Lando, que oferece parecer pela aprovação.

Em 20 de janeiro de 1999 foi concedido vista ao Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, estou devolvendo o projeto sem manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está, portanto, em discussão.

Não havendo quem queira peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, Senador Amir Lando, que conclui pela aprovação, queiram permanecer sentados.

**O SR. ROMEU TUMA** – V. Exª está colocando em votação o plebiscito?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estou colocando em votação o plebiscito.

Os que estão a favor do plebiscito permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitado o parecer do Senador Amir Lando, a matéria está, portanto, negada.

Designo o Senador Romeu Tuma relator do vencido.

V. Exª pode apresentar o relatório do vencido agora ou depois.

**O SR. ROMEU TUMA** – O processo de busca mediante um plebiscito inviabilizaria todo o projeto de privatização que tem sido feito ao longo desses cinco anos, que é um projeto global. À medida que vai sendo estudado, cada um dos segmentos é apresentado

e tem toda uma estrutura para ser discutida e apreciada.

De forma que com o plebiscito, sem dúvida nenhuma, cessaria todo e qualquer projeto de privatização em andamento porque não poderíamos fazer um plebiscito para esse e deixarmos de fazer para os outros. Isso criaria uma novidade nos processos de privatização e dificultaria, sobremaneira, a continuidade desse processo.

Além disso, o custo de um plebiscito é praticamente o mesmo de uma eleição. Haveria grande dificuldade para realizá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para discutir o relatório do vencido.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, tenho uma opinião sobre o plebiscito que venho mantendo, apresentando e representando nesta Comissão há bastante tempo.

Na emenda constitucional que propõe o voto facultativo o meu parecer foi por sua adoção no âmbito dos três institutos: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, uma vez que está comprovado, pela única experiência de plebiscito que tivemos no país recentemente – após a Constituinte de 1988, houve o plebiscito sobre o Parlamentarismo –, que há uma boa parcela da população que não deseja estudar o assunto ou que não tem condições de analisar criteriosamente todas as implicações administrativas, legais, jurídicas ou constitucionais de uma decisão dessa natureza. São implicações administrativas de grande profundidade político-institucional, e, obviamente, há uma parcela da população que estuda mais, que se dedica e que intensamente se volta para isso.

Em minha opinião, somente faremos funcionar o instituto do plebiscito, erigido pela Constituição de 1988, no dia que for adotado o voto facultativo para o exercício do plebiscito. Até chegarmos lá, não vejo como adotarmos o plebiscito. É a posição que tenho independentemente até do mérito da proposta de primeiro regulamentarmos o plebiscito através da instituição do voto facultativo. Para isso, apresentei o substitutivo de emenda constitucional.

Entrando no mérito da questão, Sr. Presidente, me parece importante ressaltar que o processo de privatização, principalmente de geradoras de energia elétrica, no âmbito da União cujo poder concedente é a União, estão inseridos em um grande projeto nacional de reforma do Estado. Projeto este decidido por toda a população brasileira por intermédio do Congresso Nacional e por suas opções político-eleitorais

que são os elementos visíveis e palpáveis que podemos ter em torno da matéria.

Obviamente, só se a privatização viesse a representar extrema mudança e alteração do ponto de vista ambiental ou econômico, mas no sentido de propiciar situações de desastre ou ameaças à vida, é que poderíamos imaginar que uma questão como essa fosse decidida apenas pela população local. Parece-me que a implantação de uma usina nuclear em uma determinada região é um exemplo típico desse tipo de situação.

O Governo Federal decide, por exemplo, instalar uma usina de energia elétrica em qualquer lugar do Brasil. Decide-se o lugar e evidentemente a população local na área de segurança abrangida deveria ser consultada e o plebiscito seria um instrumento utilizado. Mas não é o caso da privatização, porque não vai afetar ambientalmente mais do que já afeta a administração estatal da usina. Se há problemas com a administração estatal ou se houver problemas com a administração privada, não serão de grande diferença. Portanto, essa é uma questão de âmbito nacional decidida pela população brasileira e não pode ficar a questão restrita a uma decisão da população local.

Há um programa nacional de privatização, decidido amplamente pelo País, pelas instituições nacionais. E se houver o entendimento contrário da opinião pública brasileira, todos os mecanismos institucionais já foram postos à prova. A Lei da Privatização, que permitiu que esse processo andasse e que lhe dá suporte, é de 1990, portanto, anterior ao Governo atual, anterior ao Governo anterior e também precede ao Governo anterior. Então, a sociedade brasileira já deu reiteradas provas e já fez reiteradas manifestações de que é favorável ao Programa Nacional de Privatização. Como posso impedir, como posso mudar essa decisão nacional mediante uma decisão extremamente localizada, extremamente regionalizada? Não me parece adequada essa concepção das coisas, a não ser, como eu disse, que essa decisão nacional viesse a causar ameaça à segurança, ameaça ao ambiente, ameaça à vida das pessoas, o que não é o caso, porque se privatizar a Chesf é uma ameaça, a Chesf estatal é da mesma forma, ou seja, não haverá diferenças extremamente radicais em torno dessa visão administrativa.

Então, até no mérito, Sr. Presidente, eu não me inclino pela aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira. Em seguida, fará uso da palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu queria um esclarecimento. Houve votação relativa a essa matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Já. A matéria foi objeto de inversão de pauta e já foi voada. Nós estamos apreciando o relatório do vencido.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, tudo bem, se foi votado...

Desde que estou aqui – com dois Presidentes diferentes – esta Comissão sempre teve uma forma de funcionamento: em se tratando de matérias em que, notoriamente, publicamente, havia interesse de seus autores, elas não eram colocadas em votação na ausência desses. Eu solicitei inclusão dessa matéria na pauta. O Senador Romeu Tuma pediu vista. Agora ela é votada, mesmo sem **quorum**, na ausência do Relator, que é membro da Comissão.

Sinceramente, Sr. Presidente, sou adepto do Regimento.

Gostaria de dizer que eu não estava passeando. Estava participando de um debate na Comissão de Assuntos Sociais com o Líder do Governo, e hoje é o último dia de apresentação de emendas. É só ver o número de Parlamentares presentes nessa Comissão para saber que não havia **quorum**. , Sr. Presidente, o termo que eu usaria para caracterizar essa inversão de pauta e a votação é anti-regimental. Então, não vou utilizá-lo.

Mas lamento muito. Lamento que essa conduta de convivência que tive nesta Comissão por cinco anos tenha sido soterrada por decisão da Presidência e por decisão de meia dúzia de Senadores que votaram matéria dessa natureza. Como eu não estava presente, não pude pedir verificação de **quorum**, mas quero registrar minha decepção, decepção com a Presidência, decepção com os colegas de Comissão, por aprovarem inversão de pauta de um projeto dessa natureza e votá-lo assim. Agora a matéria irá ao Plenário. Vai haver recurso para o Plenário, pois não é matéria terminativa.

Quero registrar minha decepção com a conduta da Presidência e dos colegas que votaram essa matéria na ausência do Relator e do autor e sem **quo-**

**rum**. Sei que há **quorum** no livro, mas não há **quorum** no plenário.

Lamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu quero esclarecer a V. Exª que, a partir das dez horas, o Presidente estava na Comissão fazendo o trabalho de convocação dos Srs. Senadores. Esperei uma hora. Às onze horas, com 19 assinaturas, dos Senadores Bernardo Cabral, José Agripino, Edison Lobão, Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma, Romero Jucá, José Fogaça, Maria do Carmo Alves, Pedro Simon, Luzia Toledo, Álvaro Dias, Luiz Estevão, Lúcio Alcântara, Djalma Bessa e Ney Suassuna, foi declarada aberta a presente reunião. A Presidência anunciou de que constava a reunião, leu o primeiro item por inteiro e, antes de colocá-lo em discussão, o Senador Francelino Pereira pediu a palavra, pela ordem, e solicitou a inversão de pauta regimentalmente.

Tínhamos **quorum** para abrir a reunião. Poderíamos não ter **quorum** de presença, mas tínhamos **quorum** regimental de assinaturas. O Senador Francelino Pereira, regimentalmente, solicitou inversão de pauta; a inversão de pauta foi submetida ao Plenário, que a aprovou; a matéria foi colocada em apreciação.

Como o Senador Romeu Tuma havia pedido vista do projeto, concedi a palavra a S. Exª. O Relator não se encontrava presente, mas já havia apresentado o seu relatório. A matéria foi discutida, votada e rejeitada, encontrando-se, neste momento, em apreciação o relatório do vencido.

Quero esclarecer que, talvez, V. Exª tenha razão pelo fato de não termos aguardado a presença de V. Exª para discutir a matéria. Contudo, não poderíamos esperar até o meio-dia para começar a apreciar as matérias constantes da pauta, tendo em vista o acúmulo de matérias da CCJ.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, já se fez isso várias vezes. Em momento algum, contestei o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aguardar até o meio-dia, não; começamos às 11h da manhã. De modo que, regimentalmente, a decepção de V. Exª pelo fato de uma matéria de sua autoria ter sido rejeitada não por mim, mas pelo Plenário da Casa. Tudo foi feito de acordo com o Regimento e dentro do princípio da legalidade.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Exª



**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Quero registrar que, na minha intervenção, não contestei nenhum ponto do Regimento, tanto que se disse que a matéria foi votada de acordo com o Regimento. Há assinaturas no livro; foi colocada em votação; não havia ninguém para pedir verificação de **quorum**. Regimentalmente, está correto. Apenas quero registrar a minha decepção com a quebra de uma regra de convivência de cinco anos nesta Comissão. Essa regra de convivência foi quebrada! Registro a minha decepção.

Não tenho nenhum questionamento regimental.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Só queria fazer um registro: no instante em que cheguei à Comissão e que o assunto foi colocado, imediatamente pedi à auxiliar desta Comissão que me ligasse com o Gabinete do Senador Amir Lando. Falamos duas vezes com o Gabinete do Senador Amir Lando, onde informaram que S. Ex<sup>a</sup> já estava no trajeto em direção à Comissão – mas tive esse cuidado.

Aproveito para dizer que não fiz isso apenas pela consideração pessoal e política que tenho pelo Senador Amir Lando, mas pelo respeito que tenho a todos os colegas da Casa.

Como Líder do Governo, quero aproveitar essa questão de ordem para dizer aos nobres membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que, depois que atentei para a questão posta nesta Comissão em discussão pelo Senador Amir Lando, conversei pessoalmente com o Presidente da Eletrobrás e com o Presidente do BNDES. Obtive de S. S<sup>a</sup> a segurança, que transmito a esta Casa, de que o processo de privatização da Chesf, em particular, até complementar o setor elétrico de modo geral, está sendo reanalisado. Só depois dessa reanálise farei questão de trazer a esta Comissão as informações que obtiver do Governo Federal sobre a matéria.

Enquanto o Governo reanalisa o tema sobre oportunidade, formato, eventuais consequências – e os órgãos próprios estão fazendo essa reanálise –, ontem, procurei o Senador Amir Lando para dizer a S. Ex<sup>a</sup>, sob a ótica do Governo, da impossibilidade de apoiar a sua proposição, mas, ao mesmo tempo, assumindo o compromisso de, no instante em que for concluída essa reanálise, trarei à discussão aqui na CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, evidente que o assunto é matéria prejudicada porque já apreciada por esta Comissão. Todavia, eu não poderia deixar de lavrar um protesto. Sabe bem V. Ex<sup>a</sup> que as normas do Regimento têm assento na prática parlamentar. A praxe é também uma forma de procedimento parlamentar. A prática nesta Comissão sempre foi a de que o Relator pode ser substituído na sua leitura. Porém, uma matéria dessa natureza merecia uma discussão maior, e sobretudo, a presença do autor. Foi suspensa a discussão na última reunião em razão do pedido de vista e o autor não pôde nem se manifestar.

É lamentável que isso tenha ocorrido. Como disse a V. Ex<sup>a</sup>, a prática parlamentar também faz parte do Regimento e esse procedimento ético não pode ser rompido por conveniência nenhuma. Ontem, na conversa que tivemos com o Líder, ficamos de discutir porque acho que essa matéria pode ser discutida também nesses termos. Não vai privatizar, então vamos discutir. O que não se quer é a maneira como se está privatizando. A consulta popular nada mais é do que ouvir o povo. Nós tanto falamos no povo e na hora de consultá-lo, parece que há uma preocupação excessiva de que venha a se manifestar de maneira errada ou contrária aos interesses de quem quer que seja.

A proposta não continha nenhum ponto revolucionário ou conturbador da ordem. Nada mais justo do que a consulta popular. É evidente que poderíamos discutir a conveniência, tudo isso era possível. Ficou extremamente desagradável e declaro a minha decepção. Participo, absolutamente, das palavras em gênero, número e grau do autor da matéria. Realmente, também fiz um trabalho em vão e não tive a chance de ver a discussão dos trabalhos. Era esse o meu protesto.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a prática e o procedimento são também normas éticas de conduta parlamentar. A quebra delas em circunstâncias de interesses que poderiam ser contestados, realmente nos deixa inseguros e sem saber como proceder em circunstâncias similares.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que utilizemos como norma da Comissão, já que não é possível adotar regimentalmente, que a presença ou do relator ou do autor em plenário fosse necessária, para que pudéssemos proceder à votação.

Não me apercebi do fato da ausência de ambos, tanto que fiquei aqui justificando o mérito do meu

voto, imaginando que estava num debate. Evidentemente, foi assim que procedi. Se quisesse fazer uma manipulação ou estivesse participando de uma manipulação, não ficaria justificando, procurando convencer pessoas e colegas a respeito da posição que adotei.

Para evitar que no futuro surjam oportunidades como essa, que evidentemente não propiciam um ambiente positivo de trabalho na Comissão, queria propor que se adotasse, como uma espécie de norma não escrita da Comissão, ou o relator ou o autor, e os dois, quando o voto do relator fosse contrário à proposição do autor. Assim, o contraditório pode se estabelecer. Penso que não há nenhum problema em a Secretaria da Comissão, caso haja a intenção de botar a matéria em pauta ou de pedir a inversão, comunicar aos respectivos autor e relator, para que possamos sempre proceder dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu queria fazer um esclarecimento antes de conceder a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Só um adendo ao que S. Ex<sup>a</sup> colocou, se V. Ex<sup>a</sup> permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Isso poderá e deverá ser feito desde que no registro do livro conste que S. Ex<sup>a</sup> está presente na Casa. Pode acontecer de dois, três ou quatro relatores ou autores de projetos não estarem na Casa, e amarraríamos, de forma quase que definitiva, o andamento da pauta. Eu hoje estou aqui firme e na expectativa, por ser o Relator da matéria do Itamaraty. Não quero ser surpreendido.

Então, acho que se está registrada a presença, nós ficamos na obrigação de convocar o Relator e de dar um prazo para que ele esteja presente, quando a matéria é de premência, é de urgência. Acho que S. Ex<sup>as</sup> tinham registrado a presença no livro, então poderiam ter sido convocados. Porque pode-se deixar de comparecer também. Se eu não quiser, não me interessa, eu não venho para discutir uma relatoria minha.

A tese do Senador Fogaça é perfeita, desde que tenhamos alguns critérios para evitar a paralisação do andamento da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu queria fazer um esclarecimento antes de passar a palavra ao Senador Francelino Pereira.

Essa matéria entrou em pauta por solicitação pessoal do Senador José Eduardo Dutra. Ela foi colocada em pauta na reunião anterior, foi objeto de dis-

cussão, de pedido de vista e foi agendada para a reunião de hoje, conforme compromisso tomado na reunião anterior. Era público, foi divulgado que essa matéria constaria da pauta da reunião de hoje. Não era novidade para ninguém.

O Senador José Eduardo Dutra é um dos mais assíduos Senadores desta comissão. S. Ex<sup>a</sup> sempre chega entre os primeiros. Eu não vi a assinatura de S. Ex<sup>a</sup> no livro de presença.

Abri a reunião e li o primeiro item da pauta. Ia colocá-lo em discussão. Foi solicitada a inversão da pauta pelo Sr. Senador Francelino Pereira. Regimentalmente, o meu dever é colocar à apreciação do Plenário a solicitação do Sr. Senador, no caso o Senador Francelino Pereira, que foi aprovada. À Presidência cabia colocar em discussão e votação.

Se isso suscita mal-estares ou perda de confiança, eu lamento; não foi essa a nossa intenção. Ao contrário, nós cultivamos aqui a prática da boa convivência, civilizada e produtiva, entre os membros da Comissão, principalmente entre o Presidente da Comissão e os seus membros. De modo que, se a Presidência, ou a Mesa, falhou com alguns dos Srs. Senadores, não feriu o Regimento com a sua atitude.

Pode colocar à apreciação do Plenário a sugestão feita pelo Senador Fogaça, que resultará em uma decisão política da Comissão – não regimental, mas política, que eu acatarei tranqüilamente como norma de conduta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ou seja, matérias cujo relator ou autor não estejam presentes, principalmente matérias em que a proposição tenha parecer contrário do Relator, só serão apreciadas com a presença do relator ou do autor.

Se estiverem de acordo, nós passaremos a adotar isto como norma daqui para a frente. Não que, com isso, estejamos cumprindo Regimento nenhum, porque ele não obriga a isso, mas estaremos praticando a regra da boa convivência, de interesse da Casa, da Comissão, para o bom andamento dos trabalhos. Se estiverem de acordo, nós, com o maior prazer, teremos essa conduta.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, eu acho que todos temos que reconhecer que não passa pela cabeça de ninguém questionar a conduta de V. Ex<sup>a</sup> e a seriedade com que V. Ex<sup>a</sup> sempre tem presidido os trabalhos desta Comissão. Todos nós somos teste-



munhas da correção e da isenção com que V. Ex<sup>a</sup> vem conduzindo os trabalhos desta Comissão.

Agora, eu acho que a decisão é interessante. Se V. Ex<sup>a</sup> me perguntar: Eu abri a reunião, coloquei em discussão o Item 1º. Ia colocá-lo em discussão e um Sr. Senador me pediu que fizesse a inversão. Coloquei em votação a inversão. Fiz a inversão. Tudo bem. V. Ex<sup>a</sup> fez o que tinha que fazer. Não há o que discutir. Se não houve nenhum senador que pediu a V. Ex<sup>a</sup>: “Sr. Presidente, gostaria que esperasse”, foi tranquila a inversão. Não há o que discutir. Mas houve uma falha de todos nós. No sentido de que uma matéria... Não de descumprir o Regimento. Na prática, como V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem, da atividade respeitosa e do carinho e da compreensão que vem sendo permanente na Comissão, a lógica diz que há certos projetos em que é interessante que as pessoas estejam presentes para o debate.

Eu, por exemplo, fui um dos primeiros que cheguei aqui. Cheguei depois do querido e ilustre Senador de Minas Gerais. Cheguei, assinei, desci ao meu gabinete, que fica no andar de baixo, e solicitei que quando abrisse a reunião, me chamassem que estaria aqui. Deve ter falhado a minha assessoria ou coisa que o valha. A verdade é que passei por aqui para ir embora porque pensei que não havia reunião. E quando chego aqui a Comissão está reunida. E eu estava aqui embaixo esperando.

Há certos tipos de projeto que são motivo de polêmica, o que não é interessante. É aquela história: é normal? É. Qualquer um de nós pode chegar e pedir alteração etc. Mas não é o melhor. Se tiver que ir para esse tipo de questão, tudo bem. Mas não tem sido o nosso estilo nem a nossa prática. Se lá pelas tantas há um determinado projeto sobre o qual divergimos, iremos para o voto. E aí, na hora do voto, quem tem maioria leva. Porque se ficarmos naquela interrogação... Ainda mais que a reunião começou muito depois do horário marcado. Quer dizer, cheguei aqui no horário marcado, fiquei uns quinze, vinte minutos conversando com os companheiros, e desci ao meu gabinete, que fica aqui embaixo. Então, acho que a decisão... Vou além. Pelo amor de Deus, estou totalmente integrado com o pensamento, com a ação e com a atividade de V. Ex<sup>a</sup> e dos colegas. Mas acho que para o futuro seria interessante. Quer dizer, acho que o Senador José Fogaça já apresenta uma proposta concreta. Mas até iria um pouco além do Senador José Fogaça. E isso fica a cargo de V. Ex<sup>a</sup>. Que na hora olhasse ali e desse uma ordem para não fazer. Pode até não ser aceita. Mas diria: “Eu, como Presidente, penso que deveríamos aguardar um pouco, pois é uma matéria

polêmica”. Se aceitarem, aceitaram. Se não aceitarem, tudo bem. Mas gostaria de dizer que em nenhum momento sinto, por parte de ninguém, nenhuma dúvida com relação à atuação ou à maneira de ser. Apenas penso que é interessante continuar a convivência no sentido de que a matéria... O bom é termos sobre todas as matérias uma participação e um debate coletivo a fim de que a decisão seja, ainda mais nesta Comissão, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que o que tivermos que debater vamos debater aqui. E não discutir em plenário e dizer: “Não pude fazer lá, estou fazendo aqui”. De resto, minha solidariedade total a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e a permanente contribuição ao bom andamento dos trabalhos da Comissão. Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, afinal, quem deve dar uma explicação no sentido da convivência que sempre existiu nesta Casa, no caso, sou eu mesmo. Não tive a intenção de aproveitar uma ausência para aprovar projetos. Até porque, se tivesse, teria insistido com V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que fosse mantida a ordem dos projetos da pauta de hoje, eis que tenho um voto contrário ao primeiro projeto e me empenho pela aprovação do meu voto. De maneira que não houve nenhuma preocupação. A preocupação foi a de passarmos à discussão de matérias de uma linha programática mais ampla, como é o caso do plebiscito, a fim de que pudéssemos discutir o mérito, enquanto, nesse compasso de espera e simultaneamente de trabalho, a Comissão pudesse deliberar.

Por isso mesmo é que o Senador José Fogaça passou a debater imediatamente o mérito da matéria, no pressuposto da presença dos Colegas que acompanham o projeto.

Essa é a explicação que quero dar a V. Ex<sup>a</sup>. Quero adiantar, desde logo, que tem muita significação o fato de qualquer um de nós defender o plebiscito para um assunto dessa natureza. Entendo apenas que essa é uma matéria que não pode ser debatida e decidida especificamente para uma empresa. Estamos vivendo o problema da privatização, e o próprio instituto da privatização, no caso específico do Brasil, está sendo debatido e polemizado até no pressuposto de uma democratização desse processo. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que o interesse foi o de promover um amplo debate em torno de uma matéria sobre a qual todos devem se manifestar. Esse é o meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tendo em vista as manifestações do Plenário, nem colocarei



em votação a proposta do Senador José Fogaça, que acredito que deve ser consensual, de que, a partir de agora, as matérias cujos autores ou relatores não se façam presentes, principalmente aquelas em que o parecer do relator seja contrário à proposição apresentada, sejam apreciadas apenas com a presença do autor ou do relator. Ficou patente que esse é o desejo da Comissão, que acato por inteiro e acho democrático. Passa a ser acolhida a proposta, que passa a se constituir em prática permanente da Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo período em que eu a exercer.

Encerro a discussão do parecer do vencido e o coloco em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer ou com o voto do vencido, apresentado pelo Senador Romeu Tuma, queiram permanecer sentados.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Peço verificação de **quorum**, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estão presentes na reunião 10 Srs. Senadores, e 23 assinaturas constam do livro.

Consulto o Plenário se estaria de acordo com a suspensão da reunião por dez minutos, para convocarmos os Colegas que se encontram na CAS ouvindo o depoimento do ex-Presidente do Indesp a estarem presentes aqui para que possam votar. Se V. Ex<sup>as</sup> estiverem de acordo, suspenderemos a reunião por dez minutos. (Pausa.)

Precisamos do voto de mais dois Senadores. Solicito à Secretaria que convide os Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que se encontram em outras Comissões ou nos seus gabinetes a comparecerem a esta reunião.

*(Suspensa a sessão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está reaberta a reunião. Há **quorum** suficiente para deliberação e votação nominal, conforme solicitado pelo Senador José Eduardo Dutra. O Senador solicita votação nominal para o parecer do vencido, apresentado pelo Senador Romeu Tuma, relativo à exigência de convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Chesf.

Portanto, está em votação o parecer do vencido, tendo em vista que o parecer do Senador Amir Lando foi rejeitado pela Comissão.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, assalta-me uma dúvida a respeito do Regimento. Na minha opinião, o parecer do vencido não tem de ser votado. Foi rejeitado o parecer do Senador Amir Lando, que é favorável ao projeto, e está em votação agora o parecer do vencido. Se for rejeitado o parecer do vencido, qual é o resultado prático?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não. Vota-se o vencido, sim.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Na minha opinião, não se vota o parecer do vencido. Foi votado o parecer, que é favorável. Foi rejeitado o parecer, porque a maioria dos presentes na Comissão entendeu que o projeto deveria ser rejeitado. Então, apenas se faz um relatório; não deve ser votado o parecer do vencido.

Fica a pergunta: se for rejeitado o parecer do vencido, qual será o resultado?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, mas, até por uma deferência à colocação de V. Ex<sup>a</sup> de que a Comissão não teria, pela maioria dos seus membros, deliberado sobre a matéria, talvez esta seja a grande oportunidade de fazermos uma avaliação política.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, então vamos reabrir a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não, a matéria está vencida.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Então, invoco o art. 128. Uma questão de ordem.

“Vencido o relator, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria – ou seja, em função da maioria da comissão –, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.”

O parecer era conclusivo, favorável ao projeto, e foi rejeitado. Então, designa-se alguém da maioria para indicar uma pessoa da Comissão e ponto. Não tem que votar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Isso já foi feito.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Porque essa consideração, Sr. Presidente, que V. Ex<sup>a</sup> está colocando, particularmente não quero, porque senão vamos abrir a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se V. Ex<sup>a</sup> não deseja, considero a matéria aprovada, com o relatório do vencido, que já foi lido.

Acho, Senador José Eduardo Dutra, que já fui suficientemente claro. Desejávamos apenas uma manifestação política da Comissão. Se V. Ex<sup>a</sup> não deseja essa manifestação política da Comissão, passamos, de imediato, ao Item 4 da pauta.

**O SR. ROMEU TUMA** – Assim, eu pediria aos Srs. Senadores que permanecessem, porque provavelmente teremos votação nominal também.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está, portanto, rejeitado o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 1999, e aprovado o parecer do vencido, apresentado o relatório pelo Senador Romeu Tuma.

Item 4: Projeto de Lei da Câmara 35, de 1999, que altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, e dá outras providências. Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Romeu Tuma.

O parecer é pela aprovação da matéria e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara.

Em 13 de outubro de 1999, foi concedida vista ao Senador Roberto Requião, que não apresentou voto em separado. S. Ex<sup>a</sup> apresentou uma emenda, que passo a ler:

Projeto de Emenda nº 2, referindo-se ao art. 54 do projeto, que passa a ser:

“O diplomata que for incluído no quadro de acesso não poderá ser ultrapassado na promoção mais de três vezes.”

Em consequência, o art. 54 atual passa a ter o número 55.

Senador Roberto Requião.

Com a palavra o Relator, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sobre a emenda apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara, já dei a motivação do porquê da rejeição.

Conversei com o Senador Requião e essa proposta que S. Ex<sup>a</sup> faz de emenda vem ferir o princípio do próprio projeto, que reformula a carreira, que cria um quadro de acesso em separado, dando fila dupla para a promoção. Há uma possibilidade em dobro de promoções. Quer dizer, haverá duas promoções na carreira: no quadro normal e no quadro em separado, que está sendo criado por esse projeto de lei.

Então, aqueles que vivem congelados, porque na promoção por merecimento os critérios são subjetivos, terão uma oportunidade nova de promoção, porque nenhum dos critérios de assunção de cargos do Itamaraty ferem a possibilidade de novas promo-

ções daqueles que estão no quadro em separado e também no exercício de funções dentro do Itamaraty e no exterior. Hoje há embaixadores no quadro em separado que respondem por embaixadas, e há também secretários funcionando dentro do próprio Itamaraty. Então, não haverá prejuízo algum. É o desejo – e foram consultados cerca de mil funcionários que integram a carreira do Itamaraty – da grande maioria dos funcionários. Depois de dois anos, foram favoráveis à apresentação dessa reformulação do acesso na carreira de diplomata.

Não vejo por que alterarmos, porque é um critério que foi estudado dentro da própria carreira. Há alguns que se manifestaram, uns dois ou três, que enviaram correspondências aos parlamentares, inclusive pedindo que mantivéssemos os seus nomes em sigilo, para evitar qualquer transtorno.

Sou pela rejeição da emenda, porque ela não favorece, em hipótese alguma, aqueles que terão uma nova oportunidade na sua promoção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer do Relator é pela rejeição da emenda do Senador Lúcio Alcântara e agora também pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Roberto Requião, a quem passo a palavra.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Há uma verdade bíblica, Sr. Presidente: Conhecerás a verdade e a verdade vos libertará. Precisamos aprofundar o entendimento sobre essa proposta do Governo Federal, para entendermos com maior clareza onde se pretende chegar.

Vamos remontar o Quadro Especial do Itamaraty, criado por medida provisória, se não me engano, do Presidente Collor, que tinha a intenção fundamental de evitar que uma parte dos funcionários mais antigos da instituição ocupasse cargo no exterior. Então, criou-se um Quadro Especial proibindo que os membros do Quadro Especial ocupassem cargos fora do Brasil, o que significa para o diplomata uma séria redução salarial, a impossibilidade de uma economia significativa.

Posteriormente, os diplomatas derrubaram na Justiça, na época do Ministro Rezek, no Supremo Tribunal Federal, a proibição de os integrantes do Quadro Especial ocuparem cargo no exterior. Daí, temos um outro Quadro de Acesso, que é um quadro absolutamente sem significação alguma. A habilitação para o Quadro de Acesso é feita por meio de uma série de critérios, inclusive com a participação dos diplomatas. O cidadão vai para o Quadro de Acesso, mas a hierarquia do Itamaraty impede, ao seu talante, ao seu alvitre, segundo o seu desejo, que ele venha a ser promo-

vido e no Quadro de Acesso a pessoa pode ficar cinco, seis, sete, oito anos.

Com a minha emenda, tentei prestar uma homenagem à condição dos funcionários do Itamaraty de funcionários de governo, carreiras de governo, carreiras estáveis. É evidente que reservamos, do ponto de vista teórico e doutrinário, a possibilidade de um Presidente da República, com a mudança democrática dos Governos, nomear os embaixadores. Mas temos que ter um quadro funcional privilegiado, com a estabilidade da carreira e com garantias de promoção. Então, a minha emenda surge como uma homenagem ao Itamaraty e solicitada por um número muito grande de diplomatas que acorreram a meu gabinete e me telefonaram nos últimos dias.

Muito bem. Se temos um Quadro de Acesso, por que não para a garantia dos funcionários, exigir que, uma vez tendo entrado no Quadro de Acesso, o diplomata só possa ser caroneado por três vezes? Preterido três vezes, na quarta vez que existir uma vaga, ele será compulsoriamente promovido.

No Exército é diferente: caroneado três vezes, vai para a aposentadoria compulsória, sai da ativa das Forças Armadas, que foi mais ou menos o que o Collor quis fazer com o Quadro Especial. Mas isso já foi fulminado pelo Supremo Tribunal Federal.

É evidente que, para sair do Quadro de Acesso, tem um recurso, é um processo administrativo, um processo administrativo que apure desídia e corrupção. Mas estou tentando dar aos funcionários do Itamaraty, aos diplomatas, a garantia de que com eles não se brincará mais, colocando num Quadro de Acesso diante de uma promoção rigorosamente impossível. Porque depois de todo esse processo, o Quadro de Acesso passa a não significar rigorosamente nada. Um cidadão está há oito anos no Quadro de Acesso e outro entra num determinado momento e é promovido em seguida! E acho também que, em nome dessa utilidade fundamental para a Nação da carreira oficial de diplomata, que a emenda do Senador Lúcio Alcântara é extraordinariamente pertinente. Porque, se a entrada no Quadro de Acesso é uma avaliação de mérito e o preenchimento de condições estabelecidas pela carreira, mas definida pelo voto de um conjunto de diplomatas qualificados pelo regulamento, seria extremamente razoável que um em cada quatro ou um em cada cinco deles fosse promovido também por antiguidade.

A proposta do Senador Lúcio Alcântara é justa e utilizada em todas as carreiras de Estado no mundo e no Brasil. Minha proposta traz o mérito de acabar com a farsa do quadro de acesso e de tirar o poder de

eventuais mudanças no comando do Itamaraty, de fulminar carreiras de diplomata.

Os governos que se alternam têm direito de estabelecer a direção de sua diplomacia. Lamento que o Brasil não tenha um projeto de diplomacia externa. O País não tem um projeto de governo. Estamos num vazio absoluto no que se refere às funções do Itamaraty no exterior. Os embaixadores não têm idéia do que se espera deles. Na verdade, nessa política de globalização, não se espera nada porque não se defendem interesses nacionais com a garra com que, por exemplo, defende-se um embaixador americano no exterior. Isso é política de governo. É saudável que os governos que se alternam possam mudar a política, nomear os embaixadores, até fora dos quadros do Itamaraty. Isso é saudável. Mas a carreira tem de ser respeitada.

Por que surgiu esta proposta que se discute hoje? Porque o quadro especial do Itamaraty estava inchando. Teríamos mais diplomatas no quadro especial com promoções, **upgrade** do que no quadro ordinário do Itamaraty. Isso provocaria um conflito. Ao invés de resolver o problema de forma radical, pela raiz, com inteligência, o Governo propõe um arranjo: eliminemos as promoções para que diminua o quadro especial e concedamos aos funcionários mais antigos o privilégio de poderem continuar ocupando embaixadas. Na verdade, ocorre uma tentativa de facilitação para a permanência e não-renovação dos quadros do Itamaraty. É um privilégio dado aos funcionários mais antigos e uma frustração para o conjunto da diplomacia. Não há sentido algum nesse processo. É evidente que o Presidente da República pode nomear um funcionário subalterno do Itamaraty embaixador, mas, para isso, ele teria de se afastar da profissão definitivamente. Estando na carreira, ele não poderia caronear seus pares.

De qualquer forma, que prevaleça este princípio: que o Governo altere a política e nomeie os embaixadores, mas que preserve a dignidade da carreira. É nesse sentido que vem minha emenda. O quadro de acesso naturalmente dando-se provimento e apoio à emenda que apresentei teria um número reduzido de embaixadores. Acabava a fantasia de se incorporarem diplomatas ao cargo, simplesmente para fazê-los supor que seriam promovidos. Enquanto a promoção nada tem a ver com o quadro de acesso.

O quadro de acesso é uma fantasia. Com minha emenda, pretendo transformá-lo num quadro sério. Se o Itamaraty vota o ingresso de um diplomata no quadro de acesso, que dê a ele a certeza da promoção. Podendo ser removido do quadro de acesso ape-



nas por um motivo: inquérito administrativo julgado procedente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em discussão a matéria.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** – Não há prejuízo financeiro no quadro especial. A promoção na carreira será aí dentro porque não pode haver dois salários na mesma carreira. Não existe prejuízo. Poderão, sem dúvida alguma, se nomeados até pessoas estranhas, como disse o Senador, para as embaixadas, eles terão, é claro, uma qualidade especial por serem diplomatas. Em hipótese alguma, há prejuízo. Há um modificação: haverá quatro promoções por merecimento e uma por antiguidade. Muda-se o critério três por um e passa-se ao quatro por um.

O projeto apresentado pelo Governo já vem sendo caracterizado e estudado. Ele propôs um plebiscito interno para mais de mil diplomatas em que a grande maioria foi favorável. Esse quadro de acesso amplia um dupla lista de promoções. Ele terá também a chance de ser promovido e o mais antigo, automaticamente, irá com promoção para o quadro especial.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** – Pois não.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Eu gostaria de ter em mãos esse plebiscito para poder mudar meu voto.

**O SR. ROMEU TUMA** – O documento apresentado pelo Itamaraty quanto ao plebiscito está aqui.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Como foi feito, quem votou?

**O SR. ROMEU TUMA** – Tenho que confiar no que me disseram.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Voto secreto? Na verdade, não há prejuízo financeiro

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Voto secreto, porque, na verdade, não há prejuízo financeiro algum, Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** – Eles têm feito plebiscito.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – É a consolidação da oligarquia.

**O SR. ROMEU TUMA** – À regra da Casa é o plebiscito para indicação daqueles nomes para promoção. Quer dizer, os seus pares votam. Há duas votações: uma horizontal e outra vertical. A votação dos

pares, na horizontal, indica aqueles que devem ir para o quadro de acesso. A votação vertical é das chefias. Depois há a decisão final para a promoção. Assim, acho que não há prejuízo, não há imoralidade nem fantasia. É um quadro sério, que dá a chance aos pares de votarem em seus companheiros. Repito, é um quadro sério, que tem praticamente mais de 50 anos. Trata-se de um critério eficiente e de uma carreira de Estado, que temos acompanhado de perto, até pelas sabatinas que aqui são feitas. Temos sentido a qualidade dos embaixadores que têm sido indicados.

Por isso, acho que o critério que o Itamaraty apresenta é sério e foi feito de acordo com a maioria da casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra o Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Gostaria apenas de pedir permissão aos nobres Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para, como Líder do Governo, endossar as palavras do Senador Romeu Tuma.

Trata-se, na verdade, de um estudo feito demoradamente pelo Itamaraty. Foram feitas consultas que demoraram dois anos. Essas consultas tiveram grande profundidade. Efetivamente, cerca de mil funcionários da carreira diplomática foram ouvidos nessas consultas e chamados a opinar. Muitas dessas sugestões foram consideradas. O que há fundamentalmente, Sr. Presidente, é dar ao mérito um peso muitas vezes maior do que ao tempo.

Há uma reportagem, numa revista semanal, talvez a de maior circulação no País, exatamente esta semana, que inclusive demonstra isto, a par de mostrar alguns gênios da cultura brasileira, como João Cabral de Melo Neto, Vinícius de Moraes, Merquior e tantos outros, diplomatas que deixaram de lado a carreira diplomática e conseguiram desenvolver projetos culturais da maior relevância para o País. O que se deseja, a partir desse processo, é que a evolução na carreira diplomática se dê não apenas pelos méritos acadêmicos e intelectuais, de resto já comprovados na própria forma de acesso ao Instituto Rio Branco, mas também pela dedicação à própria carreira diplomática. Obviamente, sem esse instrumento de se conferir ao mérito a variável maior do processo de evolução à carreira diplomática brasileira. Aí há que se registrar um exemplo na Administração Pública brasileira de formação acadêmica, de dedicação, com uma história de formação de quadros relevantes para

a política interior e exterior do Brasil. Eu acho que, de resto, ela seria falha.

O que não se deseja é que diplomatas que, por uma razão ou outra não tenham a dedicação desejada à carreira, além da formação acadêmica e intelectual que lhes é própria, obviamente essa variável tenha um peso maior no processo de promoção.

Daí por que peço vênua para solicitar aos Srs. Senadores que pertencem a esta Comissão que efetivamente aprovem o relatório.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O Senador permite um aparte?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Com o maior prazer, Senador.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Quero levantar dois artigos extremamente interessantes do projeto do Governo. Eles criam um embaixador virtual, um embaixador ficto. Só o salário dele que não é ficto. Trata-se do art. 42, em seu item II “Nos Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática, residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado como chefe de missão diplomática, ministro de primeira classe ou ministro de segunda classe, nos termos do art. 49 desta lei, lotado na Secretaria de Estado.”

Vamos ao art. 49: “A título excepcional poderá ser comissionado como chefe de missão diplomática permanente ministro de segunda classe.”

Estamos criando o embaixador virtual, o embaixador da **Internet**. Só o salário dele não é virtual. Ele recebe como embaixador, morando no Brasil e lotado na Secretaria de Estado. Que nome poderíamos dar a isso? Se o Lula estivesse examinando essa questão, ele chamaria de maracutaia do Itamaraty. Estamos criando um embaixador virtual. Provavelmente, ele fica em casa com um pequeno computador ligado à Internet, contactando-se com o país do qual ele é o diplomata, o embaixador. A única coisa que não é virtual é a grana, o jabaculê, o boró. Isso é uma imoralidade absoluta, Sr. Senador Líder do Governo. É isso o que vamos votar aqui?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. O Senador Requião, como não é o Lula, obviamente, não cometeu o deslize de chamar de maracutaia o que é apenas uma interpretação equivocada que ele dá.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Não há interpretação equivocada.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – V. Ex<sup>a</sup> deseja um novo aparte?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Desejo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Eu lhe concedo.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Não há interpretação equivocada. Temos dois artigos no 42. O primeiro fala no embaixador cumulativo, que é razoável, e o segundo é o embaixador lotado na Secretaria de Estado, que é a maracutaia. Não tem equívoco algum de minha parte. O equívoco é se propor ao Senado da República um absurdo desse.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Senador Requião, contarei com a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, e veja que não sou eu aqui o especialista em diplomacia. Temos outros Senadores com uma experiência muito maior do que eu no trato dessas matérias. Peço até licença para citar especificamente o Senador Bernardo Cabral e o próprio Presidente desta Comissão. Mas o que há são duas coisas distintas, Sr. Presidente. A primeira delas é a circunstância que muitas vezes é exigida do Estado brasileiro de ter, respondendo por um posto no exterior, um diplomata que ainda não atingiu na carreira o posto de embaixador. Isso ocorre várias vezes, com sucesso e com eficiência administrativa. Essa é a primeira questão, que me parece já estar vencida e aceita pelo Senador Requião, que fez o aparte. Uma segunda questão é o contrário. Muitas vezes, um embaixador, ou seja, um diplomata que já atingiu na carreira o nível de embaixador, estar lotado no departamento de Estado, no Brasil, para funções específicas a que ele é chamado. Teríamos vários exemplos disso, além daqueles próprios na estrutura da nossa chancelaria, das funções de confiança.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – É um embaixador fantasma.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Não. É um embaixador que, no Brasil, cumpre determinadas missões. Há muitos exemplos na história, como a renegociação da dívida brasileira, em que o embaixador lotado aqui fazia isso. E vários outros casos.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – A missão principal é receber em dólar.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – E vários outros casos em que um determinado embaixador, que já atingiu na carreira diplomática o cargo de embaixador, fica no Brasil. Mas o equívoco a que me referia, obviamente pedindo licença ao meu amigo, Senador Requião, é que, nesse segundo caso, o embaixador, no Brasil, recebe em reais e não em dólar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, ...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Claro, o salário é em real, porque é o dólar no exterior convertido em real pelo câmbio oficial.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A palavra está com o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Só para concluir, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex<sup>a</sup> cede a palavra ao Senador José Roberto Arruda?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Chamo a atenção dos Srs. Senadores, se me permitem, porque há casos em que um diplomata de carreira, que não atingiu ainda o posto de embaixador na carreira, responde por um posto diplomático, por conveniência ou pelas circunstâncias do Estado brasileiro. Isso tem sido usado ao longo dos anos, com grande sucesso. Parece-me que isso não está sendo questionado. O segundo caso é o de um diplomata que já atingiu o posto de embaixador e fica no Brasil em uma função específica. É preciso dizer que o fato de ter atingido, na carreira diplomática, o posto de embaixador, não lhe obriga ao exílio profissional. Ele pode eventualmente exercer essa função fora ou dentro do país, dependendo das necessidades da nossa política externa, o que me parece absolutamente correto.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, o diplomata não atinge posto de embaixador, ele atinge posto de ministro; embaixador é outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, eu estava no firme propósito de não intervir no debate.

Em relação a essas promoções, o que penso é justamente objeto da minha emenda. O Senador Tuma não acatou, tem suas razões, com as quais não concordo. Sinto que o clima é realmente contrário à aprovação da emenda.

Então, resolvi voltar ao debate pelo seguinte: a correlação que faço mais próxima é a da carreira diplomática com a carreira militar, ou seja, são carreiras de estado, onde as pessoas, em princípio, têm que ter uma dedicação exclusiva, elas se prepararam para isso e são, então, pessoas profissionais nessa atividade.

Tenho pela diplomacia brasileira um grande apreço, acho que é uma das burocracias mais competentes que o Estado Brasileiro tem, tanto pela sua formação, quanto pelo desempenho das suas atividades. Agora, eu entendo, dentro desse paralelo que traçava, que até o cargo de conselheiro deveríamos admitir a promoção também por antigüidade, na proporção de 4 para 1. Apenas quando se tratasse de ministro de 2<sup>a</sup> e ministro de 1<sup>a</sup> é que prevaleceria somente o mérito.

Vejam bem, como disse o Senador Requião, antigüidade estando o candidato à promoção no quadro de acesso. Esse quadro de acesso é refeito, salvo engano, a cada seis meses; se o diplomata é mantido nesse quadro de acesso, às vezes, durante cinco, seis anos – existem casos –, apesar dessa revisão semestral, é que ele reúne, ele é um “promovível” – vamos dizer assim –, ou continua reunindo as condições para ser promovido, não apenas a do tempo, mas também a de mérito, uma vez que ele é mantido no quadro de acesso apesar de a revisão semestral feita. Esse é o primeiro ponto. Não se trata de promover alguém inapto, apenas porque ele tem tempo; não, ele tem tempo mas também é um “promovível”, tanto que está no quadro de acesso e é mantido, não obstante a revisão, a cada seis meses.

Em relação ao quadro de acesso, o Senador Requião tem uma proposta, a qual acabou de apresentar e justificar. Eu não vou fazer emenda para quadro de acesso, mas penso um pouco diferente. O quadro de acesso deveria ser o seguinte: a pessoa só poderia ser promovida depois de um tempo mínimo no quadro de acesso. Tem gente que está há cinco, seis anos no quadro de acesso e um entra com seis meses e é promovido, passa na frente dele. Ou então: se aceitássemos a idéia de que não é possível sofrer várias caronas seria o caso de tirar ou, como quer o Senador Requião, fazer a promoção automática.

Em relação ao que o Senador Arruda falou, é o seguinte: há uma vacância numa determinada embaixada num momento. Então, o que acontece? Alguém responde. Isso é uma coisa. Até um primeiro secretário, um conselheiro ou um ministro de 2<sup>a</sup> classe responde por aquela embaixada naquele período, naquela vacância. Outra coisa: pelo que entendi do que o Senador Requião falou, um ministro de 1<sup>a</sup> ou de 2<sup>a</sup> classe seria comissionado embaixador em um país no qual não temos uma representação nem cumulativa aqui, no Brasil. Realmente eu não conhecia esse fato que o Senador Requião está trazendo à discussão.

Vamos ler como está escrito.



Parágrafo 2º, art. 42:

“Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática, residente ou cumulativa, poderá ser excepcionalmente acreditado”... quer dizer, acreditado junto àquele estado. Não se trata, portanto, de missão temporária nem se trata de uma missão eventual, comissionado como embaixador para discutir a dívida externa. Não é isso. “... como chefe de missão diplomática, ministro de 1ª classe ou ministro de 2ª”, que, hoje, já pode, que a lei mantém. O Ministro de Segunda Classe pode ser um embaixador. Pode ser até alguém estranho aos quadros do Itamaraty, “... nos termos do art. 49, desta lei” O art. 49 diz que o Ministro de Segunda Classe pode ser comissionado por um embaixador, lotado na Secretaria de Estado.

**O SR. – (Fora do microfone)**

**OSR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas onde é que está a expressão temporário, aqui?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Senador Lúcio, permite-me um aparte? Só há essa sugestão, Senador.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – O aparte é muito simples. Como nesses casos o Brasil não tem a representação diplomática no país, há que lotá-lo no departamento de Estado para que ele exerça essa missão. É só isso.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador Lúcio Alcântara, é a pepineira do Itamaraty. É uma coisa maravilhosa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A palavra está com o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Ele não teria que ser lotado, nós não podemos ter embaixador virtual.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Lúcio Alcântara, pediria a V. Exª que, se fosse o caso, concedesse o aparte.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Desde que V. Exª me assegure a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Mas está com V. Exª.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Veja bem, o que estou entendendo é o seguinte: primeiro, existem no Itamaraty – se eu estiver enganado podem me corrigir que aceitarei a correção,...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço a atenção do Plenário, pois o Senador Lúcio Alcântara está com a palavra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Existem, na Secretaria de Estado – imagino que existam, se eu esti-

ver errado alguém me corrija –, vários Ministros de Segunda e de Primeira Classe, portanto, embaixadores, que já exerceram, ou que já foram embaixadores ou que podem vir a ser embaixadores, lotados que não exercem cargo em comissão, chefia de departamento etc, até por que alguns estão no chamado quadro especial. Então eles já estão lá, qual é a necessidade de colocar isso aqui? Se é como estão dizendo aqui, que ele seria, eventualmente, designado para uma missão temporária num Estado onde o Brasil não tivesse representação cumulativa ou específica, realmente, não entendo, porque já existem vários ministros aí.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador Lúcio, há mais um aspecto. Eles nomearão embaixadores que não serão submetidos às sabinas do Senado, porque na sabatina do Senado é só embaixador em missão permanente.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, vou encerrar aqui a minha intervenção no debate. Mantenho a posição a favor da minha emenda, a Comissão, soberanamente, delibera se acha que deve acatar ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Só quero esclarecer ao Senador Lúcio Alcântara, a quem respeito e tenho sido um seguidor dos relatórios e dos projetos apresentados. Ao comparar a carreira diplomática com a carreira militar, o funil da carreira diplomática é muito mais rígido e não tem nenhum quadro especial, a não ser aqueles que chegam a coronel, não querem ir para casa e ficam contratados num quadro especial. Agora, general entrou na lista de acesso, é caroneado, vai para casa. O coronel caroneado vai para casa. Então, é um funil muito mais difícil do que o da carreira do Itamaraty, onde é preservado o princípio da aposentadoria compulsória aos 70 anos.

No Exército não existe isso. Para abrir os quadros, o Exército é muito mais rígido na exclusão do seu quadro daqueles que não conseguem ser promovidos na ordem cronológica quando entra no quadro de acesso. Só para explicar.

Se pudesse ir à votação, já poderíamos decidir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em discussão.

Com a palavra, portanto, o Senador José Fogaça e, em seguida, o Senador Pedro Simon.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, procurei ler com atenção o texto aqui trazido pelo Senador Lú-

cio Alcântara e pelo Senador Requião e pareceu-me que a intenção justamente é de assegurar uma remuneração em reais ao embaixador, porque se ele tiver que ser lotado tem que ser em algum físico do Brasil. Território físico do Brasil. Território físico do Brasil é o nosso País, todo ele, ou a área ocupada pelas nossas embaixadas em algum país no mundo. Ele seria lotado aqui, recebe em reais, parece-me o salário regular recebido aqui pelos embaixadores. Pode ser que tenha uma gratificação da missão diplomática, mas o salário é em reais.

Se ele fosse lotado na embaixada mais próxima, por exemplo, seria pago em dólares e com o salário não da lotação na Secretaria de Estado, o que seria uma bomba e um custo maior. Então estou interpretando como uma coisa positiva para o erário. É a minha interpretação.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senador José Fogaça, pelo raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, se ele fosse exercer uma missão temporária em algum lugar, iria ganhando em real. É isso?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não. Depende de onde ele está lotado. Lotado no exterior, ele vai receber em dólares. Lotado na Secretaria do Estado, ele tem que receber em reais. Agora em algum lugar ele tem que estar lotado. Não há funcionário de carreira, concursado, que não esteja lotado em algum lugar. Isso tem que ser caracterizado por um território físico, que é ou a Embaixada do Brasil ou... Missão diplomática não constitui uma base física de imunidade brasileira, de extensão do território brasileiro. A extensão do território brasileiro é só na embaixada. Então ficaria perguntando se poderia ser no país mais próximo, mas seria em dólares e mais caro para o Brasil na minha opinião.

É o que interpreto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Da maneira como está aqui, perdoem-me os companheiros, estamos fazendo algo que nunca tinha visto. É o tradicional o §1º do art. 42. Terminamos de fazer com que o Senador da Itália, Flecha de Lima, responda, se não me engano, pela Albânia. A tradição sempre aconteceu no Brasil e em outros países do mundo: o embaixador que está num determinado país responde pela embaixada dos países vizinhos que o Brasil não têm a representação, ou se entrega a outro país quando há uma questão de crise. Se há uma crise do Brasil com determinado país, vem embora a representação; que a Argentina ou que outro país assuma os interesses do Brasil.

São as duas formas que conheço, não existe uma terceira.

Acabamos de votar, repito, o caso do Embaixador Flecha de Lima, que está na Itália e vai responder pela Albânia. Não precisa nem vir aqui, ele não teve nem que vir à nova sabatina, mas nós votamos no Congresso. Ele não veio depor, mas nós votamos na Comissão de Relações Exteriores e no plenário. Na semana passada, votamos o nome do Flecha de Lima respondendo pela Albânia. É o natural, está num país vizinho, do lado. As questões, as dúvidas, as interrogações ele responde.

Agora, palavra de honra, custo a crer que isto esteja aqui. Quero crer que eu esteja errado, devo estar errado. Tomara que eu esteja errado, mas o que estou vendo é que, em países onde o Brasil não tenha representação diplomática residente, que é o caso normal, ou cumulativa, que é o caso do Flecha de Lima, poderá ser, excepcionalmente, acreditado como Chefe da Missão Diplomática Ministro de Primeira Classe ou Ministro de Segundo Classe, nos termos do art. 49, que é segunda classe, lotado na Secretaria de Estado, no Itamaraty. A pessoa está no Itamaraty e responderia pela Albânia, ao invés do Flecha de Lima. É isso aqui. Aprovado este artigo, ao invés de estar o Flecha de Lima respondendo pela Albânia, que está ao lado, poderia estar um embaixador aqui, no Itamaraty, respondendo pela Albânia. Não dá! Sinceramente, não dá!

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Senador, e quando a Albânia fictícia que V. Ex<sup>a</sup> cita estiver mais perto de Brasília do que do posto que o Embaixador Flecha de Lima ocupa?

Senador Pedro Simon, desculpe-me, é tão claro, mas V. Ex<sup>a</sup>, com sua inteligência, forneceu um argumento que me parece fundamental.

**O SR. PEDRO SIMON** – V. Ex<sup>a</sup> é tão fantástico! Quando a gente não quer o argumento vale até o que V. Ex<sup>a</sup> está invocando. V. Ex<sup>a</sup> está se preocupando porque Assunção é mais próxima de Brasília do que de Buenos Aires. Então, o que é melhor? V. Ex<sup>a</sup> está vindo com um argumento teórico, romântico que não tem nada a ver e que é um caso só. Assunção é mais perto de Brasília.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Senador Pedro Simon, peço um aparte. V. Ex<sup>a</sup> me concede?

**O SR. PEDRO SIMON** – Claro que sim.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Vamos admitir, em tese, até pelo amor à polêmica inteligente, que no mundo todo só existisse um caso como o que citei. Para que o Itamaraty pudesse, nesse único

caso, usar isso, precisaria estar na lei? Precisaria. Eu pediria, então, a aprovação. Mas há um segundo ponto que me parece fundamental, Senador Pedro Simon – e V. Ex<sup>a</sup> o menciona com muita clareza. Em 99% dos casos, o usual, o tradicional é exatamente que um embaixador, já creditado num determinado país, receba também um comissionamento secundário para que responda pelas relações diplomáticas do Brasil em um outro país. É isso o que mais ocorre.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agradeço. V. Ex<sup>a</sup> usou esse argumento dez vezes. Eu sei!

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Mas é importante ficar bem claro.

**O SR. PEDRO SIMON** – Em 99% é um do lado do vizinho, mas pode haver um caso em que ele queira indicar um daqui.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Não, Senador Pedro Simon!

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – V. Ex<sup>a</sup> me concederia um aparte dentro do aparte, Senador?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Não, deixa eu concluir o meu raciocínio. Não tenho a capacidade criativa do Senador Pedro Simon. Portanto, não conseguiria me fazer entender se não pudesse concluir o pensamento.

Senador Pedro Simon, há um argumento que V. Ex<sup>a</sup> usou e que, não tenho dúvida, vai tirar totalmente a questão desse foco. Vamos admitir, mantido isso em lei, tal qual aprovado na Câmara dos Deputados – depois de uma grande discussão –, que o Itamaraty – V. Ex<sup>a</sup> tem razão, não é usual, não precisou usar –, num caso específico, queira fazer uso disso. O que a lei exige? A lei exige que esse nome seja remetido ao exame do Senado e, portanto, à análise da Comissão de Relações Exteriores; o que, por si só, impede. A tradição do Itamaraty, a responsabilidade dos homens que o dirigem me deixa com total tranquilidade que isso não seria usado como artifício para aumentar salário desse ou daquele e fazer o tal embaixador virtual proposto pelo Senador Requião.

Admitamos que alguém, num determinado instante da história, mal-intencionado, quisesse fazer uso disso. Não poderia sem que antes fosse aprovado na Comissão de Relações Exteriores do Senado..

**O SR. PEDRO SIMON** – O que é muito difícil, o que é quase impossível. Olha, passar na Comissão de Relações Exteriores do Senado é uma dificuldade, é uma tragédia! V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Agora estou tranquilo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – E com esse voto de confiança do Senador Pedro Simon nes-

te fórum é que peço que a matéria seja aprovada em acordo com o relatório do Senador Romeu Tuma.

**O SR. PEDRO SIMON** – Quando o ilustre Líder do Governo diz que em 99% dos casos é assim como está no §1º, quer dizer, ou é o embaixador ou é alguém vizinho que responde! Mas pode haver 1%? Não. Hoje são 100%. Eles querem mudar com este novo § 2º, porque hoje não existe. Hoje são 100%.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Virtual não existe. A palavra tem uma dupla interpretação e concordo com V. Ex<sup>a</sup> que não existe.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Até penso que a tese levantada pelo Senador Arruda é um caso a ser discutido. Em caso específico, determinado, tem a ver essa possibilidade. Mas, então, não é um artigo genérico como está aqui.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Mas depende da votação.

**O SR. PEDRO SIMON** – Aqui está genérico. Aqui está genérico!

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Que genérico, Senador!

**O SR. PEDRO SIMON** – Aqui só está dizendo que pode nomear residente em Brasília e pronto! Está resolvido! Aqui, entrou na regra geral.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Não, porque o outro já está constante na lei, Senador! Trata-se de uma exceção mesmo.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O Embaixador da Austrália vai estar no Lago Sul. (Risos.)

**O SR. PEDRO SIMON** – Aqui, entrou na regra geral. Eu, com toda sinceridade, penso que é uma coisa muito estranha, não entendo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – E eu confio na Comissão e ela o aprovará.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – E para dar autenticidade, ele cria canguru na residência.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu pediria ao Senador Pedro Simon que concluísse, por favor.

**O SR. PEDRO SIMON** – Faço o apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que, se for possível, suspenda a votação para que conversemos com o chanceler, por quem tenho o maior respeito. Não me passa pela cabeça, não estou aqui preocupado em ter dúvida com relação à intenção do chanceler, mas se trata de um projeto em que tenho obrigação de ver o que tenho na minha frente, o que me parece negativo. Eu pediria que fosse levantada essa questão e algum de nós conversássemos



com o chanceler, para que S. Ex<sup>a</sup> nos esclarecesse essa matéria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – De antemão, quero dizer que concordo com a proposta de V. Ex<sup>a</sup> de retirar de pauta, mas o Senador José Roberto Arruda diz que se houver um único caso que se enquadre no exemplo de S. Ex<sup>a</sup>, de que um país fica mais perto de Brasília do que da Itália, precisaria da lei. Só que não há esse único caso, porque o Brasil é um País que tem absoluta continuidade territorial. A única possibilidade de haver esse caso seria se, por exemplo, Goiás se tornasse um Estado independente e Brasília, como era Berlim Ocidental antigamente, estaria dentro de um outro Estado, porque em qualquer outra alternativa dos nossos Estados limítrofes, sempre haverá uma outra embaixada que se enquadre –

**O SR. PEDRO SIMON** – É verdade.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Então, se precisar haver um no Paraguai, a Argentina pode acumular.

**O SR. PEDRO SIMON** – O Equador, o Peru e a Bolívia.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Então, não existe essa questão levantada pelo Senador José Roberto Arruda com a ajuda do Senador Lúcio Alcântara. É uma ficção geográfica e política. Então, não existe esse caso. Está-se criando o artigo de uma lei para atender um cargo que é impossível de existir, a não ser que Goiás se transforme num país independente. Mas, com certeza, teríamos mais coisas com que nos preocupar do que com uma discussão referente a isso.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** – Tanto é claro que, hoje, se pegarmos a lei atual, o que está escrito?

“Art. 42: Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os chefes de missão diplomática permanente serão nomeados pelo Presidente da República com o título de embaixador.

Parágrafo único. Em Estados nos quais o Brasil não tenha representação diplomática efetiva, poderá ser cumulativamente acreditado chefe de missão diplomática permanente residente em outro Estado, permanecendo, eventualmente, na sede primitiva.”

Quer dizer, é parágrafo único, só há esse caso, que é o do Flecha de Lima. Esse parágrafo único está sendo transformado em §1º e está sendo acrescido o

§ 2º, em que está-se criando a fórmula de que o cidadão fique em Brasília e responda pela Embaixada.

Se aceitarem ouvirmos o embaixador, com o maior respeito eu acho que sim, mas, se formos para a votação, eu, com toda sinceridade, voto contra, porque é algo que não me passa pela cabeça. Sinceramente, não consigo acreditar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que essa matéria não é terminativa na Comissão. Ela ainda vai ao Plenário e, então, haverá oportunidade, até na própria Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex<sup>a</sup> é membro, de se convocar, se for o caso, o chanceler para que S. Ex<sup>a</sup> preste as informações que julgo procedentes, aqui levantadas por V. Ex<sup>a</sup>. Mas, regimentalmente, essa matéria está em discussão, já foi objeto de pedido de vista e nos resta votar para aprovar ou para rejeitar.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça e, em seguida, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, fico um pouco perplexo, porque a interpretação que estou fazendo desse texto levaria as pessoas que conheço a defenderem-no, ao invés de serem contrários, mas pode ser que eu esteja fazendo uma interpretação totalmente equivocada.

Primeiro, há missão diplomática permanente e há, pelo que sei, missão diplomática temporária, que pode ser de até trinta dias. Pode haver missão diplomática de sessenta, noventa ou cento e vinte dias, enfim, missão diplomática também é transitória, também é de caráter não permanente.

Ora, faço alusão, por exemplo, a um país como Formosa, Taiwan, onde não temos embaixada nem relações diplomáticas. Lá existem alguns funcionários que trabalham em um escritório que poderíamos chamar de representação comercial. Ocorreu-me que, se o Brasil resolve instituir uma missão diplomática, há uma questão política grave: o embaixador da China Continental, por exemplo, que é o mais próximo, não poderia acumular essa função em razão de haver uma grave questão política; isso provocaria um terremoto nas relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a China. Então, imagino, vejam bem: não se trata de nenhum problema territorial quanto à proximidade, não é por ser mais próximo ou mais longe, é por uma série de injunções a centenas de países nos quais o Brasil não tem nada, não há nem representação acumulativa, nem temporária e residente. Eventualmente, para aquele pequeno país poderá ser criada uma missão diplomática de caráter transitório, temporário, de tempo de duração limitada, e aí, possivelmente, o embaixador terá que ir lá, nessa missão, só

por um dia, em quatro meses, por exemplo. E nesses quatro meses ele receberá em reais, como lotado no Brasil, e só naquele dia em que ele vai ao país para resolver especificamente um problema e volta é que ele receberá em dólares por aquele dia de trabalho. Portanto, na minha opinião, isso aqui representa economia para os cofres públicos. É o que estou interpretando, Sr. Presidente. Centenas de ilhas no Caribe e países da África, onde não há nada, eventualmente o Brasil precisa ir lá instalar uma missão diplomática temporária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A palavra está com o Senador José Fogaça.

*(Discussão fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Mas hoje o embaixador terá o encargo total e absoluto durante todo o tempo e vai receber todo o tempo em dólares, sem ter o que fazer. Agora, aqui não. O que terá será um funcionário lotado no Brasil, recebendo em reais, pelos níveis salariais do Brasil, que só no dia em que ele vai lá cumprir a tarefa é que ele ganha em dólares. Então, o que estou vendo é uma economia; não estou vendo aqui aumento de despesa. Estamos diante de uma discussão que me parece que acaba sendo um pouco subjetiva, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** – Sr. Presidente, acho que já está bastante esclarecido o assunto. Por isso, abro mão de utilizar da palavra para agilizar a votação. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Considere, portanto, encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Romeu Tuma, que conclui pela aprovação da matéria e pela rejeição das emendas do Senador Lúcio Alcântara e do Senador Roberto Requião permaneçam sentados. (Pausa.)

Os Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Requião solicitam destaque para as emendas.

Em votação o pedido de destaque. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o parecer do Senador Romeu Tuma, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Romeu Tuma queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Registro o meu voto contrário, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aprovado, contra os votos dos Senadores Pedro Simon, Roberto Requião, José Eduardo Dutra e Lúcio Alcântara.

Em votação a emenda do Senador Lúcio Alcântara, que tem parecer contrário a do relator.

Os Srs. Senadores que concordam com a emenda destacada do Senador Lúcio Alcântara permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

Faremos agora a verificação de voto.

(Procede-se à votação nominal.)

Vota com a emenda, Sim.

(Continua a votação)

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra pela ordem., V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Quero registrar que não há aqui nenhuma desconfiança, mas, como a partir de agora vou ser um fiel defensor do Regimento nesta Comissão – sempre fui mas serei mais a partir de agora –, aplica-se à Comissão o processo do Plenário quando não há nenhuma decisão em contrário.

Não está prevista pelo Regimento do Senado a situação em que o Parlamentar se ausente deixando o voto, até por que isso aconteceu antes do encerramento da discussão, antes do início do processo de votação.

Gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que a partir de agora não se considerem os votos dos Parlamentares que se ausentam no momento da votação. O voto é no momento em que a votação está sendo procedida

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se o Plenário estiver de acordo com esse procedimento, eu o tenho por escrito para cada Senador.

**O SR. ROMEU TUMA** – Eticamente, todas as resoluções, inclusive, a proposta pelo Senador José Fogaça, de só se discutir com a presença, foi **a posteriori**. Eu não acho que agora se corte a possibilidade de votação, porque eles não foram avisados disso por anterioridade. Depois desse, sim. Considero que eticamente não podemos fazer a rejeição da manifestação da vontade do Senador, porque anteriormente sempre foi feito e aceito.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu não sabia que havia declarações. Mas como há e para não parecer que estou levantando reação a esses que estão votando hoje, concordo com o encaminhamento do

Senador Romeu Tuma de que, **a posteriori**, não se aceite a declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Veja bem, temos aqui duas colocações diferentes: uma que não é regimental, que, por consenso dos Membros da Comissão, foi aceita e eu a praticarei – ela não é regimental –, no sentido de não se discutir, não se colocar em votação matéria cujo autor ou relator não estejam presentes, principalmente quando a matéria for objeto de parecer contrário por parte do relator. Essa questão não é regimental, mas como é o consenso da Comissão, eu a acolho e a praticarei.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A segunda colocação, depois lhe darei a palavra. A segunda colocação, feita agora pelo Senador José Eduardo Dutra, também não é regimental: o Senador que se ausente, que deixe o seu voto consignado, que não seja considerado. Se isso também for consenso da Comissão, eu acolherei.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É regimental. A colocação do voto é regimental. Temos duas questões diferentes: uma, não regimental, dada por consenso, e outra regimental, que nós venhamos a definir.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Estou levantando como regimental. Agora, em concordância com a questão levantada pelo Senador Romeu Tuma, retiro a minha questão de ordem para esta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Perfeito.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** -Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Portanto, se V. Ex<sup>as</sup> definem ou recomendam que não se acolham votos por escrito para matérias que estejam em processo de votação, a partir de agora, mesmo considerando o voto do Senador Edison Lobão, a Presidência não considerará mais votos deixados.

**O SR. ROMEU TUMA** – Isso não é regimental?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não é regimental.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não é regimental acolher.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não é regimental acolher. É regimental a exigência da presença. Então fica decidido também isso.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, muito embora o assunto já tenha sido resolvido, quero colocar uma questão de esclarecimento. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> me lesse o voto da Senadora Maria do Carmo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Um momento.

Enquanto isso, continuamos.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – E do Senador Edison Lobão também.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Qual é o teor do voto?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – “Item 4. Voto com o parecer do Relator Romeu Tuma. Em 27 de outubro de 1999, assina Edison Lobão.”

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – E da Senadora Maria do Carmo?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – “Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, voto favorável ao item 4, Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1999. Maria do Carmo Alves.”

Passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Portanto, Sr. Presidente, verificamos que a medida tomada por V. Ex<sup>a</sup> e pela Comissão de não mais permitir o voto por escrito é extraordinariamente procedente, porque, nos dois votos lidos, não há uma só referência ao destaque pedido. Votaram a favor do projeto, mas não há nenhuma manifestação a respeito da emenda do Senador Lúcio Alcântara e da minha. Portanto, a contabilização desses votos em relação à emenda é absurda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Veja bem, Senador Requião, o parecer do Senador Romeu Tuma já continha a rejeição à emenda do Senador Lúcio Alcântara. Quando S. Ex<sup>a</sup> proferiu o parecer que aqui foi dado, e o Senador Lobão ouviu o parecer, manifestou-se pelo parecer do Senador Lobão, que continha a rejeição das duas emendas.

Mas eu prossigo...

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Mas, no momento em que admitimos o destaque, admitimos a emenda, e, como foi unânime, esses vereadores admitiram a emenda e iriam votar novamente em relação a elas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vamos concluir a votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, não sendo terminativa, eu voto com o Relator. O plenário



ainda vai se manifestar, e essa discussão ainda vai continuar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – À emenda do Senador Lúcio Alcântara, votaram “Sim” 6 Srs. Senadores. Votaram “Não” 11 Srs. Senadores.

A emenda foi rejeitada.

Com a palavra o Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – (Inaudível. Fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não, porque completou-se todo o PFL.

**O SR. BELLO PARGA** – (Inaudível. Fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concorde, com o que se há de lamentar.

Passa-se agora à votação nominal da emenda do Senador Roberto Requião.

(Procede-se à votação.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Votaram “Sim” 5 Srs. Senadores. Votaram “Não” 11 Srs. Senadores.

A emenda foi rejeitada.

Passa-se ao Item nº 1 da pauta.

PLC nº 86/96, que altera o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamenta o art. 236, da Constituição Federal, dispondo sobre os serviços notoriais e de registro, de autoria do Deputado Magno Bacelar, Relator Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer pela inconstitucionalidade e arquivamento do projeto. Apresentado voto em separado do Senador Francelino Pereira e, em 29-9-99, foi concedida vista ao Senador Romeu Tuma, que não apresentou voto em separado.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, já emiti meu parecer e meu voto sobre a matéria. Portanto, não tenho mais nada a acrescentar. É voto vencido, parecer vencido. Imagino que se trata da questão...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – dos cartórios.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Então não há mais nada a ser dito. Agora a matéria tem que ir a votos. Houve pedido de vistas, ninguém apresentou mais nenhum voto. Há apenas um voto em separado do Senador Francelino Pereira. Não tenho mais o que dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Exª tem a palavra.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, na reunião anterior, quando debatemos essa matéria, ficou bastante clara a posição que assumimos em defesa cristalina da Constituição Federal. Após aquele debate, temos decisão da Justiça de Santa Catarina como também de Desembargador do Rio Grande do Sul favoravelmente à posição que assumimos nesta Casa. Dessa maneira, o nosso voto e nosso empenho é no sentido da aprovação do meu voto em separado, para o qual peço preferência.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, concordo plenamente com o voto em separado do Senador Francelino Pereira, porque fica caracterizado, pelo novo texto da reforma administrativa, que há uma delimitação para a categoria de servidor público. Evidentemente, neste caso, S. Exª tem razão de excepcionar. Então, os notários não estão classificados nesta categoria, não poderiam submeter-se às regras de aposentadoria compulsória aos 70 anos, como, por exemplo, todo servidor de carreira. Não se trata aqui de uma carreira típica, alguém que ocupe uma função autorizado pela autoridade. Sendo assim, não caberia essa aposentadoria compulsória.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, essa matéria foi objeto de deliberação desta Comissão em sessão legislativa anterior. Na ocasião, o Relator foi o Senador Ramez Tebet, que deu voto favorável a posição. Apresentei um voto em separado, onde eu argüia a inconstitucionalidade de forma muito semelhante ao parecer do Senador Lúcio Alcântara e também tratava da questão do mérito. Considerava a matéria inconstitucional e, no mérito, era contra a matéria.

O Senador Francelino Pereira apresentou um voto em separado bastante abalizado, abordando as mudanças em texto da Constituição Federal posteriores àquela apreciação. Confesso que o voto do Senador Francelino Pereira me deixa em dúvida em relação à inconstitucionalidade, mas mantenho a minha posição em relação ao mérito. Na Constituinte, houve um debate não fui membro da Constituinte, mas acompanhei os debates sobre a questão dos cartórios no Brasil. Existia a proposta de estatização dos cartórios, que foi rejeitada. Mas o Constituinte entendia também que era necessário, embora o processo de estatização não tenha sido aprovado, superar algumas situações que existiam no Brasil. Primeiro, os cartórios acabaram tendo a conotação pejorativa de

cartorial, quando, em verdade, transformaram-se em verdadeiras capitânias hereditárias. Então, estabeleceram-se alguns critérios para os responsáveis pelos cartórios que viessem a ser instalados. Foi, então, introduzido o princípio da aposentadoria compulsória aos 70 anos para aqueles que já eram detentores dos cartórios, de forma que seus substitutos deveriam necessariamente ser enquadrados nas novas exigências estabelecidas pela Constituição.

Na minha avaliação, essa proposta visa postergar aquilo que foi objeto de deliberação por parte do Constituinte, no sentido de que os detentores de cartórios teriam uma sobrevida, ou seja, teriam mais uns cinco anos sem necessidade de, com a sua aposentadoria, ser estabelecido o processo de sucessão de acordo com as regras estabelecidas na Constituição.

Sou defensor da proposta de estatização, mas não estou propondo que ela venha a ser discutida, porque foi matéria vencida na Constituinte. Todavia, sou defensor também de que seja mantido aquele princípio do Constituinte de que, em não se passando a estatização, o processo de indicação dos novos responsáveis por cartório venha a ser de acordo com os processos estabelecidos na Constituição. Esse projeto, na verdade, vai postergar ainda mais aquele processo, bem-vindo, introduzido na Constituição de 1988, diminuindo o caráter de capitânias hereditárias que assumiam os cartórios no Brasil.

Reafirmo, então, que fiquei em dúvida quanto à constitucionalidade do projeto, em função do parecer do Senador Francelino Pereira, mas, em relação ao mérito, mantenho a mesma posição que tinha quando da discussão anterior da matéria.

Voto, conseqüentemente, pela rejeição e com o parecer do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar algumas observações.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, parece-me que temos claramente uma figura jurídica que está sendo cada vez mais valorizada a partir da reforma do Estado brasileiro, que é o conceito da ocupação de uma função pública de forma delegacional ou através de uma concessão, uma delegação, uma autorização.

Esse conceito está crescendo dentro da administração pública com a forma cada vez mais necessária à forma do sistema administrativo.

Considerando que essa figura da delegação do serviço público se aproxima do sentido de concessão de um serviço, parece-me que é dentro dessa lógica operacional que hoje vigora mais do que nunca, que há uma terceira categoria criada pela legislação vigente, não é propriamente um funcionário autônomo privado, embora contribua para o INSS, mas também não é um servidor público efetivo. A terceira categoria seria um trabalhador, um funcionário, um titular delegacional. Então é preciso distinguir isso, pois ele não é um funcionário público típico e característico; ele tem uma delegação para prestar serviços públicos.

À medida que fosse atendida, por exemplo, a visão do Senador José Eduardo Dutra, de estatização e de ser um funcionário de carreira sem esse sentido delegacional. Parece-me que aí se faria as coisas mais claras do ponto de vista jurídico. Mas no momento em que ele não está dentro da estrutura funcional da carreira, não é um servidor público efetivo, conforme reconhece a Constituição, ele é alguém que tem uma delegação. Portanto, ele carrega em si uma responsabilidade pública, mas, na verdade, é uma espécie de transmissão que ele faz à autoridade pública e que não o traz, que não o contrabandeia para dentro do serviço público propriamente dito tradicional. Então, neste caso, é notório, que tem razão o Senador Francelino Pereira, juridicamente, é a análise que faço, constitucionalmente, análise que faço, e me parece que aqui neste caso, até para que ele seja aposentado pelo regime da previdência social, para que ele não tenha reivindicações características de servidor público efetivo. Neste caso, é muito bom, é importante que os delegados de serviço público sejam considerados funcionários não classificados, não incluídos na categoria convencional de servidor público efetivo.

Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Considero encerrada a discussão e coloco a matéria em votação.

Tem preferência o parecer do Relator, que opina pela inconstitucionalidade e arquivamento do projeto.

Senador José Eduardo Dutra, essa matéria não exige votação nominal a não ser que se peça verificação de quorum. Pede V. Ex<sup>a</sup> verificação nominal?

Tendo em vista já ser 1 hora da tarde e só termos nove Senadores, se V. Ex<sup>as</sup> concordarem, eu posso voltar a verificar...

**O SR. PEDRO SIMON** – Peço a palavra pela ordem. Ah, sim!

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – São só dois Senadores que faltam, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – ... em apreciação nesta Comissão.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Quem já votou pode se retirar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não. Ser liberado, não.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não. Quem já votou. Já tomou voto...

**O SR.** – O Relator agora tem que permanecer...*(fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Eu ainda queria bingar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Bernardo Cabral, não vai sair, não é?

*(Conversas paralelas fora do microfone)*

Temos **quorum** evidente.

Vou colher votos para o parecer que tem preferência – o parecer do nobre Senador Lúcio Alcântara –, que opina pela inconstitucionalidade e arquivamento do projeto.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, antes de iniciar a votação, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse o parecer em que se conclui pela inconstitucionalidade do projeto. Temos um voto em separado do nobre Senador Francelino Pereira, que dá uma outra solução ao projeto. Então, pergunto: colocando em votação o parecer – quero votar com o voto em separado do nobre Senador Francelino Pereira –, como devo votar?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> vota “não” ao parecer; é a opinião do nobre Senador Francelino Pereira.

**O SR. IRIS REZENDE** – E, automaticamente, estarei aprovando o voto do nobre Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Passemos, então, à votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto. A extensão do limite além dos 70 anos tem apenas uma significação: evitar concursos públicos de cartórios. Se os cartórios fossem privados, não se poderia estabelecer limites. O proprietário do cartório seria o seu titular até que morresse ou fosse, por algum motivo, impedido por seus herdeiros. Se o Cartório é público, subordina-se à legislação pública e, portanto, o limite está colocado com clareza, inclusive, já foi definido pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, voto pela absoluta incons-

titucionalidade da matéria e pela inoportunidade. O cartório não é privado, portanto o limite é público e o limite público é de 70 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, vota com o Relator?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Voto pela inconstitucionalidade, com o Relator, o nosso grande Jurista Lúcio Alcântara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em votação.

*(Continua o processo de votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrada a votação com o voto do Presidente que completa o **quorum** com 12 votos – 11 Srs. Senadores votaram, e eu completo o **quorum** sem votar.

Votaram “Sim”, com o Relator, 3 Srs. Senadores e “Não”, 9 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

O Parecer foi rejeitado e fica prevalecendo o voto em separado do Senador Francelino Pereira.

Declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a sessão às 13h21min)*

**Ata da 43ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 3 de novembro de 1999, às 11 horas (Reunião Ordinária).**

Às onze horas do dia três de novembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Ramez Tebet, com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, José Fogaça, Maria do Carmo Alves, Roberto Requião, Lúcio Alcântara, Moreira Mendes, Djalma Bessa, Romeu Tuma, Bello Parga, Álvaro Dias, José Eduardo Dutra, Pedro Simon, Iris Rezende, Bernardo Cabral, José Alencar, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá, Sérgio Machado e Agnelo Alves, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Renan Calheiros, Jäder Barbalho, José Agripino, Francelino Pereira, Carlos Wilson, Luzia Toledo, Roberto Freire e Jefferson Péres.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Inicia-se a apreciação da pauta: item 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 1999 (PL. nº 1.527 de 1999, na origem) – Tramitando em Regime de Urgência – que “Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de



24 de julho de 1991, e dá outras providências". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: pela aprovação do projeto, na forma como foi aprovado na Câmara dos Deputados, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Luiz Estevão. **Resultado:** concedida vista coletiva aos Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Moreira Mendes. Item 02) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 1995 (Nº 472/97, na Casa de origem) que "Altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal e dá outras providências". Autoria: Senador Esperidião Amin e outros Srs. Senadores. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. Na reunião de vinte de outubro, passado, foi concedida vista coletiva aos Senhores Senadores Amir Lando e Francelino Pereira, os quais não apresentaram voto em separado. Abstém-se de votar o Senhor Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado:** aprovado o parecer do Relator. Item 03) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1999 (Nº 4.767/98 na Casa de origem) que "Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências". Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Parecer do Relator. Pelo adiantado da hora, o Senhor Presidente decide encerrar a reunião, ficando adiados os seguintes itens da pauta: 04) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1999 e 05) Projeto de Lei do Senado nº 154, DE 1999 (Em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 208, DE 1999); e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente, em Exercício, da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a Secretaria informa que há número regimental.

Declaro aberto a 43ª reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, a Mesa propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

Está aprovada a ata da reunião anterior.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à análise de algumas proposições entre as quais figura, por encontrar-se em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara nº 46/1999, PL nº 1.527 do corrente ano, na origem. O projeto dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. É de autoria da Presidência da República, do Poder Executivo. Tem como Relator o eminente Senador Romeu Tuma.

Esclareço que o Projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania especialmente para análise de constitucionalidade e de jurisdição. Uma vez enviado à Comissão de Assuntos Sociais, a requerimento do Senador José Eduardo Dutra, foi aprovado parecer sobre a matéria, de grande relevância, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria será colocada para análise dos Srs. Senadores. De acordo com o procedimento regimental, a palavra será concedida ao Senador Romeu Tuma para que seja proferido relatório.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a matéria chegou às minhas mãos na última sexta-feira. Por limitar-se à consulta feita pelo Senador José Eduardo Dutra, aprovada em requerimento no plenário do Senado para análise de jurisdição e constitucionalidade, permito-me, se V. Exª autorizar, ler o relatório por inteiro porque há dois pontos complexos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Exª está com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Chega a esta Comissão, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 46/99, nº 1.527/99 na origem, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.

Despachado inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, a matéria veio ao exame desta Comissão técnica em razão de requerimento apresentado conforme já esclareci.

A proposição promove diversas modificações nas leis de custeio e de benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, adequando-as ao novo desenho nascido com a reforma da Previdência – Emenda Constitucional nº 20/98 – além de ajustá-la

às alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nºs 18/98 e 19/98.

A proposição recebeu três emendas: duas na forma do disposto no art. 122, II, **b**, do Regimento Interno, de autoria dos Senadores Renan Calheiros e Jonas Pinheiro. Respectivamente, pretendem alterar o art. 150 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, visando a restabelecer a aposentadoria excepcional do anistiado e suprimir o inc. IV do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, alterado no art. 1º do projeto em análise, com o objetivo de impedir dualidade na incidência de contribuição previdenciária sobre as cooperativas. E uma de autoria do Senador Luiz Estevão, no mesmo sentido da última emenda.

É o relatório.

#### Voto

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade, tendo em vista tratar de matéria que deva ser disciplinada em lei ordinária da União, conforme os artigos 24, 12 e 201 da Constituição.

A proposição, igualmente, não contém qualquer vício dos aspectos de sua juridicidade e regimentalidade e vem vazada na melhor técnica legislativa. O projeto tem como cerne dois pontos: o primeiro é o aumento do número de salários e contribuição para o cálculo de salários e benefícios; e, o segundo, é a introdução do chamado fator previdenciário, ambos constantes da alteração feita pela Proposição nº 29, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Segundo a justificação do projeto, ambas as alterações buscam alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do regime geral de previdência social, adequando o valor das contribuições aos benefícios. A primeira alteração substitui o cálculo do salário de benefícios dos segurados do Instituto Nacional de Segurança Social – INSS –, da média dos últimos 36 salários de contribuição para a média dos maiores salários e de contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado, contando a partir de 1º de julho de 1994, data da adoção do real como Unidade Monetária Nacional. Assim, por exemplo, se aprovada a proposição no corrente mês de outubro, o segurado que se aposentar no mês de novembro de 1999, terá a sua aposentadoria calculado pela média aritmética de seus 41 maiores salários de contribuição, após 1º de julho de 1994, uma vez que são só 52 contados desde então. Esses números são aumentados, paulatinamente, até atingir toda a vida profissional do trabalhador, para aqueles que ingressarem no RGPS após a adoção do real. Trata-se de mudança que torna a aposentadoria do segurado mais próxima da respectiva contribuição, dando mais consistência atuári-

al ao regime, evitando o aumento artificial do salário de contribuição às vésperas da aposentadoria, que conduzia, na prática, a introdução de um subsídio a alguns segurados. Essa alteração é possível em razão da retirada, pela Emenda Constitucional nº 20/98, na previsão contida no **caput**, do art. 202 da Constituição, em sua redação original, de que a aposentadoria no RGPS, seria calculada pela média dos 36 últimos salários de contribuição. Ou seja, a EC nº 20/98 desconstitucionalizou a matéria, podendo a lei ordinária dispor sobre ela. Não vislumbramos aqui qualquer vício. A segunda alteração é a instituição do fator previdenciário que deve ser multiplicado pela média dos salários e contribuição para a obtenção do salário-benefício. Este é o cálculo do valor previdenciário que estávamos conversando no início desta reunião. É a multiplicação da média dos salários e contribuição para a obtenção do salário-benefício.

Trata-se de uma forma complexa, constante do anexo da proposição que, essencialmente, introduz, como variáveis, para o cálculo da aposentadoria a idade, a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria e o tempo de contribuição. Ocorre, então, que o valor do salário de benefício do segurado será superior à média dos seus salários e contribuição se o respectivo fator previdenciário for maior do que 1 e (é) inferior. Se ele for menos que 1...

O que se pode observar na fórmula é que o fator previdenciário será tanto menor quanto mais jovem for o segurado no momento da aposentadoria; e, maior, quanto ele mais idoso for. Assim, por exemplo, uma mulher que tenha começado a trabalhar aos 14 anos de idade e pretenda se aposentar aos 30 anos de contribuição. Aos 44 anos de idade, terá um fator previdenciário de 5... Aí se tem o número, obtido através da fórmula que é anexada ao projeto. Ou seja, receberá um pouco mais de 56% da média de seu salário e contribuição. Se essa mulher, entretanto, decidir se aposentar apenas quando atingir 60 anos de idade, com 46 anos de contribuição, seu fator previdenciário atingirá 1.6... segue-se a dízima... Ou seja, receberá um aumento de mais de 60% sobre a mesma média. Ressalte-se, que o valor da aposentadoria, de qualquer forma, não poderá ser inferior ao salário mínimo, nem superior ao teto de benefício do RGPS, hoje, que é de R\$1.255,32 (um mil duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Desse modo, efetivamente o fator previdenciário assim como pode elevar a aposentadoria dos segurados que postergam a sua passagem para a inatividade, pode reduzir o valor do benefício daqueles que se

aposentam mais cedo, mesmo que tenham cumprido 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher.

Não é difícil defender a justiça, do princípio. Aqueles que contribuem por mais tempo e com mais idade terão aposentadoria maior. Trata-se, efetivamente, do ponto de vista atuarial, de mecanismo que retira a forma e subsídio presente no sistema anterior, que beneficiava aqueles em condições de se aposentarem mais cedo, em detrimento daqueles que, por algum motivo, viam-se obrigados a permanecer no sistema.

Em nosso entendimento, o fator previdenciário não fere o Texto Magno, mas, ao contrário mesmo, cumpre-o. Prevê o inciso I do § 7º do art. 101 da Constituição, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que é assegurada a aposentadoria àqueles que obedecem a condição de contar com 35 anos de contribuição, se homem, e 30, se mulher. Não estabelece, entretanto, o referido dispositivo, o critério de cálculo da aposentadoria do segurado RGPS. Ele tão-somente determina o direito desse segurado ao benefício, quando cumpre 35 ou 30 anos de contribuição, se homem ou mulher, respectivamente.

De forma explícita, comanda que essa aposentadoria será concedida, nos termos da lei: “Adita-se que esse é o mesmo comando dirigido à aposentadoria por idade, que nunca se duvidou não fosse integral.” Ou seja, pode a regulamentação de dispositivo estabelecer critérios razoáveis para o cálculo do benefício da aposentadoria, desde que não vede, de forma absoluta, a sua concessão àqueles que atendem as condições citadas de tempo de contribuição.

A razoabilidade desses critérios, de sua parte, é dada pelo comando doutrinário, constante do **caput** do art. 201 da Lei Maior, que prevê que o RGPS observará “critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.”

Assim, a presente proposição não descumpra a Constituição, uma vez que garante o direito à aposentadoria ao assegurado do RGPS, que atende as condições fixadas no seu § 7º do art. 201, inclusive no que se refere à atualização dos salários de contribuição utilizados para o cálculo do benefício.

Do ponto de vista do mérito, também nos manifestamos pela aprovação da proposição, uma vez que ela representa, sem dúvida, importante aperfeiçoamento em nossa legislação previdenciária.

Com relação às emendas, manifestamos pela rejeição. A Emenda nº 1 trata de matéria sem relação direta com a presente proposição. Enquanto as de nºs 2 e 1 da CCJ não parecem necessárias, uma vez que a duplicidade nelas referida somente ocorreria se permanecesse em vigor a Lei Complementar nº 84,

de 18 de janeiro de 1996. Essa lei, no entanto, que, materialmente, é lei ordinária, está sendo revogada no texto do projeto.

Assim sendo, optamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, conforme aprovado na Câmara dos Deputados. Rejeitadas as emendas a ele apresentadas.

Eu alerto os Srs. Senadores de que o mérito deverá voltar à CAS, para uma discussão mais aprofundada sobre o mérito da matéria. A nossa apreciação é sobre a jurisdição e constitucionalidade.

As emendas foram rejeitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Lido o relatório do Senador Romeu Tuma, concluindo pela aprovação da matéria com rejeição das emendas, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, que foi quem primeiro a solicitou. Está em discussão a matéria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Peço vista, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, também requeiro vista.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, concedida vista à matéria, gostaria que V. Exª colocasse em votação. o Item nº 2 da pauta, que já foi objeto de pedido de vista, retornou na sessão anterior, foi objeto de discussão e, portanto, está pronto para ser apreciado e votado, definitivamente.

Trata-se da emenda constitucional que altera o regime de votação das medidas provisórias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Houve pedido de vistas da matéria relatada pelo Senador Romeu Tuma, e também pedido de vista do Senador José Eduardo Dutra, seguido do Senador Moreira Mendes. O pedido de vistas, portanto, é coletivo.

Passamos ao Item nº 2.

O Item nº 2 trata de Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, que tem substitutivo. A matéria é oriunda do Senado. Foi para a Câmara, recebeu substitutivo e, como tal, retornou a esta Casa. A autoria desse projeto de transcendental importância é do ex-Senador Esperidião Amin, hoje Governador de Santa Catarina, e de outros Srs. Senadores. O Relator é o Senador José Fogaça a quem concedo a palavra.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, creio que a matéria já foi exaustivamente debatida e analisada nesta Comissão. Apenas para tentar recuperar um pouco a memória desse debate, relembro aos Srs. Senadores que se trata de estabelecermos um critério novo de votação, uma nova sistemática de votação



das medidas provisórias, estabelecendo um prazo mais amplo, de 120 dias. Na prática, são 60 dias a mais.

Essa matéria veio da Câmara dos Deputados sob uma forma que já foi aqui demonstrada. De certa maneira, não temos como manter nem como aprovar, porque a fórmula da Câmara estabelece que a votação das medidas provisórias continue sendo feita na sessão conjunta do Congresso Nacional.

Na semana passada, quando votamos a medida provisória das dívidas agrícolas, percebemos o quanto é difícil, o quanto é doloroso, e, às vezes, até quase impossível assegurar, em duas semanas consecutivas, **quorum** nas sessões conjuntas do Congresso Nacional. Tivemos de convocar o Congresso para votar a medida provisória das dívidas agrícolas, que não tinha grave divergência, em uma semana, na quinta-feira da semana anterior, e não houve **quorum**. Transferida a matéria para a terça-feira da semana anterior, continuou não havendo **quorum** e, não fora a atitude do Líder do PT, Deputado José Genoíno, de aceitar um acordo de última hora, não fora isso, a medida provisória das dívidas agrícolas, que beneficia milhares de pequenos e médios agricultores neste País, não teria sido votada, Sr. Presidente.

Na minha opinião, trata-se de uma sistemática já inteiramente condenada. Tentar insistir com essa sistemática de votação, em sessões conjuntas do Congresso Nacional, a meu ver, Sr. Presidente, melhor, então, será deixar como está, porque o risco é muito grande, principalmente quando a matéria, oriunda da Câmara, estabelece que só se tranca a pauta no centésimo quinto dia da publicação. Portanto, quando faltarem apenas 15 dias para esgotar o prazo, já prorrogada a vigência da medida provisória por uma vez, tranca-se a pauta. Então, é preciso haver presença em Plenário na sessão conjunta do Congresso em duas semanas. Como ficou provado nessas últimas semanas, muito provavelmente, não haverá **quorum** em duas semanas consecutivas, o que importaria no caos, ou seja, numa situação de total “inadmissibilidade” do direito.

Desse modo, Sr. Presidente, é impossível manter o texto da Câmara, que deve ser alterado. Já que é necessário ser assim, vamos alterá-lo para o melhor, isto é, para aquilo que o Senado, pelo consenso e por maioria, aprovou originariamente, que é fazer a tramitação das medidas provisórias em casas separadas, trancando a pauta na Câmara – a Casa na qual a medida iniciou o seu trâmite – e

no Senado, quando aqui chegar – ou vice-versa. Se a medida começar a tramitar no Senado, tranca-se a pauta desta Casa e assim subsequenteemente na Câmara.

Esse regime de trancamento de pauta, ou seja, de sustação de todas as demais deliberações deverá ser estabelecido a partir do 45º dia – e não do 105º, quando pode não mais haver solução e Inês já estar morta. Então, não haverá mais alternativa. O tempo passa a ser o próprio carrasco do Congresso Nacional, que perde a sua capacidade de decidir.

Destarte, mais uma vez, reitero a V. Ex<sup>as</sup> que retornemos ao modelo originário aprovado pelo Senado no ano retrasado, que já é, portanto, consensual entre os Srs. Senadores e os partidos políticos. Falo nesse assunto apenas para rememorar e refrescar a memória de V. Ex<sup>as</sup>, porque a matéria já foi até objeto de pedido de vista, tendo sido debatida exaustivamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Com as explicações do Senador José Fogaça, mantendo o projeto original do Senado da República e rejeitando o substitutivo preparado pela Câmara dos Deputados, a matéria continua em discussão.

Assim, pela ordem de inscrição, com muita honra, a palavra será dada ao Senador Pedro Simon, a seguir, ao Senador José Eduardo Dutra e, como terceiro inscrito, ao Senador Lúcio Alcântara.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, primeiramente, é grande o meu respeito e minha admiração pelo Senador José Fogaça – aliás, já tem sido uma tradição no Congresso e no Senado o esforço que S. Ex<sup>a</sup> faz e as vitórias que vem obtendo como relator das matérias mais complicadas e difíceis. Na semana passada, V. Ex<sup>a</sup> inclusive disse que Mato Grosso do Sul seria eternamente grato à atenção dedicada pelo Senador José Fogaça à lei agrícola. Realmente, S. Ex<sup>a</sup> teve competência e capacidade de buscar um denominador comum que realmente equacionou com muito brilhantismo aquela questão.

Reitero o esforço que vem tendo o referido senador com relação a essa complicada questão. Se assim não fosse, desnecessário seria estarmos até agora, desde 1988, tentando regulamentar esta matéria, e não se consegue. Antes de entrar nesta questão propriamente dita, faria a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, ao Senador José Fogaça e a esta Comissão uma pergunta. O caso concreto que aconteceu agora, semana passada, como fica, com a nova legislação?

Fui para a tribuna na sexta-feira. Infelizmente, não alcancei ainda o meu querido amigo Senador Bernardo Cabral, que já se havia retirado, para abordar um assunto que considero da maior importância. O Governo enviou para esta Casa, para o Congresso Nacional, para a Câmara dos Deputados a Lei referente aos estímulos à indústria da informática. A Câmara a aprovou. Aprovada na Câmara, veio para o Senado na terça-feira passada. O Senador Antonio Carlos, falando com as lideranças, houve por bem que aquela proposição não seria votada na quarta-feira, porque pensava S. Ex<sup>a</sup> e todos os líderes que consultou que aquele projeto sobre o qual havia divergência, inclusive no Senado, na bancada dos representantes da Zona Franca de Manaus e da Indústria Paulista, deveria ser votado pelas Comissões ou pela Comissão Especializada. Não sendo votada aquela matéria na terça ou na quarta-feira, no final da quarta-feira, o Governo baixou medida provisória, prorrogando, assim, os estímulos às indústrias basicamente de São Paulo sobre informática, praticamente nos deixando com a seguinte questão: O que fazer com o projeto de lei que está aqui?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** – Claro que sim.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Lamentavelmente, quando o Senador Pedro Simon abordou a matéria na sexta-feira, eu não estava aqui, Sr. Presidente. Todavia, o que S. Ex<sup>a</sup> disse é verdade. O Governo renovou, reeditou uma medida provisória que tratava de assunto completamente diferente da Lei de Informática e ali embutiu um artigo.

**O SR. PEDRO SIMON** – O 32.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – O art. 32, que dizia “fica prorrogada a Lei nº tal”. Quem não sabe o número da lei, Sr. Presidente, não tem idéia de que esta Lei é exatamente a que trata dos benefícios da informática. Mas quero informar um dado ao eminente Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> uma intervenção, Senador Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – A Lei que estava em tramitação era a lei mesma.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Era a lei correta.

**O SR. PEDRO SIMON** – Era a lei.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Era uma lei que estava sendo apreciada no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Se não estava aprovada, como é que foi prorrogada?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Prorrogaram a lei anterior.

**O SR. PEDRO SIMON** – A Lei que estava no Congresso prorrogava.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – A Lei anterior. Havia um novo projeto de lei.

**O SR. PEDRO SIMON** – A Lei que está no Congresso prorroga a anterior.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sim. Exatamente.

**O SR. PEDRO SIMON** – Como não foi votada, ele prorrogou por medida provisória.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Agora, veja, Sr. Presidente. Para transmitir um dado ao eminente Senador Pedro Simon, que, por certo, dele tem conhecimento, mas sempre é bom reforçar, saliento o art. 165 da Constituição Federal. “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Veja bem, Sr. Presidente, “o projeto de lei orçamentária”. O Governo – não sei quem o está assistindo nesta matéria jurídica – deu um profundo escorregão ao fazer uma concessão de um benefício que não está previsto nem no PPA, nem no projeto de lei orçamentária. E o que é mais grave, como disse o eminente Senador Pedro Simon, aproveitou-se de uma reedição para, de forma oblíqua, disfarçada, vergonhosa e ele usou até o termo “covarde”, ter embutido um artigo que nada tinha a ver com isso, num verdadeiro desrespeito ao Poder Legislativo, que estava negociando a matéria. Era apenas uma achega que eu queria levar ao eminente Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Eu fico liberado quando o jurista falou, eu falo com mais tranquilidade porque ele já falou, mas na verdade ele disse a essência do que tem que ser dito. Existia uma lei, a Lei da Informática. Essa lei determinava que a indústria da informática tinha as isenções até quarta-feira. O Governo enviou para esta Casa um projeto de lei prorrogando esse prazo. Ele podia prorrogar esse prazo por projeto de lei ou por medida provisória? Por projeto de lei, tanto que ele mandou o projeto de lei para esta Casa. O projeto de lei foi para a Câmara. Aprovado na Câmara, chegou a esta Casa. Houve boicote desta Casa? Não me parece. O Presidente Antonio Carlos Maga-

lhães, numa matéria dessa natureza, que tinha votos divergentes, teve que enviar a comissão.

Quando o Executivo soube que não ia ser votado o projeto, baixou medida provisória na mesma quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não, não baixou, ele reeditou...

**O SR. PEDRO SIMON** – Reeditou uma medida provisória, eu vou chegar lá. Baixou uma medida provisória com a mesma matéria. A matéria era de projeto de lei ou era de medida provisória? O Presidente está nos seus direitos ao escolher quando quer medida provisória, quando quer projeto de lei ou quando quer transformar projeto de lei em medida provisória? É isto que está em vigor? Agora, há a outra que o Senador Bernardo Cabral falou, que é muito mais séria. Foi prorrogada uma medida provisória que trata da Cofins.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Exatamente.

**O SR. PEDRO SIMON** – Ementa: Cofins. Trinta e um artigos. Eu tratei dessa matéria, eu estava na tribuna do Senado sexta-feira quando vi o Voz do Cidadão da TV Senado. Quero felicitar a equipe da TV Senado, que me levou o assunto à tribuna eu recebi, dizendo que a prorrogação tinha feito uma medida provisória que tratava da Cofins e não da informática. Pedi ao Secretário-Geral da Mesa que me trouxesse, e ele me trouxe. Fui ver no art. 32, que me dizia o assistente da TV Senado. Quer dizer, art. 1º: Ementa: Cofins. Trinta e um artigos. Cofins. Art. 32: Fica prorrogada a lei tal, número tal. E não diz do que se trata. Contrabando total! Quer dizer, isso nem me passaria pela cabeça, nem pela cabeça de ninguém, que não tem obrigação de saber, de decorar quais são as leis. De que lei se tratava? Não estava na ementa, era uma medida provisória que tratava da Cofins, colocou no art. 32, da prorrogação da lei que trata da informática e não falou, no art. 32, do que se tratava: lei tal da data tal. Agora vamos votar a medida provisória. Gostaria de saber de V. Ex.<sup>a</sup> o que é que acontece com o projeto que está aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, V. Ex.<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PEDRO SIMON** – Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Ex.<sup>a</sup> faz uma indagação à Mesa, vou respondê-la.

**O SR. PEDRO SIMON** – Claro, claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Claro que não preciso olhar o Regimento para emitir uma opinião que vou dar.

**O SR. PEDRO SIMON** – Não precisa fazer isso. V. Ex.<sup>a</sup> não precisa nem olhar o Regimento, nem olhar a Constituição, nem o Código de Ética do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Claro, nós estamos votando matéria atinente a medida provisória e, por isso mesmo, V. Ex.<sup>a</sup>, ao pretender discutir a matéria, o faz denunciando um fato...

**O SR. PEDRO SIMON** – ... concreto, que está na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Denunciando um fato. Qual seria este fato? Existe uma lei sobre informática. O Governo enviou uma lei à Casa para prorrogar essa lei sobre a informática. Essa lei foi aprovada na Câmara, segundo relata V. Ex.<sup>a</sup> e corrobora o assunto o eminente Senador Bernardo Cabral. Quando chega aqui ao Senado, chegou na terça-feira, V. Ex.<sup>a</sup> estava na tribuna na sexta, me parece, e uma lei, uma medida provisória tratando, não de informática, mas de uma contribuição social, do Cofins, no último artigo, está o 32º artigo, segundo V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo que a lei que está em andamento na Casa está prorrogada. Isto é, fazendo aquilo que teríamos que fazer ou não porque o Senado poderia aprovar a lei da maneira como a Câmara fez, poderia apresentar substitutivo e poderia não aprovar a lei, derrubá-la a quilo. Não posso conter o que V. Ex.<sup>a</sup> não está querendo expor e o Senador Bernardo Cabral também disse que também achava ser isso uma fraude.

Temos que constatar o que, segundo o Professor Haroldo Valadão, chama-se de fraude à lei. Não obstante, pediria que V. Ex.<sup>a</sup> que tem todo o direito, feito isso, não esquecesse. Peço a V. Ex.<sup>a</sup> que o assunto, que não pode ser agora da CCJ a não ser de discurso ou de comentários, o jeito que fez, para justificar ou tentar apresentar sugestões à matéria que estamos discutindo. Mas, não posso ser instado por V. Ex.<sup>a</sup> e, em sendo esses os fatos, deixar de manifestar à CCJ que momentaneamente presido, o meu sentimento de indignação contra o ato praticado pelo Poder Executivo.

Concedo a V. Ex.<sup>a</sup> a palavra e não sei se atendi a sua ponderação.

**O SR. PEDRO SIMON** – Atendeu demais, Sr. Presidente. Entendo como correta a sua posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Continua V. Ex.<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. PEDRO SIMON** – Agora vou falar sobre a matéria.



Mais uma vez, felicito o Senador José Fogaça. Acho que o esforço que vem fazendo sobre a matéria é excepcional. Fui examiná-la nesse final de semana. Na sexta-feira, depois de ter falado na tribuna, fui pegar toda a questão da medida provisória e cheguei a uma conclusão. Dramática, mas cheguei a uma conclusão.

Em primeiro lugar, a medida provisória, no art. 62, foi criada tendo em vista que estava dentro de uma Constituição que tinha o Parlamentarismo. Dentro do Parlamentarismo, que estava a Constituição de 1988, havia a medida provisória que é da essência do regime parlamentarista. O que diz o art. 62:

“Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando de recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.”

Não entendo até hoje, Sr. Presidente, e vejo que agora se voltamos o substitutivo do Senador José Fogaça ou no da Câmara, essa matéria está mudando o art. 62. Por este artigo, a medida provisória, ocorre somente uma vez. Não entendo até hoje onde o Supremo Tribunal Federal foi buscar subsídio para dizer que podia ser prorrogada. Acho que é uma das medidas mais injustas, mais irregulares, mais incompreensíveis do Supremo e causa do que está ocorrendo porque estamos sendo governados por medidas provisórias, uma, mais outra, mais outra, reedição, reedição, reedição.

Com todo o respeito, o Sr. José Sarney fez o que lhe cabia. O Procurador da República entrou com um pedido de interpelação, de esclarecimento ao Supremo. Quem deu resposta foi o Supremo, quem disse que ela podia ser reeditada ao infinito foi o Supremo. O que está acontecendo hoje com a medida provisória é de responsabilidade do Presidente da República e do Supremo. O que está havendo, sem urgência, sem relevância, sem coisa nenhuma, quando quer, à hora que quer, e sobre o que quer baixa medida provisória.

Essa situação dramática que estamos vivendo, da medida provisória, a Constituinte não tem culpa, nem o Congresso. A culpa, Sr. Presidente do Supremo, é do Tribunal presidido por V. Ex<sup>a</sup>, que interpretou o art. 62 não sei onde e não sei de que maneira. O

que se quer fazer agora é diferente. Nós agora vamos discordar da Constituinte e vamos interpretar de uma maneira diferente a medida provisória, porque na prática é assim, é verdade, porque no dia-a-dia está sendo assim, é verdade, porque tem medida provisória que está sendo reassinada 64 vezes, é verdade. Então vamos aceitar isso. E pergunta meu querido Senador pelo Ceará qual é a saída. É claro que entendendo, nessa pergunta, se não temos coragem de fazer o que deveríamos. Entendo a frase oculta. E qual é a saída? Se não temos coragem de dizer, é isso aqui.

Sou muito sincero, Senador. Quando vi, na sexta-feira, o que o Presidente fez, quando vi a provocação, quando vi que ele conseguiu irritar até o Sr. Antonio Carlos, e com razão, diga-se de passagem, eu achei que tínhamos que meditar diante desse fato concreto que aconteceu na quarta-feira, essa reedição. Não vou votar a favor, porque prefiro continuar dizendo que votei contra e está acontecendo à minha revelia, do que querer aceitar isso aqui, que é (?). Mas, na verdade, vai continuar o Governo, vai ser um pouco melhor. Em primeiro lugar, isso vai livrar as costas do Governo. Como é por noventa dias mais noventa dias, em vez de ter que reeditar seis, ele reedita uma vez só. Então, melhora, já melhorou, mas, na verdade, o tempo é o mesmo.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não reedita nunca mais.

**O SR. PEDRO SIMON** – Não, de sessenta para cento e vinte, prorroga. Prorroga uma vez só. São cento e vinte dias. Se ele tinha que reeditar quatro vezes, ele substitui o reeditar quatro vezes por prorrogar uma vez, mas são cento e vinte dias. Estamos dando um aparato jurídico ao que hoje são quatro reedições. Mas ele não precisa mais reeditar quatro vezes. Então, é bacana, melhorou muito, agora é diferente. Não, ele continua com cento e vinte dias, só que não precisa reeditar porque nós o estamos liberando. Primeiro, ao invés de ser trinta dias, é noventa, segundo, prorrogado por mais sessenta. Então, são cento e vinte. Melhorou muito. Hoje são sessenta a medida, só baixa para sessenta mais sessenta. A coisa melhorou. Mas, na verdade, Sr. Presidente, o Governo vai continuar votando por medida provisória, e é mais um fato concreto que ele vai tomar a decisão.

Eu não nego, meu amigo Fogaça, que essa situação melhora tremendamente o que hoje está acontecendo. Hoje, o que está acontecendo é o escândalo

dos escândalos. Ele reedita sessenta vezes a mesma medida provisória e nós estamos vivendo pior do que na ditadura do decreto-lei, porque o decreto-lei entrava em vigor e pronto. Agora, a medida provisória, se não é votada em trinta dias, é reeditada, e o Governo muda como quer, como aconteceu nessa do Cofins. Reeditou a medida provisória do Cofins e encaixou no contrabando um artigo que não tinha nada a ver. Ele muda como quer, faz o que quer. Claro que esse escândalo brutal desaparece com o substitutivo do Senador Fogaça. Não vou negar isso. É aquela história do quadro, Sr. Presidente. Estamos numa situação tão cruel, desmontou-se tanto, vivemos em um país governado... O Brasil hoje é liminar do Poder Judiciário e medida provisória do Poder Executivo.

Diante deste contexto, o Senador José Fogaça está nos oferecendo uma situação que melhora. Mas ao mesmo tempo que melhora, consolida, pois agora nós é que vamos assinar. Nós é que vamos romper o que veio da Constituinte, o artigo que veio da Constituinte e que foi absolutamente alterado pelo Supremo Tribunal Federal. Nós vamos consolidar. Não sei. Aí é que eu me angustio. É de consolidar ou é de termos a coragem de fazermos algo mais concreto?

Voto contra, Sr. Presidente, com todo o respeito ao meu querido amigo José Fogaça. Prefiro não dar meu voto a mudar um artigo da Constituição Federal. Prefiro ficar com o art. 62 e com a minha repulsa à decisão do Supremo Tribunal Federal. Não há uma vírgula no artigo, nenhuma frase oculta na Constituição, que permita tomar a decisão que o Supremo tomou de, consultado pelo Senador José Sarney, dizer que poderia reeditar à vontade.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores; ouvi com muita atenção as palavras do Senador Pedro Simon. Muitas vezes concordo com S. Ex<sup>a</sup> em matérias que estão em tramitação nesta Casa. Mas vou me permitir discordar neste momento. Tenho certeza de que qualquer senador, integrante desta Comissão ou não, ao observar o texto consolidado apresentado pelo Senador José Fogaça, encontrará vários senões e alguns problemas, alguns de natureza de princípios, outros de natureza de tramitação.

Estou convencido de que com relação a medida provisória, o ótimo, o ideal, é inimigo do razoável. E se desconhecemos o mundo real, o que está ocorrendo na prática, e nos apegarmos a uma questão “principista”, estaremos na verdade defendendo a

continuidade daquilo que não é o razoável. O que não é o razoável? Não é a reedição, não é a vigência da medida provisória por 120 dias. O não-razoável é a reedição por 40, 50, 60 vezes. O não-razoável é o Congresso Nacional não votar medida provisória nos 30 dias, que é o que está escrito na Constituição, e, no entanto, a medida provisória ficar em vigência durante 4 anos, como existe atualmente. Medidas provisórias que foram editadas pelo Governo Itamar Franco e que vêm sendo reeditadas. Cabe a nós a escolha. Vamos optar pelo “principismo” de não mudar o que estabeleceu o constituinte e dizer que a MP só vale por trinta dias. Mas temos que registrar que o mesmo constituinte já não depôs com a função de constituinte, mas com a função de legislador, aprovou uma resolução que estabelece a tramitação de medida provisória, que mostrou que, na prática, é impossível votar em 30 dias. Estabelecer a votação da medida provisória em sessão congressual, onde a maioria do Governo, quando não quer votar a MP, simplesmente não dá **quorum**, e não acontece nada com o resto da Casa. Hoje funciona assim: a MP é votada em sessão conjunta do Congresso Nacional, Câmara e Senado. Quando não interessa ao Governo votar, não dá **quorum**, como tem acontecido sempre, e não acontece nada com a pauta do Senado e a pauta da Câmara. Então o Governo pode continuar mandando projeto de lei e emenda constitucional, que não vão ser paralisadas porque o Congresso não votou a medida provisória. Queremos continuar assim? Eu não quero.

É lógico que alguns podem entender que 60 dias é demais, que o ideal seria 30 ou 45 dias; e alguns entendem que nem deveria haver medida provisória, mas o fato é que temos. Ou, então, qual é o caminho mais fácil? É adotar uma emenda constitucional para implantar o parlamentarismo? Acredito que não.

Votei nessa PEC com ressalvas, quando saiu do Senado, que foram os destaques com relação à ampliação das prerrogativas do Executivo. Gostaria de registrar inclusive que foi mantido com 49 votos; bateu na trave, naquela ocasião. Fizemos críticas, mas continuo achando que o pior dos mundos é continuar como está.

A Câmara melhorou a proposta, retirou aquela ampliação excessiva das prerrogativas do Executivo, que havia sido proposta no Senado. Deve-se registrar inclusive que não foi proposta do Senador Fogaça, mas sim do Senador Arruda, num processo de entendimento do qual não participamos. A Câmara reduziu para 60 dias, mas, infelizmente, ela voltou

àquele processo de tramitação que está provado que não funciona.

Qual é a alternativa que temos? Começaremos tudo do zero? Não, até porque essa é a PEC nº 1, de 1995. Cabe a essa Comissão as seguintes alternativas: ou vota o projeto original do Senado, na sua totalidade; ou vota o projeto da Câmara, na sua totalidade, ou vota no parecer do Senador Fogaça, que mantém o projeto da Câmara em relação a prazo, em relação à possibilidade de edição de medida provisória e às matérias que possam ser tratadas, em relação à prerrogativa do Executivo, e retoma o projeto de tramitação que saiu do Senado, que é o projeto com o qual concordo.

O Senador Lúcio Alcântara já disse aqui algumas vezes e eu o acompanho: temos que acabar com essa chamada terceira casa legislativa, que é a reunião do Congresso Nacional, porque está provado que não funciona. Estabeleceríamos o processo de votação separado nas duas Casas e o trancamento da pauta na Casa em que ela estiver. Se o Governo tiver uma matéria que lhe interessa em pauta, trancada por uma MP, quero ver se ele não colocará a sua base para votar, seja na Câmara, seja no Senado, para aprovar ou para rejeitar a medida provisória. Se não fizer isso, trancará o resto da pauta na Casa em que estiver. É ou não é um cenário melhor do que o atual? Na minha opinião, é, mas não é o ideal. O ideal seria realmente que o Supremo não tivesse interpretado que podia ser reeditado; o ideal seria que, na Resolução nº 1, o Congresso Nacional já tivesse estabelecido que a tramitação era em casas separadas. Mas isso é o ideal, e não vivemos no mundo ideal.

Entendendo que o projeto do Senador Fogaça restabelece não só a metodologia de tramitação, mas restabelece a proibição de reedição, que havia sido suprimida no projeto da Câmara.

Com essas considerações, concluo que, para mim, não é o melhor dos mundos. Concordo que o ideal seria não ter medida provisória, mas não depende só da minha vontade. Na comparação entre esse projeto e o que é atualmente, não tenho a mínima dúvida de que adotar uma posição principista nesse momento é contribuir para continuar a situação como está.

**O SR. PEDRO SIMON** – Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que ouvi com o maior encantamento o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Até imagino como é que posso votar essa matéria, porque disse bem V. Ex<sup>a</sup> que eu posso ter razão: quero o ideal e nem sempre o ideal é aquilo que a gente consegue fazer. Temos que buscar o possível.

Estou imaginando que essa deve ser a nova linha do PT. Acho que é muito importante o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, vou pedir até uma cópia dele, porque vejo seu significado, sua tranquilidade, sua serenidade e penso que realmente é uma lição. Temos que buscar o possível e não o impossível. Muitas vezes o ótimo é inimigo do razoável. V. Ex<sup>a</sup> nem diz inimigo, mas é o inimigo do razoável. Creio que este, como novo discurso do PT, é um momento muito importante, muito significativo, e estou chamando a atenção, porque, em meio a esse meio-dia de pós-feriadão e uma matéria desta natureza, não estamos nos dando conta, pelo peso que representa V. Ex<sup>a</sup>, pelo brilho e pela competência de V. Ex<sup>a</sup>, que estamos vivendo um momento histórico, onde estamos assistindo uma preleção do que deve ser, na minha opinião, um discurso vitorioso na Convenção do PT.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador Pedro Simon, não entendo a razão da surpresa de V. Ex<sup>a</sup>, porque esse tem sido meu discurso desde que entrei nesta Casa. O problema é que, na maior parte das vezes, a maioria da Casa impediu que pudéssemos pelo menos estabelecer o razoável. Apresentamos emendas em todas as matérias que vieram da Câmara dos Deputados. O problema é que a maioria sempre optou pelo o que veio da Câmara, não concordou nem que pudéssemos estabelecer o razoável nas questões que estão sendo debatidas.

Mas agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, embora ache que V. Ex<sup>a</sup> foi muito bondoso. Minha intervenção não teve nada de histórica, foi comum, normal, como tem acontecido nesta Comissão.

Mas, então, Sr. Presidente, concluindo, acho que não é o ideal, mas não tenho a mínima dúvida de que este projeto, da forma como está, vai restabelecer prerrogativas do Congresso que haviam sido revogadas com a cumplicidade do próprio Congresso. Neste momento, estamos estabelecendo novas regras e que inclusive vamos ter que cumpri-las, sob o risco de paralisação total da Casa. E isso seria a desvalorização total do Congresso. Por isso que penso que deva ser votado a favor. E espero que as Lideranças do Governo não venham pegar carona no discurso. Posso dizer que, com certeza, não é a intenção do Senador Pedro Simon, mas tenho medo de que as Lideranças do Governo venham pegar carona nesse tipo de argumentação para impedir que mesmo isso venha a ser aprovado, quando voltar para a Câmara dos Deputados, porque vai ter que voltar, já que vai ser modificada o excesso de tramitação.

Voto a favor do substitutivo do Senador Fogaça.



**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Lúcio Alcântara, logo a seguir, o Senador Roberto Requião e, após, o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, eu não estava aqui na sexta-feira, quando o Senador Simon fez esse pronunciamento comentando essa reedição da medida provisória, onde está incluída uma prorrogação da lei. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão: é um absurdo, e vou lhe dar um presente aqui e agora. Primeiro, a Lei Complementar nº 95, que trata da elaboração de leis.

No seu art. 7º, diz: Primeiro artigo do texto indicará objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto.

II – A lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada afinidade, pertinência ou conexão.

Mas, pior: o Presidente da República editou o Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999, que regulamentou essa lei que acabei de ler, a Lei Complementar nº 95, que, justamente considerando a necessidade do controle de juridicidade e legitimidade dos atos normativos, assim como a uniformização dos atos e procedimentos administrativos, decreta – é o Decreto nº 2.954, de 29 de janeiro de 1999 –, leis extravagantes e matérias diversas na mesma lei.

Art. 6º Os projetos de atos normativos – quer dizer, é um decreto regulamentando a lei. Portanto, no âmbito do Poder Executivo.

Não poderão conter matéria estranha ao seu objeto principal ou a ele não vinculado por afinidade, pertinência ou conexão, enunciado na respectiva ementa. Portanto, tanto a Lei Complementar nº 95 como o próprio Decreto do Poder Executivo, do Presidente da República mostram que é absolutamente esdrúxula a inserção de um artigo, prorrogando a lei numa reedição de medida provisória que tratava de outro assunto. De fato, era uma medida nova. Mesmo que aceitássemos, não seria mais uma reedição, mas medida nova. Nem pela Lei Complementar nº 95 nem pelo decreto do próprio Presidente da República é admissível que se trate na mesma medida provisória de assuntos diversos. É absolutamente estranho que se tenha procedido dessa forma.

Há um mês, fiz um levantamento que não está atualizado. Há medida provisória reeditada mais de 70 vezes. A campeã, salvo engano, está sendo reeditada pela 72ª vez. É evidente que isso é um absurdo até para a estabilidade institucional. Não sei como

este mercado tão nervoso, que, por qualquer coisa, fica inquieto, abaixa, sobe, aceita conviver com algo tão precário do ponto de vista do Direito como a medida provisória. Afinal de contas, a qualquer momento, ela pode ser revogada. Imagine-se que, na transição de um governo para outro, ganhe um candidato que tenha um programa radicalmente contrário a determinadas medidas que estão sendo reeditadas e que resolva, portanto, não reeditá-las, mudando as regras do jogo de uma hora para outra. O que acontece? Não sou jurista nem bacharel em Direito, mas há uma instabilidade legal, jurídica muito grande.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – V. Ex<sup>a</sup> tem todas os méritos de jurista.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O Senador José Fogaça faz muito bem em reintroduzir o exame em Casas separadas.

Na próxima semana, vou colher assinaturas para acabar com as reuniões conjuntas. Proporei uma emenda constitucional restringindo-as à posse do Presidente da República, à leitura da mensagem no início da sessão legislativa ou ao recebimento de chefe de Estado. Não há sentido nessas reuniões conjuntas. Vejamos a questão dos vetos. A própria Constituição diz que o veto tranca. Acumularam-se centenas de vetos, que não examinamos e não trancamos por quê? Porque foi em reunião ordinária. Aí fazem a extraordinária. Tranca a ordinária, mas não tranca a extraordinária. Na prática, não funciona.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – É muito interessante a observação do Senador Lúcio Alcântara, que me faz lembrar um argumento que não usei para mostrar que é preciso modificar a proposta da Câmara. É preciso, sim, de qualquer maneira. A proposta da Câmara não altera a questão das sessões extraordinárias, que podem ser realizadas sem que esteja dentro das dificuldades naturais.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Já pedi ao Líder do meu Partido que me atendeu que não me designe para comissão de medida provisória por uma razão muito simples: por mais participante que eu queira ser, não consigo pois, não há tempo material. Tenho certeza de que o senador mais atuante que exista nesta Casa, e são muitos posso dizer até que são os 81 –, não conseguiria. No prazo, são contados sábados, domingos e feriados. Não há condição.

Se, pelo menos, fizermos o exame em Casas separadas, é possível que consigamos analisar a medida. Votei esta matéria como o Senador José Eduardo Dutra, porque achei que era uma resposta para tentar melhorar. Como está não é possível ficar. Votei os destaques apresentados, principalmente no que diz respeito à competência do Poder Executivo. Temos um problema prático.

O Senador Pedro Simon tem toda a razão. Nós que fomos constituintes sabemos disto: a Constituição foi feita debaixo para cima, partindo de subcomissões e houve toda uma concepção parlamentarista. Justiça seja feita, o Deputado Michel Temer na época fez um discurso profético. Isto que vamos votar aqui é pior que o decreto-lei, não me lembro qual foi a votação na época, mas pouca gente votou contra a medida provisória, não foram muitos. No entanto o resultado é que prevaleceu o presidencialismo e ficamos com algo como corpo estranho que agora está nos dando toda esta dor de cabeça.

De qualquer maneira penso que temos que tentar melhorar o que está aí, a não ser que surjam outras propostas que sejam politicamente viáveis. Isto foi lembrado aqui durante a discussão da primeira proposta de emenda constitucional, em 1995, Esperidião Amin teve voto em separado, eu também, houve pedido de vista, vários senadores se manifestaram, apresentaram contribuições, foi feita uma comissão, Senador Josaphat Marinho.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Senador Lúcio Alcântara, peço um aparte.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Senador Lúcio Alcântara, parece-me providencial esta defesa de se estabelecer sessões separadas para apreciação de matérias importantes. Confesso que fico assustado quando vejo uma sessão do Congresso Nacional, eu que sou um congressista de algum tempo, imagino como devem se assustar os telespectadores da TV Câmara e TV Senado ao assistirem uma sessão do Congresso Nacional, aquilo mais parece um comício em que a platéia não está nem um pouco interessada em ouvir o orador no palanque. É simplesmente constrangedor. Eu sequer ousou assumir a tribuna numa sessão do Congresso Nacional porque é um espetáculo de humilhação para quem comparece à tribuna. É uma balbúrdia, é uma anarquia, imagino a impressão que fica para quem, em sua residência, se dá ao luso de acompanhar as atividades do Congresso Nacional pela TV. Este é um ponto.

Creio ser prudente que as duas Casas do Congresso Nacional procurem estudar em profundidade mudanças radicais no funcionamento do Poder Legislativo. Não há como aceitar passivamente esta situação de desgaste a que estamos submetidos diante da opinião pública brasileira que não se conforma com a lentidão dos trabalhos. Já se falou aqui que uma medida provisória foi reeditada 72 vezes. Isto é simplesmente vexaminoso.

Talvez seja prudente até, Senador Lúcio Alcântara, constituirmos uma comissão a partir do início das atividades legislativas do próximo ano, uma vez que já estamos no final deste, para estudar uma reforma do Poder legislativo. Já apresentei algumas propostas, algumas emendas que dizem respeito à reforma ampla do Poder Legislativo. Creio que seria oportuno, já que estamos discutindo questões de natureza prática que envolvem deliberação das duas Casas do Congresso Nacional, discutirmos a hipótese da constituição desta comissão para elaborarmos uma profunda reforma no que diz respeito à questão da representatividade e também do funcionamento do Poder Legislativo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito obrigado, Senador Álvaro Dias.

Gostaria de concluir, V. Ex<sup>a</sup> mostrou com clareza a razão de ser da proposta que pretende apresentar na próxima semana assim que colher as assinaturas regimentalmente necessárias para extinguir essas sessões conjuntas, porque elas não ajudam em nada o funcionamento. Se tivermos possibilidade de examinar essas matérias separadamente vai ganhar qualidade o processo legislativo, sem dúvida nenhuma. E no caso da medida provisória, com esse dispositivo que permite o trancamento, não haverá perigo de procrastinação.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Senador Lúcio, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não, Senador.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Entendo muito bem a angústia expressa pelo Senador Álvaro Dias. Nas sessões do Congresso, o Senado não exerce nenhum papel. O papel do Senado é rigorosamente nulo, porque a matéria é aprovada na Câmara, é submetida, logo em seguida, à votação no Senado, que não pode emendar, não pode alterar, não discutiu porque a balbúrdia não permitiu, e o Senado tem um papel ou homologatório ou de rejeição. Normalmente é o de homologar aquilo que a Câmara aprovou. Agora, se a Câmara, por acaso, não votar a matéria, o Senado nem é chamado a deliberar. Ou seja, é um papel



realmente muito secundário, muito marginal o que o Senado desempenha nas sessões conjuntas do Congresso. Essa é uma das razões pelas quais eu me movi nessa direção da votação em Casas separadas.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Se levarmos em conta o fato de que o Senado tem a ver essencialmente com a Federação, com os Estados, vamos verificar que, de fato, em um grande número de matérias o Senado vai ficar excluído dessa discussão, dessa votação em relação ao assunto de Federação, que são os que mais estão na Ordem do Dia, de questões tributárias, de questões de aproveitamento de cursos d'água, que percorrem mais de um Estado, e assim por diante. Então, nessas matérias, quando for por medida provisória, estamos excluídos da discussão e do debate.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Apenas para registrar a redação que o Senador José Fogaça deu ao § 6º, que é a questão do sobrestamento das matérias, evita a manobra que foi feita na questão dos vetos. No caso dos vetos, diz o seguinte: “Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata”.

Então, eles inventaram que todas as sessões do Congresso são sessões extraordinárias. Não há sessão imediata ordinária. A redação do § 6º da proposta do Senador Fogaça diz o seguinte: ...” ficando sobrestadas até que se ultime a votação de todas as demais deliberações legislativas da Casa”. Não tem negócio de sessão ordinária ou extraordinária, a sessão é deliberação legislativa, que tem que ser sustada.

Muito obrigado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O Senador Pedro Simon colocou, nesta reunião da CCJ, uma posição radical, no sentido lato da palavra. A palavra “radical” vem de **radice**, raiz. O Pedro foi a raiz do problema. Se a Constituição não permite a reedição das medidas provisórias, essa reedição vem por contrabando, vem por pirataria. Ela não deve ser admitida pelo Congresso Nacional. Entendo a intenção construtiva do Senador Fogaça, defendida com brilho pelo Senador José Eduardo Dutra, do PT. Entendo, mas não justifico.

Vou me somar à posição do Senador Pedro Simon. Por quê? Porque, ao invés de eliminar uma medida provisória absolutamente ilegal, inoportuna e inconstitucional, que se suporta na tese da impossibilidade de o Executivo se governar sem ela, ou seja, na impossibilidade de o Executivo governar com o Congresso Nacional funcionando. A medida provisória revoga o Congresso Nacional. Na prática, ela revoga, definitivamente, o Congresso Nacional. E o argumento único sobre a qual ela se sustenta é que o Presidente da República não pode governar com o Congresso Nacional. Com o Congresso funcionando é impossível governar. Lembro que, no início da minha chegada ao Senado da República, elaborei uma emenda constitucional que colocava a medida provisória nos seus verdadeiros termos. Qual era o espírito do processo? Temos que admitir que algumas ações do Executivo não deveriam depender do crivo, da lentidão processual do Congresso Nacional, porque elas são extremamente simples. Algumas medidas administrativas deveriam ser agregadas ao múnus do Poder Executivo, para que ele pudesse realizá-las por decreto, não por medidas provisórias, mas por um elenco extraordinariamente claro. E a medida provisória deveria ser, de uma vez por todas, banida da Constituição. Apresentei uma emenda nesse sentido, com o apoio de 35, 36 Senadores. A emenda foi anexada à outra emenda e engolida pela maioria governista no Senado, desapareceu no processo. Por outro lado, Sr. Presidente, essa tese construtiva e pragmática da complacência leva também à autocomplacência. Se hoje, no Legislativo, nós aceitamos medida provisória, amanhã, no Executivo, iremos utilizá-las com o mesmo desembaraço. E eu vejo que a sociedade, como as estruturas políticas e institucionais, precisam de exemplos. Elas funcionam num modelo freudiano. Se não há um exemplo das lideranças, se não há uma barreira, se não há uma baliza de comportamento, a estrutura institucional do Brasil, da sociedade, se desmorona por inteiro. A complacência e a autocomplacência não levam a lugar algum. Radicalizando o exemplo que estou dando, estamos vendo, por exemplo, no Ministério dos Transportes, o Diretor do DNER e a Procuradoria, num esquema claro de recebimento de propinas, anteciparem pagamento de precatórios, por meio de um grupo de lobistas que ganham comissões de 10, 20, 30%. Nós poderemos raciocinar: é uma prática comum, é tão ilegal quanto a medida provisória, pirata, praticada pelo Presidente da República. Mas é uma prática comum. Ao invés de liquidar isso pela raiz, vamos regulamentar. Ao invés de ser 30% de comissão, vamos estabelecer que só consi-



deraremos crime agora uma comissão acima de 10%. É absolutamente irrazoável. A medida provisória é uma medida pirata. E, no momento em que passamos a regulamentá-la, ignorando o texto constitucional citado há pouco pelo Senador Pedro Simon, estamos transformando pirata em corsário, cedendo à pirataria a carta de corsário, a licença para realizar medidas provisórias inconstitucionais com a complacência do Senado da República. Acho que devemos retomar a discussão inicial, do início da legislatura passada, quando cheguei ao Senado. Vamos ampliar a capacidade de o Governador tomar uma série de medidas administrativas por decreto. Porque a participação do Executivo é desnecessária. Aumentar o múnus, as condições do mandato do Executivo, para que ele possa, com desembaraço, governar. Mas evitar, de forma absoluta, as medidas provisórias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – V. Exª me permite, Senador?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Em seguida, Senador.

Por outro lado, estamos deixando isso tudo passar de uma forma muito tranqüila e, às vezes, irresponsável. Senador Ramez Tebet, fui designado pela Liderança do meu Partido para participar de uma comissão que estudaria uma medida provisória para a educação. Nunca fui convidado para uma reunião. Se fizeram reuniões, foi sem o meu conhecimento. Entretanto, em determinado dia, uma moçoila extremamente elegante me procura, no Plenário do Senado Federal, para que eu assinasse uma ata da decisão da comissão que tinha discutido a medida provisória da educação. É evidente que eu não assinei. Mas as coisas estão acontecendo assim, porque estamos estabelecendo um regime de complacência e de auto-complacência, e as instituições vão-se demolindo. É o DNER antecipando precatórios, é o Ministério do Turismo cobrando propinas para a legalização de bingos, o que culmina com uma medida provisória sobre os bingos e as máquinas de videopôquer redigidas pela Máfia italiana e a Máfia espanhola em São Paulo, com a participação dos bicheiros, enviada pelo Ministro do Turismo para a Casa Civil e substituída, quando estoura o escândalo, por uma outra medida radical do Presidente da República impedindo definitivamente o uso de máquinas de jogo.

Mas, Sr. Presidente, a medida provisória permissiva foi enviada pelo Ministro do Turismo para a Casa Civil, e, quando o Senador Osmar Dias pede aos Senadores que apoiem a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda, procura Senador por

Senador, pedindo para não assinar e para os que assinarem, retirarem a assinatura, porque não interessa ao Governo aprofundar a investigação. É o exercício do pragmatismo político, da complacência e da auto-complacência com a corrupção e com o autoritarismo e com o arbítrio.

Considero bem intencionada a proposta do Senador José Fogaça, mas prefiro a maneira ética do Senador Pedro Simon. Não existe meia ética, não existe meia moral, não existe mulher meio grávida. Não existe medida provisória aceitável quando a Constituição estabelece em sentido contrário. Vou votar com o Senador Pedro Simon e vou procurar os Senadores que a isso se dispuserem para reelaborar uma regulamentação definitiva que aumente as prerrogativas do Presidente da República naquilo que diz respeito à administração do Executivo, que seja necessário e que ponha fim a esse capítulo triste do autoritarismo e da tirania na República brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Álvaro Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Roberto Requião, a Mesa quer esclarecer, uma vez que V. Exª disse que votaria de acordo com o Senador Pedro Simon, que o mesmo, tendo que se retirar, deixou o seu voto consignado na Mesa pela abstenção.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Então, ao contrário do Senador Pedro Simon, não me absterei. Não sou dado a abstenções.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Está bem.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Se o Presidente me permitir o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – S. Exª já encerrou.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Não, o Senador me concedeu um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Roberto Requião, V. Exª encerrou?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Concedi um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Com muita honra para nós, Senador.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Muito obrigado, Sr. Presidente. A antipatia do Senador Roberto Requião em relação à medida provisória também é nossa, e creio que essa antipatia se generaliza entre os Srs. Senadores e os Srs. Congressistas de uma forma geral. É claro que a medida provisória tem a cara feia, a face cinzenta de semelhantes expedientes e artifícios utilizados, no período ditatorial, pelo Poder Executivo; é

claro que o nosso desejo é eliminar esse tipo de procedimento, mas não temos ainda autoridade para eliminar de forma completa e absoluta esse tipo de expediente em função da nossa lentidão, da morosidade do processo legislativo. Se não conferirmos prerrogativas ao Executivo para agir com maior rapidez, frustraremos ainda mais a já frustrada sociedade brasileira em relação à incompetência dos Governos para oferecer respostas ágeis aos problemas do País.

Sem dúvida, este é um expediente feio, de face horrenda, porque lembra um pouco os artifícios ditatoriais, mas que, de qualquer forma, garante ao Executivo um mínimo de eficiência na agilização de determinados procedimentos. O ideal, portanto, é agirmos no sentido de tornarmos o Poder Legislativo mais rápido, mais eficaz para que possamos oferecer respostas mais ágeis ao Poder Executivo eliminando essa espécie de entulho jurídico do tempo do autoritarismo. Por isso volto a insistir na necessidade de trabalharmos nas duas Casas do Congresso Nacional para adotarmos procedimentos que permitam uma atuação de maior eficiência, oferecendo respostas mais rápidas às exigências da sociedade, para que possamos, um dia, eliminar definitivamente medida provisória ou algo que seja adotado em sua substituição, mas com o mesmo propósito, que não podemos compactuar.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Senador Álvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> governou o Paraná, eu também, o Senador Iris Rezende governou Goiás, e nunca precisamos de medida provisória. O Brasil foi governado, durante todo o período republicano, sem medidas provisórias, com exceção do período da ditadura, em que existia o decreto-lei, mesmo assim extraordinariamente delimitado, não se parecendo com esse absurdo universal, que é a medida provisória do atual Governo, começando a um tempo atrás. Não começa no atual Governo, mas é utilizada por este.

Faço uma concessão. Existem alguns setores, como o financeiro, em que o Presidente da República, em um determinado momento, precisaria ter um instrumento mais rápido, porque a discussão de uma medida econômica pode levar ao seu fracasso – do plano real, por exemplo –, tornando-se pública e perdendo totalmente a sua eficácia na discussão congressional.

Então, poderíamos fazer uma reserva para medidas provisórias, em razão da matéria, **ratione materiae**, e esta seria extraordinariamente restritiva e limitada. A medida teria um prazo extremamente curto de 30 dias, rigorosamente improrrogável, só em rela-

ção a determinadas matérias. Estamos com a complacência e a autocomplacência, permitindo a tirania do Executivo. Não me digam que a medida provisória torna as coisas mais rápidas. A medida provisória que liberava o jogo de azar nas casas de bingo foi redigida pelas máfias italiana e espanhola, mas desaguou na Casa Civil da Presidência da República. Não tivesse o escândalo sido detonado pelo Ministério Público da Itália, pela operação Mãos Limpas, ela teria sido assinada pelo Presidente da República.

Então, deixo no ar a pergunta: Afinal, quem redige as medidas provisórias? O Presidente da República, ou um **staff** de burocratas que se superpõem ao Legislativo brasileiro, que excepcionalmente esperam, em algumas ocasiões, termos medidas provisórias redigidas pela máfia da Itália e da Espanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Bernardo Cabral e, logo em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares. Gostaria de pedir aos Srs. Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que façamos um esforço para permanecer por mais tempo à Casa, a fim de também colocarmos em votação um projeto de lei que estabelece normas e critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas de portadoras de deficiência com mobilidade reduzida.

– Digo isso porque me parece que a matéria não é controversa, e tenho plena convicção de sua importância. Também quero dizer que recebi uma observação, no bom sentido, da Secretaria da Mesa, afirmando que ficou acordado em sessão anterior, da qual infelizmente não estava presente, que não serão recebidos votos por antecipação, de tal ordem só vai valer o voto do Senador que realmente estiver presente no momento da votação. Ele pode até ter discutido a matéria, mas é imprescindível que o seu voto seja tomado no instante da votação.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, o que se está a analisar e votar é um substitutivo de autoria do Senador José Fogaça, no qual se alteram os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição Federal. A discussão parece ser harmônica quanto aos demais artigos, fixando-se para debate o art. 62, que é o que trata da medida provisória.

Só pedi a palavra para que ficasse nos anais desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o que aconteceu na hora da votação deste artigo por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte. O Senador José Fogaça era o Relator adjunto da Assem-

bléia Nacional Constituinte e lá se comportou, além da eficiência natural, com brilhantismo, exatamente no que pertine ao artigo. Aprovou-se na Comissão de Sistematização, que organizava os textos das subcomissões e das comissões temáticas, o sistema parlamentarista de governo. O instituto da medida provisória só pode conviver com o sistema parlamentarista. É impossível dar-se uma arma dessa natureza ao presidencialismo. Foi ao plenário, capitaneado por um Senador já falecido de quem não proferirei o nome por respeito e por outros Deputados constituintes. Quando modificavam, no Estado, o sistema de Governo para aprovar o presidencialismo, o Senador José Fogaça, na minha frente – por isso que quero que fique registrado – declarou aos parlamentares – alguns ainda estão vivos, trabalhando na Câmara – o seguinte: “V. Ex<sup>as</sup> irão transformar esse período da Constituição em algo caolho. Não dá para aprovar o sistema presidencialista se deixarem para trás o sistema parlamentarista”. As palavras do Senador José Fogaça, que foram proferidas na minha frente, foram proféticas, Sr. Presidente. No parlamentarismo, dá-se ao chefe do Governo, na qualidade de primeiro-ministro, essa possibilidade, mas este logo poderá ser derrubado, basta que o Congresso negue-lhe o voto de confiança. Isso acabou não sendo levado a efeito. Hoje, voltando um pouco, vejo que o Senador José Fogaça tentou corrigir, se é possível haver correção nessa matéria. Na premissa do Senador Pedro Simon, S. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. O eminente Senador José Fogaça, esmiuçando seu substitutivo, está propondo a vedação de determinadas matérias que não podem sofrer edição de medida provisória e o sobrestamento de todas as deliberações legislativas até que se ultimem as votações.

Parece-me que deveria ser um pouco mais esclarecido – e não o foi pelo Senador José Fogaça – um registro absolutamente oportuno e procedente. Tal registro, talvez, acabe com a farra, com a vergonha que o Governo promove ao editar medidas provisórias e nestas embutir assuntos que não lhe são correlatos deixando um cheiro de algo não muito correto. S. Ex<sup>a</sup>, no § 3º do art. 62, chama atenção para um fato e está redigido com muito inteligência. Pelo § 3º a Presidência da República só poderá prorrogar uma única vez, e pelo mesmo período de sessenta dias, sem fazer qualquer embutido na prorrogação. Assim, talvez, o eminente Senador José Fogaça consiga disciplinar a voracidade que está havendo em um instituto que é da maior seriedade, que deveria ter sido respeitado para o sistema parlamentarista afim de que não se verificasse, de que não se confirmasse o que

está ocorrendo hoje. Com minha intervenção gostaria de deixar o registro histórico do que disse o Senador José Fogaça, àquela altura, aos que defendiam o sistema presidencialista de governo e que permitiram ficar no texto constitucional o instituto da medida provisória. Era minha intervenção, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Foi uma intervenção muito oportuna pelo depoimento que V. Ex<sup>a</sup> prestou já que, como toda a nação sabe e reconhece, o relator da Carta Magna de 1988. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito e, por último, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** É uma questão que aborda... Tendo em vista a exposição feita pelos Senadores Lúcio Alcântara e Bernardo Cabral, eu farei uma pergunta ao Senador José Fogaça. Aquela premissa, levantada pelo Senador Lúcio Alcântara, deixou-me com a pulga atrás da orelha. Ou seja, é a Lei 95, regulamentada pelo Decreto nº 2.954, em que S. Ex<sup>a</sup> chamou para o art. 7º, o inciso I, em que diz: “Executadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto.” Onde, depois, o art. 6º da Regulamentação diz: “Os projetos e atos normativos não poderão conter matéria estranha ao seu objeto principal.” E que é a chamada de atenção feita pelos Senadores Pedro Simon e Bernardo Cabral. Isso não daria nulidade? No substitutivo de V. Ex<sup>a</sup> não tem uma proteção para que isso não vingue? Ou seja, chamando a atenção pelo respeito à Lei 95 e o decreto que a regulamentou.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, a Mesa se permite esclarecer. É claro que o Senador Lúcio Alcântara se referiu a uma lei complementar. Já existe, portanto, na lei, a proibição. Daí, porque o Senador José Fogaça se absteve pensando eu de colocar...

**O SR. ROMEU TUMA** – Mas, quando o fato ocorreu, o que seria...

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O que se indaga é se o Presidente da República ao ter feito o que fez... Isto é, ter embutido matéria diversa da lei, que estava lá, e referente a uma medida provisória, se isso tem validade ou não, o que não é objeto, aqui, desta matéria. Mas a observação de V. Ex<sup>a</sup> esclarece bem o Plenário, Senador Romeu Tuma.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e atender ao pedido do Senador Romeu Tuma. No momento adequado, seja de se estudar e analisar



esta medida provisória e a chamada Lei de Informática, sobre qual é a compatibilidade ou incompatibilidade que existem.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – O que deverá ser feito em momento próprio.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sim... Como eu não entrei neste mérito o que não é a questão aqui acho que isso, evidentemente, já é vedado pela lei. Isso não pode ocorrer. E, lei complementar, é superior à lei ordinária e à medida provisória. A questão é: de fato são incompatíveis? Essa é uma outra pergunta. Mas isso é um critério para depois.

**O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)** – Como os Srs. Senadores estão a me pedir brevidade, passo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, serei breve. Farei, apenas, umas observações. Primeiro lugar, se não fosse o fato de ter sido incluída, na nossa Constituição, a medida provisória, talvez não tivéssemos, com certeza, implementando a inclusão ou a modificação de vários dispositivos da nossa Constituição, hoje. Devido ao tempo e período em que foi promulgada, era uma Constituição Presidencialista, onde vários dispositivos, tipicamente, parlamentaristas, estão sendo como eu disse alterados ou incluídos. São mais de 30 dispositivos que se acrescem a nossa Constituição, quilométrica, por causa de uma norma que não é típica nem autorizada pelo nosso regime presidencialista. Aliás, em se falando de regime, Sr. Presidente, já houve várias tentativas de se alterar o regime de governo em nosso País. Antes da eleição do Presidente da República, se ameaçava, no horizonte, uma vitória, do então candidato da oposição, Lula. E se vislumbrava ali, naquele período, quem sabe, a aprovação de um plebiscito, visando ouvir a população sobre essa forma de governo mais uma vez. E, por incrível que pareça, o Governo achava que isto era viável: o Parlamentarismo. Mas como, Sr. Presidente, essa defesa? Porque achava que quem ganhava a eleição não seria o atual Presidente da República, mas o candidato da oposição. E, hoje, com todo o respeito àqueles que fazem a oposição, inclusive eu, com todo o respeito, essa saída do Parlamentarismo não mais se discute, inclusive no âmbito da oposição, porque se acha que, agora, sim, a oposição vai ganhar, porque introduziu o Parlamentarismo.

Falta, então, em nosso País, uma raupila, para defender, de forma consciente e coerente, a introdução de um regime que, ao meu ver, seria o mais ade-

quado para acolher, no âmbito da Constituição, a medida provisória.

Em que pese o respeito que tenho ao Senador José Fogaça pela inteligência, sobriedade e equilíbrio de suas manifestações, infelizmente, não tenho como acompanhá-lo, muito embora gostaria de acompanhá-lo, até porque ele fez uma alteração substancial, que considero positiva, em relação à proposta que veio da Câmara dos Deputados, prestigiando as duas casas, separadamente, podendo as mesmas discutirem, cada uma de **per si**, projetos que se refiram à medida provisória.

Só que, Sr. Presidente, quanto à agilidade, isso, ao meu ver, não é fator impeditivo, para que se continue defendendo a medida provisória. Agilidade o Congresso tem. A Câmara dos Deputados tem. Tanto que a última reforma constitucional, que trata da Previdência Social, foi aprovada semana passada, na Câmara dos Deputados, nobre Senador Álvaro Dias. Semana passada, a matéria que trata da Previdência foi aprovada.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Isso é uma exceção à regra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – E, hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania começou a deliberar, tendo como relator o Senador Romeu Tuma, sobre essa matéria da Previdência Social, que, aliás, tem uma fórmula estrambótica, se é esse o termo que posso aplicar, tão complexa, ao meu ver, mais complexa do que a fórmula que iniciou a bomba atômica, do famoso Einstein  $E=MC^2$ . Muito mais simples do que aquela que foi inventada pelo Governo Federal que nem o próprio Ministro da Previdência soube decifrar, na primeira hora.

Isso significa o seguinte, Sr. Presidente. Quando esta Casa é acionada pelo acelerador do Governo, ela age com a maior presteza e rapidez.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Então, neste caso aí, ao meu ver, de acordo com o raciocínio que estou a desenvolver, se a medida provisória é típica de regime parlamentarista, e se o nosso País, o Brasil, não é um regime Parlamentarista, logo a medida provisória tem que ser derrubada. Não o relator. Não o parecer do nobre relator José Fogaça, que merece todo o nosso respeito, mas a medida provisória deve ser derrubada.

Logicamente que se eu votar contra e, por acaso, o parecer do nobre Senador José Fogaça for derrubado, quer dizer, a emenda fica pior que o soneto. Fica como está, ou seja, pior.

Então, para atender, talvez lá o Raul Pila esteja se bulindo no tumulto, quem sabe ele está neste momento, não tenho o menor conhecimento, nunca tive um conhecimento pessoal com o Raul Pila, mas sempre fui um admirador dele, então, em homenagem a Raul Pila, em homenagem ao nosso Senador que foi relator da nossa Constituinte, Senador Bernardo Cabral, que introduziu, a pedido de outros parlamentares, a medida provisória, porque estava na suposição de que entraríamos no regime Parlamentarista, vou-me abster.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Conceda-me um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Concedo, primeiro, ao nobre Senador Álvaro Dias, depois, ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Pois não, Sr. Presidente. Apenas para clarear a questão da agilidade do Congresso. Sem dúvida, quando o Governo tem interesse especial em determinada matéria, em função da maioria ampla que possui no Congresso Nacional, ele consegue agilidade. Mas não podemos ficar na dependência de maiorias esmagadoras. Não podemos legislar em função de um momento que vive o Governo. No geral, a lentidão é algo assustador; temos de fazer essa autocrítica.

Há poucos dias relatei um projeto de autoria do Senador Marco Maciel, Vice-Presidente da República já há seis anos. Então, é evidente que há essa lentidão. Queremos, com essa afirmação, demonstrar a necessidade de que temos de buscar caminhos para a adoção de mecanismos mais eficientes. Precisamos dotar o Congresso de mecanismos mais ágeis, para que possamos oferecer respostas mais urgentes às aspirações da sociedade. Quando há interesse do Governo, quando o Governo tem a maioria que tem hoje no Congresso, até há agilidade. No entanto, quando há interesse da sociedade distinto do interesse do Governo, o que ocorre? É claro que o processo é muito lento.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Para concluir, Sr. Presidente, queria apenas dizer ao nobre Senador Álvaro Dias que a medida provisória é uma norma típica do regime parlamentarista, introduzida nesse regime, porque o regime parlamentarista tem a estabilidade parlamentar. O partido que não tiver maioria no Congresso Nacional ou em uma das Casas não pode governar. Ora, tendo estabilidade parlamentar, logicamente que a medida provisória se aplica. Mas no regime presidencialista, isso normalmente... de entrar nessas particularidades.

Primeiro, gostaria de enaltecer, mais uma vez, Sr. Presidente, o espírito democrático de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que, infelizmente, não acompanho o parecer do nobre Senador José Fogaça, que, como todos nós sabemos, é um estudioso de todas as matérias que aqui se encontram.

Vou me abster em homenagem ao finado e sempre lembrado Raul Pila e ao nobre companheiro e amigo, Senador pelo Estado do Amazonas, Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, registro que o que está sendo votado nesse momento não tem nada a ver com questão de ética ou meia-ética, porque qualquer desavisado, que porventura ligasse a televisão no meio da discussão, poderia pensar que aqui votaríamos a favor, porque defendemos uma meia-ética.

A meu ver, não é suficiente tomarmos uma decisão dessa natureza, brandindo o texto da Constituição, até porque, segundo Bernard Schuartz, da Universidade de Nova Iorque, a Constituição é aquilo que os tribunais dizem que ela é. Quer dizer, o Supremo Tribunal Federal disse que pode haver reedição. Nesse caso, se o legislador continuasse com essa posição, estaríamos sendo autocomplacentes com os desmandos do Executivo.

Voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Colocarei a matéria em votação, não sem antes reafirmar que realmente ninguém pode aqui aceitar que isso seja uma questão de ética, porque ética é a ciência da moral. Mas como o Presidente não falou nada... Quanto à citação de V. Ex<sup>a</sup> de que a Constituição é uma questão dos tribunais, penso diferentemente. Para mim, a Constituição é uma questão da Constituição. Os tribunais procuram interpretá-la.

Em votação.

A Secretaria me informou que a votação só será nominal agora quando for...

*(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Ela afirma que na Comissão a PEC não é nominal. Entretanto, até que me convença do contrário, fico com a expressão que tenho visto no olhar e na manifestação do Plenário. Farei a votação nominal e

peço à Secretaria da Casa que procure esclarecer definitivamente se a matéria constitucional na Comissão, se a votação é nominal ou se é pela forma nominal ou comum. Até agora, o que temos visto é a votação nominal.

O PMDB, por meio dos Senadores Amir Lando, Renan Calheiros e Iris Rezende, vota favoravelmente. O Senador José Fogaça também vota “Sim”. O Senador Pedro Simon está ausente. O Senador Ramez Tebet está na Presidência. Como vota o Senador Agnelo Alves?

**O SR. AGNELO ALVES** – *(Intervenção fora do microfone)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O Senador Agnelo Alves vota favoravelmente – os anais estão registrando a manifestação de S. Ex<sup>a</sup>. O Senador Carlos Bezerra, Gilvam Borges, Luiz Estevão, Ney Suassuna e José de Alencar não se encontram.

Encerrada a votação do PMDB, passamos aos Parlamentares do PFL. Votam favoravelmente os Srs. Senadores Senador Bernardo Cabral, Senador Edison Lobão, Senador Francelino Pereira, Senador Romeu Tuma, Senadora Maria do Carmo, Senador Moreira Mendes, Senador Djalma Bessa e Senador Bello Parga. Senador Juvêncio da Fonseca, Senador José Jorge e Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passa-se à votação dos Srs. Senadores da Bancada do PSDB. Votam “sim” o Senadores Álvaro Dias, Senador Lúcio Alcântara, Senador Sérgio Machado e Senador Romero Jucá. Não chamei os demais, porque não estão presentes.

Quanto aos titulares do Bloco da Oposição, como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, em homenagem ao estudioso do parlamentarismo brasileiro, Raul Pilla, lamentavelmente, abster-me-ei de votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – O Senador José Eduardo Dutra vota favoravelmente. Senadores Sebastião Rocha, Marina Silva, Heloisa Helena e Eduardo Suplicy.

O Senador José de Alencar não estava presente quando fiz a chamada. Como está aqui agora, merece que colhamos seu voto. Como vota o Senador José de Alencar?

**O SR. JOSÉ DE ALENCAR** – Sr. Presidente, não sou titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Mas V. Ex<sup>a</sup> tem o direito de votar.

**O SR. JOSÉ DE ALENCAR** – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente, essa reunião da CCJC foi de grande importância para que um assunto desta natureza fosse abordado com todo este tempo. Penso que isso não pode ficar por aqui, não. Temos que prosseguir para corrigir este problema, que está afetando a própria existência do Congresso Nacional, que está realmente numa situação de inferioridade diante deste quadro que estamos vivendo:

Então, vou votar com o Relator, porque eu não teria como deixar de enaltecer-lhe o trabalho. Mas a grande verdade é que o quadro é realmente muito confuso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet) – Colho o voto do Senador José Alencar. Não tivemos a felicidade de conviver com o romancista José de Alencar. Mas temos a alegria de conviver com o Senador José Alencar, que votou “sim” e apresentou justificação de voto.

Peço aos Srs. Senadores que, se possível, atendendo a uma solicitação do Senador Lúcio Alcântara, passemos para o item nº 3.

Peço à Secretaria-anote os votos, embora a votação tenha sido por unanimidade. Em votação o item nº 3.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, é um projeto de lei oriundo do Poder Executivo, de iniciativa do Presidente da República, já aprovado na Câmara dos Deputados, que estabelece normas gerais para melhorar a condição de vida dos deficientes físicos, visuais, auditivos, seja na questão das barreiras arquitetônicas, seja na questão dos meios de comunicação, do rádio, da televisão. Enfim, trata-se de um projeto de grande importância, inclusive porque cumpre um preceito constitucional. Esta Lei vem justamente para regulamentar um dos dispositivos da Constituição. A ela não houve apresentação de emendas. Eu creio que a matéria é pacífica. O meu relatório é favorável, sem nenhuma alteração. E peço o apoio dos Srs. Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada, por unanimidade.



A Presidência agradece a presença de todos os Srs. Senadores, que proporcionou ao Senado da República e ao Brasil a votação de matéria tão importante. A reunião foi produtiva.

Lembro que o item 1 será analisado na próxima reunião, pois dele houve pedido de vista coletivo.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h56min.)*

**Ata da 44ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 10 de novembro de 1999, às 10h50min (Reunião Ordinária).**

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dez de novembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Bernardo Cabral, Luzia Toledo, Romeu Tuma, Roberto Requião, José Eduardo Dutra, Maria do Carmo Alves, Sérgio Machado, Roberto Freire, Lúcio Alcântara, Francelino Pereira, Luiz Pontes, Juvêncio da Fonseca, Romero Jucá, Antonio Carlos Valadares, Édison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Djalma Bessa, José Fogaça, Pedro Simon, Bello Parga, José Alencar, Iris Rezende, Teotônio Vilela e Carlos Wilson, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Ramez Tebet, Álvaro Dias e Jefferson Péres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Inicia-se a apreciação da pauta: item 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 1999 (PL 1.527 de 1999, na origem) – Tramitando em Regime de Urgência – que “Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: pela aprovação do projeto, na forma como foi aprovado na Câmara dos Deputados, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Luiz Estevão. Durante a reunião do dia três de novembro, próximo passado, foi concedida vista coletiva ao Senhor Senador Moreira Mendes e ao Senhor Senador José Eduardo Dutra, que apresenta Voto em Separado. **Resultado:** aprovado o Parecer do Relator. Votam vencidos os

Senhores Senadores Roberto Requião, José Alencar, José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares e Roberto Freire. O Senhor Presidente convoca Reunião Extraordinária a realizar-se dia dezoito de novembro próximo, destinada à audiência pública para tratar de assunto de interesse público relevante, referente à PEC nº 20, de 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que “Altera o Artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal”, em tramitação conjunta com PEC nº 18, de 1999, de autoria do Senhor Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores. Outrossim, o Senhor Presidente comunica a manifestação do Excelentíssimo Senhor JOSÉ CARLOS DIAS, Ministro da Justiça, acerca do seu comparecimento nesta Comissão para expor assunto de interesse daquela Pasta, cujo tema refere-se ao “Direito Penal Eficaz (Redução de Pena)”, com data a ser definida em breve. Passa-se à apreciação do item 02) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1999 que “Cria o Conselho Nacional de Justiça”. Autoria: Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Jefferson Péres. A Presidência designa o Senador José Fogaça como Relator *Ad hoc*. Parecer: pela rejeição. **Resultado:** concedida vista coletiva aos Srs. Senadores José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, ficando adiado o item nº 03) Projeto de Lei do Senado nº 154, DE 1999 (Em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 208, DE 1999), em virtude de haver sido encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender Requerimento de tramitação conjunta; e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. Senador **José Agripino**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental. Declaro aberta a presente reunião.

Consulto o Plenário se estaria de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Se estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passo, de imediato, ao Item nº 1 da pauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1999 (Projeto de Lei nº 1.527/99, na origem), que tramita em regime de urgência. Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do

benefício, altera o dispositivo das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Autoria da Presidência da República. Relator, Senador Romeu Tuma, que oferece parecer pela aprovação do projeto, na forma como foi aprovado na Câmara dos Deputados, pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Luiz Estevão.

Foi concedida vista coletiva aos Srs. Senadores José Eduardo Dutra e Moreira Mendes. O Senador José Eduardo Dutra apresentou voto em separado.

Passo a palavra a S. Exª para proferir o seu voto em separado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, vou ler o voto porque, regimentalmente, V. Exª está correto. Há **quorum** no livro e, em fase de discussão, não precisa ter...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Informo a V. Exª que a Presidência está solicitando que os Colegas venham ao plenário da CCJ para que a discussão seja feita com a presença efetiva dos Senadores.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – É uma situação meio constrangedora, porque eu gostaria que os outros Senadores ouvissem o voto em separado; mas, tudo bem!

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se V. Exª desejar, podemos suspender a reunião por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu gostaria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vamos suspender a reunião por cinco minutos.

Eu já havia tomado a providência de convocar os membros para que estivessem presente, para que a discussão pudesse ser feita na presença dos Senadores.

Então, fica suspensa por cinco minutos. Solicito à Secretaria da Comissão que providencie no sentido de que os Senadores compareçam ao plenário.

**O SR. ROMEU TUMA** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Acredito que o fato constrangedor não seja a ausência dos Senadores. Constrangedor é que a CAS está votando na nossa frente, sendo que a CCJ foi instada pela CAS para que se manifestasse sobre a constitucionalidade do projeto, a pedido do Senador José Eduardo Dutra. A CAS está votando sem esperar o resultado. Tudo bem! Regimentalmente está correto. Creio que a

discussão não deve ficar à mercê daqueles que vão votar naquela comissão. Temos que aguardar a votação.

Acredito que devemos avisá-los nesses cinco minutos. Mas tenho as minhas dúvidas de que possam vir aqui, porque não vão abandonar o plenário antes da votação. Então, vamos ter que realmente aguardar para a votação, que vai ser nominal.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Realmente o mais lógico seria se fosse invertido. Deveríamos votar aqui primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – E assim foi feito. A matéria constou da pauta da reunião anterior. Entrou em discussão, o relatório de V. Exª foi lido, mas foi objeto de pedido de vistas. Então, a CCJ cumpriu a sua obrigação e o seu ritual. Estamos regimentalmente corretos e, do ponto de vista de agilidade processual, também corretos. Mas fatos alheios à nossa vontade levaram à decisão dessa matéria para o dia de hoje, concomitantemente com a decisão da Comissão de Assuntos Sociais.

Enquanto aguardamos, convido o Senador Francelino Pereira, que está no plenário, para tomar assento na Bancada.

Passamos a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para apresentação do seu voto em separado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Em decorrência da aprovação de requerimento de nossa autoria, conforme já assinalado pelo Relator da matéria, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania passa a discutir aspectos de constitucionalidade da proposição sob exame.

O presente projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, tem por escopo garantir o funcionamento do regime geral de Previdência Social, INSS, em base superavitária, embora seja público e notório não residir ali, como, aliás, o mesmo Governo Federal alega, as motivações para o quadro deficitário da previdência pública em nosso País.

Deixaremos, porém, o debate dessa questão para o foro da Comissão de Assuntos Sociais e para o plenário do Senado Federal, tendo em vista o objetivo específico da manifestação da CCJC. Limitar-nos-emos, assim, a discutir os aspectos de constitucionalidade da proposição, não sem antes deixar de registrar as palavras do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre as razões desse projeto. Diz o Ministério...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu pediria a atenção dos Srs. Senadores. O Senador José

Eduardo Dutra está proferindo o seu voto em separado. Pediria a atenção do Plenário.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – “O sistema previdenciário e as mudanças que estão ocorrendo no mercado de trabalho estão intimamente relacionados. O grau de informalização da economia e o número de trabalhadores por conta própria estão crescendo, fenômeno esse que afeta diretamente a Previdência Social, pois as principais fontes de custeio do sistema são as contribuições de empregados e empregadores que incidem sobre a folha de salários. Ademais, a universalidade da cobertura do sistema, princípio básico da política previdenciária, é fortemente prejudicado.

Informe da Previdência Social. Brasília. Volume 11, número 8. Agosto de 1999. Página 1.”

Deixa entrever, assim, o próprio Poder Executivo a ineficácia do modelo econômico entre nós praticado nessa vaga liberal, modelo esse excludente, redutor dos postos formais de trabalho, precarizador das relações laborais existentes e comprometedor dos incipientes elementos de seguridade social que o Estado proclama assegurar aos brasileiros. A própria Previdência confessa ao relatar que apenas 13,3% dos trabalhadores autônomos no Brasil estão cobertos pelo INSS. “Ressalte-se que esse grupo abarca o contingente de trabalhadores que passaram, ao longo da última década, por um processo de flexibilização das relações de trabalho a partir da reestruturação produtiva das empresas. Trata-se de um fenômeno estrutural de mudança no mercado de trabalho que tem exigido o redesenho das políticas sociais em todo o mundo. Afastamo-nos, destarte, cada vez mais dos objetivos constitucionais fundamentais e insertos no art. 3º dos princípios norteadores da ordem econômica, art. 170, e social, art. 193.

Mas, entrando na questão constitucional, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de alertar aos Srs. Membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que estamos votando um projeto de lei ordinária, que, no seu art. 9º, diz o seguinte: “Revoga-se a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996”. Portanto, é um projeto de lei ordinária que, em um dos seus artigos, revoga uma lei complementar. Para o Relator, não há nisso irregularidade técnica porque a supracitada lei seria tão-somente lei formalmente complementar, e não lei materialmente complementar.

Com a devida vênia, labora em erro o Relator nesse particular. A Lei Complementar nº 84, de 1996, que está sendo revogada por essa lei ordinária, é materialmente complementar. A sua edição nessas con-

dições, ou seja, na condição de lei complementar, se deu, portanto, com exigência de **quorum** qualificado, resultou da declaração de inconstitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, do inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787, de 13 de junho de 1989, pelo qual, por lei ordinária, fora instituída a cobrança das contribuições de autônomos, avulsos e administradores, ora reformada por meio de empresas.

Ao julgar os Recursos Extraordinários nºs 166.772/9, do Rio Grande do Sul, e 177.296.4, o STF reconheceu a necessidade de lei complementar para dispor sobre essa nova forma de recolhimento de contribuições.

Por causa dos reiterados pronunciamentos da Suprema Corte, editou-se a retromencionada lei complementar, proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional.

Portanto, queria alertar aos Srs. Membros da Comissão e ao Sr. Relator que esta Comissão está sendo convocada para analisar a constitucionalidade e a juridicidade.

Foi aprovada, com voto de maioria qualificada nesta Casa, a Lei Complementar nº 84. Esta lei trata da cobrança de contribuições de autônomos, avulsos e administradores, tendo sido aprovada sob a forma de lei complementar, porque o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787, de 13 de junho de 1989, por se tratar de lei ordinária. Portanto, por uma declaração de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal de uma lei ordinária, foi aprovada pelo Congresso, com **quorum** qualificado, uma lei complementar.

Agora, estamos aprovando uma lei ordinária que revoga uma lei complementar. Depois, o Governo e o Congresso reclamam do Supremo Tribunal Federal, dizendo que o Supremo Tribunal Federal está tendo uma ingerência indevida nas decisões do Congresso, que continua não dando atenção às matérias que ele próprio vota. Se o Congresso votou uma lei complementar porque o Supremo Tribunal Federal havia declarado um inciso de uma lei ordinária como inconstitucional, e o Congresso aprovou essa lei complementar, lei essa de iniciativa do Executivo, exatamente para corrigir o erro daquela lei ordinária anteriormente. E agora, um projeto de autoria do Executivo, um projeto de lei ordinária revoga uma lei complementar. Está aqui explícito: “Art. 8º essa é uma lei ordinária : Revogam-se a Lei Complementar nº 84”.

Essa lei complementar, que esta sendo revogada, não é, Sr. Relator, Senador Romeu Tuma, formalmente complementar; ela é materialmente complementar e, portanto, não pode ser revogada por lei ordinária.



Continuando, em relação às inconstitucionalidades desse projeto. A inconstitucionalidade fundamental é que contamina todo o projeto de lei, pois diz respeito ao cálculo do benefício de aposentaria e pensão por tempo de contribuição, pedra angular da proposição, reside na expressão “idade”, constante do § 7º, que se pretende acrescentar no art. 29, da Lei nº 8.203/91.

Esse parágrafo menciona os elementos indispensáveis à montagem da equação referente ao fator previdenciário. Existe, para tanto, a inclusão da idade no cálculo. Ora, a redação dada ao § 7º do art. 201 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, não dispõe sobre a idade do contribuinte para o fim de obtenção da aposentadoria no regime geral da Previdência Social. O que a Constituição exige apenas é um determinado número de contribuições: art. 201, § 7º, inciso I, da Constituição.

Dessa maneira, se a lei infraconstitucional impõe, para efeito de concessão do benefício, uma exigência não prevista no texto constitucional, a menção à idade do futuro beneficiário trata-se de uma solicitação descabida além do que determina a Constituição. Assim, o projeto está maculado por inconstitucionalidade insanável, e, por esses motivos, não merece prosperar.

Gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que estão aqui nesta legislatura e que faziam parte da legislatura passada como membro desta Comissão – Senadores Edison Lobão, Romeu Tuma, Francelino Pereira, Roberto Requião, Sérgio Machado, Lúcio Alcântara, Roberto Freire e Antonio Carlos Valadares – que, quando da discussão da reforma constitucional por meio de PEC, nesta Casa, apresentei uma emenda e briguei muito por ela; cheguei a dizer ao então Relator, Senador Beni Veras, que se essa emenda for aprovada, banco, no meu Partido, a aprovação dessa PEC aqui no Senado. O que dizia a emenda? Ela estabelecia como critérios para definição de aposentadoria a idade, o tempo de contribuição e a renda, porque eu dizia que era perfeitamente razoável introduzir-se o fator idade como determinador da aposentadoria até para evitar o que acontece hoje, que algumas cabeças coroadas da República, a exemplo do ex-Ministro da Previdência, Deputado Reinold Stefhanes, que puderam se aposentar no vigor dos seus quarenta e poucos anos. Eu disse isso por várias vezes aqui. Mas era inadmissível que, em um País como o Brasil, não se introduzisse o fator renda na determinação desse critério de aposentadoria.

Na ocasião, a alegação para não se aceitar aquela emenda – e olha que eu dizia: idade, tempo de

contribuição e renda na forma da lei, portanto, a lei ia estabelecer como fazer-se esse cálculo – a alegação do Governo e do Relator era de que aquilo ia ser muito difícil de fazer os cálculos, que não ia ter como ter uma lei para ordenar aquilo. E agora apresenta uma lei com essa fórmula.

Eu gostaria que os Srs. Senadores – agora estou mais à vontade para tratar disso, porque, como pessoa com formação na área de ciências exatas, talvez até tenha mais afinidade com essa fórmula –, que os bacharéis analisassem:  $F = TC \times A / EFX1 + ID \times TCXA / 100$ . Muito provavelmente, os matemáticos que estão calculando a possibilidade de o meu Botafogo não ser rebaixado para a segunda divisão vão ter dificuldade de entender essa fórmula. (Mas o Botafogo tem a ajuda dos bacharéis, está me lembrando, aqui, o nobre Senador Roberto Freire.)

Muito bem! A emenda foi rejeitada; a emenda que introduzia a idade como fator determinante da aposentadoria foi rejeita por esta Comissão, porque o Senado optou, apenas, por definir idade mínima, sem levar em consideração a renda. O projeto foi para a Câmara; a idade mínima foi rejeitada lá e agora, de contrabando, como o Governo perdeu na questão da idade mínima, de contrabando, querem introduzir, de novo, o fator idade em uma lei ordinária, quando o legislador não concordou em introduzir na Constituição.

Portanto, depois, não adianta reclamar. Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está diante da seguinte questão: ou ela se dispõe a exercer, na sua plenitude, a sua prerrogativa, a tarefa que ela tem nesta Casa – e se ela o fizer deverá rejeitar este projeto, porque é absolutamente inconstitucional – ou então, mais uma vez, vai passar pelo vexame de a matéria ser votada no Congresso, ser sancionada e, depois, o Supremo Tribunal Federal declará-la inconstitucional.

Essa é a tarefa que está colocada para os Srs. Senadores. É um projeto – como já disse – de lei ordinária que revoga uma lei complementar – e uma lei materialmente complementar, como já disse, porque foi editada como tal depois de uma decisão do Supremo Tribunal Federal; em segundo lugar, introduz um fator que foi rejeitado pelo Congresso Nacional na Constituição, que é a introdução do fator idade; se a introdução da idade foi rejeitada na Constituição, se a Constituição estabelece como fator para definir a aposentadoria apenas o tempo de contribuição, não podemos, de forma contrabandeada, como se fosse um submarino, introduzir um fator em

uma lei ordinária que não está previsto na Constituição.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, V. Ex<sup>as</sup> são testemunhas que, na discussão da emenda na reforma da Previdência, aqui nesta Casa, trabalhamos no sentido de aperfeiçoar o texto; este Senador e a Bancada do PT nesta Casa nunca usaram aqui a palavra de ordem “reforma sul-agrária”. Queremos uma reforma da Previdência não pelo motivo de caixa, ajuste fiscal ou pressão do FMI. Queremos uma reforma da Previdência, porque a Previdência pública no Brasil é injusta. Mas o Governo, todas as vezes que está em dificuldade, vem com este discurso: “Vamos fazer um grande debate, convocar a Oposição e os sindicatos, discutir de forma aprofundada a Previdência social”.

Ontem o Ministro Waldeck Ornelas, na Comissão, fez, mais uma vez, esta proposta: “Vamos, então, discutir isso aqui no Senado”. E eu disse: aceitamos. Mas, para demonstrar que está realmente disposto a estabelecer esse debate, o Governo deveria retirar esse projeto, porque o fato é que o Governo faz meramente um discurso, de regime único entre trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos, e, no entanto, propõe um projeto que vai aumentar esse fosso entre os atuais regimes existentes: o regime geral da Previdência e o regime de Previdência para os servidores públicos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fica aqui a proposta. Volto a insistir: se esta Comissão quiser analisar o projeto à luz da constitucionalidade e juridicidade, tem de rejeitar este projeto. E fica, mais uma vez, a proposta para a Liderança do Governo: se o Governo quiser realmente estabelecer um processo de debate amplo, não apenas para causar cizânia no PT, mas tendo em vista um debate sério, teria de, no mínimo, retirar esse projeto e proceder a uma discussão ampla com a Oposição e com todos os setores que querem realmente reformar a Previdência. Nós queremos reformar a Previdência. Nós queremos enfrentar as corporações que realmente têm força. O Governo acusa o PT de se render às corporações, mas onde estão as emendas dos militares, que, até hoje, não chegaram? E o Governo não quer enfrentar as corporações que, de fato, têm sindicato forte.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu deveria ler o voto e depois proceder à discussão. Mas, por economia processual, já iniciei a discussão. No meu ponto de vista, esse projeto tem inconstitucionalidade insanável e, nessa condição, tem de ser rejeitado pela Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Lido o voto em separado, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi ontem do Senador José Eduardo Dutra o seu voto em separado que acredito consubstancia uma das atribuições que talvez seja a mais importante desta Comissão: a análise da constitucionalidade e da juridicidade. Evidentemente, trata-se de uma Comissão de caráter político, até porque é terminativa em alguns projetos. Portanto, analisa muito o mérito de algumas das matérias a elas submetidas. Mas é fundamentalmente uma Comissão que analisa preliminares, de constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa. Essa é sua atribuição básica.

Entendo que o voto em separado demonstra claramente a inconstitucionalidade desse projeto, em dois aspectos: primeiro, a revogação de uma lei complementar por uma lei ordinária, numa inversão completa da hierarquia entre as leis; e, em segundo lugar, mais concretamente, o contrabando de tentar aprovar algo que, reiteradas vezes, o Congresso Nacional rejeitou em emendas constitucionais, em projetos enviados pelo Governo, qual seja a fixação do fator idade para aquisição dos benefícios da aposentadoria. Isso está evidenciado. É manso e pacífico. Talvez não utilizemos essa nossa, mais do que prerrogativa, competência de discutir constitucionalidade, porque, politicamente, parece-me que o Governo está fazendo pressão para que a sua base de sustentação o aprove.

Mas é importante isso ficar bem evidente, até para que a opinião pública saiba que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem uma atribuição e não a exerce.

Há um segundo aspecto que me parece importante. Segundo a intervenção do Senador José Eduardo Dutra, recordo-me bem do debate que houve quando da análise da proposta de emenda constitucional relativa à reforma da Previdência, que teve como relator o Senador Beni Veras. É verdade que o PT, na Câmara, teve dificuldades para participar do processo de discussão – foi ruim a condução que lá os relatores deram ao assunto –, mas aqui a Bancada do PT, liderada pelo Senador José Eduardo Dutra, pôde contribuir – e muito – para uma discussão séria da questão da Previdência Social no Brasil. A discussão não se restringiu à periferia, ao detalhe, a algo que pode ter importância, mas evidentemente não é o conteúdo básico da crise

da Previdência. Refiro-me à questão dos privilégios, das aposentadorias precoces, da diferenciação que há entre ativos e inativos, entre servidor público e o trabalhador em geral.

Não é com o aumento das alíquotas que será resolvido o déficit da Previdência, pois estamos diante de um problema estrutural. O problema da Previdência Social brasileira é um problema estrutural porque ela está montada numa base de repartições simples para uma sociedade em que vemos diminuir o número de trabalhadores formais – isso é repetido por todas as análises feitas pelo próprio Governo. A base de contribuição tem diminuído no mundo do trabalho e esse fato é um indicador da tendência a déficits permanentes – déficits que não vão ser resolvidos por conjunturas legais de aumento de alíquotas para ativos ou inativos.

Segundo: essa repartição simples foi idealizada num momento em que o País era composto majoritariamente por jovens. Não somos mais esse país, o perfil demográfico da sociedade brasileira mudou: somos uma sociedade que também tem idosos e, portanto, temos que levar em consideração que o sistema de repartição simples pode trazer – como está trazendo – estrangulamentos.

Existe uma mudança que está se operando em função desses dois últimos aspectos mencionados. Quando foi criado o atual sistema, tínhamos em média cinco trabalhadores na ativa para um que recebia benefícios de inatividade. Hoje, essa relação é quase paritária – dois por um – e a tendência é que possa se inverter, passando o número de inativos a superar o número de ativos dentro do sistema previdenciário brasileiro.

O que estamos decidindo aqui é um pacto de gerações. Portanto, não devemos entendê-lo como uma disputa entre Governo e Oposição. Estamos diante de algo extremamente relevante para toda a sociedade. O assunto precisa ser discutido independentemente de posicionamentos ideológicos políticos, porque estamos fixando hoje um pacto para gerações futuras.

Não vamos resolver o problema da Previdência com medidas parciais, conjunturais, cobrindo temporariamente déficits, porque a equipe econômica tem que prestar contas ao FMI. Precisamos olhar além da necessidade de se resolver os problemas dos déficits fiscais do Governo ou os problemas de conjuntura política na relação Governo e Oposição perante a sociedade.

Essa preocupação o PPS divide – isso deve ser ressaltado – com o PT, que adotou posturas

assemelhadas às nossas, resgatando o projeto do Deputado Eduardo Jorge do PT da Câmara dos Deputados. Trabalhamos juntos a proposta feita pelo Senador José Eduardo Dutra de aceitar, inclusive, a questão do fator idade, desde que vinculado à renda – algo que foi muito discutido aqui. Infelizmente, nada disso foi adotado. Continuamos discutindo. Pior: discutindo de uma forma bem ligeira essa questão do fator, que diz respeito diretamente aos trabalhadores sob o regime do INSS, que são pouco atendidos, porque são pouco organizados, porque exercem pouca pressão naqueles que estão integrados no Estado. O sistema do INSS é o mais perverso, o mais indigno e é a ele que estão submetidos os trabalhadores em geral.

Não se está nem tratando ainda da questão do outro sistema, que é o deficitário maior do Tesouro Nacional: o setor público. Portanto, não está se discutindo a Previdência naquilo que deveria ser discutido. Inclusive, nós apresentamos recentemente a idéia de que o Governo, em vez de taxar inativos – e nós não estamos querendo deixar de discutir a questão do pagamento de inativos, só que isso não pode ser feito isoladamente, sem a mudança do sistema do ponto de vista estrutural. O Governo não pode criar fatores desse tipo, para piorar ainda mais a indignidade da aposentadoria dos trabalhadores deste País, sem discutir o novo sistema.

E esse novo sistema está consubstanciado em uma proposta nossa e em uma proposta do Deputado Eduardo Jorge, que poderia ser aprimorada e servir de base. O Líder do Governo, aqui presente, em plenário, admitiu que isso poderia ser o caminho correto a ser adotado pelo Governo. Não quis. Prefere buscar essa perversa indicação do fator para piorar ainda mais a já indigna aposentadoria do trabalhador brasileiro, do sistema de previdência social do INSS. A cobrança da taxa dos inativos, que pode, momentaneamente, resolver déficits, pela falha estrutural do sistema, vai virar verdadeiro confisco, porque teremos que aumentar alíquotas, permanentemente, para suprir os déficits que tendencialmente vão acontecer.

Essa discussão não está sendo feita de uma forma politicamente séria por esta Comissão, já que, mesmo politicamente, esta Comissão teria de rejeitar esse projeto e abrir o debate, que a Oposição, nesta Casa, aceita e que a sociedade veria com muitos bons olhos, se o Governo admitisse, porque estaríamos fazendo aquilo que é a questão da previdência: discutindo o pacto das gerações futuras.

O meu voto é contra, evidentemente.



**O SR. PRESIDENTE** (Agripino Maia) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, com a palavra o Relator.

**O SR. ROMEU TUMA** – Li com atenção e ouvi com atenção maior ainda as colocações dos Senadores José Eduardo Dutra e Roberto Freire. Penso que o mérito da questão, que as discussões sobre o processo de aposentadoria devem ser aprofundadas, é correto. Eu disse que não era formalmente expressa a materialidade dessa lei complementar, porque, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi acompanhada pela assessoria e pelo Governo, por não constar da Constituição o que exigia a Lei Complementar nº 84 anterior à decisão disso, o Governo enviou ao Congresso a Emenda nº 20, que retirou essa exigência da lei complementar, passando a ser recepcionada, então, como lei ordinária. Portanto, ela está no mesmo nível hierárquico desta lei que estamos discutindo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. ROMEU TUMA** – Pois não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu gostaria de saber qual é o dispositivo da Emenda nº 20 que trata disso.

**O SR. ROMEU TUMA** – Ela colocou na Constituição o aspecto do cálculo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu gostaria de saber qual é o artigo.

**O SR. ROMEU TUMA** – Vou lhe informar já.

A Emenda Constitucional nº 20 torna muito mais ampla o disposto no inciso I do art. 195 da Constituição. As decisões do STF sobre a questão são anteriores à emenda. Então, é o art. 195, inciso I.

Sobre o fator previdenciário, a idade não é exigência para a aposentadoria, porque permanecem os 35 e os 30 anos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Permite-me outro aparte, Senador?

**O SR. ROMEU TUMA** – Pois não.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – A decisão do Supremo Tribunal Federal, quando considerou inconstitucional o inciso I do art. 3º da Lei nº 7.787, foi baseada no art. 149, que diz: “competê exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto no art. 146, III...”

O que diz o art. 146, inciso III?

“Art. 146. Cabe à lei complementar:

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação...”

Esses artigos...

**O SR. ROMEU TUMA** – A Emenda nº 20 retirou essa exigência.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador Romeu Tuma, estou com a Constituição atualizada e a Emenda nº 20 não modificou o art. 149 ou o art. 56.

**O SR. ROMEU TUMA** – Por não constar na Constituição o que regulamenta essa lei, o Governo enviou a Emenda nº 20. Assim, passou a constar da Constituição, por lei ordinária, que ela poderia ser instituída.

Quanto ao fator previdenciário, a idade para a aposentadoria permanece nos mesmos moldes da Constituição: 30 e 35 anos para mulheres. Ela foi instituída como requisito do cálculo do fator previdenciário. A idade é uma referência para o valor benefício. A expectativa de vida do aposentado entra no cálculo do fator previdenciário, porque temos que ter o cálculo atuarial instituído.

A Previdência apresenta um déficit altíssimo e o Governo praticamente não instituiu o cálculo atuarial. Ontem, o Ministro explicou com bastante ênfase que, sem isso, não conseguiremos alcançar o equilíbrio das finanças da Previdência. A Previdência é uma poupança, não é algo que o Governo tenha sempre que recompor para manter seus pagamentos em dia. Futuramente, isso vai atingir de tal forma o Tesouro, que ele não alcançará mais, em hipótese alguma, o equilíbrio financeiro-fiscal para atender os aposentados. Hoje, o Senador Roberto Freire esclareceu que não somos mais um País de jovens e, sim, de meia idade, e o número de aposentados tenderá a subir geometricamente.

Portanto, o Governo editou uma lei ordinária relativa ao cálculo de fator previdenciário, para alcançar o equilíbrio fiscal sem ferir a Constituição, uma vez que a Emenda nº 20 prevê que pode ser feito por lei ordinária. Então, a Lei nº 7.796 passou a ser recepcionada como tal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerra a discussão.

Em votação a matéria.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para encaminhar a votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, o desafio foi lançado por mim e pelo Senador Roberto Freire por estarmos convictos de que o Governo não tem a coragem de assumir.

Com a devida vênua ao Senador Romeu Tuma que tentou heroicamente demonstrar a constitucionalidade da matéria, quero lembrar que estou com a Constituição atualizada com a Emenda nº 20.

O Supremo Tribunal Federal ao declarar inconstitucional um inciso de uma lei ordinária, o que forçou o Congresso a aprovar a lei complementar, se baseou no art. 149 que volto a ler:

“Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto no art. 146, III, e 150, I e III, sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º,...” com a redação da Emenda nº 20.

O art. 146, diz:

“Cabe à lei complementar:

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

a) definição de tributos...”

Para mim, Sr. Presidente, é tranqüilo. Lamento que o Congresso Nacional passará, de novo, a vergonha de ver uma decisão sua revogada, porque as comissões de constituição e justiça da Câmara e do Senado não querem exercer, na plenitude, suas prerrogativas e querem votar politicamente. Respeito essa posição, uma vez que esta é uma casa política, assim como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vai-se votar politicamente, porque os juristas do Governo, que a história tem demonstrado que não têm lá essas competências todas, entendem que é constitucional. Mas o Supremo vai tomar a decisão.

Com relação ao fator idade, é óbvio que o Governo usou de um artifício. Não estamos exigindo idade mínima. Se quer aposentar com 53 anos, tudo bem. Mas os direitos que o trabalhador teria com os cálculos anteriores não vai ter mais. Para poder aposentar-se com os direitos que tinha, o trabalhador tem que trabalhar mais cinco, seis ou sete anos. Esse foi o artifício que o Governo resolveu introduzir para driblar a decisão da Câmara de acabar com a idade mínima.

Mas, como já disse o Ministro Waldeck Ornelas, ninguém perdeu, só deixou de ganhar. Infelizmente, essa é a lógica.

Voto contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – O Senador José Eduardo Dutra fez um desnudo constitucional do projeto extraordinariamente competente. Encaminho contra e vou votar contra, por economia processual.

Nossos bravos Ministros do Supremo Tribunal Federal têm boca e têm competência jurisdicional. Voto contra, para evitar que o Senado da República leve mais um pito dos Ministros do Supremo, pela votação de um projeto rigorosa e absolutamente inconstitucional, e seja submetidos à tutela jurisdicional com a liquidação do projeto. Não é possível que a Comissão de Constituição e Justiça, reiteradamente, vote projetos inconstitucionais sob pretextos políticos. É evidente que a Previdência precisa ser modificada. Não é esse o caminho. A Previdência tem que ser capitalizada. Talvez, por exemplo, se os tais 10% de descontos em precatórios fossem canalizados para a Previdência por parte da União, nós tivéssemos recursos. É evidente que estou fazendo uma ironia, Sr. Presidente. Mas não há nenhum cabimento a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça, que deixaria de ser de Constituição e Justiça se aprovasse ou continuasse aprovando inconstitucionalidades tamanhas. A pressão política está ultrapassando todos os limites da legalidade.

Chamaria a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para um fato ocorrido recentemente. Aprovamos um projeto sobre urna eletrônica, aqui na Comissão, por unanimidade. Os Senadores presentes discutiram intensamente. Aprovamos uma emenda brilhante e esclarecedora do Senador Bello Parga e, por unanimidade, aprovamos o projeto. Logo depois, a pressão política fez com que os mesmos Senadores que votaram a favor do projeto recorressem ao Plenário do Congresso.

Então, estamos vendo que a Comissão não está funcionando, não está raciocinando com autonomia mais. Ela está extraordinariamente sensível a pressões políticas. E isso não é bom. E não é bom que se aprove um projeto inconstitucional. Podemos poupar o exame constitucional sobre uma proposta que pode avançar no Senado e no Congresso, mas, mais do que tudo, podemos poupar o Congresso de mais um pito do Supremo Tribunal Federal.

Encaminho contra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, sensibilizou-me bastante a argumentação do voto em separado do Senador José Eduardo Dutra quanto a uma lei ordinária revogar uma lei complementar. De fato, isso, assim, de maneira lisa e meridiana, primária, eu diria, chama a atenção e deve provocar um exame acurado, detalhado e criterioso de quem tem a responsabilidade que tem esta Comissão, que é uma Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, Sr. Presidente, examinando depois a subsequente reforma que determinou, por intermédio do art. 195, que, especificamente para esses casos, a lei deve ser uma lei ordinária, uma lei comum, é evidente que a decisão anterior do Supremo Tribunal Federal fica prejudicada, assim como fica prejudicada a existência de uma lei complementar para esse fim. A própria emenda constitucional é superior hierarquicamente e determina a nova natureza da lei que deve reger ou presidir esse tipo de matéria.

Sr. Presidente, não tenho nenhuma dúvida quanto à constitucionalidade dessa revogação. Por outro lado, o art. 146, de fato, exige lei complementar, mas genericamente, para situações em gênero que não constam nesse caso. Neste caso, há uma exigência específica no art. 195 para as contribuições da Previdência, especificamente de uma lei ordinária. Isso foi aprovado por meio de emenda constitucional e, sendo assim, hierarquicamente, tem um valor que prepondera sobre situações anteriores, prejudicando-as e dando perfeita constitucionalidade.

De início, sensibilizei-me com a opção do Senador José Eduardo Dutra, mas constatei que não há realmente inconstitucionalidade. Já a discussão política quanto ao mérito realmente deve atender à orientação política a ser adotada por Oposição, pelo Governo ou por quem dentro disso tenha suas opções.

Do ponto de vista puro e simples da constitucionalidade, na minha opinião, ela não está desatendida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em votação.

**O SR. ROMEU TUMA** – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** – Concordo com o Senador José Fogaça, um estudioso de matéria constitucional.

Com base nesse despacho do Supremo, foi trazida a Lei Complementar nº 20, porque não constavam da Constituição essas outras formas de cobrança da Previdência Social. Incluiu-se, então, no art. 195, I, alínea “a”: “a folha de salário e demais rendimentos dos trabalhos pagos ou creditados a qualquer título à pessoa física que lhes preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício”. Isso nasceu pelas assessorias jurídicas do Ministério da Previdência Social e da Presidência da República, que estão fazendo um belo trabalho, com essa Emenda nº 20, para que se

pudesse realmente, por lei ordinária, regulamentar a cobrança de outros fatores que venham a colaborar com a Previdência Social.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, que conclui pela aprovação da matéria e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Luiz Estevão, queiram permanecer sentados.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, solicito votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Passa-se, portanto, à votação nominal do parecer do Relator, Senador Romeu Tuma.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Posso justificar o voto?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, com relação ao problema de Previdência, sinto-me muito à vontade para estar aqui, porque tenho meio século de contribuição e nunca me aposentei. Continuo como contribuinte. Sou um credor da Previdência Social brasileira. Penso que todas essas tentativas que são feitas para resolver o problema da falência da Previdência são medidas ainda incapazes de alcançar o verdadeiro objetivo da solução da Previdência Social no Brasil. Julgo que a única forma que o Governo teria para realmente colocar em ordem a Previdência Privada no Brasil seria, por meio do uso de uma borracha, começar tudo de novo, sem retirar dos atuais qualquer direito adquirido.

Como seria feito isso? Abrindo-se um novo plano atuarial que seria objeto de oferta para aqueles que espontaneamente quisessem enquadrar-se ou vincular-se a ele. Para todos os novos ele prevaleceria; com o tempo, seria corrigido. Paralelamente, cobrar-se-iam as dívidas — não só do setor privado, como do estatal — que são devidas à Previdência Social. Penso que a dúvida com relação à constitucionalidade e o fato de ser mais um remendo me fazem votar contra.

*(Prossegue-se a votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma justificativa do meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar a minha admiração pelo fato de o Governo instituir um fator previdenciário cuja fórmula é muito mais complicada, a meu ver, do que aquela, de Einstein, que previu a criação da bomba atômica.

É uma fórmula tão complexa, tão difícil de ser entendida, que nem o próprio Ministro da Previdência, o Senador Waldeck Ornelas, que considero um dos economistas mais competentes do Estado da Bahia, soube explicar, nos mínimos detalhes, quando perguntado, como foi encontrada.

Sr. Presidente, com  $F = TC \times A$ , dividido por  $ES (1 + 1D + TC \times A, \text{dividido por } 100)$ , era preciso que viesse novamente participar de resoluções matemáticas um gênio como Einstein, para se entender o objetivo dessa fórmula. Se ela fosse apenas complexa, haveria como resolvê-la; para tudo há solução em termos de matemática. Entretanto, em termos constitucionais, será difícil remover ou solucionar essa fórmula, uma vez que se introduziu para o cálculo do fator previdenciário a idade não prevista no texto constitucional.

Por esse motivo, em primeiro lugar, estou pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que possa esta Casa ainda convocar o Ministro da Previdência, não só para explicar, em seus mínimos detalhes, a origem dessa fórmula, que redundou no fator previdenciário, como também explicar o motivo pelo qual insiste em que ela mesma seja aprovada, mesmo contra a nossa Constituição.

Por essa razão, o meu voto é contra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, vota “não”?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Não ou contra é a mesma coisa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*(Procede-se à votação.)*

Está em votação a matéria da Previdência, da contribuição dos inativos.

*(Procede-se à votação.)*

Vou proclamar o resultado:

Votaram SIM, 13 Srs. Senadores; e NÃO, 4

Não houve abstenção.

O relatório do Senador Romeu Tuma foi aprovado.

É desejo do Ministro da Justiça vir a esta Comissão – e regimentalmente isso é possível, independente de aprovação de requerimento nesse sentido – discutir com os seus membros a revisão que se pretende trazer ao Código Penal. Estamos para ajustar uma data conveniente entre S. Ex<sup>a</sup> e os membros para tra-

zê-lo para esse debate, que julgo importante, com os membros da Comissão. Isso deverá ocorrer nessas duas próximas semanas.

Temos uma outra matéria que é tempestiva e oportuna, ...

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador, já lhe dou a palavra.

... já deliberada nessa Comissão, que é realizarmos uma audiência pública para discutir a questão da imputabilidade de pena a menores de 18 anos. Esse assunto é importante. É preciso que se traga à discussão na CCJ pessoas que possam opinar convenientemente, porque há um projeto em tramitação de autoria do Senador José Roberto Arruda que precisa ser objeto de votação. E é uma matéria extremamente controversa e quanto mais se discutir essa questão com audiência de pessoas que possam trazer uma opinião consistente, melhor para a formação da opinião dos Srs. Senadores.

Eu queria sugerir a data da próxima quinta-feira, se estiverem de acordo, para realizarmos uma reunião – não desta semana, mas da outra semana – uma audiência pública com o objetivo de discutirmos a questão da imputabilidade de pena a menores de 18.

Se V. Ex<sup>as</sup> estiverem de acordo, fica marcada para a próxima quinta-feira. Não esta, a próxima quinta-feira.

Com a palavra o nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção, porque V. Ex<sup>a</sup>, ao informar o resultado da votação anterior, disse que foram quatro votos contrários. Pelas minhas contas, foram 5 votos: o meu, o do Senador Roberto Requião, Senador José Alencar, Senador Roberto Freire e Senador Antonio Carlos Valadares

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu até estranhei. Mas conferi; Senador Roberto Requião, Senador José Eduardo Dutra, Senador Roberto Freire, Senador José Alencar e Antonio Carlos Valadares. Desculpem-me: Senador não tinha marcado o voto do Senador Roberto Freire.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Meu nome não tinha marcado não, Sr. Presidente,

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Faço retificação, portanto, ao cinco votos, com as minhas desculpas.

Passamos ao item 2 da pauta.

Havíamos deliberado anteriormente que as matérias constantes da pauta entrariam em discussão, desde que estivesse presente o Relator e, na sua ausência, pelo menos o autor da proposta.

Este é o caso do item 2:

Proposta de emenda à Constituição nº 37, de 1999, que cria o Conselho Nacional de Justiça.

Relator: Senador Jefferson Péres, que está neste momento profere discurso em sessão especial de homenagem ao ex-Senador Rui Barbosa. Mas se encontra presente o autor, Senador Roberto Requião. Por essa razão, colocamos a matéria em apreciação, indicando, desde já, que o parecer do Senador Jefferson Péres opina pela rejeição da matéria.

Pediria ao Senador José Fogaça que, por obséquio, lesse o relatório do Senador Jefferson Péres, que opina pela rejeição à Proposta de Emenda à Constituição apresentada pelo Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores, que cria o Conselho Nacional de Justiça. Página 137.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1999, de autoria do eminente Senador Roberto Requião e outros ilustres Senadores, que cria o Conselho Nacional de Justiça. A proposta de emenda à Constituição em comento acrescenta parágrafo ao art. 92 da vigente Carta, prevendo a instituição do Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, constituído de vinte membros com mandato de três anos não renováveis. A organização do colegiado em questão será feita por lei complementar.

Determina a PEC sob exame que os membros do Conselho Nacional de Justiça serão escolhidos na forma prevista em lei complementar dentre representantes de órgãos e entidades legislativas, judiciais e acadêmicas, mediante o voto direto e secreto de seus integrantes ou associados. E que esses membros poderão perder seu mandato por decisão da maioria dos votos dos integrantes do órgão ou entidade que o elegeu, desde que requerida na forma estabelecida em lei, por um quinto de seus integrantes, devendo seu sucessor ser eleito na mesma ocasião para cumprir mandato integral.

Cabe ao Conselho Nacional de Justiça selecionar, mediante concurso público, os postulantes ao cargo inicial de juiz substituto, emitir súmulas vinculantes, exercer faculdades disciplinares sobre os magistrados, decidir sobre a abertura do processo de remoção de magistrado e a apresentação de acusação e aplicação da sanção ao juiz infrator e estabelecer os regulamentos necessários à organização judiciária e tudo aquilo que for indispensável para assegurar a in-

dependência dos magistrados e a eficaz prestação da Justiça.

Os ilustres autores da proposição justificam-na afirmando ser seu objetivo dotar o Poder Judiciário de mecanismo de controle externo de modo semelhante ao adotado pelas constituições da Argentina, Espanha e Portugal, em razão desses países terem experiências histórica, cultural, constitucional e jurídica próximas às nossas, asseverando ainda que, desse modo, o Poder Judiciário passará a equiparar-se aos outros dois Poderes da República quanto à fiscalização dos seus atos, pois o Poder Executivo submete-se à fiscalização do Poder Legislativo, estando ambos, periodicamente, expostos ao voto popular. Repara-se, assim, o desequilíbrio que privilegia o Poder Judiciário, cuja fiscalização é realizada pelos seus próprios órgãos internos de correição, contrariando, desse modo, o excelso princípio jurídico que veda ao juiz julgar em causa própria.

Na verdade, a proposição é fortemente inspirada no art. 114 da Constituição argentina, que praticamente transcreve. Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

Parecer do Relator.

Registre-se inicialmente que merece louvor a preocupação externada pelos eminentes autores da proposição na direção da democratização e moralização do Poder Judiciário, matéria cujo relevo vem crescendo recentemente. Entretanto, parece-nos que a proposição traz em si alguns problemas no que diz respeito à sua constitucionalidade formal e material. Vale observar aqui que a questão da existência de limitações ao poder reformador da Constituição e da possibilidade de existirem normas constitucionais e inconstitucionais já é matéria pacífica na doutrina, a partir dos trabalhos de Otto Bahoff. O próprio Pretório Excelso nas Ações de Inconstitucionalidade nºs 466, 926 e 939, já firmou também entendimento no mesmo sentido. Nessa última, julgando ação contra a Emenda à Constituição nº 3, de 1993, que instituiu o Imposto sobre a Movimentação Financeira, assim se manifestou o STF, inciso I: “Uma emenda à Constituição emanada, portanto, de constituinte e derivada, incidindo em violação à Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, cuja função precípua é de guarda da Constituição”.

Mais recentemente, a Corte Suprema reiterou esse entendimento no julgamento da Medida Liminar da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.946-DF, em que se discutiu o art. 14 da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, a Reforma da Previdência. O Tribunal, por votação unânime, rejeitou a preliminar suscitada pelo Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, por entender que se revela juridicamente possível a fiscalização abstrata de constitucionalidade que tenha por objeto emenda à Constituição alegadamente vulneradora das cláusulas pétreas inscritas no art. 60, § 4º, da Carta Magna.

De conformidade com o que estabelece o § 4º do art. 60 da atual Constituição, não se admite a deliberação sobre proposta tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais. E, em nosso entendimento, a proposição sob exame pode ser entendida como tendente a abolir a separação dos Poderes, uma vez que não se limita a dispor sobre aspectos administrativos do Poder Judiciário, avançando fortemente sobre pontos que se configuram como essenciais para a sua autonomia e capacidade de auto-organização, atingindo mesmo as próprias garantias da magistratura, como a inamovibilidade. Isso fica evidente, parece-nos, nas atribuições do Conselho Nacional de Justiça, que abrangem aspectos como a seleção e o exercício da correição dos magistrados e o estabelecimento dos regulamentos necessários à organização judiciária, extrapolando as atribuições que deveriam caber a um órgão de controle externo da atividade administrativa daquele Poder. Na verdade, o Conselho em questão reveste-se da qualidade de um verdadeiro órgão de administração do Poder Judiciário, inclusive da magistratura. Esse fato fica agravado quando se observa que, conforme está previsto na proposição, o Poder Judiciário está praticamente alijado do Conselho Nacional de Justiça, sequer detendo a iniciativa privativa da lei complementar que o irá regular, que possui diversas superposições com o Estatuto da Magistratura, de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal, regulado no art. 93 da Constituição.

Ressalte-se que se pode até mesmo argüir a inconstitucionalidade da proposição em tela nos seus aspectos formais, já que é possível entender que matéria desse tipo, organização do Poder Judiciário, somente poderia ser apreciada se fosse de iniciativa daquele mesmo Poder, mesmo tratando-se de proposta de emenda à Constituição.

O Supremo Tribunal Federal tem entendido que o poder constituinte dos Estados está limitado às restrições de iniciativa, sob o entendimento de que

aquele poder constituinte é limitado pela Constituição Federal e não originário (conferir *verbo gratiae* as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 89, 575 e 580). Argumento similar poderia ser usado como limitação ao poder constituinte derivado, em face da caracterização da separação dos Poderes como cláusula pétrea.

Todas essas questões refletem também o fato de que a proposta sofre por ser praticamente a transcrição de norma constitucional estrangeira, adequada a outro sistema legal, cuja adaptação ao nosso sistema constitucional exige cuidadoso ajustamento. Assim, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1999, padece de vícios de inconstitucionalidade que impedem a continuidade de sua tramitação, razão por que optamos pela sua rejeição.

Esse é o parecer do Senador Jefferson Péres, que não necessariamente adoto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, o parecer contém alguns absurdos que contaminam a sua racionalidade.

Em primeiro lugar, não falamos em dependência de Poderes, mas em interdependência de Poderes. Se levássemos ao absurdo, por redução ao absurdo, a tese levantada pelo parecer, o Supremo Tribunal Federal não poderia examinar a constitucionalidade de uma lei votada pelo Congresso Nacional. Teríamos também preservada a nossa independência de forma absoluta, e essa dependência, na verdade, é uma interdependência.

O Conselho Nacional da Magistratura está previsto numa série de constituições no mundo inteiro, na constituição portuguesa, na constituição argentina. E, na verdade, o meu trabalho foi de estudar a legislação existente no mundo e trazê-la numa redução sociológica, conforme o conselho do nosso Guerreiro Ramos, importante estudioso das reduções administrativas de projetos existentes no mundo, à realidade brasileira.

O projeto é importante, tanto mais importante quando verificamos o comportamento do Judiciário, comportamento objetivo do Judiciário – e não estou fazendo exame de intenções –, em relação à própria CPI do Judiciário, a CPI da Justiça. O caso de Mato Grosso até hoje não recebeu nenhum reparo e nenhuma ação determinante por parte do STJ. Por quê?



Porque não existem instrumentos para isso. E, ao lado da inexistência dos instrumentos, há toda uma visão corporativa, que atinge não só o Judiciário como todas as outras categorias profissionais.

O projeto, inspirado na recente legislação argentina, cria o Conselho Nacional de Justiça. É curto e me permito sua leitura:

O Conselho Nacional de Justiça, órgão de controle externo do Poder Judiciário, constituído de vinte membros, com mandato de três anos renováveis, será regulado em lei complementar que disporá sobre:

I – o processo de escolha de seus membros, que deverá ser feita entre representantes de órgãos e entidades legislativas, judiciais e acadêmicas, mediante voto direto e secreto de seus integrantes ou associados.

Então, na verdade, estamos dando ao próprio Conselho a condição de regulamentação, o que é normal na criação de órgãos semelhantes em diversas instâncias da Administração Pública.

II – a perda do mandato do membro do Conselho por decisão da maioria dos votos dos integrantes do órgão/entidade que o elegeu, desde que requerida na forma estabelecida em lei, por 1/5 (um quinto) dos seus integrantes, devendo seu sucessor ser eleito na mesma ocasião para cumprir mandato integral.

§ 3º São atribuições do Conselho Nacional de Justiça:

I – selecionar, mediante concurso público, os postulantes ao cargo inicial de juiz-substituto.

É uma forma de retirar do domínio absoluto da corporação os critérios para escolha de juiz. Isso já existe em diversos países do mundo. Uma questão também que deve ser abordada na regulamentação desse processo é o fim da prova oral para juiz. Todos sabemos que a prova escrita é uma prova que permite a verificação posterior, e a prova oral, altamente subjetiva, é um instrumento de manipulação. É com o recurso da prova oral que a corporação se perpetua e privilegia as pessoas ao seu alvitre.

II – emitir súmulas vinculantes;

III – exercer faculdades disciplinares sobre os magistrados;

IV – decidir sobre abertura do processo de remoção de magistrado e apresentação de acusação e aplicação de sanção ao juiz;

V – estabelecer os regulamentos necessários à organização judiciária e tudo aquilo que for indispensável para assegurar a independência dos magistrados e a eficaz prestação da justiça.

Minha justificativa, Sr. Presidente, é a seguinte:

Nossa proposta objetiva dotar o Poder Judiciário de mecanismo de controle externo, de modo semelhante ao adotado pelas Constituições argentina, espanhola e portuguesa, em razão desses países terem experiências históricas, culturais, constitucionais e jurídicas próximas às nossas.

Então, na verdade, procuramos exatamente modelos de Justiça, de Códigos e modelos de experiência constitucional semelhantes à brasileira.

Por outro lado, devemos observar que a alteração constitucional proposta não atenta contra a separação dos Poderes, que constitui cláusula pétrea, conforme estabelece o art. 60, § 4º, III, da Constituição Federal.

A nosso ver, a introdução do controle externo do Poder Judiciário, mediante a instituição do Conselho Nacional de Justiça, na forma dessa proposta, integrada por vinte membros com mandatos limitados a três anos, sem direito a recondução, os quais serão eleitos pelos integrantes ou associados dos órgãos de entidades legislativas, judiciais e acadêmicas, propiciará o arejamento dos tribunais e sua exposição à avaliação da sociedade.

Hoje, os tribunais são uma caixa-preta. Que falem sobre isso os membros da CPI do Judiciário.

Prevemos ainda que o membro do conselho que não esteja exercendo seu mandato em consonância com a orientação do órgão ou entidade que representa tenha seu mandato cassado. Ou seja, introduzimos a elaboração do movimento sindical italiano, que consiste no mandato imperativo, um mandato para cumprir determinado múnus, determinados compromissos. O mandato é estabelecido por uma base. Caso o mandatário não se comporte conforme a expectativa da base que o elegeu, a mesma base pode removê-lo e substituí-lo de forma imediata. O conceito de mandato imperativo é sociológico, extraordinariamente eficiente e moderno. Esse mandato pode ser cassado mediante o voto da maioria dos membros do órgão ou entidade que ele representa.

Desse modo, o Poder Judiciário passará a se equiparar aos outros dois Poderes da República

quanto à fiscalização dos seus atos. O Poder Executivo submete-se à fiscalização do Poder Legislativo, estando ambos, por sua vez, periodicamente submetidos ao voto popular.

Sr. Presidente, a nossa Constituição diz que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido. O único Poder que não se submete às eleições e à fiscalização externa de espécie alguma é o Poder Judiciário. O resultado disso tem sido extraordinariamente negativo para o próprio Poder Judiciário, que acaba vendo aprofundado em seu seio um processo de corrupção nunca resolvido e nunca fiscalizado.

Repare-se, assim, o desequilíbrio que privilegia o Poder Judiciário, cuja fiscalização é realizada pelos seus próprios órgãos internos de correição, contrariando, desse modo, o excelso princípio jurídico que veda ao juiz julgar em causa própria. É como se só o Congresso Nacional, Senado e Câmara, pudesse julgar em quaisquer ações seus membros.

Diante do exposto, não temos dúvida quanto ao acolhimento da proposta. Ela é oportuna, necessária, já experimentada em outros países e surge da exigência da própria consciência nacional mobilizada pela CPI do Judiciário realizada no Senado da República.

São esses os argumentos que considero consistentes, importantes e que me levaram a formular, após o exame de outras instituições em outros países, a proposta para o órgão externo de controle judicial do Brasil.

A alegação de que, por ela existir em outros países, não pode ser imitada é absurda, principalmente neste Brasil onde se copia tudo dos Estados Unidos, sobretudo no sentido da orientação econômica.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço vista do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador José Eduardo Dutra pede vista do projeto.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, também peço vista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Antonio Carlos Valadares também pede vista.

Portanto, concedo vista coletiva ao projeto, o que evidentemente dará tempo ao relator.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, embora tenha lido parecer contrário, sou favorável a esta emenda constitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está, portanto, concedida vista coletiva ao projeto.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, este é um momento importantíssimo para esta Comissão e para o Senado da República.

Se eu e o Senador José Fogaça somos favoráveis a um mesmo projeto, o projeto é muito bom, uma vez que temos divergido sistematicamente.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Ou é muito bom ou está errado.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Ou está completamente errado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Alguém não está entendendo o que o outro está falando.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está, portanto, concedida vista coletiva ao projeto.

Passamos ao Item nº 3: Projeto de Lei do Senado nº 154/99, que, da mesma forma, não será apreciado em função da ausência do autor, Senador Arlindo Porto, muito embora o Relator, Senador Amir Lando, não se encontre presente.. do

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Consulto se não houve ainda uma solicitação da Mesa...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Apresentei um requerimento de tramitação em conjunto. Há um projeto de iniciativa do Poder Executivo, que veio da Câmara e que trata do mesmo assunto. Apresentei, então, o requerimento para tramitação conjunta dos três.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. A matéria está em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 208/99. Por essa razão, portanto, susta-se a sua apreciação neste momento.

Esgotada a pauta, renovo a convocação para a reunião extraordinária da próxima quinta-feira, quando será realizada audiência pública sobre a imputabilidade de pena a menores de 18 anos.

Está encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h20min.)*

**Ata da 45ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 17 de novembro de 1999, às 10h (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia dezessete de novembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Bernardo Cabral, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Djalma Bessa, Luzia To-



ledo, Pedro Simon, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara, Antonio Carlos Valadares, Ney Suassuna, Maria do Carmo Alves, Amir Lando, José Fogaça, Bello Parga, Luiz Estevão, Edison Lobão, Roberto Requião, Iris Rezende, José Alencar, Romero Jucá e Agnelo Alves, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renan Calheiros, Jádér Barbalho, Ramez Tebet, Álvaro Dias, Carlos Wilson, Sérgio Machado, e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se ao item 09) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 25, DE 1998 que “Institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.” Autoria: Senadora Emília Fernandes. Relator: Senador Francelino Pereira. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1999 que “Acrescenta o parágrafo 1º, ao artigo 9º, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.” Autoria: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Iris Rezende. A Presidência designa o Senador Amir Lando, Relator “Ad Hoc”. Parecer: pela aprovação com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. **Resultado:** concedida vista coletiva aos Srs. Senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara. A Presidência retoma a ordem normal da pauta, passa-se ao item 01) EMENDA Nº 01 DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 180, DE 1999 que “Acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de federação de Partidos Políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida Lei, e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 setembro de 1997.” Autoria: Senador José Agripino. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: pela rejeição da Emenda nº 01 de Plenário. **Resultado:** concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares. Deixam de ser apreciados os itens 2, 3 e 4, em virtude da ausência dos relatores e autores. Passa-se ao item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 1999 que “Institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo e dá outras providências”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Parecer. A Comissão aprova a inclusão do item EXTRA-PAUTA 01) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 1999 – Complementar (Tramitando em regime de urgência constitucional, com prazo de 45 – art. 64 da Constituição Federal) que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 (organiza a Defensoria Pública da União, Estados e do Distrito Federal).” Autoria: Presidência da República. Relator: Senador

Bernardo Cabral. Parecer: favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 01. **Resultado:** aprovado o Parecer. Abstêm-se de votar os Senadores Antonio Carlos Valadares e Lúcio Alcântara. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy. Passa-se ao Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 1999 que “Altera o art. 1.611 do Código Civil, estendendo o benefício do § 2º ao filho necessitado portador de deficiência”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela aprovação com a Emenda que apresenta. **Resultado:** aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. Abstêm-se de votar o Senador Edison Lobão autor do Projeto. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 1999 que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que ‘dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências’”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Parecer. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se ao item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999 que “Acrescenta parágrafo ao artigo 14 da Lei nº 1.060, de 5 fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito”. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Projeto. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1999 que “Altera o artigo 46, da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977 e dá outras providências”. Autoria: Senador Edison Lobão. Relatora: Senadora Luzia Toledo. A Presidência designa o Senador Romeu Tuma, Relator “Ad Hoc”. Parecer: pela aprovação com as Emendas de nºs 01 a 03 que apresenta. **Resultado:** aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, ficando adiados os seguintes itens da Pauta: 02) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1999; 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 1999; 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 1999; e 10) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 1999; e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos. Senador **José Agripino** Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental. Declaro aberta a presente reunião, consultando o plenário sobre se estaria de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.



Conforme foi acordado pelos membros da Comissão, colocaremos em pauta as matérias cujos relatores se encontrem presentes. Na ausência do relator, pelo menos o autor. Tendo em vista o critério aprovado e, na ausência, no momento, do Senador Edison Lobão, do Senador Jefferson Péres, do Senador Ramez Tebet, relatores dos itens 1, 2 e 3, da Senadora Luíza Toledo, relatora do item 4, passamos, de imediato, ao item 5, cuja relatora se encontra presente, a Senadora Maria do Carmo Alves.

Item 5

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPIÑO** – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, queria pedir a inversão do item 9 porque sou o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> solicita, portanto, a inversão de pauta para que possamos apreciar o item 9 da pauta?

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, passaremos, de imediato ao item 9 da pauta.

Projeto de Resolução do Senado nº 25, de 98, que institui o Diploma Mulher-Cidadã, Berta Lutze e dá outras providências, de autoria da Senadora Emília Fernandes, Relator, Senador Francelino Pereira que oferece parecer pela aprovação.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, o meu parecer se compõe do relatório e análise.

O relatório é o seguinte e convém lê-lo porque trata-se de uma matéria de importância:

O Projeto de Resolução nº 25, de 98, apresentado pela Senadora Emília Fernandes, cria o Diploma Mulher-Cidadã Berta Lutze, com o intuito de premiar, anualmente, personalidades femininas que tenham se destacado na luta pela defesa dos direitos da mulher.

O projeto prevê que o diploma será conferido a 5 mulheres de diferentes áreas de atuação, em sessão do Senado Federal convocada para esse fim, dentro da agenda de atividade que marca o Dia Internacional da Mulher, 8 de março. A seleção das candidaturas apresentadas será realizada por um conselho constituído para essa finalidade que apreciará os nomes que tenham sido encaminhados à Mesa Diretora do Senado Federal, até o dia 1º de novembro do ano imediatamente anterior.

As mencionadas candidaturas poderão ser sugeridas por qualquer entidade governamental ou não,

cujas atividades seja relacionada a promoção e valorização da mulher.

Em análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após ter recebido parecer favorável da Comissão de Educação, o projeto em exame não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise – O Congresso Nacional, em boa hora vem reverenciar com a criação do Diploma Mulher-Cidadã Berta Lutze, a atuação de mulheres que tenham se destacado em suas respectivas áreas de atuação profissional, na luta pelo resgate e consolidação dos direitos da mulher.

O reconhecimento e a valorização dessa luta, encontram incondicional respaldo em todos os setores da sociedade. Nesse sentido, nada mais oportuno do que o apoio do Congresso Nacional à referida causa seja expresso por intermédio da presente homenagem.

A escolha do formato do diploma é também bastante pertinente, uma vez que tal iniciativa não implica concessão de pecúnia, o que viria contrariar a política de austeridade adotada pela causa.

De outra parte, cabe destacar que a escolha de Berta Lutze para dar título à láurea, merece todo aplauso. Ninguém incorporou de forma tão efetiva, a vida pessoal, a luta em favor dos direitos da mulher como tão bem ressalta a justificação do projeto.

Entre as muitas missões empreendidas por essa ilustre brasileira, merece destaque as campanhas pela igualdade de salários, pelo acesso à escola e pelo voto das mulheres, em um momento histórico caracterizado pela mais arraigada opressão da condição feminina.

Em 1936, como Deputada Federal, Berta Lutze, voltou o seu empenho para a alteração da legislação trabalhista referente à mulher e ao menor, ao tempo em que propôs a redução da jornada de trabalho e a licença de 3 meses para gestante. Infatigável, Berta Lutze lutou a favor da emancipação feminina até o final da vida e difundiu suas idéias por intermédio de inúmeras associações nacionais e internacionais dedicadas ao tema.

Entretanto, as mazelas contra as quais lutou ainda persistem em muitas regiões brasileiras e, por esse motivo, a escolha de seu nome para premiar a atuação destacada de cidadãs que abraçam a causa da defesa dos direitos da mulher é de oportunidade inequívoca.

#### VOTO

Nesse sentido, Sr. Presidente, por considerar-nos que a meritória proposta encontra-se em perfeita

consonância com os ditames constitucionais, além de não apresentar óbice de natureza jurídica, pronunciamos-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução nº 25, de 1998.

É o parecer e o voto.

O Projeto de Resolução é o nº 25, de 1998, que consta dos avulsos distribuídos aos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela aprovação.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Francelino Pereira queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, já que preciso me ausentar desta reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista a realização de uma reunião agora da CPI do Judiciário em que está sendo lido o relatório do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, solicito a V. Exª e aos companheiros a inversão de pauta, para que seja votado o Item 12, que é um projeto de minha autoria, tendo como Relator o Senador Iris Rezende.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A solicitação está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a solicitação de inversão da pauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passa-se, de imediato, à apreciação do Item 12 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 205, que acrescenta o § 1º ao art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, de autoria do Senador Luiz Estevão. Relator, Senador Iris Rezende, que oferece parecer pela aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Eu pediria ao Senador Amir Lando que procedesse à leitura do parecer do Relator, Senador Iris Rezende, que se encontra ausente do plenário.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, encontra-se sob exame desta Comissão Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1999, que acrescenta § 1º ao art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

O referido projeto, de autoria do nobre Senador Luiz Estevão, visa modificar o art. 9º da citada Lei nº 4.591, de 1964, que rege os condomínios e as edificações, no sentido de permitir que os locatários de unidades autônomas, **shopping center**, possam participar das reuniões ou assembléias para o estabelecimento da convenção de condomínio e do regimento interno.

A lei atualmente restringe a participação de instalação do condomínio aos proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários dos direitos pertinentes à aquisição de unidades autônomas (art. 9º, **caput**, da Lei em vigor). Não contempla, portanto, a hipótese de locatário de unidades autônomas participar de assembléias condominiais.

Para permitir a participação dos lojistas de **shopping centers** nesse tipo de assembléia, o autor apresentou proposição ora examinada, a qual não recebeu emendas no prazo regimental.

Realmente, os lojistas de **shopping centers** não são, em sua maioria, proprietários do ponto, mas precisam do fundo de comércio para manter em funcionamento o negócio.

Assim, as decisões relativas à administração do condomínio tocam de perto os interesses dos lojistas, que não podem participar das decisões porquanto não possuem direito a voto.

Como os objetivos dos **shopping centers** são comerciais, os lojistas locatários têm legítimo interesse de participar da administração do prédio com direito a voto. Nessa espécie de condomínio, as decisões relativas à administração do edifício influem muito em termos de custos – a atratividade do ponto, a manutenção das instalações, por exemplo. Excluir o lojista do processo significa adicionar mais uma incerteza em seu negócio, que já está submetido, por certo, à variabilidade de ordem financeira, de comportamento da demanda e de reposição dos estoques.

Diante desses argumentos, é evidente que a iniciativa, quanto ao mérito, merece acolhida. Todavia, visando adaptar o texto às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998, e no sentido de tornar mais



precisa a redação da ementa do projeto, oferecemos as seguintes emendas.

A Emenda nº 01 tem o seguinte teor:

“Acrescente-se parágrafo ao art. 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, no sentido de permitir aos locatários participar, com direito a voto, de assembléia condominial em prédios com características de **shopping center**.”

A Emenda nº 02, que também é acrescentada, tem o seguinte teor:

“Art. 1º O artigo 9º da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, fica acrescido do seguinte parágrafo 1º, numerando-se os demais:

§ 1º Quando da elaboração da convenção de condomínio nas assembléias gerais ordinárias ou extraordinárias, será permitido, em se tratando de edificação com características de **shopping center**, a participação, com direito a voto, dos locatários de unidades autônomas do imóvel, observadas as normas legais que regem as locações de natureza comercial.”

Em síntese, as emendas não alteram o teor nem a natureza do projeto, apenas dão-lhe uma redação mais precisa e mais técnica. Portanto, o parecer é no sentido de aprovação do projeto com as emendas ora lidas.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer está em discussão.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, é oportuno este projeto em razão da situação econômica que o País atravessa. Os condôminos de **shopping centers** são sempre sacrificados, não só pelo pagamento de porcentagem de suas vendas, como em razão de reformas e outros eventos que se realizam no **shopping**, sem que sobre a oportunidade dessas decisões eles tenham o direito de opinar.

Gostaria de um esclarecimento quanto à Emenda nº 01, que me poderá ser dado pelo autor ou pelo relator do projeto. Hoje, vários armazéns são locados por boxe, como se fossem **shopping centers**. Creio que com a redação “...com características de **shopping center**” o que se quis foi alcançar essas locações mensais por boxe, que todo mês são renovadas. Para alcançá-las, teve-se que dar uma extensão maior ao conceito, indo além do **shopping center stricto sensu**. Acredito que com a redação que foi dada, serão alcançados esses armazéns e áreas que estão sendo muito aproveitadas, principalmente em São Paulo.

**O SR. AMIR LANDO** – “Com características...” deu uma amplitude maior. O sentido essencial é essa participação nas decisões do condomínio que os locatários têm.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Sr. Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, aparentemente, trata-se de uma matéria simples, mas, na verdade, trata-se de um projeto que atinge os **shopping centers** do País inteiro.

Peço licença ao Senador Luiz Estevão para pedir vista do projeto, porque não posso votar uma matéria dessa natureza sem conversar, sem ouvir os representantes dessa área, sobretudo no meu Estado de Minas Gerais, que é um estado de grande dimensão econômica e comercial.

Peço vista, com a concordância do Senador Luiz Estevão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, é uma honra o Senador Francelino Pereira ter abordado a questão da concordância, até porque um pedido de vista da parte dele, certamente, será para o enriquecimento do projeto. O mesmo aconteceu quando o Senador Iris Rezende, ao elaborar seu relatório, aperfeiçoou o projeto, como registrado pelo Senador Romeu Tuma e pelo Senador Amir Lando, ampliando, na verdade, a abrangência do projeto.

O projeto, como V. Exª disse, é um projeto muito importante, porque atualmente 95% das lojas de **shopping centers** são locadas, isto é, não são de propriedade de seus ocupantes. Portanto, é uma situação errônea que eles sejam obrigados a acatar decisões de condomínio nas quais eles não têm qualquer participação, direito de opinar ou direito a voto. Daí a natureza do projeto, que tenho certeza será enriquecido com as observações que V. Exª fizer.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não tenho dúvida nenhuma de que se trata de uma matéria expressiva, portanto, polêmica, e que merece ser analisada por todos os Senadores com muita atenção, tendo em vista a sua finalidade que é significativa. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Fica, portanto, concedida vista ao Senador Francelino do Projeto de Lei do Senado nº 205/99.



**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Só para uma retificação, Sr. Presidente, o item 11 da pauta dá como relator de um projeto de lei do Senado o eminente Senador Álvaro Dias. O Senador Álvaro Dias é o autor da matéria e o relator sou eu. Eu queria apenas avisar aos ilustres colegas que houve um erro de impressão, erro material, sanável agora com a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, para colocar nos devidos termos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Obrigada, V. Ex<sup>a</sup>, pela colaboração.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga, pela ordem.

**O SR. BELLO PARGA** – É o seguinte, Sr. Presidente: no tocante à redação de uma emenda do relator, como S. Ex<sup>a</sup> não está presente, quero aqui fazer essa observação ao autor do projeto do Senador Luiz Estevão. Como está redigido, será permitido em se tratando de edificação, tendo em vista a questão dos armazéns levantada, acredito que a redação mais adequada seria edifício de ocupação coletiva, em vez de edificação, que não é o termo mais adequado. “Ocupação coletiva” define melhor.

**O SR. ROMEU TUMA** – Da emenda nº 1?

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Nº 2.

**O SR. BELLO PARGA** – Nº 2. E não cabe a indicação...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esclareço a V. Ex<sup>as</sup> que a matéria está sendo objeto de vista e a discussão da matéria pode-se proceder quando da apresentação do voto em separado ou da manifestação do Senador Francelino Pereira.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, eu também solicito vista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vista, portanto, concedida aos Senadores Francelino Pereira e Lúcio Alcântara.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não me quero furtar a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer um registro da questão da língua. O oportuno projeto do Senador Luiz Estevão, ao qual não tenho nenhuma objeção, ao contrário, sou favorável ao projeto, traz a palavra “shopping center”, de língua inglesa.

Em homenagem ao meu mestre de língua portuguesa, com o qual iniciei na arte da fala e da escrita, Prof. Édson de Oliveira, do Rio Grande do Sul, recomendo o aportuguesamento gráfico. Portanto, “shopping” deve ser escrito com x, acento no “o”, e terminar em “n”. Sendo uma paroxítona terminada em “n”, é, portanto, acentuada graficamente. “Xópin”. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>. Creio que interpreto também o pensamento do Senador Luiz Estevão.

Voltemos ao item 1 da pauta:

Emenda nº 1 de plenário ao substitutivo do Projeto de Lei nº 180/99, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida Lei, e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, de autoria do Senador José Agripino e relatoria do Senador Edison Lobão, a quem passo a palavra para emitir parecer.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, o eminente Senador José Eduardo Dutra propôs em plenário uma emenda que dizia simplesmente o seguinte: “Revoga-se o art. 4º da Lei”. Justificando no plenário, discursou S. Ex<sup>a</sup> dizendo: “Esta emenda visa dar uma segunda oportunidade ao Senado de sanar um vício grave de inconstitucionalidade do projeto.”

O art. 4.º do Substitutivo diz: “É revogado o art. 57 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995”.

O art. 57 é o que estabelece a regra de transição na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, tendo gerado, inclusive, direitos adquiridos. A revogação do art. 57 da Lei nº 9.096 fará com que, mais uma vez, uma lei do Congresso Nacional seja contestada no Supremo, para depois ser revogada.

Sendo assim, consideramos importante a revogação do art. 4.º do Substitutivo, proposta na emenda, para que não saia mais uma lei desta Casa com o vício insanável de inconstitucionalidade.

Esta é a justificação do Senador José Eduardo Dutra.

Sr. Presidente, examinando a questão verifico que, no caso particular da revogação do art. 57 da Lei dos Partidos Políticos, que é a Lei nº 9.096/95, objeto do Projeto de Lei do Senado nº 180/99, se há que falar em direito adquirido, ele vale para os partidos que se encontrarem em funcionamento na legislatura em curso à época da entrada em vigor da nova norma.

O funcionamento parlamentar, de acordo com as regras de transição do art. 57, não constitui um direito adquirido de forma definitiva, mas uma situação jurídica válida apenas para partidos em funcionamento à época em que as normas forem alteradas.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Pela ordem. Senador Edison Lobão, qual é a página que V. Ex<sup>a</sup> está lendo?

**O SR. EDISON LOBÃO** – Eu não estou lendo página nenhuma, eu estou emitindo o meu parecer.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – É o Item nº 1. Eu não estou conseguindo acompanhar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O parecer não está aí.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não está aqui? E onde está?

**O SR. EDISON LOBÃO** – Não, não está. Eu estou emitindo o parecer verbalmente.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – É verbal? Então, muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Edison Lobão. Pode prosseguir.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Prossigo, Sr. Presidente. A revogação, portanto, do art. 57 da Lei dos Partidos Políticos, não extingue, apenas antecipa o termo inicial do prazo de transição para aplicação do disposto no art. 13 quanto ao funcionamento parlamentar de partido político e quanto às regras de distribuição de recursos do fundo partidário, e de acesso, portanto, ao rádio e à televisão. Tal prazo, pela norma em vigor, abrange o período entre o início de 1999, início da legislatura, e a proclamação dos resultados da eleição de 2006 para a Câmara dos Deputados.

Assim, a revogação do art. 57 resultará, na prática, na imediata entrada em vigor da norma do art. 13 quanto aos requisitos para a distribuição dos recursos do fundo partidário e do acesso ao rádio e à televisão, mas em sua aplicação apenas na próxima legislatura. O funcionamento parlamentar é determinado no início de uma legislatura, de acordo com as normas em vigor, no caso do art. 13 da Lei nº 9.096/95, com as regras de transição do art. 57.

A aprovação das modificações propostas pelo Projeto de Lei do Senado nº 180, nos termos do Substitutivo, que revoga o art. 57, não interfere no funcionamento parlamentar já determinado, pois as novas regras, ou as regras já estabelecidas no art. 13, só serão aplicadas no início da próxima legislatura, isto é, no início de 2002. Em outras palavras, a modificação no funcionamento parlamentar em decorrência da revogação do art. 57 não atingirá os partidos que já

estão com o seu funcionamento parlamentar assegurado pelas regras atuais.

Assim, a mudança, se ocorrer, terá a sua vigência imediata, mas só se aplicará à próxima legislatura, ou seja, a partir de 2002. Por consequência, Sr. Presidente, voto contrariamente à emenda do Senador José Eduardo Dutra, à emenda de plenário.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão o parecer, que oferece manifestação contrária à emenda do Senador José Eduardo Dutra, de plenário. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, tendo em vista que o autor da emenda, Senador José Eduardo Dutra, não se encontra, pois está em outra Comissão, cumprindo uma tarefa do Bloco, eu gostaria de pedir vista da matéria, haja vista que ela é da maior importância para o aprimoramento do exercício da democracia e dos partidos políticos no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo, portanto, vista a V. Ex<sup>a</sup>, pelas razões regimentais e de ordem prática que V. Ex<sup>a</sup> apresenta.

O Item 2 da pauta, a PEC nº 37, deixa de ser apreciado pelo fato de o autor e o relator se encontrarem ausentes do plenário. De acordo com o entendimento aqui mantido entre os membros da Comissão, quando o autor ou o relator não se encontram presentes, a matéria fica adiada.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, fica adiada por uma sessão.

Se na próxima eles não comparecerem terá a leitura...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Isto é que gostaria de colocar em apreciação.

Não podemos ficar à mercê de eventuais medidas obstrucionistas.

Acho o que V. Ex<sup>a</sup> levanta é mais do que lógico. Na medida em que o autor e o relator não se encontram presentes respeita-se o entendimento. Se na próxima reunião, quando a matéria será incluída na pauta, novamente, não se encontrar – o que não será o caso desta matéria, porque o Senador Requião teve a delicadeza de vir a mesa pedir para que a matéria fosse apreciada na próxima reunião, tendo em vista a ausência, inclusive, do Senador Dutra, que apresentou voto em separado, então não é o caso desta matéria e especificamente, mas em outras matérias –, se não for apreciada por razão de ausência do autor, ou



do relator, numa sessão; e na próxima sessão, sessão seguinte, incluído na pauta não se encontrarem mais uma vez presentes relator e autor a matéria será de toda forma apreciada. Se isto consultar o entendimento dos membros da comissão.

Coloco essa proposição em votação. (Pausa.)

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Com um adendo. Que a secretaria da comissão notifique autor e relator de que na próxima reunião será colocada em votação, independentemente da presença de um ou de outro ou dos dois.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Oportuna a observação de V. Ex<sup>a</sup>.

Se estiverem de acordo fica adotada essa norma.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Pediria que V. Ex<sup>a</sup> determinasse à Secretaria que fizesse uma comunicação a todos os integrantes da comissão desta decisão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Assim será feito.

Quero registrar que se encontram presentes doze membros efetivos da comissão.

A deliberação dessa matéria, portanto, foi tomada por maioria dos membros da comissão.

Determino à Secretaria que oficie aos membros da comissão o que acaba de ser deliberado.

O item 3 da pauta, igualmente, deixa de ser apreciado pelo fato do autor, Senador Leomar Quintanilha e o relator, Senador Ramez Tebet não se encontrarem presente.

O item 4, igualmente, deixa de ser apreciado.

Passa-se ao item 5:

Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1999, que institui o programa nacional de bolsas de estudos e dá outras providências.

De autoria do Senador Edison Lobão.

Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, que oferece parecer pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o presente projeto de lei é de autoria do Senador Edison Lobão, e tem como objetivo instituir o programa nacional de bolsas de estudo para custear total ou parcialmente os encargos educacionais normalmente cobrados por instituições de educação básica.

Segundo o art.1º somente poderão ser beneficiados pelo programa estudantes cuja renda familiar anual não ultrapassa o limite de isenção do im-

posto de renda e que estejam matriculados em instituições que se enquadrem como confeccionais, comunitárias ou filantrópicas.

O mesmo art. 2º deixa claro que os recursos públicos federais, destinados a bolsa de estudo para educação básica, na forma do art. 213, inciso I, da Constituição Federal, e do art. 77 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, serão globalmente previstos no Orçamento da União, diretamente para o programa nacional de bolsas de estudo.

A proposição determina que ao Poder Executivo Federal caberá:

1º) – Estabelecer o valor anual de cada bolsa de estudo, com base na média dos preços praticados nas escolas privadas de educação básica;

2º) – Definir os critérios para comprovação da insuficiência de recursos e para seleção dos candidatos;

3º) – Fixar o número de formulários e de cotas de bolsas que serão distribuídos para cada unidade da Federação;

4º) – Fazer a seleção dos candidatos inscritos.

O critério escolhido para definição do número de formulário de cotas de bolsas para cada unidade da Federação foi o da proporcionalidade, de modo a aquilhoar-se melhor aquelas com o maior percentual de jovens entre sete e catorze anos fora da escola. Quanto à seleção dos candidatos, ela será feita por órgão competente do Poder Executivo. E o critério adotado foi o de dar preferência aos residentes em municípios onde houver maior falta de vagas ou de cursos regulares da rede pública.

Estabelece ainda que caberá ao órgão competente para a seleção informar a concessão da bolsa aos candidatos selecionados e enviar os recursos correspondentes diretamente para as instituições de ensino, após a comprovação de que o bolsista está devidamente matriculado e com frequência regular.

Determina ainda que nenhuma escola poderá cobrar dos bolsistas qualquer contribuição a título de complementação da anuidade, mesmo que o valor da bolsa seja inferior ao da anuidade.

#### **Da análise.**

O objetivo do projeto enquadra-se perfeitamente no mandamento constitucional sobre o dever do Estado com a educação. E sua aprovação instituirá uma alternativa de contribuição efetiva para se garantir o ensino fundamental gratuito e obrigatório e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio.



Os critérios adotados, como o da proporcionalidade entre as unidades da Federação e o de beneficiar as populações mais carentes nos locais com maior índice de falta de vagas, respeitam o princípio federativo e estão em consonância com o espírito de redução das diferenças regionais e mesmo o de justiça social que orientou os constituintes de 88.

Apesar da competência desta Comissão não se estender ao mérito, ressaltamos a importância da argumentação apresentada pelo autor da justificativa e defendemos o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, para o atendimento das crianças e jovens mais carentes pelo menos para os próximos dez anos, diante da insuficiência das três esferas do Poder para garantir o direito à educação inclusive no nível fundamental principalmente no Norte e Nordeste do País.

#### **Do voto.**

Do exposto, concluímos não haver óbices constitucionais ou jurídicos para a aprovação do Projeto nº 59/99, o qual foi redigido dentro da boa técnica legislativa. Votamos favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é favorável. A matéria está em discussão.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra para discutir, o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, uma vez que a matéria fala sobre educação, seria da maior conveniência que o projeto passasse pela comissão competente, a Comissão de Educação, porque está nas atribuições dela deliberar sobre projetos que falem de bolsas de estudo.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o autor, Senador Edison Lobão, que, em boa hora, lembrou-se de que a bolsa de estudo é um instrumento da maior importância, principalmente para as classes mais pobres que não podem pagar colégio. E a sua instituição é da mais alta relevância para a igualdade da educação no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esclareço que a matéria será despachada desta Comissão para a Comissão de Educação para a análise do mérito.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – A matéria continua em discussão.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – A decisão foi de V. Ex.<sup>a</sup> ou já estava despachada pela Secretaria da Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estava.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Há um projeto de autoria do Deputado Ubiratan Aguiar tramitando no Senado – e dele, em uma das fases, fui Relator – que visa justamente a regulamentar o art. 213 da Constituição Federal. Salvo engano, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos esta semana.

Sugiro – e vamos encontrar a maneira regimental de fazê-lo – que o projeto do Senador Edison Lobão, para que não seja prejudicado, amanhã, votado em plenário esse que já está com a tramitação mais acelerada. Ele seria prejudicado, porque a Casa já haveria deliberado sobre isso. Seria conveniente que ele tramitasse conjuntamente, para que não se desperdiçasse o trabalho do Senador Lobão e da Senadora Maria do Carmo. E pode ser até que, em um determinado momento dessa tramitação, ele possa ser aproveitado, no todo ou em parte, para compor proposta que o Senado envie para a Câmara. Minha sugestão é esta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Bem pensado.

Com a palavra o Senador José Fogaça, para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, não há discordância na proposta do Senador Lúcio Alcântara, porque, realmente, os dois projetos têm incidência sobre temas comuns, embora o projeto do Senador Lobão seja muito mais no sentido de caracterizar a forma pela qual as bolsas de estudo serão concedidas – quando e se concedidas forem.

No caso do projeto do Deputado Ubiratan Aguiar, o que ele diz é: “a partir da decisão de conceder as bolsas de estudo, quais os critérios a serem adotados pelos governos municipais e estaduais”. Então, não há, propriamente, uma contradição entre os dois, embora eles tenham uma incidência comum; eles tratam do mesmo tema, mas não são contraditórios.

Até poderiam ser aprovados separadamente, na minha opinião. Um dá esse conceito genérico do que é bolsa de estudo, como ela deve ser estruturada e como o programa de bolsa de estudo deve ser estruturado, e o outro diz o que devem fazer os Estados e Municípios com seus orçamentos quando for tratada a questão da precariedade de vagas em determinadas regiões. Um ano dá bolsa de estudo, no segundo

ano continua dando bolsa de estudo, mas no terceiro ano não pode dar mais, porque no terceiro ano as vagas têm que estar ali atendidas pela escola pública. Este é o projeto do Deputado Ubiratan Aguiar.

Em princípio não há contradição com esse outro, que diz “quando houver a concessão de bolsas”; quando ela ocorrer, seguir-se-ão as seguintes regras. É o que ele apresenta aqui. Não há contradição, embora o tema seja realmente comum.

Eu não objetaria que houvesse a soma, mas também não há problema em serem os dois examinados em separado. É minha opinião, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, toda vez que me deparo com um deputado, seja ele estadual ou federal, e, no caso aqui, com um Senador preocupado com a questão do ensino no País, quero que como me tranquilizar diante de um quadro preocupante existente neste País na área da educação. Ainda o Brasil não se convenceu inteiramente de que o caminho que buscamos, a situação que almejamos para este País tem que passar, obrigatoriamente, pela educação.

Nos Estados Unidos, há aproximadamente 120 anos, quando conheceram suas potencialidades e chegaram à conclusão de que podiam, no futuro, constituírem-se na maior potência mundial, oferecendo ao seu povo as melhores condições de vida sobre a face da Terra, reunindo o seu conselho, isolaram-se durante dias e semanas, buscando o que fazer diante daquela potencialidade humana e física do país, para que alcançassem a posição de grande potência. Concluíram, ao final, que teriam que investir na educação. Naquela época surgiram as grandes universidades. É comum hoje, nos Estados Unidos, encontrar-se, em um grande centro urbano, uma área invejável ocupada por uma universidade. Isso é decorrência daquele período em que o governo federal proporcionou a criação das universidades. Hoje os Estados Unidos ocupam posição de destaque.

No Brasil ainda, com todo o esforço, estamos a engatinhar nessa área. O Brasil é um país de um povo inteligente, esforçado, mas a injustiça ainda impera. Falamos muito em injustiça social. E ela impera na educação, porque a igualdade de oportunidade não existe ainda. Basta mostrar que a universidade pública não está aberta àqueles que não têm condições financeiras. Noventa por cento dos cursos superiores funcionam durante o dia, de forma que o jovem que precisa trabalhar para se manter ou ajudar a família

não tem condições de estudar em uma instituição pública. Busca escolas particulares. Os jovens que trabalham nos balcões das lojas, bancos, oficinas são pobres e são os que pagam as faculdades particulares no Brasil.

Louvo a iniciativa do Senador Edison Lobão e outros, mas eu me senti no dever de tecer algumas considerações, simplesmente para mostrar que precisamos avançar ainda mais, estender essa preocupação.

Quando candidato ao Governo de Goiás, deparei-me com o seguinte quadro no interior: o jovem do interior do Estado cujos pais não tinham condições de mantê-lo em Goiânia ou em Brasília não prosseguia os estudos. Ele terminava o segundo grau e ficava ali, sem possibilidade de galgar posição melhor pela educação.

Então, parti, quando eleito Governador, para a criação de faculdades no interior, sobretudo na área de ciências e letras. Criamos mais de 20 faculdades e construímos sedes no interior. Na campanha passada, quando não alcancei sucesso, estabeleci um outro programa: a criação de bolsas nas faculdades particulares em qualquer cidade do País onde o jovem que morasse em Goiás há mais de cinco anos fosse aprovado. Há goianos espalhados em faculdades de medicina e engenharia pelo Brasil inteiro: do Maranhão ao Rio Grande do Sul.

Mas o quadro é realmente preocupante, pois eles se esforçam, conseguem aprovação nessas faculdades, mas, no segundo ou terceiro ano, a cruel realidade é que têm que paralisar seus estudos porque o pai adoeceu, por exemplo.

A proposta é justamente para que o jovem que não tem possibilidade de estudar em uma faculdade pública oficial e que esteja aprovado em uma faculdade particular tenha, por parte do Poder Público, garantia do pagamento dos seus estudos. Refiro-me ao jovem que comprovadamente não tiver condições – e isso é fácil de o Poder Público verificar.

Portanto, quero louvar a iniciativa do Senador Edison Lobão e de todos que estão realmente preocupados com a situação. Precisamos buscar um caminho. São milhões de jovens inteligentes perdidos por este Brasil afora cuja inteligência o País não aproveita não encontrou meios.

Ao mesmo tempo, é preciso pensar em mudar o disco. Universidades públicas terão que funcionar à noite para acudir à população pobre. É claro que há exceções. No caso das faculdades de Medicina e outras, não há condição de funcionarem à noite. Mas a maior parte das universidades públicas têm que



funcionar à noite para atender ao pobre e não atender aos interesses do professor. Funcionam de dia para atender aos interesses do professor. Mas a universidade existe não para o professor; existe para o jovem, para o aluno.

Queria simplesmente registrar essa preocupação quando se discute um projeto de tamanha importância.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma e, em seguida, à Senadora Maria do Carmo Alves.

**O SR. ROMEU TUMA** – Concordo com o Senador Iris Rezende. Queria relatar um fato ocorrido comigo na semana passada.

Uma enfermeira do Incor veio falar comigo porque os dois filhos dela estudam no Colégio Confessional, instituição antiga e de renome em São Paulo. O padre a chamou informando-lhe que infelizmente teria de cancelar a meia-bolsa que lhe era oferecida por causa da mudança da legislação para as escolas confessionais e todas as citadas no projeto.

É muito oportuno, portanto, o projeto do Senador Edison Lobão sem desmerecer o mérito do Deputado Ubiratan Aguiar, a que o Senador já fez referência.

É um processo cuja discussão e votação nós não devemos atrasar. Temos de correr, porque vai haver agora a renovação de matrículas e os colégios confessionais já decidiram: se houver mil, dois mil alunos e tiverem que cancelar 80%, eles vão cancelar e reduzir para um valor que todos possam pagar. Não haverá mais tolerância, como descontos de mensalidades, em razão das exigências da nova lei do Governo.

**O SR. IRIS REZENDE** – Até porque agora estão sujeitos ao Imposto de Renda.

**O SR. ROMEU TUMA** – O próprio Governo, após a aprovação recente de uma distribuição de bolsas de estudo, terá de reformular o projeto porque trouxe uma série de consequências....

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – É o crédito educativo.

**O SR. ROMEU TUMA** – O crédito educativo trouxe algumas consequências graves, pela falta de implantação, para a maioria dos que estavam interessados.

É o crédito educativo. Desculpem-me, corrija-me muito bem o Senador Lúcio Alcântara.

Se houver correlação entre os dois fatores, poderá ser uma forma de atender, como propôs o Senador Iris Rezende, à maioria dos estudantes.

Nos colégios confessionais, eles estão dispostos a continuar utilizando o mesmo método, desde que o Governo, no Orçamento, atenda à proposta do Senador Edison Lobão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Antes de passar a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, eu queria lembrar aos Srs. Senadores que, amanhã, às 9h, conforme o deliberado, vamos realizar audiência pública para debater a imputabilidade de pena a menores de 18 anos.

Há uma relação extensa de convidados que têm estreita ligação com o assunto que vêm aqui conosco debater e emitir opiniões, de modo a contribuir para que a Comissão possa formar uma consciência lógica sobre o assunto.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é pertinente a esta Comissão o mérito da questão. Eu tinha conhecimento do outro projeto que tramita na Câmara. E seria interessante ouvir o autor da proposta, para saber qual é exatamente a posição de S. Ex<sup>a</sup>, embora, como disse no início, não caiba a esta Comissão julgar o mérito.

Mas o mérito desta proposição é inquestionável. Na época em que nós estamos vivendo, há um grande número de desempregados e as pessoas estão retirando seus filhos das escolas particulares e colocando-os em escolas públicas. E essas não possuem condições de atender à demanda, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Assim, o projeto vem em uma hora extremamente correta para suprir essa deficiência. Sugiro que seja ouvido o autor da proposição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o autor, Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, como esta é ainda uma questão não totalmente resolvida. Ela consegue galvanizar todas as atenções. Na verdade, o mundo busca o ensino como forma de desenvolvimento. O país que se aparelhou suficiente e convenientemente em matéria de ensino é exatamente aquele que ganhou dimensão, ganhou densidade, cresceu, evoluiu e gerou bem estar para os seus filhos.

Todos sabemos que na Antigüidade a nação valia pelo número de embarcações militares que apresentava, pelos canhões que exibia. Atualmente, as



nações são respeitadas pela ciência e pela tecnologia, ou seja, pelo caminho do ensino, da educação.

O que se busca com este projeto, disse muito bem a Relatora, Senadora Maria do Carmo, é exatamente complementar a ação do Governo. O Governo não conseguiu ainda financiar vagas para atender a toda a demanda nacional. E a escola pública custa muito mais caro do que a escola privada. A bolsa de estudo, portanto, é até um instrumento de economia para o próprio Estado brasileiro, que hoje dispõe de 18% de toda a receita orçamentária para ser empregada na educação. Isso, do ponto de vista do Governo Federal. Os governos estaduais e municipais são obrigados a investir 25% em educação.

Veja a preocupação do Senador Iris Rezende, por exemplo. No programa de Governo de sua campanha eleitoral, exibia soluções dessa natureza. Todos estamos preocupados com isso. O Senador José Fogaça faz uma análise interessante sobre os dois projetos. S. Ex<sup>a</sup> dissecou um e outro e chega à conclusão, verdadeira, real e correta, de que um complementa o outro, um não se choca com o outro. Tanto um poderia ser absorvido pelo outro, complementando-o, como serem votados separadamente. Assim, teríamos uma solução que a mim me parece completa no que diz respeito ao atendimento do ensino básico. As preocupações do Senador Lúcio Alcântara são procedentes porque, na verdade, há o projeto do Deputado Ubiratan Aguiar, votado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e que está seguindo ao exame do Plenário do Senado Federal. Mas tanto faz ser um projeto, o meu projeto, anexado ao outro, complementando-o, como serem votados separadamente.

O que entendo, Sr. Presidente, é que devemos procurar meios e modos para que, de fato, todo aluno brasileiro tenha possibilidade de ensino, de estudo; toda criança em idade escolar tenha acesso à escola. E este é exatamente o caminho mais fácil e mais barato para o Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, este é um debate tão importante que não gostaria de me furtar à oportunidade. Há alguns anos foi publicado um livro de assessores do Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, chamado “Reinventando o Governo”. O governo democrata é o que há de mais à esquerda, é que tem maior conteúdo social, digamos, em qualquer opção política nos Estados Unidos. Um dos dois assessores que escreveram o livro chama-se Gibbler narra uma experiência educativa na cidade de

Nova Iorque. Uma escola pública, num dos bairros de maior tensão e desequilíbrio social, uma escola de quatro andares, uma imensa escola, de muitos, de milhares de alunos, concentrava os maiores problemas de comportamento da juventude, inclusive criminalidade, drogas, violência – as marcas do nosso tempo. Mas ali, naquela escola, chegavam aos níveis mais dramáticos que a cidade mais violenta dos Estados Unidos registrava. A decisão dos administradores, mantendo a escola como escola pública, foi a seguinte: dividir a escola de quatro andares em quatro escolas diferentes. Não seria mais uma escola, mas seriam quatro escolas, cada uma com a sua equipe de professores, a sua direção própria, e até com uma denominação nova, escolhida pelos professores.

Os professores receberam a escola pública como uma concessão de serviço; portanto, não se tornou escola privada, continuou sendo uma escola pública. E o Governo dividiria em quatro a mesma verba que gastava com a escola e entregaria um quarto para cada uma dessas quatro escolas, evidentemente. A diferença seria que a escola ganharia mais do Orçamento dependendo do número de alunos que cada uma dessas escolas tivesse; e a escolha dos alunos era inteiramente livre, ou seja, se querem estudar na escola do quarto, do terceiro, do segundo, ou do primeiro andar. A escolha é do aluno, dos seus pais, enfim, da família.

Sr. Presidente, segundo o relato do livro “Reinventando o Governo”, publicado há mais de cinco anos no Brasil, ocorreu uma mudança drástica. Eliminou-se inteiramente o problema das drogas, da violência, do baixo índice de aproveitamento escolar, da constante perda e evasão de alunos; e as escolas passaram a disputar e concorrer entre si, para cada uma buscar um maior número de alunos matriculados. Os professores das escolas passaram não só a qualificarem-se mais, a prepararem-se melhor, mas também a dedicarem-se, dado o ganho enormemente maior que passaram a ter, em vez de cinco ou seis horas, às vezes 10 ou 12 horas do seu dia para a escola. É uma revolução do ensino que está ocorrendo no país mais desenvolvido do mundo.

De certa forma, pode-se traduzir essa inovação com aquilo que o Senador Iris Rezende observou: quando falta, é preciso um apoio do Estado no sentido de dar ao estudante a possibilidade de estudar na escola que ele escolher, na escola que atenda melhor às suas expectativas. Neste caso, conseguiu-se uma operação, a meu ver, competantíssima e inteligentíssima, no sentido de ele ter escolha em relação a uma

escola pública. Ele poderia escolher, e essa escolha também era feita em função da qualidade do ensino, das melhores condições que a escola oferecesse.

Houve algumas distorções, no entender dos próprios autores do livro, mas, para eles, eram distorções inocentes. Uma escola autodenominou-se Escola Pública Michael Jordan, que é o grande jogador de basquetebol americano, para atrair os estudantes pelo nome da escola. Mas, evidentemente, se a qualidade do ensino, da formação pedagógica, didática, da formação humana, não atendesse às expectativas, fosse pior do que a dos outros andares, a escola perderia alunos e dinheiro. Portanto, houve uma enorme qualificação do ensino e uma enorme melhoria dos padrões sociais da comunidade.

Só que, no Brasil, Senador Edison Lobão, há um poderoso segmento corporativo contra isso.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Veja V. Ex<sup>a</sup> como essa é uma questão que fascina a humanidade; escrevem-se até livros sobre isso. Eu não li, mas tenho notícia desse livro, que é recente, é do governo do Presidente Bill Clinton, recentíssimo. Quer dizer, há uma faixa de perquirição em torno disso inesgotável. V. Ex<sup>a</sup> traz um ângulo novo dessa questão.

Ainda há pouco, o Senador Romeu Tuma fazia algumas observações muito interessantes sobre esse mundo que é o ensino, em relação ao qual temos que ter a maior preocupação se queremos um futuro brilhante para nossos filhos.

Na verdade, quando se cria a bolsa de estudo, que é o que estou propondo, o que se está fazendo, é criar também alternativas para os alunos. Se ele encontra uma vaga numa escola pública, mas prefere uma escola particular, ele alivia aquela escola pública fazendo sua preferência pela escola particular com sua bolsa de estudo.

Até por aí, à meu ver, o projeto é benéfico para os propósitos que todos nós queremos perseguir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que se o Governo não pudesse fazer nada, ele teria que fazer em educação e saúde. Então, não sei se deveríamos abordar com mais profundidade o aspecto do mérito do projeto. Penso que é até desnecessário, tendo em vista que quanto ao mérito ele recebe o aplauso geral da Comissão pelo que pude sentir.

A verdade é que se o Governo não pudesse fazer nada, repito, e fizesse educação e saúde, ele es-

taria realizando alguma coisa de que, realmente, a sociedade necessita.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando para encaminhar a votação.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, quero discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> pode fazer agora quando do encaminhamento.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria saudar a iniciativa do Senador Edison Lobão. Não há dúvidas que, inclusive, S. Ex<sup>a</sup> encontrou uma faixa estreita entre a competência do Poder Legislativo e a competência exclusiva do Presidente da República. É uma área que fica difícil, talvez, legislar e, sobretudo, colocar de maneira definitiva uma questão tão importante como é a concessão de bolsas de estudo.

Não há dúvidas de que o ensino hoje é carente. Tenho dito que vivemos um momento do estado preguiçoso, ele não quer mais prestar os serviços de saúde, educação, saneamento básico e segurança pública. Essa medida vem trazer um alento àqueles que não encontram mais vaga no sistema público de ensino porque sabemos que além de estar conflagrado pela procura e as filas estão aí a denunciar – pessoas dias e dias esperando na fila para alcançar uma vaga no estabelecimento do ensino público, em geral, no Brasil. Não apenas em um estado ou outro, como por todos os recantos do País.

Aqui abre-se essa mão estendida, essa brecha para dar uma oportunidade àqueles que não encontram uma vaga na escola pública, ter a chance de estudar no sistema privado com essa concessão da bolsa de estudo.

Não há dúvidas que também, queria registrar que o autor ficou espremido e aqui teve que delegar ao Poder Executivo aos critérios que seriam próprios de nós apreciarmos, evidentemente, num projeto que viesse do Executivo, nós pudéssemos apreciar inclusive todos os critérios, quando no art. Se delega do Poder Executivo – estabelecerá o valor anual, etc., definirá os critérios para comprovação da insuficiência de recursos dos candidatos.

Aqui, talvez poderíamos ir mais a fundo, mas entendendo que o nosso limite de iniciativa não de legislar, mas de iniciativa, é restrito. Por isso, quero assim mesmo, aprovar o projeto porque vejo que é uma tentativa de propiciar o ensino. Não há dúvidas que é um investimento mais barato que qualquer país faz no



sentido do seu desenvolvimento. Inclusive, tenho defendido muito hoje, o ensino virtual, sobretudo o universitário porque já tem o substrato, já tem uma base. Tenho defendido, inclusive, propus uma emenda no PPA para se instalar as universidades virtuais sobretudo na Amazônia, onde as distâncias são grandes e essas populações remotas jamais terão acesso a uma universidade, a não ser por intermédio do ensino à distância.

Penso que temos que evoluir muito. Inclusive não podia deixar de registrar meu empenho, neste mandato, minha dedicação à questão do ensino. Quero dizer que estou trabalhando na idéia da universidade virtual, e vamos implantá-la já em Rondônia, em alguns municípios, em ao menos quatro municípios. Será a primeira tentativa, talvez com esses cursos, esses pacotes sendo fornecidos pela Universidade de Santa Catarina, que já tem um programa estabelecido, sobretudo na formação de professores, naquelas áreas de ensino como Letras, Pedagogia, Matemática, Biologia, etc., para primeiro preparar os professores.

Não há mais como construir os monstros pesados das universidades tradicionais. Elas serão os laboratórios a produzir cursos. E poderemos, talvez, formar, num Estado como o de Rondônia, em um ano, trinta, vinte, dez ou até cinco mil novos bacharéis nos diversos ramos da ciência. Esta é a nossa proposta.

Esse será um passo fundamental na democratização do ensino. E quero louvar a iniciativa e ao mesmo tempo registrar a frustração do autor, que não pôde ampliá-la mais porque estava espremido diante de duas competências exclusivas: a do Congresso e a do Poder Executivo.

Era este o meu depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Antes de passar ao Item 6, quero comunicar às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que, sobre a mesa, encontra-se um projeto que tramita em regime de urgência e que precisa ser apreciado, de preferência, nesta reunião, tendo em vista que o prazo fatal para sua apreciação na Ordem do Dia do Plenário é dia 24 de novembro. De modo que peço, com a concordância do Plenário, para colocar este item extrapauta para apreciação.

É um projeto de iniciativa do Presidente da República. Refere-se ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1999, lei complementar, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, organizando a Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal. O Relator é o Senador Bernardo Cabral, a quem passo a palavra para proferir seu parecer.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de projeto de lei complementar de iniciativa do Presidente da República, cujo propósito é conferir à Defensoria Pública da União o poder e o dever de firmar convênios com as Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal, para que estas atuem junto aos órgãos de primeiro e segundo graus de jurisdição, para o desempenho das funções que lhes são legalmente cometidas.

A proposição, da mesma forma, autoriza a Defensoria Pública da União a, nos lugares onde não há defensoria pública constituída, firmar convênio com entidade pública que possa desempenhar essa função até que seja criado órgão próprio. O projeto também assegura aos defensores públicos os direitos que a Lei nº 8.112, de 1990, confere aos demais servidores públicos.

A proposição tramitou normalmente pela Câmara dos Deputados, tramita agora no Senado, conforme a Presidência já assinalou, com urgência constitucional, e, da análise, Sr. Presidente, conclui-se que este projeto de lei, nos seus artigos 1º e 2º, refere-se aos direitos dos membros das Defensorias Públicas tanto da União quanto dos Estados e do Distrito Federal, a férias anuais de 60 dias. Querem revogar esta norma especial. Passará a vigor para os defensores públicos a regra geral da Lei nº 8.112, que determina férias anuais de 30 dias.

O voto, Sr. Presidente, está consubstanciado nestes pontos. Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar tanto sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição sob exame quanto sobre o mérito, por se tratar de projeto pertinente, do ponto de vista material, às atribuições desta Comissão.

Quanto à constitucionalidade formal, recorde-se que se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República – aqui faço questão de assinalar o art. 61, § 1º, alíneas “c” e “d” da Constituição Federal – e cuja veiculação deve ocorrer mediante projeto de lei complementar. É o que exige o parágrafo único do art. 134 da Constituição Federal.



Nada há, assim, quanto a esse respeito, que possa obstar a livre tramitação da matéria no Congresso Nacional.

No plano material, o projeto encontra lastro no art. 23 do nosso documento básico. Nomeadamente, esse dispositivo, em seu parágrafo único, determina que: “Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

Da mesma forma, o art. 241 da Carta Magna, inserto no Título X das Disposições Constitucionais Gerais e cuja redação atual foi conferida pela Emenda Constitucional nº 19, diz que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos”.

Procede, assim, que se institua, mediante lei complementar, a colaboração, mediante convênios, entre os entes federados, para o bom exercício das atribuições estatais pertinentes à defesa em juízo dos mais necessitados.

Incumbe assinalar que o texto da proposição a respeito dos ditames legais pertinentes à elaboração legislativa está definido na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Foi apresentado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1999, uma emenda, pelo eminente Senador Jorge Bornhausen, cujo propósito é estabelecer que, além das defensorias estaduais, a Defensoria da União poderá também firmar convênios com as seções estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de exercer atribuição estatal de defesa em juízo dos necessitados.

Somos contrário à adoção da emenda, malgrado os elevados propósitos do seu autor, pelo fato de que o texto atual do projeto não impede a realização de tal convênio sempre que inexistir a defensoria estadual. Além disso, a prestação dos serviços por entidades como a OAB e mesmo por escritórios organizados pelas Faculdades de Direito tem um propósito que guarda certas diferenças com o papel institucional da defensoria pública.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1999, nos termos em que foi aprovado pela colenda Câmara dos Deputados.

É a manifestação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Lido o parecer, a matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara, para discutir.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, vou cometer uma imprudência, porque vou manifestar-me sobre matéria que não é do meu domínio profissional, ainda mais estando aos cuidados do meu querido amigo Senador Bernardo Cabral, que é, com toda justiça, reputado como um grande jurista.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – É modéstia de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas quero pelo menos me esclarecer. Imagino que esta folha que está aqui contém a íntegra da proposta que veio da Câmara dos Deputados. Não é isso, Senador Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – É isto. Projeto de lei complementar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Primeiro, eu queria falar um pouco sobre essa defensoria que foi criada justamente pela Constituição de 88. Não é assim, Senador Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – É isso mesmo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Há uma via-crúcis. Eu cheguei inclusive a me desentender, em sentido positivo, com o Ministro Nelson Jobim, várias vezes, porque lá estava o Defensor Público da União, meu amigo e grande advogado Jurandir Porto. Todos eles eram egressos das auditorias militares. Então eram poucos no Brasil todo e o Governo nunca quis organizar a defensoria, essa é que é a verdade. Estava lá o Joaquim Porto numa sala, inclusive, funcionalmente independente do Ministro da Justiça, até que ele se aborreceu e acabou denunciando. Aqui várias vezes a lei tramitou, não se conseguia aprovar, o Presidente vetava. Enfim, tem sido um caminho muito difícil este da defensoria.

A União agora, o Poder Executivo, optou por repassar, se pudermos usar a expressão, delegar essas atribuições aos estados. Usei repassar de propósito, porque me parece que a expressão “deverá” não seja mais cabível, por que os estados vão aceitar? Porque essa delegação só se delega porque o outro aceita. É evidente quando diz a defensoria pública diz “deverá”, embora diga “preferencialmente”, firmar convênio com defensoria pública, com entidade pública do Estado, do Distrito Federal de prestação de assistência judiciária. Ora, veja bem, se o estado não quiser, não desejar essa delegação, não aceitar essa incumbência, todos eles são defensorias muito insipientes ainda.

Defensoria é justamente o que vai permitir a defesa daquele que não pode ter o seu advogado para a postulação do seu direito.

**O SR. BELLO PARGA** – Permita-me um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não.

**O SR. BELLO PARGA** – Entendo nada obstante autorizada interpretação de V. Ex<sup>a</sup> que o advérbio, preferencialmente, aqui, dá outro sentido que não o seu.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas eu vou chegar lá. E preferencialmente com quem? Com quem? Com as universidades públicas?

**O SR. BELLO PARGA** – Esgotada a possibilidade de firmar com outros aí...?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Eu chego lá, aí eu digo, preferencialmente com quem? É com o Estado, o Estado não aceita, não tem condições, aí vai com quem?

**O SR. BELLO PARGA** – Com quem houver.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Só neste caso é que se houver recusa é que a defensoria pública... porque ela poderia, Senador Lúcio, frustrar a exigência se não houver a imposição nesse sentido.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito bem, preferencialmente visa a possibilidade de o estado não aceitar, recusar, mas aí pode haver inexistência e pode haver recurso. Mesmo assim acho, data vênua, mais correto é o poderá. Deixe-me concluir o raciocínio. A minha dúvida é a seguinte, se preferencialmente o estado não quer, com quem será, será com a Ordem dos Advogados, será com escritório de direito, mas aí deveríamos estabelecer uma hierarquia, atribuir esse preferencialmente, por exemplo, às universidades ou a outras, porque aqui está muito vago. Não há uma sequência se um ou outro não aceita. Do jeito que está aqui, se o estado não aceitar a União pode perfeitamente contratar um escritório de advocacia e fazer eleger como defensor público.

**O SR. BELLO PARGA** – O governo consulta os órgãos públicos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito bem, aí o órgão público não quer.

**O SR. BELLO PARGA** – Ele procura quem tenha.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas, Senador, V. Ex<sup>a</sup> está dizendo isso, mas aqui só está dizendo que preferencialmente deverá firmar convênio com as defensorias públicas. Em direito administrativo o que não está escrito não pode ser estendido. Vale o que está escrito. Se fosse isso, a Defensoria Pública da União deverá, preferencialmente – vamos aceitar o deverá –, firmar convênios com as Defensorias Públi-

cas, com entidades públicas dos Estados e do Distrito Federal de prestação de assistência judiciária, para que essas em seu nome atuem. Tenho a impressão de que aqui talvez coubesse um detalhamento dessas prioridades. Não sei se é o caso.

No § 2º, há ainda a restrição somente ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores. Não é isso, Senador Bernardo Cabral?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Também preferencialmente.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Também preferencialmente. Na Primeira Instância, ficará possivelmente desatendido aquele que, sem meios ou recursos, não tenha como ter um patrono para postular algo na Justiça.

Na verdade, está-se buscando reduzir ao mínimo a organização da Defensoria Pública da União que hoje praticamente não existe, sendo constituída de remanescentes das auditorias militares existentes nos Estados. Ela praticamente não existe. De fato, deseja-se que, se ela vier a atuar, o faça por intermédio de convênios ou de outras instituições que eventualmente venham aceitar essa incumbência.

Lamento que não se tenha constituído – após onze anos da elaboração da Constituição – convenientemente a Defensoria Pública.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Senador Lúcio Alcântara, se houvesse a faculdade do “poderá”, a Defensoria Pública iria fazer esse convênio com quem bem entendesse. Ao se lhe impor esse dever, ela terá de firmar convênio com as Defensorias Públicas e com as entidades públicas dos Estados e do Distrito Federal, até que seja criado o órgão próprio nesses lugares. Se colocássemos “a Defensoria Pública da União poderá preferencialmente”, esse “poderá” permite que ela não faça como lhe está sendo imposto. Os órgãos próprios da Defensoria aos quais se refere o § 2º atuarão preferencialmente perante o Supremo Tribunal e os Tribunais Superiores.

Quando o Advogado da União veio a esta Comissão para a sua sabatina, ele declarou de viva voz que estava praticamente impossibilitado de dar sequência às suas atribuições por essa carência existente em alguns lugares dos Estados e do Distrito Federal.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando chama a atenção para uma preocupação válida. O Relator Senador Bello Parga colocou o “deverá” por já ter, com a sua acuidade – sempre uma característica própria – atentado para o problema.

A idéia é essa, Senador Lúcio Alcântara. Como V. Ex<sup>a</sup> acompanhou a elaboração de Constituição de



1988, por ter sido Constituinte, sabe que a Defensoria Pública da União só foi elevada a nível institucional nessa altura por nós Constituintes.

A tese é boa, Sr. Presidente. A emenda do Senador Jorge Bornhausen é altamente esclarecedora da sua atuação quando Governador. Quando S. Ex<sup>a</sup> foi Governador de Estado – eu era Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil –, Santa Catarina foi um dos primeiros Estados a ter a iniciativa de fazer a defensoria das pessoas necessitadas. Nem se falava em Defensoria Pública. O Governador Jorge Bornhausen fez um convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil para o patrocínio dos direitos e para a defesa dos interesses da população carente. Nesse caso aqui, não mais se justifica porque o projeto de lei complementar prevê. Como está previsto – na linguagem dos mestres em Direito dos quais sou apenas um simples aprendiz –, será despcienda a emenda.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senador Bernardo Cabral, considerando o “preferencialmente”, o texto do projeto diz que a Defensoria Pública da União estaria impedida de atuar diretamente, de ter o seu quadro próprio junto à Primeira Instância. O entendimento é este?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Até que ela tenha os seus próprios órgãos país afora, poderá fazer esses convênios.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O “preferencialmente” pode ser entendido de duas maneiras: ou preferencialmente para que ela não atue diretamente, mas mediante convênios, seja com quem for; ou preferencialmente no sentido de selecionar as entidades com as quais vai celebrar o convênio. Então, ela atuará somente por intermédio de convênio nos Estados e no Distrito Federal.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Não.

**O SR. AMIR LANDO** – A lei é um sistema. Estamos aqui alterando um artigo. Nesse ponto, deseja-se dar preferência para os Estados. É evidente que já é permitido esse convênio com quem quer que queira prestar defensoria. A lei já o permite, porque, enquanto não forem organizados os quadros das defensorias em todos os Estados, é essa a hipótese. Então, esse “preferencialmente” refere-se, em caso de convênio, preferencialmente às Defensorias dos Estados. Parece-me uma medida, do ponto de vista ético, justificada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Constituição, no seu art. 134, estabelece que a Defensoria Pública é

instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa em todos os graus dos necessitados.

Ora, Sr. Presidente, com a disposição do Governo em transferir a competência que lhe é deferida pelo art. 134 da Constituição Federal, a prestação jurisdicional dos mais pobres ficará altamente prejudicada. Suponhamos que, no Estado de Sergipe, onde existe a Defensoria Pública Federal e a Defensoria Pública Estadual, por delegação da Defensoria Pública Federal, por intermédio de convênio, uma pessoa necessitada esteja sendo defendida pela Defensoria Estadual. Em grau de recurso, o processo não fica no Estado de Sergipe, mas vai para o Estado de Pernambuco, onde se situa a sede da Defensoria Pública Federal em grau de recurso. Como, então, fazer a defesa desse pobre coitado lá em Recife, em recurso iniciado no Estado de Sergipe? Além do mais, sabemos da precariedade com que funcionam as defensorias públicas estaduais, uma vez que existem em número resumido em todo o Brasil.

Estou sendo informado pela Senadora Maria do Carmo que só cinco Estados adotaram a defensoria pública, mas ainda não as organizaram. O Estado de Sergipe conseguiu organizar. Entretanto, o número de defensores públicos é tão pequeno que não consegue atender a demanda existente no próprio Estado. Imaginem o número de defensores públicos que seria necessário para atender a demanda da defensoria pública federal.

Sendo assim, Sr. Presidente, o Governo Federal não pode jogar a bola para trás, porque significa dar uma “bicicleta” e entregar o problema a quem não tem condições de resolvê-lo, às defensorias públicas estaduais, que existem em número limitadíssimo.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Com muito prazer.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – V. Ex<sup>a</sup> não está considerando positiva essa iniciativa?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Não, penso que o Governo Federal devia assumir a sua responsabilidade. Se o número de defensorias é insuficiente, já que se trata de uma instituição essencial à defesa dos Estados, como está escrito na Constituição, o Governo Federal devia obedecê-la, fazendo concursos onde não existe a defensoria pública federal.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Os Estados que não tiverem defensoria pública estadual já constituída se sentirão estimulados e animados a constituí-las, por-



que vão receber recursos do Governo Federal para tanto. A firmação de convênios é a transferência da delegação de exercer a defensoria e também é o repasse de recursos. Convênio é isto. Haverá um apoio financeiro do Governo Federal aos Estados na medida de um correspondente custo pelos serviços. Essa iniciativa estimulará os Estados que não têm defensorias a constituí-las, até para abrir esses convênios, o que poderá ser uma forma de compensação.

Nesse sentido, estranho o argumento de V. Ex<sup>a</sup>. Quando os Estados não têm defensoria, passarão possivelmente a tê-la devido a esta lei, na minha opinião. Não têm exatamente porque lhes faltam recursos, que poderão vir da União e que serão otimizados, porque não servirão apenas para pagar aqueles defensores públicos da União, mas possivelmente também ajudarão a sustentar uma estrutura que atuará junto à Justiça Estadual, em nome dos Estados e da Defensoria Pública Estadual.

Vejo a iniciativa como uma abertura de possibilidades em benefício da população, ao colocar duas estruturas sobrepostas, o defensor público do Governo Federal e o defensor público do Estado, que atualmente trabalham muitas vezes de forma a desperdiçar recursos, sem uma otimização de custos e de funcionalidade. Se, ao contrário, se montar uma estrutura de defensoria estadual, com a vinda de recursos da União, eventualmente as escassas ações judiciais junto aos tribunais federais serão também objeto da responsabilidade dos defensores públicos estaduais.

Se eu fosse Governador, aproveitaria esse convênio para criar, para constituir, para, enfim, instalar definitivamente a defensoria pública no meu Estado – se eu não a tivesse, evidentemente.

V. Ex<sup>a</sup>, de certa forma, sempre apresenta uma linha de raciocínio muito positivo no sentido de beneficiar a população, mas, desta vez, o argumento que V. Ex<sup>a</sup> utilizou não sustenta seu raciocínio.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Senador José Fogaça, receber uma aparte de V. Ex<sup>a</sup> é uma honra, uma satisfação, porque sempre o faz com muito brilho e inteligência. Entretanto, neste caso, V. Ex<sup>a</sup> está agindo – como sempre – como um homem de boa-fé e um otimista exagerado. O Governo Federal nunca repassará recursos para o Estado, porque o convênio é uma intenção entre as partes. No caso de uma obrigação constitucional, como o repasse do Governo Federal para o Fundo Nacional de Saúde, em que ele teria de repassar integralmente todos os recursos para a saúde – Emenda Constitucional nº 12 –, o Tribunal de Contas da União detectou que o Governo Federal subtraiu 20% dos recursos da saúde e os

introduziu no Fundo de Estabilização Fiscal, transferência esta que não é autorizada pela Constituição Federal. Ora, se a Constituição prevê que o recurso deve ir integralmente para o setor saúde, para o Fundo Nacional de Saúde, e o Governo não cumpre, imaginem com o convênio. Não podemos esperar pelo Governo Federal, por meio de convênios, para que o necessitado seja bem atendido nos Estados.

Senador José Fogaça, V. Ex<sup>a</sup> é um homem da maior integridade. Não condeno seu otimismo porque, se V. Ex<sup>a</sup> fosse o Presidente da República, não estaríamos discutindo esse assunto. Mas o Presidente da República é outro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup> lembrou que a nossa Defensoria Pública está prevista no art. 134. Mas fez-se uma inovação constitucional quanto à Defensoria Pública da União, porque as dos Estados já existiam. O art. 23 trata da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sr. Presidente, pretende-se com esse Projeto de Lei Complementar resolver um problema de necessidade de assistência judiciária para todos os necessitados no âmbito da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho. Para isso, a Defensoria Pública deveria criar um elevado número de cargos – e ninguém diga que seria garantido um atendimento satisfatório à população. Ora, no contexto atual em que vive a Nação, é claro que é inconveniente a criação de cargos em número elevado para que se atenda mais um serviço do Estado. Recorre-se, então, ao parágrafo único do art. 23 da Constituição, que diz: “Lei Complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”. Aqui está, Sr. Presidente, o que se quer. Pretende-se exatamente fazer o convênio.

Estamos discutindo a Lei Complementar nº 80, de 1994, e agora um novo Projeto de Lei, também complementar, que pretende alterar o dispositivo para melhor. Não morro de amores por vários pontos jurídicos que vêm do Palácio do Planalto, mas, neste caso – ainda com a intervenção feita pelo eminente Senador José Fogaça –, quer-se dar racionalidade, pois, quando se faz o convênio, há o repasse, para que a União preste assistência por um lado e o Estado complemente por outro.

**O SR. ROMEU TUMA** – Segundo exposição de motivos, finalmente, visando dar tratamento isonômi-

co às carreiras jurídicas de Estado no que concerne a direitos e vantagens, o Projeto remete à Lei nº 8.112.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

**A SRA. MARIA DO CÂRMO** – Sr. Presidente, essa questão da defensoria pública é muito séria, porque a grande maioria dos Estados brasileiros não organizaram as suas defensorias. Isso é grave por ser o único órgão que trata da prestação jurisdicional aos necessitados, aos excluídos; nenhum outro se preocupa com a questão.

O parecer do nobre Senador Bernardo Cabral é um parecer brilhante. Quero acreditar que haja realmente essa expectativa da transferência de recursos – como falou o Senador José Fogaça –, para que os outros Estados tenham a vontade de criar suas defensorias públicas, porque só há cinco em todo o Brasil, incluindo o meu Estado.

Receio que, no bojo desta proposta do Presidente da República, venha constar algo que vá em detrimento da assistência dos excluídos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. MARIA DO CARMO** – Pois não.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Citei o caso de um cidadão processado na Justiça Federal, em Sergipe, e que não tem recursos para fazer a sua defesa. Por delegação, por meio de um convênio, vai um defensor público estadual fazer a sua defesa. Mas o juiz federal, em Sergipe, baixa uma sentença contra esse cidadão. Deve, então, haver um recurso, que não vai ser julgado no Estado de Sergipe, mas em outro Estado, no Estado de Pernambuco, cuja capital é Recife. Quem dará assistência a esse pobre desvalido?

A burocracia vai aumentar, não há dúvida nenhuma. E haverá, Sr. Presidente, maior facilidade para o necessitado? Não, pelo contrário. A burocracia vai aumentar, os recursos não serão transferidos – os exemplos o demonstram. E quem vai, mais uma vez, ser prejudicado são aqueles por quem estamos lutando, inclusive constituindo uma comissão da pobreza.

Estamos estudando, há mais de 90 dias, como resolver o problema dos necessitados no Brasil e estamos dificultando, com a alteração dessa lei complementar, de iniciativa do Presidente da República, o direito inalienável, garantido pela Constituição, de o necessitado ter toda a assistência do Estado.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora.

**A SRA. MARIA DO CARMO** – Receio que o necessitado fique à mercê de uma assistência que não

existe. Qual era a obrigação dos Estados? De terem formado as suas defensorias, como fizeram Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Maranhão – são cinco. Isso é preceito constitucional; e os Estados não as organizaram.

Os Estados, antigamente, tinham um departamento. Depois da Constituição, passaram a ter as defensorias. Trata-se de um órgão estruturado, que deveria ser um ágil, competente e não um órgão lento, como vemos.

Quanto ao acompanhamento dos recursos nos tribunais, só existe um Estado em que o defensor vai até o Supremo. Nos outros Estados, as pessoas ficam nos seus Estados, na maior dificuldade.

Com todo o respeito ao parecer do nobre Senador Bernardo Cabral, registro a minha preocupação. Se houvesse realmente uma preocupação com os excluídos, todos os Estados já tinham formado as suas defensorias, já tinham formado as suas Defensorias e estavam – agora, sim – fazendo convênios para cooperação técnica e financeira com as Defensorias da União, a Ordem dos Advogados ou escritórios particulares.

Era isso que queria registrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerra a discussão.

Em votação a matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Bernardo Cabral queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de passar para o próximo item, quero fazer uma retificação. Amanhã, às 10h, será ouvido, no plenário do Senado, o Ministro Rafael Greca, que vem esclarecer fatos de interesse nacional. Faremos uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, enquanto no plenário se realizará também uma audiência pública com o Ministro de Estado.

Portanto, proponho a mudança do horário da audiência pública das 9h para as 15h, na qual será debatida a imputabilidade de pena ao menor de 18 anos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que registre a minha ausência amanhã, porque terei de fazer uma palestra na Assembléia Legislativa do meu Estado sobre “A Amazônia e a Cobiça Internacional”. Evidentemente, amanhã não poderei estar presente à reunião da Comissão nem pela



manhã, nem pela tarde e me verei privado da companhia dos meus eminentes colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Será uma pena.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Assim, peço a V. Ex<sup>a</sup> que registre em Ata a justificativa de minha ausência.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Lamentamos a ausência de V. Ex<sup>a</sup>, que será devidamente registrada em Ata.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, em atenção ao nobre Relator da Constituinte, eu estava com a disposição de votar contra, mas me absterei. Gostaria que constasse em Ata a abstenção com relação a esse projeto. Em atenção ao nobre Relator, não votarei contra, em absoluto.

No Plenário, apresentarei emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aprovado, com a abstenção dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Lúcio Alcântara.

Pelo fato de não se encontrarem presentes o Senador Edison Lobão, autor do Projeto de Lei do Senado nº 32, e a Senadora Luzia Toledo, Relatora, passaremos ao Item nº 7 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 1999, que altera o art. 1.611 do Código Civil, estendendo benefícios do § 2º aos portadores de deficiência. É autor o Senador Edison Lobão, e Relator, o Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer pela aprovação, com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente fizemos uma alteração para tornar mais preciso o objetivo do Senador Edison Lobão. Lerei apenas essa parte.

“Para esclarecer, considera-se a hipótese em que mortos o pai biológico e também o adotivo, ainda que a mãe permanecesse viva, o deficiente poderia requerer o direito a permanecer no imóvel pertencente à família. Obviamente, não é este o fim colimado pelo autor da proposição. Portanto, a nosso ver, o certo é a utilização de termos mais simples e perfeitamente denotativos: ‘na falta do pai e da mãe’”.

As considerações seguintes vinculam-se à terminologia empregada na expressão ‘filho solteiro portador de deficiência’. De que decorre o celibato? E o

que vem a ser a deficiência? O solteiro pode manter-se assim por opção. E a deficiência física ou mental pode ser mínima, inexpressiva, não justificadora da medida. Uma dislexia, por exemplo, a falta de um lóbulo, de um rim ou até de um membro podem não afetar os sentidos e suas funções para o trabalho.

Por outro lado, duas pessoas podem ser casadas entre si e ambas manifestarem deficiências tais que se justifique, por intermédio de uma delas, a concessão do benefício de retenção da habitação, não obstante, no passado, terem consentido como quer a lei e convolado núpcias. A progressão de enfermidade, como o Mal de Alzheimer ou as várias formas de artrose, não torna essas doenças mais amenas ao que vive em matrimônio, concubinato ou união estável.

Assim, parece-nos que, se estivermos certos em nosso observar, o melhor seria dizer: “estende-se ao filho portador de deficiência que o impossibilite para o trabalho”.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Está correta a emenda.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Por fim, a locução “enquanto” na frase “enquanto perdurar o estado de necessidade” estará prejudicada, se esta Comissão acolher a sugestão precedente. Aliás, a substituição se recomenda também porque o estado de necessidade é expressão de sentido próprio no mundo jurídico. Em Direito Penal, diz-se em estado de necessidade quem pratica ato de violência para preservar direito próprio ou alheio, de perigo certo e atual, a quem não deu causa e nem podia de outro modo evitar, desde que observados os limites da conduta extrema, que não podem ultrapassar o razoável. Assim, a nossa emenda é no sentido de que o § 3º do art. 1.611 tenha a seguinte redação: “Na falta do pai ou da mãe, estende-se o benefício previsto no § 2º ao filho portador de deficiência que o impossibilite para o trabalho”.

É o nosso parecer.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer está em discussão. Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Apenas pedirei um esclarecimento ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

V. Ex<sup>a</sup> está, com a criação desse parágrafo que não existia, dando a forma correta na linguagem jurídica.

O Senador Lúcio Alcântara, Sr. Presidente, tem absoluta razão, quando fala no problema do estado



de necessidade, de modo que o meu voto é pela aprovação, inclusive na forma da emenda que foi apresentada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão. Com a palavra, o Senador Edison Lobão, autor da proposta.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, o ex-Senador Jarbas Passarinho costumava dizer que o Congresso Nacional sempre aperfeiçoa as iniciativas do Poder Executivo. Parafraseando o eminente Senador, eu diria que o Senador Lúcio Alcântara e os demais Relatores desta Comissão sempre melhoram os meus modestos projetos de lei. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerra a discussão, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Passa-se ao item 8 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1999, que acrescenta dispositivos à Lei nº 3.268, de 30-9-57, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências. Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer pela aprovação.

Com a palavra, o Relator.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O Senador Edison Lobão quer modificar o PLS nº 319, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regional de Medicina, para alterar o art. 22, alínea “d”. E, com toda razão, por isso ofereci parecer favorável.

A alínea “d” prevê, hoje, suspensão do exercício profissional até 30 dias, e, em seguida, a alínea “e”, já a cassação do exercício. O Senador Edison Lobão mostrou, com toda propriedade, que há um hiato muito grande: é suspensão de 30 dias e, depois, cassação. S. Ex<sup>a</sup> alonga o prazo de suspensão do exercício profissional, no caso da alínea “d”, para até 24 meses. Ofereci parecer favorável, porque penso que a proposta merece o nosso apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Lúcio Alcântara queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Com a palavra, o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – (*Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Item 11?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – (*Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se o Plenário estiver de acordo, passarei, de imediato, à apreciação do Item 11.

Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 05-2-50, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito. Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Bernardo Cabral, que oferece parecer pela aprovação.

Com a palavra, o Relator.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, o projeto do eminente Senador Álvaro Dias acrescenta um parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060 (*inaudível*) para regular a gratuidade dos honorários de perito. E eu (*inaudível*) que atinge os que precisam de assistência judiciária reside na questão relacionada aos honorários periciais. O eminente Senador que é autor da matéria ainda enfatiza que a consequência disso é a de que os menos afortunados são prejudicados processualmente quando lhes cabe o ônus da comprovação de fatos que dependem da realização de perícia.

O projeto, Sr. Presidente, não merece qualquer reparo quanto à sua constitucionalidade, jurisdição e regimentalidade. Além disso, entendo que é oportuna e conveniente essa alteração. Por isso opino pela constitucionalidade e jurisdição do projeto. Ele está redigido com boa técnica legislativa em termos regimentais.

Portanto, não havendo nenhuma dúvida quanto ao seu mérito – espero que seja unânime a votação –, sou pela aprovação por causa da amplitude e do alcance social que a matéria enseja.

É a minha manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é pela aprovação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Item nº 10: Projeto de Emenda à Constituição nº 67, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Lúcio Alcântara.

Não se encontram presentes nem o Relator nem o autor. Volta-se, portanto, ao item nº 6 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1999, que altera o art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, e dá outras providências. Autor: Senador Edison Lobão. Relatora: Senadora Luzia Toledo, que oferece parecer pela aprovação, com as emendas nº 1 a 3, que apresenta.

Na ausência da Relatora, pediria ao Senador Romeu Tuma que procedesse à leitura do relatório.

**O SR. ROMEU TUMA** – O autor do projeto pretende alterar o art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro. O Exmº Sr. Senador Edison Lobão visa permitir ao separado judicialmente restabelecer a sociedade conjugal, optando por regime de bens distinto do escolhido por ocasião do matrimônio. Para tanto, altera o citado art. 46 da Lei nº 6.515, de 1997, Lei do Divórcio, que prevê a hipótese de reconciliação e restabelecimento da sociedade conjugal nos seguintes termos:

“Art. 46. Seja qual for a causa da separação judicial e o modo como essa se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal nos termos em que o fora constituída, contanto que o façam mediante requerimento nos autos da separação.

Parágrafo único. A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens.”

Voto.

Havendo prole a reconciliação adquire ainda maior significado, pois permite preservar a união da família, o que constitui propósito do próprio Estado, consoante os termos do art. 226 da Constituição Federal. Aliás, o recém-aprovado Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que institui o Código Civil, não faz referência expressa à necessidade de que sejam estritamente observados os termos que regulavam a sociedade dissolvida.

Reza o art. 1.582 do citado projeto:

“Art. 1.582. Seja qual for a causa da separação conjugal e o modo como essa se faça, é lícito aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal por ato regular em juízo.

Parágrafo único. A conciliação em nada prejudicará o direito de terceiros adquirido antes e durante o estado de separado, seja qual for o regime de bens.”

A Relatora faz uma exposição do seu voto, concluindo por uma Emenda nº 1, que altera o art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, a fim de permitir, no restabelecimento da sociedade conjugal, a escolha de novo regime de bens.

A Emenda nº 2, que S. Exª dá ao art. 1º do projeto, possui a seguinte redação:

“Art. 1º. O art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 46. Seja qual for a causa da separação judicial e o modo como essa se faça, é permitido aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, nos termos em que o fora constituída, contanto que o faça mediante requerimento nos autos da separação.’

§ 1º Na reconciliação, os cônjuges poderão optar por um novo regime de bens, desde que já tenha sido averbada em cartório a partilha decretada em sentença judicial.

§ 2º A reconciliação em nada prejudicará os direitos de terceiros adquiridos antes e durante a separação, seja qual for o regime de bens”.

Emenda nº 3: “Suprima-se o art. 3º do projeto”.

A Relatora, a Senadora Luzia Toledo, é pela aprovação, com as emendas de Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Senadora Luzia Toledo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria foi aprovada por unanimidade.

Os itens nº 2, 3, 4 e 10, constantes da pauta de hoje, voltarão à pauta na próxima reunião e serão apreciados com a presença, ou não, do Relator ou autor.

Está esgotada a pauta.

Renovo o esclarecimento de que a audiência pública de amanhã se realizará a partir das 15h.

Declaro encerrada a reunião.

**Ata da 46ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 18 de novembro de 1999, quinta-feira, às 15 horas e 30 minutos (Reunião Extraordinária).**

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Péres, Iris Rezende, Pedro Simon, Amir Lando, Francelino Pereira, Maria do Carmo Alves, Luzia Toledo, Sérgio Machado, Luiz Este-



vão e Marina Silva, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renan Calheiros, Jádér Barbalho, José Fogaça, Ramez Tebet, Roberto Requião, Bernardo Cabral, Édison Lobão, Romeu Tuma, Álvaro Dias, Carlos Wilson, Lúcio Alcântara, Antônio Carlos Valadares, Roberto Freire e José Eduardo Dutra. Por se tratar de reunião de audiência pública, inexistindo a exigência de número regimental, o Senhor Senador Jefferson Péres, no exercício da Presidência da Comissão, declara aberta a reunião. O Senhor Presidente comunica que, conforme a pauta previamente divulgada, tendo em vista a aprovação do Requerimento do Senador Ramez Tebet, em reunião desta Comissão no dia dezanove de maio do corrente ano, e conforme solicitação constante do Ofício nº 22, do Presidente Nacional da Juventude Latino Americana pela Democracia – JULAD/BRASIL, aprovada na reunião de trinta e um de março do corrente ano, com fundamento no artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão deliberou, no dia dez de novembro, próximo passado, realizar esta reunião de audiência pública, visando a orientar e contribuir com a relatoria da PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores, que “Altera o artigo 228 da Constituição Federal”, que tramita em conjunto com a PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999, de autoria do Senador José Roberto Arruda e outros Senhores Senadores, que “Altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para 16 (dezesseis) anos a idade para imputabilidade penal”, cuja relatoria é atribuída ao Senador Amir Lando que oferece voto pela rejeição da PEC nº 18 e aprovação da PEC nº 20 – assunto de interesse público relevante –, no sentido de subsidiar os trabalhos desta Comissão, com informações e esclarecimentos sobre a matéria. A seguir, o Senhor Presidente passa à apresentação dos convidados: Ministro FRANCISCO ASSIS TOLEDO (posição intermediária) – Superior Tribunal de Justiça; Desembargador MENA BARRETO – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Professor LICÍNIO LEAL BARBOSA (posição favorável) – Professor da Universidade Federal de Goiás; Professor DIAULAS RIBEIRO (posição favorável) – Promotor da Pró-Vida do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, Professor da Universidade Católica de Brasília; SÉRGIO MURILO – Presidente Nacional da Juventude Latino-Americana pela Democracia – JULAD/BRASIL; OLGA CÂMARA (posição contrária) – Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Estado dos Direitos

Humanos do Ministério da Justiça; Comandante JOSÉ ALBERTO CUNHA COUTO – Secretário de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; VALÉRIA VELASCO – Jornalista; Desembargador ESDRAS DANTAS – Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. A Presidência concede a palavra, inicialmente, ao Senador Amir Lando para leitura da minuta do Relatório. Após, a Presidência passa a palavra ao Senador José Roberto Arruda, autor da PEC nº 20, de 1999, que expõe sucintamente a justificativa de apresentação do projeto, como também solicita o registro da presença do Senhor MASATAKA OTA, da Senhora Jornalista VALÉRIA VELASCO, e do Senhor CLEBER FELIPE. Às quinze horas e cinquenta minutos, assume a Presidência o Senhor Senador José Agripino. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores expositores conforme lista de inscrição. Às dezessete horas e cinquenta minutos, o Senhor Senador José Agripino passa a Presidência ao Senhor Senador Jefferson Péres. Após as exposições, abertos os debates, usaram da palavra os Senhores Senadores Amir Lando, Marina Silva, Luiz Estevão e José Roberto Arruda. Durante a reunião, ausenta-se, por motivo de interesse particular, o Senhor ESDRAS DANTAS. Justificaram ausência os convidados Professor MIGUEL REALE JÚNIOR (posição contrária), Professor Titular da USP e a Escritora GLÓRIA PERES; e, para constar, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. – Senador **José Agripino**, Presidente da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Declara aberta a nossa reunião.

Encontram-se presentes para participar dos debates o Ministro Francisco Toledo, do Superior Tribunal de Justiça; o Professor Licínio Leal Barbosa, Professor da Universidade Federal de Goiás; o Professor Diaulas Ribeiro, da Universidade Católica de Brasília; o Desembargador Menna Barreto, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; o Sr. Sérgio Murilo, Presidente Nacional da Juventude Latino-Americana pela Democracia; a Srª Valéria Velasco, jornalista; o Comandante José Alberto Cunha Couto, Secretário de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e o Desembargador Esdras Dantas, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.



Peço à Secretaria que faça a introdução na sala do Ministro Francisco de Assis Toledo, que será o primeiro palestrante. (Pausa.)

Antes do início da palestra, o Senador José Roberto Arruda, autor do projeto, e o Senador Amir Lando, Relator, farão algumas considerações.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Francisco Assis Toledo, demais palestrantes presentes, eu apenas vim aqui para ouvir e farei algumas inquirições no momento oportuno, já que o meu parecer está expresso por escrito. Poderei até fazer algumas alterações em razão dos escólios que poderemos ter aqui, nesta tarde, mas, em princípio, a minha posição já está dada.

Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, autoridades que estão presentes e que atenderam ao convite da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado para esta audiência pública, a primeira que se realiza em torno do nosso projeto que propõe a diminuição de 18 para 16 anos a idade de responsabilidade penal.

Eu gostaria, Sr. Presidente, antes de ouvirmos aqui todas as eminentes autoridades e, particularmente, o Ministro Francisco Assis Toledo, que é o primeiro a fazer a sua exposição, eu gostaria de fazer um destaque que me parece extremamente importante. Está presente aqui o Sr. Sérgio Murilo, Presidente da Julad, e eu gostaria de deixar público um sentimento pessoal. Há alguns meses, tive contato com o Sr. Sérgio Murilo, porque ele trouxe ao Senado mais de dois milhões de assinaturas coletadas em todo o Brasil por um movimento organizado da própria sociedade, sem nenhuma interferência governamental, movimento este organizado e dirigido basicamente por cidadãos cujas famílias foram diretamente afetadas pelo crime, pela violência, cometido por menores.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, a presença, entre nós, do Sr. Masataka Ota, pai do garoto Ives Ota, que foi seqüestrado e morto pelo seu próprio segurança, na cidade de São Paulo.

Gostaria que o senhor pelo menos se colocasse de pé. Mais tarde terá a chance de, também, fazer o seu depoimento.

Ele deu um depoimento que me emociono só de lembrar. Ele disse que ele e a família dele fizeram desta luta, desta causa, o único remédio para a dor de ter perdido um filho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, está aqui presente, também, a Jornalista Valéria Velasco. Gostaria que ela, por gentileza, se levantasse. A Jornalista Valéria Velasco é mãe do Marquinho, vítima de um crime que chocou Brasília. Ele, Marquinho, um menino que era adorado na escola, querido por todos que o conheciam, pelo seu espírito pacífico e ordeiro, um menino maravilhoso, foi morto por uma gangue de jovens lutadores de artes marciais.

Está aqui presente também o Kléber Ranieri Felipe – e gostaria que se colocasse de pé. O Kléber é irmão do Tiago Chagas Felipe. Senhores, o Tiago, no dia 27 de julho de 1998, ao meio-dia, estava chegando a sua casa na 414 sul. O seu pai estava lavando o carro e, num dado momento, levantou a cabeça e viu o filho vindo da escola. Estava a alguns metros, talvez a uns 100 metros dele. Ele conta que baixou a cabeça novamente e continuou lavando o carro enquanto seu filho se aproximava. Mas, ao fazer o movimento de baixar a cabeça, ouviu um barulho, levantou-se e viu o filho caído. Ele correu até o local onde estava seu filho e percebeu que Tiago acabara de ser assaltado e morto, ali, a 100 metros dele, a 100 metros de casa, naquele fatídico 27 de julho de 1998.

Está aqui também a Sr<sup>a</sup> Maria da Conceição Silva Santana, mãe do Fernando Santana. Ele foi assassinado por um rapaz por conta de ciúmes que tinha da sua namorada. Algumas dessas pessoas que estão aqui estão usando uma camiseta em que está escrito “Basta” e que tem uma fotografia desses seus familiares que foram brutalmente assassinados por essa violência que, infelizmente, está tomando conta da sociedade brasileira.

É possível que no decorrer desta audiência pública, outros familiares de vítimas possam ser apresentados e alguns deles possam trazer aqui não apenas a expressão da sua dor, mas a tradução dessa dor numa ação de cidadania, de defesa, de medidas que possam inibir a violência no nosso País.

Sr. Presidente, gostaria também de agradecer a presença do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Francisco Assis Toledo; a presença do Professor Licínio Leal Barbosa, exímio Professor da Universidade Federal de Goiás; do Procurador e Professor, Diaulas Ribeiro; do Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e autor conhecido nesta área, Dr. Mena Barreto; do Comandante José Alberto Cunha Couto, Secretário de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; do Desembargador Esdras Dantas de Souza, ex-Presidente da OAB, do Distrito Federal, enfim, de autoridades que

comparecem aqui para dar o seu depoimento, além de agradecer, é óbvio, a presença dos Srs. Senadores e das Sr<sup>as</sup> Senadoras.

Sr. Presidente, gostaria de dizer, em rápidas palavras, que o Projeto de Emenda Constitucional que ofereço à apreciação desta Casa e que já tem o parecer do Relator, Senador Amir Lando, S. Ex<sup>a</sup>, na verdade, faz duas propostas: primeiro que se diminua de 18 para 16 anos a idade da responsabilidade penal. E aí eu lembraria o seguinte: quando a Constituinte de 1988 tentou introduzir o voto aos 16 anos muita gente dizia que não daria certo, pois o jovem de hoje não sabe votar e não está preocupado com isso. Foi instituído o voto aos 16 anos e a minha experiência pessoal, que disputa o voto, que disputa eleição, é que a grande maioria daqueles que têm entre 16 e 18 anos e que estão exercendo o direito do voto estão fazendo isso com acentuado espírito crítico, com um sentimento real de cidadania e, mais do que isso, foi o voto aos 16 anos que levou a politização, no bom sentido, para dentro das escolas e está fazendo com que as pessoas realmente busquem ter consciência crítica.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, não desejo, aprovada esta emenda constitucional, que todos os jovens entre 16 e 18 anos que hajam cometido qualquer tipo de crime sejam trancafiados dentro da penitenciária. Não. O que desejo é tirar o manto da pseudo-impunidade que hoje existe e acabar com esse sentimento de impunidade que está fazendo com que criminosos e traficantes usem esses garotos, que já têm corpo e cabeça de adulto, para cometer os crimes na certeza de que com eles nada vai acontecer. Se forem pegos matando, roubando, fazendo tráfico de droga nada vai acontecer. É isso que desejo acabar, mas desejo também que a lei que vai regulamentar a matéria possa dar ao magistrado e ao Poder Judiciário a capacidade de discernir, de diferenciar casos e de fazer com que aquele menor que nunca havia cometido qualquer delito, aquele menor que não tenha antecedentes criminais, que é primário, que não tem as características do criminoso, que ele possa ser reeducado, que ele possa ter a pena alternativa; agora, aquele outro que é o criminoso contumaz, que está realmente oferecendo riscos à sociedade, possa pagar pelos crimes que cometeu.

Mais cedo ou mais tarde esta Casa e a sociedade brasileira teriam de enfrentar essa discussão. Não dá para fugir dela. Não desejamos viver numa sociedade violenta. É este o projeto, portanto, que está sendo discutido aqui hoje.

Eu gostaria apenas de lembrar também que, paralelamente a este projeto, há um outro, também de

nossa autoria, que pretende desarmar a sociedade brasileira, que pretende proibir o uso de armas de fogo no Brasil. Não é objeto da discussão na CCJ hoje, mas apenas para mostrar que a nossa preocupação com esta matéria não é apenas de um lado. Desejamos que todas as medidas necessárias, sejam discutidas e tomadas para que possamos viver numa sociedade mais pacífica, menos violenta.

Sr. Presidente, era o que eu desejava abordar, a abertura dos trabalhos, como autor do projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar os convidados expositores que aqui vieram a convite dos Senadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para esta audiência pública que está sendo realizada a partir de um projeto de autoria do Senador José Roberto Arruda, que acabou de circunstanciar, e que trata de um assunto, no mínimo, polêmico e por conta disso precisa ser debatido à exaustão. Vai ser votado pelos Srs. Senadores e precisam S. Ex<sup>as</sup> de subsídios para votarem corretamente, até pela polêmica suscitada pelo tema. É o que pretendemos na tarde de hoje. Penso que o assunto é oportuno, tempestivo e temos tido ultimamente problemas sérios no País, insubordinações da ordem mormente na Febem de São Paulo e o caso da Febem de São Paulo não é circunscrito e localizado, repetindo-se ao longo do Brasil. Graças a Deus ainda não eclodiu, mas poderá fazê-lo. Acho que os argumentos colocados pelo Senador José Roberto Arruda, que, com muita clareza, disse que não pretende trancafiar menores, mas estabelecer um manto de proteção à sociedade, são oportunos, e cabe a nós deliberar com correção.

A razão do convite pelo qual a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fez aos Senhores expositores e debatedores tem exatamente o objetivo de trazer à luz os argumentos de S. S<sup>as</sup> e S. Ex<sup>as</sup>, para que possamos, nesta audiência de hoje, que nos custou um esforço pessoal, formar um juízo de valores e uma opinião, se possível, consensual, madura, lógica e racional a respeito do tema.

No sentido de tirarmos o melhor proveito deste encontro, gostaria de propor e sugerir ao convidados expositores um tempo de 10 minutos – é claro que isso não é rígido, não vamos engessar a oportunidade que cada expositor vai ter de expressar as suas opiniões, porque elas nos interessam – para que possam ouvir todos os expositores presentes, que são oito, para, depois, estabelecermos o debate entre os Senadores.



Dito isso, passo a palavra ao primeiro expositor convidado, Dr. Francisco Assis Toledo, que é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

**O SR. FRANCISCO ASSIS TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que compõem a Mesa, Srs. Congressistas, minhas Senhoras e meus Senhores, vou ser breve e ingressar logo no tema, para que se possa cumprir o horário estabelecido pelo Sr. Presidente.

Meus Senhores, se existe uma questão na área penal com dupla face seguramente é a do menor. De um lado, há o crescente envolvimento do menor em associações criminosas, especialmente na área dos crimes contra o patrimônio e do tráfico de drogas, recrutados por delinquentes adultos, que se aproveitam da inimputabilidade legal do menor de 18 anos adotada em nosso País. De outro lado, isso não pode deixar de ser dito, há a chocante e manifesta insuficiência e ineficácia das providências governamentais em prol da grande massa de menores carentes ou abandonados que perambulam pelas ruas das grandes cidades, sobrevivendo às custas de esmolas, furtos, roubos e, algum tempo para cá, do tráfico ilícito.

V. Ex<sup>as</sup> se lembram de um fenômeno ocorrido recentemente na capital de São Paulo de grandes rebeliões nas Febem's do Estado de São Paulo, em todas elas. Durante a última, que me parece ter sido a mais séria, uma autoridade paulista declarou que o Estado gasta R\$1.700,00 por cada menor recolhido naqueles estabelecimentos de São Paulo.

Tenho duas netas matriculadas no melhor colégio de São Paulo, pago, particular, Colégio Santo Américo, no Morumbi. Liguei para o meu filho e perguntei quanto ele gastava por mês. Ele me disse que estava gastando R\$1.100,00 por mês. Não seria o caso de matricular os menores abandonados de São Paulo nos melhores colégios de São Paulo? Ficaria mais barato para o Estado!

Então, há qualquer coisa errada – e muito errada! – na política que envolve a questão do menor no Brasil. Não é possível que um menor internado, na Febem ou no Cage, custe mais do que um menor matriculado em um dos melhores – senão o melhor – colégios particulares de São Paulo, em regime de semi-internato. As minhas netas vão para lá às 7h da manhã e retornam às 7h da noite. Elas almoçam, lancham e jantam, ficando o tempo todo com os melhores professores de São Paulo. Hum mil e cem reais por mês é o custo desse colégio particular. Há qualquer coisa de errado com a política governamental em torno do menor neste País. Temos aqui um Senador que está muito inteirado sobre o assunto, pois possui

um trabalho que foi apresentado em um Congresso do qual participei. Trata-se do Senador Iris Rezende. No trabalho S. Ex<sup>a</sup> fazia um levantamento dos estabelecimentos penais do País. Acrescente-se ao fato a situação de calamidade pública em que se encontram os nossos presídios: superlotados e antiquados, sem falar na existência de milhares de mandados de prisão. Parece-me que há cerca de trezentos mil mandados de prisão. Não é Senador? Trezentos mil mandados de prisão não cumpridos. Evidentemente, jamais serão cumpridos porque não há um local para colocar todo esse pessoal. Essa situação, por si só, não aconselha uma significativa ampliação da clientela dos presídios brasileiros. Vejam que vou concordar com a proposta do Senador José Roberto Arruda. Vejo-me, no entanto, na contingência de fazer algumas observações. A situação, por si, não aconselha uma significativa ampliação da clientela dos presídios brasileiros, o que certamente resultará na redução pura e simples – vou propor algumas soluções intermediárias – dos limites da incapacidade penal do menor. Essa redução resultaria, com toda a certeza, no simples fato de o menor não ter as condições do maior de se furtar à ação da polícia e da Justiça. É muito mais fácil encontrar e prender um menor que não tem auto-suficiência, que não subsiste sozinho, do que prender um bandido adulto que já está inserido em uma associação criminosa, em uma organização. Teríamos, assim, um grande número de prisão de menores. No momento em que fosse abaixada a idade, teríamos uma grande clientela de menores sendo conduzida à justiça criminal, condenações e mais condenações. Esta clientela, provavelmente, viria a disputar lugar nos estabelecimentos penais existentes.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de enunciar nossa conclusão favorável e parcial à revisão, pedimos licença à Comissão do Senado Federal para tecer algumas considerações sobre o tema. É preciso dizer quais as condições e restrições que reputamos absolutamente necessárias e indispensáveis para que a revisão possa nos conduzir a soluções justas e razoáveis.

Se houver tempo, vou ler um texto que trouxe e que considero muito importante. Vou deixar para o final, não sei se haverá tempo para a leitura. Farei um resumo para V. Ex<sup>as</sup> do que vem no texto. É de uma das maiores autoridades do momento sobre delinquência juvenil, Sheldon Glueck, um psiquiatra americano. Tal homem foi designado pela Justiça americana para incumbir-se da **probation** em relação aos menores delinquentes em um determinado Estado do grande país americano. Durante muitos anos, foi o di-



retor dessa organização de **probation**. Enquanto lá estava fez um levantamento, custeado pela Fundação Rockefeller: um fichário dos menores delinquentes. Fazia uma ficha e designava um assistente social e um investigador para acompanhar o menor em todos os seus passos durante vinte anos de sua vida. Era um projeto que, quando lançado, foi considerado até um projeto quase que inexecutável de tão ambicioso que era. Mas, com o dinheiro da Fundação Rockefeller, ele conseguiu contratar todo esse pessoal necessário e selecionou mil menores delinquentes e mil menores da sociedade não-delinquentes, sempre procurando estabelecer uma aproximação entre os tipos escolhidos. Se havia um filho de japonês entre os não-delinquentes, havia um filho de japonês também. Se havia um preto, havia um preto aqui e havia um preto lá também. Então ele formou mil grupos de delinquentes e mil grupos de não-delinquentes. Tanto que a obra dele tem esse nome “mil menores delinquentes”.

Esse grupo de menores delinquentes não sabia que estava escolhido. Foi feita uma escolha, sem que os próprios menores soubessem quem eram os escolhidos. Foram acompanhados durante vinte anos, e parece-me que estão sendo, ainda, até hoje acompanhados. E as conclusões que ele começa a publicar, depois de anos de pesquisas de acompanhamento são assustadoras, porque entre os menores fichados como delinquentes, há pessoas de grande projeção na sociedade americana. Deixaram de ser delinquentes e, hoje, estão lá, dirigindo empresas, políticos eleitos, etc, entre os menores delinquentes, entre o grupo dos menores delinquentes.

E, entre o grupo dos menores não-delinquentes, existem aqueles que hoje cumprem pena nos presídios americanos. O que, de certa forma, revela – e ele tem conclusões muito bem fundamentadas a respeito – que o menor é um ser ainda em formação e que, a partir do que o menor realiza ou do que o menor faz numa certa fase da vida, não é nada de definitivo, de completamente definitivo.

A propósito da Teoria de Lombroso de que há certas pessoas que nascem delinquentes, ele chega, numa certa passagem de uma das suas obras, a dizer o seguinte: “O certo seria dizer que todos nós nascemos infratores.” A criança não vai entender muito cedo que não pode passar perto de uma banca de maçã ou de laranja e não apanhar uma daquelas para morder, para comer. A criança precisa aprender que ela não pode fazer isso. E a missão da educação é esta: ensinar.

Então, diz ele que a socialização do menor é um processo, e um processo relativamente longo em relação ao tempo médio de vida do ser humano. Diferentemente do que ocorre com os outros animais. Porque o cachorro, com um ano de idade, já aprendeu o que tinha de aprender; o homem leva um tempo muito maior para que possa ser considerado uma pessoa madura e pronta para agir por conta própria e decidir por conta própria.

Então, vejam, tomando em consideração isso – e, se der tempo, lerei este texto que trouxe escrito – é preciso que não sejamos totalmente desesperançados em relação à formação do menor. O menor está em formação, o menor pode ter cometido infrações, pode ter cometido até fatos graves, mas como o menor é um ser em formação, ainda é possível trabalhar, na esperança de que ele venha a ser coisa diferente no futuro. O que não ocorre com o delinquente adulto, que envereda por um certo tipo de delinquência e que, hoje, até os psiquiatras já não acreditam mais na sua recuperação.

Sendo assim, a mim me parece que deveríamos começar a pensar na redução, sim, estou de acordo, da capacidade de responsabilidade penal do menor, mas dentro de um meio termo, de uma forma intermediária. E essa forma intermediária já existe na nossa experiência brasileira e está no Código Civil Brasileiro. O Código Civil Brasileiro considera absolutamente incapaz o menor até 16 anos de idade. Acima de 16 anos de idade, o Código Civil considera o menor relativamente capaz. E, depois dos 21, passa a ser adulto e totalmente capaz.

Então, a minha proposta é que esta Comissão evitasse o perigo do inchaço dos estabelecimentos penais brasileiros, que são de causar inveja aos piores do mundo. Não sei da existência de estabelecimentos penais mais bem desorganizados que os brasileiros. E olha que, como Presidente do Conselho de Política Criminal e Penitenciário, visitei inúmeros presídios brasileiros de norte a sul do País. Visitei e hoje fico até arrependido ou trêmulo quando me lembro que, em algumas vezes, levei a minha esposa junto comigo. Não sei como não aconteceu um desastre de um seqüestro ou coisa que o valha nesses presídios. Visitei os piores presídios do Brasil para conversar com os presos e cometi a irresponsabilidade de levar a minha esposa comigo em algumas dessas visitas.

Vi presídios no Brasil onde o preso vai para uma cela de castigo, uma casinha de cachorro de meio metro de altura onde o preso não pode nem ficar sentado porque não dá altura. Encontrei uma cela de cas-

tigo dessa no meio de um pátio – não vou citar aqui o Estado ou o presídio, não há necessidade disso.

Portanto, não vamos permitir o inchaço desses presídios, mandando para lá uma população enorme de menores, o que certamente ocorrerá com a redução pura e simples da idade.

A minha proposta, para que a Comissão possa discutir ou examinar, é que se faça paulatinamente essa redução da capacidade da seguinte maneira: até 16 anos, tal como propõe o Senador Arruda, o menor seria inimputável. O texto não precisa nem ser alterado. O texto é o mesmo, o do art. 228, proposto pelo Senador Arruda: “São penalmente inimputáveis os menores de 16 anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

Estou de pleno acordo com esse texto. No parágrafo primeiro é que eu começaria a sugerir algumas modificações. Entre 16 e 18 anos, eu estabelecerei a semi-imputabilidade, o que corresponderia à incapacidade relativa do Código Civil. Eu daria uma redação mais ou menos assim, uma redação que fiz de improviso – o importante é a idéia, não o texto especificamente. Eu colocaria, em vez do parágrafo único, um § 1º dizendo o seguinte – o **caput** como já foi dito, ficaria como está: “Os menores com idade de 16 até 18 anos são considerados penalmente semi-imputáveis, devendo o nível de sua capacidade de compreensão e de autodeterminação ser aferido na forma da lei, para o fim de condenação criminal ou de imposição de medida de segurança”.

O que significa isso? Significa que se o menor for considerado semi-imputável, ele será submetido pelo juiz. Para isso não precisaria nem mudar a legislação ordinária. Já existem no Código de Processo e no Código Penal os critérios de aferição da semi-responsabilidade ou da responsabilidade total. O menor seria submetido a um exame. Se o exame revelasse que esse menor tem a plena capacidade de compreensão, sabe do injusto que está cometendo ou que já cometeu e se tem personalidade para se autodeterminar e tomar decisões em prol do crime ou do não-crime, o juiz considera-o um semi-imputável e aplica-lhe a pena criminal. Mas não será a pena do adulto, porque no Código Penal está dito que o semi-responsável — atualmente o Código Penal trata como semi-responsável o louco, os índios, etc. O menor seria incluído também como uma das possibilidades de semi-responsabilidade penal. O juiz, diz o Código, pode reduzir a pena de um a dois terços no caso da semi-responsabilidade penal. Então, se o menor, suponhamos, com 17 anos, recebe uma pena de 20 anos, ele sai da penitenciária, depois de cumprida

essa pena, totalmente inutilizado para uma recuperação social. O menor precisa ter uma pena menor para que ele tenha tempo de se preparar, de se profissionalizar, de amadurecer e de tomar um rumo diferente na vida, que não o da delinquência. Dessa forma, o menor não teria a pena exatamente do tamanho da pena do maior, que o convocou ou que o induziu a penetrar no campo da criminalidade. Só pelo fato de ser semi-imputável, ele já teria a pena reduzida de um a dois terços dentro do sistema já existente no Código Penal. Poderia ter essa pena atenuada com certos benefícios, que o próprio Código Penal já estabelece. Se ele fosse considerado, nesse exame, inimputável, porque era um menor sem capacidade de autocompreensão ou de autodeterminação, isso vai aparecer – isso também existe por aí –; ele não ficaria livre, como hoje, ou mesmo cumpriria dois ou três anos em um recolhimento de menor. Não. Ele receberia uma medida de segurança, porque o inimputável, no sistema do Código, recebe medida de segurança obrigatória. Nessa hipótese, ele receberia uma medida de segurança, que teria um prazo mínimo de duração, e os exames seriam renováveis de dois em dois anos, ou de ano em ano, até que ele fosse considerado apto ao retorno à sociedade.

Vejam que essa solução abre, em leque, as possibilidades de, feita a redução da idade mínima do menor para considerar-se capaz ou penalmente responsável, o menor não ter um tratamento idêntico ao do adulto. Isso resultaria da emenda, tal como está redigida, porque não estabelece um meio-termo na questão. Abaixa-se o nível para 16 anos, e ponto final. Aqui haveria um parágrafo primeiro que diria: “Os menores, com idade de 16 a 18 anos, são considerados penalmente semi-imputáveis, devendo o nível de sua capacidade de compreensão e autodeterminação ser aferido na forma da lei, para o fim de condenação criminal ou de imposição de medida de segurança.” Então, o menor semi-imputável teria pena ou medida de segurança. Isso, em Direito Penal, chama-se sistema vicariante. Ou uma coisa ou outra, dependendo das condições biopsicológicas desse menor.

Mas eu colocaria um segundo parágrafo, que considero da maior importância. O segundo parágrafo seria este: “O menor semi-imputável somente poderá ser recolhido à prisão ou cumprir pena em local ou em estabelecimento penal separado e isolado dos locais e estabelecimentos penais destinados a maiores imputáveis”. O menor, quando chega aos 18 anos, já está um pouco encorpado, às vezes até musculoso, forte, para enfrentar o adulto. Mas o menor de 16, 17 anos, ainda não adquiriu a sua estatura, a sua muscu-



latura. Ele ainda está em um processo de formação biológica e psicológica.

Estudei em colégio interno, onde havia essa diferença por idade, que era muito importante, porque aquele que tivesse um físico inferior, transformava-se em saco-de-pancada no colégio. O menor que foi introduzido no sistema penal junto com maiores e adultos tornar-se-á saco de pancada nesse estabelecimento, continuando a ser recrutado como mula – como todos sabem, aquele que leva a droga e faz aquilo que o maior, por não querer aparecer, o obriga a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço ao Sr. Ministro Francisco de Assis Toledo que abrevie a sua exposição, que já se estende por 25 minutos.

**O SR. FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO** – Estou concluindo, Sr. Presidente. Então, parece-me que, em resumo, a redução pode ser feita não de maneira abrupta e total, mas por meio de um critério intermediário, a fim de que o menor de 16 a 18 anos passe por um período de responsabilidade intermediária até adquirir, aos 18 anos, a responsabilidade total. Ele também não deve poder, de forma alguma, ser internado em estabelecimentos penais de adultos. A meu ver, isso deveria constar da emenda constitucional, porque, no Brasil, sabemos que tudo que é feito como provisório, na esperança de uma nova legislação que possa trazer melhoras, acaba transformando-se em definitivo, fruto de corrupções e de uma série de problemas que muito bem conhecemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Agradeço ao Sr. Ministro Francisco de Assis Toledo pela exposição. Solicito que o texto que V. Ex<sup>a</sup> preparou seja encaminhado à Mesa para que possamos reproduzi-lo, fazendo com que chegue ao conhecimento de cada um dos Srs. Senadores. Obrigado, Sr. Ministro.

Tendo em vista o fato de que o Desembargador Mena Barreto, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, terá que se ausentar e retornar ao seu Estado às 17 horas, concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, convidando-o a tomar assento à Mesa.

**O SR. MENA BARRETO** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ilustres convidados, na verdade, com muita honra, compareço a essa douta Casa Legislativa para falar de um assunto que está na pauta das preocupações universais. O projeto do eminente Senador José Roberto Arruda está inserido nesse contexto.

Eu poderia fazer uma abordagem um pouco mais ampla a respeito das causas – portanto, da etio-

logia – da violência, da criminalidade e da impunidade. Mas, em razão do tempo, muito acertadamente estabelecido pelo nobre Presidente dessa Comissão, ater-me-ei exclusivamente ao assunto de que trata o projeto do Senador José Roberto Arruda. Procurarei, no limite de tempo de que disponho, apresentar algumas sugestões de natureza legislativa, que deixarei na mão de V. Ex<sup>a</sup> para eventuais projetos de lei, até porque algumas delas – reconheço – são polêmicas.

A meu ver, a causa principal da violência, da criminalidade e da impunidade – ousou dizer isso nesta egrégia Casa Legislativa – decorre principalmente da legislação. Então, inicialmente, falarei sobre o rebaixamento da menoridade penal por meio da modificação do art. 228 da Constituição Federal. Há muito tempo, vêm-se verificando, num crescendo, correntes doutrinárias a defender esse rebaixamento da menoridade penal.

Na verdade, com o advento dos meios hodiernos de comunicação, do incremento científico e tecnológico, que passaram a antecipar a estrutura da maturidade juvenil, moldando-a através de mensagens explícitas ou subliminares, houve uma aceleração biopsíquico-sócio-cultural que fez o jovem de 16 anos plenamente cômico de sua responsabilidade social.

Tanto isso é indiscutível que o legislador pátrio, revogando disposição legal anterior, dotou-o da capacidade de se tornar eleitor, que se constitui em um inegável **plus** à sua cidadania, desde que pode escolher, não só os representantes do povo no Congresso Nacional, assembleias e câmaras de vereadores, como prefeitos, governadores e até o supremo mandatário da Nação.

Ora, se esse reconhecimento político social objetivamente constatável dá-lhe prerrogativa de tamanha responsabilidade, como negar-lhe a imputabilidade que é inerente à capacidade de discernimento e autodeterminação?

A ausência de responsabilidade penal para cidadãos de 16, 17 anos de idade conduz a um **bill** de indolência injustificável, na medida em que se sabe ser o beneplácito da lei utilizado para o cometimento, inclusive, de crimes hediondos não só por parte desses considerados menores como, e principalmente, para a efetivação da chamada autoria mediata em que o criminoso maior usa o inimputável para a prática de crimes, máxime o de tóxicos, porque este não é punido e aquele fica a salvo da ação policial.

A Lei nº 8.069, de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de forma preocupante que: "Em nenhuma hipótese, o período máximo de interna-



ção excederá a três anos (art. 121, § 3º). E, no seu § 5º, estatui: “A liberação será compulsória aos 21 anos de idade.”

Ora, se é assim, hoje, o menor de 17 anos e 11 meses que entrar em uma residência, estuprar as mulheres da casa, roubar e depois matar todos não poderá ficar preso mais do que três anos e um mês, quando o maior de idade seria condenado pelos mesmos crimes às penas de, no mínimo, 20 a 30 anos.

De sorte que a impunidade decorre, principalmente, da própria legislação que impõe à Justiça parâmetros não condizentes com a nossa realidade sócio-criminal, como passaremos a expor por meio das sugestões a que me referi.

Abolição da prescrição retroativa que contempla data anterior ao recebimento da denúncia como termo inicial. Na verdade, a prescrição retroativa não pode abstrair a sua primeira causa de interrupção, uma vez que a consideração de data anterior ao recebimento da denúncia, como termo inicial, tem-se constituído em uma verdadeira bandeira da impunidade. O lapso de tempo decorrido entre o fato e a primeira causa interruptiva há de ter, portanto, o seu prazo regulado pela pena **in abstracto**, como ocorria anteriormente.

A terceira proposta é a revogação da chamada Lei Fleury. Na realidade, o artigo 594 do Código de Processo Penal, que dá concessão do benefício de recorrer em liberdade aos réus que não tenham maus antecedentes, tem levado a decisões absurdas que procuramos corrigir nos tribunais, quando o Ministério Público recorre. É que existem casos em que, mesmo sendo primários e de bons antecedentes, criminosos há, como estupradores, autores de latrocínios e de homicídios qualificados, que não merecem apelar em liberdade de uma sentença condenatória, em que o magistrado de primeiro grau já estudou e firmou a convicção sobre a sua culpabilidade.

A quarta proposta consiste em instituir o duplo grau de jurisdição obrigatório para decisões absolutórias relativas aos crimes hediondos e assemelhados. Urge providenciar legislação capaz de obstacularizar situações esdrúxulas em que juízes excessivamente liberais, em estrita composição com promotores da mesma identidade ideológica, impedem o exercício do duplo grau de jurisdição, com prejuízos incontáveis para a segurança pública e a defesa social. O recurso obrigatório do próprio juiz para o tribunal, nesses casos, é providência que se impõe. Aliás, já há, na própria legislação, como se vê nos incisos I e II do próprio art. 574 do Código de Processo Penal, quando

o juiz, por exemplo, concede um **habeas corpus**, é hoje obrigado a recorrer de ofício.

5 – Inclusão dos recursos de embargos infringentes para o Ministério Público nos tribunais de 2ª Instância. É óbvia a necessidade de os tribunais reverem graus de embargos de decisões divergentes de suas Câmaras Criminais, não havendo qualquer razão para que o recurso fique restrito à existência de voto vencido a favor do réu. É o interesse da sociedade que está, pela legislação atual, de pugnar pela prevalência de um voto contrário ao acusado que tenha fundamentação convincente e suscetível de merecer acolhida na sessão criminal. Trata-se, inclusive, de um imperativo do princípio de equilíbrio e igualdade entre as partes.

6 – Modificação dos prazos para obtenção de livramento condicional. A redução do prazo para o livramento condicional, introduzida no Código Penal em vigor, tem propiciado o retorno à sociedade de condenados a penas elevadas e detentores ainda de periculosidade, que, simulando comportamento satisfatório, obtêm o beneplácito e voltam à prática de crimes, deixando perplexa a comunidade, que não compreende o fato, que tem características de impunidade.

7 – Prazo para a progressão de regime prisional. Há que substituir a fração de 1/6 para 1/3. Na verdade, tal como com relação ao livramento condicional, a fração de 1/6 para a progressão de regime constitui fator de preocupação social, na medida em que condenados por crimes gravíssimos saem em prazos, relativamente curtos do regime fechado para o semi-aberto e deste para o aberto, voltando inúmeras vezes a reincidir.

8 – A operação da Lei nº 7.960, de 21-12-89, sobre prisão temporária para unificar os prazos com aqueles previstos na Lei nº 8.072/90, além dos crimes hediondos, prevê que o juiz pode decretar prisão temporária por 30 dias, prorrogáveis por igual período. Enquanto a Lei nº 7.960/89 mantém o prazo de cinco dias, prorrogáveis por mais cinco para os demais crimes.

Ora, avultam hoje delitos que, mesmo não sendo considerados hediondos, representam grave ameaça e danos incalculáveis ao patrimônio, à integridade corporal, à paz pública, à liberdade sexual e à vida do cidadão, como, por exemplo, o homicídio doloso, o roubo, a extorsão, o rapto violento, a quadrilha ou bando, os crimes contra o sistema financeiro, etc., cujos autores só poderão ter o cerceamento de sua liberdade decretada por apenas um quinquídio, prorrogável por igual prazo, o que desde logo inviabiliza

qualquer investigação mais acurada e necessária por parte da Polícia.

Por isso, a sugestão é a de que todos esses crimes e outros de idêntica gravidade que o legislador entender suscetível de maior atenção tenham unificados os prazos de prisão temporária em 30 dias, com igual prorrogação, a fim de evitar o que ocorre hoje com a liberação imposta **ex vi legis** de criminosos perigosos, o que constitui fator preocupante de impunidade.

Por outro lado, cumpre que a autoridade policial represente sempre que considerar necessária a prisão ao juiz, assim como que a Procuradoria-Geral da Justiça oriente promotores no sentido de que eventual indeferimento deve ser objeto de recurso do Ministério Público ao Tribunal.

10 – Criação no Estado e nos estados de um quadro de oficiais de livramento e **sursis**. É providência que se me afigura relevante. Na verdade, a criação de funcionários treinados para o acompanhamento do egresso, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos com os oficiais de **probation**, permitirá uma constante fiscalização da sua vida extramuros da prisão, quer mediante visitas aos familiares, quer mediante apuração sobre desempenho do estudo ou trabalho do liberado. Essa atividade do Estado é fundamental, principalmente para reduzir a reincidência, que constitui problema de difícil solução, pela dificuldade do ex-preso de adaptar-se ao convívio social.

11 – Acrescentar ao art. 334 do Código Penal para os fins deste artigo, considera-se transitado em julgado a sentença condenatória confirmada em grau de apelação. O objetivo é evitar, como ocorre atualmente, que réus condenados por crimes graves e cuja decisão tenha sido confirmada pelos tribunais obtenham fiança com fulcro na pena **in abstractum**, ainda que a concretização da pena não lhes conceda esse direito.

Finalmente, a modificação da Lei nº 9.714, de 25-11-98 veio propiciar verdadeira impunidade para criminosos que cometem delitos gravíssimos. Na verdade, o elastecimento do **quantum** da condenação, com vistas à substituição da pena privativa de liberdade por sanções restritivas de direito, está permitindo que autores de crimes como roubo, extorsão, seqüestro e cárcere privado, lesão corporal grave seguida de morte e até tráfico de drogas, cumpram a pena em hospitais, escolas e orfanatos – que são as formas desse benefício, à luz do art. 46 do Código Penal.

Ora, basta pensar que um traficante de entorpecentes, ainda que condenado acima da pena mínima, possa cumpri-la desde logo numa escola ou orfanato,

para que se constate a afronta que essa legislação faz à sociedade num momento em que as famílias encontram-se perplexas diante da insegurança e da criminalidade de todos os matizes.

Urge, pois, que essas benesses retornem ao patamar estabelecido na redação anterior do art. 44 do Código Penal, ou seja, somente aos condenados a penas privativas de liberdade inferiores a um ano.

Sr. Presidente, creio que tenho mais três minutos. Parece-me fundamental que eu faça uma última sugestão. Propomos neste momento: a criação de núcleos agroindustriais com nova filosofia para enfrentamento da problemática da superpopulação carcerária.

Urge reconhecer que o preso, respeitados acima de tudo seus direitos humanos, que são inalienáveis, não deve permanecer como parte de uma classe social improdutiva. Isso constituiria em marginalizá-lo duas vezes, além de fazer a coletividade sofrer duplamente pela transgressão de suas normas e regras de conduta.

No momento em que o Governo busca a união de todos, numa integração geral que nos leva a superar dificuldades e atingir pleno desenvolvimento, nada é mais indicado do que o aproveitamento dessa mão-de-obra ociosa que gera grande parte da problemática penitenciária. Assim, em núcleos agricultáveis da União e dos Estados, construir-se-iam módulos consistentes em pequena moradia de dois quartos e sala, cantina, sala de aula, ambulatório e pequenas oficinas, que se destinariam a presidiários em cumprimento de qualquer condenação transitada em julgado, desde que manifestassem desejo dessa experiência numa comunidade semi-aberta, acompanhados da família, e passassem por uma triagem quanto a sua periculosidade.

O trabalho na agricultura, pecuária e pequenas oficinas industriais dignificariam o preso, conscientizando-o sobre a real possibilidade de ressocialização. Receberiam pelas suas atividades um percentual sobre a venda do que produzissem e pagariam um aluguel, ainda que simbólico, pela moradia, para estruturar e desenvolver a noção de responsabilidade, que lhes possibilitaria voltar à vida na comunidade externa.

A respeito do assunto, algumas sugestões têm sido apresentadas, visando resolver a problemática do excesso de presos nos diversos locais onde se encontram recolhidos. Se hoje já constitui grave preocupação a carência de vagas nos presídios, a possibilidade de incrementar o cumprimento dos inúmeros mandados de prisão expedidos pelos juízes criminais



surgem, outrossim, como fato deveras inquietante. Alguns lembram o aproveitamento de locais distantes, como ilhas, para onde os criminosos de maior periculosidade poderiam ser transferidos, com o que se lograria afastar da periferia, senão do próprio centro das cidades grandes, os delinquentes, que, além de constituírem uma ameaça permanente à sociedade, dadas as reiteradas fugas que empreendem, continuam muitas vezes a dirigir quadrilhas de dentro das prisões.

Contudo, o enfoque que procuramos dar ao problema difere substancialmente no que concerne a sua própria filosofia. Não nos parece aconselhável a transferência de presos mais perigosos para lugares distantes, onde fatalmente formariam um conglomerado de difícil contenção, dadas as suas peculiaridades e o potencial de periculosidade que possuem. Cremos que se facilitaria com isso a criação de subculturas enquistadas e sem maiores condições de recuperação do homem criminoso, que, afinal, constitui o principal elemento do núcleo finalista da pena. Ademais, esses locais forçosamente teriam de se assemelhar a verdadeiros campos de concentração, com forças e cercas eletrificadas para impedir fugas. Daí a alternativa oposta que aventamos, ou seja, a de que a triagem deve ser realizada no sentido contrário, propiciando aos de melhor comportamento e sem periculosidade, com sentenças condenatórias já transitadas em julgado e com a possibilidade de trabalhar no regime semi-aberto, em companhia de suas famílias de modo a prepará-los efetivamente para a reintegração definitiva ao convívio da comunidade externa. Com isso e, por via de consequência, seria possível minimizar o fator superpopulacional dos presídios, principalmente nos grandes centros, uma vez que as transferências para os núcleos no interior do País abririam claros nos efetivo dos sistemas penitenciários atuais em torno de, segundo estimativas não oficiais, 60% para os efetivamente perigosos.

Seria uma espécie de ovo de Colombo porque o remanejamento evitaria vultosas despesas com a construção de presídios de máxima segurança, nos quais inclusive poderiam ser transformados os atuais concentradores de presos.

Por outro lado, a remoção para os mencionados núcleos de sentenciados com decisões judiciais que já não admitem recursos evitaria viagens sucessivas para comparecimento a interrogatórios e sumários de culpa, que acarretam os transtornos conhecidos, afora os riscos de evasão.

Desse modo, atendo à doutrina moderna sobre dimensões penitenciárias, cada núcleo pode-

ria ser constituído de apenas cem ou duzentas residências modestas, de sala, dois quartos e demais dependências, a fim de, inclusive, permitir o melhor controle e fiscalização. Além disso, somente cinco outras construções também simples se fariam necessárias: uma sede de administração, uma cantina – onde as famílias receberiam suprimentos –, uma escolinha para os filhos dos internos, um ambulatório para o atendimento médico e uma capelinha ecumênica para os ofícios religiosos.

Se, de um lado, conseguir-se-ia pragmatizar as teorias sobre ressocialização; de outro, haveria inegavelmente uma contribuição válida para o problema da reclamada população carcerária, propiciando, outrossim, oportunidades de espaço físico para segregação nos presídios dos criminosos que a sociedade espera recolhidos, em função da ameaça efetiva que constituem para sua segurança e tranquilidade.

Estas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador José Roberto Arruda, são as sugestões que temos a honra de passar às mãos de V. Ex<sup>as</sup> para eventuais estudos e aprimoramento pelo Senado e pelo Congresso Nacional.

Em homenagem ao eminente Ministro Assis Toledo – é assim que se faz na Justiça –, **data venia**, estou inteiramente de acordo com o projeto do Senador José Roberto Arruda, sem o acréscimo que a douta sugestão de S. Ex<sup>a</sup> quis apresentar. O projeto do Senador resolve o problema, dizendo:

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de 16 anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Parágrafo único. Os menores de 18 anos e maiores de 16 são penalmente imputáveis quando constatado seu amadurecimento intelectual e emocional na forma da lei.

Ora, não será uma presunção de semi-imputabilidade.

Eles não serão recolhidos porque o laudo médico vai dizer que não são imputáveis. Portanto, continuarão recebendo o tratamento que recebem os menores, e não haverá internação. O laudo médico-pericial, como ocorre hoje, definirá a imputabilidade, a semi-imputabilidade ou a inimputabilidade e não uma presunção que, **data venia**, não me parece consentânea com o espírito do projeto com as exigências sociais.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Comissão sente-se honrada em recebê-lo e agradece os argumentos e as colocações refletidas de V. Ex<sup>a</sup>.



Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Observando a ausência do Dr. Miguel Reale Júnior, apresento um posicionamento contrário às teses apresentadas.

Encontra-se presente no plenário a Sr<sup>a</sup> Olga Câmara, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Departamento da Criança e do Adolescente. Ela está-se dispondo a fazer esse posicionamento. Ela acaba de chegar de Cuba, onde participou de um seminário internacional sobre essa problemática. Como esta audiência tem o objetivo de instruir os Srs. Senadores, para que possam tomar uma posição – e o princípio do contraditório é bem-vindo, advogo que a Dr<sup>a</sup> Olga possa usar os minutos destinados ao Dr. Miguel Reale.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A proposta da Senadora Marina Silva está em discussão. Acho que é consenso. Está aprovada. Ela será, oportunamente, convidada a prestar seu depoimento e trazer seus esclarecimentos.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Desembargador.

Convido o Prof. Licínio Leal Barbosa, Professor da Universidade Federal de Goiás, a tomar assento à mesa para proferir sua exposição e apresentar seus pontos de vista.

Com a palavra o Prof. Licínio Leal Barbosa.

**O SR. LICÍNIO LEAL BARBOSA** – Ilustre Senador José Agripino Maia, digno Presidente desta augusta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nobre Senador José Roberto Arruda, que apresentou o Projeto de Emenda à Constituição nº 20 e suscitou este debate, permitam V. Ex<sup>as</sup> que cumprimente todos os integrantes deste cenáculo na pessoa do ilustre Senador Iris Rezende, ex-Ministro da Justiça, que, como tal, retomou os trabalhos de reforma dos principais textos penais. Essa reforma havia sido iniciada ainda quando Ministro da Justiça Pedrosa Horta e continuou mais tarde por comissão coordenada por Francisco de Assis Toledo, o ilustre sucessor de Nelson Hungria, e está hoje consubstanciada no anteprojeto da parte especial do Código Penal.

Somente ontem tive a confirmação de aqui comparecer. Daí por que não pude trazer um texto formal para exposição perante esta augusta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas gostaria de acentuar que, se tal for necessário, farei o resumo posteriormente desta breve exposição para encaminhamento à Comissão, assinalar que é da maior atualidade esta audiência pública.

Porquanto, abro ontem o principal e o mais antigo jornal de São Paulo, **O Estado de S. Paulo**, e vejo

que toda a página de um de seus cadernos é tomada exatamente por questão de natureza penal. Uma manchete anuncia que "84% da população querem redução da maioria penal". Outra: "Rapaz nega ter participado de rebelião". Sublegendas: "Satanás só confirmou ter ajudado a espancar desafeto", "Dois mortos não foram identificados". Uma outra manchete: "Estados Unidos julgam réu de 13 anos como se fosse adulto". Sublegenda: "Acusado de ter cometido assassinato aos 11 anos pode receber pena de prisão perpétua". Uma outra manchete: "Internos ferem colegas em motim em Mato Grosso". "Tentativa de fuga em massa e rebelião deixam destruído prédio da Febem em Cuiabá".

Se não fossem outras razões ponderáveis e consistentes, bastariam essas manchetes numa única página de jornal para evidenciar à sociedade, Srs. Senadores, senhores expositores, senhores convidados para esta reunião, para a premência de uma tomada de posição do Congresso Nacional frente ao magno problema. Problema que, lamentavelmente, o Legislativo tem ignorado durante décadas.

Não vamos longe, apenas gostaríamos de destacar alguns pontos essenciais, para efeito de situarmos que a questão da imputabilidade ou da inimputabilidade é de natureza política.

A cada momento, o Poder, seja ele o Executivo, como aconteceu já em algumas ocasiões em nosso País, seja o próprio Legislativo, enfrenta a situação da imputabilidade ou da inimputabilidade. Apenas para tomarmos um estatuto padrão, o código de Napoleão, de 1810, estabelecia a imputabilidade a partir dos 13 anos (arts. 66 e 67). Dir-se-ia: "Tem quase 200 anos!". Não, mas o código de Mitterrand, de 1994, repete o mesmo dispositivo no art. 122-8. No código penal italiano, a imputabilidade é a partir dos 14 anos (art. 97). O código penal alemão assinala, no art. 19, que "a criança é inimputável". O código penal espanhol estabelece a imputabilidade a partir dos 16 anos (art. 8º). O código penal suíço, bem mais recente, estabelece que "os adolescentes terão medidas especiais" (art. 361). O código penal português prevê "regime especial para os jovens de 16 a 21 anos" (Decreto-Lei nº 401/82, de 23 de setembro). E outros países, que não têm a mesma magnitude, mas que revelam uma idêntica preocupação com essa problemática. Como exemplo, o código penal nicaraguense estabelece que "menores de 10 anos estão isentos de irresponsabilidade penal" (art. 28, §§ 2º e 3º). O código penal do Paraguai estabelece inimputabilidade para os menores de 15 anos (art. 19). No código penal da Venezuela, menores de 12 anos são inimputáveis e maio-

res de 12 e menores de 15 anos, a menos que apresentem discernimento. Então, seria a imputabilidade diminuída (art. 59); Código Penal do Chile: menor de 16 anos somente esses inimputáveis. E o menor de 18, a não ser que tenha agido com discernimento (art. 10, §§ 2º e 3º); Código Penal de Cuba: menor de 12 anos (art. 35, alínea b); Código Penal de Honduras: menor de 12 anos, inimputável (art. 25)

E, aqui, um salto, o Código Penal-Tipo que durante algum tempo foi a grande expectativa de se criar um Código Penal que fosse mais ou menos a expressão média da cultura social, jurídica e jurídico-penal dos países sul-americanos. O Código Penal-Tipo para a Argentina estabeleceu que seria inimputável o menor de 14 anos, no seu art. 5º.

Bom, chegamos ao nosso País. Deixemos o século passado, ou seja, o Código Criminal do Império de 1830 e vamos nos ater à República. O Código Penal de 1890, o primeiro Código Penal republicano, estabeleceu a imputabilidade a partir dos 14 anos. E a Consolidação das Leis Penais, que, como todos nós sabemos, foi a resultante do mesmo Código de 1890, com os contributos legislativos que a partir de 1892 se lhe foram juntando, manteve o mesmo critério de imputabilidade, no seu art. 27, § 1º. E daí demos um salto: Código que vigorou até 31 de dezembro de 1941, porquanto a 1º de dezembro de 1942 entrou em vigor o Decreto-Lei nº 2.848, de dezembro de 1940, baixado por Vargas, estabelecendo que inimputabilidade terminaria aos 17 anos, 11 meses e 29 dias. Ou seja, a imputabilidade começava a partir dos 18 anos.

Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, data desse salto gigantesco, diríamos, pelo Executivo exercendo poderes legislativos, a razão para toda essa polêmica que estamos vivendo. Porque, desde então, a consciência jurídico-penal no País rejeitou essa posição.

E, aqui, evocaria o sumo pontífice do Direito Penal em nosso País, Nelson Hungria, que, convocado pelo Presidente Jânio Quadros a elaborar um novo Código Penal – ele que havia sido o chefe da Comissão-Revisora do Código de 40 –, estabeleceu no seu anteprojeto de 63 a responsabilidade penal a partir dos 18 anos, mas ressalvando que, completado os 16 e revelando capacidade de entendimento do caráter criminoso do fato ou poder autodeterminar-se, então, estaria estabelecida a responsabilidade penal. Nenhum outro jurista teria autoridade para confrontar-se com Nelson Hungria que é, em toda a nossa história, desde a nossa Independência, o maior jurista penal de todos os tempos.

Esta matéria, Sr<sup>s</sup>. Senadores, foi transposta para o Decreto-Lei nº 1.004, de 17 de outubro de

1969 e parece que ironicamente por um determinismo histórico um decreto-lei substituindo outro: o Decreto-Lei nº 1.004 substituindo o Decreto-Lei nº 2.848 estabelecia, ao tratar da matéria, o mesmo critério de imputabilidade ou inimputabilidade, ou imputabilidade relativa do anteprojeto de Nelson Hungria. E, como tal, deveria vigorar a partir de 1º de janeiro de 1970. Como é do conhecimento de todos os senhores, houve uma série de manifestações contrárias ao Código, até pela sua origem espúria, porquanto vinha de um decreto-lei da Junta Militar. Em razão disso, o Código foi sendo postergado até ser revogado, nove anos após, sem jamais haver entrado em vigor. Nesse ínterim, o Congresso, havendo aprovado a Lei nº 6.416, de maio de 1977, alterou profundamente o Código Penal de 1940.

Ainda quando Ministro da Justiça, o grande jurista paulista Alfredo Buzaid, a despeito da sua ideologia a Plínio Salgado, alterou o dispositivo que permitia a flexibilização da responsabilidade penal até os 16 anos, desde que o menor revelasse maturidade psicológica. E então voltou-se ao patamar de 1940. Ou seja, do Código que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1942.

Gostaria, Sr. Presidente, apenas para efeito de fixar alguns pontos concernentes à matéria, de ler ligeiros apontamentos que espero não ultrapassarem o período regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria a V. Sª brevidade na leitura, pois já passaram 15 minutos e há mais seis convidados expositores.

**O SR. LICÍNIO LEAL BARBOSA** – Vou ler o dispositivo do Código de 1969 e um texto da exposição de motivos concernente à matéria para justificar esse dispositivo, pois acredito que é da maior importância para o Senado.

“O menor de 18 anos é penalmente irresponsável, salvo se, já tendo completado 16 anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e governar a própria conduta. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até metade.”

“Esse dispositivo era inspirado no art. 79, c da então Iugoslávia. E mais:

“Os menores entre 8 e 16 anos, bem como os menores de 18 e maiores de 16 anos não responsáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.”

Esse dispositivo passaria para o Código Penal de 1969 com a seguinte redação:



"Art. 33. O menor de 18 anos é imputável, salvo se, já tendo completado 16 anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com esse entendimento. Neste caso, a pena aplicável é diminuída de um terço até metade."

E no art. 34:

"Os menores de 16 anos, bem como os menores de 18 e maiores de 16, imputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial."

Texto da exposição de motivos justificando esses dois artigos:

"Diversas e importantes propostas foram apresentadas em tema de imputabilidade, fruto de largo exame que o anteprojeto mereceu em todo o País. A comissão revisora elaborou, após demorados debates, uma fórmula tecnicamente perfeita, a mesma que o grupo brasileiro levou à reunião realizada na cidade do México, pela comissão redatora do Código Penal Tipo para a América Latina, e foi ali aprovada. Todavia, a meticulosa consideração da realidade brasileira e sobretudo da longa experiência com a aplicação do Código vigente desaconselhou uma alteração substancial para incluir também a grave perturbação da consciência como capaz de excluir a imputabilidade".

Mais adiante:

"Nas últimas edições de seu compêndio, Edmund Mezger nos fala a propósito da crise do duplo binário", a que já se referiu o Ministro Francisco de Assis Toledo. E acrescenta a elucidativa: "a tendência geral da legislação é a da fixação da menoridade penal nos 16 anos".

O VI Congresso da Associação Internacional de Direito Penal, reunida em Roma, em 1953, fixou em 16 anos o limite para a aplicação de pena. De acordo com o VI Congresso Internacional, edição de 1957, pág. 310, vários códigos atuais assim fixam esse limite em até 14 anos, como é o caso da lei alemã.

Repetindo, de certa forma, o que já se disse, com toda a procedência, parece certo que a possível redução do limite da imputabilidade a 16 anos aumenta a consciência da responsabilidade social dos jovens.

Feitas estas considerações, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Srs. expositores e convidados, assinalaria que a fórmula proposta no Projeto nº 20, do Senador José Roberto Arruda, é tecnicamente perfeita. Mas gostaria de assinalar, por último, uma preocupação quanto à sua operacionalização, o que se encontra no parágrafo único. Por quê? Porque isto suscitaria uma perícia médico-legal, e sabemos quanto

isto é difícil na prática da Justiça Criminal. Toda vez que acontecesse a prática de uma conduta delitiva por um maior de 16 e menor de 18, ter-se-ia que submeter o menor à perícia médico-legal, para que o médico perito dissesse se ele é ou não imputável; se ele tinha clareza de entendimento para compreender o caráter ilícito do fato e se autodeterminar de acordo com esse entendimento.

Faço apenas essas observações, mas assinalando que concordo também com as considerações do Ministro Francisco de Assis Toledo, que, como no projeto do Senador Arruda, encontra também esse problema operacional.

Agradeço o convite generoso para aqui comparecer. Ficarei imensamente contente se essas observações desprezíveis tiverem alguma serventia para o encaminhamento desse projeto e a sua final aprovação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com certeza, Professor Licínio Barbosa, o didatismo com que V. S<sup>a</sup> expôs a questão haverá de se constituir em muito boa contribuição.

A CCJ agradece a V. S<sup>a</sup> e convida, de imediato, o Professor Diaulas Ribeiro, Professor da Universidade Católica de Brasília, para se fazer presente à Mesa e proferir a sua exposição.

Com a palavra o Professor Diaulas Ribeiro.

**O SR. DIAULAS RIBEIRO** – Sr. Senador Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já era de boa hora que o Senador Arruda tomasse esta iniciativa de mexer na idade, porque é um problema muito grave.

Começo fazendo uma breve remissão histórica. Por que fixaram a menoridade penal em 18 anos, no Código Penal de 1942, e isso passou a ser um tabu que, para mexer hoje, é preciso fazer uma audiência de esse porte? Naquela época, criou-se um critério totalmente empírico. Não havia qualquer justificativa científica para se fixar em 18 anos. Primeiro, não havia ainda os cursos de Psicologia no Brasil. A Psiquiatria era uma ciência ainda à espera da lobotomia, que só veio a surgir 12 ou 13 anos depois, em Portugal. Não havia critérios. Chegou-se à conclusão de que o ideal era associar o critério de envelhecimento ao critério de amadurecimento, e que essas duas pontes faziam um vínculo aos 18 anos. De lá para cá, o Brasil não sofreu qualquer modificação na sua estrutura jurídica penal essencial senão em 1984, com a reforma da parte geral, e na Constituinte, que por um descuido, creio eu, inseriu-se esta matéria na Constituição, quando o Brasil é o único país do mundo que fixa a idade penal no texto constitucional. Não há referência



noutro país civilizado, nos países ocidentais, em que essa precaução foi tomada pelo Constituinte.

A partir de hoje, se buscarmos os mesmos critérios de forma científica e não mais empírica e o momento certo em que um cidadão atinge a capacidade de conhecimento e a capacidade de comportamento – porque em cima desses dois pilares é que se faz a imputabilidade penal, a capacidade de conhecer a ilicitude e a capacidade de comportar-se de forma lícita –, vamos encontrar muito mais precocemente a presença desta consciência da ilicitude e a capacidade de comportamento nos jovens com menos de 18 anos.

Por que estamos demorando tanto a fazer essa mudança? Porque os Srs. Senadores sabem que as mudanças no Brasil, em termos de Direito Penal, são tabus. Como o Código Civil, tem-se o Código Penal Brasileiro como uma obra intocável, enquanto Portugal, de 1995 para cá, já fez duas reformas, ou seja, fizeram em 1995 e não deu certo; mudaram o ano passado. No Brasil, criou-se um hábito de não se fazer uma política criminal dentro desses processos científicos e procedimentos científicos.

Portanto, hoje, é preciso lembrar que em 1940 não tinha televisão no Brasil; em 1940, não se pensava nunca em **Internet**, senão na literatura mais elementar; em 1940, não se pensava que o jovem tivesse acesso a tantas informações quanto tem hoje. O processo de envelhecimento continua nos 18 anos, não houve uma mutação genética da espécie que fizesse o homem de 18 anos, de 1942, mais velho ou mais novo biologicamente do que o homem de hoje. Mas o processo de amadurecimento, que busca outras referências, é evidente que sofreu mudanças. Portanto, não há qualquer dúvida de que a idade penal, baseada em critérios científicos de consciência da ilicitude e de comportamento, conforme a lei, está muito mais jovem. Ela está muito prematura do que estaria se resuscitássemos o Nelson Hungria, por quem tenho imensa admiração. Tive o prazer de ser convidado para ver a obra dele e posso dizer que se estivesse hoje vivo não teria as idéias que tinha àquela época. Nelson Hungria escreveu o seu tratado à mão, porque o instrumento mais moderno que tinha à época era a velha máquina de escrever, ou seja, não tem referência os primados de Hungria sobre a idade penal.

Temos de buscar uma adequação ao processo universalizante e globalizante, porque o nosso garoto de 16 anos sai daqui, cai na Alemanha, pratica um crime e vai para a cadeia. O nosso rapazinho sai daqui com 17 anos, vai para a França, pratica um crime e vai

para a cadeia. Não tem sentido que nós criemos aqui uma barreira de forma a que o menor de idade não pratique crime aqui, porque isso incentiva os estrangeiros que lá praticariam um crime aos 16 a virem para cá e aqui fiquem impunes até os 18 anos. Essa questão da globalização trouxe problemas que temos de pensar.

E aí nós ficaríamos então, para resumir a minha fala, num limite. Qual é o limite? O Ministro Toledo falou em fazer exame dos 16 aos 18; e o projeto do Senador Arruda a meu ver – peço licença – tem esta falha. O Professor Licínio abordou isso com muita propriedade, não tem como executar o § 1º.

Hoje, na Capital da República, que tem o melhor sistema de medicina psiquiátrica do País em termos de medicina de polícia, um doente mental – desculpe a minha simplicidade ao expressar isso, porque é preciso que todos tenham esta noção –, um doido, babando, para fazer um exame hoje, a demora vai ser de 45 a 60 dias. E doidos, babando, não chegam todos os dias no crime. Não tem condições, não é operacional. O Professor Licínio tem toda a razão nisso.

O Senador José Roberto Arruda disse que tem muito medo de encher as cadeias de jovens que praticam pequenas infrações, à primeira. Senador, essa gente não vai para a cadeia há muito tempo. Os pequenos crimes de estelionato, furto não levam nem o jovem e nem o velho para a cadeia.

O Professor Toledo – por quem tenho uma admiração imensa – disse que um jovem de 18 anos fica 20 anos na cadeia só se for em outro país, porque no Brasil ninguém fica 20 anos na cadeia, exceto se for condenado a 300, 400 anos de cadeia, mas aí também já é muito. Os crimes normais não dão 20 anos de cadeia para ninguém. O sujeito, hoje, não fica na cadeia 6 anos. E está aqui a Valéria Velasco, que é testemunha. Mataram o filho dela e a turma já está na rua. Ou seja, não tenha esse medo de encher as cadeias de garotos, porque não vai encher. Ninguém fica na cadeia neste País por mais de seis anos. Com muito azar, fica por seis anos. Agora, se praticar crimes em cima de crimes, aí vai dando unificação de penas e vai ficando. Por um crime só, não fica. Com certeza, Daniela Peres é um outro caso.

Então, esse medo de 20 anos: Mas um jovem de 16 anos vai apodrecer na cadeia! Não vai apodrecer na cadeia. Isso não é verdade, não é real.

Para concluir de fato, nossa posição, minha posição enquanto pesquisador de Direito Penal, promotor de Justiça e cidadão brasileiro, é que o menor de 18 anos e maior de 16 anos que não passar nos critérios do conhecimento e do comportamento é doente

mental. Este que não souber, aos 16 anos, o que é ilícito e não souber se comportar de forma lícita o caso dele não é de idade, é de doença mental. Este é imputável por outras razões previstas na lei. Então, não é o caso de se preocupar com a imputabilidade de quem está entre 16 e 18 anos. Não é esse o critério.

Tive várias experiências. Estive na Alemanha, na Inglaterra, na França e vivi o sistema penal, fiz minha pós-graduação no estrangeiro e vivi isso. Na Alemanha, 14 anos, na França, 13 anos, e a coisa vai daí para frente.

Nossa proposta, Senador Arruda, é para que seja um critério único: A imputabilidade penal no País é 16 anos. E não mexesse em mais nada. Sinceramente, penso que esse critério é mais operacional. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser adequar depois o sistema de prisão para cumprir de execução penal entre quem tem 16 e 18 anos, aí eu teria a liberdade de sugerir que fosse tratado na execução da pena, mas a idade penal tem de ser 16 anos, sem condições no texto constitucional. Porque, senão, não vai ter como executar.

E finalmente, para concluir, na Inglaterra, é a partir dos 10 anos. Só que, dos 10 aos 14 anos, tem um sistema de julgamento; dos 14 aos 17 anos, tem outro sistema de julgamento; e, dos 17 anos para frente, todo mundo na mesma vala. Todos praticam crimes, todos são responsáveis, todos pegam penas. Só entre 10 e 14 anos é que se avalia se há capacidade de conhecimento da ilicitude e capacidade de comportamento, conforme determina a lei. Só entre 10 e 14 anos. Acima de 14 anos, o garoto inglês já é presumido como capaz de conhecer a ilicitude e comportar-se de forma lícita.

Mas, se por acaso, V. Ex<sup>a</sup> insistir no projeto como ele está, tenho a ousadia de fazer uma sugestão. Quando V. Ex<sup>a</sup> fala em amadurecimento intelectual, isso não quer dizer nada tecnicamente. Amadurecimento intelectual e emocional não quer dizer nada nem para a psiquiatria, nem para a psicologia e nem para o Direito. Isso não quer dizer absolutamente nada. Há homens de 50 anos que não tem amadurecimento psicológico, nem emocional e nem nada. Então, o amadurecimento intelectual e psicológico não decorre da idade. O que é necessário é que a pessoa tenha condições de discernir o que é ilícito, capacidade de conhecimento e capacidade de comportamento.

Portanto, cumprimento o Senado Federal, V. Ex<sup>a</sup> em especial, pela proposta – que bom que tenha sido de autoria de um Senador de Brasília. Mas creio que V. Ex<sup>a</sup> precisa repensar, colocar 16 anos e deixar que

o resto os Deputados e Senadores tratem na execução da pena.

Dezoito anos, é um absurdo a impunidade que está aí. E 16 anos é marcadamente a faixa etária em que o jovem é mais cooptado pela criminalidade, porque ele preenche todos os requisitos de conhecimento, de comportamento, de envelhecimento e de amadurecimento. No entanto, só fica fora do sistema legal na impunidade total.

Era o que eu tinha a dizer e peço licença à Mesa para me retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Comissão agradece a concisão e o brilhantismo da exposição do Professor Diaulas Ribeiro, evidentemente dentro do seu ponto de vista, e esclarece que passará a palavra ao Sr. Sérgio Murilo e, em seguida, à Dr<sup>a</sup> Olga Câmara, que fará o contraditório.

Quero, portanto, convidar o Sr. Sérgio Murilo, que é Presidente Nacional da Juventude Latino-Americana pela Democracia, Julad/Brasil, para tomar assento à mesa e proferir sua exposição.

**O SR. SÉRGIO MURILO** – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senador José Agripino, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, integrantes do Comitê Nacional de Vítimas da Violência, Comitê Parceiros da Paz, membros da Juventude Latino-Americana pela Democracia, Julad/Brasil.

Serei breve, Sr. Presidente, em minhas palavras, até porque vim aqui também para escutar. A Julad, em nome do Comitê Nacional de Vítimas da Violência, apresentou um requerimento a esta Comissão propondo duas de suas funções inerentes: primeiro, apoiar movimentos que combatam a violência, como é o caso do Comitê Nacional de Vítimas da Violência, e, segundo, provocar um grande debate nacional sobre o tema do menor infrator em nosso País.

É uma pena que tenha sido necessário que esse assunto viesse à imprensa por meio de uma grave e violenta rebelião na Febem – até com um jovem decapitado – para que o debate voltasse à cena em nosso País.

Sr. Presidente, estou aqui em nome da Juventude Latino-Americana, que está preocupada com os altos índices de violência que estão acometendo nossos jovens.

Apresentarei uma radiografia da situação, alguns dados coletados pela Unesco. Hoje, de cada dois brasileiros que morrem na juventude, um é vítima da violência. Mais de 50% das mortes de jovens de 15 a 24 anos ocorrem por causas externas: homicídios



ou acidentes automobilísticos. Entre 1979 e 1996, se, no total da população, a mortalidade por homicídios e outras violências aumentou 97%, entre os jovens de 15 a 24 anos, essa violência cresceu em mais de 135%. Nas capitais, esse crescimento foi ainda maior: 120% para a população em geral e 166% para a população jovem. Em 1996 ainda, no plano nacional, 35,1% das mortes de jovens foram causadas por homicídios e outras violências, quando na população geral esse índice foi de apenas 5,4%. Nas capitais, esse índice se elevou para 41,8% e, nas regiões metropolitanas, para 47,7%. De 37 países analisados, o Brasil ocupa hoje a terceira posição na categoria de homicídios e outras formas de violência entre a juventude. Identificou-se uma taxa de 46,6% de homicídios para cada 100 mil jovens. Uma taxa altíssima, que vários estudiosos chamam de taxa endêmica em nosso País. O Brasil só tem perdido para a Colômbia e Venezuela com relação às mortes entre a juventude. É um dado gravíssimo, com que a Julad/Brasil está muito preocupada, juntamente com as entidades suas parceiras: precisamos conseguir diminuir os altos índices de violência em nossa juventude.

Os dados do Datasus, registrados em 1996, verificam que aconteceram 38.894 mortes. Número assustador, pior do que os da guerra do Kosovo.

Sr. Presidente, a criminalidade está se tornando um fenômeno epidêmico e fora do controle da sociedade e dos governos. As estruturas e mecanismos convencionais usados na prevenção e na repressão estão completamente saturados. Hoje, o Estado vem perdendo a guerra contra a violência, o que é preocupante. Se o Estado não tem condições de conseguir acabar com a violência, nós, da sociedade, conseguiremos? Esta é a pergunta que deixo. Não é uma função prática e fácil de ser conseguida.

Hoje, em nosso País, há a terrível cultura do pessimismo social. Não acreditamos mais nas instituições. A família e as escolas estão se tornando instituições falidas. Onde iremos parar? A própria polícia está completamente desmotivada e desaparelhada, perdendo a guerra para os bandidos em nosso País. Esses são pontos que precisamos destacar. O sistema penitenciário hoje está falido. A Febem também faliu. O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Hetério Galvão – a quem fomos pedir ajuda para tentar solucionar o problema da violência em Pernambuco –, nos disse: "O Judiciário não foi feito para funcionar. Funciona por teimosia. O Judiciário não tem recursos". É incrível que um grupo de familiares de vítimas da violência esteja com o Presidente do Tribunal de Justiça e ele diga que o Judi-

ciário funciona por teimosia. Onde iremos parar? A nossa polícia não funciona. As escolas estão sofrendo um ataque terrível de violência. Hoje, em todo o mundo, temos mais de 3 milhões de delitos graves dentro das escolas. O que iremos fazer? Não sei. Venho aqui para escutar os Srs. Senadores, a fim de tentarmos achar uma solução. Se as instituições faliram, se a própria sociedade está em um processo pré-falimentar, o que vamos fazer? Não sei. Cabe ao Congresso Nacional estimular outras audiências públicas para que possamos assim discutir, junto à sociedade algumas alternativas de combate à violência em nosso País. Precisou também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que um jovem entrasse com uma metralhadora dentro de um shopping e atingisse a classe média para que o debate voltasse à cena. Hoje, pela manhã, estivemos no Congresso Nacional com o Presidente Michel Temer, onde vai ser instalada uma Comissão que estudará a violência no País. Foi necessário que esse jovem atingisse a classe média para que voltássemos novamente a discutir a questão da violência. A violência está instalada a cada dia, a cada momento. Quando deixamos de falar, quando a imprensa deixa de noticiar esses assuntos, quando casos graves deixam de acontecer, parece que tudo ficou resolvido, parece que a violência terminou. Mas não terminou não. O que acontece é que a violência é como um pavio, que vai queimando aos poucos. O pavio está lá queimando, mas não se sente. De repente, a bomba explode novamente. É o que tem acontecido em nosso País. Acho que o Congresso Nacional, a sociedade, às vezes esquece das violências que estão acontecendo, fechamos os olhos para essas violências e apenas quando a imprensa noticia ou quando acontece um caso grave, como foi o caso da Febem, em São Paulo, com um jovem decapitado por outro jovem é que voltamos a discutir a questão da violência. O narcotráfico está enraizado em nosso País. Hoje, temos uma CPI instalada, que está fazendo um brilhante trabalho, que inclusive identificou um parlamentar constante dessa máfia de narcotráfico aqui, no País. Então, tivemos até um deputado envolvido, se ainda não tivermos outros envolvidos. Cabe à CPI do Narcotráfico tentar descobrir se outros parlamentares também estão envolvidos e puni-los exemplarmente. A miséria, Sr. Presidente, também atinge a nossa população, empurrando vários brasileiros, inclusive jovens, para a criminalidade. Violência na família, é outro ponto que precisamos tocar. Seja na família de classe baixa, uma família pobre, existe violência nas famílias pobres, claro que existe, mas existe também a violência nas famílias ri-



cas. Então, a miséria não pode ser a causa de todos os fatores, de todas as mazelas da violência em nosso País. Se numa família de classe média, de classe média alta, existe violência, alguma coisa precisa ser feita. Não é a miserabilidade que tem cometido a questão da violência. Então, o que acontece? De quem é a culpa? Deixo essa pergunta para os Srs. Senadores. E agora, o que vamos fazer, Sr. Presidente? A sociedade, os governantes, acredito, têm um papel fundamental nessa questão. Hoje, temos várias instituições em nosso País que estão trabalhando no combate à violência, é importante que tenhamos mais instituições, porque uma campanha apenas, seja qualquer campanha, não conseguirá atingir toda a população brasileira. Então, estimulamos, aqui, no País, através da Julad, através da Campanha "Seja parceiro da paz", que é a campanha que coordeno, que outras instituições venham a fazer campanhas educativas em nosso País. Tive a oportunidade, Sr. Presidente, de estar em Lima, no Peru, onde participei de um seminário internacional, através da Comissão de Juventude do Parlamento latino-americano, que estudou as causas da violência cotidiana entre os jovens e adolescentes na América Latina. Tive oportunidade, inclusive, de visitar o centro de reabilitação juvenil de Lima, no Peru, onde o primeiro ato do Centro de Reabilitação foi os internos cantarem o hino nacional. Em seguida, várias atividades culturais foram apresentadas pelos próprios jovens. Teatro, música, dança, enfim, os jovens fardados inclusive. Havia o civismo, havia o respeito entre eles, havia atividades esportivas, culturais. Foi um exemplo que a Comissão de Juventude colocou para todos nós que fazemos parte da Julad e da Comissão de Juventude. A partir daí, a Julad/Brasil fez uma proposta, que foi aprovada na Comissão de Juventude, para que levássemos para todos os países da América Latina campanhas educativas nos grandes eventos de massa. Hoje, temos carnavais fora de época, temos festas populares que envolvem jovens, envolvem drogas, envolvem álcool e envolvem música. Isso é um coquetel mortal. Temos visto jovens morrendo, brigando, em eventos, em bailes **funks**, em todo o País. E o que fazer? Ao voltar do Peru, nós da Julad começamos a fazer uma grande pressão aos organizadores de eventos no País para que fizessem campanhas educativas. Conseguimos aqui, na Micarêcandanga 98/99, Taguafolia e no Recifolia, a mobilização com as famílias vítimas da violência nesses Estados, as organizações não-governamentais, a igreja, enfim, toda a sociedade civil organizada e os organizadores

de eventos e os órgãos de segurança, para que fizéssemos essa campanha educativa.

Tive a oportunidade de estar com o saudoso Deputado Franco Montoro e, inclusive, solicitei a ele um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara, para que analisasse a viabilidade de um projeto de lei que obrigasse aos realizadores de eventos no País a fazer as ditas campanhas educativas. Isso não foi possível, porque é inconstitucional. Mas, se é inconstitucional, cabe criarmos uma cultura de paz em nosso País, para que as pessoas não sejam obrigadas a fazer algo somente em detrimento da lei.

Isso já está sendo encaminhado. Vamos continuar com esse projeto por todo o País, com a campanha Seja Parceiro da Paz, com os projetos da Julad.

Identificamos também problemas nas escolas. Lançamos o projeto "Dê bola para a paz – Um tributo à paz nas escolas". Levamos várias atividades para as escolas, num primeiro momento, aqui no Plano Piloto, em Brasília, e em algumas cidades satélites. E queremos levar esse projeto a todo o País.

Com relação ao Comitê de Vítimas da Violência, eu queria agradecer a todos os familiares que aqui estão, com os quais estamos convivendo há bastante tempo. O Comitê está funcionando em Pernambuco, onde há mais de 30 famílias. Particularmente, há quatro casos de assassinatos na minha família por conta da violência; três primos e um tio morreram, e, inclusive, tenho um primo que é desaparecido político, Fernando Santa Cruz. Criamos em Pernambuco esse Comitê, que procurou todos os organismos de segurança do Estado, inclusive apresentando propostas concretas de combate à violência.

Dirigindo-me diretamente ao tema específico, deixo uma pergunta, Sr. Presidente: será que realmente o caminho é abaixar a maioria penal? Deve-se abaixar a maioria para todos os tipos de crimes ou apenas para alguns? Deve-se aumentar a internação, que hoje é de três anos? Para quantos anos? Devemos reequipar as unidades, dotando-as de condições para cumprirem o Estatuto? É Claro. Penso que este é o ponto principal a ser discutido: o aparelhamento das instituições de recuperação juvenil em nosso País.

Todas essas ações devem ser pensadas e discutidas, e várias ações devem ser colocadas em prática o mais urgentemente possível. Precisamos acabar com a cultura da tolerância, Sr. Presidente. Hoje a sociedade e os nossos governantes fecham os olhos para determinadas coisas que acontecem em nosso País.

Tenho uma prima que foi assassinada no dia 15 de junho, em Pernambuco, por causa de um cartão de crédito, por causa de um caixa 24h. Os bancos em nosso País lucram milhões e não têm coragem de colocar um segurança num caixa 24h. Eles fingem que nos protegem, e nós pagamos as enormes taxas bancárias.

Essa é mais uma tolerância da nossa parte; não fazemos nada. Acostumamo-nos a conviver com a violência, achamos tudo isso normal. Há uma banalização da violência por intermédio dos meios de comunicação. E esquecemos o que temos de mais precioso: a nossa vida. A vida humana, hoje, em nosso País, está sendo desvalorizada. Fechamos os olhos para essa realidade, a impunidade está presente, e, com isso, as famílias estão perdendo seus entes queridos, como é o caso de muitas pessoas que participam hoje do Comitê Nacional de Vítimas da Violência.

Sr. Presidente, precisamos conhecer – eu estava fazendo uma pesquisa – a Justiça Instantânea, nome interessante, implantada no Juizado da Infância e Adolescência de Porto Alegre. No mesmo prédio, estão a Polícia, o Ministério Público, a Defensoria, o Judiciário, a OAB, que funcionam na mesma unidade integrada e recebem casos vindos das Polícias Militar e Civil. Qual foi o resultado disso? O resultado que se constata em Porto Alegre é a redução da reincidência e até mesmo a mudança no perfil da clientela do Juizado, com muitos jovens de classe média sendo trazidos a juízo, fato que raramente se cogitava na época da Justiça de Menores, tachada como o “juízo para pobres”.

É um exemplo que pode ser observado pelos Senadores, que podem analisar a sua viabilidade. Enfim, precisamos parar de filosofar, precisamos parar de tentar descobrir as causas da violência, que já sabemos quais são, e partir realmente para a prática.

Proponho aqui um grande pacto nacional com relação à violência em nosso País. Que identifiquemos todas essas questões em pauta hoje e que não esperemos apenas que a mídia venha a divulgá-las!

No dia 10 de dezembro, haverá o pacto pelo silêncio dentro da imprensa; será um dia apenas. Penso que esse simbolismo não vai adiantar. Vou mais além: que esse pacto seja feito por mais tempo, por dois, três ou quatro meses, para que todos nós, com esforços concentrados e coordenados, possamos fazer juntos uma grande ação de combate à violência em nosso País. Poderemos verificar a viabilidade de se colocar isso em prática. Os Srs. Senadores também poderão fazê-lo, porque um dia apenas é muito simbólico. E penso que, no Brasil, chega de simbolismo.

Precisamos, realmente, de ações práticas, concretas, que tentem diminuir a violência.

Estamos às vésperas do ano 2000, Ano Internacional da Cultura de Paz em todo o mundo, declarado pela ONU e coordenado pela Unesco, e precisamos, na verdade, mudar a cultura da violência em nosso País para uma cultura de paz. A Unesco está, inclusive, fazendo um abaixo-assinado, o Manifesto 2000, que pede o comprometimento pessoal de todas as pessoas pelo não-cometimento de violência, seja a violência física, verbal ou psicológica, qualquer tipo de violência. Peço aos Srs. Senadores que também assinem esse manifesto, que o levem para os seus Estados, seus diretórios municipais e estaduais, e passem esse abaixo-assinado para os seus filiados.

No mais, a Julad e o Comitê Nacional de Vítimas da Violência sentem-se honrados em poder provocar este debate. A Julad não tem um posicionamento fechado com relação a esse tema. Somos uma entidade plural e suprapartidária, mas a nossa função é de provocar. E estamos aqui provocando para o nosso bem e do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Quero esclarecer que esta audiência pública, que teve por origem o debate ao projeto do Senador José Roberto Arruda, foi provocada por um grupo de pessoas que procuraram a Comissão de Constituição e Justiça, e, dentre essas pessoas, estava o Sr. Sérgio Murilo que, acompanhado de familiares de mortos, vítimas da violência de menores, solicitou esta audiência, este debate.

Com este registro, quero agradecer ao Sérgio Murilo e cumprimentá-lo pela apresentação de suas preocupações e das sugestões aqui colocadas, que serão devidamente consideradas pelos Senadores na formulação do juízo final do projeto do Senador Arruda.

Agradecendo, portanto, ao Sr. Sérgio Murilo, queremos convidar a Dr<sup>a</sup> Olga Câmara, Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Com a palavra a Dr<sup>a</sup> Olga Câmara.

**A SRA. OLGA CÂMARA** – Sr. Presidente, Senador José Agripino Maia, Senador José Arruda, Sr<sup>a</sup> Senadora Marina Silva, que nos deu a oportunidade de participar desta discussão, para nós muito importante, principalmente porque trabalhamos na área da criança e do adolescente há mais de 18 anos e percebemos que a sociedade carece de uma resposta.



Os senhores estão pelo caminho certo, a partir do momento em que trazem um assunto que vem suscitando em todo o povo brasileiro uma inquietação. Mas gostaria de trazer àqueles que me antecederam e a V. Ex<sup>as</sup> alguns subsídios que estão acontecendo nas discussões técnicas no País.

Como Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, tenho ido aos Estados. Recentemente, estive junto ao Conselho Interamericano Del Niño, onde todos os países foram contra o rebaixamento da idade penal. E aqueles que tinham 14 ou 16 anos entenderam que deveriam discutir melhor a idade para 18 anos.

Cheguei, ontem, de Havana, onde aconteceu – como os senhores sabem – o Encontro Ibero-Americano, quando 20 países subscreveram a "Declaração de Havana", que, no Item 11 diz o seguinte: recomendar aos países a considerar idade de imputabilidade aos 18 anos; fortalecer as medidas alternativas de privação de liberdade e que estas sejam cumpridas em centros especializados para menores de idade – aqui está em espanhol por isso estou traduzindo logo –, como último recurso e por menor tempo possível e que sejam instrumentalizadas as medidas socioeducativas.

Se nós estamos falando em medidas socioeducativas, vamos falar no Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê seis medidas socioeducativas, entre elas a privação de liberdade. O art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente é muito claro quando diz que ato infracional é tudo aquilo que está contido no Código Penal como crime ou contravenção. Então, não se nega que o adolescente que mata, que estupra e que comete crimes hediondos deva ser privado de liberdade. Ele deve estar, sim, em uma unidade privativa de liberdade com contenção e segurança.

O que vem tornando a sociedade insegura? É que, infelizmente, o que previu o Estatuto da Criança e do Adolescente, que seria o reordenamento das instituições para que os adolescentes pudessem cumprir a medida socioeducativa sem fugas, sem rebeliões e sem mortes dentro das unidades de adolescentes infratores é que eles pudessem cumprir em toda a sua totalidade, que pode ir até os 21 anos. E parecer como este, apenas estou traduzindo o que grandes juristas que se preocupam também com a questão, e solicitamos estudos para que pudéssemos subsidiá-los, porque sabíamos que o Senador José Roberto Arruda tinha a preocupação de não cometer injustiças, isso deixou muito claro em todas as suas

falas. E nós, por sabermos disso, coletávamos ainda esta semana no também Encontro Nacional de Promotores e Juízes, que aconteceu em Gramadô, chegamos ontem deste Encontro, onde todos foram contra o rebaixamento da idade penal, e por quê? Será que estamos de acordo com a violência infanto-juvenil? Claro que não. Nós não poderíamos aceitar. Se nós somos operadores do Direito, se nós somos profissionais que defendemos o Estado de Direito do nosso país, se nós somos pessoas que também sentimos a violência que vem crescendo, mas será que nós estamos agindo em cima das causas, como disse Sérgio Murilo, que me antecedeu, nós estamos indo em cima das causas ou estamos atacando os efeitos. Creio que rebaixar a idade penal não é o caminho correto. Não é o caminho correto porque nós vamos simplesmente engrossar as fileiras da marginalidade neste país. Nós sabemos o que acontece nos presídios com os adultos. Nós sabemos também que se o adolescente não tiver um tratamento adequado, que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê e que a própria Constituição Federal prevê no seu art. 227, se nós tivermos esses adolescentes tratados adequadamente é que, a cada seis meses, seja revista a sua medida socioeducativa, que ele tenha acompanhamento psicológico, que tenha acompanhamento psiquiátrico, que ele tenha visitas às famílias, que a sua família também possa estar junto dele, que ele possa crescer como um cidadão prestante, com certeza, senhores, ele poderá sair dali recuperado. Recuperado e juntar-se a todos os cidadãos neste país. Agora, se as instituições não se reordenaram, se o Estatuto da Criança e do Adolescente não vem sendo cumprido – e sei que, talvez, as minhas palavras incomodem a alguns, mas não poderia deixar de, neste instante, não somente solicitar mas rogar que eu possa ser ouvida. Não que eu represente a voz de todos os jovens adolescentes do País, mas tenho certeza que represento a voz de todos aqueles que são operadores do Direito junto a crianças e adolescentes, sabemos perfeitamente que o vem acontecendo no Brasil é a ausência total do cumprimento do que reza o Estatuto da Criança e do Adolescente quando prevê a medida privativa de liberdade e que as instituições não se reordenaram.

Poderíamos citar alguns exemplos, para que se estabeleça o sistema de garantia de direitos no País faz-se necessário que delegacias de adolescentes infratores existam, com policiais especializados e com técnicos que possam atender aqueles adolescentes, para o encaminhamento correto; para que se estabeleça também a garantia de direitos no País faz-se ne-



cessário que os conselhos tutelares existam, para medidas de prevenção, e sabemos que não existem em todos os Municípios, de acordo com a população deve-se ter conselhos tutelares adequados. Sabe-se que nem todos os Municípios possuem o conselho municipal que traça as políticas de atendimento a crianças e adolescentes. Existem, sim, 26 Conselhos Estaduais e o Conselho Distrital, mas varas privativas de crimes contra crianças e adolescentes só existem quatro no País. E para cada quatro adolescentes que são vítimas de violências talvez encontremos um. Estes são dados oficiais.

Diríamos que de 90% dos crimes praticados no País, 10% são praticados por adolescentes. Creio que precisávamos fazer um estudo mais profundo, e percebo que este é o momento certo, Senador, é o momento em que ilustres juristas como o Dr. Munir Cury, Procurador Olímpio Souto Maior, o Juiz João Saraiva, de Porto Alegre, de São Paulo, que são profissionais, e como o Presidente da BMP, Dr. Romero de Oliveira Andrade, que foi aqui citado, Procurador de Justiça em Pernambuco. Enfim, são vários juristas que vêm estudando a questão com profundidade, com a mesma seriedade com que V. Ex<sup>as</sup> estão estudando.

Sabemos perfeitamente que a solução não é rebaixar a idade, o problema é muito mais social, é um problema de descumprimento de lei, porque não se está cumprindo a lei. É um problema que está mais na estrutura do que, na realidade, no adolescente infrator, basta que voltemos os olhos e percebamos o que aconteceu aos jovens infratores em São Paulo. Não estou aqui fazendo nenhuma acusação ao Estado de São Paulo, porque não me cabe isto, simplesmente registrando o que ainda está bem claro nas nossas mentes. O que sofriam aqueles jovens. Eu pessoalmente estive lá cinco vezes, acompanhada por nossos assessores. Que tipo de violência sofriam aqueles jovens? As normas de Riade, de Beijing, das Nações Unidas dizem que todos aqueles que trabalham com crianças e adolescentes devem ser capacitados para tal. E sabemos que isto não está sendo seguido no País.

O Secretário de Estado de Direitos Humanos, Dr. José Gregori, ainda anteontem me falava que precisamos criar uma escola para pessoas que trabalham com adolescentes infratores. Porque não se sabe bem o que se deseja do profissional que trabalha com o infrator, ele é uma pessoa da sociedade civil, não tem preparo para trabalhar como policial nem tampouco como educador, ele exerce os dois papéis, e exerce mal, porque nem é um policial e nem é um educador. Não estudamos a questão da adolescência

no nosso País, e todos nós que já fomos um dia adolescente ou que nos lembramos da nossa adolescência, sabemos perfeitamente que o jovem adolescente está em conflito com ele mesmo e com o mundo, imagine então uma pessoa que está em conflito com a lei.

Para não roubar mais o tempo de V. Ex<sup>as</sup> gostaria apenas de dizer que rebaixar a idade penal não é a solução, a solução é sim nos reunirmos e estudarmos as causas, as raízes, e procurarmos encontrar alternativas corretas que tirem os nossos jovens adolescentes do limbo do esquecimento. Proponho, e me disponho, como disponibilizo a equipe que aqui se encontra, para que V. Ex<sup>as</sup> possam ter os maiores subsídios que desejarem.

Passo às mãos de V. Ex<sup>as</sup> a Carta de Hawana, uma coletânea de vários estudos contra o rebaixamento da idade penal e o parecer do Ex<sup>mo</sup> Procurador Dr. Munir Cury.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de lembrar que por norma e pelo regimento, são proibidas as manifestações da galeria.

**A SRA. MARINA SILVA** – (Intervenção foram do microfone)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estou convencido e totalmente seguro de que isso é regimental. Posso consultar a secretaria e lhe fornecer...

**A SRA. MARINA SILVA** – Em audiência pública não ocorre essa proibição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria à Secretaria da Mesa, só para dirimir a dúvida, o Regimento Interno e a informação, mas fica mantida a minha opinião.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Muito mais fácil, Senador Jefferson Péres, art. 184: "É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas no lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmado e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nela se passar".

Na minha manifestação, não há nenhuma reprovação à manifestação de agrado às palavras da Dr<sup>a</sup> Olga por parte da assistência. Aqui estou, mera e simplesmente, cumprindo o Regimento da Casa.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – (Intervenção fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A mesma coisa.

Terei de me retirar, porque tenho de me dirigir ao meu Estado. Quero solicitar ao Senador Jefferson Péres que a partir de agora assuma a Presidência, mas quero dar uma informação a mais.

Estamos tratando de um assunto extremamente polêmico. Países de primeiro mundo aplicam a imputabilidade da pena a menores de 18 anos. Há países como os Estados Unidos que começam pelos 12 anos. Há uma recomendação trazida pela Dr<sup>a</sup> Olga, do recente encontro de países ibero-americanos, que recomenda a imputabilidade de pena somente a maiores de 18 anos. Então estabelece-se claramente um contraditório que tem de ser exaustivamente investigado. Creio que temos de colher as opiniões de tantos quantos queiram colaborar.

O Senador Jefferson Péres, há pouco, dizia-me que no início desta audiência pública ele recebia um telefonema de uma entidade de respeitabilidade nacional que desejava ser ouvida. Quero dizer, e comunicar aos membros da Comissão, em especial ao Senador José Roberto Arruda, que, se necessário, faremos uma segunda audiência pública para que o assunto seja profundamente investigado, a fim de que se forme uma consciência real no seio dos Senadores com relação a essa questão e para que possamos votar conscientemente, mudando ou mantendo a Constituição.

Pediria, portanto...

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permitiria apenas um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É claro que o aparte está concedido.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Quero apenas dizer que como autor do projeto estou me colocando, nesta audiência pública, como deve ser, com o espírito aberto para ouvir críticas, sugestões e aprimoramentos.

A presença aqui de familiares de vítimas, da mãe do Marquinhos, que morreu assassinado por uma gangue, dos familiares que me trazem livros contando suas histórias, a postura desses familiares que transformam a sua dor numa contribuição efetiva à sociedade se dá de maneira correta.

Prova de que esta Comissão e eu próprio desejamos ouvir todos os que quiserem se manifestar, é que mesmo aquelas pessoas não convidadas anteriormente ou não inscritas, mas que estiveram presentes e desejaram se manifestar, estão tendo esse direito, daí por que a manifestação que se pretende fazer

na falta de argumentos próprios não vai fazer parte das variáveis que eu e os outros Senadores vamos levar em consideração na hora de votar; ao contrário, podem produzir efeito diverso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de pedir desculpas à Jornalista Valéria Velasco, ao Comandante José Alberto Cunha Couto e ao Desembargador Esdras Dantas por não me fazer presente para ouvir as opiniões de V. S<sup>as</sup>. Com muita honra, gostaria de passar a presidência ao Senador Jefferson Péres e agradecer a presença dos expositores que vieram, com suas opiniões, enriquecer este debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – A entidade a que se referia o Senador José Agripino é a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, que me encaminhou um documento que passarei às mãos do Relator, manifestando-se totalmente contrária ao rebaixamento da maioria penal. Vou requerer, na próxima reunião, que essa entidade seja ouvida como pede.

Fiz questão de fazer esta comunicação para que não interpretem mal a minha intervenção há pouco, quando pedi o cumprimento do Regimento. Não tenho opinião formada a respeito da matéria, por isso estou ouvindo atentamente os debates, mas acho que regimentos e leis existem para serem cumpridos e não serei tolerante. Não se manifestem por favor.

Com a palavra, por favor, a Jornalista Valéria Velasco.

Como, no momento, a jornalista Valéria não pode vir a esta sala, convido o Comandante José Alberto Cunha Couto, Secretário de Acompanhamento de Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança da Presidência da República. Tem V. S<sup>ra</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ ALBERTO CUNHA COUTO** – Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, autoridades presentes, senhores convidados, senhores participantes desta audiência pública, expresso minha satisfação pela honra do convite e pela oportunidade de me expressar nesta oportunidade. O que vou expressar é uma opinião pessoal, não uma opinião do Gabinete, mas é resultado de pesquisa feita por pessoas que lá trabalham.

O tema proposto pelo Senador Arruda é da maior importância e oportuno, tendo em vista o quadro de acelerada escalada da violência. Trazer a imputabilidade penal para os menores de 18 anos e maiores de 16 é, com todo o respeito às opiniões divergentes, e aqui cito especialmente a da Dr<sup>a</sup> Olga, um grande passo em direção à tendência mundial, que é a de



responsabilizá-los no rito da lei comum, embora possam cumprir sentença de modo especial. E esse é o ponto que achamos mais importante. Estados Unidos, Inglaterra, França e outros citados aqui pelo professor Licínio estão entre os países que adotam esse regime jurídico.

A nossa secretaria tem como uma de suas tarefas dar permanência aos estudos da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional e também da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É desse histórico que retiramos que, no curso dos trabalhos da Constituinte que elaborou a nossa Carta Magna, houve quem propusesse que a prática de crime hediondo ou doloso contra a vida operasse a maior idade do agente desde os 14 anos. Não queremos nos tornar mais radicais, mas essa proposta realmente não prosperou e fomos também a favor do que foi apresentado pelo Professor Ribeiro, no sentido de que 16 anos seja a idade mais correta. E como já nos adiantou o Senador José Roberto Arruda, 16 anos já é uma idade de juventude em que há uma resposta a todas as responsabilidades depositadas pela sociedade nessa faixa.

Nesta oportunidade, vamos concordar com o que apresentou o Professor Licínio, porque pensamos, com relação ao texto do Parágrafo Único, proposto na PEC do art. 228, que se poderia suprimir a parte: "...quando constatado seu amadurecimento (?) e emocional". Assim pensamos, porque nos parece ser um pressuposto excludente, de difícil caracterização e de avaliação ainda bastante carregada em subjetivismo.

Acho que um paciente que comete um crime, certamente ou quase sempre, estará desassistido em vários aspectos. Então temos que cuidar dele de uma forma especial. Ao abrir esse excludente, ele poderia vir a invalidar a cautela que a PEC está propondo.

Por outro lado, gostaríamos de ressaltar que a redução da idade penal, por si só, como adiantou o Senador José Roberto Arruda, não vai resolver o problema. Parece que aliada a outras soluções ela vai contribuir bastante para isso. A questão é bastante complexa e essa medida não pode ser uma decisão isolada, mas deve ser complementada com adoção de outras providências, tais como o estabelecimento de meios apropriados à reeducação do infrator em estabelecimentos prisionais especiais. Falamos anteriormente de regime especial para esse aprisionamento. Realmente ao reduzir para 14 anos só produziria um inchaço, como citou aqui o Professor Licínio, sem nenhuma vantagem adicional.

Também concordamos com o que foi citado aqui pelo Professor Toledo, no sentido de que esses estabelecimentos prisionais especiais deveriam ser separados dos maiores imputáveis, com o detalhamento que foi feito pelo Desembargador Mena Barreto, que deu várias sugestões bastante interessantes de como deve ser esse aprisionamento especial.

Por fim, somente quero agradecer esta oportunidade e falar, como citou Dra. Olga, que o Estatuto da Criança e do Adolescente realmente é clemente em muitos aspectos, mas, por outro lado, isso tem facilitado o uso de menores como vetores na prática do crime. Esse aspecto não podemos desconsiderar nesta discussão.

Muito obrigado pela oportunidade de nos expressarmos aqui, nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – A Jornalista Valéria já retornou à sala, por favor. (Pausa.)

V. Sª tem a palavra.

**A SRA. VALÉRIA VELASCO** – Desculpe, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos. Tenho poucas colocações a fazer, porque estou aqui mais para ouvir todas essas ponderações que estão sendo feitas. O exemplo do nosso caso, do assassinato do meu filho, foi bastante citado, então quero começar a partir desse próprio exemplo.

Meu filho foi assassinado por uma gangue de 10 pessoas, entre os quais 5 eram maiores de 18 anos e 5 eram menores de 18 anos. Os dois que desencadearam, que reuniram toda a gangue, foram lá para a nossa quadra e mataram meu filho, às 5 horas da tarde, um tinha 18 anos e um tinha 17 anos em agosto de 1993, mas completou 18 anos em outubro do mesmo ano. Quer dizer, três meses depois, esse outro assassino do meu filho completou 18 anos.

Pergunto: qual é a diferença? O de 18 anos cometeu um homicídio; o de 17 anos, que completou 18 anos três meses depois, cometeu um ato infracional. Todos dois mataram, todos dois juntaram-se para matar, juntaram-se para reunir a gangue, sabiam perfeitamente o que estavam fazendo, arrebanharam os outros todos da gangue e, para um, era ato infracional, enquanto para o outro, um homicídio, com apenas três meses de diferença de idade entre jovens que andavam juntos, cometiam os mesmos crimes juntos, divertiam-se juntos. Então, acho que isso é um exemplo contundente de que não existe essa diferença, essa condição de se afirmar que um jovem de 16 anos não tem condição de discernimento para saber se está ou não cometendo um crime. Como disse o



Professor. Diaulas, com muita precisão: se um jovem de 16 anos não tem esse discernimento, não é um jovem normal; isso não existe. Então, é uma tese difícil de se aceitar. Os nossos jovens de 16 anos, por sua vez, têm discernimento para escolher um Presidente da República, para escolher o nome de uma pessoa que vai dirigir o destino da nossa Nação. Existe ato civil mais importante do que escolher uma pessoa que vai governar o destino de mais de 160 milhões de brasileiros; que vai governar o País que vamos ter; como é que vai ser a qualidade de vida do nosso povo; quais serão os destinos do nosso País? E o nosso jovem de 16 anos tem nas mãos tudo isso, tem a capacidade de escolher, como teve nas mãos também a capacidade de derrubar um Presidente da República, porque foi um movimento conduzido, nas ruas, pelos nossos jovens de 16, 14 e 13 anos. Então, eles têm, sim, discernimento, capacidade de decidir, capacidade de saber o que estão fazendo, em que caminho estão, se no certo ou no errado, se no caminho da criminalidade ou não, se o ato que estão executando é correto ou se está fora da lei. Então, é impossível, em sã consciência, afirmarmos que um jovem de 16 anos não tem condição de saber se está dentro ou fora da lei. Se tem capacidade de matar com as próprias mãos, se sabe que está matando com as próprias mãos, se tem capacidade de pegar uma arma e matar, sabe perfeitamente o tipo de ato que está executando. E temos de decidir, a partir dessa proposta do Senador Arruda, dessa decisão, se vai ou não reduzir essa maioria, que tipo de jovens que queremos ter no nosso País. Porque cidadania não se faz só com direito; cidadania se faz com responsabilidade. E, ao defender, defendo plenamente essa redução, também sou favorável a que se extinga esse § 1º, porque acredito que, além de, como já foi definido aqui pelos nossos juristas, existir a dificuldade técnica, vai haver também a dificuldade decorrente do preconceito. Então, quem vai ser considerado imputável, com certeza, serão os jovens com menores condições, porque vivemos num país preconceituoso, em que, normalmente, quem permanece na cadeia são os pobres e os negros. Sabemos perfeitamente disso. Então, sou favorável a que se extinga esse § 1º e o deixe plenamente seco. Menor de 16 anos é inimputável; os maiores são capazes de responder e têm que responder pelos seus atos, senão estaremos construindo um país de irresponsáveis, e não queremos contribuir para isso. Então, defendo que essa legislação passe. Também defendo a ampliação do debate. Acho que ele tem de ser estendido à nossa sociedade. Vamos ouvir os próprios jovens, o que eles

têm a dizer sobre isso, pois eles têm maturidade bastante para debater essa questão.

Gostaria de fazer uma outra colocação que percebo muito nas discussões que desenvolvemos e também no que escutamos por aí, entre as pessoas que são contrárias: não vamos confundir a questão da responsabilidade penal com a questão social. Uma coisa é a responsabilidade penal, que todos têm de ser responsáveis; outra é a questão social, em que temos de lutar para que seja equacionada. Nossos jovens estão sendo condenados a viver fora dos padrões em que eles deveriam crescer. Sabemos disso e sabemos também que o estatuto não está sendo cumprido. Isto é uma outra batalha que não pode ser misturada com a questão da responsabilidade. São duas lutas diferentes.

Temos Febem que nos envergonham e, a partir do momento que vamos usar como justificativa que não podemos reduzir essa maioria penal, porque vamos estar jogando esses jovens na vala comum de prisões ou de instituições tipo Febem, considero que estaremos legitimando a existência desse tipo de instituição. Não podemos legitimar isso, porque elas são vergonhosas, elas são casos em que as pessoas responsáveis já deveriam estar presas, ao afirmar que gastam R\$1.700,00 com um jovem dentro de uma Febem para eles viverem naquelas condições subumanas. Isso é caso de vergonha, caso de prisão. Quem é responsável já deveria estar respondendo por isso penalmente também, porque está jogando fora o dinheiro público, o nosso dinheiro, que era para estar sendo destinado ao bem-estar desses jovens e infelizmente não está. São duas questões perfeitamente distintas que eu gostaria também de colocar aqui.

Desejo cumprimentar o Senador pela iniciativa e também solicitar que seja excluído o §1º, sendo levado a debate.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Foi a última expositora. Já passam de 18 horas, mas a discussão pública não vai parar aqui. Creio que o ilustre autor do projeto, Senador José Roberto Arruda, e o eminente Relator, Senador Amir Lando, hão de compreender que é melhor que a votação sofra algum atraso, para que não votemos isso com apodamento. O assunto é relevante, complexo, controverso e outras entidades e personalidades deverão ser ouvidas.

Com a palavra o Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, legislar é auscultar no seio da sociedade as normas imanentes. Hoje, mais que nunca, parece-me que este tema está em plena discussão na so-

cidade. Não há dúvidas de que pesquisas, feitas por alguns jornais do País, mostram que a grande maioria da população, 84%, segundo uma referência, é favorável ao rebaixamento da responsabilidade penal ou da maioridade legal. Em consequência, não há dúvidas de que este tema precisa ser pensado e repensado para atender melhor ao próprio objetivo da norma.

Como Relator, eu me pronunciei favorável ao projeto, mas é evidente que esse pronunciamento, à medida em que abrimos uma discussão, uma audiência pública, é, automaticamente, um parecer em aberto, como também o projeto, sujeito a essa reflexão mais ampla que recolhemos não apenas dos doutos, dos que pensam esta matéria, mas, sobretudo, também daquilo que a sociedade pensa. Nesse ponto, é claro que a norma tem de ser essa parturição social. A norma não pode ser o arbítrio do legislador nem de ninguém. A norma, para ser obedecida e ter o caráter de necessidade de ordem prática, tem de ser retirada do contexto social.

Por isso, não há dúvidas de que esta matéria precisa ser tratada, disciplinada de maneira diversa do que está no Código Penal e também na Constituição.

Hoje, há uma imposição social. É evidente que os temas aqui trazidos à baila são de várias ordens. É claro que ninguém é criminoso porque quer, que as condições sociais levam à delinquência em muitos casos, assim como a miséria, a fome, a exclusão.

Combater a violência é também combater o modelo injusto em que vivemos. Este é um ponto de partida: as causas primeiras da delinquência, poderíamos encontrar na injustiça social; aliás, isso não é novo. Beccaria já dizia isso no seu tratado *dos Delitos e das Penas* do século passado. Essa é uma questão antiga, se voltássemos atrás, Thomas Morus, em 1500 já registra isso, essa exclusão social que já começava na Inglaterra na época, quando os rebanhos de carneiros iam ocupando os campos e a mão-de-obra, sendo dispensada, iam para as cidades sem alcançar um posto de trabalho, começando a delinquência. Num primeiro momento, ele dizia: “à mão que rouba o pão, depois, a pena capital, a morte”.

É claro que, nesse passo, poderíamos chegar à conclusão de que precisamos mudar essa ordem perversa e injusta.

Nesse ponto eu concordo plenamente. Também o sistema penal precisa ser modificado, ajustando-se ao tempo, à compreensão do delito e da pena. Isso é fundamental, é evidente: a mente do jovem de hoje é diferente da do jovem que eu fui. Não há dúvidas disso. O grau, a massa de informações disponíveis, enfim, o homem está inserido em um contexto em que

ele pode ter uma avaliação, aferir melhor os valores da sociedade.

Mas, por outro lado, não há como também não pensar em um ponto que foi trazido à discussão: o sistema penitenciário. A nossa carceragem é uma usina da delinquência, é um moinho da perversidade e do mal.

Esse é um ponto, será que ficaremos em um dilema entre punir e não punir, porque o sistema ao invés de recuperar o criminoso, em vez de buscar mecanismo de adaptação do delinquente para o convívio social, vamos deixá-lo no convívio independente de ser ou não um criminoso.

São lutas e bandeiras diferentes. Temos que humanizar o sistema, temos de tratar o sistema de maneira mais científica, distinguir o nível de delinquência, evidente, com o tipo de carceragem, de estabelecimento penitenciário.

São três temas bem diferentes: o rebaixamento ou não. Este me parece um ponto pacífico. E tenho uma opinião formada e, quero dizer, que ainda está aberta. Eu já tinha esse entendimento, até porque recolhi isso em uma série de investigações que tive oportunidade de fazer.

Mas vamos discutir. Afinal, a opinião do Relator não é a opinião do Legislativo. O Legislativo pode, como um corpo e é essa a garantia de sociedade. Somos um corpo imenso para decidir. Mas, hoje, tenho a convicção, nesse momento, de que o rebaixamento é um reclamo da sociedade. É uma norma imanente, é preciso apenas escrevê-la. Ela já está escrita no corpo social. O legislador apenas escreve as normas. Esse é o verdadeiro legislador, é o legislador que não faz normas ao seu arbítrio, por circunstâncias e, às vezes, até levado por argumento de razão, de emoção ou de paixão.

Eu não tenho nem uma coisa nem outra. Procuro ser um legislador isento. Quando me assentei nos bancos da faculdade de Direito, aprendi a respeitar a norma e a lei, que deve sobretudo atender ao interesse geral. E se fizermos essas normas, atendendo ao interesse geral, acredito que vamos dar um passo, mas concordo que precisamos também atuar em uma modificação profunda no sistema penitenciário, porque não pode ser esse lugar um lixo onde se depositam as pessoas para atingir o grau máximo da delinquência, e não da recuperação ou da readaptação ao convívio social.

Então são posições diferentes, mas acho que, como disse o Presidente e o nobre autor da Emenda, Senador José Roberto Arruda, acho que nós poderemos ampliar. Vamos ouvir mais. Por que não? Se o tema é, sobretudo, estritioso, se o tema é momentoso e que se é objeto de uma preocupação geral. Va-



mos buscar aperfeiçoar ao máximo. Estou aberto, embora alguns pontos de vista, evidente, não poderia deixar de manifestar, já que os fiz por escrito. Não estaria aqui negando o que era uma convicção já de muito sedimentada e agora deixo claro neste momento.

Até se pudesse, neste ponto, eu queria dizer, realmente vejo a questão da operacionalidade e que muito – só para concluir, Sr. Presidente –, inclusive, me seduziu a proposta de V. Ex<sup>a</sup> quando submeti, ainda, a uma espécie de amortecedor, de um processo de minimizar os efeitos desse rebaixamento da imputabilidade, porque eu entendia que essas verificações eram específicas, já que o elemento subjetivo é essencial na apenação. Então, como o dispositivo aqui colocava essa questão subjetiva, e é subjetiva mesmo, porque o elemento subjetivo é essencial no Direito Penal, então o juiz poderia analisar caso a caso, ao invés de haver um impacto direto.

Mas nós temos que olhar se a lei, embora sendo o ideal, é ou não operacional. E talvez a operacionalidade nos levaria, inclusive, a retirar essas preocupações embutidas no parágrafo único do projeto. Por isso, quero dizer que muitos pontos aqui vieram à baila. Por outro lado, talvez, não sei se fosse o caso, colocar também uma preocupação de que a execução da pena desse tipo de delinqüente se processasse em estabelecimentos especiais, para que não fossem eles jogados no mesmo rol dos condenados, que nós sabemos que o nosso sistema carcerário é perverso, embrutecedor e destruidor do caráter, e por que não dizer da vida humana?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Estão inscritos para falar os Senadores, Marina Silva e Luiz Estevão. Alguns dos outros Senadores deseja usar a palavra? (Pausa.)

Então, pela ordem, a Senadora Marina Silva.

**A SRA. MARINA SILVA** – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela iniciativa desta audiência pública, instituindo o debate para instruir os Srs. Senadores nessa decisão.

Embora não seja titular desta Comissão, me senti motivada em participar da audiência por três razões: a primeira delas, pelo fato de ter uma responsabilidade pública enquanto Senadora, a segunda por ser mãe e a terceira enquanto cidadã. E com todo o respeito que tenho pelas pessoas que aqui foram vítima de violência, inclusive tendo a vida ceifada de entes queridos, como foi o caso do depoimento dado pela nossa jornalista Valéria Vasconcelos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Velasco.

**A SRA. MARINA SILVA** – Velasco. Inclusive me impressiona a forma como ela tratou a questão, sem perder a dimensão dos problemas sociais, estruturais do nosso País, preocupada inclusive com o fato de que a “Justiça” muitas vezes sobrecai, justiça entre aspas, por aqueles que têm menos condições de defesa e que, portanto, diante da impotência, da incapacidade do Estado em promover a defesa para que todos tenham iguais direitos, essa culpabilidade e a pena poderiam recair sobre os mais pobres.

Fico feliz da compreensão que observei no seu depoimento de que fazer justiça não significa um ato de vingança. E por não compreender justiça como um ato de vingança, nem para menores nem para adultos, mas como um elemento, um instrumento da sociedade visando fazer o reparo para aqueles que por algumas razões cometeram infrações, inclusive ceifando a vida de pessoas, é que eu aqui me coloco num posicionamento de questionar aquilo que o nosso País vem fazendo.

Compreendo perfeitamente que aquelas pessoas que foram vítimas diretamente da violência, possam agir de acordo, inclusive, com as motivações que são portadoras, do trauma que sofrem, do sentimento e sofrimento a que são submetidas. No entanto, enquanto agentes públicos, nós não podemos, de maneira alguma, abrir mãos de fazermos o seguinte questionamento: o Estado brasileiro, diante da sua impotência em oferecer oportunidades para os nossos jovens, levando os nossos jovens à delinqüência como hoje está quase que de forma generalizada, busca medidas paliativas – atacando as consequências e não as causas – com relação à questão da violência. Não podemos acreditar que, o fato de diminuirmos a idade para a culpabilidade, estejamos resolvendo o problema na sua causa. Nós estamos, ainda, nos atendo aos efeitos, às consequências e não exatamente às causas.

Os problemas são bem estruturados numa grande base de injustiça social muito grande, inclusive em valores que não são apenas dos delinqüentes, são da sociedade como um todo, uma sociedade que privilegia o ter ao invés do ser, uma sociedade que estimula o consumo para pessoas que não têm a menor possibilidade de consumir, uma sociedade que diz para os nossos jovens que para ser bonito, para ser forte, ele tem de ter algum tipo de bem ou algum tipo de forma de exibir-se e, quando ele não tem isto, muitas vezes parte para a violência.

É claro que nós temos casos de jovens em famílias que têm condições, que têm toda a estrutura e que também praticam violência, como foi o caso infe-



liz daqueles jovens – pelos quais lamentamos –, mas lamentando mais ainda pela vida ceifada do índio pataxó.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs., eu disse que a minha motivação está em três níveis e o primeiro aspecto que observo é que não demos as menores condições para que as instituições públicas pudessem cumprir as determinações preconizadas no *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Não me refiro aos que aqui se colocaram, mas, hoje, há quase que um consenso na sociedade de que a culpa pelo que acontece em termos da violência e delinquência juvenil se dá em função da impunidade estimulada pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Eu não compartilho dessa afirmação.

O Estado brasileiro alocou no Orçamento, por intermédio do Congresso Nacional, para o Conanda e o Departamento da Criança do Ministério da Justiça o equivalente a R\$34,8 milhões para o ano de 1999. Desse valor, tivemos a execução orçamentária de apenas 20%. Para o Conanda, também, que teria a previsão de R\$21 milhões e tivemos a execução de apenas R\$3,4 milhões. Portanto, as medidas estruturais em termos de recursos públicos para viabilizarmos as propostas reparadoras no que se refere à delinquência juvenil ficam muito aquém dos discursos que são praticados pelos governantes e pelos defensores desse modelo que aí está.

Portanto, Sr. Presidente, como alguém que teve a oportunidade de, inclusive, visitar o Cadeião de Pinheiros, onde vi jovens na faixa de 14 e 17 anos e talvez alguns com maior idade, que estavam ali depositados, não pelo modelo errado do sistema de reparação – eu concordo e vamos advogar uma outra proposta – mas por compreendermos que o Estado brasileiro não faz a sua parte no sentido de oferecer aos nossos jovens os meios necessários para que eles se desenvolvam com o mínimo de dignidade, compreendendo dignidade também o valor humano, o respeito aos direitos humanos, o referencial ético ou valores morais que não são cultivados, infelizmente, pelas razões culturais que, muitas vezes, são estimulados pelos meios de comunicação e até mesmo pela nossa cultura do ter em detrimento do ser.

Sr. Presidente, por esta razão, creio que seja apressado, de nossa parte, essa inclusão, se supormos que a tese esteja correta – eu, até o presente momento, defendo que ainda deve-se ficar com a faixa de idade dos 18 anos, mas estou aberta ao debate, como estamos num debate, se for convencida ao contrário, não tenho nenhum problema em mudar a minha posição. Mas o que está sendo proposto de não

se fazer a diferenciação entre um jovem de 16 anos que tenha discernimento e um outro que porventura não o tenha em função de não dispormos de meios técnicos para fazer essa avaliação, isso se pode constituir numa grande injustiça.

O que nos disse, ainda há pouco, o Dr. Diaulas Ribeiro é que o Estado brasileiro não tem condições, mesmo na capital da República, de fazer exames para emitir o parecer psiquiátrico de um doente mental que esteja babando. Se porventura os nossos jovens não tiverem condição porque realmente são incapazes, do ponto de vista psíquico, do ponto de vista emocional etc., que sejam loucos, como alguns tentaram tipificar, isso significa que se generalizarmos na faixa de 16 anos, essas pessoas poderão estar sendo condenadas mesmo não estando aptas pelas condições físicas, emocionais e psiquiátricas que apresentam.

Então, diante da nossa impotência de fazermos avaliações, poderemos estar condenando pessoas inocentes. E ainda digo: os argumentos aqui expostos por brilhantes juristas e advogados – afinal de contas, não sou advogada nem – leva-nos a atentar para o fato de que hoje estamos vivendo uma realidade de modernidade, de globalização, tendo os nossos jovens acesso à comunicação em tempo real, a meios técnicos altamente sofisticados de informação e que, portanto, o seu amadurecimento é precoce em relação aos jovens de 20 ou 30 anos atrás.

É uma realidade da qual não discordo. É claro que há essa aceleração do processo de amadurecimento pelo contato com as informações e com processos culturais, digamos, mais acelerados. No entanto, convivemos com dois brasis. Os jovens que têm acesso à comunicação em tempo real, que têm acesso aos computadores, à Internet, às formas mais sofisticadas desse amadurecimento acelerado é uma parte do Brasil, talvez os 30 milhões de incluídos, para os quais correspondem exatamente 78 milhões, que vivem na faixa da linha de pobreza; 43 milhões vivem com menos de US\$1 por dia. Para esses indivíduos, essa tecnologia que acelera o seu amadurecimento, de acordo com o meu ponto de vista, não está em acordo com as argumentações aqui apresentadas.

Peguemos como exemplo também um jovem rural, que não tem acesso a essas informações e que, portanto, o amadurecimento precoce não poderia ocorrer. Esse jovem poderia ser considerado louco? Ele é altamente capaz em alguns aspectos, mas nem por isso pode ser considerado louco por não ter acesso às informações e aos meios aos quais têm acesso

aqueles de classe média, média alta ou ricos em nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, creio que o debate é altamente importante, com todo respeito pelas pessoas que aqui estão, sentindo e manifestando a sua dor, buscando um meio de contribuir para que a violência seja diminuída. Mas é necessário que o Congresso Nacional não seja apressado em querer dar uma resposta sem que antes se debruce sobre o tema.

Muitas vezes, aquilo que os países desenvolvidos ostentam com a sua tecnologia, com a sua cientificidade, para o Brasil seguir como modelo, não nos é oferecido como um modelo a ser seguido em outros aspectos. Por exemplo, os jovens de outros países têm acesso aos meios básicos de informação; os jovens dos outros países contam com a responsabilidade do Estado para que eles possam se desenvolver adequadamente, o que não ocorre em relação ao Estado brasileiro e em relação aos nossos jovens.

Portanto, não podemos tomar as consequências e nos ater ao exemplo apenas da punição, em vez de aproveitarmos os outros exemplos que também os países desenvolvidos nos ofereçam. Eu gostaria que aqui tivessem sido elencados também os exemplos positivos e não apenas o tratamento pela pena da delinquência juvenil.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela realização desta audiência pública muito oportuna. Este é um dos temas que mais têm dominado as discussões e os questionamentos da nossa sociedade recentemente.

Mas eu queria chamar a atenção para o fato de que quando se fala em reduzir a idade penal de 18 para 16 anos, geralmente se pensa naquele jovem que deve ser condenado por ter cometido um homicídio, um seqüestro, enfim, qualquer crime dessa ordem que, na cabeça de qualquer pessoa, se configura realmente como um crime. Mas quero chamar a atenção para o fato de que nada adianta reduzir a idade penal de 18 para 16 anos, se não houvesse uma profunda modificação no Código Penal brasileiro. Atualmente, existem 70 procedimentos que podem ser considerados como crimes. Desafio, inclusive os adultos aqui presentes, a me dizer se sabem que esses procedimentos são considerados crimes e, pior, se reduzirmos a idade de 18 para 16 anos, centenas e milhares de jovens poderão ser condenados e perder

inclusive a condição de réus primários pelo cometimento desses crimes.

Cito, apenas como exemplo, o contágio venéreo: até um ano de detenção; rixa: até dois meses de detenção; calúnia: dois anos de detenção; difamação: um ano de detenção; violação de correspondência: seis meses; usurpação de água: seis meses; induzimento à especulação: três anos; ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo: um ano de pena; impedimento ou perturbação de cerimônia funerária: um ano de pena; sedução: até quatro anos de pena; falsificação de documentos públicos: até oito anos de pena.

Poderia nominar aqui os 70 crimes, que são passíveis de punição com a perda da liberdade, mas não vou fazê-lo, porque seria muito enfadonho. Apenas nomeiei aqui 10 ou 12, para dar o exemplo de que a simples redução de 18 para 16 anos leva a que os jovens, nessa faixa de idade, possam ser responsabilizados penalmente pelo cometimento desse tipo de crime, que, tenho certeza, grande parte dos adultos não sabem sequer que estaria cometendo um crime passível da pena da perda da liberdade.

Todos nós sabemos – aliás, isso foi objeto de um pronunciamento feito por mim ainda no mês de abril deste ano – que, efetivamente, o que acontece no Brasil de hoje é muitas vezes a exploração de menores por parte de bandidos adultos que, sabendo das diferentes condições de condenação e apenamento dos jovens, procuram utilizá-los como instrumento de sua ação criminosa, porém, parece-me uma solução muito primária, muito simplista, que vai trazer muito mais injustiça do que justiça, a simples redução da idade de 18 para 16 anos.

A tese que defendo é que seja reduzida a idade, exclusivamente para os casos de cometimento dos crimes chamados hediondos, que são, no caso, o homicídio, o latrocínio, extorsão por morte, extorsão mediante seqüestro e estupro. Estes, sim, são crimes que, pela violência, pela brutalidade, qualquer jovem acima de 14, 15 ou 16 anos tem plena consciência de que, ao praticá-lo, está cometendo um crime.

Agora, parece-me absolutamente descabido, apressado, inoportuno e precipitado, simplesmente reduzir a idade penal de 18 para 16 anos, mergulhando o universo desses jovens na possibilidade da perda da liberdade ou da perda da condição de réu primário pelo cometimento de infrações de pouquíssima ou nenhuma significância.

Alguém pode dizer que efetivamente esses crimes nominados por mim não deveriam inclusive merecer penas tão severas, mas, para que isso deixe de



ocorrer, é preciso que se modifique o Código Penal, o que, até agora, não parece ter sido a preocupação daqueles que têm apresentado proposta na redução da idade penal.

Esta matéria vem sendo discutida aqui no Congresso há algum tempo, e nunca é demais lembrar também que as instituições correccionais brasileiras, até o momento, tem servido muito pouco para a recuperação à sociedade daqueles que estão lá encarcerados.

Portanto, é impossível falar-se em aumentar o universo de encarcerados no mundo brasileiro, sem que, efetivamente, se equacione a questão de que o encarceramento não é uma condenação à morte, não é uma via única de compromisso com o crime para o resto da vida, e levá-lo ao encarceramento não pode ser levá-lo a uma universidade permanente da prática do crime. Para que isso seja discutido, é preciso que tenhamos a certeza de que, ao privar qualquer pessoa da sua liberdade pelo cometimento de crime, tenhamos a convicção, principalmente no caso dos jovens, de que há a possibilidade de recuperá-lo para usufruir da convivência social na sua plenitude.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda para considerações finais.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Em primeiro lugar, Senador Jefferson Péres, quero agradecer a todos os Senadores e a todos os membros da Comissão, em particular aos que estiveram aqui durante toda a tarde para um debate que considero profundo, sério e proveitoso.

Em uma primeira conclusão, creio que é fundamental que o debate se prolongue. Nenhum de nós deseja que um projeto dessa importância, dessa magnitude, nem eu, que o propus, nem o Senador Amir Lando, que é o Relator, seja votado sem uma discussão ampla. Esta foi apenas a primeira audiência pública. Nada impede que tenhamos outras, que angariemos contribuições que aprimorem a proposta que se coloca. Eventualmente, podem até modificá-la. Coloco-me nesse debate de forma muito aberta, com dois ouvidos e uma boca. Coloco-me nesse debate com humildade, pois é tão complexo que ninguém pode ser o dono da verdade. Talvez, juntando todos nós, nossas inteligências, nossas contribuições, consigamos, no coletivo, produzir uma peça que realmente contribua com a sociedade.

Não posso deixar de fazer um registro. Na realidade, não é meu, mas ouço isso na rua quando converso, principalmente, com as pessoas humildes. De-

vemos ter um sentimento de direitos humanos, um sentimento de defesa de direitos humanos que não pode ser voltado, exclusivamente, para o bandido, para quem comete crimes. É preciso ter um sentimento de direitos humanos com a sociedade como um todo e, em particular, com os que são vítimas da violência.

Aproveito, Senador Jefferson Péres, para registrar que recebi um presente nesta tarde. Recebi um livro que fala da vida de Ives Ota, o mensageiro da paz, escrito por seus pais. Seu pai está aqui presente. Ele corre o Brasil. Vou repetir uma frase por considerá-la lapidar: "transformando sua dor em uma ação concreta de contribuir com a modificação da sociedade". Esse livro é realmente uma mensagem de paz, um livro de perdão. Termina com uma oração de perdão, de quem já perdoou o pior crime que pode existir, a retirada da vida de seu filho, e transforma toda a dor em uma caminhada, em uma cruzada pela diminuição da violência no Brasil.

Há uma segunda conclusão que gostaria de mencionar. Na verdade, vou pedir licença ao Senador Jefferson para usar sua expressão, porque é muito feliz. Podemos não ter certeza absoluta do que desejamos. Eu já tenho uma convicção; por isso apresentei o projeto. Do jeito que está, não podemos continuar. Algo tem de mudar. Não podemos permitir que, sob o manto de uma pseudo-impunidade nem impunidade de verdade existe, pois existe uma lei, jovens com corpo, formação biológica, psicológica, informação e formação de adultos protejam-se. O pior de tudo é que são usados por chefes de gangues, por traficantes de drogas. São os chamados "mulas", os que transportam as drogas, e cometem os crimes mais pesados. A literatura policial no Brasil, infelizmente, registra casos de crimes cometidos por gangues de criminosos, em que todos são adultos, menos um, que é escalado para matar. Convencido pelos outros de que matando não será preso. Há que se retirar esse manto, há que se dizer aos nossos jovens que vamos tratá-los com responsabilidade, mas desejamos que também hajam com responsabilidade.

As contribuições que recebemos, aqui, dos mais eminentes juristas do País que estudam essa questão, e outros mais devem ser trazidos a esta Casa para dar a sua contribuição, levantam-nos pontos de dúvidas, e o Senador Amir Lando, profundo conhecedor do Direito, parlamentar experiente, homem público de biografia nacionalmente conhecida, vem, com toda humildade, dizer-me que recebeu sugestões no sentido de sanar essas dúvidas, mas, na sua consciência, considera que necessitam de eventuais apri-



moramentos. Mais que isso, ele próprio pede ajuda a esses juristas, a essas pessoas da área, para que mudem.

Há algo que me parece fundamental: na vida, há determinadas coisas que valem mais pelo processo do que pelo resultado. Este é um caso patente. Talvez valha mais a discussão deste assunto do que a própria modificação legal que se vai processar.

É preciso ter a coragem de colocar o dedo na ferida, longe dos patrulhamentos de qualquer ordem, de qualquer matiz ideológico, escondidos ou protegidos em qualquer sigla oficial. É preciso discutir a matéria, porque a sociedade já está fazendo. Não sei quem foi que disse aqui, mas o disse com propriedade, que, em determinados instantes na vida de uma nação, a modificação legal se dá, primeiro, no entendimento e na consciência coletiva, para, depois, dar-se na materialização da lei.

Quando a pesquisa da Vox Populi revela que 84% dos cidadãos deseja essa diminuição da idade penal, alguma coisa está acontecendo. Não nos compete, apenas, formar barricadas ideológicas, barricadas de direitos humanos, sejam elas quais forem, e não discutir, com essa sociedade que pensa majoritariamente sobre isso, formas de alinhamento e de evolução social.

Por último, há uma frase dita por um jurista, mas dita de forma muito popular, que me tocou profundamente. Refiro-me à frase dita, aqui, pelo Dr. Diaulas. Ele diz que, no mundo de hoje, com as informações de que dispõe a sociedade, um jovem de 16 anos, com corpo de adulto, com tamanho de adulto, com cara de adulto, com formação de adulto, e que não se comporta como adulto, não tem um problema de idade, mas de sanidade mental.

Não há como fugir disso. Não há como fugir da realidade, Srs. Senadores, senhores e senhoras que vieram a esta audiência pública, de que a sociedade, nesta evolução de fim de século, com essa gama toda de informações, trouxe modificações. Não dá para nos afastarmos dessa realidade. Podemos até dizer que, nos Estados Unidos da América, se radicalizou esse conceito. Fiquei estarelecido de ver um garoto de 12 anos ser levado às barras de um tribunal porque deu um beijo inocente na colega de escola, e que, em alguns estados americanos, essa idade penal veio há sete anos. Mas não podemos esquecer que em Portugal já é 14; na Inglaterra é 15; e na Argentina desceu de 16 para 14. Quer dizer, todos os países do mundo estão tendo a coragem de enfrentar essa discussão. Nós também haveremos de ter.

Se continuarmos todos com humildade, que é uma característica básica do sistema democrático, ouvindo todas as tendências da sociedade organizada, haveremos de construir isso juntos. E abro mão, com tranquilidade, da autoria, passo de autor a provocador, porque, na verdade, é o papel que me cabe, para que tenhamos um texto legal que atenda às demandas da sociedade, e que possamos dizer aos brasileiros que não há impunidade, pois todos são responsáveis pelos seus atos.

Para concluir, Sr. Presidente, cada um de nós vem como Senador, como pesquisador, como jurista, mas vem como cidadão e como pai. A minha experiência pessoal é de que o jovem nessa faixa etária, quando tratado como criança, age irresponsavelmente. Mas quando é dado a ele responsabilidade, ele age também com responsabilidade. Concluo com a frase que me parece lapidar da jornalista Valéria Velasco, que também fez com que a sua dor e a sua emoção tivessem racionalidade de conceitos. Ela diz que a formação do cidadão, a formação do homem, a formação da cidadania se dá com direitos e com deveres. Ela se dá com direitos, mas também com responsabilidade.

Acredito que essa discussão, Senador Jefferson Péres, foi muito rica e muito proveitosa. Tenho a impressão de que já avançamos bastante nesse processo de discussão. E coloco-me desde logo, como autor do projeto, inteiramente aberto para ouvir, para aprender, para modificar, porque o que é importante efetivamente neste caso é uma discussão profunda, séria e equilibrada da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres) – Não poderia ser outra a sua posição, Senador José Roberto Arruda, senão esta de ponderação, de equilíbrio e de esperar que a Comissão forme seu juízo com pleno conhecimento de causa. A discussão vai continuar, com certeza.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 18h41min.)*

**Ata da 47ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 24 de novembro de 1999, às 10h (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia vinte e quatro de novembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Jefferson Peres, Álvaro Dias, Djalma Bessa, Edison Lobão, Antônio Carlos Valada-

res, José Eduardo Dutra, Luzia Toledo, Mozarildo Cavalcanti, Roberto Requião, Amir Lando, Romero Jucá, Francelino Pereira, José Jorge, Sérgio Machado, Bello Parga, Iris Rezende, Bernardo Cabral, Ramez Tebet, Carlos Wilson, José Fogaça, Juvêncio da Fonseca e Moreira Mendes, reúne-se a presente Comissão. Registra-se a presença dos Senhores Senadores Leomar Quintanilha e Emilia Fernandes. Justificada a ausência do Senhor Senador Lúcio Alcântara e da Senhora Senadora Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renan Calheiros, Jáder Barbalho, Pedro Simon e Roberto Freire. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Inicia-se a apreciação da pauta: item 1) EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 180, DE 1999 que "Acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de federação de Partidos Políticos, revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida Lei, e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 setembro de 1997. Autoria: Senador José Agripino. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: pela rejeição da Emenda nº 01 de Plenário. Em dezessete de novembro, próximo passado, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, que não apresenta voto em separado. **Resultado:** aprovado o Parecer do relator. Votam vencidos os Senhores Senadores José Eduardo Dutra, Jefferson Péres e Antonio Carlos Valadares. Item 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1999 que "Cria o Conselho Nacional de Justiça". Autoria: Senador Roberto Requião e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: pela rejeição. Na Reunião do dia dez dos correntes mês e ano, foi realizada a leitura do relatório pelo Senador José Fogaça, Relator, *Ad Hoc*; e concedida vista coletiva ao Senhor Senador Antonio Carlos Valadares e ao Sr. Senador José Eduardo Dutra, que oferece Voto em Separado. Na Reunião subsequente, em dezessete de novembro corrente, a deliberação da matéria foi adiada em razão da ausência do autor e do relator. O Senhor Senador José Eduardo Dutra apresenta a Emenda 01-Substitutiva e retira o Voto em Separado. A Comissão aprova o sobrestamento da matéria. **Resultado:** sobrestado o estudo da matéria, a pedido do Relator. Votam vencidos, relativamente ao sobrestamento, os Senhores Senadores José Eduardo Dutra e Roberto Requião. Item 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 1999 que

"Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza." Autoria: Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: favorável. **Resultado:** adiado, em razão da ausência justificada do relator, que participa de encontro com membros do Parlamento Inglês. Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 536, DE 1999 – TERMINATIVO – que "Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992". Autoria: Senador Jorge Bornhausen. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: pela aprovação, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Item EXTRA-PAUTA 1) Projeto de Lei do Senado nº 102, DE 1999 – TERMINATIVO – que "Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em nível nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher". Autoria: Senadora Emilia Fernandes, Relator, Senador Roberto Freire. A Presidência designa o Senador Antonio Carlos Valadares Relator *Ad Hoc*. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Projeto. Abstêm-se de votar os Senhores Senadores Amir Lando, Bernardo Cabral e Jefferson Peres. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se ao item 6) Projeto de Lei do Senado nº 226, DE 1999 – TERMINATIVO – que "Altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, para determinar a inclusão de fotografia no título eleitoral e considerar este como documento de identidade válido em todo o País". Autoria: Senador Moreira Mendes. Relatora: Senadora Luzia Toledo. Parecer: pela aprovação com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. Votam vencidos os Senhores Senadores Francelino Pereira, Antonio Carlos Valadares, Juvêncio da Fonseca e José Jorge. Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 1999 - TERMINATIVO – que "Acrescenta o parágrafo 1º, ao artigo 9º, da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964." Autoria: Senador Luiz Estevão. Relator: Senador Iris Rezende. Parecer: pela aprovação com as Emendas nº 1 e 2 que apresenta. Em dezessete dos correntes mês e ano, foi concedida vista coletiva aos Senhores Senadores Lúcio Alcântara e Francelino Pereira. **Resultado:** adiado, em razão da ausência do autor e do relator. Item 9) Projeto de Lei do Senado nº 82, DE 1999 – NÃO TERMINATIVO NA CCJ – que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências." Autoria: Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador Álvaro



Dias. Parecer: pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** concedida vista ao Senador Romero Jucá. Item 10). Projeto de Lei do Senado nº 213, DE 1999 – Complementar – que “Altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.” Autoria: Senador Antero Paes de Barros. Relator: Senador Alvaro Dias. Parecer: pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado:** concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Item 8) EMENDAS DE PLÊNÁRIO Nº 2, 3 e 4 AO Projeto de Lei do Senado nº 23, DE 1998 – COMPLEMENTAR – que “Autoriza o Poder Executivo a incluir Municípios de Minas Gerais situados no Entorno do Distrito Federal, na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.” Autoria: Senadora Júnia Marise. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: contrário às emendas nº 2, 3 e 4 de Plenário. **Resultado:** concedida vista ao Senador Francelino Pereira. Pelo adiantado da hora, o Senhor Presidente decide encerrar a reunião, ficando adiado, falta de *quorum*, o item 5) Projeto de Lei do Senado nº 113, DE 1999 – TERMINATIVO; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, em Exercício, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.

Senador JOSÉ AGRIPINO

Presidente da CCJ

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Consulto o Plenário se está de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passo de imediato ao Item nº 1.

Emenda nº 1, de Plenário, ao substitutivo do Projeto de Lei nº 180, de 1999, que acrescenta parágrafos ao art. 13 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, de modo a permitir a criação de federação de partidos políticos. Revoga o art. 57, para permitir a vigência imediata do art. 13 da referida lei e altera a redação do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. De autoria do Senador José Agripino. Relator: Senador Edison Lobão, que oferece parecer pela rejeição da Emenda nº 1 de Plenário.

Foi concedido, no dia 17 de novembro de 1999, vista ao Senador Antonio Carlos Valadares que não apresentou voto em separado.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidentê, já emiti, na reunião passada, o meu parecer sobre a emenda de Plenário, que foi contrário. Houve um pedido de vista do Senador Antonio Carlos Valadares.

Desse modo, a minha posição se mantém.

Devolvo a palavra a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, não me vou alongar, até porque esse assunto já foi discutido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Apresentei emenda para dar mais uma chance a esta Comissão de corrigir uma inconstitucionalidade. Proponho a supressão do art. 3º do projeto, que propõe suprimir a revogação do art. 57 da Lei nº 9.096.

O art. 57 estabelecia a regra de transição para os partidos. Entendo que essa regra de transição já gerou direitos adquiridos. Portanto, ao revogar simplesmente a lei, esta estará contaminada por vício de inconstitucionalidade.

Na primeira discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, essa nossa tese não prosperou; no Plenário também não. Então, fiz essa emenda para, na minha opinião, dar mais uma chance a esta Comissão de corrigir a inconstitucionalidade.

Acredito que a revogação da regra de transição dará margem, assim como tantas outras matérias que temos discutido nesta Comissão, à contestação de partidos que se sentirão prejudicados com a aprovação dessa lei. Quero dizer que não é o caso do meu Partido, mas com certeza outros partidos entrarão. E o Supremo considerará, como já o fez em outras ocasiões, inconstitucional esse dispositivo.

Nesse caso, minha proposta é pela supressão da revogação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Exª já concluiu, Senador José Eduardo Dutra?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concluí.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.



Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Edison Lobão, pela rejeição da emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Acompanhei o Senador José Eduardo Dutra, lamentando sempre ficar contra o Senador Edison Lobão. No entanto, voto contra o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aprovado, com votos contrários do Senador José Eduardo Dutra e de S. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres.

Os votos serão consignados.

Passa-se ao Item nº 2.

Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1999, que cria o Conselho Nacional de Justiça, de autoria do Senador Roberto Requião e de outros Srs. Senadores. Relator Senador Jefferson Péres, que oferece parecer pela rejeição.

Em 10 de novembro de 1999, foi realizado **ad hoc** a leitura do relatório pelo Senador José Fogaça. Foi concedida vista coletiva ao Senador Antonio Carlos Valadares e ao Senador José Eduardo Dutra, que oferece voto em separado.

Na reunião do dia 17 de novembro de 1999, a matéria foi adiada em razão da ausência do Autor e do Relator. Tendo em vista a presença do Senador Jefferson Péres, a matéria está, portanto, em discussão.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, o parecer foi lido na minha ausência...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Sim, excelência. Foi lido pelo Senador José Fogaça.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Nada tenho a acrescentar, Sr. Presidente. Portanto, mantenho o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Em discussão o parecer do Sr. Relator, que se manifesta pela rejeição.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, esse projeto cria o Conselho Nacional de Justiça, viabilizando dotar o Poder Judiciário de um mecanismo de controle externo, de modo semelhante – com a devida redução sociológica – aos conselhos de controle externo adotados pelas Constituições da Argentina,

da Espanha e de Portugal, em razão de terem esses países experiências históricas culturais e constitucionais muito próximas das nossas.

O que sobreleva o interesse, na votação de um projeto dessa natureza, é o fato de que o Poder Judiciário não tem agido para coibir as suas próprias mazelas. Há exemplos dos casos do juiz assassinado, do desembargador que dilapidou a herança de uma criança em Brasília e que acabou sendo impedido de depor numa CPI em virtude de uma liminar da Justiça.

É um projeto interessante, que coloca o Poder Judiciário no mesmo nível dos outros Poderes. O Poder Legislativo é fiscalizado inclusive pelo Tribunal de Contas, sendo seus membros submetidos a eleições periódicas. Assim não é o Poder Judiciário, que garante o acesso dos juízes mediante concurso público, que tem um vício fundamental que deveria ser extirpado, a prova oral, que torna viável – em qualquer concurso, não apenas no da magistratura – a possibilidade da manipulação.

O Conselho Nacional, que – instituído – introduz o controle externo, é integrado, na forma proposta, por 20 membros, com mandatos limitados a três anos, sem direito a recondução, eleitos pelos integrantes ou associados dos órgãos e entidades legislativas judiciais e acadêmicas. Destarte, pretendo propiciar um arejamento dos tribunais e sua exposição à avaliação da sociedade. Nada vale, Sr. Presidente, o Senado da República confrontar o Poder Judiciário com comissões parlamentares de inquérito que se eternizam, estabelecendo um verdadeiro pugilato entre os Poderes. Nada valem mandados de segurança e proibições de depoimentos, se não há uma fiscalização efetiva sobre o Poder Judiciário.

“Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” é um princípio básico da nossa e de todas as Constituições conhecidas. Ora, o Poder Judiciário, além de não emanar do povo – mas do concurso público, caracterizando, do ponto de vista técnico, um serviço e não um Poder –, não tem fiscalização de espécie alguma. Essa realidade deságua em escândalos, como o do TRT de São Paulo e tantos outros examinados pela CPI do Judiciário – que não é eterna e aborda episodicamente alguns fatos importantes e desaparece. O Senado da República, a Câmara Federal e o Congresso Nacional não vão especializar-se em fiscalização do Poder Judiciário.

Nesse projeto, introduziu uma categoria muito interessante, desenvolvida pelo Movimento Sindical Italiano, que é o mandato imperativo, ou seja, os membros do conselho – que a ele se dedicam de forma integral – são eleitos com base numa proposta

vinculada à sua categoria. Então, são escolhidos para realizar determinado trabalho e, se este não for realizado a contento, a critério da categoria que o elegeu, podem ser automaticamente substituídos, o que garante uma vinculação permanente entre o mandatário e os seus mandantes.

O Conselho Nacional de Justiça faz com que o Poder Judiciário se equipare aos demais Poderes da República quanto à fiscalização de seus atos, pois o Poder Executivo, como já destaquei, submete-se à fiscalização do Poder Legislativo, estando ambos, por sua vez, periodicamente, submetidos ao voto popular.

Pretendo, com este projeto, reparar o desequilíbrio que privilegia o Poder Judiciário, cuja fiscalização é realizada pelos seus próprios órgãos internos, ou melhor, não é realizada, como vimos na CPI do Judiciário: há os seus próprios órgãos de correição que nada corrigem, contrariando, desse modo, o princípio jurídico que veda ao juiz julgar em causa própria. É outra distorção absoluta desses conselhos, especificamente, compostos pelos juízes, que é o julgamento em causa própria.

Diante dessa exposição, espero que os meus Pares no Senado dêem seqüência a essa grande discussão e, por ser constitucional e juridicamente adequado, votem a favor pelo menos na Comissão para que a discussão continue no Plenário do Conselho Nacional da Magistratura, proposto com inspiração em órgãos semelhantes existentes em outros países.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Sr. José Eduardo Dutra, autor de um voto em separado já lido e discutido exaustivamente em reunião anterior.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, essa questão do controle externo do Judiciário não é nova: já na elaboração da Constituição, alguns partidos, entre os quais o meu, defendiam a introdução de algum tipo de controle externo.

Essa questão vem, agora, para a ordem do dia, em decorrência, concretamente, das questões abordadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário, que mostrou – pelo menos em alguns casos que foram investigados – que medidas punitivas com relação a membros daquele Poder não prosperaram em decorrência, principalmente, do seu exacerbado grau corporativista e também da falta de algum tipo de controle externo.

Em tese, concordo com a posição política apresentada no texto do Senador Roberto Requião, mas

tenho sido bastante **light** e moderado nessa questão. Entendo que existem alguns dispositivos que, sem dúvida alguma, não só dificultarão que a proposta prospere, como também darão margem a questionamentos de natureza constitucional, particularmente em relação a cláusulas pétreas da Constituição, que já foram abordadas pelo Senador Jefferson Péres no seu parecer.

Lembro que esta Comissão – é lógico que a conjuntura era outra, não havia esse clamor no sentido de algum tipo de controle – analisou, na legislatura passada, uma proposta do Senador Maurício Corrêa, que foi relatada pelo Senador Josaphat Marinho, que deu um parecer contrário, usando, basicamente, os mesmos argumentos apresentados pelo Senador Jefferson Péres: que feria a questão da independência dos poderes. Na ocasião, apresentei um voto em separado, que foi rejeitado.

Estou apresentando, novamente, um voto em separado, mais ou menos na mesma linha do que apresentei da outra vez.

A proposta do Senador Roberto Requião entra em detalhes, inclusive, de composição do conselho, de suas atribuições etc.

Entendo que a indicação de membros da Academia do próprio Poder Legislativo na composição desse conselho dará margem para esse tipo de contestação constitucional, até porque existe uma forma – é lógico que muito tênue – de controle que o Poder Legislativo exerce sobre o Judiciário.

O fato de ser submetida ao Senado Federal a aprovação da indicação de Ministros dos Tribunais Superiores já é uma forma de controle externo, que se tem revelado ineficaz ao longo do tempo, até porque, infelizmente, essa atribuição do Senado Federal tem sido exercida de forma absolutamente burocrática, quase que para cumprir tabela.

Há aí vários exemplos desse processo. Mas não podemos desconhecer alguns argumentos apresentados pelo Senador Jefferson Péres, que, obviamente vão ser objeto de questionamento, pois sabemos que essa questão não conta com a boa vontade de amplas parcelas do Judiciário, mesmo daquelas que tradicionalmente se inserem na corrente mais progressista.

Então, o meu voto em separado conclui por uma emenda substitutiva que não tem o grau de detalhes da do Senador Roberto Requião; prevê a criação do Conselho Nacional de Justiça, com a presença de membros da Magistratura, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, que atuará como órgão de controle disciplinar e judicial da atividade ad-



ministrativa de tribunais e juizados e desempenho dos deveres funcionais dos membros do Poder Judiciário; e estabelece que essa definição será feita em lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, o que, acredito, contornaria a questão de inconstitucionalidade apontada pelo Senador Jefferson Péres.

Poderão dizer: “Mas se se deixar isso por conta de uma lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, o Supremo nunca vai encaminhar essa lei ao Congresso”. Obviamente se trata de um argumento poderoso. Todavia, da mesma forma que o processo de mobilização, resultado do desejo de transparência, e o anseio de amplos setores da população fizeram com que a questão do controle externo deixasse de ser minoria no bojo do Congresso Nacional e passasse a ser maioria – porque penso que, hoje, a maioria defende o controle externo do Judiciário; a discussão é a sua composição e as suas atribuições –, essa mesma pressão, que fez com que um assunto que antes era defendido por uma minoria no Congresso Nacional passasse a ser defendido por uma maioria, deve funcionar também para forçar o Supremo Tribunal Federal a tomar a iniciativa de encaminhar a lei para o Congresso Nacional.

Logo, o meu voto em separado é, substitutivo, art. 92, § 2º: Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Conselho Nacional de Justiça, constituído de membros da Magistratura, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, que atuará como órgão de controle disciplinar e judicial da atividade administrativa de tribunais e juizados e do desempenho dos deveres funcionais dos membros do Poder Judiciário.

Na minha opinião, a emenda do Senador Roberto Requião, do ponto de vista político – até porque essa é uma questão que nós, do PT, tratamos desde a época da Constituinte –, seria a ideal. Mas quero que haja algum tipo de avanço em relação à situação hoje existente, e creio que o tipo de avanço possível seria esse que estou apresentando. Embora concorde politicamente com os argumentos do Senador Roberto Requião, estou apresentando esta alternativa.

Gostaria até de ouvir o Senador Jefferson Péres sobre esse substitutivo, se S. Ex<sup>a</sup> entende que ele ainda continua mantendo vício de inconstitucionalidade. Essa seria uma alternativa possível de viabilizar, até porque temos de lembrar que essa é uma emenda constitucional e temos visto, nesta Casa, que ou passa emenda constitucional em que há um mínimo de consenso para que prospere, ou, então, como em outras épocas, é preciso o Governo usar o seu rolo com-

pressor para fazer passar emenda constitucional, de ordem econômica principalmente. O que não é o caso. Não se trata de uma emenda de interesse do Governo, que, portanto, não vai mobilizar a sua bancada para viabilizar a aprovação. É uma emenda com uma série de arestas, as quais, se não forem aparadas, certamente a impedirão de prosperar. Nesse sentido, apresento essa alternativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Consulto o Senador Jefferson Péres se acolheria a emenda do Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sem dúvida o substitutivo do Senador José Eduardo Dutra tem, para usar uma expressão do próprio Senador, menos arestas legais do que o do Senador Roberto Requião. Creio mesmo que, ao deixar a cargo do Supremo Tribunal Federal, a iniciativa da lei complementar que definirá e regulará o conselho, além de constitucionalidade, eu diria, não digo absolutamente clara, mas menos discutível, a constitucionalidade do projeto, menos duvidosa, e certamente não conflitante com o Judiciário, na medida em que deixa o seu órgão maior o poder de propor, a competência para propor a lei reguladora.

Mas aqui eu levanto outra questão, Sr. Presidente, que não consta em meu parecer, mas seria até um aditivo a ele. A essa altura a Reforma do Judiciário está na fase final de votação na Câmara dos Deputados. O parecer, o substitutivo da Deputada Zulaê Cobra já está quase pronto para ir a plenário. Portanto, brevemente chegará a esta Casa.

Pergunto aos Srs. Senadores se não seria melhor, realmente, dada a proximidade, veja bem, Sr. Presidente, se fosse uma proposta inicial a ser aprovada daqui a dois anos, o argumento não vingaria, mas estando próximo de chegar ao Senado, não seria mais prudente aguardar a vinda da reforma, da chegada da reforma a esta Casa e portanto sustar a tramitação da PEC proposta pelo Senador Roberto Requião? É uma questão nova que levanto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Requião e em seguida o Senador Amir Lando, para discutir.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Essa questão da constitucionalidade, **data venia** dos Senadores Jefferson Péres e José Eduardo Dutra, está afastada, porque organismos semelhantes já existem na Constituição da Espanha, de Portugal e da Argentina, **que são** Constituições que têm, mais ou menos, o mesmo padrão da brasileira. Por outro lado, há uma grande confusão feita pelo Senador José Eduardo Dutra entre interdependência com autonomia. O Poder Judiciário tem



autonomia, mas não é independente. Tanto não é independente que ele depende do Congresso Nacional para a votação de suas leis. Ele tem algumas iniciativas, como tem iniciativa o Executivo, iniciativas específicas. No entanto, o projeto não é inconstitucional, e o fundamental é que nós temos que dar uma resposta a esta absoluta falta de fiscalização do Judiciário. Sustar o projeto até que a Câmara se manifeste é uma prática que, **data venia** do Senador Jefferson Péres, não me agrada e não agrada a S. Ex<sup>a</sup> também. Já diversas vezes S. Ex<sup>a</sup> manifestou essa opinião. O Senado não pode parar porque a Câmara Federal está discutindo algum projeto. Eu acho que o projeto é oportuno, passando pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nós teremos a possibilidade de um amplo debate no Plenário e nós precisamos criar um órgão que garanta ao Poder Judiciário a fiscalização pública, porque ele é o Poder que não se fiscaliza. É a imoralidade absoluta, exatamente essa imoralidade, que agride um princípio jurídico essencial que é o juiz julgar em causa própria. O Judiciário está julgando em causa própria. E sistematicamente afasta dos juízes a investigação necessária quando da ocorrência de desvios. Afasta por espírito de corpo, afasta por jurisprudência firmada, eu não diria que afasta com o intuito de impedir a fiscalização, mas afasta porque se consolidou um princípio de que o Judiciário é intocável, e não pode ser intocável. Não existe essa independência. Existe a autonomia de seus julgados, e o Poder Judiciário, independente, transformar-se-ia numa excrescência absoluta, capaz de gerar roubos como o do Desembargador daqui de Brasília em cima do patrimônio de um menino, patrimônio este absolutamente não fiscalizado pelo Poder Judiciário.

Estou tentando introduzir uma discussão que já foi feita em outros países, na Argentina, na Espanha e em Portugal. Na Argentina, esse órgão funciona bem há cerca de dois anos. Introduz-se a eleição direta. Os juízes seriam representados por seus escolhidos e não por indicados por Desembargadores e pela cúpula da Justiça. Haveria eleição direta em todos os níveis.

É evidente que, sendo uma abertura constitucional, seria exigida uma lei que fizesse a regulamentação. Fiz um estudo profundo das legislações de outros países, mas, mais do que qualquer estudo que pudesse ser feito, há o fato concreto de o Judiciário não se fiscalizar e admitir, em função do seu mecanismo interno, uma corrupção que o país não aceita mais.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, em um primeiro momento, quero fazer uma apreciação sobre a questão da constitucionalidade do projeto de emenda constitucional ora em exame.

Da análise que se faz, consultando o texto constitucional no que tange à competência específica dos Tribunais Superiores, não vejo que essa emenda esteja maculada de inconstitucionalidade. Digo isso porque a iniciativa das leis, em sua grande maioria, cabe ao Congresso, fora a competência exclusiva do Presidente e a dos Tribunais, do Poder Judiciário.

O art. 93 trata da lei complementar que disporá sobre o Estatuto da Magistratura, este sim de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

O art. 96 diz:

“Art. 96. Compete privativamente:

I – aos tribunais:...”

Vamos encontrar, então, a competência exclusiva, até no que se refere a leis, dos Tribunais Superiores:

“II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;...”

Aqui já fizemos a redução de membros dos Tribunais inferiores no que tange à Justiça do Trabalho. Procedemos nesse sentido e, nesse caso, poderíamos até encontrar um óbice na própria Constituição, uma vez que, quando se trata do poder originário constituinte, é evidente que não há como preservar a iniciativa de qualquer Poder.

Mas, nessa questão desse poder que já é derivado, deveria ser observada essa disposição, porque ela dá exclusividade aos Tribunais Superiores. No caso, quanto a se criar esse Conselho de Fiscalização, a Constituição, em momento algum, estabelece exclusividade de iniciativa aos Tribunais Superiores ou a outro Poder que não seja o Poder Legislativo.

Assim, se tivéssemos a capacidade de emendar naquilo que não é essencial, como são as cláusulas pétreas – sobretudo, quando a Constituição diz expressamente que não será objeto de emenda e explicita –, nesse ponto, criando um órgão de fiscalização, vejo que poderíamos estabelecer um órgão que dispusesse, inclusive, sobre o Poder Executivo. Poderíamos dispor também sobre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Verifico que o fulcro de toda a idéia, quando se estabeleceu um estrépito na imprensa da reforma do Judiciário, um dos pontos é exatamente o controle externo.

Então, não vejo essa clara inconstitucionalidade. Por outro lado, acho que se dermos ao próprio Poder essa iniciativa de se auto-regulamentar, vamos ficar numa dependência. Portanto, acho que realmente não tem sentido a emenda à Constituição. Entendo que, se é para fazer, o Poder Legislativo tem que ter a iniciativa de estabelecer a emenda à Constituição e também estabelecer a legislação complementar. Vejo que a proposta até, no mérito, poderia ter algum foco de divergência, a maneira como foi esculpida essa dicção dos artigos emendados. Mas, na verdade, essa é uma discussão que se vai estabelecer, parece-me, na feitura da lei complementar, que vai determinar quais as instituições e as maneiras de integrar esse Conselho da Magistratura, que a emenda chama de Conselho Nacional de Justiça.

De modo que, quanto à inconstitucionalidade, **datíssima venia**, devo dizer que, analisando o fato – porque não participei das demais discussões, mas respeito posições em contrário. Isso é óbvio, sem querer, de maneira alguma, tripudiar ou desmerecer –, acho que todas as posições, sobretudo as levantadas pelos Senadores, devem ser respeitadas, porque temos que reconhecer a competência de seus autores. Mas, de qualquer maneira, o meu ponto de vista é que não visualizo a inconstitucionalidade clara e inofismável. Pelo contrário, vejo a constitucionalidade do projeto do Senador Requião. Por isso, inclino-me no sentido de aprovar a emenda do Senador Requião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, não li meu relatório porque V. Ex<sup>a</sup> disse que já havia sido lido. A intervenção do Senador Roberto Requião, ao dizer que eu estaria confundindo autonomia com independência, demonstra que S. Ex<sup>a</sup> não leu o relatório. No relatório, não estou propugnando que haja um poder acima dos outros, que tenha que prestar contas só a Deus, até porque, no início da página 26, há uma citação de Dirceu Aguiar, que diz o seguinte: “No Estado Democrático de Direito, é inconcebível a existência de poder estatal auto-suficiente na verificação da regularidade da sua atuação”.

Ao final da página 26, listo uma série de situações que existem hoje que, indiretamente, são formas de controle:

1) “Os membros de todos os Tribunais Superiores – ou seja, a cúpula do Poder Judiciário – são indicados pelo Presidente da República e seus nomes submetidos à apreciação do Senado, após a avaliação do currículo e inquirição pela Comissão de Constituição e Justiça;

2) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são julgados em crime de responsabilidade pelo Senado Federal;

3) Ao Poder Legislativo compete, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, a fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial do Judiciário, além de atribuir-lhe, nos termos da lei orçamentária, os recursos para a consecução de suas funções;

4) No âmbito estadual, compete ao Poder Executivo, dentro de uma lista que lhe é apresentada pelos tribunais, escolher os juízes integrantes dessas Cortes;

5) Ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil cabe indicar um quinto das vagas componentes de cada tribunal;

6) Na base do Judiciário, o ingresso há de ser feito sempre por concurso de provas e títulos, com a participação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil nas bancas examinadoras.”

Se a questão é de semântica, se é autonomia ou independência, temos que ver o que está escrito na Constituição:

“Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Portanto autônomos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Já que V. Ex<sup>a</sup> contestou a questão de independência, estou dizendo que o que está escrito é que são independentes e harmônicos entre si. A autonomia é um adendo de V. Ex<sup>a</sup>

Existe uma outra questão: o Senador Amir Lando diz que não é uma coisa que diga respeito às cláusulas pétreas. Eu entendo contrariamente. Não tenho a convicção de que se isso fere ou não cláusula pétrea. Agora, quero dizer que a questão da separação dos Poderes está entre as cláusulas pétreas. Não estou dizendo que o projeto fere cláusula pétrea, mas que esse assunto diz respeito a cláusulas pétreas.

**O SR. AMIR LANDO** – Peço um aparte porque o assunto é realmente candente. Não entendo que



essa modificação interfira na separação dos Poderes. A minha posição, para simplificar, se o projeto do Senador Roberto Requião é inconstitucional, o substitutivo de V. Ex<sup>a</sup> também mantém a mesma inconstitucionalidade. Aliás, fez referência o nobre Senador Jefferson Péres dizendo que melhora, porque abre essa hipótese da regulamentação pelo próprio Poder Judiciário, mas a mácula da responsabilidade permanece. Ou pode ou não pode; e se pode um pode o outro. Aí é uma questão de composição. Na essência é a modificação na composição.

Quanto a essa hipótese de delegar a iniciativa desta lei complementar ao Poder Judiciário, parece-me que, de maneira nenhuma, espanca eventual inconstitucionalidade, se houver.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Como eu estava dizendo, V. Ex<sup>a</sup> estava sendo categórico em relação à questão da inconstitucionalidade ou não. O que contestei é que esse é um assunto que diz respeito a um dos artigos que tratam da questão das cláusulas pétreas. Se as fere ou não é outra história que estamos discutindo.

Agora, quero insistir em outro ponto. Estou apresentando esse voto em separado com o que entendo possa ser aprovado pelo Congresso e irá se restringir a esta Comissão. Se esta Comissão ou o Congresso – até espero que aconteça, mas não acredito – está com a convicção de que vão aprovar o projeto do Senador Roberto Requião para mim é ótimo. Vou votar a favor dele, até porque é a linha que sempre defendemos.

Estou apresentando esse voto em separado à luz do que... Todos nós sabemos o que dificulta a tramitação de emendas constitucionais envolvendo esse processo. Esse meu voto vai se restringir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, portanto votarei contra o parecer do Relator e a favor do meu substitutivo. Em prosperando a emenda do Senador Roberto Requião vou votar a favor dela, até porque é aquilo que historicamente temos defendido.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação o parecer do Relator que opina pela rejeição da matéria.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, levantei uma preliminar que foi a de sustar a tramitação até que a reforma do Judiciário se complete na Câmara e chegue a este Senado, para que possamos discutir o problema que é importantíssimo da criação ou não de um órgão externo de controle da

magistratura, que aliás já está contemplado no parecer da Deputada Zulaiê Cobra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> transforma a sua preliminar em requerimento?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Se a preliminar cair, mantenho o meu parecer.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra para encaminhar.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, quero encaminhar contra porque não sei quando é que esse projeto vai chegar aqui no Senado. É lógico que está em uma Comissão Especial, que votando os destaques, mas até em função de que lá trata de uma reforma como um todo do Judiciário, o que inclusive atrasa o seu andamento, e como acho que essa questão do controle externo é a mais urgente no que diz respeito ao Judiciário, da mesma forma que considerava a questão dos classistas, que teve também propostas de se aguardar a reforma do Judiciário, também quero encaminhar contra.

Acho que nada impede que o Senado vote essa questão do controle externo e que e vá para a Câmara ou não, a depender naturalmente de se prosperar ou não no plenário da Casa.

Então, eu gostaria de votar essa matéria hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, é contra a preliminar. Deseja que se vote de imediato.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, um dos argumentos expendidos não fundamental, não essencial pelo Senador Jefferson Péres, é que o projeto da Deputada Zulaiê Cobra já contempla um órgão de fiscalização interna do Judiciário. Ora, pois bem, se contempla é porque também na Câmara não é considerado inconstitucional o projeto. Então, seria interessante que ele tramitasse no Senado, que nós levássemos essa discussão para o Plenário, sem muita pressa, vendo os setores do Judiciário, da Ordem dos Advogados se manifestarem. Porque eu acredito ser essencial darmos um fecho, uma consequência inteligente e firme às conclusões da CFI do Judiciário. E nós estaríamos institucionalizando um órgão de fiscalização de forma definitiva.



**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permite mais uma intervenção?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando da reforma do Ministério chegar a esta Casa, muito provavelmente, senão quase com certeza, o Senado vai ajudar os entes públicos para discutir pontos candentes da reforma. E um dos mais polêmicos é exatamente este. De forma hoje nós estaremos votando sem termos feito nenhuma audiência pública a respeito. Até por isso eu mantenho a minha preliminar e, se ficar sozinho na sua defesa, tudo bem, mas que seja votado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está em votação a preliminar apresentada pelo Senador Jefferson Péres, que propõe que se suste a apreciação do presente projeto até que aqui chegue a proposta de reforma do Judiciário.

Os Senadores que concordam com a sustação da discussão da matéria, nos termos propostos pelo Senador Jefferson Péres, permaneçam sentados. (Pausa.)

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Contra a sustação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está, portanto, aprovada contra os votos dos Senadores Roberto Requião e José Eduardo Dutra.

A matéria, portanto, sai de pauta e fica no aguardo da chegada a esta Comissão da proposta de reforma do Judiciário.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Provavelmente, na próxima legislatura.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, a nobre Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, venho até a esta Comissão – mesmo não sendo membro, titular ou suplente – trazer um apelo da bancada feminina do Congresso Nacional – Deputadas e Senadoras –, no sentido de fazer um apelo a esta Comissão, tendo em vista que amanhã, dia 25 de outubro, registra-se o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher, para que coloque em votação o PLS nº 102 de 1999, que está tramitando e pronto para votação, com parecer favorável, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar em nível nacional um número telefônico destinado a

atender a denúncias de violência contra a mulher. Isso significaria um gesto concreto da Comissão pela importância da data.

Este projeto é autorizativo, pacífico, se embasou inclusive num parecer do Senador Josaphat Marinho, quando analisou os projetos de lei autorizativos. A matéria está amparada em base constitucional e juridicamente satisfatória também.

E, por isso, faço este apelo, Sr. Presidente, para que esta Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria a atenção do Plenário para a Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – .... votasse o PLS nº 102, até para formalmente houvesse uma definição desta Comissão em apoio a essa grande luta mundial que se dá em relação ao combate à violência.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se o Plenário estiver de acordo, nós incluiremos o item como extrapauta e providenciaremos desde já a distribuição do parecer para conhecimento prévio dos Senadores, o que acontecerá de imediato.

Nesse meio tempo, passamos à apreciação não do item 3 pelo fato de não se encontrar presente, conforme deliberado pelos membros da Comissão, o autor ou o Relator.

O Item nº 3 é uma PEC que trata da criação do fundo de combate e erradicação da pobreza, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães. O Relator é o Senador Lúcio Alcântara. Encontram-se ambos ausentes.

Passamos, dessa forma, ao Item nº 4, que é um projeto de lei do Senado, portanto, terminativo, que altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, com relatoria entregue ao Senador Edison Lobão, que oferece parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 que apresenta.

Passo a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, de autoria do eminente Senador Jorge Bornhausen, vem ao exame desta Comissão o projeto de lei ementado à epígrafe com o objetivo de atualizar a Lei nº 4.898, de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal nos casos de abuso de autoridade.

A proposição introduz alteração na redação do dispositivo da Lei nº 8.429, de 1992, conhecida como Lei da Improbidade Administrativa.

O eixo normativo do projeto diz respeito às modificações que pretende fazer na Lei nº 4.898, de 1965, tendo como alvo os seguintes dispositivos:

- ao art. 3º são acrescentados diversos novos tipos de atentado aos direitos e garantias individuais e coletivas que caracterizam o abuso de autoridade sujeito a representação e ao processo de responsabilidade, regulado no referido diploma;

- ao art. 4º, além das oito já existentes, são acrescentadas seis novas condutas típicas assemelhadas ao ato atentatório que passam a constituir também abuso de autoridade;

- nos § 2º e 3º do art. 6º são introduzidas modificações de redação para elevar o valor da indenização correspondente a sanção civil e agravamento das penas de detenção e de inabilitação para o exercício de qualquer cargo público;

- a redação do § 2º do art. 7º é atualizada para tornar explícita a referência à aplicação supletiva das normas da Lei nº 8.112, de 1990, que é o Estatuto dos Servidores Cíveis da União; e, finalmente,

- modifica-se a redação do art. 11 para determinar que a ação civil seja aplicada a procedimento sumariíssimo a que se referem os arts. 275 a 281 do Código Civil.

Com relação à Lei nº 4.829, de 1992, trata-se de dar nova redação ao § 5º do art. 17 com o propósito de sanar conflito de competência e juro adicional para o julgamento de ação de improbidade envolvendo autoridade com prerrogativa de foro.

Não foi oferecida nenhuma emenda à proposição durante o prazo regimental.

Voto do Relator.

O projeto está redigido com boa técnica legislativa, e os pressupostos constitucionais relativos à iniciativa e à competência para legislar foram observados.

As disposições da proposta não conflitam com os princípios gerais adotados pelo ordenamento jurídico pátrio e com outras normas de hierarquia superior vigente. Não há, portanto, qualquer reparo a fazer ao projeto do ponto de vista da constitucionalidade e da juridicidade. No que concerne ao mérito, entendemos que as razões apontadas na persuasiva justificacão apresentada pelo ilustre autor do projeto não deixam margem à dúvida em relação à conveniência e à oportunidade da proposição. Trata-se, com efeito, da iniciativa da inequívoca relevância jurídica e política à

medida que visa a concretizar ao nível infraconstitucional princípios e valores que a Carta Magna de 1988 imprimiu indelevelmente em nosso ordenamento, inspirada que foi em sua dimensão liberal no que de mais avançado a doutrina nacional e internacional vem formulando no campo dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivas.

Se a ampliação do rol de condutas potencial ou efetivamente atentatórias aos direitos, liberdades e garantias se afigura como um avanço notável na proteção do cidadão comum contra o arbítrio dos agentes do Estado, a previsão normativa das novas condutas ilícitas, acrescidas ao art. 4º da Lei de Abuso de Autoridade ganha especial legitimidade em função, como ressalta o eminente autor, teria origem nos resultados dos trabalhos da Comissão de Inquérito desta Casa, que vem investigando atos e condutas de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em todos os níveis.

No tocante à nova redação da Lei nº 8.429, de 1992, a proposta se justifica para que se evite que autoridades submetidas em ação penal, a competência originária dos Tribunais Superiores ou até do Supremo Tribunal Federal sejam processadas e julgadas por juízes de Primeira Instância, com base nas atuais disposições da referida lei, subvertendo todo o Sistema Jurídico Nacional e a repartição de competências.

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999, por considerá-lo conforme a ordem jurídico-constitucional e, no mérito, justo e oportuno.

Sr. Presidente, proponho apenas uma emenda de redação ao art. 11, que diz: “À ação civil serão aplicáveis o procedimento sumariíssimo de que trata o Título VII, Capítulo III”.

A emenda de redação é para retirar: em lugar de “sumariíssimo”, a expressão se torna “sumário” e, em lugar de “à ação civil serão aplicáveis”, “será aplicável”.

Apenas emenda de redação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela aprovação da matéria com as emendas que oferece.

Para discutir a matéria, com a palavra o Senador José Eduardo Dutra e, em seguida, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Peço vista, Sr. Presidente, porque no processado não foi colocado o projeto.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, exatamente esta a questão que eu ia levantar, pois não consta nem o projeto e nem as leis que o projeto modifica. A contragosto, peço vista do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Mesa vai esclarecer.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Está no local errado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Mesa cometeu um equívoco. Ambos se encontram no processado, página 70.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Não, está na página 82.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Na página 82, estão o projeto e todas as leis citadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Desculpe-me, página 82.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, mantenho o meu pedido de vista.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, solicita vista do projeto.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 1999

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Também peço vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedida vista coletiva.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, considero o projeto altamente oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É importantíssimo. Na verdade, trata-se de abuso de autoridade.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, pedido de vista coletivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedida vista coletiva aos Senadores José Eduardo Dutra, Jefferson Péres e Bernardo Cabral.

Passa-se, conforme deliberado pelo Plenário, ao item extrapauta.

Projeto de Lei do Senado, portanto, terminativo, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, no âmbito nacional, o número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

O Relatório é do Senador Roberto Freire, que oferece parecer favorável.

Solicito ao Senador Antonio Carlos Valadares que profira a leitura do relatório, preparado por S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Relator, Senador Roberto Freire, como V. Ex<sup>a</sup> anunciou, é favorável ao projeto de autoria da Senadora Emilia Fernandes.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço aos Srs. Senadores membros da Comissão que permaneçam no recinto, porque temos vários itens terminativos que vão exigir votação com **quorum** qualificado.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – O projeto em exame, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, autoriza o Poder Executivo a instalar um número de telefone de acesso gratuito nacional especialmente para receber denúncias de violência contra a mulher. Em sua justificação, a ilustre autora destaca o sucesso de iniciativas semelhantes adotadas no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, que têm contribuído para reduzir o impacto da violência contra a mulher.

Conforme o Regimento Interno do Senado Federal, art. 101, inciso I, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe são submetidas. Quanto à constitucionalidade, note-se que o projeto dispõe sobre matéria de competência privativa do Poder Executivo, tanto na União, quanto nos Estados e no Distrito Federal. Trata-se de atividade eminentemente administrativa, que não depende de autorização legislativa para sua consecução. Esta Comissão já deliberou sobre leis autorizativas dessa natureza, manifestando-se no Parecer nº 527, de 1998, aprovado pelo Plenário desta Casa em 12 de novembro de 1998. Conforme esse parecer, não há inconstitucionalidade em projetos de lei autorizativos dessa natureza, mesmo quando ocorre vício de iniciativa.

Finalmente, o projeto encontra-se em acordo com os princípios gerais do Direito e com a organização das normas jurídicas nacionais, atendendo ao critério de juridicidade. Ficam, assim, atendidos os requisitos preliminares merecedores da atenção desta Comissão.

Mérito. A violência contra a mulher é um dos grandes componentes dos alarmantes números de criminologia, pois compõe o conjunto de crimes que não chegam ao conhecimento das autoridades, impedindo sua ação. Assim sendo, a criação de mecanismos que facilitem as denúncias é plenamente justificável, para que as vítimas e terceiros possam sen-



tir-se em condições de informar sobre a ocorrência de crimes e denunciar os criminosos. Como bem ressalta a autora, mesmo a simples quantificação dessa forma de violência, clareando esses números, já será de grande valia no planejamento da segurança pública e na prevenção de novos atos violentos.

À vista dessas considerações, o voto é pela aprovação do PLS nº 102, de 1998, de autoria da Senadora Emília Fernandes.

O Senador Roberto Freire é o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela aprovação da matéria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será nominal.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, gostaria de adiantar meu voto, por estar sendo chamado na Presidência. Voto pela abstenção, Sr. Presidente. Tenho opinião formada sobre projeto de lei autorizativa, mas não poderia dar meu voto contrário à Senadora Emília Fernandes. Por isso, voto pela abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Bernardo Cabral vota pela abstenção. Como vota o Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** – Já me manifestei em situação semelhante e entendo que o Congresso, nessa competência de lei autorizativa, embora admitida em tese, não tem nenhum efeito de talhar condutas de uma atividade legislativa propriamente dita.

Em consequência, abstenho-me em homenagem à Senadora, pois sou contrário a essa postura favorável a leis meramente autorizativas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> vota pela abstenção. Como votam os Senadores Renan Calheiros e Iris Rezende?

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** – Solicito a palavra, Sr. Presidente, para um encaminhamento da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senadora.

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** – Apenas quero lembrar aos Srs. Parlamentares que a questão de lei autorizativa já foi objeto de análise desta Comissão quando o Senador Lúcio Alcântara solicitou orientação referente aos projetos de lei autorizativos. Tenho em mão o relatório do Senador Josaphat Marinho quanto a essa questão. Outros projetos já foram aprovados nesta Comissão. Tenho um do Senador Romero Jucá, que também era autorizativo e foi

aprovado em 1998, em que o Senador Josaphat Marinho coloca textualmente nas suas conclusões que descabe a impugnação de toda e qualquer lei dita autorizativa em geral sob análise de sua inconstitucionalidade e juridicidade.

O Poder Legislativo pode tomar iniciativa de autorizar o Poder Executivo para a prática de determinado ato que é de sua competência. Não há qualquer impropriedade nesse procedimento, porque os Poderes, embora independentes, interligam-se, e o Legislativo desperta a atenção do Executivo para a prática de um ato que lhe compete. O relatório do Senador Josaphat Marinho é muito completo, essas são palavras textuais dele.

O que queremos? A bancada feminina entende que hoje o combate à violência passa também, mas não exclusivamente, pela perda do medo da denúncia. Queremos facilitar para que as meninas, as adolescentes e as mulheres que sejam vítimas de alguma forma de violência, possam, de uma forma prática e rápida, chegar ao telefone e fazer denúncias às delegacias da mulher ou às delegacias de polícia.

Não estamos dizendo o que o Executivo tem que fazer, estamos sugerindo que ele analise a possibilidade de estabelecer um número nacional que permita acionar a polícia rapidamente, a exemplo do que já acontece quando se quer chamar o Corpo de Bombeiros. Por que não?

Mas vejam bem: faço essa sugestão para beneficiar as mulheres porque tenho essa bandeira como prinneira, mas ela não é exclusiva. Seria um disque-violência: a pessoa, em qualquer momento, pode acionar, denunciar rapidamente para que o combate à violência seja realmente introduzido como uma coisa prática na vida da sociedade. Esse é o objetivo. Não estamos infringindo a Constituição.

Amanhã, dia 25 de novembro, é o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher; aprovar essa ideia seria uma forma de homenagem. Se a Comissão de Constituição e Justiça aprovar esse projeto, ele ainda terá que passar pelo Plenário. É uma forma de dizer, lembrar, autorizar, sugerir ao Presidente da República a criação urgente de um número de fácil acesso. Há o exemplo do 147, que é utilizado aqui em Brasília, é fácil. Qualquer pessoa pode se comunicar.

Peço a compreensão e o apoio dos Srs. Parlamentares.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Tenho que justificar o vot o que dei.

Não tenho qualquer objeção quanto ao mérito da proposta. Acho, no entanto, que, como se trata de uma recomendação, ela poderia ser feita diretamente ao Ministro. Acho que ele a atenderia, sobretudo por se tratar de um apelo do Senado. Inclusive, um requerimento dessa natureza poderia ser votado em Plenário.

Há um custo exagerado no trâmite de um projeto desses. Além disso, temos muitas matérias importantes para disciplinar, leis que atendam a interesses mais gerais do povo. Sou contrário a essa produção de leis inúteis, leis inservíveis, leis imprestáveis. Não é exatamente o caso da lei que apreciamos, mas se abrimos esse precedente... Imagine que posso fazer cem indicações de escolas agrícolas, rurais ou universidades no Estado de Rondônia.

Quando digo isso, não faço nenhuma referência à proposta da Senadora Emilia. É justo o seu pleito, eu apóio a defesa da mulher, que se encontra em uma situação de indiferença, como os velhos, como as crianças, como os jovens, como os empregados. No entanto, eu queria dizer que deveríamos melhor refletir sobre essa questão e não ocupar a pauta com leis meramente autorizativas. A lei deve ser um comando geral e abstrato para ser observado, sob pena de se diluir nessa hipótese de autorizar. Essa autorização é uma norma que não manda, é uma norma que não tem nenhum aspecto coercitivo. Quando deputado estadual, enchíamos a Assembleia Legislativa com esse tipo de leis autorizativas, mas como estamos no Senado da República, temos que tomar o tempo com as coisas importantíssimas, que requeiram exame demorado, refletido. Por isso a minha posição é contrária não a esse projeto, de maneira nenhuma, acho que esse projeto se pode resolver inclusive com uma recomendação do Senado ou requerimento ao próprio Ministro para resolver.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua a votação.

*(Continua a votação)*

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – É difícil votar contra o projeto. O projeto de lei autorizativa, quanto à sua funcionalidade, tem realmente parecer, com caráter histórico do Senador da Bahia, Josaphat Marinho, de que é possível. A informação que tenho, não confirmada porque não procurei identificar essa confirmação, é a de que a Câmara dos Deputados aboliu a hipótese de lei autorizativa. É a informação que tenho. De maneira que eu voto pela aprovação do projeto, mas com essa observação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota sim, com essa observação.

Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, voto sim porque não vou entrar na análise nem contrariar o que disse o Senador Amir Lando, que fez uma análise jurídica do projeto e o Senador Bernardo Cabral deu sinais idênticos a ele. Mas ela tem uma questão social muito forte e no momento difícil por que passa a segurança do País. Creio que essa proposta da Senadora Emilia Fernandes será um ato, sem dúvida nenhuma, de mobilizar o Governo para que ele realmente possa tomar providências, porque a mulher, infelizmente, com o medo da própria violência que sofre em casa, muitas vezes ela não tem a coragem, para não desmoralizar a família, de comparecer ao distrito policial e se queixar de que foi vítima de violência. E talvez, um telefone, como está fazendo a CPI do Narcotráfico, que tem recebido dezenas e dezenas de denúncias comprovadas, poderia, sem dúvida nenhuma, auxiliar a diminuição da violência pois aqueles que a praticam teriam o temor de serem denunciados através de um telefone. Então eu voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota a favor.

*(Continua a votação.)*

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** – Eu voto sim, mas preciso fazer uma observação. Prefeito duas vezes de uma capital, por diversos momentos tivemos presente o tal projeto autorizativo. Geralmente é um expediente que se faz, na maioria das vezes, não digo nesse caso, mas muito mais por uma questão de ocupação de espaço político e isso dificulta muito o Executivo. Voto sim hoje pela questão social, que é bastante evidente, mas essa não será minha conduta permanente, porque a conduta permanente de votar projetos autorizativos é prejudicial ao andamento dos trabalhos do serviço público.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua a votação.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, voto sim e louvo a atitude da Senadora Emilia Fernandes, porque acho que o projeto autorizativo também é uma forma de lembrar ao Governo da importância de se tomar algumas medidas. Então, não vejo nenhum inconveniente de aprovar o projeto. Voto e ainda fico louvando a iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua a votação.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Louvo a iniciativa do Senadora Emilia Fernandes e louvo mais ainda, ressaltando o voto contrário de outros Pares, mas louvo os Senadores que votaram a favor, afinal de contas



somos 51% da população deste País, portanto, é mais do que justa a proposição feita pela Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em votação.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, voto favorável, registrando em nome da Liderança do PSDB, que é favorável a esse projeto, louvando a iniciativa da Senadora Emilia e registrando mais uma questão, entendo que seja importante sim que nós, Parlamentares, indiquemos projetos autorizativos como uma indicação política e uma sinalização para o Executivo, a fim de que, eventualmente, essas questões políticas possam ser encaminhadas.

Portanto, voto favorável ao projeto e louvo a iniciativa da Senadora Emilia Fernandes.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, na mesma linha daqueles Senadores e Senadoras que felicitaram a autora do projeto, gostaria de me aliar à Senadora Emilia Fernandes.

Trata-se de um projeto oportuno, uma vez que, na crise em que o Brasil está mergulhado, uma das primeiras vítimas é a mulher, que tem que ter um instrumento rápido e eficiente para que as autoridades policiais tomem conhecimento de ocasional violência sofrida por ela.

Além disso, Sr. Presidente, o Executivo, pelos cargos em comissão de que dispõe, tem uma estrutura suficiente para receber essas indicações – não o considero um projeto autorizativo – como sugestões válidas, que poderão ser atendidas ou não. No entanto, se o projeto é autorizativo, o Executivo está autorizado a cumpri-lo ou não.

Ora, se o projeto vai ao encontro dos anseios da sociedade, como é o caso do projeto da Senadora Emilia Fernandes, o Executivo tem que atendê-lo. É um benefício para a comunidade. Os Senadores da República dispõem da TV Senado, onde suas decisões são repercutidas, e esse projeto, apesar de não ser obrigatório, tem repercussão nacional. Consequentemente, muitos Estados e Municípios poderão adotar esse princípio.

Por isso, voto favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, historicamente, nesta Comissão, tenho me abastido em votações de projetos autorizativos. No entanto, acredito que outros projetos de relevância muito me-

nor do que esse foram aprovados sem maiores polêmicas a respeito da sua constitucionalidade.

Por isso, vou votar a favor do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, penso que se fôssemos apreciar o mérito, o projeto da Senadora Emilia Fernandes teria 81 votos no Senado. Mas, concordo com o Senador Amir Lando e sou contrário a leis autorizativas. O Senador Josaphat Marinho apreciou apenas a constitucionalidade em seu parecer. Acredito que uma lei autorizativa não seja inconstitucional, mas inócua, e ela entulha o processo legislativo.

No entanto, tenho uma questão de ordem prática: a menos que tenha mudado de posição, a Câmara dos Deputados veda a tramitação de leis autorizativas. Portanto, esse projeto vai morrer na Câmara dos Deputados.

Em atenção à Senadora Emilia Fernandes, com quem tenho considerações pessoais e é minha correligionária, vou me abster. Do contrário, votaria contra, embora plenamente a favor do mérito. Que não seja distorcida a minha posição, mas votarei daqui por diante sempre contra qualquer lei autorizativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria foi aprovada com 12 votos “sim” e 3 abstenções.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador José Fogaça com a palavra.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, agora que a votação está concluída e o projeto aprovado, com o meu voto favorável, faço um registro de que o maior problema será o de que não é propriamente uma autorização ao Poder Executivo Federal, mas sim aos Poderes Executivos Estaduais e, nesse caso, o problema é de ordem federativa.

Não creio que o custo desse projeto seja o mais importante a considerar, até por que o custo propriamente não existe. Já existe o serviço de atendimento à mulher e as delegacias especializadas, de modo que não há aumento de despesa. O que poderá haver é que alguns Estados não se sintam obrigados, por alegar inconstitucionalidade por uma lei federal, a cumprir algo que, enfim, essa lei federal não poderia autorizá-los em função do problema federativo, mas



isso, digamos assim, não impede que, quem sabe, outros Estados o façam. Tenham a boa vontade de aceitar a sugestão, de aceitar a idéia proposta pela lei e cumprir. Se isso acontecer será muito positivo. Então vale a pena apostar nessa tentativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Item 5 da pauta já constou da pauta anterior mas não foi apreciado pelo fato de não se encontrarem presentes nem o autor nem o relator. Volta à pauta e, mais uma vez, no momento, não se encontram presentes nem o autor nem o relator, muito embora o relator tenha estado na Comissão e tenho a impressão de que retornará aqui em tempo ainda de se apreciar o Item 5.

Mas nesse meio tempo, até para ganharmos celeridade, quero colocar em pauta o Item 6, que é um projeto de lei do Senado, portanto, também terminativo, que altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, para determinar a inclusão de fotografia no título eleitoral e considerar este como documento de identidade válido em todo o País. Autoria do Senador Moreira Mendes, relatora Senadora Luzia Toledo, que oferece parecer pela aprovação com a Emenda nº 1 que apresenta. Com a palavra a Relatora Senadora Luzia Toledo.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso relatório é sobre o projeto apresentado pelo eminente Senador Moreira Mendes, que é o autor do projeto de lei em exame que altera a Lei nº 7.444, a qual dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e dá outras providências. A modificação proposta incide sobre o art. 6º da mencionada norma legal que diz:

Art. 6º implantado o sistema previsto no art. 1º desta lei o título eleitoral será emitido por computador.

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral aprovará o modelo do título e definirá o procedimento a ser adotado na Justiça Eleitoral para a sua expedição, nos termos do art. 1º da proposição sobre o texto do § 1º do art. 6º passaria a ser:

Art. 6º

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral definirá o procedimento para expedição do título e aprovará o seu modelo, que conterá, além dos dados de identificação do eleitor, uma fotografia digitalizada.

Pelo art. 2º determina-se que o TSE estabelecerá novo modelo de título eleitoral e realizará o recadastramento dos atuais eleitorais, no prazo de 120 dias da publicação da lei em que se transformar a proposição, passando os novos títulos a valer como documento de identidade em todo o território nacional.

O art. 3º cuida da cláusula de vigência, enquanto que o art. 4º revoga o § 4º do art. nº 5º da Lei nº 7.444, ora alterada.

O dispositivo revogado dispensa apresentação da fotografia para o alistamento.

Na justificção do projeto, o ilustre Senador Moreira Mendes assinala: o direito eleitoral de votar e ser votado constitui o núcleo fundamental dos direitos políticos, conjunto de normas legais permanentes que assegura o direito democrático de participação do povo no governo por meio de seus representantes e aduz o momento crucial da aquisição desses direitos ocorre no alistamento eleitoral que se faz mediante a qualificação da pessoa como eleitor perante a Justiça Eleitoral, conforme determina a Constituição Federal, em seu art. 14, §1º, incisos I e II.

O alistamento é condição prévia para o exercício do voto e assegura ao cidadão a inscrição como eleitor e o reconhecimento oficial de sua cidadania.

Em conclusão diz S. Exª: a importância do título para o exercício do voto, momento máximo de realização de sua participação política, justifica plenamente a presente proposição, que objetiva conferir ao título de eleitor condições materiais e legais para se tornar também um documento válido em todo o território nacional, para identificação do cidadão mediante a introdução de uma fotografia digitalizada e os dados necessários à identificação do eleitor. Além de servir de documento de identidade, o novo título dificultaria a fraude no processo eleitoral.

É o relatório.

#### Voto

A matéria não merece reparos quanto à sua constitucionalidade. Do ponto de vista formal, o Congresso Nacional é competente para legislar sobre Direito Eleitoral e Civil, art. 22, inciso I, mediante lei ordinária.

Na perspectiva material, o projeto trata, de forma pertinente, sobre a inscrição do cidadão como eleitor. E quanto à natureza do novo título, passa a considerá-lo documento de identidade válido em todo o País. No mérito, afigura-se, a nosso ver, bastante feliz a iniciativa do eminente Senador Moreira Mendes ao encaminhar a presente proposição.

Como efeito, considerados os valores fundamentais da democracia, a lisura do processo eleitoral há de ser buscada permanentemente. Para este desiderato contribui efetivamente o projeto sob comento.

De uma parte, a fotografia inserta no documento da cidadania contribuirá para evitar a fraude, tornando praticamente impossível que um cidadão vote por

outro. De outra, o cadastramento que a adoção do novo título impõe constituirá uma oportunidade para que se dê combate aos chamados eleitores fantasmas e a outras irregularidades.

A proposição sob exame, assim, constitui uma contribuição efetiva ao aprimoramento do sistema eleitoral no Brasil, especialmente quanto à fiscalização, tanto no alistamento eleitoral quanto no ato de votar; ajuda, dessa forma, o fortalecimento do processo democrático.

O projeto, ao dispor sobre cadastramento e feitura de novos títulos eleitorais, implica gastos, por isso parece-nos necessário assinalar a autorização para que o Poder Executivo abra, à disposição da Justiça Eleitoral, crédito especial para atender as despesas decorrentes da lei em que se converter o projeto. Para tanto apresentamos a seguinte emenda:

Emenda nº 1. CCJC. Acresce-se ao Projeto de Lei nº 266, de 1999, o seguinte art. 3º, renumerando-se o atual e subsequente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal Superior Eleitoral, crédito especial destinado a alterar as despesas decorrentes da aplicação desta lei.

Concluimos, portanto, pela constitucionalidade, pela juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1999, e opinamos, no mérito, pela sua aprovação.

Este é nosso parecer, Sr. Presidente.

Além do relatório que acabamos de ler, consideramos que é um avanço a inserção da fotografia no título eleitoral, evitando-se assim, conforme já mencionado, a fraude e, mais do que isto, tornando-o um documento de identidade completo. Para o eleitor, o título é de fundamental importância, pois ele o utiliza na hora do voto, momento em que atinge a plena cidadania.

De modo que o nosso parecer é favorável e louvamos também a iniciativa do eminente Senador Moreira Mendes, por trazer ao Senado Federal um projeto dessa natureza que moderniza o sistema eleitoral mais ainda e dá ao eleitor uma condição mais transparente com sua fotografia e com seu número de identidade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer, portanto, é favorável, com a Emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Desde logo, gostaria de antecipar a V. Exª que desejo solicitar vista dos Projetos de Emenda do Plenário nºs 2, 3 e 4 ao

Projeto de Lei nº 23, que trata da região do entorno de Brasília.

Quanto ao Projeto relatado pela Senadora, parece-me que a matéria, efetivamente, tem sua consistência, mas o próprio parecer termina por conferir inconstitucionalidade à iniciativa, quando diz na Emenda nº 1 que fica o Poder Executivo autorizado a abrir o Orçamento Fiscal da União... Tribunal Superior Eleitoral, crédito destinado a atender às despesas decorrentes da aplicação dessa lei. Essa iniciativa não podemos tomar porque, embora autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União os recursos para o cumprimento dessa lei, efetivamente estamos incorrendo numa inconstitucionalidade. De maneira que entendo que não podemos votar favoravelmente ao Projeto em função desse aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, além do defeito constitucional apontado pelo Senador Francelino Pereira, entrando logo no mérito, gostaria de afirmar que o mesmo não condiz com a atual situação em que vive o País, uma crise financeira sem precedentes e mais despesas para o erário público e para o cidadão que se dispõe a continuar como eleitor. De outro lado, seríamos obrigados a fazer uma nova revisão eleitoral em todo o País para fazer um novo cadastramento e incluir a fotografia do eleitor no título. Isso implica maiores despesas aos partidos políticos, uma vez que não é só a fotografia, também há o transporte do eleitor que vem da zona rural para a cidade e os funcionários do Judiciário que serão sobrecarregados com essa matéria. Enfim, a meu ver, é inteiramente inoportuna a realização dessa tarefa, ou seja, a inclusão de uma fotografia, uma vez que anteriormente havia a fotografia e todos sabem que os partidos políticos as pagavam, os políticos de um modo geral, porque a população é pobre e não tem recursos. Além de pagar a certidão de nascimento e o transporte, o candidato se via obrigado a pagar a fotografia. Ora, a Lei Eleitoral proíbe, isso hoje é compra de votos. Como resolver essa situação? A União pagará o retrato? Não, penso que se isso estivesse no bojo de um financiamento público de campanha, discutido dentro de um projeto mais global, discutiríamos até admitir a inclusão da fotografia. Entretanto, de forma isolada, prefiro votar contra, apesar do maior respeito que tenho pela Relatora e pelo Autor do Projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.



**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considero o Projeto, preliminarmente, inconstitucional, apesar da admiração que tenho pelo meu amigo Moreira Mendes, homem inteligente e Senador atuante. Esse Projeto trará para a Justiça Eleitoral um grande embaraço. O recadastramento nacional, com fotografia dos títulos, demanda uma despesa incalculável para um País que vive em busca de soluções para a miséria. O processo eleitoral está caminhando bem, a informatização do setor é um avanço bastante grande. Não há hoje uma reclamação generalizada quanto ao cadastro, às inscrições dos eleitores, principalmente no meu Estado. A próxima eleição, inclusive a apuração dos votos, talvez seja informatizada em todos os municípios.

Portanto, apesar de haver uma intenção muito grande no sentido de evitar fraudes, penso que o projeto, na verdade, não condiz com a realidade financeira em que vive o País e com a tramitação natural do processo eleitoral que ocorre hoje.

Eu votaria de forma contrária ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, está aí uma proposta que penso ser de relevante interesse à lisura do processo eleitoral.

É evidente que não posso falar – a não ser pelas notícias de fraude eleitoral espalhadas pelo Brasil afora –, de maneira nenhuma, sobre o Mato Grosso do Sul, do nobre Senador Juvêncio, que, com propriedade, mostrou um quadro que eu desconhecia. Eu poderia falar de Rondônia, mas podemos abstrair esse Estado e nos determos na análise da proposta em si, do objetivo.

Acontece que o título eleitoral – esse recadastramento já está sendo feito, o que já é uma providência, inclusive, do Superior Tribunal Eleitoral – não tem uma referência, a não ser um pedaço de papel com o nome escrito, com o número e com outros poucos dados, como, por exemplo, a data da emissão.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, para que eu possa colaborar com o seu pronunciamento?

**O SR. AMIR LANDO** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – A Justiça Eleitoral, em todo o Brasil, pelo menos no meu

Estado, no ato da votação, já está exigindo a carteira de identidade.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** – Mas isso não é obrigatório.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Isso não é obrigatório, mas a Justiça está fazendo essa exigência. No meu Estado, há uma exigência da apresentação de um documento que mostre a cara do eleitor.

**O SR. AMIR LANDO** – Não há dúvida. Penso que essa é uma providência que pode ser adotada. Mas a apresentação da carteira de identidade – e concordo com V. Ex<sup>a</sup> – gera um custo muito mais elevado do que a apresentação de uma simples fotografia. Então, há a idéia da apresentação de um outro documento de identidade. Mas a grande maioria, se não tem a carteira de identidade, talvez não tenha a carteira de trabalho. Enfim, é preciso haver alguma referência da identidade, para mostrar que o eleitor se trata da pessoa a que se refere.

É evidente que caberia aos Partidos fiscalizar isso, mas não há fiscal que possa entender o universo de eleitores que comparece a uma sessão determinada. Então, não há mecanismo viável de fiscalização nem de coisa alguma. O fato é que esse papel pode ser transferido a qualquer pessoa, que pode apresentar-se para votar quando não exigida a carteira de identidade, como ocorreu no caso de Sergipe. Mas esse procedimento não é legal. Alguns Tribunais, em razão de denúncias de fraude, tomam essa providência como precaução, mas, na hora de votar, o eleitor, se não tiver a carteira, vota de qualquer jeito.

Realmente se pensou na possibilidade – ao invés de apresentar a identidade ou uma fotografia – de identificar o eleitor por meio de suas impressões digitais, o que também gera um custo elevado. Com isso, pensou-se na modificação das máquinas de votação eletrônica; isso foi discutido. Inclusive, no Superior Tribunal Eleitoral, em uma conferência com seu Presidente Ministro Ilmar Galvão, tentou-se encontrar algumas alternativas para evitar essa fraude, que é de fácil execução e de difícil averiguação. Isso pode acontecer e acontece.

Seria importante que pudéssemos agregar um elemento de identidade do cidadão que procede ao seu direito de voto. A fotografia ainda é a proposta mais barata. É claro que talvez se chegue à questão que foi levantada. E o projeto poderia dizer que caberia à própria Justiça Eleitoral fornecer essa fotografia. O sujeito compareceria, e ela poderia ter um serviço e fotografar as pessoas. Então, talvez fosse esse o ponto que a gente poderia discutir. O custo de uma foto-



grafia para o País é tão pequeno diante da lisura das eleições! Nós só podemos melhorar a representação, o combate à corrupção e a tudo isso que acontece se tivermos eleições limpas, eleições que representam a vontade popular. E, para isso, é preciso eliminar esse índice de fraude que acontece e é tão fácil de ser cometida com o uso do título de eleitor atual.

Essa é a minha observação, Sr. Presidente. Por isso, inclino-me favoravelmente ao projeto, porque acho que tem um fundo, um fito moralizador do processo eleitoral.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para discutir o projeto.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, eu também voto favorável ao projeto. E voto porque não vou falar, aqui, sobre questões em tese; vou falar sobre questões concretas que aconteceram comigo. Na última eleição, eu, pessoalmente, preendi um cidadão com 660 títulos de eleitores – eram títulos verdadeiros, não eram títulos falsos – retirados do Cartório Eleitoral. O Cartório Eleitoral não entregava os títulos aos seus donos, dizia que eles não haviam chegado ainda, e os comercializava, de modo que o cidadão, com base nesses títulos, tivesse um esquema de votação.

O processo está ainda na Polícia Federal, em andamento, porque é muito lento, mas isso demonstra efetivamente, como diz o Senador Amir Lando, que um pedaço de papel não dá nenhuma garantia da questão da votação. E mais: nós só teremos uma votação mais isenta por meio de instrumentos, se tivermos fotografia, número de carteira de identidade única no País, e a questão da impressão digital. Por quê? Porque o título de eleitor é feito baseado numa carteira de identidade, que é tirada por um Governo de Estado ou por uma Secretaria de Segurança, que pode tirar dez carteiras de identidade diferentes do mesmo cidadão, que poderá tirar dez títulos de eleitor diferentes.

Então, essa é uma questão séria. Acho que o custo pode ser alto. Agora, é um custo muito menor do que um governo corrupto, que desvia recursos.

Então, sou favorável, acho que nós tínhamos de...

**O SR. AMIR LANDO** – Concede-me um pequeno aparte?

**O SR. ROMERO JUCÁ** – ...efetivamente radicalizar esse processo. Eu concedo o aparte ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – É para dizer que eu não quis trazer as situações particulares, mas é .....

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Mas acho que a gente tem de falar de uma maneira explícita, senão a coisa não se completa.

**O SR. AMIR LANDO** – Mas, como diz V. Ex<sup>a</sup>, houve casos de compra de dois mil e quinhentos títulos, o sujeito tinha na gaveta. É claro que, quando denunciamos e chegamos lá, deu tempo de serem removidos do escritório onde se vendiam títulos. Então, dois mil e quinhentos eleitores já tinham transferido os seus títulos para uma única pessoa, que iria redistribuí-los para os seus seguidores, a fim de votarem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Se nós tivéssemos a fotografia no título, pelo menos haveria um controle maior, para que o Presidente da Mesa tenha condição, porque, efetivamente, se não houver nenhum tipo de checagem... Em alguns Estados, como Roraima e Rondônia, nós temos um abuso que, efetivamente, distorce inclusive o resultado eleitoral.

Portanto, sou favorável ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para discutir o projeto.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, tenho a convicção de que não é a simples introdução da fotografia no título que vai resolver os problemas de fraude; mas, que vai diminuir, com certeza, vai. Esses exemplos indicados pelo Senador Romero Jucá não acontecem só em Roraima, acontecem em vários estados. Então, com certeza, vai diminuir. Agora, isso só será resolvido – acho, inclusive, que não vai ser muito demorado – a partir do momento em que se informatizar tudo, como foi levantado pelo Senador Romero Jucá. Rapidamente podem ser cadastradas as impressões digitais de todo mundo que tira título e a senha vai ser a impressão digital. Mas, até chegar lá, eu sempre me bato contra argumentos que invocam custos nas questões relativas ao aperfeiçoamento da democracia e da garantia de que a vontade do cidadão seja representada pelo seu voto.

Então, nesse sentido, voto favoravelmente ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerra a discussão, passa-se à votação da matéria, que é terminativa, portanto, envolve a votação nominal.

Vai-se proceder à votação nominal.

(*Procede-se à votação*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Bernardo Cabral, Edison Lobão, Francelino Pereira...

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Voto pela inconstitucionalidade do projeto. Quanto ao mérito, compreendo a sua importância, a sua significação, mas o projeto é inconstitucional.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota “não”?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senadores Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Moreira Mendes, Djalma Bessa, Bello Parga, Juvêncio da Fonseca...

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** – Sr. Presidente, voto “não”, porque o projeto, antes de tudo, é inconstitucional.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador José Jorge, “não”. Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Álvaro Dias, vota “sim”. Senador Carlos Wilson, Senador Lúcio Alcântara, Senadora Luzia Toledo “sim”. Senador Sérgio Machado, Senador Artur da Távola, Senador Pedro Piva, Senador Luiz Pontes, Senador Romero Jucá “sim”. Senador Teotônio Vilela, Senador Antonio Carlos Valadares...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, eu afirmei que votaria contra e, apesar do apelo que me fez a nobre Relatora, que de mim merece toda a consideração, estou convicto de que essa matéria, além de inconstitucional, não merece a aprovação pelos motivos que já aponte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota “não”.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O quorum é completado com a minha presença. Votaram “sim”, 7 Srs. Senadores e “não” 4.

A matéria foi aprovada.

Conforme o Senador Francelino Pereira já se manifestou, vai pedir vista do item nº 8, que coloco em apreciação para ganharmos tempo.

#### **Item 8**

Emenda da Plenário de nºs 2, 3 e 4 ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1999, Projeto Complementar, que autoriza o Poder Executivo a incluir Municípios de Minas Gerais situados no entorno do Distrito Federal na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF e dá outras providências. Autora: Senadora Júnia Marise. Relator: Senador Romeu Tuma, que oferece parecer contrário às emendas nºs 2, 3 e 4 de Plenário.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Quanto ao item nº 8, referido por V. Ex<sup>a</sup>, reitero o meu pedido de vista. Eu gostaria de comunicar à Casa que, com relação ao item nº 7, Projeto de Lei do Senado nº 205, de autoria do Senador Luiz Estevão, pedi vista também ao Senador Lúcio Alcântara. O Relator não está presente; o Senador Romeu Tuma, que solicitou vista, também não está presente; o Senador Lúcio Alcântara também não está presente; de maneira que eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que o projeto continuasse na pauta para a próxima reunião.

Item nº 8, peço vista.

Quanto ao item nº 7, solicito que continue na pauta porque não temos condições de apresentar hoje o nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, até porque não se encontram presentes nem o Senador Luiz Estevão nem o Senador Iris Rezende. Ele entra na pauta pela primeira vez. Na próxima reunião, o item constará da pauta, quer com a presença do Senador Luiz Estevão ou não, ou com a presença do Senador Iris Rezende ou não, a matéria será apreciada.

Passa-se, de imediato, ao item nº 9.

Projeto de Lei do Senado nº 82, não-terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o Conselho Deliberativo desse Fundo e dá outras providências. Autor: Senador Eduardo Suplicy, Relator: Senador Alvaro Dias, que oferece parecer pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, quero registrar que vou pedir vista desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se V. Ex<sup>a</sup> vai pedir vista, como é processual, sugiro ao Relator que deixemos para fazer o leitura do parecer na próxima reunião, se estiverem de acordo.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Fica concedida a vista?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedida vista a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Item nº 10.

PLS nº 213, projeto complementar, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, de autoria do Senador Arlene Soares de Barro. O relator é o Senador Álvaro Dias, que oferece parecer pela aprovação, com emenda que apresenta.



Concedo a palavra ao relator. Espero que tenha a oportunidade de oferecer seu parecer.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, há um pedido de vista e creio que será oportuno aguardar.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, vou pedir vista também, por economia processual.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se V. Ex<sup>a</sup> for pedir vista pela razão semelhante, sugiro que o relatório seja lido por ocasião da manifestação já pronta do Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tendo em vista que não temos mais **quorum** qualificado para apreciação do item 5, que é terminativo, vou encerrar a reunião, convocando uma nova reunião para a próxima quarta-feira.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h40min.)*

**Ata da 48ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 1º de dezembro de 1999, às 10h (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia primeiro de dezembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Bernardo Cabral, Djalma Bessa, Édison Lobão, José Fogaça, Jefferson Péres, Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma, Francelino Pereira, Roberto Freire, Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra, Bello Parga, Alvaro Dias, Agnelo Alves, Iris Rezende, Carlos Wilson, Luzia Toledo, Antonio Carlos Valadares, Ramez Tebet, Eduardo Suplicy, Sérgio Machado e Roberto Requião, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Amir Lando, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Pedro Simon. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inclusão do item EXTRA-PAUTA 1) REQUERIMENTO Nº 728, DE 1999 que “Requer seja consignado um voto de aplauso à Rádio difusora do Amazonas, pelo transcurso dos 51 anos de sua existência”. Autoria: Senador Bernardo Cabral. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: favorável. O Senador Jefferson Peres encaminha Declaração de Voto favorável. **Resultado:** aprovado o Parecer. Passa-se à apreciação da Pauta, item 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 1999 (PL. 04418 de 1998, na ori-

gem) que “Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 67, DE 1999 que “Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.” Autoria: Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: favorável. **Resultado:** sobrestado o estudo da matéria, a pedido do Relator, para aguardar o recebimento de outras proposições, provenientes da Comissão Especial da Pobreza, que versam sobre a mesma matéria. Item 3) EMENDAS Nºs 1 a 3, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, OFERECIDAS AO Projeto de Lei do Senado nº 81, DE 1999 que “Dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998”. Autoria: Senador Gerson Camata. Relator: Senador Édison Lobão. Parecer: favorável às Emendas nºs 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados. **Resultado:** aprovado o Parecer. Votam vencidos os Senadores Roberto Freire, Jefferson Peres, José Eduardo Dutra, Carlos Wilson e Lúcio Alcântara. Abstém-se de votar o Senador Ramez Tebet. Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 113, DE 1999 – TERMINATIVO – que “Proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça Pit Bull”. Autoria: Senador Lomar Quintanilha. Relator: Senador Ramez Tebet. Parecer: pela aprovação na forma do Substitutivo que oferece. **Resultado:** sobrestado o estudo da matéria. Item 5) Projeto de Lei do Senado nº 536, DE 1999 – TERMINATIVO – que “Altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992”. Autoria: Senador Jorge Bornhausen. Relator: Senador Édison Lobão. Parecer: pela aprovação, com a Emenda nº 1 que apresenta. Em vinte e quatro de novembro do corrente, foi concedida vista coletiva. O Senador José Eduardo Dutra apresenta a Emenda nº 2, que recebe voto favorável emitido pelo Relator. **Resultado:** aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se ao item 10) Projeto de Lei do Senado nº 30, DE 1999 – TERMINATIVO – que “Altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que ‘regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências”. Autoria: Senador José Roberto Arruda. Relator: Senador Alvaro Dias. Parecer: pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resulta-**



**do:** concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Por falta de *quorum*, o Senhor Presidente decide encerrar a reunião, ficando adiados os seguintes itens da pauta: 6) Projeto de Lei do Senado nº 205, DE 1999 – Terminativo –; 7) Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 4 ao Projeto de Lei do Senado nº 23, DE 1998 – Complementar –; 8) Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1999 – Não Terminativo na CCJC –; 9) Projeto de Lei do Senado nº 213, de 1999 – Complementar –; 11) Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999 – Terminativo –; e 12) Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1999 – Terminativo – tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 1999 – Terminativo – e com o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1999 – Terminativo –; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, em Exercício, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com os registros taquigráficos.

Senador JOSÉ AGRIPINO

Presidente da CCJ

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião. Consulto o Plenário se está de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. ROMEU TUMA** – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma pela ordem.

**O SR. ROMEU TUMA** – Gostaria que fosse colocado extrapauta um requerimento do Senador Bernardo Cabral sobre a Radiodifusora do Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> propõe que o Plenário delibere sobre se estaria de acordo em incluir um item extrapauta de autoria do Senador Bernardo Cabral.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, passaremos ao item extrapauta de projeto de autoria do Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trata-se de um assunto muito simples, a Radiodifusora do Amazonas completou 51 anos de existência. Há 50 anos tive um irmão brutalmente assassinado com a idade de 27 anos e, àquela altura, o titular e proprietário, jornalista Josué Cláudio de Souza tinha uma crônica chamada “Crônica da Cidade”, em que profligou a barbaridade do assassinato à autoria de um policial.

Cinquenta anos depois, Sr. Presidente, estou resgatando essa dívida porque não tinha como fazê-lo na dimensão que acometeu nossa família. Mais grave ainda, Sr. Presidente, é que tendo sido ele policial, não fosse a contribuição da imprensa, talvez não tivesse chegado ao tribunal do júri, onde foi condenado no primeiro julgamento a 13 anos e no segundo a 20 e, no último, a 21 anos.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei esse requerimento de voto em louvor, poderia, tê-lo feito em discurso simplesmente, o que seria simples demais para a retribuição que eu queria fazer.

O fundador da Radiodifusora do Amazonas foi Deputado Federal, Governador em exercício e Prefeito. Eu poderia, num desses cargos, tê-lo homenageado, mas deixei para fazê-lo já quando ele não está entre nós.

Por isso requeri, Sr. Presidente, pedindo que fosse submetido o requerimento, na forma regimental, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que, depois dessa decisão, se acolhida, fosse dado conhecimento aos seus herdeiros na pessoas dos seus filhos Josué Filho e Maria da Fé.

Era a justificativa que eu queria fazer antes de o eminente Senador Romeu Tuma proferir seu relatório porque, inclusive, é meu companheiro de bancada o eminente Senador Jefferson Péres, que também conheceu o hoje saudoso Josué Cláudio de Souza.

Era a explicação que eu tinha que fazer, Sr. Presidente, para que não fosse levado à idéia de que seria um simples voto laudatório de alguém que completasse o aniversário. É o resgate de um débito pessoal meu, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com os esclarecimentos do Senador Bernardo Cabral, fica em discussão o requerimento de sua autoria, que requer seja consignado um voto de aplauso à Radiodifusora do Amazonas pelo transcurso dos 51 anos de sua existência.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, solicito a palavra.

(José Agripino) – Solicito a palavra ao Sr. Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Está em votação o requerimento para ser incluído em pauta ou já está em votação o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Foi considerado aprovado pelo silêncio do Plenário e está em discussão o requerimento.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, solicito a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Sr. Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, o requerimento do Senador Bernardo Cabral vem com um ano de atraso. Na verdade, deveria ser no cinqüentenário na Radiodifusora. Como isso não foi feito, nada mais justo do que aprovarmos essa moção. A Radiodifusora do Amazonas é uma das mais antigas da Amazônia, seu fundador foi um político da mais alta expressão da Amazônia, foi prefeito de Manaus, Deputado Federal em várias Legislaturas, Governador em exercício, um homem que gozava de grande popularidade na nossa comunidade, não apenas como político, mas, como frisou o Senador Bernardo Cabral, com suas crônicas diárias de altíssima audiência. S. S<sup>a</sup> faleceu há poucos anos, a empresa é levada por seu casal de filhos, Josué Filho e Maria da Fé. A Rádio continua com altíssima audiência, de forma que nada mais justo do que esse voto proposto pelo Senador Bernardo Cabral ao qual me associo com muita satisfação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para discutir.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> designou-me como Relator. Penso que é dispensável o relatório, tendo em vista a própria justificativa do Senador Bernardo Cabral, endossada pelo Senador Jefferson Péres, que são representantes do Amazonas e que conhecem profundamente toda a atividade que se faz naquele Estado. Então, somos favoráveis à sua aprovação, não só pela exposição rápida que foi feita como também por todos os dados que me foram fornecidos pelo Senador Bernardo Cabral antes desta reunião. Sou favorável à aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Bernardo Cabral relatado pelo Senador Romeu Tuma queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 1:**

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1999, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza, de autoria da Presidência da República. Autor: Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. RELATOR** (Lúcio Alcântara) – Trata-se de transferir a doação de um imóvel de propriedade da União, da antiga Legião Brasileira de Assistência, para a Sociedade de Assistência aos Cegos de Fortaleza. Essa Sociedade de Assistência aos Cegos está na posse desse imóvel há mais de 50 anos, prestando ali serviço de grande utilidade não só aos cegos, a quem abrigou durante muito tempo, a quem ofereceu educação, saúde, mas também, mediante ambulatório de um hospital, tratamento a todos os pacientes portadores de algum problema visual.

Com a extinção da LBA, inicialmente o Governo fez uma cessão em comodato ao Governo Federal e posteriormente, atendendo a reclamos da sociedade da Sociedade de Assistência aos Cegos, O Presidente da República decidiu enviar essa Mensagem para fazer a doação do imóvel.

O meu parecer é favorável, porque reconheço nessa instituição uma entidade que tem prestado, e continua a prestar, grandes e relevantes serviços ao povo cearense. Portanto, o meu parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela aprovação e a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Lúcio Alcântara queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

**Item 2:**

Proposta de Emenda à Constituição nº 67, de 1999, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Autores: Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores. Relator: Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer favorável.

**O SR. PRESIDENTE** Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. RELATOR** (Lúcio Alcântara) – Sr. Presidente, sugiro que essa PEC de autoria do Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, seja sobrestada, aguardando-se a formalização das emendas constitucionais que derivam dos trabalhos da Comissão Mista constituída para propor soluções para o combate à pobreza no Brasil. Quando essas propostas forem formalizadas perante o Senado, talvez seja conveniente que elas tramitem conjuntamente com essa



proposta de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Portanto, a minha sugestão é que ela fique sobrestada, aguardando a apresentação formal das emendas recomendadas ou sugeridas pela Comissão Mista de Combate à Pobreza.

É essa a sugestão que quero fazer à Presidência e ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, apresenta parecer favorável à proposta, mas sugere o sobrestamento da matéria até que cheguem à CCJ as emendas que virão a ser apresentadas ao projeto, estão em discussão na Comissão Especial.

A proposta do Relator está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, está em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O parecer foi favorável, mas sugere e solicita sobrestamento da matéria no aguardo das emendas, que virão da Comissão Especial.

Passa-se ao item 3 da pauta:

Emendas de nºs 1 a 3 da Câmara dos Deputados, oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 81/99, que dispõe sobre a anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998. O autor é o Senador Gerson Camata, e o Relator é o Senador Edison Lobão, a quem passo a palavra.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, de autoria do Senador Gerson Camata, o Projeto de Lei nº 81 propõe anistia das multas aplicadas aos eleitores que deixaram de votar nas eleições realizadas nos dias 4 e 25 de outubro de 1998. O mesmo projeto estendeu a anistia aos débitos resultantes das multas aplicadas pela Justiça Eleitoral a qualquer título, em decorrência de infrações praticadas no período de 7 de abril a 25 de outubro de 1998.

O parágrafo único do art. 2º daquele projeto estabelecia que a anistia não se aplicava aos candidatos eleitos. Esse projeto foi aprovado no Senado e encaminhado à Câmara dos Deputados. Ali, recebeu algumas emendas que ampliavam a anistia também para as eleições de 1996, tanto a do dia 3 de outubro quanto a do dia 15 de novembro. E manteve a mesma anistia para o ano de 1998.

Na Câmara, os Srs. Deputados aprovaram outras emendas, recomendando a substituição da expressão "no período de 7 de abril a 25 de outubro de

1998", constante do caput do art. 2º, pela expressão "nos anos eleitorais de 1996 e 1998".

Por último, a Emenda nº 3 suprimia o parágrafo único do art. 2º do projeto. O parágrafo único diz o seguinte: "A anistia referida neste artigo não se aplica aos candidatos eleitos." Ou seja, a Câmara ampliou a anistia aos candidatos eleitos aos derrotados e aos eleitos.

Esse foi o substitutivo da Câmara, que agora é submetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como relator, Sr. Presidente, nada tenho a opor ao substitutivo da Câmara, entendendo que ele é constitucional, legal e guarda todas as características de juridicidade e legalidade. Meu voto, portanto, é favorável ao substitutivo da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é favorável.

A matéria está em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, para justificar a minha posição favorável ao presente projeto, eu queria citar o que ocorreu em Goiás nas eleições passadas. Há muitas dúvidas, inclusive a imprensa ultimamente passou a questionar com uma certa veemência a aprovação desse projeto, até censurando o Parlamento por essa posição. Eu devo trazer aqui o meu testemunho, como candidato ao Governo que fui, dos absurdos praticados pela Justiça Eleitoral em meu Estado. Em princípio, eu posso até dizer o porquê de em apenas cinco ou seis Estados as multas terem aflorado doidamente. Isso se deve a um movimento encetado nacionalmente pelo Ministério Público. Esse movimento teve apoio de elementos do Ministério, da Procuradoria da República especialmente. As multas surgiram como se as eleições existissem simplesmente para isso.

Tenho tido, ao longo da minha vida pública, um comportamento muito conseqüente e responsável nas eleições, e não foi diferente nesta eleição. Hoje, estou lá na Delegacia Fiscal com quase R\$300 mil em multas. O nosso colega, Senador Maguito Vilela, também está com algo em torno de R\$300 mil, como candidato ao Senado.

Quanto aos nossos candidatos a Deputado Federal, eleitos e não, também são milhões. Agora, pergunte: por quê? Infringimos ou desrespeitamos a lei?

Sr. Presidente, é comum em Goiás o candidato a deputado estadual muitas vezes desavisado porque são muitos, mais de 500 candidatos a deputado estadual disputaram as eleições, com essa plurali-



dade partidária, e cada Partido querendo lançar um maior número, para demonstrar a sua vinculação ao candidato a governador, escrever: “Para deputado federal, Francisco das Neves”, e no canto: “Iris”, para indicar que ele está vinculado e pegar a simpatia do eleitor que me prefere na política.

Não encontro um caso, mas o Procurador da República, que posso dizer que hoje é meu desafeto, um homem incosequente – e estou pagando caro pelo desatino dessa criatura, que negou, em uma entrevista a um semanário de Goiás, que seja meu desafeto, que quando isso ocorreu ele nem nascido era – cuidou de telefonar para todos os promotores das cidades do interior ele como Procurador Substituto e atuou definitivamente como Procurador no TRE, instruindo-os sobre como deveriam proceder.

E essas multas pipocavam pelo interior. E quanto a muitas delas, no decorrer da campanha, não se tinha estrutura para acudir a todos aqueles autos pelo interior a fora; muitas vezes nem notificados eram os candidatos. Ocorria o trânsito em julgado, e ele, mais do que depressa, pessoalmente, ia levar à Delegacia Fiscal.

Só pela primeira remessa de multas que ele levou pessoalmente e inscreveu na Delegacia Fiscal de ações que já haviam transitado em julgado na primeira instância, das quais eu não tinha tomado conhecimento, estou pagando R\$6 mil por mês a dívida foi dividida em 30 meses. E esse valor foi pela primeira remessa, quando chegar a segunda ou a terceira, não sei se será esse mesmo valor de mais de 200 milhões. Não sei quando chegar a segunda, terceira e quarta, que o TRE ainda está julgando.

Depois que passa a eleição, nós nos tranquilizamos, até os advogados somem todos, principalmente quando se é derrotado no pleito, não sei quanto esteja pagando se R\$20 mil ou R\$30 mil por mês.

É um desatino, um absurdo o que aconteceu. É inominável! Passo até a descrever da própria Justiça. Nunca me preocupei em ficar a nomear, acompanhar a nomeação de membros do TRE.

Bem, então, buscam nos fiapos da lei para instituir multas a todos os candidatos. O meu advogado dizia: “O candidato a governador não tem nada com esse comício, realizado nas proximidades do Fórum”. E respondiam: “Mas estava lá a faixa com o nome dele, Iris Rezende para Governador”. Eu sequer sabia desse comício, promovido por um Deputado Estadual.

Bem, tenho a impressão de que o que aconteceu em Goiás ocorreu em mais alguns Estados. Sei que seis ou sete Estados estão penalizados por isso. Temos que estar atentos para a aprovação da próxi-

ma lei que vai reger as próximas eleições, porque é uma vergonha que, a cada eleição, haja uma lei diferente no Brasil. Essa leis, como sabemos, são todas aprovadas aqui no Congresso Nacional a toque de caixa, porque tudo fica para a última hora. No último dia, reúnem a Câmara e o Senado para apreciar as leis, muitas vezes imperfeitas, representando a vontade de dois ou três Parlamentares que falam por nós, servindo até de lição para o próprio Congresso.

Daí, Sr. Presidente, a minha posição em relação a este projeto, porque a imprensa censura a aprovação do perdão de multas, mas o que vale é a lei. Tenho a impressão de que, para mim, essa é a primeira lei, porque, na verdade, cometeram abusos, excessos, extrapolaram, aproveitando-se da condição de candidatos, que, em época de eleição, não têm tempo nem de comer, não param nem para dormir; e aqueles que não estruturam um comitê devidamente pagam caro.

De forma que, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, até com ameaça do próprio Procurador da República, que deu uma entrevista, na primeira página, como se ele fosse o dono do mundo, dizendo que iria entrar com uma ação civil pública contra os Senadores e os Deputados que votarem a favor dessa lei, agora que vou votar. Quer dizer, já há uma ameaça. Vejam bem onde chegamos!

Por esse e muitos outros motivos, dou o meu voto favorável e peço aos Srs. Senadores que façam o mesmo, tirando disso a advertência para que, nas próximas eleições, quem sabe, busquemos uma legislação definitiva, moderna, bem mais aproximada da perfeição, para que não fiquemos à mercê de leis imperfeitas que nos levem a essa situação até vexatória.

O mais grave é que o meu comportamento não foi diferente dos meus adversários. Um meu adversário teve duas multas; eu, duzentas. Esse é o quadro. É essa a lei que vem servindo de base para as eleições e sendo utilizada para massacrar candidatos como se cada político fosse, na verdade, um marginal, um fora-da-lei – aqueles que vivem a desrespeitar a ordem, os princípios legais estabelecidos que regem as eleições.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estão inscritos para discutir a matéria os Srs. Senadores Roberto Freire, Jefferson Péres e José Eduardo Dutra.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta questão da justiça eleitoral

nunca foi tratada por nós com a devida profundidade. Mesmo quando se está discutindo a questão da reforma do Judiciário, discute-se alguns ramos dessa Justiça, como a Justiça do Trabalho e a Justiça Militar. Até com certo radicalismo propõem sua extinção.

Ninguém do Congresso –, somente raras lideranças políticas – preocupou-se com as graves distorções que existem na Justiça Eleitoral. É uma Justiça de interferência direta e de tutela em uma atividade básica da cidadania. Os países mais democráticos do mundo não têm Justiça Eleitoral. Trata-se de tutela. Estamos discutindo um problema que surge, exatamente, por uma interferência indevida e, por si só, abusiva. O Brasil é uma democracia, tem um Estado democrático de direito, mas possui algumas distorções que caracterizam interferências profundamente autoritárias e até ditatoriais. Por exemplo, hoje não se pode fazer campanha política. Existe uma Justiça e uma lei que impedem que tal ocorra. Limita-se não só o partido, o parlamentar, o candidato, mas o próprio cidadão, que pode ser processado, como fui quando distribuí panfletos. Não foi na época da ditadura. Durante a ditadura havia processo e prisão. Fui processado no ano eleitoral de 1998 porque fiz campanha antes do termo inicial estabelecido por uma resolução da Justiça Eleitoral. Falo para demonstrar o quanto isso é indevido. Vamos analisar a questão do orçamento. Poucos passaram a atentar para o fato depois da denúncia sobre os gastos absurdos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Não nos preocupamos ao ver, por exemplo, que a Justiça Eleitoral não informatizou as eleições. Vamos admitir sua existência. Ninguém aqui está propondo sua extinção e não a farei inadvertidamente. Proporei, ao menos, a fiscalização. Ninguém procurou saber por que a Justiça Eleitoral não informatizou as eleições que seria, talvez, sua função precípua. Informatizar as eleições no Brasil seria um grande avanço. Se olharmos o orçamento – o do ano passado era impressionante – não há um Tribunal Regional Eleitoral que tenha deixado de construir um prédio para suas instalações, que tenha deixado de ampliar sua burocracia desnecessária. Talvez a própria manutenção, considerada necessária, assim o seja apenas nos períodos eleitorais, para registro de candidatos, apuração, fiscalização e controle do pleito. Fora disso deve haver um direito para a cidadania livre: a Justiça Ordinária, a Justiça Comum. Não nos preocupamos com isso. Vamos nos preocupar com a sua interferência, que é feita de forma legal, estabelecida por um erro nosso. Demos o instrumento legal de interferência abusiva à Justiça Eleitoral. Não nos cabe reclamar dela, mas tentar en-

contrar outros caminhos. Tínhamos que discutir sua interferência e a legislação que lhe dá essa competência. A competência foi dada por nós por meio de uma lei imperfeita, equivocada, distorcida, que garante uma interferência indevida. Estamos sofrendo a interferência indevida. As consequências são, evidentemente, legais. Custa-me muito votar qualquer anistia fiscal ou de multa, mesmo que seja oriunda de uma lei que considero equivocada, de interferência indevida. Significa dar continuidade a essa indevida interferência porque isso significa continuar e dar continuidade a essa indevida interferência, porque posteriormente se resolvem todas as inconseqüências de uma lei equivocada, por meio da anistia.

Por isso, o meu voto é contra o projeto, fazendo uma sugestão. Já fiz uma que foi aprovada no Senado Federal, mas foi derrotada na Câmara Federal sobre nepotismo. Julgo que posso fazer outra: que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – pelo o que estou sentindo todos acham a interferência indevida – crie um grupo de trabalho para exatamente analisar essa lei, que dá esse direito de intervenção indevida à Justiça Eleitoral na atividade da cidadania, e crie uma legislação que trate isso de forma democrática, que permita a livre expressão da cidadania e que não tenha as imperfeições que geraram a consequências que, hoje, estamos querendo resolver, por uma forma também equivocada da anistia fiscal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> será levada na devida conta e oportunamente.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres, para discutir a matéria.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ouvi com atenção o depoimento do Senador Iris Rezende, que acredito verdadeiro. Já ouvi relatos informais de outros membros desta Casa a respeito de multas indevidas e astronômicas que lhes foram aplicadas pela Justiça eleitoral em seus estados. Mas, Sr. Presidente, ao conceder uma anistia geral para fazer justiça aos que foram vítimas de abusos de juízes eleitorais, por erros ou por facciosismos dos mesmos, estaremos dando anistia àqueles que foram punidos, porque foram realmente infratores. Esse é o primeiro aspecto, que deve ser em muito maior número do que os punidos injustamente, creio.

Por outro lado, Sr. Presidente, abre-se um precedente aqui: há pouco, aprovamos uma modificação da Lei Eleitoral que transforma os crimes em infrações, para tornar operacionalizável a punição, e receio muito que, ao concedermos essa anistia,



amanhã, quando a lei recentemente aprovada implicar a cassação de registro de candidatos, e até de diplomas de candidatos eleitos, este Congresso Nacional se veja compelido a votar uma anistia, e a lei venha a se tornar, portanto, peça de ficção.

O Senador Roberto Freire tem razão, a lei é cheia de falhas. Já deveriam ter mudado a legislação. Dá margem realmente à injustiça. O candidato pode ser vítima, por exemplo, até da ação de inimigos que pichem o muro com seu nome, exatamente para atribuir ao adversário um crime ou uma infração que ele não praticou. Candidatos podem ser vítimas da animosidade de juízes facciosos, como já disse, como pode e acredito tenha acontecido em Goiás com o Senador Iris Rezende.

Existem instâncias recursais, recursos podem chegar até 3ª Instância, que é o Tribunal Superior Eleitoral. Por outro lado, mesmo que o ânimo, o propósito, a intenção nossa seja de eliminar injustiças praticadas, sempre parecerá que estamos – e na verdade estaremos – legislando em causa própria.

Por todas essas razões, Sr. Presidente,

Por todas essas razões, Sr. Presidente, sabendo como é difícil se proferir um voto que envolve Colegas nossos, que estimamos, – e sabemos que, em muitos casos, repito, foram injustiçados –, mas, pelas razões expostas, eu me vejo obrigado a manter o projeto tal como saiu do Senado. Voto contra, portanto, a modificação feita na Câmara, que suprime o parágrafo único, exatamente aquele que excluía os eleitos da anistia.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero me penitenciar porque estamos agora com a tarefa de nos manifestarmos apenas com as emendas que vieram da Câmara. Digo que quero me penitenciar porque esse projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, infelizmente, eu não estava presente. Não apresentei recurso em tempo hábil para que o projeto fosse examinado pelo Plenário.

Mesmo da forma como o projeto saiu do Senado, se eu tivesse tido oportunidade, votaria contra.

Reconheço plenamente como válidas as questões levantadas pelo Senador Iris Rezende. Mas fico com os argumentos do Senador Roberto Freire: “a lei que nós fizemos é que é falha”.

Se aprovamos a anistia, considerando que a lei para as eleições de 2000 é a mesma da eleição de

1998, com exceção da emenda da CNBB, mas no que diz respeito a todas as vedações de campanhas, de pregar cartazes –, etc. – é a mesma coisa –, então, já aprovamos anistia, já sabemos que em 2002 vai haver os mesmos problemas e teremos de aprovar outra matéria referente à anistia daqui a três anos. Vai funcionar, na prática, como disse o Senador Lúcio Alcântara, como anistia prévia.

Temos de lembrar também que não são apenas os candidatos que estão sendo anistiados. Existem muitas relativas aos meios de comunicação, porque abusaram profundamente do processo eleitoral. Utilizaram os seus microfones, os seus transistores para funcionar como palanque eleitoral daqueles candidatos, daqueles agrupamentos que dispõem de meios de comunicação. Estes também foram multados e também estão sendo anistiados, inclusive no projeto que saiu do Senado.

Eu gostaria de votar contra o projeto como um todo. Não poderei fazê-lo, infelizmente. Nesse caso, a culpa é minha. Poderia ter feito recurso, mas aqui não temos condições de acompanhar todas as matérias. E o projeto foi votado em uma comissão; pelo que vejo, em uma reunião onde havia poucas pessoas, mas havia quorum, e foi direto para a Câmara.

A Câmara piorou ainda mais a situação. Ela estende a anistia para o pleito de 1996, quando o projeto que saiu do Senado estabelecia a pena para a eleição de 1998. E suprime o único artigo que poderia estabelecer uma atenuante: “pelo menos estamos votando em causa própria”, embora eu creia que seja um artigo um pouco hipócrita. Por que um que não se elegeu e de repente cometeu até muito mais ilegalidade do que algum que se elegeu vai ser anistiado, e o que se elegeu não vai ser anistiado? De qualquer forma, pelo menos seria essa atenuante.

Eu gostaria de votar contra o projeto como um todo, mas o que está sendo submetido à votação é apenas as emendas da Câmara. Como eu acho que as emendas da Câmara agravam ainda mais o projeto, porque amplia inclusive a anistia para a eleição de 1996. Voto contra as emendas da Câmara, até porque se continuar o processo de anistias, e anistias e anistias, nunca vamos nos dispor a corrigir o mal pela origem, que é a lei. Já que anistaremos depois as multas, não vamos nos debruçar sobre as questões levantadas pelo Senador Roberto Freire. Acredito que a existência da multa poderia até servir como um incentivo para que o Congresso se dispusesse a resolver o pecado na origem, que é a existência da lei.

Portanto, voto contra as emendas da Câmara, já que não posso votar contra o projeto como um todo,



visto ter sido aprovado no Senado em primeira instância.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Agnelo Alves para discutir.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, talvez eu seja o único que tenha pago multa em uma circunstância que citarei apenas como depoimento.

Sou jornalista profissional, com coluna diária assinada. Antes mesmo da campanha, teorizando como deveria se comportar um prefeito, eu terminava, concluindo: “Por isso quero ser prefeito do município tal”. Fui multado.

Antes da campanha, antes de ser ou não candidato, disse que queria sê-lo. Agora, pode-se fazer a melhor lei do mundo. Em toda lei cabe um advogado de um lado e um do outro. Quem decide é um juiz e cada juiz é uma cabeça, sendo cada cabeça uma sentença. Realmente, essa lei que se apresenta é abrangente para punir.

A sugestão do Senador Roberto Freire é perfeita. Devemo-nos reunir para fazer o melhor para a cidadania. Agora, fiquem certos de que, passada a eleição, voltará a anistia, porque, de uma forma ou de outra, um juiz ou outro decidirá punir por isso ou por aquilo.

Por essa razão, meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para discutir a matéria.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pretendia não intervir no debate, mas o Senador Roberto Freire, quando fez algumas considerações, terminou me estimulando também a expressar um pouco a minha visão sobre esse assunto, até porque tive uma experiência muito rica e extremamente penosa quando fui Relator da Lei Eleitoral.

Não encontramos aqui dois Senadores que pensem da mesma forma sobre esse assunto; é impossível. E, na verdade, penso que os nossos problemas são, em parte, criados por nós mesmos. Por quê? Havia colegas aqui que consideravam a lei pouco rigorosa e que gostariam de impor restrições ainda maiores. O Senador Valadares, por exemplo, foi um dos que lutou muito contra o forró, contra a banda no comércio, mesmo que fosse paga pela iniciativa privada.

Cada um tem um trauma e uma experiência e quer pôr tudo na lei. O resultado é que, às vezes, ela é tão rigorosa que se torna inaplicável, inclusive por esses problemas da Justiça Eleitoral demonstrados pelo

Senador Roberto Freire. Observem que estou citando o Senador Roberto Freire porque S. Ex<sup>a</sup> fez uma indagação de ordem conceitual, que não se refere especificamente ao projeto: questão de rádio e televisão.

Quantas e quantas vezes ouvimos denúncias, verdadeiras inclusive, reiteradas, de que candidatos eram privilegiados em emissoras de rádio e televisão, utilizando espaços nobres, fazendo as suas propagandas, denunciando, acusando, ocupando espaços de grande audiência, fosse em pequenos Municípios, no Estado todo ou até no País. E o que surge? Surge a idéia de se estabelecerem vedações sob o pretexto de impedir que um candidato tenha vantagens sobre outros por dispor – em virtude de suas relações, de seus recursos ou do fato de ser proprietário de meios de comunicação – da possibilidade de divulgar o seu nome e as suas idéias, combatendo o seu concorrente mediante a utilização de um espaço bem maior. Então, aplicam-se essas multas – cujos valores, mencionados pelo Senador Iris Rezende, deixaram-me estarecido. Este é outro problema: multas incompatíveis com a capacidade econômica do multado. Não conheço a vida de todos, mas imagino que sejam poucos os Senadores que dispõem de grandes recursos. Não há como realizar o pagamento, em razão da falta de capacidade econômica. Sempre se poderá dizer que são multas que decorrem de infração cometida pelo candidato. É impossível saber se o candidato merecia ou não a imposição da referida sanção. Creio que, numa ou noutra circunstância, poderá haver juiz faccioso ou alguém que, por alguma razão, multe o candidato, estabelecendo valores impossíveis de serem pagos. Esse procedimento é diferente – embora não em todos os casos – de multas de veículos de comunicação. Sabemos que, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do País – e creio que no Centro-Oeste –, também existem pequenas emissoras de rádios, em pequenos Municípios do interior, sem capacidade econômica alguma.

Então, temos um velho dilema: estabelecer restrições, impor multas e realizar controles. Por fim, a situação torna-se quase insustentável e inviável. Desse modo, à medida que avançarmos na cidadania e na democracia, com uma espécie de autocontrole, dispondo a sociedade de maior capacidade de percepção das forças – de economia, de imprensa, além de outras – que atuam no processo eleitoral, seremos capazes de fazer distinções.

De fato, essa lei tem dispositivos que tornam extremamente difícil a realização de campanhas eleitorais. O Senador José Eduardo Dutra mencionou um aspecto muito interessante: pela primeira vez, nos úl-

timos anos, há no Brasil uma lei que não se destina à eleição seguinte, mas se pretende permanente, tendo sido estabelecida para eleições municipais, estaduais e federais. Possivelmente, as eleições para Presidente da República, Governadores Estaduais e membros das Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional serão certamente muito disputadas. Essas questões surgirão novamente nas eleições municipais do Ano 2000, sendo agravadas pelo fato de que haverá reeleição. Há, então, o problema cultural, ou seja, estamos habituados a uma escalada crescente de restrições eleitorais pelo menos formais – caso não ocorram na prática. Trata-se de casos de inelegibilidade em virtude de parentesco, de ocupação de rádio e de televisão e de exercício de cargos. De repente, num corte abrupto, instituiu-se a reeleição e praticamente tudo tornou-se possível. Evidentemente, isso causa um trauma cultural em nossas tradições e costumes, contribuindo para agravar o processo que hoje vemos.

Portanto, creio que o projeto originário do Senado pode não ser o ideal, sendo passível de críticas. Mas, de alguma forma, era menos abrangente do que esse que veio da Câmara. A minha tendência realmente é manter o projeto como saiu do Senado. Pelo menos é a primeira impressão que tenho. Mas, de qualquer forma, queria fazer esse depoimento, esse comentário, mostrando que essas contradições estão no bojo da Lei e do processo. Primeiro, restrições excessivas draconianas e, segundo, multas incompatíveis com a capacidade econômica do multado. “Prenda-me porque não tenho como pagar”. Aqui há muitos juristas, mas penso que existe até uma figura do Direito que fala nisto: “Posso impor uma multa, mas, como o cidadão não tem como pagar, ela é inútil pelo menos”.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Ele não pode ser preso.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ele não pode ser preso.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Ele não pode ser preso, mas, realmente, seria a única forma de resolver a questão para alguns.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – É isso, então, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não há mais Senadores inscritos.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Esclareço que estão em votação as emendas da Câmara de nºs 1 e 3. Votos a favor do Relator mantêm as emendas, e contra o Relator as eliminam.

Está, portanto, em votação o parecer do Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Votos contrários dos Senadores Roberto Freire, Carlos Wilson, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra e Lúcio Alcântara.

Está aprovado o voto do Relator. Absteve-se o Senador Ramez Tebet.

Aprovado, pois, o parecer do Relator, com a anexação ou inclusão das emendas.

Item 4:

Projeto de Lei do Senado, de caráter terminativo e, conseqüentemente, votação nominal, que proíbe a criação, reprodução, importação e comércio de cães da raça pitbull.

Autor: Senador Leomar Quintanilha

Relator: Senador Ramez Tebet.

Encontram-se ambos presentes no plenário. O Relator, Senador Ramez Tebet, oferece parecer pela aprovação, na forma do substitutivo. Com a palavra o Relator.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, coube-me relatar Projeto de Lei de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que, em síntese, propõe praticamente a eliminação de cães da raça pit bull. O Projeto do Senador Leomar Quintanilha, em suma, proíbe, em todo o Brasil, a criação, reprodução, importação e comércio de cães pit bull, puros ou mestiços. Obriga que tais cães existentes no País sejam castrados em 90 dias. Obriga o registro dos pitbull perante órgão público e a emissão de certificados, identificando o proprietário e o possuidor, o cão e sua origem, e registrando a castração; obriga o uso de guia e focinheira, quando de circulação pública. Proíbe a realização de luta entre os cães referidos. Determina a apreensão e sacrifício de cães encontrados em desacordo com os dispositivos da Lei. Define como contravenção penal com respectiva pena qualquer conduta qualquer conduta contra os dispositivos legais.

Esse é o relatório.

**PARECER:**

Não apenas no Brasil, mas também na América do Norte e na Europa Ocidental, as ocorrências violentas contra as pessoas, perpetradas por cães de índole ou treinamento violentos, especialmente os pit bull, vêm causando comoção, exigindo providências saneadoras do Poder Público.



No Brasil, assiste-se a uma série e ampla tentativa de conter o problema ou pelo menos de oferecer soluções legislativas que permitam o seu enfrentamento. É nessa linha de proposição que está agora sob exame a questão. Formalmente, o tema se insere entre aqueles que permitem que sua análise seja feita pelos membros do Congresso Nacional, por meio de lei ordinária.

No mérito, contudo, cremos não ser a solução do projeto a melhor para a delicada questão dos cães de ataque. Paralelamente, há que se perceber a necessidade de imposição, na lei, de uma carga normativa dotada de suficiente conteúdo de abstração e generalidade. Não nos parece adequado elaborar uma lei dirigida singularmente aos pit bull terrier, se é comprovadamente plausível o ataque de animais de outras raças e até de cães mestiços. Como se pretende colocar o ser humano a salvo de ataques graves e até letais de cães perigosos, cumpre ampliar o universo de tratamento da norma jurídica, de forma a alcançar tantos cães e tantas raças quanto se mostrem perigosos às pessoas. Além disso, a redação do art. 7.º pune como contravenção penal e sujeita à pena de prisão simples, de três meses a um ano, ou multa de três a dez salários mínimos, todas as condutas contrárias à proposição, que diz o seguinte: criar, importar e comercializar cães da raça pit bull, castrá-los em noventa dias, registrá-los perante órgão público, promover o registro no prazo de noventa dias, circular com o cão portando guia e focinheira.

O exame das condutas revela diversos níveis de gravidade de lesão à norma legal, o que impõe necessariamente se reconheça a impossibilidade de imputar a todas elas, indistintamente, uma mesma pena em tese. Todos os princípios que regem a elaboração da norma penal propugnam pela sua máxima especificidade, pela proporcionalidade do apenamento, mesmo em tese, e pela precisão conceitual da conduta lesiva. Cremos que a generalidade da punição do art. 7º do projeto afasta-se desses regramentos.

No mérito, finalmente, entendemos não ser o melhor caminho a atitude do Estado contra o cão. Inúmeros profissionais em adestramento têm-se manifestado pela imprensa para dizer que o pit bull é um cão que, inclusive, aceita bem o treinamento para companhia e guarda. A sensação de que não está no cão a culpa é reforçada pelas notícias que nos chegam, dando conta de que jovens de determinado perfil social estão empenhados em treinar esses cães para a briga, para a agressão às pessoas, como uma demonstração de força e violência tanto do cão quanto do seu condutor. Nessa linha de raciocínio e retor-

nando à matéria de fundo da proposição, há que se perceber que a finalidade primeira da atuação do Legislativo nesse tema é, ao fim e ao cabo, pôr termo às agressões dos cães perigosos às pessoas ao seu alcance. Ora, colocar uma pessoa ao alcance de um cão treinado pelo dono para atacar não é arbítrio do animal, senão do próprio condutor do animal. Treiná-lo para o ataque gratuito também é conduta imputável ao dono ou adestrador. Permitir que o cão, livre de guias e focinheiras, alcance uma pessoa e a ataque, levando-a à morte, também é situação de fato criada pelo dono ou condutor. Onde, então, o verdadeiro pólo do dolo ou da culpa? No cão, ou no seu dono, adestrador, ou condutor?

Assim, e por isso, mantido o tema central da proposição em foco e buscando o seu melhor tratamento normativo, somos pela aprovação nesta Comissão do substitutivo que a seguir apresentamos, em que o objeto da norma penal é o verdadeiro responsável pela atividade lesiva do animal: o seu proprietário, o seu condutor, o seu adestrador.

Por isso, apresento um substitutivo, que, em seu art. 1º, refere-se à criação, à manutenção e ao comércio de cães de raças perigosas, e incluir aí só o pit bull eu acho que seria uma injustiça. Melhor dizendo, uma discriminação, segundo o Senador Roberto Freire, que me socorre bem. De acordo com o meu substitutivo, deixamos a definição de raças caninas perigosas a cargo do Poder Executivo, mas eu crio no art. 2º algumas normas que nortearão como a criação desses cães deve efetivar-se fazendo com que passem por um adestramento adequado levado a cabo por um profissional habilitado. Também da existência de obstáculos físicos adequados à contenção do animal no recinto ou local vigiado ou no local da criação, de um laudo periódico de sanidade mental do cão assinado por médico veterinário, de vacinação periódica contra doenças típicas.

No art. 3º estabelecemos a maneira como devem ser mantidos os cães. A manutenção deles vai depender de seu registro em órgão competente, do qual conste o nome do proprietário, a raça do cão, o certificado de regularidade de vacina, o laudo de adestramento.

O § 1º estabelece que a ocorrência de fuga do animal de condução por via ou local público, em desconformidade com esta lei, de condução por menor de dezoito anos ou de agressão a terceiros acarreta a retenção do animal.

A liberação do animal retido depende do pagamento de multa fixada por ato executivo em trinta dias, a contar da publicação desta lei, e a cujo valor



serão acrescidas as despesas realizadas com a contenção do animal em depósito e com a elaboração de nota de ocorrência do incidente em nome do proprietário ou responsável e assim por diante.

O § 3º desse art. 3º diz que o proprietário, o possuidor, o responsável e o condutor são solidariamente responsáveis, civil e criminalmente, por prejuízo, lesão corporal ou morte que resulte da conduta do animal.

O art. 4º proíbe que menor de dezoito anos conduza esses cães por via pública ou em local de grande frequência pública e assim por diante.

Em suma, procuro, em meu substitutivo, Srs. Senadores, punir o ser humano, aquele que é o responsável pela criação, pela manutenção do animal. Pareceu-me que o projeto do Senador Leomar Quintanilha, que tem todo o mérito e levantou muito bem o problema, sacrifica o animal e estabelece pena muito leve para o proprietário do cão.

Ora, não existe somente a raça pit bull. Li um artigo em um grande jornal do País em que se dizia que é só pegar um cachorrinho, colocá-lo dentro de um saco, deixá-lo em um recinto fechado, não dar-lhe água, não dar-lhe pão e não permitir que ele veja o dia, de modo a que não distinga o dia da noite. Depois, solta-se esse animal faminto, coloca-se um pouco de água perto dele e, na hora em que ele vai beber, puxa-se; coloca-se um prato de comida e, na hora em que vai se alimentar, puxa-se também. Pergunto? Esse animal, embora de uma raça dócil, sem dúvida alguma, vai se tornar um animal violento. Entendo que tudo depende do ser humano.

Lembro de uma grande passagem, que por certo é do conhecimento dos Srs. Senadores, pois ficou muito famosa.

Em períodos difíceis da vida nacional, o príncipe dos advogados, Sobral Pinto, defendendo criminosos políticos – o Senador Bernardo Cabral talvez possa dar um testemunho melhor do que o meu – como Luiz Carlos Prestes, foi ao Supremo Tribunal Federal e pediu a seus Ministros que aplicassem a seu cliente a lei de proteção aos animais, porque ele estava sendo tratado pior do que os animais. Isto significa que temos tradição na proteção de seres irracionais também. Isso, para não falar no que disse o poeta. O cão é um animal tão a gosto nosso que sabemos que o poeta disse em uma ocasião em que, entre amigos ele encontrou cachorros e entre cachorros ele encontrou amigos. Se tivermos que eliminar todos os cães, vamos eliminar uma série de animais considerados ferozes. Mas estes têm que ter seu habitat. Os ho-

mens é que têm que ser disciplinados para cuidar dos animais.

Meu projeto pode conter erro de técnica legislativa; mas a intenção foi boa. O Senador Leomar Quintanilha me deu uma grande contribuição, permitindo que eu apresentasse esse substitutivo aqui. Tive oportunidade de conversar com S. Exª há muito tempo no plenário.

É esse, Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer, portanto, conclui pela aprovação, na forma do substitutivo que oferece.

Estão inscritos para discutir os Senadores Agnelo Alves e Roberto Requião.

Passo a palavra a Senador Agnelo Alves. Falarão, em seguida, os Senadores Roberto Requião, Leomar Quintanilha e Antonio Carlos Valadares.

Se o Senador Agnelo Alves ceder, passarei a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, autor do projeto.

**O SR. AGNELO ALVES** – Pois não.

**O SR. PRESIDNETE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente conversei com o nobre Senador Ramez Tebet a respeito da análise que S. Exª fez sobre a proposta que apresentei com relação à raça pit bull. Reconheço que a minha proposição foi relativamente açodada ao contemplar apenas a raça pit bull quando, com as mesmas características, já existem várias raças sendo desenvolvidas e criadas no Brasil.

Entendo que a preocupação do nobre Senador em aprimorar o projeto que apresentei para discussão nesta Casa há de merecer a avaliação e a crítica dos nobres Pares, notadamente quando S. Exª, de forma muito inteligente e apropriada, resolve recrudescer a minha proposta de punir o dono do cão. Na verdade, meu projeto também contempla a punição dos criadores de raças consideradas ferozes, e entendo que o nobre Senador Ramez Tebet aprimora-o nesse sentido.

No entanto, gostaria de comentar a respeito do que consideramos raças ferozes e sobre a possibilidade da sua convivência na sociedade.

Eu iniciaria, Sr. Presidente, lendo a manifestação de um leitor do Correio Braziliense, que não sei se é técnico da área, mas abordou com muita propriedade a análise da raça pit bull. É muito curta sua ma-

nifestação, e eu gostaria que o Presidente e o Plenário estivessem atentos a ela:

“A raça pit bull (pequeno touro) foi criada artificialmente, através de processos de retrocruzamento de cães selecionados que demonstravam uma especial ferocidade, resistência à dor, agressividade e conformação óssea robusta. Portanto, não se pode esperar dessa raça, que foi, assim, selecionada geneticamente, docilidade, obediência, carinho e convenção. Os pit bull foram criados como arma biológica inteligente. Atacam sob comando ou, o que é pior, quando julgam que estão sob ameaça, ou quando eles mesmos julgam, dentro de seu próprio juízo de valor ou dentro de sua racionalidade ou lógica canina, que estão diante de um alvo ou de uma presa. Deixar que um cão que foi concebido para o ataque e para lutar até a morte, sem medo algum, continue a ser procriado em nome da natureza merece uma análise psiquiátrica dos processos mentais dos proprietários e criadores dessas espécies.”

Eu gostaria de comentar, aduzindo, que o nobre Senador Luiz Estevão apresentou um projeto onde...define como cães perigosos os das raças rottweiler, fila, mastim, dobermann e pit bull. E na mesma linha do Senador Ramez Tebet, também propõe a punição apenas de seus criadores.

Notícias proliferam pela imprensa e nos dão conta da multiplicidade de ataques em que pessoas são vítimas dos chamados animais ferozes. Recentemente, tomou conta da imprensa o ataque de um desses cães de raça feroz, um rottweiler, a uma criança que foi salva por uma cadela vira-lata, conhecida como Catita. Outro fato ocorreu em Boituva (SP). Um cão de raça feroz criado para a guarda de um estabelecimento comercial que foi assaltado assustou-se com o movimento do assalto e, ao invés de reagir salvaguardando seus proprietários e agredindo os assaltantes, fez o contrário. Correu para os fundos da casa e agrediu uma criança, filho do proprietário do estabelecimento, que veio a falecer.

Sr. Presidente e Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tais animais são produtos geneticamente modificados, criados muitas vezes com o propósito de se tornar animais de rinha, de luta, de briga, reunindo características, a exemplo do que se faz hoje na pecuária, quando se busca o desenvolvimento para gerar uma maior produção de carne em menor tempo, de diversas raças que possam produzir um melhor animal com melhor carne. No caso do cão feroz, reunindo características de raças, de ferocidade, de robustez, de resistência à dor. Enfim, busca-se transformar um animal selvagem em animal doméstico. Essa é a

grande preocupação que nos levou a apresentar o projeto de não permitir que continuemos adotando posições paliativas, mas sim uma decisão firme. A Inglaterra, por exemplo, decidiu não permitir a criação da raça pit bull em seu território.

Fico a imaginar: o leão é um animal que pode ser domesticado. Podemos ver nos circos leões dóceis, com treinadores que enfiam a cabeça dentro de suas bocas. Mas será possível que por esse motivo o leão poderá ser criado de forma comum, como são criados os cachorros entre as pessoas? Possivelmente não. O animal feroz, o animal selvagem, possui instinto feroz e selvagem. E a agressão que parte dele é em função de seu instinto, que extrapola possivelmente o período e a condição de treinamento. Essa docilidade é temporária e ninguém sabe quando é que o cão vai reagir. E, muitas vezes, reage contra seu próprio dono.

Por essa razão, a revista Veja traz, de forma até mesmo assustadora, a informação de que muitas raças estão sendo desenvolvidas com esse mesmo propósito. Enquanto se discute a proibição do pit bull, pelo menos quatro raças já disputam no mercado brasileiro o título de fera do século XXI. Duas são de linhagens conhecidas no exterior. O italiano cani corsu e o dogue argentino. O cani corsu, trazido para o Brasil pelo apresentador Fausto Silva, tem o temperamento e a força do rottweiler, com a vantagem de ser mais resistente a doenças. Em breve, será o substituto do rottweiler e do pit bull. Outros dois animais são aparentemente mais perigosos. Um deles, o dogue brasileiro tem temperamento imprevisível, Sr. Presidente. O outro, o uruguaio cimarrón, vivia em estado selvagem nos pampas gaúchos e sua domesticação tem poucas décadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço ao Senador Leomar Quintanilha que abrevie sua exposição, tendo em vista que a pauta consta de 16 itens e creio que muitos Senadores desejam manifestar-se sobre a matéria. V. Ex<sup>a</sup> já teve oportunidade de circunstanciar bastante seu ponto de vista.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Entendo que as informações sejam importantes para a formação de juízo das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores. A imprensa tem divulgado a larga o quão perigoso é manter raças desse tipo, que são geneticamente modificados para serem resistentes a dor, animais de rinha selvagem, para serem criados no meio de cidadãos que não têm absolutamente nada a ver com essa situação.



Vejam que a arma – o revólver, a espingarda – está sendo retirada, por decisão nossa, do cidadão brasileiro. Nós o estamos desarmando, porque a arma é perigosa. E ela sozinha não faz nada; é preciso que haja um instinto atrás dela. Mas cães criados dessa forma têm um instinto natural.

Portanto, creio que a posição do Senador Ramez Tebet é importante, quando prevê o aumento da pena e punição de quem cria. Mas, se permitirmos a procriação de animais que põem em risco a vida das pessoas, a solução seria paliativa. É importante adotarmos uma solução definitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir, tem a palavra o Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fico imaginando o que deveríamos fazer com os bandidos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Fazendo soar a campainha) – Peço a atenção do Plenário.

**O SR. AGNELO ALVES** – Fico imaginando, Sr. Presidente, o que devíamos fazer com os bandidos, que matam para estuprar e para roubar e que estão soltos, livres. E estão aí os juízes de defesa de direitos humanos e os exames psiquiátricos!

Voto de acordo com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Requião, para discutir a matéria.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o esforço do Senador Ramez Tebet foi profícuo. Mas, pessoalmente, não acredito muito nessa história de raça de ataque. Tudo isso diz respeito ao treinamento do cachorro. O cachorro instintivamente defende seu território.

Um exemplo: permitimos na legislação o treinamento do cão de guarda, mas não permitimos o treinamento do cão de ataque. Um cão de guarda é um cão de ataque. Ele vai ter uma resposta violenta quando o espaço onde ele está sendo criado, que é o espaço de uma propriedade urbana ou rural, for invadido. Não acredito na vocação especial do pit bull para o ataque. Estatisticamente, os cachorros que têm provocado mortes não são exatamente os pit bull; eles caíram na moda e na mídia.

Em determinado momento da década passada, houve uma incidência brutal de mortes provocadas por cachorros são bernardo na Europa e nos Estados Unidos. Por que isso acontecia? Porque estavam treinando o são bernardo como um cão de guarda e de ataque. Ocorre que ele é grande demais. Se treinarmos um cachorro de um quilo ou um quilo e meio, ele

vai morder o calcanhar de alguém. Se um são bernardo ataca, com seu porte, é evidente que as consequências são mais drásticas.

O projeto do Senador Ramez Tebet, como ele mesmo disse, pode ter – e tem – algumas imperfeições, mas acaba com essa condenação, que acho absurda, de uma raça de cachorro.

O pit bull será um cachorro perigoso quando for treinado pelo bicho homem para ser um cachorro perigoso. De outra forma, todos os cachorros que estiverem dentro de uma residência estarão cumprindo seu destino instintivo, que é o de preservar o território que consideram seu. Isso eles fazem em liberdade ou dentro de uma casa.

O problema todo resume-se ao porte do animal – o cachorro grande será sempre perigoso – e ao treinamento. Por exemplo, há soldados treinados para matar e agredir e que não são de uma espécie genética diferente das pessoas que vão para os conventos dedicar-se às relações humanas, à beneficência, à caridade.

Esta questão não pode ser abordada de uma maneira concreta, definitiva e inteligente. Mas a preocupação do Senador Leomar Quintanilha é legítima e deveria prever a punição de quem utiliza os animais de ataque, de briga. O projeto do Senador Ramez Tebet tem essa qualidade, no entanto mistura treinamento de guarda com treinamento de ataque ou pretende separar esses treinamentos, o que é rigorosamente a mesma coisa. Jamais alguém terá um cachorro de porte em casa se não for um cachorro para defesa da propriedade. Os pequenos cachorros, os fraldiqueiros, são os cachorros de madame. A solução definitiva seria talvez um tratamento psicoterápico para convencer um cachorro de que ele é um gato e que, ao invés de latir, ele passasse a ronronar.

Abstenho-me da votação deste projeto. A discussão foi interessante. Os dados levantados pelo Senador Leomar Quintanilha impressionaram-me. Mas o projeto, seguramente, não me convence.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para discutir.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, esta Comissão está discutindo um assunto já aprovado, de acordo com o substitutivo que apresentamos nesta Casa, que foi amplamente discutido e que contempla, em linhas gerais, o substitutivo do nobre Senador Ramez Tebet.

Antes de pedir a prejudicialidade, considero fundamental fazer uma distinção entre as proposições em discussão neste momento – a proposta do Sena-



dor Leomar Quintanilha e o substitutivo do Senador Ramez Tebet –, haja vista que, a meu ver, as duas colidem.

A proposta de iniciativa do Senador Ramez Tebet diferencia-se da nossa já foi aprovada substancialmente quando S. Ex<sup>a</sup> incluiu punições na legislação aos infratores, àqueles que contribuírem direta ou indiretamente para a ocorrência de um dano ou crime a qualquer pessoa. Já a proposição aprovada por esta Comissão remete às legislações penal e civil a criminalidade praticada e o dano ocorrido. Isto é, de acordo com nossa proposição, que já foi objeto de deliberação desta Comissão, ao juiz caberá definir se ocorreu e qual o crime praticado e qual o dano sofrido pela vítima. Ora, se o animal cometeu o crime em face da omissão do seu proprietário, ele estará incurso, então, no art. 1.527 do Código Civil, que estabelece:

Art.1.527. O dono ou detentor do animal ressarcirá o dano por este causado se não provar:

I – que guardava e vigiava com cuidado preciso;

II – que o animal foi provocado por outro;

III – que houve imprudência do ofendido;

IV – que o fato resultou de caso fortuito ou de força maior.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o dono do animal tem a obrigação de guardá-lo, naturalmente, de acordo com as prescrições legais. Se ele é um animal perigoso, a legislação já aprovada por esta Casa estabelece determinadas obrigações que, se não forem cumpridas, o proprietário naturalmente ficará sujeito aos ditames da lei. O cão, de qualquer raça — está no art. 6º já aprovado —, que for considerado perigoso na avaliação comportamental estará sujeito às seguintes medidas:

a) obrigatoriedade de realização de adestramento adequado;

b) condução em locais públicos ou em veículos, obrigatoriamente com autorização de equipamento de contenção, como guias curtas, coleiras com enforcador, caixas especiais para transporte e uso de tranquilizantes quando recomendado por veterinário;

c) guarda em condições adequadas à contenção do animal, sob estrita vigilância do responsável, de modo a tornar impossível a evasão;

d) identificação eletrônica individual e definitiva;

e) o cão será registrado no Ministério da Agricultura, que é o órgão competente para definir quais são as raças perigosas e as dóceis.

Sr. Presidente, ainda há um artigo que diz: "O criador, proprietário ou responsável pela guarda do animal, responde civil e penalmente pelos danos físicos e materiais decorrentes de agressão a qualquer pessoa." Onde buscaremos a punição do culpado? Na legislação civil e na penal, onde se encontram os artigos definidores da penalidade prevista: os arts. 129, 121 e 132, do Código Penal, e, no caso da legislação civil, o art. 1.527, de que já falei. Não é preciso, então, subtrair a capacidade ou a qualidade de um juiz saber se um proprietário cometeu ou não um crime ou um dano, por meio do legislador.

De forma que, quanto ao projeto do Senador Leomar Quintanilha, acreditamos que a matança do pit bull contraria os sentimentos, a meu ver, do povo brasileiro.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** – O projeto prevê a esterilização, a castração; a matança, não.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Mas o nosso e o do Senador Ramez Tebet prevê...

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** – Mas V. Ex<sup>a</sup> falou em matança, e não abordei isso.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Desculpe-me, prevê a castração. Mas a castração é para evitar a criação. Nosso projeto, já aprovado, prevê que, havendo parecer pela impossibilidade de manutenção do animal no convívio social, sem risco para outras pessoas, o veterinário poderá emitir parecer, recomendando o sacrifício do cão agressor. O dono pode recorrer à Justiça. Quer dizer, a criação é livre, mas dentro de determinados limites. O proprietário também tem o direito de se defender, se cometeu uma ação criminal ou dano a um cidadão, ou, no caso de um determinado veterinário aconselhar a matança ou o sacrifício do cão agressor, ele poderá recorrer ao Juizado Especial Cível.

De modo, Sr. Presidente, que eu não gostaria de promover maior discussão sobre esse assunto, uma vez que já foi objeto de discussão ampla em outras oportunidades, inclusive quando da tramitação do Projeto de Lei nº 73, de que fui Relator e para o qual terminei apresentando substitutivo, que foi aprovado sem maiores restrições.

Então, Sr. Presidente, de acordo com o art. 334 do nosso Regimento combinado com o art. 92 do mesmo Regimento, eu gostaria de requerer a prejudicialidade da matéria ora em discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> solicita, portanto, a apreciação do requerimento de prejudicialidade?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Exato. Notadamente porque o substitutivo do Sena-

dor Ramez Tebet, com algumas poucas diferenças, contempla todas as situações do substitutivo aprovado na Comissão em fase terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Quero esclarecer ao Plenário que essa discussão ocorreu num momento anterior.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Se ninguém recorreu, já deve estar na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Peço a atenção do Plenário. A matéria a que se refere o Senador Antonio Carlos Valadares...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – O assessor aqui está me informando, Sr. Presidente... V. Ex<sup>a</sup> me concede a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estou com a palavra. Em seguida, concedo a V. Ex<sup>a</sup>.

Essa matéria já foi apreciada anteriormente; o Relator Ramez Tebet, a quem solicitou apensamento ou tramitação conjunta dos dois projetos, não concordou, manifestou opinião de apresentar o parecer que apresentou na forma de substitutivo, e o Plenário já apreciou um projeto e vai apreciar outro projeto ou requerimento de prejudicialidade. Agora, ambos os projetos, se aprovados, vão ao Senado e vão à Câmara dos Deputados e haverá instância, portanto, no momento oportuno, para que, na Câmara ou no Senado, se faça o apensamento dos dois projetos. Mas aqui, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Ramez Tebet manifestou a firme disposição de resguardar o seu parecer e manter o substitutivo que está em discussão.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não obstante a competência e a manifestação que V. Ex<sup>a</sup> aludiu do Senador Ramez Tebet, para a tramitação conjunta, primeiramente, deve haver um requerimento de algum Senador e segundo, a decisão é do Plenário, aceite ou não o Senador Ramez Tebet a correlação que justifique a tramitação conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Que valerá para o requerimento que o Senador Antonio Carlos Valadares apresenta nesse momento.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Mas percebi que há um outro projeto, de autoria do Senador Luiz Estevão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Já foi apreciado e aprovado.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Então, tenho a impressão de que a única solução do que ainda encontra no Senado é a tramitação conjunta ou a declaração de prejudicialidade, se o projeto do Senador Antonio Carlos Valadares realmente tratava dessa matéria. Não conheço o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Penso que é importante ouvir o Senador Ramez Tebet e, em seguida, o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O Senador Ramez Tebet realmente fez um trabalho minucioso, estudou o assunto e pode trazer uma luz, nessa discussão, de ordem processual.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Eu gostaria de que seja esclarecido se o projeto do Senador Luiz Estevão, salvo engano, foi relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, se já foi para a Câmara dos Deputados ou ainda se encontra no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Já foi remetida à Mesa.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Quero informar e não me deixam informar.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Quero saber se alguém tem essa informação, onde está esse projeto.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Não me deixaram informar. Se me permitirem informar, informo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para o esclarecimento. Com muito prazer, ouviremos V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – V. Ex<sup>a</sup> teria economizado, desculpe-me, muito tempo, porque eu teria dito que esta matéria está na Câmara dos Deputados desde o dia 17.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Feito o esclarecimento, consulto o Senador Ramez Tebet se deseja fazer algum esclarecimento a respeito da matéria.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sim, Excelência. Eu não apresentei requerimento nenhum pedindo o apensamento, mas manifestei, penso que de maneira imprópria, visto que o fiz à Secretaria da Casa, o meu inconformismo com o fato de estarmos aqui com duas matérias absolutamente idênticas, parecendo-me que o projeto do Senador Leomar Quintanilha havia



entrado na frente, e ter sido colocado em votação um outro projeto. Por isso que fiz. Agora, tenho visto esse meu projeto aqui na pauta. Penso que é uma matéria de muita importância.

Não tenho nenhuma vaidade, Sr. Presidente, apenas vi que houve uma preterição de cláusula regimental, mas manifestei em momento impróprio. Não manifestei isso aqui na Comissão, não estava aqui. Temos de dizer as coisas como elas são.

Agora, penso que o requerimento da prejudicialidade está a destempo, porque permitiu que se discutisse o projeto, que tivesse havido declaração de voto, para depois entrar com o requerimento de prejudicialidade. Penso que é melhor aprovarmos ou não esse projeto, remetendo-o à Câmara, para que ela promova a juntada desse projeto, uma vez que ele está na Câmara.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Senador Ramez Tebet, se for o caso, V. Ex<sup>a</sup> poderia, então, retirar a matéria e solicitar a algum Deputado da bancada do seu Estado ou do seu Partido que dê entrada em matéria semelhante. Pode ser dada entrada na Câmara dos Deputados. Naturalmente, esse projeto será apensado ao anterior, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade...

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sendo pragmático, eu perguntaria: qual é o problema disso ser colocado em votação aqui? Vai para a Câmara e lá promovam a juntada.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Eu não gostaria de votar contra um projeto que V. Ex<sup>a</sup> estudou tanto. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> apresentou um projeto da maior utilidade. Só que...

**O SR. RAMEZ TEBET** – Faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que vote a favor e deixe que, na Câmara, eles promovam a juntada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu queria esclarecer ao Plenário um fato que é importante.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Eu não tenho vaidade nenhuma. Podem decidir do jeito que entenderem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não, não é do jeito que entenderem, mas da forma como o Regimento e a norma recomendam.

Pode-se votar a prejudicialidade de alguma matéria em discussão, quando a referência já é projeto de lei. No caso, o projeto está tramitando na Câmara, não é projeto de lei ainda. De modo que a prejudicialidade poderá ser votada, mas sem consequência prática. É uma prejudicialidade em relação a quê? A um outro projeto que está tramitando ainda, que não é lei ainda? Penso que o correto, a essa altura não houve

a pretensão de se excluir a prioridade de qualquer projeto, com o andamento dos fatos aqui, é votar essa matéria, aprovando-a ou rejeitando-a. É o que nos cabe fazer.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Eu vou fazer uma pergunta a V. Ex<sup>a</sup> Se, na Câmara, estiver tramitando um projeto sobre legislação eleitoral, não podemos apresentar outro aqui? Penso que podemos. Ninguém sabe o que vai haver lá na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Penso também que, se lá tem um projeto que passou por aqui e não foi, a tempo, anexado, tratando-se de matéria idêntica, o que temos de fazer é mandá-lo para lá, uma vez que não houve a juntada dos projetos. Eu não vejo que haja prejuízo nenhum na votação desta matéria.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, a rigor, essa matéria estaria prejudicada, porque o Senado deliberou sobre ela. Eu não conheço o teor do projeto. Eu estou raciocinando que ele tenha tratado de pit bulls, cães violentos. Estaria prejudicado. Não é lei, está na Câmara, mas o Senado já deliberou, já disse o que pensa sobre isso. Esta é a verdade.

Se a matéria estivesse tramitando na Câmara e fosse de iniciativa da Câmara ou do Poder Executivo, evidente que poderíamos deliberar aqui à vontade. Todavia, no caso, já houve uma decisão do Senado, certa ou errada, que agrada a uns e desagrade a outros sobre a matéria.

Creio – até porque vi que o Senador Ramez Tebet fez um trabalho metódico, no meu ponto-de-vista, situando o problema no seu devido lugar – que essa infração regimental não é daquelas que venha a comprometer o desenvolvimento dos nossos trabalhos e a seriedade com que se atua aqui. Também não vejo mal, se for o entendimento da Comissão, em deliberar e mandar o projeto adiante. Na Câmara, os dois vão se encontrar e a Câmara decidirá sobre como pensa que deve ser a questão dos cães de raça violenta.

A rigor, ela estaria prejudicada, mas não vejo mal, se a Comissão e o Plenário decidirem, que isso seja votado e encaminhado à Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador José Eduardo Dutra está com a palavra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, também entendo que o projeto está prejudicado. Agora, o Senador Ramez Tebet deu uma informação que merece até um alerta desta Comissão. Lem-



bro-me de que, quando o projeto anterior foi aprovado, estavam os dois projetos na pauta; o do Senado Luiz Estevão, relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, e o projeto do Senador Leomar Quintanilha, relatado pelo Senador Ramez Tebet.

Quando foi colocado em discussão o primeiro projeto, solicitei sobrestamento para que se pudessem apresentar um requerimento de tramitação conjunta. E o entendimento majoritário da Comissão era o de que devíamos votar aquele. Acabei sendo convencido. Não atentei para a informação que o Senador Ramez Tebet prestou aqui de que o do Senador Leomar Quintanilha era anterior.

Então, o Senador Leomar Quintanilha foi prejudicado, porque o normal seria a tramitação conjunta, e como o projeto do Senador Leomar Quintanilha é anterior, S. Ex<sup>a</sup> é que teria preferência. Então seria o segundo anexado ao primeiro. Isso não foi analisado na ocasião em que foi votado o projeto do Senador Luiz Estevão.

Com apenas essas informações, em função de todos esses aspectos, vou me abster tanto em relação à prejudicialidade como em relação ao projeto.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Não vamos criar caso, Excelência. Não vamos matar os cães..

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Houve um grande equívoco. O Projeto nº 73, de que fui relator, entrou primeiro. O outro é de número 113, de 1999. Enquanto este que relatei é de número 73, de 1999, o outro é nº 113, de 1999. Qual seria o primeiro? O primeiro é aquele cujo substitutivo foi aprovado.

Sr. Presidente, para não tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, que tem outras matérias para colocar em votação esta é importante, mas já a discutimos amplamente, o que diz o art. 334 do Regimento Interno sobre a prejudicialidade? Ele diz:

“O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicado matéria dependente de deliberação do Senado:

I – .....

II – em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.”

Quer dizer, já houve deliberação anterior, que discorreu e decidiu sobre essa matéria.

O art. 334 impede, mesmo que queiramos, a continuidade da discussão dessa matéria. Por isso eu não o retiro, apesar da consideração e do respeito que tenho pelo Senador Ramez Tebet, que é um modelo e padrão de Senador nesta Casa.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Com tantos adjetivo, vou retribuir a V. Ex<sup>a</sup>, fazendo a afirmativa que havia feito antes, que não se matem os cães, e continuemos, Sr. Presidente. Não vamos violar o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Freire, para se manifestar quanto a essa matéria, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, acompanhei a apreciação da matéria com muita atenção, até por uma questão muito pessoal: considero os cães os maiores amigos dos homens, mas eles não me consideram um amigo. Então, tenho uma incompatibilidade total.

Feita essa ressalva, repito que acompanhei com atenção tudo aqui que significa restrição à existência de um animal feroz como esse, que tem causado, inclusive, traumas à sociedade brasileira.

Vejam o que uma besta humana faz. Ninguém criou, educou e nem imaginou que se deveria educar uma pessoa para o cometimento de crimes, mas a raça humana comete crimes horríveis. Esses cães ferozes são criados e existem para isso. Evidentemente, é preciso haver uma regulamentação clara que evite acidentes como os que ocorrem em virtude da existência de cães perigosos, ferozes, criados inclusive geneticamente, para esse tipo de atitude. Não é questão nem de reflexo condicionado, já que se estava falando de Pavlov. É a criação de uma raça geneticamente modificada para ser feroz. Sou a favor dos transgênicos, da modificação genética, da engenharia genética e do conhecimento humano, no sentido do seu avanço, porque isso avança. Neste caso aqui, significa retrocesso. A energia nuclear pode tanto curar como provocar o holocausto.

Quero apenas dizer que, para entrar nessa discussão, é importante que a sociedade esteja esperando que se decida qual dos dois substitutivos, e não conheço o do Senador Antonio Carlos Valadares, mas, pelo que vi, é quase a manutenção do que existe em relação a qualquer animal, podendo acontecer acidente a qualquer animal, mesmo não sendo feroz. Estão no Código de Processo as formas de indenização para os danos cometidos.

Aqui não; trata-se diretamente de algo contra a criação de cães ferozes. Portanto, esse aqui tem um objetivo bem específico, muito concreto. Queria saber se há distinções no tratamento da matéria, porque gostaria de ficar com o que for mais severo e restritivo, aquele que imputar efetivamente a responsabilidade penal para quem detém a guarda e o adestramento de cães como esses.

Quero que fique bem claro que gostaria de votar aquele que impuser maiores restrições. Não quero o sacrifício dos cães, pois não posso transportar a cultura vietnamita para o Brasil, em que se criam cães para comê-los com seis meses, porque se poderia estar discutindo a culinária.

Assim, Sr. Presidente, gostaria de saber qual a distinção em termos de tratamento, inclusive penal, que me parece ser distinto, e solicitaria que esse substitutivo pudesse talvez ser aquilo que o diferencie, aquilo que talvez restrinja mais, limite, porque é o sentido específico que ele detém em relação ao outro – um pouco mais geral. É nesse sentido que gostaria de votar, mas quis apenas talvez fazer uma colocação, porque acompanhei com muita atenção.

Pode ser uma questão menor, ou até fruto da minha angústia e do meu pânico com relação a esse que não é meu amigo. Isso é incrível. Não é que não quisesse ser, mas me parece que há uma incompatibilidade. E como há incompatibilidade entre cães ferozes e, inclusive, crianças, ou aqueles que, inadvertidamente, podem passar em uma casa que detenha a guarda desse animal. O pior é que alguns, além da guarda desses cães, eletrificam muros ou fazem qualquer outro tipo de coisa.

No momento em que se discute a violência da sociedade, em que se quer discutir a questão do porte de armas ou até a proibição de propriedade de armas, à qual sou favorável, evidentemente, não se pode permitir a posse de cães ferozes, sem nenhuma regulamentação rígida, restritiva e limitada, como é a que encontro no substitutivo do Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Gostaria de esclarecer ao Plenário, para que possa deliberar corretamente, o histórico da tramitação dos dois projetos.

Chegaram a esta Comissão, praticamente juntos, dois projetos – claro que um foi anterior ao outro. Os de n.ºs 73 e 113. Ambos Projetos de Lei do Senado, que entraram em discussão mais ou menos concomitantemente. Estabeleceu-se uma discussão em torno da coincidência da discussão, tendo em vista que a matéria era correlata.

O Senador Ramez Tebet chegou a apresentar o Requerimento, de n.º 611, de 1999, solicitando a tramitação conjunta. A Comissão deliberou que havia nuances diferentes entre os dois projetos. O fato é que eles foram apreciados em separado e em oportunidades diversas.

O Senador Roberto Freire, com muita clareza, coloca um fato importante para a deliberação do Plenário. Este se vê diante da situação de se definir pela prejudicialidade, desconhecendo o projeto do Senador Leomar Quintanilha, que foi objeto de laboriosa pesquisa por parte do Senador Ramez Tebet, ou pela aprovação deste projeto com a sua conseqüente remessa ao Plenário do Senado para que a Câmara dos Deputados decida se as matérias vão tramitar em conjunto.

O Senador Roberto Freire propõe que se faça um cotejo entre os objetivos de um e de outro. Sugere ainda o sobrestamento da apreciação da matéria para que a Secretaria da Comissão recupere o projeto, que já está na Câmara dos Deputados, e faça um quadro comparativo entre os objetivos dos dois. A Comissão, assim, dispondo de todas as informações, poderá deliberar correta e regimentalmente, consultando o interesse da sociedade. Se os três Senadores estiverem de acordo, a Secretaria da Comissão fará o levantamento, providenciará a recuperação do projeto da Câmara e formulará o quadro comparativo. Em uma próxima reunião, poderemos fazer uma nova exposição e deliberar corretamente.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – É para encaminhar a proposta de V. Ex<sup>a</sup>. Pelo relato que V. Ex<sup>a</sup> fez sobre a tramitação da matéria Entendo que, aparentemente, houve um equívoco. A Comissão não delibera sobre tramitação conjunta, essa é uma decisão do Plenário do Senado. Se a Comissão, naquele momento, compreendeu que os projetos cuidavam de coisas distintas, mesmo tendo decidido equivocadamente em relação ao requerimento do Senador Ramez Tebet, até para preservarmos o projeto de iniciativa do Senador Leomar Quintanilha, temos quase obrigação de dar curso à matéria. Decidimos equivocadamente, prejudicando um projeto. Essa comparação poderá robustecer o ponto de vista do Senador Roberto Freire. De qualquer forma, estamos quase que obrigados a dar curso ao projeto, pois a Comissão tomou uma decisão anterior que teria prejudicado, se considerarmos a prejudicialidade, o projeto do Senador Leomar Quintanilha. Creio que agora vamos ter que dar curso ao projeto.



**O SR. ROBERTO FREIRE** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Roberto Freire.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, creio que está mais bem tratado no substitutivo do Senador Ramez Tebet por um fato: o projeto anteriormente aprovado definia quais seriam os cães perigosos e os de raça. Sabemos que já chegaram duas novas raças, duas novas linhagens que disputarão quem serão os novos assassinos. São o cane corso e o cimarron. O projeto aprovado, que foi à Câmara, fala apenas em rottweiler, fila, mastin, dobermann e pit bull. O substitutivo define através do Poder Executivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador, esse é outro projeto. O substitutivo alterou muita coisa do projeto original.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Creio que houve uma afirmativa muito categórica de nosso Presidente. S. Ex<sup>a</sup> afirmou que os dois estavam em pauta. O Plenário da Comissão foi avisado e a Comissão entendeu que havia diferença entre os projetos.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Houve um equívoco de minha parte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está, portanto, em apreciação a proposta da Presidência de que se faça um cotejo entre os dois projetos para que a Comissão possa deliberar com lucidez.

Aprovada por unanimidade.

Passa-se, de imediato, ao item 4. Peço à Secretaria que promova a recuperação do projeto na Câmara e faça o cotejo entre os dois textos.

**O SR. ALVARO DIAS** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Em atenção à solicitação do autor do projeto, Senador José Roberto Arruda, e em respeito a lideranças religiosas que aqui se encontram para acompanhar a votação, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, com a aprovação dos colegas, inversão de pauta, dando preferência ao Item nº 10 da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Temos agora, em pauta, um projeto importante, o Item nº 5, que, no meu entender, precisa ser apreciado, e a proposta do Senador Álvaro Dias é que, após a apreciação do Item nº 5 da pauta, delibere-se sobre a inversão de pauta, de modo que o Item nº 10 passe a ocupar a posição de nº 6 na pauta.

Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a inversão também dos nºs 6 e 7.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está perfeito, Senador. Vamos apreciar de imediato.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – A inversão, perdoe-me o meu amigo e Senador paranaense, deve ser requerida no início dos trabalhos. Mas estamos aqui, eu e o Senador José Roberto Arruda, desde às 6h da manhã, acompanhando dois projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Passamos, de imediato, ao Item nº 5 e, em seguida, deliberaremos sobre inversão de pauta.

Este Item nº 5 da pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 536/99, terminativo, que altera dispositivos da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. De autoria do Senador Jorge Bornhausen, e o Relator é o Senador Edison Lobão, que oferece parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, que apresenta. Foi, sobre a matéria, concedida vista coletiva em 24-11-99.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, o Relator nada tem a acrescentar ao que já foi manifestado na reunião anterior. O meu parecer foi inteiramente favorável ao projeto. Apresentei uma emenda ao art. 11, apenas substituindo a expressão “sumaríssimo” por “sumário”, para que ela se adapte melhor às novas regras do direito. Apenas isso. Mantenho, portanto, o meu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para discutir a matéria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, o projeto do Senador Jorge Bornhausen, ao meu ver de grande importância, modifica a Lei nº 4.898, para introduzir alguns outros itens, particularmente no art. 3º, que estabelece que constitui abuso de autoridade qualquer atentado...Aí a lei original tem nove itens, e o projeto estabelece alguns outros itens com os quais concordo, à exceção de um: da letra “R”, do art. 3º, que inclui “ao sigilo fiscal ou bancário.”

Estou aumentando uma emenda, suprimindo a alínea “R”, até por dois motivos: primeiro, porque entendo que a questão que o Senador Jorge Bornhausen visa preservar – o direito à privacidade – está contemplada na alínea “L”, que é, inclusive, inclusão do projeto dele, que é a honra à imagem, à vida privada ou à intimidade da pessoa. Quer dizer, ao introduzir também a restrição à vida como abuso de autori-



dade ou atentado à vida privada, que é um conceito constitucional no art. 5º, inciso X, que é o que alicerça as decisões judiciais a respeito da guarida ao sigilo fiscal e bancário, estaria contemplada essa preocupação do Senador Jorge Bornhausen. Além disso, o Supremo Tribunal Federal já tem entendido, ao longo de decisões, que o sigilo bancário não é um direito absoluto que deve ceder diante do interesse público, do interesse social e do interesse da justiça, que é uma decisão relatada pelo Ministro Carlos Velloso e julgada em 13 de abril de 1999. E que, no caso do sigilo fiscal, não se pode vedar à Receita Federal, o exercício de fiscalização, por meio do exame dos livros contábeis e fiscais da empresa que os emitiu, cujo Relator foi o Ministro Maurício Corrêa, julgado em 22 de abril.

Entendo que essa generalização dessa proteção pode acabar significando uma obstacularização do poder público no uso de suas atribuições e prerrogativas em prol do interesse da coletividade, que é exatamente preocupação manifestada pelo próprio Presidente da República recentemente.

Como entendo que contempla a preocupação do Senador Jorge Bornhausen a alínea “l”, proposta por ele, estou propondo a supressão da alínea “r”, que trata de sigilo fiscal e bancário. Conversei inclusive com o Relator e com o autor e parece que há concordância com a supressão. A minha emenda é então para isso, para a supressão da alínea “r” do art. 3º.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Portanto, V. Exª propõe a supressão da alínea “r” do art. 3º.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, a emenda do nobre Senador José Eduardo Dutra não me parece atentatória ao espírito do projeto, não afeta a constitucionalidade nem a legalidade nem a juridicidade do projeto. Quanto ao mérito, imagino que, de fato, aperfeiçoa a proposta original do Senador Jorge Bornhausen. Por consequência, opino favoravelmente à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

**O SR. ROMEU TUMA** – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para discutir.

O projeto é elogiável. Ele cria, pelo projeto do Senador Jorge Bornhausen e pelo relatório do Senador Edison Lobão, condições de proteção ao cidadão e à cidadania. Mas também acho que a emenda supressiva do Senador José Eduardo Dutra, que conta

com a concordância do Relator e do autor do projeto, vem a calhar na grande discussão que se faz sobre a quebra do sigilo bancário, uma das grandes aflições pelas quais a própria CPI dos bancos passou durante todo um período. Ela foi impedida de prosseguir em várias investigações devido ao sigilo bancário.

Acho que o projeto é aperfeiçoado na medida em que há liberdade para discutir em que termo poderá ser ou não quebrado o sigilo bancário. No projeto há a proibição completa e eu acho que talvez seja melhor a supressão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. É uma matéria terminativa, com a inclusão da Emenda nº 1, apresentada pelo Relator, que inclui o termo sumariíssimo, e a supressão da alínea “r” do art. 3º, proposta – e aceita pelo Relator – pelo Senador José Eduardo Dutra.

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação.)

A matéria foi aprovada por unanimidade, com 11 votos favoráveis. E eu completo o quorum.

Passa-se, de acordo com a deliberação do Plenário, ao Item 10.

Foi feito entendimento entre o Senador Francieli no Pereira e o Senador Álvaro Dias.

Passa-se, de imediato, à apreciação do Item 10 da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1999, terminativo, que altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos em administração pública e dá outras providências. De autoria do Senador José Roberto Arruda. O Relator é o Senador.

Alvaro Dias, que opina pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretende o nobre Senador José Roberto Arruda alterar a Lei nº 8.666 incluindo mais um inciso ao art. 24, facultando a dispensa de licitação para as concessões de direito real de uso, concessões de uso, permissões de uso, autorizações de uso de bens públicos, quando requeridas e outorgadas a entidades religiosas ou filosóficas, sem fins lucrativos, e de relevante interesse social.

Já com referência à modificação do art. 57, objetiva excepcionar da proibição de contratos administrativos, com prazo indeterminado, as hipóteses de con-

cessões e permissões de uso de bem público outorgadas anteriormente à publicação da Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994, possibilitando ainda a transferência a terceiros ou a renovação de tais outorgas, desde que estivessem elas previstas no ajuste original.

Quanto ao mérito, é oportuna a proposta do Senador José Roberto Arruda. Apenas estamos apresentando um substitutivo, com alterações que visam adequar a melhor técnica legislativa à proposta de S. Ex<sup>a</sup>. Entendemos que seria mais apropriado incluir um novo inciso ao art. 24, atendendo ao propósito do Autor, ao invés de revogarmos o inciso por meio de nova redação. E também a nova redação, pretendida para o art. 26, feita no art. 3º da proposição, foi reescrita no nosso substitutivo, evitando a omissão de uma expressão importante do original e que não altera o propósito do Autor da matéria.

Também em relação ao art. 57, procuramos situar melhor as alterações no contexto da norma modificada. O nosso substitutivo publicado está à disposição dos Srs. Senadores. Portanto, para economia de tempo, evitaremos a sua leitura, recomendando a aprovação da matéria, por intermédio do substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, pedirei vista deste projeto e justificarei o porquê.

Este projeto foi apresentado na Legislatura passada. Fui Relator e apresentei um substitutivo com o qual o Senador José Roberto Arruda não concordou. Tentamos estabelecer um processo de negociação, mas não chegamos a um acordo. O projeto não foi votado na Comissão, a Legislatura se encerrou, e, portanto, o projeto foi arquivado.

Agora, o Senador José Roberto Arruda reapresentou o projeto, até para possibilitar o debate na Comissão, já que, da outra vez, ficou restrito a nós dois, não sendo espécie na Comissão.

Pedirei vista para poder reapresentar, como voto em separado, o substitutivo que apresentei na Legislatura passada.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Parece-me que o substitutivo apresentando pelo Senador Álvaro Dias segue a mesma linha das preocupações de V. Ex<sup>a</sup>.

Do que trata o projeto? A Lei nº 8.666 exige concorrência ou licitação pública para todos os bens públicos. Entretanto, está fazendo a seguinte exceção:

validade: para bancas de jornais e revistas; é um caso específico.

Uma pessoa toma conta de uma banca, que fica em um área pública, há 30 anos. Citarei um caso específico: a banca de jornais da Quadra 309 onde vive a maioria dos Srs. Senadores. Hoje, para a concessão desse cidadão ser renovada, tem de haver uma concorrência. Dessa forma, está-se permitindo ao Estado poder liberar de concorrência esses casos específicos e também os terrenos de igrejas.

Quer-se construir uma igreja em uma determinada área de poder do Estado. Hoje, tem de se fazer uma concorrência pública, e obviamente igrejas não têm recursos para entrar em concorrências, o que complica muito. Nesses casos, está dispensando a licitação.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Nesse caso do terreno, a desafetação de bem público é da Câmara.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Porém a Lei nº 8.666 impede. O que está fazendo? Está dispensando a licitação.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Isso afeta o bem público.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – A desafetação de bem público, nesse caso, é necessária. Hoje, além da desafetação do bem público, ela não pode vir diretamente à igreja. Tem de fazer uma concorrência.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – No entanto, não se trata de vender; é doação.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – A Lei nº 8.666 hoje impede.

impede isso. Mas outros casos – como o das linhas de ônibus – constituem serviço público e não estão afetados pela referida lei. Nenhum serviço público se inclui nessa situação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Mantenho o pedido de vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está concedida a vista a V. Ex<sup>a</sup>.

Sendo assim, em virtude do fato de que praticamente todos os demais itens da pauta são terminativos e da notória falta de quorum, encerro a presente reunião, convocando outra para a próxima quarta-feira.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 13h01min.)

**Ata da 49ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em**



**7 de dezembro de 1999, às 18 horas (Reunião Extraordinária).**

Às dezoito horas do dia sete de dezembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Édison Lobão, Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares, Renan Calheiros, Romeu Tuma, Iris Rezende, José Eduardo Dutra, Bernardo Cabral, Bello Parga, Romero Jucá, Francelino Pereira, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Lúcio Alcântara, Maria do Carmo Alves, Amir Lando, Carlos Wilson e Luzia Toledo, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jader Barbalho, José Fogaça, Ramez Tebet, Álvaro Dias, Sérgio Machado, Roberto Freire e Jefferson Péres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. A Comissão aprova a inclusão do item Extra Pauta 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1999 (Nº 2.892, DE 1992, na Casa de Origem), que "Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Édison Lobão. Parecer: pela aprovação do Projeto, nos termos aceitos por esta Comissão, em 29 de setembro do corrente, com o acréscimo da Emenda nº 6 (de Redação) de sua autoria. Tendo em vista o Ofício nº 1.182, do Presidente da Câmara dos Deputados, que solicita providências necessárias a fim de que seja feita a retificação da matéria, por haver sido verificado erro manifesto no texto dos autógrafos, o Projeto vem ao reexame desta Comissão e, posteriormente, seguirá ao exame da Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** aprovado o Parecer, com a Emenda nº 4-CCJ. Em seguida, passa-se à apreciação da pauta: item 01) MENSAGEM Nº 223, DE 1999 (Mensagem nº 1.754 de 25-11-99, na origem), que "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Doutor FLÁVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar". Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Iris Rezende. Parecer: a ser apreciado em votação secreta. **Resultado:** a Comissão opina pela aprovação da escolha do Doutor Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. Lido o relatório pelo Senador Iris Rezende, a Presidência designa os Senhores Senadores Pedro Simon e Lúcio Alcântara para conduzirem o Senhor Flá-

vio Flores da Cunha Bierrenbach ao recinto da reunião. A Presidência concede a palavra ao Doutor Flávio Flores da Cunha Bierrenbach. Usaram da palavra os Senhores Senadores Édison Lobão, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Romeu Tuma, Iris Rezende, e o Senhor Presidente. Posteriormente, inicia-se o processo de votação secreta. A Presidência designa os Senhores Senadores Romeu Tuma e Iris Rezende para procederem à escrutinação dos votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara o resultado da votação, e encerra a reunião; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, em Exercício, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. Senador José Agripino, Presidente da CCJ

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental. Declaro aberta a presente reunião, que foi convocada com o fim específico de apreciar a indicação do Dr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Antes de passar ao item único da pauta, consulto o Plenário se estaria de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Estando o Plenário de acordo, fica aprovada a dispensa.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Enquanto não chegamos ao momento da sabatina do candidato a Ministro do STM, peço a V. Exª que inclua na pauta de votação o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Exª submete ao Plenário e à Mesa a inclusão de um item na pauta: a da apreciação do PLC nº 27/99, que regulamenta o art. 225, § 1º, I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Autor: Presidência da República. Relator: Senador Edison Lobão.

Quero esclarecer que, na reunião de 29 de setembro de 1999, esta Comissão aprovou relatório do Senador Edison Lobão, que passou a constituir o parecer favorável à aprovação do devido projeto, que foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, que, por sua vez, o devolveu à Subsecretaria de Coordenação Legislativa para atender à leitura do Ofício nº 1.182/99 do Presidente da Câmara dos Deputados,



que solicita providências necessárias a fim de que seja feita a retificação da matéria por haver sido verificado erro manifesto no texto dos autógrafos. A Presidência da Casa encaminha o reexame da matéria à CCJ para que, posteriormente, seja a matéria examinada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Com esses esclarecimentos, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, relator da matéria.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Desde logo, Sr. Presidente, quero esclarecer que o erro não foi desta Comissão. Foi erro de autógrafo.

Eis o relatório:

Em 29 de setembro do presente ano foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara nº 27, que regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Naquela ocasião, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou o referido projeto no tocante aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com a inclusão de três emendas de redação, sendo a matéria remetida ao exame da Comissão de Assuntos Sociais. Nesse ínterim, porém, chegou a esta Casa o Ofício nº 1.182, de 1999, da Presidência da Câmara dos Deputados, alertando sobre a existência de erro manifesto – como já expressou V. Ex<sup>a</sup> – nos autógrafos enviados ao Senado Federal referentes ao PLC nº 27.

Trata-se do fato de que nesse autógrafos o § 1º do art. 22 contém a repetição indevida da expressão “das reversas extrativas”, “desenvolvimento sustentável” e “quando for o caso”. Pede-se, no mesmo ofício, que sejam tomadas providências com vistas à necessária retificação. Com base nesse fato e por decisão da Presidência do Senado Federal, o PLC nº 27/99 volta para exame por esta Comissão.

Uma nova análise da matéria em pauta permitiu confirmar a existência do erro apontado na correspondência da Câmara dos Deputados. Somos, por isso, favoráveis ao acolhimento da retificação proposta por aquela Casa do Congresso Nacional, na forma de uma quarta emenda de redação.

Voto.

Com base no exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLC nº 27, nos termos aceitos por esta Comissão em 29 de setembro do presente ano, com o acréscimo, porém, da seguinte emenda de redação.

Emenda:

“O § 1º do art. 22 do PLC nº 27, de 1999 passa a vigorar com a seguinte redação: Na lei de criação de-

vem constar os seus objetivos básicos ou o memorial descritivo do perímetro da área, o órgão responsável por sua administração e, no caso das reservas extrativas, das reservas de desenvolvimento sustentável e, quando for o caso, das florestas nacionais, a população tradicional destinatária”.

Sala das Comissões, 07/12/99.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer, portanto, conclui pela aprovação, com a emenda que submete e que apresenta.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Edison Lobão queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Volta-se ao item único da pauta, apreciada a mensagem extrapauta, proposta do Senador Edison Lobão.

Item nº 1: Mensagem nº 223, de 1999, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Dr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. A proposta é de autoria do Presidente da República e o Relator é o Senador Iris Rezende, que oferece parecer a ser apreciado em votação secreta.

Com a palavra o Senador Iris Rezende para oferecer seu parecer.

**O SR. IRIS REZENDE** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por meio da Mensagem nº 1.754, de 25 de novembro do corrente ano, o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 123, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Dr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

De conformidade com o **curriculum vitae** anexo, folhas 2 e 3, o indicado presidencial nasceu em São Paulo, em 25 de outubro de 1939, sendo filho de Flávio de Sá Bierrenbach, Engenheiro, e de Dona Maria Flores da Cunha. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi bolsista da Fundação Interamericana Universidade de Harvard, Estados Unidos, em 1963, e pós-graduado em direito constitucional pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, de São Paulo, em 1975. Inscrito na OAB – São Paulo, foi Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo de 1973 a 1981; Procurador

de São Paulo por concurso público e Conselheiro da respectiva Associação de 1973 a 1974. O indicado presidencial foi também membro da Delegação do Brasil na Conferência da Organização da Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá. Foi Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal por São Paulo, entre 1977 e 1986. Presidiu, também, o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e representou o nosso País na União de Consumidores da Organização Internacional, órgão da ONU. É autor de vários trabalhos e obras, que estão nas folhas 2 e 3 do presente processo, voltado para múltiplas áreas de conhecimento e porta vários títulos e condecorações.

Tendo em vista o acima exposto, entendemos que os Srs. Senadores membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já possuem os elementos informativos suficientes e necessários para apreciação do nome do Dr. Flávio Flores da Cunha Bierenbach, indicado pelo Senhor Presidente da República para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

É este, Sr. Presidente, o relatório. Devo, no entanto, salientar que, de todos os indicados ao Senado Federal pela Presidência da República para composição dos tribunais superiores do País, para órgãos cujos conselhos são compostos por pessoas que devem também passar pelo referendo do Senado Federal e, conseqüentemente, por esta Comissão, esse é um dos currículos mais importantes que tenho visto no decorrer desses anos aqui no Senado Federal.

Devo aqui, Sr. Presidente, salientar as palavras do Senador Bernardo Cabral, membro desta Comissão, que, impelido a retirar-se para atender a outro compromisso, fez questão de trazer a seguinte observação que tenho o prazer de transmitir e transferir para os membros desta Comissão:

“O Dr. Flávio Bierenbach, compondo o Superior Tribunal Militar deste País, indiscutivelmente valorizará aquela Corte pela sua competência, pela honradez demonstrada ao longo de sua vida e, sobretudo, pelo espírito de democrata que é, demonstrado no exercício de funções eletivas, como Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal.

De forma que devo demonstrar mais ainda a honra que tive, designado por V. Ex<sup>a</sup> para ser o Relator, por conhecer com mais profundidade a vida desse ilustre brasileiro.”

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) Lido o relatório e com as considerações feitas pelo Senador Iris Rezende, designo a comissão composta pelos Senadores Pedro Simon e Lúcio Alcântara para intro-

duzirem o Dr. Flávio Bierenbach até o recinto da Comissão.

(É introduzido no recinto o Dr. Flávio Flores da Cunha Bierenbach)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) Cumprimentando o indicado, Dr. Flávio Bierenbach, eu gostaria de explicar a V. S<sup>a</sup> que vamos ouvir a sua exposição que eu pediria ser tão concisa quanto possível e, num segundo momento, V. S<sup>a</sup> se submeterá às perguntas e indagações dos Srs. Senadores, consistindo-se isso na sabatina.

Com essas explicações concedo a palavra ao Dr. Flávio Bierenbach, para as considerações iniciais e para sua exposição em torno da matéria proposta.

**O SR. FLÁVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH** Eminentíssimo Senador José Agripino, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal; eminentíssimo Senador Iris Rezende, Relator da matéria; Srs. Senadores, fui honrado pelo Presidente da República pela escolha do meu nome para integrar o Superior Tribunal Militar em uma vaga privativa de Advogado.

Sinto-me também extremamente honrado com as presenças, neste Plenário, do eminentíssimo Tenente-Brigadeiro Cherubim Rosa Filho, ex-presidente do Superior Tribunal Militar; do Dr. Félix Sabino, meu querido colega de turma, ex-Procurador-Geral do Estado; do Deputado Mário Lima, que honrou a Câmara Federal em três mandatos; do Deputado Paulo Lustosa, que foi meu colega; do Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dr. José Eduardo Rodrigues, Dr. José Roberto Antonine, meu colega de faculdade e hoje assessor do Ministro da Justiça; do Dr. Carlos Aureliano Mota de Souza, Diretor-Geral da Corte Militar; da Dr<sup>a</sup> Sheila Bierenbach, minha prima, Juíza Auditora e Advogada no Rio de Janeiro e de tantos amigos que aqui vieram para me dar apoio neste momento importante da minha vida.

André Malraux, no prólogo do seu livro “A Esperança”, dizia que o que o homem pode obter de maior significação na vida é transformar em consciência uma experiência tão ampla quanto possível. Eu inaugurei o meu aprendizado de cidadania no ano de 1960, na velha Academia de São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde me formei no ano de 1964. Há pouco mais de dez dias, comemoramos 35 anos de formatura. E eu creio que, ao longo desses 35 anos, acumulei alguma experiência de vida pública e de vida profissional.

Na vida pública venho integrando, desde o ano de 1970, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. Com intervalo de dez anos em que me afas-



tei das funções de Procurador do Estado para o exercício de três mandatos sucessivos, de Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, de Deputado na Assembléia Legislativa do meu Estado e, finalmente, de Deputado Federal por São Paulo.

Minha vocação para a vida pública foi despertada muito cedo pelo exemplo de vida do meu avô materno, o velho General Flores da Cunha, que foi Senador da República, Governador do Estado do Rio Grande do Sul e que faleceu no ano de 1959, aos 80 anos de idade, em meio ao seu último mandato parlamentar na Câmara Federal.

Terminado o meu período de serviço público legislativo, eu fui honrado pela escolha do meu nome pelo então Ministro Paulo Brossard para ser o primeiro Presidente do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. Tenho orgulho de me referir a essas funções porque foi naquela época que aquele Conselho designou a Comissão que acabou por redigir o anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor, que acabou se transformando em lei em 1980, enviado que foi ao Congresso Nacional pelo então Presidente José Sarney. Repito que tenho o orgulho de ter sido Presidente desse Conselho, porque ele acabou por gerar uma lei importante para o Brasil, uma lei importante para a vida pública, que é o Código de Defesa do Consumidor.

Ao sair com o Ministro Paulo Brossard do Ministério da Justiça, fui honrado também pela escolha do meu nome pelo então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Octávio Júlio Moreira Lima, para ser vice-Presidente da Transbrasil durante alguns meses, os últimos meses em que aquela empresa de transportes aéreos permaneceu sob intervenção federal.

Na vida profissional tenho atuado ao longo desses 35 anos, ininterruptamente, como advogado militante. Participei, portanto, de dois Poderes da União: do Executivo e do Legislativo. E agora, se o Senado Federal entender que eu deva merecer a honra de ser indicado para a Cadeira de Ministro do Superior Tribunal Militar, terei ensejo de pertencer ao terceiro Poder, aquele a que até hoje não pertenci, o Judiciário.

Eu devo dizer que neste final de século e neste final de milênio, eu ainda acredito, piamente, na eficácia da doutrina de separação de Poderes. Esta doutrina que já é velha, de 250 anos, tendo sido concebida por Locke, por Montesquieu, em meados do Século XVIII, e que vem sendo contestada ao longo desses 250 anos, acredito que, agora, neste final de Século XX, ela vem tendo a sua eficácia cada vez mais comprovada e cada vez mais permanente.

No Brasil, todas as Constituições Republicanas, exceto nos regimes de exceção, consagraram o princípio de separação de Poderes. E essa tripartição do Poder, com sistemas de freios e de contrapesos, de **checks and balances**, que divide o exercício do Poder Público em três ramos independentes e harmônicos entre si, caracteriza-se, segundo Max Weber, uma singularidade: a atividade política na tripartição do poder é entendida como absolutamente legítima na esfera do Poder Legislativo; como parcialmente legítima no âmbito do Poder Executivo e como totalmente ilegítima no que diz respeito ao Poder Judiciário.

Portanto, pela primeira vez na minha vida, desde a minha remota juventude, se eu tiver a honra de ser aceito pelo Senado Federal e nomeado pelo Presidente da República, passarei a não fazer política, o que venho fazendo até hoje.

Acredito que não deva ocupar o tempo dos Srs. Senadores – o Senador José Agripino me recomendou que fosse breve, e pretendo sê-lo – para dizer aquilo que todos já sabem a respeito da Justiça Militar e que diz respeito à aplicação da Legislação Militar, do Código Penal Militar, do Código de Processo Penal Militar e da Lei de Organização Judiciária Militar.

Ao final desta exposição, estarei inteiramente à disposição dos Srs. Senadores para responder a qualquer pergunta. Mas avalio que cabem alguns comentários a respeito de fatos históricos e de alguns conceitos.

Em primeiro lugar, por ser a Justiça Militar a mais antiga do Brasil, tendo sido criada em 1808 por um alvará real de D. João VI, logo depois da chegada da família real ao Brasil; no entanto, foi apenas no ano de 1890, com o Código Penal da Armada, que preceitos de ordem substantiva e adjetiva passaram a ser utilizados no Brasil de modo sistemático. Esse mesmo código foi adotado quatro anos depois pelo Exército brasileiro, por iniciativa de Benjamin Constant. Foi apenas em 1934, no entanto, que a Justiça Militar passou a integrar o Poder Judiciário por mandamento constitucional. E, a partir de 1934, todos os textos constitucionais brasileiros, a Carta outorgada de 1937, a Constituição Federal de 1946, as Cartas de 67 e 69 e a Constituição Federal de 1988, todas consagram o Superior Tribunal Militar como órgão do Poder Judiciário.

É importante ressaltar – acredito que seja o fato mais importante porque desconhecido da grande maioria do público – que a Justiça Militar norteia-se pelo mesmo princípio da legalidade, pelo mesmo princípio da reserva legal que norteia a Justiça



Penal Comum; ou seja, o princípio **nullum crimen, nulla poena sine praevia lege**. Isso está inscrito no art. 1º do Código Penal Militar. Portanto, o Direito Penal brasileiro constitui um ramo especial do Direito Penal e não uma exceção ao Direito Penal Comum. E, assim, a Justiça Militar é uma Justiça especial diante do caráter de especialidade de que se revestem as Forças Armadas, instituições nacionais permanentes e regulares, estabelecidas na Constituição, lastreadas nos princípios da hierarquia e da disciplina, que são os únicos princípios efetivamente tutelados pelo Código Penal Militar.

A legislação penal militar tem como bens jurídicos tutelados os princípios de manutenção da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas.

Mais importante do que repetir aqui e agora conceitos, textos e definições, creio que seja dar o testemunho de alguns dos mais eminentes advogados brasileiros cujas opiniões coincidem com a minha, que advoguei na Justiça Militar durante alguns anos, a respeito do caráter democrático do Superior Tribunal Militar.

Nos anos de chumbo do regime brasileiro, durante os anos mais difíceis, de maior repressão, a despeito da ferocidade com que atuavam algumas auditorias militares, o Superior Tribunal Militar jamais deixou de quebrar a incomunicabilidade dos presos, jamais deixou de julgar – não vou dizer com isenção e com imparcialidade, uma vez que esta é a obrigação de qualquer juiz e de qualquer tribunal – com humanidade.

Essa opinião não é apenas minha, mas de muitos eminentes advogados brasileiros dentre os quais citarei apenas Heleno Cláudio Fragoso, José Carlos Dias, que hoje é Ministro da Justiça, Raimundo Pascoal Barbosa, que é provavelmente o decano dos advogados brasileiros que atuaram na Justiça militar.

Ademais, para mim, é motivo de grande orgulho pessoal estar sendo indicado para ocupar um cargo numa corte que já foi presidida pelo meu tio, o Almirante - de - Esquadra Júlio de Sá Bierrenbach, a quem me sinto ligado por laços muito profundos de respeito e de afeto. Assim, se o Senado Federal houver por bem acolher a indicação do meu nome, terei cumprido o grande sonho de Andre Malraux, terei conseguido transformar em consciência a experiência mais ampla possível no âmbito da minha profissão, tendo participado dos Poderes Executivo, Legislativo e, agora, Judiciário.

Eu, que comecei minhas palavras citando Andre Malraux, quero pedir licença ao Senado, para terminar, citando um poeta, que, na concepção de Ray-

mond Aron, hoje, numa sociedade democrática, existem apenas três instituições que têm inafastável compromisso com a verdade: o Poder Judiciário, a Universidade e a imprensa. E se estamos falando de verdade, quero citar Fernando Pessoa, que dizia: “A verdade, se é que existe, dir-se-á que ela consiste na procura da verdade.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Agradeço a exposição do Dr. Flávio Bierrenbach e a sua compreensão, até porque já são 19h15min. V. Sª foi conciso, mas substantivo na sua exposição.

Vamos passar à segunda parte da nossa reunião, com a realização dos debates. Nesse sentido, quero conceder a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, subordinado às recomendações de V. Exª, direi apenas meia dúzia de palavras.

Votarei favoravelmente à indicação do Dr. Flávio Bierrenbach. Faço-o porque o conheço e bem. Fomos colegas na Câmara e nele aprendi a admirar o homem público de muita grandeza que é, o jurista de grande dimensão e o político de conhecimentos amplos. Estou convencido de que, sancionando a escolha do Presidente da República, estaremos nós, também, caminhando para uma escolha feliz, a do nome desse grande jurista, político e homem público.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, lamento profundamente que uma sessão do Senado, que não tinha nada para ser tão longa, tenha-se prolongado tanto e prejudicado a nossa presença e o debate que iríamos ter aqui.

Fico muito feliz e emocionado em estar recebendo o nome de V. Exª, meu amigo, um dos homens mais dignos e corretos, que, ainda que rápido, por apenas dez anos, teve uma ação excepcional na vida pública. Nesta Casa, no Congresso Nacional, a sua atuação foi inestimável. A sua presença certamente é lembrada no criado Conselho de Defesa do Consumidor pelo seu trabalho extraordinário, o projeto-estudo que foi enviado a esta Casa e que, pela primeira vez, olha para aquele que mais precisa e necessita.

Quero, de modo muito especial, Deputado e amigo Flávio, falar do seu caráter, da sua seriedade, do seu ideal, da sua dedicação, da paixão com que passou por todos os cargos. Vejo-o com um pouco de inveja, porque V. Exª é o mesmo homem sereno, es-

tando em qualquer um dos três Poderes. V. Ex<sup>a</sup> brilhou nesta Casa, teve uma atuação excepcional no Ministério da Justiça, foi um grande Procurador e sinto que terá um grande desempenho no Superior Tribunal Militar, embora, para mim, V. Ex<sup>a</sup> seja um homem público, um político de primeira grandeza. Nas horas mais difíceis que vivemos, era exatamente V. Ex<sup>a</sup> um dos representantes do equilíbrio, da seriedade, da busca da verdade. Foi daqueles que não se acovardaram, não se preocuparam, não se angustiaram nas horas mais difíceis.

Fico a me perguntar como V. Ex<sup>a</sup> é do jeito que é, tendo 50% do sangue dos Flores da Cunha e 50% do sangue de Bierrenbach.

Na verdade, pelo que conheço dos Flores da Cunha, um dos tipos mais bonitos, mais excepcionais do Rio Grande do Sul, pela sua pureza, dedicação, espontaneidade, pela profundidade das causas que abraçava, pelo desinteresse, inclusive sem a malícia de Getúlio, de Osvaldo Aranha, de Neves da Fonteira, ele entrava de corpo inteiro para ganhar ou para perder ou para ser vitorioso com a Revolução de 1930 ou para ficar exilado no Uruguai, mas defendendo as suas idéias e lutando extraordinariamente com a coragem que tinha. Por outro lado, Bierrenbach, que é realmente um homem extraordinário, ilustre e importante.

Vejo, com estranheza, a serenidade de V. Ex<sup>a</sup>, a sua tranquilidade, coisa que nunca me passaria pela cabeça. Flores da Cunha foi Presidente do Rio Grande do Sul, poderia ter sido Presidente da República, mas eu jamais imaginaria Flores da Cunha Ministro de qualquer Tribunal, porque se há uma coisa que ele não tinha era isenção, mas paixão permanentemente.

Não sei como V. Ex<sup>a</sup> consegue dominar pelo menos esses 50% e ser um homem isento, digno, correto, decente como V. Ex<sup>a</sup> o é.

Estou falando apenas para dizer, porque não posso passar sem registrar nos Anais do Senado que eu falei, que eu disse muito pouco do que deveria dizer, mas eu externei a alegria, a satisfação e a emoção desta Casa para a aprovação hoje, neste final de tarde, início de noite, unânime, desse grande homem público, que é Flávio Bierrenbach.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY**– Sr. Presidente, Senador José Agripino, para mim é uma alegria também estar participando desta arguição do ex-Deputado Flávio Bierrenbach.

Mas, na verdade, como arguir uma pessoa que, para mim, foi um facho de luz, que foi um colega, que foi o primeiro político? Em sendo candidato a vereador, em 1976, eu resolvi, pela primeira vez, estar engajado numa campanha, com diversos amigos, e ele, inclusive, à boca de urna, aquele trabalho de estar procurando convencer os eleitores: olha, vote no Flávio, que esse, com certeza, é um excelente candidato.

E nós, um grupo de amigos, estávamos tão certos – foi o meu voto em 1976 –, e mais, estávamos tão certos de que havia sido vitoriosa a campanha do Flávio, que fomos à noite, em Moema, em São Paulo, comer uma pizza.

Foi ali – quero transmitir aos meus amigos presentes – que, naquela noite, alguns amigos comuns, que estavam ali presentes, lembro-me com Chopin Tavares de Lima, Plínio de Arruda Sampaio e outros, e disseram: olha, Eduardo, estávamos aqui conversando e foi ótima essa campanha pelo Flávio, mas precisamos de muito mais gente. Estamos aqui conversando sobre quem precisamos indicar para ser Deputado na próxima, em 1978. Como você tem escrito artigos na **Folha** e tem sido muito lido, as idéias que você está colocando precisam ser defendidas no Parlamento, queremos consultá-lo se você topa, porque nós queremos que você também seja candidato a Deputado, em 1978.

E daí fomos juntos. Então, ele tem toda a responsabilidade de estarmos caminhando juntos. Em 1978, ambos fomos candidatos a Deputado Estadual. Fizemos a campanha juntos, na época em que foram candidatos ao Senado Franco Montoro, que foi o primeiro eleito, depois Fernando Henrique foi segundo, e estavam disputando com Cláudio Lemos, que era da Arena. Os dois primeiros eram .... Fernando Henrique foi o meu voto, é verdade. Mas, mais do que isso fiz a campanha com Fernando Henrique de irmos no mesmo automóvel e fazermos comício em Franca, em Campinas, enfim, por toda a parte. Eu continuo defendendo aquelas idéias; e o Presidente nem sempre houve as minhas recomendações. Mas uma recomendação que eu faria – não a fiz ainda – seria a de designar pessoas de extraordinária capacidade e, sobretudo, de uma vida como a do Flávio Bierrenbach. E nós tivemos quatro anos juntos na Assembléia Legislativa, além dos quatro aqui, e, naqueles momentos – o Flávio era Presidente da Comissão de Justiça – tantas batalhas ali que tivemos para que pudéssemos ter eleição direta para prefeito, porque fomos eleitos diretamente, éramos 53 do MDB e 26 da Arena, tínhamos dois terços, e até comentávamos: Puxa, 53, de repente, se o governador indicado – era governador eleito



pelo colégio eleitoral da época – cometer algum desvio, teremos o poder do **impeachment** com dois terços. Então, batalhamos muito pela eleição direta do prefeito – não foi vitoriosa. Depois o governador queria a mudança da capital para o interior. E tivemos aventuras assim interessantíssimas, batalhas muito grandes. E eu era muito próximo do Flávio Bierrenbach. Do Flávio, eu ouvi algumas lições muito importantes. Ele, da tribuna, dizia e explicava coisas também não é para menos, ele tinha no seu gabinete como assessores hoje o Ministro Celso de Melo e o Marrey Júnior, que é o Procurador-Geral do Estado de São Paulo que eu ainda não sabia com tanta clareza. Do Flávio eu ouvi, pela primeira vez, lições, com muita clareza, sobre quais as funções do legislador, do Deputado Estadual, que tem a função de fiscalizar, de legislar, de representar o povo. E o Flávio discorria sobre isso de forma bonita e eu aprendia com suas palavras.

Então, por tantas batalhas juntos, além de aqui como Deputado Federal, tenho a convicção de que o Superior Tribunal Militar terá, na sua pessoa, um Ministro extraordinário.

Está de parabéns o Brasil com a sua designação.

Com alegria, voto entusiasticamente “sim” por sua aceitação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Dr. Flávio citou o Brigadeiro Rosa Filho, velho amigo, piloto de combate, e, nesta oportunidade, peço licença para homenageá-lo também. Tenho certeza de que se V. Ex<sup>a</sup> escolhesse a carreira militar seria, sem dúvida nenhuma, um oficial da Aeronáutica, e talvez viesse a ocupar o Superior Tribunal Militar como juiz militar. V. Ex<sup>a</sup> citou também a Dr<sup>a</sup> Sheila, com quem tive oportunidade de passar por momentos difíceis da vida política de São Paulo. Ela, como auditora, em momentos cruciais, teve a coragem de enfrentar várias situações difíceis e questões que definiram a postura da auditoria militar no interesse do cidadão e da família dos desaparecidos. Em algumas vezes, ela tomou a decisão correta e determinou que a polícia, à época, sob minha chefia, tomasse providências, sempre com resultado positivo. Portanto, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, estendo também as minhas homenagens à sua prima Sheila Pierre Marc.

Às vezes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fico me questionando quando se fala em decoro parlamentar e em imunidade parlamentar. E sempre o

tema é: Não, isso foi praticado antes de ele ser parlamentar.

Então, traz V. Ex<sup>a</sup> aqui um resumo da sua vida que define aquilo que realmente eu penso: ninguém se desvincula da sua vida privada, política, histórica, das suas atitudes que eram antes ou depois de assumir um cargo representativo. V. Ex<sup>a</sup> dá um exemplo claro, humilde mas claro, objetivo, de dignidade, a formação do caráter do homem vem através de toda a sua vida. Ele não se fraciona entre a sua atividade pública ou privada ou depois de assumir um cargo no legislativo. Ela não se fraciona, ela é constituída de um todo. E V. Ex<sup>a</sup> dá este exemplo nos contando resumidamente tudo aquilo que nós já sabíamos. Eu digo, às vezes: falar bem de uma pessoa que tem a sua história aberta é covardia, mas nós não podemos, como diz o Senador Pedro Simon, deixar de registrar a história daqueles que ajudaram a passar um momento difícil da vida nacional.

Tive o privilégio de, como V. Ex<sup>a</sup>, trabalhar com o Ministro Paulo Brossard, que também escreveu uma história de serviço ao parlamento, à justiça e ao Executivo, que V. Ex<sup>a</sup> tem os mesmos passos, V. Ex<sup>a</sup> ajuda a escrever a história do meu Estado, através da sua participação na área jurídica, na área do Executivo e no Poder Legislativo. E agora vem, com toda a certeza, porque o nosso voto, por unanimidade, receberá, prestar serviço da mais antiga justiça que o País tem.

Fala-se em extinguir a Justiça Militar. É uma interrogação que faço e deixo a critério de V. Ex<sup>a</sup> e de outros membros da Justiça Militar, togados ou não, da importância que se reveste esta justiça especializada, pela história de todo esse tempo a que V. Ex<sup>a</sup> já fez referência. E naquele período difícil, o sentido da ampla defesa nunca foi negado pelo Superior Tribunal Militar. Nunca! Ultimamente se lançou o livro sobre Rui Barbosa; se V. Ex<sup>a</sup> o folhear verá as defesas que Rui Barbosa fez perante a Justiça Militar de pessoas que tinham dificuldade frente a alguns tipos de cassação ou condenação daquela época. O Superior Tribunal Militar nunca se negou a isso, e também o Ministro Bierrenbach, com quem tive oportunidade, primeiro de conhecê-lo e depois de com ele trabalhar um pouco quando Comandante do Comando da Marinha em São Paulo, onde ele prestou serviço por dois anos, e posteriormente no Superior Tribunal Militar onde podia encontrá-lo para trocar idéias sobre inquéritos policiais que corriam normalmente pelo DOPS.

Então V. Ex<sup>a</sup> tem história e tem o sangue nas veias, já referido pelo Senador Pedro Simon que co-



nhece a história do Rio Grande do Sul como ninguém nesta Casa.

Acredito que nós roubamos mais o tempo do que V. Ex<sup>a</sup> teria o direito para expor os seus pensamentos, mas foi uma lição tudo o que o Senhor nos explicou da sua história, do que representa a Justiça Militar e do que objetivamente faz com que os Senhores tenham todo esse entusiasmo de pertencer àquela Casa de Justiça. Que Deus o ajude e o acompanhe nessa nova missão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Relator, o Senador Iris Rezende.

**O SR. IRIS REZENDE** – Caríssimo Dr. Flávio Bierrenbach, Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, devo salientar que o gesto de V. Ex<sup>a</sup> designando-me para relatar essa indicação do Senhor Presidente da República foi realmente para mim uma oportunidade muito honrosa que me sensibilizou. Acumulamos tudo na vida como experiência. Desde que conhecido meu nome como Relator desta matéria, passei a receber telefonemas de pessoas ilustres, cada uma procurando dizer um pouco da vida do Dr. Flávio Bierrenbach.

Recebi do meu amigo, Deputado Paulo Lustosa, a mesma preocupação, indagando se eu tinha conhecimento da vida, do currículo do Dr. Flávio Bierrenbach. Eu disse: conheço-o superficialmente. Sei, contudo, tratar-se de uma grande figura, de um grande brasileiro. Se você pudesse mandar-me um resumo do pouco que me disse pelo telefone, ficaria satisfeito. Chegou às minhas mãos o que eu havia solicitado. Foi o que me levou a dizer aqui, na leitura do relatório, que dificilmente se vê um currículo tão rico como o **curriculum vitae** do Dr. Flávio Bierrenbach.

Depois, recebi um novo telefonema do Deputado Paulo Lustosa, naturalmente preocupado com o comportamento desta Comissão diante de um parecer que seria dado. E eu disse: Deputado, hoje conheço muito bem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Diante de tudo que li, diante de tudo que folheei a respeito da vida do Dr. Flávio, posso adiantar-lhe que a sabatina do dia de hoje – esse telefonema ocorreu pela manhã – vai resumir-se a uma homenagem ao Dr. Flávio pelo seu passado.

Na verdade, eu estava certo, porque observamos aqui que o Dr. Flávio é daqueles homens que não será enobrecido amanhã na condição de Ministro do Superior Tribunal Militar; ele enobrecerá ainda mais aquela Corte.

Faço essas observações finais, Sr. Presidente, porque, quando nos deparamos com uma pessoa de um passado tão brilhante, de uma vida de tanto esfor-

ço e de tanta dedicação ao seu povo e ao seu País, precisamos salientar essas figuras a fim de que as futuras gerações tenham em quem buscar exemplo de comportamento, exemplo de vida.

O que mais me impressionou foi praticamente um compêndio só de indicações de apoio ao nome do Dr. Flávio, a fim de que a Presidência da República e o Senado Federal pudessem elevá-lo à condição de Ministro daquela Corte.

Outro fato me impressionou também. Durante tantos anos, ele foi meu companheiro de Partido, o antigo MDB, posteriormente PMDB. Foi a primeira ferramenta da qual o povo lançou mão na defesa contra o arbítrio, contra a prepotência. Aqui estão assinaturas de pessoas de destaque de todos os partidos políticos de São Paulo e do Brasil. Isso é interessante. Isso serve de lição para mostrar que, quando a pessoa realmente se conduz na vida com espírito de justiça, com pureza e lealdade, ela é capaz de angariar em torno de si o apoio e a simpatia de todas as pessoas.

De forma que, Sr. Presidente, posso dizer futuro Ministro, se Deus quiser, temos de fazer agora o que fez aqui o Senador Romeu Tuma: elevar o nosso pensamento aos céus e pedir a Deus que continue nos iluminando para que o Tribunal Superior Militar possa continuar prestando serviços ao seu País, neste momento, na área da Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Dr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para suas considerações a respeito das observações feitas pelos Srs. Senadores.

**O SR. FLÁVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi, sobretudo comovido, as homenagens que acabei de receber de todos os Srs. Senadores.

Inicialmente, do Senador Edison Lobão, que foi meu adversário na Câmara Federal e com quem, ao longo dos anos, cultivei uma relação de recíproco respeito.

O Senador Pedro Simon deixou-me muito emocionado, como sempre fico, quando ouço falar do meu avô, o velho General Flores da Cunha. Talvez, de todos os Srs. Senadores, tenha sido o único que deixou uma pergunta no ar. Lamentando a ausência de S. Ex<sup>a</sup>, que não pôde aqui permanecer, gostaria de dar-lhe minha resposta.

Hoje existem esses códigos binários tradicionais que são absolutamente insuficientes no mundo atual: esquerda/direita; público/privado; Estado/sociedade; paixão/razão também. Esses códigos binários

não são mais suficientes, pois o mundo está mudando. A verdadeira sabedoria consiste em dosar a paixão e a razão.

O Senador perguntou-me como eu faria para ser ministro de uma corte superior sem a paixão que caracterizou a vida do meu avô. É isso o que vou procurar fazer daqui para frente.

Ouvi também, com muito orgulho para mim, as palavras pronunciadas pelo Senador Eduardo Suplicy, que foi meu companheiro durante tantos anos em memoráveis jornadas na luta pela redemocratização do País. Tenho a honra de tê-lo tido como um eleitor, como um cabo eleitoral, conforme a confissão que me acabou de fazer, na minha boca de urna na campanha de 1976, quando o Senador Iris Rezende também foi eleito vereador em Goiânia – fomos companheiros de vereança naqueles anos difíceis de 1977 e 1978.

Também foi motivo de grande orgulho ouvir o que acaba de dizer o Senador Romeu Tuma, que foi diretor do DOPS numa época em que sofri alguns atentados. O Senador Romeu Tuma, como diretor do DOPS, portou-se de maneira exemplar, assegurando-me tudo aquilo de que eu precisava para conhecer os responsáveis, para ter a minha vida preservada e a minha atividade política garantida no contexto da luta pela democracia. Hoje tenho a honra de tê-lo aqui, participando desta sabatina, e o orgulho de tê-lo como meu amigo.

Finalmente, o Senador Iris Rezende deixou-me desvanecido pelas palavras que acabou de pronunciar a meu respeito.

Asseguro ao eminente relator que, no Judiciário, assim como fiz ou procurei fazer no Executivo e no Legislativo, continuarei dando o máximo de mim, com as únicas qualidades que tenho: a dedicação ao trabalho, a lealdade e o patriotismo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Srs. Senadores, gostaria de fazer algumas considerações a respeito do Dr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

S. Ex<sup>a</sup> foi membro do Executivo exercendo algumas funções e foi parlamentar, mas não sei se S. Ex<sup>a</sup> já tinha passado pela experiência que passou agora – vir a uma Comissão de Constituição e Justiça do Senado para submeter-se a uma sabatina como indicado para exercer as altas funções de membro de um Superior Tribunal de Justiça.

Exerço a presidência desta Comissão há quase um ano. Por aqui passaram alguns indicados para o Superior Tribunal de Justiça, para o Superior Tribunal

Militar, e as manifestações foram conflituosas e muito polêmicas.

V. S.<sup>a</sup> pode sair daqui orgulhoso de um fato ímpar, porque foram reunidas as opiniões convergentes dos Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Romeu Tuma, Iris Rezende e Edison Lobão. Um fato singular é difícil. V. S.<sup>a</sup> praticamente não teve que responder a pergunta nenhuma, até porque as respostas às perguntas que poderiam ter sido feitas já estavam dadas pelo exemplo de sua vida. Não houve perguntas pelo exemplo do seu passado. Em vez de perguntas, o seu passado motivou manifestações que devem carregar de orgulho os Senadores que são homens de responsabilidade que aqui falaram.

O que quero desejar a V. S.<sup>a</sup>, antes de solicitar aos Senadores que escrutinem os votos depositados, é que o exemplo de honradez, dignidade e de competência de V. S.<sup>a</sup>, que aqui ficou patente, signifique uma contribuição que a sua presença vai dar para enriquecer as decisões do Superior Tribunal Militar.

A sua presença é aguardada com ansiedade e as suas opiniões vão pautar aquela Corte de Justiça. Repito: pela sua competência, dignidade e pelo seu passado. Esta noite é de brilho para a vida de V. S.<sup>a</sup>. Desejo que V. S.<sup>a</sup> seja muito feliz exercendo o cargo – tenho certeza de que irá exercê-lo – de Ministro do Superior Tribunal Militar. Que Deus lhe proteja.

Peço aos Senadores Iris Rezende e Romeu Tuma que escrutinem os votos já depositados.

Proclamo o resultado: 13 votos SIM;

Não houve abstenção, nem voto contrário.

Houve dois votos em branco.

Aprovada a indicação do Dr. Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Com essas palavras e desejando sucesso ao Dr. Flávio, declaro encerrada a presente reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19h42min.)*

**Ata da 50ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 8 de dezembro de 1999, às 10h (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia oito de dezembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Bernardo Cabral, Álvaro Dias, Carlos Bezerra, Jefferson Peres, Edison Lobão, Agnelo Alves, Ney Suassuna, Luzia Toledo, Romero Jucá, Carlos Wilson, Iris Rezende, Pedro Simon, Francelino Pereira, Antonio Car-



los Valadares, Romeu Tuma, Lúcio Alcântara, Maria do Carmo Alves, Luiz Estevão, Bello Parga, José Alencar, Roberto Freire, Sérgio Machado, Renan Calheiros, Amir Lando, Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Jáder Barbalho, José Eduardo Dutra e Ramez Tebet, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senhor Senador José Fogaça. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Em virtude da ausência do Relator do item 01 da pauta, passa-se à apreciação do item 02) OFÍCIO "S" Nº 19, DE 1997 (Of. Nº 1081/P, de 13.11.95, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Ernandes Santos Amorim. Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: pelo indeferimento do pedido de licença prévia. **Resultado:** aprovado o Parecer; com abstenção do Senador Amir Lando e Declaração de Voto do Senador Roberto Freire. A Comissão aprova inversão de Pauta, passa-se ao item 12) OFÍCIO "S" Nº 20, DE 1995 (Of. Nº 435, de 10.05.1995, na origem) que solicita ao Presidente do Senado Federal, licença prévia para que possa aquela Suprema Corte, apreciar a denúncia, constante dos autos do processo nº 1019-7/140, oferecida contra o Sen. Lauro Campos. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: pela não concessão da licença prévia. **Resultado:** aprovado o Parecer; com abstenção do Senador Amir Lando e Voto vencido do Senador Jefferson Péres. Item 05) OFÍCIO "S" Nº 20, DE 1997 (Of. Nº 01092, de 20.11.95, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Antônio Carlos Peixoto de Magalhães". Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Francelino Pereira. Parecer: pelo indeferimento do pedido de licença. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 03) OFÍCIO "S" Nº 21, DE 1997 (Of. Nº 309/P, de 13.06.96, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos. Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: contrário à concessão de licença. **Resultado:** aprovado o Parecer, com abstenção do Senador Carlos Wilson. A Comissão apro-

va nova inversão de Pauta, passa-se ao item 10) OFÍCIO "S" Nº 13, DE 1995 (Of. Nº 326, de 07.04.95, na origem) que solicita ao Senado Federal, o pedido da necessária licença prévia para que o Supremo Tribunal Federal possa apreciar denúncia constante dos autos do Processo 960-1/140, oferecida contra o Senador Roberto Requião de Mello e Silva. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Roberto Freire. Parecer: contrário à concessão da licença. **Resultado:** aprovado o Parecer, com Voto vencido do Senador Jefferson Péres. Item 07) OFÍCIO "S" Nº 17, DE 1995 (Of. Nº 411, de 04.05.95, na origem) que "Solicita ao Senado Federal, licença prévia para que possa julgar a 'Exceção da Verdade', constante dos autos do Processo 703-0/140, oferecida contra o Sen. José Bernardo Cabral". Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Francelino Pereira. Parecer: contrário à concessão da licença solicitada. **Resultado:** Rejeitado o relatório do Senador Francelino Pereira; designado o Senador Amir Lando para relatar o vencido; a Comissão opina pela concessão da licença solicitada. Item 09) OFÍCIO "S" Nº 23, DE 1995 (Of. Nº 488, de 15.05.95, na origem) que "Solicita ao Senado Federal, a necessária licença prévia para que o Supremo Tribunal Federal possa apreciar a denúncia constante dos autos do Processo 972-5/140, oferecida contra o Senador Antonio Carlos Magalhães". Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: pelo indeferimento do pedido de licença prévia. **Resultado:** aprovado o Parecer. Às treze horas e trinta minutos, a Reunião é suspensa. Após a Ordem do Dia, às dezessete horas e quarenta e oito minutos, o Senhor Presidente declara reaberta a Reunião. Passa-se à apreciação do item 14) OFÍCIO "S" Nº 14, DE 1997 (Of. Nº 536, de 01.06.1995, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Antônio Carlos Magalhães". Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Carlos Wilson. Parecer: pelo indeferimento do pedido de licença prévia. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 08) OFÍCIO "S" Nº 10, DE 1995 (Of. Nº 224, de 17.03.95, na origem) que "Solicita ao Senado Federal, a necessária licença prévia para que possa o Supremo Tribunal Federal apreciar a Queixa-Crime, oferecida contra o Senador Ronaldo José da Cunha Lima". Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Iris Rezende. Parecer: contrário à concessão da licença. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 01) OFÍCIO "S" Nº 21, DE 1995 (Of. Nº 906/P, de 22.05.95, na ori-



gem) "Do Presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando ao Presidente do Senado Federal, a necessária licença prévia para que possa apreciar a denúncia constante dos autos do processo nº 1011-1/140, oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador José Fogaça. Na ausência do Relator, a Presidência designa o Senador Ramez Tebet, Relator **Ad Hoc**. Parecer: contrário ao pedido de licença. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 04) OFÍCIO "S" Nº 17, DE 1997 (Of. Nº 896/P, de 08.09.95, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Jader Barbalho. Parecer: contrário à concessão da licença. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 06) OFÍCIO "S" Nº 15, DE 1997 (Of. Nº 848/P, de 25.08.95, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Ramez Tebet. Parecer: contrário à concessão da licença solicitada. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 13) OFÍCIO "S" Nº 16, DE 1997 (Of. Nº 849, de 25.08.1995, na origem) que "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra". Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Alvaro Dias. Parecer: contrário à concessão da licença. **Resultado:** aprovado o Parecer. Item 11) OFÍCIO "S" Nº 18, DE 1997 (Of. Nº 934, de 13.09.1995, na origem) que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Sen. Ronaldo José da Cunha Lima. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Romeu Tuma. Parecer: contrário à concessão da licença. **Resultado:** aprovada preliminar no sentido da não concessão da licença que passa a constituir o Parecer da Comissão, rejeitando o pedido de licença. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, em Exercício, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. Senador José Agripino, Presidente da CCJ

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, convocada com o fim específico de apreciar matérias que se encontravam acumuladas na Comissão, algumas delas há algum tempo, todas elas de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado pedido de licença prévia para oferecer denúncia contra parlamentares, conforme está explicitado na pauta. Há 14 itens que versam individualmente sobre a iniciativa do Supremo de oferecer denúncia contra determinados parlamentares.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – (Fora do microfone)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É uma boa sugestão. Se V. Exª Exªs tiverem de acordo, ficam automaticamente convidados os Srs. Relatores para tomarem assento à Mesa e oferecem seus pareceres.

Antes de passar ao item 1 da pauta eu pediria ao Plenário que se manifestasse sobre se estaria de acordo com a Ata da reunião anterior.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada a Ata.

Item 1 da pauta. O Relator é o Senador José Fogaça que ainda não se encontra presente.

Eu pediria, portanto, de acordo com o entendimento feito anteriormente na Comissão, que passássemos ao item 2, tendo em vista que se encontra presente o Relator da matéria.

Item 2 da pauta: Ofício S nº 19, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que se possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Ernandes Santos Amorim. A autoria é do Presidente do Supremo Tribunal Federal. O Relator é o Senador Romeu Tuma, que oferece parecer pelo indeferimento do pedido de licença prévia.

Convido o Senador Romeu Tuma para tomar assento à mesa.

Com a palavra o Sr. Relator.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente do Supremo Tribunal Federal remeteu o Ofício nº 1.081/P, de 3 de novembro de 1995, no qual solicitou licença prévia para apreciar pedido de instauração de ação judicial para apurar denúncia de prática das condutas descritas nos arts. 323, 324, 325 do Código Eleitoral Brasileiro, por Par-

lamentar que à época estava no exercício de mandato de prefeito municipal.

Segundo documento constante dos autos do projeto de resolução, o Parlamentar, diante do oferecimento de denúncia, justificou sua atitude alegando que na qualidade de homem público estava apenas a defender os termos da Constituição da República, que não estava sendo cumprida. Sua atitude não teria tido cunho de calúnia, difamação ou injúria. O então prefeito afirmou que a sua intenção teria sido a de levar a informação, manifestar sua indignação pela forma utilizada na criação de municípios. Folhas 63 a 65 do processado.

A questão foi remetida ao Supremo Tribunal Federal após a eleição do ex-prefeito para o mandato de Senador da República.

Relatados os fatos, observe-se: a investidura e mandato de Senador desloca a competência processual para o Supremo Tribunal Federal, um dos corolários da imunidade formal do Parlamento. O interesse público quer o membro do Congresso Nacional sobre a proteção de ingerência das autoridades locais, para que se resguarde a dignidade e a importância para o Estado de um desempenho parlamentar independente.

Sr. Presidente, faço uma consulta para verificar se seria necessário ler as emanações e opiniões dos juristas que procuramos para fortalecer o parecer. São várias opiniões e se pudéssemos suprimir a leitura, já poderíamos opinar a respeito. Então, é um crime leve em termos parlamentares. Ficaria para os Srs. Senadores a leitura do texto inteiro, que já está publicado, e as manifestações dos juristas que nos auxiliaram na elaboração do parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tendo em vista que temos 14 itens para serem apreciados, se V. Ex<sup>a</sup> pudesse resumir o voto ou apresentar apenas a conclusão dos pareceres, isso ajudaria na compreensão dos membros da Comissão.

**O SR. ROMEU TUMA** – É que, aqui, fazemos um retrospecto muito forte do que representa a imunidade parlamentar, citando os juristas históricos que se manifestaram, no Supremo ou em outras áreas, a respeito do assunto.

Nesse processo solicitado contra o Senador Ernandes Amorim, não se trata de um crime que possa nos trazer um processo de consciência como se fôssemos discutir uma improbidade administrativa ou alguma agressão ao erário público; trata-se de uma injúria própria de uma campanha eleitoral, de um parlamentar, que é o delito de opinião.

Somos da opinião que não deve ser concedida a licença.

Meu voto é pelo indeferimento em razão do crime que é solicitado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é pelo indeferimento do pedido de licença prévia.

O parecer está em discussão.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por economia processual, vou fazer um encaminhamento de votação em relação ao meu modo de ver essa questão da imunidade. Na medida do possível, vou tentar expressar o meu voto de acordo com esses princípios que adoto.

Em primeiro lugar, quero, também, lamentar – assim como fizeram outros Senadores – que a proposta de emenda constitucional que foi aprovada no Senado, no ano passado, depois de ampla discussão, que trata de forma muito melhor essa questão da imunidade parlamentar colocando-a nos seus devidos termos, retirando o caráter de impunidade parlamentar que, ao longo dos tempos, tem sido adotado, infelizmente, não tenha sido votada na Câmara. Essa matéria está dormitando nas gavetas da Câmara dos Deputados assim como tantas outras que tenho registrado.

Por ocasião da discussão da emenda, defendemos que os chamados crime de opinião – calúnia, difamação etc –, na verdade, não podem ser classificados como crimes; são, praticamente, inerentes à ação parlamentar e, nesse sentido, só poderia haver processo com a devida autorização da casa legislativa.

Eu, particularmente, em relação a todos os processos de crimes dessa natureza, tendo a votar contra a autorização, porque entendo que, se o Congresso Nacional ou a casa legislativa autoriza o processo por crime de difamação contra parlamentares, na prática, estará enfraquecendo, sobremaneira, as prerrogativas dos parlamentares. Vejo que grande parte desses ofícios referem-se a processos por crime de calúnia e difamação.

Antecipo que o meu voto é contra todas essas autorizações.

Existem alguns outros processos de crime eleitoral. Quanto a esses, vou procurar, em todas as matérias dessa natureza que chegarem aqui, avaliar a situação daquilo que é considerado crime eleitoral.

Penso que, em casos de processos por abuso do poder econômico em uma eleição, deveria ser concedida autorização, até porque essa é uma questão que, embora relacionada à eleição, não pode ser clas-



sificada, exclusivamente, como crime eleitoral, ela diz respeito à utilização de mecanismos para retirar aquilo que está relacionado a uma democracia, que é o mínimo de igualdade de condições.

Agora, pelo que vejo dos processos que estão relacionados a crime eleitoral, três contra o Senador Carlos Bezerra, se não me engano, e um contra o Senador Lauro Campos, acredito que são atos inerentes a uma campanha eleitoral: colocação de faixas em locais não adequados, colocação de carrocinhas na Esplanada dos Ministérios, são delitos inerentes a quem participa de uma campanha eleitoral. Voto contra a concessão da autorização para esses processos.

Existe uma situação específica que pretendo, quando chegar a hora, definir o meu voto. Falo da situação do Senador Ronaldo Cunha Lima, no processo relacionado àquela tentativa de homicídio. Em situação normal, eu não teria a mínima dúvida em conceder a autorização, porque entendo que este é um tipo de crime que não está absolutamente relacionado com a atividade política parlamentar; como também outros processos que existem, não no Senado, mas na Câmara, de sonegação fiscal, contrabando, tráfico de drogas e coisas do gênero, nessas situações não haveria a mínima dúvida em conceder autorização. Só que existe uma situação concreta e objetiva. Nós que conhecemos e convivemos com o Senador Ronaldo Cunha Lima nesses cinco anos, vimos que o episódio não tem nada a ver com o seu temperamento, a sua personalidade, só que não cabe a nós julgar, quem vai julgar, concedida a autorização, é o Supremo Tribunal Federal.

Mas existe uma situação concreta relativa à saúde do Senador Ronaldo Cunha Lima e não sei qual seria a repercussão com a adesão do Senado. Naturalmente, neste momento, temos que tratar a questão, levando em consideração os princípios de natureza ética, política e parlamentar que temos, mas não podemos desconhecer também questões de caráter humanitário que obrigatoriamente surgem.

Fiz esta intervenção no início, como já disse, para economia processual. Adianto que vou votar contra a concessão nos crimes de calúnia e difamação; vou votar contra estes processos que estão aqui sobre crimes eleitorais, porque entendo que não são crimes eleitorais e vou voltar a aguardar o momento oportuno para decidir o meu voto em relação ao caso do Senador Ronaldo Cunha Lima, porque sinceramente ainda não sei como vou votar, se votarei apenas com base nos princípios que defendemos de autorização ou não, e como já disse em situações nor-

mais votaria a favor da concessão. Vou pensar e ouvir mais e, quando chegar o momento adequado, decidirei o meu voto em relação especificamente a este caso.

Como o que está em discussão é o caso do Senador Romeu Tuma, neste caso específico, voto com o Relator, contra a concessão.

**O SR. ROMEU TUMA** – Queria concordar em número e gênero com o Senador José Eduardo Dutra, principalmente no que se refere à dificuldade de votação do projeto aprovado no Senado e pela Câmara que definiria, sem dúvida alguma....

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pediria a atenção do Plenário, há um Senador fazendo uso da palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Senador José Eduardo, concordo com V. Ex<sup>a</sup> de que a definição do comportamento na autorização, já estabelecido pelo projeto de alteração constitucional aprovado, nos daria tranquilidade; nós saberíamos quais seriam os crimes indicados no Código Penal ou numa lei adjetiva, o que nos obrigaria a ser favoráveis ou não à concessão.

No crime de opinião, que é o caso do Senador Ernandes Amorim, penso que pelo inferimento que tão bem expôs o Senador José Eduardo Dutra, continuamos com a opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Só ouvi o final do depoimento do Senador José Eduardo Dutra e tive o prazer de ouvir o relatório de V. Ex<sup>a</sup>. Fui votar, pois são três comissões funcionando ao mesmo tempo. Os Governadores do Amazonas e do Pará; se viessem os de São Paulo e do Rio de Janeiro, esta Comissão já teria sido suspensa. Iriam todos para lá. Mais a Comissão de Assuntos Sociais.

A meu ver, foi muito importante o pronunciamento do Senador José Eduardo Dutra.

Não sei se não seria interessante, antes da votação dessa matéria, baseado no que S. Ex<sup>a</sup> disse, ouvirmos os Relatores e firmarmos uma posição da Comissão com relação ao contexto geral; e não caso a caso. Depois, pode ser caso a caso; mas, antes, um conselho geral, como disse o Senador José Eduardo Dutra.

Isso é muito interessante para caracterizarmos crime de palavra, delito. Se isso envolver a figura do Parlamentar, de certa forma envolverá a seguridade. Debate, discussão, crime eleitoral...



A imprensa está fazendo uma injustiça muito grande. Concordo que a imprensa critique o Congresso; que o Congresso mereça críticas, etc. Não estou discutindo isso. Mas a imprensa está publicando que estamos votando a anistia para crime eleitoral, enquanto votamos anistia de multa para delito praticado na campanha. Há uma diferença muito grande. As manchetes dos jornais dizem que foi por crimes eleitorais praticados na campanha, o que não é verdade. Foram multas sob um argumento lógico, apresentado por um Senador de Goiás e um Senador do Paraná, mostrando a diferença deles para o resto do Brasil.

Para não aparecer amanhã no jornal que nós, do Senado, um clube negou licença para todos, que definíssemos, de acordo com o que disse o Senador José Eduardo Dutra, uma tomada de posição. Acreditamos que, primeiro, por delito de palavra, por manifestação, não. Segundo ponto, por multa na campanha, por colocar ou não faixa, também pensamos que não. Isso é importante.

Com toda sinceridade, com relação ao que estamos citando agora, não tenho o que discutir. Mas, há três anos, falou-se muito desse Senador, que iriam cassar o mandato, que queriam que renunciasse. Muitas manchetes apareceram nos jornais nesse sentido. De repente aparece nos jornais que votamos a favor?!

**O SR. ROMEU TUMA** – Mas aquele fato foi investigado. Tratava-se de um relatório.

**O SR. PEDRO SIMON** – Pelo amor de Deus, eu sei! Apenas quero que se diga que votamos essa questão; que as outras não estão aqui. Senão, de repente a imprensa pinça a manchete daquela época e faz a ligação com o nosso voto.

A imprensa cometeu um crime contra o Senador Humberto Lucena. O Senador Humberto Lucena mandou fazer as folhas de Natal e de Ano Novo. Modéstia à parte, nunca as fiz. Mas há várias pessoas que as fizeram, e não vejo nada demais nisso. A imprensa disse que o Senador Lucena fez toda a sua propaganda eleitoral na Gráfica do Senado. Espalhou e repetiu isso tantas vezes que tive de explicar no Rio Grande do Sul que isso não era verdade. Eu disse que ele havia feito a folhinha de Natal na Gráfica do Senado.

Digo a V. Ex<sup>as</sup>: o Senador Lucena, que era um homem de bem, um homem íntegro, morreu machucado com aquilo que tisonou a dignidade dele. Então tenho medo dessa decisão. Volto a repetir, o caso que estamos votando desse Senador é bem claro, não tem o que discutir, mas é bom que fique claro que estamos votando esta matéria, não é a outra matéria.

Diz bem o relator que, naquela, já foi absolvido, não tem nada a ver, mas o medo que eu tenho é que a imprensa pince aquele caso que aconteceu há dois anos, pegue a nossa decisão e misture as duas coisas.

Então, entendo, Sr. Presidente, que deveríamos tomar uma posição primeiro geral, em relação a esses casos todos. Os casos de crime de opinião, porque o Senador fulano de tal disse que a pesquisa é fraudulenta, essas coisas não cabem. É muito importante para não parecer que tomamos uma decisão...

**O SR. ROMEU TUMA** – Poderia fazer uma nota pela Comissão ao encerramento dessa reunião sobre os resultados. O senhor dá uma entrevista a respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Isso pode ser feito. Queria fazer uma sugestão. Já darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

Acho que temos que votar individualmente cada caso, agora, classificando os casos conforme as suas características. E há muitos casos aqui que são semelhantes, como V. Ex<sup>a</sup> sugere. Então, a minha sugestão, se o Plenário estiver de acordo: processar-se-á a leitura de todos os relatórios e cada relator fará a identificação: esse é um crime de opinião, esse é crime eleitoral. E, ao final, poderemos votar, por blocos...

**O SR. PEDRO SIMON** – Mas quando é crime eleitoral é bom definir, não é crime de dinheiro... porque crime eleitoral é colocar uma montanha de dinheiro, é comprar, é roubar ou é colocar uma faixa ali. Acho que essa definição tem que ser muito caracterizada. Crime eleitoral: roubou, pegou dinheiro, abuso de dinheiro, não sei mais o quê. Crime eleitoral: colocou uma faixa aqui e não sei mais o quê. Acho que é essa definição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Isso constará do próprio relatório e cada senador o fará. Ele caracterizará tranquilamente no seu relatório que tipo de infração está sendo apreciada. E, ao final, poderemos, se o Plenário estiver de acordo, votar a favor ou contra e não estamos deliberando **a priori** nada, estamos procurando dar ordem à apreciação dos casos, para que os Senadores possam votar conscientemente e a opinião pública possa tomar conhecimento da verdade verdadeira, para que não haja falsa interpretação do que aqui estamos tratando.

De modo que, se estiverem de acordo – e já ouvirei o Senador Francelino Pereira – poderemos ouvir todos os relatórios e, em seguida, classificando por blocos e denúncias ou sugestão de denúncias, votar.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, compreendo a preocupação do meu colega e amigo, Senador Pedro Simon, mas esta Casa precisa ter o maior cuidado. Isso aqui não é um clube, isso aqui não é uma Casa corporativista. Cada um de nós tem uma responsabilidade com o seu próprio destino político. No meu caso, por exemplo, as antenas de Minas, que ficam quase todas nas montanhas, me impedem de participar de qualquer decisão que possa representar um entendimento entre os Senadores para votar em bloco ou não.

O que diz o Regimento? V. Ex<sup>a</sup> designou os relatores, não consultou ninguém se aceitaria ou não a missão. A mim mesmo V. Ex<sup>a</sup> disse que havia me designado para relator de dois processos e teve a delicadeza de dizer que não disse quem era, só tomei conhecimento quando recebi os processos.

De maneira que entendo que deve ser discutido cada processo o mais rapidamente possível e vota-se individualmente e não se separando por bloco ou grupo, como se fosse um entendimento da cúpula ou da comissão para votar dessa ou daquela forma.

De maneira que a forma é a mais simples possível: o relator relata, o Plenário discute, vota-se, é o fim ou o começo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Lúcio Alcântara, para discutir.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, vou ser breve porque creio que o essencial já foi dito. Estou com o Senador Pedro Simon, não para fazer acerto entre Senadores. A tendência, devido ao processo de transparência, de vigilância e de acompanhamento da administração pública, da vida política brasileira, das instituições, certamente vai fazer com que situações como a situação atual venham a ocorrer no futuro com uma certa frequência.

O que o Senador Pedro Simon está propondo não vai servir para hoje, porque temos casos concretos e vamos ter de nos posicionar em relação a eles. Todavia, podem-se catalogar e classificar esses diferentes pedidos para que o público tenha um entendimento do que estamos concedendo ou não, em que tipo de crime eles estão sendo alvos de um processo. Senão, depois, vai-se dizer: “Fulano foi até processado” e vai-se olhar e é um processo por uma infração irrelevante, vamos chamar assim. Há crime eleitoral e crime eleitoral. Então, temos de distinguir as coisas. Agora, é evidente que, em qualquer Colegiado, qualquer decisão que vá implicar um dos seus membros é sempre difícil e, de certa maneira, constrangedora, daí por que imagino que possamos, não para hoje, volto a dizer, mas para o futuro, ter um entendimento

temos, aqui, juristas de alto conhecimento que poderá estabelecer condições que tornem menos pessoal a nossa decisão e a dos Senadores que virão para cá no futuro, formando uma espécie de jurisprudência da Comissão em que se diga em que casos deve-se ou não conceder a licença. Evidente que isso não dispensa a votação, mas pode servir como roteiro para tornar, talvez, menos penosa a decisão em certos casos.

Por isso, penso que a sugestão do Senador Pedro Simon tem fundamento e creio que ela não pode ser desprezada, para que a Comissão possa ter pontos claros. Hoje, é impossível, porque temos casos concretos e vamos ter de deliberar sobre eles, mas podemos fazer uma classificação dos casos, para o entendimento da opinião pública, Senador Francelino Pereira, daquilo que estão sendo acusados os Senadores sobre os quais estamos deliberando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias, para discutir.

**O SR. ALVARO DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio que seria fundamental o Senado formular veemente apelo à Câmara dos Deputados para a votação da proposta, aqui já aprovada, que altera a questão da imunidade parlamentar. Aliás, um dos Senadores para o qual foi solicitada licença, o Senador Ronaldo Cunha Lima, é autor de um dos projetos que tramitam na Câmara dos Deputados. Isso é fundamental. Sei que vários Senadores já fizeram este apelo da tribuna do Senado. Este é um momento para reafirmarmos este apelo à Câmara dos Deputados, porque, sem dúvida, é algo que desgasta tremendamente o Poder Legislativo. Os olhos da opinião pública se voltam especialmente para as questões de moralidade pública e, constantemente, os Senadores e os Deputados são acusados de corporativismo porque acabam dificultando o trabalho da Justiça, inclusive no que diz respeito a crimes comuns praticados por Parlamentares. Essa é a acusação relevante que prevalece e precisamos cuidar para que a imagem do Legislativo não continue com esse desgaste inquestionável.

É evidente que há questões, aqui, já envelhecidas e superadas. A própria alteração de legislação se incumbiu de tornar essas questões vencidas. É o caso, inclusive, de um processo que vou relatar à frente, que diz respeito a crime eleitoral. A própria legislação posterior à prática do crime, alterada e com a possibilidade de retroatividade admitida pela Constituição, leva-nos a arquivar. Levaria inclusive a Justi-



ça a arquivar o processo se houvesse a autorização desta Comissão para o julgamento.

Mas, Sr. Presidente, o nosso objetivo também é firmar posição por se tratar de uma questão que indiscutivelmente causa constrangimentos e seria apenas necessário avaliar o que aqui já se disse no que diz respeito a crime de calúnia e difamação. Em função da intocabilidade do mandato parlamentar, não há como – e não há, aí, a possibilidade de se pesar qualquer suspeita sobre o corporativismo, porque é a defesa do próprio Poder esta prerrogativa indiscutível da liberdade de opinião que se deve conferir a um parlamentar.

Então, é indiscutível a nossa posição neste caso, votando, portanto, com o Relator, Senador Romeu Tuma, e nos outros casos que virão.

Quanto aos crimes eleitorais, analisaremos caso a caso. Mas, Sr. Presidente, o objetivo desse pronunciamento inicial é exatamente reafirmar este apelo à Câmara dos Deputados, especialmente ao seu Presidente, Deputado Michel Temer, para que coloque em deliberação essa questão da imunidade parlamentar, o que facilitará, inclusive, as decisões posteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir o Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu, em princípio, logo que cheguei aqui, pensei em apresentar um projeto definindo que a imunidade parlamentar deveria ser deferida pelo Congresso, a Câmara ou o Senado, quando julgasse necessário. A imunidade seria, pois, suspensa. Quando o Congresso entendesse que, por qualquer razão, o Senador ou o Deputado estivesse sendo submetido a um tipo de lesão aos seus direitos, pela sua condição de parlamentar, então ele decretaria a imunidade parlamentar. Porém, não há como fazer isso de forma retroativa.

Então, a minha posição em relação a esses crimes – e pelo que li na pauta estou com um pensamento igual ao do Senador José Eduardo Dutra – é a de votar favoravelmente à concessão da licença, inclusive com relação ao caso do nosso colega paraibano.

Então, encaminho favoravelmente ao voto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu queria fazer uma proposta conciliatória aos membros da Comissão, a qual, a meu ver, consulta as preocupações de todos. Poderíamos fazer a leitura dos relatórios, um a um, circunstanciando os fatos contidos em

cada processo, classificando-os em categorias como: crime de opinião, crime eleitoral, crime penal. Far-se-ia, então, a leitura de todos eles e, ao final, eu colheria votos individuais, nominais, para cada caso, onde cada Senador votaria de acordo com o seu pensamento. Em cada caso, então, votar-se-ia nominalmente, inclusive justificando o porquê do seu voto “SIM” ou “NÃO” se fosse o caso. Com isso, penso que atendemos a preocupação do Senador Francelino Pereira, que é procedente, e dá-se celeridade ao processo, conforme sugere o Senador Pedro Simon, secundado por alguns outros Srs. Senadores.

Se V. Ex<sup>as</sup> estiverem de acordo, assim procederemos. (Pausa.)

Então, considero lido e discutido o Item 2 da pauta; Relator, Senador Romeu Tuma. Ao final, colheremos os votos nominais.

Passa-se ao Item 3 da pauta. O Relator é o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Solicito a V. Ex<sup>a</sup>, consultado o Plenário, já pedindo a compreensão dos meus colegas em função de um compromisso inadiável que tenho, que em relação ao processo do Senador Lauro Campos, do qual sou Relator, houvesse inversão de pauta. Eu voltarei logo em seguida. Tenho que cumprir um compromisso fora, mas voltarei para a Comissão a fim de votar em todos os projetos.

Era apenas para que, atendendo o roteiro que V. Ex<sup>a</sup> traçou com o apoio do Plenário eu pudesse ler o relatório, fazer o meu comentário e ter que cumprir esse compromisso fora e voltar para acompanhar e votar as demais matérias.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tendo em vista a ausência circunstancial e momentânea do Senador Bernardo Cabral, se o Plenário estiver de acordo, passaremos a ouvir o Relatório do Senador Lúcio Alcântara, Item 12 da pauta, e, em seguida, voltaremos aos Itens 3, 4 e seguintes.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para relatar o Item 12, Ofício-S nº 20, de 1995, solicitando ao Presidente do Senado Federal licença prévia para que possa aquela Suprema Corte apreciar a denúncia constante dos autos do Processo nº 1.019-7/140, oferecida contra o Senador Lauro Campos, de autoria do Supremo Tribunal Federal.



Relator: Senador Lúcio Alcântara, que oferece parecer pela não concessão da licença prévia, a quem concedo a palavra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, o relatório está sendo distribuído aos Srs. Senadores. Não vou lê-lo. Limitar-me-ei a fazer um esclarecimento, já que o inteiro teor do parecer está sobre a bancada para aqueles que o quiserem conhecer.

Trata-se de infrações que o Senador Lauro Campos, como candidato ao Senado, teria cometido naquela campanha eleitoral. Sobre tudo trata-se de um **trailer** que, em determinados momentos, ficava estacionado em áreas públicas.

Do processo se depreende, inclusive com explicações oferecidas pelo advogado do então candidato, que muitas vezes se tratava de consertos, mudanças de pneumáticos, por exemplo. Essa foi a infração que S. Ex<sup>a</sup> teria cometido e é objeto desse processo que agora levou o Supremo a pedir licença ao Senado para processá-lo.

Concluí que, no nosso entendimento, a identificação exata de autoria do crime não foi suficientemente definida por não existir um conjunto de provas cabais de que o acusado tenha praticado o delito, objeto dos autos. Não há informações satisfatórias quanto à autoria dos crimes e nem mesmo ficou suficientemente provado se o veículo era deixado em praças públicas com o objetivo de propaganda ou, se como argumenta o Senador, em sua defesa, as paradas do veículo em lugares diversos tiveram o fito real de troca de pneus ou outros reparos necessários.

Portanto, cremos que não há elementos materiais que comprovem tenha o Senador Lauro Campos afrontado a proibição legal.

Por todo o exposto, descabe, a nosso ver, a autorização do Senado para que o Supremo possa apreciar a denúncia constante dos presentes autos.

O nosso voto é, pois, pela não concessão da licença prévia para apreciação da Denúncia nº 1.019-7/140, oferecida contra o Senador Lauro Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é pela não concessão de licença prévia.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

#### Item 5.

Ofício-S nº 20, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, §1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães, de autoria do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relator: Senador Francelino Pereira, que oferece parecer pelo indeferimento do pedido de licença.

Concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>, a quem peço que tome assento à Mesa.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos em uma reunião em que é grande a responsabilidade do voto, podendo ser até dramática. Por isso, permito-me a oportunidade de fazer um pequeno relato sobre assunto do passado. Confesso a V. Ex<sup>as</sup> que tenho uma vida tão tensa. Pelo fato de representar um Estado, com 18 milhões de mineiros, com 853 cidades, quase 100 metrópoles, não tive tempo sequer para presidir uma Comissão ou tratar de assuntos de interesse de outros Estados. Dizem até que o mundo é grande, mas Minas é muito mais.

Daí esse meu sentimento de responsabilidade, sobretudo para um Estado que exige, implícita, intuitiva e liturgicamente dos seus representantes, um sentimento muito grande, porque ninguém viola impunemente o sentimento de Minas Gerais.

A evocação que vou fazer, e peço licença para isso, é no sentido de que, nesta hora, não resisto ao desejo e à vontade de relatar fato ocorrido em 1968. Integrava eu como Deputado Federal a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Era o seu Presidente o grande Deputado Djalma Marinho, meu companheiro de Partido, meu amigo e um dos homens mais bravos da vida parlamentar brasileira.

Chega àquela Comissão o pedido de licença do Supremo Tribunal Federal para processar o então Deputado Marcos Moreira Alves. Assumimos, eu em particular, uma posição abertamente contrária ao pedido de licença, ao atendimento do pedido de licença para processar aquele jornalista. A imprensa do Brasil inteiro refletiu a minha posição, e muitas foram as manchetes que diziam simplesmente: "Francelino pede ao povo para dizer 'não' ao Governo".

A nossa posição foi tomada em razão desse sentimento mineiro, da vivência que tive em Minas Gerais, como estudante da Faculdade de Direito de Belo Horizonte, um dos centros mais importantes da vida política do meu Estado, contra todo e qualquer despotismo, seja do Governo Vargas, seja de qualquer outra posição tomada em relação aos intervenientes que foram nomeados para o meu Estado.

Pois bem, em determinado momento, recebi uma solicitação do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, pedindo-me que comparecesse a uma audiência do então Presidente Costa e Silva. Imaginei

qual seria a finalidade dessa audiência. A minha deliberação era a de não comparecer; procurei o Presidente Daniel Krieger\*, do meu Partido, para dizer-lhe, como disse, que eu estava sendo convidado à solenidade, mas que não compareceria à mesma. S. Ex<sup>a</sup> me disse que eu não podia faltar a uma solicitação, a um pedido de audiência com o Presidente de um País, no caso o Brasil.

Fui ao Rio de Janeiro. Antes passei no gabinete do Chanceler Magalhães Pinto e disse a S. Ex<sup>a</sup>, meu amigo, qual era a finalidade da minha presença no Rio de Janeiro, e ele me disse que a minha posição, contrária à concessão da licença, refletia o sentimento do Estado, o sentimento de Minas Gerais, e que era uma posição histórica a favor da história deste País.

Fui ao Palácio. Imediatamente, o Presidente Costa e Silva nos recebeu e me disse que, com muita simplicidade, o então Deputado ou Senador Gustavo Capanema\* havia dito a Sua Excelência, Costa e Silva, que a solicitação para processar Márcio Moreira Alves era inconstitucional, mas que ele não estava ali procurando o lado constitucional. Ele queria saber do outro lado do papel, e pegou o papel e virou do outro lado. E disse mais: que o então Líder Reinaldo Freire lhe comunicara que o pedido para processar Márcio Moreira Alves seria aprovado pela Câmara dos Deputados. Eu disse a S. Ex<sup>a</sup> que não seria aprovado, que o Governo perderia na votação e pedi-lhe que conversasse com o Presidente da Câmara, Deputado Djalmá Marinho, que estava na ante-sala para uma audiência também com o Presidente.

Pois bem, e disse que eu não podia mudar o meu voto, porque eu refletia o sentimento de Minas Gerais, a vocação do Brasil naquele momento, e eu tinha também os meus filhos que precisavam mirar nos meus olhos. Regressei a Brasília e, quando aqui cheguei, fui arrancado da Comissão de Constituição e Justiça, substituído pelo Deputado Américo de Souza, um Deputado do Maranhão, funcionário da Varig. Procedeu-se então à discussão e à votação. O Governo perdeu e, no momento em que se procedia à votação, percebia claramente qual era a decisão. A decisão foi tomada.

Eu, debaixo da marquise, pediria que me ouvissem por favor. Debaixo da marquise da Câmara, vi o espetáculo daquele momento, espetáculo de aparente civismo, e, imediatamente, já pela madrugada, regressei ao meu apartamento e comuniquei a minha esposa a decisão que tinha sido tomada e que o Congresso iria ser fechado.

Pela manhã, retirei o pouco dinheiro que tinha no banco, fui para Belo Horizonte e, no dia que a história conhece, o Congresso Nacional foi fechado.

Dei assim a minha contribuição, em razão do sentimento mineiro, para que Márcio Moreira Alves não fosse cassado. O pronunciamento de Márcio Moreira Alves está neste documento, onde ele diz que a história registrará, naquele momento, o futuro, como está registrando.

Pois bem, se essa foi a decisão que tomei, embora em situações diferentes dos casos aqui narrados em relação a Antonio Carlos Magalhães, Senador Presidente da Casa, e a Bernardo Cabral, Senador da República e ex-Presidente desta Comissão, adianto, desde logo, que o meu voto é contrário ao atendimento do pedido de licença para processar Antonio Carlos Magalhães e Bernardo Cabral.

Procedo a um ligeiro resumo, já que o parecer é longo, exhaustivamente examinado e estudado. Entrei pela madrugada e, ainda pela madrugada, fiz esse resumo que passo a ler, dada a responsabilidade da matéria que estamos discutindo e votando.

O Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal remeteu ao Senado Federal o Ofício nº 1.092, de 20 de novembro de 1995, no qual solicitou licença prévia para apreciar queixa-crime contra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que, enquanto no desempenho de mandato de Governador de Estado, teria praticado as condutas tipificadas nos arts. 139 e 140 do Código Penal e 20 e 22 da Lei nº 5.250, de 1967, Lei da Imprensa.

A queixa-crime oferecida teve origem no Superior Tribunal de Justiça, em obediência ao disposto no art. 105, I, da Constituição, já que os fatos descritos na inicial ocorreram quando o querelado era Governador de Estado.

Quero ater-me à observação do Ministério Público contida nos autos, segundo a qual "as afirmações feitas pelo parlamentar, consideradas ofensivas à honra do querelante, foram veiculadas através da imprensa. Contudo, a matéria foi colhida casualmente pelos repórteres que se encontravam do local, não havendo, pois, o propósito de conceder entrevista e tampouco de divulgá-la.

Com essa constatação o Ministério Público afirmou que a queixa-crime não poderia prosperar sob a égide da Lei de Imprensa, mas sim do Código Penal, que define os crimes contra a honra. Cabe assinalar – e o Ministério Público chama a atenção para este fato – que "as imputações dizem respeito a fatos relacionados com a vida pública do querelante, sendo que alguns são objeto de apuração em juízo criminal".



As imunidades parlamentares constituem a expressão da própria independência do Poder Legislativo, conforme afirmam expressões das letras jurídicas, como Carlos Maximiliano, Alcindo Pinto Falcão e outros. Quero destacar, no entanto, a síntese elaborada por Pinto Ferreira, para quem "a imunidade parlamentar é a prerrogativa ou o privilégio outorgado a cada um dos membros do Congresso para gozar da mais ampla liberdade de palavra em tudo o que deseja ter relativo ao desempenho do seu mandato, garantindo-os contra qualquer coação ou abuso dos demais poderes".

Em última análise: a imunidade parlamentar visa proteger a própria comunidade e a democracia, já que objetiva assegurar a independência do Poder Legislativo e o livre exercício das funções legislativas.

A concessão ou não da licença solicitada, assim como o momento em que deva a matéria ser deliberada, diz respeito exclusivamente, no caso em análise, ao Senado Federal. Cabe a esta Casa deliberar soberanamente sobre a conveniência da concessão da licença solicitada pelo Supremo Tribunal Federal. A decisão é eminentemente política.

Acho, Sr. Presidente, que devo fazer uma ligeira alusão aos fatos. Antonio Carlos Magalhães foi à 7ª Delegacia de Polícia em Salvador, na Bahia. O Governador do Estado mandou soltar quatro presos por pequenos furtos e determinou ao Secretário de Segurança que, em todo o Estado, liberasse mais 150 presos, pequenos e pobres – total 154. E disse: "Estou fazendo isso em protesto contra a morosidade da Justiça em julgar os inquéritos que envolvem a maioria de ladrões da Bahia, pobres e desprovidos de recursos".

"Por que os pobres ladrões são presos e o Governador da Bahia está solto?" Não vou citar o nome de quem proferiu essas palavras, pois todos sabem de quem se trata.

Esses são os fatos e uma demonstração de que em toda a sua vida pública Antonio Carlos Magalhães vem revelando a sua preocupação com a morosidade da Justiça nesse Estado.

Este é o meu voto, contrário ao pedido de licença solicitado pelo Supremo Tribunal Federal. Este é o meu parecer.

Eu perguntaria à Mesa se eu poderia relatar em seguida – não sei se está na ordem – o processo relativo ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu pediria a compreensão do Senador Francelino Pereira pois vamos ter que colocar o relatório de S. Exª em discussão e voltar ao item 3.

Está em discussão, portanto, o parecer do Senador Francelino Pereira, relativo ao pedido de denúncia contra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon

**O SR. PEDRO SIMON** – (fora do microfone)

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – E disse que estava solto o maior ladrão da Bahia.

**O SR. PEDRO SIMON** – (fora do microfone)

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Daí a queixa-crime apresentada contra Antonio Carlos. E o processo foi promovido pelo então Governador da Bahia Nilo Coelho. Depois, Antonio Carlos Magalhães passou a ser Governador do Estado e o processo saiu do Superior Tribunal de Justiça para o Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PEDRO SIMON** – Quem soltou os presos foi o Governador Nilo Coelho?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Quem soltou os presos foi Antonio Carlos Magalhães, que não era Governador.

**O SR. PEDRO SIMON** – Ele não era Governador?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Era Governador.

**O SR. PEDRO SIMON** – Era governador e soltou os presos?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Soltou 154 presos

**O SR. PEDRO SIMON** – E deu a declaração: "Solto, porque a Justiça é lerda"

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – É lerda, é morosa.

**O SR. PEDRO SIMON** – É por isso que ele está sendo processado?

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** – (Inaudível). Ladrões pobres porque os ricos, os poderosos não iam para a cadeia. E aquele que chamam de ladrão rico processou por calúnia.

**O SR. PEDRO SIMON** – Mas ele deu o nome do ladrão rico ou só disse 'ladrão rico'?

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Deu. V. Exª é gaúcho, mas sabe muito bem o que ocorre no Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Item 3: Ofício S nº 21, de 97, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Cons-



tituição Federal, pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos. Autor: Presidente do Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Bernardo Cabral, que oferece parecer contrário à concessão da licença.

Com a palavra S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha manifestação contrária está consubstanciada no voto que passo a proferir.

Os crimes de cuja prática é acusado o Senador Carlos Wilson são os que o Código Penal tipifica nos arts. 138, 139 e 140.

Para o primeiro, 'caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato tipificado como crime', o Código Penal impõe uma pena de 6 meses a 2 anos de detenção, e multa.

De todos os crimes contra a honra, o de calúnia é considerado o mais grave: não consiste no juízo desabonador, mas na imputação falsa de um crime.

A difamação consiste em atribuir a alguém fato ofensivo à sua reputação. A pena para esse delito é a detenção, de 3 meses a 1 ano, e pagamento de uma multa.

Finalmente, a injúria configura-se pelo uso de palavra ou gesto ultrajante com que alguém ofende o sentimento de dignidade do outro. É uma manifestação de desrespeito e desprezo, um juízo de valor depreciativo, capaz de ofender a honra da vítima no seu aspecto subjetivo. Sua prática é punida com detenção de 1 a 6 meses, e multa.

O art. 138 do Código Penal, após tipificar a calúnia, admite, no § 3º, a exceção da verdade, ou seja, a prova da verdade a respeito do fato imputado. Isso significa que, se o fato atribuído for verdadeiro, não se pode falar em calúnia, e o acusado pode isentar-se da responsabilidade por meio da arguição de exceção da verdade, demonstrando que o fato imputado por ele ao sujeito passivo é verdadeiro.

Na resposta que o Senador Carlos Wilson ofereceu a todas as questões formuladas pelo autor da ação, ficou demonstrado, com pesquisa de outros institutos e, principalmente, com a vontade do eleitorado expressa no resultado das eleições, que o querelante estava equivocado, ou seja, o cidadão que apresentou a queixa-crime contra o Senador Carlos Wilson estava equivocado.

Não cabe ao Senado julgar a metodologia de pesquisa empregada pelo instituto, mas os fatos evidenciam seu desacerto.

Eleito com uma diferença de quase 200 mil votos em relação ao segundo colocado, o Senador Carlos Wilson não poderia estar, a menos de um mês das eleições, com 16% das intenções de voto do eleitorado, em segundo lugar na pesquisa, atrás do candidato Armando Monteiro Filho, anunciado como tendo 17% das intenções de voto.

Assim, por se tratar de matéria vencida, o Senado, embora conheça do pedido, deve negar seu seguimento, não concedendo a solicitada autorização para que o Supremo Tribunal Federal examine a denúncia constante dos autos do Processo n.º 1.097-9/140, de 1997.

Deste modo, opino contrariamente à concessão de licença ao Supremo Tribunal Federal para apreciar a denúncia oferecida contra o Senador Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos. E devo declarar, Sr. Presidente, que o faço com absoluta isenção. Não encontrei, nessa matéria que diz respeito à campanha eleitoral de 1994, nada que pudesse incluir o Senador Carlos Wilson como capitulado nas penas que lhe tentaram levar a juízo.

Por esta razão, Sr. Presidente, é a opinião contrária à concessão que manifesto neste plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é contrário à concessão de licença prévia.

O parecer está em discussão.

Com a palavra o Senador Carlos Wilson.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, apenas quero colocar uma questão: já que sou parte envolvida, quero dizer da minha satisfação de hoje a Comissão de Constituição e Justiça estar levando adiante esses pedidos de licença solicitados pelo Supremo em relação a alguns Senadores, até porque a imprensa noticia sempre Senadores que estão sendo processados, o que é normal.

Nesse caso, como foi relatado pelo brilhante Senador Bernardo Cabral, trata-se de uma matéria resultado de uma disputa eleitoral em Pernambuco, uma disputa dura, árdua, em Pernambuco, onde, sabe-se, em todas as eleições candidatos se queixam de institutos de pesquisas. Neste caso, um instituto de pesquisa me colocava sempre na condição de um candidato que seria derrotado e outros institutos de pesquisa sempre me colocavam na condição de candidato vitorioso. Vindo o resultado eleitoral, confirmou-se nossa vitória. Hoje, quando a Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer do Senador Bernardo Cabral, dá andamento a esse processo não concedendo a licença, quero demonstrar que isso tira de cima de mim um peso, de não ler mais nos jornais que estou sendo processado, evitando, conse-

qüentemente, de dar satisfação à opinião pública todos os dias no meio da rua.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, já que apreciamos quatro processos, e os argumentos aqui colocados estão na cabeça de cada Senador, sugiro que colhamos votos logo para esses quatro e prossigamos na leitura dos pareceres, para não ficarmos com muitos argumentos acumulados, complicando a votação.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, faremos a votação nominal em relação aos Itens nºs 2, 3, 5 e 12 e passaremos, em seguida, aos itens posteriores da pauta.

O Item nº 2 da pauta é o pedido de licença prévia para processar o Senador Ernandes Amorim, relatado pelo Senador Romeu Tuma.

*(Procede-se à votação nominal.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, faço questão de esclarecer que defendo, há muito tempo, no Congresso que não é necessário nem haver necessidade de se pedir licença ao Congresso Nacional para se processar parlamentares. Inclusive, tenho um projeto de lei neste sentido. Há muito tempo venho debatendo sobre essa matéria. Acho que, por palavras, por atos, por ações, isso é inerente ao parlamentar. É essa, exatamente, a imunidade que defendo ao parlamentar. Acho que, se estivermos aqui debatendo, discutindo a interrogação com relação ao que pode dizer, ao que pode falar um parlamentar, estaremos impedindo muito sua ação.

Com relação a esse caso do Senador que se está discutindo houve um debate muito longo do Plenário do Senado. Lembro-me, inclusive, de que sua ex-esposa o acusava de uma série de fatos muito sérios, muito graves. Mas o que estamos discutindo aqui diz respeito a palavras, a afirmações feitas por S. Ex<sup>a</sup>, não é nenhum dos casos de envolvimento referidos na oportunidade. Aqui foram manifestações de pronunciamentos feitos pelo Senador. E ele está sendo denunciado por esses fatos.

Então, dentro desse princípio que defendo, de que a imunidade parlamentar diz respeito ao direito de o parlamentar debater, discutir, afirmar, avançar, fazer os seus pronunciamentos, e por isso ele é inatingível, mantenho essa posição.

E mantenho a minha posição contrária a que, por crimes comuns praticados lá fora, a gente não

permita que o parlamentar seja processado e condenado.

Nesse caso, tendo em vista o objetivo – volto a repetir – dito pelo Senador Relator, que é absolutamente o que estamos discutindo, que está sendo proposto aqui pelo Supremo Tribunal, o pedido para processar o Senador pelas suas palavras, pelas suas manifestações, voto com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em votação.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, vou justificar o meu voto. Desde a Assembléia Nacional Constituinte que se tenta mudar o instituto da imunidade parlamentar. Lembro que patrocinamos, naquela oportunidade, inclusive, um debate, que voltou a se realizar quando da revisão constitucional frustrada, sobre a imunidade parlamentar.

Entendíamos que, primeiramente, ela deveria ficar adstrita aos chamados votos e opiniões dos parlamentares, portanto, ressaltando-se os chamados crimes de opinião, porque isso poderia, se não tivesse determinada guarida, implicar a própria ausência de independência no exercício das funções parlamentares.

Defendíamos a posição de inverter o método ou o procedimento nas questões de licença. Os processos teriam andamento e poderiam ser paralisados e aí, sim, se comprovados processos de perseguição ou de impedimento ao livre exercício do mandato parlamentar, aí, sim, caberia às Casas, no caso Câmara ou Senado, paralisar o processo; mas não, previamente, ele ficar paralisado exigindo uma licença; o que, hoje, se está votando.

Como não se resolveu, mantendo-se a mesma processualística, e os casos que estamos analisando são de possíveis crimes de opinião, acompanhamos o Relator.

Quero, com isso, logo esclarecer: tudo aquilo que se referir a crime comum terá meu voto favorável pela licença. Portanto, não acredito que haja nenhum pedido nesses itens. E digo muito concretamente na questão da queixa-crime do Senador Ronaldo Cunha Lima, porque não se enquadra nos chamados crimes de opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em votação.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, quero fazer uma ligeira declaração de voto para definir minha posição.

Como já foi dito aqui, infelizmente, a Câmara dos Deputados ainda não aprovou o projeto que nós,



no Senado, aprovamos, porque se a lei já estivesse em vigor e todos esses processos tivessem sido apreciados, automaticamente, estaria concedida a licença.

Já que continua a regra atual, é um avanço considerável

conforme eu mencionei ontem ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que nós finalmente tomamos a decisão de apreciar, Sr. Presidente. Concedendo ou rejeitando, não importa, mas apreciando. O que não poderíamos era continuar engavetando esses processos.

Eu quero apenas, rapidamente, definir a minha posição, que vai ser impessoal. Quando se tratar dos chamados "crimes de opinião" eu vou rejeitá-los todos. Acho que isso é decorrência e até uma imposição do art. 53 da Constituição que dá ao Parlamentar inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos. Se cada um de nós, a cada vez que fizéssemos uma crítica mais dura, até injusta contra alguém, fôssemos processados por isso, este Parlamento não teria mais independência. Estaria se estabelecendo na cabeça de cada uma autocensura, Sr. Presidente. Então, quando se tratar de crime de opinião, eu não quero saber – se foi calúnia, injúria ou difamação –, eu vou rejeitá-los todos.

Quando se tratar de crimes comuns, eu vou conceder a licença, Sr. Presidente, sem entrar no mérito. O Supremo que decida. A não ser casos excepcionais. Eu creio que nós nem deveríamos analisar se está bem tipificado como crime, se a lei posterior já o exclui da categoria de delito. Não importa. O Supremo que aprecie isso. Vai ser esta a minha posição. E é por isso que, no caso do item II, que é crime de calúnia, eu voto com o Relator pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Sebastião Rocha, Marina Silva, Heloísa Helena, Eduardo Suplicy...

A matéria foi rejeitada pela unanimidade dos votos, a exceção do Senador Amir Lando que se absteve de votar.

Passa-se à votação do **item 3**:

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tomaria a liberdade de sugerir a V. Ex<sup>a</sup> que adotássemos a orientação regimental, pois estou observando que alguns Parlamentares

chegaram posteriormente e não puderam votar. O processo, o método está confundindo inclusive a imprensa que não sabe propriamente o que está sendo votado, sobretudo os jornalistas que estão chegando aqui no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Francelino Pereira, nós temos vários.

Essas quatro votações agora se referem a crime de opinião.

Eu vou pedir que sejam lidos os relatórios de processos semelhantes. E vou consultar o Plenário sobre se poderia repetir a votação dada para crime de opinião. Então, com isso, ganharíamos tempo. Esse é o objetivo de estarmos votando inicialmente estes quatro porque, com isso, ganhamos tempo.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Sr. Presidente, eu sou Relator de um processo que não é bem crime de opinião, mas não é crime nenhum, porque também não é crime comum. É o chamado crime eleitoral que não está devidamente caracterizado nos autos. Inclusive o próprio membro do Ministério Público não encontrou nem mesmo o mandado de busca e apreensão de umas propagandas eleitorais.

Veja que coisa essa nossa legislação: apreenderam a propaganda eleitoral e houve um tumulto por causa dessa apreensão porque não constava na propaganda o nome do partido do candidato. E foi por causa disso aberto um processo contra o Governador Roberto Requião, que não era nem candidato de nenhuma das faixas, era apenas o Governador, que, passando naquela confusão, mandou os guardas municipais saírem porque não havia busca e apreensão. Aquilo era uma violência cometida contra o exercício da cidadania. Nada comprovado. E isso vem e veio para cá, apenas porque o Governador elegeu-se Senador.

Portanto, eu gostaria de, com essa argumentação, apresentar o meu parecer, porque eu tenho algo para discutir inclusive sobre o problema do Senador Luiz Estevão, agora neste momento. E eu gostaria de pedir aos demais membros, já externei minha votação, que, quando chegar ao Item nº 11, votarei favoravelmente à concessão da licença, porque se trata de crime comum.

Portanto, voto favoravelmente à licença. Naqueles que forem de crimes de opinião, voto contrário à concessão da licença.



Eu gostaria de apresentar esse meu relatório, que é também negando a licença, inclusive pela ausência de prática material de qualquer ilícito pelo Senador Roberto Requião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> praticamente já apresentou o seu parecer. Agora eu pediria apenas um minuto de sua paciência para colhermos rapidamente os votos dos Itens nºs 3, 5 e 12. Em seguida, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para apreciarmos esse fato, que é paralelo ao que estamos apreciando.

Item nº 3 da pauta.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

**O SR. CARLOS WILSON** – Por questões óbvias, vou me abster de votar o Item nº 3. O restante da pauta, eu votarei. Porém, para o Item nº 3, peço abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vamos colher o voto exatamente do Item nº 3.

Refere-se ao pedido de licença para oferecer contra o Senador Carlos Wilson.

*(Procede-se à votação)*

O parecer do Relator foi aprovado pelos votos unânimes dos presentes, com exceção do Senador Carlos Wilson, que vota, pelas razões apresentadas, pela abstenção.

Item nº 5 da pauta:

Refere-se ao pedido de licença para o oferecimento de denúncia contra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

*(Procede-se à votação)*

**O SR. PEDRO SIMON** – Nos mesmos termos que falei anteriormente – não tomei conhecimento pelo Relator a quem se referiu o Sr. Antonio Carlos – acrescentando que, na verdade, as cadeias estão cheias de ladrões de galinha; e quem é importante não está na cadeia.

Penso que isso é verdade.

*(Continua o processo de votação)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aprovado por unanimidade de votos o parecer do Relator.

Item nº 12 da pauta:

Pedido de licença para oferecer denúncia contra o Senador Lauro Campos.

O parecer é pela rejeição do pedido.

*(Procede-se à votação)*

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, não conheço o teor.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> vota a abstenção?

*(Continua o processo de votação)*

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Voto também, embora não seja crime de opinião. Eu não voto anistia, mas voto contrariamente à licença, porque isso é abuso de autoridade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – (Processo de votação)

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, eu fiz uma declaração de voto, estabeleci um critério, eu disse que isso seria impessoal e não partidário. Sendo impessoal, eu espero que os Colegas envolvidos compreendam. Se não compreenderem, paciência, são os ônus que nos impõe a vida pública. Trata-se de um crime eleitoral. Creio que se houve crime ou se não houve, se o Parlamentar é culpado ou inocente, compete ao Supremo Tribunal Federal, que é um órgão isento, apurar e decidir a respeito.

Portanto, eu voto contra o Relator e pela concessão da licença.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Trata-se do pedido de licença prévia para processar o Senador Lauro Campos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Com base no relatório, que apresentei no início, na justificativa dos meus votos, eu voto com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota com o Relator.

O parecer do Relator foi aprovado pela unanimidade dos votos, à exceção dos votos do Senador Amir Lando, que se absteve, e do Senador Jefferson Péres, que votou contrariamente.

Passa-se ao item 10 da pauta, por solicitação do Senador Roberto Freire, que precisa se ausentar. Trata-se do Ofício S nº 13, de 1995.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, é apenas para um registro.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – S. Ex<sup>a</sup> praticamente já ofereceu o parecer.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, todos nós temos compromissos, compromissos inadiáveis. Vamos acatar a decisão do Senador Roberto Freire. Ele merece o maior respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Se o Plenário não concordar, nós voltamos à ordem natural.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não, é para concordar..

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> deseja apenas registrar uma opinião.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – É preciso ter uma razão para acatar o pedido, mas daqui para frente obedecer à ordem da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Estamos acordes. Vamos atender à solicitação extraordinária do Senador Roberto Freire e depois voltaremos à ordem de forma inflexível.

Ofício S nº 13, de 1995, que solicita ao Senado Federal o pedido da necessária licença prévia para que o Supremo Tribunal Federal possa apreciar denúncia constante dos autos do Processo 960/1/140, oferecida contra o Senador Roberto Requião de Melo e Silva. A autoria é do Supremo Tribunal Federal e o Relator é o Senador Roberto Freire, a quem passo a palavra.

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Já fiz o relatório e vou apenas apresentar o voto.

O que ficou evidenciado, inclusive nos autos, é que, se tivesse ficado na competência dos Tribunais do próprio Estado do Paraná, provavelmente haveria a absolvição, porque o próprio Ministério Público reconhece que não havia mandado de apreensão, que estava dentro das normas abertas pela própria legislação arbitrária que nós temos de definir critérios para que na propaganda eleitoral constem nomes de Partido, quem é responsável, quem não é e uma série de exigências menores, até do momento em que se pode fazer campanha eleitoral. Levando-se em consideração que o Senador Roberto Requião, na época Governador, não estava nem participando das eleições, não era participante ativo e, apenas como Governador, se envolveu num processo normal de confusão de eleitores na “boca maldita”, centro da Capital do Estado do Paraná, em Curitiba, nada caracteriza prática de crime. O próprio Ministério Público iria chegar a essa conclusão final, evidentemente que é descabido. Veio apenas em função da eleição de Senador. Portanto, por uma questão de fórum.

Acredito que não se deve dar a licença, porque isto pode caracterizar um certo constrangimento ao próprio exercício da função de parlamentar. Não há nenhum crime comprovado materialmente.

Continua dentro da minha visão de só conceder para crimes comuns e voto pela negativa de concessão de licença.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Consulto o Plenário se eu poderia considerar como escrutínio de votação o resultado do Item 12, que é matéria também referente a crime eleitoral?

À exceção do voto do Senador Amir Lando, que muda de abstenção para “Sim”.

Apreciado, portanto, o Item 10, foi rejeitado o pedido de concessão de licença para processar o Senador Roberto Requião.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O Item 10 não foi votado?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Foi votado. Pedi a anuência do Plenário, para considerar o mesmo resultado concedido ao Item 12, que é matéria correlata.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Tudo bem.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, evidentemente que, nesse momento, só quero fazer uma observação sobre a matéria.

A minha posição, em relação a esses fatos, é a mesma posição do Senador Roberto Freire. Há momentos em que devemos conceder a licença para o processo e há outros que a licença simplesmente abre espaço para retaliações do Poder Judiciário contra determinados parlamentares.

No caso específico, havia uma apreensão de material de propaganda do então candidato a Prefeito de Curitiba, Maurício Fruit. E o motivo da apreensão era por não constar na propaganda a legenda do partido.

Esta apreensão estava sendo feita pela Guarda Municipal de Curitiba, a Guarda da Prefeitura, que era exatamente a Guarda onde estava um candidato a Prefeito, que patrocinava o adversário do Deputado Maurício Fruit.

Como Governador de Estado, estava passando pelo centro da cidade, quando vi o tumulto. Imediatamente, dirigi-me à Guarda Municipal, para saber o que ocorria. Perguntei-lhes onde estava o mandado de apreensão. Não havia mandado. Pedi a presença do oficial de justiça. Não havia oficial de justiça.



Fiz a observação de que a propaganda do candidato Jaime Lerner, que se opunha ao Fruit do PMDB naquela época, o Lerner era do PDT, também não tinha a identificação partidária.

Os guardas municipais me disseram que estavam cumprindo uma ordem judicial. Não existe ordem sem mandado e não existe ação sem a presença do oficial de justiça, e a ordem não pode ser genérica.

Imediatamente, determinei, então, à Polícia Militar do Estado do Paraná que fizesse suspender essa operação, porque não havia nem como recorrer, uma vez que não havia mandado e não havia oficial de justiça. E aí se encerrou o episódio.

Mas o importante é destacar que esse projeto veio ao TSE. Houve o voto do Relator, que votou pelo arquivamento desse processo. Em seguida, alguém observou que eu já não era mais Governador de Estado, era Senador, e que o processo não poderia ser julgado pelo TSE, a não ser depois de obtida uma licença, e não poderia ser julgado pelo TSE e sim pelo STF.

Então, só para esclarecer, de forma mais concreta, o que ocorreu.

É parte da perseguição política que nós sofríamos no Paraná, por parte do Judiciário, desde o dia em que eu neguei um aumento sem lei, solicitado pelos juízes do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com as considerações do Senador Roberto Requião, passamos ao Item 4 da pauta.

O Item 4 não, porque o Senador Jader Barbalho não se encontra presente.

Passa-se ao Item 7 da pauta:

Ofício S-17, de 1995, que solicita ao Senado Federal licença prévia, para que possa julgar a exceção da verdade, constante dos autos do Processo 703-0/140, oferecida contra o Senador Bernardo Cabral.

A autoria é do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relator: Senador Francelino Pereira, que oferece parecer pela rejeição do pedido de licença prévia.

Passo a palavra ao Senador Francelino, convidando-o a tomar assento à Mesa.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, limitar-me-ei à síntese do parecer. A síntese também foi escrita, para que não haja dúvida na interpretação do texto.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal remeteu ao Senado Federal o Ofício nº S-17/1995 (nº 411, de 04.05.95, na origem), no qual solicitou licença

prévia para que aquela Corte possa apreciar a exceção da verdade relativa à queixa-crime constante nos autos do Inquérito nº 703.140. Trata-se de exceção da verdade apresentada pelo jornalista Sílvio Leite Campos numa queixa-crime oferecida pelo Senador Bernardo Cabral em que este acusa o citado profissional dos crimes de injúria, calúnia e difamação por divulgação de notícias no **Jornal do Congresso** contra a sua honra.

Os comentários do querelado – o Senador Bernardo Cabral – no mencionado jornal baseiam-se em declarações feitas por uma atriz segundo a qual o Senador teria inserido, para beneficiá-la, alterações na Constituição Federal quando atuou como Relator da Constituinte.

Peço que V. Ex<sup>as</sup> prestem atenção. As alterações referir-se-iam à inserção da expressão “ou a imagem” – na Constituição, em seu art. 5º, X, constou “a imagem”, em decorrência da qual essa senhora teria conseguido vultosa indenização da Rede Globo por uso indevido de sua imagem. Imagem é resguardada em quase todas as Constituições do mundo.

A exceção da verdade apresentada pelo mencionado jornalista em dezembro de 1991 foi, em seguida, impugnada pelo Senador Bernardo Cabral, que afirmou que a chamada prova da verdade nada trouxe que pudesse elidir os crimes, sobretudo quando o querelado alega que a referida modificação passou despercebida por quase todos os constituintes. Na verdade, foram vários os Parlamentares autores das emendas – o Senador Bernardo Cabral não foi autor de emenda – que buscaram inserir na Lei Maior o termo “imagem”, que consta na Constituição.

O Senador Bernardo Cabral cita, então, os nomes dos Congressistas que as apresentaram, com as datas precisas – documentação expedida pelo Prodasen –, argumentando que esses dados deitam por terra, em definitivo, a suposição de que a alegada inserção da expressão “ou a imagem” – ou como ficou “e a imagem” – no art. 5º, X, seja de sua autoria. Ele não foi autor da emenda – foi Relator e a acolheu, agindo corretamente.

Afirma ainda o querelante que o querelado não detém o direito de arguir a exceção da verdade quanto ao delito de difamação, pois a Lei nº 5.240/67 estabelece que a exceção da verdade somente se admite se o crime é cometido contra funcionário público em razão da função ou se o ofendido permite a prova. Como não foi solicitada autorização do ofendido para permitir a prova, “é defeso ao querelante fazê-lo agora em face do instituto da preclusão” – aliás, já houve a preclusão com relação ao denunciante.



Declara ainda o querelante que “à míngua de argumentação sólida para a sua chamada exceção da verdade, tenta o querelado, de forma desesperada, desviar o eixo objeto da ação penal, trazendo matéria estranha, alheia e inadequada para o seu bojo.

O Ministério Público opinou pela improcedência da exceção da verdade, concluindo que “é impossível afirmar com absoluta segurança que o excipiente não conseguiu demonstrar a veracidade das afirmações consideradas ofensivas contra a honra do ex-Deputado José Bernardo Cabral, atual Senador da República, não passando assim de mera alegação”.

A nosso ver, o parecer do Ministério Público Federal, ao ressaltar que a exceção da verdade apresentada pelo jornalista não conseguiu provar a veracidade das afirmações, por si só já demonstra a fragilidade das suas alegações. Ademais, tendo sido tão bem demonstrado nos autos que a inserção da expressão “ou a imagem” ou, como ficou expresso no art. 5º da Constituição, “a imagem” resultou da vontade de vários Parlamentares, opinamos pela rejeição do pedido de licença prévia para que o presente processo siga o seu curso.

Sr. Presidente, lamento apenas que por tantos anos esse processo tenha permanecido no Senado da República, aparecendo o nome do ilustre Senador Bernardo Cabral como estando sendo processado pela Justiça, e a mesma situação ocorria com o Senador Carlos Wilson e com outros Parlamentares presentes.

Este é o meu parecer. É o meu aplauso à conduta, à ética, à sabedoria e ao equilíbrio do Senador Bernardo Cabral, um dos homens públicos mais corretos e respeitados nesta Casa e neste País, particularmente na sua imensa Amazônia, que pertence ao coração do Brasil inteiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela rejeição do pedido de licença prévia.

A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço as palavras finais do eminente Senador Francelino Pereira, mas peço a todos os membros da Comissão que votem contra o parecer de S. Ex<sup>a</sup> e explicarei o porquê.

O querelado, que aqui já teve o seu nome citado, inseriu em um jornal que se publica em Brasília, chamado Diário do Congresso Nacional, a seguinte expressão: “O então Relator-Geral da Constituinte, De-

putado Bernardo Cabral, andou usando modificações em artigos da Carta Magna como moeda de troca de assuntos de seu interesse”. E logo abaixo dizia: “A modificação foi feita como moeda de troca”.

Quando tomei conhecimento disso, Sr. Presidente, quis saber qual era a modificação que havia feito. A reportagem dizia que eu havia acrescentado “três simples palavras ‘ou a imagem’, constante do final do texto, que devem ter passado despercebidas por quase todos os seus Constituintes e foram acrescentadas”.

Dizia o jornalista que eu acrescentara ao texto constitucional essas palavras “ou a imagem” para permitir uma ação indenizatória contra o jornal **O Globo** a favor de determinada atriz, que eu não conhecia.

Fiz uma interpelação e apresentei uma queixa-crime como calúnia e difamação que dizia: “sem o mais leve pejo e de modo doloso, porque o querelado, afeito às ocupações parlamentares – jornalista que frequenta o Poder Legislativo –, sabe, de ciência própria, da impossibilidade da infiltração, acréscimo ou inserção despercebidos no trabalho constitucional por quem quer que seja, eis que foi o seu texto” – meu texto, como Relator, fruto de emendas aprovadas nas subcomissões, comissões temáticas, comissões de sistematização e, por fim, do Plenário da Constituinte. Então, Sr. Presidente, juntei ao processo que hoje o Supremo Tribunal Federal tem. É bom que se diga, uma vez a imprensa noticiou que eu estava sendo vítima de uma queixa-crime, porque tinha assacado calúnias, injúria e difamação ao jornalista. É exatamente o contrário.

Contra a queixa-crime, inteligentemente o advogado entrou com uma exceção da verdade, e sabe V. Ex<sup>a</sup> melhor do que eu que a exceção da verdade é aquele instituto que permite que se prove a verdade a respeito do fato imputado. Quando contestei, impugnando a exceção da verdade, já sabia que o querelado queria ganhar tempo, e o Supremo Tribunal Federal fez este ofício ao Senado Federal, que foi absolutamente deturpado por quem tem o dever de passar notícia séria. Trata-se de um ofício de 1995, em que o Supremo Tribunal Federal pedia o seguinte: “Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> se digne submeter a essa Casa Legislativa, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de necessária licença prévia, para que possa o Supremo Tribunal Federal julgar a exceção da verdade.” Esse é o mérito oferecido contra o Senador José Bernardo Cabral, porque, em 1995, eu era Senador. Veja, Sr. Presidente: para julgar a exceção da verdade. O que se passou para o noticiário é que o Supremo Tribunal Federal pediu per-

missão ao Senado Federal para me processar, em uma verdadeira inversão do que aconteceu.

Quando, na exceção da verdade, juntei o documento do Prodase, dizendo quem tinha apresentado essas imagens, o mundo deve ter desabado, porque a mentira, a difamação, a calúnia ficaram absolutamente comprovadas. Autores da palavra, da imagem: em 1987, um ano antes da promulgação da Constituição Federal, Deputado José Sarney Filho, Deputado Nilson Gibson, Senador Maurício Corrêa, Deputado Max Rosenmann, Deputado Antônio Mariz, Senador José Richa, Deputado Lysaneas Maciel, Deputado Francisco Benjamim, a própria Comissão de Sistematização, Comissão de Soberania dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, Deputado Paes de Andrade, Deputado Firmo de Castro, anteprojeto da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, Deputado José Maurício, Senador Mansueto de Lavour, Deputado Jesus Tarja, Deputado Bonifácio de Andrade, Deputado Alécio Dias, Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Henrique Eduardo Alves e, já em 1988, o próprio Deputado José Richa.

Ora, Sr. Presidente, havia a comprovação de que a exceção da verdade cairia, mas, como ela foi apresentada e processada antes que eu assumisse o Senado Federal — eu estava na condição de ex-Deputado —, o Procurador entendeu que se deveria pedir licença, porque a exceção da verdade e a queixa-crime tinham sido ambas apresentadas, quando eu ainda estava no desempenho de Deputado Federal.

Acontece, Sr. Presidente, que, se esta Comissão e o Senado Federal não derem a licença, quem vai beneficiar-se é exatamente o cidadão que cometeu a calúnia e a injúria contra mim, porque o processo ficará paralisado, em que pese o Procurador-Geral, em 1984, ter opinado — o eminente Senador Francelino Pereira já leu, mas lerei novamente — da seguinte forma: “É possível afirmar, com absoluta segurança, que o excipiente” — que é exatamente o querelado, o que cometeu o crime de calúnia — “não conseguiu demonstrar a veracidade das informações consideradas ofensivas à honra do ex-Deputado José Bernardo Cabral, não passando, assim, de mera alegação”.

Claro, Sr. Presidente, com a prova constante dos autos, houve a tentativa — que não quero devidamente colocar, senão pela forma oblíqua — de querer alguma coisa contra o ex-Relator da Constituição. De modo que a permissão tem que ser concedida, Sr. Presidente.

O eminente Senador Francelino Pereira, a quem rendo todas as homenagens, elaborou um parecer

brilhante, sem dúvida alguma, demonstrou os crimes e fez uma bela citação quanto ao crime de calúnia e de difamação do saudoso jurista Heleno Fragoso, a qual reputo absolutamente perfeita à exceção do final, se for opinado pela rejeição do pedido de licença para que o processo siga o seu curso, só quem vai ser beneficiado é quem cometeu a calúnia e a difamação.

Por isso é que o Supremo pediu necessária licença para que possa julgar a exceção da verdade em seu mérito porque não há mais nenhuma prova a fazer. Apenas essa circunstância constitucional de ter sido no exercício de um mandato parlamentar.

Peço aos eminentes Colegas e, o faço a contragosto porque é muito difícil divergir do eminente Senador Francelino Pereira, que votem contra e que autorizem o Supremo, vez que quero ver esse processo julgado para que não se repitam mais ofensas à honra alheia da forma irresponsável e levianamente como foi feito.

De modo que, Sr. Presidente, como não vou poder votar em causa própria, abster-me-ei e pediria ao Senador Francelino Pereira que atendesse ao meu pedido e revisse o final do seu parecer e desse pelo atendimento à necessária licença ao Supremo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) — A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Relator.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** — Sr. Presidente, compreendo a palavra e o sentimento do Senador Bernardo Cabral.

S. Ex.<sup>a</sup> tem muita preocupação com o seu nome, seu passado, presente e futuro, mas examinei bastante, sobretudo essa noite, a possível posição que é o pedido do Bernardo Cabral.

Peço aos Senadores que não atendam ao Senador Bernardo Cabral, porque o autor da denúncia da queixa-crime já está protegido pela preclusão. De maneira que está beneficiado. Não vejo, portanto como alterarmos a nossa posição que deve merecer o nosso respeito sobretudo pelo registro da explicação que S. Ex.<sup>a</sup> está fazendo.

Entendo que devemos e peço que votem com o meu parecer, com meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) — A matéria continua em votação.

**O SR. JEFFERSON PERES** — Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PERES** — Gostaria de obter um esclarecimento do Senador Bernardo Cabral.



A exceção da verdade não cabe em crimes de injúria e difamação, apenas no de calúnia, ou seja, quando alguém imputa a outrem um fato em que o Código Penal classifica como crime o querelado, no caso a pessoa que está sendo processada pelo crime de calúnia, pode entrar com a exceção da verdade, isto é, ela prova em juízo que o fato delituoso que imputou ao querelante é verdadeiro e, neste caso, o fato deixa de ser crime e é absolvido.

Senador Bernardo Cabral, V. Ex.<sup>a</sup> entrou com uma queixa-crime por calúnia. Ele agora entrou com a exceção da verdade querendo provar que o fato é verdadeiro, é isso?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sim.

**O SR. JEFFERSON PERES** – V. Ex.<sup>a</sup> quer que o Senado conceda licença por quê?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Senador Jefferson Peres, quero que o Supremo julgue o mérito.

**O SR. JEFFERSON PERES** – Para saber se é verdade ou não.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Claro. Quero que ele prove que era verdadeiro. Como ele não provou que era verdadeiro o fato, ele será beneficiado se o Senado não der a licença.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Ele é beneficiado, e fica na cabeça de alguns a dúvida.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – A dúvida de que eu realmente tive um processo perante o Supremo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Mas, Senador Bernardo Cabral, não prescreve, o crime não prescreve, ou seja, mesmo depois de V. Ex.<sup>a</sup> deixar de ser Senador. Mas V. Ex.<sup>a</sup> quer dirimir isso?

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Porque o Supremo deliberou que, sem a licença do órgão competente, não terá seguimento, porque o episódio aconteceu quando eu estava no exercício de um mandato parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discuti-la, com os esclarecimentos do Senador Bernardo Cabral e a posição do Relator, vou colocar a voto nominal, pela singularidade da situação, o Item 7.

*(Procede-se à votação)*

**O SR. IRIS REZENDE** – Quero fazer uma declaração de voto.

Entendi perfeitamente a argumentação do ilustre Senador Bernardo Cabral. Estou absolutamente certo do que ocorreu e certo, antecipadamente, da decisão do Supremo Tribunal Federal em relação ao caso. Esta Comissão, desde o início da presente reu-

nião, assumiu uma posição, a qual vai dar a entender ao público que negou a autorização para processar Senadores nos casos de crime de opinião ou de possíveis crimes eleitorais mas autorizou que se processasse o Senador Bernardo Cabral.

Neste caso, não quero, em hipótese nenhuma, dar meu voto e contribuir para um juízo diferente do público. Como amigo pessoal que sou do Senador Bernardo Cabral, recuso-me a atendê-lo e voto com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex.<sup>a</sup> vota com o Relator.

*(Cont. o processo de votação)*

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, cheguei aqui agora e acompanhei rapidamente alguns esclarecimentos.

Conheço a vida política do Senador Bernardo Cabral. Vejo, pelo Relatório do Senador Francelino Pereira, que quem ofereceu uma queixa foi o Senador Bernardo Cabral. Ele é autor de uma ação penal. Nesse tipo de ação penal, no meu entender, uma das formas de defesa é permitir-se àquele acusado, contra quem está movida a ação, que diga ao juiz que quer provar que aquilo que ele falou é verdade. Mas, essa exceção da verdade não é ação penal. A meu ver, o Supremo não podia pedir licença para o Senado processar o Senador Bernardo Cabral. Claro que ele não podia!

**O SR. ROMEU TUMA** – É um pedido para julgar, não está pedindo para processar.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sim, mas meu raciocínio está correto. Está absolutamente correto. O que o suposto ofendido, o jornalista Sílvio Leite Campos, disse que queria propor ação da verdade. E o Supremo tribunal Federal, para isto, quer ouvir o Senado da República.

Ora, Sr. Presidente, temos uma conduta de ação aqui. No mínimo, esta Casa, e o Congresso Nacional, tem se pautado e recentemente aprovamos uma lei que diz que, nos crimes de opinião – estamos tentando alterar inclusive a Constituição –, o problema é do Parlamento. Penso que a argumentação do Senador Iris Rezende é altamente procedente. Então, no meu ponto de vista, o Senador Bernardo Cabral haverá de nos relevar. E a ação terá oportunidade, pois, como disse o Senador Jefferson Péres, não prescreve, porque pode levar ao raciocínio igual ao do Senador Iris Rezende, Sr. Presidente. Por isso, acredito que o relatório do Senador Francelino Pereira é pela rejeição do pedido e vou acompanhá-lo.



**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex.<sup>a</sup>, portanto, vota “sim”.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Eu voto “sim” ao parecer, pela rejeição.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, estamos diante de uma confusão **data venia** das opiniões contrárias. Não estamos querendo proteger ninguém neste momento. Temos de proteger a verdade. E a verdade aí que vai no sentido-contrário é que o Senador Bernardo Cabral não é réu, mas autor. E, uma vez suspensa essa exceção da verdade, o que permanece concretamente? Uma espada de Dâmoques permanente. Quer dizer, ficará ele sempre com uma nódoa de suspeição absolutamente desnecessária. E, diante da opinião pública, a meia-verdade sempre serve para prejudicar. Temos de colocar a verdade inteira, porque assim se esclarece a situação. Eu não estou aqui pensando que alguém é culpado ou querelante. Não. Vamos abstrair esse ponto. Mas penso que, na medida em que se susta um processo, em virtude de uma exceção da verdade, quando o autor é o parlamentar, prejudica o parlamentar, que não tem sequer a sua prestação jurisdicional realizada pelo Supremo.

Então, evidentemente compreendi, desde o início, as ponderações do Senador Bernardo Cabral, jurista que é, com todo o respeito. Não devemos dar à opinião pública a idéia de que estamos autorizando o Senador Bernardo Cabral a ser processado, porque S. Ex.<sup>a</sup> não está sendo processado. S. Ex.<sup>a</sup> está processando. S. Ex.<sup>a</sup> é o autor. Quer dizer, a opinião pública tem de retratar a verdade e não tem por que ter medo da verdade. Por que agora buscar um mecanismo de uma certa uniformidade? Temos de ser idênticos com as coisas iguais. Temos de ser diferentes com as coisas diversas. Aqui são situações diversas, bastante diversas. Se S. Ex.<sup>a</sup> fosse réu, evidentemente jamais poderia ser condenado por voto, por ação estritamente parlamentar. E, neste caso, comprovou-se inclusive que a emenda não era... Ou seja, já se afasta qualquer possibilidade do êxito da exceção da verdade. Não praticou delito algum. E está comprovado por todos esses detalhes do **Diário da Constituição**, aqui gravado que a situação é totalmente diversa da ofensa sofrida, da versão dada pelo jornal. Logo, não precisamos entrar no mérito. Precisamos analisar o seguinte: nessa circunstância, a opinião pública não vai e não pode entender, e penso que a

imprensa não dá uma versão equivocada, dizendo: “O Senado autorizou processo contra o Senador Bernardo Cabral.” Não, não autorizou. Não autorizou. Apenas estamos autorizando que se processe a exceção da verdade, porque hoje impede o andamento de um processo em que o Senador é o autor.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sendo exceção, o Senador passa a ser réu até que prove o contrário.

**O SR. AMIR LANDO** – Não, S. Ex.<sup>a</sup> não será réu, se aceita a exceção. Evidentemente que, se aceita a exceção, S. Ex.<sup>a</sup> não passa a ser réu. A ação dele é que é improcedente. Só isso. Só isso. Nada mais do que isso. A ação dele passa a ser improcedente. Então, **data venia**, temos de ter opiniões diferentes. E, como respeitei as demais, eu não agredi nenhum Senador, mas a minha convicção é essa.

**O SR. ROMEU TUMA** – Senador Amir Lando, posso fazer um questionamento?

**O SR. AMIR LANDO** – Não agredi nenhum Senador. Agora, minha convicção é essa e é idêntica.

Com muito prazer, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Eu gostaria de saber se, nesse caso e o Senador Bernardo Cabral pôs bem o seu ponto de vista, o relatório do Senador Francelino Pereira faz justiça à dignidade da conduta do Senador, o que se está discutindo é a imunidade parlamentar, que não pertence ao Senador.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Não, não é isso.

**O SR. ROMEU TUMA** – Era isso que eu queria questionar para esclarecer.

Então, como V. Ex.<sup>a</sup> está processando, então não fere o princípio da imunidade parlamentar.

**O SR. AMIR LANDO** – É evidente que não fere. A exceção da verdade é apenas um argumento e não vou entrar no mérito, porque o mérito vai para frente, foi um artifício ou um mecanismo disponível na defesa do querelado. E claro que ele nem tinha condições subjetivas, porque isso só tem o servidor público quando o ato se dá no estrito exercício das suas funções. Mas não vou entrar nesse mérito.

Penso que deveríamos, neste momento, entender um fato indiferente, porque, senão, vem o outro lado: a opinião pública. O Senado não autoriza nem a exceção da verdade. Parece-me que daria uma manchete um pouco diversa do que poderia ser.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Amir Lando, como vota V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. AMIR LANDO** – É a minha opinião, respeitadas as opiniões diferentes. Portanto, voto contra o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Vota “não”.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador Bernardo Cabral, vou pedir a V. Ex<sup>a</sup>, que é interessado, um esclarecimento.

Em verdade, a Constituição dispõe que, para um Senador ser processado – e, portanto, isso pressupõe uma ação penal contra o Senador –, é preciso autorização da Casa. Pergunto: a exceção da verdade é uma ação? Desde quando?! Então, não sei porque o Supremo pediu isso! Não estou a entender esse procedimento, porque a **exceptio veritatis** é uma peça de defesa do ofendido; não é uma ação penal. Se ele provar a verdade, não será condenado; o outro é que será absolvido. Então, o que quero saber é o porquê de o Supremo Tribunal Federal haver feito esse pedido. Não estou entendendo.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Respondo, Senador Ramez Tebet. Quando apresentei a queixa-crime, eu estava no exercício do mandato de Deputado Federal, e o Ministério Público entendeu que, por esta razão, a competência era do Supremo. E o Supremo, por uma filigrana jurídica, resolveu pedir ao Senado já que estou, agora, não mais no mandato de Deputado Federal mas de Senador que desse...

O ofício do Presidente do Supremo é muito claro e tem esta redação:

O pedido da necessária licença prévia para que possa o Supremo julgar a exceção da verdade (...)

Não se trata de julgar o Senador Bernardo Cabral, mas julgar a exceção da verdade.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Mas a exceção da verdade...

**O SR. BERNARDO CABRAL** – O autor, veja bem...

Deveria ter julgado. Também acho, deveria ter julgado.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Data venia..

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Excelência, deixe-me concluir a resposta.

O próprio Procurador-Geral da República, o Ministério Público, já deu parecer contrário à exceção da verdade, porque ela não coube. Mesmo argüida pela defesa, a defesa não provou; e é evidente que a condenação do querelado se fará. Agora, em não sendo dada essa licença, não sou eu o beneficiário. O beneficiário é o querelado. O autor da ação penal sou eu. Se a exceção da verdade fosse admitida e, no fim, julgada procedente, apenas ele seria absolvido e não haveria mais nada. Mas, como está, nem eu vejo a minha ação penal devidamente julgada – o que me pre-

judica, evidentemente –, como se beneficia o outro lado. Se valeu de uma filigrana jurídica, e o Supremo vai continuar. Enquanto eu detiver mandato parlamentar, isso não irá andar nunca. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua a votação.

Senadores Carlos Bezerra, Agnelo Alves, Gilvam Borges, Luiz Estevão. Como vota o Senador Ney Suassuna? (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> vota “sim”.

O Senador Bernardo Cabral vai se abster.

Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, esse é, realmente, um problema difícil de se resolver. Compreendo as angústias do Senador Bernardo Cabral. Eu, no lugar de S. Ex<sup>a</sup>, estaria nas mesmas condições e compreendo também o que aqui foi exaustivamente dito pelos Senadores Iris Rezende e Ramez Tebet.

Na verdade, a imunidade parlamentar não é um direito pessoal de cada parlamentar, mas um direito público indisponível. Sucede que não se trata exatamente disso no momento. Não é da imunidade parlamentar.

Esta Comissão tem por tradição de não conceder a licença, mas por crimes de opinião. No caso presente, trata-se de uma questão inteiramente nova, inusitada. Em consequência, eu me inclino a abrir uma exceção e conceder, portanto, a licença.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, vota “não”. O Senador Fancelino Pereira vota “sim”. Como vota o Senador Romeu Tuma?

**O SR. ROMEU TUMA** – Endosso o que disse o Senador Edison Lobão, diante da exposição e do interesse do Senador Bernardo Cabral, que é meu guia jurídico nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> V. Ex<sup>a</sup> vota “não” Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** (*Fora do microfone*) – Sr. Presidente, acompanho a opinião do Senador Bernardo Cabral. Na realidade, se a licença não for concedida, S. Ex<sup>a</sup> é o maior prejudicado.

Então para que a imagem do Senador, que está sendo prejudicada pela versão fantasiosa dos fatos, voto pela concessão da licença, a fim de que se proceda ao julgamento, com a aceitação da **exceptio veritatis**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Álvaro Dias, como vota V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ALVARO DIAS** Sr. Presidente, tenho uma rápida declaração de voto. Voto contra o Relator



e creio que é a primeira vez que voto contra o Senador Francelino Pereira, porque entendo que o Senador Bernardo Cabral, especialmente por ser um homem público, dependente, portanto da opinião pública, tem o direito de ter o esclarecimento judicial. S. Ex<sup>a</sup> tem o direito de se livrar de qualquer tipo de suspeita, eliminando qualquer tipo de dúvida. Embora não prescreva esse tipo de ação, os danos morais e os prejuízos de natureza política podem ser irrecuperáveis.

Imaginemos o Senador Bernardo Cabral disputando uma eleição no seu Estado, sob a suspeição, que pesaria se o fato fosse verdadeiro. Os prejuízos de natureza política seriam, portanto, inevitáveis e insanáveis. Daí ter o Senador Bernardo Cabral o direito de ver essa ação ter prosseguimento, e com velocidade.

O meu voto, portanto, em atenção ao pedido do Senador Bernardo Cabral, é pela concessão da licença.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> vota “não”. Senador Carlos Wilson, como vota V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, também tenho uma pequena declaração de voto, louvando o parecer do Senador Francelino Pereira, que está correto.

O Senador Francelino, em seu parecer, faz o relato com absoluta precisão. Contudo, eu não poderia deixar de atender ao Senador Bernardo Cabral, quando S. Ex<sup>a</sup> coloca a necessidade de dar um esclarecimento à opinião pública, de uma forma mais contundente em relação a esse processo.

Então, peço desculpas ao Senador Francelino Pereira, reconhecendo a justeza do seu relatório, mas vou votar contra, atendendo à solicitação e ao desejo do Senador Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O Senador Carlos Wilson vota “não”, portanto.

Os Senadores Lúcio Alcântara, Luzia Toledo, Sérgio Machado, Artur da Távola, Pedro Piva, Luiz Pontes, Romero Jucá, Teotônio Vilela Filho e Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, o expediente utilizado pela outra parte da exceção da verdade foi apresentado não com o objetivo de realmente desvendar a verdade ou oferecer outra versão do fato. O propósito foi meramente protelatório, ou seja, a intenção da outra parte é engavetar o processo o máximo possível, porque sabe de antemão que o seu constituinte está perdido na causa. Ora, não votar a concessão da licença do Senador Bernardo Cabral neste caso seria coonestar o adver-

sário, apoiando o raciocínio do advogado, que, de modo inteligente, procurou todos os meios de procrastinar a ação.

Sendo assim, Sr. Presidente, penso que o Senador Bernardo Cabral, com a competência que todos admiramos e, acima de tudo, com a lisura com que sempre procedeu ao longo da sua vida política, merece ser atendido no seu pedido, que visa sobretudo salvaguardar possíveis explorações políticas que possam ocorrer a respeito desse assunto.

Então, a matéria, apesar de bem relatada pelo Senador Francelino Pereira, merece a atenção dos Srs. Senadores no sentido de acolher a solicitação do nobre Senador Relator da Constituinte, durante cujo período – como até hoje – não se ouviu falar de ato algum que desabonasse sua conduta à frente da relatoria. Quando se levanta uma questão desse jaez, inteiramente decidida pelo Supremo Tribunal Federal – que entendeu por bem pedir licença ao Senado Federal –, diante desse pedido, que tem total procedência, devemos votar favoravelmente.

Por isso, acompanho a opinião abalizada do sempre professor e amigo Bernardo Cabral, mormente porque voto não apenas pela competência do Sr. Senador, mas sobretudo pela lisura com que se comportou na condução da nossa Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Roberto Freire?

**O SR. ROBERTO FREIRE** – Voto pela rejeição.

*(Procede-se à votação nominal)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, trata-se de uma situação esdrúxula e inusitada. Estamos concedendo ao Supremo Tribunal Federal licença da qual ele não necessita no meu entender. No entanto, trata-se da Suprema Corte do País. Então, meu voto é “não”, mas que fique claro que não estou autorizando o STF a processar o Senador Bernardo Cabral – estou dando a ele o direito de ir até o fim nesse processo, no qual é querelante, ou seja, autor, e não réu.

Portanto, voto contra o parecer do Senador Francelino Pereira.

*(continua a votação nominal)*

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr. Presidente, como o resultado ainda não foi proclamado, os argumentos



que ouvi posteriormente a respeito de votar negativamente ao relator convenceram-me. Destarte, peço a mudança do meu voto. Voto contrariamente ao parecer do relator. Inclusive, comuniquei mimicamente ao meu companheiro Francelino Pereira que ele fez um grande parecer – daí o meu voto inicial. Mas, tendo em vista a pretensão do nosso querido amigo Bernardo Cabral, que tem sido um homem probo em todas as áreas por que passou, votarei negativamente ao parecer do Senador Francelino Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como vota o Senador Roberto Requião?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Na verdade, o Senador Bernardo Cabral não está sendo processado. Ele está processando, e o réu da sua ação valeu-se de um artifício para paralisá-la durante o período de mandato que resta ao Senador. A exceção da verdade nada mais é do que uma artimanha para procrastinar o resultado da ação.

Acredito que a imunidade parlamentar não é uma prerrogativa pessoal, mas uma prerrogativa dos poderes, mas, nesse caso, como me vejo diante de um artifício para paralisar o processo, atendo ao pedido do Senador, não estabelecendo, com o meu voto, jurisprudência. Atendo o pedido do Senador para que seja dada a possibilidade de o processo prosseguir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, vota “não”?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Exato.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Já votei?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> votou sim. Já consignei o voto de V. Ex<sup>a</sup>. O Senador Francelino Pereira votou sim.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Relator, o senhor vai falar ao final de todos? Porque eu gostaria de aduzir alguma coisa, e o relator tem sempre a palavra para falar por último. Eu não queria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse uma indelicadeza minha falar depois de V. Ex<sup>a</sup> sobre essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Ele deseja falar por último. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra. Em seguida, o Relator.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui o meu ponto de vista. Quero deixá-lo muito claro, invocando o § 1º do art. 53 da Constituição Federal, que diz assim:

Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo

em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa.

Muito bem, o Senador Bernardo Cabral não está sendo processado, como ficou dito. A exceção da verdade, no meu juízo, e quero deixar isto consignado, não é uma ação contra o Senador, portanto, ousou aqui – porque realmente é uma ousadia – discordar do posicionamento do Supremo Tribunal Federal. E quero deixar isto consignado, Sr. Presidente, porque não acho que a exceção da verdade seja uma ação. A exceção da verdade é uma peça de defesa, isto é, o ofendido está querendo dizer o seguinte: “Não, falei isso sim, e quero ter o direito de provar.” Ora, isso não é uma ação. Portanto, creio que esse pedido de licença não veio aqui adequadamente. Permito-me divergir do Supremo Tribunal Federal e quero consignar isso em ata. Sabe por quê? Senão jamais vamos poder ter direito de promover uma ação penal onde caiba a exceção da verdade, que é, por exemplo, o crime de calúnia. Um Senador entra com uma ação, a defesa entra com uma exceção da verdade. Parou a ação contra ele. Quer dizer, ele está sendo beneficiado. Foi esse o raciocínio que motivou o voto contrário ao parecer. E me parece isso altamente ilógico, sob todos os aspectos.

Então, quero deixar manifestado este meu posicionamento, embora não tivesse tido tempo, a exemplo de outros Senadores, para alterar o meu voto. Mas faço esta declaração de voto, porque é em benefício da Casa toda. É isto o que quero dizer.

Voto com o Senador Bernardo Cabral, com essa declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Relator.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Senador Bernardo Cabral, vamos conversar aqui, já é tarde e não há mais tempo.

Quero dizer à Casa que perturbou-me muito o exame dessa matéria, primeiro porque – vou falar a verdade, gostaria que me ouvissem –, em determinado momento, passando ao lado do Senador Bernardo Cabral, eu disse a S. Ex<sup>a</sup> que era Relator de um processo sobre o qual o Supremo Tribunal Federal estava solicitando licença para processar, e S. Ex<sup>a</sup> rapidamente também me disse: “Por favor conceda-me a licença”. E mais nada. Até porque não tem o hábito de conversar com as pessoas sobre as quais estou procedendo a julgamentos. Eu disse então: “Passei a examinar a matéria” à Mandeí ouvir a seção técnico-consultiva. E assim por escrito, num texto, numa nota técnica, e pessoalmente, junto a meus assessores, manifestou a assessoria técnico-consultiva que

era preferível para o Senador Bernardo Cabral a não-concessão da licença. Era preferível que a licença fosse negada, para que S. Ex.<sup>a</sup> tivesse a liberdade de defender conclusivamente a sua matéria e não torná-la em suspenso. Ontem à noite eu perguntava a mim mesmo: será que fui indelicado com o Senador Bernardo Cabral e S. Ex.<sup>a</sup> indelicado comigo? Indelicado quando comuniquei que ia dar o parecer contrário, e S. Ex.<sup>a</sup> foi indelicado comigo dizendo que a posição era contrária a mim. Ao mesmo tempo fiquei atento à observação aqui muito bem colocada pelo Senador Iris Rezende, de que, como toda Casa, sobretudo nos delitos de opinião, iria proceder no sentido de não conceder a licença, por falta de relevância, de expressão, de profundidade nos processos, até que ponto ficaria a nossa posição? Dessa dúvida entendi, hoje pela manhã, de concluir meu parecer pela concessão da licença, até para oferecer ao Senador Bernardo Cabral, pela provocação, pelo insulto – entre aspas – a oportunidade de esclarecer publicamente e preliminarmente este assunto.

De forma que mantenho meu voto, mas compreendo que literalmente as preocupações do Senador Bernardo Cabral e quero louvar-lhe o juízo, até porque já se disse que Deus, quando quer castigar o homem, encarrega o próprio homem de fazê-lo. Eu não quero que Deus encarregue V. Ex.<sup>a</sup> de tirar-lhe o juízo. Um abraço para V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Proclamo o resultado: Votaram SIM, a favor do parecer do Relator, 3 Srs. Senadores; e NÃO, contra o parecer do Relator, 10 Srs. Senadores.

Houve uma abstenção.

Total: 14 votos.

A matéria, portanto, foi rejeitada e quero designar o Senador Amir Lando Relator do vencido.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – V. Ex.<sup>a</sup> põe o meu voto...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Do vencido? O Parecer foi rejeitado.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, pela ordem. Já que o Relator do vencido será o Senador Amir Lando, que conste da decisão de que esta Comissão houve por bem, por maioria, autorizar a necessária licença para que o Supremo julgue a exceção da verdade, que o Supremo não vá me julgar. Eu sou o autor da ação penal, mas que fique bem claro,

porque já ouvi em várias rádios, já ouvi em televisão que o Supremo tinha pedido autorização para que eu fosse processado. É exatamente o contrário. Eu gostaria que constasse isso no voto vencido, que o que a Comissão decidiu foi isto: dar permissão ao Supremo que julgue a exceção da verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A observação foi bem entendida pelo Relator do vencido e será devidamente considerada.

Quero comunicar à Casa que acabei de receber um telefonema do Senador Ronaldo Cunha Lima pedindo a compreensão da Comissão, uma vez que deseja se fazer presente para apresentar a sua defesa, assim como foi feito pelos Senadores Bernardo Cabral e Carlos Wilson. Entendo que esse é um direito de S. Ex.<sup>a</sup>.

Por essa razão, peço a compreensão dos Srs. Senadores, para que possamos saltar o Item 8 e apreciar o Item 9.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** – O Item 8 trata de um processo simples de injúria e calúnia.

Estive conversando com o Senador Iris Rezende. Parece-me que o que mais preocupa o Senador Ronaldo Cunha Lima é a matéria referente ao Item 11, que trata do flagrante que S. Ex.<sup>a</sup> sofreu por tentativa de homicídio. Já o Item 8 trata de matéria simples. Poderíamos proceder à sua votação, porque se trata de matéria praticamente idêntica à dos outros. Trata-se de problema eleitoral, não é Senador Iris Rezende?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aqui expus a posição do Senador Ronaldo Cunha Lima, mas, se o Plenário entender que deve apreciar o Item 8, assim o faremos. Mas, na minha opinião, o Senador Ronaldo Cunha Lima desejaria estar presente para apresentar defesa em relação a todos os processos em que consta o seu nome.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, nada mais lícito do que se estabelecer o contraditório sempre. Mas me parece que todo pedido de adiamento que não seja perene, que seja feito de acordo com o bom senso, deve prevalecer.

**O SR. RENAN CALHEIROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.



**O SR. RENAN CALHEIROS** – Sr. Presidente, uma reunião da Executiva do PMDB retirou-me a possibilidade de participar desse debate:

Encareço, portanto, a V. Ex<sup>a</sup> que mande registrar o meu voto pela abstenção na votação anterior, em função de não ter assistido à discussão e de não ter dela participado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Assim será feito.

Passa-se, portanto, ao Item 9 da pauta, que trata de Ofício-S nº23, de 1995, que solicita ao Senado Federal a necessária licença prévia para que o Supremo Tribunal Federal possa apreciar a denúncia constante dos autos do Processo 972-5/140, oferecida contra o Senador Antonio Carlos Magalhães; de autoria do Supremo Tribunal Federal.

Relator: Senador Edison Lobão, que oferece parecer pelo indeferimento do pedido de licença prévia.

Peço a compreensão de V. Ex<sup>as</sup>, já que este é ainda o sétimo item a ser apreciado na reunião de hoje, portanto, falta metade da pauta, para que não chegássemos ao recesso sem a termos exaurido por completo.

Convoco os Srs. Senadores para que façamos uma reunião extraordinária, hoje, após a Ordem do Dia, que contará com a presença do Senador Ronaldo Cunha Lima, para exaurirmos, por completo, a pauta. Apreciaríamos o Item 9, como último item da reunião desta manhã, suspenderíamos a reunião e votaríamos o restante da pauta nessa reunião extraordinária de hoje à tarde.

Os Srs. Senadores estão de acordo.(Pausa.)

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, creio que poderíamos transferir este item para a reunião de hoje à tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador, creio que, rapidamente, apreciaremos este Item 9.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal remeteu o Ofício nº 448, de 1995, no qual solicitou licença prévia para apreciar pedido de instauração de ação judicial por calúnia, requerida por cidadão que se considerou ofendido, diante de uma denúncia formulada por Parlamentar ao Tribunal de Contas da União. O fato foi divulgado pela imprensa, como é inerente ao regime instituído pela Carta Constitucional.

A denúncia, formulada em 5 de fevereiro de 1993 pelo Parlamentar, então Governador de Estado, e endereçada ao Tribunal de Contas, foi considerada parcialmente procedente pelo Plenário desta colenda

Corte, conforme o voto do Ministro Olavo Drummond, segundo o qual as denúncias formuladas pelo ilustre Governador do Estado da Bahia, Sr. Antonio Carlos Magalhães, e pelas dignas autoridades mencionadas se mostram parcialmente procedentes.

Os trabalhos de investigação e análise procedidos nos autos em inspeção *in loco*, efetuados pela zelosa Secretaria de Controle Externo deste Tribunal na Bahia, detectaram as irregularidades mencionadas no relatório precedente. Portanto, confirmando, de algum modo, as denúncias do Sr. Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, o pedido de licença é contestado por todos os grandes juristas brasileiros. Paulo Brossard, no estudo “Imunidade Parlamentar” reproduziu a seguinte manifestação primorosa de Rui Barbosa: “O escudo da imunidade não é dos instituídos em vantagens dos poderosos contra o povo, mas dos reclamados pelo interesse do povo contra o poder; longe de ser estabelecido contra a igualdade e para favorecer a um diminuto número de cidadãos foi criado com intuito de evitar, em benefício de todos eles, que o **munus público** do seu mandato se converta, para os encarregados de executá-lo, na mais perigosa desigualdade”.

E prossegue Rui Barbosa: “Segundo a doutrina inconcussa entre os constitucionalistas e imanente a todas as constituições, essa garantia pessoal, na sua incidência, é impessoal, institucional, nacional na sua razão de ser e no seu objeto”.

Sr. Presidente, não é apenas Rui Barbosa, nem apenas Paulo Brossard. Fernanda Dias Menezes de Alneida, Alciro Pinto Falcão, Aníbal Freire, Pinto Ferreira e Pontes de Miranda também pensam da mesma forma. Enfim, todos entendem que a imunidade pertence à instituição e não ao Parlamentar.

Há que se observar, finalmente, a existência nos autos de minuta de parecer que não chegou a ser apresentada perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas que corrobora com as observações efetuadas acima, mediante a seguinte conclusão: Vale lembrar que a imunidade parlamentar não é um direito pessoal de cada parlamentar mas, antes, um direito público indisponível. De fato, essa imunidade parlamentar não defende o Parlamentar como pessoa, como cidadão, mas na sua condição de representante eleito do Poder Legislativo. Pretender levar um Senador à barra dos tribunais em razão de suas declarações é precisamente atentar contra a livre expressão de idéias, um dos direitos mais elementares de todos, mormente dos Parlamentares, e



uma das razões capitais para a criação da imunidade parlamentar.

Diante disso, Sr. Presidente, e em face das razões aqui apresentadas, voto pelo indeferimento do pedido de licença prévia solicitado pelo Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está em discussão o parecer do eminente Relator, Senador Edison Lobão, que conclui pela rejeição do pedido de licença. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Pergunto se os Srs. Senadores consideram, uma vez que ninguém quis discutir e a discussão está encerrada, pergunto aos Srs. Senadores se podemos considerar o placar anterior.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Solicito a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra à nossa Senadora por Alagoas.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Sr. Presidente, gostaria de me desculpar pois, como sou suplente desta Comissão, não pude acompanhar o debate desde o início em função de não ter sido comunicada que estava havendo ausência do Bloco.

Gostaria de me posicionar contrariamente ao parecer pois, como sou contra a imunidade parlamentar, por uma questão de coerência, como no caso do Senador Bernardo Cabral, também quero processar por haver um processo contra outras pessoas, não posso aceitar que não possam me processar.

Portanto, voto contra o indeferimento do eminente Senador Edison Lobão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Ata consignará o voto da Senadora Heloisa Helena tal qual foi colocado, isto é, por questão de princípio, por ser contrária à imunidade parlamentar em gênero, número e grau, em qualquer circunstância.

**A SRA. HELOISA HELENA** – Circunstância significa que possamos ter o direito à imunidade para que possamos verbalizar nossa opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Qual é o voto de V. Ex<sup>a</sup> para eu consignar?

**A SRA. HELOISA HELENA** – Voto contra porque, por princípio, sou contrária à imunidade, até porque a prerrogativa da imunidade parlamentar não nos autoriza a falar o que quisermos, inclusive caluniar. Então, da mesma forma que penso ser corretíssima a motivação do Senador Bernardo Cabral nesta Casa

de deixar tramitar o processo, iremos à Justiça responder a todos os argumentos.

Por isso digo ser uma questão de princípio, Senador Ramez Tebet. Que possamos ir à Justiça, sermos acusados ou acusar, mas que tenhamos um fórum específico para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Como a matéria que estamos discutindo, a exemplo de todas as outras, está consignada em fita gravada, consignarei o voto de V. Ex<sup>a</sup> com as razões que não preciso sintetizar.

Assim, aprovado o parecer do Senador Edison Lobão. Todos votaram com o Relator, à exceção da Senadora Heloisa Helena, pelas razões que S. Ex<sup>a</sup> aduziu. E fica consignado em ata.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, queria fazer um apelo, para que realmente, após a Ordem do Dia, comparecêssemos aqui para discutir o caso do Senador Ronaldo Cunha Lima, porque eu sou o Relator e vou ter de fazer uma viagem no fim da semana. Quer dizer, não podemos deixar essa pauta ultrapassar o período do recesso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está marcada. Peço a atenção dos Srs. Senadores, pois estamos votando matéria importante. O Senador Romeu Tuma fez uma ponderação de alta relevância. Portanto, a Mesa da Comissão encarece a presença dos Srs. Senadores, tão logo termine a Ordem do Dia da sessão de hoje, para a continuidade dos nossos trabalhos.

Portanto, a sessão, no momento, está suspensa e terá continuidade após a Ordem do Dia. Muito obrigado.

*(A reunião é suspensa às 13h30min. E reaberta às 17h48min.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson, Relator do Item nº 14, que se refere ao Ofício S/14, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Antonio Carlos Magalhães, de autoria do Supremo Tribunal Federal. O Relator oferece parecer pelo indeferimento do pedido de licença prévia.

Com o palavra o Senador Carlos Wilson.

**O SR. CARLOS WILSON** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou procurar ser o mais sucinto possível.

O Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal solicita ao Senado Federal licença prévia para apreciar denúncia contra o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, enquanto no desempenho do mandato de Governador do Estado, teria praticado as condutas tipificadas nos arts 21 e 22 da Lei nº 5.250/67, Lei da Imprensa, combinados com o art. 71 do Código Penal.

A denúncia foi oferecida junto ao Superior Tribunal de Justiça, já que os fatos ocorreram quando do exercício de mandato de Governador do Estado da Bahia. Eleito Senador da República, a competência para processamento e julgamento do feito deslocou-se para o Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102 da Constituição Federal.

Inicialmente, compete assinalar que as imunidades parlamentares constituem expressão da própria independência do Poder Legislativo. Com efeito, para o bom desempenho do mandato, é necessário que os Parlamentares tenham ampla e absoluta liberdade de ação, pensamento, palavra, debate, discussão e voto. Essa liberdade de ação constitui prerrogativa especial dos mandatários políticos. Assim se manifesta, por exemplo, o Professor Alcino Pinto Falcão, que conceitua imunidade parlamentar como sendo uma garantia funcional, admitida nas constituições, para o livre desempenho do ofício dos membros do Poder Legislativo.

A denúncia baseia-se em supostas declarações prestadas pelo denunciado à Revista **Veja**, a respeito de conversa telefônica mantida com o Sr. Ministro Edson Vidigal\*, do Superior Tribunal de Justiça, na qual o denunciado teria se utilizado de expressões ofensivas àquele Magistrado.

Ocorre que, pela análise dos autos, e como se destaca na própria defesa do denunciado, não se vislumbra a prática de ofensas penalmente identificáveis, porque suas palavras se limitaram ao relato de fatos e também não houve a intenção de ofender a dignidade ou decoro do Magistrado e sim de protestar contra influências políticas supostamente existidas nas cortes de Justiça do País de modo geral.

Vale a pena, também, destacar, Sr. Presidente, os seguintes aspectos da resposta do denunciado: “O referido artigo faz apenas observações generalizadas sob a espera de um juiz, qualquer que seja a origem de sua investidura”. Aliás, quando se reportou à nomeação de juiz, afirmando que “seu caráter político não a compromete e sim a de político sem caráter”, fez colocação de natureza geral no plano dos princípios, emitindo conceito ideal e genérico e não direcionado especificamente a este ou àquele personagem.

Quanto à imunidade parlamentar, também a Professora Fernanda Dias Menezes de Almeida, em seu livro *Imunidades Parlamentares*, afirma que, para exercer a defesa intransigente do interesse público, o Parlamentar deve acompanhar atento as gestões dos negócios públicos, apontando erros e abusos, investigando irregularidades, exercendo a crítica onde ela couber.

Pela análise da denúncia oferecida, Sr. Presidente, constatamos que os fatos relatados não tipificam qualquer crime, portanto, não se justifica a concessão de licença prévia. Diante do exposto, e levando em conta as circunstâncias do caso, principalmente, como já foi destacado, a inexistência das ofensas denunciadas pelo Ministério Público, voto pelo indeferimento do pedido de licença prévia, solicitada pelo Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pelo indeferimento do pedido de licença prévia.

O parecer está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, consulto se o Plenário estaria de acordo, tendo em vista a semelhança entre o caso exposto e analisado e o caso constante do Item nº 5 da pauta, se o plenário concordaria em se manter ou se considerar o escore dado ao item nº 5, que contou com 13 votos favoráveis ao parecer do Relator, nenhum voto de abstenção e nenhum voto “não”.

Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, fica considerado este placar e fica, portanto, aprovado o parecer do Senador Carlos Wilson.

Aprovado.

Passa-se ao item nº 8, da pauta, Ofício nº 10, de 1995, que solicita ao Senado Federal a necessária licença prévia para que possa o Supremo Tribunal Federal apreciar a queixa crime oferecida contra o Senador Ronaldo José da Cunha Lima, de autoria do Supremo Tribunal Federal, Relator Senador Iris Rezende, que oferece parecer contrário à concessão da licença.

Com a palavra o Senador Iris Rezende, Relator da matéria.

**O SR. ÍRIS REZENDE** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, segundo informa os autos do Inquérito 963, 140, a empresa S.A. Alunorte, sediada na Cidade de João Pessoa, na Paraíba, ofereceu perante o Superior Tribunal de Justiça queixa contra o então Governador do Estado da Paraíba, Ronaldo José da Cunha Lima, por considerar que S. Ex<sup>a</sup> cometera crime



de difamação contra o órgão de imprensa e de calúnia e injúria contra seus diretores e jornalistas.

A Constituição do Estado da Paraíba determina que, para processar o Governador do Estado, se deve obter autorização legislativa. No caso de crime e responsabilidade administrativa o julgamento será pela própria Assembléia; no caso de crime comum o julgamento será pelo Superior Tribunal de Justiça, mediante autorização prévia da Assembléia Legislativa. Àquela época, o Tribunal Superior de Justiça, recebendo representação por parte da empresa, considerada atingida, e enquanto solicitava autorização da Assembléia Legislativa para instauração do competente inquérito, a Procuradoria da República arguiu a inconstitucionalidade do texto constitucional estadual, o que apreciada a arguição de inconstitucionalidade o Tribunal Superior de Justiça entendeu que aquele texto é realmente constitucional. O Ministério Público, inconformado com a decisão, recorreu da mesma ao Supremo Tribunal Federal, que entendeu que o texto é constitucional. Nesse ínterim, o Governador Ronaldo Cunha Lima elegeu-se Senador e o processo foi encaminhado imediatamente pelo Tribunal Superior de Justiça ao Supremo Tribunal Federal, justamente pela competência para o julgamento do então Governador eleito Senador.

É esse o início do andamento desse processo.

Gostaria de fazer aqui, o que faz parte até do próprio parecer, **en passant**, um pequeno comentário a respeito da imunidade material dos congressistas, prescrita no art. 53 da Constituição Federal, que diz que os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Trata-se, no caso, da imunidade material, que constitui, ao lado do foro privilegiado – confere-se competência ao Supremo Tribunal Federal para o julgamento dos Deputados e Senadores –, uma das prerrogativas com que a Constituição busca preservar o mandato popular.

Há aqui trechos da jurisprudência que não deixam qualquer dúvida quanto à imunidade parlamentar. Na hipótese, porém, que ora apreciamos, trata-se de acusação de cometimento de um delito consistente na emissão de opinião por uma parte. Entretanto, não estava o agente, à época dos fatos, no exercício do mandato senatorial. Assim, não está cumprido um dos requisitos da imunidade material.

Por isso, ao processo e ao pedido de licença que ora apreciamos cabe-nos conjugar dois fatos. De um lado, temos que os Deputados e Senadores detêm imunidade material – seja, não cometem os crimes mediante opiniões, palavras. Tal imunidade vol-

ta-se, como dito, à proteção do exercício do mandato, que não pode ser perturbado pelo fato de o seu detentor haver emitido opiniões críticas sobre outros cidadãos e instituições.

Ocorre que a imunidade material não alcança os atos praticados antes da posse do parlamentar. Essa é a hipótese ora em exame. Cabe, então, a pergunta: pode a emissão de opiniões, antes da posse, gerar processos por crime contra a honra que se desenvolverão no período de exercício do mandato, perturbando-o?

Desse quadro deve decorrer, naturalmente, que a imunidade material quanto a opiniões e palavras, que o parlamentar detém durante o exercício do mandato, há de converter-se, na espécie, em imunidade processual temporária, entendendo que, com a eleição, suspende-se o processo até que conclua o seu mandato.

Ou seja, opinamos no sentido de que, durante o exercício de seu mandato, não deve o parlamentar ser processado por suposto delito cometido mediante a emissão de opinião. Consideramos, e isso nos parece evidente, sendo objeto de deliberação do Supremo Tribunal Federal, que durante o exercício do mandato parlamentar o fluxo do prazo prescricional é estancado, de modo que a imunidade processual temporária não se converta em instrumento da impunidade.

Votamos, assim, Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, por todo o exposto, contrariamente à concessão da licença de que trata o Ofício nº 10, de 1995, do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui, portanto, pela rejeição à concessão da licença prévia.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, a matéria está em votação.

Como se trata de questão semelhante à apreciada anteriormente – crime de calúnia, crime de opinião –, consulto se os Srs. Senadores estariam de acordo com o score concedido ao Item 9 da pauta. Se estiverem de acordo, fica, portanto, aprovado o parecer do Senador Iris Rezende, pelo score já consignado ao Item 9 da pauta, semelhante ao ora apreciado.

Passamos ao Item 1 da pauta: Ofício S– 21, de 1995, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando ao Presidente do Senado Federal a necessária licença prévia para que possa apreciar a denúncia constante dos autos do Processo nº 1.011-1/140, oferecida contra o Senador Carlos Go-



mes Bezerra, de autoria do Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador José Fogaça, que oferece parecer contrário ao pedido de licença.

Tendo em vista a ausência do Senador José Fogaça, peço ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, que leia o relatório elaborado por S. Ex<sup>a</sup>.

#### O SR. RAMEZ TEBET – Exame dos fatos.

Durante a campanha eleitoral para Prefeito de Rondonópolis\*, em 1992, o candidato Carlos Gomes Bezerra foi acusado pela Coligação União por Rondonópolis juntamente com outros candidatos da Coligação Mutirão da Esperança de ter afixado propaganda eleitoral em locais não autorizados pela lei federal.

Recebida a denúncia, o juiz eleitoral determinou, em 1º de setembro de 1992, a notificação dos proprietários dos estabelecimentos para retirada da propaganda ilegal no prazo de 24 horas. Emitido o mandado de notificação em 7 de setembro de 1992, o oficial de justiça informou, mediante certidão datada do dia 14 de setembro de 1992, que as pessoas mencionadas não foram notificadas porque as propagandas eleitorais já haviam sido apagadas.

Mesmo depois de retiradas as propagandas, subsistiu a acusação contra o atual Senador Carlos Gomes Bezerra e outros de desobediência à legislação eleitoral. A denúncia recebida pelo juiz eleitoral descreve que os acusados teriam desobedecido proibições constantes do art. 23, inciso II, da Resolução nº 17, de 1992, do TSE, e no art. 47, inciso II, da Lei nº 8.214, de 91, diplomas legais que regulavam as eleições municipais de 3 de outubro de 1992.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assim prossegue o parecer, narrando os fatos ocorridos em 1992.

#### O fundamento legal.

A denúncia recebida pelo juiz eleitoral aceita a imputação aos acusados dos crimes definidos nos arts. 328 e 347 do Código Eleitoral, art. 23 da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, além de enquadrá-los nos conceitos jurídicos dos art. 29, concurso de pessoas, e art. 69, concurso material, do Código Penal.

Por razões que ficam claras no correr da exposição, examinam-se, a seguir, apenas os dispositivos do Código Eleitoral que definem o delito, a saber os arts. 328 e 347, bem como a previsão do art. 69.

O art. 328 estabelece: “Escrever, assinalar ou fazer pinturas em muros, fachadas ou qualquer logradouro público para fins de propaganda eleitoral, empregando qualquer tipo de tinta, piche, cal ou produto

semelhante. Detenção de até 6 (seis) meses e pagamento de 40 a 90 dias de multa.”

O art. 347, no seu **caput**, diz: “Recusar alguém cumprimento ou obediência a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral ou opor embargos a sua execução.” Embora não se encontrem nos autos indícios ou provas de que os acusados tenham recusado cumprimento a diligências, ordens ou instruções da Justiça Eleitoral, infere-se que seu enquadramento neste artigo está relacionado com a interpretação pelo autor da ação de que a colocação de cartazes constitui descumprimento da instrução da Justiça Eleitoral que os proibia.

Como já foi salientado anteriormente, a instrução do Tribunal Superior Eleitoral, supostamente descumprida, tinha como fundamento o art. 328 do Código Eleitoral. Tal artigo foi revogado expressamente pelo art. 107 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, como se observa em seu texto.

É o art. 107, que trata de revogação de dispositivos.

Revogado o dispositivo, extingue-se a punibilidade, de acordo com o que dispõe o art. 107 do Código Penal Brasileiro.

“.....  
.....

III – Pela retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso e pela prescrição, decadência ou preempção.”

O parecer cita doutrina e conclui: “Não existe prova ou indício de que o acusado tenha praticado os delitos. Não houve inquérito para identificação precisa da autoria dos crimes, o que prejudica a fundamentação da denúncia. Dos atos tipificados como crimes, um saiu do mundo do ilícito penal eleitoral quer dizer, um dos fatos tipificados, hoje, não é mais crime, passando a constituir o rol dos atos permitidos, o que caracteriza a extinção da punibilidade. E o outro não está demonstrado em qualquer ponto dos autos. Mesmo que esses fatos não tivessem ocorrido, os crimes imputados ao acusado já teriam extinta sua punibilidade.

Pelas razões apresentadas, que evidenciam falta ao processo a condição fixada pela lei para o exercício da ação penal, opino contrariamente ao pedido de licença solicitado pelo Supremo Tribunal Federal a este Senado, nos termos do Ofício S nº 21, de 1995, para apreciar a denúncia oferecida contra o Senador Carlos Bezerra”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabei de ler o parecer do Senador José Fogaça, que infelizmente aqui não se encontra. Pela leitura, todos podem observar que um dos fatos imputado ao agora Senador Carlos Bezerra já não constitui crime e, mesmo que constituísse, estaria prescrito, bem como a outra capitulação.

Embora eu esteja lendo o parecer do Relator, quero emitir minha opinião, Sr. Presidente, considerando irretocável o parecer do nosso colega Senador José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer lido e reafirmado pelo Senador Ramez Tebet manifesta-se contrário ao pedido de licença.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Peço a aquiescência do Plenário para, tendo em vista a similitude com o tratado no Item nº 12 da pauta, considerar-se escorre semelhante como resultado de votação para a apreciação do Item nº 1 da pauta. Se estiverem de acordo, fica mantido o escorre do Item nº 12 para o Item nº 1, por tratar-se de matéria semelhante. (Pausa.)

Passa-se ao Item nº 4 da pauta: Ofício S nº 17, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra. O ofício é de autoria do Supremo Tribunal Federal, sendo Relator o Senador Jader Barbalho, que oferece parecer contrário à concessão da licença.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o processo do qual sou Relator guarda identificação com o parecer que acaba de ser exarado pelo Senador Ramez Tebet.

Pelas mesmas razões, damos o parecer contrário, pela inexistência da legislação, que já foi revogada, ou seja, não há a menor possibilidade de enquadramento legal, pela inexistência da lei.

Portanto, Sr. Presidente, meu parecer recomenda a rejeição do pedido, pelas mesmas razões expostas pelo Senador Ramez Tebet no processo anterior. Já não há mais a possibilidade de enquadramento legal, porque a lei simplesmente foi revogada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é contrário à concessão da licença solicitada pelo Supremo Tribunal Federal, para oferecer denúncia contra o Senador Carlos Bezerra.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Tendo em vista a semelhança da presente matéria com a apreciada no Item nº 1, pediria ao Plenário que considerasse o mesmo resultado da votação entre os Itens nºs 4, 1 e 12. (Pausa.)

Portanto, fica aprovado o parecer do Senador Jader Barbalho.

Passa-se ao Item nº 6 da pauta: Ofício nº 15, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Bezerra. O ofício é de autoria do Supremo Tribunal Federal, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece parecer contrário à concessão da licença solicitada.

Com a palavra o Relator.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço vênica para dizer que o fato, também contra o atual Senador Carlos Gomes Bezerra, é idêntico aos anteriormente examinados, inclusive na sua capitulação arts. 328 e 347 do Código Eleitoral, combinados com o art. 29 do Código Brasileiro.

Proferi voto após expor o tema que diz respeito à propaganda eleitoral, matéria que também hoje está em parte revogada, dizendo que se extingue a punibilidade pela retroatividade da lei que não mais considera o fato criminoso e pela prescrição, decadência ou perempção. Assim, o último parágrafo do meu parecer dispõe:

“Por essas razões, consideramos que falta ao processo a condição fixada pela lei para o exercício da ação penal. Portanto, não cabe autorização do Senado para que o Supremo Tribunal Federal aprecie a denúncia constante dos autos do Processo nº 1.013-8/140, de 1995.

Desse modo, opinamos contrariamente à concessão de licença solicitada pelo Supremo Tribunal Federal, para apreciar a denúncia oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra”.

É a mesma situação, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é contrário à concessão da licença solicitada.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, tendo em vista a semelhança com matérias anteriores, coloco em votação. (Pausa.)

Pela manifestação do Plenário, a aprovação é unânime.



Passa-se ao Item nº 13 da pauta: Ofício nº 16, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Carlos Gomes Bezerra. O ofício é de autoria do Supremo Tribunal Federal, sendo Relator o Senador Álvaro Dias.

Com a palavra o Senador Álvaro Dias, Relator da matéria.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o item diz respeito à denúncia das eleições de 1992. Se concedêssemos licença prévia, não estaríamos de forma alguma criando qualquer tipo de aborrecimento ao Senador Carlos Bezerra, até porque a ação é absolutamente inepta. Não criaríamos nenhum constrangimento ou aborrecimento, mas estaríamos oferecendo trabalho desnecessário à Justiça brasileira. Por esta razão, justificaremos o parecer contrário à concessão de licença prévia.

Nos autos não há provas, por mais tênues que sejam. Os denunciados são os autores do crime descrito pelo acusador. Portanto, não há prova alguma. A acusação se assenta, assim, no vazio. Não houve instauração de inquérito para apurar a autoria e a materialidade, conforme determina o art. 4º do Código Processual Penal. Portanto, não a denúncia não tem forma nem feição jurídica. Há ausência completa de informações. Não há nenhum tipo de informação que possa alicerçar a denúncia. E existe julgamento de ação semelhante que nos autoriza a considerar inepta a ação. A denúncia diz respeito a uma placa de propaganda política colocada em propriedade privada.

A ementa dispõe:

“Em bens particulares é livre a fixação de programa ou propaganda eleitoral pelo detentor de sua posse, através de escrita ou pintura nos muros ou fachadas, não sendo tolerada, porém, propaganda que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha posturas municipais ou outra qualquer restrição de direito.”

Há ausência de autoria, não-admitida. Portanto, esta dever ser rejeitada, pois o fato narrado evidentemente não constitui crime (art. 358 do Código Eleitoral). A legislação eleitoral, após o episódio, passou a ser mais clara, ao admitir a propaganda em propriedade privada, desde que com o consentimento do proprietário, o que nos autoriza a evitar que a continuidade do processo apenas implique mais trabalho para a Justiça do País. Não há crime, portanto não há por que conceder licença prévia para o processo. Daí, Sr. Presidente, recomendamos, a exemplo do que já

ocorreu nos itens anteriores, a não-concessão de licença prévia. Não há crime.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Muito bem, Senador. Muito bem dado o seu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer, portanto, conclui por negar autorização para oferecimento de denúncia.

Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Álvaro Dias, muito bem colocado, muito bem fundamentado, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, por unanimidade.

Passa-se ao último item da pauta.

Item 11: Ofício S-18, de 1997, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, pedido de licença prévia para que possa apreciar denúncia oferecida contra o Senador Ronaldo José da Cunha Lima. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relator: Senador Romeu Tuma, a quem passo a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, estou recebendo uma preliminar que me é entregue pelos membros da Comissão. Acredito que falta a lista de assinaturas. Se V. Exª permitir, vou lê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Exª está com a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Pedido de licença do STIF para processar o Senador Ronaldo Cunha Lima. Qu estão preliminar: no que se refere ao pedido de licença do Supremo Tribunal Federal para processar o Senador Ronaldo Cunha Lima, há uma questão preliminar que nos parece prejudicar o pedido. Ocorre que o Superior Tribunal de Justiça, baseado na competência que a Constituição Federal lhe confere para processar e julgar Governador de Estado por crime comum (art. 105, I, letra a, da Constituição Federal), solicitou à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba autorização para processar o então Governador Ronaldo Cunha Lima, sendo que aquela Casa Legislativa negou a autorização pela esmagadora maioria de seus membros, no dia 28 de dezembro de 1993. Ou seja, há seis anos. Cabe aqui recordar que a Constituição do Estado da Paraíba, em seu art. 88, contém norma similar à do art. 86 da Constituição Federal, que estabelece que o Presidente da República só se rá processado por crime comum, se dois terços dos membros da Câmara dos Deputados admitirem tal



julgamento. Revele-se que doutos doutrinelistas, a exemplo de Joase Brito Pereira (**vide Revistas de Informação do Legislativo** nº 121, pág. 189 e seguintes), consideram que tal negativa, inclusive, implica a extinção do processo. Da mesma forma, encontra-se tal entendimento na jurisprudência. Veja-se, por exemplo, no STJ, a Ação Penal 04/SP, a 24-0/DF e a 31-0/PR.

Sem embargo, independentemente de tal entendimento, o fato é que já houve, por parte de órgão político competente, tempestivamente, apreciação de pedido de autorização para processar o hoje Senador Ronaldo Cunha Lima pelos mesmos fatos que conformam o objeto do pedido sob exame, e esse pedido foi cabalmente negado. A propósito, qual o sentido de se conferir a um órgão político a decisão sobre as oportunidades de se processarem ou não agentes políticos como Governadores de Estado e Senadores? Salta aos olhos que, não por razões especificamente jurídicas, só podem ser objeto de apreciação decisiva pelo órgão judicial competente. As razões pela qual se conferiu a órgãos políticos, como são o Senado Federal e as Assembléias Legislativas, a competência para autorizar, ou não, o processo de Senadores e Governadores por crime comum só pode dizer respeito a conveniência e oportunidade. Esse é o entendimento, entre outros, do emérito jurista Saulo Ramos.

Dessa forma, segundo entendemos, se o Senado Federal apreciar o pedido em questão, estaremos incorrendo naquilo que em direito chamamos de **bis in idem**, ou seja, teremos o Senado Federal manifestando-se sobre o mesmo assunto e sob o mesmo prisma, que já foi objeto de deliberação pelos representantes do povo do Estado da Paraíba em momento oportuno e de acordo com as normas legais pertinentes.

Dessa forma, nosso entendimento é o de que o presente pedido deve ser rejeitado em razão dessa questão preliminar que ora levantamos.

Segue-se a assinatura de todos os membros presentes a esta Comissão, nove Srs. Senadores. E acredito que os outros, também, pelo que me disseram em plenário, assinam esta preliminar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup>, portanto, acolhe a preliminar?

**O SR. ROMEU TUMA** – Acolho.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Para discutir a preliminar, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Amir Lando, com a capa-

cidade jurídica que não lhe é negada e que todos a reconhecemos e a proclamamos, argúi a preliminar que acaba de ser lida pelo Senador Romeu Tuma. No meu entendimento, não há como superá-la.

Por essa razão, Sr. Presidente, adianto meu voto. Meu voto é pela acolhida da preliminar suscitada, vazada em termos absolutamente jurídicos. Com ela se liquida esta matéria. Quero louvar a atenção jurídica do eminente Senador Amir Lando, à qual eu emprestei minha assinatura de apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, quero aduzir algumas ponderações, sem entrar no mérito de nada, absolutamente nada, porque estamos visando a uma preliminar.

Uma preliminar, como já salientou o nobre Senador Bernardo Cabral, é suscitada pela competência jurídica do Senador Amir Lando e acompanhada de diversos outros Srs. Senadores, mas uma preliminar absolutamente justa. Por que entendo assim? Porque, à época em que o fato foi praticado, ele era Governador do Estado. A Constituição Estadual exigia prévia licença da Assembléia para o seguimento de qualquer ação penal. A decisão foi por maioria esmagadora. O Senador Ronaldo Cunha Lima teve apenas dois votos contra si. A Assembléia, quase que por unanimidade, negou licença para seu processamento, negou a época dos fatos.

E vamos acrescentar mais, ainda como preliminar. Sabem o que temos que acrescentar e verificar? Que houve uma renúncia dele para ser candidato ao Senado da República. E quando ele renunciou é que o processo teria tido andamento. Quero acrescentar isso para que as coisas fiquem um pouco claras — porque a preliminar é indubitável. Vou fugir só um pouco da preliminar, porque estou dizendo que só estou votando isso porque o Senador Ronaldo Cunha Lima queria estar aqui hoje. S. Ex<sup>a</sup> está enfermo, está hospitalizado. Ninguém está julgando o mérito, está julgando a preliminar. Com esta preliminar, como foi aduzido, liquida-se a matéria. Sinto-me à vontade decidindo de acordo com a liminar, embora S. Ex<sup>a</sup> esteja ausente. Se não fosse a liminar, eu iria respeitar a vontade dele, que é estar aqui presente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma. Em seguida, falará o Senador Amir Lando.

**O SR. ROMEU TUMA** – Quanto a essa preliminar, gostaria de dizer que já em 1997, quando fui indi-

cado para Relator, havia uma minuta de parecer que invocava essa situação decidida pela Assembléia Legislativa da Paraíba, em que eles negaram provimento ao pedido do Supremo.

Eu estava conversando hoje em plenário com o Senador Ramez Tebet dizendo que estávamos, talvez, aqui, entrando em instância recursal do Supremo. É uma figura inexistente, mas que iríamos discutir em segundo turno algo que já havia sido decidido por um órgão competente, que era a Assembléia Legislativa.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Não conheço caso de pedido de licença duas vezes. Não conheço nenhum caso igual a esse.

**O SR. ROMEU TUMA** – Senador Bernardo Cabral, nós estaríamos aqui decidindo em grau recursal do próprio Supremo, porque o STJ já havia feito o pedido à Assembléia, que teria negado, visto ter entendido que era o órgão competente para julgamento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, hoje estamos apreciando uma série de processos que dizem respeito a autorização legislativa para processar membros do Senado. Ao longo do dia estivemos apreciando aquilo que seriam crimes de opinião. E quanto a este ponto, isto é unânime na doutrina, na jurisprudência, naquilo que faz parte do conhecimento do exercício parlamentar, em todo o mundo civilizado há a garantia dessa prerrogativa. Não é um privilégio dos parlamentares gozar dessas prerrogativas, mas uma prerrogativa da instituição. É, inclusive, como ensina Rui, indisponível esse direito no que se refere ao parlamentar. O parlamentar não pode negar-se ou oferecer-se, até em flagrante delito, à prisão. O parlamentar tem que respeitar essa sistemática, porque aqui está gravado um princípio que vem ainda da primeira Constituição da República, no art. 19: “Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato”.

Eu poderia haver aqui uma longa discussão sobre o pensamento de Pontes de Miranda. O escólio dele poderia dizer assim: “... sem liberdade de expressão e sem liberdade de para o Parlamentar dizer o que pensa e argumentar no exercício de suas funções, jamais poderá haver parlamento”. Então, tem que se materializar com coragem, com destemor até. Às vezes me lembro de que se falou que excessos são cometidos.

E aqui quero dizer que o parlamentar acovardado é aquele que não se pronuncia sobre determinado ponto no interesse do povo. Às vezes até pode trilhar por esse caminho do excesso, mas pior ainda é o parlamentar que não abre a boca na defesa do interesse coletivo e da sociedade. O pecado da omissão é imperdoável, como bem disse o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. EDISON LOBÃO** – O pecado da omissão foi levantando com muita ênfase pelo Pe. Antônio Vieira.

**O SR. AMIR LANDO** – Vejo que os nobres Senadores têm a contribuição, e ouço-os com muita alegria, porque esta é uma questão fundamental. Então, o que eu queria dizer, ficariam, como dizem os legisladores, em condições inferiores a dos demais cidadãos, se unicamente por ser legisladores se pudessem converter em alvo as violências do poder, a veleidade dos processos célebres, ao arbítrio de certos magistrados, às perseguições dos adversários políticos. Longe de pô-los em situação de privilégios, a prerrogativa parlamentar, de fato, não fez mais do que nivelar a eles a dos outros cidadãos.

Esse me parece que foi o ponto do crime de opinião que esta Comissão, no dia de hoje, acabou negando praticamente todas as autorizações. E não podia ser diferente. Se não velarmos pela integridade dessa prerrogativa, um Parlamento agachado, calado, desencorajado é um Parlamento inútil. E o povo brasileiro jamais poderia exercer a soberania popular através do Parlamento, no caso desta Casa, do Senado.

Por isso, Sr. Presidente, nesse caso particular, o que entendemos é que quando se submete a essa autorização iminentemente política do corpo legislativo a que pertence, a que tem um vínculo direto, é essa autorização não do povo, é um chamamento direto da soberania popular que o poder legislativo representa para dizer sim ou não à instauração da ação penal ou o andamento do processo em curso.

Nesse caso específico houve uma apreciação: o povo da Paraíba por meio de seus representantes, por absoluta maioria, entendeu que, naquelas circunstâncias – circunstâncias de fato, circunstâncias peculiares, que não tenham nem possuam conhecimento mas que ninguém melhor do que o povo da Paraíba, do que aqueles que estavam presentes no teatro de operações, vizinhos e próximos aos acontecimentos julgaram e decidiram –, seria agora **bis in idem** de voltar a apreciar esta questão. Esta questão foi apreciada por isso me parece que, neste momen-



to, desautoriza o Senado da República voltar a apreciar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, ponho a preliminar apresentada pelo Senador Romeu Tuma em votação.

Aprovado. Os Srs. Senadores que concordam com a preliminar apresentada pelo Senador Romeu Tuma e que traduz o pensamento de nove Srs. Senadores que a subscrevem permaneçam como se encontram. (Pausa)

Com a aprovação, fica rejeitado o pedido de oferecimento de denúncia contra o Senador Ronaldo Cunha Lima.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que quando encaminhasse à Presidência da Casa ressaltasse que o pedido foi prejudicado em face do acolhimento da preliminar. A Comissão não apreciou o mérito do pedido.

**O SR. ROMEU TUMA** – Isso que estava falando com o Secretário para vim trazer dúvida sobre o relatório. O relatório morre, porque foi acolhida a preliminar e não houve julgamento. Por já ter sido julgado. Quer dizer, a preliminar é se havia ou não necessidade de um segundo julgamento. Então é só fazer a ementa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Secretaria providenciará nos exatos termos da comunicação à Mesa do Senado.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Peço vênica para dizer que não poderíamos encerrar esta sessão sem um voto de aplauso a V. Ex<sup>a</sup>, que está presidindo esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o brilhantismo que lhe é peculiar, como também a todos os membros da Comissão, porque o Senado realmente está limpando a pauta, estamos trabalhando, cumprindo missão, independentemente de opiniões extras que se possa ter a respeito do nosso trabalho. Penso que nós do Senado estamos de parabéns, mas estou falando aqui para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Essa foi uma sessão verdadeiramente histórica. A pauta está limpa; ninguém pode se queixar do Senado da República.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, também quero assinalar a oportunidade com que as matérias foram trazidas ao conhecimento da Comissão. Orgulho-me de ter participado dessa sessão, que, efetivamente, atualizou todas as questões que estavam pendentes com relação a licença para processar Parlamentares. Fico muito satisfeito e louvo o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> na direção da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Eu gostaria de dirigir umas rápidas palavras sobre o momento que estamos vivendo. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, possui uma pauta permanentemente obstruída, visto que as matérias que exigem estudo sobre inconstitucionalidade passam por aqui – para não falar em outras matérias que seguem curso normal para outras comissões. Nós, portanto, somos obrigados a trabalhar sob o regime de eleição de prioridades. As prioridades que elegemos procuram sempre consultar o interesse da sociedade em respeito à opinião pública.

Essa é a razão pela qual procuramos, ao longo do ano de 1999, discutir à exaustão a reforma política e produzimos algumas peças importantes no rumo da reforma política. Estamos agora discutindo a imputabilidade da pena a menores de 18 anos, uma questão atual; a proibição de porte de armas, que é igualmente atual, pois diz respeito à segurança; a reprodução humana assistida e tantas outras matérias, como fizemos nesta reunião, a penúltima do ano, até pela prioridade que o tema em si impõe; examinar matérias que se encontram estocadas na Comissão há algum tempo e que dizem respeito a pedido de autorização para oferecer denúncia a Senadores. Esgotamos a matéria em duas reuniões. Foram muitas horas de discussão. Ninguém pode acusar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de ter deliberado sem exaustiva discussão de cada ponto, com votação nominal sobre cada questão.

É preciso que a opinião pública entenda que Senador, político, precisa ter atitude, precisa ter argumento e precisa ter destemor ao praticar a vida pública. Penso que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deliberou com argumentos, com atitude e com destemor. Nenhum dos Senadores haverá de se envergonhar do voto que aqui deu, visto que o fez fundamentado em argumentação, fundamentado na lógica e fundamentado na coragem, no destemor e na atitude que precisa tomar do ponto de vista legal.



Por essa razão, agradeço as manifestações recebidas dos Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, conheço o espírito democrático de V. Ex<sup>a</sup> e vi que V. Ex<sup>a</sup> não observou que o Senador José Alencar estava pronto para falar. Se não conhecesse bem V. Ex<sup>a</sup>, não teria coragem de interrompê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Fico muito agradecido ao eminente companheiro Ramez Tebet pela intervenção..

Sr. Presidente, tive de sair e quando voltei aquela matéria já havia sido votada. Não sei se precisava do meu voto. Eu gostaria de também dar o meu voto. Depois me explicaram que foi a preliminar que já havia contado com a minha assinatura e que foi aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Exatamente.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Já que V. Ex<sup>a</sup> me permitiu falar, devo dizer que, além daquelas características que deve possuir o homem público, trazidas por V. Ex<sup>a</sup>, tais como o destemor, o argumento etc, V. Ex<sup>a</sup> possui outras três características, que eu gostaria de arrolar aqui, porque tive a satisfação de conhecê-lo há quase vinte anos. Naquela época, V. Ex<sup>a</sup> era o Governador do seu Estado. Hoje posso dizer do nosso Estado, porque, com muita honra, sou cidadão honorário do Rio Grande do Norte e também de Natal.

No entanto, trago a esta Casa, já que estamos participando de uma reunião que provavelmente será uma das últimas deste ano, senão a última, esse meu agradecimento pelo fato de ter sido tão bem recebido aqui por V. Ex<sup>a</sup> durante todo o tempo em que tenho participado desta Comissão, ainda que como suplente.

V. Ex<sup>a</sup>, de fato, possui outras três características absolutamente indispensáveis ao homem público. A primeira delas é o seu sentimento nacional; a segunda é a sua sensibilidade social, a que assisti quando cheguei ao Rio Grande naquele momento difícil por que passava a vida do seu Estado; e, terceira, a sua probidade absoluta no trato da coisa pública.

É com essas características que tenho visto V. Ex<sup>a</sup> presidir esta importante Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Agradeço as opiniões muito generosas emitidas por V. Ex<sup>a</sup> e valorizo-as sobremaneira, até porque foram ditas pelo Senador José Alencar, um vencedor; um homem sério, que pensa apenas e unicamente no interesse nacional, sem ter por que querer agradar a ninguém.

Por essa razão, agradeço penhoradamente o registro que V. Ex<sup>a</sup> faz a meu respeito.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h44min.)

**Ata da 51ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 15 de dezembro de 1999, às 10 horas (Reunião Ordinária).**

Às dez horas do dia quinze de dezembro, de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, com a presença dos Senhores Senadores Jefferson Peres, Maria do Carmo Alves, Álvaro Dias, Iris Rezende, Bernardo Cabral, Francelino Pereira, Pedro Simon, Djalma Bessa, Moreira Mendes, Luzia Toledo, Ramez Tebet, Luiz Estevão, Edison Lobão, Bello Parga, Mozarildo Cavalcanti, Amir Lando, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Roberto Freire, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy e José Eduardo Dutra, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, José Fogaça, Roberto Requião, Romeu Tuma, Carlos Wilson e Sérgio Machado. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada por aprovada. Inicia-se a apreciação da pauta: item 01) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 1999, que “Dá nova redação ao inciso II e à alínea “b” do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal (dispõe sobre legislação previdenciária)”. Autor: Senador Ramez Tebet e outros Srs. Senadores. Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Parecer: pela aprovação da Proposta, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. **Resultado:** aprovado o parecer, com as Emendas 1-CCJ e 2-CCJ; abstêm-se de votar os Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Freire. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se à apreciação do item 07) Projeto de Lei do Senado nº 32, DE 1999 -TERMINATIVO – que “Altera o Art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Códig-

go Penal)". Autor: Senador José Roberto Arruda. Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1 – Substitutiva. **Resultado:** aprovado o Projeto, nos termos do Substitutivo, que será submetido a turno suplementar, conforme dispõe o art. 282, do Regimento Interno desta Casa. A Presidência retorna a ordem normal da pauta, passa-se ao item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 82, DE 1999 – que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o conselho deliberativo desse fundo, e dá outras providências." Autor: Senador Eduardo Suplicy. Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta. Foi concedida vista ao Senador Romero Jucá, em vinte e quatro de novembro do corrente, que não apresentou voto em separado.

**Resultado:** sobrestado o estudo da matéria, que recebeu manifestação favorável unânime. A Comissão aprova a inclusão dos itens EXTRA-PAUTA Nº 01) REQUERIMENTO Nº 12-CCJ, DE 1999 – que requer, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal e com base nas conclusões (item 3.3 – recomendações gerais) do Relatório Final da "CPI do Judiciário" (Requerimento nº 118, de 1999), a criação, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de uma Subcomissão Permanente, integrada por 7 (sete) Senadores, destinada a acompanhar e fiscalizar as "indicações apontadas" no Relatório da referida Comissão Parlamentar de Inquérito. Autoria: Senador Djalma Bessa. **Resultado:** aprovado; e Nº 02) REQUERIMENTO Nº 715, DE 1999 – que "Requer voto de louvor à Drª Lúcia Willadino Braga, pelo justo e merecido recebimento do título de Doutor Honoris Causa, conferido pela Universidade de Reims, na França." Autor: Senador Roberto Saturnino. Relator: Senador Iris Rezende. Parecer: favorável à aprovação do Requerimento. Tendo em vista a ausência momentânea do Relator, a Presidência designa o Senador Djalma Bessa Relator "Ad Hoc". **Resultado:** aprovado o Parecer. A Comissão aprova a inversão de pauta, passa-se à apreciação do item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 1999 – TERMINATIVO – que "Altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regula o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências". Autor: Senador José Roberto Arruda. Relator: Senador Álvaro Dias. Parecer: pela aprovação, nos termos do Substitutivo que apresenta. Foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra, no dia primeiro, próximo passado, que não apresentou voto em separado. **Resultado:** aprovado o Projeto, nos termos do Substitutivo,

que será submetido a turno suplementar, nos termos regimentais. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 1999 – que "Altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. Autor: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Carlos Wilson. Parecer: pela aprovação. **Resultado:** aprovado o Parecer. Pelo adiantado da hora, o Senhor Presidente decide encerrar a reunião, agradecendo a frequência expressiva dos Senhores Senadores às reuniões da Comissão durante esta Sessão Legislativa, e desejando a todos um Natal com paz e um ano novo venturoso. Ficam adiados os seguintes itens da pauta: 02) Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1999 – Terminativo; 03) Emendas de Plenário nºs 02, 03 e 04 ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1998 – Complementar; 05) Projeto de Lei do Senado nº 213, de 1999 – Complementar; 08) Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1999; 09) Projeto de Lei do Senado nº 162, de 1999 -Terminativo – (Em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 288, de 1999 – Terminativo – e com o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1999 – Terminativo); 11) Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1999; 12) Projeto de Lei do Senado nº 327, de 1999 – Terminativo; 13) Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1999– Terminativo; 14) Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999; e 15) Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1999 – Terminativo; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, em Exercício, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com os registros taquigráficos. Senador José Agripino, Presidente da CCJ

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Há número regimental. Declaro aberta a reunião.

Consulto o Plenário se estaria de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a dispensa.

Passa-se, de imediato, ao item nº 1 da pauta:

"Proposta de Emenda à Constituição nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do §1º do art. 40 da Constituição Federal, que dispõe sobre legislação previdenciária"

A autoria é do Senador Ramez Tebet e outros Senadores. A Relatora é a Senadora Maria do Carmo, que oferece parecer pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.



**O SR. MOREIRA MENDES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra o Senador Moreira Mendes.

**O SR. MOREIRA MENDES** – Quero apenas pedir à Presidência inversão de pauta, para apreciarmos o item nº 8, tendo em vista que é um projeto de minha autoria e tenho compromissos inadiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Colocaremos em apreciação a proposta de V. Ex<sup>a</sup>, logo em seguida à apresentação do relatório da Senadora Maria do Carmo.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo.

**A SRA. MARIA DO CARMO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, subscrita pelo eminente Senador Ramez Tebet e outros Senadores, vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1999.

A referida PEC pretende introduzir alterações nas disposições constitucionais concernentes à aposentadoria dos servidores públicos civis, com o propósito de alongar a vida funcional dos servidores mediante a alegação dos parâmetros de idade para aposentadoria compulsória e voluntária, por implemento de idade.

Na justificação apresentada, os autores fundamentam a proposição. Esses parâmetros etários foram fixados na legislação brasileira com base nos dados estatísticos da década de vinte e temos tido avanços científicos, sociais e administrativos nessa área, que tornaram essa legislação completamente inadequada. A presente proposta pretende corrigir esse descompasso beneficiando igualmente os servidores públicos, os usuários dos seus serviços, o Estado brasileiro.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental. A iniciativa legislativa sob exame foi exercida em consonância com o requisito previsto no art. 60, inciso I, da Constituição Federal. Ressalte-se ainda que o conteúdo da proposição não esbarra em nenhum dos limites materiais estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 60 da referida Carta. Do ponto de vista constitucional e regimental, portanto, nada obsta a tramitação da matéria.

Quanto ao mérito, as razões evocadas na justificação legitimam, sem dúvida, a proposição no que respeita a idade para a aposentadoria compulsória, que se pretende elevar de 70 para 75 anos. Trata-se de modificação que se impõe em face das transformações científicas, sociais e administrativas organizacionais, verificadas desde a primeira formulação le-

gislativa sobre a matéria, cujo teor é mantido nas disposições até hoje vigentes.

Já no tocante à redação que se pretende dar à alínea b do inciso III do § 1º do art. 40 da Constituição, permitimo-nos, com a devida vênia, dissentar da proposta neste devido aspecto específico pelas seguintes razões:

1. as duas modalidades de aposentadoria compulsória e voluntária, por idade, têm fundamentos técnicos e jurídicos distintos, descabendo a paridade de tratamento contemplada na PEC; e

2. se a proposta tem como pressuposto beneficiar os servidores, conforme postulado na justificação, não há qualquer razão para se elevar a idade da aposentadoria voluntária, pois esta é acionada facultativamente, mediante interesse e volição do servidor, enquanto a aposentadoria compulsória atende, prioritariamente, aos desígnios da administração pública.

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1999, por ser conforme a ordem jurídico-constitucional e, no mérito, relevante e oportuna, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1 – suprima-se, na redação do art. 1º da PEC nº 63/99, a referência no **caput** e na nova redação dada a alínea “b” do inciso III do art. 40.

Emenda nº 2. “Dá-se à emenda da PEC nº 63 a seguinte redação: Dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal”.

É o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer está em discussão. O parecer conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas.

Com a palavra, para discutir, o Senador Ramez Tebet, autor da proposta.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, e muito, a acuidade da nossa eminente Relatora, Senadora Maria do Carmo.

Ao apresentar esse projeto, eu pretendia, como pretendo – e penso que os demais Senadores têm o mesmo ponto de vista – beneficiar o servidor público, e não prejudicá-lo.

Acontece que, no projeto, no item b do § 1º, inciso III do art. 40, cometemos um equívoco: falamos de 65 para 70 anos, e isso prejudica o servidor público. Ele, com a nossa proposta, só será beneficiado – e é isso que queremos fazer, beneficiá-lo e ajudar os beneficiários dos serviços públicos – se, acompanhando a evolução científica da medicina, da tecnologia de



hoje, quando o limite de idade do brasileiro está aumentando consideravelmente, permitir que ele não sofra, aos 75, a obrigatoriedade de ir para casa aos 70.

O que queremos? A partir dos 75 anos, ele pode ir para casa, em querendo fazê-lo. Ao completar os 70 atualmente, ele é obrigado a ir. O que queremos? Que ele, a partir dos 65 anos, possa ter direito à aposentadoria, conforme lhe garante a Constituição, e alterar a compulsória de 70 para 75 anos, porque ele pode estar aos 70 anos em pleno gozo das suas faculdades físicas e mentais. Ele acumulou experiência e pode não querer ir para casa e tem todas as condições de continuar prestando os seus serviços.

Isso ocorre muito na área do magistério, da Medicina, da magistratura. Mas também com o servidor mais simples.

**O SR. PEDRO SIMON** – É uma faculdade.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Exato. Inspirei-me nesse aspecto para propor essa medida, ainda mais quando se fala, atualmente, em se restringir direitos de aposentados; quando muitos hoje, quando vão para casa, quase perdem a sua saúde, pois estão acostumados à faina diária, ao trabalho.

Então, não estamos retirando direitos; na verdade, nós os estamos ampliando. Quem quiser ir para casa aos 65, 66, 67 ou 70, que vá a partir dessa idade, até os 75. Aqueles que não quiserem que permaneçam no trabalho, prestando serviços à comunidade.

Isso serve para os servidores mais humildes até o servidor mais graduado. Vimos recentemente – citei, inclusive, esse fato na justificativa – com sentimento, uma das glórias da Medicina brasileira, que foi Ministro da Saúde, Adib Jatene, ter de ir para casa, deixando o serviço público, aos 70 anos de idade. Ele continua trabalhando particularmente, mas não pode prestar serviços públicos à sociedade, porque foi atingido pela compulsória.

Esses exemplos registramos aos montes. Então, queremos garantir aos servidores o direito de permanecerem na ativa até os 75 anos de idade, o que vai beneficiá-los. Em recente reportagem a que assistimos, foi mostrado que um quarto da população brasileira – ou seja, cerca de 40 milhões de brasileiros –, de uma forma ou de outra, está na dependência de aposentados.

Então, penso que está na hora de evoluirmos um pouco. Está na hora de darmos oportunidade a esses servidores que querem continuar no serviço

público, que querem trabalhar e ali permanecer. A única objeção que poderá ser feita a esse projeto, colocando-o na balança dos prós e dos contras, é a seguinte: alguns poderão dizer que, em determinadas atividades do serviço público, esse projeto vai dificultar a renovação. Mas pesei tudo isso e, no meu modesto entendimento, penso que as outras vantagens superam, e muito, essa pretendida renovação do serviço público. O cidadão que necessita do serviço público sabe o valor da vivência e da sabedoria acumulada que só o tempo traz.

Eram essas as razões que me motivaram. Mas volto a repetir: quero agradecer, profundamente, à nobre Senadora Maria do Carmo pela atenção que dedicou a esse projeto, impedindo que ele assim tramitasse. Eu mesmo já havia sido alertado por S. Ex<sup>a</sup>, que me disse que apresentaria a emenda supressiva. E S. Ex<sup>a</sup> assim fez.

**O SR. PEDRO SIMON** – Temos de agradecer a S. Ex<sup>a</sup> por sua competência.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Competência em todos os sentidos. Sou um profundo admirador de S. Ex<sup>a</sup>, que cresceu muito mais na minha admiração. Quero render-lhe as minhas homenagens não só por isso, mas também pelo seu trabalho no Senado.

**O SR. PEDRO SIMON** – É impressionante a visão e a capacidade da Senadora. S. Ex<sup>a</sup> tem uma infinidade de tempo para chegar aos 70 anos e, com isso, ainda não deveria ter essa percepção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão para discutir a matéria.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, creio que o Senador Ramez Tebet esteve profundamente inspirado quando concebeu e elaborou esse projeto de emenda constitucional.

Na verdade, a expectativa de vida do brasileiro se elevou substancialmente. Hoje, na verdade, o que existe é o que S. Ex<sup>a</sup> acaba de manifestar: brasileiros, no auge da sua competência, têm de deixar suas atribuições, expulsos por uma lei que não gosta de velhos.

O que faz o nobre Senador Ramez Tebet? S. Ex<sup>a</sup> propõe uma solução engenhosa. S. Ex<sup>a</sup> não determina que o servidor permaneça na ativa até os 75 anos, se homem, e até os 70 anos, se mulher. S. Ex<sup>a</sup> torna isso facultativo. Aquele que se achar em condições de permanecer no serviço público entre 70 e 75 anos o fará. Já os que se descobrirem em condições de saúde precária poderão optar pela

aposentadoria. Com isso, a um só tempo, S. Ex<sup>a</sup> atende a esse tipo de necessidade, mas também acode a Previdência, porque esta, sim, tornou-se uma espécie de bomba de efeito retardado. Daqui a quatro ou cinco anos, poderá haver, de fato, uma crise profunda no setor da Previdência, a qual poderá ser minimizada com essa providência agora proposta pelo Senador Ramez Tebet.

Devo lembrar que, há um ou dois anos, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, examinamos – e fui o Relator – um projeto semelhante que ampliava para 75 anos a idade de permanência do servidor na ativa. Mas isso dizia respeito apenas ao Poder Judiciário. Esse projeto acabou sendo rejeitado, porque contemplava apenas o Poder Judiciário. Já o do nobre Senador Ramez Tebet é universal, pois diz respeito a todos os servidores civis públicos do País. Creio, portanto, que esse projeto está melhor concebido e tem todas as condições para ser aprovado.

Cumprimento o nobre Senador Ramez Tebet e a nobre Senadora Maria do Carmo. Acredito que o projeto será aprovado. Desde logo, manifesto o meu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Continua em discussão a matéria.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a proposta do Senador Ramez Tebet, como quase tudo na vida, tem verso e reverso, custo e benefício.

Como S. Ex<sup>a</sup> e a nobre Relatora salientaram, se acolhida a proposição, por um lado ganham o Erário Público e a Previdência, e, por outro lado, assegura-se ao servidor, na plenipotência de sua capacidade física e mental, o direito de permanecer em atividade por mais cinco anos. O reverso e o custo ocorrerão, porque, com isso, também se vai retardar ou reduzir a renovação no serviço público.

E vejo que há ainda um outro aspecto negativo: ao longo da minha vida de servidor público, conheci casos de funcionários que já não tinham a plenipotência da sua capacidade e teimavam em permanecer no serviço público; realmente, saíram dele expulsos. E, nesses casos, há um drama, um problema, muito difícil de ser enfrentado: quem vai colocar o guizo no gato? Quem é que vai propor a um servidor público já envelhecido, que, embora não seja incapaz, não tem a mesma capacidade de antes – o seu rendimento

deixa muito a desejar –, que deixe o serviço público? Esse é um problema muito difícil. Ninguém quer a incumbência de aconselhar uma pessoa a deixar o serviço público, porque, embora não tenha mais condição de exercer as suas funções, ela não reconhece isso e teima em permanecer no serviço, apegando-se, de forma até patética, ao direito de trabalhar.

Há esse aspecto negativo, e isso aconteceria principalmente – creio eu – nos Colegiados, onde a convivência torna muito mais difícil fazer a comunicação ao servidor incapacitado de que é a hora de ele sair do serviço. Percebo que há esse aspecto. É claro que essa não seria uma regra e sim uma exceção. E V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Ramez Tebet, há de dizer que se deve legislar com a regra, de modo um geral, e não com as exceções.

O projeto de V. Ex<sup>a</sup> tem também um lado positivo. Às vezes, dói vermos pessoas que, aos 70 anos, são aptas e lúcidas e têm de se aposentar. Houve um caso no Senado: o do nosso ex-Colega Senador Josaphat Marinho. Sabemos que S. Ex<sup>a</sup> era tão capaz quanto qualquer um de nós.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Houve também o caso do Senador Paulo Brossard.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Exatamente.

Nos Estados Unidos, não há limite de idade para o Juiz da Suprema Corte se aposentar.

Sr. Presidente, confesso que, pesando o custo e o benefício, eu até me inclinaria a votar favoravelmente à proposta, mas vou abster-me por outra razão. Sou professor titular da Universidade da Amazônia e tenho tempo para me aposentar. Há dois anos, completei o tempo para me aposentar com vencimentos integrais e não me aposentei, nem vou me aposentar. Só vou sair da Universidade pela compulsória, porque eu gosto do magistério. Quando deixar de ser Senador, eu gostaria muito de voltar a lecionar. E se eu for impedido por lei de fazer isto, sei que vou sentir muito. De forma que seu projeto me beneficiará futuramente, Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Pois não, permitido-o, Senador.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Até concordo que V. Ex<sup>a</sup> exponha ao Plenário os prós e os contras como o faz aqui, mas não concordo que V. Ex<sup>a</sup> será beneficiado, porque penso que beneficiada será a mocidade estudiosa do País, que vai tê-lo por mais tempo. V. Ex<sup>a</sup> é o próprio exemplo de que o projeto que estou apresentando é de inteira procedência, pela capacidade, pela dedi-



cação e até pelo amor que V. Ex<sup>a</sup> diz, e acreditamos, ter pelo exercício do magistério.

Agora, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, eu gostaria de acrescentar um outro pequeno dado às ponderações de V. Ex<sup>a</sup>: pontos impeditivos da renovação como essa a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, do colegiado e da convivência pacífica que nele existe, penso que isso hoje está diminuindo e tende a diminuir pelo avanço da sociedade. Um aluno hoje não aceita mais o professor que não cumpre a sua missão. Quem está nos fiscalizando, a meu ver, é a própria sociedade. Por que estamos falando no controle externo do Poder Judiciário? Com toda certeza porque falhou o controle interno. Não tivesse falhado o controle interno ninguém falaria em controle externo. Então, penso que estamos avançando e esses óbices tendem com o tempo a ser reduzidos. De sorte que permito tudo de V. Ex<sup>a</sup>, menos que V. Ex<sup>a</sup> se abstenha por esta última razão, porque penso que quem vai ganhar é o Estado do Amazonas e o Brasil.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Diante da sua ponderação e como já não gosto mesmo de me abster, evoluo para a posição de V. Ex<sup>a</sup> e voto a favor.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria continua em discussão.

Com essa finalidade, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, ao Senador Amir Lando.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, foram justamente as palavras do Senador Jefferson Péres que me motivaram a dar um testemunho mais como médico do que como parlamentar.

Penso que esse projeto do Senador Ramez Tebet é muito importante e muito oportuno no momento em que a expectativa de vida do brasileiro aumentou sensivelmente, as condições de saúde, especialmente o aspecto mental, melhoraram muito, principalmente dadas as condições de alimentação, de melhor condição de higiene, da habitação, enfim, uma variedade de fatores que mudaram a realidade. Antigamente, um homem com 60 anos já apresentava sinais de senilidade que o levavam muitas vezes a não ter mais condições de trabalhar. No entanto, o que vi na prática médica foi exatamente o contrário: muitos homens que cedo foram para a aposentadoria, entraram em quadro depressivo que foi se agra-

vando e terminou levando-os à isquemia cerebral e precocemente essas pessoas foram efetivamente afastadas, não da atividade mas da vida em si. Portanto, com muito prazer me incorporo à idéia do Senador Ramez Tebet e penso que esse projeto é de uma atualidade espetacular, não só nesse aspecto sanitário, mas, também, no próprio aspecto da mudança da legislação coincidindo com o interesse da Previdência em dar maior tempo para que as pessoas se aposentem, vem em momento muito oportuno.

Penso que é sobremodo importante aprovarmos essa emenda e atualizar a situação do momento em que a pessoa deve sair da atividade para a inatividade.

Portanto, voto favoravelmente ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, não há dúvida de que essa proposta de emenda à Constituição, do Senador Ramez Tebet, guarda a sabedoria e a experiência que a história ensinou. Nunca poderemos dispensar os mais velhos com a experiência acumulada para, lúcidos, enquanto tiverem motivação pessoal, continuarem a dar a sua contribuição à sociedade.

Inclusive, deveria relatar esta matéria, mas, por razões estranhas, não o fiz. A minha posição é favorável, exatamente nos termos da Relatora, excluindo – e isso me preocupou – a disposição relativa ao art. 40, inciso III, letra “b”.

A proposta inova. É importante hoje, mais do que nunca, dar-se oportunidade a essas cabeças iluminadas pela experiência e pelo tempo. Diz-se que o diabo é sábio não porque é diabo, mas porque é velho.

Sem querer fazer qualquer referência, mas, quanto a esse ponto do ditado popular, a sabedoria e a idade têm uma relação intrínseca, a não ser que a pessoa não tenha, evidentemente, condições mentais. Não há dúvida que quem viveu muito tem muito a oferecer; porque nada melhor do que a experiência para fazer desta grande escola da vida o enriquecimento intelectual das pessoas.

Por isso, esta emenda deve ser aplaudida e parabenizo o seu autor, porque, neste momento, em que se discute tanto o problema do desemprego, alguns argumentam que se precisa renovar. É preciso



que se renove sim, mas sem jamais dispensar as cabeças coroadas pelo saber.

De modo que voto favoravelmente à emenda e parabeno o seu autor e esta Comissão que, pelo que sinto, a aprovará quase por unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para discutir a matéria.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este assunto, de vez em quando, volta ao debate no Congresso. O Senador Ramez Tebet naturalmente percebeu que se trata de uma questão que merece um debate e em discussão, possuindo aspectos positivos e negativos.

Por exemplo, foi citado o caso do Senador Jefferson Péres. Acho que, nesse caso, não especificamente no dele, mas do professor, do funcionário comum, do médico, do engenheiro, enfim, daqueles que estão labutando no serviço público, carregando realmente o piano do serviço público, estaria de acordo, mas o problema não vem daí. Ele é geralmente motivado pelos que estão nos tribunais, pelos que se encontram na cúpula dos poderes.

Aí tenho minhas dúvidas, porque isso levaria seguramente a uma falta de renovação nesses tribunais superiores, tribunais de conta, tribunais de justiça, Poder Judiciário. Qual é a tendência no mundo? Afirmou-se aqui, com toda a razão, que a expectativa de vida está aumentando.

Aparentemente, não me detive na questão, pelo menos nos países desenvolvidos, a tendência é de uma retirada mais cedo de cena, principalmente na iniciativa privada. Veja, por exemplo, o Bradesco, quando o funcionário completa 65 anos, ou coisa assim, sai da direção do Banco, sai dos cargos de mando e vem outro.

Grandes organizações no mundo todo estão agindo dessa forma. Devo dizer que não tenho nenhum preconceito contra as pessoas mais idosas, até porque o Senador Amir Lando falou muito bem: é a sabedoria, a experiência, é justamente um acervo de conhecimentos oferecido à sociedade. Por que essas grandes organizações estão fazendo isso? Com 60, 65 anos, os funcionários saem do comando? A grande maioria está procedendo dessa forma. Deve haver uma razão para isso.

**O SR. RAMEZ TEBET**, – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Pois não.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador Lúcio Alcântara, confio muito no seu espírito humanitário. Tenho a plena convicção de que V. Ex<sup>a</sup>, como médico, tem condições de avaliar. O projeto atinge um todo. Não pensei somente nos tribunais, mas nos servidores mais humildes. Estou vendo os aposentados serem responsáveis pelo seu próprio sustento e de suas famílias. Vejo com preocupação o argumento de V. Ex<sup>a</sup>, se me permite a observação. Indago-me se as empresas das quais V. Ex<sup>a</sup> fala estão corretas em despedir uma pessoa que tem sessenta, sessenta e cinco anos de idade.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Também não sei.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Nesta Casa, há projetos em tramitação que concedem incentivos para as empresas que queiram contratar pessoas com mais de quarenta anos de idade. Sabemos que a população está vivendo mais, que o brasileiro está tendo uma expectativa de vida maior. Temos de fazer força para melhorar também o nível de vida. Observo que a grande maioria dos servidores públicos continua trabalhando e que quer trabalhar. Sobre estes, inclusive, pesa a ameaça de diminuição de salário quando se aposentam.

Tudo tem seus prós e contras. Mas, na balança da justiça, devem pesar mais os benefícios que o projeto pode trazer aos servidores públicos, inclusive no sentido de garantir-lhes emprego. Não é justa a discriminação que querem impor com quem tem quarenta, cinquenta anos de idade. Hoje, não se fala mais em terceira idade, fala-se em melhor idade, tamanha é a vontade dos que a atingem de continuar participando, de continuar tendo atividade social.

Era o esclarecimento que gostaria de fazer.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – V. Ex<sup>a</sup> está dizendo o que também penso: há prós e contras. Preocupo-me especificamente com os tribunais superiores. Às vezes, uma pessoa inicia num emprego, passa um ano e se aposenta.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Isso agora não pode mais acontecer.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Não pode mais, há agora a obrigação dos cinco anos.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Na reforma do Judiciário, que tramita na Câmara, há, por exemplo, um dispositivo que considero injusto. Um pessoa só pode ascender no tribunal se lá chegar antes de sessenta anos. Considero isso errado. Se a pessoa

passou toda a sua carreira no Judiciário, não é o fato de ter sessenta, sessenta e três ou sessenta e cinco anos que a vai impedir de ascender. Preocupo-me realmente com os casos em que o longo tempo de permanência em postos elevados de tribunais leva a um engarrafamento na carreira. Simpatizo muito com o que se faz nas forças armadas: os militares passam um determinado tempo em um posto e depois saem. Trata-se de uma idéia razoável porque permite a rotatividade e a oxigenação. É uma “expulsória”. A pessoa tem a chance, fica um período e desocupa o cargo.

A fase mais difícil para o homem, independentemente de situações pessoais pelas quais cada um possa passar ao longo da existência, é a transição da vida ativa para a aposentadoria. É uma fase de fragilização física, psicológica e financeira, e uma série de elementos perturbam, levam à depressão, à inatividade. Tudo o que se pudesse fazer para que a pessoa permanecesse mais tempo em atividade seria justo, razoável. Preocupo-me com essa circunstância ligada a esses cargos, esses postos, essas funções muito elevadas.

**O SR. DJALMA BESSA** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. DJALMA BESSA** – Este projeto, por se tratar de disciplinar ação, atividade do servidor público, é polêmico como quase todos. E, como todas as proposições, tem os prós e os contras. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lúcio Alcântara, está realmente fazendo uma análise que nos permite examinar melhor e nos preparar para a votação. Entretanto, esse rodízio, quando estreito e limitado, às vezes prejudica. Quando o titular ocupa o cargo por um, dois, três, quatro anos, habilitando-se e adquirindo experiência e competência, está na hora de sair. São dois lados de uma moeda. Quanto ao prazo para o afastamento dessas funções, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Inclui-se a igreja, que não estabelecia prazo algum, já fixou a idade de 75 anos para aqueles sacerdotes que têm determinados cargos de relevo. É um caso que se ajusta ao prazo determinado pelo autor do projeto, Senador Ramez Tebet.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Trata-se do prazo eclesialístico.

**O SR. DJALMA BESSA** – O prazo eclesialístico tem as bênçãos divinas. Assim sendo, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Felicito-o pelas suas ponderações, mas, nos prós e nos contras, nos

débitos e nos créditos, o projeto há de ser examinado e ele não obriga, é facultativo. Temos de reconhecer que há problemas. No Judiciário, quem vai examinar se um juiz está em condições de prosseguir nas suas atividades? É realmente muito difícil, porque quem tem dificuldade pode não reconhecer que não tem condições de continuar trabalhando, e o colegiado, por outro lado, não tem uma referência para determinar se o juiz precisa ser examinado ou se não está em condições de exercer o cargo. É realmente um problema, mas não se trata de uma dificuldade que não se possa alterar, atenuar ou examinar. Não é uma pedra no meio do caminho que vai impedir a tramitação do projeto e a sua aprovação. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Várias constituições nossas dizem que o juiz goza de vitaliciedade. Aliás, é uma vitaliciedade **sui generis**, porque, quando atinge os 70 anos, é colocado para fora da sua função. Vitalício é o juiz do Tribunal Superior nos Estados Unidos. Na Suprema Corte, eles vão, às vezes, até 90 anos. Há até uma piada, um gracejo, que diz que o juiz da Suprema Corte nos Estados Unidos só se aposenta quando não consegue mais subir os oito degraus da escada do edifício. Aí, sim! Trata-se de um cargo vitalício. Embora digam que tudo o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil, não adotamos essas cláusulas relativas à velhice. No Poder Legislativo, as pessoas podem, com 70, 80 anos, ser candidatas e produzir um serviço fantástico. Poderia o Senador Lúcio Alcântara preocupar-se menos, porque não seria essa a forma de impedir.

Considero o projeto do Senador Ramez Tebet iluminado, talvez pela experiência que S. Ex<sup>a</sup>, ao longo da vida, acumulou, não somente como advogado ou governador. A Senadora Maria do Carmo espancou as dúvidas que eu pudesse ter quando fez a distinção entre as duas modalidades de aposentadoria: a compulsória e a voluntária. É evidente que os fundamentos técnicos e jurídicos de uma e de outra são distintos.

Desse modo, o projeto do eminente Senador Ramez Tebet está absolutamente correto para ser aprovado, inclusive com o voto do Senador Lúcio Alcântara, depois desta explicação e deste apelo que lhe faço.



**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para discutir.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr. Presidente, não pretendia manifestar-me sobre essa matéria, porque eu a considerava tranqüila, mas as apresentações feitas pelo Senador Lúcio Alcântara merecem uma análise mais profunda. S. Ex<sup>a</sup> fez uma referência verdadeira.

Conheço muitos casos de grandes empresários que, quando chegam a uma determinada idade, se aposentam. Não me esqueço de quando recebi uma solicitação do Sr. Norberto Oderbrecht para falar comigo, há uns três anos. O homem era tão importante que resolvi esperá-lo no meu gabinete. Como ele demorou um pouco, perguntei à minha secretária: “Afim, esse Oderbrecht vem ou não?” Levantou-se, então, um rapazinho que disse: “Sou eu. Estou-lhe esperando”. Eu disse: “É o senhor? Eu pensei que o Oderbrecht fosse um homem de uns 70 anos”. Ele disse: “Esse é o meu pai, que tem o mesmo nome que eu, mas ele se aposentou com 65 anos”.

Mas meu amigo, um social democrata convicto, está olhando os casos de pessoas que têm uma boa vida, que se aposentam por duas razões: uns querem divertir-se; outros aposentam-se, mas continuam trabalhando sem tanta responsabilidade. Há muitos casos de pessoas que se aposentam embora pretendessem continuar. Considerei absurdo o fato de o Brossard, no auge da sua criatividade, ter tido de sair do Supremo. É um absurdo, Sr. Presidente, o Brossard, no auge da sua criatividade, não poder mais lecionar. E por que não pode mais lecionar? Isso é ridículo. Ele disse: “estou aqui, no máximo da minha criatividade, gostaria de lecionar e não posso; porque tenho 70 anos e tenho de ir para casa”.

Isso acontece com o Brossard, que foi Ministro do Supremo, ou com um empresário dono de uma grande empresa, mas o “zé povo” de 70 anos gostaria de continuar trabalhando, porque é uma opção que se está fazendo. Se o cara quiser ir para casa, vai. Se completou 70 anos, ele vai para casa querendo, mas há casos em que se tem vontade de ficar. Vemos no jornal, inclusive, funcionários de empresas que, com mais de 70 anos, com quase 80 anos, estão trabalhando porque querem trabalhar;

têm tempo para se aposentar, não ganham um centavo a mais trabalhando, mas querem trabalhar.

Fico até encabulado por não saber o que dizer, mas o Senador, que é médico, sabe mais do que eu. Todas as pessoas que conheço que se aposentaram se arrependem. Tenho um amigo que era louco para se aposentar, e a mulher dele rezava para ele se aposentar. Ela dizia: “Vai se aposentar; vamos passear, vamos nos divertir”. Hoje a vida dos dois é um inferno. Ela não agüenta mais, porque ele está lá se metendo a ensinar a ela como se cozinha, como se faz isso ou aquilo e ela diz: “Mas eu fiz isso a vida inteira e você vem se meter agora?”. E ele responde: “Não, mas tem de economizar isso e fazer aquilo”. E ele não agüenta mais ficar sem ter o que fazer.

Com toda a sinceridade, embora se diga que, – o Senador Jefferson Péres e nobre autor também disseram –, há o lado bom e o lado ruim, acredito que o lado ruim é insignificante. Não há lado ruim. Haveria lado ruim se fosse obrigatório, se fosse determinativo, mas, da maneira como é, só há o lado bom. Agora, invocar que lá pelas tantas o ministro tal, o desembargador tal ou o professor da universidade tal não sai e não dá lugar para outro – são tão raros esses casos –, o importante é darmos o direito à Nação para que dê condições da sua capacidade de continuar existindo.

O nosso ilustre jurista e querido Senador pelo Amazonas, na sua visão extraordinária, deu um exemplo muito interessante. E é verdade. O que S. Ex<sup>a</sup> disse é de uma absoluta correção.

Reparem o poder que tem a Suprema Corte dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos, ocorre algo muito engraçado. Fiquei dois meses no Congresso americano, no Senado americano, porque pensava que o Senado não tinha poder. Pensava que o presidente fazia o que bem entendia, mas saí de lá impressionado com o poder do Congresso americano. Ao final, disse: “Coitado do presidente americano”. E eles disseram: “Mas ele tem isso; os poderes dele. Ele não pode nem apresentar projeto de lei, é verdade. Mas ele tem isso, mais isso, mais isso e mais isso”. Desse modo, fiquei impressionado com os poderes da Suprema Corte. Realmente a Suprema Corte tem força.

No entanto, não só o Senador Bernardo Cabral, não só o ministro – e diz S. Ex<sup>a</sup> bem: “Enquanto posso subir os degraus, e não são tantos” –, como o Presidente da Suprema Corte é nomeado pelo Presidente da República e fica até morrer. Quer



dizer, há presidentes da Suprema Corte que ficaram 16 anos, indicados pelo Presidente da República. E ficam até morrer.

Vejam como não é uma questão de lei nem de princípio na independência. Trata-se de uma questão de ética, de formação, de princípio, de constituição, de maneira de ser.

Tenho certeza de que esses são alguns dos projetos que terão o voto favorável do Senador Lúcio Alcântara. S. Ex<sup>a</sup> está levantando isso e acredito estar certo. Está levantando um debate que servirá para esclarecermos o assunto entre nós. E é um grande projeto; da maior importância.

Voto com muita tranquilidade o projeto do Senador, que tem a profundidade da emenda apresentada, não fora a emenda... E repito, a beleza da emenda de uma Senadora da maior competência, da maior seriedade. Não entendo como S. Ex<sup>a</sup>, uma jovem, se aprofundou a ponto de ver uma matéria desse significado.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Senador Pedro Simon, a Senadora Maria do Carmo Alves evitou que eu cometesse um lapso, porque isso não estava na minha cabeça. S. Ex<sup>a</sup>, com acuidade, penetrou bem no assunto, e estamos discutindo, portanto, o seu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra à Senadora Luzia Toledo para discutir a matéria.

**A SRA. LUZIA TOLEDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, neste momento, não só cumprimentar a Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, como também o autor do projeto da emenda constitucional, Senador Ramez Tebet.

Essa discussão foi muito rica e muito importante, porque sabemos que, quando as pessoas se aposentam, e se aposentam “forçadas” aos 60 anos, a beleza tanto do homem como da mulher se esvai exatamente porque, naquele momento, as pessoas perdem o poder de ir e vir e acabam ficando em casa. Como disse bem o Senador Pedro Simon, um perturba o outro.

Sou há muitos anos madrinha da terceira idade, que, a meu ver, perdeu esse título. Hoje, é a melhor idade, é um segmento que saiu de casa, fato que não ocorreu em virtude de nenhuma organização de facções políticas, mas em razão de uma movimentação deles próprios. Essa foi a vitória mais bonita – e silenciosa – dos nossos aposentados, que foram à luta procurar empregos

e até subempregos – como em supermercados –, para não ficar em casa.

A emenda apresentada pelo Senador Ramez Tebet vem em boa hora e é um avanço para o País. Essas pessoas significam a experiência do Brasil e podem continuar contribuindo com seu conhecimento e com a sua competência. Desse modo, haverá muito menos pessoas da melhor idade em busca de médicos. As pessoas que param de trabalhar, na verdade, perdem o mais importante: o viço. A colaboração que elas podem dar à sociedade é muito rica.

Portanto, parabeno o Senador Ramez Tebet e a Relatora Maria do Carmo. Cheguei a propor, Senadora Maria do Carmo, no meu Estado, como Vereadora, que fizéssemos um **pool** de empresas, pagando um salário-mínimo para possibilitar que essas pessoas continuassem a contribuir com a sociedade. Hoje, chego ao Senado e vejo que conseguimos avançar, votando nesse instante essa matéria. É muito importante a experiência daqueles que estão na iminência de se aposentar.

Não deixo de louvar a consideração do Senador Lúcio Alcântara. Cada Senador sabe até os nomes das pessoas que serão contempladas por essa lei. Mas, como se trata de minoria – e o projeto realmente tem um alcance muito grande –, voto favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo, relatora da matéria, para encerrar a discussão.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – O Senador Lúcio Alcântara alega que as empresas privadas excluem as pessoas que chegam à determinada idade. Mas esse é o modelo brasileiro que está sofrendo uma profunda modificação.

O Senador Pedro Simon citou o caso da Oderbrecht. Não sei se ele sabe que o Dr. Norberto Oderbrecht voltou recentemente a trabalhar: saiu da empresa, aposentou-se, mas permaneceu no conselho de administração – que, em algumas empresas, não decide, já que esse procedimento cabe à Presidência. Esse fato prova que a aposentadoria não foi conveniente para o Dr. Norberto Oderbrecht. Esse afastamento não foi bom para ele.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Senadora, acrescentando ao que V. Ex<sup>a</sup> está a relatar, ainda no caso do Bradesco, por exemplo, citado pelo Senador Lúcio Alcântara, o Dr. Brandão deixou a

presidência executiva do Banco aos 86 anos e permanece na presidência do conselho.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Senador, estamos discutindo em relação à referência que os dois Senadores fizeram aqui: que até as empresas privadas, hoje, estão ...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – E é verdade.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – E é verdade, mas é um conceito distorcido.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Veja bem, Senadora, não estou tratando do funcionário, da pessoa que está ali, do economista do banco, do caixa, estou falando que, na cúpula das grandes empresas no mundo, as pessoas saem cada vez mais cedo. Não estou dizendo se isso está certo ou errado, mas é uma tendência mundial. As pessoas vão trabalhar em um terceiro setor, em filantropia, vão fazer outra coisa, mas no executivo, aqueles que estão à frente, que são os cabeças da empresa .... Certo ou errado, mas há uma tendência no mundo de se fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Solicito à Senadora que conclua, tendo em vista a exaustão da discussão da matéria.

**A SRA. MARIA DO CARMO ALVES** – Senador, é uma tendência em revisão, exatamente porque assistimos a outros países que estão sendo comandados por homens de 90 anos.

Portanto, faço um apelo aos nobres Senadores para que apóiem este projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Encerrada a discussão.

A matéria está em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam com o parecer da Relatora, que oferece parecer favorável com as emendas que apresentou e relatou, permaneçam como se encontram.

A matéria está aprovada por unanimidade dos votos presentes.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, em homenagem à Relatora e ao Senador Ramez Tebet, vou me abster de votar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com abstenção, portanto, dos votos dos Senadores Roberto Freire e Lúcio Alcântara.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, pela ordem.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, faço um apelo aos Srs. Senadores para que permaneçam por mais alguns instantes durante os trabalhos da Comissão, e ao Presidente da Mesa, obviamente, a sua concordância para propor uma inversão de pauta.

Ocorre que, na pauta do dia, apenas os itens 6 e 7 são terminativos. E temos, neste instante, quorum qualificado para esta decisão. O Senador Álvaro Dias é o relator das duas matérias. Se pudéssemos fazer a inversão de pauta, eu lhes ficaria muito grato, até porque grande parte das associações de pequenas bancas de jornal do Brasil inteiro, pela terceira vez, vem a esta Comissão assistir à votação. Mais uma vez estão aqui e este é um assunto – no meu entendimento – extremamente simples. E poderíamos discutir e votar os itens 6 e 7, se houvesse a inversão de pauta, neste momento, se os Srs. Senadores, obviamente, estivessem de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Esclareço ao Plenário o seguinte: o item 2 é matéria terminativa e refere-se a projeto de autoria do Senador Luiz Estevão, sendo Relator o Senador Iris Rezende. Há uma deliberação tomada pelo Plenário da Comissão de que, encontrando-se ausentes o autor e o Relator, a matéria deixa de ser apreciada, que é o caso do item 2.

Quanto ao item 3, igualmente, a autora é a ex-Senadora Júnia Marise e o Relator o Senador Romeu Tuma, que não se encontra presente.

Pela mesma razão, não poderemos apreciar esse item, conforme o que deliberamos quanto ao outro item.

Quanto ao item 4, não está presente o autor, mas está presente o Relator, Senador Álvaro Dias.

Se o Senador Álvaro Dias concordar com a inversão da pauta, pois S. Ex<sup>a</sup> teria, conforme o que foi decidido pela Comissão, preferência para apreciação do item 4, submeteríamos ao Plenário a inversão de pauta para que pudéssemos apreciar, não o item 6, que foi objeto de pedido de vista pelo Senador José Eduardo Dutra, o qual, lamentavelmente, não o entregou processado à Comissão, e sem o processado, sem o relatório original, sem a folha inclusive de votação, não poderemos apreciá-lo. Mas o item 7, sim, poderemos apreciar.



Se o Senador Álvaro Dias e o Plenário concordarem, apreciaremos o item 7 e voltaremos, em seguida, ao item 4.

Concedo a palavra ao Senador Álvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** – Da minha parte, não há nenhum questionamento, Sr. Presidente, até porque imagino que todos os Srs. Senadores permanecerão até o final da pauta, uma vez que estamos deliberando em um último momento do ano. É a última reunião do século, digo, do milênio. Nem do século, nem do milênio, pois temos mais um ano ainda. Sr. Presidente, da minha parte, há concordância.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tendo em vista que o relatório do item 6 não se encontra na Comissão, não podemos apreciar a matéria.

Passemos, então, ao item 7, que é matéria de caráter terminativo. Peço aos Srs. Senadores para votarem nominalmente esta proposição.

Projeto de Lei do Senado nº 32/99, que diz respeito à alteração do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Autor: Senador José Roberto Arruda.

Relator: Senador Álvaro Dias, que oferece parecer pela aprovação, nos termos da emenda nº 1 substitutiva.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o projeto diz respeito a um tema da atualidade em debate permanente em todas as esferas do Legislativo e, muito mais, nos meios de comunicação de massa do País. Trata-se de questão relacionada à violência, que cresce assustadoramente no Brasil.

O Senador José Roberto Arruda legisla com o objetivo de oferecer uma nova circunstância agravante genérica, qual seja a de ser o crime cometido contra o policial ou militar no exercício dessa função. O ilustre autor destaca a situação de insegurança causada pelos criminosos impunes que medram em nossa sociedade, causando preocupação a todos.

Em razão disso, afirma: “É especialmente necessário resguardar a vida dos policiais civis e militares, uma vez que freqüentemente são vítimas preferenciais de criminosos, com o duplo objetivo de desestabilizar o aparato estatal, de facilitar o cometimento de crimes”.

Creio que, quanto ao mérito, não há discussão. A preocupação é válida. O policial se transforma em vítima no momento em que procura preservar a segurança do cidadão. Apenas considero uma emenda apresentada pela Senadora Emilia Fernandes e a aco-

lho na forma do substitutivo que apresenta, já que a Senadora, de forma oportuna, procura ampliar os benefícios da proposta do Senador José Roberto Arruda, alcançando, além dos policiais, os membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas, já que também esses profissionais são postos constantemente como vítimas, correndo o risco da violência, especialmente quando se diz respeito ao crime organizado no País.

Portanto, esta emenda da Senadora Emilia Fernandes – cujo propósito é exatamente intimidar – não sei se o objetivo será alcançado – os criminosos que ameaçam constantemente a segurança dos profissionais da Polícia, do Ministério Público e da Justiça – é oportuna.

Logo, o nosso parecer é favorável, Sr. Presidente. Por economia de tempo, deixamos de apresentar outras argumentações em defesa do Senador José Roberto Arruda. Consideramos importante o acolhimento dessa emenda da Senadora, na forma do substitutivo. O parecer, pois, é favorável à aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria, portanto, mereceu parecer pela aprovação, nos termos da emenda de nº 1 do substitutivo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer apresentado permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Passa-se ao item 4 da pauta.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, pela ordem, se me permite, pedindo desculpas.

Sei que há um problema no item 6, porque havia sido pedido vista do processo pelo Senador José Eduardo Dutra, e a matéria ainda não voltou. Agora, considerando que esta é a última reunião do ano e que já há precedentes da matéria ter sido analisada sem que o processado estivesse na Comissão, eu perguntaria a V. Exª e aos Srs. membros, até por se tratar de uma matéria extremamente simples, de interesse público absolutamente claro, que está causando problemas tão grandes para pessoas tão simples, são os donos de bancas de jornal do Brasil inteiro, alguns deles estão há 30, 40 anos vendendo o seu jornal na banca e que não podem ter renovação da concessão porque a Lei nº 8.666 proíbe. Está-se abrindo essa dispensa.



**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Interrompo V. Ex<sup>a</sup> para dizer o seguinte: é uma norma...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, o Senador José Eduardo Dutra deve estar chegando em instantes à Comissão e poderá esclarecer em que pé está o seu pedido de vistas. Só para informar a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O esclarecimento fica bem. A norma, quando o processado não se encontra em poder da Comissão, manda que não se aprecie a matéria, até por que não se dispõe nem de folha para colher as assinaturas, mas eu ia submeter ao Plenário, e caso este concordasse, eu colocaria em votação. Mas com a informação do Senador Supply de que o Senador Dutra está vindo para a Comissão, fica superado este impasse.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – É que a Bancada do PT estava reunida, então, estamos todos chegando agora, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Aguardaremos o Senador Dutra para apreciar a matéria.

Passa-se ao item 4 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 99, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, instituir o Conselho Deliberativo deste Fundo, e dá outras providências. De autoria do Senador Eduardo Supply, Relator Senador Álvaro Dias, que oferece parecer pela aprovação na forma do substitutivo que apresenta.

Concedida vista ao Senador Romero Jucá, em 24 de novembro de 1999, que não apresentou voto em separado. Em não tendo apresentado voto em separado, passo a palavra ao Relator Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, creio ser justo reconhecer e destacar a dedicação do Senador Eduardo Supply no que diz respeito à luta que trava pela criação e aperfeiçoamento de um Programa de Garantia de Renda Mínima a todos os brasileiros. Todos conhecemos esta luta incansável do Senador Supply e reconhecemos, portanto, méritos na apresentação de uma proposta que, dispenso até a discussão do mérito, já que todos reconhecemos a importância dos objetivos da mesma, apenas justifico o substitutivo que apresento, que teve por objetivo sanar inconstitucionalidades. Estamos propondo a supressão de itens e a correção de outros. Dispenso a discussão até por uma questão de economia e para que o próprio Senador Supply, que, certamente usará da palavra, possa justificar a sua proposta.

No que se refere à questão de matéria autorizatória, é uma questão já discutida nesta Comissão, não apenas discutida, foi uma questão deliberada, a Comissão houve por bem entender que as propostas autorizativas merecem também a aprovação.

Por esta razão, recomendamos a aprovação da proposta do Senador Eduardo Supply que cria este fundo, que, certamente, faz parte de todo esforço do Poder Legislativo no combate à pobreza no nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Antes de passar a palavra ao Senador Supply, que, seguramente, desejará discutir a matéria, quero esclarecer ao Plenário que o item 7 da pauta, recém-votado, mereceria votação nominal e foi aprovado por unanimidade dos presentes, não houve nenhuma manifestação em contrário. E considere o item 7 da pauta, o que foi relatado pelo Senador Álvaro Dias, e considere os votos favoráveis dos Senadores Amir Lando, Pedro Simon, Ramez Tebet, Edison Lobão, Francilino Pereira, Maria do Carmo Alves, Djalma Bessa, Mozarildo Cavalcanti, Lúcio Alcântara, Luzia Toledo, Roberto Freire e Antonio Carlos Valadares, em relação ao item anterior. Com isso, a matéria contou doze votos favoráveis – não se conta o voto do Presidente –, garantido o **quorum** de 13 votos. A matéria será, inclusive, submetida a turno suplementar.

(manifestação fora do microfone.)

Com a palavra o Senador Eduardo Supply, para discutir o item 4 da pauta, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – O Senador Álvaro Dias fez um parecer de compreensão aprofundada da proposta de criarmos um fundo de cidadania, que pode ser simplificado por um único termo, “cidadania”, que tem por objetivo financiar o pagamento de uma renda mínima a todos os brasileiros, iniciando-se por aqueles que não dispõem de recursos suficientes para ter uma existência digna.

De onde vem a proposta? Ela acompanha a história da humanidade, mas dentre as pessoas que originalmente expuseram essa proposição, quem o fez melhor foi aquele que é considerado um dos maiores ideólogos da revolução americana e francesa. Refiro-me a Thomas Paine, que nasceu em 1734 no Reino Unido, tornou-se amigo de Benjamin Franklin, que instou-o, convidou-o, a morar na América. E ele assim o fez. Ele era um coletor de impostos, uma pessoa que começou a observar muito os valores e costumes, e lá, na América, começou a escrever aquilo que pode ser entendido como um dos preâmbulos, precursores da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Depois foi dele o livro *The Rights of Man* e em janeiro de 1776, Thomas Paine escreveu *Common Sense*, que foi considerado por George Washington como o grande estopim de conscientização para que os americanos lutassem por sua independência, proclamada em 4 de julho de 1776. Como Thomas Paine estava como que preocupando muito os americanos por causa de suas idéias, ele foi perdendo o ambiente para ali permanecer, e depois da independência dos Estados Unidos foi para a França, onde ajudou na Revolução Francesa e ajudou a escrever a nova Constituição Francesa.

Depois, foi o único constituinte estrangeiro eleito constituinte francês, e em 1795, portanto há 204 anos, ele escreveu um pequeno ensaio dirigido ao diretório e ao parlamento francês, denominado *Agrarian Justice*, em que ele observava que a pobreza tinha a ver com a civilização e com a instituição da propriedade privada. Nesse pequeno ensaio, ele observa que entre os índios americanos ele via menos indigentes e pobres que nas vilas e cidades européias, mas ele considerava até como justo que uma pessoa que cultivasse a terra, que nela realizasse uma benfeitoria, pudesse ter o direito de usufruir do cultivo da terra, mas o seu plano era exatamente o seguinte: que toda pessoa que cultivasse a terra pudesse destinar uma parcela daquele rendimento como uma espécie de aluguel pela terra para um fundo que a todos pertenceria e, desse fundo, com o tempo e com a sua acumulação, pagar-se-ia a toda pessoa, ao completar vinte e um anos, quinze libras esterlinas e, ao completar 50 anos e daí para frente, a cada ano, dez libras esterlinas para cada pessoa. Ele especificou que todo o indivíduo nasce no mundo com o legítimo direito a uma certa forma de propriedade ou equivalente. Thomas Paine é considerado uma das pessoas que melhor formulou os fundamentos de por que, em cada país, todos devem ter direito a uma garantia de renda. Essa proposta foi colocada em prática e, de forma brilhante, na criação do Fundo Permanente do Alasca, que faz com que cada pessoa no Alasca, desde que ali residindo há um ano ou mais, U\$679, 84 – valor de 1999.

Gostaria, Sr. Presidente, até porque a proposição foi muito bem exposta pelo Senador Álvaro Dias e discutimos um pouco antes, de dizer que o próprio Deputado Roberto Brant, em sua conclusão relativa a todos os projetos sobre combate à pobreza, na conclusão de seu relatório, diz que muitos dos objetivos da proposição estão contemplados em seu Programa de Combate à

Pobreza e que estaria parcialmente acolhido no parecer do Relator.

No entanto, o alcance desse projeto vai mais longe que a nossa proposição, a qual procura focalizar as ações da população correndo abaixo da linha de indigência. Ao contrário, o PLS procura estender o benefício da renda mínima a todos os cidadãos que vivam abaixo dessa fronteira de renda. Como a questão é relevante, apesar de estar sendo acolhida parcialmente, não podemos deixar de recomendar que ela seja apreciada na sua integralidade com atenção e prioridade pelo Congresso Nacional. Portanto, recomendando que a proposição, o que foi aceito pela Comissão Mista da Pobreza, seja de fato apreciada e aprovada na sua íntegra.

Relembro isso e agradeço a atenção dos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Tem a palavra, para discutir, o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, devo dizer que o meu voto, se a proposição vier a ser submetida a votos, será favorável.

Ainda ontem, votávamos tarde da noite, na Comissão de Assuntos Sociais, proposta de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy para estabelecer um indicador de pobreza no País que viesse a ser aceito como aquele que iria nos orientar e informar sobre a quantidade de pobres existentes no País.

Faço, todavia uma ponderação de natureza regimental. Fui designado por V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, Relator da proposta de emenda constitucional apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Examinei o assunto e ofereci meu parecer favorável à proposta de S. Ex.<sup>a</sup> No entanto, em respeito aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mista de Pobreza e também por uma questão de economia processual, sugeri, e o Plenário acatou, que o processo ficasse sobrestado nesta Comissão e aguardássemos que as propostas da Comissão Mista de Combate à Pobreza viessem a ser formalizadas.

Seria justo e razoável que as proposições caminhassem conjuntamente, senão vamos fazer um trabalho absolutamente descoordenado. Há as propostas dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Suplicy e deve haver mais outras que não sei, além das propostas da Comissão Mista de Combate à Pobreza. O que é razoável e sensato é que caminhem conjuntamente e o Relator que vier a ser



designado, examine e ali ofereça as contribuições da Comissão com as contribuições da Comissão, com as contribuições do projeto do Senador Suplicy, com as contribuições do projeto do Senador Antonio Carlos, do próprio Relator que vier a ser designado e dos Senadores em geral uma proposta que, a final, venha a se transformar na proposta do Senado Federal.

Devo dizer que, se o projeto vier à votação, vou votar favoravelmente, porque a proposta demonstra nossa preocupação, revela o desejo de combater esse problema grave da pobreza. Estou falando com a autoridade de quem procedeu assim ao relatar, há algum tempo, o projeto de emenda constitucional apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e demais signatários, o Senador Suplicy, eu e outros tantos que assinaram. Mas deixo aqui esta minha preocupação para a Presidência ponderar, examinar e ver da conveniência dessa sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Quero fazer uma ponderação: tendo em vista que há, praticamente, uma unanimidade dos presentes em aprovar a matéria, e tendo em vista o precedente já ocorrido e muito bem relatado pelo Senador Lúcio Alcântara, que houvesse o entendimento da Comissão. Esta é a proposta que faço, para ser apreciada, evidentemente, de haver o acolhimento por parte da Comissão para se sobrestar a matéria, para que possamos apreciar todas as matérias correlatas por ocasião do encerramento da Comissão Especial que examina a questão da pobreza, com a formulação que vai, seguramente, oferecer, no sentido de instruir caminhos a serem perseguidos para combater a pobreza. Esta a proposta que a Presidência deixa para apreciação do Senador Suplicy, pedindo sua compreensão, tendo em vista o que aqui falou o Senador Lúcio Alcântara, coerente com o seu pensamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDNETE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, quero crer que a continuidade da tramitação desse projeto não vai prejudicar, embora respeite o pensamento do Senador Lúcio Alcântara, o andamento de outras matérias correlatas nas Comissões.

Ora, se o Senado Federal, através de qualquer Senador, mais lá na frente achar conveniente apresentar um requerimento pedindo a tramitação conjunta de matérias correlatas, naturalmente que elas já teriam passado pelas Comissões, sofrido

debates os mais aprofundados, e, conseqüentemente, quando, no final dos debates, esse requerimento de tramitação conjunta for apresentado, o Senado Federal estará mais apto a apresentar um substitutivo que atenda a todos os interesses, todas as tendências, incluindo todas as idéias apresentadas, inclusive as do Senador Eduardo Suplicy, que, todos sabemos, é um estudioso dessa matéria. Desde o princípio de sua carreira política S. Ex<sup>a</sup> tem se dedicado à inclusão de proposições visando a erradicar a pobreza em nosso País. E a continuidade do procedimento de tramitação desse projeto, a meu ver, não só estimulará o Senador a que continue estudando matérias como esta, como também não impedirá que as demais, inclusive a da Comissão Especial de Erradicação da Pobreza, tenham sua tramitação normal na Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, na Comissão de Assuntos Sociais e, quem sabe, na Comissão de Infra-Estrutura. E, ao final de todo este debate, poderei até me dispor, ao lado do Senador Lúcio Alcântara, a apresentar um requerimento de tramitação conjunta.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, meu ponto de vista é este. Mantenho-o e, no caso de a Comissão deliberar contrariamente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que coloque na próxima reunião do próximo ano o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães em votação. Agora até me sinto, de alguma forma, liberado. Se a Comissão decidir que deve votar agora, sinto-me como quem tivesse procrastinado a tramitação do projeto do Senador Antonio Carlos, porque achei que era até, de alguma forma, um desrespeito à Comissão tramitar a matéria quando a Comissão ainda estava aprofundando-se no assunto. Assim, se a Comissão vier a decidir que deve votar agora, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, na primeira reunião do próximo ano, seja o primeiro item da pauta a proposta de emenda constitucional do Presidente Antonio Carlos Magalhães, subscrita pela quase totalidade do Senado Federal. Se eu tivesse solicitado o debate, a discussão e a votação, essa emenda já estava em plenário. Talvez já tivesse sido até aprovada. Mas não considere razoável nem justo. Seria como atropelar o trabalho da Comissão.

É claro que, a qualquer momento, o Relator pode pedir para juntar tudo. O Regimento o permite. Estou pensando na Comissão, que, afinal de contas, se debruçou, discutiu, debateu, com a presença do Senador Eduardo Suplicy, uma pessoa profundamente identificada com a questão.



Eram as minhas considerações sobre a tramitação e, de alguma forma, sobre a responsabilidade. Eu propus que a matéria ficasse sobrestada aguardando a decisão da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria à qual se refere o Senador Lúcio Alcântara foi objeto de exaustiva discussão. Ao final, a Comissão deliberou pelo seu sobrestamento. Agora, estamos apreciando a matéria correlata. Temos a opinião do Senador Lúcio Alcântara, sensatamente colocada, e a opinião igualmente sensata do Senador Antonio Carlos Valadares. Temos que deliberar.

Se deliberarmos agora, num segundo momento, pela votação da matéria, o Senador Lúcio Alcântara tem inteira razão em solicitar a inclusão na pauta da primeira reunião do ano 2000 da matéria a que se refere, até para que sejamos os membros da Comissão coerentes com o que decidimos. A Comissão deve decidir de forma coerente sobre matérias correlatas.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – A matéria a que se refere o Senador Lúcio Alcântara é de natureza constitucional. E a que se refere o Senador Eduardo Suplicy constituirá, futuramente, se aprovada, uma lei ordinária. Ora, as duas matérias não podem tramitar conjuntamente, conforme prevê o Regimento, pois têm tramitação diferente. Como resolver a questão?

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Não se trata de um projeto terminativo. Nossa deliberação não é final. O projeto continuará tramitando e poderá perfeitamente ser aprovado nesta Comissão no que diz respeito à sua constitucionalidade e aguardar, se oportuno e estratégico, a junção com outras propostas na próxima Comissão onde tramitará. Não creio que a aprovação hoje possa contrariar o propósito de, pragmaticamente, de forma objetiva, fazer com que todas as proposições que dizem respeito ao mesmo tema possam tramitar conjuntamente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, a matéria distribuída ao Senador Lúcio Alcântara é a principal; a outra é acessória. Assim sendo, vamos inverter: apreciar inicialmente a acessória e, depois, a principal. Além disso, é regimental e compreensível que matérias idênticas tramitem identicamente.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Djalma Bessa.

**O SR. DJALMA BESSA** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – Ambas as matérias são importantes; e não uma seria a principal e a outra, acessória, pois ambas se referem à criação de um fundo. A proposição que faço leva em consideração o projeto de lei. É um projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar um fundo que, com o seu crescimento, um fundo que é composto de proporções relativas, por exemplo, uma proporção dos aluguéis da União, uma proporção do **royalties** que a União obtém da exploração de recursos naturais, a concessão de serviços públicos, não cria impostos e ela é autorizativa, mas se refere à criação de um fundo para prover uma renda a todos os brasileiros: primeiro, aos que pouco ou nada têm e progressivamente para todos indistintamente, inclusive a V. Ex<sup>a</sup> e a todos nós aqui.

É uma matéria tão importante quanto a iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Quero ressaltar que quando o Senador Lúcio Alcântara propôs que fosse sobrestada a proposição do Senador Antonio Carlos Magalhães, acontecia que, praticamente naquela semana, estava sendo concluído o relatório do Deputado Roberto Brant, Relator da Comissão de Combate à Pobreza, que, em consonância com o Senador Antonio Carlos Magalhães, fazia modificações na sua proposta de emenda à Constituição.

Então, era perfeitamente razoável a iniciativa do Senador Lúcio Alcântara que, em respeitando aquele entendimento do Deputado Roberto Brant com o próprio Presidente Antonio Carlos Magalhães, modificava o teor de sua proposição, na forma de uma emenda à Constituição. Esse relatório foi aprovado, foi concluído na sua forma final no dia de ontem, tanto é que todos os Senadores membros da Comissão receberam o disquete do relatório final, que já foi assinado inclusive por mim e por todos os participantes. Então, naquele momento, estávamos em meio a um procedimento de modificação da própria proposta do Senador Antonio Carlos no âmbito daquela Comissão.

Aquela Comissão, por outro lado, recomendou, como há pouco li, que esta proposição tivesse tramitação normal e fosse até aprovada, considerando o seu sentido amplo, embora na forma de um projeto de lei.

Eu não veria prejuízo, do ponto de vista da Constituição, da sua constitucionalidade, em que fosse essa matéria aprovada com o compromisso da Comissão, é claro, de terminado o evento da

conclusão da Comissão da Pobreza, também examinarmos, o quanto antes, na retomada dos nossos trabalhos, o parecer do Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. PRESIDENTE (José Agripino)** – Eu quero fazer uma proposta pragmática ao Senador Lúcio Alcântara, Senador Djalma Bessa. Estamos todos acordados com relação ao mérito da matéria. Não há nenhuma dúvida com relação a isso. Penso que temos apenas que definir qual o pensamento da Comissão, se é tratarmos os assuntos correlatos agora ou sobrestá-los.

Colocarei em votação se se estabelece o sobrestamento ou não. Se não se estabelecer o sobrestamento o que vamos decidir? Claro que, mediante a definição do Plenário, vamos apreciar a proposta, o projeto de lei do Senador Suplicy, e será colocada na pauta da reunião do ano 2000 como Item 1 a PEC proposta pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, da qual é Relator o Senador Lúcio Alcântara, a quem passo a palavra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, só queria fazer um pequeno reparo ao que disse o Senador Suplicy.

Se a minha proposta era razoável àquela época, ela agora ainda é mais razoável. Eu é que podia ter colocado em votação, porque não havia nada, havia a idéia de que a Comissão ia fazer um relatório final. Então, não se conhecia.

Agora se conhece. S. Ex<sup>a</sup> está dizendo que os disquetes já foram oferecidos. Então, a razoabilidade para mim permanece, porque a Comissão, ao que sei, teria deliberado por propostas de emenda constitucional e propostas de projeto de lei.

Não vejo nenhum prejuízo para que se aguarde pela tramitação em conjunto. Mas se a Comissão deliberar diferentemente, votarei no projeto com o maior prazer, não tem nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE (José Agripino)** – Os Senadores que estiverem de acordo com o sobrestamento da matéria levantem o braço, por favor.

**O SR. PEDRO SIMON** – Há um argumento que tem lógica, Sr. Presidente.

Na verdade, houve uma decisão, na Comissão da Pobreza, de se apresentar um projeto, de se fazer uma tentativa não só do projeto como de todos os projetos que estão em tramitação, para assinarmos uma solicitação de urgência com relação aos mesmos. Não estou muito preocupado com o projeto do Senador Suplicy, mas preocupado com a continuidade. Quando o Senador diz que concorda

com esse, mas na próxima reunião vai pedir que o do Senador Antonio Carlos também seja posto em votação. E temos que votar também aquele. Neste caso, penso que criaria uma situação desagradável, porque o projeto do Senador Antonio Carlos e o projeto da Comissão têm que ser apensados e estudados juntos. Então, se diante dessa tese de que se votar agora esse projeto eu teria que votar também o do Senador Antonio Carlos, aí sou contrário, porque entendo que essa matéria tem que ser tratada junta. Esse é um projeto que, com todo o respeito, com todo o carinho ao Senador, não é interessante que esteja tramitando sozinho, como existe uma infinidade de projetos que estão tramitando sozinhos e não acontece nada, cada um leva a sua vida própria. O que estamos tentando, o que se tentou na Comissão da Pobreza – e como vai seguir para cá –, é vir aqui, debater o projeto que virá de lá, apensar os projetos, chamar os Líderes, chamar o Presidente do Senado, para dar um tratamento especial a esses projetos.

Portanto, nesse sentido, o projeto do Senador Suplicy vai ter muito mais contexto, muito mais conteúdo se aprovarmos o pacote todo. A tese que defendo, fui um dos que falei na Comissão quando votamos, de que devíamos obrigar V. Ex<sup>a</sup> a marcar um dia especial, uma reunião especial para debatermos as matérias e termos uma votação em conjunto, com a presença do Senador Antonio Carlos e com a presença do Líder, porque é um compromisso de que o que foi decidido lá darmos uma tramitação especial para votarmos e conseguirmos um resultado.

Por isso, não me preocuparia com o projeto, mas dentro da afirmativa do Senador de que, votando esse, e V. Ex<sup>a</sup> já disse também, deve-se votar o outro, faço um apelo para deixarmos os projetos para votarmos todos juntos.

**O SR. PRESIDENTE (José Agripino)** – Senador Suplicy com a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, é muito importante estarmos aqui ouvindo as ponderações dos colegas. Então, penso que são razoáveis as ponderações dos Senadores Pedro Simon e Lúcio Alcântara, até estava constando aqui os Senadores Antonio Carlos Valadares e Álvaro Dias, que se pronunciaram a favor de não haver sobrestamento.

Creio que poderemos inclusive ter esse tempo de reflexão. Até o início do ano 2000, temos todos a oportunidade de lermos o parecer do Senador Lúcio Alcântara, o Relatório e as emendas propostas da Comissão Mista da Pobreza e o meu projeto mais



uma vez. E aqui, na primeira reunião – agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> de dizer que estará como primeiro item no ano 2000 –, de maneira que quero convidar a todos apenas para estudarmos bem esse assunto nos próximos 20 dias. Inclusive, vou dedicar-me a aprofundar mais ainda o estudo dessa matéria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Pois não, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sugiro que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania solicite aos tradutores do Senado que realizem a tradução do texto Common Sense, de Thomas Paine. São apenas vinte e poucas páginas e recomendo a leitura toda. Creio que isso vai propiciar a todos um melhor conhecimento ainda desse texto tão importante.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Está aceita a sugestão e recomendo à Secretaria da Mesa que tome a providência necessária para a realização da tradução do texto Common Sense.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que encaminhe o texto à Mesa, para ser efetuada a tradução.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Álvaro Dias.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, em face das ponderações dos Senadores Lúcio Alcântara e Pedro Simon, a minha proposta, notadamente depois que o autor da matéria se pronunciou, deve ser retirada. A matéria, no ano 2000, voltará a ser discutida amplamente até com a proposta aprovada pela Comissão Mista de Erradicação da Pobreza.

Retiro minha proposta e mantenho a de sobrestamento do Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A Presidência agradece.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, concordo com o sobrestamento.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, tínhamos aprovado a inversão de pauta e, como está presente o Relator, Senador Álvaro Dias e o Senador José Eduardo Dutra, que pediu vista,

peço vênia aos Srs. Membros da Comissão para que pudéssemos votar o Item nº 6. Alguns Senadores até deixaram sua manifestação de voto. Seria importante se pudéssemos votá-lo ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Isso será feito.

Registro, para que conste em ata, que a discussão do Item nº 4 ocorreu na sua plenitude, que o mérito da matéria recebeu aprovação unânime dos presentes e que, por um acordo da Comissão capitaneado pelo Senador Eduardo Suplicy, autor da matéria, a matéria fica sobrestada para ser apreciada em conjunto com as deliberações conclusivas sobre a matéria, após o término dos trabalhos da Comissão Mista de Erradicação da Pobreza. Que fique isso consignado e registrado em ata.

Antes de passarmos ao Item nº 6, sobre a mesa, há requerimento de autoria do Senador Djalma Bessa, cuja deliberação é importante, que passo a ler:

“Requeiro, de acordo com o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal e com base nas conclusões Item 3.3, Recomendações Gerais, do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 120 dias, fatos do conhecimento do Congresso Nacional e outros divulgados pela imprensa contendo denúncias concretas a respeito da existência de irregularidades praticadas por integrantes dos Tribunais Superiores, Tribunais Regionais e Tribunais de Justiça, Requerimento nº 118, de 1999, a criação, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de uma subcomissão permanente integrada por sete Senadores, destinada a acompanhar e a fiscalizar as indicações apontadas no relatório da referida CPI e receber novas denúncias e informações relacionadas com o objeto de investigação daquela comissão, catalogá-las, analisá-las e, quando couber, encaminhá-las aos órgãos e autoridades competentes. Assinado pelo Senador Djalma Bessa.”

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, que, me parece, deseja colocar um item extrapauta.



**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, passo...

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, pelo que vejo, o Senador Djalma Bessa vai relatar um novo projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – É um extrapauta que, se não me engano, é um voto de louvor.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Então, Sr. Presidente, já que sou Relator do Item nº 5, peço a substituição deste pelo de número 10, projeto do qual sou autor, por considerar urgente sua deliberação. Caso contrário, perderá sentido o Item nº 10.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Fico grato a V. Ex<sup>a</sup> pelo acolhimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Consideraremos, em vez do Item nº 5, o Item nº 10 constando no quinto lugar da pauta.

Poderemos apreciar rapidamente a proposta de item extrapauta do Senador Djalma Bessa.

**O SR. DJALMA BESSA** – Sr. Presidente, trata-se de um voto de louvor à Dr<sup>a</sup> Lúcia Braga. Não há dúvida de que o assunto foi fartamente noticiado. Trata-se de uma premiação que alcançou não só a homenageada como o nosso País. A Dr<sup>a</sup> Lúcia Viladino Braga trabalha na Rede Sarah Kubitschek e foi distinguida com prêmio da mais alta relevância, concedido, a cada 50 anos, a três personalidades. Agora ela foi incluída como o primeiro brasileiro a ser contemplado com essa premiação.

Associando-se às homenagens prestadas à Dr<sup>a</sup> Lúcia Braga, pelo recebimento de tão insigne condecoração, esta Casa Legislativa reconhece igualmente a excelência do trabalho que vem sendo realizado pela Rede Sarah de hospitais, certamente respaldado e orientado pela competência e o profundo conhecimento médico de tão destacada profissional.

À vista do exposto, atendidos os pressupostos de constitucionalidade e jurisdição técnica legislativa, somos de parecer favorável à aprovação do Requerimento do Senado nº 715, de 1999, conclamando nossos Pares a apoiar o voto de louvor proposto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer é favorável.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 6, da pauta, em seguida ao item nº 10, que será analisado em quinto lugar.

Item nº 6, Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1999, terminativo, que altera dispositivos da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, XI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de administração pública e dá outras providências. Autor Senador José Roberto Arruda. Relator Senador Álvaro Dias, que oferece parecer pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

Foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra, da matéria, no dia 1º de dezembro de 1999.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, preciso dar uma explicação à Comissão.

Aqui no Congresso Nacional estamos acostumados ao engavetamento de projetos, engavetamento político de projetos. Só que esse processado está literalmente engavetado. Como disse na reunião passada, fui Relator desse projeto na legislatura anterior e apresentei um substitutivo. O Senador José Roberto Arruda reapresentou já que o projeto não chegou a ser apreciado na legislatura anterior, portanto foi arquivado, ele reapresentou. O Senador Álvaro Dias apresentou um substitutivo que confesso não tive tempo, enfim, não consegui fazer a análise do substitutivo do Senador Álvaro Dias. Só que o Senador José Roberto Arruda não tem culpa disso nem mesmo o Senador Álvaro Dias. Quando disse que o projeto está literalmente engavetado é porque o processado, o meu assessor, que trata desse assunto, teve que viajar e o processado está na gaveta dele, trancado.

Sem prejuízo de tempo depois para analisar o assunto se necessário fazer emenda de plenário, eu voto a favor e peço que a Comissão releve, vote a matéria, já que o assunto está publicado, mas releve mesmo com a ausência do processado e depois as assinaturas poderão ser colhidas a partir do momento que conseguirmos desengavetar literalmente o processado.

Sem prejuízo de, porventura, no futuro eu tenha que analisar o projeto com mais detalhe e, se for o caso, apresentar emenda em plenário, eu voto a favor do projeto.

Peço desculpas à Comissão e que vote mesmo com a ausência do processado aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Quero esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que, tendo em vista que o que está em apreciação é o substitutivo que o Senador Álvaro Dias elaborou, o substitutivo será submetido à votação em turno suplementar, de modo que se tiver alguma dúvida ainda poderá ser apreciado na votação de turno suplementar. Teremos todas as instâncias para fazer as correções necessárias.

Portanto, a matéria está em discussão.

Quanto à matéria terminativa, queria informar ao plenário que antes de se retirarem o Senador Roberto Freire e o Senador Francelino Pereira se manifestaram favoráveis à matéria. Temos presentes dez Srs. Senadores, com os dois Srs. Senadores que se ausentaram e deixaram os votos, completáramos o **quorum** e poderíamos processar a votação nominal, de acordo com o Regimento.

Se estiverem de acordo, assim procederemos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Considerando-se que é uma excepcionalidade pelo fato de ser a última reunião, porque havíamos decidido em sentido contrário. Mas, concordo com essa excepcionalidade pela situação excepcional que estamos vivendo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Situação excepcional por se tratar da última reunião do ano.

*(Procede-se à votação nominal.)*

Aprovado, portanto, por unanimidade.

Passa-se ao item 10 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999, que altera dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, de autoria do Senador Álvaro Dias. Relator Senador Carlos Wilson, que oferece parecer pela aprovação.

Eu pediria ao Senador Lúcio Alcântara para que procedesse à leitura do parecer que se encontra às páginas 137.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, o projeto é importante e é preciso que estejamos bem conscientes. O Programa Nacional de Desestatização foi criado no início do Governo Collor, por lei ordinária, a de nº 8.031. Em setembro de 1997 o Congresso aprovou a Lei nº 9.491, que altera os

procedimentos relativos à privatização, revogando a Lei nº 8.031/90.

A proposição sob exame ao propor alteração de uma lei ordinária mediante projeto de lei está conforme a hierarquia constitucional das normas.

Como a Constituição Federal, em seu art. 37, XIX, requer lei específica para instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, torna-se claro que a alienação de parte ou de todo o patrimônio desses entes somente poderá ser realizado por lei. Ademais, a matéria de que trata o projeto nos remete à competência exclusiva da União para legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais e metalurgia e ao Congresso Nacional para dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre todas as matérias de competência da União.

Portanto, o projeto de lei não apresenta óbices formais ou materiais quanto à constitucionalidade e está conforme a boa técnica legislativa. Quanto ao mérito, vale lembrar que em ambas as circunstâncias, isto é, tanto no momento da criação do Programa Nacional de Desestatização como no momento de alteração dos procedimentos, em 1997, o Congresso Nacional houve por bem manter apenas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal de forma explícita fora do programa de privatizações. No caso da Petrobras, deliberou-se pela possibilidade de privatização das ações de propriedade da União excedentes à manutenção do controle acionário da empresa.

A presente proposição visa eliminar essa possibilidade de venda de ações excedentes ao controle acionário da Petrobras.

Conforme lembra o autor da proposição, que é o ilustre Senador Álvaro Dias, os argumentos do Governo para as privatizações em geral é que “o Estado não tem condições de financiar a expansão e modernização”. Ocorre que o crescimento e modernização da Petrobras prescinde da venda dessas ações e muito menos da possibilidade de sua privatização, ou quando à Lei nº 9.478/97, em seu art. 63, prevê “a formação de consórcio da Petrobras e de suas subsidiárias com empresas nacionais ou estrangeiras na condição ou não de empresa líder”, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados à indústria do petróleo.

Esse é o voto e concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – O parecer conclui pela aprovação da matéria.

A matéria está em discussão.



**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Sr. Presidente, considero da maior importância a aprovação deste projeto e, assim, proibindo a venda de ações, mesmo daquelas excedente à manutenção do controle acionário da empresa, porque a venda das ações excedentes à manutenção do controle acionário implica em perder o controle de capital.

Isso já vem ocorrendo em outras empresas, citaria o exemplo da Copel \*, uma extraordinária empresa de energia elétrica, extremamente lucrativa no Estado do Paraná, que teve suas ações preferenciais vendidas e as suas ações ordinárias também, em parte, transferidas. Com isso, hoje o Estado do Paraná possui apenas 31% do patrimônio líquido daquela empresa.

Queremos evitar, primeiramente, que o mesmo ocorra com a Petrobras; que a venda de ações excedentes ao controle acionário possibilite à União perder o controle de capital da empresa. De outro lado, podemos estar assistindo ao início do processo de privatização da Petrobras se permitirmos a venda de ações, mesmo que de forma pulverizada, como anuncia o Presidente do BNDES, até porque não temos poupança suficiente no País para concorrer com o capital estrangeiro e todos sabemos o setor petrolífero é de fundamental importância para o mundo. Países se digladiam, nações se digladiam em função do petróleo.

O patrimônio da Petrobras é algo incalculável, fantástico, uma plataforma tem um valor superior a 400 milhões, temos dezenas delas. E a nossa reserva de óleo? Exploramos diariamente 900 mil barris a US\$27,00, teríamos anualmente cerca de US\$8 bilhões, em dez anos, mais de US\$88 bilhões. Portanto é um patrimônio incalculável e o País não pode, de forma alguma, ignorar a importância desse setor estratégico para o nosso desenvolvimento. Evidentemente essa cautela é em função, sobretudo, do modelo de privatização, que já nos oferece exemplo de que estamos dilapidando o patrimônio público nacional.

É urgente a apreciação desta matéria em função da especulação de que o Governo pretende vender as ações que excedam ao controle acionário da empresa. Certamente estaremos preservando um patrimônio constituído durante décadas, com muito esforço e trabalho pela população do País.

Vou encurtar a minha fala exatamente em respeito aos companheiros, porque já estamos com o horário avançado, mas tenho certeza absoluta, até pelas manifestações em plenário no que diz respeito a esta especulação de venda de ações da Petrobras que teremos aqui o acolhimento dos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, para discutir e em seguida o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sou totalmente favorável, acredito ser muito feliz e oportuna a proposta do Senador Álvaro Dias. Tem razão S. Ex<sup>a</sup>, é muito melhor precaver-se do que se arrepender de coisas já acontecidas. Na época foi uma situação muito delicada, a intenção que tinham era de permitir a privatização da Petrobras. Houve uma reação, principalmente aqui no Senado Federal, e, fruto desta reação, embora o projeto ficasse com uma interrogação, há uma carta do Presidente da República com a determinação clara que jamais haverá de privatizar a Petrobras. Mas essa iniciativa tomada pela Petrobras chama a atenção. É muito oportuno o projeto que votaremos, pois é uma tomada de posição, uma decisão que orienta o Governo sob o pensamento do Congresso Nacional.

Sou favorável.

Devemos pensar sobre o que fazer no futuro, pois o Governo praticamente acabou com a viação férrea brasileira, com a companhia estatal. São as privatizações. Há uma lei federal que criou a viação férrea federal, porque na época havia viações férreas estaduais, uma rede ferroviária. Mas o Governo, por decreto, extinguiu a rede ferroviária federal. Se ela foi criada por lei, deveria ser extinta apenas por lei. Sempre aprendi que era assim.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Saiu o decreto?

**O SR. PEDRO SIMON** – Sim, Excelência. O decreto do Presidente, extinguindo a rede ferroviária federal – ainda que ela, em tese, já esteja extinta –, não tem valor. Deve o Presidente enviar um projeto a esta Casa para extinguir aquela rede criada por lei. É um assunto importante para estudarmos no futuro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para discutir a matéria.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, sou favorável à aprovação dessa matéria, tendo em vista que os resultados da venda das ações



ordinárias da Petrobras poderão redundar num enfraquecimento ainda maior. Basta dizer que a Petrobras, no Nordeste, foi uma das estatais que mais investiu não apenas na sua área, como também na construção de portos, como o caso da construção do Porto de Sergipe, uma obra imaginada e sonhada por anos. A Petrobras, a seu cargo, assumiu a responsabilidade da construção dessa obra que custou mais de US\$100 milhões. Hoje, Sergipe, o único Estado que não possuía porto, já conta com um devido à força que tinha a Petrobras.

Ora, ao longo do tempo, com essa política implementada em todo mundo pelo PAI, um programa de apoio econômico emprestado pelo FMI, as estatais perderam muita substância, perderam força e passaram a não dispor de recursos para investir no sentido de proporcionar infra-estrutura adequada ao seu crescimento, como foi o caso do Porto de Sergipe, construído para servir às atividades da Petrobras, tornando-se depois um porto de cargas gerais.

Assim sendo, lamento que, por via subliminar, o Governo esteja querendo privatizar a Petrobras. Um escritor do Estado da Bahia, que publicou recentemente um artigo, mostra que um cientista resolveu construir uma máquina que podia projetar numa tela o pensamento de qualquer pessoa. Se V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lúcio Alcântara, pensasse em alguma coisa e ligasse o aparelho na sua cabeça, saía numa tela o seu pensamento. Mas o cientista descobriu depois que isso era uma temeridade: não se pode esconder o pensamento dessa forma, mas se podem esconder as palavras.

O Presidente da República enviou ao Senado Federal uma carta na qual assumia o compromisso público de jamais privatizar a Petrobras. Pelo projeto protetor do Senador Álvaro Dias, estamos vendo que as palavras do Presidente da República escritas naquela carta eram para esconder seu pensamento. Essa máquina de projetar pensamentos não serviria, de forma alguma, para o Presidente da República, pois seu pensamento era, por meio de um eufemismo – vender as ações ordinárias –, amanhã projetar aquilo que ele já pensava que era a privatização da Petrobras. De sorte que apóio integralmente essa proposta e uma outra foi derrubada era uma emenda constitucional e posta em seu lugar a carta do Presidente da República; uma proposta da nossa autoria que proibia terminantemente a venda da Petrobras. Mas o Senado preferiu acreditar nas palavras do Presidente da República e derrubou a

nossa emenda. É a hora e a vez, então, de garantirmos, de uma vez por todas, por meio do projeto do Senador Álvaro Dias, que o processo de enfraquecimento da Petrobras não se concretize.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para discutir.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Também para externar o meu apoio, Sr. Presidente, tanto à proposição quanto às avaliações que o Senador Álvaro Dias, com muita propriedade, tem realizado com relação ao estudo do processo de privatização em diversos pronunciamentos recentemente no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, voto a favor do projeto porque entendo que ele vai impedir que continue o processo de privatização da Petrobras como se toma mingau, pelas beiradinhas. O projeto de lei do Senador Álvaro Dias modifica a Lei nº 9.491. Essa lei é originária de uma medida provisória que modificou a Lei nº 8.031, que também era originária de uma medida provisória, a Medida Provisória nº 155. Lembro-me desse número porque, numa ocasião, como sindicalista, vim ao Congresso Nacional, protestar contra a medida provisória que extinguiu a Petrobras Mineração, que era a empresa em que eu trabalhava na época. Viemos aqui, não conseguimos, foi aprovada a medida provisória e extinta a empresa.

Eis por que entendo que é privatizar “pelas beiradinhas”, porque a lei que regulamentou a quebra do monopólio do petróleo estabeleceu a obrigatoriedade de manter o controle da Petrobras. Só que essa é a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997. A lei que está sendo proposta e modificada é de um mês depois, via medida provisória, que estabelece que se aplique o dispositivo nessa lei, ou seja, à privatização as ações excedentes à participação acionária detida pela União representativa no mínimo necessário à manutenção do controle acionário da Petrobras. Quer dizer, há uma concatenação inclusive em termos de data. Já virou lei. Exatamente que dava a possibilidade de vender as ações excedentes da Petrobras.

Vejam o que ocorreu: houve uma carta do Presidente dizendo que a Petrobras seria estatal, e que concordaria se fosse por lei complementar, depois mandou um projeto de lei alegando que não podia ser lei complementar, mas ordinária. Então, a lei estabelecia que a Petrobras devia ser estatal. Um mês depois, há uma nova lei, via medida provisória,

dizendo que poderia vender as ações excedentes. Aí é que está exatamente o processo de “comer pelas beiradinhas”. Então, quero saudar o Senador Álvaro Dias pela iniciativa e voto plenamente a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para discutir.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que vou votar a favor, pois considero que a proposta é boa. Agora, o próprio Senador Álvaro Dias, em seu projeto de lei, deixa bem claro que excederam o controle. Então a União não está perdendo o controle. A União está vendendo ações mas está mantendo o controle. Há alguns anos, quando eu era Deputado Federal o Senador Pedro Simon talvez se lembre houve um processo parecido com esse, e o Deputado Alberto Goldman abordou a questão do risco, com a inconstância da bolsa, de a União ter perdido o controle acionário. Por isso, voto a favor.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – A União pode não perder o controle acionário, mas pode perder o controle do capital, deixar de ser controladora do patrimônio.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Se houvesse um “privativista” empedernido, ele ia nos dizer o seguinte: “V. Ex<sup>as</sup> estão tirando a possibilidade de a Petrobras conseguir recursos para cumprir suas funções, porque, vendendo as ações das quais ela não precisa, estando o controle conosco, ela iria apurar dinheiro e, com ele, furar os poços de Sergipe, etc”. Eu não quero ouvir esse argumento.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – Exatamente, Senador.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Prefiro ficar com essas ações e não correr o risco de perder. Vamos levantar esse capital de outras maneiras.

**O SR. ÁLVARO DIAS** – A venda dessas ações, embora de forma pulverizada, certamente colocará em risco o controle acionário, uma vez que grupos estrangeiros, mais poderosos economicamente, promoverão campanhas de aquisição de ações no País, estimulando os acionistas minoritários a vendê-las em função da expectativa de lucro. Dessa forma, estaremos fragilizando a capacidade de controle do próprio Estado.

Foi pertinaz o Senador José Eduardo Dutra ao, improvisadamente, detectar a esperteza com que, em vários momentos, o Executivo legislou e perceber também a malícia dessa proposta de venda de ações da Petrobras.

**O SR. PRESIDENTE** (Agripino Maia) – Continua em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o parecer proferido queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria está aprovada.

Se for do interesse da Casa e da Comissão, faremos outra reunião extraordinária.

**O SR. PEDRO SIMON** – O Plenário entrega a decisão a V. Ex<sup>a</sup>. Se considerar necessário, convoque-nos.

**O SR. PRESIDENTE** (Agripino Maia) – Já cumprimos o nosso dever. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reuniu-se como deveria para debater as matérias que discutiu e aprovou. Por essa razão, agradeço a frequência sempre expressiva dos Srs. Senadores.

Desejo a todos um Natal com paz e um ano novo venturoso.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a sessão às 13h8min)*

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Ata da 47ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em nove de novembro de 1999, às 10 horas**

As dez horas do dia nove de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Jefferson Péres, Osmar Dias, Carlos Bezerra, Jorge Bornhausen, Gilberto Mestrinho, Mozarildo Cavalcanti, Lúcio Coelho, Paulo Souto, Luiz Estevão, Bello Parga, José Eduardo Dutra, José Alencar, Luiz Otávio, Lúcio Alcântara, Pedro Piva, Lauro Campos, Freitas Neto, Eduardo Siqueira Campos, Roberto Saturnino, Agnelo Alves. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Francelino Pereira, Jonas Pinheiro, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Romero Jucá e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: MENSAGEM N.º 189, DE 1999, (N.º 01473, de 14/10/1999, na origem), NÃO TERMINATIVA, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a con-



tratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$300.000.000,00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM”. Autor: Executivo. Relator: Senador Luiz Estevão. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Foi concedida vista ao Senador Carlos Bezerra. **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 41, DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que “Altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito interno e externo”. Autor: Senador Carlos Bezerra. Relator: Senador Francelino Pereira. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1998, (nº 4.053, de 1993, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que Dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das Prefeituras Municipais para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências”. Autor: Deputado Renato Johnson. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1 – Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 1997, (nº 2.825, de 1997, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências”. Autor: Deputado Germano Rigotto. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Pelo arquivamento do projeto. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1998, (nº 731, de 1995, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal”. Autor: Deputado Ubiratan Aguiar. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta. Resultado: Adiado. OBS: Em 11-5-99 foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy que apresentou a Emenda nº 6. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1999, (PL nº 3.468 de 1997, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da

Lei nº 8.313, de 23 dezembro de 1991, que “institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC”. Autor: Deputado Ubiratan Aguiar. Relator: Senador Pedro Piva. Parecer: Favorável ao PLC nº 37/99 com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta e pela prejudicialidade do PLS nº 36/99. Resultado: Adiado. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1999, TERMINATIVO**, que “Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências”. Autor: Senador José Roberto Arruda. Relator: Senador Pedro Piva. Parecer: Favorável ao PLC nº 37/99 com as Emenda nºs 1 e 2 que apresenta e pela prejudicialidade do PLS nº 36/99. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 1999, TERMINATIVO**, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de veículo por microempresa e empresa de pequeno porte”. Autoria: Senador Tião Viana. Relator: Senador Luiz Estevão. Parecer: Favorável com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: A Comissão decide pela remessa do projeto à CCJ para análise de sua constitucionalidade. **OFÍCIO “S” 28, DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que “Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, o relatório sobre a operação de emissão de Bônus Global pela República Federativa do Brasil, concluída em 30 de abril último, no valor total de US\$3.000.000.000,00, títulos de mercado internacional, sendo US\$2.000.000.000,00, resultantes de tranche em dinheiro e US\$1.000.000.000,00 decorrentes de troca de bônus Brady”. Autoria: BACEN. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável à aprovação do relatório do Banco Central que conclui pelo arquivamento do projeto. Resultado: Foi concedida vista ao Senador Carlos Bezerra. **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 88, DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que “Dá nova redação ao inciso VIII do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998 (dispõe sobre a certidão expedida pelo Tribunal de Contas que deverá vir acompanhada de demonstrativo da execução orçamentária do exercício anterior, quando este não corresponder ao exercício anterior ao do pleito). Autor: Senador Paulo Souto. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável ao PRS nº 68/99 e pela prejudicialidade do PRS nº 88/99. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 68, DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que “Dá nova redação ao inciso VIII, do art. 13, da Resolução nº 78, de 1998”. Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorá-

vel ao PRS nº 68/99 e pela prejudicialidade do PRS nº 88/99. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **MENSAGEM N.º 181, DE 1999, (N.º 01411, de 28-9-99, na origem), NÃO TERMINATIVA**, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202,030,000.00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto FUNDESCOLA II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA/UNIÃO, a cargo do Ministério da Educação”. Autor: EXECUTIVO. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 48, DE 1999, (PL N.º 1.594, de 1999, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Altera a Legislação Tributária Federal. (Altera alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas)”. Autor: Executivo. Relator: Senador Luiz Estevão. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra pelo prazo regimental de vinte e quatro horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas lavrando eu, **Luiz Gonzaga Silva Filho**, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Há número regimental.

Vamos dar início à quadragésima sétima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da primeira sessão legislativa ordinária da quinquagésima legislatura.

A Presidência informa aos Srs. Senadores que já ultrapassamos o máximo de reuniões que houve até hoje em todos os anos. Este ano já conseguimos quebrar a posição dos anos anteriores, já realizamos 47 reuniões este ano.

Item nº 1 da pauta.

Mensagem 189, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação da operação de crédito externo no equivalente a US\$300 milhões, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, destinado ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros. O autor é o Executivo, o relator é o Senador Luiz Estevão, com parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão, para relatar.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Passo ao Relatório, Sr. Presidente.

O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada à República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$300 milhões de principal junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Os recursos provenientes desta operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros. Este programa tem como objetivo melhorar a eficiência administrativa, a racionalização e a transparência na gestão fiscal por intermédio da adoção das seguintes e principais ações:

a) aperfeiçoamento dos mecanismos legais, tecnológicos e operacionais que embasam e fundamentam a administração fiscal dos Municípios;

b) fortalecimento e integração da administração financeira e consolidação da auditoria e do controle interno dos Municípios;

c) implantação de técnicas e metodologias de arrecadação e fiscalização tributárias com vistas à melhoria do controle de cumprimento das obrigações tributárias do contribuinte; e

d) agilização na cobrança de dívida tributária.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa foi orçado em US\$2,2 bilhões a ser executado em três etapas. Na primeira etapa são previstas, além deste empréstimo a ser contratado, contrapartidas internas com desembolsos em quatro anos: por parte da União, US\$5 milhões, e dos Municípios, US\$295 milhões.

Enfatize-se que o BID deve participar desse programa com financiamentos totais correspondentes a US\$1,1 bilhão, ou seja, em montante equivalente a 50% de seu custo orçado.

Destacamos as principais características do empréstimo: credor, Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID; devedor, República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda; executor, Ministério da Fazenda; valor total, US\$300 milhões; prazo, aproximadamente vinte anos, carência, aproximadamente quatro anos e meio; juros, vencíveis semestralmente, calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre, determinada pelo custo



dos empréstimos qualificados tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescido de margem que o banco fixará periodicamente de acordo com sua política de taxa de juros. Após cada semestre, o banco notificará o mutuário a taxa aplicável para o semestre seguinte. Comissão de crédito, 0,75% ao ano, exigida semestralmente sobre o saldo não desembolsado do empréstimo a contar a partir de 60 dias após a assinatura do contrato; recursos para inspeção e supervisão geral, até 1% do valor da operação; prazo para desembolso, quatro anos, contados a partir de 60 dias da assinatura do contrato; condições de pagamento, do principal em até 32 prestações semestrais consecutivas e tanto quanto possíveis iguais, vencíveis em dez de janeiro e dez de julho de cada ano, vencendo-se a primeira parcela seis meses após a data prevista para o final, cujo prazo é de quatro anos a partir da assinatura do contrato e a última, o mais tardar, em dez de julho de 2019; juros, semestralmente vencidos em dez de janeiro e dez de julho de cada ano, o primeiro em dez de janeiro de 2000; comissão de crédito, semestralmente vencível em dez de janeiro e dez de julho de cada ano; dos recursos para inspeção e supervisão geral, desembolsados do valor do financiamento em prestações trimestralmente, tanto quanto possíveis iguais, ingressando em conta do BID independentemente de solicitação do mutuário.

### Voto

Essas operações de crédito externo estão sujeitas às condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, às quais cabem os seguintes esclarecimentos – passo aos esclarecimentos que se referem ao limite de endividamento da União, ao parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à exigência constitucional de que constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual a previsão da licitação de bens, obras e serviços, bem como a contratação de consultoria nos âmbitos interno e internacional. Dessa forma, ressalto por fim que a operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil nos termos Carta Firse nº 448, de 22 de setembro de 1999 e que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 7,34% ao ano, estimativa considerada aceitável por aquela Secretaria.

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 189 de 99, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado Federal de 1999.

Passo, em seguida, aos termos do Projeto de Resolução do qual solicito ao Sr. Presidente que dispense a leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Parecer favorável do Senador Luiz Estevão.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Solicito a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Gostaria de pedir vista do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedida vista por 5 dias.

Antes do item nº 2, há um requerimento sobre a mesa que passamos a ler:

Requeiro nos termos regimentais o sobrestamento da votação do projeto de Lei da Câmara nº 3, que dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. De autoria do Deputado Renato Johnson, até que, consoante prerrogativa do art. 50 da Constituição Federal, seja esclarecido pelo Presidente da Caixa Econômica Federal, numa audiência pública nesta Comissão, os impactos financeiros do projeto em questão sobre o Orçamento Federal.

### Justificativa

O requerimento acima tem como objetivo o esclarecimento mais aprofundado sobre o tema, antes de a matéria ser submetida à votação nesta Comissão, para que sejam esclarecidos por aquela autoridade os impactos financeiros do projeto no Orçamento, bem como o número de entidades da Federação e empresas que se encontram inadimplentes, os valores resultantes dessa inadimplência e ainda o número de entidades da Federação que até o presente momento não adotaram regime jurídico próprio, não obstante determinação da CF nº 88, pois, sem tais informações, é bastante complicado fazer uma votação justa e séria do citado projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, o requerimento já está devidamente justificado. No entanto, conversando com o Senador Lúcio Alcântara, que fez referência a outros projetos já em tramitação na Casa e que tratam de Fundo de Garantia, chegamos à conclusão de que essa audiência com o Presidente da Caixa serviria também para instruir outros projetos. Assim, saberíamos qual o impacto que isso poderia ter no Fundo. A audiência instruiria melhor a Comissão não só para votar esse, que é fundamental e cujas repercussões sobre o Fundo já conhecemos, mas de outros projetos que tratam do mesmo assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A sugestão do Senador José Eduardo Dutra é a de que não só esse projeto, mas os demais projetos – pedimos à Secretaria para separá-los – fossem os assuntos debatidos aqui com o Presidente da Caixa Econômica Federal, para que, dessa forma, pudéssemos votar com tranquilidade.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, se não na Comissão de Assuntos Econômicos, tramitam na Comissão de Assuntos Sociais projetos que visam a permitir ao trabalhador levantar os recursos da sua conta do FGTS para atender a situações de diversas naturezas. Geralmente são todas justas, todas de grande significado social, mas não podemos perder de vista a natureza, a característica desse Fundo e sua finalidade última. Portanto, julgo que seria de grande importância a vinda do Presidente da Caixa Econômica a esta Comissão para discorrer sobre a situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, até para que tenhamos uma visão mais completa, mais integral desses recursos e, conseqüentemente, possamos decidir com mais segurança na votação desses projetos, que são vários, de diversa natureza, que tramitam aqui no Senado e que muitas vezes nos embarçam, porque no fundo eles têm um conteúdo social absolutamente incontestado. Em determinadas condições de saúde; em determinadas condições de calamidades etc., seria facultado ao trabalhador retirar, levantar esses recursos. Só que esse fundo tem que ser remunerado para atender a uma condição, que é a condição do trabalhador, ao final do seu período laboral normal, ter os recursos, que vieram de fato para substituir aquela antiga estabilidade que durante algum tempo vigorou no Brasil.

Então, acho que é muito importante a presença do Presidente da Caixa aqui, a propósito desse

projeto, mas, para nos dar essa visão geral, acho que a vinda dele deveria ser específica para tratar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. E eu, então, apóio o requerimento do Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão.

Com a palavra o nobre Vice-Presidente.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, no caso da aprovação do requerimento do Senador Dutra, que fosse comunicado, no expediente, nos entendimentos que certamente farão, fosse fornecido ou enviado a ele uma relação de todos esses projetos que estão tramitando, que são vinculados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para que ele possa discorrer aqui e possa nos esclarecer melhor sobre o assunto. Então, seria a informação de todos eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência, no caso da aprovação, determinará à Mesa que selecione todos os processos que se relacionem com o Fundo.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

A Presidência determina que a Secretaria selecione todos os projetos que estejam tramitando e que tenham correlação com o fundo para que possamos informar ao Presidente da Caixa, de forma que no dia que for determinada a vinda dele – vamos instar para que seja o mais rápido possível – sejam então ventilados esses assuntos, e nós, com esses esclarecimentos, possamos votar melhor.

Assim, retira-se o item nº 3 da pauta.

#### **Item 2:**

Projeto de Resolução do Senado de nº 41, de 1999, que altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais para as operações de créditos externos e internos da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito interno e externo. O autor é o nobre Senador Carlos Bezerra e o relator é o nobre Senador Francelino Pereira, que não estando



presente eu solicitaria ao Senador Osmar Dias que, por gentileza, lesse o projeto, o voto.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, o relatório do Senador Francelino Pereira diz o seguinte:

Submete a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 1999, de autoria do nobre Senador Carlos Bezerra, que altera a Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, para tornar obrigatória a prévia aprovação pelo Senado dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional.

O art. 1º do projeto acrescenta o art. 3º, letra “a”, à Resolução nº 96, de 15 de dezembro 1989, do Senado Federal, com a seguinte redação:

Art. 3º .....

a – os programas de ajustamento, bem como toda e qualquer operação de crédito ou programa de monitoramento formal ou informal celebrado com o Fundo Monetário Internacional deverão observar as seguintes condições: primeiro, as condições financeiras dos saques realizados, bem como o texto integral de cada acordo, inclusive as cartas de intenções, memorandos técnicos, revisões de metas e demais documentos relevantes para o cumprimento do programa de ajustamento deverão ser submetidos ao Senado Federal em sessão aberta ou secreta, como condição prévia para a sua validade.

É vedado a qualquer funcionário público a assinatura de acordos com o Fundo Monetário Internacional, bem como a revisão das metas dos acordos sem a prévia aprovação do Senado Federal.

#### Voto

Considero procedentes os argumentos apresentados pelo Senador Carlos Bezerra ao justificar o presente projeto. Os acordos celebrados com o FMI constituem, efetivamente, operações de crédito externo da União e devem, em atendimento às disposições do art. 52, incisos V a VII da Constituição Federal, ser submetidos à aprovação do Senado Federal.

Manifesto-me, assim, favoravelmente à aprovação do Projeto de Resolução nº 41, de 1999, do Senado Federal, nos termos em que foi formulado por seu autor.

É o relatório do Senador Francelino Pereira.

**O SR. PRESIDENTE**(Ney Suassuna) – O parecer é favorável.

Em discussão o parecer.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, antes de entrar na fase de discussão, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que este projeto tivesse a sua votação adiada para a próxima semana, para que pudéssemos discuti-lo com o seu autor, Senador Carlos Bezerra, porque há dúvida, da parte do Governo, em relação ao projeto. Então, ao invés de pedirmos vista, pediremos, apenas, o adiamento de sua discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, a votação deste projeto já foi adiada, e esta é a terceira vez que ele entra na pauta. Ocorre que o Poder Executivo está com uma visão distorcida a respeito desta matéria. Este projeto fortalece o País nas negociações internacionais, e o Senado da República deixa de ser uma instituição de segunda categoria. Vi a revolta que houve aqui por ocasião da homologação do acordo com o FMI, uma revolta geral, porque a Casa só tomou conhecimento daquele acordo depois de tudo acertado, de tudo assinado, de tudo resolvido. O Senado tornou-se um órgão meramente homologatório.

Naquela ocasião, resolvi apresentar este projeto, que fortalece o Senado e fortalece o Governo Federal nas negociações, fortalece as negociações do Brasil. É um equívoco; com todo o respeito ao grande Senador Luiz Otávio, que sugeriu o adiamento da votação, pelo que vejo, há uma dificuldade de entendimento do Governo Federal com relação a esta matéria.

Senador Luiz Otávio, é a terceira vez que esta matéria entra em pauta para ser votada, mas sua votação é adiada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ainda não foi pedida vista deste processo. De comum acordo com o autor e com o relator, ele pode ser postergado, não há dúvida, mas para sustá-lo só com um pedido de vista. Se houver acordo, poderemos deixá-lo para a próxima sessão; se não houver acordo, a única solução será pedir vista.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Peço vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Senador José Eduardo Dutra pediu vista, que será concedida por cinco dias.

Item nº 4 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 56, que dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos

Estados, Distrito Federal, Municípios e dá outras providências.

O Autor é o Deputado Germano Rigotto e o Relator é o Senador José Fogaça.

Pediria ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti que, por gentileza, lesse o parecer. Basta ler o final do voto, a conclusão.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou passar à leitura do voto.

Há restrição constitucional que inviabiliza que resolução do Senado Federal discipline e regulamente o controle do processo de endividamento das entidades da administração direta dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa matéria é privativa de lei, e, mais precisamente, conforme expresso no Texto Constitucional – art. 163 da Lei Complementar. Então, vou ao final. Em conclusão, o Projeto de Lei nº 56, de 1997, incorpora vício decorrente de inconstitucionalidade formal, pois deveria ser tratado por lei complementar, representando ainda regulamentação parcial do art. 163 da Constituição Federal. Os dispositivos relacionados no referido artigo exigem, na verdade, a elaboração de uma lei nacional, um código que regulasse, num só corpo, todas as normas relativas a finanças a serem observadas pela Administração Pública, de forma a constituírem um conjunto orgânico e sistêmico, livre das restrições e limitações que poderiam advir de regulamentos parciais capazes de produzir efeitos isolados e contraditórios. Mais ainda, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou, por unanimidade, parecer do Senador Roberto Requião que apontou a inconstitucionalidade desse projeto, concluindo, assim, pelo seu arquivamento, e, nos termos do art. 101, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, quando assim proceder esta Comissão na apreciação de qualquer proposição, será considerada rejeitada e arquivada definitivamente por despacho do Presidente do Senado, salvo não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254.

Opinamos, assim, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 56/97.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão, o parecer, que faz a opção pelo arquivamento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 5:**

## **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1998**

(Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal. Autor: Deputado Ubiratan Aguiar. Relator: Senador Antero Paes de Barros.)

O parecer é favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5, que apresenta.

Senador Luiz Otávio, por gentileza, queira, se possível, ler para nós o parecer.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998 (nº 731/95 na Casa de origem), que regulamenta o art. 213 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor, Senador, basta ler o voto.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Está complicado aqui, porque há uma emenda do Senador Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – E há mais uma Emenda, de nº 6, do Senador Suplicy. Se a Comissão assim julgar, seria melhor nós postergarmos, uma vez que o Senador Suplicy e o Relator não estão presentes.

Todos concordam? (Pausa.)

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Concordamos em adiar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, vamos retirar de pauta esse item, uma vez que o Relator não está, e a emenda do Senador Suplicy é substancial, é uma emenda grande.

Retirado de pauta, passamos ao item 6.

Consultamos o Senador Pedro Piva se quer que seja adiado, porque eu tive uma informação de que V. Exª estava reformulando esse voto.

**O SR. PEDRO PIVA** – Exatamente, Sr. Presidente. Peço que adie para a próxima semana, se possível, porque eu estou negociando com a Fazenda e com outros órgãos competentes para adaptar esse projeto ao interesse da Nação. Então, peço o adiamento para a próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedido o adiamento.

Passamos ao item nº 7.

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1999**

(Dispõe sobre a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de veículos por microempresa e empresa de pequeno porte. Autoria do Senador Tião Viana. O Relator é o Senador



Luiz Estevão, que é favorável, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, para o Relatório. De autoria do nobre Senador Tião Viana, vem a esta Comissão para apreciação em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 475, de 1999, que concede isenção do IPI a veículo adquirido por microempresa e empresa de pequeno porte.

Segundo o art. 1º, o benefício é restrito aos veículos, automóveis de fabricação nacional para transportes de mercadorias com capacidade de carga útil até 1.550kg, ou seja, os chamados comerciais leves do tipo camionetas, furgões, pick-ups e semelhantes. Para habilitar-se ao gozo do favor fiscal, a empresa deverá enquadrar-se em uma série de pré-requisitos.

Passo ao parecer e ao voto, Sr. Presidente.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, com a seguinte emenda:

Emenda da CAE. Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

Art. 2º O benefício de que trata o art. 1º só poderá ser utilizado uma única vez a cada cinco anos.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Quero informar à Comissão que esse é um projeto terminativo, portanto, a votação será nominal, mas antes, estão escritos para discutir a matéria os Senadores Lúcio Alcântara e em seguida, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Srs. Senadores, tenho dúvida quanto ao poder de iniciativa do projeto. Eu mesmo já tive oportunidade de apresentar projeto que concedia ou redução, ou isenção de tributos e, posteriormente, Relatores e Comissões se pronunciaram demonstrando que o Poder Legislativo não poderia ter essa iniciativa. A partir desses fatos, solicitei um estudo da consultoria técnica do Senado e convenci-me de que não podíamos ter essa iniciativa. Mas quero deixar uma sugestão para que a Mesa consulte o Plenário e ouça a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que, liminarmente, não se vede uma iniciativa que julgo no mérito absolutamente pertinente, mas tenho dúvidas sobre a constitucionalidade do projeto por causa da autoria, da iniciativa do projeto.

Sugiro que, consultado o Plenário, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há uma proposta do Senador Lúcio Alcântara, mas vamos

ouvir o Senador Jefferson Péres. Em seguida colocaremos em votação a proposta.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, sou inteiramente favorável ao mérito do projeto. Trata-se de incentivo fiscal a micro e pequenas empresas, que são universalmente aceitas, consensualmente, pela sociedade como merecedora de todo e qualquer incentivo. O projeto também mereceria minha simpatia pelo autor, pelo qual tenho grande respeito, Senador Tião Viana, e que é do meu colega de Bloco, mas, nesse momento, há que se agir com isenção é o que preciso fazer. Vou na mesma linha do Senador Lúcio Alcântara. Há um vício, parece-me, porque, embora o ilustre Relator Senador Luiz Estevão diga que a iniciativa é legitimada pelo art. 61, **caput**, aqui pelo menos não há dúvida de que pelo § 1º do art. 61, II, “b”, a iniciativa é privativa do Poder Executivo. Como, entretanto, esse não é o foro adequado, eu, na linha do Senador Lúcio Alcântara, requeiro a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que ela se manifeste sobre a constitucionalidade. Ela é quem tem competência para isso e não nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, solicito seja concedida a palavra ao autor do projeto Senador Tião Viana, que traz algumas informações complementares a respeito do poder de iniciativa para projetos dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é evidente que não ousaria contestar a intenção e o conteúdo com que o Senador Jefferson Péres propõe que vá para a CCJ. Gostaria, no entanto, apenas de lembrar um projeto de lei do Senador Luiz Estevão, aprovado na CAE no dia 28 de outubro de 1999 e encaminhado diretamente para a Câmara dos Deputados, que modifica a Lei Complementar nº 53, de 1986, para nela incluir isenção de imposto sobre produto industrializado IPI na compra de veículos por paraplégicos e portadores de defeitos físicos.

Entendo tratar-se de projeto similar, que foi votado, apreciado e aprovado e já encaminhado à Câmara dos Deputados. Por isso, faria uma solicitação de reflexão, embora tenha o mais absoluto respeito e compreensão das razões que motivam o

Senador Jefferson Péres a fazer as suas ressalvas, para que o projeto vá, em função da dúvida de ser ou não matéria de autoria primária do Poder Executivo. Então, com base nessas razões e em um antecedente que já ocorreu na CAE, ou seja, o projeto já ter percorrido as instâncias e ter sido encaminhado à Câmara dos Deputados, faço uma ponderação de que a Comissão reflita sobre essa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa.)

Temos duas saídas. A primeira é colocar em votação o voto do Relator. Se for derrotado, irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso seria ruim, porque poderia sair negativo e anulado de uma vez por todas. A outra é fazermos a consulta à Comissão se, pura e simplesmente, mandaríamos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pergunto ao Relator...

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Existe uma terceira alternativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Qual?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – A Comissão aprovar no mérito e encaminhar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para analisar a constitucionalidade, porque o voto do Relator é...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Favorável.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – ...pela aprovação do mérito. Então, aprovaríamos o voto e encaminharíamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ad referendum.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – ...para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apenas para analisar a constitucionalidade.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – O projeto é terminativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Informa-me aqui o Secretário substituto que o usual é aprovar lá o mérito e a constitucionalidade. Acho que o mérito teria que ser decidido aqui.

Então, volto à consulta. A Presidência não está querendo deliberar. Está consultando o Relator. Não seria melhor só ouvir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e voltarmos para decidir aqui?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Veja bem, Sr. Presidente...

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, é uma questão de princípio geral de Direito, de economia processual. Por quê? Podemos aprovar aqui e enviar para lá. Eles vão analisar apenas a

constitucionalidade. Se considerarem inconstitucional, o projeto não prosseguirá. Acho que estaremos economizando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Estaremos economizando, mas estaremos desgastando a autoridade da Comissão. Seria melhor ouvi-los, na minha opinião.

**O SR. BELLO PARGA** – Ele não vai morrer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Vai com os dois pareceres para o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ele terá de vir para cá, porque é terminativo da Comissão de Economia.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Questão de ordem, Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Tenho a impressão de que temos duas situações distintas. Uma seria pedir a tramitação também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e acho que isso é matéria a ser deliberada pelo Plenário do Senado. Outra é a Comissão solicitar audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Comissão de Assuntos Econômicos solicita a opinião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Acho mais cordato.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Então, são duas coisas distintas. Não podemos confundir. Como é terminativo, a Mesa solicitou que a tramitação fosse exclusivamente na Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Essa foi a opinião de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Jefferson Péres, que considero a mais plausível.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – A minha sugestão é no sentido de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Até porque, Sr. Presidente, creio que não temos competência para eliminar o caráter terminativo do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Exatamente. Essa é a minha preocupação. Por isso...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Exatamente. Veja bem, no mérito, todos já dissemos aqui, o projeto é absolutamente pertinente, correto, conta com o meu apoio, meu voto. A dúvida que levantamos e se podemos ter esse poder de iniciativa, até para a Comissão adotar uma norma em relação a projetos...



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Relator, apenas para se manifestar e aí vamos para a votação.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Apenas para lembrar aos nobres pares componentes desta Comissão que o projeto aprovado no dia 28 de outubro, de minha autoria – esse projeto foi aprovado inclusive pelo Plenário do Senado Federal, foi levado a plenário, foi aprovado por unanimidade – guarda absoluta similitude com o projeto do Senador Tião Viana. Portanto, nós já tivemos inclusive a deliberação unânime do Plenário do Senado, sem qualquer restrição de iniciativa quanto à aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nobre Senador, podemos até ter errado naquele, mas um erro não justificaria o outro. Acho que os juristas se manifestando, o Senador Jefferson Péres e outros, tendo levantado o problema é mais prudente mandar na Comissão.

**O SR. BELLO PARGA** – Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

Quero fazer sentir ao Relator que não é o mesmo caso. Porque o que nós aprovamos aqui e foi aprovado no Plenário do Senado foi a alteração de uma lei. E nós estamos tratando aqui de inserir uma lei no universo jurídico. Então não é o mesmo caso. Já havia uma lei que foi alterada pela Lei Complementar, que foi alterada pelo Projeto do Senador Luiz Estevão. Então foi alterando uma lei pré-existente. E o que nós estamos tratando agora é de uma lei nova.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência vai colocar em votação a audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Lá tendo ocorrido a audiência, volta e nós votamos terminativamente aqui.

Senador José Alencar, com a palavra.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – É sobre ainda esse projeto. Ele está sendo naturalmente considerado exatamente igual aquele que foi aprovado por esta Comissão. E eu gostaria, apenas para trazer a minha opinião, porque minha obrigação, dizer que ele não é semelhante àquele. Por quê? Aqueles veículos que são destinados a deficientes físicos são veículos especiais, construídos especialmente para um deficiente físico. E este não. Este é um veículo universal que vai naturalmente ser um bem que transita pelo mercado como um bem universal, diferentemente daquele que é especial para um deficiente físico. Então é diferente. Estou falando isso também quanto ao mérito.

Outra coisa, Sr. Presidente, como sou empresário poderia ser até que eu pudesse estar interessado diretamente num projeto dessa natureza. Acho que nós poderíamos, por analogia, também votar aqui a qualquer momento, com base nesse projeto, alguma coisa que dissesse respeito à redução de imposto indireto, como é o caso do IPI ou mesmo do ICMS, quando uma indústria, não a automobilística apenas, qualquer uma, vendesse para as microempresas. Por exemplo, as microempresas, as pequenas empresas que estão começando e que são confeccionistas, que geram empregos que não acabam mais e que precisam de tecidos, elas pagam todos os impostos indiretos que são incidentes sobre aquela matéria-prima, que é mais importante ainda do que o próprio veículo.

Tenho o maior respeito pelo Senador Tião Viana, porém qual o critério que nós vamos adotar? Qual o critério que foi adotado para determinar que são veículos de porte até "x", de até 1.500 quilos de carga? Essas são coisas que, sinceramente, eu não sei se nós deveríamos realmente deixar de examinar com o maior cuidado, não só quanto ao aspecto ligado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o problema legal, constitucional, como também até mesmo discutir mais quanto ao mérito. Porque essas matérias tributárias trazem maior dificuldades ao cipoal em que já se transformou o sistema tributário brasileiro, que ninguém entende. Por isso é que nós estamos lutando por uma reforma tributária que possa ser suportada pela sociedade brasileira e que possa significar fator de desenvolvimento. Ao contrário desse sistema que tem impedido o desenvolvimento da economia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência está preocupada porque nós começamos muito tarde a reunião hoje, mas...

**O SR. TIÃO VIANA** – Serei muito breve, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – ...mesmo assim nós vamos ceder a palavra ao Senador Tião Viana para mais um esclarecimento.

**O SR. TIÃO VIANA** – Sr. Presidente, serei muito breve.

Eu gostaria apenas de fazer uma ponderação no sentido de que o Senador José Alencar refletisse sobre o detalhamento e a justificativa do projeto. S. Ex.<sup>a</sup> verá que o mais absoluto zelo de ordem técnica foi tomado para que se preserve o não-surgimento de firmas fantasmas, de microempresas fantasmas que venham a se beneficiar com um projeto dessa natureza. Se ele fosse feito de uma maneira

descuidada, beneficiaria 12 milhões de microempresas deste País. Todavia, foi feito com tal zelo, com tal cuidado que restringe um benefício de 1 milhão de microempresas neste País.

Penso que devemos tomar uma decisão a favor da pequena e microempresa do Brasil ou assumimos a derrocada desse setor.

Temos que dizer de que lado estamos: ou a favor da grande produção internacional, que inviabiliza a produção interna, ou a favor do empresariado brasileiro, especialmente o micro e o pequeno. Esse é o mérito do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Tal discussão ocorrerá por ocasião da discussão do mérito. Estamos discutindo agora o projeto de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, eu havia pedido um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pois não, Senador.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Em se tratando de micro e pequena empresa, posso trazer o testemunho como partícipe, como microempresário, como pequeno empresário, como antes de microempresário. Então, tenho autoridade para dizer aquilo que realmente é de interesse desse segmento, pois ninguém mais do que eu o valoriza. O que não quero é praticar uma injustiça.

Como interesse de um segmento da economia brasileira, o segmento a que pertenço, o têxtil, gostaríamos que houvesse uma redução ou isenção de impostos indiretos, por exemplo, sobre fios, que são vendidos para milhares de micromalharias, só que o **lobby** da indústria automobilística no Brasil é algo fantástico. Em vista disso, temos constante preocupação com relação a esse tipo de projeto, que sempre consulta esse **lobby** ultracompetente do sistema automobilístico nacional. De forma que qualquer outro setor não tem o mesmo poder de **lobby** que esse.

Temos assistido às vantagens com que as empresas desse setor se instalam em nosso País. Não temos dado à empresa nacional um milésimo das vantagens que lhes oferecemos. Não se trata de xenofobismo.

Recentemente, quando estávamos assumindo o Governo de Minas Gerais, havia um pleito do setor

automobilístico para reduzir o IPI e o ICMS de automóveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nobre Senador José Alencar, poderíamos discutir isso no momento de discussão do mérito.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Pois é justamente quanto ao mérito!

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Mas não estamos discutindo o mérito. Estamos enviando à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Quando voltar é que vamos discutir o mérito.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Está certo. Não discuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pois não.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Eu gostaria apenas de esclarecer que tenho absoluta confiança de que a iniciativa do projeto do Senador Tião Viana não tem qualquer inspiração com o **lobby** de quem quer que seja. O viés do projeto de S. Ex<sup>a</sup> visa exclusivamente ao benefício dos micro e pequenos empresários brasileiros – uma iniciativa, aliás, mais do que louvável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Tendo sido o esclarecimento prestado, a Presidência coloca em votação o projeto.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Tenho o maior respeito pelo Senador Tião Viana. Estou trazendo aqui o meu testemunho como empresário que sou.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Entendemos o que V. Ex<sup>a</sup> disse. Não se preocupe.

Em votação o projeto de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto será enviado e, quando retornar, se for juridicamente perfeito, votaremos o mérito.

#### Item 8

Ofício nº 28, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, relatório sobre a emissão de bônus global pela República Federativa do Brasil, concluído em 30 de abril último, no valor total de 3 bilhões de títulos de mercado internacional, sendo US\$2 bilhões resultantes de **trusts**, em dinheiro, e US\$1 bilhão



resultante da troca de bônus **breedy's**. O autor é o Banco Central; o Relator é o Senador José Fogaça, e o parecer é favorável à aprovação do Relatório.

Eu pediria ao Senador Lúcio Alcântara, por gentileza, que lesse o voto do Senador José Fogaça, uma vez que S. Ex<sup>a</sup> não se encontra presente. Trata-se do item 8, página 160.

Essa é apenas uma prestação de contas do Banco Central. Como se trata apenas de uma prestação de contas, o pedido de vista é muito bem-vindo, porque ele vai exatamente verificar se a mesma está correta.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, vou somente resumir a conclusão do voto do Senador José Fogaça.

O presente Relatório atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução do Senado, porque, conforme relatado, os ganhos do conjunto da operação são expressos pela redução nominal de 193,4 milhões de dólares da dívida externa na troca, pela redução de 264 milhões no fluxo de pagamento até abril de 2001 e pelo ganho de 25 milhões de dólares na troca, em termos de valor presente, pelo alongamento de 1,33 anos no prazo de vida média da dívida.

O Relatório, segundo S. Ex<sup>a</sup>, reflete bem o exercício da autorização concedida pelo Senado à União, em 1996, qual seja, a de explorar as possíveis trocas de títulos por outros mais vantajosos para o País, especialmente os de reestruturação da dívida externa, os chamados **breedy's**, com vistas a atrair novos investidores voluntários.

Em outras palavras, explorar o gerenciamento da dívida externa brasileira as possibilidades que, no mercado internacional, possam significar benefícios para o País, seja em termos de redução do valor nominal dos custos financeiros dos débitos, seja em termos de alongamento dos prazos de retorno, em vista dos benefícios fiscais e cambiais que acarretam.

Em face do exposto, S. Ex<sup>a</sup> se manifesta favoravelmente à aprovação do Relatório do Banco Central, concluindo que ele está em conformidade com o art. 133, inciso III, do Regimento Interno da Casa, pelo arquivamento do referido Relatório.

É o voto e o parecer do Senador José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, peço vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedido o pedido de vista. Votaremos a matéria daqui a cinco dias úteis, na próxima semana.

Passa-se ao item 9:

Projeto de Resolução do Senado de nº 88, não-terminativo, que dá nova redação ao inciso VIII, do art. 13 da Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre a certidão expedida pelo Tribunal de Contas, que deverá vir acompanhada de demonstrativo, da execução orçamentária do exercício anterior, quando este não corresponder ao exercício anterior ao do pleito.

O autor é o Senador Paulo Souto. O Relator é o Senador Osmar Dias, que tem parecer favorável.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se de um Projeto de Resolução que pode ser explicado facilmente.

A Resolução nº 78 exige dos Municípios, Estados e Distrito Federal ...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdão, Senador. Ele tramita em conjunto com o Projeto de Resolução nº 68. Então, o parecer de V. Ex<sup>a</sup> vai referir-se aos dois projetos.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sim. Vou resumir e precisar da colaboração do Senador Paulo Souto.

Resumindo, Sr. Presidente, a Resolução nº 78 exige que os Municípios, Estados e Distrito Federal, ao solicitarem contratação de novos empréstimos, ou de um novo empréstimo, sejam obrigados a apresentar a prestação de contas do exercício anterior, aprovada pelo Tribunal de Contas.

Acontece que o Tribunal de Contas recebe, até o terceiro mês, a prestação de contas do exercício anterior, mas fornece parecer sobre aquela prestação de contas, muitas vezes, no final do ano, o que inviabiliza praticamente a operação.

As propostas dos Senadores Casildo Maldaner e Paulo Souto são idênticas no sentido de, quando não houver ainda a prestação de contas aprovada pelo Tribunal de Contas, que seja encaminhada, em conjunto, com o demonstrativo da execução orçamentária do exercício anterior. (Aqui vou precisar da colaboração do Senador Paulo Souto.)

O Senador Casildo Maldaner apresentou projeto antes do Senador Paulo Souto. A iniciativa de ambos é a mesma. O Senador Paulo Souto, com extrema elegância, procurou-me antes desta reunião para me dizer o seu parecer é pela aceitação do meu

projeto de resolução em prejuízo do projeto de resolução do Senador Casildo Maldaner. Portanto, partiu do próprio Senador Paulo Souto, com extrema elegância – repito –, a proposta de que não se prejudique a iniciativa do Senador Casildo Maldaner, pedindo-me que encontrasse uma solução.

Eu havia dado parecer aceitando a proposta do Senador Paulo Souto, por ter uma redação melhor, e prejudicando a do Senador Casildo Maldaner. Mas, mesmo estando ausente o Senador Casildo Maldaner, creio que esta Comissão poderia, neste momento, num ato de justiça para com S. Ex<sup>a</sup>, aprovar o seu projeto com a emenda de redação que seria apresentada aqui pelo Senador Paulo Souto; eu acataria a emenda de redação, mudaria o meu relatório, que ficaria com o projeto do Senador Casildo Maldaner e com uma emenda de redação apresentada pelo Senador Paulo Souto.

Consulto, portanto, Sr. Presidente, com a autorização de V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Paulo Souto se ficaria bem essa fórmula.

**O SR. PAULO SOUTO** – De acordo com o Relator.

**O SR. OSMAR DIAS** – Então, Sr. Presidente, no meu parecer, fica mantida a Resolução nº 68, de autoria do Senador Casildo Maldaner, com uma emenda de redação oferecida pelo Senador Paulo Souto, nos termos em que ofereceu ao Projeto de Resolução nº 88. Deu para entender, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Sim, Excelência. Creio que apenas o último parágrafo, merece nova redação.

Em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposta do Senador Osmar Dias e com a aquiescência e o cavalheirismo do Senador Paulo Souto permaneçam sentados.(Pausa.)

Aprovado.

#### Item 10.

Mensagem nº 181, que propõe ao Senado Federal a autorização da contratação da operação de crédito externo no valor equivalente a US\$202,030 milhões de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD –, destinado ao financiamento parcial do Projeto Fundo-Escola, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola, do Fundo-Escola da União, a cargo do Ministério da Educação.

O autor é o Executivo.

O Relator é o Senador Osmar Dias, que apresenta parecer favorável, nos termos que vai relatar.

Com a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, em 20 de outubro, foi aprovado nesta Comissão requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando sobrestamento dessa matéria para que se ouvissem os Ministros da Educação, Paulo Renato, e o de Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para maiores esclarecimentos sobre esse empréstimo. Apesar de esse requerimento ter sido aprovado, S. Ex<sup>a</sup>s ainda não vieram aqui. Levanto, pois, esta questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há uma documentação prestando todos os esclarecimentos, à qual foi enviada ao Senador Eduardo Suplicy. Caso V. Ex<sup>a</sup> entenda que isso não basta, tem o direito de pedir vista.

Além disso, informa-me a Secretaria que fez-se um acordo no sentido de não mais se convocar S. Ex<sup>as</sup>, porque estas informações foram dadas por escrito. Esse acordo foi feito com o Senador Eduardo Suplicy, segundo me informa a Secretaria.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – A informação que tenho não é esta. Foram aprovados dois requerimentos: um de informações, que chegou na sexta-feira; e o outro para ouvir o Ministro. O requerimento de informações, feito pelo Senador Eduardo Suplicy, era para melhor instruí-lo na audiência com o Ministro. É a informação que tenho. As informações chegaram na última sexta-feira e não são excludentes, mas complementares. As informações chegaram por escrito e aguarda-se a vinda do Ministro para esclarecer melhor o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se V. Ex<sup>a</sup> e o Relator concordarem, tiraremos da pauta e colocaremos na próxima semana com a presença do Senador Suplicy. Não se pode pedir vista do projeto.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Foi aprovado, Sr. Presidente, o requerimento de sobrestamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Entendi.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – O projeto não pode ser incluído na pauta antes que o Ministro venha.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como foram dois requerimentos, veio um e a Mesa entendeu que parcialmente estaria atendido. Vou retirar esse projeto da pauta e o discutiremos na próxima semana. Entraremos em contato com o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Peço a palavra pelo ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, antes que os Senadores saiam, gostaria de comentar que esta Comissão aprovou um crédito de US\$45 milhões para Mato Grosso com finalidade de remodelação do Estado e indenização de pessoal. Foi um projeto muito controvertido. Houve uma emenda do Senador Júlio Campos, em plenário, dizendo que aquele recurso deveria estritamente ser aplicado para a finalidade que o Senado aprovou.

Requeri, em função das denúncias de desvio de dinheiro no Estado, ao Tribunal de Contas da União uma inspeção a respeito do assunto. Recebi ontem o relatório. O documento diz o seguinte: “Do dinheiro recebido, 88% foi desviado para outra finalidade” – não aprovada aqui. Mais grave ainda é que o Banco Mundial assinou o contrato com o Governo do Estado do Mato Grosso admitindo o desvio de finalidade com obras de infra-estrutura e saneamento, o que não fazia parte do projeto aprovado por esta Comissão. Estou estudando a matéria. Mandeí minha assessoria ao Tribunal de Contas para ver todo o processo, pois o que chegou até mim foi um resumo. Entendo que esse fato é de suma gravidade, Sr. Presidente. O Senado, bem como as decisões desta Comissão, não são levadas em consideração pelo Poder Executivo nem pelos organismos internacionais, que fazem o que bem entendem. Aprovamos de uma forma e fazem de outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> conclua e, após o estudo, a Comissão tomará as medidas cabíveis.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Creio que deve haver uma medida robusta da Comissão em relação ao assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Discutiremos e acharemos um caminho.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. PEDRO PIVA** – Na mesma linha do Senador Carlos Bezerra, gostaria de saber do Estado de São Paulo. Realmente, creio que está passando do ponto, são três meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O projeto do Estado de São Paulo foi distribuído ao Senador Lúcio Alcântara que está emitindo parecer. Quando o parecer estiver pronto, S. Ex<sup>a</sup> o trará a esta Comissão.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Conversarei com S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO PIVA** – Aguardarei mais uma vez, com toda a paciência. Espero que seja pela última vez, pois não é possível continuar assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> terá informações após a conversa que terei com o Senador Lúcio Alcântara.

Antes de chamarmos o último item, há um requerimento que reza o seguinte:

Requeiro, nos termos regimentais, a criação de uma comissão especial composta por cinco Senadores para, na condição de observadores, representar o Senado Federal na Rodada do Milênio, a ser realizada em Seattle, Estados Unidos da América, no período de 30 de novembro a 3 de dezembro do corrente.

A representação será partidária e escolhida posteriormente. É o requerimento.

**O SR. (fora do microfone)** – Quem é o autor?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O autor é Ney Suassuna.

Nós, da Comissão, devemos saber o que está sendo previsto para o próximo século.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Posteriormente, faremos a indicação dos membros.

Lembro aos companheiros que a revista da Comissão está sendo ultimada, deve estar saindo nos próximos quinze dias. Os Srs. Senadores que ainda não apresentaram seus artigos, por favor, o façam. Assinalem na Secretaria e tomaremos as providências.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** – É só para consultá-lo. V. Ex<sup>a</sup> disse que o requerimento aprovado com cinco representantes do Senado Federal, para o Brasil, na rodada do milênio, seria, aqui no plenário, a designação dos membros.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A designação nós faremos, aqui, no plenário, faremos votação.

**O SR. OSMAR DIAS** – Não seria essa atribuição do Plenário do Senado ou do Presidente do Senado, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Creio que a sugestão possa ser seguida aqui.

**O SR. OSMAR DIAS** – Não, só a questão regimental, porque, depois, pode haver problema lá. Eu já vi dar problema lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eu farei a consulta à assessoria.

O jantar de amanhã é com o Sr. André Matarazzo, o homem da comunicação da Presidência da República. Todos os Srs. Senadores estão convidados.

Na próxima semana, teremos a vinda dos Governadores do Sul. Os Governadores do Sul terão audiência na próxima semana nesta Comissão.

Item nº 11. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1999, não-terminativo, que altera a legislação tributária federal, mantendo a alíquota do Imposto de Renda de pessoas físicas. Autor: Executivo. Relator: Senador Luiz Estevão, que se manifesta favoravelmente ao Projeto.

Com a palavra o Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Relatório. De autoria do Sr. Presidente da República, aprovado pela Câmara dos Deputados, vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1999 (PL nº 1.594, de 1999, na origem), que altera a legislação tributária federal, mantendo a alíquota do Imposto de Renda de pessoas físicas. Trata-se de proposição com prazo de tramitação de 45 dias, solicitado pelo Sr. Presidente da República, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal. O prazo final de tramitação é 6 de dezembro próximo, cabendo a esta Comissão oferecer seu parecer até o dia 16 de novembro. Não foram oferecidas emendas perante a Comissão.

A proposição modifica o art. 21 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, prorrogando a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das

pessoas físicas para os fatos geradores que venham a ocorrer nos anos calendários de 2000 a 2003.

Nosso voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 48/99, nos termos encaminhados pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino Braga, que pediu a palavra primeiro e, em seguida, ao Senador José Eduardo Dutra.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino Braga.

**O SR. ROBERTO SATURNINO BRAGA** – Sr. Presidente, vou-me manifestar contrariamente a esse projeto. Estou absolutamente convencido de que essa institucionalização da injustiça neste País é causa de graves acontecimentos que estão sendo observados.

O Governo insiste em sustentar a idéia de que é impossível tributar os ricos, que têm meios de fugir da tributação, têm advogados muito competentes, especializados em planejamento fiscal, e que, por conseguinte, para manter a eficácia da arrecadação, é preciso manter a tributação incidente, principalmente sobre a classe média.

Esse é o espírito desse projeto, Sr. Presidente. O Governo poderia manter a alíquota de 25%, que atinge basicamente a classe média, e criar alíquotas novas de 35, de 45 e até de 55%, como já foi no passado, para os brasileiros mais ricos, que podem e devem pagar a fatura desse equilíbrio fiscal no qual o Governo está tão empenhado. Ao invés de fazer isso, o Governo insiste em dizer que não, que a eficácia exige seja mantida a tributação da classe média, assim como a eficácia exige seja mantida a tributação sobre os aposentados, assim como a eficácia exige seja mantido o arrocho salarial dos servidores. Quer dizer, em nome da eficácia, oprime-se a classe média, enquanto os brasileiros ricos, que usufruíram desse modelo econômico e ganharam mais dinheiro do que nunca, na história deste País, são liberados de alíquotas mais fortes e progressivas porque, em nome da eficácia, seria quase inútil tentar tributar os ricos, uma vez que têm possibilidades de evasão ilimitadas.

O nosso sistema tributário é extremamente regressivo. Não há estudo técnico feito que não indique sempre esse mesmo defeito, essa mesma distorção do nosso sistema tributário. As alíquotas de Imposto de Renda sobre pessoa física em qualquer país mais evoluído economicamente vão muito mais



além que os 25% ou os 27,5% que estão sendo fixados aqui, de forma que voto contra, em forma de protesto.

Quero registrar, Sr. Presidente, nobres colegas da Comissão de Assuntos Econômicos, o meu protesto contra essa atitude do Governo, que, a meu ver, institucionaliza a injustiça no País em nome da eficácia. Já me tenho referido a essa questão várias vezes, registrando que no Brasil de hoje se coloca a eficácia acima da ética. A ética que seria, digamos, fundada na justiça e que exigiria uma distribuição mais progressiva da carga tributária é colocada de lado em nome da eficácia.

Não concordo com isso, Sr. Presidente. Rebelo-me contra isso e, por conseguinte, vou votar contra este projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concorde integralmente com o Senador Roberto Saturnino e vou pedir vista, porque pretendo apresentar um projeto substitutivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Quero alertar aos Srs. Senadores que o projeto tem data marcada pelo estatuto. Portanto, se pedir vista, vou conceder apenas um dia.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Não temos **quorum** para votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Tínhamos **quorum** até agora.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – É visível a falta de **quorum**. E sendo uma matéria de tamanha importância, V. Ex<sup>a</sup> não pode pô-la em votação sem **quorum**, pois isso colocaria V. Ex<sup>a</sup> em uma situação ruim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não colocaremos se V. Ex<sup>a</sup> pedir vista.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Eu ia pedir vista, mas é visível a falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se não votarmos dentro do prazo, ele vai automaticamente para o plenário da Casa, sem o parecer. O prazo encerra-se no dia 16. Portanto, se não votarmos até o dia 16, o projeto vai para o plenário sem o parecer, o que é ruim para a Comissão.

Esse projeto está com prazo exaurido na Casa, segundo o nosso Regimento. Sendo assim, temos que discuti-lo até o dia 16, que é o nosso prazo máximo. Por essa razão, só posso dar um dia para vista. Se cair o **quorum**, marcarei uma nova reunião para quinta-feira. Mas não gostaria que, por omissão

da Comissão, o projeto fosse para o plenário sem parecer.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, a única forma que tenho de apresentar um voto em separado com substitutivo é pedindo vista. Mesmo com prazo, tenho que pedir vista. E se encerrarmos a discussão para procedermos à votação, cabe pedido de verificação, e não posso mais pedir vista, porque a discussão está encerrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo vista ao Senador José Eduardo Dutra e ao Senador Bello Parga por 24 horas e convoco uma reunião para quinta-feira próxima.

Agradecendo a presença de todos, encerramos a reunião e pedimos aos Senadores que estejam presentes na próxima quinta-feira.

*(Levanta-se a reunião às 12 horas.)*

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Ata da 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em onze de novembro de 1999, às 10 horas.**

As dez horas do dia onze de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Pedro Piva, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma, Osmar Dias, Antero Paes de Barros, Lúdio Coelho, José Eduardo Dutra, Luiz Otávio, Romero Jucá, Roberto Saturnino, Freitas Neto, José Alencar, Sérgio Machado, Francelino Pereira, Luiz Estevão, José Roberto Arruda, Mozarildo Cavalcanti, Wellington Roberto, Bello Parga, Agnelo Alves, Gilberto Mestrinho. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Paulo Souto, Eduardo Suplicy, Lauro Campos e Jefferson Péres. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 48, DE 1999, (PL N.º 1.594, de 1999, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Altera a Legislação Tributária Federal. (altera alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas)”. Autor: EXECUTIVO. Relator: Senador Luiz Estevão. Parecer: Favorável ao projeto. OBS: – Em 09/11/99, foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra pelo prazo regimental de 24 horas. Em 10/11/94, foi devol-

vido pelo Senador José Eduardo Dutra com a Emenda nº 1, de sua autoria e com apoio dos Senadores Eduardo Suplicy, Agnelo Alves, Roberto Saturnino e Jefferson Péres. Resultado: Aprovado o parecer do relator favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1. **MENSAGEM Nº 154, DE 1999, NÃO TERMINATIVA**, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$45,000,000.00 (Quarenta e cinco milhões de dólares norte americanos), de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), destinada ao Financiamento Parcial do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo – Ligação Barra Funda/ Roosevelt”. Autoria: EXECUTIVO. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **MENSAGEM Nº 138, DE 1999, NÃO TERMINATIVA** que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$55,000,000.00, de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação do Solo – Microbacias”. Autoria Executivo. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador Ney Suassuna, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Dou início à 48ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, uma reunião extraordinária, e gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que já extrapolamos o número recorde de reuniões de todos os anos anteriores da primeira sessão legislativa ordinária da 51ª legislatura. Temos hoje na pauta três projetos e começaríamos com o item nº 2, que propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$45 milhões de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial,

destinado ao financiamento parcial do Projeto Integrado de Transporte Urbano de São Paulo, ligação Barra Funda-Roosevelt, cuja autoria é do Executivo e o Relator é o Senador Lúcio Alcântara, que apresenta parecer favorável nos termos do PRS que apresenta.

No mesmo molde e do mesmo tom, é também a Mensagem nº 138/99, também não terminativa, que propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$55 milhões de principal, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinado ao financiamento parcial do Projeto de Manejo e Conservação de Solo, microbacias, que também é de origem do Executivo e também é Relator o Senador Lúcio Alcântara.

Indagaria aos presentes se concordam que os dois pareceres sejam relatados um após o outro, uma vez que se trata do mesmo Estado e têm praticamente o mesmo fim.

Se concordam, passo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara para que relate os dois pareceres e comecemos a discussão, uma vez que há número no livro e que estamos aguardando que haja também número no Plenário, mas a discussão poderá ser iniciada e, dessa forma, só colocaremos em votação com aquiescência de todos os presentes.

O Senador Lúcio Alcântara está tomando as últimas providências para que o relatório seja levado a cabo. O parecer do Senador Lúcio Alcântara, em ambos os projetos, é favorável.

Com a palavra, o nobre Senador Lúcio Alcântara para relatar os projetos de nºs 138 e 154, oriundos ambos das Mensagens do Executivo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O nº 138 qual é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O nº 138 é o de US\$55 milhões, que se refere a microbacias.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Na verdade, as dificuldades que poderiam haver são as mesmas para os dois, apenas o mérito é diferente. Também as condições e a agência financiadora é a mesma – o BIRD. Assim, Sr. Presidente, vou procurar ler, embora possa parecer monótono, na maior parte, o que está escrito, uma vez que esse projeto está aqui há bastante tempo e tem suscitado algumas discussões. Assim ficará tudo bem claro para que não pareça que se deseja omitir qualquer detalhe que



seja relevante para o conhecimento e a decisão do Plenário da Comissão.

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas define uma estratégia para o controle da erosão hídrica e a reversão do processo de degradação dos recursos naturais renováveis na agricultura paulista.

O Projeto a ser financiado pelo BIRD vai permitir a expansão do atual Programa das 150 microbacias para 1500, envolvendo uma área de 4,5 milhões de hectares e beneficiando 90 mil pequenos e médios produtores em 600 municípios. O custo total do projeto está estipulado em US\$124,2 milhões, a serem desembolsados no prazo de aproximadamente seis anos. Do total dos recursos, US\$55 milhões estarão a cargo do BIRD e US\$69,2 milhões, à conta do Tesouro estadual.

A operação pleiteada tem as seguintes características: o devedor executor é o Estado de São Paulo; o garantidor é a República Federativa do Brasil; o agente executor é a Secretaria de Agricultura; o credor é o BIRD; o valor pretendido é de US\$55 milhões e os juros, uma taxa anual igual ao custo de empréstimos qualificados, determinado para o semestre precedente e acrescido de margem de 0,5% ao ano incidentes sobre os valores desembolsados a partir da data de cada desembolso. O prazo é de aproximadamente 13,5 anos, uma carência de 4 anos e a data de fechamento em 31 de dezembro de 2005. Comissão de compromisso até 0,75%, condições de pagamento do principal em 20 parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2003 e a última em 15 de abril de 2012. Juros semestralmente vencidos em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, comissão de compromisso semestralmente vencida em 15 de abril e 15 de outubro de cada ano.

A rigor, o início da tramitação da operação, ainda que fora do âmbito deste Senado Federal, iniciou-se em 1997, tendo sido incluído no conjunto de obrigações a serem assumidas pelo Governo do Estado de São Paulo, no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado. Esse é um dado importante. Esse empréstimo a ser contratado consta do ajuste celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo e a União, que é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

Naquele ano, as despesas com pessoal alcançavam 66% da receita corrente líquida do Estado. Ainda assim, com base nas projeções de resultados previstos a partir de metas e condições estipuladas no Programa, a nota técnica nº 1.682, da

Secretaria do Tesouro Nacional, de 19 de setembro de 1997, concluía positivamente quanto à capacidade de pagamento do Estado de São Paulo. No mesmo expediente, aquela Secretaria dá conta de que o Projeto estava incluído no Plano Plurianual do Estado para o período de 1997 a 1999 e que a Lei Orçamentária para o exercício de 1997 previa recursos para a contrapartida do Estado à operação do crédito. No momento da proposição, conforme analisada pelos autos competentes, estava em vigor a Resolução do Senado Federal nº 69/95, razão por que em 6 de abril de 1998 a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu novo parecer sobre a operação, no qual menciona explicitamente que o Banco Central, por intermédio do expediente Dedip-Gab. 96830, havia se manifestado favoravelmente quanto ao enquadramento da operação, nos limites da Resolução nº 69/85. A Secretaria do Tesouro Nacional ratificava, assim, sua concordância já expressa no parecer anterior.

Nenhuma manifestação foi registrada sobre o assunto até a edição do Memorando nº 1.305/99, de 26 de março, no qual a mesma Secretaria do Tesouro confirma a inclusão da operação no âmbito do Programa do Ajuste Fiscal de São Paulo e, por conseguinte, a sua concordância com as contratações em tela.

Posteriormente, em expediente datado de 30 de abril de 1999, o Memorando nº 1.873 da Secretaria do Tesouro Nacional atesta o cumprimento, por parte do Estado, das metas estabelecidas para o ano de 1997 relativas à dívida financeira, conforme preconizado naquele Programa.

Com base nos documentos acima e considerando a recomendação nº 25, de 22 de abril de 1999, da Comissão de Controle e Gestão Fiscal para que o Ministro da Fazenda autorize a concessão da garantia, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o parecer nº 164, de 7 de maio de 1999, no qual relaciona a retirada dos óbices legais, ressaltando apenas a falta do parecer do Banco Central no sentido do enquadramento da operação nos limites de endividamento da Resolução nº 78/98.

A partir do envio ao Senado Federal, são os seguintes os documentos que instruem o processo sob exame:

1 – Mensagem Presidencial nº 973, de 26 de julho de 1999, propondo a autorização do Senado Federal à celebração do contrato entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Mundial, com a garantia da União;

2 – Exposição de motivos n.º 583, de 14 de julho de 1999, propondo o envio da documentação própria ao Senado Federal. A exposição de motivos do Ministro da Fazenda excepcionaliza a operação e comunica que o Banco Central efetuou o seu credenciamento. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, atestando que, no âmbito da sua competência, é favorável à celebração do contrato, o qual contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, e que atende às determinações da Resolução n.º 96/89, do Senado Federal, a qual veda a existência de dispositivos atentatórios à soberania nacional e à ordem pública, contrários à Constituição ou que impliquem em compensação automática de débitos e créditos.

3 – Expediente SIRCE/DIAUT/SUCRE-99/232, de 5 de maio de 1999, credenciando o Governo do Estado de São Paulo a negociar a operação no exterior. O credenciamento tem validade de 90 dias, contados da data do expediente;

4 – Cópia do **Diário Oficial** da União, de 28 de abril de 1999, onde foi publicada a Recomendação n.º 25, de 1999, da Comissão de Controle e Gestão Fiscal, autorizando a concessão de garantia da União;

5 – Lei estadual, autorizando o Poder Executivo a contrair o financiamento;

6 – Lei n.º 8.331, de 1º de julho de 1993;

7 – Minuta do contrato a ser firmado com o BIRD;

8 – Demonstrativo dos limites de endividamento do Tesouro Nacional para fins de prestação de garantias;

9 – Ofício Pres. do Banco Central contrário à contratação da operação por ferir dispositivo da Resolução n.º 78/98;

10 – Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional n.º 414, de 2 de outubro de 1999, posicionando-se favoravelmente à concessão da garantia da União à contratação de crédito e atestando a previsão do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária;

11 – Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional n.º 167, de 6 de abril de 1999, atestando que o Estado de São Paulo cumpriu as metas acordadas no Programa de Ajuste Fiscal;

12 – Ofício Pres., de 25 de agosto de 1999, do Presidente do Banco Central, dirigido ao Presidente do Senado Federal, reconsiderando aspectos da sua correspondência anterior, considerando a argumentação do Governo do Estado de São Paulo;

13 – Ofício do Presidente do Senado Federal ao Ministro da Fazenda, de 24 de agosto de 1999,

solicitando informações referentes a operações de crédito externo, constantes dos contratos celebrados entre a União e os Governos dos Estados, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados;

14 – Correspondência do Senador Pedro Piva ao Presidente do Senado Federal, sobre a situação dos empréstimos externos do Estado de São Paulo;

15 – Ofício CAE, de 22 de setembro de 1999, do Presidente da Comissão, solicitando do Presidente do Banco Central o parecer referente à operação de crédito sob exame;

16 – Ofício do Presidente do Banco Central, de 5 de outubro de 1999, em resposta à correspondência relacionada no item anterior, no qual explicita as características da operação, avalia que, se examinada do ponto de vista da Resolução n.º 118, de 1999, a operação poderia ser aprovada. Encaminha os documentos exigidos pela Resolução n.º 78 para a instrução dos pedidos de autorização de empréstimo.

É o relatório.

As operações de crédito externo de interesse dos Estados e contando com a garantia da União estão submetidas a normas próprias do Senado Federal, derivadas da competência conferida pelo inciso V do art. 52 da Constituição Federal.

Aplica-se ao caso, no que tange à prestação da garantia da União, a Resolução n.º 96, de 1989, reestabelecida pela Resolução n.º 17/92, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações de crédito externo e interno.

Na parte referente às condições de assunção das obrigações contratuais pelo Estado, encontra-se em vigor a Resolução n.º 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, inclusive com concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências.

A operação que ora se examina, no entanto, reveste-se de características especiais, conforme foi possível depreender do relatório acima.

Embora a tramitação da Mensagem n.º 138/99 tenha se iniciado em julho, as negociações sobre o contrato com o Banco Mundial já se encontravam definidas desde 1996, tanto que o projeto foi incluído em um conjunto de obrigações a serem assumidas pelo Governo do Estado de São Paulo no âmbito do



Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, aprovado pela Resolução nº 118, de 1997.

Isso é importante. Tanto esse quanto o outro são empréstimos cujas negociações já vinham desde 1996. Quando foi feito o programa de ajuste entre a União e o Estado para a rolagem da dívida em 30 anos, aí veio o comprometimento de até 13% da receita para pagamento, a obrigação de chegar à relação de um para um entre receita líquida real e total da dívida. Tudo isso está dentro desse programa de ajuste celebrado entre o Estado de São Paulo e a União e aprovado pelo Senado Federal, que é a Resolução nº 118, e também celebrado com vários outros Estados, e alguns que ainda vão chegar aqui, como é o caso do Piauí e do Rio de Janeiro, que estão já caminhando. Então, é importante guardar esse aspecto.

No momento em que se inicia a tramitação do pedido de autorização por parte do Senado Federal, sob a égide da Resolução nº 78, de 1999, aprovada após a Resolução nº 118, de 1997... Vejam bem que a Resolução nº 78 é posterior à Resolução nº 118, que aprovou o Programa de Ajuste Fiscal celebrado entre o Estado de São Paulo e a União e estabeleceu outras condições.

Em plena execução do Programa de Ajuste Fiscal, eis que o Estado de São Paulo não se enquadra nos parâmetros da nova norma. Realmente não se enquadra nos parâmetros da Resolução nº 78, e vamos ver adiante por quê.

Ainda assim, o Ministro da Fazenda assinala na Exposição de Motivos nº 583/99 que, apesar disso, autorizou excepcionalmente, com base na Portaria nº 276/97, portaria que dá ao Ministro a prerrogativa de excepcionar o prosseguimento da análise da operação, considerando três pontos. Primeiro, a relevância econômica e social do programa, microbacias e o programa de transporte de massa por trem, que promoverá um aumento, nesse caso, da produção agrícola de forma sustentável, reduzindo a erosão, assoreamento dos rios, bem como a diminuição dos rios de enchente, mediante prática de conservação de solo e água. Segundo, que o Estado forneceu contragarantias suficientes à garantia da União – vejam bem, a União está dando um aval, está garantindo, e o Estado ofereceu à União – segundo o próprio Ministro da Fazenda, que às vezes é até acusado de ser monocórdico na defesa do combate ao déficit fiscal, ao controle dos gastos, ele, portanto, achou que as contragarantias eram suficientes. Terceiro, que há dotação suficiente no orçamento do Estado para a contrapartida estadual.

Conforme descrito no relatório, a operação de crédito também está respaldada na recomendação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal, no parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda, no credenciamento oferecido pelo Banco Central do Brasil. Com base nesses documentos, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o parecer STN – COREF – DIREF nº 414, de 2 de outubro de 1999 – esse é um documento importante –, emitiu para o Banco Central, aprovando, no âmbito de sua competência, a contratação da operação de crédito. Em 4 de outubro de 1999 o Secretário de Tesouro Nacional remeteu o Ofício nº 4.085 dizendo que o Estado de São Paulo tem cumprido satisfatoriamente os compromissos assumidos em seu acordo de refinanciamento. Esse é um dado importante porque nem todos os Estados estão cumprindo os compromissos constantes do acordo de refinanciamento. A disposição do Ministro da Fazenda é de não concordar com contratação de empréstimo, mesmo que esteja no bojo do programa de ajuste quando os Estados não estiverem cumprindo esse programa de reajuste que foi acordado entre a União e o Estado.

O Banco Central do Brasil, no entanto, mediante o Ofício PRESI de 8 de julho de 1999, informa ao Presidente do Senado Federal quanto à impossibilidade de realização da operação de crédito posto que não estaria de acordo com os critérios da Resolução nº 78/98.

São as seguintes as questões levantadas pelo Bacen:

a – a operação não pode ser excepcionalizada quanto à extrapolação dos limites de endividamento, nos termos do art. 45-A, pois não se trata de operação para reforma do Estado.

Ora, é desnecessário o Banco Central dizer isso, porque em nenhum momento estamos tratando aqui de reforma do Estado. Então, não é o caso.

O art. 45-A diz que, quando é para reforma do Estado, o empréstimo pode superar o limite de endividamento. Aqui não é o caso porque não se trata de reforma do Estado e, sim, de microbacia e transporte urbano de trens.

B – a operação extrapola os limites fixados nos incisos II e III do art. 6º, abaixo transcritos, da Resolução nº 78. O art. 6º diz:

Art. 6º – As operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias e fundações observarão simultaneamente os seguinte limites:

II – o dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as

operações de crédito já contratadas e a contratar, inclusive o originário de débitos renegociados ou parcelados, acrescido ainda do valor devido, vencido e não pago, não poderá exceder a 13% da receita líquida real.

Quer dizer, é o teto de comprometimento da receita líquida real com a amortização da dívida.

III – o salto total da dívida não poderá superar o valor equivalente ao dobro da receita líquida real anual, definida no § 3º para os pleitos analisados no ano de 1998, decrescendo essa relação à base de um décimo por ano, até atingir o valor equivalente a uma receita líquida real anual para os pleitos analisados de 2008 em diante.

A documentação que é exigida nos incisos III e VIII do art. 13 abaixo transcrito não foi fornecida.

Art. 13 – Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações encaminharão ao Banco Central do Brasil os pedidos de autorização para realização das operações de crédito de que trata essa resolução instruídos com: certidão com prova de inexistência de operações com as características inscritas nos incisos I e II do art. 3º emitido pelo Tribunal de Contas; certidão expedida pelo respectivo Tribunal de Contas comprovando o cumprimento do disposto no § 2º do art. 27 e no inciso VI do art. 29, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e no inciso VII do art. 29, no § 3º do art. 32 no art. 202 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995, acompanhado do demonstrativo da execução orçamentária do último exercício.

Em decorrência, o Banco Central concluiu que a operação se enquadraria no previsto nos arts. 22 e 27 transcritos a seguir:

“Os pleitos sujeitos à autorização específica do Senado Federal listados no artigo anterior que não atenderem aos requisitos mínimos definidos no art. 27 não serão encaminhados ao Senado Federal pelo Banco Central do Brasil, que os devolverá ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município de origem comunicando o fato ao Senado.” Art. 22 da Resolução nº 78.

“Art. 27 – para o fim dessa resolução, considera-se requisito mínimo o cumprimento, quando se aplicado, do disposto nos arts. 3º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e os demais incisos.”

Desse entendimento, resultou que o Banco Central não encaminhou ao Senado parecer

conclusivo sobre a operação, conforme previsto no art. 23. Os problemas levantados pelo Bacen, no entanto, podem e devem ser examinados à luz de critérios mais específicos.

Primeiro, a operação não se enquadra na excepcionalidade do art. 45-A porque os parâmetros que devem orientar o seu enquadramento são do art. 6º.

Segundo, a extrapolação do limite 2 do art. 6º resulta do fato de a liquidação da conta gráfica, prevista no acordo de renegociação da dívida do Estado de São Paulo, que vai ocorrer agora em 30 de novembro de 1999, haver sido incluída no limite de 13% da receita líquida real. O saldo da conta deverá ser fechado com a venda do Banespa, condição prevista desde a assinatura do programa de ajuste, tanto é que, se excluído o saldo da conta, o Estado não ultrapassa aquele limite que deve ser, até 30 de novembro, transferência e dação de pagamento de cerca de sessenta e tanto por cento das ações do Banespa para a União, o que vai representar mais de R\$2 bilhões. Então, automaticamente, o Estado de São Paulo readquire limite para o seu endividamento. A extrapolação do limite previsto no inciso III do art. 6º referente à relação receita líquida real/dívida total não procede, se analisado do ponto vista da trajetória ser mantida ao longo da execução do programa de ajuste. A operação de crédito sob exame já estava contida naquela relação quando inicialmente definida e aprovada pelo Senado.

As certidões previstas na Resolução nº 78 podem e devem ser providenciadas pelo Estado de São Paulo previamente à assinatura do contrato. Do processo consta a Certidão nº 155/99, que atesta a regularidade das contas do Estado no exercício 98, e satisfaz as exigências do inciso VIII do art. 13.

Quando ao cumprimento da chamada Lei Camata, referida a percentagem da receita corrente, despendida com pagamento de pessoal, é necessário analisá-la do ponto de vista da Lei Complementar nº 96, de 1999, pela qual o Estado de São Paulo está perfeitamente ajustado. Tanto é que se observa nítida trajetória decrescente: em 1997, era de 66%; em 1998, era de 64%.

Quanto às demais certidões é necessário revalidá-las, inclusive o próprio credenciamento da operação, uma vez que o processo começou em 05 de maio de 1999 e só tem validade de 90 dias.

Além dos argumentos acima expostos, é preciso considerar que em seu expediente Presi 99:3727, de 5 de outubro, dirigida ao Presidente do Senado Federal, respondendo ao ofício do Presidente Ney Suassuna, o Banco Central informa



que o seu posicionamento, em correspondências anteriores sobre o assunto, foi baseado na estrita observância dos parâmetros financeiros da Resolução nº 78. Reconhece, no entanto, a procedência dos argumentos relativos à prévia inclusão da operação no programa de ajuste, e que a Secretaria do Tesouro Nacional atestou – veja que isso é importante – o cumprimento dos termos do acordo pelo Estado. Conclui, assim, que, se examinada a questão do ponto de vista dos parâmetros financeiros do programa de ajuste fiscal, ou seja, tomando como base a Resolução nº 118, as operações podem ser aprovadas.

Entendo que não há como analisar a contratação da presente operação de crédito sem considerar a Resolução nº 118 e o programa de ajuste que a aprovou, inclusive porque, se nós não permitirmos esse empréstimo, amanhã o Estado de São Paulo estará a cavaleiro para não cumprir o programa, porque vai dizer que o programa previa a entrada de US\$100 milhões, o Senado não deixou contratar... um programa de ajuste é um programa que contempla... são peças de um xadrez ou de um quebra-cabeça, se uma dessas peças não vem, automaticamente a parte pode alegar que não pode cumprir o programa porque não se efetivou a contratação de uma determinada operação.

Não será apenas a aplicação dos limites da Resolução nº 78/98 que permitirá ao país equacionar um dos seus mais graves problemas, qual seja o do déficit público, mas, principalmente, a observância das metas traçadas para a amortização da dívida e a privatização de instituições. Pode-se ainda levantar o problema do descumprimento das normas referente à tramitação e ao fato de não haver sido encaminhado o parecer conclusivo sobre a operação.

A ausência de parecer decorrente de entendimento do Bacen sobre a impossibilidade de aprovação da operação em face dos critérios da Resolução nº 78/98 foi totalmente sanada, a nosso ver, pela forma e teor do expediente Presi 993727. Essa correspondência, assinada pelo presidente da instituição, não é mera carta; são relatadas, na forma de parecer, as características da operação, claramente explicitado o posicionamento do Banco Central sobre a autorização e, por fim, a relação de documentos anexados, justamente os exigidos pela Resolução e que, via de regra, acompanham os pareceres do Banco.

Então, recebo a correspondência em resposta à provocação feita pelo Presidente Comissão de

Assuntos Econômicos com um parecer, não é uma mera carta, uma mera correspondência.

Pelo exposto, entendo estarem dirimidas as dúvidas quanto à regularidade da operação e, assim, sou favorável à concessão da autorização do Senado à solicitação nos termos da...

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Então o parecer de V. Exª é favorável em relação aos dois projetos...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Aos dois, porque a situação é a mesma.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Muito bem. O parecer do Senador Lúcio Alcântara é favorável em relação aos dois projetos.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

Pediria aos companheiros que fossem breves, tendo em vista que ainda temos que apreciar um outro projeto para o qual temos prazo a observar.

Com a palavra o Senador Saturnino Braga.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, serei brevíssimo. Quero apenas cumprimentar o Senador Lúcio Alcântara pelo seu parecer.

Poderíamos ter votado este projeto condicionados estritamente por uma visão política – seria lícito, porque esta Casa é uma representação política. Entretanto, o parecer do relator foi muito bem elaborado, foi elaborado com cuidado, é absolutamente convincente, é um parecer definitivo.

Vou votar a favor, convencido dos méritos e da necessidade de aprovação dos pedidos do Estado de São Paulo.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – V. Exª tem a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** – Gostaria apenas de endossar as palavras do Senador pelo Rio de Janeiro quando se referiu à força do relatório do Senador Lúcio Alcântara, que praticamente dissecou todas as dúvidas que haviam surgido antes da apresentação de seu relatório. Também gostaria de fazer breve menção à importância social dos dois projetos.

O primeiro deles diz respeito às providências que permitirão à Companhia Paulista de Trens a ligação norte com o metrô. Nós temos uma situação drástica, terrível em São Paulo no que diz respeito ao transporte urbano. O projeto, sem dúvida, permitirá sensível melhora nas condições de vida da população sofrida de São Paulo.

Ontem ainda vimos o Ministro do PFL, Sarney Filho, fazendo uma proposta em um simpósio. Referiu-se S. Ex<sup>a</sup> um investimento de R\$1 bilhão para um projeto de reaproveitamento de águas para que amanhã não venham a faltar. Sobre essa proposta das microbacias de São Paulo, o Secretário da Agricultura, por mais de uma vez, já falou comigo e com o Senador Pedro Piva. Essas 150 microbacias que vão ser instaladas na periferia de São Paulo, permitindo o aproveitamento de águas, são de vital importância para os microprodutores agrícolas e também para a saúde dos cidadãos.

Cumprimento o Senador Lúcio Alcântara pelo brilhante relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, gostaria de registrar, em primeiro lugar, a importância do empréstimo. Em segundo lugar, chamo a atenção para o excelente trabalho do relator, Senador Lúcio Alcântara, que demonstra que nós podemos votar favoravelmente, com tranquilidade, nesse empréstimo.

Portanto, meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Pedro Piva.

Sei que todos gostariam de se manifestar, mas temos prazos a respeitar quanto à votação do segundo parecer – ele deve, obrigatoriamente, sair hoje desta Comissão por causa de determinação relativa a tempo.

Com a palavra o Senador Pedro Piva. Em seguida, ouviremos o Senador Agnelo Alves e o Senador José Alencar. Pediria brevidade aos companheiros.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, estou pedindo para me inscrever também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Já citei o nome de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, compareci hoje a esta reunião com o firme propósito de defender o meu Estado – como todos sabem, os Senadores representam os estados. Vim preparado para o questionamento, qualquer que fosse, sobre esse endividamento, que é necessário, fundamental para o Estado de São Paulo – esses R\$100 milhões fazem parte de um projeto de R\$1 bilhão para o Estado de São Paulo, que pretende

diminuir as carências que o Estado atravessa no momento.

O Estado de São Paulo tem dado exemplo de coerência e de retidão no pagamento de centenas de milhões de reais por mês – um só pagamento mensal do Estado de São Paulo é maior do que esse empréstimo pleiteado.

Após as manifestações de todos os outros Senadores, após a brilhante exposição e o voto do Senador Lúcio Alcântara, considero-me extremamente satisfeito. Depois de tanto tempo, esse projeto será aprovado. Agradeço a presença de todos, o que vai possibilitar a aprovação desse empréstimo tão necessário ao meu Estado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Agnelo Alves com a palavra, nobre representante do povo potiguar.

**O SR. AGNELO ALVES** – Muito obrigado, com muita honra.

Sr. Presidente, vou votar favoravelmente não apenas pelo parecer brilhante e profundo do Senador Lúcio Alcântara, mas também, de uma forma geral, considero justo quando se trata de água. Mas gostaria de frisar duas diferenças: a cidade de Campina Grande, no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, está quase à míngua de água...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – É verdade.

**O SR. AGNELO ALVES** – Quero ver quando chegar aqui – se chegar – algum projeto pedindo um empréstimo internacional para resolver o problema como será o comportamento.

Segundo, o Rio Grande do Norte tem um pedido de empréstimo a um banco alemão, no Ministério da Fazenda, vai chegar aqui e, se chegar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vai chegar.

**O SR. AGNELO ALVES** – Vai chegar? Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas talvez não poderá ser votado pela Resolução nº 78 e, devido ao atraso do Ministério da Fazenda e ao descaso até, vai chegar e talvez tenha que ser resolvido como esse empréstimo para o Governo de São Paulo e aí vou aguardar o comportamento dessa Comissão.

Voto favorável, em homenagem também ao nosso cardeal, o Senador Piva.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> terá o apoio, com toda certeza, de todos os Senadores.

Com a palavra o Senador José Alencar.



**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, atentamente ouvi a exposição do relatório do eminente Senador Lúcio Alcântara, que me deixa tranqüilo para votar favoravelmente, como irei votar.

Gostaria apenas de saber, por uma questão minha, o seguinte: quando falo alguma coisa sobre empréstimo, quero saber para que preciso desse dinheiro. Então está ótimo. E para uma causa nobre a destinação desse dinheiro.

Em segundo lugar, a questão do prazo. O prazo de 13 anos também está bom.

Quanto custa? Não sei. Porque aqui diz que há uma taxa anual igual ao custo de empréstimos qualificados. Não conheço esta taxa, procurei saber e gostaria de perguntar ao eminente Relator qual é a taxa. A margem acrescida de 0,5% é outro item também que me agrada, porque é um **spread** de 0,5%. Gostaria de saber a taxa, apenas até porque estamos sempre preocupados com as taxas que se pagam de juros no Brasil.

**O SR. ROMEU TUMA** – A taxa de atualização é de 10%, acrescida de 2% depois do ano 2000.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, já havia sido informado que o Senador José de Alencar desejava esses esclarecimentos e pedi essa informação ao Banco Central e posso, pela experiência que temos aqui...

**O SR. SERGIO MACHADO** – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. SERGIO MACHADO** – Apenas para esclarecer o Senador José de Alencar, a taxa é de 6,41%.

**O SR. JOSÉ DE ALENCAR** – Excelente. É uma boa taxa e é parecida com a **libor** e com **prime**. Essa de 10% a 12 % é taxa alta.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Essa pergunta é importante e permite mais um esclarecimento. Não daríamos, por exemplo, parecer favorável se essas condições fossem exorbitantes. Mesmo que a argumentação que desenvolvi de que já estava no programa de ajuste, seria realmente inaceitável. Ocorre que são empréstimos, em homenagem ao Governador Esperidião Amin, que foi quem cunhou a expressão, chamados empréstimos pedagógicos, que são dessas instituições multilaterais, tipo BIRD, Banco Mundial, Eximbank, Japonês e outros, que têm taxas acessíveis, baixas, para finalidades da maior

importância e que realmente são de grande utilidade para o desenvolvimento dos Estados do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência se sente no dever de, mais uma vez, praticar a antipática medida de alertar aos senhores que já estamos entrando na Ordem do Dia e ainda temos um processo que tem que ser votado.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, gostaria que fosse fixado no processo a taxa, porque....

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se o Relator acatar.

Com a palavra o Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Gostaria de esclarecer que o item 2 da pauta, que se refere também ao mesmo empréstimo, na página 2, define as condições do contrato, inclusive com o prazo, com o valor das taxas de abertura de crédito. A taxa preferencial tem uma margem de 0,5% ao ano sobre a taxa qualificada de empréstimo do BIRD para o semestre anterior, o que nos remete a uma taxa de juros extremamente baixa, altamente conveniente.

Quero, aqui, parabenizar o Senador Lúcio Alcântara pelo seu parecer e também o Governador Mário Covas porque, efetivamente, essa corrida por empréstimos do BIRD é muito grande, porque é o principal organismo de crédito e aquele que nos oferece melhores condições de financiamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Vice-Líder do Governo, Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, gostaria de registrar que essa taxa é flutuante. Quando o empréstimo é classificado como qualificado é porque é um empréstimo prioritário a nível dos objetivo do banco. Semestralmente, o banco fixa essa taxa como a menor possível, dependendo das condições de suas operações financeiras, portanto, não dá para fixar como 6,41%, porque ela é de 6,41% agora, mas daqui ao início do ano pode ser 5,4%, e daí por diante. Portanto, ela está classificada da forma correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Esclarecimentos feitos, encerramos a discussão. (Pausa.)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Reconhecendo a profundidade do Relatório do Senador Lúcio Alcântara, quero registrar minha abstenção sem prejuízo de rever essa posição por ocasião da votação em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Encerrada a discussão, os senhores Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovados os Processos de nºs 138 e 154. Por serem não terminativos, a votação é simbólica.

Vamos passar para o item nº 1....

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, gostaria de pedir urgência...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não é necessária porque haverá acordo de Líderes. Apenas se não houvesse acordo, colocaríamos urgência aqui na Comissão.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, parece-me que o acordo de Líderes, na questão específica, não vale....

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então vamos pôr em votação a urgência.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com a urgência permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada com abstenção, no primeiro item de votação, do Senador José Eduardo Dutra.

O Item nº 1 da pauta é um assunto extremamente importante e pediria aos Senadores que permanecessem, uma vez que é do interesse da República.

Altera a legislação tributária federal, a alíquota do Imposto de Renda, o autor é o Poder Executivo e já foi lido o parecer do Senador Luiz Estevão, que foi favorável ao Projeto e foi concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra, pelo prazo de 24 horas. Há um voto em separado do Senador José Eduardo Dutra e faria à Comissão a seguinte solicitação: o voto em separado é substancial, está muito claro, mas o ideal seria que esse voto, Senador, fosse colocado como emenda e o prazo de emenda já passou na Comissão. Pediríamos à Comissão a deferência de transformar este voto em separado em emenda e, isto feito, teríamos a discussão dele em Plenário.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para falar sobre seu voto em separado e a Presidência faz essa sugestão, que espera que V. Ex<sup>a</sup> acate.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, se o Senador José Eduardo Dutra estiver de acordo, de antemão estamos de acordo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concorde, Sr. Presidente, irei apenas justificar a emenda.

O voto em separado, nessa forma, vinha sendo assinado por mim, pelo Senador Saturnino Braga, pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo Senador Agnelo Alves. Queria registrar, inclusive por questão de

justiça, que esse trabalho foi produzido pelo Deputado Ricardo Berzoini, do PT de São Paulo, que foi o Relator dessa matéria na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. Infelizmente, seu parecer foi derrotado, portanto não pôde ir ao plenário da Câmara nessa forma.

Esta emenda vai na mesma direção de questões já levantadas pelo Senador Roberto Saturnino Braga, não só nessa Comissão quanto no Plenário do Congresso. O Imposto de Renda pessoa física, no Brasil, é absolutamente regressivo e incide principalmente sobre a classe média, na medida em que estabelece apenas três alíquotas de contribuição, uma isenção até R\$900,00, uma alíquota de 15% e uma alíquota que originariamente era de 25% e depois foi aumentada para 27,5%, com prazo determinado, que seria dezembro desse ano. Esse projeto do Governo visa única e exclusivamente prorrogar a vigência da alíquota de 27,5%.

Entendo que seria uma ótima oportunidade para o Congresso Nacional rever aquela posição que tomou em 1995 de se estabelecer esse Imposto de Renda pessoa física absolutamente regressivo, com apenas três faixas de alíquota.

Estamos apresentando uma emenda substitutiva que tem algumas características.

Em primeiro lugar, ela estabelece cinco faixas: uma isenção até R\$1 mil; uma faixa de acima de R\$1 mil até R\$2 mil, com uma alíquota de 15%, com uma parcela a deduzir de R\$150,00 ao mês; uma outra alíquota de acima de R\$2 mil até R\$3 mil, de 25% com uma parcela a deduzir de R\$350,00; uma outra de R\$3 mil a R\$4 mil, com uma alíquota de 30%, com uma parcela a deduzir de R\$500,00; e uma de acima de R\$4 mil, uma alíquota de 35%, com uma parcela a deduzir de R\$700,00.

Queria chamar atenção dos Srs. Senadores para os dados fornecidos pela própria Receita Federal. Há quem afirme, de modo geral, que o aumento da tributação das classes de renda mais altas possui efeito arrecadatário inexpressivo. No entanto, os dados da Receita Federal demonstram justamente o contrário. De acordo com os dados referentes ao exercício financeiro de 98, 92% dos contribuintes possuem rendimentos líquidos até R\$4 mil. Porém, esse segmento recolheu de Imposto de Renda cerca de R\$10 bilhões, ou seja, foi responsável por apenas 35% da receita. A parcela restante de contribuintes, detentores de rendimentos líquidos superiores a R\$4 mil, recolheram ao Erário R\$19 bilhões a título de Imposto de Renda, correspondente, portanto, a 65% do total arrecadado ao ano.



De posse dessas informações, é fácil verificar que a redução da carga tributária sobre as classes de renda até R\$4 mil, que é a proposta da minha emenda substitutiva, produziria uma perda de receita da ordem R\$150 milhões. Por outro lado, o aumento gradual da carga tributária para aqueles que ganham acima de R\$4,5 mil permitiria auferir uma receita adicional de cerca de R\$500 milhões, compensando, portanto, de maneira absoluta a perda decorrente da redução da receita de até R\$4 mil.

Portanto, o nosso substitutivo atende plenamente a quatro ordens de preocupação. Primeiro, desonera o setor de renda baixa e média, notadamente esse último, que tem sido o alvo principal das medidas de ajuste fiscal do Governo Federal. Segundo, mantém a alíquota anual para os rendimentos entre R\$4 mil e R\$4,5 mil, elevando-se a carga a partir daí. Terceiro, exige um sacrifício maior daqueles que têm mais recursos. E, quarto, evita a perda de receita tributária que possa comprometer o esforço de ajuste das contas públicas.

No meu voto em separado, agora transformado em emenda, há uma tabela que estabelece uma projeção, mostrando que quem recebe até R\$4 mil de renda líquida terá uma redução da carga tributária da ordem de 1%. A inversão, ou seja, o aumento da carga tributária, se dará a partir daqueles que têm renda bruta de R\$5,52 mil e uma renda líquida de R\$4,8 mil. Especificamente nessa faixa, quem tem hoje uma renda líquida de R\$4,8 mil, pelas atuais regras, pagaria R\$960,00 de Imposto de Renda. Pela regra que estamos propondo passaria a pagar R\$980,00. A partir daí, haveria um acréscimo do pagamento do Imposto de Renda por parte dessas classes.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é uma emenda que, no nosso entendimento possibilita até uma arrecadação maior por parte da Receita Federal e tem claramente um efeito de justiça. O fato é que hoje, a permanecer essas três alíquotas, o Imposto de Renda de Pessoa Física incide principalmente sobre a classe média, sobre aqueles que ganham entre R\$3 mil e R\$4 mil. Entendemos que a proposta corrige essa distorção e vai ao encontro da preocupação do Governo Federal de aumentar a arrecadação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em qualquer país que preza sentimento de justiça, de ética na constituição da sua sociedade, o Imposto de Renda de Pessoa

Física é um instrumento de realização de justiça e de redistribuição de renda da maior importância.

Nesses países, há sempre um limite de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física para os pobres. Há uma primeira alíquota que incide sobre a população de classe média baixa; uma segunda alíquota, um pouco mais alta, para a classe média alta; uma terceira alíquota para as populações ricas e há até uma quarta alíquota para os muito ricos. É esse sistema, essa gradação que realiza a chamada justiça fiscal, que se fundamenta em um sentimento ético que deve fundar toda a organização social.

Infelizmente, a nossa sociedade parece não prezar esse sentimento de justiça, e o seu Governo e a sua representação no Congresso Nacional insistem em ignorar a progressividade do Imposto de Renda de Pessoa Física – que já existiu no passado neste País, ao tempo em que se prezava mais o sentimento de justiça – e limitaram o Imposto de Renda de Pessoa Física a duas alíquotas situadas nas faixas mais baixa e um pouco mais alta da classe média. Ignoram, assim, o poder aquisitivo e o dever de pagar dos mais ricos, porque, afinal de contas, eles são os donos do poder, do País, da mídia, são os que financiam as eleições, enfim, são brasileiros muito privilegiados e que, por esses privilégios, têm de estar protegidos contra as justiças fiscal e social que deveriam imperar caso o Brasil respeitasse esses sentimentos.

Sr. Presidente, não me conformo com isso. Em pronunciamentos sucessivos, tenho-me colocado contra e protestado sob as diferentes formas. O voto em separado do Senador José Eduardo Dutra contempla perfeitamente essa exigência de justiça fiscal e de pressupostos éticos na sociedade. Voto a favor da emenda do Senador José Eduardo Dutra, na qual pus a minha assinatura. Pergunto ao Sr. Presidente se esta emenda será votada na Comissão.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – O Relator vai colocar a posição que já sinaliza o acordo que fizemos com o Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Agradeço a compreensão dos Senadores José Eduardo Dutra, Agnelo Alves e Roberto Saturnino, que são subscritores desse voto em separado que será acatado como emenda pelo acordo.

Concedo a palavra ao nobre Relator Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em função do acordo havido e também da pertinência da proposta apresentada pelos Senadores José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino e Agnelo Alves, a emenda é acatada para o fim de exame por esta Comissão.

Considero essa emenda uma contribuição muito importante para esse debate sobre a carga tributária do assalariado, mas não se chega a praticar justiça social com ela. Ela é oportuna, elogiável e correta do ponto de vista filosófico. Por outro lado, que quem ganha mais de R\$4 mil não pode ser classificado como rico. Pelo contrário, trata-se de uma classe média com um poder aquisitivo bom, mas que sofre hoje terrivelmente com a alta do custo de vida e também com o achatamento do seu salário. Essa tabela, elogiável do ponto de vista filosófico de cobrar mais de quem recebe mais, busca corrigir essa distorção. Nesse ponto, foi importante a contribuição dos Senadores autores da proposta.

No caso do empresário que efetivamente é o acumulador do patrimônio e, portanto, consegue produzir um patrimônio que o leva a uma situação de riqueza, a emenda não se aplica. A partir do momento em que hoje, no sistema tributário brasileiro, a distribuição de lucro faz-se sem tributação na fonte e sem qualquer espécie de tributação, na verdade, a grande receita pessoal do detentor do controle acionário de determinada empresa não se dá sob forma de salário, mas sob forma de distribuição de lucros, isentos de qualquer tributação. Essa é uma discussão que deveríamos ter na Comissão de Economia, até porque é um assunto que proporciona efetivamente uma renda alta, sem que seja computada como tributável do ponto de vista de imposto sobre a renda, no caso da percepção desses valores.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Com muito prazer.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concordo plenamente com o que V. Ex<sup>a</sup> diz. A emenda não está dizendo que quem ganha R\$4 mil ou acima disso seja rico, até porque há, como a tabela mostra, um processo de crescimento gradual da carga tributária a partir de quem ganha R\$4.800 mil líquido.

Agora concordo com a afirmação de V. Ex<sup>a</sup> de que isso não resolverá a situação atual dos empresários maquiarem a sua arrecadação física, só que isso não é objeto desse projeto. Deve ser

resolvido em outras leis, e concordo plenamente que tenha que ser resolvido.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Faço minhas as palavras do Senador José Eduardo Dutra, apenas dizendo que o caso não se trata de maquiagem, se trata de um instrumento legal, porque a legislação é clara. "A distribuição de lucros aos detentores de controle acionário das empresas se faz sem retenção ou tributação de imposto sobre a renda." Portanto é um procedimento absolutamente legal, e foi inclusive votado por esse Congresso, senão não estaria em vigor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Luiz Estevão, V. Ex<sup>a</sup> perdoe a intervenção da Presidência, que quer apenas perguntar se V. Ex<sup>a</sup> acata como emenda e proferirá o parecer logo em seguida, porque ainda há um debatedor ainda inscrito, e esse é tempo que V. Ex<sup>a</sup> tem para analisar o mérito da questão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Perfeitamente.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, se me permite uma questão de ordem apenas para esclarecer e não ficar nenhuma dúvida. A Liderança do Governo está de acordo com o entendimento que foi esposado aqui pelo Relator, o que significa que está aceita a emenda como emenda de Comissão. Agora, objetivamente, vamos votar contra a emenda, mas o que é importante dentro do entendimento é que aceitamos a emenda na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A orientação da Liderança do Governo é o voto contrário, mas o Relator tem que proferir ainda o parecer.

Com a palavra o Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, tive a honra de subscrever essa emenda porque realmente ela começa o processo de justiça fiscal. Evidentemente não é ainda o ideal, porque não chegamos às classes que realmente deveriam pagar para isentar aqueles que ganham salário mínimo, mas foi o possível, e subscrevi com muita honra, juntamente com os Senadores José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino e Eduardo Suplicy. Meu voto, então, é favorável à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Aviso aos Srs. Senadores que, conforme informação que acaba de nos ser dada, a ordem do dia foi iniciada. Temos, então, que ultimar a nossa votação.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, penso que quando falamos em



imposto progressivo temos que ter o cuidado para não confundirmos um pouco as coisas. Imposto progressivo, especialmente o imposto de renda, é progressivo pela sua própria natureza, tanto quanto incide sobre renda da pessoa física como quando incide sobre renda da pessoa jurídica.

Outro equívoco é quando procuramos punir, por exemplo, na pessoa jurídica, o lucro alto com a alíquota mais alta. Isto é um erro, por quê? Porque se fôssemos separar o rendimento relativo do Estado em relação àquela empresa ou por força do imposto de renda, deveríamos começar a aprender no Brasil a aplaudir o lucro, a condecorar o lucro e não a condená-lo, porque esse é um problema, na minha opinião, da cultura brasileira. Parece que o Brasil tem um compromisso maior. Orgulha-se de ser um país pobre, ainda que pudesse ser um país rico, porque condena a riqueza. A riqueza não pode ser condenada. Temos que aprender a condecorar, a aplaudir a riqueza. Devemos acabar com a impunidade para que possamos abraçar um cidadão vitorioso e lhe dar até uma estátua, porque é um vitorioso e venceu. Estamos fazendo o contrário. Nós aqui chegamos e podemos dizer: "Sou honesto, porque trabalhei a vida inteira e sou pobre". Fala e bate na mesa, como se ser pobre fosse um mérito. Não é nada disso. Temos de mudar as coisas. Falemos da renda relativa do Estado. Por exemplo, quando vai tributar com o imposto de renda, o Estado o faz de forma progressiva, e o faria ainda que a alíquota fosse a mesma para todos. Por quê? Aquele que ganha R\$1.000 vai pagar x% sobre mil; o que ganha R\$10 mil vai pagar x% sobre 10 mil. Então, do ponto de vista absoluto, ele está contribuindo muito mais do que o outro. Isso é a progressividade do imposto de renda. Se formos aumentar as alíquotas à medida que o cidadão auferir maior rendimento, estaremos desestimulando o rendimento mais alto, quando devíamos fazer o contrário e aplaudir o rendimento mais alto.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Com o maior prazer.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Nobre Senador José Alencar, quero fazer duas observações somente ao que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo. Primeiro, as considerações, pesquisas e comparações que têm sido feitas mostram que o Brasil não é uma nação pobre, mas uma nação média em termos de riqueza. Contudo, apresenta um grau de desigualdade econômica e social brutal, brutal, Senador!. É o maior do mundo. Na faixa de renda média, não há nenhum país que chegue perto do Brasil. Os países que

atingiram uma distribuição melhor têm como um dos principais instrumentos não o único exatamente essa diferenciação do imposto de renda pessoa física especialmente. Isso V. Ex<sup>a</sup> não está querendo aceitar. A progressividade se define exatamente por alíquotas superiores nas faixas de renda maior, o que não desestimula, de forma nenhuma, a obtenção da riqueza. Ao contrário, como todo cidadão que, mesmo obtendo riqueza, quer sempre mais, se a alíquota é pesada, o esforço dele é maior ainda para ganhar mais. Todos os países que hoje são ricos e têm uma distribuição de renda razoável adotaram esse processo de alíquotas progressivas.

Admiro sempre o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Estou apenas contrapondo-me ao que está dizendo com base na experiência de todos os países ricos do mundo que adotaram precisamente esse processo e que, com isso, chegaram a uma distribuição de renda muito mais eqüitativa do que a nossa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Mesa cumpre antipático papel de dizer que já começou a Ordem do Dia. Teríamos que suspender a reunião. Queríamos, antes, entretanto, proceder à votação. Por isso, pedimos aos companheiros que encerrem, por gentileza, suas participações. Teremos a oportunidade e a possibilidade de debater essas questões intensamente no plenário.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Perfeitamente, mas se tratava de uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Uma ponderação válida.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Um aparte que tinha de concluir, se me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Esse assunto é da maior relevância. Tramita atualmente no Congresso Nacional um projeto de Reforma Tributária, cujo aspecto filosófico deve ser discutido suficientemente. Tendo iniciado a Ordem do Dia, teremos de terminar a reunião. Sugiro até que não se vote a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Temos de apreciá-la, porque a matéria tem prazo determinado. Ela tem que sair hoje aqui da Comissão; senão irá diretamente para o plenário.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sem ser discutida?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não. Está sendo discutida.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sim. Mas estamos sendo interrompidos no prazo em virtude do início da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Falta só V. Ex.<sup>a</sup> manifestar-se como inscrito e o Relator dizer se acata ou não a matéria quanto ao mérito para, então, submetermos a proposição à votação.

**O SR. AGNELO ALVES** – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, Senador?

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Eu poderia ainda conceder um aparte ao eminente Senador Agnelo Alves?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Mesa só pede brevidade.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Vou concluir o raciocínio, Senador Agnelo Alves, para, então, passar-lhe a palavra. Reitero, Sr. Presidente, que nós no Brasil, às vezes, especialmente como empresários, aceitamos ponderações dessa natureza, porque pode parecer antipático não aceitarmos.

Disseram aqui que há uma maquiagem para evitar o pagamento do Imposto de Renda. Não há nenhuma maquiagem. É preciso diferenciar uma coisa da outra. Uma coisa é o salário, o pró-labore, a retirada ou o honorário de um diretor de uma companhia; outra coisa é a remuneração que o seu capital recebe em forma de dividendo. Temos de discutir isso com muito cuidado, porque, do contrário, vamos querer uma melhor distribuição de renda matando os ricos e nos esquecendo de que há aquele decálogo de Abraham Lincoln que diz o seguinte: "Não ajudarás ao pobre se matares o rico".

A riqueza é nacional. A empresa pertence à comunidade. Ela tem de ser próspera, porque é uma fração da economia como um todo. E não desejamos economia próspera como fim, porque a economia é meio; o fim é sempre social. Queremos uma economia próspera, para que haja recurso suficiente para resolver os problemas sociais do Brasil. Não é cultivando a pobreza, como se fosse um canteiro de alface, que vamos resolver o problema do Brasil. Ao contrário, temos de criar a riqueza nacional, que se faz pelo trabalho e pelo enriquecimento das empresas, que são frações dessa economia como um todo.

Quando admiramos uma economia próspera, forte, independente, como a do Japão, a da Alemanha, que resolvem todos os seus problemas sociais, esquecemo-nos de que, lá, cada fração daquela economia é próspera para que ela o seja. Por isso, aspectos filosóficos precisam presidir as discussões referentes ao Sistema Tributário Nacional.

Deve haver, sobretudo, intransigência absoluta com relação à impunidade existente no Brasil:

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, ouviremos a opinião do Relator quanto ao mérito. Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

**O SR. LUIZ ESTEVÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na qualidade de Relator, em tese, concordo com a emenda apresentada pelos Senadores José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino e Agnelo Alves. A tese da progressividade, na minha opinião, precisa ser estudada à luz de números e do impacto que trará sobre a receita da União.

Considerando que, infelizmente, embora o projeto esteja tramitando na Casa desde 23 de outubro, a emenda foi apresentada hoje, não há tempo hábil para que se examine o impacto dessa progressividade de alíquota sobre a efetiva arrecadação do imposto sobre a renda. Sendo assim, sou obrigado a votar pela rejeição da emenda por não se tratar apenas de examinar a questão distributiva ou tributária, mas, sim, também do impacto que tal modificação provocará na receita tributária do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer do Relator é contrário.

Em votação o parecer do Relator, excetuando a emenda, que será votada em seguida.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda, com parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada, com os votos favoráveis dos Senadores José Eduardo Dutra, Agnelo Alves e Roberto Saturnino.

Isso nos dará oportunidade de debater a matéria profundamente no Plenário.

Lembro que estamos convocando os Governadores da região Sul para quinta-feira. Na terça-feira, haverá reunião ordinária da Comissão, para apreciação dos assuntos normais.

Muito obrigado. Que Deus proteja as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores e todo o povo brasileiro.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h40min.)*

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Ata da 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em dezesseis de novembro de 1999, às 10 horas.**



As dez horas do dia dezesseis de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Osmar Dias, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho, Maguito Vilela, Mozarildo Cavalcanti, Edison Lobão, Carlos Bezerra, Bello Parga, Eduardo Suplicy, Lúdio Coelho, Pedro Piva, José Alencar, Bernardo Cabral, José Fogaça, Freitas Neto, Roberto Requião, Roberto Saturnino, Jonas Pinheiro, João Alberto Souza, Luiz Estevão, Lúcio Alcântara, Agnelo Alves e Francelino Pereira. Deixam de comparecer os Senadores: Ramez Tebet, Jorge Bornhausen, Paulo Souto, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Romero Jucá, Lauro Campos, José Eduardo Dutra e Luiz Otávio. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO**, que “Estabelece normas de acesso ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira – e outros sistemas de informações de órgãos públicos, e dá outras providências”. Autor: Senador José Eduardo Dutra. Relator: Senador Roberto Saturnino. Parecer: Favorável nos termos do Substitutivo aprovado pela CCJ com as Subemendas 1 e 2 que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 1998, (Nº 731, de 1995, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal”. Autor: Deputado Ubiratan Aguiar. Relator: Senador Antero Paes de Barros. Parecer: Favorável ao projeto com as Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 que apresenta. OBS: Em 11-5-99, foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy que apresentou a emenda nº 6. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 1999, (PL nº 3.468 de 1997, na origem), NÃO TERMINATIVO**, que “Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC”. Autor: Deputado Ubiratan Aguiar. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1999. NÃO TERMINATIVO**, que “Altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências”. Autor: Senador José Roberto Arruda. Relator: Senador Pedro Piva. Parecer: Favorável ao PLC nº 37/99 com as emenda nºs 1 e 2 que apresenta e pela prejudicialidade do PLS nº 36/99. Resultado: Adiado. **OFÍCIO “S” 10,**

**DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que “Encaminha ao Senado Federal, parecer desfavorável do Banco Central do Brasil, sobre a solicitação da Prefeitura Municipal de Teresina – PI, para contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de 3.417.000,00 (três milhões e quatrocentos e dezessete mil reais), destinada a implantação do projeto de modernização da administração tributária do município”. Autoria: Bacen. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 1999, NÃO TERMINATIVO**, que “Altera o artigo 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”. Autor: Senador Tião Viana. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 1999, TERMINATIVO**, que “Altera a redação da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração de preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências”, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor –, para tornar obrigatória a declaração da composição do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências”. Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador José Alencar. Parecer: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Aprovado o projeto com a emenda nº 1-CAE. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 406, DE 1999, TERMINATIVO**, que “Dispõe sobre a destinação de recursos arrecadados em decorrência da cobrança do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e dá outras providências”. Autor: Senador Romero Jucá. Relator: Senador Lúdio Coelho. Parecer: Contrário ao projeto. Resultado: Adiado. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO**, que “Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios”. Autor: Senador Osmar Dias. Relator: Senador Pedro Simon. Parecer: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: É concedida vista ao Senador

Carlos Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vamos dar início à 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Temos inúmeros projetos na pauta.

Começaremos a discutir os não terminativos. Mal complete o número, passaremos à votação.

#### Item 1

Projeto de Lei do Senado nº 124, de 1999, não terminativo, que estabelece normas de acesso ao Siafi – Sistema de Administração Financeira, e outros sistemas de informações de órgãos públicos e dá outras providências.

Autor: Senador José Eduardo Dutra.

Relator: Senador José Roberto Saturnino, que é favorável, nos termos do substitutivo, que foi aprovado pela CCJC, com as Subemendas 1 e 2, que apresenta.

Pediria ao nobre Senador Carlos Bezerra que, por gentileza, lesse o parecer.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Sr. Presidente, posso resumir o parecer?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Claro, Senador! Deve.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Vou ler apenas a parte do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito bem.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – A parte final do parecer.

Nos termos regimentais, a esta Comissão compete opinar sobre os aspectos econômicos, financeiros e de qualquer matéria que lhe seja submetida.

A normatização do acesso às informações do SIAF e demais bancos de dados referidos no projeto será, em nosso entender, um fator de incentivo à sociedade para ampliar e aprofundar a busca dessas informações, cujo interesse, para o cidadão, aumenta com as políticas de rigor nos ajustes fiscais.

O controle social, por sua vez, constitui fator de grande importância no aumento da eficácia por parte dos Executivos no gerenciamento dos recursos públicos.

O projeto, com as modificações da CCJC, é interessantíssimo para o aperfeiçoamento democrático e para a melhoria da gestão financeira nos três níveis de Governo.

Quanto aos ônus econômicos e financeiros da matéria, parece-nos de pouca monta, sobretudo se levarmos em conta a relação custo/benefício a estabelecer-se com as medidas projetadas. Visivelmente positiva para a sociedade que, no seu próprio interesse, poderá suprir, com o vigilante acompanhamento dos gastos públicos, eventuais carências dos sistemas institucionais de controle interno e externo.

Contudo, não podemos deixar de considerar as dificuldades de natureza orçamentária a serem enfrentadas não só pelos administradores ou proprietários das bases de dados referidas no projeto como também para aqueles que forem adquirir e instalar os terminais de consulta do cidadão. E tampouco podemos permitir que aspectos meramente instrumentais, como questões orçamentárias, venham a causar embaraços à plena eficácia das prescrições da iniciativa tão oportuna e de tão elevado alcance.

Por isso, rendendo-nos, em parte, às objeções consignadas na justificação do Requerimento nº 549/99, parece-nos de bom alvitre não apenas ampliar o prazo do art. 3º para a instalação dos terminais, a fim de possibilitar arranjos orçamentários pertinentes como ainda deixar expresso a quem efetivamente cabe, na esfera federal, o ônus decorrente da implementação das demais medidas decorrentes da proposição em exame.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo acolhido pela CCJC, com as seguintes subemendas:

Subemenda nº 1/ CAE:

Substitua-se o art. 3º do substitutivo pela expressão “no prazo de até 180 dias a partir da vigência dessa lei “por no prazo de até 270 dias a partir da vigência dessa lei”.

Subemenda nº 2/ CAE: acrescente-se ao art. 13 do substitutivo o seguinte artigo: “remunera-se o dispositivo subsequente”.

Art. 14. As despesas decorrentes da aquisição e instalação dos terminais de consulta, previstos nesta lei, correrão à conta do orçamento de cada sistema de controle interno, cabendo aos administradores ou proprietários dos sistemas ou base de dados os gastos com transmissão, informações e eventuais ampliações.

Assina o Senador Roberto Saturnino.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero apenas prender-me a uma questão de forma, porque essa matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania com emenda, um substitutivo. Esse substitutivo alterou a ementa da proposição. Desse modo, estou em dúvida se devemos votar com a ementa do substitutivo da CCJC ou com a ementa original. (Pausa.)

Esclarece-me, Sr. Presidente, a Secretaria que, efetivamente, tem que ser obedecida, como eu imaginava, a ementa do substitutivo apreciado e aprovado na CCJC.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – E é essa exatamente a que foi lida, porque não houve alterações. As alterações foram feitas na CCJC.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Há número regimental.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 2**, (também não terminativo:)

Projeto de Lei da Câmara nº 11, que regulamenta o § 1º do art. 213 da Constituição Federal, do Deputado Ubiratan Aguiar. O Relator é o Senador Antero Paes de Barros, favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5, que apresenta.

Foi concedida vista ao Senador Eduardo Suplicy, que apresentou a Emenda nº 6.

O Senador Antero Paes de Barros ainda não está na Casa. Pediria ao nobre Senador José Fogaça que, por gentileza, lesse o parecer.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998, que tem por objetivo regulamentar o § 1º do art. 213 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo pelo Poder Público a estudantes carentes do ensino fundamental e médio que não puderem ser atendidos pela rede escolar oficial.

Em seu art. 2º, a proposição esclarece que as bolsas de estudo destinam-se ao custeio dos encargos educacionais legalmente cobrados aos

usuários pelas instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Todavia, faz-se a ressalva de que esses encargos podem vir a ser reduzidos por meio de acordo entre o Poder Público e a instituição de ensino.

O art. 3º reitera condicionamento previsto no art. 213 da Constituição Federal, para que recursos públicos possam ser destinados à concessão de bolsas de estudo no ensino fundamental e no médio. A saber, deve ocorrer falta de vagas e de cursos regulares na localidade de residência do estudante a ser beneficiado.

Também, como determina o mesmo dispositivo constitucional, o Poder Público deve investir prioritariamente na expansão de sua rede escolar, com o objetivo de corrigir o problema da falta de vagas.

Em seu art. 4º, o PLC nº 11/98 prevê a forma de definição das localidades e escolas em que será permitida a concessão de bolsas de estudo.

O déficit de vagas da rede pública será estipulado pelo censo escolar anual, realizado pelo Poder Público competente, e será considerada a totalidade de vagas oferecidas pelas redes de ensino dos três níveis governamentais.

No que diz respeito às escolas privadas, que poderão receber alunos bolsistas, é prevista ainda a necessidade de cumprimento das normas gerais da educação nacional e da garantia de qualidade do ensino oferecido.

O art. 5º trata do critério de carência dos alunos para o recebimento de bolsas de estudo. A renda de sua família deve estar abaixo do limite de isenção do imposto sobre a renda. Entretanto, em casos excepcionais, um estudante de renda familiar maior pode ser beneficiado com a bolsa de estudo, desde que provado que sua situação econômica não lhe permite arcar com o custeio do ensino privado.

De acordo com o art. 6º, o Poder Público deve elaborar listas de estudantes a serem beneficiados, bem como indicar as escolas que poderão recebê-los.

Os arts. 7º e 8º, por sua vez, tratam de questões orçamentárias. O primeiro dispositivo estabelece que os recursos destinados à concessão de bolsas de estudo devem estar globalmente previstos nos orçamentos públicos. Já o segundo determina que esses orçamentos devem prever recursos para a expansão da rede de ensino oficial em montante ao menos igual aos destinados ao pagamento das bolsas de estudo no exercício anterior.

O art. 9º prevê que o poder público deverá prestar contas à sociedade, de forma específica e transparente, dos recursos destinados à concessão de bolsas de estudo em escolas privadas.

Por fim, o art. 10 prevê a regulamentação da lei no prazo de 90 dias, a partir da data de sua publicação.

O PLC nº 11, de 1998, é de iniciativa do Deputado Ubiratan Aguiar e foi aprovado com um substitutivo na Comissão de Educação e Cultura.

A seguir, a matéria foi examinada na Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Em ambas as Comissões o projeto recebeu parecer favorável.

No Senado Federal, depois de analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o PLC será submetido à Comissão de Educação.

Inicialmente, encaminhado para a relatoria do Senador Lúcio Alcântara, o projeto em apreço foi redistribuído, devido ao desligamento do mencionado parlamentar dessa Comissão.

Com parecer ora apresentado, mantém-se grande parte do texto do Senador Lúcio Alcântara. Todavia, como se verá adiante, são apresentadas algumas mudanças no projeto da Câmara, de forma a dar continuidade ao seu aperfeiçoamento.

#### Análise:

Antes de apreciar a adequação econômico-financeira e orçamentária do projeto de lei em tela, caberia apreciar a sua constitucionalidade e juridicidade, uma vez que não foi distribuído para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O art. 213 da Constituição Federal estipula que os recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas, contudo são estabelecidas exceções para o envio desses recursos às escolas privadas e comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa e apliquem os seus excedentes em educação, assegurando a destinação de seu patrimônio a outra escola da mesma categoria ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades.

Outras exceções são estabelecidas nos §§ 1º e 2º do próprio art. 213 e no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Todavia, este parecer irá deter-se sobre o caso do § 1º do art. 213, relativo à concessão de bolsas de estudo, uma vez que é este o objeto do PLC nº 11, de 1998.

Para que recursos públicos sejam destinados à concessão de bolsas de estudo em escolas privadas é necessário o atendimento dos seguintes requisitos:

1 – as bolsas devem ser dirigidas aos níveis fundamental e médio;

2 – os alunos beneficiários devem demonstrar insuficiência de recursos;

3 – deve haver falta de vagas e de cursos regulares da rede pública na localidade da residência do estudante;

4 – o Poder Público fica obrigado a investir prioritariamente na expansão da rede na localidade.

Em linhas gerais, é possível afirmar que essas condições são respeitadas pelo PLC nº 11, de 1998. Além disso, a iniciativa apresenta o mérito de evitar o vício da criação de novas restrições e obstáculos não previstas no texto constitucional, como por vezes ocorre nas tentativas de regulamentação de nossa Carta Maior.

Portanto, nenhum desrespeito é feito ao mandamento inscrito no § 1º do art. 213 da Constituição Federal, ainda que, como se esclarece adiante, alguns reparos mereçam ser feitos com a finalidade de garantir as verdadeiras intenções dos constituintes.

Este parecer julga também que nenhuma outra disposição constitucional está sendo ferida pelo PLC nº 11, de 1998. Pelo contrário, ao procurar ampliar as oportunidades educacionais, o projeto reforça o princípio constitucional que prevê a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Muito embora isso não seja objeto desta Comissão.

Dessa parte, nenhum obstáculo de inconstitucionalidade há a apresentar, pois não é essa a função da Comissão de Economia. Igualmente, não há reparo sobre sua juridicidade.

Não sendo caso de indicar a norma a ser revogada, torna-se desnecessária a disposição presente no art. 12 do PLC nº 11, de 1998, que será, assim, objeto de emenda supressiva, adiante apresentada sob o nº 1.

Quanto aos aspectos econômicos, financeiros e orçamentários, o projeto apresenta linhas gerais apropriadas, embora sujeitas a aperfeiçoamentos. Com efeito, a proposição não cria novas despesas, mas regulamenta, sem criar liberalidades ou outras distorções, dispositivo constitucional que autoriza o Poder Público a destinar recursos para a concessão de bolsas de estudo nas condições indicadas.

O primeiro aperfeiçoamento apresentado ao projeto diz respeito à previsão de um teto para os encargos educacionais transferidos para a iniciativa privada, que tem por fim evitar eventuais excessos nocivos ao Erário. O teto sugerido adiante, por meio



de Emenda nº 2, é o do respectivo gasto por aluno na rede pública, apurado no ano imediatamente anterior ao da concessão da bolsa ou previsto para o ano em curso. Qualquer que seja o valor escolhido, decorrido o ano correspondente, quando tiverem sido apurados os respectivos gastos por aluno na rede pública, deverá haver a compensação dos valores repassados. Com isso, evita-se prejudicar tanto as escolas privadas quanto o Poder Público, caso ocorram oscilações maiores nos dispêndios por aluno de um ano para outro ou entre gastos previstos e os efetivamente executados.

Quanto à possibilidade de redução dos encargos, não há necessidade de estabelecê-la, pois, como originalmente está inscrito no projeto, ela depende de negociação entre o Poder Público e a instituição de ensino, o que dispensa previsão legal, já que por princípio não contraria qualquer norma jurídica. A expressão “localidade”, usada no art. 3º, precisa ser melhor especificada, com o propósito de evitar abusos que levem à requisição de bolsas por simples comodidade. O referido termo, usado na Constituição Federal, está a exigir uma regulamentação que o esclareça.

Em virtude disso, este parecer apresenta Emenda sob o nº 3, que prevê que a falta de vagas e de cursos regulares deve ocorrer no interior do Município do requisitante ou eventual beneficiário da bolsa.

As disposições referentes ao orçamentos públicos, presentes nos arts. 7º e 8º do PLC nº 11, de 1998, procuram contribuir para o bem da coisa pública. O art. 8º, contudo, pode ser aperfeiçoado. Em vez de previsão de recursos orçamentários para expansão da rede pública, em montante pelo menos igual ao destinado às bolsas de estudo concedidas no ano anterior, cabe estabelecer uma regra mais clara e coerente com o caráter excepcional dessas bolsas. Os recursos orçamentários para expansão da rede pública devem ser suficientes para eliminar a concessão de bolsas até o ano subsequente.

Dessa forma, evita-se que se perpetue aquilo que tem caráter de excepcionalidade. Essa mudança aparece a seguir, na Emenda nº 4.

A Emenda nº 5, por sua vez, considera os gastos feitos com a concessão de bolsas para estudantes do ensino fundamental nos cálculos pertinentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Afinal, os recursos serão despendidos pelo respectivo Poder

Público para o mesmo fim, a saber, a manutenção de alunos no ensino fundamental.

Além disso, a concessão de bolsas de estudo é considerada despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 70, inciso VI.

Por fim, caberia indicar que o critério de carência para obtenção das bolsas possui um traço de arbitrariedade. Esse traço, contudo, estaria presente em qualquer outro que viesse a ser adotado, dada a complexidade da vida real. Dessa forma, constitui o critério mais indicado para evitar que benefícios sejam concedidos a quem deles não precisam.

### Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1998, acolhidas as emendas que o seguem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer é favorável.

Vamos entrar na fase de discussão.

Está inscrito para discutir, em primeiro lugar, o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, conforme está contido em meu voto em separado, nas páginas 63 a 67 do processo distribuído aos Srs. Senadores, concordo com a avaliação feita pelo Relator.

Entretanto, tenho uma proposição no que diz respeito a se acrescentar um parágrafo ao art. 3º, renumerando-se os demais. Diria então o § 1º do art. 3º:

“O Poder Público, para implantar e implementar o sistema de concessão de bolsas para o ensino fundamental e médio, deverá apresentar aos seus respectivos conselhos nacional, estadual e/ou municipal de educação, para a devida aprovação, um plano justificando a necessidade de tal procedimento como medida emergencial, bem como discriminando metas de tempo e forma de ampliação da rede pública como política pública de caráter estrutural.”

Trata-se de uma proposição que leva em consideração as recomendações da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Essa é a proposta que faço para exame do Sr. Relator, Senador José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Senador José Fogaça, Relator *ad hoc*, o Senador Eduardo Suplicy faz uma indagação a V. Exª com relação à Emenda nº 6, que não foi contemplada no relatório.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que adie a discussão e até a chegada do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – A discussão está suspensa. Aguardaremos a chegada do Relator, a fim de que S. Ex<sup>a</sup> possa esclarecer por que efetivamente a emenda do Senador Eduardo Suplicy não foi contemplada no relatório. Voltaremos a discutir o assunto com a chegada do Relator.

### Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 37, não terminativo, altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. O autor é o Deputado Ubiratan Aguiar. O projeto tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 36, de autoria do Senador José Roberto Arruda, e o Relator é o Senador Pedro Piva.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, na semana passada eu pedi adiamento, em virtude de estar conversando com a área econômica e com a área pertinente. Peço que continue o adiamento, porque vou apresentar um substitutivo que vai esclarecer melhor esse assunto, na próxima semana. Peço adiamento até a próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Por solicitação do Relator, retiramos de pauta o item 3.

Passamos ao item 4. Mensagem do Banco Central do Brasil que encaminha parecer desfavorável sobre a solicitação da Prefeitura Municipal de Teresina para contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, no valor de R\$3,417 milhões, destinado à implantação do Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município de Teresina. A autoria é do Bacen e o Relator é o Senador Romero Jucá, que apresenta parecer favorável, nos termos do projeto de resolução que apresenta.

Solicito ao Senador Gilberto Mestrinho que leia, por obséquio, o relatório do Senador Romero Jucá.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de ofício do Banco Central encaminhando ao Senado solicitação de autorização de empréstimo pela Prefeitura Municipal de Teresina, Piauí, para contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$3.417 milhões, destinada à implantação de Projeto de Modernização da Administração Tributária do Município.

O Sr. Relator fez a análise do pedido e proferiu o seguinte voto:

Operações de crédito dessa natureza estão sujeitas ao cumprimento das condições vigentes estabelecidas na Resolução nº 68/98, do Senado Federal, que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, vinculada ao cumprimento de limite do endividamento, exige que o município observe os demais requisitos mínimos e os não essenciais, definidos nos arts. 27 e 28, respectivamente, da referida resolução.

O Banco Central diz que o município não cumpriu todos os requisitos necessários, de vez que apresentou déficit primário.

O Relator fez a análise do processo e, contrariando o parecer do Banco Central, diz: “Entendemos, todavia, que esses aspectos não representam empecilho ou fator impeditivo à aprovação do pleito do município. Isso porque, como enfatizado no próprio parecer do Banco Central, a Resolução nº 93/98, do Senado Federal, acrescenta o art. 45, Resolução nº 78/98, estipulando que as operações de crédito realizadas por Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, nos anos de 1998 e 1999, junto às instituições oficiais de crédito e seus respectivos agentes financeiros, a organismos multilaterais e instituições de fomento e cooperação ligadas a governos estrangeiros, são dispensadas do atendimento exigido no art. 7º da Resolução nº 78/98.

Dessa forma, todas as operações de crédito dessas entidades, junto aos órgãos aqui definidos, estão dispensadas das exigências de apresentação de resultado primário positivo como condição prévia a sua autorização ou ao seu encaminhamento ao Senado Federal para a devida apreciação.

Mais ainda: reside aqui o aspecto fundamental para que não seja o déficit primário apresentado pelo Município de Teresina fator impeditivo à concretização da operação de crédito pretendida. Há de se relevar e considerar que:

1. A operação de crédito a ser contratada com o BNDES deverá ensejar a obtenção de mais recursos próprios pelo município de forma inevitavelmente intrínseca à adoção de ações públicas como aqui objetivadas, que fortaleçam e aperfeiçoem a capacidade gerencial e operacional da administração tributária do ente público.

Esse é um empréstimo que foi feito a várias prefeituras, visando a facilitar o sistema arrecadador do município.



No item 2 ele diz que o Município de Teresina já vem efetuando uma série de investimentos voltados para a reformulação da sua fiscalização tributária.

No item 3, a metodologia de apuração de resultado primário definida pelo Banco Central, como pode ser verificado em seu parecer, considera para seu cálculo as despesas incorridas pelo município com encargos e amortizações da dívida interna e externa.

Com esse procedimento, a despeito de sua oportunidade ou não, é introduzido viés quanto ao entendimento da real situação das finanças do município. Se desconsideramos esses aspectos, o déficit primário deverá apresentar redução próxima de 50%, no caso do Município de Teresina. Significa isso que os requisitos financeiros apresentados pelo município têm incorporada a menor dependência de empréstimos e de financiamentos de suas despesas correntes ligadas à administração pública, seja pessoal e outras de custeio relativamente ao Banco Central.

Nos processos de ajuste fiscal levados a efeito por órgãos e entidades públicas, a noção de resultado primário adquire relevância enquanto parâmetro necessário controle de seu processo de endividamento.

Ele faz a análise das incorporação ou não de dívidas, de despesas. Termina, analisando a documentação apresentada — certidões e autorizações legislativas — e a condição financeira.

Considerando o baixo nível de endividamento do Município — onde a relação saldo da dívida e receita líquida e real atinge tão-somente 0,22% —, bem como as condições de financiamento e a importância dos projetos a serem executados, manifesta-se favoravelmente à autorização para a contratação da operação.

Assim, o Relator, Senador Romero Jucá, conclui pela autorização pleiteada pelo Município de Teresina, nos termos do projeto de resolução anexo ao processo.

O parecer é favorável.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) — O parecer do Senador Romero Jucá é favorável, uma vez que está havendo combate ao déficit primário e a verba se destina exatamente para a reformulação da estrutura tributária do Município, de forma a acelerar essa melhoria.

Em discussão (usa.)

**O SR. FREITAS NETO** — Sr. Presidente peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) — Concedo a palavra, para discutir, ao nobre Senador Freitas Neto. Em seguida, falará o Senador Jefferson Péres.

**O SR. FREITAS NETO** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas desejo dar algumas informações que me foram passadas pela Prefeitura de Teresina e pedir que tragam à Comissão de Assuntos Econômicos uma correspondência dirigida ao Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão, exatamente igual à que foi dirigida ao Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães. Este processo está preso na Mesa, em função do parecer desfavorável do Banco Central, há muito tempo.

Mostra a Secretaria de Finanças da Prefeitura dois dados ou aspectos que julgo relevantes — depois os entregarei ao Senador Ney Suassuna — e que, aliás, também fazem parte do processo, por despacho do Presidente da Casa. Primeiro, a Prefeitura de Teresina, que conhecemos bem, apesar de politicamente estarmos em lados opostos, encontra-se equilibrada e é uma das poucas coisas que ainda funcionam bem no Piauí. Ela paga seus funcionários religiosamente em dia e o tem feito não apenas nessa administração, mas ao longo do tempo.

Já tive a honra de ser Prefeito de Teresina e posso dizer que sempre foi uma prefeitura equilibrada.

Atualmente, não atinge sequer 2% da receita total o seu comprometimento com o endividamento, que está inteiramente em dia.

Por que o Banco Central deu esse parecer contrário? Porque há uma classificação contábil histórica, que é feita na rubrica “transferência de capital”, que classifica 30% da receita do fundo de participação como receita para capital, receita de capital; conseqüentemente, não poderia ser usado para pagamento de empréstimo. Isso me disse o Prefeito de Teresina, que esteve no Departamento da Dívida Pública para demonstrar. E o chefe do departamento concordou com ele; apenas disse que se tem de fazer à luz do balanço, que não se pode modificar. Essa classificação já será modificada a partir do próximo balanço.

Lembro, também, que há poucos dias aprovamos aqui um empréstimo bastante significativo para a mesma Prefeitura, o “Programa Vila Bairro”, financiado pela Caixa Econômica e pelo BNDES — para o qual já havia este parecer

desfavorável, em função do mesmo motivo: tratava-se do mesmo balanço —, porque se referia — como disse o Relator, cujo relatório foi transmitido e lido pelo Senador Gilberto Mestrinho — a todos aqueles empréstimos que são excepcionados. Este empréstimo de R\$3.417.000,00, já aprovado pela Diretoria do BNDES desde o dia 10/03/98 — está aqui a correspondência do BNDES, que passarei ao Presidente —, visa modernizar a administração tributária do Município, que prevê, portanto, um grande aumento na arrecadação. Inclusive, como é permitido, a Prefeitura vem investido a sua contrapartida e já fez alguns investimentos, confiando na aprovação deste processo pela Comissão e pelo Senado Federal.

São os esclarecimentos que gostaria de trazer ao Presidente e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Freitas Neto.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres e, em seguida, o Senador Roberto Requião.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, longe de mim criar dificuldades a operações de crédito pleiteada pelo Município de Teresina. Mas creio que nós todos temos o dever de seremos vigilantes, no sentido de que as condições ou requisitos legais mínimos sejam preenchidos.

Com base na leitura do parecer do Banco Central, a menos que tenha havido uma complementação posterior, não sei, estavam faltando pelo menos — o Relator está ausente —, o Senador Gilberto Mestrinho apenas fez a leitura ....

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Senador Romero Jucá está ausente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Se foram anexadas as certidões negativas do Tribunal de Contas relativas aos exercícios de 1997 e 1998, que não constava no processo uma das condições; a outra, é o descumprimento do art. 7º da Resolução 78, relativa à inexistência de resultado primário negativo.

É preciso ser comprovado isso, Sr. Presidente, porque o art. 7º da Resolução 78 diz o seguinte:

“O Banco Central do Brasil não encaminhará...”

Veja bem, o Banco Central nem deveria ter encaminhado.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Pois não, Senador.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – É que houve uma modificação no final do ano passado, com a Resolução nº 93, estabelecendo que, nesses casos, tendo origem em financiamentos de organismos multilaterais de crédito para efeito de modernização administrativa, a Resolução nº 93, se não me engano, excepcionaliza esses casos, ou melhor, manda enviar para o Senado.

**O SR. OSMAR DIAS** – Senador Jefferson Péres, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Pois não, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Recentemente esta Comissão aprovou empréstimos para o Estado de São Paulo e, como Relator, fiquei constrangido até de comparecer a essa reunião, à reunião desta Comissão, no momento em que eles seriam apreciados, já que eles deveriam ter sido devolvidos ao Estado, conforme determina a Resolução nº 78. E esta Comissão ignorou completamente. O outro Relator deu parecer favorável e esta Comissão aprovou. Portanto, daquele momento em diante se abriu um grave precedente.

Mesmo não fosse esse argumento do Senador José Fogaça, que é pertinente, porque a Resolução nº 93 realmente abriu essa exceção, nós aqui da Comissão teríamos que aprovar igualmente esse empréstimo, como foram aprovados os empréstimos de São Paulo, porque a partir daquele momento esta Comissão não tem como mais fazer cumprir a Resolução nº 78.

Recomendo à Presidência que determine uma avaliação da Resolução nº 78 e, quem sabe, a sua reforma, porque ela não vem sendo cumprida efetivamente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Obrigado, Senador.

**O SR. PEDRO PIVA** – Senador Jefferson Péres, só um adendo, por favor.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Pois não, Senador Piva.

**O SR. PEDRO PIVA** – Lembro ao Senador Osmar Dias que não foi só São Paulo, parece que só São Paulo transgrediu. Antes de São Paulo, foram a Bahia e o Rio de Janeiro.

**O SR. OSMAR DIAS** – Tendo V. Exª reconhecido que São Paulo transgrediu, eu já fico satisfeito.



**O SR. BELLO PARGA** – A palavra está com o Senador Jefferson Péres.

**O SR. PEDRO PIVA** – Estou dizendo com as suas palavras: São Paulo absolutamente transgrediu. Não me provoque, Senador, que nós vamos voltar tudo de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. PEDRO PIVA** – São Paulo não transgrediu. Esta Comissão fez justiça a São Paulo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – De modo que, Sr. Presidente, evitando alusões a qualquer Estado, mas eu acho que é uma prática realmente lamentável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Companheiros, há orador na tribuna.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – De modo que será sempre uma prática lamentável desta Comissão e de qualquer outra se abrir precedentes e descumprir resoluções feitas por nós mesmos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A palavra continua com o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Se a experiência revela que uma resolução do Senado é inadequada, Sr. Presidente, que se mude a resolução antes. Aprovar algo, seja o que for, contra a resolução, portanto, de forma ilegal sob a alegação de que o dispositivo é irreal, realmente é lamentável. Não há outra palavra para qualificar isso.

De qualquer modo, ficam faltando, parece-me, as certidões negativas do Tribunal de Contas. Não sei se seria o caso de converter em diligência, para que essas certidões sejam anexadas.

Se esta Comissão julgar que isso é irrelevante... Eu apenas estou chamando a atenção para o descumprimento de uma das condições para a aprovação dessa operação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vamos averiguar isso agora.

Passo a palavra ao Senador Roberto Requião. Em seguida, falará o Senador Carlos Bezerra.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Sr. Presidente, há excepcionalidades anteriores, excepcionalidades, Senador Jefferson Péres, tratadas aqui, à boca pequena, como transgressões, como o caso do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo. Fico com o termo excepcionalidade para evitar um conflito com o Senador Pedro Piva. Excepcionalidades reiteradas firmam jurisprudência. Então, há uma jurisprudência firmada de que a Resolução nº 78 não será mais levada em conta. Liberou geral.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Senador Roberto Requião, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Como não, Senador Carlos Bezerra?

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Quero cumprimentá-lo pelo discurso. Estou preocupado em saber como votarei essas matérias daqui em diante. Votamos para Mato Grosso, o meu Estado, um crédito de 45 milhões, para a modernização do Estado. A conversa era a mesma. Estou com a certidão do Tribunal de Contas da União, porque lá no Estado houve uma denúncia do desvio do dinheiro, feito por vários Deputados. Pedi ao Tribunal de Contas da União que fizesse uma inspeção. Estou lá com a certidão do Tribunal de Contas da União. O Governador do Estado desviou 88% do recurso recebido para aplicar em obras de infra-estrutura, para pagar empreiteiras. Quer dizer, a resolução é desrespeitada aqui, depois que sai o dinheiro, é desrespeitada novamente. Há uma cadeia de ilegalidades aí. Não sei onde vamos parar com isso. Desse modo, não vamos consertar esse País nunca.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – É o novo consueto. Enquanto isso se acena com a lei de responsabilidade fiscal.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Exatamente.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – Que nada mais é do que ...

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Isso é brincadeira, falar em lei de responsabilidade fiscal em um ambiente desses.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** – É um anúncio para a mídia. Então, temos o consueto estabelecido. A Comissão de Economia do Senado libera sistematicamente todos os pedidos de empréstimo. Não começou com São Paulo, Senador Pedro Piva; começou com aquele absurdo do Paraná, que tinha uma folha de 138%, mas, politicamente, fez com que a liberação dos recursos fosse aprovada.

Posteriormente a isso, o próprio Banco Central tem ultrapassado a Comissão. Prorrogou a data de liquidação fixada em lei pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado **sponte propria**, e ficou por isso mesmo. Não sei mais por que estamos nos reunindo. Ou se restaura a moralidade, ou que todos se locupletem, como dizia Stanislaw Ponte Preta.

Liberou geral, eu voto pela liberação dos recursos para a Prefeitura de Teresina.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Cumpre à Presidência informar....

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Exª terá a palavra, mal eu termine de dar esse aviso.

Quanto ao Tribunal de Contas, o próprio Banco Central, no caso das prefeituras, disse que não era um documento essencial. Talvez, por isso, o Senador Romero Jucá tenha posto como não essencial, porque a própria resolução diz que no caso da prefeitura... Além do mais, a prestação de contas só ocorreria no final do ano, porque o ano está em curso e se trata de uma verba...

Estou dizendo exatamente o que a Secretaria acabou de me informar. Peço que mostre ao Senador Jefferson Péres a decisão que diz que esse não seria um documento essencial, no caso da Prefeitura.

Com a palavra V. Exª.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, eu ia exatamente dizer o que V. Exª disse; ou seja, há uma certidão do Tribunal de Contas embora ela não seja definitiva, não é terminal, porque diz apenas que as contas estão em análise. Nesse caso, evidentemente não se pode culpar o município por não ter essa definição, ainda mais que não se trata de um documento essencial. Portanto, rigorosamente dentro da legalidade, sem nenhum ilegalidade, sem nenhuma injuridicidade, sem nenhum inconstitucionalidade, é possível ao Senado tomar uma decisão aqui de caráter político. O Senado: pode conceder o empréstimo e pode não autorizá-lo, dependendo da forma como interpretar a questão econômico-financeira da validade de empréstimo. Não há aqui rigorosamente nenhuma ilegalidade, não há nenhuma incongruência legal. Não se está ferindo aqui nenhuma resolução do Senado e nenhuma lei. Há pessoas que imaginam que na vida tudo deve ser ou proibido ou tudo deve ser obrigatório. Não, nem tudo na vida é rigorosamente proibido, nem tudo na vida é rigorosamente obrigatório. Aqui não é a Suíça nem é a Alemanha dos anos 20.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador, além do mais o art. 28 da resolução diz: “Para os fins desta resolução consideram-se requisitos não essenciais o disposto no art. 19 e 20, nos incisos VII e VIII do art. 13”. Assim, a própria resolução diz que não é essencial.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – A resolução dá essa margem de decisão ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Exatamente.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não é essencial, mas cabe ao Senado decidir. Trata-se de uma decisão política rigorosamente dentro da lei, sem ferir as

normas e as resoluções da Casa, mas é um critério. Às vezes, por espírito oposicionista, alguém pode votar contra. Esse espírito oposicionista não é necessariamente desonesto. Ele é um espírito de maior rigor, de maior exigência, por não confiar no governante. Isso é legítimo. Isso pode existir e até prevalecer. Mas também é legítima e correta do ponto de vista legal a decisão de se aprovar um projeto de resolução nessas condições. Não há demérito em nenhuma das duas decisões. Dizer que se está ferindo a lei no momento em que se toma uma decisão favorável não é, a meu ver, uma afirmação procedente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, a única ilegalidade seria a violação do art. 7º, que não existe, porque, conforme o Senador Fogaça esclareceu, foi modificado. Se estivesse ainda em vigor o art. 7º com a redação original, eu votaria contra.

Quanto à falta de certidões negativas, a própria resolução diz que não são essenciais. Posso votar, portanto, politicamente, “sim” ou “não”, mas nem por espírito oposicionista, Senador Fogaça, eu votaria contra os interesses de uma comunidade como é a população de Teresina.

Portanto, voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua a discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado, com a abstenção do Senador Osmar Dias.

**O SR. FREITAS NETO** – Sr. Presidente, há um requerimento de urgência sobre um processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão o requerimento de urgência.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**Item 5**

Projeto de Lei nº 388, que altera o art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

Trata-se de projeto de lei não terminativo, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam



sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências.

O autor é o nobre Senador Tião Viana e o Relator é o nobre Senador Jefferson Péres. O parecer é favorável.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se apenas da alteração de um artigo da Lei nº 6.360. O artigo alterado dispõe especificamente sobre a rotulagem, as bulas, os impressos, as etiquetas e os prospectos referentes aos produtos de que trata a lei.

A alteração pretendida consiste no acréscimo de um parágrafo único ao citado dispositivo, de tal forma que, no caso dos saneantes domissanitários, esses produtos passem a ser classificados segundo os riscos que apresentam para a saúde humana, sendo atribuído a cada categoria de risco um símbolo a ser empregado obrigatoriamente nos rótulos, embalagens, etiquetas, peças publicitárias, prospectos, bulas e instruções de uso.

O fabricante, distribuidor, importador ou vendedor, bem como o responsável pelo meio de comunicação que descumprir esta disposição incorre em crime contra as relações de consumo previstas no Código de Defesa do Consumidor, estando sujeito às penas ali cominadas.

A nova lei é justificada pelo fato de que os saneantes domissanitários constituem importantes agentes de intoxicação em nosso meio; que a pertinência e o “detalhismo” da regulamentação em rigor dos rótulos, bulas e materiais publicitários, nas palavras do autor da proposição, não têm sido suficientes para prevenir.

São saneantes domissanitários os inseticidas, os raticidas, os desinfetantes e os detergentes.

O projeto vem à análise desta Comissão, não tendo recebido emendas, decorrido o prazo regimental e deverá também ser apresentado, aí sim, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Não existem proposições tratando da mesma matéria em tramitação no Senado Federal.

Análise.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre os aspectos econômico e financeiros da matéria.

Os principais aspectos econômicos envolvidos dizem respeito à provável redução dos custos sociais e dos gastos públicos com a diminuição do número de

casos de intoxicação acidental e de morte, em decorrência da implementação das diretrizes propostas, e ao impacto de tais medidas sobre os custos de produção dos produtos atingidos pela lei e, conseqüentemente, sobre o preço final ao consumidor.

No primeiro caso, um substancial impacto econômico positivo deverá ocorrer se estiver correta a tese do ilustre Senador Tião Viana, por sinal respaldado pela autoridade da Organização Mundial de Saúde, de que as normas propostas são mais efetivas do que as vigentes para reduzir a ocorrência de acidentes com saneantes domissanitários.

Considerando que a elevada incidência dos acidentes citados traz significativo ônus social e pessoal, perda de produtividade, gastos para o sistema público de saúde, aumento de anos de vida perdidos e redução da qualidade de vida para os afetados, medidas tendentes a reduzir a magnitude desses acidentes resultarão na redução daqueles custos.

O impacto da implementação das novas normas sobre o custo de produção e preço ao consumidor dos domissanitários, por seu lado, deverá ser desprezível e passageiro, representado pelos gastos com a implementação das mudanças na apresentação e impressão de rótulos, etiquetas, embalagens, publicações, etc., uma vez que são custos fixos.

#### Voto

Em vista do exposto e do positivo impacto econômico e sanitário da proposição, somos pela aprovação do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer do Senador Jefferson Péres é favorável.

Antes de colocar a matéria em discussão, queria informar aos Srs. Senadores que esse projeto só será terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Nós estamos votando aqui apenas um dos aspectos, mas a decisão terminativa será na Comissão de Assuntos Sociais, repito. –,

Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça para discutir.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, considero importante o projeto e voto a favor do parecer. O único aspecto que poderia ser problemático é o da implantação das modificações num prazo determinado, mas isso já está garantido no art. 3º, que dispõe: “Essa lei entra em vigor no prazo de 180 dias da sua publicação.” Assim, em 6

meses as empresas poderão ir renovando as embalagens, os invólucros, seja lá o que for, no qual são vendidas essas mercadorias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

**Item 6:**

Projeto de Lei nº 85, terminativo, que altera a Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que torna obrigatória a declaração do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências.

O projeto é de autoria do Senador Lúcio Alcântara. O Relator é o nobre Senador José Alencar, que deu parecer favorável, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em exame nesta Comissão, nos termos dos arts. 99 do Regimento Interno, em decisão de caráter terminativo, sob o amparo dos arts. 58 da Constituição Federal e 91 da lei interna, o projeto em epígrafe, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, visa alterar a redação de duas normas básicas e correlatas que tratam das garantias do consumidor.

Uma delas, a Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, determina que sejam informados o preço de venda à vista do produto e o valor e número de prestações mensais.

A outra, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor confere ao comprador o amplo direito de informação acerca do que está adquirindo, inclusive quanto à forma de aquisição.

O autor do projeto, o eminente Senador Lúcio Alcântara, não desconhecendo o alcance da legislação vigente, atenta para a necessidade de que se obrigue o anunciante a conferir o mesmo destaque visual e sonoro quando da publicidade do preço à vista e das formas de pagamento e do valor das prestações para as mercadorias compradas a prazo.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental nem consta da base de dados Mate a existência de projeto em tramitação, no Senado Federal, que verse sobre o mesmo tema.

Análise.

Embora existam normas específicas acerca da matéria ora submetida à alteração, a imprecisão dos

seus textos faculta ao anunciante, ao mesmo tempo em que atende às suas determinações, dissimular informações essenciais ao discernimento do comprador. A preponderância visual na publicidade impressa do valor das prestações, em detrimento das informações acerca do objetivo do desembolso, após concluída a quitação do débito contratado, é prática comum. O mesmo ocorre nas veiculações por qualquer outro meio de divulgação.

O projeto em análise determina que haja igual destaque na menção de todos os componentes do preço, tendo por objetivo conferir maior clareza aos olhos do consumidor quanto à forma de pagamento e aos custos mensal e final daquilo que está comprando.

A iniciativa em tela se reveste, assim, da mais alta relevância, do ponto de vista do indivíduo e da economia popular. Ao mandar conferir maior visibilidade aos valores relativos às transações mercantis a prazo, a lei decorrente da aprovação deste projeto estará oferecendo ao consumidor condições elementares mas fundamentais à sua avaliação quanto à possibilidade efetiva de honrar o compromisso, sem sacrificar-se e aos seus familiares. Mais que isso, possibilita criar-se uma verdadeira consciência de cidadania ao viabilizar inclusive a identificação da prática da cobrança de juros e encargos extorsivos contrários aos interesses do País e da sociedade.

**Voto**

Diante do exposto, o voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 1999, com uma breve correção na colocação do indicativo NR, relativo à nova redação que se pretende dar ao **caput** do art. 1º da Lei 6.463, de 1977, constante do art. 1º do projeto.

Art. 1º Nas vendas a prestação de artigos de qualquer natureza e na respectiva publicidade escrita e falada será obrigatória a declaração, com igual destaque, do preço de venda à vista da mercadoria, do número do valor das prestações, da taxa de juros mensal e dos demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador, incidentes sobre a venda a prestação. (NR)

Aqui é uma questão de forma, não há nenhuma emenda quanto ao texto.

Da mesma forma, a inserção desse mesmo indicativo ao final do § 1º, que se pretende acrescentar ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, não se justifica por tratar-se de inclusão e não de nova redação a dispositivo existente.



Então, não entra o NR nesse art. 31, parágrafo único. Apenas isso. Para o mais, o parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Parecer favorável do Senador José Alencar.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Vai-se proceder a votação nominal. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Aprovado por unanimidade.

**Item 7:** (também terminativo)

Projeto de Lei do Senado nº 406, que dispõe sobre a destinação de recursos arrecadados, em decorrência do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores em vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, e dá outras providências.

Autor: Senador Romero Jucá.

Relator: Senador Lúdio Coelho, que deu parecer contrário ao Projeto.

Com a palavra o Senador Lúdio Coelho.

**O SR. LÚDIO COELHO** – Sr. Presidente, passo ao relatório.

Submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 406, de 1999, de autoria do ilustre Senador Romero Jucá, a proposição sob exame dispõe sobre a destinação dos recursos arrecadados em decorrência de danos pessoais, causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Especificamente, pretende repassar mensalmente 10% do valor total dos prêmios recolhidos às instituições que se dediquem exclusivamente à prestação de assistência médica de primeiros socorros às vítimas de acidentes de veículos automotores de vias terrestres em rodovias federais e estaduais.

### Voto

Em sua justificativa, o ilustre autor argumenta que, não obstante reconhecer os objetivos meritórios e humanitários do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores em vias terrestres, este não tem cumprido o seu papel, em face dos seguintes motivos:

– O desconhecimento do povo sobre o seu direito de ver indenizada parte, embora ínfima, dos

prejuízos decorrentes da morte ou da invalidez dos seus queridos.

– A corrupção, que consiste no conluio entre advogados e funcionários inescrupulosos, que ludibriam a boa-fé aproveitando-se do estado emocional das famílias dos mortos no trânsito, abocanhando todo ou quase todo o seguro a que fazem jus.

O autor ressalta ainda que a Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1991, determina que 50% do valor total dos prêmios recolhidos pelas seguradoras que operam com o DPVAT devem ser repassados ao Sistema Único de Saúde, SUS, para o custeio de assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito.

Finalmente, destaca, na área de medicina de urgência, a doação da Fundação Cultural e Ecológica “Anjos do Asfalto”, que presta serviços desse tipo ao longo da Rodovia Presidente Dutra. O próprio Departamento Nacional de Estradas de Rodagem mantém contato com a citada organização, que, nos três primeiros anos de atuação, reduziu de 70% para 0,4% a incidência de mortalidade no transporte de acidentados para os hospitais.

A nosso ver, não obstante o elevado espírito humanitário de solidariedade apontado pelo autor nesta proposição, acreditamos que não será o repasse de recursos do DPVAT para instituições que se dediquem à prestação de assistência médica de primeiros socorros às vítimas de acidentes de veículos automotores de vias terrestres em rodovias federais e estaduais que irá corrigir as distorções preconizadas pelo autor.

Os dois motivos antes referidos, o desconhecimento do povo e a corrupção que impera nesse sistema, são, no primeiro caso, questão que envolve a divulgação necessária e adequada pelos órgãos públicos competentes; e, no segundo, um caso de polícia.

A Lei nº 6.194, de 1974, criou esse departamento com o objetivo de indenizar danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por carga, a pessoas transportadas ou não, compreendendo morte ou invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar por pessoa vitimada.

Trata-se, portanto, de matéria nitidamente correlacionada com as normas gerais de seguro do País, não cabendo portanto nenhuma política de alocação de recursos para as entidades privadas, prestadoras de serviços de assistência médico-hospitalar.

Por outro lado, o repasse de 50% dos prêmios recolhidos pelas seguradoras que operam para o Sistema Único de Saúde foi uma distorção motivada pela busca de recursos para o falido sistema de saúde do País.

Concluindo, o fato de o DNER manter contrato com a Fundação ou instituição que se dedica à prestação de assistência médica de primeiros socorros às vítimas de acidentes de veículos automotores de vias terrestres em rodovias federais, com recursos específicos para tais objetivos, não pode servir de justificativa para que se repassem recursos destinados a indenizações para essas instituições, por mais elogiáveis que possam ser os motivos alegados.

Desta forma, somos de parecer contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Parecer contrário do Relator.

Em discussão. (Pausa.)

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Relator, o que me motivou a apresentar esse projeto foi o precário atendimento que tem sido dado nas emergências nas estradas brasileiras.

Temos dados que demonstram que morre mais gente de acidente de trânsito nas estradas brasileiras do que nas guerras que ocorreram há alguns anos.

Preocupado com essa questão, já que 50% da receita do DPVAT era encaminhada para o SUS e motivado, inclusive, pelo grande atendimento – reconhecido pelo Relator – prestado pela entidade “Anjos do Asfalto” em algumas estradas de São Paulo, resolvi apresentar esse projeto, para que 10% dos recursos do DPVAT pudessem criar um programa de financiamento desse tipo de atendimento nas estradas.

Entendo que essa é uma questão extremamente importante, Sr. Presidente. Primeiro, porque isso evitaria, em muitos casos, o óbito que efetivamente é depois coberto pelo seguro; depois, temos visto, ano após ano, escândalos envolvendo exatamente o que foi levantado aqui com o meu projeto e no debate com o parecer do Senador Lúdio Coelho, que é exatamente aquelas pessoas que se aproveitam da dor das famílias, para colher

assinaturas e muitas vezes as famílias não sabem nem o que estão assinando.

Na verdade, há uma máfia de arrecadação de recursos do DPVAT por conta dos óbitos que acontecem nos acidentes de trânsito.

O Senador José Fogaça levantou uma questão que me parece interessante, talvez, em tese, se não se passassem esses 10% para que as seguradoras fizessem um financiamento desse programa, mas sim se aumentasse de 50% para 60% os recursos destinados ao SUS, para que este pudesse também custear um programa como este.

Penso que o importante é se discutir uma forma de prestar socorro nas estradas brasileiras, o que, efetivamente, retirando duas ou três estradas de São Paulo, o restante do Brasil não tem.

Portanto, eu gostaria de ressaltar o objetivo desse meu projeto e colocar para debate uma busca que efetivamente pudéssemos ter no sentido de minorar o óbito e o tipo de atendimento de saúde que se dá nas estradas.

É comprovado também que, em 70% dos casos, se houvesse um atendimento mais rápido nas estradas nós não teríamos óbito, não teríamos os traumatismos que temos hoje nos dados estatísticos.

Portanto, é um projeto extremamente meritório, que merece a atenção dos companheiros aqui nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão. (Pausa.)

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Diante da proposta do autor do projeto, penso que seria conveniente que se suspendesse a discussão, para que o Relator e o Autor discutissem uma fórmula adequada à manutenção da matéria. Essa é a proposta do Autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência indaga ao Relator ou se mantém ou se suspende para discutir com o autor.

**O SR. LÚDIO COELHO** – Podemos discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, retirado de pauta, uma vez que o Relator e o Autor discutirão o assunto, para ver se encontram uma outra solução.

**Item 8:**

Projeto de Lei do Senado nº 464, de 1999, não terminativo, que dá nova redação ao §§ 1º e 2º do art.



2ª da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Autor: Senador Osmar Dias.

Relator: Senador Pedro Simon, que não se encontra.

**O SR. CARLOS BEZERRA** – Peço vista, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Teríamos que ouvir antes o parecer.

O Relator não estando presente, eu pediria ao Senador Fogaça que apenas lesse a conclusão, se é favorável ou não, para poder ser pedido vista, uma vez que ...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Não há como pedir vista se não foi apresentado o parecer ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – E o parecer é favorável, do Senador Pedro Simon.

Peço a V. Exª que leia o voto do Senador.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Diz aqui o Senador Pedro Simon, Relator, que o Fundo de Participação dos Municípios tem tido uma evolução satisfatória nos últimos quatro anos e, nesse sentido, o alongamento do redutor financeiro sobre os ganhos adicionais dos municípios que tiveram perda de população minimiza o impacto fiscal macroeconômico acima referido, contribuindo, assim, para o adequado ajustamento das finanças públicas como um todo.

A proposta, portanto, guarda coerência com a lógica do saneamento gradual do setor público brasileiro.

Cabe notar que, para o exercício de 1999, a lei em vigor determinou o redutor financeiro de 20%, enquanto o projeto propõe o redutor de 10%.

Em nosso entendimento, trata-se de dispositivo praticamente implementado, em termos de execução orçamentária, e assim seria mais adequado a supressão do inciso relativo ao ano de 1999.

Em face do exposto, concluímos o nosso parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 464, de 1999, complementar, propondo-se que seja suprimido o inciso I do § 1º da nova redação proposta ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, nos termos da seguinte emenda:

“Suprima-se o inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 1997, constante da redação oferecida pelo art. 1º do PLS nº 464, de 1999, complementar, renumerando-se os demais incisos.”

Aqui, a emenda só tem um pequeno problema, Sr. Presidente, que é a técnica da renumeração, que é uma coisa que não existe mais.

Como diria o Senador Bello Parga, que só não fez o reparo porque o estou fazendo. O Senador Bello Parga faria esse reparo. A nova técnica legislativa não é mais pela renumeração, mas, sim, por uma nova técnica de numeração, acrescentando uma letra em ordem alfabética.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Exª tem a palavra como autor, mas o processo já tem um pedido de vista.

**O SR. OSMAR DIAS** – Mas é um minuto apenas para dizer o seguinte: esse projeto foi solicitado pela Associação dos Municípios do Paraná e também pela Federação dos Municípios do Brasil. E tenho a justificativa de tê-lo apresentado.

Primeiro, esses municípios que perderam população ao longo desses últimos anos, pela Lei Complementar nº 91, perderão 20% ao ano. Portanto, em cinco anos, terão uma redução do Fundo de Participação dos Municípios.

Isso terá um impacto enorme para esses municípios, que são, na maioria, pequenos municípios, e esses recursos vão fazer muita falta a esses pequenos municípios, que talvez tenham até agravado esse problema do êxodo, já que as pessoas que não encontrem infra-estrutura adequada ou uma situação favorável para continuarem naquele município vão, portanto, estimular esse processo de êxodo dos municípios pequenos. O impacto para esses municípios pequenos é violento, mas a distribuição desses recursos para outros que serão beneficiários, ou seja, aqueles que tiveram ganho de população, será quase que insignificante.

Por isso, considero esse projeto importante, para se oferecer condições para que esses pequenos municípios continuem cumprindo as suas finalidades, as suas obrigações básicas, coisa que hoje eles já não conseguem. E se tiver essa redução no impacto de cinco anos, portanto um período muito curto, será ainda mais agravada essa situação.

Em face disso, apresentei esse projeto, tentando minimizar os efeitos dessa redução do Fundo de Participação dos Municípios, para aqueles que perderam população.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Esse projeto entrará na próxima terça-feira. A vista já

sendo dada por cinco dias. E, na próxima terça-feira, ele será repautado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pois não, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo – não sei qual o entendimento da Mesa – sobre a questão da votação do Projeto de Financiamento do Fundo Escola.

Já temos já pronto, para ser votado, um projeto que é extremamente importante para a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País – portanto, as regiões mais carentes –, que diz respeito exatamente ao financiamento de 202 milhões do Banco Mundial, para a adequação de escola, construção de escola, aquisição de equipamentos e titulação de professores leigos.

Não estava na pauta esse projeto, mas devido à importância do tema e especificamente do financiamento, eu perguntaria a V. Ex<sup>a</sup> se seria possível colocar em votação na manhã de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O grande problema são dois requerimentos que foram feitos. Embora o Senador Suplicy tenha vindo até aqui, poderíamos tentar um acordo, mas S. Ex<sup>a</sup> precisou sair. Por essa razão, não tivemos como acertar isso. Farei isso durante esta semana. Deveremos colocar a matéria em pauta na próxima semana. Queria já ter posto esse projeto na pauta, porque é um projeto realmente importante, principalmente para os Estados menos aquinhoados.

Lamentavelmente, há dois requerimentos, e a Presidência tem de ser curvar à decisão do Plenário. Além do mais, estou temeroso de que não haja mais **quorum**, o que nos levaria, uma vez que seria um projeto...

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Os requerimentos dizem respeito a pedido de informações?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – À vinda do Ministro e de outras autoridades ao plenário da Casa.

Creio que, tendo em vista o pedido de informações que já foi respondido, talvez isso possa ser sanado, mas eu precisaria da palavra do Senador Eduardo Suplicy, a quem pedi para localizar, mas, lamentavelmente, isso não foi possível.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que, se possível, tendo em vista as diligências que V. Ex<sup>a</sup> vai efetuar, seja realizada, ainda nesta quinta-feira, uma reunião extraordinária,

para votarmos especificamente essa questão. Isso seria importante para o País e para as nossas regiões.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se resolvermos esse assunto até lá, convocaremos a reunião até quinta-feira.

Queria informar à Comissão que, na próxima terça-feira, pela manhã, estarão aqui os Governadores da região Sul. A nossa sessão será feita na terça-feira, à tarde.

O Item 2, já que o Relator não chegou aqui, continua suspenso e será colocado em votação na próxima reunião.

Obrigado a todos. Até a próxima reunião!

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h56min.)*

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Ata da 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 1999, às 10 horas.**

As dez horas do dia vinte e três de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Pedro Simon, Luiz Estevão, Mozarildo Cavalcanti, Agnelo Alves, Jefferson Péres, Osmar Dias, Gilberto Mestrinho, Paulo Souto, Romero Jucá, José Alencar, Roberto Saturnino, Lúdio Coelho, Eduardo Suplicy, Bernardo Cabral, Edison Lobão, Pedro Piva, Francelino Pereira, Luiz Otávio, Ernandes Amorim e Freitas Neto. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Jorge Bornhausen, Bello Parga, Jonas Pinheiro, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Lauro Campos e José Eduardo Dutra. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **MENSAGEM Nº 189, DE 1999, (Nº 01473, de 14/10/1999, na origem), NÃO TERMINATIVA**, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$300,000,000.00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM”. Autor: Executivo.



Relator: Senador Luiz Estevão. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OBS : Em 9-11-99 foi concedida vista ao Senador Carlos Bezerra que não apresentou voto em separado. **Ofício “S” 28, DE 1999, Não Terminativo**, que “Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 5º da Resolução n.º 69, de 1996, o relatório sobre a operação de emissão de Bônus Global pela República Federativa do Brasil, concluída em 30 de abril último, no valor total de US\$3.000.000.000,00, títulos de mercado internacional, sendo US\$2.000.000.000,00, resultantes de tranche em dinheiro e US\$1.000.000.000,00 decorrentes de troca de bônus Brady”. Autoria: Bacen. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Favorável à aprovação do relatório do Banco Central que conclui pelo arquivamento do projeto. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OBS: em 9-11-99 Foi concedida vista ao Senador Carlos Bezerra que não apresentou voto em separado. **Mensagem Nº 181, DE 1999, (N.º 01411, de 28/09/99, na origem)**, Não Terminativa, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$202,030,000.00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola – Fundescola/União, a cargo do Ministério da Educação. Relator: Senador Osmar Dias. Parecer: Favorável ao projeto nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Em seguida procede-se a realização da audiência pública com a presença dos governadores da região sul: Espiridião Amin de Santa Catarina, Olívio Dutra do Rio Grande do Sul e, com a finalidade de discutir o ajuste fiscal e a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Havendo número regimental, iniciaremos a 50ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. Informo que é um recorde no Senado. Nenhuma

comissão atingiu esse número de reuniões durante o ano.

Srs. Senadores, como há dois projetos de fácil tramitação na pauta, gostaríamos que fossem relatados antes do debate dos dois governadores presentes. O Governador Jaime Lerner enviou um fax informando que, lamentavelmente, recebeu uma delegação da Bélgica e pediu outra data para vir, pois não queria faltar e solicitou que, por gentileza, sua ausência não fosse entendida como um descumprimento, mas apenas como uma impossibilidade.

O Item 1 trata da Mensagem nº 189, em que propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação da operação de crédito externo, no equivalente a US\$300 milhões, de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento Econômico – BIRD, destinado ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos municípios brasileiros. O autor é o Poder Executivo, o Relator é o Senador Luiz Estevão. Eu pediria ao nobre Senador Romero Jucá que lesse apenas o voto do Relator.

Não houve voto em separado e já foi lido. Por essa razão, está em votação, pois já houve a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Item 2 da pauta é o Ofício nº 28, não terminativo, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, o relatório sobre a alteração da emissão de bônus global da República Federativa do Brasil, concluído em 30 de abril último, sendo no total de 3 bilhões de títulos do mercado internacional, no valor de US\$3 bilhões, sendo US\$2 bilhões resultantes do trânsito de dinheiro e US\$1 bilhão decorrente da troca do bônus Brady?. Autoria: Banco Central. Relator: Senador José Fogaça, que foi favorável ao relatório do Banco Central, que conclui pelo arquivamento do processo.

Era só uma prestação de contas. Mesmo assim, houve pedido de vistas do Senador Carlos Bezerra, que não apresentou voto em separado. Quer dizer, já foi discutida a matéria.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Item 3 da pauta propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a 202 milhões e 30 mil dólares americanos, de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundo Escola, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola. Relator: Senador Osmar Dias, que deu parecer favorável.

O projeto já foi discutido e foi pedida vista. Foi dado um voto em separado do Senador Roberto Saturnino, em que não apresentou voto em separado. Portanto, está em votação.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, desculpe-me, não entendi V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Já foi discutida a matéria.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – V. Ex<sup>a</sup> disse que houve um voto em separado e outro não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Poderia ter havido, mas não houve o voto em separado. Portanto, haverá só a votação da matéria.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, farei algumas colocações rapidamente e tratarei dessa questão na próxima reunião da Comissão, até porque o Senador Mozarildo Cavalcanti não está presente e gosto de falar as coisas pela frente. Não falo pelas costas, como parece que é a forma de o Senador Mozarildo falar.

Fui surpreendido no **Jornal do Governador**, de domingo, lá em Roraima, com uma matéria que diz: “Jucá dá parecer favorável a empréstimo irregular”. Diz que a CAE, segundo posição do Senador Mozarildo Cavalcanti, com parecer meu teria aprovado empréstimo ilegal para Teresina, capital do Piauí. Diz ainda o Senador que não está “colocando objeções por ser Teresina, mas quanto ao procedimento político de Jucá. Depois que o próprio Banco Central rejeitou a operação, o que a torna ainda mais duvidosas as suas atitudes”.

Estou encaminhando um pedido de informação à CAE, primeiro para saber se esta Comissão ou algum senador votou algum empréstimo ilegal, porque não é do meu conhecimento isso. Os procedimentos que tomei e o relatório que fiz estão estritamente dentro da regra da Comissão de Assuntos Econômicos.

Diz ainda o Senador que, ao mesmo tempo em que aprovo empréstimos ilegais para Teresina, tenho votado sistematicamente contra o Estado de Roraima, o que também não é verdade.

Estou pedindo informações a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Gostaria que a ilegalidade ou as irregularidades desse empréstimo fossem esclarecidas até a tarde de hoje, porque esse item referente à Teresina é o primeiro da pauta. Se a Comissão de Assuntos Econômicos não se manifestar, solicitarei ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que retire de pauta esse assunto, porque, da minha parte, não há nenhuma ilegalidade nem irregularidade, muito menos ação de aspecto duvidoso para qualquer tipo de vantagem. Quero que essa questão fique muito bem esclarecida. É pena que o Senador Mozarildo não esteja aqui, razão pela qual vou repetir e detalhar o assunto na próxima terça-feira.

Sempre primei aqui, Sr. Presidente – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha –, pelo tratamento cordial e pelo respeito aos companheiros. Não é dessa forma que se faz política nem é dessa forma que se atacam um Senador e a Comissão. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que efetivamente responda isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – De pronto, a Mesa determinou ao secretário que respondesse a V. Ex<sup>a</sup>. A votação foi regular. Não houve irregularidade. O assunto foi debatido, e foi vencedor por maioria, senão por unanimidade, o parecer de V. Ex<sup>a</sup>. Em relação ao outro item, V. Ex<sup>a</sup> votou favoravelmente, assim como na matéria referente a Roraima. Se a explicação foi pedida por escrito, será entregue por escrito.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A questão não me diz respeito diretamente, mas indiretamente sim, porque atinge a Comissão. Em respeito à verdade, quero dizer que eu próprio levantei objeções – que foram esclarecidas – e votei a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Solicito a alguns senadores que introduzam os dois governadores à sala da Comissão. O terceiro governador solicitou que fosse marcada uma segunda data.



Hoje teremos um jantar com o Senador José Serra. As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores da Comissão estão convidados para o nosso jantar semanal, que será hoje com o Senador José Serra, Ministro da Saúde.

Srs. Governadores, Olívio Dutra, do Estado do Rio Grande do Sul, e Esperidião Amin, de Santa Catarina – homem muito conhecido nesta Casa e muito querido por todos nesta comissão, nosso companheiro –, é com muita alegria que recebemos V. Ex<sup>as</sup>. Da região Sul, faltou o Governador do Paraná, que se justificou por estar recebendo hoje uma delegação belga. Ele deverá comparecer em outra data, para honra desta Comissão.

Já estiveram presentes em nossas reuniões governadores de várias regiões do Brasil. Faltam apenas os representantes das regiões Sudeste e Norte. Recebemos hoje a região Sul. Cada governador que aqui veio teve essa tribuna aberta, para dizer as suas dificuldades, o que esperam do Senado da República, o que podemos fazer para ajudar. Enfim, o nosso objetivo é exatamente tomar as informações, ver, com sentimento, os interesses, as possibilidades, para que o Senado, a Casa que representa os Estados que formam a Federação esteja em consonância com eles.

Então, é com muita alegria que nós os recebemos. Inicialmente, V. Ex<sup>as</sup> terão de 20 a 30 minutos para fazer uma exposição. Em seguida, haverá perguntas abertas. Tem sido muito produtivo, o Senado tem conseguido fazer um bom proveito dessas entrevistas.

Com muita honra, passamos a palavra ao Governador Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul.

**O SR. GOVERNADOR** (Olívio Dutra) – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Ney Suassuna, prezado colega do Cone Sul e Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin, Exm<sup>as</sup> Srs. Senadores integrantes desta Comissão, em especial, uma saudação ao Senador Pedro Simon, do nosso Rio Grande, e à Senadora Emília Fernandes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> e Srs. convidados, é com muita satisfação que participo desta audiência pública nesta Casa legislativa, que tem entre suas atribuições o trato e a defesa das relações federadas, pelas quais, junto com os outros Estados, temo-nos batido.

O debate deste tema é fundamental para a União, Estados e Municípios, para o País e para os brasileiros.

Lembro que a Constituição Federal de 1988 consagrou a Federação brasileira, promovendo a descentralização dos encargos e das receitas das União em favor de Estados e Municípios, preservando a autonomia desses entes federados, proporcionando, dessa forma, condições para que se possa promover o desenvolvimento regional, articulado, combinado com o desenvolvimento nacional. Porém, alterações posteriores na legislação revertem este processo, estabelecendo uma reconcentração das receitas na esfera federal, acompanhada de um aprofundamento na descentralização dos encargos, especialmente nas áreas da saúde, educação, saneamento básico, infra-estrutura.

Exemplos dessa centralização são o aumento das contribuições cobradas pela União e não partilhadas por Estados e Municípios, como é o caso da Cofins, da CPMF, acompanhado de reduções dos gastos públicos federais e dos cortes no Orçamento da União.

A Lei Kandir, criada com o intuito de melhorar o desempenho da balança comercial brasileira, isentou de ICMS as exportações de produtos semi-elaborados e concedeu crédito fiscal na aquisição de bens destinados ao ativo fixo das empresas, provocando diminuição significativa na arrecadação tributária dos Estados e Municípios.

Somente o Rio Grande do Sul acumula perdas não compensadas em valor superior a R\$1bilhão. Além disso, com a Lei Kandir, passa-se a exportar empregos; em vez de exportar calçados, exporta-se couro; em vez de exportar móveis, exporta madeira; em vez de exportar óleo de soja, exporta grão de soja.

Outro exemplo é o Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, que transferiu recursos do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios à União, desvinculando parte dos recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e do Imposto de Renda, ocasionando prejuízos aos Estados e Municípios em torno de R\$1,5 bilhão ao ano. Há também perdas com as desonerações fiscais da União relacionadas ao Imposto de Renda e ao IPI, que diminuem os Fundos de Participação. Portanto, a União faz cortesia com o chapéu alheio, porque retira dos fundos a parte que tinha de mandar para os Estados e Municípios.

Segundo o próprio Orçamento Federal, somente em 1998, R\$5,3 bilhões deixaram de entrar nos cofres estaduais e municipais com estas desonerações. Nesse quadro, as políticas de desenvolvimento regional ficam restritas às práticas

predatórias da guerra fiscal, que desagregam a Nação, desviam recursos públicos para grande grupos privados e aumentam o desemprego, já que as empresas que se transferem para outras localidades acabam empregando menos trabalhadores que empregavam nas regiões e nos municípios de origem.

O País não conta com um projeto de integração nacional. O modelo centralizador do período militar, que tentava impor ao País uma integração de cima para baixo, foi abandonado sem que outro projeto surgisse em seu lugar. Ao contrário, a concepção neoliberal hegemônica no País não comporta uma ação efetiva do Governo na formulação de políticas de desenvolvimento econômico e social capazes de enfrentar as desigualdades sociais e regionais. Dessa forma, o País conseguiu produzir paradoxos, concomitantemente, as maiores taxas de crescimento econômico e os piores índices de distribuição de renda.

O Brasil, ao contrário de outras federações, não sofre com tensões regionais determinadas por conflitos étnicos, religiosos, culturais, mas padece de desequilíbrios socioeconômicos abismais, que só podem ser enfrentados por um pacto que supere essas desigualdades com ações efetivas no campo das políticas públicas, a menos que alguém tenha a ilusão de que a iniciativa privada, com sua lógica de buscar mercados estáveis que possam garantir seu lucro, vá desenvolver de forma homogênea nossas mais distantes regiões e rincões.

No âmbito do Conselho de Desenvolvimento dos Estados do Sul – CODESUL, no qual tenho a responsabilidade de exercer a Presidência por este período, recebendo-a do Governador Esperidião Amin, e no ano que vem passando-a para o Governo do estado do Mato Grosso, no Codesul, temos tomado iniciativas integradas, no sentido de encaminhar ações estratégicas que dizem respeito aos quatro Estados. É o caso dos corredores do Mercosul e do gasoduto, que estão em andamento.

Encaminhamos 45 propostas de ações ao Plano Plurianual, das quais apenas nove foram contempladas, e temos duas emendas importantes apoiadas pelos Governos Estaduais da região Sul e pelas Bancadas dos Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Uma delas viabiliza a gestão integrada da bacia do rio Uruguai, com a participação dos agentes públicos federais e estaduais e dos governos do Uruguai e da Argentina, para definir prioridades e precedências nas ações de

recuperação ambiental e desenvolvimento econômico da região ao longo do rio Uruguai.

A outra emenda diz respeito ao Prodetur, um programa de desenvolvimento do turismo nos quatro Estados, com objetivo de aumentar o fluxo turístico e melhorias das condições de vida das populações envolvidas, por meio de ações como estradas, saneamento básico, patrimônio histórico-cultural, meio ambiente e capacitação de agentes executores desse projeto de fortalecimento institucional.

Portanto, estamos tomando iniciativas para fortalecer o processo de integração, mas esse esforço requer a participação da União, uma integração na região, entre os quatro Estados, e uma integração da região com as demais regiões do País. Significa uma ação integrada, articulada entre os entes federados. É necessária a construção de uma política industrial que espalhe o desenvolvimento, investimentos públicos que qualifiquem a infra-estrutura e políticas de crédito direcionadas adequadamente, no rumo, portanto, da descentralização, do espraiamento do desenvolvimento.

Os eixos de desenvolvimento do Governo Federal, reafirmados pelo Plano Plurianual, não conseguem pensar o País além das áreas identificadas como viáveis no sentido das metas de exportação ou infra-estrutura instalada. O resto está fora. Portanto, as políticas de desenvolvimento regional hoje ficaram restritas às práticas predatórias da guerra fiscal, que é consequência dessa despolítica, do desinvestimento e da desconstrução da Nação brasileira.

A renegociação da dívida dos Estados agravou esse quadro. Não há como produzir políticas de desenvolvimento com o brutal comprometimento das receitas correntes com o pagamento da dívida, definido nos contratos de renegociação assinados no ano passado.

Cito o exemplo do Rio Grande do Sul. O Governo que nos antecedeu seguiu à risca o modelo neoliberal globalizante, fazendo a chamada lição de casa. Promoveu a privatização da telefonia e de dois terços da energia elétrica; introduziu o plano de demissões voluntárias no serviço público; desativou diversos órgãos estaduais responsáveis por políticas na área social, como é o caso da Companhia de Habitação; e praticou, como nenhum outro Estado, a renúncia fiscal, tanto que o desempenho do ICMS gaúcho foi inferior à média nacional no final daquele período.

Somente um dos fundos de benefício fiscal, o Fundopen, cresceu, em termos reais, de R\$2,5 milhões, em dezembro de 1994, para R\$25 milhões, em dezembro de 1998; uma elevação de 900%.



As políticas propostas de redução das despesas foram ineficientes. A política de demissão dos quinze mil servidores trouxe, como consequência, um aumento ainda maior nos gastos. A maior parte dos demitidos com o PDV era oriundo de duas áreas carentes de pessoal: educação e segurança. Após a saída daqueles servidores, o Estado, dada a necessidade incontornável de pessoal, fez contratações emergenciais e concurso público, para cobrir as necessidades de realização dos serviços estaduais.

O montante da despesa com pessoal e encargos de responsabilidade do tesouro estadual foi de 4 bilhões 328 milhões de reais em 1998, incluindo os gastos da administração direta e repasses à administração indireta para custeio de pessoal, alcançando o percentual de 81,08% da receita corrente líquida.

Esses gastos representam um acréscimo em termos reais de 6% em relação ao ano anterior e 4,2%, em média, nos últimos 3 anos. Como consequência, o resultado primário do Estado teve um comportamento negativo. O déficit primário cresceu de 152 milhões de reais, em 1994, para 1 bilhão e 32 milhões, em 1998. Nos últimos dois anos o resultado primário negativo em relação à receita corrente líquida foi de 35%. Quando assumimos o Governo, constatamos na prática os resultados desse modelo, principalmente uma sequência de déficits operacionais de 1 bilhão de reais por ano que consumiram a quase totalidade dos 5 bilhões de reais auferidos com a venda da companhia rio-grandense de comunicações e grande parte da companhia de energia elétrica do Estado.

Em 1º de janeiro, o passivo a descoberto passava de 1 bilhão e 100 milhões de reais. Assumimos o governo, portanto, em uma situação financeira gravíssima, em um quadro recessivo em esfera nacional, que foi agravado pela crise cambial de janeiro e com uma máquina administrativa em adiantado estado de privatização, que deveria ser recuperada para operarmos a nossa política de qualificação dos serviços públicos.

Os compromissos assumidos com a população gaúcha nos colocam o desafio de transformar esse quadro, e é o que estamos fazendo, com um posicionamento firme na defesa dos interesses do Estado, exigindo respeito ao pacto federativo e mediante uma mudança de postura frente às questões fiscais. Essa nova postura se caracteriza pelo abandono das anistias fiscais, que premiavam os maus pagadores e incentivavam a sonegação e a

inadimplência. Revisamos os benefícios já concedidos e a adoção de critérios seletivos para a adoção de incentivos, que serão discutidos com a sociedade gaúcha por meio do Orçamento Participativo.

Estamos realizando um esforço de incremento da receita através da cobrança da dívida ativa nos seus diversos estágios de modo a acelerar os ingressos de recursos e de um programa de monitoramento setorial dos maiores contribuintes, além da democratização do orçamento público.

Não fechamos estruturas, como ordenava a cartilha neoliberal. Pelo contrário criamos novos organismos executores de políticas públicas fundamentais, como as Secretarias da Habitação e do Meio Ambiente. Suspendemos a privatização do Bannrisul, que já estava em andamento, inclusive com 850 milhões de reais, oriundos dessa venda, previstos no Orçamento elaborado no ano passado e colocamos o Banco estadual como ferramenta de desenvolvimento no financiamento a projetos agrícolas e industriais.

Portanto, não estamos abrindo mão de responsabilidades, mas sim assumindo os compromissos com os quais nos comprometemos diante da população gaúcha.

Nosso ajuste não passa pelo desmonte da máquina pública, pela omissão, pelo desamparo das populações que reivindicam políticas públicas que qualifiquem suas vidas e transformem o seu cotidiano; passa, sim, pela afirmação da função do Estado como executor de políticas públicas cada vez mais qualificadas e indutor de políticas de desenvolvimento que contemplem os interesses da maioria.

Não falamos aqui de um Estado hipertrofiado, autoritário, controlador da cidadania e inibidor da livre iniciativa, mas de um Estado ágil, eficiente, com sensibilidade social, menor que a sociedade, mas do exato tamanho das suas atribuições, e, o mais importante, um Estado sob controle público, através de mecanismos democráticos de participação popular nas decisões.

Nossa política de ajustes tem se mostrado eficiente. Reduzimos o déficit primário de 18% para 1% da Receita Corrente Líquida e diminuímos pela metade o déficit de cerca de R\$1 bilhão previsto no Orçamento deste ano. É um resultado significativo. No entanto, é impossível imaginar um esforço fiscal que, além de zerar o déficit primário, produza condições para o pagamento da dívida de 15% das

receitas líquidas, que é o atual grau de comprometimento no nosso Rio Grande.

Em 31 dezembro de 1994, a dívida do Rio Grande do Sul atingia R\$4,4 bilhões. Em 31 de dezembro de 1998, a dívida havia triplicado para R\$13,4 bilhões, baseada quase exclusivamente nas altas taxas de juros da política econômica federal. Portanto, o crescimento descontrolado das dívidas dos Estados decorre do modelo econômico adotado no País. A dívida existe e queremos pagá-la, mas em patamares que não inviabilizem os gastos com a saúde pública, com o ensino, com o atendimento às demandas populares mais urgentes e necessárias.

Antes da negociação assinada em abril do ano passado, o Rio Grande do Sul gastava entre 5% e 6% de suas Receitas Líquidas com o pagamento desta dívida. Com o acordo firmado com a União, este comprometimento passou a 16% das Receitas Correntes Líquidas, incluindo as dívidas extralimite e o que para este ano significa um dispêndio em torno de R\$900 milhões.

É sobre esta realidade que gostaria de tratar com os Senadores, especialmente os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, e, em especial, com os ilustres Senadores do meu Estado, Senador José Fogaça, integrante desta Comissão, o Senador Pedro Simon e a Senadora Emilia Fernandes. Mas, sobretudo, tratar desta questão com a Casa, a quem, no Congresso Nacional, compete a análise das relações federadas.

Ainda ontem, reuniu-se em Maceió a Conferência Nacional dos Governadores, que aprovou a necessidade de repactuação dos termos das dívidas estaduais. Foi aprovado textualmente que os Governadores consideram que o Senado Federal é o foro competente para a definição das condições e capacidade de comprometimento dos Estados com o serviço e pagamento das dívidas para com a União, apoiando decisões que venham contemplar as seguintes necessidades:

a) redução do limite de comprometimento de sua receita líquida real;

b) para estabelecimento do percentual de comprometimento mensal com o serviço da dívida, promover a exclusão para efeito de cálculo da receita líquida real de todos os recursos estaduais vinculados;

c) considerar no intralimite todos os pagamentos de dívidas da administração direta e indireta, honrados com recursos do Tesouro estadual;

d) promover, retroativamente, um recálculo dos encargos incidentes nos contratos de refinanciamento das dívidas, considerando o período de vigência do Plano Real – 1º de julho de 1994 – adotando-se como fator de correção aceitável o IGP de  $I + 6\%$  ao ano, conforme já vem sendo aplicado nos contratos embasados na Lei nº 9.496/97;

e) reservar percentual da receita líquida dos Estados, originalmente comprometidos com o pagamento do serviço da dívida para financiamento de obras federais nos próprios Estados em proporção mínima de 2%.

A repactuação se torna indispensável, impostergável e condição essencial para reverter o estrangulamento das finanças dos Estados, que a cada dia torna a possibilidade de equilíbrio mais distante.

A participação do Senado nesse debate é essencial. Tramita, nesta Casa, na Comissão de Assuntos Econômicos, já com a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Resolução nº 39/99, que estabelece novas condições para os contratos firmados entre a União e os Estados, de refinanciamento da dívida, reduzindo o limite máximo de comprometimento da receita líquida real com o pagamento da dívida. Os Governadores vêm com bons olhos esse Projeto de Resolução e, mais do que isto, como imprescindível e urgente a sua aprovação, antes que os Estados entrem numa crise sem precedentes.

Temos debatido com os demais Governadores, a partir de um entendimento cada vez mais consensual, que a conjuntura econômica, hoje, é substancialmente diferente daquela em que foram estipulados os percentuais máximos que integram os acordos. Queremos, também, eliminar os mecanismos embutidos nos acordos que ferem a autonomia dos Estados, como a cláusula que obriga os Governadores a privatizarem as instituições financeiras estaduais e a proibição aos Estados de contraírem novos financiamentos.

Essas são as preocupações que gostaria de compartilhar com as Sras e Srs. Senadores porque não se relacionam apenas com as questões de percentuais – receita e despesa, passivos e ativos, equilíbrio de caixa. Dizem respeito, principalmente, à vida de milhões de brasileiros e brasileiras que dependem das políticas públicas, que têm direito a serviços qualificados de saúde, educação, segurança, saneamento básico e políticas especiais como condição essencial do exercício da cidadania.



Nós achamos que é possível construir uma Federação que respeite a autonomia dos Estados, dos entes federados e, ao mesmo tempo, acabar com uma guerra fiscal a partir de uma efetiva reforma tributária do controle público sobre o Estado, garantindo transparência e mecanismos de participação e fiscalização popular e fortalecendo o pacto federativo. É com a qualificação da vida desses brasileiros e brasileiras que todos nós, Governadores e Parlamentares – tenho certeza – temos compromisso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Governador Olívio Dutra. Esta Comissão tem a obrigação de analisar esses fatos. Existem três projetos tramitando aqui – o Projeto do nobre Senador José Alencar, ao qual V. Ex<sup>a</sup> acabou de referir-se, um projeto do Senador Roberto Saturnino, que, à semelhança de um Plano Brady, busca o perdão de uma parcela dessa dívida, e um outro que seria este de reformulação do que seria receita líquida. Exatamente pede que retire o que há vinculado; este da minha autoria.

Sobre isso estamos debatendo, e é exatamente para clarear e tornar esse debate mais profícuo que também estamos ouvindo os Governadores, além de outros assuntos que S. Ex<sup>as</sup> podem aqui trazer para o nosso debate a fim de que possamos, como a Casa que cuida dos interesses dos Estados, ver o possível dentro dessa situação que hoje a Federação vive.

Concedo a palavra ao nobre Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Desejo, de maneira, se me permite, muita afetuosa saudar o Sr. Presidente da comissão, Senador Ney Suassuna, saudar nosso ilustre Governador do Rio Grande do Sul, saudar os meus eminentes ex-pares – não quer dizer que sejam ímpares –, já que tive o privilégio de conviver nesta Comissão de Assuntos Econômicos por quase 8 anos com aqueles que são os veteranos, alguns deles aqui presentes, e outros Srs. Senadores que não tive o privilégio de ter como companheiros e que hoje ilustram este plenário.

Quero registrar a importância desta oportunidade por ter aqui convivido. Sei que, além da letra da Constituição, o Senado Federal tem este papel, não apenas formal de ser a Casa da Federação mas pelo volume de experiências que aqui consegue congrega, não apenas de ex-governadores mas de ex-administradores nos seus Estados, aqui é possível e necessário haver um debate muito sereno, firme e fundamentado sobre as

questões que envolvem a Federação. O objeto da discussão, o ajuste fiscal e a necessidade e possibilidade de políticas regionais, é muito instigante.

E, para não me alongar, desejo primeiro pontualmente concordar com as opiniões do Governador Olívio Dutra, particularmente na sua avaliação da situação atual da Lei Kandir, que, por sua vez, acredito haver cumprido seu papel. Em 1996 a nossa realidade cambial era uma; em 1999 é completamente diferente. Se naquela época se questionava que havia uma sobrevalorização do real de ordem de 25%, não há mais por que fazer esse questionamento, tendo ocorrido o novo arranjo, ou desarranjo, cambial de 15 de janeiro para cá. Quer dizer, a expectativa foi superada pelos fatos, pela realidade. E mais, a Lei Kandir tem induzido este cacoete que o Governo Olívio Dutra muito bem ressaltou, de acomodar na não agregação de valor. E faço esse comentário não com a autoridade mas com a condição de Governador de um Estado que, mesmo quando o Plano Real nos induziu à ilusão da importação, acumulando déficits de balança comercial estapafúrdios, o nosso Estado continuou mantendo superávit na balança comercial. Junto com Minas e Pará, compomos o conjunto de Estados com o maior superávit de balança comercial, com o detalhe de que Santa Catarina não tem o privilégio de poder exportar produto não elaborado ou semi-elaborado; temos que manufaturar para poder exportar, o que é muito bom porque agrega valor. Acumulamos, um pequeno Estado do Brasil com 1,1% do território brasileiro, em 5 anos quase 10 bilhões de superávit na balança comercial, um pequeno Estado do Brasil, com 1,1% do território brasileiro. Obteve 10 bilhões de superávit na balança comercial em cinco anos, exportando bens elaborados!

Hoje, estamos correndo o risco – e já colhemos alguns incidentes – de exportação de bem não manufaturado pelo benefício da Lei Kandir. Por exemplo, o óleo, e não de soja, mas de madeira, com a devolução do produto elaborado lá fora para nós mesmos. Ou seja, só queria dizer que concordo com o Governador Olívio Dutra e com o artigo que o Governador Zeca do PT publicou no jornal **Folha de S. Paulo** de sábado passado.

Como não pude comparecer à reunião de Maceió, uma vez que tinha um compromisso, estava recebendo um Presidente da Junta da Galícia, e o Vice-Governador coordenava um seminário que debatia a questão energética em Santa Catarina, faço

aqui, publicamente, a minha subscrição aos termos do deliberado ontem em Maceió, posto que conversei com o Governador Ronaldo Lessa e com outros Governadores que lá estavam.

Quanto às colocações à respeito do FEF e dos incentivos fiscais, tenho um pouco de arrependimento como Senador. Apresentei um projeto de lei complementar, em 1991, que submetia todos os incentivos fiscais, todas as formas de renúncia de receita, a uma avaliação de custo/benefício anual, e não tive a capacidade de vê-lo aprovado. Tem de haver incentivo, mas tem de haver uma avaliação do custo/benefício, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, para saber se o benefício fiscal, se a renúncia de receita é um instrumento de redução da desigualdade inter-regional, ou se é, na prática, a torneira de um esperto: bota-se a torneira no morro para atender à população, e alguém fica dono dela.

Ao fazer a redução da desigualdade inter-regional, acaba-se por agravar a desigualdade intra-regional. Esse projeto tinha até uma fórmula do IPEA para fazer, anualmente, essa avaliação, que permitiria a manutenção, revogação ou alteração de qualquer benefício fiscal, seja renúncia de receita, seja juro subsidiado, seja outra espécie de incentivo fiscal. Acredito que seja uma dívida que fiquei tendo na Casa, e neste momento em que se discute guerra fiscal, acho que se pode acrescentar à avaliação da guerra fiscal.

Em 1997, já impressionada com a guerra fiscal, esta Comissão criou uma subcomissão para fazer essa avaliação. Era Presidente o Senador Fernando Bezerra, ninguém melhor qualificado, pois Presidente da CNI, e o Relator era o nosso saudoso e querido amigo Senador Vilson Kleinübing. Todos nós estávamos impressionados com o que vinha acontecendo com a indústria automobilística, que era obrigada a vir ao Brasil, porque outros estavam vindo.

Naquela época, anunciava-se o que hoje se confirma: a produção da indústria automobilística mundial, em 1997, foi de 52 milhões de unidades; em 1998, de 47; em 1999, de 45; capacidade instalada, 72 milhões. Portanto, já em 1997 podiam ser fechadas todas as fábricas de automóveis dos Estados Unidos e da América do Norte; numericamente, não faria falta.

Então, na verdade, participamos de uma guerra fiscal como instrumento, como ponta de linha de alguém que tinha falta de oxigênio. Quem tinha que vir eram as montadoras, e cada um de nós tem a sua participação nisso.

Impressionados com isso, criamos essa Comissão, que foi presidida pelo Senador Fernando Bezerra, tendo como Relator o Senador Vilson Kleinübing. Acho que seja útil falar sobre isso, posto que – não quero divergir do Governador Olívio Dutra, mas quero manifestar a minha opinião – entendo que a guerra fiscal é inerente à federação. É impossível que haja federação sem guerra fiscal. Só no Estado unitário não há guerra fiscal. Seremos mais inteligentes e menos usados por terceiros se conseguirmos estabelecer algum gabarito, algum parâmetro ou, como já esteve ou está na moda, uma banda em cujas balizas manobremos. Guerra fiscal não existe em estado unitário, é inerente à federação. Como sou federalista e defensor da federação, creio que temos que com esta conviver, só que de maneira menos agressiva contra nós mesmos.

Como rápida colocação, devo dizer que os números de Santa Catarina – vou disponibilizá-los –, lamentavelmente são, sob o ponto de vista financeiro, piores dos que o do Rio Grande do Sul. Sob o ponto de vista estrutural nem tanto, posto que tem um orçamento que é mais ou menos equivalente a 40%, 45% ao do Rio Grande do Sul. V. Ex<sup>as</sup> imaginem que o Governador conviveu, ano passado, com um déficit de R\$1,32 bilhão. Com um orçamento que é menos da metade, nosso déficit financeiro em 1998 foi de R\$1,6 bilhão. Quero dizer que sou absolutamente favorável à aprovação da Lei da Responsabilidade Fiscal envolvendo os agentes fiscais que não atuam. Em meu Estado, todos nós fracassamos: a Oposição, o Governo, o Tribunal de Contas, a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Justiça. Só agora foram rejeitadas as contas do Governo que me antecedeu. Praticamente, fizeram o seguinte: tinham um orçamento, grosso modo, de R\$2 bilhões. Suplementaram o orçamento, por conta de provável excesso de arrecadação, em R\$1 bilhão, excesso que não aconteceu; gastaram R\$1 bilhão para baixo, R\$1 bilhão para cima e ficaram com R\$1 bilhão pendurado, R\$ 1 bilhão empenhado e R\$600 milhões sem empenho. Fui cobrado, por exemplo, pela General Motors, pois havia umas viaturas que tinham sido entregues ao Governo, depois de concorrências, que não estavam empenhadas; R\$1,72 bilhão foi a quantia empenhada – maior, portanto, do que a do Rio Grande – R\$270 milhões sacados de fundos e mais R\$300 milhões da administração indireta, portanto também não empenhados. Toda a sorte de dívidas estão expressas em um documento que encaminhei à Assembléia, portanto tem fé pública, no dia 31 de março. Não é um número que estou dizendo



aleatoriamente, está comprovado e faz parte de nossa cruz administrativa. Se do ponto de vista financeiro é lancinante, posto que nesse volume constavam atrasos de salários, três folhas de pagamentos, o que é inédito na história do Estado de Santa Catarina. São folhas de pagamentos de trabalhadores que prestaram serviços, não entraram em greve, mas não receberam. É uma questão que não pude resolver ainda. Convivo com esse atraso, felizmente sem atrasar o meu período. Admito que moralmente não concordo comigo. Faço uma escala moral do pecado. Dante Alighieri fazia, por que não posso fazer? Creio que de todos os furtos, todos são condenáveis, o pior é o do salário. Alguém vai dizer que furto o dinheiro que um sujeito ganhou na loteria também é condenável. Foi ganho na loteria, mas furto ou roubar o salário da pessoa, depois de ela ter trabalhado, considero como o último degrau na escala de Dante Alighieri, é o último nível do inferno. Diante dessas circunstâncias financeiras, que são dramáticas, devo dizer que não somos estruturalmente os mais complicados, muito embora tenhamos o suficiente para não dormir.

Há a questão previdenciária. Creio que nós, enquanto Parlamentares, não conseguimos dar o trato devido à peculiaridade. Por exemplo, o meu Estado, que tem uma posição razoável no **ranking** de investimentos sociais, de preocupações sociais, está despendendo, com 19 mil profissionais da Educação aposentados, Senadora Emilia Fernandes – eu sou professor também –, praticamente o mesmo que está desembolsando com 39 mil profissionais que estão trabalhando.

E esse não é um desvio de Santa Catarina, não. Esse é um desvio brasileiro. Em Minas Gerais, a situação é pior. O Estado de Minas Gerais, em 1996, já consumia 80% do destinado à Educação com professores aposentados – pelo menos isso é o que foi dito numa entrevista do ex-Secretário Maresguia.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – São 41% da folha.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – O nosso chega a 36%. Há Estados com mais. Em dezembro de 1998, o Governo do Estado de Santa Catarina comprometeu 99% da sua receita líquida com pessoal. Estamos chegando, neste momento, a quase 70%. Já chegamos, em outubro, a menos de 70%. Não ocupamos cargos em comissão, fizemos uma cota de restrição de 25%. Estamos tomando providências. Não ocupamos todas as Secretarias de Estado e estamos arrochando com encargos trabalhistas.

Se, paradoxalmente, encontramos, na participação partidária, um fator de inflação de despesas, também constatei que há um desvirtuamento no papel das ações trabalhistas na Administração Indireta e das ações na Justiça Estadual, em matéria de direito de funcionários públicos, que vai levar o Estado de Santa Catarina, que era tido como relativamente equilibrado, a um nível de ingovernabilidade.

Vou relatar para V. Ex<sup>as</sup> três fatos. Em primeiro lugar, segundo o **ranking**, temos a melhor empresa de energia elétrica do Brasil em termos de distribuição de energia. Nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, há excelentes profissionais.. Fizemos, ontem, um seminário de avaliação da empresa. Não sei o que vai acontecer com a disputa, já que...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – É estatal?

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – É estatal.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – É estadual?

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – É estadual. E ela foi estadual – percebam como o pêndulo se move – porque o BID exigiu.

Recuperei agora o documento. O Governador Celso Ramos, um grande Governador de Santa Catarina, encaminhou à Assembléia Legislativa, em 1960, a proposta de encampação das empresas privadas que faziam a distribuição de energia e geração em regiões industriais de Santa Catarina, como Blumenau e Joinville. Somos um Estado marcado por isso que chamo de autonomias e prezamos muito isso.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Empresas estrangeiras ou nacionais?

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Nacionais, locais. A Usina do Salto, em Blumenau, foi construída pelos blumenauenses. Udo Deque, que foi candidato a Governador pelo PSD, era o Presidente da Companhia. Em Joinville, líderes comunitários e empresarias dirigiam as empresas. Elas foram encampadas, e o Governador Celso Ramos escreveu na mensagem: “Esta é a maneira que o BID impõe para financiar o setor elétrico”. Agora, faz exatamente o oposto.

Então, isso é um pêndulo. E a maior surpresa não vou dizer aqui: é a carta de uma ilustre autoridade da década de 60. Essa, vou guardá-la para outro dia, porque é muito especial e impôs a mesma coisa: tem de encampar, senão não recebe dinheiro. Mas vou guardar isso para um outro dia. O Dr. Saturnino Braga vai gostar muito de escutar isso. Adivinhe de onde é?

**O SR. PEDRO PIVA** – Já adivinhei.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – É isso mesmo. É isso mesmo. Mas essa vou guardar para mais tarde.

Quanto às ações trabalhistas, vou resumir aqui:

– Centrais Elétricas de Santa Catarina: 4.500 funcionários e 10.500 ações trabalhistas contra a empresa, 2,5 por empregado;

– Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina...

Perdi o mês de fevereiro procurando no TST formas de analisar ações. Cidades que têm um patrimônio de quatro, cinco milhões – valor da ação trabalhista: 17 milhões. Por quê? Porque o advogado da empresa perdeu o prazo. Quer dizer, o corporativismo está chegando à autofagia.

– Companhia de Informática do Estado; patrimônio de 12, 15 milhões; valor da ação trabalhista: 170 milhões.

Finalmente, no Banco do Estado de Santa Catarina, graças a uma procuradora da Justiça do Trabalho, por sinal alagoana, sustamos no dia 7 de fevereiro pagamento de demissão incentivada no valor de R\$300.000,00 a um ex-diretor do Banco que já estava aposentado. Isso em Santa Catarina. Quando me lembro do que ouvi e vi na televisão sobre o Porto de Paranaguá, na época em que o Senador Roberto Requião era Governador do Estado, quando também houve um facilitário dos advogados da empresa para que a empresa perdesse a ação, segundo foi divulgado na época, percebo que estamos, alguns... E não tenho nenhum receio em dizer isso, fui funcionário da Telesc, sou corporativista ainda, sou professor de uma universidade federal, não tenho empresa, mas a forma estatal no Brasil de administração da empresa já caducou e, lamentavelmente, isso aconteceu sem que tivéssemos experimentado uma empresa pública. Temos estatal e privada. Não temos o que se convencionou chamar de empresa pública, que é hoje objeto dos maiores estudos na Europa. O estatuto da empresa européia, que está sendo discutido, com base no contrato de gestão, na diluição do capital, na participação do empregado, do usuário, do comprador do serviço no **portfolio** do controle acionário da empresa para que ela seja pública, para que ela não seja ou do partido ou do corporativismo, como infelizmente no Brasil, quase como regra, se estabeleceu.

Queria, apenas para concluir, dizer que dentro dessa política regional quero salientar, de certa forma

concordando com o Governador Olívio Dutra, as cinco portas que o Brasil abriu, para as quais o meu Estado pode ser útil e está procurando ser útil. Mas seria mais útil se não estivesse padecendo da asfixia de, em dez meses deste ano, ter despendido quase duas receitas com o pagamento da dívida.

Estamos honrando todos os compromissos, todos. Não temos nenhuma inadimplência. Acertamos a posição do Estado com todas as agências de fomento. E devo dizer que, infelizmente, estávamos inadimplentes com todas: com o Banco Mundial, com o BID, com o KFW. Conseguimos fechar o projeto Microbacias 1, que é hoje considerado uma das 20 melhores intervenções. Estamos nos habilitando para o Microbacias 2 vou falar um pouquinho sobre isso depois. Estamos desenvolvendo um conjunto de ações que não quero colocar como obra de governo, mas sim como obra destas cinco que o Brasil tem.

Neste ano, o Brasil teve cinco portas abertas, escancaradas, pela nova realidade cambial. Nova realidade cambial que nos afastou do que eu chamava de “**brazilian way of life**”. O **brazilian way of life** era: déficit na balança comercial; déficit na conta de turismo US\$5 bilhões por ano; déficit na conta do frete US\$5 bilhões; e déficit na conta de serviços em 1997, US\$34 bilhões de déficit. Todas as contas no vermelho. Esse é o **brazilian way of life**; ou seja, viver com o que não fazíamos.

Com a nova realidade cambial, estamos tendo de caminhar a duras penas para produzir alguns superávits. E quais são esses superávits? Sem dúvida nenhuma, o turismo.

O Governador falou do Prodetur. Esse é um projeto integrado dos Estados do Sul. Só tenho a acrescentar que, em Santa Catarina, esse projeto pode representar ganhos reais para o Brasil. Com algum orgulho, devo dizer que, apesar de não termos sequer um aeroporto razoável em Florianópolis e de não termos nenhuma obra, nesse momento, de ampliação nem do Aeroporto de Navegantes nem do Aeroporto de Joinville, o Aeroporto de Florianópolis é o campeão brasileiro de vôo **charter** em termos absolutos. Quase 50% dos vôos **charters** que vêm do exterior vão para Florianópolis.

A próxima estatística que a Embratur divulgará confere a Santa Catarina a responsabilidade de ter três das sete cidades brasileiras que mais recebem turistas estrangeiros em termos absolutos; não em termos relativos. Florianópolis é a segunda cidade, ganhando, inclusive, de São Paulo, em termos absolutos, mesmo sem ter aeroporto. O balneário de



Camboriú é a quarta e Itapema é a sétima, melhorando a posição, porque no ano passado era a terceira, e oitava para Balneário Camboriú; e Blumenau está fora da lista. Então, temos esse potencial.

Estamos procurando desenvolver projeto de rotas seguras, articulado com a Secretaria de Segurança da região, com as polícias dos países vizinhos, para podermos entrar no desenvolvimento da política do turismo, qualificando as pessoas, preservando o meio ambiente e cuidando, acima de tudo, da nossa identidade.

Sabemos que globalização não é americanização. Globalização tem de ser entendida com inteligência, preservando a nossa identidade.

A segunda porta diz respeito à pequena e microempresa. Acredito que o Congresso tem dado passos importantes em relação a essa matéria, e o Brasil também deve fazê-lo. Estamos criando lá alguns mecanismos próprios e quero aqui mencionar apenas um. As empresas que comprovarem aumento da sua folha de pagamento em número ou em valor claro que com algumas restrições, para que não haja aumento de salário da diretoria terão redução no ICMS.

Terceira: a indústria da informação, ou seja, a indústria do conhecimento. Penso ser uma porta extraordinária que o Brasil tem diante de si. A exportação de produtos industrializados.

Registro, com muita satisfação, que temos em Santa Catarina, a competição entre três tipos de portos. Temos o Porto de Itajaí, o único porto municipalizado do Brasil com bom desempenho; o Porto de Imbituba, que é privatizado; e o Porto de São Francisco do Sul, administrado pelo Governo do Estado, que está tendo os melhores desempenhos a cada mês, o que prova que não é a natureza do regime jurídico que determina o êxito. É preciso que haja outras preocupações.

E, finalmente, a agricultura. Sobre esse assunto, pedirei permissão para tomar um pouco mais de tempo de S. Ex<sup>as</sup>. O maior patrimônio que temos em Santa Catarina – isso vale para o Brasil – é a pequena propriedade. Um terço da nossa pequena propriedade, praticamente, desapareceu nesses últimos dez anos por falta de renda. A outra parte está prestes a sumir. Estamos fazendo um esforço muito grande para agregar valores na agroindústria e no cultivo de camarão – para ajudar o pescador artesanal a ganhar dinheiro. Hoje, já somos o maior produtor de ostras do Brasil. As áreas destinadas à

maricultura e à cultura de águas internas permitem elevar a renda.

O Banco da Terra já está operando em Santa Catarina. Já existem os primeiros agricultores que receberam financiamento para a terra ou para melhorias na sua propriedade – no que tange àqueles que já eram proprietários. Em todos os casos, em Santa Catarina, utiliza-se o financiamento na base da equivalência preço–produto.

Em 26 de junho deste ano, na presença inclusive do Governador Olívio Dutra, tive uma oportunidade e um privilégio que não delego a ninguém: entreguei a um agricultor chamado Ivar Daniel uma carta de crédito no valor correspondente a um aviário. Esse senhor foi o primeiro sem-terra que tive a chance de titular em novembro de 1983, quando fui Governador pela primeira vez. Ele comprou a terra para pagar em 13 anos, com três anos de carência, produzindo 130 sacos de milho por ano. Foi um brasileiro privilegiado, que em 16 anos não viu a sua conta mudar a moeda – V. Ex<sup>as</sup> imaginem quantos indexadores o País inventou ao longo de todo esse tempo – e conseguiu manter-se na terra com a família. Dos assentados pelo nosso Programa de Crédito Fundiário, 85% permaneceram em sua propriedade – diferentemente dos níveis obtidos pelo Incra, que atingem aproximadamente 30%.

Quanto àquele senhor a quem, em junho, foi concedido o financiamento para o aviário, tive o privilégio de voltar à sua propriedade na semana passada. Ele estava entregando para a Cooperativa Aurora os seus primeiros frangos, que eram exportados para a Arábia Saudita. Como diria o Senador Pedro Simon, estávamos favorecendo as origens. Penso que isso é fascinante, porque se preserva a identidade.

Finalmente, no tocante ao programa do reflorestamento com antecipação de renda, que é a grande tacada – se me permite dizer – para possibilitar que a família permaneça na sua propriedade e tenha projeto de longo prazo, principalmente num Estado abençoado por Deus como o nosso, enquanto na Escandinávia, que nos exporta papel – o Senador Pedro Piva entende isso –, ganham-se quatro metros cúbicos por hectare anualmente numa plantação de **pinus**, enquanto nos Estados Unidos os melhores reflorestamentos alcançam 20 metros cúbicos, empresas catarinenses – e também a nossa empresa de pesquisa – já ultrapassaram 55 metros cúbicos de madeira nova por hectare anualmente.

É um DNA, um clima, uma geologia, um conjunto fantástico que significa renda, porque um hectare maduro de **pinus** de 15 anos – depois de 17 anos, é antieconômico e deve ser abatido – vale R\$25 mil. No Rio Grande do Sul, esse valor deve ser maior. Então, R\$25 mil é o patrimônio que se faz com um hectare. Não queremos que se venda a madeira bruta, mas que se agregue.

Destarte, esse programa é importante – por isso, estou tomando o tempo de V. Ex<sup>as</sup> – do ponto de vista ambiental. Precisamos cuidar da água. Portanto, para evitar o desmatamento de florestas, da Mata Atlântica; tem haver reflorestamento, porque é para manejo, para botar e tirar, como se faz com o frango, com o peixe etc.

Nós estamos pagando meio salário mínimo por família, selecionadas dentre essas que estão no limiar do êxodo rural. Este ano atenderemos cinco mil apenas, mas estamos atrás de parceiros e queremos, no ano que vem, chegar a 50 mil famílias, que é mais ou menos o horizonte desses que estão no limiar do êxodo rural. E quero dizer para os meus amigos que tem valido a pena ver perceber o que aquelas pessoas pensam e o que transmite o olhar de quem ia sair da terra e não vai sair mais.

Este programa tem de ser nacionalizado. Um sujeito de 29 anos de idade, Pedro Simon, que ia embora com a família, pegou a pirambeira – pegou na pirambeira; nós, inclusive, tivemos que treinar os nossos técnicos que não entendiam de reflorestamento – e plantou eucalipto por meio salário mínimo por mês. Que é isso? Para quem já tem outras receitas, isso é a diferença entre ficar e ir embora. E eu já disse isso para o Senador Eduardo Suplicy. E o dinheiro não é dado, não; ele vai pagar isso ao Estado em madeira: com cem metros cúbicos de madeira ele paga o equivalente a quatro anos de subsídio de meio salário mínimo por mês, que é o que estamos nos comprometendo a fazer. E estou procurando, agora, vender cotas disso aí para empresas de reflorestamento, para a indústria fumageira, para a indústria de móveis, porque todos sabem que, para exportar, hoje, tem que ser desta madeira. Na Europa, não se aceita mais; não há ISO 9002 se for madeira de Mata Atlântica; tem que ser madeira de reflorestamento.

Peço desculpas se me alonguei, mas foi o fruto da identidade. Penso que essas cinco avenidas: turismo, micro e pequena empresa, indústria de informação, exportação e agricultura têm que fazer parte das políticas regionais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Governador.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, permite-me complementar o que falou o Governador Amim?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há uma lista incrível de oradores.

**O SR. PEDRO PIVA** – Não, vou apenas complementar o que ele falou sobre a moderna agricultura da madeira: é que não se cortam árvores; plantam-se e colhem-se árvores.

**O SR. GOVERNADOR** (Espiridião Amim) – Certo. O nome certo é colher.

**O SR. PEDRO PIVA** – Colhem-se árvores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Senador.

Informo aos Srs. Senadores que já estão inscritos os seguintes Srs. Senadores: José Alencar, Roberto Saturnino, Jefferson Péres, Paulo Souto, Agnelo Alves, Eduardo Suplicy e Pedro Simon.

Solicito a todos os Srs. Senadores que sejam o mais rápido possível para que possamos ouvir a todos.

Com a palavra o nobre Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, ouvimos com a maior atenção e grande interesse os dois pronunciamentos que foram trazidos, hoje, para a Comissão de Assuntos Econômicos por esses dois eminentes Governadores do Sul do País.

Na fala do Governador Olívio Dutra, houve um destaque especial ao problema dos contratos de renegociação da dívida dos Estados com a União, contratos esses que foram firmados no ano de 1998. E todos eles estabelecem um comprometimento sobre a receita líquida do Estado. Nesse pronunciamento do Governador Olívio Dutra, há uma citação a um projeto de resolução que tramita aqui pela Comissão de Assuntos Econômicos, de minha autoria, e que teve, quando passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como Relator o eminente Senador Roberto Requião. Esse projeto estabelece, entre outros itens, 5% de comprometimento sobre a receita líquida dos Estados para o pagamento da dívida com a União. É claro que os contratos firmados naquela ocasião, de certa forma, beneficiaram os Estados, porque reduziram a taxa de juros a uma patamar aceitável. Em alguns casos, 6%; em outros, 7,5%. Mas, de qualquer maneira, considerando que o montante daquelas dívidas foi construído com as taxas de juros exorbitantes trazidas por força da política monetária



nacional, toda aquela dívida tem uma parcela substancial. Provavelmente mais de 2/3 de todos esses estoques de cada dívida dos Estados com a União foram elevados àquele montante, graças às tais taxas de juros, objeto de citação no brilhante discurso de S. Ex<sup>a</sup> o Governador Olívio Dutra.

O meu projeto reconhece obviamente essas vantagens que representaram aquele contrato de renegociação. Porém, temos que compreender que o Senado da República representa os Estados, e que estes Estados estão, praticamente sem exceção, pode ser que haja alguma, em condições de não poder cumprir com aquele comprometimento, que, em alguns casos, são de 3%, na melhor das hipóteses, e, em outros, chegam a 14, 15%, como é o caso do Rio Grande do Sul.

É preciso compreendermos o seguinte: não adianta continuarmos tentando tapar o sol com a peneira. Temos de atender aos Estados, para chegarmos ao atendimento dos interesses, porque não adianta pensarmos que vamos defender a União, em detrimento dos Estados. O ilustre e eminente Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, abordou justamente esse aspecto dos Estados, assim como o Governador Olívio Dutra. Quantos itens retiraram recursos dos Estados? Transformação de alguns impostos em contribuição, elevação dessas alíquotas, dessas contribuições, naturalmente retirando recursos dos Estados. Então, é preciso que a União reconheça isso. Mas, provavelmente, deve haver algum comprometimento, ainda que tácito, implícito, nas negociações do Governo central com organismos internacionais de que, diante dessa renegociação, as coisas estejam em ordem com relação aos Estados, da mesma forma que, em relação ao Proer, dizem que as coisas estão bem com relação ao sistema financeiro nacional. Portanto, pode ser que haja esse tipo de comprometimento das autoridades governamentais brasileiras, especialmente as fazendárias, com esses organismos internacionais a esse respeito.

Mas aí vem o ponto em que o meu projeto deve ser de grande interesse para o Governo da União. Por quê? Porque ele poderá levar aos organismos internacionais a notícia de que se tratou de uma Resolução do Senado da República, que poderá até repetir o que eles fazem conosco. Aqui nós somos uma democracia, onde há um Congresso Nacional, o Senado e, de acordo com a lei, há uma resolução do Senado da República. Como faz o Governo dos Estados Unidos da América, quando eleva, por exemplo, a alíquota de proteção aduaneira sobre

calçados brasileiros, que obriga os nossos produtores de calçados a renegociar contratos, com perda às vezes de cinco pontos percentuais ou até mais, para compensar as alíquotas postas por decisão do Congresso daquele País. E o Executivo de lá se resguarda; ele não se desgasta perante as autoridades brasileiras. Agora, além disso, há também um aspecto que precisa ser dito. Nesses contratos de renegociação, havia, de certa forma, uma previsão de crescimento da economia, com base no qual haveria o crescimento da receita dos Estados, que lhes permitiria cumprir com aquele compromisso contratual. Mas a mesma política monetária e recessiva nos levou, em vez do crescimento, a uma estagnação, quando não a uma redução da receita líquida dos Estados, o que também dá motivo para a aprovação desse projeto.

Tenho mantido conversas com vários Governadores de quase todos os Estados da Federação. O meu projeto consulta o interesse federativo. Se ele consulta o interesse dos Estados, é claro que ele consulta o interesse nacional.

Segundo, ele não vai representar grande sacrifício para a União, porque a redução de 13% – que é mais ou menos a média – do comprometimento para 5% representa oito pontos percentuais sobre a dívida dos Estados como um todo, que deverá estar em torno de R\$60 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Perdoe-me, mas o Senador Ney Suassuna veio aqui só para me avisar que devo sinalizar para o amigo com relação ao tempo.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, estou terminando. Penso que, com a retirada do Presidente, Senador Ney Suassuna, com o maior respeito que tenho por S. Ex<sup>a</sup>, o Presidente passa a ser V. Ex.<sup>a</sup> e, pelo que V. Ex.<sup>a</sup> falou, está de acordo com o meu pronunciamento, de maneira que vamos pedir que o Presidente Ney Suassuna continue por lá mais algum tempo.

Então, Sr. Presidente, para concluir, respeitando o Presidente Ney Suassuna, esta redução do comprometimento dos Estados vai representar para a União apenas oito milésimos da dívida pública da União, da dívida pública que gira em torno hoje de meio trilhão de reais, sete a oito milésimos disso. Por quê? Porque a receita dos Estados da Federação gira em torno de R\$60 bilhões por ano, a receita líquida, como é tratada hoje. Por exemplo, a nossa, do Estado de Minas, está em torno de R\$6 bilhões. O Estado de Minas é mais ou menos 10% da Federação, do PIB, quase tudo, então vai

representar 60% a dívida pública. Conferi isso com o Secretário do Tesouro, e ele confirmou mais ou menos que deve ser de R\$60 bilhões. Pois bem. Oito percentuais sobre essa receita líquida irão representar R\$4,8 bilhões por ano. Quatro bilhões e oitocentos milhões de reais sobre uma dívida que até lá deverá ser de R\$600 bilhões é igual a oito milésimos. Então, isso é nada. Em relação aos benefícios que isso traz para os Estados, até para algum trocado para pagar melhor a uma professora, para fazer uma estrada vicinal, para cuidar de assuntos como saneamento e saúde, porque o Estado perdeu condições não apenas de investimento, mas de serviços – como foi dito aqui. Isso é um benefício para que haja um tipo de serviço que é absolutamente essencial e que está acabando no Brasil.

Outra coisa: isso vai representar um ponto percentual ou menos de um ponto percentual dos juros que são pagos na rolagem da dívida pública, porque um ponto percentual de quinhentos bilhões é igual a cinco bilhões. Assim, o que estamos pedindo é menos de um ponto percentual, é como se pedíssemos às autoridades fazendárias brasileiras que chamassem os banqueiros e dissessem assim: “ao invés de 19%, vocês aceitem 18% porque preciso de um ponto para que os Estados cuidem melhor do serviços que precisam ser lavados à população brasileira”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade em que o meu projeto recebeu o apoio fantástico, raro desses dois Governadores ilustres que se encontram presentes no dia de hoje, e chamar a atenção dos Colegas da Comissão de Assuntos Econômicos para que atentem para a importância social, econômica e administrativa dos Estados da Federação desse meu projeto, pois ele não representa um grande sacrifício para a União; em segundo lugar, ele levará um grande benefício ao Brasil por meio dos Estados da Federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Com a palavra o Governador Olívio Dutra se quiser traçar algumas ponderações. (Pausa.)

Com a palavra o Governador Esperidião Amin. (Pausa.)

Talvez fosse o caso de V. Ex<sup>as</sup> falarem e, no final, os Governadores fariam uma exposição final. Acho que seria bom para todos nós.

Com a palavra o Senador Saturnino Braga.

Peço a S. Ex<sup>a</sup> para, se possível, limitar o tempo de sua exposição.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Espero que sim, mas eu gostaria de ser chamado a atenção caso eu perca a noção do tempo, pois é o que ocorre quando estamos falando.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Governadores, apreciei muito a exposição de ambos os Governadores falando também um pouco além da questão do comprometimento da dívida, mas de suas políticas de desenvolvimento regional, o que é muito importante no momento em que o Governo Federal abdicou do propósito de traçar políticas de desenvolvimento e não se fala mais no assunto, ou seja, o desenvolvimentismo é coisa do passado. Hoje é o mercado que resolve espontaneamente as questões relativas ao desenvolvimento.

Verifico que dois Governadores de Estados muito importantes no País estão promovendo políticas de desenvolvimento com investimentos naqueles setores prioritários que elencam como sendo os mais importantes sob o ponto de vista das economias dos respectivos Estados. Quero cumprimentá-los e manifestar o meu regozijo com isso.

Quanto à questão do endividamento, quero também considerar muito alvissareira a posição tomada pelos Governadores na reunião de Maceió e, agora, com o apoio do Governador Esperidião que não pode comparecer por razões perfeitamente justificáveis, mas que apóia inteiramente as declarações e posições tomadas lá.

Era natural que, no primeiro ano, os Governadores procurassem tomar pé da situação para resolverem muitos problemas que tinham herdado das administrações anteriores, mas agora é o momento de se tomar consciência também de que esse contrato de reescalonamento da dívida vai inviabilizar todos os Governos Estaduais a médio e longo prazos, porque um Estado equilibrado, que não é o caso nem do Rio Grande do Sul nem de Santa Catarina, que receberam as situações inteiramente desequilibradas, normalmente o que ele dedica ao investimento é algo em torno de 15% da sua receita líquida.

Não há como fazer por menos do que isso. Pode-se reduzir a despesa de pessoal, mas se vai contrabalançar com o aumento da despesa de custeio porque as terceirizações cortam no pessoal, mas aumentam as contratações de serviço, enfim. O que resta para, numa situação equilibrada, normal, mécia, é coisa de 15%. Quer dizer, um Estado que compromete 13%, que é o mínimo, ele está congelado, está engessado.



**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Permite-me um aparte? Nem o Estado da Bahia consegue investir 15%.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Pois é, estou de acordo.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Todos, os melhores investem menos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Na melhor das hipóteses, numa situação muito favorável. E se ele tem que pagar 13%, ele está completamente inviabilizado. Todos os governos, durante 30 anos, estão impossibilitados de fazer qualquer tipo de investimento. Isso é inviável. Chegou o momento de reconhecer essa realidade. Como diz o Senador José Alencar, não adianta ficar tapando o sol com a peneira. É preciso que o Senado também tome consciência disso, discuta com os Governadores e leve seu ponto de vista ao Governo Federal.

Creio, também, que a questão da redefinição da receita líquida e da própria Lei Kandir são providências importantes, mas que não vão, também, chegar ao fundo da questão, que é o comprometimento das receitas com o pagamento dessa dívida. E existe o projeto do Senador José Alencar, que é muito bom, simplesmente reconhece que o comprometimento está excessivo, baixa esse comprometimento. Acho que a proposta de redução, de cancelamento do estoque da dívida, de perdão do estoque da dívida, à semelhança do que foi feito com os Estados Unidos da América, com as nações devedoras, através do Plano Brady, ele tem a vantagem de não perpetuar o endividamento dos Estados.

Se simplesmente reduzirmos o comprometimento, mas mantivermos o estoque da dívida, o que vamos fazer é ampliar o prazo de pagamento, que, em vez de trinta, vai passar a ser de cinquenta ou sessenta anos. O Estado vai continuar endividado e, por conseguinte, com a sua capacidade de endividamento, de assumir novos compromissos, sempre muito limitada. Então, o que resolve a questão, sob o ponto de vista de liberação, de libertação das economias estaduais é o cancelamento de um percentual da dívida. Estou propondo 40%, mas isso se acerta em razão daquilo para o que o Governador Olívio Dutra chama a atenção: a triplicação da dívida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1994 e 1998, baseada quase que exclusivamente nas altas taxas de juros da política econômica federal.

Portanto, o crescimento descontrolado das dívidas dos Estados decorre do modelo econômico

adotado no País. Não é o momento de o Governo Federal assumir a responsabilidade por aquilo que ele causou aos Estados, que foi o endividamento excessivo. A sua política monetária é que levou a esse endividamento. É momento de ele reconhecer e fazer o que os Estados Unidos fizeram com os países endividados, também pela mesma razão, porque eles tinham elevado as taxas de juros internacionais para mais de 20%, o que levou a um endividamento em bola de neve, e chegou a um momento em que eles cancelaram 30% da dívida dos países pelo chamado Plano Brady. É hora de o Governo Federal fazer um Plano Brady para os Estados e fazer uma avaliação da responsabilidade do Governo Federal nesse endividamento e cancelar uma parte dessa dívida. Isso vai reduzir os comprometimentos com a amortização mais ou menos na mesma proporção que o projeto do Senador José Alencar, mas vai liberar os Estados, porque vai baixar o seu endividamento e vai liberar os Estados mais cedo para novos financiamentos, com seu endividamento reduzido. E tem essa justificativa, essa justificativa que é econômica, que é financeira, que é moral e que é ética. Isto é, cada um assume sua parte da responsabilidade. Justificativa para os organismos internacionais — FMI, BIRD e companhia — é o precedente internacional do Plano Brady, realizado no início dos anos 80, dos Estados Unidos para as nações devedoras. É muito importante que este assunto seja agora posto sobre a mesa, com franqueza, com realismo, com espírito de construção de uma solução que seja a melhor para os Estados e também para a Federação e para a economia nacional, porque a economia nacional está garroteada por essa política de exclusividade ao mercado, de falta de política de desenvolvimento, e os Estados podem, como estão ambos aqui presentes realizando políticas de investimento e de desenvolvimento, alavancar a economia no País, no momento em que estiverem minimamente aliviados dos compromissos de pagamento da dívida. Desse modo, quero apenas cumprimentar os dois Governadores pelo que estão fazendo e pela posição que tomaram em relação à Conferência de Maceió, demandando a repactuação dessa dívida em novos termos, porque, nos termos atuais, os Estados estarão todos engessados durante 30 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Eu não tenho perguntas a fazer ao Governador Esperidião Amin. Até gostaria, Senador, de conversar um pouco com V.

Exª a respeito, por exemplo, do seu projeto de reflorestamento, que me parece muito interessante. Mas acredito não ser o momento apropriado, por isso vou me ater ao tema em debate. Apenas parabenizo-o pela sua firme manifestação de apoio à Lei de Responsabilidade Fiscal. Já me preocupa, Governador, o movimento na Câmara dos Deputados no sentido de modificar profundamente a Lei. Não que o projeto não seja passível de modificações. Mas mudanças que a desfigurem e a tornem inócua, realmente me preocupam. Parabéns pelo seu apoio.

Governador Olívio Dutra, ouvi a sua exposição, concordo com quase tudo o que V. Exª disse, não tenho contestações a fazer. Mas gostaria de dois esclarecimentos de V. Exª sobre duas passagens da sua exposição, a respeito das quais me ficaram algumas dúvidas. V. Exª disse que, quando foi refinanciada a dívida do seu Estado com a União, o comprometimento passou de 5 a 6% da receita para 16%. Foi isso exatamente?

**O SR. GOVERNADOR** (Olívio Dutra) – Somado a intra com a extralimite.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A minha dúvida é a seguinte: o refinanciamento implicou uma dilatação de prazo e uma redução substancial de juros. Foi isso, mais ou menos, o que ocorreu, até com a União, em certos casos, se não em todos, subsidiando essa dívida. Por que deu esse salto de...?

**O SR. GOVERNADOR** (Olívio Dutra) – Porque rolava, pagava...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Ah, ele vinha rolando. Muito bem. Está certo. Então, está esclarecido.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Rolava 100%...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A segunda questão é a respeito da guerra fiscal. Não vou provocar uma polêmica entre os dois Governadores. O Governador Esperidião Amin se manifestou favorável à guerra fiscal, que ele diz ser inerente à Federação, legítima e vantajosa.

V. Exª condenou a guerra fiscal, mas não vou entrar na questão de se a guerra fiscal é boa ou má. Eu registro a sua condenação explícita quando V. Exª diz “nesse quadro, as políticas de desenvolvimento regional ficam restritas às práticas predatórias da guerra fiscal, que desagregam a Nação, desviam recursos, etc.”. Muito bem. Governador, o esclarecimento que eu lhe pediria seria o seguinte: o projeto de reforma tributária, na forma proposta pelo Relator Mussa Demes, dá um duro golpe na guerra fiscal. Os Governadores, no entanto, se levantaram

contra o projeto de Mussa Demes, querem alterar principalmente o IVA, que, na forma proposta pelos Governadores, vai permitir ainda, me parece, a guerra fiscal. O Governador Mário Covas disse hoje que o Estado de São Paulo será o mais prejudicado com a proposta de Mussa Demes, com uma enorme perda de receita. Mas, ainda assim, por extinguir a guerra fiscal, segundo ele, e por outras vantagens, ele é favorável à proposta Mussa Demes.

Então, eu lhe pergunto: já que V. Exª é contra a guerra fiscal – disse isso explicitamente – V. Exª também é contra o projeto Mussa Demes e vai na linha dos demais Governadores que querem maior autonomia dos Estados no projeto a ser aprovado?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Com a palavra o Senador Paulo Souto.

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr. Presidente, Srs. Governadores, eu ouvi aqui a preocupação de ambos os Governadores que eu considero bastante procedente. Todos defenderam, eu diria, de forma muito enfática – e não poderia deixar de ser – o problema da Federação, da autonomia dos Estados, etc. Esse foi um ponto. Um outro ponto foi o da grande preocupação pelo que a dívida traz de comprometimento para as receitas dos Estados.

Acaba de passar na Câmara dos Deputados – aliás, por uma esmagadora maioria – um projeto que obriga os Estados a comprometerem 12% de sua receita líquida com a área de saúde. É mais um comprometimento, é mais uma vinculação que se deseja fazer com as receitas estaduais.

Eu nem quero entrar no mérito se é justo ou não que os Estados apliquem 12% na área de saúde. Creio que essa é uma preocupação que cada governador tem para dispor do seu orçamento. Mas eu não consigo deixar de ver isso como uma interferência enorme na autonomia administrativa e financeira dos Estados. Ou seja, ficamos nós aqui, no Senado e na Câmara, a dizer como cada Governador deve gastar os seus recursos. O problema que eu vejo é de ferir profundamente a autonomia administrativa e financeira dos Estados. Claro, acho até que quem puder deve até gastar mais. Mas isso é uma coisa sobre a qual cada Estado, dentro do seu panorama de dificuldades, deve dispor.

E como isso vai rebater nesse grande comprometimento? Quando vejo todo o mundo dizer que está muito difícil pagar a dívida, que tem que se reduzir a dívida – considero uma reivindicação justa – e, ao mesmo tempo, vamos aceitar uma nova vinculação dos recursos do Estado, engessando o Orçamento, eu chego a dizer o seguinte: que da



forma como estamos fazendo de a cada momento vincula, aqui no Congresso, os recursos do Estado, quando chegar o mês de julho em diante, quem vai mandar nas despesas dos Estados são os contadores-gerais e não os Governadores. Porque ficará aquela ânsia: “Tenho que gastar 25% na educação, tanto na saúde, tanto na dívida, etc”.

Gostaria de saber como os Governadores vêem isso. Não estou analisando o mérito de se gastar com a saúde, mas é justo que o Congresso Nacional diga daqui quanto cada Governador deve gastar em cada setor.

Por exemplo, só para pegar alguns números citados pelo Governador Esperidião Amin, S. Ex<sup>a</sup> está fazendo um grande esforço e gasta 70% com pessoal. Já há uma vinculação de 25% para a educação..

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Quanto é que a Bahia gasta?

**O SR. PAULO SOUTO** – Vamos ver isso.

É evidente que, desses 25% de educação, 15% já estão em pessoal – mais ou menos é o que dá o Fundef – então mais 10% é para outro tipo de custeio – então, 70% a 80%. Eu não sei quanto é a dívida, Governador. V. Ex<sup>a</sup> compromete mais ou menos quanto? Sei lá: 13%, 12% Noventa e dois...

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Dezesseis por cento.

**O SR. PAULO SOUTO** – Dezesseis por cento. Então, 70, 80, 16, 96.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Mais os poderes.

**O SR. PAULO SOUTO** – Não quero falar ainda nos poderes.

Se nós formos falar em 12% para a saúde, claro que também disso aí, no mínimo, 60% está no pessoal, então, vamos botar 7%... se nós aprovarmos isso aqui o que nós vamos fazer é o que eu chamo “a institucionalização do déficit”. O Senado Federal vai dizer que os Estados estão autorizados a fazer déficits com essa mania. E a Casa deve defender o interesse dos Estados ou, pelo menos, lutar por suas autonomias. Institucionalizaremos, pelas contas que fiz, o déficit, fornecendo a cada um o direito de fazê-lo, impondo um déficit público. Ou seja, estão obrigados a ter um déficit público.

Quero dizer mais uma vez que considero bastante justa a luta de arrecadar recursos para a saúde. O Governo Federal encontrou uma solução muito interessante. A discussão estava na Câmara dos Deputados, e eles, muito habilmente, retiraram a

vinculação com o Governo Federal – não existe vinculação com o Governo Federal – e substituíram-na por um crescimento no Orçamento. Creio, aliás, sob o ponto de vista de elaborar uma emenda constitucional, a fim de dizer que, em um certo ano, gasta-se o mesmo que no ano anterior; e a cada ano aumenta tanto do PIB. Imagino que seja assim.

O Congresso Nacional possui condições de agir assim na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento de cada ano; e não elaborar uma emenda constitucional para impor gastos a Estados, Municípios e à própria União.

Assim, eu gostaria de ouvir a opinião de cada um e verificar se é justo que o Congresso Nacional continue vinculando recursos de Estados e Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, Srs. Governadores, eu gostaria, de antemão, de declarar que apóio qualquer medida para resolver os problemas que afetam os Estados. O da dívida principalmente, embora eu seja partidário de que o **bug** do milênio devesse apagar todas as dívidas estaduais. Seria a única solução.

Não tenhamos a menor dúvida de que, das duas, uma: ou voltaremos a debater e propor novas soluções para esse problema do futuro ou, o que é pior, resolvido o problema do **bug** do milênio, apagadas todas as dívidas, novas dívidas serão feitas nas mesmas condições, e o problema vai continuar. Sabem por quê, Srs. Governadores, Sr. Presidente e Srs. Senadores? Porque não estamos cuidando de uma legislação que coíba, que puna, que regulamente. A dívida será muito bem-resolvida, pelo que estou vendo, com o projeto do Senador de Minas Gerais, Dr. José Alencar. Tenho absoluta tranquilidade quanto a isso. Mas me preocupo com o fato de que, resolvido o problema, ele volte a ser criado por outros governadores, mais outros e mais outros e pelo Governo Central.

O Governo brasileiro anuncia cada vez um superávit primário, mas não diminui o estoque da dívida. O superávit primário é devido ao contingenciamento de verbas destinadas a obras, a programas e assim por diante. Então, estamos vivendo como aquela roleta russa, esperando que um tiro não mate, mas resolva.

Por último, quero saudar o otimismo com que pela primeira vez vi um governador chegar aqui e falar, como fez o Governador Esperidião Amin. S. Ex<sup>a</sup>

falou de programas, de providências, de planos que darão certo.

Apesar de tudo isso, Sr. Presidente, de toda a dívida, de todos os problemas que vão continuar, não tenho a menor dúvida, ainda acredito que haverá espaço para o brasileiro sobreviver, se conseguirmos vencer o pior de todos os problemas, que é a guerrilha urbana que aí está, para a qual também não há solução à vista.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Senador Eduardo Suplicy.**

**O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente,** Senador Pedro Simon, eu gostaria de cumprimentar a excelente exposição do Governador Olívio Dutra e também ressaltar que na exposição do Governador Esperidião Amin, pudemos perceber que a política de desmonte de instituições do Estado nem sempre produz resultados como os que o Governo e diversas pessoas têm anunciado, mas, ao contrário, por vezes, e na prática, temos visto resultados que foram negativos para o desequilíbrio das finanças de ambos os Estados. O Governador Esperidião Amin, por exemplo, mencionou que, no Estado de Santa Catarina, enquanto há portos privados que estão funcionando bem, há o Porto de São Francisco, sob a responsabilidade do Governo de Estado, que está funcionando até melhor e dando demonstrações de que pode uma instituição governamental funcionar com eficiência, desde que com critérios de seriedade, como certamente está ocorrendo nesse caso.

O Governador Olívio Dutra fez uma avaliação muito severa e crítica dos efeitos de algumas das medidas tomadas pelo Governo no quadriênio passado, sobretudo da Lei Kandir, mostrando que houve inclusive um estímulo à exportação e produção de certos bens que não agregam tanto valor quanto outros; por exemplo, estimulando-se mais a produção e exportação de madeiras do que de móveis, e assim por diante.

Registrando-se aqui o efeito acumulado, desde 1996, de perda de receitas da ordem de mais de R\$1 bilhão para o Estado do Rio Grande do Sul, gostaria de perguntar se, porventura, houve algum efeito significativo de natureza positiva, como o que era previsto pelos responsáveis então pelo Ministro Antônio Kandir, de que teria algum efeito positivo para uma economia onde é muito forte a agricultura – no caso do Rio Grande do Sul –, em decorrência dos efeitos desta lei. Se, porventura, a produção de bens agrícolas teria resultado num aumento da atividade

econômica mais do que suficiente para compensar eventuais perdas de receitas.

Para completar a análise feita aqui por V. Ex<sup>a</sup>, quando salientou a importância de práticas instituídas no seu Governo, como a do Orçamento Participativo, V. Ex<sup>a</sup> que foi um pioneiro na prática do Orçamento Participativo em Porto Alegre, que resultou numa experiência tão positiva, que depois se desenvolveu, tornando-se uma escola para muitos outros municípios, V. Ex<sup>a</sup> foi tão bem-sucedido que os seus dois sucessores, Tarso Genro e Raul Ponte, continuam com isso. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> nos dissesse uma palavra sobre como é que tem sido transplantar para um Governo de Estado a prática do Orçamento Participativo. Quais são as dificuldades de tornar muito mais democrática essa prática num Estado do tamanho do Rio Grande do Sul?

Em terceiro lugar, gostaria de perguntar a ambos como é que está o diálogo com o Governo Federal relativamente às proposições que colocam para nós, sobretudo do Senado Federal, para estarmos prestando atenção e apoiando as decisões que venham a contemplar os objetivos expressos na carta divulgada ontem, em Maceió sobre a dívida dos Estados.

Avaliamos que são passos importantes, mas gostaríamos de saber, na interação com o Governo Federal, como está a reação das autoridades, do Ministro da Fazenda, em especial, relativamente a esses itens: a redução do limite de comprometimento da sua receita líquida real para o estabelecimento do percentual de comprometimento mensal do serviço da dívida; a exclusão para o efeito do cálculo da receita líquida real dos recursos estaduais vinculados; que se considerem no intralimite os pagamentos das dívidas da administração direta e indireta, honrados com recursos do Tesouro Estadual; a promoção retroativa de recálculo dos encargos incidentes nos contratos de refinanciamento das dívidas; reserva do percentual de receita líquida dos Estados originalmente comprometidos com o pagamento do serviço da dívida para financiamento de obras federais nos próprios Estados em proporção mínima de 2%.

Ou seja, que dificuldades tem havido no diálogo com o Governo Federal, para que nós, Senadores, possamos auxiliar os governadores no objetivo que se pretende alcançar?

Muito obrigado.

**A SRA. EMILIA FERNANDES – Pela ordem, Sr. Presidente.**

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Pois não.**



**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Não sou membro desta Comissão, portanto aguardava a exposição. Sei que o próximo inscrito é V. Ex<sup>a</sup>, mas eu gostaria de, dentro da forma regimental, após a sua exposição, também dispor de alguns minutos para fazer uma colocação referente à presença dos nossos ilustres Governadores aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon) – Não há dúvida quanto a esse pedido. Peço, entretanto, a V. Ex<sup>a</sup> que assuma a Presidência enquanto eu faço a pergunta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Emilia Fernandes) – Assumo, com satisfação, a Presidência desta Comissão. Cumprimento os ilustres Governadores que nos honram com a sua presença e, de imediato, passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Governadores, primeiro, quero dizer que ouvi, com muita alegria, o pronunciamento do Governador Amin, e vejo, com satisfação, o seu esforço e as suas idéias. Repito o que foi dito: é importante ver um governador com otimismo, diante das dificuldades que vive o Brasil, com uma série de propostas que considero das mais importantes.

Gostaria até de, numa nova oportunidade, ou nesta Comissão, ou pessoalmente ver aprofundada a análise que o Governador faz sobre algumas questões que eu acho que são válidas para Santa Catarina e também para o Brasil.

Recebo, com muito respeito, o pronunciamento do meu Governador, o Governador do Rio Grande do Sul. Não analiso a primeira parte, que é uma análise feita por S. Ex<sup>a</sup> com relação ao governo anterior. Tenho por tradição não entrar nesse tipo de debate, preferindo analisar o contexto em relação àquilo em que eu possa ajudar o meu Estado e colaborar com ele. Acho que essa é a nossa obrigação, como Senador, representando um Estado que vive uma situação séria e importante, como se depreende da análise feita pelo ilustre Governador Olívio Dutra.

Quero dizer que concordo com S. Ex<sup>a</sup> e vejo com simpatia o projeto de meu colega de Bancada, Senador Alencar, de que algo deve ser feito com relação a esse limite da dívida.

Em primeiro lugar, o Rio Grande do Sul e o Brasil, bem como todos os Estados, nessa questão da dívida... Quando eu era candidato ao Governo do Rio Grande do Sul e Senador da República, votei a favor de uns projetos de créditos para o Rio Grande do Sul, e o Senador Paulo Brossard o Saturnino deve lembrar-se, pois era Senador conosco. E o Senador Paulo Brossard votava radicalmente, ele tinha uma

posição semelhante a que tem hoje o nosso Senador do PT de Brasília, ou seja, votava radicalmente contra. E votou contra o projeto do Rio Grande do Sul. Quando votei a favor, ele se virou para mim e disse: “Pedro, tu que vais pagar essa conta e não vais ter como pagar.”

O que quero dizer é que, na verdade, o Senado tem que analisar esse aspecto, no início, no momento de se permitir ou não que se contraia a dívida. Hoje, a situação é essa apresentada pelo Senador José Alencar. E quero encará-la com muita importância e muito significado.

Quero dizer mais: aprovei o projeto de rolagem das dívidas e o fiz com sentimento de culpa, porque pensava que, naquela altura, aquele projeto estava passando porque o Sr. Fernando Henrique era candidato à reeleição e fazia parte do seu esquema de reeleição ter a simpatia dos governadores. Aliás, quem primeiro falou em federalização da dívida foi o Governador Alceu Collares, do Rio Grande do Sul, dizendo que aquela era uma dívida absurda, que não tinha como pagar, era uma maluquice, que os Estados iam estourar e não iam pagar e alguma coisa tinha que ser feita, ou seja, a federalização da dívida.

Quando houve a federalização, os Estados puderam respirar, pois ao invés de pagarem como estavam pagando, com juros ao dia, passaram a ter juros de 6,5% a 7,5%. Era uma grande festa, um alívio para o sufoco. A diferença é que, naquela altura, o Brasil vivia um bom momento, um momento de relativo crescimento. E toda a expectativa de crescimento dava uma demonstração de que as arrecadações do Estado iam aumentar, e aumentaram muito bem, de tal maneira que, com essa arrecadação, o percentual destinado ao pagamento da dívida jamais chegaria aos 15%, aos 12%, aos 13% que estão aí.

No entanto, a realidade que estamos vivendo hoje é muito diferente da realidade que estávamos vivendo quando foi feita a rolagem. Hoje há recessão, uma tremenda dificuldade. Acho que o projeto do Senador José Alencar deve ser votado e sou totalmente favorável a que isso seja votado.

Uma segunda questão que me parece absolutamente grave é a questão da reforma tributária e a questão que estamos vivendo em relação aos tributos federais. Não tenho nenhuma dúvida, é grave o que vou dizer, mas sustento: o Governo Federal não está nem um pouco preocupado com a reforma tributária, porque pensa que já fez o que lhe era devido. O que cabia ao Governo, ele já pegou. Com relação ao Fundo de

Estabilização Fiscal, ao Imposto sobre Produtos Industrializados, à Lei Kandir, etc., às contribuições, o Governo vai muito bem, obrigado. Faço uma aposta com quem quiser que se houver reforma tributária no Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, é para vigorar no próximo Governo, pois ele não vai querer que isso aconteça no seu. Em qualquer tipo de reforma tributária, se houver o espírito de justiça e os Deputados e Senadores vão estar aqui neste sentido de dar uma contribuição mais justa e equitativa aos Estados e Municípios, é evidente que a União não pode continuar com essa fórmula de arrecadar tributos, por exemplo, através de fundos de estabilização que nasceram para durarem dois anos e terminarem, mas que hoje vão sendo prorrogados por mais oito anos. Na verdade, o Governo Federal vai muito bem, obrigado.

Sentimos que, por parte da União, não há nenhuma preocupação com relação à reforma tributária. E o que sentimos também é que, no início, quando assumiram os novos governadores dos Estados e o Presidente da República foi reeleito, houve um momento em que faltou ao Governo Federal aquela determinação de ir buscar entendimento com os governos estaduais, principalmente os de Oposição, para saber como seria o novo diálogo do Governo Federal com os governos dos Estados. Eu diria até – Deus me perdoe! – que o Presidente passou a gostar daquilo, pois pretendia passar o ano todo discutindo, governador por governador, e, assim, poderia tê-los debaixo do seu tácio, porque naquela rolagem, que era impossível, eles iam precisar de um socorro do Governo Federal, caso contrário ficariam sem condições de pagar os seus compromissos. Por esse motivo, o Governo queria discutir caso a caso. Dessa forma, o Governador teria de abaixar a cabeça e pedir um favor. Por isso, houve uma rebelião: o Governador de Minas Gerais pediu moratória e o Governador do Rio Grande do Sul passou a pagar em juízo. E, justiça seja feita, foi a partir daí que o Presidente mudou de tática e passou a se reunir com os Governadores para buscar uma solução.

Ponto número três: com relação ao nosso Rio Grande do Sul. Quando foi feita a compensação de dívidas no Governo anterior, desde o início, o Governo anterior e nós, nesta Casa, apresentamos um requerimento que foi aprovado. Há uma série de créditos no meu Estado que deviam ter entrado na composição. Quando se estabeleceu o que era devido e o que havia a receber, cobramos aquilo a que tínhamos direito. Na hora, o Governo Federal não

admitiu fazer a composição. Para provar ao Senado Federal, exigi e votei com este destaque que foi colocado no voto: o Governo se comprometeria a, no futuro, sentar-se à mesa com o Governador do Estado, para analisar as verbas que nós defendíamos. E eram muitas!

Uma verba diz respeito ao pólo petroquímico do Estado, com o qual o Governo do Rio Grande do Sul gastou US\$350 milhões. Enquanto o pólo da Bahia foi todo feito com verba federal, o pólo do Rio Grande do Sul toda a infra-estrutura, todo o combate à poluição – foi feito com verba do Estado. Porém, o Governo privatizou a empresa. Quando o pólo veio para o Rio Grande do Sul, duplicado, não se falava nada. Mas, no momento em que o Governo o privatizou, é normal que das verbas que recebeu da privatização, ele devolvesse a verba do Rio Grande do Sul.

A Ciro Piratini foi toda feita com dinheiro do Rio Grande do Sul. Não há um centavo do Governo Federal. Eu era Deputado Estadual quando, naquela época que era diferente, pois era a época do Geisel, eles quiseram o monopólio federal. Dessa forma, exigiram que a Ciro Piratini passasse para o Governo Federal para que ela tivesse seu projeto de desenvolvimento. A Ciro Piratini foi feita para produzir 450 mil toneladas de aço e estava produzindo 150 mil apenas. Como nós do Governo do Estado não tínhamos dinheiro para completar o projeto e fazer a duplicação, passamos a empresa para o Governo Federal com o compromisso de ele terminar a obra. E até hoje não se fez nada. E ela foi privatizada. Privatizar é normal, mas que o Governo Federal dê para o Rio Grande do Sul aquela verba que o Estado colocou na Aço Ciro Piratini e a cuja devolução tem direito.

Li nos jornais que o Governo Olívio Dutra está comprando terra para fazer assentamento rural. Modéstia à parte, fui o primeiro Governador no Brasil a comprar terra para fazer assentamento. Fiz um convênio com o Ministério da Reforma Agrária e foram comprados 25 mil hectares de terra. Pelo convênio, o Governo estadual comprava a terra, fazia o assentamento e, depois, o Ministério repassava os recursos. Eles nos dariam o dinheiro e, com isso, faríamos um fundo de novos assentamentos. Conseqüentemente, são mais não sei quantos milhões de reais que o Governo Federal deve ao Rio Grande do Sul.

Quanto a estradas, o meu Governo não gastou um centavo do Governo Federal nas estradas do Rio Grande do Sul. Fizemos uma série de estradas federais – como a Rota do Sol, de Lajeado a Garibaldi



e de Caxias do Sul a Lajeado Grande – obras federais, que tiveram a assinatura do Ministro dos Transportes comprometendo-se a repassar o dinheiro ao Estado. Até agora, não deram nada.

Eu vi uma série de outros itens que o Governo assenta se não me engano, Porto de Rio Grande que são verbas a que temos direito.

De um lado, estão as dívidas do Governo do Estado com o Governo Federal, que, na verdade, há muito tempo não tem um centavo de dinheiro novo no meu Governo não teve um tostão de dinheiro novo. É juro sobre juro. É juro maluco sobre juro maluco! Do lado de cá, há uma série de verbas que o Governo do Rio Grande do Sul gastou em obras federais feitas por ele e que o Governo Federal não quer devolver. Essa compensação tem de ser feita. Não há dúvida alguma de que o Governo tem de negociar com o meu Estado e fazer a composição de dívidas a que o Rio Grande do Sul tem direito.

Por outro lado, Sr. Governador, quero dizer que todos estamos torcendo no sentido de V. Ex<sup>a</sup> faça um bom governo. Acredito que o Rio Grande do Sul vive um momento importante. Repito: não se pode falar em Mercosul sem passar pelo Rio Grande do Sul. Temos condições de ser o centro geoeconômico do Mercosul e acho que temos que aproveitar essa oportunidade, custe o que custar. V. Ex<sup>a</sup> governa com o PT, governa com minoria, e eu também, quando Governador, governei com minoria. Mas nós, do Rio Grande do Sul, temos a responsabilidade de colocar nossos interesses acima de tudo o mais.

Vejo, com muita alegria, a Bancada federal do Rio Grande do Sul. Três Senadores e os trinta e um Deputados Federais, independentemente de Partido, estão, desde que V. Ex<sup>a</sup> assumiu até hoje, fazendo o que fizeram nos governos anteriores, menos no meu. Até o meu Governo, não existia isso. Foi no Governo Collares, justiça seja feita, que se criou o hábito de a Bancada gaúcha fazer reunião, independente de Partido. No Governo de Collares, no Governo Brito e agora no Governo de V. Ex<sup>a</sup> essa prática está funcionando com extrema correção. O que é bom para o Rio Grande é bom para a nossa Bancada. É uma alegria muito grande e uma satisfação tê-lo aqui, Sr. Governador.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino) – Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres Governadores que honram a Comissão de Assuntos Econômicos com sua presença, embora não sendo membro da Comissão, aqui vim. Mais do que prestigiar os ilustres

Senadores, especialmente os do meu Estado, e o Governador do Rio Grande do Sul, o nosso Governador Olívio Dutra, quis ouvi-los e associar-me ao pensamento que é comum à grande maioria dos membros da Comissão que se manifestaram: a fragilidade em que se encontram os Estados e os municípios. Sem dúvida, o Senado Federal tem a responsabilidade de ver o Brasil como Federação e visar ao desenvolvimento equilibrado dos diferentes Estados, das diferentes Regiões. É este o espaço onde devemos construir alternativas para que realmente possamos dizer que este País respeita o pacto federativo. A partir daí, devemos dar autonomia e possibilidade de governar. É necessários que os Governadores, independentemente dos Partidos ou das regiões que integrarem, devem ter possibilidade de governar para que o País possa se reequilibrar e desenvolver-se econômica, política e socialmente.

As grandes repercussões da fragilização dos Estados e municípios devem-se aos problemas sociais, muito mais do que aos estruturais – de desenvolvimento e infra-estrutura. Esses são importantes também, mas é o equilíbrio social que me preocupa. Basta observar o número de desempregados, o número de pessoas que estão abandonando o campo e inchando as grandes cidades, para entender a pobreza. Por outro lado, há os grandes prejuízos da concentração de renda, que faz com que uma parcela significativa do povo brasileiro não tenha expectativas e não possa garantir o equilíbrio de desenvolvimento que evitaria conseqüências no futuro próximo.

A fragilização das famílias, por exemplo, é conseqüência direta do aumento da pobreza. Outras conseqüências: aumento da violência, problemas estruturais na educação, na saúde, falta de infra-estrutura das cidades e desemprego.

Não quero ser repetitiva. Também não pretendo retomar o que o Governador Olívio disse, mas, se fizéssemos uma análise, teríamos claramente a visão da política instalada no Rio Grande do Sul há quatro anos e a visão nova que está sendo dada hoje. Moritou-se um processo de geração de recursos num terreno de areia movediça, por ser proveniente de uma política de desestabilização do Estado na sua estrutura de suas instituições de setores estratégicos e sociais e por principalmente fragilizar a valorização do ser humano e dos aspectos econômicos fundamentais para o equilíbrio do nosso desenvolvimento.

Atualmente, a agricultura no nosso País e principalmente no Estado do Rio Grande do Sul foi o

verdadeiro pára-choque desse Plano Real, sofrendo todas as consequências. A Lei Kandir é uma série de questões realmente prejudicaram a agricultura.

Basta ver a dificuldade do Estado hoje. Imaginem um orçamento que colocá R\$850 milhões provenientes só de uma venda, do Banrisul, que não aconteceu porque a proposta hoje de Governo é diferente, é de fomentar essa agência de desenvolvimento. Quando a União fez uma fusão de Caixa Estadual com o Banrisul, assumiu a formação de uma agência de desenvolvimento e ainda não teve o retorno de R\$150 milhões. Por aí, vamos vendo os prejuízos e as dificuldades que os Estados estão enfrentando.

Quanto às dívidas dos Estados, esta Casa – sou testemunha – nunca estabeleceu, pelo menos nos cinco anos últimos, um critério, uma análise, apesar de todas as preocupações. O Senador Esperidião Amin e o saudoso Senador Kleinübing sempre chamou a atenção para essas rolagens de dívidas, para os novos financiamentos que os Estados e os Municípios faziam sem um critério mais rigoroso.

Lembrou-se, quanto ao Rio Grande do Sul, do ex-Governador Collares. Antes de 1994, ele, no seu governo, considerou que os Estados deviam fazer algo em relação às suas dívidas. Como ele não aceitou os parâmetros que o Governo da União exigia para que houvesse uma renegociação da dívida, ela não avançou. O governo passado fez essa renegociação e comprometeu o Estado demasiadamente.

Esta Comissão é o fórum especial e apropriado para levantar a grande bandeira de luta. Segundo palavras do Governador Olfvio Dutra e – tenho certeza – de todos os demais Governadores, “a dívida existe e queremos pagá-la”. Ninguém nega a sua existência, mas queremos repactuar, porque é impossível, diante de uma nova realidade do País, continuarmos com os parâmetros usados há quatro anos, depois de todas essas mudanças de desvalorização cambial, com leis que retiram cada vez mais a autonomia, numa concentração de renda brutal nas mãos da União e de deveres na dos Estados e Municípios.

Se é um consenso de que a dívida, da forma como está, é insustentável, porque vai fragilizar o Brasil inteiro e se, quando se fragiliza e se quebra Estados e Municípios, a própria Nação e a própria soberania ficam abaladas, por que o seu projeto, Senador José Alencar, e projetos semelhantes de outros Senadores que aqui tramitam não vão adiante na discussão?

Espero que, a partir da discussão realizada com os vários Governadores que já vieram; a esta Comissão, possamos partir para ações concretas, definitivas, por enquanto, a tempo, para que se possa, realmente, dar fôlego a este Brasil e, principalmente, a seu povo, que merece e exige atenção por parte dos Governantes.

Cumprimento os Governadores pelas iniciativas, pelo esforço redobrado que têm feito, apesar das dificuldades, pela característica nova que estão pondo na forma de governar. Os governantes, as autoridades não são aqueles que impõem decisões, que assinam acordos entre quatro paredes, dos quais o povo depois toma conhecimento por intermédio da Justiça, como foi feito no Rio Grande do Sul. O povo não tomou conhecimento; foi preciso que a Justiça mostrasse o que tinha sido feito, porque nem a documentação, nem Deputados, Senadores apontavam a forma como as coisas tinham acontecido, em termos de negociação, de privatizações, de acordos com grandes multinacionais.

Parece-me que há um novo momento no Brasil, em que a responsabilidade é de todos. Agora, a União tem que fazer a sua análise. Esta concentração, que contraria até os princípios da Constituição de 1988, hoje bastante modificada, não pode ter continuidade, sob pena de todo o País, toda a nossa gente, todos os governantes terem a sua ação profundamente prejudicada.

Cumprimento-os pelo trabalho e esforço. Acredito nas propostas que saíram do Codesul e estão sendo implementadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina no que se refere ao turismo, do qual sou uma defensora intransigente. Houve uma reunião, Srs. Governadores, com os Secretários de Turismo, à qual estiveram presentes Secretários dos dois Estados, inclusive o de V. Ex<sup>a</sup>. Precisamos empenhar-nos para que, realmente, o Governo invista nesse setor — que é fundamental, porque gera empregos e renda — sem desatender a agricultura. Penso que, se a agricultura, neste País, falir, realmente, todo o processo de desenvolvimento econômico também irá por água abaixo.

Cumprimentos pelo trabalho e pela presença nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino) – Não há mais oradores inscritos. Darei a palavra ao Governador Olfvio Dutra, para suas considerações.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta rápida.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino) – Pois não, Senador José Eduardo Dutra.



**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Primeiramente, saúdo o Governador Olívio Dutra e o Governador - Esperidião Amin. Não tive a oportunidade de ouvir a exposição dos dois, por isso farei uma pergunta. Se já tiver sido contemplada, peço desculpas.

Vendo a Ata da 3ª Conferência Nacional dos Governadores, observei que não há nenhum ponto que trata do FEF. Queria saber se essa questão foi tratada.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup>? O novo livra os Estados.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – A pergunta é basicamente se esse FEF, retirando apenas a retenção do FPE, contempla os Governadores. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Essa resposta já tinha sido dada, como acabou de dizer.

Com a palavra o Governador Olívio Dutra.

**O SR. GOVERNADOR** (Olívio Dutra) – Para nós do Rio Grande do Sul, significa um progresso muito importante na compreensão do conjunto de Governadores sobre a questão da dívida pública dos Estados e sua relação com a União, com o Governo Federal. Começamos o ano, tendo essa questão como uma espécie de tabu, a qual não podia ser mexida, pensada, repensada e repactuada. Hoje, há o consenso expresso — inclusive, nessa reunião, de ontem, em Maceió — de que a dívida pública dos Estados, a relação deles com o Governo Federal tem que estar em outros termos, deve ter outra qualidade.

Portanto, há necessidade de repactuar essa dívida, porque ela foi pactuada em uma situação macroeconômica distinta da atual. Então, não é uma questão exclusiva do Rio Grande do Sul, mas de todos os Estados. Não há nenhum Estado que tenha um percentual de comprometimento da sua receita com o pagamento dessa dívida inferior a 11%. Todos são acima de 11%, uns chegando a 21% ou 22%. O caso dos dois Estados que estamos aqui, o Governador Esperidião Amin já colocou aqui a média de 16% de comprometimento e é nessa média a do Rio Grande, somada a intra à extra limite dá o que significa para o Rio Grande R\$900 milhões/ano, um garrote que leva a situações insuportáveis no exercício das políticas públicas do Estado, para a sua comunidade, para a emulação do desenvolvimento e para a qualificação dos serviços públicos.

É evidente que isso não está impedindo que executemos as nossas políticas. Não me deti um mais sobre e... estamos pensando trabalhar

melhor a oportunidade oferecida pelo Senado, quando está debatendo a questão federada e chega a esse Projeto de Resolução nº 39/99. Mas quero sublinhar que estamos executando políticas no sentido de desconcentrar o desenvolvimento, gerar oportunidades de renda e trabalho digno, duradouro nas comunidades, nas regiões, em todos os setores e não em algum ou em alguma região. E isso é importante para um Estado que tem na agricultura, na agroindústria um esteio importante da sua história econômica, social, cultural, a sua economia e já com evidentes resultados positivos.

Não era financiado, por exemplo, a lavoura de inverno no Rio Grande pelo Banco do Estado há mais de 10 anos. Com R\$4 milhões financiando esta lavoura, São Pedro ajudando, o esforço dos produtores ajudando, a sua organização, teremos uma elevação de 30% da produção da lavoura de inverno deste ano com relação ao do ano passado. Quer dizer, o financiamento à agroindústria, o estímulo à organização cooperativada, organização ou financiamento — e não só o ele mas a assistência técnica gerencial para gerar renda e agregar valor aos produtos nas próprias regiões —, tudo isso qualifica a vida das pessoas, estaca o êxodo rural, e, mais do que isso, possibilita que a receita pública das pequenas, médias comunidades nas regiões se beneficie, cresça. Investimentos, evidentemente — em particular na educação — que gerem cidadania; a ciência e a tecnologia apropriadas para aumentar a produção, a produtividade, produzir bens e serviços que valorizem a vida. Tenham como objetivo central a qualificação do ser humano e a sua relação com o meio ambiente, com a natureza, recuperando e impedindo a degradação de vastas áreas que o projeto centralizador, imposto de cima para baixo vinha ameaçando.

Mas estamos aqui para sintetizar bem o que também chamo de importante nessa relação dos Estados com o Governo Federal e com esta Casa, o Senado, neste momento. Penso que as preocupações levantadas pelo Senador Saturnino Braga de reduzir o percentual ainda é insuficiente. É verdade, mas já é um avanço diante do quadro que temos. Se pudemos ir mais longe, ter um Plano Brady para os Estados, é uma questão para um bom debate, e esta Casa deve ser o centro deste debate, deve estimular, instigar para esse debate, certamente, com os Estados dele participando.

A questão da guerra fiscal. Não tenho maior discordância com o balizamento que fez o Governador Esperidião Amin. Quer dizer, se

observamos que somos uma Federação num País imenso, é evidente que encontraremos diversidades e temos que saber trabalhar as diferenças e não aprofundá-las e também as distâncias econômico-sociais entre as regiões, mas respeitar a diversidade, estimular as alternativas novas sem destruir as vocações antigas das regiões. Isso, portanto, não é aceitar a guerra fiscal como algo que quem corre mais leva mais ou quem oferece mais vantagens para quem não precisa...

Penso que a Lei Kandir é estimuladora deste tipo de guerra fiscal insana, porque, na medida em que se preocupa menos com sua receita, pode atrair mais sem receber impostos e pode-se ganhar mais no retorno, por parte da própria Lei Kandir. Quer dizer, ela estimula uma guerra fiscal insana. Temos que trabalhar as diferenças regionais e termos uma visão de desenvolvimento nacional, isto significa a parte industrial, agrícola, o setor de serviços, a ciência e tecnologia, que são capazes de criar balizamentos nessa relação. Daí a importância do Confaz (Conselho Nacional Fazendário), que é um órgão estabelecido pela Constituição. O que não é decidido por consenso não pode ser aplicado.

Então, essas instâncias de relação federada têm que ser reforçadas, como é o caso do Confaz. Acredito que podemos ir perfeitamente balizando uma relação que não é simplesmente a de aceitação do "toma lá da cá", do "é dando que se recebe", da atração de grandes empresas que têm outras fontes para o financiamento de seus projetos, utilizando recursos públicos escassos, prejudicando o direcionamento dos mesmos para quem mais precisa, que é a agricultura, em particular a de economia familiar, a agroindústria, a micro, a pequena e a média empresas de diferentes setores que distribuem melhor o desenvolvimento espacial, social, geográfico e econômico.

Podemos e devemos trabalhar não apenas a aceitação da guerra fiscal, em que cada um quer ser mais esperto que o outro e acreditar que isso é bom. O neoliberalismo globalizante é assim: "cada um por si e o diabo pelo resto". Esquece-se da visão de Nação, do papel do Estado, do Poder Público nesta questão da apropriação da renda, do destino social dos investimentos, sejam públicos ou privados, é claro.

A reforma tributária, que está em discussão, é bom lembrar, deveria ter sido a primeira a ser feita, mas foi substituída pela reforma constitucional que garantisse a possibilidade da reeleição. Dessa forma, foi ficando para trás, para trás e hoje está neste

imbróglio, e já há dois projetos. Um deles está aqui na Casa, o Deputado Mussa Demes é o Relator e tem uma sugestão, está em debate; a outra, não se sabe se é do Executivo ou não, do Everardo Maciel.

No meu entendimento, ambas são insatisfatórias, mas uma, naturalmente, é pior que a outra. A do Everardo Maciel é pior; o relatório do Deputado Mussa Demes é insuficiente, e muito, e não resolve problema da Federação, ao contrário, agrava a centralização, na medida em que retira dos demais entes federados a sua capacidade, a sua autonomia, a sua prerrogativa de ter o seu imposto e trabalhar as suas finanças. Então, são ambas ruins, uma é pior que a outra. Repito, o relatório do Deputado Mussa Demes é insuficiente e não resolve a questão das relações federadas, agrava-as.

Por isso, houve consenso dos governadores, na reunião de ontem, em Maceió, que toda e qualquer reforma tributária que venha a acontecer, e que é necessária, não pode ferir a autonomia e a competência dos Estados de ter o seu tributo estadual e trabalhá-lo. Como também os Governadores é uma posição importante posicionaram-se favoráveis ao teto salarial. Aí por trás, há uma visão federada.

É importante que no âmbito federal os três Poderes acertem um teto federal e que os Estados sejam liberados para definirem o subteto estadual, também único para os três Poderes. Por trás, há uma visão do respeito ao espaço federado.

Há necessidade de uma orientação nacional: um teto nacional único para os três Poderes e os Estados, estabelecendo seu teto estadual, também único para os três Poderes, naturalmente num patamar abaixo até chegar ao Município. Perpassa todas essas discussões a relação federada, o respeito entre os entes federados – Estados, Municípios e União. Ao contrário do que está havendo de uns tempos para cá, há uma reconcentração de recursos, decisões federais e um descarregamento de encargos e serviços sobre os demais entes federados.

Temos um campo importante para discutir o orçamento público nas três esferas: federal, estadual e municipal. É preciso fazer a construção do orçamento ser diferente. Tenho certeza de que, por aí, elimina-se muito. Hoje a comunidade não tem acesso à construção do orçamento. Por antecipação, procura-se garantir que haja tal percentual para saúde, tal percentual para isso e para aquilo. Não participando da construção aberta do orçamento, das definições e prioridades, a sociedade fica temerosa.



Será que está garantido que haverá recurso no volume adequado para essa política? Há um caldo de cultura por falta de abertura na discussão dos orçamentos nas três esferas, o viés de procurar indexar. Há demora-se e vão-se somando as indexações. No final, mais de 100% do orçamento está indexado. Não ficou autonomia nenhuma para os entes federados. Então, de novo, cruzamos com a questão federada. Esse é o eixo de todas as nossas preocupações; é preciso trabalhar para reforçar e qualificar a relação federada e não para tisaná-la, ou desqualificá-la, ou destruí-la.

Da forma como está proposta, a responsabilidade fiscal também agride a relação federada porque trata mais de proibir, de cima para baixo, do que garantir responsabilidades adequadamente assumidas pelos entes federados.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concluindo, desculpem-se se parece que não toco em algumas questões levantadas por V. Ex<sup>as</sup>, mas no geral, tocamos nelas.

A relação bilateral entre o Rio Grande do Sul e o Governo Federal é uma relação de respeito. Não poderia ser diferente. Tem de haver o respeito nas duas mãos, daqui para lá, de lá para cá. Tem de haver resultados práticos na qualificação da situação, na mudança de uma situação que tem peculiaridades, como o Senador Pedro Simon disse. O Estado não vem pedir favor ao Governo da União. O Estado vem reivindicar, aliás, o que é seu. O Estado é credor da União em R\$8 bilhões. Há muito tempo, há serviços e investimentos feitos pelo Poder Público Estadual que não foram recompensados pelo Governo Federal. Portanto, reivindicações legítimas, concretas, estão sendo feitas.

Ultimamente, pela movimentação dos Governadores e da compreensão, tem havido avanços. O Senado e o Congresso Nacional têm o papel importante de fazer essas relações avançarem mais, com mais rapidez, com melhor conteúdo.

Temos no País – e isso é importante para a nossa reflexão também – uma enorme renúncia fiscal. Não é possível permanecermos com essa enorme renúncia fiscal, pela qual, de cada real que se arrecada, um real se perde por conta dessa renúncia. Algumas renúncias são politicamente corretas e justas. Não se pode impor alíquotas sobre produtos, por exemplo, da cesta básica, alguns produtos do consumo essencial básico para milhões de pessoas. Neste caso, há de ter. Por isso é que com esse tributo se passa a fazer essa relação, a fazer essa justiça. Mas, em contrapartida, na outra ponta, há os

produtos de consumo de luxo, para os quais temos que atribuir uma alíquota pesada e cobrar, cobrar mesmo. Temos, então, que ter uma Administração Fazendária que funcione.

Estamos fazendo, no Rio Grande, a recuperação da receita pública sem aumentar alíquota de ICMS. Aliás, desde 1º de janeiro, a alíquota de ICMS foi reduzida de um ponto percentual, sem inventar novos impostos. Mas, é evidente, que, para tanto, é necessário acabar com as anistias fiscais, que só beneficiam o mal pagador; redirecionar subsídios, de forma a que, com menos, possam ser gerados mais empregos, melhor renda, melhor distribuída no Estado, direcionando-a a quem mais precisa, criando outros tipos de atrativos para o grande capital de investir no Estado, que não o subsídio com dinheiro público escasso. Então, é possível fazer isso.

Temos, no entanto, problemas em nível nacional: o percentual de renúncia fiscal neste País é enorme. Não podemos conviver com isso, achando que é natural. Temos, pois, que reduzir a renúncia fiscal; temos de promover uma reforma tributária sim, que simplifique, que não agride a relação federada e que tenha no seu bojo justiça tributária. Quem tem mais paga mais para que quem tem menos pague menos, e o Poder Público, seja na dimensão federal, seja na estadual, seja na municipal, não abdique de nenhum centavo da sua receita. Contudo, há de se fazer com que a cidadania saiba de onde vêm e para onde vão os recursos, participando da discussão da construção da receita e da despesa públicas, da definição de prioridades.

Temos certeza de que isso possibilita um resgate da Federação e, portanto, habilita e fortalece o Governo Federal na sua relação com o mundo, para não ser uma relação subordinada, de simples aceitação do que de lá para cá se impõe, mas para ser uma relação soberana. Então, o resgate do pacto federativo é uma questão importante para o País.

Queremos, para encerrar, dizer da importância deste espaço aqui no Congresso, no Senado e aqui nesta Comissão. Estamos aqui para dizer o que todos os governadores disseram na reunião de Maceió. O Governador Esperidião Amim reforçou aqui a importância da qualificação dessa relação, bem como da resolução que está em discussão aqui nesta Casa – a Resolução nº 39/99. Todos os governadores entendem que ela é muito importante no sentido de reduzir o percentual de comprometimento das receitas com o Governo Federal, mas, mais do que isso, em outras coisas que também estão lá

embutidas, na pactuação, que estão agredindo a relação federada. A resolução tem esse conteúdo; portanto, tem o apoio da Reunião de Maceió para a sua aprovação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Governador Olívio Dutra.

Antes de passar a palavra ao Governador Esperidião Amin, queria pedir aos Srs. Senadores, que passemos à votação do requerimento de urgência para os Itens nº 1º e nº 2º da pauta de hoje.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento convocando o Presidente do BNDES, o Ministro Francisco Dornelles e o Presidente do grupo Votorantim, para prestarem depoimento sobre o assunto de utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para o financiamento de empresas privatizadas, e está assinado pelo Senador Ernandes Amorim. Em sendo aprovado, marcaremos um prazo para fazer a convocação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Com a palavra o Governador Esperidião Amin, de Santa Catarina.

**O SR. GOVERNADOR** (Espiridião Amin) – Sr. Presidente, quero dizer da satisfação em participar desta reunião e enaltecer aqui as ponderações feitas pelos Srs. Senadores José de Alencar, Roberto Saturnino, Jefferson Péres, Paulo Souto, Agnelo Alves, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Emília Fernandes.

Não pretendo ser repetitivo, gostaria apenas de aduzir algumas questões. O Governador Olívio Dutra fez um comentário muito apropriado a respeito da Lei Kandir, de que ela estimula também essa perda de receita. Há mais um estímulo que ele apenas não mencionou explicitamente. É que o seguro receita prejudica exatamente quem consegue aumentar a sua receita. Ou seja, o Estado que consegue elevar sua receita, deixa de receber o ressarcimento, mesmo que tenha tido perda na exportação.

Então, eu acho que a Lei Kandir já cumpriu o seu papel e foi derogada pela nova realidade cambial. Essa é a minha convicção pessoal. Pode-se pensar em uma nova engenharia. Todavia, a realidade de 96 foi superada no dia 15 de janeiro pelo soluço cambial que se transformou num novo ritmo cambial.

Quanto à reforma tributária, vou me permitir fazer aqui um comentário e dar um palpite, correndo todos os riscos. Quando se perguntava sobre ser a favor da reforma tributária, todos diziam que eram a favor porque cada um imaginava a sua. Há duas crônicas no livro do Pitigrili: O Marido Perfeito e a Mulher Ideal. Cada qual sonha com um caso. O marido, com o caso do homem com a noiva ideal. Quando se defronta com a realidade e percebe que aquela dos sonhos ou aquela do ideal não existe, fica contra.

Reforma tributária é o marido perfeito ou a mulher ideal, como queiram. Confirmando o que diz o Senador Pedro Simon, do segundo período de governo do Presidente Fernando Henrique ninguém pode dizer nada, mas do primeiro Delfim Netto matou a charada, quando disse: vai haver um e quarenta e oito avos de reforma tributária por mês. E foi o que aconteceu. Do segundo ainda não podemos falar. Foi um e quarenta e oito avos de reforma tributária por mês que o Governo fez. Por quê? Para não perder receita. E vamos até justificar, em nome do Real. Como é que nasceu o Real? O Real nasceu da concentração de recursos do Governo Federal, chamava-se Fundo Social de Emergência. Depois, tivemos o pudor – eu estava aqui; tenho culpa disso de pelo menos tirar o social, Continuou, agora é Fundo de Estabilização Fiscal. Deixou de ser de emergência porque virou crônico, e social porque nunca fora. Pelo menos nos aproximamos da verdade.

Também quero dizer – e aí vou ao encontro da preocupação do Governador Paulo Souto – que sou a favor da fixação de um patamar mínimo para a saúde. Cometemos um erro decorrente da imprudência. Quando o Ministro Adib Jatene fez aquele esforço para pegar o dinheiro da CPMF, para a Saúde, esqueceu-se de que o que entra por um duto pode sair por outro. O que entrou pela CPMF saiu dos recursos próprios da União, ainda que a CPMF seja arrecadada pelo Governo Federal, porque veio das contribuições. A contribuição foi a forma tributária de o Governo não compartilhar a receita. Mas a CPMF, que já foi IPMF também, voltei uma vez de uma viagem do exterior para votar IPMF. Naquele tempo,



o Senador Pedro Simon, que era o Líder do Governo, pedia a nossa presença. Vim aqui para vota a favor da IPMF, em 17 de fevereiro de 1993. Cumpríamos as ordens do Líder do Governo, Senador Pedro Simon. Era IPMF, um imposto, e, nesse caso, havia compartilhamento.

Na verdade, seja em nível federal ou em nível estadual sejamos justos o Governo Federal criou alguns mecanismos na saúde que, efetivamente, descentralizam o dinheiro. Esse PAB é algo correto; é uma distribuição **per capita**. Penso que tem havido. Vou dar um exemplo de como é que, havendo uma “intromissão” do Governo Federal, consegue-se um bom resultado nacional: o Fundef. Sem o salário-educação, sem a Emenda Calmon e sem o Fundef imagine onde estaria a nossa educação fundamental, se fosse depender do tirocínio de cada administrador...

Em 1994, tínhamos professores, no Brasil, professores de brasileiros, ganhando R\$30,00 por mês. No Estado do Senador Ney Suassuna, havia professor ganhando R\$35,00/mês. O que o Fundef representou? Pode não ter representado a mesma coisa para o Rio Grande do Sul, que já tem um outro perfil, mas a verdade é que se a educação fundamental não for projeto nacional, o que vai ser? Energia nuclear? Então, há questões fundamentais em que deve haver, não a presilha, mas o direcionamento. E saúde é uma delas.

A saúde pública está sendo desmoralizada. Por quê? Porque inventou-se no País a privatização do que tem mais remuneração na saúde. Não vi ninguém privatizar a consulta médica, mas estão todos privatizando tomografia, exames diversos, todos que usam máquinas com alta complexidade, ou seja, onde o SUS paga bem, isso está privatizado, ou tende a ser privatizado. Com isso, qual o resultado que temos? Penso que isso tem muito a ver com o Senado e com o que estamos tratando aqui.

Eu queria chamar atenção para seis problemas graves que temos aqui. Um deles é o nosso problema distributivo. O País tem guerrilha urbana, por uma série de questões, mas ninguém pode dizer que temos uma causa estrutural para isso; é a desigualdade. Dados do Orçamento do ano passado: 10% da população tem 50% da renda, e 50% da população tem 10 % da renda. Não pode dar certo.

O problema locativo. Tudo que se arrecada e no ano passado foram R\$270 bilhões, correspondendo a 29% do PIB 70% fica com a União, 26% com os Estados e 4% com os Municípios.

Outro problema: o capital é remunerado por 70% da riqueza e o trabalho, 30% já foi o contrário; era menos ruim. O capitalizativo, quer dizer, não temos; a poupança nos falta, e os juros encarregam-se de dificultar a sua existência. Quanto ao aspecto creditício, temos Municípios no País onde o único dinheiro que circula é o da aposentadoria. Não é só na Rússia que ocorre isso, não. Mostraram, outro dia, uma reportagem de uma cidade na Rússia onde uma única pessoa tinha rublo, numa vila. Ganhava 300 rublos de aposentadoria. Nós também temos isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Temos 3000 municípios nessa situação.

**O SR. GOVERNADOR** (Esperidião Amin) – Temos concentração no topo e escassez na base, pois 70% do crédito é para o Sudeste. Vou repetir: 70% do crédito destina-se ao Sudeste do País. O concentrativo, nós não estamos percebendo que fusão de empresas é sintoma de doença, não é sintoma de saúde. Há pessoas que se entusiasmam. Ouço, de vez em quando, jornalistas inteligentes dizerem: “Vai haver agora uma fusão de US\$170 bilhões”. E dizem com prazer, com satisfação. Isso é uma doença monumental. Fusão é sintoma de doença, de perda de identidade e de capacidade de competição; é a canibalização no seu estado potencialmente maior. Ela é o contrário daquilo que deveria ser a nossa visão de preservação da identidade.

Finalmente, temos uma inapetência fantástica no Brasil para exercer o princípio da subsidiariedade, que é o reconhecimento do que a comunidade pode fazer melhor do que o poder público, do que o Município pode fazer melhor do que o Estado e o Estado federado pode fazer melhor do que a União. Temos uma inapetência fantástica por esse que, inclusive, é um princípio social da doutrina social-cristã, quando poderíamos fazer muito mais competições de criatividade. Mas, para que haja essa competição de criatividade, tem de haver o programa nacional e a execução descentralizada.

Por isso, arrematando, eu não sou contra a fixação de um percentual que seja até uma intromissão, desde que o setor o requeira. Mas há uma mania de fazer pela via da Constituição. Não deveria ser, mas como o nosso vazo é esse. Cada vez que vamos mexer na Constituição, fazemos o contrário do que os portugueses nos disseram que fizeram em 1986/1987. Quando estávamos fazendo a nossa, estive aqui no Brasil uma delegação portuguesa. Perguntaram a eles como estava a

revisão da Constituição portuguesa, que foi feita no décimo ano da sua existência. E os portugueses disseram: “Estamos lá a tirar o que Vossas Excelências estão a botar”. Nós, cada vez que vamos reformar a Constituição, colocamos mais alguma coisa.

Não é bom que seja pela via da emenda constitucional, mas entendo que deve haver prescrição para o que é essencial para o País; não para reduzir a Federação, mas para que tenhamos objetivos nacionais, como é o caso da educação, da saúde, e outros.

No mais, quero agradecer pela ampla oportunidade que me deram. Já que hoje estou querendo dar palpite, vou deixar um último. Em menos de cinco anos, o Banco Mundial e todas as agências de fomento do mundo vão financiar a publicização, ou seja, a transformação em empresas públicas, não estatais, de empresas estatais que foram privatizadas nesta leva e que não darão os resultados anunciados. Como disse o Papa, quem viver verá.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado aos Governadores, muito obrigado aos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h39min.)*

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Ata da 51ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 30 de novembro de 1999, às 10 horas.**

As dez horas do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Francelino Pereira, Jefferson Péres, Agnelo Alves, Gilberto Mestrinho, Bernardo Cabral, Bello Parga, José Fogaça, Luiz Otávio, Geraldo Althoff, Lúcio Alcântara, Luiz Estevão, Eduardo Suplicy, Ernandes Amorim, Osmar Dias, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, Romero Jucá, Pedro Piva, Paulo Souto, Roberto Saturnino, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos, Ramez Tebet e José Eduardo Dutra. Deixaram de comparecer os Senadores: José Alencar, Maguito Vilela, Jorge Bornhausen, José Roberto Arruda e Lauro Campos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião

anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 59, DE 1997 – Complementar, (nº 199, de 1997, na origem), NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. Autor: Deputado Germano Rigotto. Relator: Senador José Fogaça. Parecer: Pelo arquivamento do projeto. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO, que” Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Autor: Senador OSMAR DIAS. Relator: Senador Pedro Simon. Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Adiado. OBS: Em 16-11-1999 foi concedida vista ao Senador Carlos Bezerra que devolveu sem voto em separado. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 1999, TERMINATIVO, que “Estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústrias. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Aprovado o projeto com votos vencidos dos Senadores José Fogaça, Bello Parga, Paulo Souto, Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos e Geraldo Althoff. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO, que” Altera a redação do § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que “Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Ramez Tebet. Parecer: Pela rejeição. Resultado: Remetido à CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 1999, TERMINATIVO, que “Acrescenta o inciso V ao art. 94 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola”. Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO, que “Dá nova redação ao inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional”. Autoria: Senador Ronaldo Cunha Lima. Relator: Senador



Paulo Souto. Parecer: Favorável nos termos da Emenda nº 1 – Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, DE 1999 – COMPLEMENTAR, NÃO TERMINATIVO, que “Dá nova redação ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que ” estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”. Autoria: Senadora Luzia Toledo. Relator: Senador Jorge Bornhausen. Parecer: Favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Remetido à CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 359, DE 1999, TERMINATIVO, que “Altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências”. Autoria: Senadora Luzia Toledo. Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 1999 – Complementar, NÃO TERMINATIVO, que “Autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicações na atividade rural”. Autoria: Senador Ernandes Amorim. Relator: Senador Gerson Camata. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: É concedida vista ao Senador Jonas Pinheiro. Foi aprovado ainda o Requerimento Nº 35-CAE/99, de autoria do Senador Eduardo Suplicy solicitando informações ao Ministro do Orçamento e Gestão e ao IBGE objetivando a instrução do PLS Nº 464, de 1999. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e tinta e dois minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, vamos dar início à 51ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, a primeira sessão legislativa ordinária da 51ª Legislatura.

Informo mais uma vez que esse é um recorde. Este é o ano em que mais fizemos reuniões.

Hoje começo a reunião fazendo apenas um comentário – ainda está faltando um Senador, que está chegando.

Passei o final de semana na Paraíba e o dia de ontem no Rio de Janeiro. Impressionei-me com o número de pessoas que tem assistido às reuniões das nossas Comissões, inclusive da Comissão de Economia.

O instrumento TV Senado é hoje extremamente poderoso. Fiquei surpreso com os comentários. Tive até mesmo uma eleitora bastante esclarecida, de bom nível, que disse: “O senhor foi duas vezes com a mesma roupa. Não faça isso não, troque a roupa!” Fiquei impressionado como se presta atenção aos detalhes.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Essa senhora é eleitora ou futura eleitora? Da Paraíba ou do Rio de Janeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Da Paraíba, com muita honra. Esse assunto do Rio de Janeiro são os adversários buscando desgastar. Mas, amigos...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – V. Exª fez uma consulta ao TSE?!

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Creio que devemos não só louvar a TV Senado – porque agora já não há atravessadores na comunicação –, mas, mais do que isso, devemos ter sempre muito cuidado, porque somos muito observados através desse instrumento, que presta hoje um grande serviço à República e que tem melhorado inclusive o nível do eleitorado, porque vêm a discussão, acompanham os debates e opinam. Isso é muito importante.

Senador Bernardo Cabral, V. Exª tem a palavra, já que a solicitou.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Eu pediria que o comentário de V. Exª fosse registrado em Ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Será registrado em Ata. Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

A Comissão recebeu o Ofício nº 62, contendo a manifestação do Banco Central sobre a solicitação para contratação de operação de crédito no Estado da Bahia no valor de US\$146 milhões, destinados a um programa de integração dos corredores rodoviários do Estado da Bahia.

Informo ainda que não pude distribuir esse parecer porque não veio completo. Estamos aguardando a documentação exigida pelo art. 15 da Resolução nº 78.

Registro isso porque teremos ainda dois grandes problemas até o final do ano. Inclusive um deles é a dívida do Estado do Rio de Janeiro, importante para resolver sérios problemas econômicos do sistema financeiro. Já foi aprovada na Comissão de Orçamento, presidida pelo Senador Gilberto Mestrinho, mas ainda não chegou até esta Comissão. Se pudéssemos encerrar o ano com ess-

es dois projetos resolvidos, não teríamos nada emergencial e poderíamos, com toda a certeza, ter o recesso. Já pedimos para analisar e não existe nada mais emergencial.

Vamos iniciar, então, a pauta.

Item nº 1. Projeto de Lei da Câmara de nº 59, de 1997, não terminativo, que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

É autor o nobre Deputado Germano Rigotto e Relator, o nosso Senador gaúcho José Fogaça, que solicita o arquivamento do processo.

Concedo a palavra ao Relator para proferir o seu parecer.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1997, que dispõe sobre a emissão e resgate de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

Ocorre, Sr. Presidente, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já se pronunciou a respeito da matéria, por intermédio de parecer do Senador Roberto Requião, declarando-a inconstitucional, já que o projeto tem por objetivo alterar as regras relativas a limites e condições de endividamento, sob a forma de emissão de títulos públicos de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Atualmente, a legislação que regula essa matéria se contém na Resolução nº 69, de 1995. É matéria de competência estrita do Senado Federal. A Constituição diz, no art. 52:

“Compete privativamente ao Senado Federal: (...) VII dispor sobre os limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal”.

Portanto, apesar das contribuições notoriamente importantes, positivas, aqui apresentadas pelo reconhecido mérito da matéria, ademais por ser de autoria de um Deputado extremamente laborioso, um conterrâneo, o Deputado Germano Rigotto, apesar disso, Sr. Presidente, não posso deixar de apresentar o parecer de acordo com a legislação.

A Câmara dos Deputados ou o Congresso Nacional não podem, por meio de lei complementar regular matéria privativa do Senado Federal, como pretende esse projeto. Por isso, sou obrigado a concluir pelo arquivamento do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O parecer é pelo arquivamento.

Em votação.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam sentados (Pausa.).

Aprovado.

Senador José Fogaça, eu também quero tecer louvor ao Deputado Germano Rigotto, já que S. Ex<sup>a</sup> é um dos melhores Parlamentares deste País. Inclusive S. Ex<sup>a</sup> está presidindo a Comissão Especial de Reforma Tributária.

Item nº 2. Projeto de Lei do Senado nº 464, de 1999, não-terminativo, que dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

O Autor é o Senador Osmar Dias e o Relator, o Senador Pedro Simon.

Peço ao Senador Luiz Otávio que, por gentileza, leia o parecer, que é favorável ao projeto com a Emenda nº 1.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Osmar dias, relatado pelo Senador Pedro Simon, que dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar 91, de 22 de Dezembro de 1997, dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

O referido projeto tem por finalidade alterar os §§ 1º e 2º, que dispõem sobre o Fundo de Participação dos Municípios, e a alteração proposta consiste, fundamentalmente em ampliar de 5 para 10 anos o prazo previsto naquela lei para redução dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, relativo aos Municípios que perderam população.

O voto do Senador Pedro Simon, como Relator é favorável, e S. Ex<sup>a</sup> conclui seu parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 464, de 1999, Complementar, propondo que seja suprimido o inciso I do § 1º da nova redação proposta ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de Dezembro de 1997, nos termos que se seguem, quando S. Ex<sup>a</sup> apresenta uma Emenda, a nº 1, em que S. Ex<sup>a</sup> pede que seja suprimido o inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 91.



Esse é o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) Em discussão o parecer favorável com uma emenda.

**O SR. EDUARDO SUPLY** Sr. Presidente, peço a palavra

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) O Senador Eduardo Suplicy tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLY** Sr. Presidente, preocupa-me a questão de como ficam os Municípios, que, ao contrário daqueles que tiveram a sua população diminuída, aumentaram significativamente a sua população? Se quisermos estabelecer um critério de equidade, não podemos desconsiderar que alguns Municípios tiveram um crescimento muito acentuado, passando a ter responsabilidades significativas do ponto de vista da prestação de serviços públicos. Se não houver uma conseqüente atenção para isso, considerando-se unicamente que os Municípios que perderam população passem a ter a mesma contribuição do FPM que antes, eu receio possa haver aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Um decréscimo.

**O SR. EDUARDO SUPLY** – ...uma dificuldade para aqueles Municípios que apresentaram um crescimento muito significativo de sua população. Os prefeitos desses Municípios obviamente têm expressado a todos os Srs. Senadores que suas contribuições de FPM ainda têm base em dados muito defasados em relação à realidade de seus Municípios. Por essa razão, muitos de nós temos recebido a conclamação por parte de prefeitos para que levemos em consideração o crescimento de suas respectivas populações.

Então, pergunto ao Relator se isso está devidamente considerado nessa proposição? É a indagação e preocupação que eu tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Excelência, gostaria apenas de fazer um esclarecimento antes de passar a palavra ao Senador Osmar Dias, que parece ter a resposta que V. Ex<sup>a</sup> deseja. Quando se desmembra, por exemplo, um município novo de um município antigo, por algum tempo de adaptação, o Fundo do antigo continua sendo o mesmo. Há, então, um prazo de adaptação. Não sei se, no caso específico, está...

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Está bem claro, Sr. Presidente, onde aqui diz:

“A proposta tem o mérito de aliviar o impacto do ajuste entre os Municípios no que diz respeito às variações do número de habitantes, porém não afeta

a partilha dos tributos entre as esferas de Governo que, naturalmente, é determinada pela Constituição Federal”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Osmar Dias, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu também tive a preocupação do Senador Eduardo Suplicy quando recebi a proposta da Associação dos Municípios do Paraná, que me pediu para apresentar esse projeto. E eu fui analisar a questão com os técnicos da própria Associação dos Municípios. A minha preocupação é que, ao estar beneficiando um grupo de Municípios, nós poderíamos estar levando ao prejuízo um outro grupo de Municípios.

São vários os fatores que levam um Município a perder população. Um deles é a repartição daquele Município quando um distrito é transformado num Município evidentemente perde-se população. Há, entretanto, um outro fator que atinge os Municípios menores, os Municípios pequenos. Eles já não têm capacidade financeira para gerar condições de manutenção dessas populações em crescimento ou pelo menos estabilizadas, já que não conseguem dar o mínimo de assistência à educação e, muito menos ainda, à geração de empregos. Quando fomos analisar que Municípios perderam população, verificamos que os Municípios menores são aqueles que têm uma perda proporcional de população maior. E essa perda de população se dá para Municípios grandes. Evidentemente, as famílias saem de Municípios de pequeno porte, quase sempre de dez mil habitantes para baixo, para procurar cidades maiores e nelas buscar uma oportunidade de emprego, uma vida com mais conforto. Então, se nós considerarmos que esses Municípios já estão perdendo população porque não conseguem oferecer as condições mínimas de manutenção da sua população ou de manutenção de uma taxa de crescimento da sua população, se a redução ocorrer em cinco anos, esses fatores vão agravar-se. Eles já não têm essas condições; perdendo receita em cinco anos, conforme a proposta da lei, essa situação tende a se agravar. Por isso a proposta de se permitir que esses municípios possam se adaptar a essa nova realidade num tempo maior, passando de cinco para dez anos.

A resposta à dúvida do Senador Eduardo Suplicy é a seguinte: o impacto da perda de receita para esses municípios pequenos é grande, mas o ganho dos municípios maiores, aqueles que ganharam população – haverá uma distribuição

daquela perda de receita dos municípios pequenos para outros municípios que ganharam população – é insignificante. O que estou querendo dizer é que o impacto da perda de receita para os municípios menores é grande, mas o impacto no ganho de receita para os municípios maiores que ganharam população é quase insignificante. Não haverá perda significativa para os municípios que ganhariam esta receita, que deixará de ser repassada em cinco anos para ser repassada em dez anos; para eles quase não vai significar nada, mas vai significar muito para os pequenos municípios que perderam população.

Não sei se consegui ser claro nessa minha explicação, mas este foi o argumento principal que me fez apresentar este projeto, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** – Para concluir, permite-me um aparte, Senador Osmar Dias?

**O SR. OSMAR DIAS** – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** – Vamos supor que haja um município no Estado do Paraná que nos últimos dez anos tenha tido a sua população aumentada, no período de 1990 a 1999, de 50 mil para 80 mil ou de 50 mil para 100 mil – talvez São José dos Pinhais.

**O SR. OSMAR DIAS** – Não, com essa proporção não.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** – Vamos supor que alguns municípios...

**O SR. OSMAR DIAS** – Nem Macapá.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** – Alguns municípios – como exemplo vou citar municípios de São Paulo –, como Guarulhos, em torno do aeroporto de Guarulhos, e como Itaquaquecetuba cresceram muito nos últimos quinze anos. Há outros no interior de São Paulo, mas também deve haver no interior do Paraná casos semelhantes. Será que esses municípios não serão significativamente prejudicados? Ou, na avaliação de V. Ex<sup>a</sup>, que estudou em profundidade esse projeto: esses municípios, ainda assim, terão um aumento de sua participação no FPM? Talvez não fosse tanto quanto se não houvesse esse projeto, mas, ainda assim, terão uma devida compensação? Eu só queria estar seguro disso, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Senador Eduardo Suplicy, a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é procedente, eu também a tive. No entanto, estudando e analisando os reflexos dessa alteração – vou repetir para reforçar o que disse –, quando ampliamos o prazo de perda de receita dos municípios que perderam população,

estamos reduzindo um impacto muito significativo para eles, pequenos municípios, porque a sua dependência do Fundo de Participação dos Municípios é muito maior do que a dependência do Fundo de Participação dos Municípios daqueles que estão ganhando população e que já eram municípios médios e grandes na maioria das vezes. Então, neste caso, o impacto que vai haver para esses pequenos municípios é significativo, ou seja, eles vão ter uma capacidade de sobrevivência maior ao esticarmos o prazo para dez anos. No entanto, para esses mesmos municípios que V. Ex<sup>a</sup> citou, cuja situação é semelhante à de São José dos Pinhais e Campo Largo, no Paraná, municípios que ganharam população acima do índice de crescimento normal do Estado, para eles esse acréscimo de receita quase nada significa. Mesmo que fosse em cinco anos, não significaria nada, porque o Fundo de Participação desses municípios que estão perdendo é tão pequeno que, ao ser somado à receita de Campo Largo, São José dos Pinhais e outros, não terá o impacto tão positivo quanto é negativo o impacto para aqueles que perderam.

Então, continuo com essa minha posição. Aliás, quero acrescentar que o projeto só foi apresentado depois de muito debate na Associação dos Municípios do Paraná com todos os municípios presentes. É lógico que alguns reclamaram, mas a maioria aprovou, inclusive alguns Municípios que ganharam população até por esse argumento que acabei de citar.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Permita-me uma observação. A redução da população de um Município não implica necessariamente o seu empobrecimento. Às vezes, pode acontecer o contrário. Quando a agricultura de um Município se moderniza, com o emprego de métodos modernos de produção uso de máquinas, adubos químicos etc., há um êxodo rural que pode resultar em uma redução da população desse Município, mas, concomitantemente, pode estar havendo uma prosperidade econômica. Essa é que é a verdade.

Casos como esse não são raros e devem ter acontecido muitos desses no sudeste do País. Pergunto, então, a V. Ex<sup>a</sup> se esse Município perdeu população, mas enriqueceu, prosperou e ainda será beneficiado no rateio dos recursos. Em segundo lugar, a realidade do Paraná é completamente



diferente do meio rural do Amazonas, por exemplo. Confesso a V. Exª que não sei qual o impacto desse projeto nos Municípios do Amazonas.

Senador Osmar Dias, V. Exª ouviu a Associação dos Municípios do Paraná e admitiu que muitos não concordaram, a maioria sim. Pergunto a V. Exª se não seria prudente de nossa parte ouvir, por exemplo, a Associação Nacional dos Municípios. Poderíamos fazer um levantamento nacional, porque não sei quais serão os efeitos disso no Amazonas, da mesma forma que o Senador Luiz Otávio não sabe quais serão os efeitos disso no Pará.

Tenho dúvidas a respeito disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Gostaria de fazer esclarecimento. De um tamanho de um Município em diante, quer dizer, do menor tamanho até alguns milhares, a classificação é a mesma. Então, se perdeu 1.000 1.500 ou 2.000, isso não vai fazer diferença na classificação. Será 06 ou 07 de coeficiente.

Há muita reclamação, na Paraíba, por exemplo, tendo em vista que um Município de 4.000 recebe igual a um de 6.000, e este não se conforma, porque o coeficiente é o mesmo, pois só depois de um número bastante significativo é que se passa para outro coeficiente.

No momento, essa é a explicação que posso dar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – (inaudível) O projeto não está mexendo nisso, nessa preocupação...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eu sei, mas essa foi a preocupação do Senador Eduardo Suplicy, que originou a pergunta de como será aquele Município que está perdendo; como será o tratamento dado para a maioria dos Municípios pequenos. Dentro desse parâmetro, ele não vai ter modificação, ou seja, vai continuar com o mesmo percentual.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Pergunto ao Senador Osmar Dias, mesmo que isso implique um retardamento na aprovação do seu projeto, se não seria melhor uma audiência pública com a Associação Nacional dos Municípios.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Senador Jefferson Péres, V. Exª me permite uma sugestão?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A palavra está com o Senador Jefferson Péres, que está fazendo uma indagação ao Senador Osmar Dias, que provavelmente terá uma resposta a dar e, em seguida, está inscrito o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, permita-me uma sugestão breve.

Talvez o Senador Osmar Dias tenha até feito, mas em caso contrário, poderíamos, pelo menos antes da votação do projeto em plenário, requerer ao IBGE uma informação precisa, porque é ele que define os coeficientes de distribuição do FPM\*, de qual seria a definição das quotas de FPM para os Municípios, tendo em vista o projeto que a CAE está por aprovar.

Assim, antes da votação em plenário, poderíamos ter o conhecimento completo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência tem uma sugestão e vai oferecê-la ao Senador Osmar Dias, que, por sua vez, pode incluí-la na sua resposta. Poderíamos formar uma comissão de cinco Senadores para conversar com representantes do IBGE, que seriam convocados. Nosso tempo é muito curto para realizarmos uma audiência pública, pois os trabalhos terminarão nos próximos dias e serão reiniciados apenas em janeiro. Portanto, a Presidência poderia entrar imediatamente em contato com o IBGE e, talvez, na próxima semana, já tenhamos todos os esclarecimentos para a Comissão presidida pelo Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, posso responder ao Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Fiz uma indagação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Fiz o acréscimo para que S. Exª já tenha uma posição.

**O SR. OSMAR DIAS** – Compreendo tanto a preocupação do Senador Eduardo Suplicy quanto a do Senador Jefferson Péres, embora discorde no que se refere à perda de população pela modernização da agricultura.

Creio que o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram os Estados que mais modernizaram sua agricultura. A regra, na verdade, é que a perda de população se dá por falta de condições, principalmente de emprego, dessas populações. O êxodo rural acaba transformando pequenas cidades em um local onde se multiplicam os trabalhadores volantes, os chamados bóias-frias, que acabam buscando, nas cidades médias e grandes, outra oportunidade.

De qualquer forma, a perda de receita desses Municípios compromete muito o desempenho das administrações municipais. Aliás, há alguns Municípios que só administram a folha de pagamento

e chegam a depender de 80% da receita do Fundo de Participação.

Por isso, apresentei o projeto. Compreendo que a realidade do Estado do Senador Jefferson Péres é outra, assim como a do Estado do Senador Eduardo Suplicy. E é por compreender essa condição que não sou intransigente em relação à minha proposta, que está aqui para ser debatida. Se for o caso de chamarmos o IBGE e a Federação Brasileira dos Municípios, concordarei plenamente. Apenas alerta para o fato de que talvez não tenhamos tempo para aprovar o projeto e sua aprovação seria inócua se ocorresse posteriormente, já que estaríamos perdendo mais um ano.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – V. Exª me permite um aparte, Senador?

**O SR. OSMAR DIAS** – Ouço V. Exª com prazer.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Como ficou, na legislação pós 1996, a situação dos Municípios que sofreram emancipações, ou seja, que perderam população em virtude da emancipação?

**O SR. OSMAR DIAS** – O Sr. Presidente já deu essa explicação no início. Foi dado um prazo de três anos para que os Municípios continuassem na mesma condição, como se a população anterior à emancipação tivesse sido mantida. Passados os três anos, será aplicada a regra da estatística do IBGE, ou seja, da população remanescente no Município-mãe.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Portanto, esse projeto não se aplicaria a 90% dos Municípios que já sofreram a emancipação porque entraram na regra.

**O SR. OSMAR DIAS** – Se vencido o prazo de três anos, sim.

Concordo com a decisão da Comissão de ouvirmos as autoridades. No entanto, alerta para o fato de que há um prazo para votação do projeto: tem que ser antes do dia 15.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência determina à Secretaria que hoje mesmo convoque o IBGE. A decisão será comunicada a V. Exª. Vamos tirar a matéria da pauta hoje e recolocá-la na próxima semana. Faremos com que tudo ocorra em uma semana.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, V. Exª já anunciou a decisão da Mesa com a qual concordo.

O próprio Senador Osmar Dias se preocupou com certas circunstâncias que pudessem, eventualmente, vir a prejudicar os Municípios. Creio ser prudente essa conversa, caso não haja uma audiência pública, com o IBGE e com a Representação dos Municípios. Sugiro, também, a presença do Tribunal de Contas da União.

**O SR. ERNANDES AMORIM** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Antes de passar a palavra ao Senador Ernandes Amorim, quero informar ao Senador Osmar Dias que a assessoria do Ministério da Fazenda já informa que o Dr. Nuno Bittencourt, Diretor de Planejamento e Coordenação do IBGE, já está à disposição de V. Exª para marcar o encontro. Vamos também providenciar o encontro com a Associação Brasileira de Municípios.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, não seria comigo esse encontro, mas com os Senadores que têm dúvida. Não tenho dúvida, apresentei o projeto.

**O SR. ERNANDES AMORIM** – Sr. Presidente, só para esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pois, não. V. Exª tem a palavra.

**O SR. ERNANDES AMORIM** – Sr. Presidente, o Senador Jefferson Péres tem razão, quando pede para que os representantes de dois municípios sejam ouvidos, até porque o IBGE, há mais de dez anos, não faz senso algum, e não existe base alguma para se decidir essa questão. Ele sabe que tudo é decidido nos municípios, e, a esta altura, seria coerente ouvir os representantes ou a associação que conhece o problema. Por isso, creio que o Senador Jefferson Péres tem razão e, depois de tudo, já não estamos com essa tal reforma tributária. A essa altura, deve-se haver convocação extraordinária para votar a reforma tributária e assunto que pode juntar uma coisa a outra e decidir esse problema. Mas se faz necessário ouvir os prefeitos ou as suas representações.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Será feito assim, Senador Ernandes Amorim.

Então, providenciaremos o encontro e pediríamos ao Senador Osmar Dias que coordenasse esse encontro, apenas o coordenasse. Vamos retirar o projeto de pauta hoje, voltando na próxima semana.

Item nº 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 270, terminativo, portanto votação nominal, que



estabelece a obrigatoriedade de aplicação de um mínimo de 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos no setor de agroindústrias. A autoria é do Senador Álvaro Dias, e o Relator é o nobre Senador Gilberto Mestrinho, do Amazonas.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este relatório já foi lido em reunião anterior. Ele trata de um projeto do Senador Álvaro Dias muito pertinente, levando-se em conta que a agricultura brasileira, ou o agronegócio, representa mais de 25% do PIB, e ele, além dessa importância do agronegócio, serve para estancar o movimento migratório do interior para as cidades, desde que se dêem condições à agricultura de funcionamento do interior. Essa atividade é a que tem o custo mais barato por geração de emprego, e o seu comportamento foi a salvação do País, da balança de pagamento do País, no último semestre, o que evitou que tivéssemos um déficit extraordinário.

Por isso, o BNDES, que já chegou a aplicar 29% de recursos na agroindústria, caiu, ano passado, para 13%. O que não é justo, porque, se é um banco de desenvolvimento, se a atividade de desenvolvimento mais promissora é essa atividade do agronegócio, se é social, e ela tem um alto alcance social, porque 60% de sua produção são de alimentos, e se é geração de emprego no interior, evitando a favelização da periferia das cidades, daí ser justo o projeto do Senador Álvaro Dias.

O parecer é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Esse projeto já foi discutido e foi pedida vista pelo Senador Romero Jucá, que devolveu sem voto separado.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, quero dizer que vou votar favoravelmente ao projeto de iniciativa do Senador Álvaro Dias. Mas, na verdade, tenho, em mão, informações do BNDES que reproduzem uma série, de 1990 até 1998, que vamos verificar que, tomando-se o setor de agropecuária, de alimento, o setor de bebida e agroindústria, houve realmente um crescimento exponencial dos empréstimos concedidos a eles. Inclusive, apesar de restrições no percentual financiado à empresa, o setor de agroindústria continua com um financiamento de 100%. Na verdade, segundo informações do BNDES, o que estão faltando são projetos, tomadores, possivelmente digo eu, porque os juros talvez não sejam atrativos. Mas o BNDES não tem deixado de financiar por falta de recurso. Na verdade, a demanda está sendo satisfeita. Se

tomarmos o ano de 1998 e considerarmos a agropecuária, o setor de alimentos, o de bebidas e a agroindústria, do total de US\$16 bilhões – os dados são em dólares, não podemos nem dizer que houve variação em função do câmbio e da desvalorização do real – vamos verificar que US\$4 bilhões correspondem a 25% aproximadamente do total do financiamento do BNDES.

Então, vou votar a favor do projeto, mas queria fazer essas ponderações, porque amanhã poderá haver o engessamento de 25%. Na verdade, poderá não haver demanda e esse dinheiro não poderá ser colocado em outro tipo de financiamento.

É um risco que vamos correr. Mas vou votar favoravelmente e dizer que não há demanda reprimida. Quem apresentou o projeto e satisfaz, evidentemente, as exigências do banco quanto à concessão do empréstimo, está sendo atendido. O que nos coloca na situação de dizer que, na verdade, se não há maiores financiamentos deve ser por causa dos juros, da capacidade de gerar projeto ou do endividamento das empresas que têm atividade na área da agroindústria. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Obrigado, nobre Senador Lúcio Alcântara.

Com a palavra o Senador Ernandes Amorim.

**O SR. ERNANDES AMORIM** – Sr. Presidente, já ouvi essa informação de que não há projeto no qual usar o dinheiro do BNDES da boca de um Ministro, e agora a estou ouvindo do nobre colega Senador.

Não sei se se financia as empresas estrangeiras porque elas têm projetos melhores do que os nossos, brasileiros, ou se a agricultura não merece um tratamento desses.

Estão de parabéns o Senador Álvaro Dias, que apresentou esse projeto, e o Relator, Senador Gilberto Mestrinho, por tê-lo acatado. Na verdade, o que precisamos fazer é investir o dinheiro do BNDES, que é dinheiro do trabalhador, que é dinheiro para o desenvolvimento, apoiando a agricultura.

É vergonhoso saber que um diretor do BNDES chegou a Rondônia, na semana que passou, para um encontro, e disse que Rondônia não foi financiada nem em 1%. Quer dizer, menos de 1% do dinheiro do BNDES foi levado para Rondônia, um Estado altamente produtivo. É o quarto maior produtor de café do País; é o segundo maior produtor de feijão, o segundo maior produtor de cacau, e menos de 1% foi aplicado no Estado de Rondônia.

Não posso conceber que se diga que os brasileiros não têm projetos que absorvam o dinheiro

do BNDES. Aliás, devo apresentar ainda uma emenda a esse projeto, talvez em plenário, para que um percentual mínimo seja destinado a cada Estado, para que não se esqueçam dos Estados da Região Norte.

A agricultura precisa desse dinheiro e todo mundo sabe que o Brasil só passa a se desenvolver se investir na agricultura.

Parabéns ao Senador Álvaro Dias e ao Relator, Senador Gilberto Mestrinho, por ter sido favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Pedro Piva e, em seguida, o Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria apenas cumprimentar o Senador Lúcio Alcântara, porque realmente não existem projetos brasileiros, infelizmente, no BNDES.

O BNDES tem mais caixa do que pode aplicar e tem direcionado os investimentos para projetos estrangeiros, o que não é justo, pois ele é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na agricultura, a situação é igual. Realmente, são pouquíssimos projetos, e V. Ex<sup>a</sup> chamou bem a atenção para isso. Os juros tornam inviáveis os projetos nacionais. Os estrangeiros têm os juros subsidiados, inclusive na agricultura. A França acaba de bater o pé, continuará subsidiando a sua agricultura, e nós, os agricultores brasileiros, temos que tomar empréstimos com juros de 20% ao ano, o que torna inviável a atividade econômica da agricultura.

Espero que pelo menos esse dinheiro possa ser canalizado o mais rapidamente possível para a agricultura, e para a indústria também, que não tem projetos com rentabilidade à altura, que lhe permitam ter tomadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, também tenho muita preocupação com o engessamento, quando se limita à aplicação de recursos.

Ainda está muito recente a luta desta Casa em relação a esse recurso do BNDES, que, na sua maior parte, vem do FAT. Hoje, a TJLP, mais os juros cobrados pelo banco, está em torno de 20 a 25%.

É famosa a frase de que compra-se um trator via Finame e dentro de quatro anos paga-se o trator quatro vezes. Portanto, a preocupação é com referência à fonte desse recurso.

O Senador Pedro Piva já expressou muito bem o perigo de os produtores e da agropecuária tomarem dinheiro baseado nos indexadores que há por aí, como a TR, que é alta, passando-se depois para a TJLP, que passa a ser mais alta que a TR. Tira-se a TJLP e coloca-se o IGP. Sr. Presidente, o IGP, só no mês de fevereiro deste ano, deu 4,4% e deve fechar o ano com mais de 20%. A preocupação é muito grande para o setor. Talvez por isso não tenha tido tanto êxito a aplicação dessa fonte de recurso.

Não quero ficar contra o projeto. Entretanto, a preocupação é como aplicaremos esse dinheiro em uma atividade em que o lucro não dá para remunerar tão alto os juros que hoje correm contra a agropecuária. Por outro lado, com relação à agropecuária, a não ser por algumas bolhas de preço que estão flutuando, temos a preocupação de que essas bolhas não são constantes, como de fato é uma bolha, e não temos um produto que rigorosamente venha a atender à aplicação de um recurso tão caro como está.

Portanto, a nossa preocupação fica muito mais por conta do preço desse dinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, sei que procedem as críticas de que projetos como este podem engessar o BNDES. Ainda assim, creio que o engessamento poderá ser melhor do que a atual liberdade de que dispõe a direção do BNDES para a aplicação de recursos, a ponto de concederem empréstimos discutíveis, para dizer o mínimo, como financiar empresas estrangeiras para adquirir empresas estatais, como fez recentemente com a Cesp Tietê, financiando mais de um terço do preço pago por aquela empresa estrangeira para aquisição de uma empresa estatal.

Pelo menos deveria haver clareza do BNDES quanto a sua política. Esse banco, que surgiu em 1952 para financiar, inicialmente, a infra-estrutura do País, que era tão carente em matéria de transportes, energia e comunicações, foi evoluindo posteriormente. Porém, foi proibido, como o é até hoje, de financiar empresas estatais, o que também é extremamente discutível. Por que uma empresa rentável como a Petrobras não pode levantar empréstimos do BNDES e empresas estrangeiras multinacionais podem? Isso nunca foi discutido aqui no Senado nem nesta Comissão, mas deveria ser.

Constrange-me, Sr. Presidente, como Senador, não poder fazer nada em relação a essa questão. Trata-se de um banco que mobiliza recursos da



ordem de aproximadamente R\$20 bilhões por ano. É um banco maior que o BID – creio que tem um porte equiparável ao do Banco Mundial – e deveria ser um importantíssimo instrumento de desenvolvimento econômico no sentido de bem distribuir, setorial e regionalmente, os seus recursos para beneficiar pequenas empresas e regiões subdesenvolvidas, no caso da agricultura, por exemplo. Isso não ocorre. Por isso, ressuscitei um projeto do Senador Beni Veras estabelecendo percentuais em relação às Regiões Norte e Nordeste. Esse projeto está nas mãos do Senador Freitas Neto, que até hoje não pôde relatá-lo.

Sr. Presidente, creio que, entre o risco do engessamento e o risco do arbítrio com que age atualmente o BNDES nos seus financiamentos, prefiro o primeiro, mesmo que seja para forçar esse banco a discutir conosco a sua política de crédito.

Por essa razão, acompanho o Sr. Relator, Senador Gilberto Mestrinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua a discussão da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino Braga.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, não creio que o projeto produzirá engessamento nas atividades do BNDES, simplesmente porque entendo que é irrealista e que não será cumprido, embora essa obrigatoriedade seja expressa em lei.

Na verdade, apesar de não haver mais oportunidade de pedir vista, poderíamos discutir o que seria uma política de juros. A prioridade de empréstimos do BNDES deveria ser estabelecida de acordo com uma política de juros: por exemplo, um diferencial de juros mais baixos para os projetos de agroindústria e para as aplicações nas Regiões Norte e Nordeste e naquelas que quiséssemos atender. A prioridade deveria ser expressa em termos de diferencial de juros, paralelamente a uma proibição de operações do gênero da que foi feita para o financiamento da compra, por empresas estrangeiras, de empresas de serviço público brasileiro.

Mas não votarei contrariamente ao projeto. Como muito bem disse o Senador Jefferson Péres, essa nossa aprovação poderá suscitar uma atenção da direção do BNDES no sentido de discutir conosco a questão das prioridades nas suas aplicações.

Voto tranqüilamente, sem nenhum receio de engessamento. Penso que o projeto será inócuo, pois não se cumprirá. Deveríamos dar mais atenção às

taxas de juros e à proibição de aplicações do dinheiro do BNDES – que é recurso do FAT, ou seja, do trabalhador – em empresas estrangeiras adquirentes de empresas nacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça. Em seguida, falará o Senador Paulo Souto.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Sr. Presidente, na recente experiência que tive como Relator da medida provisória do endividamento agrícola, constatei, de maneira cabal e incontestável, que os sistemas de financiamento mais críticos para a agropecuária brasileira foram aqueles obtidos junto ao BNDES, pela enorme capacidade de expandir o setor e em virtude da alta dos juros.

Os juros são estratosféricos no BNDES. Esse é um setor que precisa de subsídio, de apoio financeiro, o que o BNDES não concede. Os casos mais graves de endividamento são os que ocorrem em razão da compra de colheitadeiras, tratores, ordenhadeiras, enfim, de máquinas e implementos agrícolas, por intermédio do Finame, que é um dos programas do BNDES. Isso acabou custando para o País, para os cofres públicos, um preço altíssimo. Não é que não se deva privilegiar a agroindústria; ao contrário, deve-se privilegiar a agroindústria, deve-se beneficiar esse setor por meio de uma oferta de recursos. Mas não do BNDES, Sr. Presidente. É isso que não entendo nesse projeto: não do BNDES, que não é o caminho adequado para a agroindústria ou para a agropecuária. Apenas isso.

Vejo o objetivo como algo muito bom, mas que não pode ser alcançado por essa via. Não entendo como se estabelece um fim e um meio que não o alcança. Qual é o fim?

Ajudar a agroindústria. Qual é o meio? Dinheiro do BNDES. Não ajuda, Sr. Presidente. O processo de endividamento é brutal e os custos para o País, para os cofres públicos, para o Orçamento da República, depois, são muito elevados. Isso posso dizer a V. Ex<sup>a</sup>: passou de R\$ 4 bilhões o que se teve que aportar em termos de orçamento para cobrir o endividamento da agricultura brasileira.

Portanto, a agricultura brasileira precisa de financiamento subsidiado, sim, mas por outra fonte, na minha opinião, na minha modesta e precária opinião. Tenho muita dúvida em relação a esse projeto, porque fico dividido entre apoiar o fim e rejeitar os meios. Apóio o fim, que é ajudar a agroindústria; mas, quanto a esse meio, via BNDES, a contastação que tive foi desastrosa, foi extremamente desastrosa. Todos os financiamentos

via Finame causaram um processo de endividamento brutal, principalmente quando carregados por correção monetária. Houve um subsídio, agora, que foi concedido para se desdobrar em 20 anos. É por isso que não custa tanto para o País, mas se isso continuar subseqüentemente, não sei, fico de mãos tolhidas, impedido de tomar uma decisão com clareza, com consciência, porque me foi dada uma opção que é, praticamente, uma escolha entre o fim e o meio. O meio é ruim, neste caso, e o fim é bom. Fica difícil de votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Paulo Souto.

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr. Presidente, já tive oportunidade de expressar, aqui, a minha opinião. É claro que todos nós estamos preocupados em ter recursos – eu diria – a custos compatíveis para financiamento da atividade agroindustrial; mas, por exemplo, nos debates a que assisti, aqui, hoje, ouvi críticas com relação ao fato de o banco emprestar dinheiro para multinacionais, críticas a taxas de juros, a prazo. A isso tudo sou favorável. Não entendo o que isso tem, necessariamente, a ver com projeto de lei feito pelo Senado para que o banco tenha que aplicar 22% no setor de agroindústria.

Creio que, realmente, não é uma função nossa, do Senado, chegar a esse nível. Fico imaginando quantos projetos poderão aparecer. Alguém poderá dizer que é muito importante financiar o turismo, por exemplo, e pedir tantos por cento para esse setor; outros poderão dizer que é muito importante financiar a indústria naval, ou a indústria petroquímica, e ficarmos, aqui, colocando isso em projeto de lei. Efetivamente, isso não me parece adequado.

O mais importante é o que ouvi justamente aqui: críticas à política de juros, ao fato de financiar multinacional – as quais incorporo com todo vigor –, mas não ouvi nada que defendesse exatamente o fato de colocarmos em uma lei, aprovada pelo Senado Federal, essa percentagem para o setor agroindustrial.

Por isso, não tenho, absolutamente, nenhuma dúvida em votar contra esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Gilberto Mestrinho.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, atuei como Relator desse projeto e entendi que o Senador Álvaro Dias teve uma preocupação muito grande com dois aspectos da questão: primeiro, um banco que pudesse financiar a longo prazo ficaria à disposição também da agricultura. O BNDES financiaria a longo

prazo; e o segundo, que esse organismo dê uma prioridade de aplicação a uma atividade que é altamente significativa e crescente na formação do Produto Interno Bruto. E, como o BNDES é um banco de desenvolvimento econômico e social do País, deve voltar sua atividade para o desenvolvimento do País, visando à poupança interna.

Hoje, a maior poupança interna se faz na agricultura, embora seja uma atividade altamente sacrificada pela sociedade brasileira, que mantém preços, combate à inflação, tudo à custa da agricultura ou do agronegócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdão, Senador Gilberto Mestrinho, este Projeto é terminativo. A votação, pois, será nominal. Como se trata de um assunto extremamente importante, pediria a atenção dos Srs. Senadores.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Se os juros são altos, a política de juros está errada. Discutimos o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, que tem recursos públicos para aplicar na atividade econômica e desenvolver o País. Então, que se estabeleçam taxas baixas que mudem a política de juros. O que não pode é o BNDES cobrar alto, não podendo dar apoio à agricultura, fazendo com que se tenha de procurar outro banco. Qual outro banco? Vai procurar. Essa é a realidade.

Quanto à inexistência de projetos, vou citar dois exemplos. Em uma das vezes em que fui Governador, era Presidente do BNDES o Dr. Pêrsio Arida. Depois de muita discussão, criou-se um programa que aplicaria na Amazônia R\$1 bilhão (PAI). Houve uma reunião em Manaus e uma festa. Depois foram para Belém. Não aplicaram um centavo, não por falta de projeto. Fizeram-se inúmeros bons projetos, e não aplicaram.

No ano passado, uma delegação de empresários do Amazonas Federação de Indústria, Federação de Agricultura foi ao BNDES reclamar que a instituição não aplicava recursos na região. E todos nós sabemos, pois houve debate no Senado, que a aplicação em toda a região Norte é de apenas 1,4%. Chegando ao BNDES, o então Diretor disse no ano passado que faltavam projetos e que, se houvesse projeto, não haveria problema, porque existiria recurso. E eles perguntaram: “Podemos trazer dez projetos completos?” E ele respondeu: ‘Podem’. Duas semanas depois, o mesmo grupo voltou ao BNDES, trazendo dez projetos, que foram examinados. E o BNDES disse: ‘Estão uma beleza. Dentro de duas semanas, os técnicos do BNDES estarão em Manaus para dar o **start** nesse processo’. Até hoje esses



técnicos não chegaram ao Amazonas. Essa é a realidade. Então, não é engessamento. É criar o mínimo, pelo menos, de prioridade de orientação, para que o interesse nacional fique acima dos interesses das multinacionais. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** (Ney Suassuna) – Em votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – (*Fora do microfone*) ... e, até hoje, ele já deixou o Governo duas vezes, já foi Governador duas vezes, e esses técnicos ainda não chegaram lá. Acredito que a mesma coisa acontece com o Nordeste. O BNDES é um banco do centro-sul do País, região onde atuam as grandes empresas que levam todo o seu dinheiro e, agora, também as multinacionais, na compra de estatais brasileiras.

Eu vou votar favorável pelas razões e desrazões aqui apresentadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Senador José Fogaça?

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Diante da experiência que tive como alguém que estudou a questão das dívidas agrícolas, Sr. Presidente, eu sou obrigado a votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Luiz Estevão. (Pausa.)

Senador Gilberto Mestrinho. Sendo o Relator, portanto o voto é favorável.

Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permite uma declaração de voto?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Eu quero votar favoravelmente a esse projeto, Sr. Presidente. E voto favoravelmente apesar de não concordar muito com vinculação de recursos. Mas, no caso específico, a vinculação de recursos se destina a sanar uma grave injustiça que o banco vem cometendo através dos tempos, principalmente quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social concentra a maior parte dos seus recursos nas regiões Sudeste e Sul do País, olvidando-se, por exemplo, da minha região, da região Centro-Oeste.

Se nós estamos discutindo seriamente o problema do campo, se o campo está pedindo passagem para ajudar no desenvolvimento do País e não encontra essa passagem porque existe uma porteira, a porteira dos juros altos, da falta de crédito, constituída de exigências burocráticas as mais

difíceis de serem transportadas, creio que é muito justo que se destine uma parte desses recursos para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária do País.

Hoje, Sr. Presidente, precisamente hoje, numa região dos Estados Unidos...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há orador na tribuna!

**O SR. RAMEZ TEBET** – ... há um grande encontro em que o Brasil se fará representar, o último encontro do milênio, procurando enfrentar uma série de dificuldades para eliminar a barreira que os países ricos impõem aos países pobres, sacrificando, no caso, a agricultura e a pecuária no Brasil.

Ninguém ignora o que se faz contra o nosso País. Nós precisamos fazer a nosso favor. Se os outros fazem contra nós, por que os estabelecimentos financeiros do nosso País não fazem por nós? Como é que nós vamos ter força moral para gritar lá fora, se nós aqui dentro não estamos fazendo por nós? Um país com uma dimensão territorial do nosso!

Eu não posso conceber tanta injustiça. Eu represento o Centro-Oeste, precisamente o Estado do Mato Grosso do Sul, onde não há nem agência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. E quantas vezes nós não estamos clamando e pedindo que o BNDES instale lá, nos nossos Estados, pelo menos uma representação! Hoje essa representação se faz pagando-se. Qualquer empresário do Centro-Oeste brasileiro, do Mato Grosso do Sul especificamente, que conheço melhor, que quiser um empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem que usar uma agência financeira que cobra um **spread** muito alto, aumenta muito o custo do dinheiro e o inviabiliza. Enquanto isso, assistimos!

Tenho que ter coragem de afirmar, Sr. Presidente, que as privatizações deste País foram financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e pelo Banco do Brasil. Pergunto: por que a agricultura brasileira não pode ser financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O voto de V. Ex<sup>a</sup> é favorável?

**O SR. RAMEZ TEBET** – Claro! Mas quero fundamentar o meu voto. Nessa hora, não basta votar, tem-se de ter uma posição firme. E a posição em defesa dos interesses do meu Estado, da

agricultura e da pecuária, tenho que deixar aqui patenteada.

Portanto, voto no sentido de que haja realmente a vinculação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Senador Carlos Bezerra?

Faltaram três do PMDB. Portanto, vamos ver quem está presente. (Pausa.)

Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Voto “não”. Quero fazer uma justificativa a exemplo do Senador Ramez Tebet.

Estamos aqui consagrando em lei o número mágico de 22% como salvação da agropecuária e da lavoura. Digamos que hoje a conjuntura indique que deva ser dado um tratamento preferencial à agropecuária, ao setor primário da economia. Adiante, se outro ramo econômico precise de incentivo do Estado, modificaremos uma lei, porque chegamos ao número máximo de 22%.

Não é essa, no meu entender, Sr. Presidente, a maneira correta de agir. Existe demanda reprimida? Não. Existe um atendimento que é feito pelo BNDES que não tem agência em Estado nenhum. Ele trabalha por meio da rede bancária oficial e particular.

Assim, não vejo como se consagre em lei esse número mágico de salvação da lavoura.

Voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Senador Jonas Pinheiro?

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, pela intenção, voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Senador Freitas Neto? (Pausa.)

Como vota o Senador Paulo Souto? (Pausa.)

Como vota o Senador Romeu Tuma?

**O SR. ROMEU TUMA** – Concordo com o Senador Bello Parga.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Sr. Bernardo Cabral? (Pausa.)

Como vota o Senador Geraldo Althoff?

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Quero também justificar o meu voto fazendo duas reflexões: em primeiro lugar, de 1990 a 1998, houve um aumento de 529% de desembolso por parte do BNDES para a agroindústria. Em segundo lugar, pelo que foi debatido de maneira muito clara, inclusive por aqueles que defendem o projeto, de que esse

dinheiro estará disponibilizado. Mas a taxa de juro, aplicada pelo banco, vai inviabilizar os agricultores a buscarem esse dinheiro.

Assim, meu voto é contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Senador Siqueira Campos?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Eu gostaria também de declarar que considero a intenção amplamente justificada, mas justifico minha posição contrária em função da reunião da bancada do Partido da Frente Liberal, quando decidimos que votaríamos contrariamente a todas essas formas de vinculação e possivelmente de engessamento.

Esse foi um entendimento amplamente discutido na Bancada que se aplicaria a esse tipo de caso.

Acompanho o exposto pelo Senador Paulo Souto.

O meu voto é contrário, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como vota o Senador Antero Paes Barros? (Pausa.)

Como vota o Senador Romero Jucá?

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Voto “sim”, Sr. Presidente.

Como vota o Senador Pedro Piva?

**O SR. PEDRO PIVA** – Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. OSMAR DIAS** – Posso votar nesta matéria, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há du as vagas. V. Ex<sup>a</sup> é o segundo suplente.

**O SR. OSMAR DIAS** – É que o autor é meu irmão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> é qu e tem que se julgar impedido.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, não discuti esta matéria por uma questão de ética. Eu tin ha muito a dizer a seu respeito, mas meu voto é “si m”.

(*Continua a votação nominal.*)

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, qu ero fazer uma breve declaração.

Creio que esse projeto é inócuo, mas vou votar a f avor como forma de manifestar a inconformação do meu Estado com a política de crédito do BNDES e tar nbém um meio de forçar o Senado e o Congresso Nacional a discutir o BNDES.

Portanto, meu voto é “sim”.

(*Continua a votação nominal.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Foram 14 · votos “sim”; e 6 “não”.



Foi aprovada a matéria.

Item nº 4.

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1999, não-terminativo. Altera a redação do § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O autor é o nobre Senador Lúcio Alcântara, e o Relator é o Senador Ramez Tebet, que dá parecer pela rejeição.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Tem V. Exª a palavra pela ordem, para uma preliminar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – O projeto tem uma ementa muito extensa e elaborada. Mas o que queremos é uma coisa muito simples: que o livro deixe de ser material permanente para ser material de consumo na classificação das despesas do Orçamento Federal. Por quê? Há uma grande dificuldade para os bibliotecários de manejarem o livro nessa classificação de material permanente. Há, inclusive, problema de aquisição, de descarte, uma série de coisas.

O Senador Ramez Tebet manifestou-se pela rejeição, alegando que há o entendimento de que o artigo da Constituição que trata dessa matéria diz que haverá uma lei complementar que vai tratar de todos esses assuntos. E não poderia haver leis complementares tratando de assuntos isolados.

Não obstante, tramita na Câmara dos Deputados, enviado pelo Poder Executivo, o projeto de lei de responsabilidade fiscal, que é uma lei para alterar esse artigo da Constituição. Alguém poderia dizer que isso é na Câmara, quando chegar ao Senado poderemos ter outro entendimento. É verdade. Só que nessa mesma página da pauta, no Item nº 7, há um projeto de autoria do nobre Senador Luzia Toledo, com parecer favorável do Senador Jorge Bornhausen, também alterando a Lei nº 4.320, com parecer favorável.

O que sugiro, Sr. Presidente, é que, ouvido o Plenário, o projeto de minha autoria seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para ouvi-la, saber se ela entende que o projeto é legal e constitucional ou não, independentemente do mérito. É minha sugestão. Porque não poderíamos admitir, nesta mesma Comissão, um tratamento diferente no projeto de minha autoria, que é o Item nº 4, e no projeto de autoria da Senadora Luzia Toledo, que é o Item nº 7.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer do Relator Ramez Tebet é contrário. A sugestão do autor é que, tendo em vista essa incongruência, enviássemos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pedindo sua manifestação prévia.

A Presidência consulta se os Srs. Senadores estão de acordo.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, qual é o item?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Item nº 4, página 38.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – De acordo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não tendo quem queira discutir, estamos aprovando a retirada e o envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para uma manifestação prévia.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sugeriria, a respeito do Item nº 5, que a Secretaria verificasse, segundo informa a minha assessoria, se esta Comissão já aprovou o PLS nº 31/98, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, em 1998, que trata de matéria idêntica e que se encontra na Câmara dos Deputados. É a informação da assessoria, que ainda não verifiquei se procede.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Exª está sugerindo uma diligência. Esse processo sairia de pauta hoje, para que fosse feita uma diligência.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Gostaria, Sr. Presidente, de dar um esclarecimento. Pode ter havido um equívoco da minha parte. Na verdade, estou reapresentando esse projeto, que foi apresentado anteriormente pelo Senador José Ignácio, como aliás digo na própria justificativa e comuniquei a S. Exª, hoje Governador do Espírito Santo.

A informação que me foi trazida é de que o projeto teria sido arquivado. Então, se o projeto já estiver em tramitação na Câmara...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vamos retirar de pauta por um momento, deixando para o final. Enquanto isso, a Secretaria procura ver.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Estou de acordo que se retire de pauta para ser examinado em outra reunião.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Senador Lúcio Alcântara, V. Ex<sup>a</sup> pode ter razão não sei. Aqui diz que teria sido remetido à Câmara dos Deputados em 17 de junho de 1998.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, retirado de pauta para diligência de esclarecimento.

Há um requerimento do Senador Eduardo Suplicy que busca resolver aquele problema anterior, nos seguintes termos:

“Que sejam prestados pelo Ministro de Orçamento e Gestão e pela Presidência do IBGE as seguintes informações: considerando os critérios de definição de quota de contribuição do Fundo de Participação dos Municípios, levando-se em conta a Lei Complementar nº 91, de 1997, e a nova redação proposta pelo Projeto de Lei do Senado de nº 464/99, quais seriam os efeitos para os Municípios brasileiros, tendo por base os últimos dados disponíveis pelo IBGE?

2º – Exemplificar como ficaria a situação dos Municípios que perderam e que ganharam população nos últimos 10 e 20 anos, a partir da aprovação do PLS nº 464/99, vis a vis a situação presente”.

Então, ao invés de convocar as pessoas aqui, o Senador Eduardo Suplicy acha que seria mais produtivo termos as informações rapidamente aqui postas no papel.

**O SR. AGNELO ALVES** – Qual é resposta, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Isso será imediato. Vamos passar para a assessoria dos dois ministérios imediatamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Se o diretor do IBGE quiser trazer aqui os dados, melhor ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Melhor ainda.

Os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

**Item 6:**

O Senador Paulo Souto pediu para retirá-lo de pauta, e a Mesa acatou.

Antes de passar para o Item nº 7, gostaria de informar a V. Ex<sup>as</sup> que hoje à noite temos um debate

com a Agência Nacional de Petróleo. Todos os Srs. Senadores estão convidados. É um tema palpitante, tendo em vista que tivemos os últimos leilões de lotes para exploração e, além do mais, estamos tendo um problema sério em relação às plataformas de prospecção de petróleo. Será na nossa residência, no jantar hoje à noite.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O jantar de hoje, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O jantar de hoje. Todos estão convidados.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Quem vai é o Ministro? O Presidente da Petrobras vai?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eu pedi para que convidassem o Presidente da Petrobras também.

Item nº 7 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 581, de 1999, que dá nova redação ao § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Autora: Senadora Luzia Toledo. Relator: Senador Jorge Bornhausen, que dá parecer favorável, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Pediria ao nobre Senador Geraldo Althoff que, por gentileza, lesse o voto do relator.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, não era esse item que o Senador Lúcio Alcântara disse que era exatamente igual?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se nós mandamos um para a Comissão, por que não mandamos o outro para ter uniformidade de comportamento? Essa é uma indagação da Presidência.

Se os Senadores concordam com essa colocação...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, o levantamento feito pela Secretaria, que me foi entregue agora, confirma: “Ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando projeto para revisão, nos termos do art. 75 da Constituição Federal”.

Agora resta saber se é exatamente a mesma matéria, como está dito aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A proposta colocada é de se dar o mesmo tratamento dado àquele de autoria do Senador Lúcio Alcântara. Ou seja, encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que sejam verificadas os pré-requisitos constitucionais e de juridicidade deste processo.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao item nº 8 da pauta. Esse item requer votação nominal e é terminativo.

Trata-se de projeto de lei que altera o prazo de financiamento pelo Fundo Geral de Turismo – Fungetur – para a construção de hotéis de turismo e dá outras providências. Autora: Senadora Luzia Toledo. Relator: Senador Freitas Neto, que apresenta parecer pela rejeição do projeto.

Peço ao nobre Senador Geraldo Althoff que, por gentileza, leia o parecer do Senador Freitas Neto.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de V. Ex<sup>a</sup> solicitar a minha relatoria *ad hoc*, casualmente, por interesse próprio, busquei as informações desse projeto e as li. Na realidade, o que a nobre Senadora Luzia Toledo solicita no projeto é uma redução do tempo de financiamento. Não me parece que seria pertinente neste momento que nós reduzíssemos esse tempo.

Por esta razão, colocamos a nossa posição favorável ao voto do Relator Freitas Neto pela rejeição do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação nominal.

**O SR. PAULO SOUTO** – Não estou esclarecido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. PAULO SOUTO** – Não, não. Eu não estou esclarecido. Eu queria que alguém aí...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O relator opta pela rejeição.

**O SR. PAULO SOUTO** – Mas o projeto pretende o quê? Aumentar o prazo?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Aumentar o prazo.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – Reduzir o prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdão, reduzir o prazo para construção de hotéis, nesse programa da área de turismo.

**O SR. PAULO SOUTO** – Reduz o prazo de financiamento?

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – É verdade: de dez para seis anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – De dez para seis anos.

**O SR. PAULO SOUTO** – Está bom. Estou esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por unanimidade...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** – A votação já ocorreu. Gostaria de registrar meu voto contra o voto do Relator. No meu entendimento, pelo que estou lendo do projeto, é exatamente o inverso da explicação fornecida aqui. O projeto estabelece que o prazo de financiamento para que o Fungetur construa hotéis de turismo é inadequado para estimular o crescimento do setor. Argumenta que o prazo atual é de três anos para amortizações e de dois para carência. E o projeto aumenta para seis. Assim, é evidente que melhora as condições de financiamento para o setor. Diante disso, mesmo sendo voto vencido – não sei se alguém deseja rever a votação –, voto com a co-autora, pois o projeto incrementa, sem dúvida nenhuma, a questão do turismo.

Creio que foi dada uma informação, aqui, de que o projeto reduz o prazo. Ao contrário, aumenta. Acredito que é fundamental para incrementar o setor do turismo no Brasil. Por essa razão, gostaria de deixar registrado que voto com a autora.

**O SR. ERIVANDES AMORIM** – Também gostaria de corrigir meu voto. Voto, portanto, com a autora do projeto, tendo em vista que visa aumentar o prazo, já que isso beneficia demais quem está investindo na área.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Sr. Presidente, também revejo meu voto.

**O SR. PAULO SOUTO** – Também revejo meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, o Relator diz o seguinte...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Por que o Relator é contra?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vou passar a palavra ao Relator a fim de que dê explicações.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Não existe isto na Casa: votar, voltar atrás e dizer que quer votar novamente, pois não entendeu!

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Exato. Mantenho meu voto, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – Mantenho meu voto.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Mas quero...

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** – E mantenho porque o Relator diz que aumentar o prazo gera despesa. Isso necessita de subsídio. E são os subsídios que inviabilizam o Fungetur. Na verdade, o projeto é também inconstitucional. Se for aqui aprovado, Sr. Presidente, requeiro apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto, realmente, por melhor que seja a intenção, não pode ser aprovado, na minha opinião.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, posso ler o que diz o Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O funcionamento e as operações desse fundo são reguladas pela Deliberação Normativa nº 372 da Embratur. Essa norma estabelece até dez anos de prazo para o reembolso do financiamento, sendo a carência compreendida nesse prazo de no mínimo seis meses e máximo de três anos.

Em 6 de novembro de 1998, foi expedida a Deliberação Normativa nº 401, passando o prazo de reembolso para até treze anos, sendo a carência de seis meses a quatro anos. Dessa forma, os prazos atuais de carência e amortização são bem maiores do que os alegados pela autora da proposição. Se tem razão o Relator, mantenho meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Os votos estão tomados. Faltava apenas o voto do Senador Antero Paes de Barros, que acabou de votar contrariamente. Indago se alguém mais tem alguma colocação a fazer. Passo a palavra ao Relator **ad**

**hoc**, porque não é o Relator e não tem a obrigação de conhecer a matéria em profundidade.

Senador Geraldo Althoff com a palavra.

**O SR. GERALDO ALTHOFF** – (*Fora do microfone*) Não votei e gostaria de votar, porque, mesmo sendo suplente tenho a ausência (*INAUDÍVEL*) para minha votação (*INAUDÍVEL*) pelo Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, perdeu-se a unanimidade, tendo um voto contrário, que é o voto do Senador Antero Paes de Barros. Aliás, o Senador Antero Paes não pode votar. O Senador Luiz Otávio saiu; logo, o Senador Ernandes Amorim vota.

**O SR. ERNANDES AMORIM** – Meu voto é válido. Voto com a autora do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, o voto é “não”.

Portanto, são dois votos contrários e 14 votos favoráveis.

Item nº 9:

Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1999, não-terminativo, que autoriza a captação de recursos no mercado externo para a aplicação na atividade rural. Autor, o Senador Ernandes Amorim; Relator, Senador Gerson Camata, que dá parecer favorável ao projeto.

Peço, por gentileza, ao nobre Senador Jefferson Péres que faça a leitura do Senador Gerson Camata. V. Exª pode ir direto ao voto, por favor.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O Projeto de Lei nº 348, complementar, de 1999, que autoriza a captação de recursos no mercado externo para aplicação na atividade rural será de importância fundamental para o aprimoramento do sistema de crédito agrícola no Brasil.

Como é do conhecimento público, o principal problema que a nossa agricultura apresenta é a falta de disponibilidade de crédito com taxas de juros compatíveis com a atividade econômica rural. As contingências da política econômica fazem com que a política monetária seja extremamente restritiva, a fim de evitar o crescimento do nível de preços. Como subproduto dessa ação, acaba-se inviabilizando o incremento do crédito agrícola.

O acesso a linhas de crédito internacional permitirá uma redução do custo financeiro do setor agropecuário, viabilizando o crescimento da produção nacional.

Destarte, em não havendo vícios de natureza legal, constitucional e de técnica legislativa, voto pela



aprovação do projeto, nos termos apresentados. Senador Gerson Camata.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer é favorável.

Em discussão a matéria.

**O SR. JONAS PINHEIRO** – Sr. Presidente, conheço três resoluções do Banco Central que disciplinam essa matéria: é a famosa Resolução 63 caipira, que todos já conhecem; a Resolução 2.148; e, agora, a Resolução 2.483.

Portanto, eu gostaria de aqui receber a solidariedade da Comissão. Peço permissão ao nobre Senador Ernandes Amorim para pedir vistas deste processo, para podermos trabalhar melhor sobre este projeto, em função das normas do Banco Central, que já existem, a respeito de captação de recurso externo. Esse recurso, na verdade, alavanca a agricultura brasileira.

Tivemos uma crise agora, com a desvalorização do Real. Quem teve acesso a esse recurso não está conseguindo pagar, porque na época em que captou esse recurso, o dólar valia R\$1,10. Depois, teve que pagar com o dólar a R\$2,00. Portanto, ficou bastante difícil.

De forma que, apenas para tentar enriquecer este projeto, Senador Ernandes Amorim, quero pedir vistas, prometendo retornar logo que tivermos algumas informações, para que se agreguem alguns conhecimentos já existentes sobre o assunto, em função das resoluções que já existem no Banco Central.

Com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, peço vistas do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência concede vista a V. Ex<sup>a</sup> por cinco dias.

Felicitos as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores porque esgotamos a pauta. A Presidência avisa que faltam ser chamadas duas regiões, Sudeste e Norte, e peço sugestões a Vossas Excelências sobre qual deve ser chamada primeira. (Pausa.)

Por sugestão, vamos chamar a região Norte.

Está convocada a região Norte para a próxima semana.

Agradecemos a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

**Ata da 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 7 de dezembro de 1999, às 10 horas.**

Às dez horas do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Jonas Pinheiro, Bernardo Cabral, José Alencar, Lúdio Coelho, Luiz Otávio, Agnelo Alves, Osmar Dias, Pedro Piva, Gilberto Mestrinho, Paulo Souto, Jorge Bornhausen, Luiz Estevão, Bello Parga, Antero Paes de Barros, José Roberto Arruda, Jefferson Péres, Roberto Saturnino, Arlindo Porto, Romero Jucá, Amir Lando, Edison Lobão, Freitas Neto, Carlos Bezerra, Eduardo Siqueira Campos, José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Francelino Pereira e Lauro Campos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **MENSAGEM Nº 217, DE 1999, NÃO TERMINATIVA**, que “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada à composição de linha de crédito e ao refinanciamento do BNDES”. Autoria: Executivo. Relator: Senador Francelino Pereira. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **OFÍCIO “S” Nº 61, DE 1999, ( OFÍCIO EXTERNO Nº 04399 DE 23-11-99, NA ORIGEM), NÃO TERMINATIVO**, que “Encaminha ao Senado Federal Parecer contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Campo Largo (PR) para contratar operação de crédito com o Banco do Estado do Paraná S/A – BANESTADO, no âmbito do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinada aos investimentos financiáveis pelo Programa Paraná Urbano/FDU e vilas rurais”. Autoria: Bacen. Relator Ad Hoc: Senador Pedro Piva. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: aprovado o parecer do relator. **OFÍCIO “S” Nº 54, DE 1999, ( OF. 04022 DE 27-10-1999, NA ORIGEM ), NÃO TERMINATIVO**, que “Encaminha ao Senado Federal Parecer DEDIP-99/029, de 13-10-99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de João Dourado – (BA) para contratar operação de crédito

junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-estrutura Urbana – PRODUR administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A – Desenbanco, no valor de R\$ 663.000,00, destinada a investimentos na área de desenvolvimento urbano”. Autoria: Bacen. Relator: Senador Edison Lobão”. Parecer: Favorável nos termos do prs que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OFÍCIO “S” Nº 53, DE 1999, (OF. 04021 DE 1999, NA ORIGEM, NÃO TERMINATIVO, que “Encaminha ao Senado Federal Parecer EDIP-99/019, de 13-10-99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Dias D’Ávila (BA) para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-estrutura Urbana – PRODUR, administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A – Desenbanco, no valor de R\$2.992.000,00, destinada a investimentos na área de desenvolvimento urbano”. Autoria: Bacen. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S.A. – IRB-BRASIL para a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e dá outras providências”. Autoria: Executivo. Relator: Senador Edison Lobão. Parecer: Favorável. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, José Alencar e Carlos Bezerra. OFÍCIO “S” Nº 60, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Encaminha ao Senado Federal Parecer DEDIP/DIARE-99/033, de 29-10-99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Governo do Estado da Bahia, para prestação de garantia e contragarantias, às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo R\$14.400.000,00 referente à renovação da operação autorizada pela Resolução nº 105/97 do Senado Federal e R\$600.000,00 relativo ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do Programa. Relator Ad Hoc: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OFS Nº 57 DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de

Belo Horizonte – MG para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios – Fundo SOMMA administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, no valor de R\$ 1.625.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil reais), destinado a projetos de modernização administrativa. Relator: Senador Bernardo Cabral. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OFS Nº 58 DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios – Fundo SOMMA administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, no valor de R\$7.084.317,00 (dezessete milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e dezessete reais), destinado a obras de infra-estrutura urbana. Relator: Senador Jefferson Péres. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PLS Nº 491, DE 1999, TERMINATIVO, que “Altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências”. Autoria: Senador Pedro Piva. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Favorável nos termos da Emenda Nº 01 – CAE (Substitutivo). Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será submetida a turno suplementar de discussão por haver recebido Substitutivo Integral. OFS Nº 56, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Encaminha ao Senado Federal parecer do Banco Central do Brasil a respeito da solicitação do Governo do Distrito Federal referente a operação de crédito baseada no contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, celebrado entre a União e o Distrito Federal, com a interveniência do Banco do Brasil S.A. e do Banco de Brasília, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$647.983.876,23 (seiscentos e quarenta e sete milhões, novecentos e oitenta e três mil, oitocentos e setenta e seis reais e vinte e três centavos). Autoria: Bacen. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OFS Nº 62, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Encaminha ao Senado Federal parecer contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Estado



da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$146.000.000,00 (cento e quarenta e seis milhões de dólares norte-americanos, equivalente a R\$285.430.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil reais), à taxa de câmbio de 11-10-99, destinados ao Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia". Autoria: Bacen. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. OFS Nº 3, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que "Encaminhado ao Senado Federal parecer do Banco Central do Brasil, acerca da operação de crédito baseada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas e termos aditivos de rerratificação, firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a União, com a interveniência do Banco do Brasil e do Banco BANERJ S/A, no montante de R\$12.946.395.811,36 (doze bilhões, novecentos e quarenta e seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e onze reais e trinta e seis centavos), no âmbito do programa de apoio a reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados. TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O OFS Nº 4, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que "Encaminha ao Senado Federal parecer do Banco Central do Brasil, acerca da operação de crédito referente ao contrato de assunção de dívida e outros pactos, firmados entre o Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A, em liquidação extrajudicial e o Estado do Rio de Janeiro (RJ), com a interveniência do Banco Central do Brasil, no valor de R\$3.879.682.828,82 (três bilhões, oitocentos e setenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e dois centavos), no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados". Relator: Senador Jefferson Péres. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, DE 1999 – **COMPLEMENTAR**, NÃO TERMINATIVO, que "Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios". Autor: Senador Osmar Dias. Relator Ad Hoc: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável ao projeto com a Emenda nº1 que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo

Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ilustres Senadores, bom dia. Vamos iniciar a 52ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da primeira sessão legislativa ordinária da 51ª Legislatura.

Eu pediria ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para compor a Mesa, assim como ao Presidente da Alanac, Dr. Fernando.

O Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara, Deputado Aloízio Mercadante, ainda não chegou, não é isso? (Pausa.)

Antes de entrarmos na pauta, que hoje será extremamente pesada, eu gostaria de trazer aos senhores um assunto de importância para nossa economia. Há alguns anos, tivemos a honra de relatar aqui o assunto "patentes", quando tivemos alguns problemas. Um deles era o **pipe line**. Ou seja, fui o Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos foi o Ministro Fernando Bezerra. Foi um assunto difícil, mas de muita importância para o nosso País.

Sabem os Srs. Senadores que uma patente tinha a duração, pela legislação anterior, de 15 anos. Depois desse período, ela caía em domínio público. Agora, pela nova legislação, são 20 anos.

Por ocasião da votação, surgiu o problema do **pipe line**, ou seja, o restante que sobrava para cada patente. Se uma patente havia sido requerida e ela não tinha validade no Brasil, porque a lei dizia que para medicamentos não tinha validade, sobrava um período de anos, e isso era o **pipe line**. Além disso, tínhamos preocupação com a biodiversidade. Todos os vegetais que temos no Brasil e que têm princípios ativos na área médica, queríamos que houvesse a sua preservação por um tempo determinado, ou seja, dez anos, assim como a aplicação também da lei por dez anos. Não obtivemos sucesso, terminou prevalecendo cinco anos. Também outro problema sério era a não-validade dessas patentes no Brasil, porque a lei assim determinava.

Então, aqui existe uma linha do tempo, que os senhores receberam, e diz o seguinte: houve a Convenção de Paris, onde ficou estabelecido que todas as patentes eram de quinze anos. Em 1971, foi aprovado o Código da Propriedade Industrial no Brasil, que não concedia patentes para medicamentos, produtos químicos, farmacêuticos e alimentos, por quinze anos. Em 1994, aderimos ao GATT. No acordo GATT TRIPs, houve uma série de

direitos intelectuais reconhecidos. Em 1995, votamos, e, a partir daí, passou a haver patentes para produtos químicos, medicamentos, alimentos, etc.

O que aconteceu, senhores? As grandes indústrias estrangeiras continuaram depositando no INPI as patentes, como se válidas fossem, e o INPI não mandou arquivá-las. Agora, voltam à baila, querendo que essas patentes, inclusive as vencidas, sejam tornadas válidas.

Estamos, hoje, apenas fazendo uma notificação e um aviso: combinamos, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, a Comissão de Assuntos Sociais e outras que estejam interessadas no assunto, de nos reunirmos, debatermos o assunto e irmos ao Ministro da Saúde e a outras autoridades.

Isso vai representar para nós um prejuízo gigantesco, porque significa que os laboratórios nacionais, que estão aqui do nosso lado – o Fernando é o Presidente da Alanac, Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, serão não só proibidos de fabricar esses remédios remédios corriqueiros como, por exemplo, os de combate à dengue, cujos princípios já são matéria vencida, de propriedade pública – como esses medicamentos, que não tinham mais patentes, voltarão a tê-las. Isso quer dizer que até as patentes que já estão em domínio público passam a voltar.

Não vamos debater esse assunto hoje, mas eu queria fazer este aviso. Aqui estão os quadros mostrando a matéria. A Alanac pediu que fosse feito este alerta, e aqui está para ser distribuído aos senhores este material, que a D. Sara, a Secretária, irá entregar a todos, mostrando toda a sequência cronológica e o que pode acontecer. Prevemos um prejuízo da ordem de 3 bilhões, não é isso? E o fechamento de todos os nacionais, no mínimo.

Dr. Fernando, o tempo nosso é curto porque a pauta é grande, mas eu queria lhe passar a palavra.

**O SR. FERNANDO DE CASTRO** – A grande preocupação é que, realmente, para produtos que hoje estão sendo comercializados a preços mais acessíveis passam a ser obtido o direito da patente. Quer dizer, volta-se ao monopólio de um só produtor ou de um só importador. E a indústria nacional deixa de ter condição de ofertar o produto, tanto o produto similar como produto genérico, a um preço mais acessível.

Então, imaginamos que o INPI deveria ter indeferido os pedidos de patentes efetivados à época que não existia lei prevista para patente. O INPI deveria ter recusado esses pedidos, mas ficou com

isso parado. Agora, baseado no acordo tríplice, a partir de janeiro, essas empresas de produtos que até tiveram as suas patentes encerradas voltarão a ter direito às patentes. Isso trará um grande prejuízo para o parque industrial instalado no País e para a população, com o encarecimento maior do tratamento dos pacientes.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Dr. Fernando.

Vou passar a palavra ao Senador Osmar Dias, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, lembrando, além disso, que se isso passar acaba com os genéricos porque, igualando o preço, não tem razão de ter genéricos. E com um outro problema, precisamos dispor de três frentes: uma frente política, que teremos que analisar a sua realidade; uma administrativa, que cabe aos laboratórios imediatamente recorrer; e uma outra, jurídica, que também cabe aos laboratórios nacionais recorrerem, não é de nossa alçada. Mas a solicitação foi feita na sexta-feira e eu disse: os quinze primeiros minutos nós vamos permitir que seja dado o aviso. Não vamos debater o assunto, vamos só dar o aviso.

E passo a palavra, agora, ao Senador Osmar Dias. Depois faremos uma reunião especial sobre este assunto, quando tivermos, inclusive, os dados mais precisos.

**O SR. OSMAR DIAS** – Senador Ney Suassuna, Presidente da CAE, Srs. Senadores, apenas para fazer uma consideração.

Quando V. Ex<sup>a</sup> relatava este projeto, eu relatava um projeto de autoria da Senadora Marina Silva que trata de regular o acesso aos recursos genéticos do País e que, portanto, complementava o relatório de V. Ex<sup>a</sup>. O Senado aprovou, inclusive foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Presidida pelo Senador Bernardo Cabral; foi aprovado pela Comissão de Economia, à época Presidida pelo Senador Pedro Piva, e ele foi encaminhado à Câmara. E seria muito bom que esta mobilização que V. Ex<sup>a</sup> propõe agora no campo administrativo, político e legislativo, também incluísse a tramitação mais acelerada daquele projeto na Câmara, já que aguarda a sua aprovação lá. E eu quero aqui fazer até um apelo ao Governo para que, através das suas lideranças, assumam também este papel de fazer com que aquele projeto, que é muito importante para o País e para as futuras gerações, porque é a preservação do nosso patrimônio genético, seja aprovado lá na Câmara. E a respeito deste que V. Ex<sup>a</sup> coloca, eu só lembro que nós teremos esta semana mais a próxima e não teremos



tempo durante o mês de dezembro para tomar uma decisão legislativa. Talvez fosse importante que V. Ex<sup>a</sup>, contando com o nosso apoio, da Comissão de Assuntos Sociais, e também da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pudesse reivindicar que este assunto fizesse parte da pauta da convocação extraordinária, que me parece estar assegurada. Estando assegurada, por parte da Comissão de Assuntos Sociais, eu reivindicarei e tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> fará o mesmo, porque senão nós não teremos o tempo hábil, já que vence no mês de dezembro. Então, teríamos que tomar uma providência no máximo até o mês de janeiro, quando estaremos convocados extraordinariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República. E nós vamos conversar com o Presidente do Senado e as demais lideranças. O Líder...

**O SR. AGNELO ALVES** – Só uma pergunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pois não, Senador.

**O SR. AGNELO ALVES** – Nesse caso da convocação extraordinária da Câmara também constaria esse projeto estar amparado lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vou-me informar a respeito, mas é muito boa a lembrança de V. Ex<sup>a</sup>. Vamos levantar esse assunto imediatamente.

Eu queria dizer que, na quinta-feira, quando tomamos conhecimento disso, imediatamente falamos com o Deputado Mercadante, que, lamentavelmente teve um atraso no voo e não chegou até agora, e conversamos também com a área do Deputado que também agilizou na área dele, que é o assunto...

**O SR. FERNANDO ZUPPO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor.

**O SR. FERNANDO ZUPPO** – Agilizamos na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Deputado Fernando Zuppo imediatamente tomou providência e tivemos uma reunião com o Deputado e com outros Deputados que se mobilizaram. Penso que é um assunto tão premente e tão importante que merecia que tivéssemos esse informativo.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que em relação a este assunto buscaremos o

aprofundamento e a trincheira política, vamos combatê-lo.

#### **Item 1:**

Propõe ao Senado da República que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e o Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, destinada à composição de linha de crédito de refinanciamento ao BNDES.

De autoria do Poder Executivo, cuja Mensagem tomou o nº 217, de 1999, não-terminativa. É Relator o Senador Francelino Pereira, que apresenta relatório favorável, a quem concedo a palavra.

**O SR. RELATOR** (Francelino Pereira) – Sr. Presidente, a esse Projeto de Resolução apresentei parecer, anexo ao processo, contido em dez laudas.

Tenho muito receio de perder a objetividade e pediria licença para apenas fazer uma síntese do processo, não obstante a sua importância, o seu relevo diante da economia nacional.

A Mensagem nº 217, de 1999, em que o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até US\$150 milhões entre o BNDES e o banco alemão KfW, destinados à composição de linha de crédito ao refinanciamento do BNDES.

As condições de juros, prazo, carência, comissões, despesas gerais, prazo para desembolso e pagamento estão descritas no texto do parecer distribuídos aos Membros desta Comissão.

Note que o empréstimo oferecido pelo banco alemão é desvinculado de projeto específico. São recursos que o BNDES poderá utilizar livremente – convém observar isso – para financiar os diversos projetos de sua Carteira.

Conforme o § 9º do art. 3º da Resolução nº 196, de 1989, do Senado Federal, para conceder a garantia solicitada pelo BNDES a União teria que exigir do banco a necessária contragarantia em valor suficiente para ressarcir o Tesouro de qualquer eventual desembolso que vier a fazer se chamado a honrar a dívida. Mas o BNDES alega que não possui ativos que possam fazer frente às contragarantias exigidas.

Em vista disso, o próprio Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, propõe que esta Casa dispense o BNDES da prestação das contragarantias.

Ao mesmo tempo, em seu parecer, o Tesouro Nacional abre mão das contragarantias, considerando que, por ser o BNDES empresa pública de natureza financeira, a contragarantia pode ser dispensada sem riscos. O Tesouro sugere inclusive que o Senado altere a Resolução nº 196 para dispensar a contragarantia quando se trata de empresa pública de natureza financeira. Afora essa questão das contragarantias, a solicitação em exame atende a todas exigências da Resolução nº 96, conforme atesta em seu parecer a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Esse empréstimo permitirá que o BNDES disponha de maiores recursos para o financiamento de investimentos no país. Esperamos que os recursos sejam utilizados para atender preferencialmente a necessidade de financiamento de projetos de empresas nacionais e que preferência também seja dada aos projetos geradores de emprego e de maior impacto social.

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação da matéria na forma do projeto de resolução, que é parte integrante do nosso parecer.

Sr. Presidente, está bem claro o projeto. A proposição está indicada no rumo certo e a única dificuldade, que deve ser superada, é a da exigência da contragarantia que não pode ser apresentada. Mas o próprio Tesouro se responsabiliza por essa situação. O nosso parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Parecer favorável do Senador Francelino Pereira em relação aos US\$150 milhões para o BNDES.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 2: Ofício nº 61 do Senado, não terminativo, que encaminha ao Senado Federal parecer contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura de Campo Largo – PR, para contratar operação de crédito com o Banco do Estado do Paraná – Banestado, no âmbito do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, no valor R\$5 milhões, destinados aos investimentos financiáveis pelo Programa Paraná Urbano e Vilas Rurais, FDU e Vilas Rurais. Autoria do Banco Central.

Peço ao Senador Pedro Piva que proceda à leitura do parecer do Senador Geraldo Althoff.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, o projeto de lei nº 1.000, de 1999, é favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – O parecer do Senador Geraldo Althoff é favorável ao empréstimo do Banco do Estado do Paraná no valor de R\$5 milhões para a Prefeitura Municipal de Campo Largo.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quanto ao item 3, o Senador Edison Lobão acaba de me telefonar dizendo que chegará dentro de instantes.

O item 4 o Senador Bernardo Cabral também pede para deixar para o final.

O item 5, também do Senador Edison Lobão, ficará para depois.

Item nº 6: Ofício do Senado nº 60, de 1999, não terminativo, que encaminha ao Senado Federal parecer, de 29 de outubro de 1999, do Dedip, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Estado da Bahia para prestação de garantias e contragarantias às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional no valor de R\$15 milhões, sendo R\$14,4 milhões referentes à renovação da operação autorizada pela Resolução 105/97 do Senado Federal, e R\$600 mil relativos ao resíduo da margem não utilizada na primeira etapa do programa. O Relator Senador Maguito Vilela, que não está presente. Pediria ao nobre Senador Luiz Otávio que, por gentileza, relatasse.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – O Senado Federal recebe, encaminhado pelo Banco Central, parecer da Dedip, de 29-10-99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Governo do Estado da Bahia para a prestação de garantia e contragarantia à operação de crédito contratada no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional no valor de R\$15 milhões, sendo que R\$14,4 milhões são referentes à renovação da operação autorizada pela Resolução 105/97 do Senado Federal e R\$600 mil relativos ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do Programa.

O parecer é favorável à contratação.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Parecer favorável do Senador Luiz Otávio substituindo o Senador Maguito Vilela.



Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse a solicitação que faço no sentido de que esta Comissão delibere com relação à urgência do Item nº 1. Aliás, se a Casa permitir, solicito regime de urgência para todos os itens que possam ser aprovados ainda hoje, dada a exiguidade do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão a proposição do Senador Francelino Pereira, para que todas as proposições de ordem financeira entrem em regime de urgência, tendo em vista a exiguidade do tempo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7 da pauta. Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental Organização e Modernização dos Municípios, Fundo Soma, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$1,625 milhão destinado a projetos de modernização administrativa. O Relator é o nobre Senador Bernardo Cabral, que dá parecer favorável, a quem concederei a palavra.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Banco Central está encaminhando ao Senado Federal manifestação acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Trata-se de uma manifestação que objetiva a possibilidade de contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental. O valor, Sr. Presidente, é de R\$1,625 milhão. A

Organização de Modernização dos Municípios, que vai cuidar do projeto, é administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Os recursos que serão contratados destinam-se a projetos de modernização administrativa. O parecer trata do valor da operação, da taxa de juros, do índice de atualização, das garantias, dos vencimentos, de outros encargos, da finalidade e da liberação.

Devo dizer, Sr. Presidente, que meu voto é favorável por algumas circunstâncias. A primeira é que é justíssimo o que pretende a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: um programa de saneamento ambiental, organização e modernização dos Municípios. A segunda, talvez a mais importante, é que conheço pessoalmente o Prefeito de Belo Horizonte. S. S<sup>a</sup> é médico e foi meu colega na Assembléia Nacional Constituinte. O Dr. Célio de Castro prima por ser um homem correto.

Por essa razão, dou meu parecer favorável nos termos do seguinte Projeto de Resolução:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte autorizada a contratar operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios, Fundo Soma, administrado pelo Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$1.625.000,00 reais.

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** deste artigo serão destinados a projetos de modernização administrativa. A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

A – Valor da operação: R\$1.625.000,00 reais;

B – Taxa de juros: 0,9489% ao mês, exigíveis mensalmente, inclusive no período de carência;

C – Índice de atualização: Índice Geral de Preço de Mercado;

D – Garantias: cota parte do ICMS e FPM;

E – Prazo: 60 meses, com 12 meses de carência;

F – Vencimento: Até 31 de dezembro de 2004;

G – Outros encargos: nenhum;

H – Finalidade: Projeto de Modernização Administrativa;

I – Liberação: 1999.

A presente autorização deverá ser exercida no prazo máximo de 270 dias, contados de sua publicação”.

E, por fim, Sr. Presidente, quero prestar uma homenagem aos ilustres Senadores José Alencar e Francelino Pereira, que vêm-se manifestando sobre a

matéria que ora está em discussão, inclusive pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

Parecer favorável em discussão.

Com a palavra o nobre Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, tenho que ser sintético, até porque sintético é, ao se expressar na vida pública, o atual Prefeito de Belo Horizonte. Essa é uma solicitação da mais absoluta importância para a destinação e a configuração da administração pública de Belo Horizonte, tanto mais que se trata de um empenho financeiro para atender exatamente à população pobre, desassistida da capital.

O Parecer do Senador Bernardo Cabral, que é uma figura invulgar nesta Comissão, é favorável, e a ressalva que se levanta não é essencial, pois que se trata do velho problema que um dia terá solução, que é de os Deputados Estaduais, Senadores e Vereadores perceberem em seus vencimentos apenas o percentual estabelecido na Constituição Federal, e não acréscimos que não são explicados. Mas, no caso, a Prefeitura está tomando providência para informar definitivamente esse assunto.

Apenas destaco que a ressalva não é essencial. De maneira que o voto favorável do Senador Bernardo Cabral deve ser seguido, espero, por todos aqueles que compõem esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Muito obrigado, Senador. Com a palavra o Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, voto favorável, mas faço também votos de que, quando chegado o vencimento de todos esses empréstimos que estamos votando, não estejamos também votando a rolagem.

Em segundo lugar, gostaria de frisar o seguinte: Natal, no Rio Grande do Norte, tem um pedido de empréstimo semelhante a este, já pedi até a V. Ex<sup>a</sup> para interceder junto ao Ministério da Fazenda, para que dê andamento, a fim de que possamos votar aqui, sob pena de termos que fazer, e não vamos ter força, como a locomotiva de São Paulo fez, esfaqueando, atropelando a Resolução nº 78.

Então, vou votar favorável, porque, quanto mais dólar vier, e como o pagamento é uma coisa que vamos decidir no futuro, é aquela estória: a

preocupação passa a ser mais de quem empresta do que de quem tomou emprestado.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Muito obrigado, Excelência.

Em relação ao empréstimo de Natal, nós dois, hoje à tarde, poderíamos ir ao ministério, para fazer, mais uma vez, uma pressão, porque é justa. Ela também é para os mesmos fins, e creio que é mais do que justo e já fiz esse apelo.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 8:

### OFÍCIO Nº 58, DE 1999

Ofício nº 58 de 1999, não-terminativo, que encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil, acerca da solicitação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para que possa contratar operação de crédito junto ao Programa de saneamento ambiental, organização e modernização dos Municípios, Fundo Soma, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A, no valor de R\$ 17.084.317,00, destinado a obras de infra-estrutura urbana. O Relator é o Senador Jefferson Péres. Pediria ao nobre Senador Gilberto Mestrinho que, por gentileza, fizesse a leitura, uma vez que o Senador Jefferson Péres ainda não chegou.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente do Banco Central encaminhou a esta Comissão uma manifestação solicitando acerca da Prefeitura de Belo Horizonte, solicitando uma operação de crédito junto ao Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização de Municípios, é o Fundo Soma, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$17.084.317,00. Os encargos financeiros, as finalidades, os prazos, as garantias, todas elas estão dentro das normas exigidas para operações dessa natureza.

O Sr. Relator, Senador Jefferson Péres, diz que as operações de crédito dessa natureza estão sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas na Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, que, além da observância quanto



aos aspectos de natureza estritamente financeira, vinculada ao cumprimento de limites de endividamento, exige que o Município observe os demais requisitos mínimos e os não essenciais definidos nos arts. 27 e 28, respectivamente, da referida Resolução.

De acordo com o parecer da dívida de 1999 do Banco Central, o Município cumpriu os requisitos mínimos para operações de crédito e, em particular, destaca que as operações de créditos se enquadram nos limites fixados nos artigos e incisos da Resolução.

Mais ainda, ressalta esse parecer do Banco Central que relativamente aos requisitos não essenciais definidos naquela Resolução, o Município de Belo Horizonte não observa o que determina o inciso VI do art. 29 da Constituição Federal, que estabelece que a remuneração de Vereadores não pode exceder a 75% dos ganhos dos Deputados Estaduais.

É de se notar, porém, que a certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos do disposto no inciso VIII do art. 13 dessa Resolução, afirma o cumprimento pelo Município dos requisitos constitucionais referentes aos gastos mínimos com o desenvolvimento do ensino, as despesas com pessoal e ao limite imposto ao total de despesas com a remuneração dos Vereadores.

Nesse aspecto, é de se enfatizar que, em se tratando de operações de crédito interno, o Banco Central tem sua função restringida ao encaminhamento do pleito para devida apreciação do Senado Federal.

O Banco Central é favorável. O nível de endividamento é baixo. E o Sr. Relator entende que não há empecilho pela inobservância do teto estabelecido na Resolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então o parecer é favorável.

É isso que V. Ex<sup>a</sup> afirmou?

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Em face de todas alegações, o parecer do eminente Senador Jefferson Péres é a favor da autorização do empréstimo à Prefeitura de Belo Horizonte, nos termos do projeto de resolução que anexo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Parecer favorável do nobre Senador Jefferson Péres, que foi lido pelo Senador Gilberto Mestrinho.

Passo a palavra, antes de mais nada, ao Senador Jefferson Péres, se S. Ex<sup>a</sup> assim o desejar.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, nada tenho a adicionar ao parecer. A operação me parece sem vício. A não ser que alguém tenha alguma objeção a levantar a respeito de aspectos que me escaparam, mantenho o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão.

Os Srs. Senadores que queiram discutir a matéria, por gentileza, se manifestem.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira para discutir.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, demonstrar o empenho do povo e das Lideranças de Belo Horizonte, o empenho da Prefeitura Municipal da Capital, para obter do Governo Federal, por intermédio do Banco Central e da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República, o exame dessa proposta para que recursos do Projeto Soma, no valor superior a R\$17 milhões, sejam aprovados com a urgência necessária. Por isso, solicitei urgência para esses processos.

Declaro meu contentamento – permitam-me até um toque de emoção. Estamos destinando recursos para a capital do meu Estado, para a minha cidade, que amo e onde resido há mais de 50 anos. Lá iniciei a minha vida pública, como Líder na Universidade de Minas Gerais, como Presidente do seu Diretório Acadêmico, como Representante dos Congressos Nacionais dos Estudantes do Rio de Janeiro, e depois, como Vereador, Deputado Federal e Governador de Minas. Belo Horizonte é uma paixão que dura a vida inteira. Em vista disso, aproveemos essa verba.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Francelino Pereira.

A matéria continua em discussão.

Como Presidente, uma vez que todos já se manifestaram, gostaria de dizer que esse é realmente um projeto extremamente importante. Lamento que a maioria das capitais não tenha elaborado projetos semelhantes. Se aprovado, toda área de favelas será transformada em área urbanizada.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Há um detalhe. Todos os Partidos políticos manifestaram empenho pela aprovação desse projeto. Em nenhum momento, houve discordância quanto sua formulação, quanto seu encaminhamento. Há empenho na sua aprovação.

**O SR. ARLINDO PORTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador.

**O SR. ARLINDO PORTO** – Sr. Presidente, gostaria apenas de, já na fase final de discussão, prestar um depoimento em relação ao projeto.

Quando Vice-Governador do Governador Helio Garcia, foi implantado um programa denominado Projeto Soma, com recursos do Banco Mundial, recursos esses administrados pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, colocados à disposição dos municípios.

A Prefeitura de Belo Horizonte naturalmente se habilitou. É um projeto extraordinário que contou com o apoio dos Srs. Senadores Francelino Pereira e José Alencar, por Minas Gerais. Nota-se, portanto, unanimidade no apoio político. Entendemos que o projeto apresenta substância técnica muito importante e atendimento social maior ainda, quer seja no sentido de organização municipal, quer seja no atendimento às pessoas carentes daquela região.

Manifesto meu apoio ao projeto, haja vista que não sou da Comissão e não posso votar. Porém, gostaria de explicitar o meu ponto de vista e, principalmente, cumprimentar o Relator pela agilidade no processo, pela deferência em analisá-lo com tanta agilidade. Se a Comissão aprová-lo, será seguramente aprovado no Plenário da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Arlindo Porto, votamos um projeto. Este é o segundo. São dois projetos e vamos colocá-los em votação. V. Ex<sup>a</sup>, mesmo não sendo da Comissão, é bem-vindo, porque todos nós o admiramos.

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item nº 09, de autoria do Senador Pedro Piva. PLS nº 491, de 1999, terminativo, portanto, nominal, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

O Relator é o nobre Senador Jonas Pinheiro, que não está presente. Peço ao nobre Senador pelo Paraná, Osmar Dias, que faça, por gentileza, a substituição do nobre Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, o projeto do Senador Pedro Piva tem o objetivo de destinar ao Comitê Olímpico Brasileiro 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, loterias federais e similares cuja realização esteja sujeita à autorização federal, estabelecendo que esse valor deverá ser deduzido do montante destinado aos prêmios. Determina ainda que ao Comitê Paraolímpico Brasileiro seja concedida anualmente a renda líquida total de um dos testes da loteria esportiva federal e, nos anos de realização de jogos olímpicos e panamericanos, seja destinada a renda líquida de um segundo teste para atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

Ao projeto já examinado na Comissão de Educação – na qual recebeu parecer favorável do nobre Senador Eduardo Siqueira Campos – foi oferecida, na Comissão de Assuntos Econômicos, emenda substitutiva integral, apresentada pelo próprio autor da proposta original. Primeiramente, pretende o ilustre Senador Pedro Piva reduzir de 10% para 2% o montante inicial destinado ao Comitê Olímpico Brasileiro, tendo em vista que os recursos arrecadados pelas loterias administradas pela Caixa Econômica Federal constituem importante fonte de financiamento também para outras atividades governamentais com alta repercussão social.

De outra parte, a emenda propõe a ampliação da abrangência do projeto, prevendo a possibilidade de que os recursos advindos da destinação proposta sejam aplicados em programas de educação esportiva de caráter permanente que tenham como alvo a população infanto-juvenil, preferentemente as crianças carentes. Determina ainda que todas as atividades financiadas com os recursos objeto da proposta fiquem sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

É o relatório do Senador Jonas Pinheiro, Sr. Presidente. O Senador Pedro Piva confirmou-me que manteve contato com todas as autoridades do Poder Executivo que concordaram com a apresentação do seu projeto.

Em vista do exposto, reconhecido o louvável mérito da iniciativa, nosso parecer é favorável à aprovação do PLS nº 491/99, na forma da emenda substitutiva apresentada pelo próprio autor, o nobre Senador Pedro Piva.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Senador Osmar Dias fez a gentileza de ler o relatório do Senador Jonas Pinheiro. A votação é nominal e o parecer é favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)



Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Aprova-do, por unanimidade.

**Item 10:**

Ofício nº 56, de 1999, que encaminha ao Sena-do Federal parecer do Banco Central do Brasil a res-peito da solicitação do Governo do Distrito Federal, referente à operação de crédito baseada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinancia-mento de dívidas, celebrado entre a União e o Distrito Federal, com a interveniência do Banco do Brasil SA e do Banco de Brasília, no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados, no valor de R\$ 647.983.876,23.

A autoria é do Banco Central do Brasil.

Relator: Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, essa é uma operação similar às que já foram aprovadas, que tratam da reestruturação da dívida dos estados e do Distrito Federal.

O meu parecer é pela aprovação, de acordo com solicitação do Banco Central. Os critérios da re-estruturação são os critérios padrão já pactuados por todos os estados.

Como o material e o voto foram distribuídos, es-tou à distribuição para quaisquer esclarecimentos ne-cessários.

Encaminho favoravelmente para que essa rees-truturação, que tramitou vagarosamente, que já deveria ter sido aprovada, seja aprovada neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Parecer favorável do nobre Senador Romero Jucá sobre a re-pactuação da dívida do Distrito Federal.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, pelas normas da Comissão de Assuntos Econômicos, quando uma unidade da federação tem, aqui, uma decisão relativa à autorização de operação de crédito, normalmente, se coloca à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos para esclarecimentos.

Indago se, por ventura, o Secretário da Fazenda do Distrito Federal, ou seu representante, está presente para que p r nos esclarecer quaisquer dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presi-dência indaga se no plenário há algum representante do Governo do Distrito Federal.

Essa é uma norma, realmente, da Comissão. E sempre há alguém do Governo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Queria salientar, Sr. Presidente, que, se alguma unidade da federação tiver dificuldade para vir à CAE – às vezes, do Acre, do Piauí é compreensível, mas, em se tratando do Distrito Federal, avalio que deveríamos aguardar uma próxima reunião e convidar formalmente o Secretário da Fazenda para vir aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex.<sup>a</sup> está coberto de razão, Senador Eduardo Suplicy. Va-mos retirar de pauta a matéria por algum momento. Pedimos que o Senador pelo Distrito Federal tome as providências. Se não chegar nenhuma autoridade até o final da reunião, não votaremos o item.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Vamos convocá-los para o final desta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – É preci-so que esteja aqui uma autoridade do Distrito Fede-ral.

Passemos ao item 3 da pauta.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – O Senador Osmar Dias prefere que não seja o da segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – **Item 3:**

Ofício nº 54/99, não terminativo, que encaminha ao Senado Federal parecer Dedip nº 029, de 13 de outubro de 1999, contendo manifestação do Banco Central acerca do pedido da Prefeitura Municipal de João Dourado (BA), para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal de Desenvolvimento de Infra-Estrutura Programa de Administração Desenvolvimento Urbano \_ PRODUR, administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A., no valor de R\$663 mil, destinado a investimentos na área de desenvolvimento urbano.

Autor: Banco Central do Brasil.

Relator: Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Sena-dor Edison Lobão, para emitir parecer.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Banco Central se manifesta favora-velmente à realização desta operação de emprésti-mo.

Examinado o processo, não há nenhuma in-constitucionalidade ou ilegalidade. Conclui o Relator, portanto, pela apresentação de um projeto de resolu-ção com o seguinte teor:

”É o Município de João Dourado, Bahia, autorizado a contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal de Desenvolvimento de Infra-Estrutura, administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, no valor de R\$663 mil.

Parágrafo único. Os recursos a serem contratados destinam-se a financiar investimentos na área de desenvolvimento urbano.

Art. 2º. A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes condições financeiras:

a) valor da operação: R\$663 mil;

b) encargos financeiros: taxa de juros de 0,7591% ao mês, exigível trimestralmente na carência e mensalmente na amortização. Índice de atualização correspondente ao Índice Geral de Preços;

c) finalidade: investimento na área de desenvolvimento urbano, envolvendo a pavimentação e infra-estrutura;

d) prazo: 15 anos após três anos de carência;

e) garantias: cotas partes do ICMS e Fundo de Participação. Vencimento: 31 de dezembro de 2017. Liberação dos recursos: entre 1999 e 2000.

A presente autorização deverá ser exercida no prazo máximo de 270 dias, contados da data de sua publicação.

É o Projeto de Resolução e o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Parecer favorável do nobre Senador Edison Lobão.**

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Aprovado.

**Item 5:**

Projeto de Lei da Câmara nº 56/99, de caráter não terminativo, que dispõe sobre a transferência de atribuição do IRB Brasil Resseguros S.A. e IRB Brasil para a Superintendência de Seguros Privados Susep, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Edison Lobão, cujo parecer é favorável.

**O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, conforme disse V. Exª, o parecer é favorável.**

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – É norma: sempre dizemos que o parecer é favorável. Mas é preciso que V. Exª dê detalhes.**

**O SR. EDISON LOBÃO –** Fá-lo-ei. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de iniciativa do Poder Executivo, vem a esta Comissão após aprovação, sem emendas, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 56/99, com a ementa transcrita à epígrafe.

A matéria tramita em regime de procedimento legislativo abreviado, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal. A proposição dispõe sobre a transferência de atribuições regulatórias e de fiscalização da sociedade de economia mista IRB Brasil Resseguros S. A., para a Superintendência de Seguros Privados, Susep, com o propósito de assegurar a continuidade dos serviços públicos, notadamente, aqueles relativos ao controle preventivo e repressivo do mercado ressegurador, de forma a resguardar os interesses dos segurados em face da privatização do IRB-Brasil.

Nesse sentido, determina que o acervo de dados, informações técnicas e demais registros do IRB-Brasil serão fornecidos à Susep, que as regras estabelecidas para as sociedades seguradoras se aplicam aos estabelecimentos autorizados a operar em resseguro e retrocessão e que a contratação de seguros no exterior dependerá de autorização da Susep e será limitada aos riscos que não encontrem cobertura no processo ou não contravenham ao interesse nacional.

Estipula ainda que, para as instituições resseguradoras, as funções do Banco Central previstas na legislação específica passarão a ser exercidas pela Susep. Além das disposições concernentes à transferência de atribuições, o projeto dá nova redação aos arts. 4º e 6º do Decreto-Lei 73, de 1966, para atribuir competência ao Conselho Nacional de Seguros Privados para formular diretrizes da atividade de resseguros mais consentâneas com os princípios gerais da atividade econômica de que trata o art. 170 da Constituição Federal.

O projeto prevê, à guisa de procedimento disciplinar, que o descumprimento das normas relativas à atividade de corretagem e de resseguros e ao escritório de representação de ressegurador estrangeiro cadastrado na Susep implicará penalidade de multa, suspensão temporária do exercício da atividade e cancelamento de registro ou da autorização de funcionamento. Conforme ressalta a exposição de motivos suscitada pelo Ministro da Fazenda, a proposta faz-se necessária para garantir a eficácia da atuação do



Estado na fiscalização das resseguradoras após a desestatização da IRB-Brasil.

Razão por que é de se sugerir a solicitação de urgência para a apreciação do projeto, nos termos do disposto no § 1º do art. 64 da Constituição.

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

Voto do Relator

As disposições contidas no projeto sob exame inserem-se num processo altamente relevante de busca de maior competitividade no mercado de resseguros com a conseqüente diminuição dos preços e melhoria da infra-estrutura dos serviços sociais, tais como a inspeção de riscos, novas técnicas e gerência de riscos, estatísticas e de outros mercados etc. Com a quebra do monopólio estatal do resseguro pela Emenda Constitucional nº 13, de 1996, e a conseqüente desestatização do IRB, deverão abrir-se novas opções às seguradoras brasileiras, que poderão contratar resseguro com base nas condições de melhor preço, o que, certamente, há de se refletir no preço final para o consumidor.

Como a transferência do controle do IRB para a iniciativa privada não é compatível com as funções de Estado que antes exercia, a transferência das atribuições regulatórias e de fiscalização para a Susep se afigura como decorrência lógica da natureza institucional desse órgão e dos instrumentos que está acostumado a operar, sendo lícito esperar que a absorção das novas atribuições pela Susep tenderá a ser feita sem grandes investimentos. Aliás, como o projeto não menciona os custos do processo de transferência de atribuições, pode-se deduzir que as despesas porventura realizadas serão suportadas pelas dotações orçamentárias da Susep, não implicando o projeto autorização de novas despesas.

Cabe, por fim, ressaltar que o projeto contém salvaguardas importantes para o controle do impacto do processo de abertura do mercado de resseguros sobre a conta de transações correntes, como as restrições para a contratação de resseguros no exterior e a preferência para os resseguradores locais de 60% de toda e qualquer cessão de resseguro durante dois anos, contados a partir da efetiva transferência do controle acionário do IRB-Brasil no processo de privatização.

Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1999, por considerá-lo, no mérito, oportuno e relevante.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Em discussão o parecer do Senador Edison Lobão.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, que a solicitou.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, a manifestação do Tribunal de Contas da União, publicada em 8 de novembro de 1999, relativamente ao processo de privatização do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, menciona que, como se verifica do texto da Carta Magna, a adoção de outro instrumento que não lei complementar para dispor de regulamentação no mercado ressegurador se configuraria em ato inconstitucional, podendo levar à suspensão judicial do processo de desestatização do IRB Brasil. Em verdade, este projeto deveria ser realizado por lei complementar e não por lei ordinária. Seria importante, Sr. Presidente, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinasse esse assunto e, desta forma, requeira seja este projeto encaminhado, antes de votarmos, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao mesmo tempo, até para que possa ser sanado esse problema apontado pelo Tribunal de Contas da União, juntamente com o Senador Roberto Saturnino Braga apresentamos uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara 56/99, nos seguintes termos – peço atenção do nobre Relator, Senador Edison Lobão, porque assim teria a oportunidade de examinar com atenção o assunto. Certamente S. Ex.ª está muito atento.

O art. 1.º diz que fica o Poder Executivo autorizado a enviar ao Congresso Nacional, no prazo de noventa dias, projeto de lei complementar, nos termos do art. 192 da Constituição Federal, regulamentando o mercado de seguros e resseguros, através da criação da Agência Nacional de Seguros e Resseguros – Anaseres –, que exercerá as funções regulatórias de fiscalização atribuídas à Susep e ao IRB, pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, onde a competência para conceder autorizações passarão a ser exercidas por aquela agência. A Susep e o IRB, no período compreendido entre o edital de privatização e o leilão, fornecerão à Anaseres o acervo de dados, informações técnicas e de quaisquer outros documentos ou registros que essa julgue necessários para o desempenho das funções regulatórias de fiscalização no mercado de seguros e resseguros.

§ 2º – Os empregados da Susep e do IRB serão reaproveitados no quadro de funcionários da Anaseres ou da empresa que venha substituir suas atividades.

Justificativa: As áreas de petróleo, telecomunicações e energia elétrica passaram a ser recente-

mente reguladas por agência de âmbito nacional, em razão de sua importância, complexidade e caráter estratégico de suas ramificações na estrutura econômica e social do País. Sobre o legislador, juntamente com o Executivo, tratar das matérias respectivas como fazem hoje os países mais industrializados do mundo. A área de seguros e resseguros é outra tão sensível quanto àquelas principalmente por ser parcela significativa do setor financeiro, movimentando milhões de reais, os quais são potencialmente indutores dos mercados acionários de títulos e de até de investimentos.

Por essas razões, é imperativo que o Poder Executivo, ao dar mais um passo para regulamentar a Constituição Federal, encaminhe ao Congresso Nacional o projeto de lei complementar, estabelecendo que o mercado de seguros e resseguros passe a ser regulamentado por agência nacional. A criação da agência acima, abrigando inclusive funcionários de duas entidades, se justifica, considerando principalmente a experiência dos funcionários do IRB, ao longo de seus sessenta anos de existência, a dificuldade em se recrutar no mercado de trabalho o corpo técnico especializado para exercer o poder de fiscalização no mercado de seguros. É esta a proposição que apresentamos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – O Senador Edison Lobão pede a palavra para contraditar.

Em seguida, poremos em votação a proposição do Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, a privatização do IRB é uma questão que vem sendo tratada já há algum tempo, inclusive em acontecimentos internacionais. A abertura do mercado de resseguros já foi, na verdade, renegociada pelo Brasil, em 1986 na rodada do Gatt-Serviços, ocorrida em Montevideu; na OMC, em 1991; em 1992, em Genebra; e no último acordo com o Fundo Monetário Internacional.

O Senador Eduardo Suplicy levanta nesta reunião a questão da inconstitucionalidade do projeto do Governo sob o argumento de que o art. 192 da Constituição requeria que a questão fosse tratada por lei complementar e não por lei ordinária. Sucede que a Emenda Constitucional n.º 13, de 1996, retirou essa exigência na medida em que subtraiu a expressão "oficial" do inciso II do art. 192 da Constituição.

O referido inciso estava assim redigido:

Autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização bem como do órgão oficial fiscalizador.

A Emenda n.º 13, de 1996, retirou a expressão "oficial". Portanto, a questão passou a ser do interes-

se da legislação ordinária e não mais da complementar. O respeitável relatório do Tribunal de Contas da União se esqueceu de mencionar a existência da Emenda Constitucional n.º 13, que alterou completamente os dispositivos da Constituição vigente.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, um parecer jurídico do Dr. José Luiz Bulhões Pedreira, a quem foram indagadas as seguintes questões a respeito da constitucionalidade ou não do projeto do Governo. As perguntas feitas pela Fenaseg eram as seguintes:

1) A Emenda Constitucional n.º 13/96 revogou os dispositivos do Decreto n.º 7.366, que regulavam as atribuições do IRB como órgão oficial ressegurador?

2) A autorização e funcionamento de sociedades privadas resseguradoras dependem da promulgação da lei complementar prevista no art. 192 da Constituição?

Este é o ponto fundamental. O grande jurista objetivamente responde que independe de lei complementar.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e o Plenário daquela Casa examinaram também a questão, oportunidade em que foi levantada a inconstitucionalidade, tendo sido decidido, contudo, pela constitucionalidade, pela legalidade e juridicidade do projeto do Governo, que, nesta Casa, assim como na outra, tramita em regime de urgência constitucional.

Assim, Sr. Presidente, não vejo qualquer inconstitucionalidade no projeto do Governo e entendo ser dispensável, a esta altura, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, até pelo fato de que o projeto tramita com recomendação de urgência constitucional.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Em discussão a proposição do Senador Eduardo Suplicy, que pede o encaminhamento para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, agora contraditado pelo Senador Edison Lobão, entendendo não haver necessidade.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, no que diz respeito à tramitação em regime de urgência, temos que o prazo é até o dia 11 para completar a votação, o que viabilizaria, amanhã, dia 18, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o seu parecer, para voltarmos ao exame da matéria antes do dia 11.

Faço esse esclarecimento dada a manifestação do Senador Edison Lobão; contudo, fica pendente a decisão sobre a emenda que apresentamos.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Francelino Pereira e, em seguida, o Senador José Alencar.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que é difícil evitar-se uma designação ou indicação da Comissão de Constituição e Justiça para o exame dessa matéria. Mas confesso a V. Ex<sup>a</sup> também que torna-se praticamente impossível tomarmos essa direção. Trata-se de uma matéria bastante explícita, com uma fundamentação completa, onde se verifica que o problema da constitucionalidade e da juridicidade está plenamente comprovado. De maneira que entendo que não podemos correr o risco de deixar esta matéria para outra reunião. A meu ver, pelas contas que pessoalmente fiz, porque tenho interesse em vários projetos que tramitam nesta Casa, dos quais sou Relator, o que não for aprovado amanhã não será aprovado mais nesta legislatura, até porque não vamos ter autoconvocação, na qual se poderia aprovar essas matérias. Encerramos os trabalhos no dia 15, e como V. Ex<sup>a</sup> sabe, a cultura desta Casa – e não vai nenhuma crítica a esta Casa – é que, quando se aproxima o término dos trabalhos, os próprios Senadores e funcionários já começam a trabalhar para que tudo tenha uma definição imediata e dia 15 seja apenas para as comemorações e também para os pesares. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, Senador Francelino Pereira.

Com a palavra o Senador José Alencar.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho o maior apreço e o maior respeito pelo Senador Edison Lobão, Relator da matéria, mas não vejo, sinceramente, nenhum problema de que o projeto possa ser examinado quanto à juridicidade e à constitucionalidade na CCJ, mesmo porque há tempo para que ele possa ser aprovado este ano. Não vejo também nenhuma razão para tanta urgência desse projeto. Acho que ele deve ser examinado com o maior cuidado, porque se trata de instituto de resseguros, que vem, naturalmente, funcionando no Brasil há muitos anos. Sinceramente, não vejo muita razão para que questões como mudança e privatização sejam apreciadas em regime de urgência.

Meu voto é favorável à emenda do Senador Eduardo Suplicy, para que o projeto seja também analisado e avaliado quanto à juridicidade e constitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pede a palavra, novamente, o Senador Francelino Pereira, a quem a concederei. Em seguida, terá a palavra o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não há dúvida alguma. O que não aprovarmos nesta Comissão até amanhã não será mais aprovado nesta legislatura. Os trabalhos não irão até o dia 15. O dia 15 é o dia da comemoração, como pode ser também o do pesar para alguns, ou para muitos. Eu apenas pediria ao Senador Edison Lobão, que é, como sabemos, um líder que tem fortes conhecimentos da vida jurídica e também do empenho na aprovação desse projeto, que explicita quanto à urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Cabe à Mesa fazer essa explicação. A matéria é de urgência constitucional. Se até o dia 11 ela não tiver os relatórios, irá automaticamente para o plenário e as Comissões deixam de ser ouvidas. O medo do Senador Edison Lobão é de que, com essa burocracia, até que seja distribuído e ser designado o Relator, que não aconteça esse relatório. E aí seria inútil, porque passa direto para a Mesa, uma vez que tem prazo constitucional.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Então, mantenho meu voto favorável ao relatório do Senador Edison Lobão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** – Sr. Presidente, estou a ver que a urgência constitucional passará por cima do relatório da Comissão de Constituição e Justiça caso não seja aprovada até o dia 12. De forma que não vejo prejuízo em que se solicite audiência à Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista a importância da matéria. Acho mesmo que essa privatização não deveria ocorrer antes da criação da agência fiscalizadora, dado que esse mercado de seguros é um compartimento gigantesco do mercado financeiro e necessita efetivamente da presença e da ação de uma agência fiscalizadora. Mas, de qualquer forma, havendo a urgência constitucional, não haverá prejuízo da votação do projeto em plenário caso a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não se pronuncie e o pronunciamento da Comissão é efetivamente, não obstante o parecer do advogado Bulhões Pedreira, acredito ser imprescindível a audiência da Comissão de Justiça do Senado, razão pela qual voto com a proposição do Senador Eduardo Suplicy, a qual subscrevi.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A Mesa vai cumprir o regimento pondo em votação o projeto do Relator, que tem preferência, e caso não seja aprovado irá para CCJ para emissão de parecer.

Esse é o ritual, segundo o nosso Regimento. Preferência do relatório e se este for derrotado será vitoriosa a tese do Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Agnelo Alves.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, a constitucionalidade ou não matéria me impressiona pouco, porque o Senado vota por unanimidade em todas as suas comissões. Vou repetir. A constitucionalidade impressiona pouco, constitucional ou não, porque todas as comissões votam, inclusive o plenário. Na Câmara acontece a mesma coisa. Todas as comissões votam e o plenário. O Presidente sanciona e um juiz decreta a inconstitucionalidade. É aquele conflito de que quem legisla é o Congresso ou o Poder Judiciário.

Agora, impressiona sim o argumento do Senador Roberto Saturnino de que podemos estar dando um passo à frente quando está sendo anunciado uma agência para controlar, vigiar e normatizar essa matéria. Neste caso, prefiro votar pela emenda Suplicy, menos pela constitucionalidade e mais para que se aguarde a criação da agência.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, gostaria de dizer que a privatização do resseguro é uma coisa que existe no mundo inteiro. Penso que os dois únicos países do mundo que ainda adotam o monopólio são o Brasil e Cuba. Até a União Soviética já privatizou o sistema de resseguros.

A privatização não provocará desemprego e sim empregos novos. Quanto à criação da Agência Reguladora que tanto preocupa o Senador Agnelo Alves e Roberto Saturnino – com razão – já existe e é a Susep. Está havendo apenas uma transferência do IRB para a Susep, que é uma instituição do Governo do Ministério da Fazenda, que vai controlar, portanto, o sistema de resseguros.

Então, Senador Agnelo Alves, está plenamente atendida a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, assim como a preocupação do Senador Roberto Saturnino.

No que diz respeito à constitucionalidade retornado ao ponto que foi exaustivamente examinado na Câmara, concluindo pela constitucionalidade. Quanto a mim, estou pessoalmente convencido de que o projeto de lei ordinária é plenamente constitucional, não

apenas com base no parecer do grande jurista que aqui li mas por todos os estudos que fiz em torno da matéria, junto com a consultoria do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, apenas estaríamos atrasando a votação, sem podermos fazê-lo, porque há uma urgência constitucional. Até pode ser que o Presidente da República, atendendo às observações do ilustre Senador José Alencar, não devesse ter enviado este projeto em regime de urgência, mas ele o fez e podia assim proceder. O projeto está em regime de urgência e não podemos interromper essa urgência. Não cabe a nós fazê-lo.

Portanto, só temos que votar. Esse é o apelo que faço portanto aos Senadores que já se manifestaram em sentido contrário com uma falta de informação, por culpa minha, por não ter dito, desde logo, que a Susep é esta agência reguladora que já existe.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A Mesa vai colocar em votação o relatório do Senador Edison Lobão e caso seja derrotado prevalecerá a tese do Senador Eduardo Suplicy.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permanecem sentados. (Pausa.)

É o parecer do Senador Edison Lobão.

Quem vota com o Relator fica como está.

(*Procede-se à votação.*)

Votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Carlos Bezerra, e José Alencar.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, em face do esclarecimento prestado pelo Senador Edison Lobão, eu voto favoravelmente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Tem a palavra, para uma declaração de voto, o nobre Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, as minhas dúvidas eram quanto à constitucionalidade e à inexistência prévia de uma agência reguladora. As dúvidas de ordem jurídica me foram dirimidas pelo parecer do Dr. Bulhões Pedreira. E quanto à falta da agência reguladora, eu creio que o esclarecimento do Senador Edison Lobão de que a Susep permanece e continua com as suas funções também me fez, só por isso, votar com o parecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Aprova da a matéria, com quatro votos contrários.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Tem a palavra, pela ordem, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, na semana passada, esta Comissão decidiu conceder vista, ao Senador Carlos Bezerra, de um projeto da minha autoria, o de nº 464, com o acordo entre todos de que esse projeto estaria na Comissão na data de hoje. V. Ex<sup>a</sup> coloca esse projeto em pauta extra. Eu pediria, se possível, que nós o apreciássemos já, porque ele também tem urgência. É o Projeto nº 464, Item 1 da pauta extra, que trata do Fundo de Participação dos Municípios.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Apenas indago dos Srs. Senadores se acatam a proposta, dando prioridade a ele. Temos mais outros três. A decisão é do Plenário.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se os Srs. Senadores estão de acordo com a solicitação do Senador Osmar...

Antes da votação, vou conceder a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo. A votação do Item 10, que relatei, que trata da reestruturação da dívida do GDF, foi suspensa quando já havia sido discutida a matéria, devido à não-presença do representante do GDF. Está aqui o Secretário da Fazenda, Valdivino Oliveira...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nós o convidamos para vir até a Mesa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Eu pediria, então, que nós concluíssemos a votação da matéria de interesse do GDF, que já foi discutida. Posteriormente, nós votaríamos a proposta do Senador Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nós estávamos encerrando a discussão quando foi feita a solicitação do Senador Eduardo Suplicy.

Agora está aqui o Secretário da Fazenda do Distrito Federal.

E perguntamos ao Senador Eduardo Suplicy se tem alguma indagação, ou qualquer um outro Senador, porque, em seguida aos esclarecimentos do Secretário, nós vamos por em votação a matéria.

Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy, que fez a solicitação. Ou V. Ex<sup>a</sup> fez apenas questão de que fosse cumprido o rito?

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se o Secretário de Fazenda do Distrito Federal pode nos esclarecer as razões pelas quais está solicitando o acordo de refinanciamento das dívidas do Distrito Federal, porque ele traz repercussões importantes na continuidade dos serviços públicos prestados à população.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Secretário da Fazenda do Distrito Federal, Dr. Valdivino José de Oliveira.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Sr. Secretário, esse acordo trata da amortização antecipada de 20% através da alienação das ações da CEB e da Caesb. Como essas empresas receberam, no passado recente, vários prêmios empresariais pela excelência dos seus serviços, tendo figurado em diversos anos como as melhores empresas em seus setores de atuação, em que medida a privatização dessas empresas não envolve sérios riscos de prejuízos à população?

Gostaria de salientar que essas empresas tiveram, primeiro, uma recuperação muito significativa da sua situação econômica e financeira, tiveram resultados bastantes positivos na gestão do Governador Cristovam Buarque, e poderiam perfeitamente continuar como empresas públicas sob controle do Governo do Distrito Federal. Assim, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> pudesse nos esclarecer as razões que levaram o Governo do Distrito Federal à decisão que ora submete à apreciação desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Secretário de Fazenda do Distrito Federal, Valdivino José de Oliveira.

**O SR. VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA** – Senador Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, demais senadores, na realidade, o Distrito Federal e o Rio de Janeiro são os dois últimos Estados brasileiros a reestruturarem suas dívidas. O GDF possui uma das menores dívidas relativas do País. Nossa dívida é de apenas 0,25% do Orçamento anual do GDF. Contudo, é uma dívida de perfil de curto prazo. A maior parte da dívida venceria nos próximos cinco anos com taxas de juros que variavam entre 18% e 22%. Estamos trocando essa dívida junto à União por uma de 30 anos com taxas de juros que vão variar de 6% a 9%, dependendo da amortização ou não da conta gráfica. Amortizando a conta gráfica em 20%, a taxa de juros seria de 6%. Nossa opção inicial é por

uma taxa de juros de 6%, pagando os 20% da conta gráfica.

A conta gráfica tem previsão de ser paga por três alternativas: ou parcelamos a conta gráfica em 36 parcelas mensais, ou pagamos a conta gráfica com parcelas de ações das empresas citadas pelo nobre Senador, ou pagamos a parcela de 20% da conta gráfica com créditos novados junto ao Sistema Financeiro de Habitação, notadamente da nossa carteira habitacional do Idhab, utilizando o FCVS novado junto ao sistema financeiro.

Se a opção for por venda de ações de empresas estatais, a lei autorizativa da Câmara Legislativa é até o limite de 49%, permanecendo o controle estatal sobre a mesma. No governo anterior, parte das ações da CEB foram vendidas e há ainda uma parte substancial que não compromete o domínio público da empresa. Ou seja, permanece com 51% do capital votante por parte do setor público. Mas a lei distrital que autorizou essa alienação permite apenas até o limite em que o Estado mantém o controle acionário. Portanto, não será uma privatização. Seria apenas uma alienação de parte das ações.

Não tem o GDF nenhuma iniciativa no momento de vender parte das ações. Estamos trabalhando prioritariamente em duas linhas: com o pagamento em 36 parcelas da parcela de 20% da conta gráfica e com a utilização dos créditos novados no FCVS, principalmente do Idhab, cujos procedimentos já estão bem adiantados junto à Caixa Econômica Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) –. Consulta aos Srs. Senadores se ainda desejam fazer alguma indagação ao Sr. Secretário de Fazenda, Dr. Valdivino José de Oliveira.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, não farei outra indagação. Agradeço os esclarecimentos que S.S.<sup>a</sup> prestou, mas gostaria de externar, dada a oportunidade do comparecimento do Secretário da Fazenda do Governo do Distrito Federal, que eu próprio e muitos Senadores e Deputados no Congresso Nacional, nas últimas semanas, expressamos o quanto estranhamos e temos instado o Governo do Distrito Federal a rever uma decisão séria que foi tomada. Gostaria de dizer que inclusive a Comissão Mista do Congresso Nacional que as causas da pobreza e as soluções para erradicá-la, aprovou, por unanimidade, o requerimento, no sentido de instar o Governo do Distrito Federal a rever a sua decisão de abolir o Projeto Bolsa-Escola, substituindo-o pela distribuição de uma mochila com material escolar e cestas básicas.

Consideramos isso um retrocesso. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar isso. Em outra ocasião, eu estaria disposto a explicar o porquê de assim estar me expressando.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy por seu posicionamento, pedindo a não resposta, até porque a Presidência havia dito que esse não é um debate da Comissão. É um posicionamento de V. Ex.<sup>a</sup>, mas este não é um debate sobre esse assunto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

As Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar urgência na tramitação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Já foram feitos pedidos de urgência para todos os processos financeiros.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS** – Apenas quero reiterar o pedido que faço, para que agora V. Ex.<sup>a</sup> coloque em discussão o Projeto nº 464, que consta do Item nº 1 da pauta extra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência solicita aos Srs. Senadores um posicionamento. Gostaria de saber se podemos fazer a inversão da pauta? Os Srs. Senadores que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a inversão de pauta.

Senador Osmar Dias, será apreciado o projeto de V. Ex.<sup>a</sup>.

Houve voto em separado? (Pausa.)

Não houve voto em separado. Já houve a discussão. Portanto, podemos colocar a matéria em votação, que será simbólica.

As Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam o projeto do Senador Osmar Dias queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. OSMAR DIAS** – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência também para este outro projeto.



**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – A seguir, há o Item nº 4, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Item nº 4 da pauta trata do Ofício nº 53.

Só faltam mais três projetos. Peço aos companheiros concentração, para que possamos limpar a nossa pauta de tudo aquilo que é pendente na área financeira.

Encaminho ao Senado Federal o Parecer do Dedip nº 9.919, de 13/10/99, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido da Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila, Bahia, para contratar operação de crédito junto ao Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-estrutura Urbana – Produr, que é administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, no valor de R\$2.992.000,00, destinado a investimento na área de desenvolvimento urbano.

A autoria é do Baçen, e o Relator é o nobre Senador Bernardo Cabral.

**O SR. VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o pedido se refere a financiamento da Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila para obras de infra-estrutura urbana, referente a recursos do Banco Mundial já aprovados pelo Senado, com operação de crédito contratada pelo Estado da Bahia, que está repassando esses recursos às prefeituras municipais para obras de infra-estrutura, obras basicamente ligadas ao setor de saneamento e de habitação popular.

Esse pedido é feito para que o Município de Dias D'Ávila realize operações no valor de R\$2.992.000,00, as quais vão beneficiar exclusivamente as populações carentes dessa cidade, nesse caso específico Dias D'Ávila.

Com relação, Senador, ao assunto anterior, penso que...

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Se o Presidente permitir e se V. Ex<sup>a</sup> puder apenas sintetizar as razões do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira na Bahia, eu lhes agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor.

**O SR. VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA** – O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira é financiado pelo Governo Federal por meio do BNDES e do Banco do Brasil, num valor total de R\$335 milhões.

O Estado da Bahia ofereceu contragarantias aos produtores no valor de R\$15 milhões, considerando que, na época em que foi feito o projeto, ainda não se tinha tecnologia disponível necessária para a recuperação da lavoura. Hoje já temos. Mas foi preciso, naquele momento, oferecer essa garantia e apenas pedimos a renovação dessa garantia. O projeto foi só de renovação de uma garantia já anteriormente concedida pelo Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Peço ao Secretário que permaneça no recinto, porque, logo em seguida, vamos ter um outro projeto da Bahia.

Tendo sido esclarecido, vamos colocar em votação esse processo tão bem relatado pelo Senador Bernardo Cabral, que teve ainda maiores esclarecimentos também do Secretário Alberto Mascarenhas.

Em votação o projeto da Bahia.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – Sr. Presidente, como V. Ex<sup>a</sup> anunciou ao Plenário, reservo-me apenas à leitura do voto.

A operação de crédito pretendida pela Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila alia o reduzido valor ao evidente mérito.

Trata-se de financiamento destinado à realização de obras de pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário. Os recursos são oriundos do Fundo Urbano – 85% – e da Prefeitura – 15% –, no âmbito do Programa da Administração Municipal e Desenvolvimento da Infra-Estrutura Urbana, administrado pelo Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A, Desenbanco. Tal programa tem o suporte de recursos do Banco Mundial já aprovado pelo Senado Federal.

A observação constante do parecer do Banco Central quanto ao descumprimento ao dispositivo da Resolução nº 78, de 1999, não nos parece constituir impeditivo à concessão da autorização pleiteada pela Prefeitura Municipal de Dias D'Ávila. O Banco Central mesmo pondera as dificuldades de garantias para que os Estados e Municípios apresentem as certidões dos seus Tribunais de Contas referentes ao exercício anterior, em função dos prazos fixados pelas Constituições locais e os Regimentos Internos daqueles Tribunais preverem largos períodos para entrega e exame da documentação que embasa as certidões. Tanto é que o Banco Central recomendou explicitamente a aprovação do pleito, considerando que os dispositivos da Resolução nº 78, de 1999, não

cumpridos, aliam-se entre os que são entendidos como não essenciais.

Sr. Presidente, estou só cumprindo o meu dever.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> está fazendo muito bem. Quero informar aos Srs. Senadores que há um orador na tribuna.

**O SR. BERNARDO CABRAL** – De modo, Sr. Presidente, que, em face do exposto, somos de parecer favorável à concessão de autorização para contratação da operação de crédito, objeto do Ofício S-53/99, nos termos do seguinte projeto de resolução.

Vem o projeto de resolução, Sr. Presidente, cuja leitura peço a V. Ex<sup>a</sup> para não efetuar, porque o Plenário está devidamente esclarecido e prestou ampla atenção ao voto do Relator.

O voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> merece toda a nossa admiração pela rapidez e síntese com que faz os seus relatos.

Por essa razão, vamos agora mesmo colocá-lo em discussão.

Em discussão.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, em vista de estar aqui também o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, eu agradeceria se pudessemos aproveitar sua presença para não parecer que estamos querendo apenas indagar o Secretário do Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Convidamos o nobre Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, terra dos orixás, para tomar assento à mesa.

O Secretário Albérico Mascarenhas, então, estará à disposição para as perguntas de V. Ex<sup>as</sup>.

Senador Supply, V. Ex<sup>a</sup> que registrou a presença do ilustre Secretário, tem a palavra inicialmente.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Gostaria que V. S<sup>a</sup> explicasse, se possível, a natureza da solicitação da Prefeitura de Dias D'Ávila e, sobretudo, que pudesse dar um esclarecimento em relação ao Item 6.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Item 6 é matéria vencida, Senador. Se S. Ex<sup>a</sup> quiser, pode até fazê-lo, mas é matéria vencida.

Nós já o votamos.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Passemos então ao item 4.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Item nº 11 da pauta que se refere ao Ofício nº 62, de 1999, que encaminha ao Senado Federal parecer contendo manifestação do Banco Central acerca do pedido do

Estado da Bahia para contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$146 milhões, que equivalem a R\$285.430 milhões, à taxa de câmbio do dia 11-10-99, destinados ao Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia.

A autoria é do Banco Central da República e o Relator é o nobre Senador Luiz Otávio, do Pará, a quem passo a palavra.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a mensagem que foi recebida nesta Casa já foi nominada pelo Sr. Presidente e eu vou apresentar a conclusão e logo depois o projeto de resolução, conforme tem sido prática nesta Casa.

Em conclusão ao pleito encaminhado pelo Estado da Bahia, encontra-se de acordo com o que preceitua a Constituição Federal e as Resoluções 96/89 e 78/98, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo, nos termos do seguinte Projeto Resolução que autoriza o Estado da Bahia à contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor de US\$146 milhões, à taxa de câmbio de 11-10-99, destinados ao Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia.

Esse é um programa ao qual tem sido dado prioridade não só pelo Governador César Borges, mas, também, pelas administrações anteriores do Governo da Bahia. É também que tem prioridade de parte do Governo.

O Senado Federal resolve, no art. 1º, autorizar o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo já citado, à taxa de câmbio de 11-10-99.

Os recursos advindos da operação de crédito externo referidos neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia.

A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: O BID é o credor e o garantidor é a República Federativa do Brasil, o valor já foi citado, o prazo é de vinte anos, a carência é de cinco anos e meio; juros; taxa anual determinada para cada semestre pelo custo dos empréstimos qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescidos de uma margem que o BID fixará periodicamente, de acordo com sua política de juros incidente sobre os saldos devedores diários dos empréstimos.; a comissão de crédito será de 0,75 ao ano sobre o saldo não desembolsado, contado a partir de sessenta dias da data de assinatura do contrato;



os recursos para inspeção e supervisão geral serão 1% do valor da operação; o prazo será de cinco anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Parágrafo único. A data estipulada para o pagamento do principal e encargos poderá ser alterada para manter a correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício presente e autorização é de 540 dias.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

O parecer é favorável ao projeto do Estado da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – O Senador Luiz Otávio acaba de exarar o seu parecer favorável no que se refere ao Programa de Integração dos Corredores Rodoviários do Estado da Bahia.

Em discussão.

Lembramos que o Dr. Alberto Mascarenhas, Secretário de Fazenda do Estado da Bahia, está presente.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do Senador Luiz Otávio.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permanecem como estão.

Aprovado, por unanimidade.

Agradecemos ao Sr. Secretário pela presença e parabéns ao Estado que vai ter mais progresso. Isso significa progresso para o Nordeste.

Faltam dois projetos, mas eles são integrados. O relatório é um só.

Pedimos a presença do Secretário do Estado do Rio, caso esteja na Casa.

**O SR. EDUARDO SUPLCY** – O Secretário, Jorge Bittar, do Planejamento.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Secretário Jorge Bittar, do Planejamento e Secretário de Fazenda, Dr. Mário Tinoco e também o Chefe do Tesouro, Henrique Beluccio.

Informa-me o Secretário Bittar que o vôo do Governador Garotinho atrasou, mas o avião já está em deslocamento. O Estado dá muita importância a esse projeto, porque é o último Estado que falta, uma vez que já foi votado também o Distrito Federal. E esse, segundo o nosso relações públicas do Banco do Brasil, tem uma importância vital também ao Banco do Brasil.

Senador, vou ler o enunciado:

Ofício nº 3, não-terminativo, que encaminha ao Senado Federal o parecer do Banco Central do Brasil

acerca da operação de crédito baseada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas e termos aditivos da reestruturação, firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a União, com a interveniência do Banco do Brasil e do Banco Banerj S.A no montante de 12 bilhões, 946 milhões, 395 mil, 811 reais e 36 centavos no âmbito do programa de apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados. Tramitando em conjunto com esse processo está também o Ofício nº 4, também não-terminativo, também de 1999, que encaminha ao Senado Federal parecer do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito referente ao contrato de assunção da dívida e outros pactos, firmados entre o Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A, em liquidação extrajudicial, e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência do Banco Central do Brasil, no valor de 3 bilhões, 879 milhões, 682 mil, 828 reais e 82 centavos, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O Senador Jefferson Péres é o Relator de ambos.

Com a palavra o nobre Senador, pelo Amazonas, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, como o parecer foi distribuído previamente, vou direto ao voto.

Por intermédio do Ofício Presi, de 2 de dezembro de 1999, o Presidente do Banco Central do Brasil encaminha ao Senado Federal o Parecer Dedip 99/38, de 1º de dezembro de 1999, que trata do contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado em 29 de outubro de 1999, entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O refinanciamento em questão já foi objeto de manifestação do Banco Central por meio do Parecer Dedip, 99/2, de 4 de janeiro de 1999, encaminhado ao Senado Federal mediante o Ofício Presi. 99/14, de 5 de janeiro de 1999, o qual examina, juntamente com a operação de refinanciamento, as obrigações substanciadas no contrato de assunção de dívida e outros pactos, celebrado em 15 de julho de 1998, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A., em liquidação extrajudicial, com a interveniência do Banco Central do Brasil.

Segundo o Ofício Presi. 994499, a emissão do novo parecer decorre das alterações nos termos do contrato de refinanciamento da dívida do Estado, permanecendo válidos os aspectos do Parecer Dedip 99/2, concernentes às obrigações assumidas pelo

Estado junto ao Banco Central, por intermédio do contrato de assunção de dívida.

O parecer Dedip 99/38 esclarece que a operação crédito correspondente ao contrato de confissão e refinanciamento de dívidas atende às exigências do § 1º do art. 4º da Resolução 78 do Senado Federal, que regula as operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, posicionando-se favoravelmente à sua realização.

O parecer Dedip/Diari 99/2 acrescenta que a operação de crédito correspondente ao contrato de assunção de dívida também atende às exigências da Resolução 78, razão porque se posiciona também favorável à sua realização. Em face do exposto, manifesto-me favoravelmente ao atendimento das solicitações constantes dos Ofícios nºs 03 e 04, ambos de 99, na forma dos seguintes projetos de resolução.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer é favorável.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, gostaria de pedir um esclarecimento ao Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Bittar, ao Secretário Adjunto da Fazenda, Mário Tinoco, e ao Secretário do Tesouro, Henrique Pelúcio.

A dúvida que tenho refere-se à questão relativa ao pagamento das aposentadorias e pensões dos funcionários do Banerj, uma vez que quando o Senado aprovou o empréstimo referente aos ajustes prévios de obrigações pecuniárias do Banerj estabeleceu no art. 4º da Resolução nº 61/97 que os recursos seriam depositados em conta vinculada, na Caixa Econômica Federal, cuja única destinação seria o pagamento de aposentadorias e pensões dos funcionários do Banerj.

Com a proposta de refinanciamento das dívidas, essa vinculação não está explicitada. Sendo os recursos depositados em um fundo constituído para fazer frente à aposentadoria de todos os funcionários do Estado, a minha dúvida é: em que medida podem, os funcionários do Banerj, estar seguros de que aquilo que se procurou garantir estará efetivamente atendido? Será que esses recursos não estariam diluídos em um universo muito amplo?

Quais as garantias que o Governo oferece aos funcionários do Banerj para que eles possam ter a segurança de que aquilo que estava sendo explicitado realmente será atendido? Que outros recursos com-

põem o fundo de aposentadoria dos funcionários do Estado?

Agradeço se puderem as autoridades do Governo do Estado do Rio de Janeiro nos esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vou passar a palavra, inicialmente, ao Dr. Mário Tinoco, que responde pela Secretaria de Finanças do Estado do Rio de Janeiro; depois, se o Secretário do Tesouro ou o Secretário Bittar quiserem usar da palavra, também estará franqueada a eles.

Com a palavra o Dr. Mário Tinoco

**O SR. MÁRIO TINOCO** – Srs. Senadores, eu diria que os ex-servidores do Banerj, pensionistas e aposentados, mantêm uma grande garantia, eu diria que têm uma garantia praticamente equivalente ao que tinham antes, com a diferença de que antes esse dinheiro ficava parado; agora esse dinheiro está capitalizando o Fundo Rio Previdência, o que vai permitir ao Estado pagar todos os pensionistas e aposentados do Estado do Rio de Janeiro. Quer dizer, na verdade, já havia uma lei estadual que tornava o pagamento dos beneficiários do Previ/Banerj obrigatório; já era uma obrigação do Estado do Rio de Janeiro. Então diria que, nisso, o pessoal do Previ/Banerj deu uma posição semelhante a todos os servidores, que é a garantia do Estado quanto ao pagamento desses benefícios por intermédio do seu Fundo Rio Previdência. Mas, em particular, os servidores do Previ/Banerj têm uma posição, vamos dizer, até privilegiada em função de toda a negociação que houve quando da privatização do banco. Em primeiro lugar, diferentemente dos outros servidores, eles têm garantida uma correção anual dos seus proventos pelo IGPM, o que os outros servidores não têm. Além disso, no contrato de renegociação, há uma intervenção do Governo Federal de modo que há uma garantia do Governo Federal sobre o pagamento, quer dizer, a garantia de que haverá recursos suficientes para o pagamento desses servidores. Se o Estado não tiver essa disponibilidade, a União garante esses recursos, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro está colocando como contragarantia, à disposição do Governo Federal, a arrecadação do ICMS. Então, se por acaso vier a ocorrer do Estado não ter dinheiro para pagar os benefícios dos seus aposentados e pensionistas, esse grupo tem uma garantia do Governo Federal de um repasse de recursos e a contragarantia da arrecadação do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Satisfeito com a resposta, Senador Eduardo Suplicy, ou quer também fazer indagação ao Secretário Bittar? Estou



verificando que o Senador Eduardo Suplicy está muito à vontade, porque tanto o Secretário Tinoco como o Secretário Bittar são oriundos do PT e representam o PT no Governo do Estado do Rio.

**O SR. MÁRIO TINOCO** – Trabalhei com o Cristovam mas sou do PDT.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Penso, Sr. Presidente, que os esclarecimentos que o Secretário do Tesouro Mário Tinoco nos dá são muito importantes e obviamente essa palavra de esclarecimento nos deixa muito mais à vontade para podermos votar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Este é o último Estado que estamos votando o acordão.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amanhã não teremos o jantar usual.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, quero apresentar um requerimento a que tenho direito, porque, mesmo não sendo membro efetivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup>, não sendo membro, tem direito à fazê-lo em última colocação.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pediria aos nobres colegas que aguardassem um pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há orador na tribuna, pediria aos companheiros que, por gentileza, ouvissem o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Veja bem, Sr. Presidente, às vezes, fazer parte da Mesa nos garante algumas vantagens. Por outro lado, há prejuízos por não ser membro efetivo de algumas comissões, como no caso desta. Mas gostaria de ouvir os nobres colegas.

Sr. Presidente, apresento este requerimento pela importância do mesmo.

Deu entrada no Senado e, por consequência, nesta Comissão, um pedido do Governo catarinense e, por meio do Banco Central, para a federalização e

posterior privatização do Banco do Estado de Santa Catarina.

Em função disso, Sr. Presidente, leio este requerimento em poucas palavras para deixar aqui colocada a minha...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ainda não foi distribuído nesta Comissão porque ainda não despachei e nem tomei conhecimento oficialmente da entrada dele.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Mas a informação que temos, Sr. Presidente, é a de que já chegou à Comissão. Embora V. Ex<sup>a</sup> não tenha distribuído a nenhum Relator, é por isso que o faço em tempo para até evitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor, passe à leitura do requerimento.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Já cumprimentando-o, venho por meio deste requerer, fundamentado no art. 90, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que V. Ex<sup>a</sup>, ouvido o Plenário desta Comissão, determine a sustação do Processo Ofício nº S/63, de 1999, em face dos argumentos apresentados a seguir, bem como diante da necessidade de ética que se apresenta a esta Casa em relação ao assunto em tela:

1. Em 8/12/98 o Senado Federal aprovou operação de crédito entre a União e o Estado de Santa Catarina no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, consubstanciada no Ofício nº S/82, de 1998, no valor de R\$109.291.000,00 reais, destinados ao saneamento e quitação do Banco do Estado de Santa Catarina, acrescido de igual valor pelo Governo do Estado;

2. Decorrido um ano dessa aprovação, nova operação é solicitada no valor de R\$2.129.708.000,00 reais; portanto, cerca de dez vezes o valor inicial. Ressalto, Sr. Presidente, que esse valor é praticamente o acumulado de toda dívida histórica do Estado catarinense e representa uma arrecadação líquida anual;

3. O Banco Central do Brasil atestou a legalidade às condições financeiras da operação anterior e não apresentou nenhum fato significativo que caracterize a necessidade de novo aporte;

4. Não houve nesse período fato, razão ou até crise econômica que justificasse ou que justifique a alteração dos números em tamanha grandeza;

5. Tramita na Assembléia Legislativa do nosso Estado, Santa Catarina, Comissão Parlamentar de Inquérito que verifica os motivos dessa discrepância

de valores, de 200 milhões para 2 bilhões – mais ou menos;

6. O protocolo assinado entre o Governo do Estado e o Banco Central prevê a compra de créditos do BESC pelo Estado, sendo que, na medida do seu recebimento, esses valores servirão à amortizar a dívida de Santa Catarina com a União. Contudo, não está claro se será no estoque total da dívida. Caso esses créditos sejam usados para pagamento dos 13% da obrigatoriedade legal, teremos caracterizado um empréstimo da União para o Estado, operação que contraria as normas vigentes.

Nesse sentido, Sr. Presidente e nobres Colegas, requeiro o sobrestamento do Ofício nº S/63, de 1999, até o fim dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco, instalada na Assembléia Legislativa do nosso Estado, para que tenhamos mais subsídios. Ademais, em acordo com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que essa Presidência submeta à decisão do Plenário desta Comissão a oitiva das pessoas abaixo relacionadas para que, neste Plenário da Comissão, possamos esclarecer e instruir com precisão a resolução que está entrando nesta Comissão.

E relaciona as pessoas, Sr. Presidente: Nelson Wedekin, ex-Secretário da Fazenda do Governo de Santa Catarina à época do acordo anterior; Gustavo Franco, ex-Presidente do Banco Central, que à época presidia o Banco; Antônio Carlos Vieira, atual Secretário da Fazenda do Estado; Deputado Estadual Ronaldo Beneddetti, que é o Relator da CPI que tramita hoje no Estado; e Carlos Eduardo Freitas, Diretor do Banco Central que, à época, participou desse entendimento.

Para finalizar, Sr. Presidente, junto a este requerimento o Ofício nº S/82, de 1998, e também considerações que venho fazendo no plenário do Senado e junto aqui, para melhor subsídios. Anexo também requerimento de informações que haverei de dirigir à Mesa Diretora do Senado para ajudar a elucidar certas dúvidas.

5. Matérias do jornal **O Estado de S.Paulo**, que versam sobre essa questão.

6. Contrato de abertura de crédito entre a União e o Estado de Santa Catarina, celebrado em março de 1998.

E 7, e último, o contrato de abertura, que está nesta Casa, mas junto também, que a União e o Estado de Santa Catarina celebraram em setembro deste ano, do qual é o assunto ora em tela.

Portanto, submeto a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, esse requerimento, tendo em vista a importância da

matéria, tendo em vista que envolve uma série de questões, para que possamos formar um juízo melhor de valores para melhor avaliarmos essa questão, com toda a sinceridade a V. Ex<sup>a</sup> e que submeto aos nobres Pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Bezerra) – O Senador Casildo Maldaner submete à Comissão de Assuntos Econômicos um requerimento, que vai chegar à mesa agora. Pede a palavra, para contraditar, o Senador Jorge Bornhausen. Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, com o maior respeito que tenho ao Senador Casildo Maldaner, entendo que a matéria, em primeiro lugar, é de apreciação exclusiva do Senado Federal e, como tal, não pode ser sobrestada em função da existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito numa Assembléia Legislativa. Até porque esta Comissão vai examinar as responsabilidades daqueles que operaram o banco durante os períodos que o banco teve essa significativa perda de consistência líquida. Então, é evidente que as suas providências serão tomadas a tempo e encaminhadas ao Ministério Público as conclusões para a apreciação, tal como toda a CPI. Se tivéssemos que aguardar CPIs de Assembléias Legislativas para dar curso ao processo de alçada exclusiva, constitucional do Senado Federal, certamente esse instrumento e não digo que não seja no caso agora, seria um instrumento permanentemente protelatório no sentido do cumprimento das obrigações desta Casa. Entendo, e mais uma vez repito do meu maior respeito ao eminente Senador Casildo Maldaner, que foi Governador do Estado, que conhece o banco do Estado, que o Governador de Santa Catarina tomou as providências cabíveis. E antes de assumir pediu que o Banco Central fizesse uma auditoria completa das contas do Banco do Estado. Essa auditoria, que levou tempo e que houve discussões sucessivas em torno dos números, entre o próprio Banco e o Banco Central, veio à sua conclusão recomendando, determinando a federalização do Banco. Acompanhei o Governador Esperidião Amim, o Presidente da República e na presença do Ministro Pedro Malan e do Presidente do Banco Central o Governador apresentou uma sugestão de fazer com que houvesse uma participação tríplice do Estado, dos funcionários e de um sócio estratégico. O Banco Central entendeu que não seria possível concretizar com recursos suficientes, em face dos volumes auditados, essa fórmula que era apresentada pelo Governador do Estado. Vencida essa idéia, enfrentou o Governador do Estado um outro problema: a Constituição Estadual determinava que o Banco não poderia ter o



seu controle acionário transacionado, era um dispositivo constitucional. Portanto, qualquer iniciativa de privatização ou federalização teria que fazer com que houvesse a retirada desse artigo do Texto Constitucional. Viu-se o Governador de Santa Catarina na contingência de, ou retirar do texto estadual da Constituição o artigo, ou passivamente aceitar a liquidação do banco, o que significaria desemprego de todos os funcionários e – mais grave – o desaparecimento das agências pioneiras, que tem alto valor social nos pequenos Municípios de Santa Catarina.

Diante dessa dificuldade, contrariamente à vontade do Governador Esperidião Amin, expressa de forma conclusiva ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, foi ele contingenciado a mandar a reforma constitucional, que foi aprovada com os três quintos exigidos. A partir daí, iniciou-se o processo de negociações com o Banco Central com base na auditoria, para que pudessem ter um fim aquelas tratativas iniciadas com o Presidente da República.

Chegaram aos números, que tiveram como base auditorias, discussões com a diretoria, que contestou junto ao próprio Secretário da Fazenda. O contrato foi assinado e veio a esta Casa. Estou falando aqui com muita responsabilidade e com muito respeito ao Senador Casildo Maldaner. Se colocarmos o processo no limbo, se fizermos o sobrestamento da questão, estaremos provocando, certamente, a liquidação do Banco do Estado de Santa Catarina. A nossa responsabilidade não é pequena. No momento em que houver resistências, se o processo não for aqui examinado – e desejo seu exame e a discussão dos números, legitimamente – o Senador Casildo Maldaner ou qualquer outro Senador poderá pedir vistas do processo, poderemos contar com a presença do Secretário da Fazenda, do Governador do Estado. Mas, evidentemente, a situação de intranquilidade que se cria mediante um sobrestamento é uma carga altamente perigosa num setor altamente sensível e que poderá fazer com que esses números não sejam mais os que foram apresentados agora – que já não são os apresentados em 1998 em função das condições criadas em torno de um setor que, repito, é altamente sensível.

Para não aumentarmos o ônus do Estado, para não trazermos desequilíbrio no Banco do Estado, para não levarmos aos funcionários desesperança e devo dizer que fui procurado por todos os dirigentes das associações, vários funcionários do banco, que fizeram um apelo para que fosse apreciado o projeto da forma mais rápida possível nesta Casa, venho,

com todo o respeito, contraditar o requerimento repetindo que uma CPI não pode trazer um sobrestamento no Senado. A nossa responsabilidade é muito grande. Daí por que manifesto-me contra o requerimento do eminente Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Peço a palavra pela réplica.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A colocação foi feita e o contraditório foi feito. À Presidência cumpre informar que não há **quorum**. Então não podemos deliberar. Sendo assim, devemos fazer o sobrestamento da discussão. Amanhã, os Governadores da região Norte estarão aqui. Confirmaremos sua presença agora à tarde, mas eles já foram convidados.

De qualquer jeito, não há **quorum**. Acabei de confirmar que há 10 Senadores, mas precisamos de 14 Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Louvo – aliás, conheço de longa data – o potencial de argumentação do nobre Senador Jorge Bornhausen. Respeito seu extraordinário potencial de argumentação. Não há a menor dúvida quanto a isso. Acato a decisão do Presidente, mesmo porque não há **quorum**. Quanto ao pedido de sobrestamento, ele decorre do fato de que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por deliberação majoritária – a composição eclética dos seus Deputados – resolveu constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para verificar justamente a federalização do banco. Quer dizer, é o caso em tela. Nós poderíamos até solicitar a conclusão dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que oferecerá subsídios para nossa discussão.

O que a CPI do Senado que analisava os precatórios do Brasil e de Santa Catarina descobriu referente ao envolvimento do Governador Paulo Afonso, do PMDB de Santa Catarina – algo em torno de R\$500 milhões –, é fichinha perto do que se pretende agora inserir dentro do Banco do Estado. São mais de R\$2 bilhões os valores envolvidos.

A CPI desta Casa conseguiu sustar e bloquear a ação, fazendo com que o Governo à época apenas utilizasse 1/3 dos recursos dos precatórios. E 2/3 dos valores foi bloqueado. Esta Comissão teve os poderes de bloquear. Aqueles valores são insignificantes se comparados ao que se pretende hoje injetar no Banco, para que uma geração assumira esses compromissos por 30 anos.

Há uma CPI da assembléia dos catarinenses analisando especificamente essa questão. Trago esse exemplo com a intenção de trazer subsídios. As pessoas aqui nominadas podem ajudar. Podemos ouvir as pessoas para que possamos formar um juízo claro do que será isso. Em 100 anos de República, de governos de Santa Catarina, todos os Governadores comprometeram o Estado com um valor que, em 10 meses, significará quase o dobro.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> está posto perante a Mesa, mas não pode haver execução agora.

**O SR. CASSILDO MALDANER** – Teremos oportunidade e tempo de formar um juízo claro.

Respeito a preocupação do Senador Jorge Bornhausen – nós também a temos –, mas, no decorrer dos debates, da oitiva das pessoas relacionadas, poderemos todos formar um convencimento, para verificar a decisão – em princípio, não a apoiamos – quanto à entrega do Banco. Trata-se de uma questão mais ideológica. Somos pela manutenção do nosso Banco. Essa é uma questão muito nossa, muito catarinense.

Se vencida essa tese, temos, pelo menos, de discutir os valores que teremos de arcar, porque de antemão sabemos que o Estado está propondo arcar com uma grande responsabilidade, enquanto a outra parte, os particulares, não vai entrar com nada.

A CPI está analisando a questão, o que é providencial para todos nós – para a minha pessoa e para os Senadores Jorge Bornhausen e Senador Geraldo Althoff. Trata-se de uma questão de coerência e transparência, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – É fato inédito a Presidência ter anunciado a falta de **quorum**. Normalmente, isso acontece por pedido de verificação de algum membro do Plenário.

Considerando que não há **quorum**, não vamos deliberar. Para mim, é difícil votar a favor ou contra um pedido de sobrestamento de uma matéria sem ter conhecimento do que está sendo discutido.

Sugiro, já que não se irá votar o requerimento de sobrestamento hoje, porque não haver **quorum**, que o Senador Cassildo Maldaner – se o Senador Jorge Bornhausen concordar – apresente um requerimento solicitando que as pessoas fossem ouvidas, para instruir a matéria antes ou no momento da sua votação. A votação no escuro de um requerimento de sobrestamento poderia ter os efeitos levantados pelo Senador Jorge Bornhausen.

Como o Senador Cassildo Maldaner sugere que sejam ouvidas algumas pessoas, deveria substituir o requerimento. É a proposta que faço, se for o caso de acordo. Se não houver acordo, o requerimento voltará na outra reunião. Sugiro, então, que se substitua o requerimento de sobrestamento por outro solicitando que se ouvissem determinadas pessoas, para instruir a matéria, quando esta estiver em discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão quanto ao inusitado de o Presidente ter divulgado a falta de **quorum**. Mas havia duas forças antagônicas, uma querendo o “sim”; outra, o “não”. E ainda sou muito inexperiente em política. Sou apenas um empresário que, por acaso, está passando por esta Casa. Por essa razão, peço desculpas.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Mas V. Ex<sup>a</sup> não é um garotinho?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não sou um garotinho. Já sou idoso, mas, mesmo assim, sou muito inexperiente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – A proposta do Senador José Eduardo Dutra, havendo a concordância dos dois Senadores de Santa Catarina poderia ser colocada como uma proposição de todos. E, não havendo pedido de verificação, talvez até se possa estabelecer consenso entre os membros ainda presentes na Comissão, para que por ocasião do exame da matéria se acate esta sugestão do Senador José Eduardo Dutra, ou seja, a de que as pessoas nomeadas pelo Senador Cassildo Maldaner possam estar aqui para o esclarecimento desses episódios, incluindo o atual Secretário da Fazenda do Governo do Estado de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra, o nobre Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, evidentemente não tenho nenhuma razão, a não ser a do tempo, para me manifestar de forma contrária. Nós estamos no final de legislatura. Terminaremos os trabalhos no dia 15. Se houvesse esse compromisso de, nesta semana, essas pessoas virem voluntariamente, porque não posso responder que o Dr. Gustavo Franco venha aqui esta semana. Evidentemente, se S. S<sup>a</sup> não comparecer, ficará prejudicado o procedimento.

Então, eu gostaria que o Presidente marcasse a data para esta semana — pode haver o convite, não tenho nada contra — e que, no entanto, houvesse o compromisso de não haver o pedido de vistas. Não



sei se pode esse compromisso ser assumido, tendo em vista poucas pessoas estarem aqui. Penso que só nós que estamos aqui poderíamos assumi-lo, o que é uma coisa difícil. Evidentemente, em função desse prazo, também poderia ser votado o requerimento de urgência, se viesse a ser aprovado o projeto, para que não ficasse prejudicado.

Volto a colocar, com muita tranqüilidade e serenidade, mas com muita preocupação, que se trata de um problema de natureza bancária, cuja sensibilidade é altamente expressiva, já que a corrida a um banco é difícil de segurar. Há um momento de tranqüilidade em Santa Catarina. Todos sabem que o Banco Central assumiu esse contrato e que, portanto, os depositantes estão com suas condições garantidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nobre Senador, esse microfone está sem áudio. Se V. Exª pudesse passar para outro microfone seria bom.

**O SR. EDUARDO SUPICY** – Já foi regulado, Sr. Presidente.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Então, Sr. Presidente, não vejo como seja assumido esse compromisso de não pedir vistas, embora pense que, se todos nós aqui o assumirmos, cumprimos. No entanto, evidentemente, não somos responsáveis, nem podemos ter procuração dos outros Senadores. Podemos até conversar.

Quanto à realização da reunião com a presença do Governador e do Secretário da Fazenda evidentemente, concordo com ela, se for realizada na quinta-feira. Tenho certeza de que os Senadores Casildo Maldaner, José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy, José Alencar, Freitas Neto e eu cumprimos o compromisso de não pedir vista, se for possível esta audiência em tempo hábil, na quinta-feira. Mas a vinda deve ser voluntária.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência vai indagar ao Senador Casildo Maldaner se está bem essa fórmula. Nós faríamos os convites telefônicos, passaríamos um telegrama também, e seria na quinta-feira a audiência.

Cumprimos o ritual da Comissão: distribuiremos, faremos o sorteio, olhando a carga. Distribuiremos esse projeto e, se houver concordância, faremos o convite a essas autoridades.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, de minha parte não há nenhum interesse na obstrução, em absoluto. Não é meu desejo prejudicar ou fazer alguma ameaça a um sistema sensível como o financeiro, ou seja, ao Banco do Estado. Aliás, pelo contrário, há 10 meses se vem conversando lá que

não há segurança, que o controlador do banco não tem dado atenção. Quer dizer, não é intenção da minha parte ameaçar, postergar, oferecer alguma situação de periculosidade ao nosso sistema financeiro, em absoluto. Pelo contrário, penso que a tese do Senador José Eduardo Dutra de fazer com que a oitiva dessas pessoas relacionadas possa servir até como instrução. E V. Exª, como Presidente, se puder contactá-las para a próxima quinta-feira, estou plenamente de acordo, porque estou convencido de que essas pessoas vão nos ajudar a esclarecer e vamos ver se é melhor aceitarmos o que está proposto pelo acordo feito entre o Governo do Estado e o Banco Central ou não. São pessoas importantes que, em vários momentos, participaram do banco. Portanto, penso que essa convocação irá nos ajudar a elucidar, sem dúvida alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a concordância de V. Exª, a Presidência determina à secretaria que faça os convites pelo telefone, e o projeto virá na quinta-feira próxima, quando serão ouvidas as pessoas envolvidas, na parte da manhã, às 10 horas, antes da Ordem do Dia.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, só para um esclarecimento final. Não quis, de forma alguma, afirmar que a posição do Senador Casildo Maldaner tinha o intento de protelar, mas, sim, referi-me à dificuldade do prazo e à matéria sensível de que vamos tratar. Se S. Exª tivesse intenção de protelar, pediria a convocação do ex-Governador Paulo Afonso, que está na Espanha, e não o fez, de forma muito gentil. Muito obrigado.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Mas de lá para cá são 12 horas de viagem, de forma que seria impossível o comparecimento dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a concordância dos dois nobres Senadores de Santa Catarina, a Presidência já tomou a determinação...

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, na reunião da próxima quinta-feira teremos a oitiva dessas pessoas como instrução?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vamos distribuir o processo, porque devemos fazê-lo, e vamos fazer audiência. Quanto ao outro, é de deliberação do relator. Se o relator considerar instruído e quiser fazer o relatório, a Presidência não tem como impedir, até porque, sendo um assunto financeiro, trataremos todos os estados com igualdade e não poderia ser diferente. Mas essa solicitação caberá à consciência do relator que deveremos nomear à tarde.

O ilustre Governador Anthony Garotinho chegou.

Está suspensa a reunião para recebermos o Governador

(Está suspensa a reunião.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Está reaberta a reunião, informal por alguns minutos.

Com a palavra o nobre Governador Anthony Garotinho. S. Ex<sup>a</sup> vai, por alguns minutos, agradecer à Comissão. Não há o que agradecer, mas é bom que fique patente que o Governador se desdobrou saindo do Rio de Janeiro e vindo para cá para se pôr à disposição dos Srs. Senadores.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** – Sr. Senador Ney Suassuna, demais Srs. Senadores, apresento as minhas desculpas pelo imprevisto, mas nosso Aeroporto Santos Dumont estava fechado. Deveria estar aqui mais cedo acompanhando a reunião, para dirimir qualquer dúvida que pudesse surgir no momento da votação. Não pude chegar a tempo. Mas, de qualquer forma, quero agradecer a esta Comissão pela aprovação.

Sei que a Comissão agiu dentro de critérios técnicos, analisando todo o processo, mas, de qualquer forma, para o Rio de Janeiro, era muito importante que essa aprovação ocorresse agora, para que tenhamos a possibilidade de aprovar, ainda este ano, no plenário e, assim, viabilizar todo o projeto do estado do Rio de Janeiro.

Felicitos e cumprimento o Senador Ney Suassuna e a todos os demais Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nobre Governador, já pedimos urgência para o que foi aqui deliberado e deverá entrar na pauta de quinta-feira. Mesmo assim, embora seja redundante, penso que deveríamos ir ao Presidente da Casa informar que para essa matéria aprovada na comissão foi pedida urgência, para que S. Ex<sup>a</sup>, que tem o arbítrio de colocar ou não em pauta as matérias, coloque essa matéria na pauta da próxima quinta-feira.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, a minha única dúvida – não sei se V. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade de esclarecer ou se foi esclarecido pelo Secretário do Planejamento, Sr. Bittar, no que diz respeito à problemática referente aos funcionários da Previ/Banerj que estavam preocupados com respeito à segurança de que os compromissos que o Governo do estado do Rio de Janeiro tem para com eles fosse devidamente cumprido. Quem sabe V. Ex<sup>a</sup> possa confirmar os esclarecimentos aqui prestados.

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** – Agora, eles têm uma garantia ainda mais sólida, porque, além da garantia do próprio fundo, têm a garantia do próprio

Estado. Vamos imaginar que, por qualquer motivo, esse fundo um dia viesse a se extinguir, eles ficariam garantidos pelo Tesouro do Estado, então para os próprios funcionários do Banerj foi um excelente acordo. É claro que havia por parte das lideranças sindicais muitas preocupações, o que compreendemos, mas essa etapa foi vencida. Penso que, ontem mesmo, quando me reuni com os funcionários do banco, eles entenderam que o acordo é bom para o estado e também para os funcionários do banco.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Governador, queremos agradecer-lhe por vir a esta Comissão, que está muito feliz, não só pelo Rio de Janeiro, mas porque hoje limpamos praticamente a nossa pauta. Nenhum assunto de interesse dos estados, exceto o referente a Santa Catarina que chegou hoje mas não foi distribuído, foram decididos. Cumprimos com a nossa obrigação, inclusive essa Comissão bateu um recorde porque nunca relatou tantos processos nem tantas matérias como o fez neste ano.

Temos certeza de que o Estado do Rio, com esta renegociação, vai tomar um novo alento, e que V. Ex<sup>a</sup> vai, com toda a certeza, frente ao estado...

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para declinar que o Estado do Rio, aqui na Casa, conta com o Presidente da Comissão, que tem muita vinculação com aquele estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Isso é intriga da oposição – e não é da oposição, é meu companheiro de partido. Mas habitualmente sou relator, porque não podemos sê-lo em relação aos nossos próprios estados. Não posso distribuir, por exemplo, processo de São Paulo para o Senador Eduardo Supply, mas os de outros estados. Então tenho muita honra de ter relatado o do Rio de Janeiro, até por que o Rio de Janeiro é o coração do Brasil. Não é verdade?

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** – Senador Ney Suassuna, aproveito a presença na Comissão de Assuntos Econômicos para externar publicamente o meu agradecimento a V. Ex<sup>a</sup> pela maneira correta como tem agido em relação a todos os assuntos de interesse de todos os estados, especialmente os do Estado do Rio de Janeiro. Habitualmente V. Ex<sup>a</sup> o visita, além do Estado do qual é grande representante, a Paraíba. V. Ex<sup>a</sup> tem sido muito gentil para com o Estado do Rio de Janeiro, não só no caso da negociação da dívida mas como em outros assuntos importantes relativo ao Estado. V. Ex<sup>a</sup> tem se juntado à Bancada do Rio de Janeiro e prestado realmente um



serviço que deixa-nos orgulhosos de tê-lo como Senador da República do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Muito obrigado, Governador.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a reunião, agradecendo também a presença de todos os Secretários que aqui vieram: Secretário da Comunicação, Secretário da Fazenda, o Subsecretário Tino...

**O SR. ANTHONY GAROTINHO** – O Secretário de Comunicação do Rio de Janeiro é, diga-se de passagem, paraibano, é da sua terra. Então estão trocando...

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – E também o Secretário Bittar, que foi aqui tão louvado pelo Senador Eduardo Suplicy e continua em colóquios com o nosso ex-Líder, mas grande Líder do PT.

Um abraço a todos.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h12min.)*

#### **SUBSECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**Ata da 38ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, 53ª da Comissão de Assuntos Econômicos, e 2ª da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se conjuntamente, dia 7 de dezembro de 1999, terça-feira, às 18 horas.**

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a Presidência da Senadora Emilia Fernandes, reúnem-se as Comissões de Assuntos Sociais, de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores Pedro Piva, Juvêncio da Fonseca, Heloísa Helena, Antônio Carlos Valadares, Luiz Pontes, Osmar Dias, Geraldo Cândido, José Eduardo Dutra, Ney Suassuna, Carlos Patrocínio, Alberto Silva, Carlos Bezerra, Maria do Carmo Alves, Gerson Camata, Tião Viana e o Deputado Clementino Coelho. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. A Senhora Presidenta declara abertos os trabalhos. A presente reunião destina-se a audiência pública com os Senhores Presidente da CODEVASF, Senhor Airson Bezerra Lócio e com o Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo José Santos Garrido. Os demais convidados, o Presidente do Comitê Executivo de Estudos

Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CEEIVASF), Senhor José Theodomiro de Araújo e o Ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da ELETROBRÁS, Senhor Sérgio Barbosa de Almeida, tiveram suas ausências justificadas pela Senadora Heloísa Helena. A finalidade da presente audiência pública é a discussão da utilização do potencial do Rio São Francisco e especialmente o projeto de transposição de suas águas. Após as explanações fazem uso da palavra as Senadoras Heloísa Helena e Emilia Fernandes e os Senadores Geraldo Cândido, Antônio Carlos Valadares, Paulo Souto, Alberto Silva, Ney Suassuna e o Deputado Clementino Coelho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e quinze minutos, lavrando eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Emilia Fernandes**, Presidente CI – Senador **Osmar Dias**, Presidente da CAS – Senador **Ney Suassuna**, Presidente CAE.

**A SRA. PRESIDENTE (Emilia Fernandes)** – Declaro aberta a reunião. Damos início, então, à audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do Senado, atendendo requerimento das Senadoras Heloísa Helena e Maria do Carmo e do Senador Geraldo Cândido, que a propôs, e aprovado por essas Comissões. A audiência visa iniciar, introduzir o debate em relação à questão relacionada ao potencial hídrico do rio São Francisco e às alternativas que estão sendo propostas e debatidas. Inclusive os meios de comunicação noticiam que seriam ainda concluídas propostas vindas do Poder Executivo neste mês de dezembro.

Estamos com a presença do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, da Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Heloísa Helena. Queremos registrar inicialmente que a proposta da Senadora incluía o Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra, na pauta dos nossos convidados. Tendo em vista problemas colocados por parte do próprio Ministro, que alegou que gostaria de participar de uma reunião onde estivessem aqui Ministros e não apenas pessoas da área técnica, entendemos por bem estar mantido o convite a S. Exª, mas estamos chamando então nesta reunião os

senhores Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, a quem convido para que já componha a mesa conosco, o Dr. Raimundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que também convido para que nos acompanhe, na Mesa, os trabalhos. Registro ainda que foram convidados o Dr. José Teodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e o Dr. Sérgio Barbosa de Almeida, ex-Chefe de Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás.

Queremos aqui registrar, inclusive manifestar a nossa preocupação, e por que não dizer até o nosso repúdio, tendo em vista a ausência dessas duas pessoas, porque regimentalmente a Casa, quando convida alguém, oferece-lhe a oportunidade de se deslocar de seu local de residência, com passagem, diária etc., para que, no mínimo, ela possa permanecer e vir atender o chamado do Senado. Infelizmente, por questões burocráticas do Senado, não foram liberadas em tempo hábil, não quero até nem dizer se foram negadas, mas não foram liberadas em tempo hábil condições para que essas duas pessoas viessem a nossa Comissão. Então, como vamos iniciar um debate sobre o assunto, eu acredito que posteriormente todas as pessoas que não estejam aqui, pelo motivo que seja, oportunamente virão.

Queremos também chamar a atenção aos Srs. Senadores de que se encontra nas suas Bancadas um trabalho que é realizado na Biblioteca do Senado e passado aos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, buscando sempre abordar os temas pertinentes a nossa Comissão. E mais precisamente neste material que está sendo distribuído a todos os Srs. Parlamentares, constam exatamente as matérias que ultimamente saíram na imprensa em relação à questão das águas.

No **Jornal do Brasil**, por exemplo, li uma matéria do Sr. Gerson Kelman, que é o assessor especial do Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e ex-Presidente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos, e é importante que se chame a atenção apenas para dois pontos que esta matéria contém: que o Brasil possui 13% do escoamento total dos rios do planeta, ou seja, trata-se de um patrimônio capaz de despertar a cobiça dos sem-água de todos os quadrantes, e, mais adiante, que a experiência internacional bem-sucedida no manejo dos rios demonstra ser necessário respeitar uma série de regras, mas

eu só leria a primeira, porque está à disposição aí, quem desejar pode pegar:

“A prioridade para o uso da água deve ser o abastecimento humano e a dessedentação dos animais”.

E mais adiante há uma matéria da **Gazeta Mercantil**, que diz que o projeto de transposição do rio São Francisco começa a sair do papel e diz que o Ministério da Integração Nacional estará concluindo até dezembro os estudos da viabilidade do trabalho, bem como o estudo de impacto ambiental, que esse material terá noventa dias para ser analisado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e depois ainda dá mais uma série de dados, dizendo até que a transposição terá um custo de dois milhões e deve demorar aproximadamente cinco anos para ser realizada. É apenas uma introdução, para provocar nossos convidados, para que possam, depois, se manifestar.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, que são os que queremos ouvir, passo a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, e, posteriormente, à Senadora Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** – Sr<sup>a</sup> Presidente desta Comissão, nobre Vice-Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Heloísa Helena, minhas senhoras e meus senhores, esta primeira frase dita pela Senadora, no artigo que acaba de citar, para nós, da Paraíba, basta. São vários Estados no Nordeste, mas nenhum tem a condição tão difícil quanto à Paraíba em relação à água. Quando falamos em transposição, pensamos em água para beber para milhões de pessoas. Não queremos, de maneira alguma, água para irrigação. Temos, no Cariri e no Curimataú paraibano, bem como seus correspondentes nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, falta de água para consumo humano e animal.

O rio São Francisco tem 60%, e peço que V. Ex<sup>as</sup>, depois, que me corrijam se eu estiver errado, tem 60% das águas do Nordeste, tem uma vazão, por segundo, de 2.063 metros cúbicos. Queremos tirar 70 metros cúbicos por segundo. Isso não é nada. Esses 70 metros cúbicos são suficientes para regularizar a água em quatro Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e parte do Ceará. São dezesseis milhões de pessoas, sendo que, no caso da Paraíba, hoje, se V. Ex<sup>as</sup> chegarem a Campina Grande, dos 250 milhões de metros cúbicos que tem em Boquei-



ção, só temos 70, para tomada d'água com 50. Salinidade excessiva e para tomada d'água com 50. As indústrias que lá estão — inclusive o Senador José Alencar tem uma indústria lá — um custo excessivo, porque está tendo que reciclar a água. Não tem como concorrer. Ele fazia uma camisa de malha a R\$0,70, concorria com os chineses. Agora, com a falta d'água, não consegue concorrer com os chineses. São quatro milhões de pessoas que, se não forem atendidas lá no local, virão para São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, formar os anéis de miséria. São pessoas de pouca escolaridade. Dói dizer isso do meu Estado.

Quando falamos de transposição e vemos alguém contra, ficamos pensando: “Não está passando sede”. Ele não está tendo 96 cidades, das 223 da Paraíba, sem um pinga d'água nos reservatórios há dois anos, na região do Brejo inclusive. Transposição, para uns, é fato de fazer exposição bonita, a favor ou contra, para nós é bebida, é água, é vida. Então, nós, da Paraíba, estamos extremamente preocupados. E nesta semana a Bancada da Paraíba foi ao Presidente da República. E a resposta de Sua Excelência foi: “O projeto já começou. Já fizemos a viabilidade econômica, estamos concluindo a viabilidade técnica. Vamos fazer esse projeto”. Saímos de lá exultantes. No entanto, vemos bispos, padres, em outros Estados se mobilizando contra. Tomara que desta discussão, Sr<sup>as</sup> Presidentes, saia algum caminho.

A Bancada da Paraíba, junto com a Bancada do Rio Grande do Norte, com a Bancada do Ceará, está convidando a Bancada de Pernambuco e depois vai convidar a Bancada de Alagoas, de Sergipe e, por último, a da Bahia para trocarmos idéias. E vamos dizer isso, é um preceito bíblico. Todos têm direito a ter suas aspirações, e acho que este é o momento. Sergipe, Alagoas, Bahia, têm direito a ter suas aspirações atendidas. Mas no caso da Paraíba, queremos água para beber, nada mais. Tomara, realmente, que tenhamos sucesso e consigamos mais dados, porque nada me convence de que nos 300 últimos quilômetros — e tomara que eu não esteja errado — do rio São Francisco não tem nada, a não ser a água correr para o mar, e para quem é contra, deve ser importante para fazer o oceano Atlântico, porque essa água vai para o mar e não serve para mais nada. Para nós, esses quatro Estados que se encontram na miséria, principalmente em recursos hídricos, especialmente a Paraíba, significam uma redenção.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Emília Fernandes) – Senadora Heloísa Helena, pela Comissão de Assuntos Sociais.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Em primeiro lugar, embora me sinta motivada a entrar no debate propriamente dito, vou, à luz do Regimento, esperar a oportunidade de intervir, pois desejo fazê-lo da forma mais solidária e respeitosa, sob o ponto de vista técnico, à capacidade de recursos hídricos do Nordeste.

Gostaria apenas, Sr<sup>a</sup> Presidente, de deixar nosso protesto em relação à ausência dos outros dois convidados que, infelizmente, não estão presentes em função talvez da inoperância ou falta de vontade política no sentido de possibilitar a vinda dessas duas pessoas, dois técnicos qualificados, que poderiam estabelecer um debate plural. Desejo, também, deixar meu protesto em relação à ausência do Ministro, especialmente diante dos argumentos colocados por V. Ex<sup>a</sup>, onde a síndrome da vaidade passa a ser estabelecida de tal forma nesta Casa que Ministro é um “deus” e não pode discutir com quem está aqui na Terra.

Portanto, é o meu protesto e me reservo a fazer as observações que desejo sobre o projeto e sobre as circunstâncias globais do aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste no tempo que me for regimentalmente concedido.

**A SRA. PRESIDENTE** (Emília Fernandes) – Assim sendo, de imediato passamos a palavra ao Dr. Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Regimentalmente, para as disposições iniciais, daríamos de 10 a 15 minutos, com prorrogação, se necessário. Posteriormente, iniciariamos o debate a fim de que os palestrantes não esgotem, em um primeiro momento, suas considerações. Podem complementá-las à medida que questionados pelos Parlamentares. Assim, torna-se mais ágil o trabalho. Quinze minutos com um tolerância de mais cinco seria então a proposta. Todos concordam? (Pausa.)

Aprovado.

O Dr. Airson Bezerra Lócio está com a palavra.

**O SR. AIRSON BEZERRA LÓCIO** – Excelentíssima Senadora Emília Fernandes, Senadora Heloísa Helena, Senador Ney Suassuna, Dr. José Luiz Perez Garrido, Senhoras e Senhores Senadores, senhoras e senhores, não sei se a escolha foi a melhor para uma palestra. Atualmente dirijo a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, e a preocupação, na verdade, é provocar o desenvolvimento do próprio Vale. Atuamos em uma infinidade de atividades do Vale do rio São Francisco, des-

de a pecuária, a piscicultura etc. Mas o instrumento maior de desenvolvimento daquela região está sendo a irrigação pelo fato de gerar maior emprego, maior renda e dar uma estabilidade maior ao trabalhador para poder garantir seu emprego quase o ano todo. Ou seja, não há problemas climáticos. Creio que a irrigação é um dos instrumentos mais importantes de desenvolvimento do semi-árido. Ocorre que dentro do Vale do rio São Francisco existe uma área vasta de semi-árido, aproximadamente 58% encontra-se dentro da Bacia do rio São Francisco.

Tenho proferido palestras a respeito do desenvolvimento do Vale do rio São Francisco e do semi-árido. É um problema tão grave e tão complexo que jamais poderia ser feito em quinze horas, quantos mais em quinze minutos. Mas o assunto aqui me parece que é o problema da capacidade hídrica do rio São Francisco e o problema da transposição. A Codevasf não tratou ainda da transposição porque pertencia a outro ministério. Somente agora passou a integrar o Ministério da Integração Nacional, ao qual o projeto está diretamente ligado. Mas diria que não há solução, dentro dos estudos da Codevasf, para a região do semi-árido em termos sustentáveis de emprego, de renda, de manter uma região rica, fica sem a participação do rio São Francisco. Não há como resolver o problema do Semi-Árido sem a participação das águas do São Francisco. O problema de barragens e de poço dessalinizador são medidas paliativas que não têm dado resultados. São trezentos anos de repetição de erros. São barragens que não suportam dois, três anos de seca. As águas ficam de má qualidade, salinizadas. Há que se ter uma participação do São Francisco para se garantir essa água.

Esse é o primeiro passo que se está dando, dentro do Semi-Árido e dentro do Governo, para uma solução praticamente definitiva. Eu não concordaria muito com o Senador Ney Suassuna, ou seja, de que o problema é só de abastecimento. O abastecimento humano, na Paraíba, é insignificante em termos de consumo de água. Para que se possa ter uma idéia, no Projeto Senador Nilo Coelho, em Petrolina, a quantidade de água que é gasta em irrigação dá para abastecer duas áreas metropolitanas de Recife. Assim, o volume de água para consumo humano é insignificante. Na hora em que levamos a água do São Francisco para atender, complementar as barragens e os reservatórios já existentes, a fim de darmos essa garantia de água para a população, verificaremos que o tirar água para o consumo humano é muito pouco. Agora, sem ter nada...É isso que está acontecendo

realmente. Nós estamos acompanhando muito o problema da Paraíba.

Assim, este "levar água", como nós chamamos na Codevasf, interligação de bacias – o próprio termo de transposição da água tem sido muito desgastado em razão das reclamações...O Ministério está concluindo os estudos de viabilidade, de meio ambiente, de RIMA etc, para dar esse primeiro grande passo de um projeto que tem que atingir também outras regiões do Semi-Árido, como o Piauí. Nós temos áreas no Piauí em que não há como fazer água de superfície, a não ser levar um pouco dessa água do São Francisco para garantir o abastecimento. Levar para outros Estados também. Pernambuco é apenas uma travessia das águas que vão para esses outros Estados, mas seria também muito beneficiado. O Ministério já se comprometeu a fazer os estudos – isso já vem sendo estudado – sobre canais em Alagoas. Isso porque lá, próximo ao rio São Francisco, não há como desenvolver isso em razão dos próprios solos. É preciso um canal acima do São Francisco.

Em Sergipe, o Projeto Xingó já foi estudado. Trata-se de um canal para levar água e garantir a sua disponibilidade nos reservatórios e na região.

Assim, nós somos favoráveis a esse projeto de levar água para o Semi-Árido. Isso porque não encontramos outra solução a não ser esse paliativo. Quando se fala em um projeto como esse as pessoas dizem que há outras formas mais baratas de se fazer isso. É verdade, há, só que elas não resolvem. Isso já está comprovado. Há 100, 200 anos que se faz barragens, até barragens excessivamente grandes, e elas não prestam. Eu daria aqui o exemplo de uma barragem no Semi-Árido: 30% dessas águas que são acumuladas em barragens, principalmente quando a barragem tem uma lâmina de água muito grande, evaporam. Os outros 30% poderiam ser utilizados, e os outros 33% seriam como uma reserva técnica, no primeiro ano tudo bem, mas se tivermos uma seca não teremos mais os 30%. Teremos os 30% dos 30 que sobraram. É uma dificuldade. É preciso haver essa interligação com o São Francisco para haver uma garantia. A irrigação é realmente o suporte que dá a sustentabilidade econômica.

Quero chamar a atenção para o fato de que nunca houve um plano de desenvolvimento dessa região semi-árida. Houve sempre ações pontuais, ações paliativas. Fala-se muito em seca. O Semi-Árido é a própria seca, a palavra já diz isso. Lá chove 800 milímetros e 2000 milímetros são evaporados. Esse déficit hídrico é permanente. Há anos mais ruins, há anos melhores. Às vezes chove de uma vez só, às vezes



chove aos pouquinhos. Há aquele tipo de seca verde. É preciso conhecer o Semi-Árido. Há muitas pessoas que falam do Semi-Árido sem ter conhecimento algum. Eu já vi muitas pessoas falarem que lá há muito latifúndio. O que eu sei é que lá há uma terra que não presta para coisa nenhuma. As terras boas constituem os minifúndios. É o contrário. É preciso ter uma grande atenção com relação a isso. Fala-se até em desertificação. O Semi-Árido nordestino não tem desertificação. Afirmando e comprovo que não existe essa desertificação. Existe desertificação no sentido de fome, de desemprego, de miséria. Fala-se até em desapropriar para fazer reforma agrária para colocar outras pessoas na próxima seca, na próxima emergência, na próxima irregularidade climática.

Então, se vai fazer reforma agrária, tem que ter suporte econômico, que dê estabilidade econômica a essas pessoas. O principal é irrigação. Agora, para fazer irrigação, precisa de água. O Vale do São Francisco, como disse o Senador, tem regularizado, em Sobradinho, dois milhões e sessenta metros cúbicos por segundo. Isso é o que está regularizado. Entretanto, há os períodos de seca, em que a água diminui substancialmente, ele não se mantém permanente. Hoje, a Barragem de Sobradinho chegou a ter 11% das suas águas, secou praticamente. Portanto, a liberação dessas águas já era bem inferior à necessidade; até bombas de irrigação já não alcançavam mais a água, porque diminuiu.

Sobre essa diminuição, a Codevasf propõe que se faça um plano de recuperação do rio São Francisco. Não no sentido de recuperá-lo, porque ele está desgastado, acabado – não existe isso. O que existe é pensar no futuro. É aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco, para garantir a navegabilidade. Esse é o primeiro ponto. Garantindo a navegabilidade, vai-se ter excedente de água para irrigar, para levar água a outros Estados, para garantir a energia elétrica. Hoje, a Bacia do São Francisco, segundo dados levantados pela Codevasf, tem cerca de 30 milhões de hectares irrigáveis. Oito milhões estão próximos ao rio, cerca de 60 quilômetros, a uma altura máxima de 100 metros. Mas, a capacidade hídrica do rio São Francisco, hoje, só permite irrigar 800 mil hectares. Já temos cerca de 330 mil irrigações públicas e privadas. Então, há um excedente para irrigação.

Esses 800 mil hectares foi uma negociação feita entre a Codevasf e Chesf, para atingir esse patamar de 800 mil hectares. Mesmo assim, há necessidade de ter uma geradora de energia térmica, para garantir esses períodos mais difíceis, que é um índice de insegurança de 5%.

Essa é a situação.

Apresentamos um plano para aumentar a capacidade hídrica do rio, fazendo aquilo que deveria ter sido feito antes das gerações de energia de Xingó, de Paulo Afonso, que era mais fácil. Deveria ter sido feita a eletrificação em cima, nos tributários, porque aí a água estava disponível. Então, a capacidade de geração de energia do rio São Francisco, o potencial, é da ordem de 22 mil megawatts e hoje tem mais ou menos 11 megawatts. Portanto, esse restante tinha que ser feito acima, e na maioria das localidades não é mais possível, porque há populações, há problemas ambientais, tem que realocar essas barragens e aumentar essa capacidade hídrica do rio São Francisco.

Outra solução seria trazer água de bacias vizinhas, a exemplo do Paranã, até do rio Tocantins, se assim fosse possível e já existem alguns estudos nesse sentido.

Ainda tenho alguns minutos para dizer que com esse plano de levar água hoje, se considerarmos 70 a 75 metros cúbicos por segundo – e a Codevasf, no caso, até defende que seja permanente e não como algumas pessoas têm dito, que é para fazer quando tiver cheias ou tiver muita água etc., porque, para se criar atividades econômicas, ela tem que ter permanência, tem que ser o tempo todo –, esses 70 metros cúbicos não seriam um grande prejuízo no momento. Mas, já pensando que tem que aumentar a capacidade hídrica do rio São Francisco.

Imaginamos que o rio São Francisco tem que ter cinco atividades básicas, que são: navegabilidade, eletrificação, irrigação, turismo e agroindústrias, em geral, e um excedente para atender à região semi-árida. Então, essa é a posição que defendemos, porque todos os estudos, vou repetir, mostram que não há solução para as regiões semi-áridas em que não tenha condições de águas subterrâneas. Não é o caso, por exemplo, de parte do Piauí, de uma parte do Rio Grande do Norte, de algumas bacias na Bahia, tipo Tucano, uma pequena bacia em Pernambuco, que é a Bacia do Jatobá. O resto é um semi-árido montado em uma pedra, é embasamento cristalino. Não há água no subsolo. Então, tem que levar água de superfície, através de barramentos, canais reservatórios. Não defendemos grandes barragens, somos até contra. São barragens médias e essa interligação com o São Francisco, que é da maior importância. É o primeiro passo para dar uma solução apresentar um plano de desenvolvimento do semi-árido. O Plano da Codevasf não se prende à parte hídrica. Acharmos que o problema não é exclusivamente água. Água é um componente. Temos que ter ali edu-

cação, saúde, estrada, eletrificação, preservação ambiental, um conjunto de um plano que seja realmente de desenvolvimento, e, dentro dele, está essa interligação com o São Francisco, que é o que dá o suporte no que se refere à parte hídrica. A Codevasf já tem experiência na parte educacional com um Plano chamado "Projeto Amanhã", que é a organização e capacitação de jovens rurais. Temos que mudar, criar uma nova geração, dentro desses novos patamares. Temos um Projeto Caatinga, aprovado inclusive com recursos japoneses, faltando apenas passar pelo Senado, que é a preservação da Caatinga com o suporte econômico através da pecuária. Agora, temos que deixar de plantar milho e feijão, que são atividades de subsistência, que o cidadão vai plantar no fundo de casa. Isso não é atividade econômica. O que se produz no hectare irrigado de feijão em 90 dias, ali, naquela região de Sagueiro, passa 10 anos para produzir a mesma coisa. Recomendamos, na área irrigada, não plantar feijão, podendo plantar outras que têm um agregado econômico melhor. De forma que não tem como manter, e isso vai demorar ainda muito, os governos distribuindo milho e feijão para produzir coisa nenhuma. Ao contrário. Queima-se a Caatinga, faz a chamada "broca" para plantar, para não produzir coisa nenhuma. E hoje está globalizado. Não tem como produzir algodão no semi-árido porque não concorre mais com Mato Grosso, com Goiás, com Paraná, Santa Catarina. A mamona teve o seu preço lá em baixo; a cera da carnaúba não interessa mais porque hoje é tudo sintético. Então, essa é a grande discussão, Senador, que o pessoal de pesquisa das universidades deve travar: quais são as atividades econômicas possíveis dentro do semi-árido, para transformá-lo numa região rica, e identificamos algumas, que são a piscicultura, a pecuária. A pecuária desde o caprino, do ovino, do bovino, do suíno, da ave. Temos uma produção no Nordeste, no Piauí, no Maranhão e no resto da Bahia de soja e milho e para ir para onde? Vamos trabalhar dentro do próprio semi-árido e criar uma pecuária com essa soja e esse milho, para concorrer com qualquer parte do mundo, porque o clima dá essas condições. Temos a piscicultura que pode-se desenvolver, antes de gastar água na irrigação, utiliza-se na criação de piscicultura e a Codevasf tem um plano disso. Inclusive, o baixo São Francisco pode ser o maior polo de piscicultura do Brasil. O maior déficit que existe neste País é de peixe. A China cria 16 milhões de toneladas de peixe. Temos 70 mil, e o nosso clima é muito melhor. Não tem frio, não tem neve. Então, esse plano de desenvolvimento prevê também levar essa água para outras regiões, em to-

dos os Estados, naturalmente. Mas o primeiro passo que está avançado e que devemos fazer um esforço para que as coisas aconteçam é justamente essa parte do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, e naturalmente de Pernambuco.

Estou à disposição para qualquer indagação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Emilia Fernandes) – Muito bem. Obrigado, Dr. Bezerra.

Antes de passarmos a palavra ao Dr. Raimundo, registramos a presença do Deputado Clementino Coelho, de Pernambuco, que agradecemos.

Dr. Garrido, com a palavra.

**O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO** – Obrigado, Srª Presidenta, Senadora Emilia Fernandes, Srª Vice-Presidente da Comissão, Senadora Heloísa Helena, Sr. Senador Ney Suassuna, Dr. Lóscio, Srªs e Srs. Senadores, demais participantes desta audiência pública, já me antecipei, Srª Presidenta, mostrando que vou fazer uso de projeção de transparências.

**A SRA. PRESIDENTA** (Emilia Fernandes) – Pedimos, Dr. Garrido, que permaneça próximo ao microfone, porque está sendo gravado. Pediria ainda um segundo de escusas porque gostaria de convidar o Senador Alberto Silva, que é o nosso Vice-Presidente da Comissão de Infra-estrutura, que assumisse temporariamente, uma vez que preciso atender a um compromisso, mas retornarei. Obrigada. Está com a palavra o Dr. Garrido.

**O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO** – Vou trazer para o debate a visão que o Ministério de Meio Ambiente, com a sua especialidade na questão ambiental e de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, o que regimentalmente tem que ter. Sob esse aspecto, preciso abrir um pouco mais a discussão sobre o tema da transposição de bacias hidrográficas deixando que o afunilamento venha ao final e muito provavelmente com os debates, uma vez que transposição de bacias, sendo um tema por excelência da gestão de recursos hídricos, nos obriga a dar uma abordagem que seja tão completa quanto possível para que permita trazer a esta Casa legislativa elementos que sejam úteis na avaliação, seja do potencial hídrico do São Francisco para atendimento a regiões fora da bacia, seja para avaliação do projeto que o Ministério da Integração Nacional hoje oferece, e de outras alternativas que já foram postas em público, até mesmo pela própria Codevasf, cujas palestras do Dr. Lóscio tive oportunidade de assistir em outras ocasiões.

Vou procurar, na abordagem dos 15 minutos, tratar inicialmente do enquadramento geral do



problema, justificar a abordagem que o MMA e, em particular, a Secretaria de Recursos Hídricos confere ao problema de transposição de bacias, vou trazer, à título de alerta, pontos relativos a custos que estão atrelados a um projeto de transposição de bacias. Vou procurar também trazer ao debate o que são pontos que sustentam um projeto de transposição, onde se deve lastrear um projeto de transposição para que efetivamente ela possa receber o mérito da aprovação. Falo em abstrato ainda nesses itens. Relacionarei impactos ambientais que são objeto da nossa maior preocupação, sobretudo o projeto que há pouco S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Senador Ney Suassuna, mencionava será apresentado ao Ministério do Meio Ambiente para que, no curso de noventa dias, o aprecie e emita o seu julgamento.

Não posso deixar de tratar do que é a nossa obrigação legal, de prestar obediência absoluta aos termos da Lei nº 9.433, foi sancionada por Sua Excelência, o Senhor Presidente, em oito de janeiro de 1997, depois de cinco longos anos de tramitação na Câmara e uma meteórica passagem de trinta dias pelo Senado Federal. E, havendo tempo, trarei à lume algumas experiências concretas que possam servir de comparação para a questão específica do rio São Francisco.

Como enquadramento geral do problema, o primeiro ponto a ponderar é que uma transposição entre bacias hidrográficas é um empreendimento que se reveste de uma série de características outras que não apenas a de uma obra de construção civil, ainda que seja obra de construção pesada. Uma transposição de bacias é um empreendimento que precisa, ao longo de sua vida útil, contar com um critério de operação, manutenção e revisão a respeito das vazões que venham a ser distribuídas e que foram ali definidas no projeto original.

Basicamente, trataremos, em todo o tempo, de todos os aspectos técnicos, econômicos e políticos que tenham ocorrido nas experiências concretas de outros países, sobretudo para as transposições de grande calibre, ou seja, aquelas que perpassam as linhas de fronteiras de Estados ou Províncias, em países que já viveram a experiência, tem sido a dificuldade, não raro encontrada, para se decidir pela aprovação ou até mesmo para se dizer não a um projeto de transferência de água entre bacias.

O Governo Federal é único e tem o projeto, embora a Codevasf apresente um projeto mais extenso na sua contextura, mas é verdade que os técnicos de cada Ministério, tendo suas especialidades, se obrigam a debater com maior firmeza, maior cuidado e maior vigilância aqueles pontos que serão, **a posteriori**, cobrados da função inerente àquele Ministério.

Portanto, a transposição é a transferência de um volume de água que vai da bacia para fora, portanto para outras bacias, fazendo com que a quantidade de água que uma bacia recebe é exatamente igual àquela que a primeira perde, deduzidas as perdas no trajeto, por evaporação e por outras fugas que, certamente, ocorrem nesse tipo de projeto.

Ora, isso implica dizer que as duas regiões têm em jogo interesses que precisam ser discutidos. Ali, aludo à transfusão sanguínea como que querendo trazer ao debate o fato de que uma transposição é tema de interesse de uma área doadora e de uma área receptora, tal como um doador de sangue e o paciente que o recebe, e que ambos precisam se colocar de acordo para que haja sucesso naquela pequena cirurgia.

Por outro lado, a região que vai receber águas é uma região que vê o superávit de vazão, naquela região que se coloca como provável candidata a exportadora de águas, o qual pode vir para ela e, com isso, resolver o seu problema de escassez ou minorá-lo. A sociedade dessa região, candidata à importadora, percebe estar ansiosa ante a possibilidade de minorar, ou mesmo resolver seu problema de déficit hídrico.

Por outra parte, a região que exportará água, se vê ansiosa porque a sociedade daquela região pensa que, ao abrir mão de vazões que hoje lhe são superavitárias, em verdade, estará abrindo mão de desenvolvimento futuro, porque água é elemento comum a várias etapas, a várias nuances do processo de desenvolvimento socioeconômico. Por isso, como em vários países que realizaram transposições de grande porte, suscitam-se debates acalorados e mesmo passionais entre as partes envolvidas. Não é outra coisa que temos visto no Brasil, no que diz respeito ao que se anuncia quando se fala em transposição do rio São Francisco.

Sr. Presidente, talvez eu queira protestar pelo uso da prorrogação concedida.

O MMA está ocupado com a formulação e a implementação da política nacional do meio ambiente e, portanto, a política de impactos ambientais diz respeito ao papel do MMA em face de um projeto de transposição. Particularmente, a SRH da estrutura centralizada do MMA formula e implementa a política nacional de recursos hídricos, que visa essencialmente à utilização racional da água, no que tem a ver também, diretamente, com um problema de transposição.

Futuramente, após a tramitação na Câmara e no Senado, do Projeto de Lei nº 1.617, teremos, vinculada ao Ministério, a futura agência nacional de águas, que se ocupará da implementação, remanes-

cendo, portanto, a formulação da política no âmbito da secretaria de recursos hídricos.

Quais são os custos envolvidos com uma transposição? Como disse, a transposição não é uma simples obra de engenharia, tem custos que dizem respeito à realização das obras, às medidas mitigadoras dos impactos ambientais, sobre os quais falarei um pouco à frente, os custos operacionais e os custos com a manutenção. A experiência internacional, sobretudo a americana, demonstrou que, sempre que os custos com a compensação da área exportadora foram satisfeitos via negociação entre essas áreas interessadas, a exportadora e a importadora, que se agregam ao custo de uma transposição, via de regra, fazendo com que os custos das obras dupliquem, ou sejam, mais do que o dobro quando se toma todo esse total, com um peso maior para os custos da compensação que, certamente, as áreas que hoje estão como candidatas a exportar água, pugnarão na discussão que se travará. Ali só detalho obras tronco, obras de derivação primária e redes de distribuição. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso fala: transposição do São Francisco, água de beber. Não fará sentido, se a água não chegar à torneira. Por isso implica incluir nos custos as redes de distribuição, onde forem necessárias. Isso tudo é custo, são parcelas de custo que se agregam ao projeto.

As montagens, as obras e serviços de mitigação de impactos, que separam de medidas gerenciais mitigadoras e as obras relativas à compensação das áreas exportadoras, também separando o item 5 de outras formas de compensação que possam ser colocadas sobre a mesa.

A parcela 2 é relativa à atenuação dos impactos ambientais, o que implica considerar a área de exportação, a área de importação e a área de trajeto da transposição. Mais ainda, subdividem-se em impacto sobre o meio físico, biótico e antrópico que uma transposição rapidamente demonstrará adiante.

Custos operacionais com amortização dos ativos, consumo de energia, mão-de-obra, serviços etc, e os da manutenção preventiva, corretiva e sistemática.

O que seriam pontos de sustentação de uma transposição entre bacias hidrográficas? O problema comporta dois níveis de abordagem: o primeiro deles é o aspecto do desenvolvimento nacional e o segundo, a ótica regional de que também se reveste o problema.

Ora, quanto ao primeiro ponto, se na inequação o valor econômico da água na região de destino é maior que o valor econômico da água na origem, mais os custos com o transporte dessa água, isso significa dizer os custos da transposição e a sua operação e

manutenção, sob a ótica nacional, não há dúvida, um projeto de transposição deve ser feito sob a ótica estritamente nacional, porque estaremos levando água de uma região onde ela é menos produtiva para uma região onde ela é mais produtiva, ainda acrescidos os custos com transporte.

No entanto, se a inequação é o contrário, sob a ótica nacional nenhum projeto de transposição se justifica, mas é preciso que olhemos a ótica regional. E, sob a ótica regional, é preciso que observemos se a área que vai importar água está preparada para receber a vazão transportada. Os rios têm calhas que a natureza lhes deu, por ali passam vazões hoje existentes e, ao se agregarem mais 60, 80, 100, às vezes ao se duplicar a vazão de um rio, é necessário se fazer a ampliação da seção transversal, muitas vezes com problemas de cidades ribeirinhas, que seriam de outra forma inundadas, aí exigindo-se, talvez, obras de custo pesado para que a região, ao menos sob o aspecto físico, esteja preparada para receber a vazão transposta.

A capacidade de pagamento de beneficiários: pode parecer esdrúxulo trazer para a região mais pobre do Brasil o tema ali relacionado – capacidade de pagar – mas é preciso que olhemos que alguém pagará pela utilização de uma água, talvez a própria região. Está demonstrado que os preços da água bruta são ínfimos. Algumas leis estaduais dizem “cobrar-se-ão preços módicos”, então, esse não é um item que chegue a pesar na conta final, qualquer que seja a natureza do usuário de água bruta, e, portanto, tem sentido o parecer. Além disso, procura-se tentar alterar o perfil da economia da região importadora, e lá embaixo da região exportadora, para que ambas, dependendo menos de água, possibilitem que um projeto de transposição seja feito pela menor vazão possível que venha a equacionar o problema da região importadora sem danificar a economia e a demanda por água da região exportadora.

Por fim, naquele item 4.2.2, a compensação pela redução de vazão. Eu dizia que tive oportunidade de, juntamente com o Secretário Rômulo Macedo, visitar o Sr. Ministro Fernando Bezerra três dias antes de S. Ex<sup>a</sup> tomar posse, e S. Ex<sup>a</sup> perguntou-me e a outro colega, Dr. Gérson Telma, que também nos honra com a sua presença, sobre os pontos de vista relativos à transposição. Com muita clareza, eu disse ao então futuro Ministro que, vestindo a indumentária do Governo, era e sou Governo. Embora meu coração seja baiano, essa não era a questão que se punha ali, mas a discussão sobre a compensação que as áreas menciono Sergipe, Alagoas, o próprio Estado de Per-



nambuco, Minas Gerais e Bahia – certamente colocariam sobre a mesa era uma questão em que S. Ex<sup>a</sup> precisava pensar em encarar num futuro próximo, como quero crer que seja um problema que não será deixado de lado no debate sobre a transposição.

Por último, nacionalmente, aquele item 4.1.2 apenas visa a buscar saídas, com projetos alternativos, quando se percebe que não somente a transposição é a saída única e exclusiva para o problema da escassez numa região. Uma transposição só deve ser feita quando, e somente quando, as soluções com mananciais locais estiverem prestes à exaustão. Enquanto eles não estiverem prestes a serem exauridos, a transposição é sempre uma cirurgia que se deve adiar.

Quanto aos impactos ambientais, como não quero ocupar espaço da audiência, trouxe cópias das transparências para entregar à Presidência da Comissão. Os temas são sobre o meio físico, meio biótico e meio antrópico.

No São Francisco, há um destaque a ser feito na questão do setor elétrico, relativa à redução que se vai ter, colocando-se em ociosidade um patrimônio que custou ao País US\$15 bilhões, quando vai ser necessária energia para se fazer a transposição no trecho Caprobó-Jati, com uma elevação eu não sei a de hoje, porque não vi a última versão do projeto que, tempos atrás, era bastante grande e que implicava consumo de energia. Na época, quando pude estudar com maior detalhe, sob o ponto-de-vista regional, o problema, o consumo equivalia à carga instalada em Alagoas e Sergipe, somadas. Hoje, eu não sei exatamente quanto está.

Portanto, todo esse conjunto de impactos certamente virá no projeto que será analisado pelo Ibama.

A Lei nº 9.433 estabeleceu, entre seus princípios, que a bacia hidrográfica é uma unidade de planejamento. Os usos múltiplos da água devem ser, tanto quanto possível, respeitados. A água escassa é bem econômico e, como tal, é dotado de valor econômico, que, aliás, lhe serve de base para a cobrança por sua utilização.

Sobretudo, a gestão de recursos hídricos deve ser descentralizada e participativa. Ao redor da mesa do comitê de bacia eu saltei o conselho para falar do comitê, estarão os Governos, nos três níveis de Poder Executivo, sempre que uma bacia tiver rio de domínio da União, os usuários da água, a sociedade civil organizada, todos em conjunto para debater naquele que é o parlamento das águas na região da bacia, para se decidir a repartição das vazões dessas águas. Aí, entra a repartição com uma transposição

que se anuncia. É preciso que consideremos o papel relevante que tem o Cedevast, nesse caso do São Francisco, o comitê da bacia hidrográfica, para que a análise sobre toda decisão que se vai chegar não deixe de considerar tudo quanto pensa quem melhor entende do problema, a sociedade local, o usuário da água local; as Prefeituras, os Vereadores. O Senador Ney Suassuna fazia alusão aos prelados da região, mas eles também devem se manifestar porque estão olhando os interesses do rebanho de que se ocupam. Enfim, o comitê da bacia é um foro em que não se pode desperdiçar a experiência que reúne, para que ele se manifeste sobre a oportunidade de uma transposição.

Por último, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de que eu devia ter falado antes, é, na instância administrativa, o órgão integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que dirime contendas, avalia questões em que estão em jogo interesses de comitês de bacias, de conselhos estaduais, de representações dos usuários, enfim, de todos que estão interessados na questão de uma transposição.

Há alternativas que não usamos ainda no Brasil, eu não diria que por falta de dedicação, eu não diria isso. O setor de recursos hídricos é nascente, o Ministério que se ocupa da questão se tem debruçado sobre o problema. Os Governos estaduais, sobretudo os do Nordeste eu citaria os do Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, têm dado exemplo de como fazer gestão de recursos hídricos, mas o passivo vem de longa data. O passivo ambiental e o passivo sobre a base de recursos hídricos não são de duas ou de três décadas, é um passivo que vem de muito tempo.

E muito do que se pode exercitar, buscando-se formas de induzir-se o usuário a uma utilização racional dos recursos hídricos, ainda está por se fazer. Aí, cito o reuso, só existe experimentalmente e na capital de São Paulo, no Brasil. Água com que lavamos as mãos pode transitar para a caixa de descarga, por exemplo, com isso economizando-se no seu gasto.

A recirculação, que é a mesma palavra para o setor industrial, setor produtivo. A prática da irrigação noturna, já exercitada em várias partes do Brasil, via o estímulo da tarifa privilegiada de energia a partir das 18 horas. A recarga de aquíferos, uma prática que, lamentavelmente, no Brasil ainda não ganhou corpo, mas que é a forma de se guardar, em acumulações subterrâneas favoráveis águas que fiquem imunes ao fenômeno da evaporação, largamente utilizada em outros Países e uma prática que vem dando certo. A utilização combinada de águas de superfície com

águas de subsuperfície. É verdade que as nossas formações sedimentares que dão volumes mais favoráveis estão em apenas cerca 40% a 45% do território, formações com areias, argilas e calcárias. Mas é verdade também que estudos para as formações cristalinas, onde há a presença de granitos, gnaisse, micas e basaltos não permitem uma vazão de retirada favorável desses recursos, mas já há experiências feitas em alguns Estados brasileiros, para melhor se aproveitar essas formações cristalinas.

Então, quanto às soluções combinadas ainda não nos ocupamos de fazer a toda prova, com toda nossa capacidade. A dessalinização, projeto do nosso Ministério, por que o Ministro Sarney Filho tem grande apreço e carinho: retiradas de águas em pequenas quantidades para pequenas comunidades. São águas salobras, beirando o salgado, que são dessalinizadas, com isso, amenizando-se a pressão dos mananciais dessas regiões. Hoje são cerca de 800 dessalinizadores no Nordeste já instalados e funcionando. Vale dizer, alguns Estados, como a Bahia, foram pioneiros, há mais de 20 anos, iniciando a prática da dessalinização. O uso de tecnologias limpas nas indústrias para evitar que a poluição dos recursos hídricos seja um fator de que resulte a redução das vazões disponíveis. Os reservatórios estratégicos, que tenham uma relação entre o espelho d'água e a altura média baixa para que a pequena exposição aos raios solares não permita tanta evaporação. Então reservatórios estratégicos são um ponto que ainda precisa ser melhor aproveitado. Tanto quanto possível fazer adutoras por tubulações, evitando-se os canais abertos e, com isso, perdendo-se o mínimo de água nesses transportes entre regiões. Educação ambiental. Obviamente que essa é uma prática que resultará em efeitos positivos no longo prazo. E a cobrança pela utilização dos recursos hídricos, como instrumento que é capaz de harmonizar os interesses entre as forças que dominam a oferta e a demanda em uma bacia hidrográfica.

Peço licença ao Sr. Presidente para, nesses 5 minutos, em lugar de eu apresentar a última transparência que fala de experiências que são de outros países posso até falar ao final, apenas fazer referência ao Pró-água Semi-árido, programa que foi contratado pelo Governo brasileiro junto ao Banco Mundial, em meados do ano de 1998. É um programa que vai a um investimento total, na sua configuração final, de 1 bilhão de dólares, cuja primeira etapa é de 330 milhões de dólares e que já está em franco andamento. Na configuração total do programa, estamos aumentando o horizonte para 10 anos, para que ele seja trans-

formado no programa decenal de recursos hídricos para o Nordeste. Aliás, com a defesa do Sr. Senador Paulo Souto, que em várias ocasiões se tem manifestado sobre a questão, já colhe frutos com obras que têm o maior apelo na questão do abastecimento da região nordestina, em particular dos semi-áridos, que são as adutoras e eu cito obras que já se vão inaugurar proximamente, como Tricitaúá(?) e Cascavel, no Estado do Ceará, a adutora de Mossoró, a maior delas, levando águas do Açude Armando Ribeiro Gonçalves para Mossoró, região que tinha problemas sérios com a depressão do aquífero aquífero daquela região. A adutora do Cariri, na Paraíba; a adutora de Arco Verde, em Pernambuco; as adutoras de Amélia Rodrigues e Feijão, na Bahia. Tudo isso juntamente com o programa de fortalecimento institucional tem sido um trabalho que certamente, se procurarmos avaliar os resultados que esse trabalho é capaz de produzir, é possível que avaliemos com uma cautela maior os grandes programas das transposições de grande calibre.

Aqui não me ponho, absolutamente, contrário ao projeto. Aliás, como servidor do Governo Federal, devo me ater, devo me cingir àquilo que é obrigação regimental do Ministério do Meio Ambiente, mas Gestor de Água opina sobre transposição. Gestor de Água é responsável por repartição de vazões dentro e fora da bacia. Gestor de Água, no Brasil, tem que prestar obediência estrita ao que está estabelecido na Legislação Federal e nas Legislações Estaduais para os rios de domínio dos Estados, para que com isso, prestando-se obediência ao princípio básico da unidade hidrográfica, possamos dar a satisfação à sociedade daquela bacia hidrográfica sobre o destino que se vai dar aos seus recursos hídricos.

De modo que o nosso Ministério, em conjunto com a Secretaria de Infra-Estrutura, analisa os termos do projeto que ali vem sendo discutido. No passado, analisamos o projeto que a Codevasf também apresentava, mas temos uma obrigação regimental essencial da qual não podemos arredar pé, segundo afirma claramente o Ministro Sarney Filho, que tem sido quase que um cobrador diuturno da preocupação em relação a impactos ambientais e a repartições de vazões que são objeto da sua pasta ministerial. Portanto, projeto só ecologicamente correto e vazões só adequadamente negociadas e definidas é que devem ser objeto de um sinal verde no que concerne ao papel da pasta do MMA, em particular através da SRH, relativamente a essas propostas.

Peço desculpas pela demora, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, demais participantes, mas era



imperioso que eu colocasse questões com essa visão estratégica que o Ministério tem, para que com isso o nosso debate sobre o potencial do São Francisco, em particular sobre a transposição, resulte enriquecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Muito bem. Agradecemos ao Dr. Garrido. Ele é um técnico de larga experiência, é conhecido por todos. Deu-nos aqui uma noção muito clara do que é gestão das águas.

Agradecemos e passamos a palavra agora para o nosso outro convidado, Dr. José Teodomiro de Araújo, Presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica... (Pausa.) Não?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Um minuto, por favor.

Dr. Sérgio Barbosa de Almeida, ex-Chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás. (Pausa.) Não veio?

Estão inscritos seis companheiros que vieram aqui e pessoas convidadas. Pergunto aos senhores se desejam fazer as suas perguntas aos dois expositores, que já fizeram as suas exposições, ou se pretendem fazer a sua pergunta ao Dr. Garrido ou ao Presidente da Codevasf. O primeiro inscrito é a Senadora Heloísa Helena. V. Ex<sup>a</sup> deseja perguntar ao Dr. Garrido ou ao Presidente da Codevasf?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Aos dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Então V. Ex<sup>a</sup> só tem três minutos para um e três minutos para o outro.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Impossível.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Então, ótimo. Melhor ainda.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Bom, primeiro, quero mais uma vez justificar a ausência do Dr. José Teodomiro e a do Dr. Sérgio, que não estiveram presentes não por falta de... vontade pessoal. Pelo contrário, estiveram disponíveis todo o tempo para vir, mas, infelizmente, por falta de vontade política da Casa e da Comissão, poderemos efetivamente procurar quem são os responsáveis, eles não vieram porque que o PTA não chegou a tempo para que eles pudessem estar aqui participando deste debate.

Primeiramente, gostaria de acabar com esta conversa de que todas as vezes que tratamos da questão da utilização das águas, dos recursos hídricos do Nordeste ou qualquer outro nome que seja dado, como transposição, mobilidade de águas etc. imediatamente aparece alguém para dizer que há

uma briga entre os Estados que têm o rio São Francisco e os outros do Nordeste, que é um egoísmo muito grande das pessoas que estão lá com as suas águas, onde têm acesso à água, ao alimento, em relação às outras que não têm.

Vamos acabar com essa história, porque, em nenhum momento em que esse debate foi feito no Plenário desta Casa, por qualquer organização social, não vi esse debate, por duas questões: primeiro, porque seria uma gigantesca mediocridade técnica, porque, em todo o lugar do mundo, faz-se transposição, existe a possibilidade de se fazer mobilidade de águas. O minúsculo rio Jordão irriga o Deserto de Israel; a Califórnia é irrigada com água captada do rio São Joaquim a centenas de quilômetros; nas regiões secas da Espanha, que atormentam os produtores de frutas da França, em função da disponibilidade de água; nos Estados Unidos, há redes de canais navegáveis; no Egito; no Brasil, sabemos que a conversa é muita antiga, desde que D. Pedro II prometeu dar as jóias da Coroa para resolver o problema.

A discussão que insistimos em fazer, até com a responsabilidade que o Senado, como representante da Federação, tem que ter, não é a briga dos Estados que têm um rio contra que os não o têm. Primeiramente, isso seria uma falta gigantesca de solidariedade nossa com os nossos irmãos e, em segundo, não podemos aceitar que essa transposição seja apresentada como uma panacéia que venha a resolver os problemas do Nordeste.

Não é verdade, porque, se assim o fosse, na utilização das águas do rio São Francisco, onde esse corta, inclusive no Vale do São Francisco, estão os piores Municípios em relação aos indicadores sociais, nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas. Os piores Municípios em condições sociais estão justamente lá.

Então, não vamos dizer que isso é a panacéia, que vai resolver todos os problemas do nosso Nordeste, que nós queremos resolver.

Há uma série de perguntas que gostaria de fazer. Gostaria que os ilustre convidados pudessem anotá-las, porque, como são muitas perguntas, talvez haja uma dificuldade no sentido de que eles possam fazer a anotação. Não posso passar, porque só tenho uma cópia.

Primeiro, qual o potencial hídrico subaproveitado no semi-árido? Em 1933, as informações que temos era que se estimava que, nas bacias dos rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi, apenas um terço das vazões utilizadas nos açudes existentes eram utilizadas na irrigação; os dois terços restantes permitiriam irri-

gar cerca de 60 mil hectares que correspondiam ao dobro de toda a irrigação pública do Nordeste.

É importante lembrar também que, com a implantação do açude do Castanhão, as vazões regularizadas foram significativamente ampliadas. Essa informação é verdadeira? Qual a disponibilidade de águas subterrâneas no semi-árido, especialmente das bacias sedimentadas do Cariri, ao sul do Ceará, Tucano, na Bahia, e em todos os outros Estados que seriam beneficiados com a transposição? Com esse potencial de águas subterrâneas do semi-árido, o que efetivamente pode ser aproveitado para as populações locais?

Por que diversos projetos de irrigação, já programados pelo DNOCS, pela Codevasf e por muitos governos estaduais, utilizando a capacidade de recursos hídricos locais, não foram implantados? Quais as medidas adotadas para compatibilizar os objetivos socioeconômicos da transposição, geração de postos de trabalho, emprego e renda com a realidade fundiária atual, onde predominam latifúndios com baixa utilização racional dos recursos naturais de água e de solo. Do que tem sido pensado e apresentado até agora, o que existe em relação ao zoneamento ecológico, à questão agrária, à questão de possibilidades agrícolas? O que, efetivamente, tem para ser apresentado?

O Governo pretende desapropriar, antes de promover a transposição, as terras que seriam beneficiadas com o projeto e utilizá-las para fins de reforma agrária? Se deixar para tomar essa medida depois de efetuada a transposição, é evidente que o custo será altíssimo, embora sejam áreas que constitucionalmente podem ser desapropriadas. Caso o projeto preveja a implantação de canais nas encostas das diversas bacias hidrográficas receptoras, isso com certeza irá se alterar.

De acordo com o relatório do projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional – o que tem sido apresentado até agora, que não é o projeto completo.... Infelizmente, o Ministro não veio até aqui para possibilitar nossa intervenção no debate e na elaboração do projeto. A principal meta do projeto, que está apresentado textualmente, diz: “Eliminação dos constrangimentos no acesso à água de boa qualidade por parcela expressiva da população brasileira. Em um investimento dessa dimensão, com área geográfica, população envolvida – certamente 7 milhões no ano 2000, 10 milhões em 2025 – com uma inversão financeira, a diversidade de setores usuários com interesses em jogo. Como é a meta? É funda-

mental direcioná-la para reduzir as enormes desigualdades regionais entre habitantes dessa região”?

Há outro destaque que gostaria que fosse discutido: a cobrança do uso da água. Apresenta um viés economicista, mas o próprio relatório, síntese do projeto, diz, na sua página 7, que “parcela expressiva dessa água terá que ser paga pelos beneficiários, garantindo a sustentabilidade operacional do projeto da transposição”. Se for junto com a privatização da Chesf, fica mais complicado.

Outra questão é a inexistência, de acordo com as informações que foram passadas até agora, de complementaridade hidrológica entre as bacias do rio São Francisco. Quero saber o que foi pensado em relação ao fato. Porque um projeto que inclusive pensava nisso, com a transposição das águas do rio Tocantins para o aumento da vazão das águas do rio São Francisco, está na Internet como de autoria da Codevasf. O projeto assegura não só o abastecimento de água, mas irrigação, desenvolvimento econômico, geração de emprego e de renda, dinamização da economia local.

Finalizarei, Sr. Presidente. Considerando o projeto de transposição – não sabemos exatamente qual é – gostaríamos de saber da projeção de investimentos necessários para realizar as obras de transposição. Muitas obras já foram iniciadas neste País. Certamente projetistas e empreiteiros ganharam dinheiro com obras inacabadas que, efetivamente, não asseguraram melhores condições para as populações das regiões. Queremos saber qual é a projeção de investimentos em todos os sentidos: desapropriação de terras, assistência técnica, obras de infra-estrutura, financiamento da produção e da comercialização, implantação de agroindústrias, instalação da infra-estrutura regional para armazenagem e escoamento de produção. Enfim, todos os estudos que dão conta, realmente, da finalidade a que se propõe o projeto.

Outra questão que é de fundamental importância são os estudos realizados em relação aos benefícios e limitações de uma operação que prioriza o bombeamento nos períodos de águas altas na bacia do São Francisco em relação ao valor econômico da água e da energia. O que efetivamente está sendo feito em relação ao projeto, que não conhecemos e queremos conhecer antes de a imprensa informar.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Obrigado, Senadora.

A Senadora fez uma exposição de 12 minutos, conferidos, excelentes as perguntas. Para responder



às indagações, com a palavra, primeiramente, o Dr. Garrido, por 5 minutos.

**O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO** – Em relação ao potencial hídrico subaproveitado do Nordeste, ainda temos a cultura da abundância no País, e ainda há muito o que se aproveitar de mananciais locais em várias regiões do Nordeste. A Senadora fez referência ao Castanhão, que o Estado do Ceará, hoje, tem um estoque d'água, quando os volumes estão normais, de quinze bilhões de metros cúbicos. Com o Castanhão, ele se eleva a 21,7 bilhões de metros cúbicos. Então, é óbvio que isso melhora as condições de disponibilidade naquele Estado.

O Estado do Rio Grande do Norte dispõe, por um modelo excepcional que ali se estabeleceu e pelas dimensões convidativas do território, 44 mil quilômetros quadrados, de um açude quase no centro do território. Armando Ribeiro Gonçalves, que acumula 2,5 bilhões de metros cúbicos d'água, e que irradia para o Siridó, para o sertão central, para Mossoró e para a região do Apodi, águas num projeto modelo que aquele Estado vem desenvolvendo.

O Estado da Paraíba é mais sofrido, quero dar razão ao Senador Ney Suassuna. Ele tem Coremas – Mãe D'água, tem Boqueirão e tem pouca opção de obtenção de água, sendo que, em termos de recursos hídricos subterrâneos, é praticamente inexistente a capacidade de resposta naquele território.

Então, numa resposta mais genérica, ainda há muito o que se aproveitar de recursos hídricos, tanto superficiais quanto subterrâneos, no Nordeste. E creio que o Estado da Paraíba, que tem um índice um pouquinho acima de 1.500 metros cúbicos por pessoa, por ano, só ficando em segundo lugar, porque Pernambuco consegue ter um índice menor ainda, de mil trezentos e pouco, é uma situação de estresse hídrico que precisa ser melhor pensada. Mas, ainda assim, Sr. Senador Ney Suassuna, soluções com mananciais locais ainda podem ser produzidas naquele estado. É questão de avaliar um pouco melhor.

Eu pediria para não responder sobre o Projeto de Irrigação do DNOCS e Codevasf. O Dr. Lócio, pelo menos quanto à Codevasf, está mais habilitado a oferecer resposta.

O que tem sido apresentado no que concerne a zoneamento ecológico, questão agrária etc, no corpo do projeto da transposição, efetivamente não vi, nos textos que pude compulsar, dados a esse respeito. Mas, certamente, as preocupações do Ministério da Integração Nacional sobre essas questões são relevantes no contexto do projeto.

Por igual, ofereço a mesma resposta sobre a desapropriação das áreas, com vistas a se ter a questão agrária devidamente equacionada de forma apriorística.

Desigualdades regionais.

Nas desigualdades regionais, quero, Srª Senadora, Sr. Presidente, apostar no Projeto Antes, gostaria de tecer algumas considerações. Primeiro, é sempre bom avaliarmos a situação da seca no Brasil, que é um fenômeno antigo. Por exemplo, desde 1847, época do Império, um deputado cearense, Marcos Macedo, já havia proposto um projeto para a transposição do rio São Francisco para o rio Jaguaribe.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. Ailson Bezerra. No mês passado, em Recife, houve um encontro, com a participação de mais de 100 países, para discutir o fenômeno chamado desertificação. O senhor afirmou que isso não existe. Gostaria que o senhor explicasse que fenômeno é esse quando a terra começa a ficar sem vegetação e arenosa. Parece que esse fenômeno começou a aparecer no Brasil.

Um outro detalhe interessante é a questão da água no Nordeste. Pelo que sabemos, o Nordeste tem cerca de 20 bilhões de metros cúbicos de água em açudes, conforme o próprio Dr. Raimundo Santos Garrido afirmou. O problema do Nordeste não é tanto de seca. O problema do Nordeste é a democratização da água, porque a água está lá armazenada, estocada em açudes. São 20 bilhões de metros cúbicos. É muita água. Só o Ceará, como S. Sª afirmou, é verdade, tem mais de 15 bilhões de metros cúbicos de água estocados. O Rio Grande do Norte, que é um Estado menor, tem lá a sua quantidade. Então, o problema é democratizar a água. Essa é a grande realidade do Nordeste.

Ao apresentarmos isso aqui, não estamos querendo dizer que somos contra a questão da transposição. O Dr. Ailson tem razão, é preciso discutir profundamente.

Vou passar às perguntas.

Alguns especialistas em recursos hídricos afirmam que os lençóis de água do Nordeste poderiam irrigar um milhão e meio de hectares. O Governo tem estudos sobre isso?

Como fica a situação dos agricultores que vivem da agricultura de vazante de rios como o Jaguaribe?

Como ficará o sistema de açudes que atualmente vai até o pé do rio Araripe?

Como se dará a industrialização do Semi-Árido proposta no projeto e como será o controle de migração para a área, uma vez que a industrialização é

sempre um chamariz, principalmente nesse período de desemprego crescente? Megaprojetos como o da transposição geram grande contingente de trabalhadores temporários. O projeto do Governo prevê alguma política específica para essa população?

Como ficará o arcabouço regulatório da transposição, tendo em vista o fato de que a Agência Nacional de Águas – ANA – ainda não foi sequer criada?

O projeto que cria a ANA, no caso do gerenciamento dos reservatórios de usinas hidroelétricas, prevê que o Operador Nacional do Sistema – ONS, tenha os mesmos poderes da referida Agência.

Num período de estiagem, quem definiria a prioridade entre a geração de energia e uso da água, irrigação, abastecimento das cidades etc?

Finalmente, o Nordeste, que é abastecido pela energia elétrica gerada pelo rio São Francisco, enfrenta problemas sérios de racionamento. Qual será o custo energético adicional com a implantação da transposição? O sistema Chesf suportará esse acréscimo?

São essas as minhas questões.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V. Ex.<sup>a</sup> e à Comissão, uma vez que há apenas dois inscritos, que estes fizessem logo as suas perguntas, e, posteriormente, os debatedores dariam as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Acato sua sugestão.

Nesse caso, concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, sabemos atualmente que o projeto mais debatido e polêmico – pelo menos em relação ao Nordeste – é o da transposição das águas do rio São Francisco, importante para vários Estados da nossa Região que têm projetos em andamento ou em fase de execução. Nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, por exemplo, há projetos que considero de mais alta relevância para o seu desenvolvimento e que poderiam ser prejudicados se a transposição não fosse devidamente estudada sob o ponto de vista do impacto ambiental causado pela sua execução.

O Estado de Alagoas tem um projeto grandioso – denominado Canal do Sertão –, iniciado em outras gestões, que se constitui hoje numa obra inacabada.

Há necessidade de injeção de recursos dos Governos Federal e Estadual para a sua continuidade. Naturalmente, a Bancada de Alagoas deve ter-se interessado por esse projeto e proposto alguma emenda no sentido da sua continuidade.

O Estado de Sergipe tem um projeto – chamado Califórnia – em plena execução, outro recentemente implantado – o Platô de Neópolis – e, ainda, um a ser executado, que, tenho certeza, constará do PPA, que é o Projeto Xingó, levando a água do Rio São Francisco para a cidade de Poço Redondo, uma das cidades mais pobres do Nordeste dentre aquelas citadas pela Senadora Heloísa Helena.

A Bahia tem um interesse conjugado, simultâneo, com o Estado de Sergipe, que é o Projeto Dois Irmãos. É um canal de trezentos e tantos quilômetros de extensão que sai de Itaparica, percorre uma vasta extensão do Estado da Bahia, penetra no Estado de Sergipe, e esse projeto, se devidamente executado, daria a oportunidade do surgimento de um amplo projeto de irrigação, proporcionando mais de cento e cinquenta mil empregos na região, juntamente com o Xingó.

Antes porém da minha pergunta, eu diria o que outros já disseram: não há egoísmo da nossa parte de transferir para os demais Estados que precisam de água aquilo que o Rio São Francisco puder transferir. Acho que só damos o sangue quando temos sangue. No caso do Rio São Francisco, ele, em matéria de água, está ficando pálido, ou seja, sem aquelas células vermelhas, com anemia crônica, como falou a Senadora Heloísa Helena.

A pergunta é a seguinte: em face desses interesses que são comuns – nós temos interesse na transposição, não há dúvida, mas, em primeiro lugar, até dentro da lógica regional, temos interesse na execução desses projetos –, como compatibilizar a transposição do Rio São Francisco sem os devidos cuidados, atendendo o que determina a própria Constituição – que preserva o meio ambiental por meio de estudos de impacto para a realização de qualquer projeto de recursos hídricos? Como conciliar os interesses desses Estados que querem a transposição e os interesses dos Estados que desejam continuar os seus projetos e executar novos projetos, que já estão incluídos no PPA, sem o perigo de que eles tenham continuidade e possam ser executados os novos? Esta é a pergunta que eu gostaria de fazer, principalmente ao Dr. Raimundo Santos Garrido, que está na área do meio ambiente e recursos hídricos, sem desprezar a participação do presidente da Codevasf.



**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Com a palavra, o Senador Paulo Souto.

**O SR. PAULO SOUTO** – Sr. Presidente, rapidamente quero reafirmar o que muitos Senadores disseram, ou seja, que o único propósito que temos é o de conhecermos bem esse projeto, de vermos o que ele significa, sob o ponto de vista global, para o Nordeste. Como realmente não o conhecemos, às vezes essas posições são confundidas com posições preconcebidas, mas a pergunta é rápida e mais ou menos na linha da que fez o Senador Valadares.

Eu gostei muito da imagem da transfusão, que significa um doador e um receptor. Geralmente, o doador é um sujeito que tem saúde, que passou por todos os exames; ele é submetido a uma bateria de exames para ver se essa doação não vai prejudicar a sua saúde já debilitada, e a pergunta que faço é a seguinte: esse doador é hígido, é saudável? Pode fazer isso sem risco para a sua saúde?

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Muito bem. Eu gostaria de colocar a questão da seguinte maneira: creio que todos gostariam de estar bem informados ao sair daqui.

Estou substituindo a Senadora Emilia, que agora está chegando, e, se S. Ex<sup>a</sup> me permitir, eu faria uma colocação para o Dr. Garrido: V. S<sup>a</sup> já fez uma exposição completa do que pensa, do que pensa o Ministério, do que pensam as leis brasileiras que estão aí para serem aprovadas. Mas, na verdade, para a pergunta que se faz neste instante, creio que o senhor já tem a resposta na ponta da língua. Ele está perguntando se o rio São Francisco tem água suficiente para atender aos projetos desses Estados um canal com 300 quilômetros requer muita água e aquela idéia de V. S<sup>a</sup> de que a gestão de água dos Estados seria um primeiro passo. À pergunta, eu creio que o senhor poderia responder, e dispõe de cinco minutos.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Com a palavra a eminente Senadora Emilia Fernandes.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Como estamos administrando duas Comissões praticamente ao mesmo tempo e como o debate se inicia hoje será aprofundado posteriormente, com a audiência de outras pessoas, abro mão dos meus questionamentos. Mas indagaria a V. Ex<sup>a</sup> se concorda que, ao invés de uma possível inscrição minha, cedamos o espaço para o Deputado por Pernambuco que nos honra com a sua presença e em poderia fazer um quesiti-

onamento depois de todos os Senadores falarem, e, logo após, os nossos convidados fariam suas exposições com base nas perguntas feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Muito bem colocado, Senadora.

Com a palavra o Deputado Clementino Coelho.

**O SR. CLEMENTINO COELHO** – Sou de Pernambuco, Petrolina, Bacia do São Francisco, divisa com a Bahia.

O tema “Transposição do São Francisco” é místico, emocional. O que o Senador Paulo Souto disse aqui é apropriado. Doar só se o doador estiver em boas condições.

Antes de fazer a minha pergunta, eu pediria ao Sr. Presidente que possibilitasse ao Dr. Raimundo Garrido falar sobre outras experiências de transposição de bacias, para podermos entender o **habitat**, quando aconteceu, a conjuntura, para que possamos comparar.

Parece-nos que o Presidente da Codevasf disse também no Nordeste a falta que a água faz é justamente na produção. A pessoa não morre por inanição de sede, por falta de beber um caneco d’água, um copo d’água.

Quando o Presidente diz que a transposição é só humanitária, para matar a sede, é uma contradição, porque, de acordo com a Senadora, os grotões mais pobres em índice de desenvolvimento social estão à beira do rio. O polígono da maconha no Nordeste está na beira do São Francisco por falta de ocupação econômica. Então, existe uma contradição nisso, com que temos de tomar cuidado.

Há uma outra alternativa naquela matriz, e o Dr. Garrido colocou, que é a questão do custo-benefício. Existem nordestinos no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Ceará nas mesmas condições degradantes que na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Temos de ver também o custo-benefício de tudo isso. Há também a questão do percurso. Como V. S<sup>a</sup> disse, o maior custo é o da compensação. Temos conversado com alguns técnicos que assessoram a Cesp, a hidrovia Tietê-Paraná, todo esse conjunto de lá, e concluimos que há um caminho alternativo que custa mais caro, mas o custo social talvez seja mais compensatório. A questão da elevação encarece muito **essa obra e beneficia muito pouco. Há um outro roteiro**, que é a saída de Sobradinho, passando pela Bahia, com 50 mil ha o Projeto Casa Nova, Pontal/Sobradinho, o Canal/Sertão de Pernambuco e, antes de entregar essa água para beber, beneficia-se quase 300 mil hectares do eixo Bahia/Pernambuco. Toda-

via, não concebo uma transposição dessas, quando estamos discutindo Chesf e vinculando 90% da água para energia, por 35 anos. Essa transposição a que o Presidente se referiu é um início desse processo revolucionário de mudar a face do Semi-Árido, e não é levar a água para beber, mas para operar a mudança mediante essa cadeia de negociação que é a irrigação. Gostaria de ouvir sobre outras experiências e ter comentários. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Dr. Garrido, pelo avançado da hora, eu me permitiria solicitar ao nosso Deputado por Pernambuco, que, com muito brilhantismo abordou essa questão, que V. S<sup>a</sup> se limitasse, por exemplo, a responder, porque praticamente a pergunta é a mesma, mas se o senhor for fazer uma exposição sobre o êxito de outras transposições – e nós teríamos o maior prazer – levaria mais de uma hora aqui porque são vários – eu conheço pelo menos três, pois já visitei, como engenheiro, os três, e sei que para descrever isso eu levaria muito tempo.

Penso que, se o senhor pudesse, passaria um documento para o Deputado, com todas as informações, a fim de que não houvesse, digamos assim, maior extensão do nosso tempo; o senhor teria cinco minutos para responder.

**O SR. RAIMUNDO SANTOS GARRIDO** – Obrigado, Sr. Presidente. Ficarei, portanto, com duas dívidas. Uma é a do trabalho que, com muito gosto, enviarei ao Deputado Clementino Coelho, e enviarei também para a Comissão sugestão da Senadora Heloísa Helena; e a outra é com o próprio Senador Geraldo Cândido, na sua primeira pergunta sobre se os lençóis do Nordeste dão para 1.500 hectares. Eu não sei com exatidão o que é possível alcançar com os lençóis do Nordeste. O que é importante observar é que vastas porções do Piauí ocidental; o aquífero-açu, no Rio Grande do Norte; a formação tucano, na Bahia; São Sebastião e praticamente todo o litoral nordestino são regiões de onde se pode sacar água abundantemente.

Algumas capitais são servidas quase, numa percentagem razoável, por água subterrânea. Recife, que apresenta a situação mais preocupante entre as capitais brasileiras, toma mais ou menos 25% a 30% de água do subsolo, só para abastecimento urbano.

Mas a pergunta de V. Ex<sup>a</sup> faz referência à irrigação, e o número exato eu peço vênha para enviar a V. Ex<sup>a</sup> a posteriori. Paguei as duas dívidas em conjunto à Comissão.

Sobre a agricultura de várzea, eu quero oferecer a mesma resposta: como ficarão os vazanteiros? – e o senhor parece que fez referência a

uma bacia cearense. Há situações as mais diversas. Agrego, por exemplo, o Baixo São Francisco, que serve de fronteira entre Alagoas e Sergipe. Os vazanteiros são outro problema, que para nós já são um conflito entre esta utilização e a própria hidroenergia – Chesf e Codevasf têm-se encontrado seguidamente, buscando soluções para essa questão da agricultura do vazanteiro. Mas para essa pergunta e para a questão da ANA, em relação aos reservatórios hidroelétricos e o papel do operador nacional, o ONS, que V. Ex<sup>a</sup> alude ter os mesmos poderes que a ANA, eu diria o seguinte, Senador: a palavra-chave nesse contexto é o comitê de bacia. Comitê de bacia como foro de discussão dos problemas da bacia tem lugar para o vazanteiro, para o representante do Governo Federal, para o representante dos setores usuários da água, e não se encontrou outra forma tão mais adequada para se repartir a água de maneira harmônica entre os usuários senão pela negociação, negociação essa que não exclui evidentemente os instrumentos de política que citei anteriormente, como, por exemplo, a outorga e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Particularmente, quanto ao gerenciamento que a ANA fará dos reservatórios, no caso dos reservatórios de geração de energia hidroelétrica, o Projeto nº 1617, ou talvez 1616, do Governo, ele realmente impõe uma consulta ao operador, ao ONS. Essa consulta, essa articulação, aliás, que ali está proposta, tem sido objeto de comentários e de críticas, inclusive, da própria sociedade civil organizada. Mas eu quero defendê-la neste primeiro momento. O setor de recursos hídricos, sendo um setor novo no Brasil, impõe que, até que o nosso aprendizado se complete, algumas ações que o Governo Federal tem, pelo caráter estratégico daquela ação, a obrigação de não permitir que dê errado – e é o caso da geração de energia elétrica –; ele precisa efetivamente ter o domínio da decisão até que o comitê ganhe maturidade, até que o comitê atinja sua maioria, e certamente ONS, ANA e todos os demais elementos presentes ao Comitê estarão decidindo em franco processo de negociação. Mas quero, pessoalmente, defender o artigo do projeto de lei que coloca a articulação e, mais do que tudo, a consulta ao operador nacional, porque isso faz parte, neste primeiro momento, do aprendizado pelo qual está passando o setor de recursos hídricos no Brasil.

Não tenho condições de responder a algumas perguntas de V. Ex<sup>a</sup>, porque dizem respeito a aspectos mais específicos do projeto. Terei imenso prazer em encaminhá-las e trazer respostas depois de entendimento com os meus colegas do Ministério da



Integração Nacional, mas tenho absoluta convicção de que questões como o racionamento de energia, **vis-à-vis** custo com a transposição, foi tema pensado ali naquele projeto; a questão do trabalho temporário, que acho da maior relevância e que foi preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, sei que isso faz parte das oportunidades de emprego durante o período da implantação do projeto.

V. Ex<sup>a</sup> se referiu à indústria no Semi-Árido e ao controle da migração para a área. Não vi isso, mas teirei o cuidado de fazer essa verificação para uma resposta **a posteriori**. Absolutamente, não sei responder sobre os açudes ao pé do rio Araripe, a que V. Ex<sup>a</sup> faz referência.

A última das suas indagações. O arcabouço regulatório sem ANA. Devo dizer que a ANA é uma questão de tempo. A pauta das duas Casas Legislativas, em particular da Câmara, não permitiu a votação, o entendimento a ponto de ser votada a matéria na Câmara, mas tenho a mais nutrida esperança de que no retorno dos trabalhos legislativos, aí não sei dizer se inclusive ou exclusive a convocação extraordinária que a imprensa vem dando conta de que ocorrerá, mas, certamente, ANA é uma questão de poucos meses para que tenhamos nossa agência implantada e que será, juntamente com o SRH, um casamento que acrescenta, porque divide as atividades de formulação de política, que remanescerão com o SRH, daquelas de implementação dessas mesmas políticas que serão da alçada da ANA, com isso dando-se condição de maior flexibilidade para que esse arcabouço melhor funcione, inclusive no que concerne à avaliação do projeto da transposição.

O Senador Antonio Carlos Valadares faz um coitejo e eu avanço, algo que não fiquei de responder, por orientação do Sr. Presidente, entre o projeto polêmico e outros projetos importantes de interesse comum entre várias unidades federadas, e V. Ex<sup>a</sup> citou duas a duas em cada caso.

É da história das transposições no oeste americano que, em geral, as transposições de grande calibre, as que perpassaram as fronteiras estaduais, foram parar exatamente na Casa Legislativa daquele país – como aqui nos encontramos, no Senado Federal –, porque é a casa legislativa que termina por dirimir os conflitos e articular os interesses das unidades federadas.

A história dá conta de que nas transposições do Arizona e do Novo México entre si, a maior parte delas levando água à Califórnia, muitos projetos foram discutidos no Senado americano, e levou-se em conta o conjunto do projeto transposição objeto daquele

debate formado com outros projetos de interesse das unidades federadas ali envolvidas.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, se a história costuma se repetir em ocasiões, ainda que em países distintos, e esse aprendizado americano vier a aqui prevalecer, certamente, num contexto global da questão do Semi-Árido, aí incluído o Proágua Semi-Árido, a idéia da transposição do São Francisco, os projetos individualizados em cada Estado ou de interesse comum a Estados que dividem fronteiras entre si, certamente poderão ser tomados num todo para que daí resulte uma decisão que consulte a avaliação de conjunto e menos a avaliação individualizada desses projetos.

Ao Senador Paulo Souto, que pergunta sobre a higidez do São Francisco, eu espondo que o São Francisco, Sr. Senador, está na UTI. O São Francisco, se fizemos uma visita. E V. Ex<sup>a</sup> tão bem conhece os trechos médio e baixo do rio São Francisco. Mas se verificarmos, desde o alto, nas cabeceiras, na região da capital do Estado de Minas Gerais, com o descarte de substâncias tóxicas, produto da atividade industrial sem o devido tratamento dos afluentes, se verificarmos que qualquer cidade de médio porte, já que as pequenas talvez não influam tanto na vazão passante do rio, por não terem estação de tratamento de afluentes urbanos, estão contribuindo nocivamente para diminuir a qualidade das águas, pois a lixiviação de produtos fitossanitários, praguicidas, herbicidas e outros tantos utilizados na irrigação forte no oeste da Bahia, em vastas áreas no norte de Minas Gerais, sobretudo no trecho de Juazeiro e Petrolina, estão danificando a saúde do rio, o episódio de assoreamento a que V. Ex<sup>a</sup> alude, questões da erosão verificada em vários pontos do rio, tanto quanto a questão quantitativa mesmo da água, que vem formando bancos de areia em várias regiões do rio, veremos que precisamos promover a recuperação do rio São Francisco.

Nesse sentido quero fazer referência a uma comissão do Senado Federal, que se iniciou em 1995, presidida pelo Senador Renan Calheiros e que teve como Relator o Senador Waldeck Ornelas, Ministro da Previdência e Assistência Social. O relatório que hoje se encontra na Biblioteca do Senado Federal mostra o tanto que se precisa fazer pela bacia do São Francisco a fim de que possa efetivamente se colocar na condição de uma doadora em potencial.

Senador Alberto Silva, se tem água suficiente, acho que a resposta foi um pouco no meio das perguntas. E fiquei de enviar ao Deputado Clementino Coelho a questão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Muito bem.

**O SR. GERALDO CÂNDIDO** – Pela ordem, Sr. Presidente. Então, pelo que V. S<sup>a</sup> afirmou, não há água para a transposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Srs. Senadores, estou inscrito como um dos inquisidores. Gostaria de aproveitar a oportunidade, com a licença da Presidente, e ao invés de fazer uma pergunta, faria uma pequena exposição. Fui governador de Estado duas vezes e tive a oportunidade de várias vezes ir a Petrolina e conhecer o projeto, a vila Coelho, tudo que há lá, o êxito da Codevasf, conheci tudo isso bem de perto. Mas o que me chamou a atenção agora foram as palavras do Dr. José Luiz Perez Garrido, que diz que temos que cuidar urgentemente do São Francisco. Nesse caso, cara Presidente, ele fala que houve uma Comissão dirigida pelo Senador Renan Calheiros cujo Relator era o Senador Waldeck Ornelas, se não me engano. Vamos transformar nossa comissão talvez em uma comissão como essa. E fazemos uma proposição aos órgãos que cuidam do assunto no sentido de que passemos a cuidar já do São Francisco antes de cuidar de tirar sua água, que já é tão pouca. Então vamos trabalhar em cima disso, cara Presidente, pois creio que assim estaremos contribuindo para garantir ao País a geração de energia que o São Francisco tem nos dado até hoje. Mas se ele vai ficando sem água, assoreado e poluído, acabaremos não tendo nem água para o próprio rio nem para energia elétrica.

O Dr. Garrido conhece uma proposição que fiz, um tanto polêmica. Ele mesmo tratou de me corrigir quando eu disse que estamos tratando de vazões de 60, 70m<sup>3</sup> por segundo. Sou engenheiro da área de construção de usinas hidrelétricas, é a minha especialidade. Sei exatamente o que significa 70, 100m<sup>3</sup>. Mas depois de Xingó são 2.000m<sup>3</sup> e a água que vai para o mar. Depois de ter gerado energia, depois de ter passado pela Codevasf, vão para o mar 2.000m<sup>3</sup>/s de água do São Francisco.

Na ocasião, em um debate que tivemos na TV Senado, e foi uma honra para mim estar ao lado do Dr. Garrido, um excelente técnico, assombrou-me ele dizer que, para levantar essa água no ponto que está sendo escolhido, precisa-se da energia correspondente a dois Estados. Então, nesse caso, o custo dessa água vai ficar altíssimo, porque se tem que gastar energia equivalente ao que se gasta em dois Estados; esse número é assustador.

Nesse caso, depois da barragem de Xingó, têm-se 2.000m<sup>3</sup>/s e essa água vai para o mar. Quantos quilômetros têm da última barragem até chegar ao mar? Mais ou menos uns 150 quilômetros? Talvez. Que 50 quilômetros ainda sofram a influência do mar e a possa ser considerada salinizada. Mas um pouco acima disso, o Dr. Garrido, que tem outros consumos de cidades que estão depois da barragem, nesse caso talvez seja tão pouco o consumo que possamos nos aventurar a dizer por que não tirar 200m<sup>3</sup>/s depois da barragem e chegarmos à praia, ao nível do mar? O nível da água ou o nível do terreno na foz do rio São Francisco é o mesmo de Recife, Fortaleza – João Pessoa não, porque fica mais para dentro –, mas Cabedelo, Natal.

Se eu não tenho nenhum acidente a transpor e na praia vou ao mesmo nível, o consumo de energia para levar essa água pelo mar ou pela praia, em dutos – hoje em dia se fabricam tubos com um grau de resistividade tão pequeno que a água desliza por dentro –, com estações de rebombeamento nos devidos lugares, e essa água chega às capitais, V. Ex<sup>as</sup> já prestaram atenção? Ela chega em Recife, vem pelo mar, pela praia. Chega em Natal. Se bem que não vamos dar aquela volta. Segundo o Dr. Garrido, o Ceará parece que já está com o seu problema de gestão de água resolvido. Então, teríamos Pernambuco, Paraíba – o Senador Suassuna não está aqui –, mas se a adutora vai pelo litoral, sem recalques para subir ou para descer, vai de nível, chegaríamos com essa água a um custo muito baixo. É polêmico, mas é real, quem está falando aqui é um Engenheiro desta área. Calcar no nível é muito mais fácil do que subir ou calcar contra a gravidade.

Por último, gostaria de dizer a V. Ex<sup>as</sup> que estamos fazendo uma experiência que nasceu no meu Governo. A tal roça, a que se refere aqui o Dr. Airson, queimada, devastando a mata, produzindo nada, produzindo feijão para comer, que não vale nada... Temos um projeto, e eu convidaria os companheiros Senadores para conhecê-lo. Agora em dezembro vamos colher feijão e milho para semente, não para comer. Um quilo de feijão para semente custa R\$2,50; um quilo de milho para semente custa R\$1,20. Com o auxílio da Embrapa e uma tecnologia que praticamente inventamos, estamos tendo uma safra de milho com 200mm de chuva e uma safra de feijão com 100mm de chuva artificialmente, que fizemos lá na Embrapa, com aspersores, mas com uma quantidade enorme de pluviômetros, marcando a chuva que cai, e tensiômetros no chão marcando o que acontece com o grau de umidade do terreno naquela soalheira em que o



chão fica com 40º, por conseguinte a evaporação seria violenta, mas nós conseguimos, digamos assim, um milagre de agüentar, sem chuva, 20 dias entre uma chuva de 30mm e uma outra de 30mm. Somando chuvas de 30mm, de vinte em vinte dias, no período chamado de seca no Semi-Árido - tenho experiência própria como Governador, e o nosso companheiro Valadares também foi Governador à mesma época e se esqueceu de dizer... V. Exª fez uma adutora no seu Governo, não foi?

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Foi no Governo de Augusto Franco. E os projetos de irrigação que falei, como o Califórnia, foi no Governo de João Alves. A implantação desses projetos é que foi no meu Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Lembrou-me disso.

Eu quero concluir dizendo que essa experiência no Semi-árido que estamos desenvolvendo, com o apoio da Embrapa e do Ministério da Ciência e Tecnologia, pode se transformar numa solução para o homem que mora lá no Semi-Árido – esse a que o Dr. Airson acaba de se referir –, que é um coitado, que mora lá no campo e que a roça dele não dá para nada.

A renda prevista – quase podemos garantir – desse lavrador, com um hectare, é de R\$450,00 por mês – por mês, senhores! –, vendendo feijão para semente e milho para semente. O projeto está pronto para quem quiser ver, já convidei o pessoal da Embrapa e convido os nobres Srs. Senadores. A partir do dia 15 próximo até o fim do mês, vamos colher o feijão que foi produzido com 100 milímetros de chuva e o milho, que deu uma safra precoce, com 200 milímetros. Em qualquer seca do Nordeste chove mais de 300 milímetros. E tem um barracão que recolhe água de uma chuva de 300 milímetros. Temos dois sacos plásticos dentro do armazém que recolhem 30 mil litros cada um. Então, temos 60 mil litros e já fizemos os cálculos. O sistema de fossa do nosso projeto tem reciclagem de água, ela vai e volta. Então, o lavrador tem à sua disposição 60 mil litros de água, com verão, inverno ou o que for, de 300 milímetros, e tem uma roça ao lado que lhe garante, seguramente, um salário de R\$400,00 a R\$450,00 por mês, vendendo sementes que o Brasil não tem e compra da Monsanto, da Cargil e de outras multinacionais. Não temos sementes, na verdade. Esse projeto pode produzir semente e dá uma renda ao lavrador; além do mais, ele tem energia solar ligada à casa, todo o conforto e pode ter uma professora para ensinar a duas roças daquela, porque o salário dele é suficiente.

Eu queria prestar essas informações, agradecendo à Senadora Emilia, nossa Presidente, a oportunidade que me deu de presidir. E agradeço aos companheiros e aos expositores a lição que recebemos deles sobre o São Francisco.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** – Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta sobre a presença do Ministro da Integração, uma vez que S. Exª foi convidado e não pôde comparecer, em duas oportunidades, para tratar desse assunto. Eu gostaria de saber quando S. Exª estará presente, porque temos o maior interesse, uma vez que a execução do projeto de transposição ficará a cargo daquele Ministério.

**A SRA. EMILIA FERNANDES** – Eu gostaria também de agradecer a presença dos convidados, em nome também da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e dizer da importância do tema, do quanto o Brasil precisa aprender sobre a Região Nordeste, sobre o rio São Francisco, sobre o problema da seca e sobre a angústia em que vive o povo daquela Região. Temos a obrigação – recebo como obrigação, embora Senadora pelo Rio Grande do Sul, longe da Região Nordeste – de nos aprofundarmos nesse tema.

Desde logo, proponho à nossa Comissão, estendendo às outras Comissões, a criação, urgentemente, de uma subcomissão para acompanhar e aprofundar a discussão desse tema, que considero de fundamental importância. Aí construiríamos, a partir da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, uma grande proposta para a Região Nordeste, com o compromisso de todos os Senadores se debruçarem sobre o tema, que, tenho certeza, é do interesse de todos.

É o início de um debate o que está se travando hoje e daremos continuidade posteriormente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em nome da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, gostaria de explicar, tanto para a Senadora Emilia como para o Senador Valadares, que quando aprovamos o requerimento na Comissão de Assuntos Sociais e estendemos o convite tanto para a Comissão de Infra-Estrutura como para a Comissão de Assuntos Econômicos, foi inclusive diante de um debate que se realizou na CAE, entre Senadores de Estados que não têm o rio São Francisco e outros Estados também. Já existe uma proposta, inclusive, de um seminário, e há também a Comissão, cuja instalação foi requerida ao Plenário pela Senadora Maria do Carmo, por mim e pelo Senador Valadares. Então, a Mesa Diretora já tem um requerimento para

a instalação da Comissão e existe também aprovado um seminário sobre o tema, com a participação de vários técnicos. Em resposta ao Senador Valadares, quero dizer que o Ministro encaminhou à Comissão de Assuntos Sociais e certamente encaminhará também às outras Comissões, uma agenda para que se possa coletivamente escutá-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva) – Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 20h56min.)*

**Ata da 54ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em 8 de dezembro de 1999, às 10 horas.**

Às dez horas do dia oito de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho, Agnelo Alves, Bernardo Cabral, Romeu Tuma, Pedro Simon, Romero Jucá, Carlos Bezerra, Luiz Otávio, Pedro Piva, José Alencar, Roberto Saturnino, Bello Parga, José Eduardo Dutra, Antônio Carlos Valadares, Francelino Pereira, Luiz Estevão e Jonas Pinheiro. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Freitas Neto, Paulo Souto, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros, Lúdio Coelho, Eduardo Suplicy e Lauro Campos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a realização da Audiência Pública com a presença do Vice-Governador do Estado do Amazonas, Dr. Samuel Hanan, e da Secretária Executiva da Fazenda do Estado do Pará, Srª Teresa Luísa Cativo Rosa, representando os Governadores da região Norte com a finalidade de discutir o Ajuste Fiscal e a formação de uma frente para implementação de Políticas Especiais de Desenvolvimento Regional. A seguir passa-se à apreciação do PRS N.º 117/99, não terminativo, que “concede autorização aos Estados e ao Distrito Federal para contratar operação de crédito junto ao Governo Federal referente à antecipação de recursos das transferências de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996”. Autoria: Senador José Roberto Arruda. Relator: Senador Francelino Pereira. Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze

minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vamos dar início à 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

Hoje temos um projeto urgente e importante para todos os Estados. Tínhamos programado uma audiência pública com os governadores da Região Norte, com a finalidade de discutir o ajuste fiscal e a formação de uma frente para implementação das políticas especiais de desenvolvimento regional.

Estão presentes nesta reunião o Vice-Governador do Estado do Amazonas, Dr. Samuel Hanan, e a Secretária Executiva da Fazenda do Estado do Pará, Srª Teresa Luísa Cativo Rosa. Srs. Senadores, três governadores ligaram informando da dificuldade que tiveram de se deslocar até Brasília. Realmente, fizemos os convites na semana passada, e vários deles não conseguiram deslindar seus compromissos, pedindo o adiamento da reunião. No entanto, como estão presentes o Dr. Samuel Hanan e a Secretária Teresa Luísa, e tendo em vista que, além de haver número regimental, o tema é pacífico em toda a Casa, abrimos a reunião para analisar este projeto que trata da devolução de recursos da Lei Kandir, sobre o qual até já conversamos com a Oposição.

O Governo Federal quer devolver ainda neste ano uma parcela dos recursos da Lei Kandir que foram tirados dos Estados. O próprio Vice-Governador e a Secretária não têm nada a opor, já que, em geral, todos querem receber. Há poucos minutos, conversando com o Vice-Governador, ele dizia da necessidade desse encontro dos governadores da Região Norte e lamentava o adiamento que teremos de fazer. Contudo, ele queria levantar desde já um problema que atinge grandemente o Estado do Amazonas e talvez outros Estados da Região Amazônica.

Então, pedindo desculpas pelo adiamento, mas com a justificativa dos governadores pela impossibilidade de seu comparecimento, faremos esta reunião talvez em janeiro. Sendo ela informal, mesmo havendo a convocação, como o que estamos fazendo é audiência pública, não há problema nenhum em programarmos nova data para janeiro.

Dessa forma, passo a palavra ao Dr. Samuel Hanan, para que possa apresentar o tema sobre o



qual com certeza já começaremos a levantar dados. Depois disso, na reunião dos governadores, daremos continuidade à discussão deste problema, que atinge bastante a Região do Amazonas.

Concedo a palavra ao Vice-governador do Estado do Amazonas, Dr. Samuel Hanan.

**O SR. SAMUEL HANAN** – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, conversei com o Senador Ney Suassuna pedindo a ele que marcasse esta reunião tão logo fosse possível, porque temos assuntos relevantes que dizem respeito à Região Norte. Pedi também permissão para adiantar um único ponto, que vou fazê-lo agora, em virtude da ausência do Presidente desta Comissão.

Os Estados mais pobres da Federação não tinham e não têm dívidas mobiliárias, característica típica dos Estados mais desenvolvidos, que são dívidas em títulos, ou seja, dívidas lastreadas em patrimônio, em acesso ao mercado financeiro. Os Estados mais pobres não tinham e não têm dívida mobiliária, porque sequer têm patrimônio, sequer têm acesso ao mercado financeiro. E o processo de renegociação da dívida dos Estados ficou restrito às dívidas mobiliárias. As dívidas fundadas, contratuais, que são as dívidas dos Estados menos desenvolvidos, sobretudo do Norte e do Nordeste, na qual se inclui o Estado do Amazonas, não foram contempladas nessa renegociação ao longo desses quatro anos. Ficou como estava. Foram feitas pequenas negociações de operações isoladas, mas não houve renegociação abrangente das dívidas fundadas.

E assim surge o seguinte problema: os Estados mais desenvolvidos receberam liquidez e alongamento do prazo das suas dívidas mobiliárias, todos com juros de 6% ao ano por 30 anos. Quanto aos Estados mais pobres, que têm as dívidas fundadas, dívida contratual da Lei nº 8.387, negociada em 1993, não tiveram suas dívidas negociadas. Eles tinham 20 anos para pagá-las, dos quais 7 já se foram. Consequentemente, pagarão suas dívidas contratuais daqui para frente em 13 anos, enquanto os Estados mais desenvolvidos têm 30 anos para pagar. Esse é o primeiro problema que se impõe.

Contudo, o mais grave é que a correção estabelecida por essa Lei para todos os Estados que têm dívida fundada o meu Estado do Amazonas é um deles é pelo índice IGPM. Então, o que acontece agora? A inflação pelo Índice de Varejo INCC está na base de 8 a 9% ao ano. Para as nossas dívidas contratuais, é utilizado o IGPM, que é de 20% neste ano. Dessa forma, pagaremos 20% de IGPM e mais juros de 6%,

contra uma inflação de 8%. Pagaremos 26%, ou seja, a nossa dívida cresce 26%, enquanto a inflação é de apenas 8%.

O que é mais grave? Num ano de crescimento zero da economia, não há nenhum Estado da Federação que tenha tido crescimento de receita sequer de 6%, quanto mais para fazer face a esse aumento de 20% do IGPM.

O problema que surge de pronto é o seguinte: os Estados têm uma relação definida pelo Senado para endividamento e contratação de empréstimos internacionais, tendo de chegar a relação receita anual/dívida total àquele nível, a um coeficiente igual a um. Sem fazer nada, só com o IGPM de 20%, mais juros de 6% e mais a desvalorização cambial, para quem tem maxidesvalorização, desbalanceou-se todo o ajuste dos Estados mais pobres.

Esse é o ponto, Senador. Pedimos com veemência e com bastante vigor que V. Ex<sup>a</sup> se sensibilize para comandar e coordenar esse processo, porque isso sangrará, desde logo, um volume muito grande de recursos dos Estados mais pobres e novamente causará desequilíbrio no ajuste fiscal recentemente feito, porque é impossível se pagar IGPM de 20% mais 6% com a inflação de 8% ao ano. Logo, impõe-se algum trabalho de emergência em torno dessa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Dr. Samuel, isso atinge todos os Estados em geral.

**O SR. SAMUEL HANAN** – Todos os Estados que têm dívida contratual.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Que são a maioria, porque são os que não têm...

**O SR. SAMUEL HANAN** – São os Estados que não têm acesso ao mercado financeiro, que não emitiram títulos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Quero parabenizar V. S<sup>a</sup> por ter trazido esse assunto até nós, porque todos os Governadores das demais regiões passaram por aqui, mas nenhum deles levantou o tema, que merece ser estudado na Comissão de Assuntos Econômicos. E vamos fazê-lo imediatamente, pois urge uma solução.

Agradeço muitíssimo a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>. Não abriremos mão da reunião do Norte, que será feita em janeiro. Faltam apenas o Norte e o Sudeste. Realmente procede a urgência pedida por V. S<sup>a</sup>. Eu mesmo estou pasmado, porque não tínhamos percebido essa modificação, que atinge todos os Estados. Pensava que era só a região Amazônica, mas não!

Atinge todos os Estados e precisaremos discutir esse assunto para encontrarmos uma solução plausível.

Concedo a palavra à Secretária de Fazenda do Estado do Pará, Dr<sup>a</sup> Teresã Luísa Cátivo Rosa.

**A SRA. TERESÃ LUÍSA CATIVO ROSA** – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, demais Senadores e autoridades presentes, inicialmente, louvamos a iniciativa desta Casa no sentido de promover um evento dessa natureza. É muito importante para a Região Norte – sobretudo para o Estado do Pará – ter a oportunidade de discutir um assunto dessa magnitude, que envolve a questão financeira e especialmente a possibilidade e a perspectiva de trabalhar com políticas espaciais de desenvolvimento regional nesta Casa, já que nosso País possui uma grande lacuna.

Faço também minhas as palavras do representante do Estado do Amazonas, salientando que, a despeito de ser um problema de todos, para os Estados do Norte e os Estados mais pobres, a dimensão é muito maior e mais relevante. Por essa razão, é importantíssimo que se tenha sensibilidade e que se discuta essa questão nesta Casa.

Não queríamos, ainda, perder a chance de, aproveitando o assunto em pauta para votação – a Lei Kandir –, mostrar o quanto o Estado do Pará foi alvo de perdas em relação a essa lei. Em virtude do perfil da sua base econômica, assentada praticamente no extrativismo de produtos, o Estado perde hoje quase 20% de sua receita mensal, sem a possibilidade de recuperação.

Não queremos reconhecer o seguro-receita tampouco estamos dizendo que as exportações deveriam ser oneradas. Ao contrário, temos sensibilidade para entender que não se deve exportar imposto numa economia globalizada. No entanto, não podem ter tratamento igual Estados da Federação de perfis desiguais. Nesse sentido, desejamos aproveitar o momento em que se submeterá à votação a questão das perdas da Lei Kandir para provocar a discussão de um assunto para que seja trabalhado, chamando a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para a região Norte e o Estado do Pará.

Mais uma vez, em nome do Vice-Governador em exercício e do nosso Governador, Almir Gabriel\*, agradecemos a V. Ex<sup>as</sup> pela oportunidade de participar desse importante evento. A partir de agora, ficaremos na expectativa de, em janeiro, voltar para discutir esse tema, tão relevante para todos nós.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Agradeço à Sr<sup>a</sup> Tereza Rosa.

Concedo novamente a palavra ao Dr. Samuel Hanan\*, porque, enquanto folheava um dos documentos trazidos pelo Sr. Vice-Governador, fiquei pasmado de ver que o Amazonas, em cinco anos de governo, teve superávit operacional. Deixarei que ele fale sobre isso, já que se trata de conquista de um Estado pequeno em termos econômicos, mas que, realmente, tem dado exemplo ao País.

**O SR. SAMUEL HANAN** – Srs. Senadores, neste momento, em que o Brasil já tem um déficit público da ordem de 10% do PIB, o Estado do Amazonas, ao longo de cinco anos, ou seja, de 1995 até 1999, sem ajuda alguma do Governo Federal, não tendo socorro nenhum de recursos federais, manteve seu déficit público operacional – e não primário – igual a zero depois do pagamento dos serviços das dívidas, que consumiram cerca de 11% da nossa receita real. Apesar disso, nesses cinco anos, houve superávit operacional de R\$210 milhões.

Se todos tivessem feito esse “dever de casa”, não haveria desemprego, crescimento zero, essa enorme taxa de juros tampouco estaríamos nessa situação macroeconômica. Nós fizemos esse “dever de casa”

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Esse é o momento para o debate e para que os Srs. Senadores, se quiserem, façam alguma consideração.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, não posso deixar de manifestar meu desapontamento com a ausência dos Governos Estaduais – não dos Governadores. O Pará e Amazonas se fizeram representar. O problema é que os outros não vieram nem mandaram representantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Mas deram satisfação: ligaram para a Presidência informando as dificuldades e pediram que fosse adiada; mas só o fizeram hoje pela manhã.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Mas ponderem os Srs. governadores que venham para a próxima reunião, porque senão fica vexatório para a nossa Região. Os governadores da região Sul vieram ou se fizeram representar. Os de Centro-Oeste, todos, igualmente. E da região Norte, assim como do Nordeste, aparecem apenas os de dois Estados? Vamos esperar que, realmente, o final de ano tenha tumultuado a agenda dos governadores e por isso tenha aconteci-



do isso. Mas ponderem para que não nos submetam a esse vexame na próxima reunião.

Vice-governador Samuel Hanan, farei apenas duas perguntas. Quanto a esse problema da dívida fundada, ainda não negociada, existe um processo de negociação coletivo ou individual? (Essa é a primeira pergunta).

Em segundo lugar, o Amazonas ou os Estados todos em conjunto têm uma proposta concreta, principalmente, no que tange à mudança do indexador?

São essas as minhas duas perguntas.

**O SR. SAMUEL HANAN** – Senador Jefferson Péres, não existe nenhuma proposta em andamento de negociação da dívida fundada, porque todo o processo de renegociação das dívidas dos Estados, nesses ajustes dos Estados, foi claro e específico para a dívida mobiliária. O que nos levou – nós, dos Estados mais pobres – a fazer vários documentos ao Ministério da Fazenda ponderando que, se existia um problema que os Estados estavam vivendo por falta de liquidez e por endividamento, e se o Governo Federal iria dar um socorro, como redução de taxa de juros e alongamento de prazo, que o Governo Federal definisse qual o montante que ele estaria disposto a socorrer e, desse montante, que se fizesse um critério de distribuição entre os Estados da federação e, não, simplesmente, o que foi feito: para quem tem dívida mobiliária, ela vai ser renegociada; quem não tem fica como está. Foi isso o que aconteceu: quem tinha somente dívida fundada permaneceu como estava.

Então, temos hoje a seguinte situação: a dívida mobiliária, que é muito maior do que a dívida fundada de todos os Estados da federação, ficou com esses indexadores mais altos e com prazo remanescente de 13 anos; e a dívida mobiliária foram dados indexadores mais favoráveis, taxa de juros mais favoráveis e prazo de 30 anos.

E nós queríamos, pelo menos, eqüitativamente: que tivéssemos, na nossa dívida fundada, o alongamento desses 13 anos para os 30 anos, a exemplo do que foi feito para a dívida mobiliária. E o indexador não pode ser o IGPM: teria que ser o índice próprio da inflação. Já que temos uma taxa de juro real, que é 6%, 7%, ou 7,5%, então, que seja a inflação mais 6% ou mais 7%; mas, não, o IGPM, que, ao longo de cinco anos, variou 65%.

Essa é a proposta que trarei a esta Comissão, de forma mais elaborada, aproveitando a oportunidade que o Presidente está oferecendo à região Norte.

Quanto a sua segunda pergunta a respeito ...

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Acrescento mais uma terceira pergunta: V. S<sup>a</sup> tem em mãos, ou sabe de memória, a composição da dívida fundada do Amazonas?

**O SR. SAMUEL HANAN** – Tenho, sim, que é de lei.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – V. Ex<sup>a</sup> poderia me fornecer?

**O SR. SAMUEL HANAN** – Seguramente.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Esse programa do indexador, Dr. Samuel Hanan, preocupa-me pelo seguinte: às vezes, em algumas fases, o indexador está abaixo da inflação; em outras, pode estar acima.

Então, o INPC, por exemplo, durante algum tempo do Plano Real, esteve acima da inflação. Agora, o Banco Central escolheu o INPC – talvez por isso mesmo – para a sua política de tarding(?), como indicador da inflação, como parâmetro da inflação. Porém, nada nos assegura que, amanhã, isso não mude. V. Ex<sup>a</sup> sabe, por exemplo, que, durante quatro anos, os preços no atacado estiveram lá em baixo, e agora estão em 20%. Os do índice de preço ao consumidor estão em cerca de 10%. Logo, nunca teremos a garantia de que um índice estará igual à inflação, abaixo ou acima dela.

**O SR. SAMUEL HANAN** – Mas lhe diria o seguinte: tenho um levantamento de todos os índices nos últimos cinco anos e a diferença é gritante.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O IGPM é o pior.

**O SR. SAMUEL HANAN** – O IGPM é o mais alto. O INCC, o IGP, o IPA.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – A dívida do Rio de Janeiro foi pelo IGPDJ agora.

**O SR. SAMUEL HANAN** – É mais baixo.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Disponibilidade interna, que nós assinamos.

**O SR. SAMUEL HANAN** – É bem mais baixo. O índice mais alto, nos últimos cinco anos, foi o IGPM. Há uma agravante, Senador, a correção IGPM mais 6 ou mais 7 fica tão esdrúxula que a taxa básica do Banco Central, de 19%, é muito menor do que estamos pagando. Ou seja, os Estados estão pagando mais do que a taxa básica. Deveria, pelo menos, haver algum parâmetro, algum teto, algum gatilho, alguma coisa.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – O teto talvez. É só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não havendo mais quem queira indagar, reiteramos que vamos fazer adiar esta reunião com todos os Governadores, para transmitir aos Srs. Senadores o pedido de

desculpa dos demais Governadores que pediram essa protelação, esse adiamento.

Agradecemos os dois representantes: Samuel Hanan\*, vice-Governador do Amazonas, e Dr.<sup>a</sup> Teresa Luíza Rosa, Secretária Executiva da Fazenda do Pará.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concede a palavra pela ordem ao Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Como já estamos no final do ano e a maioria dos Estados ainda encontram-se no fechamento das suas contas, alguns inclusive com atraso ainda de pagamento de funcionários; outros até sem a previsão de pagamento do décimo terceiro. Portanto, solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, com a aprovação dos demais colegas Senadores, que votemos ainda hoje o Projeto de Resolução nº 117/99, que concede autorização aos Estados e ao Distrito Federal para contratar operação de crédito junto ao Governo Federal, referente à antecipação de recursos das transferências de que trata a Lei Complementar nº 87/96 a Lei Kandir.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eminente Senador Luiz Otávio, consultamos a maioria esmagadora da Comissão. Apenas um Senador se manifestou contrário à votação hoje, o Senador Carlos Bezerra. Evidentemente, temos de nos curvar à maioria. Fomos até mesmo autorizados pela Oposição, que pensa que realmente a urgência do projeto é enorme. Um dos membros do Bloco inclusive se propôs a fazer o relato dele aqui no plenário.

Peço ao Senador Jefferson Péres que, por gentileza, leia o parecer deste projeto.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou diretamente ao voto, deixando o relatório de lado, que foi distribuído.

A Lei Complementar nº 87 a Lei Kandir, ao isentar da incidência do ICMS as operações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e semi-elaborados e sobre prestações de serviços, estabeleceu também que, a título de ressarcimento, a União entregará mensalmente aos Estados e seus Municípios recursos com base no produto de arrecadação desse imposto nos moldes do que determina o anexo da referida Lei Complementar.

Mencione-se ainda que, como disposto no § 3º do art. 31 desta Lei, a entrega dos recursos a cada unidade federada será satisfeita prioritariamente para efeito de pagamento ou compensação da dívida, inclusive da sua administração indireta junto ao Tesou-

ro Nacional e aos demais entes da Administração Federal. Com relação a essa entrega de recursos, o art. 3º da MP nº 1.913 autorizou a União a celebrar operações de crédito com os Estados e o Distrito Federal até o limite global de R\$800 milhões. Observe-se que, também aqui, foi estipulado no § 2º que tais créditos serão utilizados exclusivamente na liquidação de obrigações financeiras com a União.

Diante dessa autorização, o presente projeto de resolução pretende viabilizar a efetivação dessas operações, mediante concessão do Senado Federal, para permitir a dispensa de cumprimento de certas exigências constantes da Resolução nº 78. Estas referem-se ao cômputo dessas operações nos limites estabelecidos na referida Resolução e ao disposto no art. 41.

Embora caiba ao Senado dar a última palavra sobre as operações de crédito dos entes federados, entendemos que há dois importantes aspectos a serem considerados em favor da excepcionalização. Em primeiro lugar, o fato de que se trata de transferências compensatórias devidas aos Estados decorrentes de perdas incorridas com a implantação da Lei Kandir, a exemplo do que ocorreu com as compensações do Fundef. Em segundo lugar, o efeito positivo gerado na situação fiscal da Federação, uma vez que tais créditos serão utilizados para o abatimento de obrigações com a União.

A exemplo da Resolução nº 93 do Senado, que concedeu autorização para operações de crédito destinadas a compensar as perdas decorrentes do Fundef, é necessário explicitar que a dispensa de cumprimento dos limites está restrita ao previsto no art. 6º e seus incisos, pois seria inconstitucional a dispensa do prescrito no art. 5º da Resolução. Além disso, para viabilizar tais operações, seria também necessária a dispensa do que dispõem os arts. 7º e 18 da Resolução nº 78, que estabelece a necessidade de apresentação de resultado primário positivo pelo Estado e vedação da contratação de operações de crédito nos 80 dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Executivo.

Ainda nos moldes do que estabelece a Resolução 93, seria mais adequado que, posteriormente, fosse aprovada nova resolução para introduzir a excepcionalidade na própria 78.

Sendo assim, somos favoráveis à aprovação do Projeto nº 117 mediante a introdução da seguinte emenda que aperfeiçoa redação do parágrafo único, do art. 1º.

Emenda nº 1



Dê-se ao parágrafo único do art. 1º a seguinte redação:

Parágrafo único. Às operações referidas neste artigo não se aplicam no exercício financeiro em que forem celebrados os respectivos contratos os seguintes dispositivos da Resolução nº 78.

1. Art. 6º, incisos. I, II e III;

2. Art. 7º, apenas quanto ao não encaminhamento pelo Banco Central do pedido de autorização para contratação de operação de crédito, inc. XIII, art. 18.

É o parecer do eminente Senador Francelino Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vou por em discussão, lembrando aos Srs. Senadores que este é um consenso na Comissão. Temos **quorum** no livro, não na presença, mas houve um acordo com o Bloco de Oposição e a permissão dos demais Senadores. Isso não é uma coisa usual na Comissão, votar sem o **quorum**, mas gosto da maior transparência, e, por se tratar de um assunto que é de interesse de todos os Estados, estamos tendo a ousadia de fazê-lo porque é **ad referendum** do Plenário, mas houve autorização dos membros desta Comissão para fazê-lo.

Senador Gilberto Mestrinho com a palavra.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** – Sr. Presidente, o Senador Francelino Pereira justificou de maneira muito clara a importância do Projeto de Resolução e da pertinência sua, no que diz respeito a atendimento aos Estados, geralmente vítimas de uma política, como falou o Vice-Governador do Amazonas, quase sempre contrária aos interesses estaduais. Nesse caso, há uma correção e uma compensação, e, com isso, somos favoráveis à aprovação porque é uma forma de dar aos Estados possibilidade de acesso ao crédito e corrigir essa distorção que há em relação às unidades federativas.

Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não havendo nenhum Senador que se oponha, nós vamos considerar a aprovação e vamos encaminhar com urgência para o Plenário, de forma que os Estados possam receber essa compensação que é de direito.

Está encerrada a sessão, mais uma vez agradecendo aos dois representantes do Pará e do Amazonas. Muito obrigado.

*(Levanta-se a reunião às 11h15min.)*

**Ata da 55ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, realizada em 9 de dezembro de 1999, às 10 horas.**

Às dez horas do dia nove de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Romeu Tuma, Bernardo Cabral, Jorge Bornhausen, Jefferson Péres, Agnelo Alves, Bello Parga, Sérgio Machado, Pedro Piva, José Alencar, Jonas Pinheiro, Paulo Souto, Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara, José Eduardo Dutra, Eduardo Siqueira Campos, Lúdio Coelho, Gilberto Mestrinho, Luiz Estevão, Wellington Roberto, Roberto Saturnino, Amir Lando, Luiz Otávio, Antônio Carlos Valadares, Freitas Neto, Edison Lobão e Romero Jucá. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Maguito Vilela, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Francelino Pereira, José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros e Lauro Campos. **TURNOS SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PLS Nº 491, DE 1999, TERMINATIVO**, que “altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências”. Autoria: Senador Pedro Piva. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Favorável nos termos da Emenda nº 01 – CAE (SUBSTITUTIVO). Resultado: Não foram apresentadas emendas no transcurso da discussão suplementar, o substitutivo foi considerado definitivamente adotado. Audiência Pública com a presença dos Senhores: Nelson Wedekin, Ex-Secretário de Fazenda de Santa Catarina, Antonio Carlos Vieira, Secretário De Fazenda de Santa Catarina, Ronaldo Benedet, Deputado Estadual, Relator da CPI do Besc na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e Carlos Eduardo de Freitas, Diretor do Banco Central do Brasil, destinada a instruir o Ofº nº 63, De 1999, Não Terminativo, que “Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca da operação de crédito baseada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, firmado em 30-9-99, entre a União e o Estado de Santa Catarina, com a interveniência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC, Caixa Econômica Federal – CEF e o Banco Central do Brasil – BACEN, no valor de até R\$ 2.129.708.000,00 (dois bilhões, cento e vinte e nove milhões, setecentos e oito mil reais), destinados ao saneamento e posterior privatização do BESC”. Relator: Senador Pedro Piva. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator com voto vencido do Senador Agnelo Alves. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, a

presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Ney Suassuna**

Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna?) – Há número regimental.

Declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, em cuja pauta constam três processos e uma audiência pública.

Vamos iniciar a reunião apreciando um parecer importante para o Brasil, uma vez que o Ministério da Educação busca, por meio da Mensagem nº 236, de 1999, recursos para dotar os hospitais universitários de equipamentos, de forma a que esses hospitais universitários que têm excepcionalmente excelentes quadros possam ter também os equipamentos necessários.

O Relator é o nobre Senador José Alencar, de Minas Gerais, que se tem destacado nesta Comissão e no Senado.

S. Exª tem a palavra para proferir o parecer.

**O SR. JOSÉ ALENCAR** – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, enviou a esta Casa a Mensagem nº 236, de 1999, e a Mensagem nº 1.804, de 2-12-99, na origem, que propõe ao Senado Federal seja autorizado a contratação de operação de crédito externo no valor de 8.280.543,60 libras esterlinas entre a República Federativa do Brasil e o HSBC Investment Bank, destinada ao financiamento de 85% dos equipamentos dos laboratórios de pesquisa e material multidisciplinar de laboratório a serem fornecidos pela Philips Harris International, no âmbito do programa de modernização e consolidação da infra-estrutura acadêmica das instituições federais de ensino superior e hospitais universitários.

A operação de crédito em questão apresenta as seguintes características financeiras: o devedor é a República Federativa do Brasil – Ministério da Fazenda –; o credor é o HSBC, que é o Banco Hong Kong Shanghai, da Inglaterra. O Executor é o Ministério da Educação. O valor, como já foi dito, é 8.280.543,60 de libras esterlinas. Os juros são de uma taxa fixa igual, 5,59% ao ano, incidente sobre o saldo devedor, a partir da data de cada desembolso. O pagamento será feito de dezessete parcelas semestrais, portanto oito anos e meio, consecutivas, em

30/05 e 30/11, de cada ano, vencendo-se a primeira prestação em 30/05 de 2.000, e semestralmente os juros também em 30/05 e 30/11 de cada ano, sendo a primeira em 30/05 de 2.000.

Trata-se realmente de uma operação que tem destinação social de grande relevo. O meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer do nobre Senador José de Alencar é favorável. (Pausa.)

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Exª tem a palavra.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que submeta ao Plenário a aprovação do pedido de urgência para essa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão o pedido de urgência sobre a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vou encerrar a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

O item seguinte da pauta trata da alteração da Resolução do Senado nº 58, que autorizou a República Federativa do Brasil a contratar a operação de crédito externo no valor equivalente a até 44 milhões de dólares norte-americanos junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Esta é apenas uma correção do texto que saiu equivocado e a autoria do processo é do nobre Senador Jonas Pinheiro e o Relator é o nobre Senador Pedro Piva que tem a palavra.

**O SR. PEDRO PIVA** – Há um erro de juros que ia vencer depois e vencerá no tempo devido. Não há nada de extraordinário e sou pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Relator opina pela aprovação com parecer favorável, uma vez que é apenas uma simples alteração para correção de texto.

Em discussão. (Pausa.)



Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 3.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, requeiro urgência para esse item.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão o pedido do Senador Jorge Bornhausen.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

**Item 2:** Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Não é o fundo de telecomunicações e sim o serviço de universalização, apenas uma tarifa.

Peço ao Senador Jorge Bornhausen que seja o Relator, uma vez que o Senador Lúcio Alcântara não está presente. É de autoria do Deputado José Pimentel.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, peço que designe outro Relator porque vou pedir vista do processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pediria ao Senador Francelino Pereira que, por gentileza, fizesse a leitura do voto uma vez que está declarado o pedido de vista.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não é necessário proceder-se à leitura do pedido do parecer, tendo em vista que há um pedido de vista. Apenas vou ler a conclusão:

“Tendo em vista as considerações acima apresentadas e por tratar-se de projeto de suma importância para levar certas comunicações a populações menos assistidas, visto que institui instrumento indispensável à implementação de ações que objetivem universalizar o acesso aos serviços de telecomunicações, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, e apelamos aos nobres Senadores que apoia em o nosso voto.”

Sr. Presidente, ontem fui procurado e não encontrado para que fosse o Relator do projeto. A preocupação do Ministério das Comunicações é a de que se trata de um problema da anualidade que é um prin-

cípio constitucional. Daí a urgência com que a matéria foi enviada ao Congresso Nacional e está sendo relatada pelo Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer é favorável e o assunto é de urgência do Governo, no entanto, é um direito do Senador Jorge Bornhausen pedir vista.

Se o Governo tem urgência sobre esse assunto, coloque na pauta de convocação. Não temos o direito de cercear nenhuma ação que possa lesar o direito de Senadores. Por isto, o parecer é favorável e S. Ex<sup>a</sup> pede vista.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Gostaria somente de esclarecer que o projeto sofreu alterações na Câmara dos Deputados com inclusão de itens que vêm diretamente afetar a conta dos usuários de telefone no País em meio por cento. Razão pela qual pedi vista para podermos examinar com cuidado, uma vez que o aumento em vez de recair sobre as empresas, será automaticamente transferido aos usuários. Pretendo examinar e trazer na próxima reunião com sugestões de emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há um pedido de vista coletiva, uma vez que mais de um Senador requereu.

Está concedido por cinco dias que, aliás, não serão cinco dias. Provavelmente esta deve ser uma das últimas reuniões da nossa Comissão, que, insisto em dizer, quebrou todos os recordes este ano. Com certeza, o Governo, por intermédio de suas lideranças, vai pedir sua inclusão na pauta de convocação.

Antes de iniciarmos nossa audiência pública, submeto ao Plenário uma última comunicação. Trata-se do PLS nº 491, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

A Secretaria informa que há um turno suplementar de discussão e, como não foram apresentadas emendas, nós colocaríamos em votação.

Discussão suplementar do PLS nº 491, de 1999, que altera a redação do art. 9º da Lei nº 9.615. Como não foram apresentadas emendas e o parecer é favorável, ele já é considerado adotado, não havendo necessidade que se coloque em votação. Está aprovado.

Vamos, então, dar partida à audiência pública, com a presença dos Srs. Nelson Wedekin, ex-companheiro nosso, Senador da República, com quem tive o prazer de privar da sua companhia; ex-Secretário de Fazenda de Santa Catarina, Antônio Carlos Vieira, Secretário da Fazenda de Santa Catari-

na atualmente Ronaldo Benet, Deputado Estadual, Relator da CPI do BESC, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina; e Carlos Eduardo de Freitas, Diretor do Banco Central do Brasil, destinada a instruir o Projeto nº 63/99.

Eu pediria às pessoas nominadas que, por gentileza, ocupassem lugares aqui na Mesa.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, na reunião de terça-feira, o Senador Casildo Maldaner entrou com um requerimento, solicitando a sustação do Projeto que ora se examina.

Na ocasião, tive oportunidade de demonstrar que o atraso que viesse a ocorrer no exame da matéria teria graves conseqüências em relação ao Tesouro de Santa Catarina, que aumentaria suas despesas. A não apreciação poderia levar à liquidação, que encerraria todas as agências, inclusive as pioneiras, e ainda à perda total dos empregos dos funcionários do Banco.

Na ocasião, o Senador José Eduardo Dutra propôs que as pessoas nominadas, já nessa oportunidade, fossem ouvidas. A Presidência fez os convites; estamos aqui para ouvi-los. Volto a alertar para a necessidade de levarmos a cabo a votação deste Projeto, sob pena de graves responsabilidades.

Como estamos já no final da sessão legislativa, também dentro do acordo estabelecido com a Liderança do PT e o Senador Casildo Maldaner, foi ajustado que não haveria pedido de vista, razão pela qual foi feita, em acordo, esta reunião.

Então, pela ordem, estou esclarecendo esses fatos e pedindo ao Presidente que, na forma do Regimento, estabeleça tempo para que possamos cumprir a nossa missão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – As pessoas convocadas terão inicialmente 10 minutos para falar e, em seguida, abriremos o debate.

Concedo a palavra ao nobre Senador por Santa Catarina, Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, quero apenas ratificar, talvez em parte, o que afirmou aqui o nobre Senador Jorge Bornhausen.

Na verdade, não poderíamos, de certo modo, ser responsáveis pelo fato de a matéria enviada pelo Banco Central somente agora ter dado entrada no Senado Federal. Não temos culpa se, às vésperas de entrarmos em recesso, a matéria aqui chega. Mesmo

que possa ferir alguma suscetibilidade ou requeira uma preocupação maior, esse fato não pode impedir que analisemos com critérios a matéria de Santa Catarina, a qual consideramos de grande importância.

Quando da proposta, elaborei um requerimento a fim de que sobrestássemos a tramitação da matéria, enquanto a Comissão Parlamentar de Inquérito que existe em Santa Catarina com essa finalidade não conclui seus trabalhos. Mas não há como sustar os trabalhos de uma Comissão por estar uma CPI realizando seu trabalho no Estado. Recebi um apelo do Senador José Eduardo Dutra para que, se possível, alguns nomes fossem apresentados a fim de que pudessem aqui comparecer e prestar esclarecimentos em relação à matéria.

Concordamos, então – até porque não havia **quorum** para deliberar sobre o meu requerimento –, em não paralisar os trabalhos e em ouvir as pessoas que aqui se encontram. O eminente Senador Jorge Bornhausen alega que há um acordo, mas não sei se poderíamos proibir os Srs. Senadores de pedirem vista. Não sei em que dispositivo legal podemos nos amparar. Sei que não havia **quorum** naquele dia. Concordamos com a proposta do Senador José Eduardo Dutra de ouvirmos as autoridades. Se algum membro da Comissão pedir vista, baseado em dispositivo legal, não sei se a Comissão poderá proibi-lo de assim agir.

Em todo caso, Sr. Presidente, estamos analisando a matéria. Para concluir, a oitiva das autoridades será importante para nós Senadores, sem prejuízo de levarmos a discussão adiante, pois esta reunião tem a finalidade de instruir o processo, de esclarecer os Srs. Senadores com mais calma. A Comissão Parlamentar de Inquérito, o Estado de Santa Catarina e a sociedade já vêm analisando há algum tempo a questão. Assim, hoje é o início de um debate que nos interessa profundamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Lembro ao Senador Casildo Maldaner que sou um fiel cumpridor do Estatuto da Casa e que me sinto um pouco responsável por tê-lo quebrado. Pois não sendo o nobre Senador membro da Comissão, deveria ser sempre o último a ser ouvido. Fiz, pelo interesse de Santa Catarina e pelo interesse de V. Ex<sup>a</sup>, com que fosse ouvido imediatamente. Mas peço desculpas aos companheiros porque alterei um pouco o Regimento. Fico um pouco constrangido. Mas gostaria de informar que o fiz porque o assunto é de importância para Santa Catarina. Peço desculpas mais uma vez aos companheiros.



**O SR. CASILDO MALDANER** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. De acordo com o Regimento Interno, quem é membro da Mesa está vedado de participar das Comissões Permanentes. Neste caso, como membro da Mesa, estou impedido. Como se trata de um caso que interessa a Santa Catarina, V. Ex<sup>a</sup> não fez com que eu ficasse no final da fila para inquirir – no bom sentido – as autoridades que julgar interessantes. Fico muito grato a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Seguiremos aqui o Regimento da Comissão, segundo o qual Senadores que não pertencem à Comissão têm voz, não têm voto, mas são os últimos a falar. Pedi desculpas por ter concedido a palavra a V. Ex<sup>a</sup> em segundo lugar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, solicito a Mesa que peça a cooperação de todos, porque deve – a Presidência já concordou – colocar extrapauta o pedido de votação de empréstimo do Governo do Estado do Ceará com o Banco Mundial. Portanto, eu pediria, como temos convidados aqui, que mantivéssemos o número para examinarmos esse projeto.

Era isso o que queria dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Se houver **quorum** na ocasião, nós o faremos, porque esse processo ainda não chegou concluído a esta Comissão. São os dois últimos que faltam de toda a República – Rio Grande do Norte e Ceará. Ficaríamos muito orgulhosos se conseguíssemos fechar o ano sem nenhum processo na pauta.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Dentro de 30 minutos, V. Ex<sup>a</sup> estará recebendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – E teremos apenas esses dois, se chegarem e se houver **quorum**.

**O SR.** – O meu apelo é justamente para que haja o **quorum**, porque precisamos realmente, se a Comissão entender de aprovar, contratar isso, ainda este ano, com o Banco Mundial.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, ontem, conversei com V. Ex<sup>a</sup> a respeito da presença entre nós da Deputada Ideli Salvati, do Deputado

Estadual da Assembléia Legislativa de Santa Catarina do Partido dos Trabalhadores, que também participou da CPI da qual o Deputado Ronaldo Benedetti aqui está como Relator.

Eu havia dito a V. Ex<sup>a</sup> que estava até querendo adicionar o nome dela para também prestar depoimento. Mas, estando aqui o Relator e tantos já que irão expor sobre o assunto, gostaria apenas de assinalar que está presente aqui a Deputada Ideli Salvati, até disposta a prestar quaisquer esclarecimentos, mas obviamente estando presente o Relator, ele o fará da maneira mais completa possível. Apenas queria que V. Ex<sup>a</sup>, já que as cadeiras aqui atrás estão lotadas, pedisse a ela que se sentasse aqui ao meu lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência, nobre Senador Eduardo Suplicy, saúda a nobre Deputada Salvati, e V. Ex<sup>a</sup> tem a permissão para que ela esteja ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, formando, assim, um bloco mais coeso do nosso PT.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Está aqui com toda a energia positiva, Sr. Presidente, em favor de Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Creio que deveriam ficar todos unidos.

Srs. Senadores, tirando a informalidade, as nossas regras vão ser as seguintes: vamos chamar pela ordem com que foi pedida a colocação – a ordem será essa –, e vamos também dar dez minutos iniciais para cada um.

Iniciando, portanto, a nossa audiência pública, vamos pedir ao nobre Senador Nelson Wedeckin, ex-Secretário de Fazenda de Santa Catarina, que inicie os nossos debates.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos.

**O SR. NELSON WEDECKIN** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, creio que fui convidado a comparecer a esta audiência na condição de ex-Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, no período em que se formulou o primeiro contrato de adesão do Estado de Santa Catarina ou do BESC – da Instituição financeira catarinense BESC – ao Proes, contrato esse que foi assinado no dia 31 de março e, portanto, creio que tenha algumas informações, por essa experiência vivida, que podem ser úteis à avaliação, à análise e apreciação desta Casa.

Quero dizer que quando assumi a Secretaria da Fazenda em Santa Catarina – isso se deu no mês de julho de 1997 –, também, por decorrência, assumi a Presidência do Conselho de Administração do Banco

do Estado de Santa Catarina e de todo o conglomerado BESC. É uma condição esta: todo Secretário da Fazenda é também, ao mesmo tempo, Presidente do Conselho de Administração do conglomerado estatal, bancário e financeiro catarinense.

Claro que, em sendo um assunto de tão grande importância e sendo esse um cargo de tão grande relevância, procurei, desde logo, informar-me em que situação estava o Banco catarinense. Em sucessivas reuniões com a Diretoria do BESC, procurei me informar, e todos os informes e os números também que eu detinha me davam conta de que o BESC vivia uma situação bastante confortável, bastante cômoda. Diziam os Diretores do BESC, da época – são pessoas que conheço de longo tempo, merecem, portanto, a maior confiança –, que o BESC era um dos melhores bancos catarinenses. Na ocasião, lembro com bastante clareza que eu pensava: Bom, naturalmente, é mais do que adequado, mais do que natural que os Diretores do BESC dissessem que a situação do Banco, àquela época – estamos, portanto, em julho, agosto de 1997 –, era uma situação boa, sólida, confortável. Logo em seguida, começamos a tratar da possibilidade de o BESC também ser beneficiário do programa do Proes, que todos os Srs. Senadores conhecem. Era um programa de ajuste e estruturação dos bancos, das instituições financeiras estaduais. Muitos Estados vieram até Brasília, até o Banco Central, junto às autoridades econômicas da República exatamente, para requerer, para perseguir esse objetivo: conseguir recursos do Proes, para ajustar e reestruturar os bancos estaduais, tal qual havia sido feito com os bancos particulares em outro programa, que era o Proer. E comecei a ter várias reuniões. Já havia tido reuniões antes com diretores e técnicos do Banco Central, já na condição anterior de Diretor e de Presidente do BRDE e, em pelo menos seis, entre cinco e seis ocasiões, procurei vasculhar bem a minha memória e posso lhes afirmar que, em cinco ou seis vezes, esses diretores, esses técnicos, autoridades da República, como o Ministro Pedro Parente, como o então Secretário do Tesouro, Eduardo Guimarães, fizeram elogios que me deixaram ainda mais tranquilo e dando razão, então, aos Diretores do Banco. Porque eles diziam: “Vocês, de Santa Catarina, não precisam se preocupar com o seu banco estadual, porque seu banco estadual é um dos bancos mais sólidos, um dos que ostentam a melhor condição entre os bancos estaduais”.

Quero reiterar, para que fique bem claro, que, em cinco ou seis vezes, técnicos, diretores do Banco

Central, como Paulo Zaghen, autoridades como Pedro Parente e Eduardo Guimarães, diziam, com toda a clareza, que a situação do BESC era uma situação boa, confortável, o que, de algum modo, me des preocupou quase que por completo do BESC, até porque havia outras demandas muito mais complicadas na Secretaria da Fazenda.

Logo em seguida, começamos a vir – e foi ao longo desses contatos que ouvi essa referência –, para buscar aqueles recursos. Eu tinha um argumento com os técnicos e diretores do BESC: Se o banco está tão bem, por que temos de buscar esses recursos do Proes?

Eles também tinham, na ponta da língua, uma resposta adequada, diziam que esses recursos eram baratos, que poderiam ser pagos em 30 anos, com juros extremamente favoráveis e a prestação incluída nos 13% que Santa Catarina tem de despende, todo mês, da receita para pagar a totalidade da sua dívida, ou seja, praticamente não teríamos custo.

Quando eu dizia que tínhamos uma contrapartida do valor que foi mais ou menos acordado com o Banco Central de R\$212 milhões e que não tínhamos, já à época, recursos sequer para pagar a folha, respondiam-me os diretores e técnicos do BESC que existiriam várias formas e métodos em que não precisaríamos usar recurso do Tesouro para complementar aquela que era a parte de Santa Catarina de contrapartida no programa do Proes, uma vez que tínhamos como preliminar que o BESC não seria privatizado, pelo menos no Governo de então. Havia não só a falta de vontade política, a intenção do Governo de então não era privatizar e nem sequer condições políticas existiam, à época, para essa privatização.

Ou seja, optamos por esta solução. A solução foi de que o BESC permaneceria público e estatal, com este aporte de recurso do Proes a ser lançado nos 13% de receita de Santa Catarina, que é o que Santa Catarina, até hoje, continua pagando como parte do pagamento de sua dívida.

Assim foi entendido, o Banco Central fez a auditoria necessária para se chegar ao valor do ajuste da reestruturação, que era de R\$212 milhões, e tudo correu bem. Assinamos o contrato no dia 31 de março de 1998, o Senado aprovou esse contrato de ajuste de reestruturação de R\$212 milhões, acho que em novembro ou dezembro do ano passado, e tudo estava bem – pelo menos para mim estava bem. Até que no mês.... pelo menos para mim estava bem, porque no mês de março começou a haver uma conversa bastante estranha de que o ajuste do BESC demandava não R\$212 milhões, mas R\$800 milhões. Em



um primeiro momento, pensei tratar-se de uma manobra política, um jogo de propaganda, uma vez que o Governo que tinha recém assumido, como acontece com muita frequência, sempre procurava justificar suas dificuldades com a herança recebida pelo governo anterior. A verdade é que esse valor de R\$800 milhões passou a não ser uma peça de propaganda, mas um valor real e verdadeiro. O que me levou – escrevia à época para um jornal – a escrever, no dia 14 de junho o seguinte: o balanço de menos de um ano atrás, 30 de junho de 1998, em que o BESC apresentou um lucro de R\$13 milhões foi devidamente homologado pelo Banco Central. O mesmo Banco Central que, recentemente, havia auditado o BESC concluindo que R\$220 milhões era um valor suficiente para o ajuste e reestruturação do banco, agora falava no valor de R\$800 milhões, ou seja, R\$200 milhões, em menos de um ano, passaram a R\$800 milhões. Mais do que isso – só tenho dez minutos, o que é uma pena – alguns meses depois esses R\$800 milhões, que já era um valor que considerava absurdo – diziam-me que o problema era do passivo técnico do Fundo de Pensão do BESC, Fusesc, e também da carteira do Fundo de Compensação de Variações Salariais, assuntos que nunca tinham sido mencionados nas seis, oito ou dez vezes em que estive com autoridades da República, técnicos e dirigentes do Banco Central. Nunca me falarem de Fusesc e nem no Fundo de Compensação de Variações Salariais, que encerrou em 1989. Ano passado, em 1998, ninguém jamais falou a respeito do Fundo. Falo do Banco Central e das autoridades da República. De repente, esses valores, como em um passe de mágica, passaram a fazer parte do passivo e do chamado buraco do BESC. Para mim, houve maior surpresa quando o valor passou de R\$200 milhões para R\$800 milhões. O valor transformou-se em um valor de R\$2,12 bilhões. De novo, foi feito outro passe de mágica. Esse valor vai acumular dramaticamente a dívida de Santa Catarina, que hoje é da ordem de R\$4,5 bilhões para que Santa Catarina fique sem o seu banco e pagando R\$2,1 bilhões.

Para encerrar, gostaria de dizer que a questão que os Srs. Senadores vão ter de avaliar é como essas coisas acontecem. Quem vai pagar esses R\$2 bilhões é o povo de Santa Catarina. Eu, meus filhos, meus netos, quicá meus bisnetos, os do Senador Jorge Bornhausen, Casildo Maldaner e de todos os catarinenses que aqui estão. Quero lembrar que o Governo Federal, o Banco Central, o Tesouro, vão disponibilizar imediatamente, ou em um curto prazo, o valor de R\$2 bilhões. Quem está fazendo o empréstimo a Santa Catarina é a República. Quem irá pagar, ao

longo do tempo, será Santa Catarina. Essa foi a solução mais desastrosa e catastrófica perto de uma solução que ia custar bem pouco ao Estado. Com toda a certeza, se não tivessem mexido no BESC teria ocorrido a mesma coisa que com o Banrisul, cujo Proer era de R\$1,9 bilhões. O Governador Olívio Dutra não mexeu no Banrisul, não pegou dinheiro. O Banrisul está íntegro, sem qualquer tipo de problema.

Sr. Presidente, colo-me à disposição para qualquer outra interpelação. O falecido Senador Vilson Kleinübing, que não era meu correligionário, fez muitos discursos nesta Comissão, na CPI dos Precatórios, contra o endividamento exagerado de Santa Catarina. Tenho a mais profunda convicção de que, neste momento, no lugar onde estiver, S. Ex<sup>a</sup> deve estar revirando-se no túmulo por esse episódio, que considero um dos mais vergonhosos da história de meu Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Muito obrigado Dr. Nelson Wedekind, Ex-secretário de Finanças do Estado de Santa Catarina.

Vamos ouvir agora, por dez minutos, o Dr. Antônio Carlos Vieira, atual Secretário de Fazenda de Santa Catarina.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS VIEIRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muito bom-dia.

Santa Catarina, o atual Governo, que assumiu no dia 1º de janeiro de 1999, assumiu também a circunstância do contrato de saneamento de 31 de março — que esta Casa aprovou, se não me falha a memória, pela Resolução nº 95/98 — sem qualquer solução.

Isto é, um contrato de saneamento, assinado em 31 de março, em decorrência de levantamento de necessidades financeiras — situação que o Banco do Estado, ou o sistema financeiro, estava passando —, levantado em outubro de 1997, transformou-se nesses contratos de saneamento, em que o Estado de Santa Catarina entraria com 50%, e o Governo Federal financiaria os outros 50% em um total de R\$218.581.000,00. E nada foi feito até o dia 1º de janeiro de 1999.

Vejam V. Ex<sup>as</sup>: receitou-se para um doente um remédio em março de 1998, por recomendação médica de outubro de 1997, e, em janeiro de 1999, não havia sido dado nenhum remédio para este paciente. Preocupados, fomos ao Banco Central para conhecer a situação do Banco do Estado no sistema financeiro. Chegando lá, recebemos a informação da Diretoria do Banco Central de que a situação do sistema financeiro havia-se agravado, que aquele contrato de saneamento não seria mais exequível, que teríamos de aguardar uma auditoria com base no balanço de 31 de dezembro de 1998 — ainda não publicado, porque

o Banco Central primeiramente recebe este balanço, para depois autorizar a publicação. E o Banco Central ficou de proceder a esta auditoria.

Após esta auditoria, o Banco Central nos deu, em 19 de março de 1999, uma posição que não era mais de R\$218 milhões. Em 19 de março, a atual diretoria foi chamada a tomar conhecimento da posição do Banco Central, que apontava aumentos significativos nas necessidades financeiras do conglomerado BESC.

Troca de informações. Os técnicos do Banco do Estado prepararam informações para o Banco Central. Chegou-se, no final, a uma correspondência do Sr. Presidente do Banco Central, o Sr. Armínio Fraga, em 29 de julho de 1999. Primeiro, S. S<sup>a</sup> dizia que aquele contrato de março de 1998 não era mais exequível e que não havia mais o que fazer para sanear a saúde daquele doente; determinava imediatas providências do Governo do Estado no sentido de viabilizar, em tempo hábil, o enquadramento do Estado nos termos da Medida Provisória nº 1.900/39 — hoje, 1.900/43 —, a única hipótese plausível para se evitar a liquidação extrajudicial das instituições componentes do conglomerado BESC.

Esta é a correspondência que o Governo do Estado de Santa Catarina recebeu, encaminhada no dia 29 de junho de 1999 pelo Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga Neto.

A partir deste documento, o Governo do Estado de Santa Catarina tomou imediatas providências no sentido de encaminhar, ao mesmo tempo em que permitia a agilização das condições necessárias para atendimento a esta imposição, um projeto de emenda constitucional à nossa Assembléia, haja vista que a Constituição de Santa Catarina estabelecia um dispositivo segundo o qual o Estado devia ser o controlador do sistema financeiro e não poderia desfazer-se, sem que se alterasse a Constituição Estadual.

Encaminhou-se esse projeto, e a Assembléia Legislativa o aprovou, excluindo o parágrafo que estabelecia essa obrigação de que o Estado fosse detentor do controle acionário.

Posteriormente a isso, encaminhamos um projeto de lei à Assembléia Legislativa no sentido de que aquela Casa nos permitisse ou não a federalização do Banco, nos termos da Medida Provisória nº 1.900. Foi aprovado pela Assembléia Legislativa e convertido em lei. Dois parágrafos colocados pela Assembléia Legislativa, um que mantinha o emprego do servidor, do empregado do sistema, e outro que mantinha as agências pioneiras, foram vetados pelo Sr. Governador do Estado; posteriormente, analisado pela Assembléia Legislativa, o veto foi mantido.

Hoje, temos um contrato, que os senhores estão analisando, assinado no dia 30 de setembro de 1999, exatamente no último dia do prazo previsto pela Medida Provisória nº 1.900. Para tanto, tivemos penosas reuniões com o Banco Central nos dias 29 e 30 de setembro para definir os valores.

Esses valores que os senhores têm, tão contestados, são até aquele limite, mesmo porque, segundo as normas técnicas, se, com a federalização, as necessidades forem maiores, não há condições de aditar 2,129 bilhões. Mas, se eles forem menores, o Tesouro Nacional, obviamente, não liberará recursos superiores às reais necessidades.

Em Santa Catarina, Srs. Senadores, o que mais se comenta, e se comentava, é que esses recursos iriam fortalecer o caixa do Tesouro do Estado.

Os senhores poderão se aperceber dos cuidados que se teve, no próprio contrato, de evitar que essa situação possa vir a ocorrer. Portanto, todos os recursos adentrarão, por meio da monetização ou por meio da capitalização do sistema financeiro, sem que esse recurso fique no caixa do Tesouro do Estado.

Mesmo aqueles ativos que vierem a ser adquiridos pelo Tesouro do Estado, por força desse contrato, se comercializados, os recursos serão para abater a dívida do Estado para com a União. Não há a mínima condição de que os recursos advindos da federalização do Besc fiquem ou permaneçam, parcial ou totalmente, no caixa do Tesouro. Isso está no contrato.

São esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) — Agradecendo ao Dr. Antônio Carlos Vieira, atual Secretário de Fazenda de Santa Catarina, pelo depoimento, vamos passar a palavra ao Sr. Ronaldo Benediti, Deputado Estadual, Relator da CPI do Besc na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. RONALDO BENEDETI** — Muito obrigado, Sr. Presidente. Saúdo V. Ex<sup>a</sup>, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, os Senadores de Santa Catarina, Casildo Maldaner e Jorge Bornhausen, os demais membros da Mesa e demais Senadores. Na condição de Deputado Estadual, defensor dos interesses do povo de Santa Catarina, não poderia me privar de estar aqui, nesta importante Comissão do Senado Federal, que tem a responsabilidade de garantir o dinheiro do povo brasileiro. Saber, e aí começamos a entender, porque somos Deputados de primeira legislatura de onde vem



a dívida interna tão grande do nosso País. Infelizmente, a nossa economia e a nossa moeda são comandadas pelo Banco Central, que analisa e fiscaliza os bancos do Brasil.

Vejam os senhores que, em 1987, o Banco Central fez intervenção no Besc, onde havia uma série de problemas. A partir dessa época, e não vamos entrar em detalhes, houve um inquérito, que tenho aqui, se V. Ex<sup>a</sup> tiver interesse em averiguar o que aconteceu, o banco passou a trabalhar para diminuir seus custos. Tanto o falecido ex-Deputado Federal e ex-Governador Pedro Ivo, quanto o ex-Governador e atual Senador Casildo Maldaner, quanto o falecido ex-Governador Vilson Kleinübing e o ex-Governador Paulo Afonso, todos procuraram diminuir os custos do banco.

A partir de 1994, com o advento do Plano Real, os bancos passaram a ter uma situação diferente. Tiveram de operar de forma diferente e sua lucratividade diminuiu. Conseqüentemente, o mesmo aconteceu com um banco estatal como o Besc. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe mais que eu, todos os bancos sofreram uma série de processos de saneamento e o Besc recebeu a visita do Banco Central. Numa das suas auditorias, em 1997, fez um levantamento que culminou com o contrato de março de 1998, que apontava, como disse aqui o atual Secretário da Fazenda de Santa Catarina, para o valor de R\$218 milhões. O levantamento foi à Assembléia Legislativa e foi aprovado. Incluía também o saneamento do Badesc, que é o banco de fomento do Estado de Santa Catarina. Foi aprovada aqui, por esta Comissão, no Senado Federal, na Resolução nº 95, no dia 11 de dezembro, quase um ano atrás, um valor de R\$311 milhões, que incluía os dois bancos, o banco de fomento e o Besc. Duzentos e dezoito milhões para o Besc eram o contrato e os valores levantados pelo Banco Central.

Contesto a declaração do Sr. Secretário da Fazenda, que diz que não foram cumpridas essas determinações. Estão aqui, para V. Ex<sup>as</sup> poderem analisar e verificar. Existem as leis das S.A. e tem-se de respeitar os prazos contidos nessas leis. Dia 11, quando o Senado Federal publicou a resolução, as providências foram tomadas imediatamente pelo Governo e foi marcada uma assembléia geral de acionistas para aumento do capital e para implementar o contrato aprovado pelo Senado Federal. Dia 12, o atual Governo, representando aqui pelo Secretário da Fazenda, não implementou este contrato e resolveu chamar novamente o Banco Central. O Banco Central veio ao Besc, fez um levantamento e, no dia 19 de março, trouxe um valor – que não foi citado aqui – de R\$651

milhões e 774 mil. Alguns funcionários do Besc, que conheciam a realidade do banco, insurgiram-se e não aceitaram. A diretoria foi premida e trouxeram um novo valor, contestando o valor do Banco Central. Os técnicos do Besc levantaram o valor de R\$263 milhões, porque era a variação Selic, atualização monetária. Enfim, chegaram a R\$263 milhões, que era o valor que aceitavam, baseado no que já tinha sido feito pelo Banco Central, em 1997, assinado o contrato em março de 1998.

O Banco Central, em sua resposta, em 1º de junho de 1999, traz um terceiro valor: R\$819.305.000,00.

Terceiro valor, Srs. Senadores. O Banco Central é quem tem a responsabilidade de cuidar do dinheiro deste País e fiscalizar os bancos deste País. A Assembléia Legislativa, em março, recebe uma carta do Banco Central o Governo do Estado manda essa carta para a Assembléia Legislativa advertindo que ou a Assembléia vota a federalização, mudando a Constituição do Estado, ou o BESC – Banco do Estado de Santa Catarina – seria imediatamente liquidado. Foi, portanto, o Parlamento catarinense coagido, chantageado, e, depois de uma sessão histórica, tumultuada, infelizmente foi aprovada a federalização do Banco.

Dias antes, já tinha sido aprovado um requerimento de um Deputado Estadual do PFL que pedia uma CPI, vejam bem, um Deputado da base governista e não da Oposição, do PMDB, do PT, do PDT, do PDS, mas da base governista, para discutir quais as causas da federalização do BESC. E essa Comissão Parlamentar de Inquérito se iniciou, e estamos investigando. São 18 mil documentos analisados para sabermos e discutirmos. Estamos perplexos.

Em seguida, era com rapidez que estavam exigindo a nossa posição de votação da federalização e autorização para negociação com o Banco Central e com o Tesouro Nacional. Ocorreu, então, que o Banco Central firma acordo com o Tesouro Nacional. O Banco do Estado de Santa Catarina e o Governo do Estado de Santa Catarina firmam um contrato para saneamento do Banco do Estado de Santa Catarina, cujo valor, costumeiramente dizendo, chegou no valor de até dois bilhões e cento e poucos milhões de reais, que é este que vem à colação, hoje, nesta Comissão.

Pergunto a V. Ex<sup>as</sup>, pois não tenho respostas, espero que V. Ex<sup>as</sup> e o Banco Central tenham: qual a confiança que nós catarinenses, fiscais do dinheiro público dos catarinenses podemos ter? O Banco

Central apresenta um levantamento, em 1998, de R\$200 milhões; em março deste ano, de R\$600 milhões; em junho, de R\$800 milhões, e agora, de R\$2 bilhões. Qual a explicação que daremos nós, que temos a responsabilidade de aprovar esse tipo de informação trazida pelo Banco Central e que vai onerar o Erário público nacional, vai comprometer a sociedade catarinenses por gerações? Daí a importância dessas questões que estamos discutindo na CPI, em Santa Catarina, a chamada CPI do BESC.

Pergunto a V. Ex<sup>as</sup> se têm condições de, com responsabilidade, com certeza, com nitidez, decidir o futuro do comprometimento do povo de Santa Catarina em relação a uma dívida de mais de R\$2 bilhões, que estará sendo aprovada aqui neste dia de hoje.

Temos a história do Banco e documentos para apresentarmos a V. Ex<sup>as</sup>, mas o tempo nos permite que apenas façamos esse resumo, a fim de que entendam a real situação em que se encontra o Estado de Santa Catarina, o povo de Santa Catarina e o nosso Banco, que sempre foi tão querido do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em prosseguimento, concedo a palavra ao Diretor do Banco Central do Brasil, Sr. Carlos Eduardo de Freitas, que disporá do mesmo tempo dos expositores anteriores.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Muito obrigado. Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Ney Suassuna, Exm<sup>o</sup> Sr. Vice-Presidente, Senador Bello Parga, Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Nelson Wedekin, Exm<sup>o</sup> Secretário de Finanças de Fazenda de Santa Catarina, Dr. Antônio Carlos Vieira, Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Ronaldo Benedeti, Exm<sup>os</sup> Srs. Senadores, Exm<sup>os</sup> Srs. Deputados, eventualmente presentes, senhoras e senhores, queria registrar, em primeiro lugar, a minha satisfação de estar aqui novamente, exatamente quatro meses após a minha sabatina, ocorrida no dia 10 de agosto último. É a primeira oportunidade que me é oferecida, depois dessa data, de participar de um debate nesta egrégia Comissão, o que sempre contribui enormemente para o nosso desenvolvimento intelectual, aprimoramento de conhecimentos, para a nossa visão crítica dentro da instituição da qual temos o orgulho de participar, como funcionário, como membro da Diretoria liderada pelo Presidente Professor Armínio Fraga Neto. Isso é muito significativo para nós.

Antes de focar o caso específico do Banco do Estado de Santa Catarina, gostaria de fazer uma rápida introdução, vou me aventurar em um território que

eventualmente não me é totalmente familiar, porque em todos os meus 36 anos de Banco Central tive poucos contatos na área de supervisão com a inspetoria do Banco. Parece-me importante esclarecer a essa egrégia Casa dos desenvolvimentos recentes que o Banco Central introduziu no seu processo de supervisão bancária, até para a tranquilidade da população com relação ao seu sistema financeiro.

A partir do ano de 1997, o Banco Central mudou de forma radical a sua estratégia de inspeção. Em vez de ter pequeno número de inspetores espalhados em um grande número de instituições ao mesmo tempo, passou a trabalhar com forças-tarefa de grande porte, que podem chegar a até 80 inspetores, dependendo do caso, trabalhando concentradamente sobre um conglomerado financeiro em um período mais curto, de dois, três ou quatro meses.

Isso é o que se chama de Inspeção Geral Consolidada, ou IGC, onde se percebeu que a fiscalização tem de se exercer em todo um conglomerado. Não pode se limitar ao banco comercial, à parte. Ela tem de ir, inclusive, até às empresas não-financeiras, de forma que se possa ter mais do que uma radiografia, se possa ter uma tomografia do conglomerado de forma a ter uma visão perfeita disso.

Esse processo tem uma vantagem adicional: além de proporcionar uma radiografia profunda de toda a vida do conglomerado financeiro e as suas interligações não – financeiras, possibilita, após a sua realização, em uma determinada data-base, o acompanhamento à distância de forma muito mais objetiva, de forma muito mais precisa, e, principalmente, de maneira muito mais segura.

Nessa linha de raciocínio, como já foi dito aqui, em abril de 1997, o Governo do Estado de Santa Catarina aderiu ao Proes, ao Programa de Saneamento, digamos assim, dos bancos oficiais estaduais, na modalidade do saneamento. Àquela época, como V. Ex<sup>as</sup> se recordam, o Proes admitia uma possibilidade do saneamento, onde o conglomerado financeiro continuava sob o controle acionário do Estado. Depois disso foi eliminado. Apenas para a venda do conglomerado que se faz a federalização, o Proes. Então, naquela ocasião, havia essa modalidade. O Governo de Santa Catarina julgou interessante, como já foi aqui explicado. Consultávamos interesses do Estado naquela ocasião. Então, aderiu-se a um programa de saneamento e realizou-se uma IGC, tendo sido verificada essa necessidade. Informo aos Srs. Senadores interessados que eu trouxe um quadro que resume as três posições com os itens que variaram. A meu ver, não há problema de divulgação porque não fere ne-



nhum sigilo. Esses dados foram os primeiros que constaram dos processos e resoluções iniciais aqui apresentados. Os intermediários foram resultado da segunda IGC, já aqui referida e que também mencionarei.

O último ponto é o do contrato que está sob exame, que esclarece os itens que variaram – que tentarei resumir. Realizou-se essa primeira expansão geral consolidada, com data-base de 31 de outubro de 1997. Chegou-se à conclusão da necessidade de recursos de R\$252 milhões, dos quais se abateram R\$39 milhões, referentes a títulos de precatórios do Estado de Alagoas – que não eram passíveis de refinanciamento pela União, por determinação inclusive do Senado da República. Então, o valor reduz-se a R\$218 milhões exclusivamente para o Besc, sendo o restante do contrato para o Banco do Desenvolvimento, que foi implementado. Hoje, já temos a agência de fomento.

Esse contrato foi assinado em 31 de março de 1998 e aprovado por esta Casa em 8 de dezembro. Como V. Ex<sup>as</sup> sabem, cada liberação de valor está sujeita a uma inspeção do Banco Central. A inspetoria verifica a aplicação do recurso anterior – para que não haja nenhuma possibilidade de desvios para que ele possa ser utilizado para quaisquer outras finalidades que não sejam aquelas determinadas no contrato aprovado pelo Senado –, faz a inspeção e a avaliação precisa das efetivas necessidades. Tivemos o cuidado de recomendar que, nesse contrato com o Governo do Estado de Santa Catarina, se aplicassem valores-teto, porque são sujeitos a uma verificação **in loco** da inspetoria antes de cada liberação, já que as necessidades podem ser eventualmente menores. Assim, Sr. Presidente, cabe ao Banco Central diligenciar nesse sentido para que não haja a menor possibilidade de desperdício dos recursos públicos.

Aprovado o contrato em 8 de dezembro, o Banco Central fez uma nova IGC, naquele momento com um período muito maior de experiência na aplicação dessa nova estratégia muito importante a que me referi e que diz respeito à expansão geral consolidada, que, inclusive, com o desenvolvimento de programas de computador – **softwares** –, permitem verificações integrais tanto das carteiras imobiliárias como das comerciais. Hoje, isso confere-nos uma segurança muito maior.

Tendo em vista o tempo decorrido e a tecnologia desenvolvida e aperfeiçoada, o Banco Central verificou então, com a data-base de 31 de dezembro de 1998 – um ano e três meses depois –, que as necessidades de ajuste efetivo do Besc atingiam R\$819 mi-

lhões e não mais R\$252 milhões. Essa diferença explica-se fundamentalmente pela aferição da insuficiência atuarial da Fundação de Previdência do referido Banco – R\$283 milhões, R\$100 milhões a mais na carteira de crédito imobiliário, cuja parte não adequada estava avaliada em R\$146 milhões

passou a R\$246 e mais R\$110 milhões na carteira comercial. Então, nós temos R\$210 milhões mais R\$283 milhões, ou seja, temos R\$500 milhões a mais nesses três itens e o restante espalhado – pois houve achados novos. Houve o achado de R\$18 milhões de um débito do Estado que não estava verificado antes. O crédito tributário foi apartado do ativo, tendo em vista uma deficiência estrutural no banco. Um banco tem de ser visto na sua posição de estoque e a expectativa da sua posição de fluxo. Verificou-se que no Banco de Santa Catarina havia um problema sério de fluxos, tanto que é uma das provisões que existem no novo contrato. Ou seja, há prejuízos estruturais pelos custos administrativos mais elevados. Então esses créditos tributários têm de ser apartados do ativo pela sua dificuldade, pela falta... não se pode prever, admitir ou esperar .... Há falta de expectativa da sua realização.

Chegou-se a esse novo achado, e esse novo achado inviabilizava o contrato anterior. Cabe salientar que, no contrato anterior, o Governo do Estado deveria participar com a metade: R\$109 milhões. Pelo que estamos informados, no início deste ano, o Governo do Estado tinha três meses de folha de pagamento atrasada. Não teria condições, aparentemente, de aportar os R\$109 milhões por uma situação de finanças públicas extremamente difícil em que se encontrava.

Passou-se ao processo de federalização. No processo de federalização para a venda do banco, torna-se necessário – e o Estado assim propôs – um plano de demissão voluntária, que acrescenta R\$428 milhões – farei um comentário ao final sobre o plano. O Estado pode adquirir as carteiras. Adquire uma parte ou toda a carteira imobiliária e toda a carteira comercial e pode revender a carteira imobiliária à Caixa Econômica. Com o pagamento em FCVS, ele repaga sua dívida.

De modo que é preciso contemplar, antes de mais nada, que o teto de R\$2,129 bilhões pode não ser alcançado – e a minha expectativa, aliás, é que não seja, pelas diligências da inspetoria feitas com o maior rigor.

Excelência, eu me permitiria dizer-lhe que o trabalho da inspetoria do Banco Central é um trabalho da maior seriedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex.<sup>a</sup> tem dois minutos.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – V. Ex.<sup>a</sup> me perdoe, Sr. Presidente, mas eu tinha que mostrar aos nobres Senadores o quadro global da inspeção, para que haja uma percepção de como ele se processa, como ele evoluiu, como ele se desenvolveu. Eu repito: as diligências são levadas a cabo pela inspetoria do Banco Central no mais absoluto rigor. Mas tenho para mim que não alcançaremos esse valor de R\$2,129 bilhões. Repito que esse valor teto não alcançaria. É minha impressão, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Senador, até porque – e volto ao plano de demissão voluntária – quando nós o comparamos com outros bancos estaduais, verificamos que ele está um pouco maior, ele está maior. Essa diferença se deveu – conforme explicações dadas por ocasião da assinatura do contrato – à verificação de que o quadro de pessoal era um quadro mais antigo, mais velho, e gozavam de estabilidade, o que encarece o plano. Mesmo assim, temos o cuidado de dar tratamento compatível aos vários bancos estaduais dos vários Estados. Eu trouxe alguns gráficos, que poderão ser distribuídos, para verificação, para comparar o total do contrato de cada Estado com os ativos totais do banco, o que dá uma configuração dessa natureza. Depois poderei distribuir...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A primeira delas é Santa Catarina.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – O primeiro é Santa Catarina. Ele está compatível no valor de dois bilhões, cento e vinte e nove com relação aos ativos totais. É até mais baixo do que a do Banco do Estado do Piauí, que é muito mais alto, além de outros bancos. Temos uma preocupação de compatibilidade. Na mesma forma, obedecidas e respeitadas as circunstâncias específicas do BESC, temos uma preocupação até no plano de demissão voluntária de que ele guarde compatibilidade. Não quero dizer que os números tenham de ser exatamente iguais, mas eles têm de ser compatíveis. Se eu ainda tiver a honra de continuar na Diretoria do Banco Central, eu tenho de ser capaz de vir aqui explicar aos nobres Senadores a compatibilidade. Se eu não for capaz de explicá-la, é porque não obedecemos essa compatibilidade.

No acordo para federalização e privatização, acrescenta-se a aquisição das carteiras. São 428 milhões do plano de demissão voluntária; R\$484 milhões, aquisição da carteira imobiliária. Nesse caso, o dinheiro vai e volta e, por isso, não se

acrescenta à dívida do Estado. Desse valor de dois bilhões, \$500 milhões não se acrescentam. Cem milhões é o fundo para contingências, a não ser em circunstâncias especialíssimas. Esperamos não usar. Já estamos abatendo 600 milhões. Temos 112 milhões de provisão para o déficit estrutural do banco até sua federalização, implementação do plano de demissão voluntária etc, etc. O valor total dessa dívida configurar-se-á num nível bem menor: R\$1,5 bilhão, o que se abate ainda com a venda do banco. Ora, esse é um banco com 252 agências, com um fundo de comércio extraordinário, conta com grande confiança do Estado muito grande nele, sem as carteiras imobiliárias, com uma parte da carteira comercial adquirida pelo banco e a outra parte perfeitamente capitalizada. A IGC ainda elevou a mais 90 milhões provisionamento para a capitalização do banco. De maneira que o banco ficará extremamente sólido, com um ativo excepcionalmente líquido. Com esse fundo de comércio, com a penetração que tem no Estado, a força e a pujança econômica no Estado de Santa Catarina, tenho a impressão de que o banco deverá ser vendido por um valor muito elevado. O que reduzirá no final essa dívida para algo talvez até inferior a R\$1 bilhão.

Já ocupei muito da paciência de V. Ex.<sup>as</sup>. Encerro, agradecendo-o, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas.

Assim, ouvimos todos os depoentes.

Abriremos o debate, ouvindo o nobre Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, inscreveremos os que queiram inquirir os membros.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – O Diretor Carlos Eduardo de Freitas mencionou um quadro síntese que ele gostaria de distribuir aos Srs. Senadores...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Já está sendo entregue.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Eu gostaria de requerer também, referente ao mesmo assunto, nos termos regimentais, possa ser encaminhado à Comissão o relatório citado relativo à última inspeção geral consolidada, realizada pelo Banco Central do Brasil no BESC. Como ele mencionou que está em suas mãos, talvez pudéssemos ter a cópia do mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não está nas mãos do Diretor. Teríamos de fazer um ofício, se não for confidencial, segundo a legislação. (Páusa.) Então, faremos um ofício solicitando.



**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Se V. Ex<sup>a</sup> quiser submeter à aprovação, já fica consensualmente aprovado e encaminhado o ofício.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Cumpriremos a solicitação após a discussão e votação do Plenário.

Em discussão a solicitação de que seja entregue aos Srs. Senadores primeiro o Consolidado, com o qual o Banco Central já concordou e, por isso, é um ponto pacífico, já mandamos tirar cópia. Segundo, propõe-se que o último relatório seja apresentado. Há algumas regras na legislação, mas a Comissão o fará se assim o Plenário decidir.

Em discussão.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – De acordo com a norma, V. Ex<sup>a</sup> só pode fazer uso da palavra depois dos demais membros.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem apenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ainda assim, eminente Senador...

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> disse, no início dos trabalhos, que, neste caso de hoje, como se trata de uma questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não, eu disse... por isso eu quebrei a norma naquele momento. Eu pedi desculpas por ter quebrado naquele momento, e disse que buscaria não fazê-lo.

V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra, mal dela façam uso os Senadores da Comissão. Lamento. V. Ex<sup>a</sup> é do meu Partido e meu amigo pessoal, mas tenho que cumprir a norma.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Com muita franqueza, Sr. Presidente, entendi que V. Ex<sup>a</sup> deferiu que, embora seja membro da Mesa, todo membro da Mesa não pode participar das Comissões Permanentes. Aí eu entendi que, neste caso, como interessa a nós, catarinenses, pois é um fato relacionado com Santa Catarina, abriu-se uma exceção. Dessa forma, não precisaria este Senador ficar no fim da fila para participar dos debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> entendeu erroneamente, lamentavelmente. Eu fui membro da Mesa durante os dois primeiros anos e era assim que ocorria comigo em todas as Comissões.

**O SR. CASILDO MALDANER** – V. Ex<sup>a</sup> dá a entender, então, que eu vou ter de aguardar todos os membros, não é mesmo?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup>, na inscrição, falará.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Quero deixar muito claro, Sr. Presidente. Eu aceito. Vai chegar o momento em que poderei questionar e expor meu pensamento, as minhas dúvidas. Mas quero deixar muito claro: o Diretor do Banco Central, Carlos Eduardo, frisou, por duas ou três vezes, que há seriedade nos trabalhos do Banco Central, deixando praticamente transparecer que os Srs. Senadores não poderão questionar, porque o trabalho é sério. Nem sempre, Sr. Presidente, isso tem ocorrido. É bom frisar isso também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Casildo Maldaner, V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra na ocasião correta.

Lamento, mas temos de cumprir o Regimento. V. Ex<sup>a</sup> está inscrito e pergunto se há mais algum Senador inscrito? Apenas o Senador Eduardo Suplicy?

Então, como V. Ex<sup>a</sup> pode perceber, não vai demorar muito. Falará o Senador Eduardo Suplicy e, logo em seguida, V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sr. Presidente, levando em consideração que o Senador Casildo Maldaner é do Estado de Santa Catarina e estudou em profundidade este assunto, e dada a relevância do assunto para o Estado de Santa Catarina, eu gostaria de inscrever-me e, logo em seguida, abrir mão da prerrogativa de falar antes do Senador Casildo Maldaner, a fim de que S. Ex<sup>a</sup> tenha prioridade, até por ser o autor do requerimento. Em seguida, faria as minhas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Lamentavelmente, temos de cumprir o Regimento. V. Ex<sup>a</sup> fará as suas perguntas e, em seguida, o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Não tenho o direito de abrir mão da ordem?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como o Regimento é de todos, eu submeto este caso à Comissão. Tenho de fazer isso. Parece ser chatura minha. Senão, depois não teremos condição de manter a norma.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Estou de pleno acordo com a norma estabelecida por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não, é do Regimento.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Do Regimento. Mas o Regimento pode abrir a possibilidade de quem...

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A Presidência indaga dos Srs. Senadores se pode fazer essa gentileza o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Estando todos de acordo, concederei a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner.

Vejam os senhores: O Senador Casildo Maldaner é do meu Partido, meu amigo pessoal. Todavia, acima dos nossos interesses, há o Regimento, feito por todos, que tem de ser obedecido.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – V. Ex<sup>a</sup> está certo.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Veja bem, Sr. Presidente. Acabamos chegando a uma situação em que o autor do requerimento, e é norma desta Casa, quem subscreveu o requerimento, em primeiro lugar, tem o direito de participar dos debates primeiramente. É norma da Casa.

Hoje, infelizmente, o Regimento pode ser contraditório, mas finalmente chegamos à conclusão de que estamos dentro daquilo que, na consciência, pode não ser de direito, mas de fato está prevalecendo.

Por isso, Sr. Presidente, senhores participantes convidados desta Comissão, a começar pelo nosso ex-Senador Nelson Wedekin, que foi Secretário da Fazenda no governo passado; o Deputado Ronaldo Benedetti, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que está funcionando em Santa Catarina; cumprimento o Diretor do Banco Central, Carlos Eduardo; está presente o Secretário atual da Fazenda, Antônio Carlos Vieira; o nosso vice-Presidente, Bello Parga, os nobres Colegas e os demais participantes.

Apenas como introdução, nós, de Santa Catarina, nós, do nosso Partido, nós, como filosofia, temos defendido – essa é a nossa crença, a nossa linha – a manutenção do nosso banco. Como finalidade, como lida política, temos um banco público, para seguir as finalidades pelas quais o banco foi criado, ou seja, sem prejuízo de julgá-lo, sem prejuízo de acertar, de ver onde há “gorduras” ou algo que o valha. Porém, o banco foi criado, há quase 40 anos, pelo Governador Celso Ramos, de saudosa memória, como instrumento de políticas do governo estadual para interiorizar o desenvolvimento do nosso Estado, a fim de fazer com que o pequeno empresário e o pequeno produtor, principalmente, tenham no governo estadual o controlador e o detentor de um tipo de política a ser aplicada lá.

Até diria, guardadas as devidas proporções, que, para nós, catarinenses, essa instituição tem o mesmo significado que o Banco do Brasil. Por exem-

plo, se o Governo Federal quiser privatizar ou internacionalizar o Banco do Brasil, ou entregá-lo para o FMI, desfazendo-se do banco, guardadas as devidas proporções, para nós, catarinenses, no princípio federativo, temos a nossa instituição na mesma linha. Quer dizer, não sabemos, segundo os caminhos que está a seguir, onde vai parar. Perderemos alguma coisa que com muito carinho temos.

Sr. Presidente, ouvi muito bem o nosso ex-Secretário da Fazenda, Nelson Wedekin, e também o Relator da CPI, Ronaldo Benedetti, fazerem uma exposição da seqüência. Senti isso. Nesse caso, são dúvidas que temos, Sr. Presidente, nobres Colegas. O banco vinha seguindo os seus caminhos e por meio de uma radiografia, como disse o Diretor do Banco Central, realizada em meados de outubro de 1997, chegou-se à conclusão de que é necessário um aporte, em função disso ter ocorrido também em bancos privados brasileiros, que o Banco Central tem sofrido. Em relação ao nosso banco, fica em torno de duzentos e poucos milhões. Claro, embora não haja inflação, haja uma estabilidade, chegou-se à conclusão, até pelas afirmações do Diretor do Banco Central, Carlos Eduardo, em dezembro de 1998, por intermédio de uma tomografia – expressão usada por V. S<sup>a</sup> – de que os duzentos e poucos milhões já estavam defasados. E por incluir mais esse dispositivo, mais isso e mais aquilo, chegou-se a um resultado de oitocentos e poucos milhões, da necessidade de deixar o banco saneado. Isso ocorreu em dezembro de 1998. Para nós, de certo modo, essa é uma dúvida, porque, em outubro de 1997, eram duzentos e poucos milhões, crescendo para oitocentos e poucos milhões.

Dirijo-me ao Diretor do Banco Central, Carlos Eduardo, para perguntar: se em dezembro de 1998 estava em oitocentos e poucos milhões acredito ter sido um levantamento sério, como disse o ilustre diretor, um levantamento minucioso, uma tomografia completa do nosso banco, como é que agora, ou seja, poucos meses depois, surge um contrato (em julho, agosto ou setembro, não sei), pelo que estou a verificar, de dois bilhões e duzentos milhões de reais? Estimados Colegas, isso nos causa espécie. Para nós, para o Estado de Santa Catarina, isso representa praticamente – é bom frisar – o aumento da dívida, em poucos meses, em cerca de 50% a mais do que existe de dívida em 100 anos de história do nosso Estado, em 100 anos de governos dos que por lá passaram. Quer dizer, é uma questão séria!

Gostaria de salientar que lembro bem que, ainda há pouco, quando aqui se discutia, mediante uma CPI, a questão dos precatórios no Brasil, que em



Santa Catarina havia aproximadamente 500 milhões de precatórios e que a CPI entendeu apenas liberar um terço desses valores e bloquear os dois terços restantes; ou seja, um total de quase R\$500 milhões. Isso, perto do que se quer fazer agora, Sr. Presidente, nobres Colegas, perto do que se quer fazer com que Santa Catarina assuma os compromissos, aquela dos precatórios era fichinha, era coisa mínia, pequena.

E o Senador Pedro Piva, que é meu amigo, conheço-o durante esses anos todos, é o Relator escolhido para esta matéria e terá o bom-senso de meditar em relação à ela, baseado nestas considerações.

Vejam bem: aumentarmos, num passo de mágica, a dívida da sociedade catarinense por 30 anos, para que assuma um compromisso de 50% a mais de toda a sua dívida, que irá comprometer quem sabe uma geração por 30 anos!?... os que nascerem amanhã ainda vão ficar 30 anos pagando o que vamos tentar decidir hoje, ou amanhã, ou na próxima semana, ou talvez na convocação extraordinária do Congresso no próximo ano, ou coisa que o valha.

Convém fique claro para os nobres Colegas que, em face dos números, da decisão da Assembléia não vou mencionar como se conseguiu alterar a Constituição para que o Estado abrisse mão do controle do banco, para que pudesse federalizá-lo. Não vou detalhar de que maneira se chegou a esse patamar para se proceder a essa alteração na Constituição. Mas se chegou a essa conclusão por um voto. Mas a Assembléia Legislativa constatou que era preciso constituir-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito; ela chegou à conclusão de que era preciso averiguar melhor este assunto. Chegou a tais conclusões como representante da sociedade catarinense, acima das questões partidárias. Inclusive, a solicitação da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito se deu a pedido de um Deputado Estadual do PFL, ou seja, da base de sustentação do Governo do Estado, visando analisar o que houve, por que estes valores agora? Em 1997 e início de 1998 eram de cerca de R\$200 milhões; depois, R\$600 a aproximadamente R\$800 milhões; e agora se pretende fazer com que o Estado assuma o compromisso de cerca de R\$2 bilhões e 100 milhões. Quer dizer, a CPI está a analisar isso. E por muito menos, a CPI do Senado cancelou, bloqueou o andamento e a liberação de recursos precatórios em Santa Catarina. Por muito menos, a CPI daqui o fez.

Julgo conveniente que, em sã consciência, Sr. Presidente, nobres Colegas, que também, baseado nessa mesma esteira, entendendo que a Comissão Parlamentar de Inquérito de Santa Catarina é séria,

parto do pressuposto de que se deve averiguar com carinho, com cuidado, com impessoalidade, para apurarmos se há irresponsabilidade ou não, visando chegar a constatações na inquirição das autoridades, dos atuais e dos ex-diretores do Banco, tendo em vista à verdadeira conclusão se isso é procedente. Conclusos os trabalhos, os resultados virão para nós, do Senado, a fim de que possamos analisá-los, até para não ficarmos com a consciência pesada amanhã ou depois e para que, desembaraçados, possamos votar com clareza esta matéria.

Acredito que depois deste debate de hoje, inclusive o próprio Relator da Comissão, o eminente Senador Pedro Piva, representante de São Paulo, vá chegar a este resultado: de que não temos condições de deliberar, neste momento ou nos próximos dias, sobre questão de tamanha profundidade em relação a Santa Catarina e ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Quais as indagações de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, confiando neste entendimento, gostaria até, como questão de ordem, no desenrolar deste debate, pela responsabilidade e pela importância, para que os senhores debatedores, os senhores convidados possam também se inscrever e, surgindo dúvida, possam questionar.

Essa solicitação é justa, até para que o atual Secretário da Fazenda possa questionar o ex-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> não tem nenhuma base regimental. Esta Casa é o Senado é só os Senadores podem inquirir.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Mas seria importante, para que nós pudéssemos...

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Deverá ser em Santa Catarina. Nesta Comissão, infelizmente, isso não poderá ocorrer.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, confio que chegaremos ao entendimento quanto a essa responsabilidade.

Começarei pelo Diretor Carlos Eduardo. Depois, tenho outras questões para o eminente Secretário da Fazenda Antonio Carlos Vieira.

Considerando que o Banco Central, segundo a atual administração do Banco de Santa Catarina, identificou a necessidade de assunção, pelo Tesouro do Estado, de prejuízo na ordem de R\$230 milhões, para reposição do déficit junto ao seu fundo dos servidores, que é o FUSESC, há base legal para que o Tesouro do Estado possa assumir esse déficit. Então,

pergunto ao Diretor do Banco Central se é recomendação do Banco Central? E qual a base legal para que o Tesouro do Estado venha a assumir essa questão? Aproveitando a carona, pergunto quais os atuários que edificaram o déficit que apontavam a necessidade de assunção pelo Estado desse prejuízo? Sendo, necessariamente, o atuário que nos últimos anos prestava serviços à fundação e que não identificou déficit nesse montante. Como tem sido feita uma tomografia antes, por que, à época, não se levantou esse déficit? Por que, em 1997, isso não surgiu? Em 1998, isso não estava na contabilidade. Por que surgiu agora? Antes, o Tesouro não precisava tomar essas providências. Por que neste momento precisa? Por que não foi exigido, pelo Banco Central, o aporte de recursos pelo Estado, quando da intervenção nas instituições financeiras estaduais, já em fins de 1986 e início de 1987, quando houve a intervenção? Por que não foi feito quando houve a intervenção do Banco Central?

Inicialmente, faço essas primeiras perguntas. Depois, continuarei com algumas perguntas, de suma importância, para o Diretor do Banco Central, para que nos ajude a esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra o nobre Diretor do Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Muito obrigado, nobre Senador.

Começar por uma qualificação, se V. Ex.<sup>a</sup> me permite. Quando manifestei meu profundo respeito pelo trabalho da Inspeção do Banco Central, sobre a sua seriedade, não quis dizer nem que ele seja infalível, nem que ele não seja passível de prestação de contas. Ele tem que prestar contas. Nós temos que prestar contas, e somos falíveis. A seriedade a que me referi não implica em infalibilidade nem em imunidade à prestação de contas.

Indo diretamente aos pontos, eu gostaria de mencionar de quanto é o valor da dívida que eventualmente será contratada pelo Estado de Santa Catarina. Em números redondos, se chegarmos ao valor de R\$2 bilhões, temos que abater a carteira imobiliária, que o Estado vende à Caixa Econômica e paga imediatamente, esse valor baixa para R\$1,5 bilhão, e temos que abater o valor de venda do banco. De maneira que tenho a impressão de que, no final, o Estado estará assumindo uma dívida, no máximo, eu diria, talvez no máximo, da ordem de R\$1 bilhão.

Esse cálculo é experimental, não tem precisão, nem pretendo ter essa precisão. É apenas uma ordem de magnitude, para que possamos saber do que estamos falando. Estamos falando de um endivida-

mento da ordem de R\$1 bilhão e não de um endividamento da ordem de R\$2 bilhões.

Então, qual é a alternativa? O Estado é o acionista controlador do banco. Se esse banco for liquidado, o passivo que sobra, que vai a um bilhão e meio porque, se for à liquidação extrajudicial, não há recuperação do fundo de comércio que o Estado perde, uma vez que não pode vender, e não vende.

A dívida de R\$1,5 bilhão embutida no banco e que determina esse contrato vai se transformar em precatórios judiciais. Isso ao contrário do caso de um banqueiro privado, situação em que se procura o que ele tem, ou o que se pode encontrar pelos meios investigatórios, parando-se quando nada mais se consegue encontrar ou se nada mais existe. Assim, os credores têm que se contentar com aquilo. Quando o acionista controlador é o poder público, ao contrário, utiliza-se do precatório judicial, e a alternativa seria o endividamento do Estado em R\$1,5 bilhão e não em R\$1 bilhão.

Finalmente, eu gostaria de levantar o que, a meu ver, precisa ser procurado, ou seja, a situação, a gestão que levou a essas circunstâncias, tais como créditos de baixa qualidade, custos administrativos excessivos. Entretanto, o fato de uma instituição financeira entrar em uma situação de dificuldade não quer dizer necessariamente gestão temerária, ruíno- sa ou desonesta. As circunstâncias econômicas também trabalham no sentido do sucesso ou do insucesso das atividades econômicas.

Há de ser também visto o contexto em que um banco de varejo, com 252 agências, que têm o seu forte na captação em depósitos à vista e de poupança, fica sujeito, pela vinculação à captação de poupança, teve oportunidade de comentar isso aqui quando da minha sabatina, às aplicações no Sistema Financeiro da Habitação, e a outra parte foi, por muito tempo, sujeita a um compulsório de 100% que, atualmente, baixou para 65%, o que evidentemente dificulta a atuação de um banco de varejo. O que precisa ser procurado são as causas que levaram a essas circunstâncias.

Finalmente, quanto ao fundo previdenciário só respondo o que sei. Na IGC de data-base de 31 de outubro de 1987, esse ponto não foi levantado. Isso é insuficiência atuarial, situação na qual existe o compromisso legal do banco de pagar as contribuições, em suma, o seu fundo de pensão, porque é o patrocinador. O cálculo atuarial feito pela Fundação foi levantado na IGC de 31 de dezembro de 1998. V. Ex.<sup>a</sup> me perguntará por que não foi em 1997, não sei responder.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado, nobre Diretor.

Com a palavra o Sr. Senador Paulo Souto.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, não terminei as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Mas V. Ex.<sup>a</sup> já as havia feito.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Não, eu ia continuar. Isto é muito sério.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) -V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que há outros inscritos: os Senadores Paulo Souto, Lúcio Alcântara e Eduardo Suplicy.

V. Ex.<sup>a</sup>, por favor, conclua suas perguntas para que eu possa conceder a palavra aos demais.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Mas, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex.<sup>a</sup> deveria assistir às outras reuniões desta Comissão; há uma ordem que é cumprida à risca. V. Ex.<sup>a</sup>, por favor, conclua suas perguntas.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, tenho participado da Comissão, mas trata-se de um caso excepcional, de uma audiência pública. Tenha um pouco de complacência com a seriedade disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Estou tendo tanta complacência que concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Ouvi o Diretor do Banco Central alegar que na tomografia que o banco realizou antes não se relacionaram os valores para com o fundo dos servidores, da necessidade provisional dessa importância, não se sabe o porquê.

Essas são questões que ficam no ar. O Banco Central fez uma tomografia e, em março de 1998, houve um resultado. Em março de 1999, outro resultado foi de seiscentos e poucos milhões. Em junho, de oitocentos e poucos milhões de reais. Agora, em setembro deste ano – de junho foi para 800 – vamos para dois bilhões e pouco.

Não sei. Não dá para entender. Por exemplo, diz o Diretor do Banco Central que vai resumir em talvez um bilhão no final da história. Que esses valores estão colocados aí por estar e que a expressão "até" pode resultar nisso. E que 400 e poucos milhões é o PDV.

Creio que a pergunta, Sr. Presidente, não apenas vale para o Diretor do Banco Central mas também para o atual Secretário da Fazenda. Vamos raciocinar: na última intervenção do Banco, no começo de 1987, infelizmente era o atual Governador o daquela época. Às vezes é azar, mas à época o Presi-

dente da República era José Sarney e se dizia que havia ação política. Mas hoje não vejo como afirmar que é ação política do Governo Federal. Não vejo. Mas tudo bem. À época, com a administração do Governo Pedro Ivo, quando assumi, posteriormente Vilson Kleinübing, Paulo Afonso, àquela época da intervenção, o banco possuía em torno de oito mil servidores. Pelo que sei – e não consigo fazer um raciocínio lógico – o banco possui hoje aproximadamente cinco mil servidores. Daquela época até agora, o banco conseguiu reduzir o seu quadro para três mil servidores, isso sem que houvesse um aporte, o próprio banco arcou com os custos. Não foi o Tesouro Nacional que entrou para fazer um saneamento de oito para cinco mil servidores.

Passo essas ponderações ao senhor e ao atual Secretário da Fazenda, para que possamos meditar um pouco e encontrar uma lógica.

Como agora o Banco Central recomenda ou o Governo do estado pede 400 e poucos milhões para demitir quantos servidores? Dois mil? Se demitiram dois mil servidores, com esses 400 e poucos milhões – valor que possibilitaria duplicar os terminais catarienses tão falados –, cada servidor receberá cerca de R\$200 mil. Em uma análise superficial, dará cerca de R\$200 mil para cada servidor.

Esses servidores foram admitidos, pelo que sabemos, em 1982. De 1987 para cá – sejamos sinceros –, ninguém foi admitido, mas sim demitido. Eles foram admitidos e lhes foi concedida a estabilidade.

Até 1987 havia cerca de oito mil servidores, e o próprio banco conseguiu tirar dois mil servidores sem o PDI. Agora, quer tirar dois mil – não sei quantos. Não conheço os critérios para demitir servidores. Portanto, seria bom que o atual Governo nos explicasse quais são esses critérios. Se são dois mil, o Tesouro vai arcar com R\$200 mil para cada. Dessa forma não dá para fazer política, porque esses servidores vão sair com dinheiro na mão, mas vão sempre dever obrigação ao atual Governo. Devem porque foram admitidos sem concurso. E o Governo, ao admitir, deu estabilidade. Quando entraram foram defendidos; para sair, também. E quem paga é o Estado? E os três mil e poucos servidores demitidos pelo banco de 1987 para cá, nos Governos Pedro Ivo, Casildo Maldaner, Vilson Kleinübing, Paulo Afonso? Eles não vão requerer em juízo? Porque, dessa forma, cria-se uma jurisprudência, e eles também passam a ter direito ao PDV...

Será que eles não vão ter? Será que não vão ganhar nessa mesma proporção? Senador Lúcio Alcântara, é sério. V. Ex.<sup>a</sup> ri, mas temos que meditar.

V. Ex<sup>a</sup> foi vice-Governador do Ceará. Isso é uma irresponsabilidade! Como vamos fazer com esses três mil e poucos servidores que saíram e que não tiveram nem o PDV? Questiono o Governo catarinense: como pode o Governo ter o poder de alterar a Constituição para fazer com que o Banco deixe de ser controlado pelo Estado e não pode fazer com que o Banco enxugue a máquina? Quem pode o mais não pode o menos?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Casildo, apenas quero saber para quem V. Ex<sup>a</sup> dirige essa indagação, para qual dos expositores.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Para o diretor do Banco Central e para o atual Secretário da Fazenda. Parece-me que cabe aos dois. Em função dos números, o Banco Central, pelo que vejo, tem aconselhado o aporte desses valores, por exemplo, de quatrocentos e poucos milhões, para indenizar servidores. E ao Secretário da Fazenda atual, pergunto quais são os critérios e quantos servidores o Governo pretende demitir. Quem vai demitir? Será o Banco Central? De que maneira vão fazer isso?

Sr. Presidente, faço mais uma ressalva. Estamos no começo do debate, não podemos ter pressa. O assunto é muito sério.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Mas temos que ter ordem.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sei disso, mas não há tantos Senadores inscritos que possa perturbar a ordem. Por isso podemos ir devagar. Isso vem rolando há meses. Não podemos afoitamente decidir isso na Comissão do Senado. Temos que ir com cautela. Por isso, eu gostaria de saber, Sr. Presidente, depois de fazer essas colocações, de que maneira o Banco Central aconselhou a fazer esse aporte para indenizar os servidores e como ficam os outros que foram demitidos antes. Quais são os critérios que o Governo do Estado – e aí, sim, pergunto ao atual Secretário da Fazenda do Estado, Dr. Antonio Carlos Vieira –, se o Secretário da Fazenda pode nos expor alguma coisa sobre os critérios e quantos servidores eles vão demitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Inicialmente, concedo a palavra ao Dr. Carlos Eduardo, do Banco Central, para que ele responda a parte que lhe cabe. Posteriormente, concederei a palavra ao Secretário da Fazenda.

**O SR. CARLOS EDUARDO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo rapidamente, nobre Senador, o Banco Central não indica valores para o Plano de De-

missão Voluntária. Apenas, como agora está se tratando da venda do Banco, idéia que não havia no saneamento, a venda do Banco requer um Plano de Demissão Voluntária porque, com um quadro antigo, mais velho, com estabilidade, não se consegue vender esse Banco. Então, para que o Estado consiga tornar o Banco vendável, ele tem que fazer uma reestruturação do seu quadro. O Plano de Demissão Voluntária não significa necessariamente redução do quadro; é uma renovação do quadro. Embutida nessa renovação, pode ocorrer uma redução. Em geral, existe. Então, estamos falando de uma renovação do quadro, para eliminar o instituto da estabilidade, com o qual evidentemente não é possível vender um Banco que tem um contrato coletivo de estabilidade, e para renovar esse quadro. Este é o objetivo, ou seja, para a venda do Banco, requer-se um Plano de Demissão Voluntária, por essas razões de natureza objetiva. Antes, não havia essa necessidade.

O Banco Central não indica o valor, o Governo do Estado propõe o valor. Aí eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que também nos preocupamos, como Banco Central, com o valor desse Plano de Demissão Voluntária que nos foi proposto pelo Estado. Então, tivemos o cuidado, repito, de colocar esse valor como teto, porque ele só poderá ser executado na medida e na proporção que o torne compatível com os Planos de Demissão Voluntária aplicados aos demais bancos estaduais, objeto de saneamento, federalização, privatização. Isso é muito importante.

V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão quanto às suas preocupações nesse particular. Nós comungamos no Banco Central. Daí nossa preocupação com o valor de até para podermos, então, examinar se quando o contrato for aprovado por esta Comissão, pelo Plenário, pelo Senado da República, nas diligências de liberação, para que não haja esses valores a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, que efetivamente seriam valores extravagantes com os quais também não poderemos concordar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Secretário de Finanças de Santa Catarina.

**O SR. ANTÔNIO VIEIRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, primeiramente, eu gostaria de esclarecer o seguinte: em todos os anos, ocorreu o PDV. Isso não é novidade agora. No seu Governo ocorreu. Em todos os anos, fez-se PDV. Comunico que alguns desses PDVs eram feitos na Justiça do Trabalho. Acertava-se no banco e levava-se para a Justiça do Trabalho. A atual administração suspendeu um acordo de um PDV que estava na Justiça do Trabalho em



que o servidor ia levar quinhentos e poucos mil reais, muito mais do que a média que o senhor anunciou. Essa média que o senhor anunciou, se se calcular por 2 mil, se se calcular por 2.500, reduz, se se calcular por 3 mil... Esse é um valor limite, uma provisão. Sabe por quê, Srs. Senadores? O banco hoje tem 5 mil servidores estáveis, sim, mas tem, mais ou menos, 1.300 mil estagiários. O que dá 6 mil e poucos funcionários. À medida que o funcionário sai do PDV, está sendo substituído pelo estagiário. Acredito que essa não deva ser uma manifestação favorável de um sistema financeiro que pretende ser correto e decente.

Não sei por que cargas d'água o Diretor do Banco Central não quis ler, mas vou ler, em nossa defesa. No dia 3 de dezembro, recebi uma correspondência do Diretor Carlos Eduardo em que comunicava a manifestação do Banco Central a este Senado com relação ao processo de federalização. Ele me comunicava:

"Aproveitamos o ensejo para reiterar nosso entendimento no sentido de que os valores constantes de nosso contrato ora submetido ao Senado Federal devem ser tomados como tetos, valores máximos, em cada rubrica.

Nesse escopo, em particular, solicitamos não seja enunciado ou anunciado qualquer PDI, planos de demissões incentivadas, sem audiência prévia desta autarquia, vista a necessidade de promovê-lo em linhas compatíveis com aquelas desenvolvidas pelas demais instituições federalizadas no âmbito do PND".

Recebemos esse documento em Santa Catarina. Evidentemente, juntamente com o Banco Central, comungamos desse propósito. Aquele valor é de provisão. No próprio Orçamento da União, temos valores que não serão executados porque as receitas não vão ser alcançadas. Então, as despesas não vão ser executadas por falta de receita. Se os recursos ou o interesse para a federalização, privatização não for no sentido de demitir X número de servidores, é evidente que reduz o valor do PDV. Esse é o valor máximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Paulo Souto.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, eu fiz a ressalva. Apenas para concluir essa parte...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> já teve tempo suficiente.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, com muita humildade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para concluir.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Para meditar-mos, nossa decisão é séria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Aqui sempre é séria e aqui todos têm vez. Só V. Ex<sup>a</sup> não pode monopolizar a palavra.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Tenho dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> não vai votar. Como está com dúvidas?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Vamos em conjunto ao plenário, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Peço que V. Ex<sup>a</sup> se lembre que há outros inscritos.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, para não roubarmos tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Já recebi seis reclamações dizendo: mas por que a proteção?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, vou concluir.

O PDV havido de 87 para cá, que o Banco realizou, mas o Banco fez e Banco aguentou com os PDVs, fez as providências, não foi o Tesouro que entrou com esses resultados. Por que não se deixa o Banco, na sua independência, como vinha fazendo, como vinha realizando, seguir o seu caminho. Este é o entendimento que temos. Por que não se permite se querem vender a carteira da Descrit, que querem alocar cerca de R\$700 a R\$800 milhões, por que não deixam o próprio Banco vender esta carteira. Consultaria o Diretor do Banco Central. Por que o Estado vai comprar carteira, pagar R\$700, R\$800 milhões, o Estado, o Tesouro, vai pedir emprestado este dinheiro, para compra carteira, para depois tentar vender. Por que não se permite, como o Governo passado, vendeu a Carteira da Cohab para a Caixa Econômica Federal. Por que o Governo vai comprar esta carteira do Banco por R\$800 milhões, vai se endividar por 30 anos, para depois tentar vender não se sabe porque valor.

A dúvida que ocorre na sociedade catarinense é que vários bancos brasileiros, o Banerj, por exemplo, recebeu pouco mais de R\$7 bilhões do Banco Central, o Estado do Rio vai ficar pagando por 30 anos e vendeu por R\$311 milhões. Com todo respeito ao meu eminente amigo Paulo Souto, mas a Bahia também, se não estou equivocado, o Banco Central injetou no Baneb cerca de pouco mais de R\$900 milhões, mas na venda do Baneb da Bahia vendeu por R\$260 milhões mais ou menos.

O receio, Sr. Diretor, é que a sociedade catarinense venha a assumir um cheque em branco, não é

um cheque em branco, é um cheque, uma franquia, pode sacar até R\$2,1 bilhões, o meu é de R\$2.000,00, mas dar então um de R\$2,1 bilhões que o Governo catarinense pode sacar no Banco Central, é um cheque especial. E a sociedade, de antemão, nós Senadores vamos endossar isto, a sociedade vai ter de pagar isto por 30 anos, pode ser que ele não saque todo este valor, mas se quiser pode, podemos autorizar. Se depois vamos vender não sei para quem, daqui a um ano, dois anos, e se vendermos só por uns R\$2 bilhões, já estaremos perdendo dinheiro, e se vendermos por R\$100 milhões, minha Nossa Senhora!, seremos crucificados em praça pública. Não voltaremos para casa, Senador Jorge Bornhausen, seremos responsabilizados. O Senador Geraldo Althoff não veio hoje, penso que está envergonhado, porque é o sucessor do Senador Kleinübing, que era contra o endividamento. O Senador Geraldo Althoff não veio de vergonha, acredito, porque está bem-intencionado. E por isso quero, faço um apelo ao Senador Pedro Piva...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A palavra está com o Casildo Maldaner.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Exijo respeito em nome do Senador Geraldo Althoff. Ele está em missão oficial, junto ao Presidente da República no Mercosul e não merece este tratamento.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Não, mas estou fazendo um elogio ao Senador Geraldo Althoff.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Casildo, por favor conclua a sua pergunta.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Estou fazendo um elogio. O Senador Jorge Bornhausen achou que eu estava ofendendo o Senador Althoff, de forma alguma queria ofender o Senador Geraldo Althoff.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Mas ofendeu.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Não, em absoluto. Quero que entendam que quero me referir como elogio até em memória do Senador Kleinübing que era contra o endividamento. E todos conhecem nesta Casa. É verdade ou não? O Senador Kleinübing foi um lutador contra o endividamento público e acredito que Senador Geraldo Althoff quer seguir o seu caminho.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nobre Senador, conclua as questões.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Concluo, Sr. Presidente, na linha que precisamos pensar bem, é um apelo que faço, isto é muito sério, se vamos autorizar a sacar a descoberto um valor de até pouco mais de R\$2 bilhões e não temos nenhum indicativo

de por quanto a sociedade pode defender este banco depois. É uma dúvida. Por que não se deixa então, eminente Diretor, o Banco vender essas carteiras? Por que não fazemos isto? É um raciocínio que faço sem querer questionar, mas fazendo a ressalva a partir do fim, Sr. Presidente, oportunidade em que até posso fazer a réplica – não quero fazer esse questionamento agora –, mas esta é a análise que faço, com isenção desses quadros que estamos a viver no momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Exª tem mais alguma pergunta?

**O SR. CASILDO MALDANER** – Nesse momento não, Sr. Presidente. São considerações que deixarei para depois.

**O SR. ROMEU TUMA** – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Exª, pela ordem.

Logo após a fala de V. Exª, a concederei ao Diretor do Banco Central.

**O SR. ROMEU TUMA** – Penso que dever-se-ia estabelecer o mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não quis fazê-lo porque o debate deveria ser entre os Senadores. Concordo com V. Exª. Inclusive já recebi seis recados querendo saber o porquê da proteção. Não estou protegendo ninguém. Apenas não queria cercear o nobre Senador de Santa Catarina. Entendo que o direito dos outros devem ser preservados.

**O SR. ROMEU TUMA** – Não se trata de cerceamento, mas orientar para não repetirem as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Exª há de convir que estou realmente desgastado, porque, além de tratar de um Senador do meu Partido, é também um amigo pessoal. Por se tratar de um assunto do Estado de Santa Catarina que demandava um maior aprofundamento, daí o motivo pelo qual eu ter descumprido a norma algumas vezes, inclusive por se tratar de um pedido tão gentil feito pelo Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. ROMEU TUMA** – Mas o Senador Eduardo Suplicy abre mão do seu tempo em favor do Senador. Por isso penso que será compensado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Diretor do Banco Central.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** – Meu tempo está assegurado.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Muito obrigado, Sr. Presidente, serei breve.



No primeiro ponto insisto que o Estado de Santa Catarina não está se endividando em função desse contrato, ele já se endividou. A dívida está aqui. Há uma insuficiência de recursos do Banco de Santa Catarina no valor de R\$1,5 bilhão. Portanto, ele tem insuficiência patrimonial e não tem condições de operar – a dívida está constituída.

O que V. Ex<sup>as</sup> discutem é se esta dívida será paga com uma liquidação, num processo de precatórios judiciais, ou se esta dívida será paga em um prazo de 30 anos, com juros módicos e realizada de uma maneira ordenada, sem desemprego, sem traumas, sem prejuízos a credores e sem todas as externalidades negativas que acompanham uma liquidação, e mais: sem recuperar o Fundo de Comércio do Banco.

Na verdade, a meu ver, o que esta Comissão discute hoje é se o Estado de Santa Catarina pagará sua dívida já assumida – ela já existe de fato –, de R\$1,5 bilhão, de uma maneira desordenada, com todos os traumas, externalidades negativas e prejuízos à economia catarinense, ou se pagará uma dívida de R\$1 bilhão, porque poderá aproveitar o Fundo de Comércio do Banco, uma dívida um terço menor, num prazo de 30 anos, sem prejuízos colaterais. Esta é a discussão.

Quanto à aquisição da Carteira Imobiliária pelo Estado, trata-se do seguinte, nobre Senador: as Carteiras Imobiliárias, nas circunstâncias em que opera o Sistema Financeiro de Habitação, não têm valor de mercado. A Caixa Econômica, que as adquire, como instituição oficial de crédito voltada para esse segmento, se ela comprar diretamente do Banco do Estado de Santa Catarina, só poderá pagar em FCVS, que tem um valor inferior de mercado e o Banco do Estado vai ficar também com problemas com uma Carteira Imobiliária com o FCVS. No contexto da Lei nº 9.496, o Estado pode resgatar este valor do FCVS a par com a União. Então, ele transita pelo Estado; há um empréstimo de R\$500 milhões da União ao Estado. O Estado compra a Carteira, vende à União, vende à Caixa Econômica, recebe o FCVS e ele pode abater os FCVS da sua dívida.

Era isso o que eu queria esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina.

**O SR. ANTÔNIO VIEIRA** – Sr. Presidente, gostaria de informar, em complementação à fala do Senador Casildo Maldaner, quando S. Ex<sup>a</sup> se referiu à situação da venda da Cohab, da sua Carteira Imobiliária, no Governo passado. Até novembro de 1998, a Cohab tinha uma Carteira Imobiliária que, com a sua

arrecadação, pagava a sua folha de servidores. Em novembro de 1998, vendeu para a Caixa Econômica Federal, num montante de R\$206 milhões da sua Carteira, por um R\$103 milhões. Destes R\$103 milhões, o Estado recebeu R\$32 milhões, porque R\$62 milhões já foram para abater dívida com a União, e somente R\$31 milhões entraram no caixa do Tesouro do Estado. E mais: a partir de 1999, graças a esta venda de R\$206 por R\$103 milhões, o Estado está bancando a folha de pagamento da Cohab.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Souto.

**O SR. PAULO SOUTO** – Na verdade, Sr. Presidente, muitas dúvidas que eu tinha foram esclarecidas, principalmente após a intervenção do Diretor do Banco Central.

Penso que duas coisas são importantes. Em primeiro lugar, que essa dívida líquida não será de um valor de pouco mais de R\$2 bilhões. Com a venda do Banco, ele calcula que seja em torno de R\$1 bilhão. Então, há uma diferença entre uma dívida de R\$2 bilhões e uma outra de R\$1 bilhão. Claro que isso preocupa, porque o próprio Governador disse que já possuía uma dívida grande no Estado, que era uma coisa que consumia em torno de 17% da receita, portanto, esta preocupação é louvável. Um segundo ponto importante é o que ficou. Há alguma alternativa, que seja mais barata, para o Governo de Santa Catarina? Particularmente, não acredito que o Governo brasileiro, que está fazendo um empréstimo subsidiado, tenha interesse em despendar mais recursos – não entendo isso. Também não entendo que o Governo de Santa Catarina, que não vai receber esse recurso do caixa do Tesouro – pelo que ficou claro aqui –, tenha interesse em se endividar mais. É muito esquisito um contrato em que as duas partes estejam se entendendo e que se possa colocar alguma dúvida a esse respeito. Mas penso que é normal que aqui se peçam esses esclarecimentos. Agora, o ponto de não ter uma alternativa é importante.

Percebi que em algumas intervenções falou-se para deixar o Banco continuar como está. Sendo assim, pergunto se existe uma alternativa de o Banco, com recursos do próprio Governo ou do Estado de Santa Catarina, capitalizando-o, etc, se existe essa alternativa? O Banco do Estado de Santa Catarina, hoje, está dando lucro? Se ele está dando prejuízo, as possibilidades desse prejuízo são de aumentar ou de diminuir? Falo isso porque esta é uma outra, alternativa que pode existir, já que todas as outras e ninguém contestou o diretor do Banco, foram colocadas aparentemente piores em relação a Santa Catarina.

Como fui chamado pelo prezado amigo e companheiro Senador Casildo Maldaner, quero dizer que na Bahia fizemos essa privatização com toda consciência, porque era a única alternativa que o Estado tinha para se livrar de uma dívida contraída pelo banco. É muito cômodo isso, pois fica parecendo que a sociedade vai pagar, infelizmente. Mas quem fez a dívida foi o banco que, afinal de contas, tem como acionista principal o Governo do Estado. Então, essa é uma dívida do Governo do Estado. Precisa-se saber se há uma outra alternativa melhor do que essa. Se houver, ela deve ser apresentada – e até aqui não vi essa alternativa ser apresentada.

Sr. Presidente, quero, particularmente, perguntar ao Secretário de Fazenda de Santa Catarina se o banco está bem, se está dando lucro, se as perspectivas dele são boas.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Concedo a palavra ao Secretário de Finanças de Santa Catarina.

**O SR. ANTÔNIO VIEIRA** – Dentro desse quadro apresentado pelo Banco Central, e já está no valor do financiamento, consta um valor dos prejuízos previstos de janeiro de 1999 até a possível federalização em fevereiro do ano 2000. Isso porque, a partir da situação em que o Banco se encontra, ele está marcando, sim, prejuízo. Então, posso lhe responder, tranquilamente, que o Banco está marcando prejuízo, não só em 1999, mas desde 1998, conforme aprova o Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra o nobre Diretor do Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Sr. Presidente, apenas para esclarecer o nobre Senador Paulo Souto. Suponhamos que fosse feito um aporte, pelo Governo do Estado, de uma quantia ao redor de R\$1,5 bilhão de capitalização imediata do banco, em caixa. Eventualmente, os problemas de estoque do banco estariam, momentaneamente, equacionados e o banco teria condições de funcionar. Só que ele tem um déficit estrutural estimado em mais de R\$100 milhões por ano. Ou seja, nem adiantaria resolver a sua questão de estoque...

**O SR. PAULO SOUTO** – Nem o Governo do Estado tem condições de fazer isso.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Nem tem condições de aportar R\$1,5 bilhão, em caixa.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra o nobre ex-Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** – Obrigado, nobre Senador Ney Suassuna, sempre muito elegante em seus encaminhamentos.

Quero contestar a idéia de que não existe alternativa. Começamos por essa última alternativa, referida aqui pelo Diretor do Banco Central. Uma delas, muito mais barata para Santa Catarina e que implicaria em uma responsabilidade muito menor para esta Casa, que vai aprovar um endividamento da ordem de R\$2,1 bilhões, é deixar o déficit estrutural de R\$100 milhões por ano, porque, em cinco anos, teremos vinte e um anos a R\$100 milhões por ano, déficit estrutural, se nada fosse feito, para que Santa Catarina não tivesse de assumir esta dívida. Essa é uma solução que considero absolutamente simples. Aliás, esta é a solução de sempre, Srs. Senadores. A solução de sempre seria não ter mexido em nada no Besc, porque o Besc estaria lá, íntegro, funcionando, dando lucro, sem problema nenhum. O que aconteceu foi que houve uma ação deliberada, consciente, para fechar as portas de uma instituição, orgulho de todos os catarinenses. Foi isto que aconteceu. Outra solução seria voltar à solução do contrato do dia 31 de março de 1998.

Afinal, tenham a santa paciência! É verdade que as folhas de pagamento de Santa Catarina continuam três meses atrasadas. Então, Santa Catarina não teria os R\$100 milhões de aporte para dar em sua contrapartida. Mas, atenção, se vamos pegar R\$425 milhões, nenhum Senador desta Casa tenha dúvida, porque isto que se diz o tempo todo até, vai ser lá até po de ser que tenha diferença de algum centavo, mas sempre é assim. O que esta Casa está aprovando é uma espécie de cheque especial do valor de R\$2 bilhões aliás, a esta altura, já é R\$2 bilhões e 200, porque isso vira em taxa Selic, que era obscena no tempo dos precatórios, mas que agora não é mais, praticamente a fundo perdido, para lançar a um financiamento de trinta anos. Por que não vai usar? Eu quero dizer o seguinte: vamos pegar R\$425 milhões para um plano de demissões incentivadas, para um Estado que teve força política para acabar com a força constitucional do Besc público e estatal e não temos força para derrubar uma estabilidade que é estatutária! O Governo atual não tem força para derrubar a estabilidade, porque os bancários do Besc são todos celetistas, como foi tão bem mencionado pelo Senador Casildo Maldaner. Eu diria que esta já é uma outra alternativa. Vamos reduzir essas verbas. Não precisa ter PDV. Quem comprar, que faça como o Besc fez ao longo desses últimos treze anos. É verdade que teve vários programas de demissão incentivada, mas à



custa da instituição bancária catarinense Besc, nenhum centavo foi jogado à conta da sociedade catarinense no orçamento de Santa Catarina.

Dêem quatro anos para o Besc e esses oito mil, que são do tempo da intervenção, que são do tempo do primeiro Governo do Sr. Esperidião Amin, esses cinco mil que tem hoje, provavelmente vão se reduzir. Disse aqui o Diretor do Banco Central que não se adotou nenhum remédio. Faz treze anos que vem se ministrando remédios e medicamentos àquela instituição. Demissão incentivada, demissões de toda sorte e de toda ordem, informatização, a presença forte do banco nas pequenas comunidades, a idéia da agência pioneira, que agora não tem mais.

O que prevalece, nisso tudo, são duas coisas: não tenham dúvida, V. Ex<sup>as</sup>, de que eu sei qual será o resultado disso aqui, afinal esta é uma Casa que conheço muito bem, estive aqui por oito anos e conheço todos os mecanismos pelos quais os assuntos são deliberados. Em primeiro lugar, vai fazer caixa, sim, o Governo do Estado de Santa Catarina. Essa história de que Santa Catarina não vai fazer caixa é absolutamente fictícia.

Santa Catarina vai fazer caixa, por exemplo, na venda da carteira imobiliária do FCVS, porque o Estado assume uma dívida de 30 anos por 500 e depois terá de vender no mercado por 50%, porque há um deságio, porque, como tão bem disse o diretor do Banco Central, a carteira imobiliária e o FCVS não têm valor de mercado, embora, e isso é algo interessante que os Srs. Senadores saibam, e certamente o sabem, o Fundo de Compensação de Variações Salariais seja um fundo federal.

O que o Diretor do Banco Central disse, assim como disseram todos os técnicos e diretores, foi o seguinte: “ocês têm, nos seus ativos, conglomerado BESC, um Fundo de Compensação de Variações Salariais, nominalmente em 500 milhões. Contudo, como isso não vale no mercado, vocês têm de expurgar”

E aí já está um dos rombos criados artificialmente pelo Banco Central, na regra que ele impõe e que leva a decisões muito mais comprometedoras do que qualquer decisão dos Senadores da República com representação dos seus Estados.

Então 450 milhões podem ser deixados de lado. Por que 600 milhões para capitalização? É uma pergunta que faço. Está escrito aqui: são 600 milhões.

Atenção! São 450 milhões de dólares para 2.000 ou 2.500 funcionários do BESC no Plano de Demissão Incentivada. Teria de 150, 250 ou até 500 mil reais para serem nascidos. Isso significa 4

folhas de pagamento do meu Estado, e três delas estão atrasadas.

Quero saber qual é o sentido de justiça, de equilíbrio e de senso de finanças públicas que devemos ter. Por que esta Casa ou qualquer um de nós temos de nos circunscrever a essas normas do Banco Central? Por que o Banco Central tem o direito de dizer o tempo todo que o banco estava bom, estava sólido, que o banco era um exemplo, e seis meses depois inverter as regras de análise de balanço, e os 220 de ontem se transformam em 800; os 800 se transformam em 2, bilhões?

Vejam como é fantástico: os 2.100 agora são apenas um milhão, na palavra do Sr. Diretor do Banco Central.

Então são para essas coisas que eu gostaria de chamar a atenção. Sei que será inútil, sei que isso será apenas para registro, para alívio da minha consciência, mas insisto em dizer: estamos aqui diante de um ato predatório às finanças do nosso País e, de modo particular, às finanças do meu Estado, Santa Catarina.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) Nobre Senador, a Mesa repele o pré-julgamento de V. Ex<sup>a</sup>, que foi da Casa, mas cada Senador votará de acordo com a sua consciência.

**O SR. NELSON WEDEKIN** Peço desculpas, nobre Senador Ney Suassuna, mas para saber se tinha razão devemos aguardar o resultado e a história.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) O resultado pode ser o que for, mas cada um votará de acordo com a sua consciência.

Senador Paulo Souto, V. Ex<sup>a</sup> concluiu?

**O SR. PAULO SOUTO** – Sim, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** Sr. Presidente, as minhas primeiras perguntas serão para o Secretário da Fazenda, Sr. Antonio Carlos Vieira.

Em seu último comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, o Governador Esperidião Amim mencionou que o Governo do Estado de Santa Catarina sabia bem administrar uma empresa pública, a exemplo do que ocorria com o Porto de São Francisco, porque há outros portos com administrações municipais, outros com administrações privadas, em Santa Catarina, mas S. Ex<sup>a</sup> disse que o Governo de Santa Catarina sabe bem administrar uma empresa pública e deu como exemplo a administração do Porto de Santa Catarina, que estaria indo tão bem, ou melhor, que os demais portos.

Pergunto primeiro a V. S<sup>a</sup> se considera que o Governo de Santa Catarina não teria condições de administrar o BESC tão bem ou melhor que a iniciativa privada.

Segundo, no item 3 do Ofício Presi 994540 se estabelece que 'a eficácia do contrato está condicionada à substituição de contragarantida dada pelo Estado à União, representada pela caução de cerca de 4 bilhões 366 milhões e poucas ações do BESC. Como será feita essa substituição? Qual o patrimônio do Estado que será usado no lugar das ações? Essa substituição pressupõe a aprovação da Assembleia Legislativa Estadual? O Projeto já foi encaminhado a ela? Se não, quando será enviado? É razoável que o Senado tenha de se manifestar de forma apressada sobre o assunto, sem uma análise mais profunda, sem que isso represente a liberação dos recursos, já que depende ainda de outras ações, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa?

V. S<sup>a</sup> disse que o Governo anterior não implementou o saneamento aprovado pelo Senado em 8 de dezembro de 1999, mas quando votou no Senado o Governador eleito, então Senador Esperidião Amin, disse que não iria implementar isso. Vou até citar as palavras do então Senador Esperidião Amin, entre aspas, na época.

Estou aqui com o jornal **A Notícia**, de 9 de dezembro de 1998, que diz:

"Fiz questão de deixar claro, como futuro Governador, que o Governo estadual não terá esse recurso para cumprir a sua parte. Votamos a favor para não enfrentar acusações de que estávamos trabalhando contra o Estado, mas não vou pagar. Não sou a favor dessa contrapartida. Não vamos pagar" – desabafou Amin. O Governador anunciou ainda o que pretende fazer nesse caso: "Vamos fazer adiantamentos e tentar jogar para frente."

Ora, o Banco Central, que esteve presente à discussão, à época da votação, não questionou os valores como insuficientes. Então, pediria, em primeiro lugar...

Sr. Presidente, pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se poderia fazer essas três indagações, porque, depois, haveria os demais membros. Então, essas são as três primeiras perguntas.

Continuo inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Secretário de Finanças de Santa Catarina.

**O SR. ANTÔNIO VIEIRA** - Senador Eduardo Suplicy, Santa Catarina possui, para 1999, um orça-

mento de R\$2,2 bilhões. Arrecada mensalmente algo perto, de receita líquida, de R\$190 milhões.

Recebeu uma dívida, do Governo passado, de R\$1,6 bilhões. As três folhas, Senador, no valor de R\$324 milhões, fazem parte de um conjunto de dívida de R\$1,6 bilhões. Esse número – não sou eu que digo – está na análise da prestação de conta do Governo de 1998. Está no relatório do Tribunal de Contas, que foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Então, não estou inventando esse número.

Veja, Senador, se V. Ex<sup>a</sup> me perguntar se o atual Governo teria condições de bem administrar o BESC, se não tivesse essa dívida, diria, com toda a tranquilidade, que sim. Mas com essa dívida de R\$1,6 bilhões, vai ser muito difícil.

Só um detalhe, Senador Eduardo Suplicy: em dezembro, concluímos o pagamento de 12 folhas do ano de 1999 e mais uma folha do 13º salário e estamos pagando, do atrasado, R\$320 milhões, das três folhas; já pagamos R\$66 milhões, com a economia da Receita. Mensalmente, aos poucos, estamos honrando um pagamento que o Governo passado deixou de herança.

Então, diria, tranquilamente, que teríamos condições de bem administrar se não tivéssemos essa dívida, mas, com essa dívida, que, como diz o nosso Diretor do Banco Central, não é uma dívida para frente, mas uma dívida que já existe... Se nós tivéssemos recursos de 1,5 bilhão, nós o colocamos no Banco e este começou a respirar. Sem isso, não respira. Com relação à garantia na operação com o Bird, evidentemente, após a decisão do Senado Federal, o Governo irá implementar as demais providências a fim de que o contrato que será aprovado nesta Casa possa ser implementado no nosso Governo. Fato que não ocorreu na administração passada, que teve o contrato de saneamento aprovado pelo Senado dia 8 de dezembro e publicado no **Diário Oficial** no dia 11/12.

Vou repelir uma insinuação do Deputado Ronaldo Benedetti. S. Ex<sup>a</sup> afirmou que o Governo passado não tinha tempo. Tinha, porque o prazo legal das SAs é de oito dias para convocar assembleia. Ele teria condições, sim, de após o dia 11 convocar assembleia. No dia 28 de dezembro foi publicado edital de convocação da assembleia geral extraordinária para o dia 12 de janeiro.

Senador, V. Ex<sup>a</sup> sabe que as administrações públicas funcionam mediante orçamentos. Existem no Orçamento de 1999 esses recursos, esses 50% da contrapartida? Não existem. Foi aprovado pela assembleia do Estado de Santa Catarina em 1998 um orçamento para 1999 sem que os recursos lá



entrassem. A disponibilidade do Estado, de um total de R\$218 milhões, para o saneamento era de R\$109 milhões. Como é que o Estado poderia repassar para o saneamento do BESC, para o capital, sem orçamento? Mesmo que tivesse não haveria condições legais de fazê-lo. Creio que, com essas explicações, respondi a três quesitos.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Vou formular questões ao Ex-Secretário de Fazenda e nosso ex-colega no Senado, Nelson Wedekin. Gostaria de comentar com o Secretário de Fazenda, Antônio Carlos Vieira, que, com respeito a colocar em dia os pagamentos dos servidores, pôde o Governo de Santa Catarina pagar mês a mês. O Governador Esperidião Amin considerou, em sua última exposição aqui, que o pior roubo que existe é deixar de pagar os funcionários. Gostaria de lembrar que o Governador Zeca do PT, do Mato Grosso do Sul, assumiu com o Governo anterior, tendo atrasado quatro meses o pagamento dos servidores, mas já colocou em dia. O Governador Jorge Viana, do Acre, também do PT, assumiu com um atraso de três meses na folha de pagamento. Hoje, todos os pagamentos estão sendo postos em dia. O Governador Olívio Dutra está com os pagamentos em dia, e com ligeira dificuldade está colocando em dia também o décimo terceiro salário.

Há maneiras de saldar as dívidas quando se tem determinação de fazê-lo, e alguns governos têm demonstrado isso.

Ex-secretário e ex-Senador Nelson Wedekin, em 1998, o Senado aprovou a Resolução nº 95/98, que autorizou o Estado a realizar operações de crédito de R\$312 milhões – conforme já exposto inclusive por V. Exª – destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro daquele Estado, incluindo o BESC e o Badesc. Consta nessa resolução que R\$109 milhões seriam suficientes para o saneamento do BESC, sendo R\$50 milhões para a capitalização do Banco e R\$59 milhões para a compra da carteira do FCVS. Agora, fomos surpreendidos por essa conta de R\$2,3 bilhões, onde estão incluídas a capitalização de R\$620 milhões de reais, não mais 50 milhões de reais, cem milhões para contingências trabalhistas e fiscais, 643 milhões para a aquisição da carteira imobiliária do BESC pelo Estado, 30 milhões de reais para investimento em tecnologia, quase 40 milhões para a aquisição de imóveis do BESC pelo Estado.

V. Exª sabe o que ocorreu com o Banco, depois que o Senhor deixou a Secretaria, para que pudesse crescer vinte vezes? Há um ano, eram necessários

apenas 109 milhões de reais, mas, agora, para vendê-lo a um banco privado, o Estado terá de colocar mais de dois bilhões e assumir essa dívida extraordinária.

O Senhor não considera, e eu, inclusive, em seguida formularei ao Diretor Carlos de Freitas, que, porque noutra forma vou lhe perguntar, o Estado não estará transferindo para a iniciativa privada um volume de recurso fantástico, tendo que investir em tecnologia e quase gastar 500 milhões em demissão de pessoal, para entregar um banco enxuto à iniciativa privada? Tem V. Exª conhecimento aproximado das avaliações que estão sendo feitas para a privatização do BESC? Porque o que me impressiona, e há pouco o próprio Senador Paulo Souto, aqui, nos dizia, o que vai ser feito é um empréstimo a taxas de juros muito abaixo do mercado, para que a iniciativa privada obtenha o controle do banco. E aí eu me pergunto, no sentido geral da política econômica, daquilo que faz o Governo Fernando Henrique Cardoso, porque o Ministro da Fazenda, os Presidentes do Banco Central que têm aqui nos colocado, ao defender o Proer, o Proes e o processo de privatização, estão sempre dizendo que é para ajudar a estabilidade do sistema financeiro, para ajudar a estabilidade econômica. Mas, e do ponto de vista da questão da concentração de renda e de riqueza? E essa já é também a pergunta que formulo ao Diretor do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, por quê? Por que será que, em que pesem alguns programas aqui ou acolá, a distribuição da renda no Brasil continua quase que tão grave quanto era alguns anos atrás? Será que não é exatamente por causa desses programas pelos quais o Governo injeta recursos a taxas de juros subsidiadas, na palavra do Senador Paulo Souto? Não é novidade. É uma questão de décadas, uma questão de séculos, desde quando Dom Manoel escolheu os doze capitães para distribuir o Brasil em doze Capitanias Hereditárias, para que se pudesse desenvolver, escravizando-se índios e tudo. Agora modifica-se um pouco, mas continua o Governo a colocar recursos da sociedade, de toda a sociedade, para quem? Para que aqueles que já detêm grande patrimônio e recursos possam estar administrando, em nome da boa eficiência da iniciativa privada, mas com recursos de todos, e, depois, sai tudo bonito. “Ah, vai dar lucro depois.” Mas, para dar esse lucro, precisa-se de uma injeção extraordinária de recurso do povo, por meio do Banco Central, para o BESC. Então, Senador Wedekin, peço-lhe que possa fazer uma avaliação desse quadro.

A última questão que já formulei em seguida ao Diretor Carlos Eduardo de Freitas é: como V. S<sup>a</sup> mencionou aqui, 2 bilhões e 200 milhões de reais constituem uma quantia extraordinária e extravagante, então, qual seria o volume adequado de recursos que responsabilmente o Senado Federal deveria autorizar? Já sabemos que 2 bilhões e 200 milhões de reais que o próprio Banco Central considera inadequado, é demais. Precisamos rever esse número. Qual seria, então, a recomendação que V. S<sup>a</sup> nos faz, para que possamos aqui adotar uma decisão responsável. Então, já são feitas as duas perguntas. Se o Deputado Ronaldo Benedetti quisesse complementar a análise, eu agradeceria.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pelo Regimento, já esgotei o meu tempo, e o aparte é permitido.

Gostaria de formular um pedido ao ex-Senador Nelson Wedekin e à Mesa, para fazer uma análise. Veja bem, Senador Paulo Souto – aproveitando a concessão do Senador Eduardo Supply –, devemos questionar se vamos autorizar cerca de dois bilhões a um Estado que será o responsável, se for necessário injetar dinheiro no banco. Pergunto: quanto o Estado detém de controle das ações? Ele é proprietário do banco em que percentagem? Vamos sanear o banco, fazer um PDV e uma capitalização, injetar os recursos, a sociedade arcará com tudo isso por 30 anos, e, daqui a pouco, ele será vendido. E, com quanto os acionistas particulares, que vão beneficiar-se no saneamento, vão entrar no PDV?

Eu gostaria que dissesse quanto representa isso hoje. Quem sabe, os membros da Mesa poderão aproveitar a oportunidade que me concedeu o Senador Eduardo Supply, para fazermos uma avaliação mais detalhada.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – É boa a lembrança do Senador Casildo Maldaner. Esta é a questão final ao Dr. Carlos de Freitas, pois, no item 8 do parecer do Banco Central, está apresentado o cálculo do enquadramento de operação no limite fixado no art. 5º da Resolução nº 78: existe previsão orçamentária para absorver as operações de crédito realizadas neste exercício?

A situação de endividamento do Estado, em 31 de agosto passado, enquadrava-se no limite de endividamento, restando o saldo de apenas R\$1,3 milhão. Após essa data de 31 de agosto, o Estado de

Santa Catarina realizou outra operação de crédito de R\$500 milhões, relativas à dívida com o IPESC, que não foi considerada para o cálculo. Isso significa que o limite de endividamento encontra-se extrapolado em cerca de R\$500 milhões? No item 10 do mesmo parecer, o Banco Central afirma que os títulos da dívida mobiliária do Estado bloqueados pelo Senado não estão sendo considerados para o cálculo deste mesmo limite.

Então, gostaria que V. S<sup>a</sup>, Diretor Carlos Eduardo de Freitas, explicitasse a esta Comissão qual a situação real do endividamento do Estado hoje, especificando a questão dos títulos bloqueados e a federalização da dívida do IPESC.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Antes de passar a palavra, quero dizer da minha admiração pelo Senador Eduardo Supply. Como Parlamentar, S. Ex<sup>a</sup> é imbatível; conseguiu perguntar a todos e ainda cedeu a vez a outro Senador. (Risos.) É, realmente, um Parlamentar incrível e de bom caráter! Eu sou fã de S. Ex<sup>a</sup>.

Passaremos a palavra ao Senador Nelson Wedekin e, depois, ao Diretor do Banco Central, Dr. Carlos de Freitas. Se o Deputado, conforme o apelo do Senador Eduardo Supply, quiser usar da palavra, também poderá fazê-lo.

Informo aos companheiros que, diante do adiantado da hora, daqui a pouco teremos de suspender a reunião, por causa da sessão plenária do Senado. Peço que sejam o mais sucintos possível.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, respondendo ao Senador Eduardo Supply, que levanta duas questões de grande importância, eu começaria por dizer o seguinte: se esta Casa, se o Senado Federal, se esta Comissão hoje deliberar, autorizando esta operação, estará penalizando duramente, por 30 anos, o povo de Santa Catarina, porque, qualquer que seja o raciocínio, sempre é bom que se lembre que nós, de uma só vez, com dois bilhões e duzentos milhões, estamos elevando a dívida do nosso Estado, o Estado de Santa Catarina, em 50%, porque essa dívida hoje está na altura dos quatro bilhões e 500 milhões. E como se fez isso? O povo de Santa Catarina, a sociedade de Santa Catarina assina o débito por 30 anos, é verdade que a juros bastante confortáveis, de 2,2 bilhões de reais. Quem é que alcança, quem é que disponibiliza esse recurso? Aí, já não é mais só Santa Catarina, quem disponibiliza esse recurso é, em última análise, a sociedade brasileira. E com quem fica esse dinheiro? Esta é a



questão central que o Senador Suplicy levanta com toda propriedade. O beneficiário desse valor monumental de um Governo que é extremamente comedido, quando se trata de enviar verbas para a saúde, para a educação, para pagar o funcionalismo, mas que é extremamente generoso, quando se trata de dar dinheiro para grupos privados. Neste caso específico, não há nenhuma dúvida, os grandes beneficiários deste volume, que me permito dizer assim sem querer ofender ninguém, que as pessoas tratam como se fosse mudar a marca da gravata ou mudar de camisa. Como se as pessoas falassem como se fosse o seu próprio salário mas que se trata de 2,2 bilhões de reais e tudo aquilo que for gasto nesse programa vão engordar a conta, vão acender novamente a lareira dos contentes, como diz uma música do Chico Buarque, ou seja, os banqueiros que vão comprar, aliás, em Santa Catarina, todo mundo já sabe qual é o banco que vai ganhar, não tenho nenhum problema em dizê-lo aqui, todo mundo diz que o Banco Bozzano Simonsen é quem vai ficar com o Besc, talvez até me engane, e se me enganar, tanto faz, não é problema, mas é uma instituição privada que vai ficar. Eles serão, Senador Suplicy, os grandes beneficiários de um velho modo como se comporta a República: privatiza-se o lucro e estatiza-se e socializa o prejuízo. Considero isso uma coisa muito grave e penso que respondi a sua questão.

Permita-me, Presidente, dizer algumas coisas aqui, nas quais não queria entrar, porque esta Mesa não pode ser uma Mesa de debates da política de Santa Catarina, apenas queria dizer o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não deve.

**O SR. NELSON WEDEKIN** – ...e ser bastante breve: em relação à não tomada de providência pelo Governo anterior para consolidar aquela operação de 212 milhões, é uma grande falácia que o Governo atual repete exaustivamente dizendo que não foram tomadas as providências, quando não havia nenhuma razão para que a providência não fosse tomada já neste Governo. O que acontece na cabeça de certos funcionários do Governo, de certos Governantes de Santa Catarina é o seguinte: eles entendem o atual Governo de Santa Catarina como deles, não entendem o Governo como uma continuidade, e se o Governo anterior fez e convocou uma assembléia geral, o outro Governo achou que não tinha nenhum dever de cumprir. Mas, se tivesse cumprido aquela assembléia no começo de janeiro, é claro que a operação tinha se dado.

É importante dizer que, no caso do Badesc, porque o contrato aprovado por esta Casa era do Besc e do Badesc, no contrato do Badesc correu tudo bem em relação às providências que tinham sido tomadas pelo atual Governo, não foi no Besc porque não era da conveniência.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que este valor de 1,6 bilhão, aqui referido pelo Secretário atual, Antônio Carlos Vieira, é outra falácia monumental. E a única coisa que me comove é a solenidade com que ele fala esse número, que é um número de absoluta ficção.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Diretor do Banco Central.

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Nobre Senador Suplicy, muito obrigado pelos pontos.

Eu só queria fazer uma observação de caráter técnico. O valor do saneamento não era de R\$109 milhões, essa era a parte que correspondia ao financiamento do Governo Federal. Dentro do Proes, havia a hipótese do saneamento, do qual 50% do custo era bancado diretamente pelo Estado, e 50% era financiado pela União. O número que V. Ex<sup>a</sup> tomou corresponde aos 50% do financiamento da União. Então, estávamos falando de R\$213 ou R\$219 milhões, quando o ajuste efetivo chegava a R\$252 milhões, conforme o quadro que distribuí a V. Ex<sup>as</sup>, dos quais R\$39 milhões tinham de ser retirados porque correspondiam a títulos de precatórios de Alagoas. Então, a diferença dos números não é de 109 para 2 bilhões, mas, sim, de 252 para 2 bilhões.

Ressalto e insisto uma vez mais: 2 bilhões correspondem ao financiamento, onde temos meio bilhão de compra de carteira imobiliária que não resulta em dívida, é apenas uma passagem. A carteira é vendida, e o banco fica com as Letras do Tesouro, quer dizer, estamos falando de um endividamento da faixa de R\$1,5 bilhão. Se aprovada a federalização, se esta egrégia Comissão julgar conveniente aprová-la, o Estado terá ainda a reversão a favor das suas finanças; poderá pagar de sua dívida mais R\$500 milhões. Nada favorece o engorda, de qualquer forma, o Tesouro Estadual. Por isso, refiro-me ao número de R\$1 bilhão como a dívida efetiva.

V. Ex<sup>a</sup> se referiu a um tema do maior significado, que me aflige e pertence às minhas preocupações diuturnas. Posso não ter absoluta convergência ideológica com V. Ex<sup>a</sup>, mas admiro a sua carreira acadêmica e política há muitos anos, V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Algumas vezes, tivemos oportunidade de debater essas questões. Talvez, nobre Senador, uma das

razões dessa distribuição de renda esteja nessa dívida de R\$1,5 bilhão do Estado de Santa Catarina, já existente de fato. Não estamos discutindo aqui o endividamento de R\$1,5 bilhão, a dívida de R\$1,5 bilhão já existe; um banco não pode operar com uma insuficiência patrimonial dessa ordem. É evidente que um banco pode sobreviver, pode ter uma sobrevida a uma insuficiência patrimonial, desde que tenha liquidez, desde que o mercado continue a aportar recursos. Um banco estadual é o centralizador das contas do Estado; ele pode ter uma sobrevivência. A responsabilidade do Banco Central não pode permitir nem ao banco privado nem ao banco oficial operar com insuficiência patrimonial, porque está oferecendo risco a clientes.

É evidente, nobre Senador, que, quando a inspetoria chega a um banco particular, a um banco privado, muitas vezes, a reação do controlador é esta: senhores, estou operando, continuo a ter liquidez; os senhores atrapalharam e vieram descobrir, em uma inspeção geral consolidada, passivos ocultos, ativos que não valem o valor de face. E, agora, detectaram uma insuficiência patrimonial que eu tenho que capitalizar, porque a capitalização é para a segurança do público e do povo, em última análise.

Quem beneficiou essa dívida, nobre Senador? Onde estão esses R\$1,5 bilhão? O funcionalismo, cinco mil funcionários com estabilidade, salários elevados. É o povo, ou é um segmento privilegiado da classe média? Por que o plano de demissão? Porque existem direitos adquiridos; vivemos em um estado de direito. São direitos adquiridos que têm ser pagos, isso tem um custo. Então, uma parte dessa desigualdade está aqui.

Os créditos inadequados, os créditos da carteira imobiliária, nobre Senador, beneficiaram os segmentos de maior necessidade, ou segmentos de classe média que talvez não precisassem de todos esses subsídios. A quem beneficiou essa carteira, que tem um terço de seus créditos sem qualidade? Concorro em que a pergunta de V. Ex<sup>a</sup> é totalmente pertinente. Quem são os tomadores desses créditos comerciais que não são pagos? É uma pergunta da maior relevância. A quem beneficiou? É daí que vem, a meu ver, essa desigualdade.

A proposta que trazemos a V. Ex<sup>a</sup> é um equacionamento apropriado, ordenado. E uma privatização, por quê? Porque, no banco oficial, há as melhores intenções – e não vejo nada de ideológico, contrário ao banco oficial –, mas as suas características o levam a acabar embutindo um conjunto enorme de despesas fiscais, escondidas pela possibilidade de fun-

ding – perdoem-me a palavra em inglês –, de financiamento no mercado, escondem uma quantidade enorme de despesas fiscais que não passam por esta Casa, que são decididas entre o Presidente do banco estatal, o Secretário da Fazenda e o Governador, ou seja, por três a quatro pessoas.

Recentemente, o Banco Central criou um Departamento de Ilícitos Financeiros, que vai se dedicar exclusivamente a isso. Antigamente, esse trabalho era feito em um departamento que cuidava também das liquidações, que foi separada num departamento próprio, para que fossem agilizadas e passassem por um processo transparente para a sociedade. Aliás, essa parte foi vinculada às minhas responsabilidades, e o Departamento de Ilícitos continua na inspetoria, na Diretoria de Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – O nobre Deputado, se quiser usar da palavra, poderá fazê-lo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, desculpe-me, mas faltou apenas uma breve e última questão. Considerando extravagante, extraordinário o valor de R\$2,2 bilhões, qual é o valor recomendado pelo Diretor do Banco Central para a autorização que iremos votar?

**O SR. CARLOS DE FREITAS** – Obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy. Posso ter mencionado de forma inadvertida, mas não considere o valor extravagante em momento algum. Inclusive, distribuí um gráfico demonstrando que R\$2 bilhões não é um valor extravagante, mas perfeitamente compatível, pois está no mesmo nível do Paraná, bem mais baixo que o do Ceará e do Amazonas, muito mais baixo que o do Piauí e é apenas superior ao de Goiás. Então, se disse isso, perdoem-me a colocação inadequada. Eu disse que tínhamos uma preocupação no Banco Central de que não houvesse valores extravagantes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Eu entendi que V. S<sup>a</sup> havia citado que o valor era demasiadamente grande.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Obrigado, nobre Senador.

Com a palavra o nobre Deputado. A Mesa insiste em pedir que V. Ex<sup>a</sup> seja o mais sucinto possível.

**O SR. RONALDO BENEDETI** – Srs. Senadores, dentro da linha do Senador Eduardo Suplicy, no dia 10 de dezembro de 1998, o Senado aprovou uma resolução, o mesmo pedido, por orientação do Banco Central, de até R\$311 milhões, envolvendo Badesco e Besc – repito, até R\$311 milhões. Parece que estamos falando sobre valores absurdos, porque envolvem milhões e bilhões de reais. Ora, o Banco Central



apresentou um valor há apenas um ano e, hoje, vem com outro valor e diz que ele é compatível.

Pergunto: quando é que o Banco Central estava com a razão, hoje ou naquela época? Quando é que o Senado foi iludido, daquela vez ou agora? O Banco Central se enganou quando avaliou o Besc?

Repetindo, o Sr. Secretário da Fazenda disse que, na época, não foi cumprido o contrato. No entanto, o contrato está aqui para qualquer Senador que quiser pedir vista. Ele foi cumprido sim. O Senado Federal votou dia 10. Dia 14, a Diretoria Executiva se reuniu e, em seguida, o Conselho Fiscal. Foi confeccionado e publicado o edital. Tudo tinha prazo: dia 29. E foi marcada a reunião, onde foi lido pelo Senador que o então Senador Esperidião Amin afirmou que não concordava e que não ia cumprir. E isso ocorreu muito antes de o edital ser publicado. Esse é um fato muito importante.

Outra questão que nos deixa perplexos é o Banco Central ter uma avaliação do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais e adotar uma avaliação rígida com relação ao que não se falou aqui ainda. Vamos discutir e definir o que são ajustes técnicos, o que o Besc deve e o que são os ajustes regulamentares que estão aqui e que têm valores absurdos. Ajustes técnicos não são legais, não têm valor legal e, portanto, não podem ser exigidos; são recomendações. Por isso, o BESC – Banco do Estado de Santa Catarina não deve esse valor de um pouco mais de R\$1 milhão, porque a grande quantia de ajustes são os técnicos, que não são dívidas.

Por isso, o ex-Senador Nelson Wedeckin, Secretário da Fazenda à época, falou muito bem sobre a questão de contestar essa dívida que já está consolidada. Ela não está consolidada, ela não existe. Por que não usar os mesmos métodos para avaliar a Caixa Econômica Federal? Vamos desafiar, no Senado Federal, que sejam usados os mesmos critérios de avaliação do BESC na avaliação da Caixa Econômica Federal. Vamos ver se a Caixa Econômica Federal passa pelo mesmo crivo! Não se podem usar dois pesos e duas medidas. Cada Senador representa um Estado, representa a Federação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> concluiu?

**O SR. CARLOS EDUARDO DE FREITAS** – Para concluir, quero dizer que, quando o Banco Central apresenta uma linha de raciocínio, ele usa uma lógica. Claro que é preciso analisar essa lógica. Porém, não existe só essa linha de raciocínio para encontrar uma saída para o Sistema Financeiro Nacional. Trata-se de uma orientação política criada pelo Banco

Central para acabar com a presença dos bancos estaduais no Sistema Financeiro Nacional. Essa é a linha que o Banco Central adota. Se usarmos esses mesmos requisitos na avaliação dos bancos oficiais, por exemplo, a Caixa Econômica Federal, eu desafio e duvido que ela passe pelo teste.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não havendo mais inscritos, a Presidência agradece a todos que participaram da Mesa.

Agora, vamos dar continuidade à nossa reunião.

Muito obrigado.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, gostaria de falar enquanto os convidados ainda estão à Mesa. Penso que seria importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nós já encerramos os trabalhos com os convidados. Agora, vamos discutir entre nós, Senadores.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Bom, vou expor o assunto depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Anatel indaga o porquê do pedido de vista. Vejam, então, que as coisas estão andando mais apressadamente na República.

Aproveito para informar, com relação ao processo que foi pedido vista, que o Senador informou que, se houver reunião na próxima segunda-feira, S. Ex<sup>a</sup> trará o processo.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – (Fora do microfone)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> está induzindo a Presidência. Se for deliberativo e a informação proceder, será convocada uma reunião para a próxima segunda-feira, logo após a Ordem do Dia.

**O SR. BELLO PARGA** – O Presidente da Casa já afirmou que será deliberativa a sessão de segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, está convocada a reunião para a próxima segunda-feira.

Srs. Senadores, a matéria continua em debate.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Casildo Maldaner.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** -Permita-me apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. Foi pedido vista do processo?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O nobre Senador de Santa Catarina Jorge Bornhausen pediu vista do processo sobre o Fundo de Universalização das Telecomunicações.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Sobre esse...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Continuamos o debate sobre essa matéria. Como não foi lido o relatório, não há como se pedir vista. Primeiro, temos que ler e discutir o relatório.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Temos que aguardar a leitura do relatório para pedir vista?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com toda a certeza.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Bornhausen.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, desejo lembrar que, na terça-feira, quando houve o acordo para a realização desta audiência pública, proposto pelo Senador José Eduardo Dutra...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Peço ao nobre Senador Eduardo Supply que, por gentileza, preste atenção ao orador na tribuna.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Solicito ao Senador Eduardo Supply que se lembre de que o Senador José Eduardo Dutra, ao solicitar esta audiência pública, propôs que os Senadores que estavam presentes não pedissem vista – e estava presente o Senador Eduardo Supply. Espero que aqueles que estavam na reunião cumpram respectivamente; a sua palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Supply.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – V. Ex<sup>a</sup> estava presidindo a reunião e será testemunha. Vou procurar lembrar o que foi acertado.

Lembro-me de ter sido acertado o apelo formulado pelo Senador Jorge Bornhausen no sentido de que não haveria sobrestamento da votação da matéria, podendo o requerimento do Senador Casildo Maldaner ser atendido, como de fato o foi. Aliás, o Senador José Eduardo Dutra foi quem propôs esse encaminhamento, para que não se sobrestasse a votação, que se atendessem ao pedido do Senador Casildo Mal-

daner e que, então, pudesse haver a reunião, onde nós examinaríamos.

Com respeito a não se pedir vistas, eu, sinceramente, não me lembro. Gostaria até de... Vou perguntar a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente, da forma mais gentil, vou acreditar na sua palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O que entendi é que tinha havido um acordo, Senador. Entendi que era um acordo.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – É, mas deixa eu completar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – E como ouvi falar, inclusive essa proposta acredito foi inserida no bojo do acordo.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> permitisse que eu completasse. Sugiro que possa haver – eu vou até pedir a consideração do Senador Jorge Bornhausen... V. Ex<sup>a</sup> há de convir que nós hoje passamos a conhecer deste problema numa complexidade muito maior do que aquela que eu mesmo previa. Gostaria de poder estudar melhor os assuntos e comprometo-me a estudá-los o mais rapidamente possível. Temos o tempo para isso. Como foi anunciada a reunião para a próxima segunda-feira, à tarde, poderíamos assumir o seguinte compromisso: aqueles que porventura pedissem vista teriam tempo até a segunda-feira, na parte da tarde, examinar o assunto. Então não ficaria prejudicado. Nós, eu aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não entendi a proposta de V. Ex<sup>a</sup>. Desculpe-me, chamaram-me ao telefone.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – A minha proposta é que aqueles que porventura venham pedir vistas, se assim considerarem adequado, o façam, retornando o processo na segunda-feira. V. Ex<sup>a</sup> acaba de anunciar que haverá sessão deliberativa segunda-feira e que poderá haver a reunião da CAE no mesmo dia, à tarde.

Se houver reunião segunda-feira à tarde, haveria tempo pelo menos até lá para o exame mais aprofundado e poder-se-ia votar a matéria aqui na CAE na segunda. Na terça ou quarta-feira, deliberar-se-ia sobre a matéria. Portanto, esse seria um entendimento de respeito entre nós. Não haveria prejuízo para o objetivo traçado pelo Senador Jorge Bornhausen, no sentido de que possamos ainda na próxima semana, portanto antes do dia 15, votar a matéria. Então, o que estou propondo não tem o caráter de sobrestar, mas de permitir inclusive a obtenção do relatório de inspeção, que o Diretor do Banco Central nos disse que encaminhará juntamente com outras informações, que poderíamos



analisar. Parece-me um entendimento de bom senso, que atende...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, lembro-me muito bem que a proposta foi do Líder do PT, Senador José Eduardo Dutra. O compromisso, eu chamei atenção de que este compromisso, isso deve estar gravado, certamente valeria pelos que estavam presentes. Citei nominalmente o Senador Eduardo Suplicy. Evidentemente, não podemos ir além do Regimento, que prevê o pedido de vista. O que eu quero dizer é que houve o compromisso, a proposta do Senador José Eduardo Dutra, que foi aceita por mim e pelo Senador Casildo Maldaner. E eu salientei que, realmente, se houvesse um pedido de vistas fora daqueles que estavam na ocasião no plenário, evidentemente, não tínhamos como impedir o cumprimento do Regimento. Então espero que o Senador Eduardo Suplicy compreenda que esse compromisso foi assumido e que, um homem que sempre cumpriu com todas as suas obrigações, deveres e palavras nesta Casa, considere o assunto e continuemos, portanto, com a leitura do relatório, a discussão e a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A leitura do relatório ocorrerá. O que está sendo posto em dúvida é se há um compromisso ou não, podendo ocorrer o pedido de vista, cabendo à Presidência determinar o período. Isso será uma prerrogativa nossa, da qual não abrimos mão.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – Sr. Presidente, se o Senador Jorge Bornhausen – queria que ele prestasse atenção –, entendeu que a minha palavra foi de que não pediria vistas aqui, eu assim vou cumpri-la, porque entendo que temos que cumprir com a palavra.

Por outro lado, se porventura S. Ex<sup>a</sup> entender que poderíamos ter até o prazo para votar na segunda-feira em vista de um melhor exame da matéria. Mas não vou descumprir o que S. Ex<sup>a</sup> entendeu ter sido a minha palavra. Eu não me lembro de ter dito aqui naquele dia: Então, eu não vou pedir vistas. Mas eu vou, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eu não me lembro de V. Ex<sup>a</sup> ter dito, mas de ele ter afirmado isso, dizendo: "Os que estão presentes, esses não deverão pedir; outros, nós não temos como fazê-lo." Podemos verificar na transcrição essa fala.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – É verdade que S. Ex<sup>a</sup> fez o apelo. Eu não me lembro de ter dito que eu não o faria. Mas eu vou assumir o compromisso, por-

que S. Ex<sup>a</sup> entendeu que eu dei a minha palavra. Então eu vou cumpri-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Cada dia V. Ex<sup>a</sup> cresce mais diante de nós. Por duas, V. Ex<sup>a</sup> teve o mesmo comportamento em situações semelhantes a essa.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eu estou colocando publicamente, apenas para saibamos, para que o público saiba quem é o homem que faz Oposição sistemática na Casa. É um homem que faz Oposição, mas que cumpre a sua palavra com toda certeza.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** -- Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pela ordem V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Só diante...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdão, pela ordem tinha pedido o Senador Jorge Bornhausen, depois V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, não me surpreende essa atitude do Senador Eduardo Suplicy, que goza do maior desta Casa e do Congresso. Tenho consciência daquilo que foi dito e tratado, senão jamais levantaria esse assunto nesta reunião, e a proposta foi do Líder do PT. Eu agradeço a atitude do Senador Eduardo Suplicy.

Ressalto que estamos aqui ouvindo atentamente, desde dez e meia da manhã, e que o Governador do Estado se locomoveu para Brasília ontem, para participar desta reunião. Portanto, nada mais justo que um assunto dessa natureza, debatido durante três horas, possa permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Governador está na reunião?

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Está aqui ao lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Indago ao Srs. Senadores se querem que o nobre Governador entre e preste algum esclarecimento. (Pausa.)

Dispensado.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Então, solicito a continuidade da reunião e urgência para a matéria.

**O SR. CASILDO MALDANER** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Se fosse o Governador quisesse alguma exposição, eu acharia de bom alvitre, todavia, a maioria entendeu que não carece, inclusive se algum Senador quisesse formular, sabatinar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdemos a Presidência por tomar um partido, porque isso não deveria acontecer. Mas entendo que se o Senador... Nós procuramos ser o mais imparcial. É uma briga interna do Estado de Santa Catarina, e nós estamos buscando ser os mais imparciais possíveis.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não é uma briga. É uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – É uma discussão interna de Santa Catarina. Entretanto, estando aí o Governador e tendo uma solicitação do Senador Casildo Maldaner, não deveríamos deixar de fazê-lo.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> poderia até abrir a inscrição.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Eu não concordo.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, até porque eu tenho algumas dúvidas.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – - Eu não concordo, não.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Olha, eu tenho algumas dúvidas.

**O SR. SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Eu vou submeter aos demais companheiros, porque eu não quero...

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, tenho algumas dúvidas sobre a matéria. Após o debate com o Sr. Governador, como será a tramitação? O Relator vai proferir o...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vai relatar.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Vai relatar?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Após isso, se for cumprido o acordo, não haverá pedido de vista. Se não for cumprido o acordo, haverá pedido de vista.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, pergunto à Mesa como será o procedimento após o relatório, se houver emendas à proposta do Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Relator imediatamente fará o parecer e a emenda será votada.

**O SR. CASILDO MALDANER** – O Relator emitirá o parecer na hora?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Como tem sido usual aqui.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Mas se for alguma emenda que S. Ex<sup>a</sup> não tenha condições de relatar naquele momento?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O arbítrio é do Senador.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Se o Relator pediu prazo para fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Exatamente.

**O SR. MOREIRA MENDES** – Sr. Presidente, gostaria de falar sobre o relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> não quer que seja cumprido o pedido do Senador Casildo Maldaner?

**O SR. MOREIRA MENDES** – Peço toda compreensão do Senador Casildo Maldaner. Já tenho meu relatório pronto e gostaria de que ele fosse ouvido. Posteriormente, se houver alguma dúvida, poderemos discuti-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Mas, uma vez iniciado o processo de votação ou de discussão, o Governador não poderá participar.

**O SR. MOREIRA MENDES** – A presença do Governador é muito boa, mas não concordo que S. Ex<sup>a</sup> possa responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Na instrução, S. Ex<sup>a</sup> poderá participar, se preciso for, mas não na votação.

**O SR. MOREIRA MENDES** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para relatar.

**O SR. MOREIRA MENDES** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Casildo Maldaner, obrigado pelas palavras, também tenho-lhe grande respeito e grande amizade. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso desde o primeiro dia em que estivemos juntos, quase lado a lado. Gostaria de esclarecer que compreendo a importância de sua preocupação, mas essa audiência pública reforçou ainda mais minha opinião sobre meu relatório.

O PDV, que tanto foi discutido, é um instrumento muito usado por todas as empresas do País. É usado no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e nas empresas particulares. É um instrumento que protege aquele que será demitido e tem grande alcance social. Faço isso até nas minhas empresas. É uma maneira de premiar aqueles que serão demitidos para que possam ter uma nova oportunidade na vida.

Quanto ao prejuízo de R\$100 milhões, que os senhores que ocuparam a Mesa disseram que é



pouco e que poderia ser relevado, não concordo absolutamente. Aprendemos em qualquer compêndio de economia que uma empresa deficitária não pode acumular os prejuízos **ad eternum**. Tem-se que dar um basta e fazer com que o problema seja resolvido. Não se pode passar anos e anos acumulando prejuízos, desde que se haja uma solução. E imagino que haja alguma.

Não se arrumou a Casa antes, Senador. Não condeno os administradores anteriores nem os atuais, mas a realidade é que o Banco está numa situação difícil, que precisa ser resolvida. Um banco sem liquidez perde a confiança e, perdendo a confiança, quebra. Então, não pode, de forma alguma, continuar nesse sistema. Falou-se que a Caixa Econômica Federal não resistiria, mas resiste porque é amparada pelo Governo Federal, que tem uma máquina de imprimir dinheiro. Por isso, ela então não quebra. É como os Estados Unidos: eles têm um déficit interno e no exterior gigantesco, mas conseguem sobreviver porque têm a máquina de fazer dólar. Logo, são coisas diferentes.

Dito isso, com todo respeito, lirei meu relatório, pois penso que a matéria já foi suficientemente esclarecida por todos que me antecederam: diretores, Oposição, Situação e Diretor do Banco Central. Acredito que não paire dúvida alguma sobre o acerto de se regularizar de uma vez por todas essa situação. Isso está consubstanciado também na tabela que foi distribuída. Todos os bancos – do Paraná, do Ceará, de Goiás, do Amazonas, do Piauí – tiveram esse problema e, certamente, outros ainda o terão. E dentro da minha linha de raciocínio de que é necessário que se ajude os Estados a resolverem seus problemas, eu venho a esta comissão. Penso que o tinha a dizer já foi dito por todos os Srs. membros da Mesa e vou então proferir o meu voto.

A operação de crédito que ora se examina enquadra-se no esforço geral da União e dos Estados no sentido de equacionar as questões relacionadas à dívida pública acumulada, afastando-se os impedimentos de cumprimento dos Estados de suas maiores finalidades, relativas à promoção do desenvolvimento.

É necessário, sim, dar um fim às questões pendentes.

Os órgãos da União responsáveis pela renegociação em exame das condições do pedido de operação de crédito são unânimes, inclusive o Banco Central, em afirmar que não há óbice de caráter legal à sua realização e que todas as formalidades foram cumpridas. O pleito atende às normas fixadas pela Casa para autorização das operações de crédito

solicitadas, especialmente o art. 4º e 45, **b**, da Resolução nº 78/98 – aquela tão falada resolução, que alguns Estados não cumprem, mas aqui está cumprida.

Pelo exposto, me manifesto favoravelmente à autorização do contrato de abertura de crédito e das realizações entre a União e o Estado de Santa Catarina, o objeto do ofício.

É o meu voto.

Tenho certeza, Senador Casildo Maldaner, de que uma vez removido esse óbice o Estado terá condições sim de cumprir esse acordo e promoverá o desenvolvimento, sem esse peso, sem essa pedra em cima de sua cabeça. O meu voto é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão o parecer favorável do Senador Pedro Piva.

Na fase de discussão para instrução, será possível aos Srs. Senadores quiserem inquirir o Governador do Estado de Santa Catarina, Esperidião Amin.

Em discussão.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra, como primeiro inscrito.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, Senador Ney Suassuna, Governador Esperidião Amin, como fiz algumas referências à palavra de V. Exª, por ocasião de sua última visita, farei agora referência semelhante na presença de V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdão, Senador Eduardo Suplicy, mas face o adiantado da hora estou pedindo que sirvam um sanduíche aos Srs. Senadores. Estou aqui reclamando porque até agora não o fizeram.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Não é preciso. Acho importante, enquanto o governador Esperidião Amin conclui os esclarecimentos que hoje estamos obtendo, a respeito dessa operação, possam os diversos Senadores da CAE voltarem do almoço e proporcionarem o **quorum** suficiente para votação da matéria.

Mas o Governador Esperidião Amin, na última ocasião, fez algumas observações.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Anotei as observações de V. Exª.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Então se V. Exª já quiser comentar, vou lembrá-las muito rapidamente.

V. Exª <sup>aqui citou</sup> e estou de acordo com a observação, que o pior roubo é se contratar alguém para trabalhar e não pagar. E V. Exª fez uma referência ao esforço que está fazendo para pagar os servidores a cada mês, citando que ainda não conseguiu fazê-lo em relação aos atrasos deixados pelo governo anterior.

or. E aqui relembrei que nos casos de Mato Grosso do Sul e do Acre também os governadores assumiram...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – E mencionou o Rio Grande do Sul também.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – No Rio Grande do Sul, não estava havendo um atraso e continua em dia, com grande esforço agora, pelo que estou sabendo, para que seja pago também o décimo-terceiro.

Nos casos de Mato Grosso do Sul e do Acre, os Governadores conseguiram, com grande esforço para reequilibrar despesas e receitas, colocar em dia os pagamentos, além de pagar em dia todos os vencimentos.

Gostaria de saber em que medida, em Santa Catarina, essa meta poderá ser atingida. Em segundo lugar, e este é o ponto central, está a questão de poder haver ou não banco oficial, banco estatal bem administrado. Lembrei-me de que, na última visita ao Senado, segundo a análise de V. Ex<sup>a</sup>, em Santa Catarina havia portos privados, por exemplo, mas havia um porto, o de São Francisco, muito bem administrado pelo Governo.

A minha indagação então é: “Por que não poderia também o Governo, exemplarmente, administrar um banco do Estado? Gostaria de ouvir o que V. Ex<sup>a</sup>, que tem grande experiência na administração pública, tem a nos dizer. Será que, efetivamente, não poderia o Governo de Santa Catarina, exemplarmente, administrar também o BESC? Quem sabe, até com a participação da iniciativa privada, não poderá o Governo de Santa Catarina torná-lo um banco público que atenda aos microempresários, aos pequenos empresários, aos municípios pequenos, dado o caráter pioneiro que, muitas vezes, um banco público, um banco estatal pode ter – por vezes há dificuldade e até falta de interesse do banco privado de ir a cidades menores. Isso ocorre em Santa Catarina e em outros Estados. E, ao mesmo tempo, não poderiam o Governador e os dirigentes do banco público, do banco estatal, com a sua força, evitar que ele fosse submetido a pressões, que podem até ser consideradas naturais, dizendo: “emos de ter aqui a sistemática de não admitir pressão política indevida, de não dar presentes a este ou àquele grupo, porque aquele deputado ou vereador ou aquele senador está pedindo”.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Em Santa Catarina, o Senador Casildo Maldaner lançou a expressão “terceirizar o BESC”. Foi o Senador Casildo Maldaner que disse que o BESC tinha sido terceirizado.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** – Bom, o que gostaria de ouvir é se V. Ex<sup>a</sup> realmente está abrindo mão

da perspectiva. Se é uma idéia, um ponto de vista, se a questão é: “Realmente, os Governos do PPB, do PFL e daqueles que compõem a nossa base acreditam que não deve mais haver banco público, estatal. O PPB, o PFL e outros que compõem o Governo têm a diretriz de não mais administrar banco público, porque acaba dando errado”. Ou se a questão é do tipo: “As pressões, hoje, as diretrizes do Fundo Monetário Internacional são de tal ordem sobre o Governo brasileiro que todo banco público tem que passar para mãos privadas” E se V. Ex<sup>a</sup> tem uma reflexão crítica sobre os extraordinários recursos públicos, a taxas de juros menores do que as de mercado, que estão sendo utilizados pelo Governo do Estado de Santa Catarina para enxugar e melhorar a situação financeira do BESC, para que o seu controle seja oferecido, de maneira enxuta e limpa, a um grupo financeiro privado. São as indagações que formulo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade que o Presidente Ney Suassuna me deu ao convidar-me, ao sugerir a minha presença aqui, e também a oportunidade que tenho de, em nome do Governo de Santa Catarina, o meu Estado, trazer aqui as informações que forem necessárias. E vou começar por uma informação de natureza...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Perdão, Governador. Apenas quero registrar que o pedido para que V. Ex<sup>a</sup> viesse partiu do Senador Casildo Maldaner.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Exatamente. A sugestão foi do Senador Casildo Maldaner e agradeço nominalmente. E agradeço ao Senador Eduardo Supply pelas indagações, que são amplas. Vou procurar ser muito conciso. Mas não posso deixar de fazer uma ponderação de natureza pessoal, reiterando o que disse aqui quando participei da reunião com o Governador Olívio Dutra.

Estou convencido de que privatização, estatização e publicização são movimentos pendulares, não raras vezes determinados por questões nossas e não tão raras vezes por ingerência de organismos bilaterais.

Estou entregando ao Senador Ney Suassuna – e cada Senador vai receber – cópia de um trabalho que elaboramos sobre os efeitos do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Santa Catarina, a propósito dos seus 40 anos, celebrados no último sábado. Tive oportunidade de, com outros Governadores, participar daquele encontro de comemoração.



Senador Eduardo Suplicy, em 1963, o Governador Celso Ramos, um grande governador que o Estado teve, propôs à Assembléia – tenho comigo a mensagem –, e obteve aprovação, a encampação de todas as empresas privadas de Força e Luz das autonomias catarinenses. Santa Catarina é um estado eminentemente baseado em autonomias, por exemplo, mais de uma região no Vale do Itajaí, Norte do Estado, Jaraguá do Sul, Oeste, Planalto Serrano. Essas autonomias é que deram conta do recado. Itapiranga, na divisa com a Argentina, tinha telefonia; não conseguia falar para fora, mas falava dentro do seu território, por rede própria, e tinha casa bancária, na década de 50. As autonomias fizeram isso. O Governador Celso Ramos encampou a Força e Luz de Blumenau, a Força e Luz de Joinville, e outras tantas pelo Estado afora.

E, na sua mensagem, disse: “Conforme pude constatar em recente viagem aos Estados Unidos, o BID só financiará se for estatal”. Está escrito na mensagem à Assembléia Legislativa. E a Assembléia estatizou. E garantia, por essa mensagem, 10% de remuneração obrigatória mínima para os acionistas das subsidiárias da Celesc.

Há um outro documento – esse não vou divulgar integralmente hoje –, da década de 50, em que um eminente liberal de hoje dizia que só financiava os empreendimentos estatais. Existe um pêndulo. Mas estou convencido de que a empresa estatal não tem a menor condição de subsistência no Brasil. E o Governo que me antecedeu tomou do movimento do porto de São Francisco – vejam bem o documento da nossa dívida – R\$7.700 milhões, fez um contrato de mútuo – isso não existe – que vencia no dia 30 de dezembro, e renovou-o, no mesmo dia, para maio. Evidentemente não foi pago. Pois ele, com sua administração, e graças à lei que aprovamos no Congresso, que permite a privatização de serviços e parcerias, mesmo sendo um porto estatal, consegue parcerias com entidades privadas e está tendo todos os meses, durante este ano, incremento de mais de 20% por mês no seu movimento. E as empresas privadas estão optando por ele por causa dos seus custos, além da condição natural que ele tem que é privilegiada. Aliás, esse documento do BID mostra o que temos de projeto. Então é possível, sim, porque ele está sendo administrado como um porto público, e não como um porto estatal.

O que é estatal? O modelo estatal está liquidado pela Lei nº 8.666. Tanto está liquidado que a Petrobras tem um regime próprio para poder sobrevi-

ver. E se eu fosse Senador não ficaria à vontade, não votaria igual flexibilização para todas as estatais. Queremos que haja concorrência pública, que haja licitação. Eu quero que haja. A Lei nº 8.666 inviabiliza que um banco estatal possa competir com um banco privado.

No caso de um edital de concorrência pública de informática, por exemplo, quando se terminar de especificar, já terá saído um produto novo; quando terminar o julgamento, estará próximo da obsolescência ou da sucata o equipamento que vai ser comprado ou alugado. É impossível apartar a influência político-partidária na administração da estatal.

Finalmente, o contencioso trabalhista. O PDV é algo questionável. O Dr. Carlos Eduardo de Freitas perguntou qual é o padrão. Alguns dizem que é muito. Eu penso que a pessoa que vai optar pelo não-emprego hoje corre um grande risco. Eu não gostaria de demiti-la. No atual momento da economia brasileira eu não gostaria de usar esta caneta para demitir. Escutei aqui algumas pessoas dizendo que é anti-social dar dinheiro para quem vai se demitir. No atual quadro da economia brasileira, a pessoa deixar o emprego sem uma poupança não é apenas uma temeridade, é uma crueldade. A minha posição, portanto, é a de que o PDV segue regras básicas.

Agora, a verdade é que, num banco privado, o **turnover** é significativo, de forma que no seu corpo de colaboradores é muito difícil haver um trabalhador com mais de 10 anos. No BESC não há nenhum com menos de 15 anos. Vou repetir: nenhum funcionário do BESC tem menos de 15 anos de trabalho. Os últimos foram admitidos em 85 e é isso que agrava a situação previdenciária, porque só sai gente, não entra. A situação é mais grave do que a do INSS, que, pelo menos, tem alguma renovação.

Eu queria só dizer a V. Ex<sup>a</sup> que acredito na empresa pública, no modelo tripartite, que a liberte do peso político-partidário, dos estatutos administrativos que a moralidade pública impõe ao serviço público. Acredito em fórmulas tripartites, portanto. Tanto é que foi essa a fórmula que propusemos ao Banco Central, que previa, inclusive, subscrição pública, que previa a possibilidade de o Governo do Estado perder o controle acionário, mas continuar acionista do banco. Para quê? Para exigir as agências pioneiras em funcionamento.

Concluo, Sr. Presidente. Dos 293 municípios de Santa Catarina...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Vai ser assim? Vai ter participação?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não vai ter. O Banco Central não nos permitiu ter sequer a **golden share**. Eu pedi. Ele não nos permitiu sequer ter a **golden share** no momento. Daqui a pouco isso pode evoluir. Temos que vender todas as nossas ações.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – E quem pediu ao Banco Central que não pedisse uma coisa de bom senso como essa?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Não entra na lei, não é contemplada pela lei essa proposta. Consequentemente, em termos concretos, temos duas alternativas: ou deixar o banco fechar – e ele vai fechar...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há orador na tribuna.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – E vai fechar porque a publicação do seu balanço acaba com o banco. Vou repetir: se se publicar o balanço de 1998...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Por favor, Srs. Senadores, há orador na tribuna.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Se se publicar o balanço de 31 de dezembro de 1998, o banco terá as portas cerradas, fechadas e acontecerá aquilo que o Diretor Carlos Eduardo disse: um bilhão e meio de dívida que já existe vai ser executado, na melhor das hipóteses, aí retifico, pela via dos precatórios. Na melhor das hipóteses.

O que vai acontecer é o credor na porta. E na porta do Tesouro, que responde solidariamente por todos esses encargos que já existem. É a com isso que eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, por causa disto, eu despendi sete meses – tempo dramaticamente despendido – para debater as alternativas com o Banco Central. E hoje eu digo, com pureza de alma e não temendo julgamento futuro: ou se salva o Banco aprovando a federalização, ou vamos assistir a um funeral dramático, porque ele não abrirá.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. A Presidência pede aos Srs. Senadores que sejam breves.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, o Governador diz “ou se salva o Banco ou vamos assistir a um funeral”. Lá em Santa Catarina, alguns refutam esse argumento, dizendo que temos que pensar na sociedade catarinense. Não teremos um funeral generalizado quando a sociedade tiver que arcar com todos esses compromissos? Estamos repetindo argumentos que ouvimos.

Só quero deixar aqui registrado que, na última terça-feira, quando sugeri a vinda de algumas pessoas, não citei o nome do Governador. Quero dizer que

o convite ao governador partiu do Presidente da Comissão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – V. Ex<sup>a</sup> vai me obrigar a retirar o agradecimento!

**O SR. CASILDO MALDANER** – Por que é que não fiz o convite ao Governador? Porque entendia que deslocá-lo de suas atividades seria dispensável, já que aqui viria o seu Secretário de Finanças. Achávamos que a sua presença seria suficiente. O mesmo raciocínio seguimos quando convidamos o Secretário de Finanças do governo anterior e não convidamos o ex-governador para que aqui viesse. O ex-Secretário da Fazenda representa o governo como um todo e é confiável.

Colocado isso, quero aqui, eminente Senador Pedro Piva, dizer que eu alimentava uma expectativa...

**O SR. BELLO PARGA** – Peço ao Senador Casildo Maldaner que faça a indagação ao Relator, porque estamos já com problema de tempo. Daqui a quinze minutos o Plenário abre os seus trabalhos e não podemos continuar. De maneira que peço que V. Ex<sup>a</sup> encerre.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Esse assunto é de suma importância para nós, catarinenses. Tanto é assim, que aqui se encontra o nosso Governador, o Senador Jorge Bornhausen e vários Senadores.

**O SR. BELLO PARGA** – Muito bem. Faça a sua indagação ao Relator para que ele possa responder.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela amizade que tenho com o Senador Pedro Piva, entendia, desde o início, que talvez pudesse pensar um pouco numa outra linha. Talvez o indicado fosse aguardar até a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito que tramita na Assembléia Legislativa. Eu entendia assim.

Após o exame dos autos do processo, entendia que o Senador Pedro Piva, que é cioso da organização em todos os lugares... O Governo do Estado detém 60% das ações com direito a voto do Banco do Estado de Santa Catarina, mas do capital do Banco ele não tem nem 50% das ações.

Veja bem, Senador Pedro Piva, veja bem a consciência nossa. Não temos o capital dominante do Banco – o controle de voto sim, mas temos apenas a quarta parte do capital real do Banco. Agora o Estado catarinense vai assumir essa responsabilidade e os maiores acionistas não vão entrar com nada. Eles não serão responsabilizados nesse saneamento? Admita-me V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem cioso...



Por isso gostaria de apresentar à Mesa, Sr. Presidente, algumas emendas para que o nosso Relator as analisasse com calma, com prudência, para que mais tarde não venhamos a ser responsabilizados de uma maneira ou de outra. É uma questão de consciência.

Encaminho à Mesa, Sr. Presidente, algumas emendas que dizem respeito a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup>, lamentavelmente, tem que pedir a algum Senador da Comissão para fazê-lo. Talvez o Senador Suplicy possa assumir as suas emendas. Não sendo V. Ex<sup>a</sup> da Comissão, não pode apresentar emendas, acabei de receber essa informação da Secretaria. É a norma da Comissão. O Senador Suplicy assume as emendas do Senador Casildo Maldaner?

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** – Sim, para que possam ser examinadas. Eu as assinarei.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, por gentileza o faça e passe ao Relator.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Poderia, alternativamente, oferecê-las em plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> poderá fazê-lo em plenário.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Vou aproveitar a gentileza do Senador Suplicy. É importante examinarmos essa questão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Seria melhor que V. Ex<sup>a</sup> as apresentasse em plenário, mas se V. Ex<sup>a</sup> quer fazê-lo agora, é um direito de V. Ex<sup>a</sup>, desde que o Senador Eduardo Suplicy o respalde.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, estamos com quatro horas e meia de reunião. Quero frisar apenas que o Banco do Rio Grande do Norte, o Banerg, foi liquidado extrajudicialmente há nove anos e até hoje o Banco Central não se dignou a despojar, espanar, liquidar, lascar ou acabar com o banco. Em função disso, o banco vem sendo depredado. Mês a mês vendem um bem para pagar o que têm que pagar. Três governos já se passaram e em todos eles foram feitos apelos ao Banco Central para que houvesse uma definição. Tudo em vão, não receberemos resposta.

Vemos aqui o Banco de Santa Catarina com prestígio, como já vimos o Banespa. É um negócio fantástico. Com 10% do que o Banco do Estado de

Santa Catarina está pegando ou do que o Banespa pegou, garantiríamos ao povo do Rio Grande do Norte um excelente banco. Infelizmente – e já pedi a V. Ex<sup>a</sup> que interferisse –, não há jeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Paraíba teve uma situação semelhante, o Piauí idem. No caso da Paraíba, o Tesouro é que teve de colocar – estou respondendo enquanto o Senador Pedro Piva recebe as emendas e as analisa. O Paraiban hoje é um banco saudável, tem superávit, mas vai ser vendido também, porque o Banco Central, na sua política, não admite espaço para que bancos estaduais permaneçam. Essa é uma política de governo e não podemos discuti-la.

**O SR. AGNELO ALVES** – A mesa não pode apartear.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ela está respondendo. Não estou aparteando.

**O SR. AGNELO ALVES** – Eu ainda não terminei!

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Desculpe. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – Tenho um carinho enorme por V. Ex<sup>a</sup> e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso.

Eu queria apenas que o Banco Central dissesse que acabou, não existe mais nada. Só queria isso. Não quero mais nada. Não quero reabilitar, não quero privatizar, não quero vender, não quero comprar. Eu queria que o povo do Rio Grande do Norte pudesse dizer: não temos mais Banco do Estado do Rio Grande do Norte. O Banco Central liquidou, acabou com ele. Se o Banco Central se definisse, teríamos o direito, pelo menos, de rezar uma missa de 7<sup>o</sup> Dia!

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Muito obrigado e desculpe ter interrompido V. Ex<sup>a</sup>, mas achei que V. Ex<sup>a</sup> havia acabado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Tendo assumido, o meu companheiro de partido e Vice-Presidente desta comissão, o Senador Bello Parga, estive aqui no início dos trabalhos e comuniquei aos meus companheiros de partido que, em função dos trabalhos da Comissão de Orçamento, tive que me deslocar até lá. Volto na condição de suplente, para acompanhar e participar das votações.

Sr. Presidente, percebi agora, já que somos da Comissão de Orçamento e lá também há interesses

do Estado de Santa Catarina, fui informado de que aqui estava sendo servido uma alimentação. Imaginei, por ser de Santa Catarina, que teríamos uma sequência de camarão. Constatei que temos aqui é um sanduíche do MacDonalds – mas que será bem-vindo...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** – Mas o frango é catarinense.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Me sinto atendido, Sr. Presidente, já que não comi nada.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Casildo Maldaner.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Acredito que não haverá condições de encerrarmos a reunião. É humanamente impossível o Senador Pedro Piva analisar agora as emendas que estamos apresentando. Essas emendas foram apresentadas até para irmos ao encontro do que sugeriu o Diretor do Banco Central, hoje, em seu depoimento. S. S<sup>a</sup> disse que com um bilhão, mais ou menos, é possível resolver a questão de Santa Catarina.

Sr. Presidente, apresento essas emendas para ajudar o eminente Senador Pedro Piva a ir ao encontro do que sugeriu o Diretor do Banco Central, Sr. Carlos Eduardo.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Consulto o Senador Pedro Piva se ele está em condições de emitir o seu parecer sobre as emendas.

**O SR. CASILDO MALDANER** – É humanamente impossível fazer isso agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Entendo ser perfeitamente possível.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, são várias emendas...

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Com a palavra o Relator.

(Reassume a presidência o Senador Ney Suassuna)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, o Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, acabou de me telefonar dizendo que não assinará o pedido de urgência para este assunto. S. Ex<sup>a</sup> disse que o PMDB terá como posição a não urgência. Ele me pediu que eu dissesse publicamente que, se depender da liderança do PMDB, não haverá urgência.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. PEDRO PIVA** – Senador Casildo Maldaner, infelizmente, não posso acatar suas emendas. Não preciso nem analisá-las, porque todas as emen-

das não apresentam correlação direta com o projeto. Não estamos discutindo isso.

Sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que reformule suas emendas e as apresente em plenário, já que aqui não posso analisá-las, porque não apresentam correlação com a matéria que estamos apreciando.

Estão prejudicadas as emendas – inclusive, foi dito pelo nosso Secretário Geral que elas não podem ser julgadas.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Aqui não são correlatas e no Plenário serão correlatas?

**O SR. PEDRO PIVA** – Não, V. Ex<sup>a</sup> tem que modificá-las, tem que fazer uma adequação. É o que me informou o Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Nobre Senador, isso é perfeitamente legal. V. Ex<sup>a</sup> poderá fazê-lo no plenário.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Quanto à forma pode haver reparos a fazer, mas quanto aos objetivos ...

**O SR. PEDRO PIVA** – Mas não posso julgá-las, Excelência; são emendas que não posso analisar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Casildo Maldaner, V. Ex<sup>a</sup> poderá pedir ajuda da nossa assessoria, que estará à sua disposição para bem formular essas questões.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Sr. Presidente, eu queria ajudar o Senador Pedro Piva, mas já que veio a comunicação do Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, de que não haverá urgência, teríamos mais tempo para analisar ...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Excelência, se por acaso a maioria da Comissão decidir pela urgência, sendo majoritária a decisão, haverá urgência. Porém, isso terá que ser votado aqui. V. Ex<sup>a</sup> poderá pedir a verificação de **quorum**, conforme o Regimento. Cabe a mim passar a informação que foi feita.

Com a palavra o nobre Relator.

**O SR. CASILDO MALDANER** – Já rejeitou.

**O SR. PEDRO PIVA** – Já rejeitei as emendas em razão de sua impropriedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Estão rejeitadas as emendas.

Tendo falado o Sr. Relator como último orador, vamos passar à votação.

Lembro que a liderança do PMDB deverá votar contrariamente.

**O SR. BELLO PARGA** – Não, Sr. Presidente, a comunicação é em relação à urgência e não em relação à votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permaneçam sentados (Pausa.)

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, requiro urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Em discussão a urgência. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o pedido de urgência queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado unanimemente o pedido de urgência.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 14h27min.)*

**Ata da 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Extraordinária) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 51ª Legislatura, realizada em 13 de dezembro de 1999, após a Ordem do Dia.**

Após a ordem do dia do dia treze de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Bello Parga, Jefferson Péres, Jonas Pinheiro, Freitas Neto, Antero Paes de Barros, Osmar Dias, José Eduardo Dutra, Eduardo Siqueira Campos, Bernardo Cabral, Lúcio Alcântara, Sérgio Machado, Romero Jucá, Luiz Otávio, Agnelo Alves, Francelino Pereira, Roberto Saturnino, Gilberto Mestrinho, Jorge Bornhausen, Geraldo Althoff, José Roberto Arruda, Pedro Piva, Marluce Pinto, Lúdio Coelho, Maguito Vilela e Luiz Estevão. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, José Alencar, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Edison Lobão, Paulo Souto, Eduardo Suplicy e Lauro Campos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **OFÍCIO “S” Nº 65, DE 1999**, não Terminativo, que “Encaminha ao Senado Federal manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do Estado do Ceará para que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 136.000.000,00 (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$ 261.487.200,00 (duzentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e duzentos reais), à taxa de câmbio de 30-11-99,

cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará – PROGERIRH”. Relator: Senador Luiz Otávio. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 1999**, não Terminativa, que “Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações”.

Autoria: Deputado José Pimentel. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Favorável. OBS: Em 9-12-99 foi concedida vista aos Senadores Jorge Bornhausen e Pedro Piva. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às horas lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Há número regimental.

Declaro aberta a 56ª reunião desta Comissão de Assuntos Econômicos, reunião extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa da 51ª Legislatura.

Item 1 da pauta.

Expediente do Banco Central ao Senado Federal acerca do pedido do Estado do Ceará para que possa contratar operação de crédito junto ao BIRD, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$136 milhões. Recursos destinados à implementação do Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos do Ceará, Progeri Hídrico. O Relator é o Senador Luiz Otávio, a quem peço o obséquio de proferir seu relatório.

Senador Luiz Otávio, no decorrer da leitura, faça com bastante minúcia, a fim de permitir que haja o comparecimento de todos.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recebi projeto de lei da Comissão de Assuntos Econômicos, sob Ofício nº 65, de 1999, do Senhor Presidente do Banco Central, acerca de pedido do Estado do Ceará, a fim de que possa contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$136 milhões (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos), equivalentes a R\$261.487.200,00, à taxa de câmbio de 30 de novembro de 1999, cujos recursos serão destinados à implementação do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará.

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o ofício acima citado, encaminhado pelo Estado do Ceará, para que seja autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao BIRD, com garantia da União, tendo em vista o financiamento parcial do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos. Trata-se de projeto destinado a aumentar a oferta de água, garantir o abastecimento para múltiplos usos e melhorar a eficiência da gestão integrada dos recursos hídricos daquele Estado.

A operação de crédito será de US\$136 milhões (cento e trinta e seis milhões de dólares norte-americanos), o mutuário é o Estado do Ceará, o mutuante é o BIRD, o garantidor é a República Federativa do Brasil, o valor já foi citado, o juro é uma taxa igual ao custo de empréstimos qualificados determinada para o semestre precedente pelo BIRD, mas era de 75% ao ano sobre o valor desembolsado. A comissão de compromisso é também de zero a 75%, prazo de 15 anos, carência de cinco anos e meio, comissão inicial de 1% do valor efetivo do financiamento, sacada da conta do empréstimo após a assinatura do contrato, prazo para desembolso de cinco anos contados a partir da data de assinatura do contrato, as condições de pagamento do principal em 20 parcelas semestrais sucessivas em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2005 e a última em 15 de novembro de 2014, dos juros semestralmente vencidos em 15 de maio e 15 de novembro de cada ano, da comissão de compromisso juntamente com os juros da comissão inicial sacada na conta do empréstimo após assinatura do contrato.

As datas estipuladas para o repagamento nas condições acima descritas poderão ser prorrogadas, para manter correlação com a efetiva data de assinatura do contrato.

O custo total do projeto é estimado em US\$247 milhões (duzentos e quarenta e sete milhões de dólares norte-americanos) a serem desembolsados no prazo de aproximadamente seis anos. Do total dos recursos, US\$136 milhões estarão a cargo do BIRD US\$111 milhões, a conta do Tesouro Estadual.

A exposição de motivos nº 979, do Ministério da Fazenda, que acompanhou a Mensagem Presidencial nº 1.818, de 8 de dezembro de 1999, dirigida ao Senado Federal, assinala que, com base a Portaria nº 276, de 23 de outubro de 1997, foi autorizada a tramitação do pleito do Estado do Ceará em caráter excepcional.

O parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional sobre o aspecto da legalidade da minuta

contratual salienta que essa contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, e que atende às determinações da Resolução nº 96/89 do Senado Federal, que veda a existência de dispositivos atentatórios à soberania nacional e à ordem pública, contrários à Constituição ou que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

A operação foi credenciada pelo Departamento de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil por meio da Carta Credi 99/075, de acordo com as condições constantes do Registro de Operações Financeiras, TA 052, 059. Consta ainda do projeto sob exame parecer e nota da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Secretaria de Recursos Hídricos, por intermédio da Unidade de Coordenação de Projetos Especiais, responsável pela execução dos projetos de água bruta, contará ainda com a participação da Superintendência de Obras Hidráulicas.

Por fim, consta do processo cópia de Recomendação nº 57 e o voto.

As operações de crédito externo de interesse dos Estados e contando com garantias da União estão submetidas às normas próprias do Senado Federal. Nesse sentido, o processo encontra-se adequadamente instruído, dele constando a documentação exigida nas resoluções acima referidas. No que tange ao mérito, a operação de crédito financiará um programa que contribuirá decisivamente para a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Vale, por fim, referir o custo efetivo da operação, estimado em 7.35% ao ano, constituindo um indicativo favorável a mais dentre os aspectos que recomendam a contratação do empréstimo. Estando cumpridas, dessa forma, as exigências e determinações das normas que regem a matéria.

Somos de parecer favorável à autorização objeto do Ofício S nº 65, de 1999, nos termos do seguinte: Projeto de Resolução o Senado Federal resolve aprovar o financiamento de US\$136 milhões para o Estado do Ceará.

Esse é o voto do Relator, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – O voto foi favorável. A matéria é não-terminativa.

Em discussão.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. AGNELO ALVES** – Apelo a V. Ex<sup>a</sup> que marque, desde agora, a sessão em que vamos votar



e todos os demais a rolagem dessa dívida. Quando chegar a época, o Ceará não poderá pagar, como os outros também não puderam. O Brasil não pode, os demais Estados não podem e vamos estar sempre rolando, rolando, rolando, rolando.

Enquanto houver quem empreste, a preocupação passa para quem emprestou.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – E as urgências?

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Já foram votadas no próprio Plenário. Agradeço a informação dos Senadores Romero Jucá e Roberto Saturnino.

Item nº 2 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 60, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. Autor: Deputado José Pimentel\*.

Relator: Senador Lúcio Alcântara. Na reunião anterior, foi concedida vista aos Senadores Jorge Bornhausen e Pedro Piva.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Na semana anterior, solicitei vista do presente projeto e assumi o compromisso com o Presidente, Senador Ney Suassuna, de que o apresentaria nesta reunião, independentemente do prazo de cinco dias, para que ele merecesse a discussão e a aprovação ou não aprovação. Já apresentei a Mesa um voto em separado.

Consulto V. Ex<sup>a</sup> se devo fazer a leitura agora ou posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Colocá-lo-ei em discussão e, no decorrer, V. Ex<sup>a</sup> proferirá seu voto em separado.

Está sendo providenciada a distribuição.

Consulto se há algum Sr. Senador que queira discutir a matéria. (Pausa.)

Peço um minuto de retardo enquanto será providenciado para distribuição o avulso do voto em separado do Senador Jorge Bornhausen. Todavia, S. Ex<sup>a</sup> poderá já proceder à leitura do mesmo.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Encontra-se nesta Comissão de Assuntos Econômicos, para apreciação em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999, que institui o fundo de universalização dos serviços de telecomunicações, cumprindo determinação estatuída no art. 81, inciso II, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Na Câmara dos Deputados o projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que incorporou modificações ao texto original, de iniciativa do Poder Executivo. Ainda, naquela Casa legislativa, recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação.

Submetido ao exame desta Comissão, o projeto foi distribuído ao nobre relator Senador Lúcio Alcântara, que concluiu por sua aprovação, na forma originária da Câmara dos Deputados.

#### Voto

Nos termos do § 6º do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, emito este voto em separado por discordar parcialmente da conclusão do ilustre relator do projeto nesta comissão, pois considero que devem ser suprimidos o inciso IV do art. 6º e os arts. 9º, 10 e 13, para que fique fora do projeto a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.

Com efeito, a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta corresponde a um agravamento da ordem de um terço na atual contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS, cuja alíquota foi recentemente aumentada de 2% para 3% pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, o que tem gerado protestos no setor produtivo e inúmeras contestações judiciais.

Ao se manter a proposta original, é possível supor reações igualmente enfáticas, visto que ambas as contribuições incidiriam sobre a mesma base de cálculo. Esse novo aumento será – embora existam restrições contidas nos arts. 9 e 10 do projeto –, no correr do tempo, nos diz a experiência, repassado aos usuários dos serviços de telecomunicações. O usuário será mais uma vez onerado, pois o gravame incidiria em cascata sem qualquer forma de compensação.

Os brasileiros, que já suportam uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo, superior a 30% do Produto Interno Bruto, seriam mais um vez punidos no momento em que a sociedade clama pela redução da carga tributária e por sua melhor distribuição.

A propósito, na justificação da presente emenda, julgo aconselhável fazer minhas as palavras do

Exm<sup>a</sup> Sr. Ministro Pimenta da Veiga, que, em matéria publicada no **Jornal do Brasil**, na edição de 25 de novembro, defendeu a redução da carga tributária do setor de telecomunicações porque, segundo ele, o texto do projeto da reforma tributária aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, pode levar a um aumento da carga, o que irá penalizar o consumidor final.

Saliente-se, Srs. Senadores, que o Sr. Renato Guerreiro, Presidente da Anatel, sustenta também a necessidade da redução da carga tributária, segundo matéria igualmente publicada no dia 17, desta vez no jornal **O Estado de S.Paulo**. O Presidente da Anatel, durante o encerramento do 13<sup>o</sup> Painel Telebrasil, que reuniu, em Florianópolis, representantes das maiores operadoras de telefonia e fabricantes de equipamentos de telecomunicações, se manifestou na mesma linha.

Cumpro o dever, tendo apresentado ainda no dia 25 de novembro, um código de defesa do contribuinte, de me colocar na defesa do contribuinte. Reconheço que os arts. 9 e 10 dizem que não será transferido ao usuário esse percentual de 1%. Mas, repito, a experiência nos têm demonstrado que essa absorção, com o tempo, vem, e, mais uma vez, teremos a penalização do usuário brasileiro do setor de telefonia. Entendo que é justa a universalização, que deve ser feita por outros meios, por meios orçamentários, mas não aumentando a carga tributária.

Por isso, Sr. Presidente, tendo em vista que o setor de telefonia pública e privada no Brasil deve ter uma receita bruta em torno de R\$120 bilhões, não posso deixar de alertar que se trata de uma contribuição que vai trazer para o setor público cerca de R\$1,2 milhão de reais. No momento em que fazemos cortes e ajustes, entendo que não poderemos suportar mais essa quantia, mais essa fatia, que será retirada do usuário da telefonia brasileira. Assim, apresento a emenda à CAE, suprimindo o inciso IV do art. 6<sup>o</sup> e os arts. 9<sup>o</sup>, 10 e 13.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1999.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira pronunciar-se, concedo a palavra ao Relator.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Eu gostaria de obter de V. Ex<sup>a</sup> informação a respeito da tramitação

desse projeto na Comissão. As observações feitas pelo Senador Jorge Bornhausen merecem a nossa preocupação, e entendo que deveria haver até um estudo do impacto desse dispositivo no que diz respeito ao setor e à possibilidade de ser repassado aos usuários. Considerando essa tramitação, neste final da sessão legislativa, evidentemente, com todo o respeito aos estudos já processados, inclusive pela Câmara dos Deputados, nós, do Senado, devemos ter toda a atenção, até porque verifico que o projeto original, antes de ir para a Câmara, era um projeto compacto, enviado pelo Senhor Presidente da República, e que uma série de contribuições foram dadas durante a tramitação na Câmara dos Deputados. Indago de V. Ex<sup>a</sup> que chance teríamos de uma apreciação mais ampla por parte desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Senador Jader Barbalho, esclareço a V. Ex<sup>a</sup> que essa matéria foi lida na reunião do dia 9 de dezembro pelo Relator, que emitiu o seu parecer favorável, e foi pedida vista pelo Senador Jorge Bornhausen, que agora apresenta voto em separado. Regimentalmente, temos de examinar a matéria agora, a não ser que seja levantada alguma questão de ordem que nos leve a concluir desfavoravelmente a isso.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Peço a palavra após o Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, estou levantando a questão, com todo o apreço e respeito que temos pelo Relator, essa mensagem é da maior importância, particularmente para as regiões mais pobres do País, no que diz respeito a essa universalização, isto é, essa atuação do Poder Público para cobrir essas atividades nas áreas não cobertas pelas empresas que têm a concessão do sistema. Nesse sentido, preocupam-nos essas questões levantadas pelo Senador Bornhausen. Com a apreciação, neste momento, e a remessa para o Plenário, pode não haver um aprofundamento do impacto dessas questões levantadas pelo Senador de Santa Catarina. Reservo-me, entretanto, Sr. Presidente, para ouvir a contribuição daqueles que já estudaram a matéria.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Antes de responder, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para uma questão de ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Dentro da questão de ordem ainda, Sr. Presidente, gostaria de perguntar: essa matéria está com urgência?



**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Não.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Só depois de aprovada é que estará com urgência, pelo acordo que foi feito. Eu ponderaria talvez dentro da mesma linha do Senador Jader Barbalho, da necessidade de uma discussão, perguntaria à Mesa, se o voto do Senador Jorge Bornhausen, essa matéria estando em urgência,...

**SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Não está em urgência...

**SR. ROMERO JUCÁ** – Sendo aprovada, estará em urgência, pelo acordo que foi feito em plenário, parece-me. Estando em urgência e sendo aprovada do jeito que está em plenário, se o Senador Jorge Bornhausen apresentar o voto em separado, o voto não volta para cá, o voto será apreciado no momento da reunião de plenário, e uma coisa ou outra poderá ser votada. Estou correto nisso? Estou entendendo que, como temos pouco tempo para discutir essa matéria, em tese, se a matéria for votada da forma como está, pode ser alterada em plenário com o voto em separado do Senador Jorge Bornhausen ou, se tem esse voto, poderá voltar para cá para ser examinado, se houver urgência?

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Este voto é para ser examinado nesta Comissão.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Se tiver urgência, não, é isso que quero checar.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, como relator, e tendo sido apresentado pelo nobre Senador Jorge Bornhausen um voto em separado, evidente que estou me reservando para apresentar a minha argumentação ao fim do debate, momento em que todos os Srs. Senadores já tenham feito suas intervenções e apresentado as suas dúvidas ou suas discordâncias, mas, em relação especificamente à questão levantada pelo Senador Romero Jucá, do ponto de vista regimental, parece-me que, se a matéria vier a entrar em regime de urgência, isso será uma decisão ou da comissão ou dos senhores líderes, nada obsta que alguém apresente um voto em separado ou emendas. O que terá que ocorrer é que o relator terá que se pronunciar sobre as emendas apresentadas no Plenário, em regime de urgência, também ali naquele momento, e aí o Plenário deliberará soberanamente, acatando ou não essa ou aquela posição, mas o fato de estar em regime de urgência,

não é o caso ainda, o projeto ainda não está em regime de urgência, não impede que qualquer Senador venha apresentar emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Como é o caso do Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – O Senador Jader Barbalho levanta uma ponderação que considero justa e acredito que a preocupação de S. Ex<sup>a</sup> é bem fundamentada, se houver uma solicitação para adiamento da votação, tem que ser submetida, Senador Jader Barbalho, a Presidência não pode deliberar soberanamente sobre o assunto. V. Ex<sup>a</sup> faz alguma moção neste sentido?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sem querer abusar da confiança do Senador Jader Barbalho e dos outros Srs. Senadores que, após talvez apresentar algumas considerações, S. Ex<sup>a</sup> tenha essas dúvidas estancadas, não tenho a pretensão de querer trazer luzes definitivas sobre o assunto, mas, talvez, fique mais claro qual é o objetivo do projeto, quais são os problemas, e os Srs. Senadores possam, então, se sentir mais confortavelmente para deliberar.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Então prossegue a discussão.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres para discutir.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, esse projeto é de grande importância, cria um fundo que vai movimentar bilhões de reais, tramitou na Câmara dos Deputados durante dois anos. O ilustre Senador Lúcio Alcântara, por quem tenho grande apreço, certamente teve tempo de estudá-lo, mas eu e muito membros desta Comissão não tivemos, eu tomei conhecimento do teor do projeto agora. Espero, sinceramente, que os Líderes dos maiores partidos não peçam urgência para esse projeto. Que o Senado estará passando um atestado, desculpem, se assim o fizer, de leviandade em querer aprovar em alguns dias um projeto dessa magnitude, dessa relevância, que levou dois anos na Câmara dos Deputados.

De forma que tenho até um compromisso agora e vou sair tranqüilamente por que nesta votação hoje me abstenho, vou examinar o projeto, vou ler com mais calma o parecer do Senador Lúcio Alcântara, vou ler o voto em separado do Senador Jorge Bornhausen, mas, sendo votado em regime de urgência, também em Plenário, vou me abster de votar.

Não é assim que o Senado pode deliberar sobre questões desta relevância.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Continua em discussão.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Para discutir, Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, (?) incluir as ponderações do Senador Jefferson Péres. Não quero desconhecer, em absoluto, que este assunto é importante e também não quero desconhecer que isto é uma complementação de lei já aprovada pelo Congresso.

Agora, considero que a apreciação deste assunto, como está sendo feita – quer dizer chegou aqui no dia nove, hoje é dia treze, tivemos um final de semana, e confesso que como Líder de partido tomei conhecimento deste assunto somente hoje. Não sou membro desta Comissão, e vim exatamente por considerar a gravidade e a importância do assunto. Confesso que não me sinto à vontade, em que pese todo o respeito pela informação e contribuição dos que estudaram esta matéria, podendo assim orientar a bancada do meu partido, mas não me sinto à vontade. Lamento profundamente que este assunto, que passou tanto tempo na Câmara dos Deputados, chegue ao Senado às vésperas do encerramento da sessão legislativa, para que o homologuemos, já que é um assunto desta natureza e com essa repercussão.

Não sei, por exemplo, se sou solidário ou não às ponderações do Senador Jorge Bornhausen, que segue uma linha de atuação coerente, e inclusive tem um projeto seu relativo à questão de contribuintes, agora não sei se posso me filiar a sua corrente.

Dessa maneira estou numa dificuldade enorme, não sei serei a favor ou contra, estou diante de uma situação terrível.

Confesso que tenho dificuldade, por isso mesmo quero, desde já, orientar os companheiros da bancada do PMDB a não darem urgência a este assunto, que pode até ser aprovado pela Comissão. O Senador Lúcio Alcântara é um dos senadores que sempre dispensa muito cuidado ao estudo das matérias que lhe são confiadas, e não digo isto por gentileza parlamentar, mas não me sinto nem à vontade nem seguro, a esta altura, para votar a emenda do Senador Bornhausen, porque não sei se S. Ex<sup>a</sup> está correto ou não sob a ótica do PMDB.

Então, quero desde já, dizer que vou continuar participando, mas oriento os meus companheiros,

desta Comissão, a não concederem urgência para esta matéria. Não me sinto à vontade para dar tratamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Jader, a Presidência também está incomodada, porque não temos **quorum**, dessa forma não podemos deliberar sobre a matéria. Podemos até discutir o assunto um pouco mais, mas se não tivermos **quorum** não teremos como votar.

Continua em discussão.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, se não houver nenhum Senador que queira discutir gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse a palavra, como relator, apenas para oferecer alguns esclarecimentos.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pela ordem, Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, permita-me observar que a Mensagem 242, que versa sobre o contrato de financiamento externo firmado entre a Codevasf e uma empresa húngara foi encaminhado ao Presidente da Comissão, ou seja, V. Ex<sup>a</sup>, e não sendo votada hoje esta matéria evidentemente que não será levado ao Plenário ainda nesta sessão legislativa. Perguntaria a V. Ex<sup>a</sup> se vamos votar sobre esta Mensagem nº 242, que é de interesse da Codevasf e do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Esta matéria não conseguimos distribuir, está sobre a mesa e não há condições de entrar hoje...

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Então podemos realizar uma reunião amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Estudaremos essa possibilidade.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, qual é o pai da criança para essa urgência?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há mais pessoas pedindo a palavra para discutir. O Líder do Governo, neste momento, acaba de chegar e informou à Mesa que gostaria de usar a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – Os esclarecimentos poderiam ser feitos em ocasião própria. Não há urgência. Não apareceu o pai da criança. Quem pediu? Ninguém sabe.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, penso ser importante que nos manifestemos neste instante. Foi aprovada na Câmara dos Deputados e está em análise no Senado Federal a criação do Fundo Nacional da Univer-



salização das Telecomunicações\* no Brasil. Recordamo-nos de que, quando o Ministro Sérgio Motta\* defendia o modelo de privatização do setor de telecomunicações, havia no Brasil uma corrente de pensamento que discutia o modelo de privatização por uma questão básica: algumas localidades brasileiras, pela distância dos grandes centros e pelo baixo índice demográfico, não se constituíam em mercados atraentes para o investimento do capital privado. Então, ficava a seguinte questão: o setor privado operará os telefones no Brasil, mas, em tal Município, na pequena localidade, nos famosos grotões, usando uma expressão de Tancredo Neves, nunca teremos telefone porque o capital privado não se interessará – o Senador Lúcio Alcântara, que relatou a matéria, conhece bem esse assunto –, porque o investimento não teria retorno via tarifa.

Esse fundo de universalização das telecomunicações, na verdade, cria um fundo com 1% das tarifas, que, administrado pelo Governo Federal, terá um plano de aplicação, fazendo com que investimentos sejam feitos nessas localidades mais longínquas e de baixa densidade demográfica, onde, nos contratos estabelecidos com o setor privado, que deu condições à privatização, eles não seriam atendidos.

Há um problema, no entanto. A discussão desse fundo demorou, na Câmara dos Deputados, mais do que se esperava, e estamos diante da seguinte questão: todos nós gostaríamos de uma discussão mais profunda sobre o tema, dos critérios da aplicação desses recursos, da forma como vão, efetivamente, no prazo previsto, universalizar o serviço de telecomunicações.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minha presença nesta Comissão se deve ao apelo que farei: se aprovarmos até o dia 15, portanto, até a próxima quarta-feira, o fundo, já que ele deve vigor no ano fiscal, significa que, já no ano 2000 teríamos o Fust\* e, a partir dele, condições de, já no ano 2000, o Governo e o País terem investimentos nessas localidades mais longínquas; se não votarmos até o dia 15, salvo melhor entendimento, estaremos perdendo o prazo da anualidade e, portanto, não teríamos mais esse fundo no ano 2000, mas somente no ano 2001.

Já que isso é verdadeiro, gostaria de levantar aqui uma questão de forma, sem embargo de uma discussão mais aprofundada sobre a matéria em Plenário. Levanto a seguinte tese: a Comissão de Assuntos Econômicos, estando de acordo, aprovaria a idéia geral do fundo, que foi básica para o processo de privatização, para que ela pudesse ser pautada para a sessão de quarta-feira. Eu me comprometeria com a

vinda do próprio Ministro das Comunicação a uma reunião desta Comissão, amanhã, para discutir, com todos nós, os detalhes do fundo se é possível ou não algum aprimoramento e se ele efetivamente tem razão de ser.

Tenho de confessar, Sr. Presidente, que, em função da urgência da tramitação, eu mesmo não tenho os conhecimentos necessários para uma discussão mais detalhada com aqueles que estudaram a matéria com mais profundidade, como é o caso dos Senadores Lúcio Alcântara e Jorge Bornhausen.

Tenho impressão de que, desta maneira, teríamos o seguinte encaminhamento: se esta Comissão julgar, amanhã, que os esclarecimentos são aqueles necessários à votação da matéria, esta já ficaria agendada para quarta-feira. Caso contrário, faríamos um acordo de todas as Lideranças, para que a matéria, aí, fosse retirada de pauta, merecendo uma reanálise.

O que estou querendo, neste momento, Sr. Presidente, em função do encerramento dos trabalhos legislativos na quarta-feira, dia 15, é que não percamos o prazo para uma eventual aprovação, se todas as dúvidas, obviamente, forem sanadas.

Era este o apelo que faria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva. Logo após, terá a palavra o Senador Francelino Pereira e, depois, o Senador Jader Barbalho.

**O SR. PEDRO PIVA** – Pergunto ao Presidente se não é possível que o Ministro compareça, amanhã, a uma reunião extraordinária, procedendo-se à votação após o esclarecimento do Ministro.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Eu perguntaria aos Secretários da Comissão. A dúvida que tenho é a seguinte: se votarmos a urgência em plenário amanhã, votaríamos a matéria na quarta. Portanto, a reunião desta Comissão com o Ministro teria de ser hoje ou amanhã, pela manhã, antes da sessão de amanhã. Aí, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A urgência é para a segunda sessão ordinária após o requerimento. Mas, com certeza, se todos os Líderes concordarem e conversarem com o Presidente, S. Ex<sup>a</sup> fará uma exceção. A preocupação da Mesa, no momento, é a seguinte: se o Presidente do PFL faz uma emenda, no julgamento da Mesa, a matéria volta à Câmara dos Deputados. Se o Líder do PMDB também não concorda, não há **quorum**. Então, quanto a ter uma reunião, amanhã, de manhã, não há problema absolutamente nenhum. Podemos suspender a

reunião. Acerta-se para o Ministro vir amanhã e, depois de ouvido o Ministro e de discutir-se mais a matéria entre nós, faríamos a apreciação. A reunião não é problema. Aqui, estamos à disposição. Esta Comissão quebrou todos os recordes este ano. Logo, não é um pouco mais de trabalho que nos vai cansar.

Há uma ordem: Senador Pedro Piva, Senador Francelino Pereira, Senador Jader Barbalho.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que fui o Relator do projeto de privatização das telecomunicações. Naquele momento, até evitávamos a palavra privatização no setor de comunicação. Meu parecer foi todo construído em cima da expressão flexibilização flexibilizar o processo. A discussão foi extremamente ampla e está, resumidamente, no parecer que ofereci, examinando se as empresas que fossem privatizadas se empenhariam ou não para levar o telefone também para as áreas pobres deste País.

Na ocasião, todos nós asseguramos que o Governo e a sociedade brasileira estariam atentos ao fato de que as empresas que vencessem a concorrência da privatização cuidariam, com taxas diferentes, na medida do possível, de levar a rede telefônica para as regiões pobres. De maneira que eu queria lembrar a V. Ex<sup>a</sup> e à Comissão de que esse compromisso e essa palavra foi dada por nós no momento em que discutíamos a flexibilização do setor telefônico no País. Daí a relevância da proposta apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A Presidência entende que não há consenso no momento e irá passar a palavra para o Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, mais do que nunca constato uma dificuldade enorme em relação a essa questão.

Considerando os argumentos aqui apresentados, se eu considerar o argumento de que a anualidade tem de ser levada em conta, sob pena de o Fundo não entrar em vigência, eu já desconheço a emenda apresentada pela emenda apresentada pelo Senador Jorge Bornhausen.

Se eu considerar a emenda, retorna para a Câmara. Contudo, folheando o avulso, constato que a Câmara alterou, por completo, o projeto do Poder Executivo. Quem lê aqui “Projeto de 1997”, em que a exposição de motivos foi assinada pelo Ministro Sérgio Motta\*, verifica que, na tramitação, houve uma alteração substancial.

Eu, por exemplo, vejo aqui que, “em cada exercício, pelo menos 30% dos recursos do Fust\* serão aplicados em projetos de atividade executados pelas concessionárias do sistema de comunicação fixo comutado, nas áreas abrangidas pela SUDAM e SUDENE”. Eu gostaria de apresentar uma emenda, aumentando para 50%, porque, se o objetivo é cobrir as comunidades mais pobres do País, onde estão essas comunidades? Estão, exatamente, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do País, pois mercado mesmo, consolidado, existe no sudeste brasileiro. Então esse mercado será ocupado pela iniciativa privada. No Centro-Oeste, no Nordeste e no Norte, estão as comunidades onde a iniciativa privada irá sempre argumentar que há uma dificuldade de mercado.

Agora, veja bem a situação: a matéria chega aqui no dia 9, o Líder do Governo, com um gesto de transparência, diz que desconhece. Esse é um gesto de transparência: ele diz que desconhece. Eu sou presidente e Líder de um Partido político no Senado e desconheço, e não tenho o menor constrangimento em dizer isso. O mesmo ocorre com outros companheiros. Contudo, não sei se o que o Senador Jorge Bornhausen apresentou é apenas filosofia do PFL ou tem consequência no meu entendimento.

Então estamos diante de um impasse: não aprovar integralmente é transferir esse fundo para 2001; por outro lado, aceitar a emenda é o mesmo, porque terá de retornar para a Câmara se estivermos convencidos de que é necessário emendá-lo. Então, essa é uma situação da maior dificuldade. Penso que estamos diante de um impasse.

Eu peço que se examinasse a suspensão desta reunião para que pudéssemos nos sentar para negociar a fórmula, porque não estou vendo. O Senador Jorge Bornhausen pode me convencer – os argumentos de S. Ex<sup>a</sup> são procedentes. Se eu acolhê-los e a maioria do Senado também fizer o mesmo, a questão está morta, não existe mais o fundo no próximo ano. Eu fico, então, em uma contradição: como atendemos as pequenas comunidades?

É, portanto, uma situação muito complicada. Eu gostaria de deixar a sugestão de que suspendêssemos a reunião e, se chegássemos a um acordo, dessemos a urgência para votar na próxima quarta-feira.

Essa é a ponderação que faço.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sugestão aceita.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – O Líder do Governo acata. Estão inscritos os Senadores Jorge Bornhausen, Eduardo Siqueira Campos e Sérgio Machado.



Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Tendo em vista as colocações do eminente Líder Jader Barbalho, cabe dizer que não estou aqui contra o Fundo. Eu não apresentei uma posição contrária a ele. Aliás, penso que o Fundo é necessário, mas ocorre que nós no Brasil vamos sempre para as soluções simplistas. Aumenta-se a taxa, cria-se mais uma contribuição, em vez de se estabelecer o que é o correto, que é o Orçamento definir prioridades, e não transferir ao contribuinte, ao usuário, o pagamento por algo que ele não é o responsável. O fundo prevê, como constituição de receitas, no inciso I, dotações designada na Lei Orçamentária anual da União e seus créditos adicionais. Acho que, evidentemente, é por aí que nós temos de fazer com que esse fundo exista. Este País precisa ter moeda e precisa ter orçamento. E não precisa ficar sempre, da forma mais simples, transferindo para o contribuinte e para o usuário. Não é uma posição de ordem partidária. Trata-se de um compromisso que assumi no meu Estado, em praça pública, que não votaria esse tipo de aumento de carga tributária. Nós já temos uma carga tributária de 32% sobre o PIB; aumentá-la, neste caso, vai representar mais de R\$1 bilhão, que, certamente, pesará nestas dificuldades que temos no País.

Está na hora de fazermos com que o Orçamento seja levado a sério e que se estabeleçam os critérios e as prioridades no Orçamento. Não estou contra o fundo. Vou votar a favor do fundo. É uma consequência legal. Estou, contudo, apresentando uma emenda excluindo esses usuários deste pagamento de 1%, mesmo que aqui haja ressalva nos arts. 9º e 10, porque, no Brasil, a experiência nos diz: depois de aprovado, tudo é somado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero destacar aqui o entendimento e pretendo fazê-lo exercendo a Liderança do meu Partido nesta Comissão. A não ser que seja realmente pela suspensão, e por um consenso, já fica preliminarmente decidido, anunciado a esta Casa, que a Liderança do PFL recomendará o voto pela aprovação da emenda do nosso eminente Presidente. Não sendo por acordo, nós não daremos a urgência e não votaremos de forma diferente esta matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Sérgio Machado.

**O SR. SÉRGIO MACHADO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acho que estamos diante de

uma situação importante para reflexão. Quando foi feita a privatização, ficou prevista a criação desse Fundo. Todas as empresas que participaram da privatização conheciam esse valor, que não poderia ser repassado para os custos, conforme está aqui previsto.

Não criarmos esse fundo significa que vamos deixar com as empresas esses valores, ao invés de utilizá-lo em benefício da comunidade, fazendo uma distribuição de renda. Precisamos ter perfeitamente a consciência de que o prazo para votação dessa matéria encerra-se no dia 15 de dezembro. Então, nós estamos diante do seguinte dilema: demorou muito na Câmara, chegou nas últimas horas no Senado; agora, ao não votarmos essas medidas, significa que o valor previsto nesse fundo, que não pode ser levado para as tarifas, mas que poderia ser levado, com telefones e serviços, àquelas comunidades mais pobres, mais distantes, nós vamos deixar de levar. Então, gostaria que refletíssemos dentro dessa perspectiva. Acho que é boa a sugestão do Senador Jader Barbalho, para que se tente chegar a um entendimento. No entanto, eu acho extremamente negativa para a população mais pobre, para a política de distribuição de renda nós não votarmos isso neste ano, porque, simplesmente, isso não vai ser reduzido dos preços das tarifas. Também, em não votando, não quer dizer que as empresas vão baixar os preços, porque não vão, e os recursos não passarão para a população mais pobre. Então, é dentro dessa perspectiva que eu gostaria de manifestar-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Amir Lando; em seguida, o Senador José Roberto Arruda.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a matéria realmente exige uma reflexão. Estamos diante daquela situação: se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come. Há sempre esse dilema. Não é a primeira vez. Percebi no outro mandato que esse tipo de projeto sempre vem à última hora, e o Senado tem de engolir o prato feito vindo da Câmara, sem poder de revisão, sem poder de alterar mais absolutamente nada, em função do princípio da anualidade.

Entendo que quando se falava na privatização pelo menos isso a opinião pública brasileira recebeu, passava-se a idéia de que tudo iria melhorar, de que realmente o Governo se desonerava de encargos e gastos, como foram os 20 bilhões, nos últimos quatro anos, aplicados no sistema Telebrás. Antes da privatização, houve investimentos de US\$20 milhões e o sistema foi vendido por 22 milhões.

Agora, estamos novamente diante de uma situação de decisão. Infelizmente, no meu entender, foi uma venda que desatendeu o interesse público, porque caberia a essas empresas que têm lucros e lucros fantásticos também chegar às comunidades mais carentes e cuidar dessas situações de necessidade pública do País. Agora, estamos aqui diante de uma situação em que há uma pressão irresistível.

Diante disso, entendo que ou o Senado tem o tempo necessário para apreciar e modificar a matéria, se necessário, ou, então, não dá para engolir esse prato feito. Essa é a minha posição.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Agnelo Alves; em seguida, ao Senador Lúcio Alcântara e, depois, ao Senador José Roberto Arruda.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, o Senador Jorge Bornhausen quer transferir esse encargo, que o projeto inicial atribui aos contribuintes, aos usuários, para a União. Em relação ao projeto, a União também já disse que é verba orçamentária. De qualquer forma, não entra no próximo ano, porque o Orçamento já está aqui conosco, dele não constando essa previsão.

Dessa maneira, não vejo como, Sr. Presidente, votar-se essa matéria hoje, nem o Ministro chegando aqui e dando as explicações que julgar necessárias, simplesmente por falta de praticidade. Nem há dinheiro orçamentário, e, realmente, sobrecarregar os usuários não é talvez a melhor forma que o Senado deve adotar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou ser muito breve porque penso que se está formando uma espécie de consenso, no sentido de ouvirmos as informações do Ministro Pimenta da Veiga. Entretanto, sinto-me no dever até por uma questão de respeito aos Colegas de dar algumas explicações. Espero fazê-las de maneira reduzida e concisa até para ajudar a compreensão do projeto.

Todo processo de privatização é traumático, porque contraria interesses, contraria costumes, principalmente em países em desenvolvimento, como é o nosso, em que os recursos do Governo ainda são escassos para custear determinados serviços. O que se esperava do processo de privatização? Que o Governo se liberasse de certos gastos, podendo alocar recursos em outras destinações, sobretudo de natureza social e de infra-estrutura; que os serviços melhorassem de

qualidade e fossem expandidos; que os preços de aquisição correspondessem às expectativas e aos investimentos anteriormente realizados pelo Poder Público. Todavia, havia sempre perguntas que pairavam eu mesmo as fiz em determinadas ocasiões sobre a prestação de serviços que teriam aquelas comunidades, aquelas pessoas que não tivessem poder aquisitivo. Quando não fosse conveniente, do ponto de vista do retorno do investimento, como essas pessoas seriam atendidas por esses serviços?

No caso das telecomunicações, a lei geral prevê a criação desse fundo, que custearia esses serviços naquelas comunidades onde não houvesse rentabilidade. E, depois da aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, passou-se a examinar, em decorrência de projetos gerados no próprio Poder Legislativo, na Câmara dos Deputados, e do projeto encaminhado pelo Poder Executivo, a constituição do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações. Esse projeto foi bastante debatido e discutido na Câmara e agora chega ao Senado. É bastante diferente do projeto que o Executivo mandou, porque ele resultou de um amplo debate, de uma grande discussão. Foi, de certa maneira, aprovado consensualmente na Câmara dos Deputados.

Cabe-me aqui dar algumas explicações que poderão contribuir para que se retirem algumas dúvidas. Uma vez constituído, esse fundo tem como objetivo arcar com despesas que visem a universalização, levar esses serviços a comunidades distantes, remotas, onde não é interessante o investimento privado, devido à falta de retorno. Então, quais são as receitas desse fundo? Quem vai pagar por esse fundo? O fundo tem várias receitas, inclusive com previsão de receita orçamentária, mas, na verdade, ele se apóia em dois tipos de receita: uma, a que decorrer da concessão de serviços em regime privado, concessão de canais de rádio e de televisão.

Como sabemos, há um plano básico de radiodifusão, há licitações abertas para concessão de canais de rádio e de televisão em vários lugares do País. Contrariamente ao que ocorria no passado, um dos elementos a ser levado em conta na concessão desses canais, ao lado do projeto técnico, da capacidade econômico-financeira, etc., é o valor em dinheiro a ser pago pela concessão desses canais. Esses recursos constituirão parte desse fundo até, como diz o projeto, o limite de R\$700 milhões por ano.

Portanto, em dois anos, estima-se que o total do fundo poderá chegar a R\$1,5 bilhão. Se levarmos em conta também a principal fonte de receita, que é



justamente esse 1% sobre o faturamento de todos os serviços de telecomunicações, não só telefonia fixa ou móvel, mas também TV a cabo e **Internet**, todos esses serviços contribuiriam com 1% sobre o faturamento bruto.

Aí entra a emenda, o voto em separado do Senador Jorge Bornhausen. Não obstante, como disse o meu querido amigo e Colega, Senador Jorge Bornhausen, devemos reconhecer que o projeto é taxativo, é mandatário, no seu art. 5º, quando diz que não poderá esse 1% incidir sobre o preço da tarifa. Isso está claro.

O Senador Jorge Bornhausen, não obstante, teme que isso venha a acontecer. O projeto diz que tem de ser colocado separadamente na conta, que tem de ser recolhido imediatamente ao banco. Tudo isso o projeto afirma.

Se estamos entrando, agora, em um novo Estado, que é o Estado regulador e fiscalizador, que vai conceder e exigir que essa concessão observe determinadas exigências, temos de acreditar que isso não vai acontecer. Quer dizer, que não seja o contribuinte, mais uma vez, a pagar isso, porque o projeto é claro, no seu art. 5º: não pode ser incorporado à tarifa.

Quer dizer, se aprovássemos amanhã esse projeto, é evidente que as empresas nunca poderiam, no mês de janeiro, aumentar 1% porque vão contribuir para o fundo. Isso é claro. Vai exigir um acompanhamento permanente, para que isso não ocorra, para que elas não queiram repassar isso para o consumidor.

Vejam bem. Até 2005, pelo menos nas empresas de telefonia fixa, nos contratos de compra celebrados entre a União e os adquirentes, já existem metas de universalização com as quais estão arcando as empresas de telefonia fixa. Sabiam antes, portanto, quando fizeram seus preços, seus lances, previram as obrigações, que estavam antecipadamente estabelecidas. Depois de 2005 não haverá mais, pois já foram vendidas. As empresas previram os custos quando ofereceram seus preços em leilão. O fundo seria, justamente, para garantir a universalização desses serviços. A contribuição de 1% incidiria sobre todos os serviços de telecomunicação. É importante que expliquemos que, pela própria lei geral de telecomunicações, esses serviços são oferecidos em regime público e privado. Em regime público está, no momento, a telefonia fixa, mas a lei geral de telecomunicações prevê que, na elaboração do Plano de Telecomunicações, da política de telecomunicações, o Poder Executivo – já está na lei geral que aprovamos – pode estender a o regime público a outras formas de

serviço e não só ao de telefonia fixa. Conseqüentemente, pode ser estendido à telefonia móvel, à oferta de serviço de Internet e assim por diante.

O fundo tem esse objetivo. Suas fontes de receita são as que indiquei. O consumidor não irá pagar por isso. O Senador Jorge Bornhausen está partindo de uma desconfiança em relação ao Estado, está ressabiado por situações anteriores. Mas foi claro quando afirmou que a lei estabelece que não pode ser apropriado no custo da tarifa. É importante explicar que a universalização não se pode dar de forma a desestabilizar as relações de concorrência, de competitividade. É neutro. Não podemos pensar que o fundo venha a financiar um patrimônio, por exemplo, que fosse apropriado pelas empresas. São condições que a lei não permite. Estou explicando para que fiquem bem claros os objetivos do fundo. Esse vem para responder a uma inquietação de todos nós: como vai ficar quem não pode pagar? Como vão ficar as comunidades remotas? O Governo inglês – foi na Inglaterra que se gerou todo o processo de privatização – chegou a instituir impostos, no governo Tony Blair, sobre companhias privatizadas para garantir a universalização. Vamos admitir que, amanhã, o Governo julgue ser conveniente disponibilizar Internet em todas as escolas públicas do País, com que recursos o fará? Com os recursos do fundo, com os recursos que vão vir da contribuição de 1% e das outorgas. As outorgas vão-se esgotar quando se cumprir o plano de radiodifusão. Quando todos os canais tiverem sido ofertados e as pessoas, físicas ou jurídicas, tiverem ganhado as concessões, quando as outorgas tiverem sido concedidas, não haverá mais essa fonte de receita.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – V. Exª me concede um aparte, nobre Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Concedo um aparte ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Gostaria de fazer uma observação. Tenho a honra de representar o Estado de Roraima, que é o mais pobre da federação. Sem dúvida alguma, só teremos telecomunicações no interior do meu Estado – tomo por base o meu Estado, mas a afirmação serve para o Piauí, para o Estado do Pará, cujo representante é o Senador Jader Barbalho, para o interior do Ceará, representando pelos Senadores Lúcio Alcântara e Sérgio Machado ou o Rio Grande do Norte –, um plano de metas cumprido, já divulgado pelo Ministério das Comunicações, inclusive com prazo para definir telecomunicações em pequenas localidades, se esse fundo funcionar.

E, quando houve a privatização – aqui foi muito bem lembrado, e quero lembrar de novo, quando se tratou e se discutiu a privatização do sistema de telefonia, do sistema de comunicações, colocando-se aqui questões, como as do meu Estado de Roraima, definiu-se que esse fundo cobriria essas questões sociais, que são importantíssimas.

A cada ano que passa e a cada ano que o fundo não vem, infelizmente, Estados como o meu ficam desassistidos. Com todo o respeito à questão do 1%, se alguém tiver de pagar 1% em algum lugar do Brasil, para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste terem telefone, Sr. Presidente, temos de cobrar esse 1%. É uma taxa Robin Hood. Mesmo que tivesse de ser cobrada dos consumidores, o que não é o caso.

Gostaria de fazer essas colocações e dizer que entendo a discussão, mas a premissa e a necessidade das populações mais pobres é muito grande. Se perdermos um ano, será um ano a menos que esse recurso terá para colocar telefone no meu Estado e em todos os Estados e Municípios pobres deste País. Portanto, gostaria de discutir essa questão a fundo, mas lembrar aos Senadores que entendo. Fico também, de certa forma, desconfortável com a "rapidez" que esse processo vem da Câmara. A Câmara discutiu isso dois anos. Devia haver prazo. Na verdade, a Câmara atrasa, e o Senado paga o pato. Agora, quem pode pagar o pato nessa questão, infelizmente, não são os Senadores, mas o povo, que não vai ter esse fundo. Assim sendo, quero fazer este apelo aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Muito obrigado, Senador Romero Jucá e Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – É apenas para fazer um aparte muito rápido. Tenho a impressão de que o bom senso e até o consenso dos membros desta Comissão indicam que a sugestão apresentada pelo Senador Jader Barbalho devesse ser atendida por todos nós. Se fizermos uma suspensão dos trabalhos desta Comissão até amanhã pela manhã, V. Ex<sup>as</sup> inclusive me dariam tempo para que eu pudesse falar pessoalmente com o Ministro das Comunicações.

Todos estamos sentindo a seriedade e os elementos de convicção em que se baseia o relatório do eminente Senador Lúcio Alcântara. Por outro lado, no entanto, é óbvio que esta Casa não se sente cômoda em receber uma matéria de tal profundidade, de tal complexidade, tendo que decidir num prazo tão curto. Tenho a impressão de que poderíamos suspender os

trabalhos até amanhã e, se tivéssemos os elementos de convicção dos Srs. Líderes, dos Srs. Membros desta Comissão e do Plenário, para a votação da matéria, sem emendas, ótimo. Se houver qualquer emenda em discussão, vamos ser práticos: perde-se a anualidade. Pessoalmente, saio desta reunião e vou cumprir a minha tarefa de buscar o Governo Federal com uma linha de raciocínio muito clara, de que, se não conseguirmos votar essa matéria no prazo, na verdade, estaremos dando um benefício às empresas operadoras privadas, que não vão recolher esse 1%, em detrimento de um serviço importante na universalização do serviço de telecomunicações.

Portanto, vou sair daqui com um empenho, na busca de trazer a esta Comissão os elementos de convicção necessários, e sabendo que a variável tempo está contra nós, neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Continua com a palavra o Senador Lúcio Alcântara para concluir.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Vou concluir, dizendo que justamente fica como risco, se não for aprovado, a possibilidade de que se argua o desrespeito ao princípio da anualidade. Conseqüentemente, não poderá incidir esse 1%, que poderia, talvez, ser considerado uma contribuição parafiscal, ou algo assim, e isso evidentemente iria prejudicar a universalização do serviço.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador de Santa Catarina.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** – Sr. Presidente, quero deixar bem claro à Comissão que não tenho e não tive intenção alguma com aquela ??? Quando pedi vista do processo, e foi marcada esta reunião extraordinária, prontifiquei-me a trazê-lo de volta para ser examinado, exatamente porque, tendo em vista o princípio da anualidade, não me caberia fazer nenhum expediente para retardar um julgamento, aqui nesta Comissão, daquilo que temos obrigação de votar.

Então, na realidade, apresentei uma emenda e entendo que o estou fazendo em defesa do usuário. Entendo que o montante é exagerado R\$1,3 bilhão, num País onde estamos discutindo como atender a pobreza. É também um assunto que tem de ser examinado. Não vim aqui para convencer ninguém; vim manter as minhas convicções. Esse não é o caminho. O caminho deste País é fazer orçamentos com prioridades, e entendo que esta é uma prioridade, tanto que voto a favor do fundo, para que ele exista e possa produzir os seus efeitos, mas não nas costas do usuário, porque este não merece.



Mas deixo bem claro e submeto-me à decisão. Não vou apresentar emenda alguma no Plenário que prejudique o andamento, mas sugiro que a matéria seja efetivamente votada, para que se tenha fora de qualquer dúvida o problema da anualidade.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** V. Ex<sup>a</sup> está de acordo que se traga o Ministro amanhã, se discuta e só depois, então, se conclua?

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** O problema é da Presidência. Estou pronto para ouvir o Ministro, com muito respeito, como estou pronto para votar e acatar qualquer resultado nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** Com a palavra o Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** Sr. Presidente, em primeiro lugar quero agradecer as informações trazidas pelo nosso companheiro Relator, Senador Lúcio Alcântara, esclarecendo-nos a respeito de vários aspectos.

Em que pese os esclarecimentos, insisto que essa reunião seja suspensa, porque o tratamento de um assunto dessa complexidade, da forma como está sendo feita, considero até uma diminuição para o Senado. Não se pode colocar o Senado numa situação desta ordem, porque, se aprovamos qualquer emenda, a questão da anualidade estará prejudicada. Então, é uma diminuição no mandato.

Acho que esse episódio, como tantos outros, deve fazer com que meditemos sobre a possibilidade de se estabelecer uma regra para que não seja mais possível a Câmara dos Deputados nos remeter um projeto dessa natureza quando não há mais chance.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Estabelecer uma regra nossa, de não receber.

**O SR. JADER BARBALHO** – Exatamente, o Senador Lúcio Alcântara me ajuda. Estabelecer de tal ordem que não seja possível, porque agora estamos diante de um profundo constrangimento. Se eu me convencer de que a emenda do Senador Jorge Bornhausen é procedente, não posso votar a seu favor, porque eu prejudico...

Por outro lado, continuo muito confuso. O Senador Lúcio Alcântara falou há pouco na questão relativa às obrigatoriedades das empresas que tiveram essas concessões até 2003. Então, se há isso, não há o problema da anualidade, porque a universalidade estaria coberta até 2003. Aí, nessa leitura apressada, lê-se no art. 12:

“A prestação de serviços de telecomunicações, em geral objeto de novas autorizações por uma concessionária, bem como por sua controladora, contro-

lada ou coligada, somente será possível a partir de 31 de dezembro de 2003 ou, antes disso, a partir de 31 de dezembro de 2001, se cumpridas integralmente as obrigações de universalização dentro de toda área de concessão da controladora”.

Então, há um instrumento de obrigatoriedade para a universalização.

Agora, como estabelecer o debate sobre um assunto que, efetivamente e particularmente, interessa aos representantes dos Estados mais pobres, onde a situação de mercado é uma coisa complicada? Como votar isso assim?

Então, Sr. Presidente, estamos diante de uma situação e insisto que V. Ex<sup>a</sup> suspenda essa reunião para nos permitir uma apreciação, pelo menos por mais 24 horas, para que possamos decidir com base no acordo sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Em discussão a proposta do Senador Jader Barbalho de suspensão dessa reunião neste momento, convocação do Sr. Ministro das Comunicações e do Presidente da Anatel, Dr. Renato Guerreiro. Estaríamos aqui, amanhã, às 10 horas, para ouvir os dois e, em seguida, tomar as decisões cabíveis.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está suspensa a reunião.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h58min.)

**Ata da 57ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (Ordinária), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 51ª Legislatura, realizada em Quatorze de dezembro de 1999, às 10 horas.**

Às dez horas do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Ney Suassuna e com a presença dos Senadores: Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Jefferson Péres, Francelino Pereira, Amir Lando, Lúcio Alcântara, Bello Parga, Agnelo Alves, Luiz Estevão, Ramez Tebet, Maguito Vilela, Lúdio Coelho, Bernardo Cabral, José Roberto Arruda, Pedro Simon, Paulo Souto, Eduardo Siqueira Campos, Eduardo Suplicy, José Eduardo Dutra, Antero Paes de Barros, Pedro Piva, Edison Lobão e Luiz Otávio. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, José Alencar, Gilberto Mestrinho, Carlos Bezerra, Jorge

Bornhausen, Freitas Neto, Romero Jucá, Lauro Campos e Roberto Saturnino. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a Audiência Pública Com A Presença Dos Senhores Renato Navarro Guerreiro, Presidente Da Anatel E João Pimenta Da Veiga Filho, Ministro Das Comunicações, Destinada A Instruir O Projeto De Lei Da Câmara Nº 60, De 1999. Encerrada a audiência pública passa-se à apreciação da seguinte pauta: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 1999, NÃO TERMINATIVO, que “Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações”. Autoria: Deputado José Pimentel. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Favorável ao projeto e contrário às Emendas 1 e 2. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PLC 62 /1999, NÃO TERMINATIVO, que “Dá nova redação ao inciso I do artigo 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Bello Parga. Resultado: Aprovado o parecer do relator. PRS nº 47 /1998, NÃO TERMINATIVO, que “Autoriza o Estado de Rondônia a contratar operação de refinanciamento de dívida do Estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 12 de fevereiro de 1998, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de Rondônia, no âmbito do Programa de Apoio de Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$146.950.101,90 (cento e quarenta e seis milhões, novecentos e cinquenta mil, cento e um reais e noventa centavos)”. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos da Emenda nº 01-CAE substitutivo.” Resultado: Aprovado o parecer do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ney Suassuna**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta 57ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª sessão legislativa ordi-

nária, da 51ª legislatura, teremos à deliberar alguns assuntos que chegaram retardatariamente à Comissão, mas não vamos deixar pendentes. É o propósito da Mesa, meu e do nosso Senador Bello Parga, é de que nada estacione na Comissão de Assuntos Econômicos. Temos feito uma parceria para não deixar absolutamente nada sobre a Mesa e temos tido o respaldo de todos os Srs. Senadores, uma vez que temos trabalhado de manhã, à tarde e à noite e todos os processos têm sido resolvidos.

Hoje, vamos ter uma audiência pública, com a presença do Ministro das Comunicações, Dr. Pimenta da Veiga, também do Presidente da Anatel. Ainda não temos número regimental, mas como iniciaremos pelo debate, creio que podemos dar partida, até por que o dia hoje vai ser curto para tantas atribuições.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pela ordem, o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> não se encontrava ontem, nesta Comissão. Fomos ontem convocados para uma reunião extraordinária, na qual seria apreciado o projeto de lei que cria o Fundo das Telecomunicações, e, quando aqui cheguei, encontrei apenas o parecer do Relator, Senador Lúcio Alcântara, não havia, sequer, texto do projeto. Tomei conhecimento da matéria naquele momento. Examinando o parecer do Senador Lúcio Alcântara, verifiquei que esse projeto tramitou durante dois anos na Câmara, passou por três Comissões lá. Aqui, estavam nos pedindo que o aprovássemos em apenas três dias. Retirei-me da reunião dizendo que me absteria, não votaria aquilo, não tinha condições de votar o projeto. Não era um protesto, eu simplesmente não ia votar no escuro, Sr. Presidente.

Hoje, fui surpreendido por esta reunião. Soube que, depois que me retirei, por proposta do Senador José Roberto Arruda, tinha sido decidida a realização desta audiência pública. Alegava-se que, se o projeto não for aprovado hoje, agora, ainda nesta sessão legislativa, ele não entrará em vigor no próximo ano devido ao princípio da anterioridade. Como creio que isso não procede, não se trata de tributo, não se trata de tributo ao qual se aplica o princípio da anterioridade. Portanto, aprovado, entrará em vigor em qualquer tempo, no mesmo exercício. Não há motivo para este acodamento.

Sr. Presidente, vamos ouvir o Ministro, claro – terei o maior prazer em ouvi-lo, assim como o Presidente da Anatel. Todavia, se quiserem depois requerer urgência para esse projeto que o façam, mas não



sob o pretexto de que terá que ser aprovado nesta sessão devido ao princípio da anterioridade. Isso não procede. Se dúvidas houver, Sr. Presidente, vou querer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que esclareça este ponto. Agora, se não houver dúvida, muito bem. O Parlamento é a Casa da maioria. Prevalece o desejo da maioria. Se quiserem aprovar essa matéria em regime de urgência, que o faça, mas não por esta razão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra e pela ordem o nobre Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, antes que seja iniciada a discussão com a presença do Ministro, peço que V. Ex.<sup>a</sup> submeta ao Plenário o pedido de urgência para o pedido de empréstimo do Governo do Estado do Ceará, aprovado ontem pela Comissão. Segundo estou informado, regimentalmente a Comissão teria que ratificar esse pedido de urgência, razão da minha solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Quando houver número regimental, nós o submeteremos. Por ora não temos número regimental, mas está colocado o requerimento de V. Ex.<sup>a</sup>. Votação só quando houver número.

**O SR. BELLO PARGA** – Senador Lúcio Alcântara, eu gostaria de lembrar que no Plenário já foi aprovada ontem.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Fui advertido pela Secretaria da Comissão – e é de conhecimento do Presidente – de que haveria necessidade de a Comissão...

**O SR. BELLO PARGA** – Do Presidente do Senado?

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Do Presidente da Comissão. Razão do meu requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – É apenas para regularizar a tramitação. Então não há problema, será votado.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Jader Barbalho, Presidente do PMDB e Líder do PMDB no Senado.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, quero manifestar minha solidariedade às observações feitas pelo Senador Jefferson Péres. A minha orientação, como Líder, aos companheiros da Bancada do PMDB é que não concedam a urgência, até porque a esta altura não há possibilidade mais de urgência. A urgência mínima é de quarenta e oito horas e nós estamos a vinte e quatro horas do encerramento da sessão legislativa.

Estive lendo, ou tentando ler, de ontem para cá, toda a tramitação deste Fundo e confesso a V. Ex.<sup>a</sup> que não tenho condições de orientar a minha Bancada em relação a este assunto. Lamentavelmente, esse assunto teve uma longa tramitação na Câmara dos Deputados e chegou ao Senado da República no dia nove. Considero isso uma atitude que sobre a qual, mais do que nunca, o Senado deve meditar. A essa altura, o Senado fica sem a menor possibilidade de contribuir no processo legislativo. Além de a leitura ser uma leitura atropelada, esse processo sofreu inúmeras emendas na Câmara dos Deputados, foi objeto de um substitutivo numa sessão da Câmara numa emenda denominada Emenda nº 24, que nada tem a ver com as outras emendas nem com o que foi apreciado nas comissões técnicas da Câmara, por um acordo de Liderança em plenário.

Eu, portanto, não me sinto em condições de orientar a minha Bancada, e o tema interessa à Bancada do PMDB, como creio, pelas manifestações já efetuadas.

Pretendo ouvir o Ministro das Comunicações e o Presidente da Anatel. Desde já, quero orientar os meus companheiros na Comissão no sentido de que não há possibilidade, a esta altura, sob pena de desprestígio para o Senado, de apreciar, vinte e quatro horas antes do encerramento da sessão legislativa, um assunto desta magnitude. Quero dizer desde já, para que se evite a possibilidade de qualquer polêmica **a posteriori**, que esta é a nossa posição.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** – Sr. Presidente, permita-me apenas dar os parabéns ao Senador Jader Barbalho, porque a sua atitude vem em defesa da dignidade desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Pedimos aos Senadores Ramez Tebet e Luiz Otávio para que, por gentileza, acompanhem o Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o Presidente da Anatel, Dr. Renato Guerreiro, até o interior.

Vamos debater com profundidade.

Ouviremos o Ministro e, em seguida, debataremos o assunto com profundidade.

Por favor, que os dois Senadores tragam o Ministro e o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. (Pausa.)

Srs. Senadores, com a presença do Ministro das Comunicações, Sr. Pimenta da Veiga, e do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Dr. Renato Guerreiro, ouviremos as duas autoridades e, em seguida, aprofundaremos o debate

e tomaremos a decisão que, com certeza, ocorrerá em nossa Comissão.

Sr. Ministro, entendo que se tivéssemos vinte minutos para cada qual das autoridades, estaria bem. Por gentileza, use o meu microfone. (Pausa.)

A Presidência achou melhor conceder primeiramente a palavra ao Dr. Renato Guerreiro. Em seguida, ouviremos o Sr. Ministro.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO –**

Bom-dia, Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Sr. Ministro Pimenta da Veiga, demais Senadores, Srs e Srs., esta é mais uma oportunidade que temos de conversar sobre o Fundo de Universalização das Telecomunicações.

Quando o projeto de reestruturação das telecomunicações foi concebido no Brasil, pautou-se em dois pilares que consideramos fundamentais naquela oportunidade.

Em primeiro lugar, que os serviços de telecomunicações se dessem em regime de competição, o qual trazia embutido três resultados comprovados que ocorriam no mundo, e isso nós buscávamos para a sociedade brasileira, e todos eles, como benefícios diretos.

O primeiro era a ampliação do número de terminais, do número de acessos, um crescimento maior para que se colocasse, cada vez mais, à disposição da sociedade facilidades de telecomunicações. Isto vem acontecendo e hoje podemos comprovar o sucesso dessa iniciativa que está materializada, os serviços celulares em que tínhamos 800 mil terminais, em 1994, passaremos a ter mais de 13 milhões ao final deste ano. Os serviços fixos, que eram de 13 milhões, em 1994, serão mais de 27 milhões neste final de ano. O número de telefones públicos, que era de pouco mais de 300 mil, em 1994, passará para mais de 715 mil telefones públicos ao final deste ano. Assim, praticamente dobramos a planta de telefones fixos e públicos em 5 anos.

O segundo objetivo da competição era propiciar uma melhoria da qualidade de serviços. A competição leva necessariamente a uma possibilidade de comparação entre os prestadores de serviço e induz a uma permanente melhoria da qualidade de serviços, o que já começa a ser percebido ainda muito tenuamente no serviço celular. A competição começou em 1997 – é preciso que lembremos disso. Assim, se iniciou antes é porque foi respaldada por uma lei aprovada, pelo Congresso Nacional, em 1996; na telefonia fixa só foi possível pensar-se em competição a partir da lei geral aprovada em 1997. Ainda se teve

que esperar a privatização para que se iniciasse o processo de outorga da segunda licença.

Há uma defasagem de cerca de dois anos da competição do celular no fixo. O celular é uma situação absolutamente consolidada em termos desses objetivos de melhoria da qualidade. Hoje, a maioria das plantas brasileiras de telefonia brasileira já são de tecnologia digital, tecnologia moderna, que permite às empresas oferecerem inúmeros planos para os usuários, levando, inclusive, a uma popularização do serviço móvel celular, através do pré-pago. É perceptível, é visível, é real a situação da melhoria da qualidade já no serviço móvel celular, que só tende a se consolidar nos próximos anos. E, no fixo, nós iniciamos a competição pelo longa distância este semestre.

O terceiro elemento desse processo que beneficiaria o consumidor seria a redução dos preços. Redução dos preços que vimos observando de uma maneira muito intensa já no celular e redução que já começamos a praticar também na telefonia fixa este ano. Para terem uma idéia, só rememorando, as tarifas dos celulares poderiam ter sido reajustadas pelas disposições dos contratos em 22% a 24% agora em outubro e novembro deste ano. E a competição está fazendo com que as empresas se satisfaçam, inclusive, muitas vezes, nem pratiquem reajustes que não passem de nove por cento. Estão pedindo reajustes muito aquém daquilo que seria possível pelo contrato de concessão, inclusive abrindo mão de uma parcela expressiva, na maioria dos casos, de 5,5%, a título de produtividade, estão assimilando, aceitando, convivendo com reajustes inferiores a 10%, em alguns casos nem praticando esse reajuste que lhes foi autorizado pela Agência. No serviço fixo, depois de dois anos, com um índice de inflação acumulada, até maio, de cerca de 14%, demos, em junho passado, um reajuste médio de 6,5% nas tarifas de telefonia pública. Isso não é fruto, não é resultado da competição, mas é uma imposição do contrato de concessão com as empresas que já impõem uma transferência para a sociedade por produtividade. Tem acontecido esses três fenômenos que estavam vinculados ao processo de competição: aumento da oferta, melhoria da qualidade e redução dos preços.

Outro pilar fundamental da reestruturação era a universalização. Universalização que foi concebida, inicialmente, basicamente para a telefonia fixa, que orientou todo o trabalho de reformulação das telecomunicações no Brasil, mas que prevê que todo cidadão brasileiro tem que ter direito de acessar serviços de telecomunicações. Baseado nesse princípio, ainda antes da própria existência da Lei do Fundo de



Universalização, estabeleceram-se, nos contratos de concessão, metas absolutamente ousadas e rigorosas para as empresas prestadoras de serviços de telefonia fixa. Tanto é assim que, ao final deste ano, toda localidade com mais de mil pessoas, em qualquer lugar do Brasil, tem que ter um telefone público à disposição da sociedade. Isso é obrigação e direito da sociedade e dos cidadãos que residem nessas localidades.

O plano é extremamente ousado e nos levará a 2005, para me antecipar, não me alongar muito no assunto, a que tenhamos, no Brasil, por obrigação contratual das empresas telefones distribuídos nas localidades em que haja uma população superior a 300 pessoas e telefones públicos em qualquer localidade com mais de 100 pessoas.

Então, os contratos de concessão previram metas extremamente arrojadas para as empresas concessionárias. Mas o serviço de telecomunicações passa por uma fase extremamente rica e convulsionada em termos de evolução tecnológica e de integração das redes. É um período que os técnicos do setor costumam chamar de “convergência tecnológica”, em que passa a ter uma potencialização muito grande o uso de todas as redes. As redes de TV a cabo podendo ser usadas para telefonia, para **internet**, as redes de telefonia podendo ser usadas para serviços de banda larga, para serviços de voz, de imagem, de dados, como uma visão de que nos próximos anos nós teremos redes extremamente integradas de telecomunicações. Isso está associado àquilo que estamos chamando hoje, no mundo, sociedade da informação. A sociedade da informação é aquela em que todos os países, em que todos os cidadãos têm possibilidade, têm disponibilidade de recursos de comunicação que lhes possam oferecer todas as vantagens que as comunicações poderão propiciar. A sociedade da informação hoje é visível para todos nós no que está acontecendo na Internet. É uma integração de serviços de vídeo com serviços de dados e serviços de voz que permite a todo cidadão acessar serviços de multimídia e serviços de banda larga impensáveis até há pouco tempo.

O que teremos num futuro não muito longínquo é algo que sucederá a Internet, chamado de Internet II, em alguns casos, mas, certamente, com uma atuação mais intensa de todas as empresas prestadoras, e, portanto, uma rede muito mais profissionalizada, muito mais segura do que a Internet é hoje, porque exigirá uma segurança maior para que se trafegue na rede com todas as riquezas do mundo. E é para preparar a sociedade brasileira para essa sociedade da

informação que o FUST se faz um elemento fundamental.

Não teremos a sociedade da informação se apenas uma parcela da sociedade brasileira puder dispor dos recursos que estarão disponíveis no mercado nos próximos anos. Se essa possibilidade se restringir, como hoje, aos oito milhões de pessoas que têm acesso à Internet no Brasil, ou aos 40 milhões que poderão ter telefone dentro de alguns anos, se não tivermos uma ação, uma possibilidade real de oferecer serviços de banda larga e todo tipo de conexão para escolas, postos de saúde, hospitais, bibliotecas, centros comunitários, para permitir que todos os cidadãos possam usufruir do benefício da sociedade da informação, estaremos dividindo a sociedade brasileira naquela sociedade em que há os ricos de informação e os pobres de informação. Ou tomamos hoje a decisão de buscar alternativas e meios para financiar não cada pessoa, individualmente, mas a coletividade, cada comunidade, para que ela possa usufruir dos benefícios dos centros de excelência que teremos – e certamente já temos, em medicina, em educação –, para que possamos levá-los aos pontos mais longínquos do Brasil, financiados por toda a sociedade, por todos os operadores, que é a concepção do FUST, ou teremos, sim, a sociedade brasileira, mais uma vez, dividida entre ricos e pobres, só que entre ricos em informação e pobres em informação.

E perderemos a oportunidade, no meu ponto de vista, de ter o Brasil como uma locomotiva do processo da sociedade da informação, e passaremos a ser vagão, porque, queiramos ou não, o povo, a sociedade, o mundo todo convergirá para a sociedade da informação. Há uma possibilidade de nos tornarmos ativos nesse processo e de sermos efetivamente alavancadores desse desenvolvimento. Temos condições, temos competência e talvez o que nos faltasse fossem recursos para buscar a universalização desses pontos, o que o FUST propiciará a todos nós.

É com esse objetivo, para permitir que as pessoas – nem digo as pessoas individualmente –, que as comunidades mais carentes do Brasil possam usufruir da sociedade da informação que o FUST se faz imperioso. Ele não é essencial para se atender por telefone uma localidade, mas uma localidade não estará integrada numa sociedade da informação se ela tiver simplesmente um posto telefônico. Ela precisa de algo mais do que um posto telefônico. Ela precisa ter uma integração muito maior dos serviços de telecomunicações para poder se considerar integrada à sociedade da informação.

É fundamentalmente para isso, para integrar a sociedade brasileira, em todos os rincões, em todas as localidades, com a potencialidade da sociedade da informação, que o FUST se faz necessário.

Tenho a nítida impressão de que essa é uma obrigação que deve ser repassada a todos os prestadores de serviços de telecomunicações indistintamente, porque todos eles, de alguma forma, beneficiam-se de um serviço que a União lhes concedeu para sua exploração comercial. Então, eles devem arcar com o desenvolvimento e a possibilidade de universalização desse serviço. Por isso, no meu entendimento, ele deve ser atribuído a qualquer prestador de serviço de telecomunicações que recebe da União uma outorga ou licença para explorar comercialmente os serviços.

Senador Ney Suassuna, não sei se precisaria me estender mais sobre o assunto. Talvez, nas respostas, eu possa esclarecer algum ponto específico.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Ouvimos o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. Renato Guerreiro, e passo agora a palavra ao nobre Ministro das Comunicações, Sr. Pimenta da Veiga.

**O SR. PIMENTA DA VEIGA** – Caro Presidente, Senador Ney Suassuna, Srs. Líderes, Senadores Jader Barbalho e José Roberto Arruda, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo, primeiro, dizer da satisfação que tenho de estar aqui. Como Parlamentar que sou, sempre compreendo a necessidade desta interação, desta convergência de ações entre o Executivo e o Legislativo. Por isso, nunca tenho me negado a comparecer ao Congresso, ao contrário, faço-o com muita assiduidade tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados. Nesta manhã, estou aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e, à tarde, estarei em outra Comissão na Câmara dos Deputados. Enfim, esta é uma convivência democrática que valorizo muito. Assim, é com prazer que venho a esta Comissão trazer esclarecimentos e informações que possam ser úteis ao Senado no seu processo deliberativo.

Farei um rápido comentário sobre o processo de privatização, especialmente das telecomunicações. Foi por meio das privatizações em telecomunicações que o processo inteiro ganhou velocidade, tendo em vista a importância do setor e os altos recursos que foram destinados a essa privatização. O Brasil envolveu dezenas de bilhões de dólares, conseguiu atrair empresas nacionais e internacionais para um programa de privatização que é um dos maiores de todo o mundo.

Exatamente por isso, o setor deu saltos espetaculares. O Dr. Guerreiro mencionou números, de fato, de grande impacto. A telefonia brasileira tem alcançado alguns resultados que espantam a nós que atuamos no setor e a sociedade brasileira. São números de grande significado mesmo no cenário internacional. Para citar um exemplo, ainda na semana passada, uma só operadora de telefonia celular conseguiu vender num dia 100 mil novas linhas, o que está sendo apontado talvez como um recorde mundial.

A telefonia, portanto, avançou. Conseguimos consumir enormes filas de espera. É verdade que, atendida a demanda, vem uma nova, mas o sucesso, em termos de investimento econômico e de atendimento social, é inequívoco.

A privatização foi montada sobre dois pilares: o primeiro, a competição que levava, como já foi dito também, a um aumento crescente da qualidade num setor em que a evolução é extraordinariamente rápida; o segundo, foi a queda de preço. Essas são metas permanentes das quais jamais poderemos nos distanciar porque são objetivos fundamentais.

O Brasil tem de se atualizar na tecnologia, estar sempre usando a melhor tecnologia disponível no mundo, de preferência, com parte dela desenvolvida no Brasil pessoalmente tenho buscado isso de forma obsessiva e a preços sempre menores, o que a tecnologia induz e viabiliza. De outro lado, a universalização. Quero dizer que a universalização é um objetivo que por si só justifica o processo de privatização. O telefone, até há algum tempo, era privilégio de uma camada muito pequena da sociedade. Hoje ele está popularizando-se. Eu não tenho receio de dizer que, nos grandes centros, nas médias cidades, isso acontecerá naturalmente, porque, com a queda de preço, todos terão o seu telefone, tanto o fixo quanto o celular. As assinaturas estão com preço reduzido e devem reduzir-se mais ainda. Com isso, ocorrerá o acesso que, em muitos casos, não tem custo. Portanto, haverá essa popularização nos grandes centros e nas médias cidades.

No entanto, a grande preocupação que tenho é com aquelas pequenas localidades, sobretudo com as mais remotas. Durante décadas, na vida brasileira, em todos os países, mas especialmente no Brasil, pela sua extensão territorial, a grande diferença entre as pessoas estava no seu local de residência. Quem morasse nos grandes centros tinha acesso a toda informação, era uma pessoa de primeiro nível. Aqueles que moravam nas regiões remotas tinham um nível de informação muito prejudicado. Com o desenvolvimento das comunicações, não há necessariamente



diferença entre os que moram nas regiões mais remotas da Amazônia e os que moram na Avenida Paulista, por exemplo, ou em Paris ou Nova Iorque, pois a informação pode chegar em tempo real, simultaneamente, a todas essas pessoas. Mas é preciso que o acesso seja oferecido. Se algumas coisas podem ir pela antena parabólica, pelo satélite, outras precisam ir pela telefonia.

Portanto, o sentido da universalização da telefonia não é apenas o contato entre parentes distantes. É muito mais do que isso. O que me angustia aqui é o prazo. Isso porque nós temos uma legislação e os próprios contratos que determinam que essa universalização deve ser feita de determinado modo, em determinado prazo. Ela se estende até 2005. Não por acaso a Lei Geral de Outorgas prevê o Fundo de Universalização para viabilizar alguns pontos, os quais quero pormenorizar. O primeiro deles, para viabilizar uma antecipação desse prazo. Um ano que se ganhe nisso é fundamental na vida de uma comunidade e na vida dessas pessoas. Todavia, nós podemos ganhar muito mais, porque estamos em 1999 e o prazo máximo é 2005. Com o fundo aprovado, podemos agilizar isso, ganhando não um, mas dois, três anos, quem sabe? Portanto, valorizo extraordinariamente o prazo.

Por outro lado, valorizo também algo que não está nos contratos. Os contratos prevêm apenas a oferta da telefonia para atender a demanda existente. Quero repetir os números, porque eles são impressionantes. O Brasil se colocará na frente da maioria dos países. Em qualquer comunidade, onde quer que ela esteja, com cem habitantes, haverá telefonia pública; em qualquer comunidade com 300 habitantes em diante haverá oferta de telefonia fixa domiciliar. Isso nos fará colocar, sem dúvida – quero afirmar isto aqui –, telefone em taba indígena, o que é fantástico. O Brasil permitirá que todos os seus cidadãos disponham de telefonia.

No entanto, quero referir-me à consequência que isso provoca na educação e na medicina. Qualquer cidadão, de um posto de saúde, no Mato Grosso do Sul do Senador Ramez Tebet, poderá ser examinado por um grande especialista num grande centro brasileiro ou até fora do Brasil no momento em que ele necessitar dessa definição. Quer dizer, isso tem uma força social da qual não me distancio, porque oferecer telefonia de boa qualidade, que permita o uso da telemedicina, poderá salvar vidas e melhorar o padrão de vida de todos os brasileiros, em qualquer posição.

Com a Internet II, os municípios mais remotos do Pará do Senador Jader Barbalho, poderão ter acesso

à educação; e não apenas os municípios, mas os distritos, as vilas, as mais distantes, poderão ter acesso à Internet II, que provocará, segundo todas as avaliações, um grande impulso na educação. Um ano dois anos, três anos de diferença podem ser um longo período para os que ficarão privados desse avanço. E o que a lei determina é que as companhias devem fazer essas ligações até o prazo máximo de 2005, mas a lei não trata, a não ser no FUST, dos meios para a teleducação e a telemedicina. Portanto, são avanços dos quais estou certo que o Senado não irá se distanciar.

E queria enfatizar apenas a minha preocupação com o prazo, porque, como sabem V. Ex<sup>as</sup>, o dispositivo que cria o FUST está vinculado, ou pelo menos esse é o entendimento predominante, ao princípio da anualidade. Compreendo as ponderações feitas por alguns Senadores, de que melhor seria que esse projeto tivesse vindo da Câmara com maior antecedência. Não foi assim, o que é, de fato, uma situação um pouco incômoda para esta Comissão e para o Senado, mas esta é a realidade. Gostaria de reforçar essa preocupação, porque qualquer medida que determine a remessa desse projeto, a volta desse projeto à Câmara, ou o atraso na votação pelo Senado, levará a que não se aprove o FUST neste ano e com isso não o teremos no próximo ano.

Quero dizer que conto com a compreensão do Senado para isso, por ser esse um objetivo de largo alcance social. E quero dizer mais, que manifesto aqui, publicamente, a disposição de fazer sempre as interpretações mais extensivas. Quero citar aqui o exemplo da telefonia celular, que justamente deseja participar desse processo e teme – já que contribuirá, porque a lei determina isso – estar fora. Entendo que ela está amparada, mas se for preciso um decreto específico para a telefonia celular, ou modificações no decreto existente que trata da universalização, poderemos fazê-lo, porque acho que em alguns lugares a universalização deve ser feita mesmo pela telefonia celular. Portanto, não tenho nenhuma restrição a isso, ao contrário, acho bom que seja assim. E, de público, manifesto essa minha posição.

E não apenas nisso. Qualquer correção que dependa de uma interpretação administrativa ou de qualquer gesto do Ministério ou do Governo, quero, desde logo, dizer que terá a nossa compreensão. Tudo isso para evitar qualquer atraso na aprovação, porque é fundamental para o processo de privatização a universalização. Eu diria que a universalização se baseou fundamentalmente neste objetivo: fazer com que o telefone público fixo e domiciliar chegue a todos os pontos do território brasileiro. Isso é possí-

vel. Por mais abrangente que seja essa medida, quero afirmar que isso é possível num prazo relativamente curto. Mas precisamos dos meios. E os meios, em grande parte, vêm do FUST.

Portanto, confio nessa alta sensibilidade do Senado, sempre demonstrada em todas as ocasiões, que seguramente não faltará em um projeto desse alcance.

Coloco-me à disposição dos Senadores para qualquer esclarecimento complementar, reiterando o meu desejo de sempre agir solidariamente com o Congresso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Srs. Senadores, acabamos de ouvir a exposição do Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações e do Ministro das Comunicações.

Temos inscritos para fazer perguntas os Srs. Senadores José Roberto Arruda, Ramez Tebet, José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Jader Barbalho, Amir Lando, Jefferson Péres, Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Luiz Otávio e Agnelo Alves.

Com a palavra, o nobre Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Ministro das Comunicações, Sr. Presidente da Anatel, eu me inscrevi, Sr. Presidente, logo de início, para fazer a seguinte observação: tivemos uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, já no início da noite de ontem, e esta Comissão, antes de analisar com mais profundidade o conteúdo da matéria – ocorre que ela tramitou por longos e longos meses na Câmara dos Deputados e veio para o Senado Federal na undécima hora – apresentou uma questão de forma: se aceita o princípio de que esta contribuição pode ser entendida como dentro do universo das matérias previstas para a anualidade e, portanto, com a premência de ser decidida ainda neste período legislativo.

A essa ponderação dos Srs. membros desta Comissão eu me associo. É verdade que sobre matérias como essa deveríamos ter um entendimento, para que elas pudessem ser analisadas no Senado com mais profundidade, assim como o foram na Câmara dos Deputados.

Depois dessa discussão, aventei a hipótese — aceita, de pronto, por todos os membros da Comissão — de que se fizesse presente, aqui, hoje pela manhã, o próprio Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. A Comissão aprovou, de plano fiz o contato com o Ministro das Comunicações, que, sem titubear, co-

locou-se à disposição para trocar toda a sua agenda e estar aqui pela manhã.

A minha primeira observação, portanto, Sr. Presidente, é de agradecimento aos membros desta Comissão, que se propuseram a analisar a matéria com essa presteza, e ao Ministro, que se dispôs a estar aqui rapidamente.

Depois dessa discussão, ainda ontem, o Senador Lúcio Alcântara, Relator da matéria, pôde fazer uma avaliação um pouco mais detalhada do assunto. E muitas daquelas dúvidas levantadas no início da discussão, provavelmente, ficaram sanadas, respondidas com a exposição do Senador Lúcio Alcântara.

Há um ponto, no entanto, que me parece fundamental: ainda que o Presidente da Anatel e o Ministro das Comunicações tenham apontado para ele, quero, nesta intervenção, Sr. Presidente, fazer uma pergunta objetiva a S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro das Comunicações, até para verificar se o entendimento que ganha corpo entre os vários membros desta Comissão é ou não procedente, até porque ele me parece o ponto vital. A questão é a seguinte: se não houver o fundo de universalização vigorando no ano 2000, esses recursos ficarão no âmbito das empresas privadas, sem que haja diminuição de tarifa; em contrário, havendo a aprovação do fundo, esse dinheiro virá para ser disponibilizado para serviços de universalização nos rincões mais distantes deste país, fora daqueles já previstos nos contratos de privatização, sem que haja para isso aumento de tarifa. Esta afirmativa que faço é verdadeira ou não? Repetindo: se não houver o fundo todos esses recursos ficam no âmbito das empresas privadas sem que a sociedade dele tenha vantagens, usufruam as vantagens, e sem que haja uma diminuição de tarifa. Criado o fundo, esse dinheiro será usado exatamente para as populações mais carentes, mais distantes, povoados menores, sem que haja para isso aumento de tarifa.

A minha pergunta, Sr. Ministro, é se essa afirmativa é verdadeira ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Ministro Pimenta da Veiga.

**O SR. PIMENTA DA VEIGA** – V. Ex<sup>a</sup> levanta um aspecto que não pode deixar de ser considerado com absoluta propriedade. O FUST está levantando recursos de algumas centenas de milhões de reais, no próximo ano, para fazer a universalização. Se acaso o projeto não se transformar em lei ainda este ano, o que ensejaria contestações sobre o princípio da anualidade, esses recursos deixarão de ter a destinação de grande alcance social e, simplesmente, ficarão nos cofres das empresas operadores. E nem se pode imagi-



nar que isso tenha alguma outra conotação porque, desde a assinatura dos contratos e a licitação feita, isso está previsto em lei; portanto, não é se dizer que as operadoras sejam prejudicadas, pois elas sabiam disso; agora, se não fizermos elas irão ganhar os recursos naqueles montantes já mencionados.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Tem a palavra o nobre Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Esse fundo é de transcendental importância. As razões invocadas por S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro das Comunicações, no sentido de atentarmos para as regiões mais pobres do país, as pequenas comunidades, lembrando até mesmo que há uma previsão de atendimento para as comunidades de 100 habitantes com telefones públicos, abordando a razão social que chega a ponto de permitir, no futuro e quando isso se tornar realidade, o avanço no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, que será refletida inclusive no atendimento à própria saúde através da telemedicina; os benefícios que advirão para a educação da nossa população. Na verdade, este assunto já era preocupação desta Casa sempre que se discutia privatização; em sendo serviços essenciais que servem à população – e telecomunicações é um serviço essencial –, se isso atingiria as populações mais pobres, mais humildes e mais carentes do nosso país. Ouvi, neste Senado, argumentações muito fortes quanto a isto; dizia-se: mas será que as concessionárias, depois de privatizados esses serviços, farão chegar às populações os benefícios? As empresas vencedoras do certame de privatização terão interesse em levar esses serviços a todas as comunidades, às mais distantes, às mais pobres, ou observarão sempre o lucro?

Eis a grande indagação.

Mas, agora, vejo que o fundo vem suprir isso. Não obstante eu ter alguma preocupação, logo no início do debate, o Senador Jefferson Péres, secundado pelo Senador Jader Barbalho, disse que em se tratando de fundo, este não obedeceria ao princípio da anterioridade, meu caro Ministro.

Se consultarmos a Constituição da República vamos ver que uma coisa é fundamental: saber o que é tributo, e a Constituição quando define tributos fala sobre os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria; e os fundos são mencionados em outros dispositivos da Constituição, eles não poderiam ser considerados, a meu ver, impostos, tributos de maneira geral.

Então, essa é a grande indagação nossa. Em verdade, qual é a posição que temos que ter hoje como Senadores da República? Temos que ver que estamos sendo levados – e aí não cabe nem ao Minis-

tro e nem ao Presidente da Anatel nenhuma responsabilidade por isso –, sempre carregado o pesado ônus da argumentação no sentido de que se não votarmos estaremos prejudicando o País. Sempre coube ao Senado essa responsabilidade, não estou querendo competir com a Câmara, mas não vi essa alegação, e há estou aqui há cinco anos, com relação à Câmara. É sempre o Senado o responsável, é sempre o Senado que está votando, vamos assim dizer, desculpem-me a força da expressão, com a faca no peito, isto é, se o Senado não votar essa matéria o País estará prejudicado, se o Senado não votar isso não haverá eleições, se o Senado não votar aquilo, etc.

Ora, penso que a alegação dos Senadores Jefferson Péres e Jader Barbalho tem inteira procedência, porque quero votar o projeto do FUST, mas quero analisá-lo, a matéria é muito importante. Há regiões muito pobres no País e vi uma emenda aqui, por exemplo, que diz que 50% desses recursos devem ser destinados à região da Sudam e da Sudene, portanto, Norte e Nordeste. Fico pensando e olho aqui para os meus companheiros do Centro-Oeste, será que lá somos ricos, será que lá temos tudo? Dirão V. Ex<sup>as</sup>, mas por que não apresentam emendas? Mas quero ter tempo para isto. Eis o grande problema que acredito termos: decidir preliminarmente.

Sr. Presidente, levanto a seguinte questão: preliminarmente, esta Casa tem que decidir se esta matéria é considerada matéria tributária. Se afirmativo, portanto, uma interpretação extensiva da Constituição, o que me parece inadmissível, porque a Constituição fala em impostos, taxas e contribuição de melhoria – e cada um de nós sabe o que são esses tributos, como também temos conhecimento do que é um fundo, e são tantos os fundos já existentes neste País e ainda estão sendo criados outros como, por exemplo, o Fundo de Emergência –, eu quero saber se esse fundo obedece ou não ao Princípio da Anterioridade, para podermos decidir a matéria. Obedecendo a este princípio é uma coisa, se não, por gentileza, vamos incluir esta matéria na pauta da votação extraordinária e discutir melhor, até porque, parece-me, atinge o contribuinte e é uma responsabilidade muito grande votar esta matéria. Aí é que está, vamos cada vez mais jogar problemas sobre a população? As concessionárias não têm responsabilidade para levar esse serviço para lá? Ou temos que sempre estar associados as concessionárias vencedoras, que detêm hoje a responsabilidade para levar isso às comunidades mais pobres. Essa é a questão que levanto, pois penso que o contribuinte brasileiro já está muito sacrificado. Houve benefícios com relação à privatização

das telecomunicações, os quais o Sr. Ministro aponta; outros contestam. Mas houve algum benefício. Pode não ter havido para pagar a dívida do País, que aumentou mais, mas deve ter havido algum benefício com relação à modernidade e ainda está havendo. Em todos os lugares estamos vendo a ampliação do serviço de telefonia celular, por exemplo. Disso não tenho dúvida, mas o Senado deve analisar bem isso e, se for possível, analisar essa matéria com calma. Faço esse apelo ao Senado da República, pois está na hora de analisarmos isso com calma, de analisarmos essa matéria com absoluta serenidade, não votá-la de afogadilho, porque, se o fundo pode funcionar e não obedecer ao Princípio da Anterioridade, podemos votar isso em janeiro, vamos estudar e debater essa matéria melhor.

São essas, Sr. Presidente, as minhas ponderações, não sem antes deixar um abraço e cumprimentar o Ministro, na parte das vantagens sociais – e quem não as quer para a população brasileira? Fico contente que o Ministro e o Presidente da Anatel tenham essa grande preocupação.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Pargo) – Senador Ramez Tebet, o questionamento será debatido após ser ouvido o Sr. Ministro.

O próximo orador inscrito para fazer perguntas é o Senador José Eduardo Dutra, a quem concedo a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvindo não só as intervenções, como analisando o voto em separado do Senador Jorge Bornhausen e as emendas apresentadas, parece que esta reunião está na situação dita ontem pelo Senador Paulo Hartung, usando aquele ditado popular, de que estamos numa situação política de vaca não conhecer bezerro.

Concordo com os argumentos levantados de que o Senado é sempre submetido à chantagem da urgência, de que a Câmara sempre discute exaustivamente as matérias, que o Senado nunca se debruça sobre elas e acaba votando em afogadilho. Inclusive, já usamos esses argumentos por diversas vezes, mesmo em emendas constitucionais, como lembra o Senador Romero Jucá.

Mas, de posse do Projeto, gostaria de analisar, neste momento, a quem interessa ou, melhor dizendo, quem lucra com a não-votação dessa matéria. É lógico que, do ponto de vista meramente institucional poderá se dizer que o Senado, mais uma vez, se curvou, adotou uma posição secundária. Só que essa é uma questão onde não está embutida apenas a questão institucional, estão embutidos interesses econô-

micos grandes. E eu, embora munido de argumentos institucionais poderosos, não quero, de forma ingênua, contribuir para que esses interesses econômicos grandes possam acabar sendo beneficiados. Esse fundo já deveria estar em vigor há muito tempo. O fato de não estar em vigor, desde julho de 1988, significa que – quero confirmar essa informação, foi um dado que veio da Câmara – R\$200 milhões deixaram de ser angariados para o Fundo e, portanto, pagos pelas concessionárias.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – São R\$216 milhões.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – São R\$216 milhões – o nobre Senador Lúcio Alcântara me corrigiu.

Lembro-me de que, quando da discussão da Emenda Constitucional que acabou com o monopólio das telecomunicações, relatada pelo nobre Senador Francelino Pereira nesta Casa, a preocupação de nós da Oposição com relação às Emendas era exatamente saber quem iria pagar a universalização dos serviços de telecomunicações. O nobre Senador Francelino Pereira dizia que seria criado um Fundo em que as concessionárias e as empresas iriam contribuir para essa universalização. Está certo que, na época, o PFL e o PSDB eram bem mais amigos – isso foi em 1996 e a conjuntura era outra – esse era o argumento. A Lei Geral das Telecomunicações, no seu art. 2º, coloca como prioridade a universalização do serviço de telecomunicação e no seu art. 81, se não me engano, aponta para a criação do Fundo.

A Emenda do nobre Senador Jorge Bornhausen propõe a supressão do Inciso IV do art. 6 e dos art. 9, 10 e 13, que é exatamente a contribuição de 1% sobre a receita operacional. Então, quem é que vai garantir a universalização? É a viúva novamente, não é? Privatizou-se, passou-se toda a estrutura já existente – CPQD, etc. – sob a argumentação de que o Estado e o Poder Público não tinham recursos para garantir a universalização. No entanto, quem vai garantir a universalização é, mais uma vez, a viúva.

A Emenda do nobre Senador Jader Barbalho – que altera de 30 para 50% – é uma Emenda pela qual, a princípio, eu teria simpatia. O projeto propõe 30 e o Senador, 50. Para não ficar igual àquela disputa da época da Sr<sup>a</sup> Zélia Cardoso – joga-se a moeda para ver se será 30, 50, 60 mil –, eu gostaria de ouvir dados sobre o que representa 30%, 50% ou 60%, para que eu me convença a respeito da Emenda.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje vamos votar, em regime de urgência, um projeto que – assinalou ontem pelo Sr. Senador Jader Barbalho –



dará R\$2 bilhões para um banco e, depois, o banco vai ser vendido por R\$200 milhões. Assim como o Banerj. Demos R\$3 bilhões e o Banco foi vendido por R\$300 milhões em regime de urgência. Não vamos votar esta matéria que, ao meu ver, se não for votada, possivelmente, só terá um beneficiário, qual seja, as empresas. Não me venham com essa história de dizer que não vale o princípio da anterioridade. Respeito os pareceres dos nobres Senadores Ramez Tebet e Jefferson Péres, mas em última instância quem vai dizer isso não seremos nós. Com certeza, as empresas com poder de fogo muito grande, que teriam que arcar com esse 1%, vão recorrer, alegando o princípio da anterioridade. Se não votarmos, vão dizer que não vale o princípio da anterioridade. Então, vamos votar em janeiro. Em março, decide-se que valia o princípio da anterioridade, e o projeto, portanto, só entrará em vigor em 2001.

Portanto, Sr. Presidente, reconhecendo como válidos os discursos, mais uma vez o Senado vai votar a toque de caixa, mas, neste caso, voto a favor e pela urgência. Não concordo com a emenda do Senador Jorge Bornhausen, gostaria de ouvir a opinião do Ministro sobre os 20, 30 e 50, porque, a princípio, até porque sou do Nordeste, gostaria que o maior percentual fosse para a área da Sudene e Sudam, mas gostaria de ouvir números a respeito do assunto.

Essa questão do fundo foi um ponto que nós, da Oposição, debatemos muito, pela urgência da sua criação, pois consideramos que ela é urgente. Aliás, já deveria ter sido aprovada! Se não andou mais rapidamente na Câmara, não foi por culpa da Oposição, porque o projeto original é do Deputado José Pimentel, do PT do Ceará, apresentado em 1997. Então, se esse Fundo não foi criado com a urgência necessária, não foi por culpa da Oposição.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senador Dutra, V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Pois não.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Apenas para deixar claro que a Lei Geral de Telecomunicações foi sancionada em 16 de julho de 1997. Em novembro, o Presidente da República encaminhou a Mensagem ao Congresso Nacional, atendendo ao dispositivo da Lei, então o Governo, o Executivo não procrastinou a regulamentação do Fundo; cumpriu o prazo estabelecido na Lei Geral de Telecomunicações. Já havia o projeto do Deputado José Pimentel e o projeto do Poder Executivo foi a ele apensado. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Também não foi a Oposição que contribuiu para a procrastinação na Câmara dos Deputados, deixo isso bem claro.

**O SR. BELLO PARGA** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Concedo um aparte ao Senador Bello Parga. Já vou concluir.

**O SR. BELLO PARGA** – A aprovação de qualquer emenda implica a devolução para a Câmara dos Deputados.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Exatamente por isso que não votarei a favor da emenda do Senador Jorge Bornhausen, em qualquer circunstância.

**O SR. BELLO PARGA** – São duas as emendas, qualquer uma delas aprovada, implica a volta à Câmara. Quero crer que não interessa, consoante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – O Senador Eduardo Siqueira Campos solicitou-me um aparte também.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Sr. Presidente, serei breve, até pela ausência do Senador Jorge Bornhausen. Adotamos uma posição, ontem, pelo Partido da Frente Liberal, de também não votarmos sem nos aprofundarmos na discussão, mas como houve a suspensão, como o Ministro teve a oportunidade de esclarecer uma série de questionamentos formulados pelo Senador Jorge Bornhausen, quero deixar claro, em primeiro lugar, uma questão: com relação à sua emenda, firmamos posição sobre poder haver transferência desses encargos, num futuro não muito distante, para a conta, para a tarifa e para o usuário. O Senador Lúcio Alcântara, em seu parecer, já trata do assunto, a meu ver, de maneira que atende a essa preocupação.

Feitos os esclarecimentos, nós, os companheiros do PFL, em função da posição adotada pelo Senador Jorge Bornhausen, temos condições de votar. Acompanhamos o posicionamento do Senador Jader Barbalho, a preocupação com a necessidade de aprofundarmos essa discussão. V. Ex<sup>a</sup> vota o projeto por entender o seu alcance e esse também é o nosso entendimento, vencidas as preocupações do Senador Jorge Bornhausen, a quem quero fazer justiça, pois sua única preocupação foi a de que, num futuro não muito distante, esse 1% poderia estar aparecendo na conta do usuário. Era esse o nosso compromisso.

Conhecemos a seriedade e o empenho do Ministro, temos total confiança na sua condução e queríamos, também, ter assegurado que isso não iria aparecer, num futuro não muito distante, na conta do usuário, que viria a pagar mais esse encargo.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Já vou concluir, Sr. Presidente,

Senador Eduardo Siqueira Campos, com todo respeito a preocupação de que esse valor não signifique aumento de tarifas, a meu ver, não é criada pela supressão do 1%, até porque a lei proíbe isso. Cabe à Anatel evitar que isso venha a acontecer. Não é pela supressão da parcela que essas empresas vão pagar que vamos evitar que seja repassado.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero ouvir a questão dos 50% mas, a minha tendência, como já disse, é de que, particularmente, não quero correr o risco de que meu esse voto venha a fazer com que, depois, as empresas ganhem o princípio da anterioridade, e que se acresçam a esses 216 milhões, que elas já deveriam ter pago ao longo do tempo, mais alguns milhões.

Considero que, no mérito, a emenda do Senador Jader Barbalho deveria ser objeto de debate, mas a minha tendência é votar a favor do projeto como está, pela sua urgência.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Concedo a palavra ao nobre Ministro Pimenta da Veiga.

**O SR. MINISTRO PIMENTA DA VEIGA** – Quero responder às indagações do eminente Senador José Eduardo Dutra, que são coincidentes, em quase tudo, com as preocupações do Senador Ramez Tebet.

Começo com a tese da anualidade ou da anterioridade. Compreendo que há posições divergentes, mas a posição majoritária é de que existe a anualidade. Mais que isso: como disse o Senador José Eduardo Dutra, é risco que não devemos correr. Tendo em vista o benefício social em jogo, penso que esse é um risco que não devemos correr. Se deixamos isso ir adiante e o Tribunal entender que havia exigência da anualidade, teremos perdido um ano e centenas de milhões de reais, irrecuperáveis – quero destacar esse aspecto: irrecuperáveis. Isso irá para os cofres das operadoras de forma definitiva. Ninguém mais poderá reaver isso, com nenhum dispositivo legal. Portanto, nesse aspecto, penso que não devemos correr o risco.

Quero lembrar que, quanto à tarifa, eu me preocupo muito em não onerá-la. Tenho um posicionamento muito firme e público de padronizar a tributação em telecomunicação estadual em níveis mais baixos que os atuais, primeiro, porque há uma enorme divergência entre os Estados, e, depois, porque há Estados que, sem dúvida, exageraram. Portanto, tenho a preocupação de não onerar.

Neste caso, no entanto – quero tranquilizar os Senadores –, essa preocupação não existe, porque consta expressamente na cláusula contratual 12.3, no § 4º, que, de nenhum modo a contribuição para o Fundo poderá ser objeto de revisão de tarifa ou poderá incidir sobre tarifa. Isto é inequívoco, por força contratual.

Por fim, a questão regional. Já se disse que o Brasil não é exatamente um país pobre, e sim injusto – injusto no caráter social e na questão regional. Eu me alinho, com um grande fervor, entre os que consideram que o desequilíbrio regional no País é matriz de grande parte dos problemas brasileiros. Tudo o que posso fazer tenho feito e farei sempre para equilibrar as regiões do Brasil. Temos regiões plenamente desenvolvidas e outras ainda com desenvolvimento muito precário. Tudo o que posso fazer, não apenas telefonia, mas na minha ação política constante, é para equilibrar isso.

A emenda que foi aproveitada no projeto que está em exame determina 30% para Sudene e Sudam. Mas quero dizer duas coisas a respeito. A primeira é que o projeto de universalização não prevê atender a uma parte da demanda e, sim, a toda a demanda. Todas as comunidades que tiverem mais de cem habitantes terão telefone público; todas as comunidades com mais de trezentos habitantes terão telefonia domiciliar. Portanto, não há privilégio para essa ou para aquela região. Todas serão atendidas.

A segunda questão é que o projeto, ao ser aprovado e transformado em lei, determina que seja pelo menos 30%. Não há impedimento para que seja 35%, 40%, 45%, na medida do necessário.

E quero me colocar como forte aliado dos que defendem que isso deve pelo menos ser estendido, em primeiro lugar, ao Nordeste, ao Centro Oeste e ao Norte. É por aí que devemos começar tudo no País, para haver um equilíbrio entre as regiões. Essa é uma posição pública minha. Espero que isso não seja motivo de dúvida entre os Srs. Senadores. Poderemos, administrativamente, encaminhar a situação.

Por fim, eu quero apenas fazer um comentário sobre esse constrangimento do Senado. De fato, existe o mandamento de que os projetos se iniciam pela Câmara. Mas há caminhos para se resolver isso, desde outra disposição até o estabelecimento de prazo mínimo, neste caso, para a Câmara enviar ao Senado.

Peço que, qualquer que seja a solução, o momento adotado não seja o do FUST, pelo largo alcance social que ele tem para mudar esse comportamento do Senado.



**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> Sr. Ministro.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, nobre Senador Bello Parga, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Bello Parga) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, eu queria só dar uma sugestão para o Governo, até para evitar essa situação em que o Senado já se colocou várias vezes. Constitucionalmente, os projetos de iniciativa do Governo começam pela Câmara. Todavia o Governo, até em consideração ao Senado, poderia utilizar os seus Líderes no Senado. É lógico que, regimentalmente, seria um Projeto de iniciativa do nobre Senador Romero Jucá ou do nobre Senador José Roberto Arruda mas, politicamente, saberíamos que é um Projeto de iniciativa do Governo, da mesma forma que o nobre Senador José Roberto Arruda fez com o Projeto das Armas. Era um projeto de iniciativa do Governo e está tendo problemas na Câmara, então S. Ex<sup>a</sup> o reapresentou aqui. Seria, então, a forma política de o Governo contornar a situação, evitando sempre colocar o Senado nessa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Guerreiro.

**O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO** – Gostaria apenas de fazer um comentário adicional àquilo que já foi assinalado pelo Sr. Ministro em função da preocupação do nobre Senador José Eduardo Dutra com relação aos 30 ou 50%.

Sr. Senador, a preocupação que eu teria, pessoalmente, em elevar esse percentual para 50% é que ele foi constituído de uma forma que atribui esse percentual às empresas prestadoras de serviço telefônico fixo comutado. Então, um conjunto das empresas que receberia um percentual. Quando tratarmos de celular, de empresas de TV a cabo, mediante as quais nós podemos fazer a universalização, elas não estariam contidas nesse percentual porque ele foi dirigido às empresas de telefone fixo comutado. Ao elevarmos para 50%, corremos o risco de termos que concentrar nas regiões Norte e Nordeste apenas recursos da universalização única e exclusivamente em telefonia e não atribuir recursos a outras universalizações que são importantes como a Internet, TV a Cabo, escolas e uma série de coisas que poderão ser atendidas com esse projeto. Então, 30% é assimilável dentro do conjunto de empresas do serviço telefônico fixo comutado. Já 50% seria um percentual muito elevado para essas empresas. Talvez não para as regiões Norte e Nordeste como um todo, no conjunto de

todos os projetos universalizáveis. Em telefonia, 50% talvez seja um número muito exagerado e leve o Norte e o Nordeste, em vez de universalizar os serviços completos da tecnologia da informação, ficarão restritos a somente uma universalização de telefonia. Essa a minha preocupação.

O Ministro teceu considerações a respeito do rumo dado a todos os projetos de universalização. Ele tem sido dirigido a todo o País de uma maneira absolutamente indiscriminada, e, de uma forma indireta, até pelo desequilíbrio, beneficiado mais as regiões Norte e Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

A Presidência pede desculpas por ter trocado o nome do Dr. Renato, que inclusive é um amigo pessoal meu. É que esta reunião não estava programada para hoje. Tivemos que sair para atender a agenda que estava marcada na Comissão. Peço desculpas aos senhores. Essa agitação me fez fazer a confusão.

Com a palavra o nobre Senador Francelino Pereira.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, não será preciso fazer nenhuma referência à dimensão política do Ministro e do dirigente da Anatel. O Ministro, como todos os mineiros sabem, mais do que um político é um homem público. Eu sempre disse isso, inclusive para a imprensa. Consequentemente, a sua palavra aqui tem que merecer o acatamento e o respeito de todos nós, porque entendemos a dimensão da sua vida pública que decorre da imagem e da atuação de seu pai, que é uma das figuras mais expressivas da vida profissional na advocacia em Minas Gerais.

As coisas são velozes e não há tempo para manter referência ao passado. Como Relator da Emenda Constitucional que permitiu a privatização, naquele momento tivemos o cuidado de não falar em privatização e, sim, em flexibilização – está aqui o impresso que fala em flexibilização. Ainda somos de uma geração que ainda hoje está aí, onde aprendemos que, em matéria de comunicação, telefonia e energia elétrica sempre seriam áreas de incumbência do Estado e nunca do setor privado. Era monopólio do Estado e não monopólio ou outra situação qualquer do setor privado. Por isso mesmo, evitamos a palavra privatização.

Neste momento, a impressão que se tem é de que nós, de certo modo, estamos buscando uma estatização. No meu voto, eu dizia que o Estado moderno, para o bom desempenho de suas atividades pró-

prias, além das formas tradicionais de atuação, pode atribuir à iniciativa privada a execução dos serviços públicos. Note-se que, qualquer que seja a modalidade de outorga, o Estado, como poder concedente, conserva a prerrogativa da exploração dos serviços.

Quero, porém, desde logo, assegurar que, em nenhum momento, ao contrário do que disse o nobre Senador por Sergipe, Sr. José Eduardo Dutra, em meu parecer e neste Plenário se falou em Fundo de Universalização. O grande debate que se travou, por ocasião dessa emenda – todos aqui se recordam – foi em torno do problema as áreas do Brasil pobre em face do Brasil rico. Foi dito e está no parecer que a situação é que, se houvesse a privatização como houve ou está ocorrendo, essas empresas iriam cuidar do filé mignon, ou seja, dos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras áreas ricas do País, densamente povoadas, com um vida mais ou menos singular, e não iria cuidar as regiões pobres, das cidades pobres, do Brasil pobre. Por ocasião da privatização o Estado – no caso o Estado mínimo – teria a prerrogativa de exigir dessas empresas, ainda que aumentasse um pouco a tarifa dos grandes centros, para que esse pequeno aumento fosse destinado às áreas pobres. Em verdade, ficou o convencimento de que as empresas que fossem beneficiadas pela privatização cuidariam, sob a atuação da agência reguladora, de levar a telefonia para as regiões pobres e não apenas para o Nordeste ou Norte do Brasil, mas também até para o Centro-Sul, onde existissem, como existem, populações pobres e deprimidas. Pois bem, esta é a situação. Nesta hora, a nossa posição nos preocupa um pouco, porque foi apresentada uma emenda pelo Senador Jorge Bornhausen, Presidente do Partido, pela supressão ou recusa daquele texto. Ao mesmo tempo, há o convencimento de que é necessária a aprovação em face da anualidade, que pode ser levantada amanhã pela Justiça ou por qualquer outro instrumento. De maneira que estamos diante de uma situação de decisão.

Agora, temos que considerar também a palavra do Ministro. O Senador Jorge Bornhausen assegurou que sua preocupação é não transferir essa taxa, esse imposto para o usuário. Embora no projeto esteja escrito que não o será, S. Ex<sup>a</sup> diz que a experiência do Brasil revela que mais dia menos dia acabará recaindo sobre o usuário.

Contrariamente a essas expressões do Senador Jorge Bornhausen está hoje não apenas o projeto, mas também a palavra do Ministro que assegura que definitivamente essa taxa não será cobrada do usuário. É a

palavra de um homem público e um compromisso da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República perante o País. De forma que a nossa posição é esperar uma palavra do Senador Hugo Napoleão, Líder do nosso Partido, que está vindo ao Plenário desta Comissão e explicitará a posição do Partido, para que possamos votar o mais rapidamente possível o projeto em estudo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> não fez perguntas.

**O SR. FRANCELINO PEREIRA** – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, não há necessidade de resposta. Eu pediria aos Srs. Senadores que, tendo em vista haver ainda sete Senadores inscritos, buscassem ser o mais objetivos possível.

Concedo a palavra ao nobre Presidente e Líder do PMDB na Casa, Senador Jader Barbalho.

**O SR. JADER BARBALHO** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, ouvi atentamente as manifestações não só do Sr. Ministro das Comunicações, Deputado Pimenta da Veiga, como do Dr. Renato Guerreiro e não tenho reparos a fazer quanto à importância desse projeto. Apenas estou preocupado, Sr. Presidente, e quero, neste caso, referendar e apoiar a manifestação do Senador José Eduardo Dutra de que nós, do PMDB, não temos qualquer interesse, neste momento, de proteger qualquer segmento empresarial que tenha interesse em que este fundo não seja constituído e que, por isso mesmo, fiquem excluídos da obrigatoriedade de contribuir para o mesmo.

Nós, apenas, Sr. Presidente, temos imensas dúvidas em relação à elaboração desta matéria. O art. 80 da Lei Geral das Telecomunicações, aprovada em 1997, fala do plano específico a ser elaborado e aprovado pelo Poder Executivo no que diz respeito às metas de universalização. Em um debate, como este que está sendo feito no Senado, sou obrigado a confessar que não tenho a menor possibilidade de fazer, neste momento, uma comparação, uma avaliação sobre o que está estabelecido neste plano. Penso que, em primeiro lugar, o Senado teria a obrigação de discutir-lo com as autoridades da área das comunicações, de saber qual o universo da sua abrangência, o que já foi e o que não foi executado.

Não se imagine, como bem disse o Ministro das Comunicações, que se está, neste momento, criando a universalização. Ela já existe, por lei aprovada pelo Congresso. Existe obrigatoriedade de um plano para



as concessionárias, e precisaríamos exatamente saber, porque a obrigatoriedade vai até 2005.

Ficou claro aqui que esse fundo para a universalização é complementar. Pelo menos é esta a interpretação. Pode ser que eu esteja equivocado, mas ele é complementar a um plano que as concessionárias, aquelas que ficaram com essa atividade pública, ficaram obrigadas a cumprir.

Vejam bem a dificuldade que o Senado tem de discutir, neste momento, uma situação dessa natureza. Estamos discutindo uma questão complementar. Não quero absolutamente fazer juízo. Pode ser que haja algum Senador que conheça essa matéria com maior profundidade, que saiba o que esse plano abriga ou executou. Eu não sei e, no processado, não está.

Levantei hoje às 5 da manhã para ter a oportunidade de ler toda a tramitação na Câmara. Não há uma informação nesse sentido. O que foi feito do Plano de Metas de Universalização? Estamos discutindo a complementação desse plano, e não há uma informação, na tramitação na Câmara, a respeito dessa questão; nem há no bojo da tramitação no Senado nenhuma informação nesse sentido.

Não quero absolutamente responsabilizar o Ministro nem o Presidente da Anatel, porque essa era uma obrigação nossa. Era obrigação do exercício de fiscalização do Congresso Nacional saber desses contratos de universalização e se estão sendo cumpridos. É um **mea-culpa**. Agora está tudo muito mais atropelado por essa questão, que chega aqui no dia 9, sendo que hoje é dia 14. É um **mea-culpa**. Ele ficou dois anos na Câmara dos Deputados.

O Projeto do Deputado Pimentel é, salvo engano de minha parte, de 5 de novembro de 1997. O do Executivo, salvo engano, entrou no dia 19. Quando o prazo estava expirando, o Executivo chegou com esta matéria. Não houve, por parte do Executivo, durante toda a tramitação, nenhum pedido de urgência, que poderia ter havido, inclusive a urgência constitucional que obriga a Câmara a apreciar em 45 dias e o Senado em 45 dias. Não houve. Ninguém solicitou urgência para esse processo. Ele processo foi inúmeras vezes emendado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, sofreu emendas de plenário e, no final, na leitura feita, chegou-se a um texto que não tem nada a ver com o endereçado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O texto endereçado por Sua Excelência, com exposição do Ministro Sérgio Mota, ao longo tempo foi abandonado. E mais, ao final houve um acordo de Liderança em plenário, e foi aprovada uma emenda, a

nº 24, desprezando tudo o que havia sido levantado nas comissões.

Quero, portanto, dizer da minha profunda dificuldade em apreciar esta matéria sob o aspecto do mérito. Gostaria de conhecer a estrutura desse fundo. Durante a tramitação na Câmara, inclusive, foi estabelecido um conselho gestor desse fundo, com representação de segmentos, para discutir e acompanhar o plano de metas a que as empresas concessionárias estão obrigadas. E ninguém está discutindo isso.

Estamos discutindo o complemento e não discutimos nem a questão no atacado, para saber efetivamente se as empresas executaram o que estava nos contratos de concessão, que era esse plano de metas de universalização do atendimento da comunidade. São questões de fundo que estão em discussão neste momento aqui. Estamos diante de um fundo que vai alcançar mais de R\$1,2 bilhões a serem aplicados. Não merece um conselho esse fundo? Não tenho desconfiança alguma do Ministro Pimenta da Veiga, que merece todo o respeito. O senhor é Ministro, hoje, não sei se o será amanhã, porque governos virão. Não há prazo para a execução desse fundo, que é um volume fantástico de dinheiro. E como ele vai ser aplicado? Como ele vai ser gerido? Quais as prioridades que vão ser estabelecidas? Por quem? São questões de fundo que, creio, poderiam ser abordadas num outro momento, sem essa premência de 24 horas antes do encerramento da sessão legislativa.

Não quero absolutamente desprezar nenhum dos argumentos, porque os argumentos que foram apresentados, pois são procedentes, sérios. Gostaria apenas que levassem em conta os meus argumentos. Não me sinto à vontade depois que esse processo passou dois anos, sem que ninguém dissesse que era matéria urgente. Então, dia 9, a matéria chega aqui, e agora é urgente para nós, agora o Senado Federal tem que aprovar senão causa prejuízo. Aí, não! Quero deixar bem claro, com todo o respeito à Comissão, como Líder do PMDB, nego a urgência, não aceito a urgência. Estamos há 24 horas. De acordo com o Regimento Interno, são de 48 horas, à exceção que haja um acordo de liderança global.

Quero que o Ministro Pimenta da Veiga não interprete isso como um gesto de descortesia, muito menos o meu conterrâneo, Presidente da Anatel. Mas não me sinto absolutamente confortável, no exercício da Liderança do meu Partido, para, depois de dois anos de lenta tramitação, tomar uma posição. Só um dos relatores passou mais de um ano com a matéria – permito-me não citar nome para não criar constrangi-



mento – e ninguém foi procurá-lo, ninguém pediu urgência, ninguém reclamou. E aí, quando faltam seis dias para o encerramento da sessão legislativa, o Senado Federal tem que apreciar um projeto que envolve um volume de recursos fantástico, cujo critério de distribuição não está estabelecido, que conflita inclusive com o texto originário enviado pelo Ministro Sérgio Motta, que dava à Anatel a proposta. Agora, não é mais da Anatel a proposta, mas do Ministério das Comunicações. Aqui, não foi levado em conta o conselho. Está estabelecido, inclusive, conselho com representação do Parlamento nessa questão. Isso tudo foi abandonado, para ser colocado em cima da hora. E aí, em cima da hora, é na base do “tudo-ou-desce”.

Como estou com 33 anos de vida pública e já não tenho mais paciência para sofrer patrulhamento – já esgotei essa minha fase, já não consigo me incomodar com patrulhamento – quero dizer que, da minha parte, considero-me numa dificuldade imensa de dar tratamento a esse assunto, de afogadilho.

Gostaria de dar a minha contribuição, gostaria que esta discussão fosse mais ampla, mais detalhada e que se pudesse, efetivamente, saber o que estamos aprovando. Penso que foi muito tempo. Dois anos se passaram até que as pessoas que consideram esse assunto prioritário tivessem tempo para cuidar disso. Se não cuidaram em dois anos, não me vão obrigar, em seis dias, a apreciar isso.

Portanto, Sr. Presidente, com todo o respeito ao Ministro Pimenta da Veiga e ao Dr. Renato Guerreiro, que merecem todas as minhas homenagens, quero dizer que não há absolutamente nenhuma crítica pessoal a ninguém. Há, apenas, a constatação de um fato que me coloca numa imensa dificuldade.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Senador Jader Barbalho, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. JADER BARBALHO** – Concedo o aparte ao ilustre companheiro José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Quero apenas precisar melhor uma afirmação de V. Exª. Eu, em tese e concordo com o que V. Exª diz. Apenas, quando V. Exª diz que ninguém se preocupa com isso, entendo que se trata do Governo, porque o Deputado Walter Pinheiro sempre foi um dos Deputados que brigou na Câmara para que esse fundo tivesse agilidade. Infelizmente, como realmente ninguém do Governo se preocupou com isso, a questão não teve a urgência, até porque a Oposição na Câmara não tem condições de dar urgência sozinha a nenhum projeto.

**O SR. JADER BARBALHO** – Eu não vi registrada aqui nenhuma manifestação de urgência. Estou falando em relação ao processo. Se alguém na Câmara fez um discurso, não o conheço. Li atentamente e o que me preocupa é que, quando faltavam seis dias, mandaram para o Senado. Fico muito preocupado, porque, se esse assunto era prioritário, urgente, pois a comunidade seria prejudicada e o empresário beneficiado, já que deixaria de pagar; se esse assunto era de um volume fantástico, bem como fundamental para mudar a realidade ao País, parabéns. Agora, materialmente, não existe no bojo deste processo nenhuma preocupação, tanto que tramitou, tramitou...

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. JADER BARBALHO** – Ouço V. Exª, com prazer.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Queria restringir-me a dois aspectos do pronunciamento de V. Exª. Um é sobre a questão da Anatel e do Ministério. Estou tomando por base o projeto enviado pelo Executivo e este que nos chegou, fruto de entendimento na Câmara, que é um substitutivo.

O projeto do Presidente da República diz no art. 3º: “A Agência Nacional de Telecomunicações submeterá anualmente ao Ministério das Comunicações a proposta de orçamento do Fust, para inclusão no projeto de lei orçamentário”. O projeto que estamos analisando também estabelece que a Anatel proporá ao Ministério das Comunicações. Portanto, não há uma alteração que subtraia a autoridade ou o poder de iniciativa da Anatel. A Anatel organiza a proposta orçamentária e encaminha ao Ministério das Comunicações. É evidente que, na proposta orçamentária, ela tem que guardar coerência com as metas e com os objetivos que se desejam atingir em relação à universalização.

Outro aspecto é o do conselho. Entendi que V. Exª considera que deveria haver um conselho. No entanto, nenhuma proposta, nem a do Presidente da República nem a que examinamos, tem esse conselho. Portanto, não houve a eliminação de um dispositivo anterior que previsse o conselho.

Agora, V. Exª tem, evidentemente, como todos nós, o direito de ter a sua posição — o que faz parte da sua liberdade de atuação como detentor de mandato popular —, mas lembro a V. Exª — que foi, sobretudo, o inspirador da CPI do sistema bancário —, até para me reportar a pronunciamentos anteriores de outros Srs. Senadores, a questão da incidência



desse 1%. Ouvimos aqui o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, mais de uma vez. Quando S. S<sup>a</sup> falou de evasão fiscal, de sonegação, de descumprimento da lei, de decisões judiciais, lembro bem que se reportou a casos de tributos ou contribuições criadas por lei, cuja cobrança foi impedida por decisão do Judiciário, por meio de liminar, por mais de oito anos.

Então, não tenho conhecimento jurídico nem tributário para saber se há, ou não, anualidade nesse caso. A minha impressão é a de que há exigência de anualidade. No entanto, é evidente que, se as empresas, amanhã, entenderem diferentemente, irão ao Judiciário.

Temos antecedentes numerosos, relatados na nossa Comissão por mais de uma vez pelo Secretário Everardo Maciel, e decisões sob a forma de liminar que impedem, por mais de oito anos, a cobrança desses tributos.

Senador Jader Barbalho, já estou concluindo, porque não quero tomar o tempo do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, mas como estamos debatendo, precisamos esclarecer o assunto. É preciso entender que esse fundo tem uma receita declinante. Pelas estimativas, se o fundo fosse aprovado neste ano, teríamos, no ano de 2000, uma expectativa de receita da ordem de 760 milhões, para chegarmos ao ano de 2003 com uma receita prevista de 280 milhões. Isso ocorreria por uma razão muito simples: grande parte dessa receita decorre de privatizações e de parcelas que estão sendo amortizadas do processo de privatização. No fim, a receita do fundo será, basicamente, desse 1% que incidirá sobre o faturamento global dessas empresas.

Se viéssemos a acatar, por exemplo, a emenda do Senador Jorge Bornhausen, de uma previsão, em 2003, de 287 milhões, ficaríamos reduzidos a 25 milhões. Quer dizer, o fundo simplesmente sumiria, desapareceria. Por quê? Extinguir-se-ia a receita, oriunda de privatizações, concessões, outorgas, etc. e ficaríamos só com 1%. Se tirarmos isso, o fundo simplesmente desaparece; ele praticamente deixa de existir.

Eram estes os esclarecimentos que queria fazer, a título de subsídio, para que possamos deliberar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Senador Jader Barbalho, V. Ex<sup>a</sup> continua com a palavra.

**O SR. JADER BARBALHO** – Senador Lúcio, agradeço a contribuição, mas, em primeiro lugar, a simples leitura do art. 2º do projeto da Câmara indi-

caria que ele é totalmente diferente, em atribuições, do Projeto de Lei do Governo, a mensagem do Executivo, enviada em 1997. Basta a leitura. V. Ex<sup>a</sup> poderá ler e verificará que são dois assuntos. As iniciativas são diversas e, portanto, permito-me dizer que falece razão a V. Ex<sup>a</sup>.

Em relação à questão do conselho gestor, essa foi a proposta da Comissão da Câmara dos Deputados.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Não acolhida.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sim, não acolhida, é o que estou dizendo. Não acolhida. Esse seria o conselho a que os projetos deveriam ser submetidos a fim de se fazer uma avaliação, inclusive da execução do plano de metas a que se refere o art. 80 da lei. Esse conselho seria formado por integrantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde e teria regras. Na hora em que esse conselho não é acolhido, não há regra.

Hoje, o Ministério das Comunicações é dirigido pelo Ministro Pimenta da Veiga, que, com o maior espírito público não tenho a menor dúvida, orientará uma proposta nesse sentido, mas para qualquer volume de recursos dessa natureza, todos sabem, é importante haver um conselho onde essa questão possa ser democraticamente discutida em relação a esses recursos. Por outro lado, Senador Lúcio, em nenhum momento, até aqui, manifestei-me a respeito da emenda do ilustre Senador Jorge Bornhausen. Em nenhum momento, até porque acredito que há um defeito de redação fatal quando S. Ex<sup>a</sup> revoga o art. 9º e mata por completo todo o objetivo de salvaguardar o contribuinte. Por isso mesmo não me manifestei a respeito dela, nem a favor nem contra, porque penso que se deve estabelecer um debate a respeito dessa questão. Essa é uma questão importante e não se pode, de forma alguma, estabelecer um ritual dessa natureza para se discutir um assunto dessa magnitude e dessa profundidade.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Senador, sem querer polemizar, mas para que fique fiel, chamo a atenção de V. Ex<sup>a</sup> para a Lei Geral de Telecomunicações, arts. 18 e 19, em que está bem explícito que a agência prepara e submete ao Presidente da República, via Ministério das Comunicações.

Quer dizer, quanto ao papel do Ministério das Comunicações, podia parecer que há a tentativa de ampliar a esfera de atuação do Ministério em detrimento da agência, o que, evidentemente, não é desejo nosso, porque aprovamos a agência com poderes

regulatórios e fiscalizadores amplos, que constituem mesmo a essência do processo de privatização no novo modelo de Estado que se deseja.

Creio que, salvo melhor juízo ou engano de minha parte, as competências não foram sensivelmente alteradas, seja para ampliar os poderes de um em detrimento de outro.

Muito obrigado.

**O SR. JADER BARBALHO** – Sou eu que agradeço.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Eu queria complementar a informação que o Senador José Eduardo Dutra havia dado a V. Ex<sup>a</sup>, quando mencionou o empenho — inclusive da Bancada da Oposição — do Deputado Walter Pinheiro.

E gostaria de registrar, a bem da história, que este projeto foi de iniciativa do Deputado José Pimentel — que se encontra presente —, do PT do Ceará, portanto, contrerrâneo do Senador Lúcio Alcântara.

Eu queria também, Senador Lúcio Alcântara, sugerir que se fizesse uma ligeira modificação, a bem da verdade, no segundo parágrafo de seu parecer, pois V. Ex<sup>a</sup> menciona, no seu relatório, que o projeto é de iniciativa do Poder Executivo. Na verdade, foi de iniciativa do Deputado José Pimentel, e, em seguida, o Governo encaminhou um projeto que foi acordado. Por isso, houve o acordo de Lideranças na Câmara dos Deputados e votação em regime de urgência, com esse entendimento entre o Executivo e a Bancada do PT, que tinha tido aquela iniciativa.

**O SR. JADER BARBALHO** – A verdade já tinha sido proclamada anteriormente.

Gostaria, Sr. Presidente, que o Presidente da Anatel, ou o Ministro Pimenta da Veiga, pudesse falar-me um pouco — até porque considero que é profundamente honroso para o Senado e para esta Comissão receber essas duas autoridades — a respeito desse plano de metas para a universalização.

Gostaria de saber o que existe, quando o plano foi editado, se está em execução, bem como de obter informação sobre o seu conteúdo e sobre o art. 80 da Lei Geral de Telecomunicações.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra, o nobre Ministro Pimenta da Veiga.

**O SR. MINISTRO PIMENTA DA VEIGA** – Desejo, inicialmente, dizer que me preocupam as posições do Senador Jader Barbalho, pela expressão de sua presença no seu Partido e no Senado Federal, porque considero, como já disse, de grande alcance social o projeto e não gostaria de vê-lo inviabilizado,

se for essa a consequência, por uma posição do Senador.

Por isso, aproveitando esta minha primeira intervenção, quero agradecer as palavras do Senador Francelino Pereira, as referências positivas que fez a meu respeito e a respeito da figura do meu pai.

Quanto às manifestações do Senador Jader Barbalho, quero comentar três pontos. O primeiro é sobre a tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto teve uma tramitação mais longa do que a desejada. Ficou acertado que, tão logo o projeto fosse aprovado na Comissão, o que poderia ter sido em prazo menor do que foi, todos os Líderes assinariam a urgência, o que de fato ocorreu. A tramitação que era prevista em diversas Comissões se resumiu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já que os outros pareceres foram dados em plenário, em virtude da urgência assinada por todos os Líderes, inclusive o Líder do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, compreendendo que esta matéria não deveria passar deste ano. Na verdade, votá-la no primeiro semestre ou no segundo não representaria prejuízo, já que, desde aquele momento, se entendia que o princípio da anualidade alcança esta matéria.

Quanto às determinações da lei de outorgas, quero lembrar a V. Ex<sup>a</sup> — e certamente já é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> — que há o Decreto 2.592, de 15 de maio de 1988, o plano geral de metas para a universalização do sistema de telefonia fixa comutada, composto de dezenas de artigos, que dispõe, minuciosamente, sobre como se deve dar a universalização. Trata de detalhes que talvez nem fossem próprios de decreto.

A preocupação que V. Ex<sup>a</sup> externa de que não há regulamento ou forma prevista fica afastada com a leitura do Decreto, que é profundamente minucioso. E mais, não poderia ter havido qualquer tomada de contas ou mesmo de providências, em virtude desse Decreto, porque as primeiras providências vencem agora, no mês de dezembro de 1999. Portanto, era preciso que transcorresse o mês para que pudesse a Anatel divulgar o atendimento ou não a essas metas. Refiro-me, por exemplo, ao art. 4º, que diz:

“As concessionárias do serviço telefônico (...)

1º Ofertar até o final dos anos de 1999, 2000, 2001, quantidades de acesso (...)

E aí estipula quais são:

“(...) até 31 de dezembro, em todas as localidades com mais de 2 mil habitantes (...)”

Estabelece todo o processo de universalização, que é extraordinariamente minucioso. É o que se pretende atender com o FUST.



Quero ainda afirmar que, quanto à questão do conselho, foi uma posição da Comissão de Ciência e Tecnologia, num certo momento da tramitação, depois foi afastada pelo Plenário. O conselho que irá administrar o Fundo é o conselho da própria Anatel. Por isso a desnecessidade de se criar um outro conselho.

O conselho da Anatel – que, consta do projeto em tramitação – está obrigado, como sempre faz nas suas questões, a prestar contas no prazo de 60 dias do encerramento de cada ano, demonstrativo das receitas e aplicações, informando entidades beneficiadas, finalidade das aplicações e outros dados esclarecedores. E tudo isso é feito sempre na Anatel, mediante consulta pública.

Compreendo as preocupações que V. Ex.<sup>a</sup> expressou aqui, mas quero reiterar a V. Ex.<sup>a</sup>, por todas as razões, que, juntos, pudéssemos discutir algum ponto onde coubesse aprimoramento. Coloco-me inteiramente à disposição, a partir deste instante, para melhorarmos, no que for possível, em termos administrativos, e, se for o caso, de algum aperfeiçoamento legislativo, que o façamos. Não tenha V. Ex.<sup>a</sup> a iniciativa de impedir a aprovação desse fundo, porque o que está em jogo é a universalização da telefonia, que é absolutamente fundamental. Se perdermos este anos, estaremos perdendo de forma irrecuperável, centenas de milhões de reais dedicados à privatização, que em nenhum instante futuro serão aproveitados. Então, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não apenas os recursos, mas o tempo perdido, ambos são irrecuperáveis. Apelo para o sentimento público de V. Ex.<sup>a</sup>, para a compreensão que sempre tem da questão social, a fim de que não impeça essa aprovação, porque isso seria desastroso para a universalização, para o processo de privatização e afetaria a vida de milhões de brasileiros.

Por estas razões, imaginando ter prestado informações de que talvez V. Ex.<sup>a</sup> não dispusesse, renovo o meu apelo para que possamos votar de forma consensual e aprovar esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex.<sup>a</sup> dá por concluída sua participação?

**O SR. JADER BARBALHO** – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Então, V. Ex.<sup>a</sup>, por gentileza, conclua.

**O SR. JADER BARBALHO** – Em primeiro lugar, Sr. Ministro, eu lhe agradeço a notícia do decreto, que fala, segundo V. Ex.<sup>a</sup>, sobre a universalização. O que quero saber é das metas periódicas. Elas estão estabelecidas no decreto?

**O SR. MINISTRO PIMENTA DA VEIGA** – Todas elas, minuciosamente.

**O SR. JADER BARBALHO** – Perfeito. Então, farei uma leitura atenta do decreto, do texto, para saber se essas metas efetivamente foram implementadas no prazo, se elas existem, porque estamos aqui discutindo este fundo — esse é o meu sentimento — em caráter complementar. É preciso que a Comissão atente para isso. A Lei Geral, no art. 80, deixa clara a universalização como obrigação para as empresas concessionárias e fala que ela será objeto de metas periódicas, conforme plano específico elaborado pela agência e aprovado pelo Poder Executivo.

Então, não se fale em universalização aqui como se estivéssemos a ouvir pela primeira vez a palavra “universalização”. Falar isso é passar à Comissão, ao Senado, a todos um atestado de ignorância em relação ao tema, sendo que estamos obrigados a não tê-la, porque está escrito.

Portanto, quero conhecer. Peço mil perdões ao Ministro. É da minha obrigação como legislador conhecer toda a legislação. Vou-me interessar em satisfazer minha curiosidade e saber se o Ministério das Comunicações e, fundamentalmente, a Anatel levaram em conta, para as concessionárias, o plano de universalização.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte, Excelência?

**O SR. JADER BARBALHO** – Com a maior alegria, porque sei da contribuição de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Apenas desejo dar uma contribuição. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão: o art. 80 fala da universalização e, no seu § 2º, diz textualmente: “Os recursos do Fundo de Universalização” — o que estamos abordando — “de que trata o inciso II do art. 81 não poderão ser destinados à cobertura de custos com universalização dos serviços (...)”.

Então, é justamente no art. 81 da Lei Geral de Telecomunicações que se estabelece a necessidade de criação do fundo. Agora, o que é importante nisso é que V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão, pois o que deseja saber é que metas têm sido cumpridas, atingidas, nessa busca, nessa perseguição da universalização.

Quando as empresas foram alienadas, quando foram ofertadas ao mercado, eram conhecidas essas metas de universalização. Estamos nos referindo à telefonia fixa, e evidentemente os candidatos, os concorrentes, aquelas empresas que se habilitaram ao leilão para adquirir essas empresas, no seu preço, na oferta que fizeram, colocaram o custo dessas metas

de telefonia fixa que estavam previstas e que constam desses contratos de venda. Portanto, dessa universalização de telefonia fixa cuidou-se da venda das empresas, estabelecendo-se as metas. Se a empresa ia adquirir companhia tal ou qual e tinha a obrigação de instalar tantos terminais, fazer isso, aquilo e aquilo outro, nas obrigações levou em conta para estabelecer o preço que ofereceu. Para adquirir, está obrigada a cumprir essas metas.

O fundo de que estamos cuidando poderá atender, e V. Ex<sup>a</sup> aludiu na indagação que fez ao Ministro, cuidar de métodos de universalização para colocar a Internet em todas as escolas públicas ou em hospitais, e assim por diante, e não mais na telefonia fixa. E por que nela? Porque foram as alienadas, vendidas e, portanto, as metas estavam lá. Se não tivesse sido assim, não criamos nem o fundo, não teríamos conseguido expandir o número de terminais de telefonia fixa, mas elas constam do contrato de compra. Assim, é uma questão encaminhada.

Falou-se em comunidade de 100 habitantes e, amanhã, poderá ser mais, pode ser menos, pode exigir 50, pode exigir 20, pode exigir residência isolada e são metas que vão sendo atingidas progressivamente. Esses contratos, salvo melhor juízo – o Dr. Guerreiro ou o Sr. Ministro pode me corrigir –, vão até 2005 e depois termina, porque as empresas foram adquiridas, foram vendidas e as metas estão nos contratos de compra e venda.

O fundo vai atender às outras questões que não estão contempladas nos contratos de venda das empresas.

Muito obrigado.

**O SR. JADER BARBALHO** – Senador Lúcio Alcântara, não tendo havido nenhuma divergência entre o que eu tinha dito antes e o que V. Ex<sup>a</sup> acrescentou, somente tenho a agradecer.

Não consigo absolutamente nada. A universalização está clara e estamos tratando de complementação. Imediatamente ao sair desta reunião, uma vez que o Ministro me deu o decreto, vou-me debruçar sobre ele para estudar as metas, fazer um pedido à Anatel para que me remeta todas as metas e informações a respeito do assunto para que eu possa me inteirar.

Não vou, Sr. Presidente, continuar. Está tudo claro e agradeço ao Sr. Ministro as referências feitas a minha pessoa no sentido de me estimular a que não me distancie de preocupação com um tema dessa gravidade. Não vou me distanciar em absoluto. Aliás, somente estou aqui porque considero o assunto da maior gravidade. O que lamento é que um tema tão

grave e importante somente tenha chegado a esta Casa dia 9 de dezembro. Isto é o que me preocupa.

O espírito público agora é o meu que tem de ser requisitado neste momento. Não posso, absolutamente, eu não faria isso com o Ministro que é Parlamentar, é Congressista, prestigia o Congresso... mas, aqueles que têm espírito público e consideravam que isso era grave, deveriam ter cuidado tempestivamente da questão. Passaram-se dois anos e agora sou obrigado a ser requisitado ao meu espírito público nesta questão.

Sr. Presidente, fico com o grave dilema de interpretar se minha conduta está baseada ou não em espírito público diante de uma situação tão grave que durante dois anos tramitou e que restam apenas seis dias para o Senado dar conta de um assunto tão polêmico, tão importante e tão vital para o Brasil.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador José Roberto Arruda e, em seguida, o Senador Gerson Camata.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, ao agradecer a tentativa de entendimento, coloco uma idéia, uma sugestão em análise pelos membros da Comissão e, principalmente, pelos Líderes partidários que estão aqui.

Regimentalmente, só há prazo legal para o assunto ser votado em plenário se houver uma concordância de todos os Líderes. Se um deles não estiver de acordo, não teríamos condições de entendimento, e a própria Liderança da Oposição já deixa claro para mim que neste caso também não concordaria. Já que é assim, já que...

(Intervenções fora do microfone.)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> perdeu a palavra para uma questão de ordem. Sendo uma questão de ordem, não há aparte.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – A minha questão de ordem é muito simples. A minha sugestão é a seguinte: se estivéssemos de acordo em votar essa matéria na Comissão e votar a urgência na Comissão, ela iria, se aprovada, a plenário, com o compromisso de que a votação em plenário só se dará até o dia 15, se houver a concordância. Teríamos, com isso, o tempo ainda necessário para a continuidade das negociações e tirar eventuais dúvidas que ficaram pendentes, mas estaríamos vencendo esta etapa da Comissão. Estou reafirmando aqui que só votaríamos a matéria sem o interstício de duas sessões no plenário se houver,



posteriormente à votação na Comissão, o acordo de todos os Líderes. Apenas estaríamos vencendo esta etapa. Levanto isso como sugestão, obviamente respeitando a posição de todos os Líderes.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A Mesa faz uma indagação a V. Ex<sup>a</sup>. Como o Senador Jader Barbalho, pela Liderança do PMDB, já disse que não daria, V. Ex<sup>a</sup> está fazendo uma proposta à Liderança do PMDB especificamente?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – À Liderança do PMDB faço o seguinte apelo: votarmos a matéria na Comissão e votarmos a urgência na Comissão. Dada a urgência da Comissão, a matéria vai a plenário. Poderá o Plenário votar até o dia 15, até amanhã só se, até lá, a Liderança do PMDB e todas as Lideranças de todos os Partidos estiverem de pleno acordo, porque o Regimento prevê duas sessões. Portanto, para não cumprir essas duas sessões, apenas com a concordância dele. Quer dizer, estaríamos vencendo a etapa da Comissão, mas não estaríamos garantindo a votação em plenário. Essa votação em plenário só se dará se até lá o Senador Jader julgar que tem elementos de convicção para isso. Se não os tiver, essa aprovação não terá efeitos, porque não poderemos continuar a votação. Apenas estaríamos vencendo essa etapa. É o apelo que faço.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Pela ordem, pediu a palavra o Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, é também uma sugestão que gostaria de oferecer. Acho que o Plenário inteiro se sentiu devidamente instruído para votar a matéria. Primeiro, com as exposições do Dr. Renato Guerreiro e do Sr. Ministro das Comunicações, e agora com a fala do Líder Jader Barbalho. O Plenário está esclarecido para votar a matéria. A minha sugestão e a minha questão de ordem são: V. Ex<sup>a</sup> transformaria os próximos oradores inscritos em encaminhamento, e, portanto, teriam cinco minutos, e entraríamos em processo de votação. Abreviaríamos, os que estão inscritos, ao invés de falarem meia hora, falariam cinco minutos, exporiam sua posição, os Líderes encaminhariam e nós votaríamos, porque acho que o Plenário está sobejamente esclarecido. Quem não conseguiu se esclarecer até agora vai votar por abstenção.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Neste caso, se a Mesa e todos acatarem...

Mas eu ainda faria uma indagação ao Senador Jader Barbalho, tendo em vista que houve uma proposta específica à Liderança do PMDB: essa coloca-

ção serve à Liderança do PMDB? A colocação do Senador Arruda tem o acolhimento de V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. JADER BARBALHO** – Sr. Presidente, não quero absolutamente interferir nos trabalhos da Comissão nem na decisão da Comissão. Agora, a decisão desta questão é uma decisão do Plenário do Senado. Sem o acordo das Lideranças, que, aliás, tenho ficado ao lado, de que só com todas as Lideranças acolhendo é que não há. Portanto, não é no bojo da Comissão. Seria intempestivo a Comissão decidir sobre um tema que, ao final, terá que ser decidido por proposta do Presidente Antonio Carlos Magalhães, para o Plenário do Senado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – Mas se não decidir aqui não pode decidir lá?

**O SR. JADER BARBALHO** – Pode e deve. O que pode acontecer é ser decidido aqui e não acolhido lá, o que não ficaria bem para a Comissão. Então, que a Comissão esgote o assunto. E o assunto passa a ser do Plenário e das Lideranças.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – A colocação do Líder do PMDB em relação à proposta do Líder do Governo é que se vote aqui. E a Liderança solicita em plenário. É isso, Senador?

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – É isso. Está bem. Vamos esgotar o assunto aqui e, posteriormente, levar a discussão a plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Assim sendo, vamos liberar o Ministro e o Presidente da Anatel.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra, pela ordem, já há algum tempo. Apenas dois minutos. Penso que o Ministro não vai se incomodar.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** – Pelo que entendi – se eu estiver errado gostaria que o Senador Jader Barbalho me corrigisse –, a preocupação do Senador Jader Barbalho tem procedência no que se refere à criação dos fundos. No Norte, e tenho certeza que também no Nordeste, a grande dificuldade encontrada por todos nós é no que se refere à aplicação dos recursos. Sabemos que há o Fundo Constitucional do Norte, por exemplo, que possui recursos disponíveis que não são utilizados. São recursos que atualmente viabilizam a manutenção de um grande banco na Amazônia, mas que não trazem benefício nenhum à população. Entendi perfeitamente que a preocupação maior de S. Ex<sup>a</sup> é com o Conselho, conforme tão bem colocou, sobre a administração, a gerência e o comando do Ministro Pimenta da Veiga. Não há

dúvida. Inclusive, na conversa paralela que tivemos, S. Ex<sup>a</sup> disse que poderia, quem sabe na regulamentação da própria lei, o Conselho ser alterado dentro da forma como foi apresentado até na Câmara dos Deputados, com outros membros, especificamente para a utilização dos recursos do FUST. Era a minha colaboração, Sr. Presidente.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que ainda há dois itens de extrema importância a serem votados. E gostaria de liberar o Ministro e o Presidente da Anatel. Por esta razão, creio que a questão de ordem, Senador Ramez Tebet, poderá ser posterior à saída do Ministro.

Agradecemos, Sr. Ministro e Dr. Renato Guerreiro, a gentileza e a participação de V. Ex<sup>sa</sup>. Com certeza, no debate interno haveremos de encontrar soluções. Será, com certeza, a melhor solução a que for votada nesta Comissão e no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

**O SR. RAMEZ TEBE** – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Vamos aguardar a saída dos dois a fim de que voltemos à normalidade.

Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, penso que, para não ferir nada, deveríamos votar a matéria aqui sem mencionar a urgência. Votamos hoje e a urgência fica para o plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – É óbvio!

**O SR. RAMEZ TEBET** – Não há por que falar aqui em regime de urgência. É colocar a matéria em votação na Comissão. Não foi votada nenhuma urgência nem na Comissão e nem no plenário. No momento, apenas a votação da matéria na Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Está colocada a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra, para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Bezerra) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – É lógico que, em última instância, quem vai decidir é a Comissão. E, para haver a urgência dentro do prazo regimental, é lógico que vai depender de acordo em plenário. Mas há uma série de projetos em que o mérito e o regime de urgência foram aprovados na Comissão também. Ficando claro que a Comissão

não pode se sobrepor à deliberação do Plenário e ficando claro também – e aí quero deixar clara também a posição da Oposição – que a Oposição é a favor da urgência. Mas questão de interstício, por exemplo, só pode ser modificado com consenso. Não aceitamos, e há voto sobre questão de interstício no Plenário, por motivos óbvios. Se concordarmos com isso hoje, no ano que vem estaremos “patrolados”. Se aceitarmos mudança de regime por maioria, isso não valerá. Então, vale o que sempre fizemos: mudança de interstício é por consenso de Lideranças. Concordamos com a urgência, mas, se o Líder do PMDB disser que não concorda com mudança de interstício, nós não os somaremos a S. Ex<sup>a</sup>, e não haverá mudança. No entanto, entendemos que o requerimento de urgência pode sair daqui, independentemente da questão do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Isso será posto em votação na ocasião.

Com a palavra, o Senador Jader Barbalho, para uma questão de ordem.

**O SR. JADER BARBALHO** – Quero apenas fazer uma ponderação à Comissão: esta questão está-se transformando em uma discussão dos Partidos a respeito desse episódio, que é constrangedor. Estamos a 24 horas do encerramento da sessão legislativa; considero, portanto, que esse é um episódio cujo encaminhamento os Partidos políticos terão que discutir.

Se não concedermos a urgência e a Comissão a conceder, a tramitação desta matéria ficará prejudicada. Só quero alertar o ilustre Líder do PT, porque, como S. Ex<sup>a</sup> bem se referiu, o que dá para rir dá para chorar. Há emendas. Eu, por exemplo, como Parlamentar, tenho interesse em apresentar emendas a respeito desse projeto; penso que outros Senadores também. Se não chegarmos a um consenso, isto poderá ser discutido na convocação extraordinária, mas com a possibilidade da apresentação de emendas, em uma discussão mais aprofundada a respeito.

Como a última palavra é do Plenário e a discussão ficará, portanto, entre os Partidos, faço um apelo no sentido de que a Comissão não estabeleça a urgência. Se amanhã ela não for concedida, se não chegarmos a um acordo. A Comissão fica prejudicada.

Ela fica prejudicada. Então, faço essa ponderação. Não estou, absolutamente, inviabilizando a discussão do assunto, mas penso que ele merece uma discussão interpartidária. E, como o merece, julgo que seria uma precipitação a Comissão dar a urgência.

**O SR. GERSON CAMATA** – Pela ordem, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup>** pode falar logo após o Senador Gerson Camata.

V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como orador e falará a seguir. Agora, foi levantada uma questão de ordem pelo Senador Gerson Camata e pelo Senador José Roberto Arruda.

**O SR. AMIR LANDO** – Obrigado, Sr. Presidente, pela explicação.

**O SR. GERSON CAMATA** – Sr. Presidente, tenho ouvido e aprendido que, na Comissão, o voto é técnico e, no Plenário, político. Então, vamos dar na Comissão um voto técnico, o que não impede que, no Plenário, os Líderes cheguem a outra conclusão. Penso que o voto técnico, que é dado na Comissão, analisa se o projeto interessa ao País, a quem interessa, se é bom; cada um vota de acordo com a sua consciência.

No Plenário, é dado um voto político. Já houve casos de membros votarem na Comissão de uma maneira e, lá, de outra maneira: politicamente.

Queria fazer um apelo ao nobre Líder do PMDB, Presidente do Partido, no sentido de que tenhamos um enfoque do que esse projeto representa para o Parlamento, primeiro. O Parlamento ficou dois anos. O poder de resolatividade do Parlamento brasileiro, na verdade, fica ensejando a crítica da medida provisória, porque o projeto demorou na Câmara. Na verdade, há oito anos o excluído do serviço de telefonia está esperando a oportunidade de ter telefones. Ele não cobra nem da Câmara nem do Senado, mas do Parlamento brasileiro. E, a cada ano de atraso, mais mil ou duas mil pessoas ficam sem esse serviço. Quando é um problema da telefônica de São Paulo, onde estão os ricos, as grandes indústrias, a imprensa brasileira destaca, e o problema salta aos nossos olhos.

No entanto, estamos discutindo aqui, nobre Líder do PMDB, os excluídos, aqueles a quem não chegou a telefonia, a quem não chegou a energia elétrica, que estão ainda na idade média. Um ano a mais ou a menos, é o dia que ele morreu. Já se foi uma vida e outra. Nesses seis anos, quantas mil vidas foram embora sem ter o conforto de um telefone, sem ter o conforto da energia elétrica, sem chegar ao Século XX, vivendo na Idade Média. Como se destina a isso, vou pedir ao nobre Líder Jader Barbalho que permita que aqui se dê o voto técnico. E lá no plenário, tenho certeza, a consciência das Lideranças não hão de faltar com os excluídos deste País.

Era este o apelo que eu queria fazer.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra o Senador José Roberto Arruda, pela ordem.

**O SR. JADER BARBALHO** – Já tive uma participação aqui, como Líder, e não quero, absolutamente, ferir a consciência técnica do Senador Gerson Camata e de outros membros. Então, face a esse apelo, dou minha missão por cumprida, na expectativa de que a minha emenda relativa à questão do Norte e do Nordeste seja levada em consideração, pois o maior número de carentes deste País – e aí concordo com o Senador Gerson Camata – está exatamente nessas regiões, e o Espírito Santo pode aí ser incluído, também. Não quero estabelecer algum tipo de constrangimento numa Comissão eminentemente técnica como esta – e aliás, no ano que vem, vou combinar com os companheiros, pretendo funcionar tecnicamente nesta Comissão e, politicamente, no Plenário. Segundo a recomendação do Senador Gerson Camata, vou tentar fazer esse exercício de funcionar como um Senador técnico aqui e como um Senador político no Senado. Certo? (Risos.)

Com isso, apresento meus cumprimentos a toda a Comissão e peço vênha para me retirar, para não estabelecer algum tipo de constrangimento político.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** – Antes da saída do Senador Jader Barbalho, eu gostaria de fazer colocação que me parece convergente. Vamos juntar, primeiro, as nossas convergências.

Ponto número um: a emenda do Senador Jader Barbalho vai na direção da preocupação da grande maioria dos membros desta Comissão, inclusive a minha, porque o Senador Jader não incluiu o Centro-Oeste, mas, na verdade, ele está incluído nessa região onde há Estados pobres.

Segundo, não há possibilidade regimental de votação dessa matéria até o dia 15 sem a concordância de todos os Líderes. Quero dizer publicamente que vou trabalhar na busca desse consenso. É a nossa missão.

Agora, no âmbito da Comissão, o que peço é para esgotarmos as possibilidades, primeiro, de votação de mérito e, segundo, de votação da urgência da Comissão, explicitando essa urgência. Por que peço isso? Não muda absolutamente coisa alguma, o que é a preocupação do Senador Jader. Se votarmos a urgência aqui, temos condições de ir a plenário. Ir a plenário para votarmos até o dia 15, só se todos os Líderes concordarem, mas estará vencida a etapa desta Comissão. E aí quero pedir

vênia aos companheiros para esgotarmos, em nossas consciências, o voto de Comissão.

O que venho pedir, portanto, aos companheiros, é que votemos aqui o mérito e o requerimento de urgência, que apresento desde logo. Agora, em respeito ao que foi colocado pelo Senador Jader, reafirmo que não há condições de votação da matéria até o dia 15 em plenário sem a concordância de todos os Líderes.

No entanto, quero-me reservar o direito de correr atrás de uma forma de atender a emenda do Senador Jader sem, obviamente, impedir a votação da matéria.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – A Presidência acha-se na obrigação de dar uma informação: para a matéria ir ao plenário não é necessária a urgência desta Comissão. Basta que os Líderes a solicitem.

No meu entendimento político, se um líder me dissesse que não iria fazê-lo e que não se deveria fazê-lo aqui, eu compreenderia isso, se líder fosse, como hostilidade. Se os líderes podem fazê-lo sozinhos, quem vai decidir é o Plenário. Se quem vai fazer são os líderes, entendo isso apenas como político, mas será o Plenário da Comissão que decidirá.

Tenho a obrigação de alertar V. Ex<sup>as</sup>. Se estão buscando a convergência, não há por que já se sair da convergência numa votação que não terá significado, pois só terá validade se os líderes concordarem com ela. Esta é uma informação da Presidência, apenas. São os votos da Comissão que decidirão.

**O SR. SÉRGIO MACHADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Líder do PSDB está pedindo a palavra pela ordem, e a terá.

**O SR. SÉRGIO MACHADO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de marcar a posição do PSDB e de deixar aqui minha grande preocupação. Se não aprovarmos essa lei até o dia 15, vamos privar a população de baixa renda de 767 milhões este ano, um volume bastante expressivo – como comparação, esse valor é mais do que terá o Finor no próximo ano.

Temos de refletir sobre a nossa decisão. Vamos transferir esse valor para a população mais pobre, para que ela possa ter sistema telefônico, ou vamos entrar na discussão – que considero justa – de que a Câmara nos enviou a matéria na última hora? Se não votarmos até o dia 15, esses recursos ficarão na empresa, vão aumentar o seu lucro, e as tarifas não vão baixar.

A posição do PSDB é a de que devemos votar antes do dia 15, para que haja um processo de distribuição de renda que vai atender a população de mais baixa renda num serviço fundamental para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> conclui, então, fazendo um apelo pela votação.

A Presidência crê que já está exaustivamente debatido o assunto e o coloca em votação.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, para encaminhar.

**O SR. AMIR LANDO** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, poderíamos, num primeiro momento, analisar essa questão do ângulo do princípio da anualidade.

Se olharmos o art. 150, inciso III, letra b, não há dúvida de que o princípio da anualidade alcança qualquer contribuição, porque as exceções previstas são unicamente as do art. 153, incisos I, II, III e V. Nessas hipóteses, não se inclui a instituição da contribuição prevista no art. 6º, inciso IV.

A questão não é estritamente impositiva. Não se trata de um direito de império, pelo qual o Estado tem de impor tributos. Temos de analisar a questão pelo ângulo do contrato. As cláusulas contratuais estabeleceram obrigações inclusive daquilo que é o Fundo de Universalização e, mais do que isso, dos serviços e das obrigações de universalização. Aqui foram estabelecidas as obrigações quando da concessão. É evidente que teríamos de ter os contratos em mãos para analisarmos exaustivamente a questão. O Ministro se referiu ligeiramente às obrigações do contrato. É importante dizer que a universalização não depende do fundo, que tem um caráter complementar. Está escrito no art. 79 e seguintes. No art. 81 verifica-se que medidas existirão enquanto não for instituído o fundo para angariar recursos complementares.

Eu queria saber se esses recursos já foram inclusive estabelecidos no Orçamento da União? Não tenho essa informação. Ao que sei, não há nenhuma informação sobre se esses dados eram importantes. Aqui se tenta embair, escamotear. Em vez de se esclarecer a questão em foco, nós ouvimos exposições sobre a questão das privatizações. Não é isso que está em jogo. Queremos saber se o Poder Executivo, que tem no art. 82 poderes para agir contra o descumprimento das obrigações relacionadas à universalização e a continuidade, ensejará a aplicação de sanções múltiplas, caducidade e de criação de intervenção conforme o caso. Onde



estão essas medidas? Nós podemos obrigar essas empresas, independentemente dos fundos, a quê? As empresas concessionárias têm obrigações, como bem disse o Senador Francelino Pereira, que colocou muito bem essa questão. Mas se nós ficamos naquela de ou faz ou perde... Não é essa a questão. Vamos olhar a lei na sua extensão, pois ela tem mecanismos compensatórios. O Poder Público tem como exigir das concessionárias inclusive a instalação desses trabalhas. Os recursos não se perderão. Eles vão ser criados no futuro. Outra coisa que é importante: isso não tem um caráter meramente impositivo, pois há uma relação na base, há uma relação contratual. Essa relação contratual refoge do conceito estritamente tributário previsto na Constituição, no Código Tributário e na legislação complementar.

Com muito prazer ouço o Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Desejo apenas lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que o art. 81, inciso II, é muito claro ao falar do fundo. Diz que esse fundo é constituído para essa finalidade e para a qual contribuirão prestadoras de serviços de telecomunicações nos regimes públicos e privados. Assim, a Lei Geral das Telecomunicações antecedeu o processo de privatização. Quem comprou, quem ingressou no negócio, quem recebeu outorga ou concessão não podia ignorar que o art. 81, inciso II, previa a constituição desse fundo, para o qual todos deveriam contribuir. Com relação a outras formas de promover essa universalização, o fundo tem outras fontes de recursos, inclusive orçamentárias. E mais, volto a insistir, quando as empresas de telefonia fixa foram privatizadas, nos contratos e no próprio edital já constavam as metas; ou seja, elas deviam utilizar recursos próprios, como deverão estar fazendo agora, aumentando o número de terminais, por exemplo, e assim por diante. Quando elas se habilitaram, durante o processo de privatização, sabendo dos ônus, das obrigações, etc, já previram isso nos seus preços. Portanto, não há quebra de relação contratual. O que se está fazendo agora já estava previsto na Lei Geral das Telecomunicações. Salvo engano de minha parte, o que se está querendo agora é simplesmente dar consequência à Lei Geral das Telecomunicações – art. 81, inciso II, que prevê a criação do fundo.

**O SR. AMIR LANDO** – Eu queria dizer que as palavras de V. Ex<sup>a</sup> – ou eu falo grego – corroboram com as minhas idéias em gênero, número e grau. Exatamente isso que V. Ex<sup>a</sup> acaba de afirmar é o que estou dizendo; ou seja, que a origem, a matriz dessa

obrigação não tem esse caráter tributário, mas tem o caráter contratual. As empresas não poderão alegar na Justiça que não sabiam que era preciso uma lei. É preciso o princípio da anterioridade e da anualidade. Isso já está previsto. Por isso eu disse que não há que se invocar nesta questão a idéia de um princípio tributário, que é o princípio da anualidade. Não se trata de instituir um tributo, mas de estabelecer o **quantum** de uma obrigação já prevista na lei como matriz. Nós poderíamos antever, exatamente como o bom produtor, na flor o fruto. Está previsto no art. 80 a matriz desta contribuição. Isso está previsto na lei e é anterior ao processo de transferência do Sistema Telebrás. Isso estava evidentemente no bojo, nas condições, nas precondições. É claro que quem comprou sabia que tinha que pagar isso, sabia que havia esse ônus. Agora ele está quantificado. O fundo tem exatamente esse caráter complementar porque os recursos não são exclusivamente do fundo.

São essas as questões. Acho que estamos colocando isso como se o processo de universalização é um silogismo mentiroso, é falso. Não se trata de criar o fundo para universalizar depois. Tem-se que universalizar antes do fundo, pois se trata de uma obrigação contratual. Temos que ler a lei, porque não adianta criá-la e não cumprir; vamos fazer outra sempre. O que estamos estabelecendo é uma soltura, alargando o laço, para que as empresas realmente fiquem com uma obrigação que era anterior, e passe a ser uma obrigação depois dessa lei, como se nesse período não houvesse lei e, portanto, estivesse desobrigada de cumpri-la.

Temos que ser rígidos na fiscalização, senão estaremos mentindo para a Nação, nos enganando. É um discurso bonito dizer simplesmente: “olha, se isso não acontecer, os miseráveis, aqueles que não têm acesso ao SUS, datíssima vênica, nobre Senador Gerson Camata, sei disso...”

**O SR. GERSON CAMATA** – Os excluídos.

**O SR. AMIR LANDO** – ... os excluídos, os da idade média. A questão não é bem assim. Estamos criando um mecanismo que mais é um afrouxamento da lei que um torniquete, um aperto. É bonito o discurso, mas a questão precisa ser exaurida e precisamos discuti-la em sua amplitude, em sua complexidade e não nessa compressão, nessa **pressão** irresistível que temos que engolir.

Não foi possível discutir como se devia e precisávamos adentrar nos meandros para ver onde estava a obrigação pré-constituída, como bem assinalou o Relator, que deu uma contribuição importante.

Não adianta aqui fazer uma leitura apressada e querer empurrar “goela abaixo”, porque a questão é bem diferente. Li a lei cuidadosamente, assim como o parecer, mas temos que ler a norma geral que estabelece os princípios gerais.

Nesse sentido, Sr. Presidente, encaminho como o Líder, de vez que a matéria não pode ser votada às pressas como se propõe.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Encerrada a discussão.

A Presidência informa aos Srs. Senadores que ainda temos para votar uma urgência do Ceará, um projeto sobre Rondônia e um projeto que interessa a todos os Estados, que é a complementação da Lei Kandir, que permitirá a distribuição de uma injustiça que a lei vinha levando os Estados a sofrerem um desconto sem retorno.

O parecer do Relator é favorável ao projeto e contrário às emendas. A prioridade é do parecer do Relator.

Em discussão.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

**O SR. RAMEZ TEBET** – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto. Transfiro o meu voto para o Plenário, de acordo com...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Assim, V. Ex.<sup>a</sup> está se abstendo?

**O SR. RAMEZ TEBET** – Voto pela abstenção. Acompanho a decisão da urgência da forma como foi encaminhada pelo Líder do Governo e pelo Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há duas abstenções, a do Senador Ramez Tebet e do Senador Amir Lando.

**O SR. AGNELO ALVES** – Acompanho os Senadores Ramez Tebet e Amir Lando.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Assim, há três abstenções.

Aprovado.

Em discussão a urgência solicitada pelo Senador Romero Jucá.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, quero deixar bem formalizado que há duas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Mas, o projeto sendo rejeitado...

Em discussão a urgência.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada, com a abstenção do Senador Amir Lando.

Votação de urgência do projeto do Ceará, formulado pelo Senador Lúcio Alcântara.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Peço urgência para o de Rondônia também.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O projeto de Rondônia ainda não foi votado. Deve-se observar a ordem.

Concedo a palavra ao Senador Bello Parga, para relatar o PLC nº 62, que dá nova redação ao inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal, de comunicação, e dá outras providências. Trata-se de uma complementação à Lei Kandir.

Com a palavra, o nobre Senador Bello Parga.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, procurarei ser breve.

Trata-se de um dos principais objetivos da Lei Kandir o incentivo à exportação de produtos primários e semi-elaborados. No inciso I do art. 33...

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Há um orador na tribuna, Srs. Senadores.

**O SR. BELLO PARGA** – Ficaram autorizados, a partir de 1º de janeiro de 1988, a creditar o ICMS incidente nas aquisições de bens de uso e consumo do estabelecimento. A entrada em vigor desse dispositivo, no prazo original, implicaria uma brutal queda das receita dos Estados e dos Municípios, o que levou o Congresso Nacional a aprovar, por intermédio da Lei Complementar nº 92, de dezembro de 1997, a prorrogação daquele prazo para o início do ano 2000, ou seja, a partir do próximo mês de janeiro, tempo julgado, à época, suficiente para que os Tesouros estaduais e municipais melhor se adaptassem aos efeitos da Lei Kandir. Contudo, após exaustivos contatos do Ministério da Fazenda com os Governos



estaduais, chegou-se à conclusão consensual, é bom que se frise, da necessidade de uma nova prorrogação do prazo de vigência da lei para 1º de janeiro do ano 2003, em virtude de persistirem os motivos que provocaram a primeira prorrogação.

Diante do exposto, Sr. Presidente, manifesto-me pela aprovação do presente projeto, que estabelece uma nova prorrogação, ou seja, o início do ano 2003.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O parecer do Senador Bello Parga é favorável. Senadores Lúcio Alcântara, Amir Lando e demais Senadores, o parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento de urgência apresentado pelo Senador Romero Jucá.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos apreciar, agora, o projeto de Rondônia, que será relatado pelo Senador Romero Jucá. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – O Presidente do Banco Central do Brasil encaminhou, em 14 de abril de 1998, à apreciação do Senado Federal, o contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento da dívida, celebrado com a União, em 12 de fevereiro de 1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

A assunção da dívida do Estado de Rondônia é no valor total de R\$146.950.101,90. Ele cumpre os dispositivos legais e a estruturação da dívida, Sr. Presidente. Atendeu as exigências e apresentou as certidões necessárias.

Damos parecer positivo à rolagem da dívida, ressaltando, no art. 4º, a necessidade de que o pagamento dos encargos e das amortizações previstas na Resolução nº 27 fique suspenso até o devido encaminhamento do termo aditivo — firmado, em 7 de maio de 1998, no contrato de abertura de crédito autorizado naquela resolução — e sua apreciação pelo Senado Federal. Trata-se de uma questão do Banco de Rondônia. É necessário que venha um aditivo até o

Senado, pois o principal já foi acordado. Segundo informações da assessoria técnica, é preciso que esse aditivo venha. Portanto, nós estamos ressaltando essa questão, recomendando a aprovação da rolagem da dívida, de um modo geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Cumpre à Presidência informar aos Srs. Senadores que tanto o Governador do Estado quanto o Ministro da Fazenda falaram à Presidência primeiro da importância desse processo para Rondônia e, em segundo, da concordância tanto do Governo do Estado quanto do Ministério da Fazenda. Por esta razão, penso que cabia à Presidência dar esta informação.

Em discussão.

**O SR. AGNELO ALVES** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. AGNELO ALVES** – É mais um Estado que vai entrar naquela preocupação de quem incautamente está emprestando dinheiro ao Brasil.

**O SR. ROMERO JUCÁ** – Mas não é dinheiro novo, Sr. Presidente. É reestruturação da dívida.

**O SR. AGNELO ALVES** – Vamos tomar o máximo possível, porque a preocupação vai ser de quem emprestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PEDRO PIVA** – Sr. Presidente, peço urgência.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Senador Pedro Piva pede urgência.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Quero agradecer as Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores por suas participações e dizer que esta Comissão está encerrando as suas atividades. Fez 57 reuniões, coisa nunca feita no Senado da República.

Assim, o meu muito obrigado a todos.

Boas Festas e Feliz Ano Novo a todos os membros desta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h46min.)



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

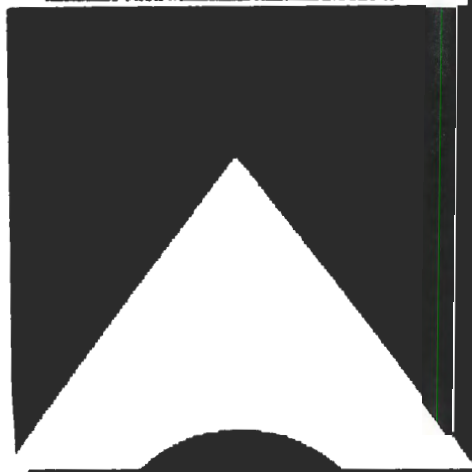
## Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.  
Contém o texto constitucional de 5 de  
outubro de 1988 com as alterações  
introduzidas pelas Emendas Constitucionais  
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas  
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00

  
**CONSTITUIÇÃO  
1988**

Para conhecimento: São os textos de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e 20-29 e demais Emendas Constitucionais de 1994 a 1996.



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de Apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Direito Constitucional Brazileiro - reforma das instituições nacionais

### Coleção Memória Brasileira

Fac-símile da segunda edição da obra publicada em 1902. Abrange onze temas: reformas constitucionais no Brasil, organização federal, base material da união, poder público federal, sistema eleitoral, a questão da estabilidade governativa, a decretação de leis, os juízes, cidadania, liberdade e a questão da defesa social. Com 544 páginas, tem introdução de Nelson Saldanha e prefácio de J. Izidoro Martins Júnior.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

#### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



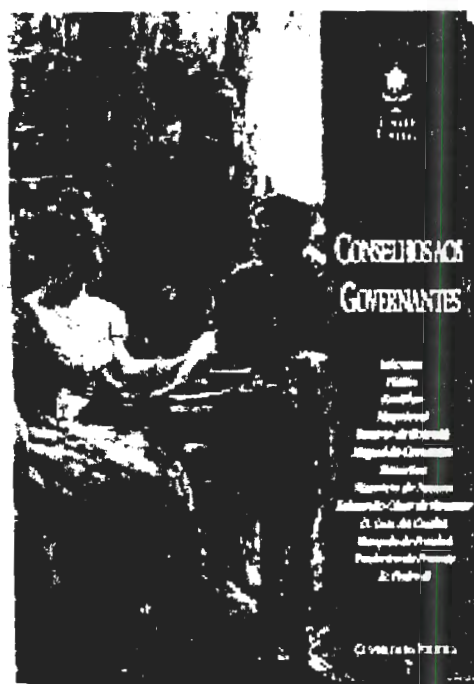
SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Conselhos aos Governantes

### Coleção Clássicos da Política

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II, com 841 páginas. Apresentação de Walter Costa Porto.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

#### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



# DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

# DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002  
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho**, **Ordem de Pagamento** pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadoros abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas  
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários  
02000202902003-X – Venda de Editais  
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança  
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel  
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)  
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES**  
**PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900**  
**CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO  
FEDERAL



SECRETARIA  
ESPECIAL  
DE EDITORAÇÃO  
E PUBLICAÇÕES

**EDIÇÃO DE HOJE: 792 PÁGINAS**